



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2409

Sexta-feira - 15 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Flor do Sertão .....	281	Meleiro .....	650
Alfredo Wagner .....	10	Formosa do Sul .....	282	Modelo .....	652
Alto Bela Vista .....	12	Forquilha .....	284	Mondaí .....	653
Anita Garibaldi .....	15	Fraiburgo .....	287	Monte Carlo .....	656
Antônio Carlos .....	16	Galvão .....	311	Morro da Fumaça .....	657
Apiuna .....	19	Garopaba .....	320	Morro Grande .....	659
Arabutã .....	21	Garuva .....	327	Navegantes .....	668
Arvoredo .....	22	Gaspar .....	343	Nova Erechim .....	703
Ascurra .....	23	Governador Celso Ramos .....	349	Nova Trento .....	706
Balneário Rincão .....	31	Grão Pará .....	360	Nova Veneza .....	708
Barra Bonita .....	39	Gravatal .....	363	Novo Horizonte .....	720
Barra Velha .....	43	Guaraciaba .....	372	Orleans .....	722
Bela Vista do Toldo .....	51	Guaramirim .....	373	Ouro .....	725
Belmonte .....	66	Guarujá do Sul .....	381	Ouro Verde .....	726
Benedito Novo .....	82	Herval d'Oeste .....	383	Palhoça .....	727
Biguaçu .....	85	Ibiam .....	387	Palma Sola .....	739
Blumenau .....	118	Ibicaré .....	394	Palmitos .....	743
Bom Jardim da Serra .....	131	Ilhota .....	396	Papanduva .....	744
Bom Jesus do Oeste .....	132	Imbituba .....	401	Paraíso .....	745
Bom Retiro .....	133	Indaial .....	404	Passos Maia .....	746
Botuvera .....	145	Iomerê .....	406	Paulo Lopes .....	748
Braço do Trombudo .....	147	Iporã do Oeste .....	407	Penha .....	756
Brusque .....	158	Ipuacú .....	409	Petrolândia .....	816
Caçador .....	164	Ipumirim .....	411	Pinhalzinho .....	817
Caibi .....	172	Iratí .....	419	Pinheiro Preto .....	818
Camboriú .....	174	Irineópolis .....	420	Piratuba .....	819
Campo Alegre .....	175	Itá .....	421	Planalto Alegre .....	820
Campo Erê .....	192	Itaiópolis .....	424	Pomerode .....	821
Campos Novos .....	193	Itapiranga .....	425	Ponte Serrada .....	828
Canoinhas .....	194	Itapoá .....	430	Porto Belo .....	830
Capinzal .....	211	Jaborá .....	432	Porto União .....	831
Catanduvas .....	222	Jacinto Machado .....	433	Pouso Redondo .....	850
Chapadão do Lageado .....	224	Jaraguá do Sul .....	434	Praia Grande .....	852
Chapecó .....	226	Joaçaba .....	536	Presidente Nereu .....	856
Cocal do Sul .....	227	Jupia .....	545	Princesa .....	862
Concórdia .....	232	Lages .....	546	Quilombo .....	865
Cordilheira Alta .....	234	Laguna .....	551	Rancho Queimado .....	878
Coronel Freitas .....	235	Lauro Muller .....	552	Rio das Antas .....	880
Coronel Martins .....	236	Lebon Regis .....	554	Rio do Campo .....	881
Correia Pinto .....	240	Leoberto Leal .....	559	Rio do Sul .....	884
Corupá .....	241	Lindóia do Sul .....	561	Rio Fortuna .....	932
Cunha Porã .....	270	Luis Alves .....	565	Romelândia .....	933
Cunhataí .....	271	Luzerna .....	567	Salto Veloso .....	934
Curitibanos .....	273	Macieira .....	569	Santa Helena .....	937
Dionísio Cerqueira .....	276	Mafra .....	572	Santa Rosa de Lima .....	940
Doutor Pedrinho .....	277	Major Vieira .....	575	Santa Rosa do Sul .....	941
Ermo .....	278	Maracajá .....	576	Santa Terezinha do Progresso .....	942
Eraldo .....	279	Maravilha .....	647	São Bento do Sul .....	946
Faxinal dos Guedes .....	280	Matos Costa .....	648	São Carlos .....	947

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2409

Sexta-feira - 15 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

São Domingos.....	953	Serra Alta .....	1023	União do Oeste .....	1091
São Francisco do Sul.....	955	Sul Brasil .....	1036	Urubici .....	1110
São João Batista.....	956	Tangará .....	1040	Vargem Bonita .....	1112
São João do Oeste .....	960	Tigrinhos .....	1042	Vidal Ramos.....	1113
São João do Sul .....	961	Tijucas .....	1044	Videira.....	1116
São José.....	962	Timbó .....	1049	Vitor Meireles.....	1123
São José do Cedro.....	975	Timbó Grande.....	1068	Xanxerê.....	1128
São Lourenço do Oeste.....	977	Treze Tílias .....	1069	Xavantina .....	1132
São Miguel do Oeste.....	989	Trombudo Central.....	1075	Xaxim.....	1216
São Pedro de Alcântara.....	997	Tunápolis.....	1079	Zortéa .....	1219
Schroeder .....	1001	Turvo .....	1086		

## Associações

AMAUC.....	1220
------------	------

## Consórcios

CIGA .....	1224
CIMCATARINA.....	1246
CIS Nordeste .....	1247
CIS/AMMVI.....	1251
CIS/AMURES.....	1252
CIASS.....	1258



# Agrônômica

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 094/2017 de 15 de dezembro de 2017.

Publicação Nº 1458605

DECRETO Nº. 094/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica  
Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

#### CONSIDERANDO:

-Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,  
-O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.081/2016 de 24 de novembro de 2016, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada,  
-Que o Inciso II do Artigo 10º da Lei nº. 1.081/2016 autoriza a utilizar anulação de saldos de dotações orçamentárias;  
-Que a dotação nº. 12, 24, 64 e 68 dos Departamentos de Administração, Educação, Obras e Agricultura encontram-se insuficientes para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais), no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (12)  
Programa – 9 – Administração Geral  
Ação – 2.003 – Manutenção Geral do Departamento de Administração  
Unidade – 03.01 – Departamento Municipal de Administração  
Função – 4 – Administração  
Subfunção – 123 – Administração Financeira  
Valor R\$ 80.000,00

Despesa – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (24)  
Programa – 18 – Toda Criança na Escola  
Ação – 2.005 – Manutenção do Departamento de Educação  
Unidade – 04.01 – Departamento Municipal de Educação  
Função – 12 – Educação  
Subfunção – 361 – Ensino Fundamental  
Valor R\$ 66.000,00

Despesa – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (64)  
Programa – 39 – Estradas Vicinais  
Ação – 2.026 – Manutenção Geral do Departamento de Obras  
Unidade – 06.01 – Departamento Municipal de Obras  
Função – 26 – Transporte  
Subfunção – 782 – Transporte Rodoviário  
Valor R\$ 10.000,00

Despesa – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (68)  
Programa – 46 – Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Ação – 2.029 – Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Unidade – 07.01 – Departamento Municipal de Agricultura  
Função – 20 – Agricultura

Subfunção – 606 – Extensão Rural  
Valor R\$ 15.000,00

Art. 2º- Fica suplementado o artigo 1º por conta das seguintes anulações orçamentárias:

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (13)  
Programa – 9 – Administração Geral  
Ação – 2.003 – Manutenção Geral do Departamento de Administração  
Unidade – 03.01 – Departamento Municipal de Administração  
Função – 4 – Administração  
Subfunção – 123 – Administração Financeira  
Valor R\$ 80.000,00

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (25)  
Despesa – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (26)  
Programa – 18 – Toda Criança na Escola  
Ação – 2.005 – Manutenção do Departamento de Educação  
Unidade – 04.01 – Departamento Municipal de Educação  
Função – 12 – Educação  
Subfunção – 361 – Ensino Fundamental  
Valor R\$ 65.000,00 (25)  
Valor R\$ 1.000,00 (26)

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (65)  
Programa – 39 – Estradas Vicinais  
Ação – 2.026 – Manutenção Geral do Departamento de Obras  
Unidade – 06.01 – Departamento Municipal de Obras  
Função – 26 – Transporte  
Subfunção – 782 – Transporte Rodoviário  
Valor R\$ 10.000,00

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (69)  
Programa – 46 – Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Ação – 2.029 – Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Unidade – 07.01 – Departamento Municipal de Agricultura  
Função – 20 – Agricultura  
Subfunção – 606 – Extensão Rural  
Valor R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 15 de dezembro de 2017.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
Diretor de Administração e Finanças

**Lei 1112/2017**

Publicação Nº 1458653

LEI N.º 1.112/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

**"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE AGRONOMICA PARA O EXERCÍCIO DE 2018".**

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito do município de Agronômica Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPITULO I  
DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Agronômica para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 23.854.263,59 (Vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos) e fixa a Despesa em R\$ R\$ 23.854.263,59 (Vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 2º. O Orçamento do Município de Agronômica, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 22.674.450,80 e fixa a Despesa em R\$ 18.552.941,30; Das entidades: Do Fundo Municipal da Saúde de Agronômica, estima a Receita em R\$ 1.022.617,65 e fixa a Despesa em R\$ 3.752.453,40; Do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Agronômica estima a Receita em R\$ 0,00 e fixa a Despesa em R\$ 67.000,00; Do Fundo Municipal de Assistência Social de Agronômica estima a Receita em R\$ 98.868,89 e fixa a Despesa em R\$ 293.868,89; Do Fundo Ambiental Municipal de Agronômica estima a Receita em R\$ 58.326,25 e fixa a Despesa em R\$ 90.000,00.

**CAPITULO II  
DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

Art. 3º. O Orçamento da Administração Direta do Município de Agronômica para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 22.674.450,80, fixando a Despesa em R\$ 18.552.941,30, e a despesa da Câmara Municipal de Vereadores de Agronômica em R\$ 1.098.000,00.

Parágrafo único. A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, conforme quadros anexos, os quais fazem parte integrante desta Lei, independentemente de transcrição.

**CAPITULO III  
DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE AGRONOMICA**

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Agronômica para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 1.022.617,65 e fixa a Despesa em R\$ 3.752.453,40.

Parágrafo único. A Receita do Fundo Municipal da Saúde de Agronômica será realizada mediante a arrecadação de Receitas Correntes, de Capital e Transferências Financeiras, na forma da legislação em vigor, conforme quadros anexos, os quais fazem parte integrante desta Lei, independentemente de transcrição.

**CAPITULO IV  
DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE AGRONOMICA**

Art. 5º. Do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de

Agronômica estima a Receita em R\$ 0,00 e fixa a Despesa em R\$ 67.000,00

Parágrafo único. A Receita do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência será realizada mediante a arrecadação de Receitas Correntes e Transferências Financeiras, na forma da legislação em vigor, conforme quadros anexos, os quais fazem parte integrante desta Lei, independentemente de transcrição.

**CAPITULO V  
DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGRONOMICA**

Art. 6º. Do Fundo Municipal de Assistência Social de Agronômica estima a Receita em R\$ 98.868,89 e fixa a Despesa em R\$ 293.868,89.

Parágrafo único. A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada mediante a arrecadação de Receitas Correntes e Transferências Financeiras, na forma da legislação em vigor, conforme quadros anexos, os quais fazem parte integrante desta Lei independentemente de transcrição.

**CAPITULO VI  
DO ORÇAMENTO DO FUNDO AMBIENTAL MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

7º. Do Fundo Ambiental Municipal de Agronômica estima a Receita em R\$ 58.326,25 e fixa a Despesa em R\$ 90.000,00.

Parágrafo único. A Receita do Fundo Ambiental Municipal de Agronômica será realizada mediante a arrecadação de Receitas Correntes e Transferências Financeiras, na forma da legislação em vigor, conforme quadros anexos, os quais fazem parte integrante desta Lei independentemente de transcrição.

Art. 8º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme anexo.

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo, bem como o que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º. Não se efetivando até o dia 10 de dezembro de 2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido neste artigo.

Art. 9º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada programa, projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 10. O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – superávit financeiro do exercício anterior.

III – anulação de saldos e dotações orçamentárias desde que não comprometidas.



Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas editadas no exercício.

Art. 11. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 13. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 14. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 16. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17. A presente Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Dezembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito do Município de Agronômica

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

### Portaria Nº. 546/2017

Publicação Nº 1457534

PORTARIA n.º546/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública;

Considerando a Lei nº8.069 de 13/07/1990 no seu art. 139, §2º que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente ;

Considerando a Lei Municipal nº949/2013 de 23/04/2013 no seu art.3º, §2º e 3º;

Considerando que em 07/12/2017 ocorreu a eleição para suplência do conselho Tutelar do município de Agronômica, conforme previsto no edital 01/2017 do CMDCA;

RESOLVE:

1-) Fica nomeada para função de Conselheira Tutelar,

Titular temporariamente, a Sra. HILZA GOMES DA SILVA, portadora da carteira de identidade nº 2.494.449, inscrita no CPF/MF nº701.381.339-72, até o vencimento da licença maternidade da conselheira tutelar titular Luciane Meneghetti.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 14 de Dezembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### Portaria Nº. 547/2017

Publicação Nº 1457581

PORTARIA N.º547/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agronômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. ALANA CARDOSO, matrícula n.º885, ocupante do cargo de provimento PROFESSORA LINGUA PORTUGUESA-NÃO HALITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a servidora municipal Sra. ALANA CARDOSO, matrícula n.º885, ocupante do cargo de provimento PROFESSORA LINGUA PORTUGUESA-NÃO HALITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### Portaria Nº. 548/2017

Publicação Nº 1457585

PORTARIA N.º548/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da

administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. VERONICA CABRAL DA SILVA, matrícula n.º921, ocupante do cargo de provimento PROFESSORA ANOS INICIAS- HABILITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

**RESOLVE:**

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a servidora municipal Sra. VERONICA CABRAL DA SILVA, matrícula n.º921, ocupante do cargo de provimento PROFESSORA ANOS INICIAS- HABILITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 549/2017**

Publicação Nº 1457586

PORTARIA N.º549 /2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. JUCELEIA MOTTIN DA SILVA, matrícula n.º886, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR MATEMÁTICA- HABILITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

**RESOLVE:**

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a servidora municipal Sra. JUCELEIA MOTTIN DA SILVA, matrícula n.º886, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR MATEMÁTICA- HABILITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 550/2017**

Publicação Nº 1457587

PORTARIA N.º 550/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES, matrícula n.º890, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - HALITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

**RESOLVE:**

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a servidora municipal Sra. ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES, matrícula n.º890, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - HALITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 551/2017**

Publicação Nº 1457600

PORTARIA N.º 551/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. REGINA DA SILVA, matrícula n.º908, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR-HISTÓRIA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

**RESOLVE:**

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a

servidora municipal Sra. REGINA DA SILVA, matrícula n.º908, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR-HISTÓRIA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº. 552/2017**

Publicação Nº 1457602

PORTARIA N.º552/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. SCHEILA CRISTINE VOSS, matrícula n.º887, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR ARTES-NÃO HALITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a servidora municipal Sra. SCHEILA CRISTINE VOSS, matrícula n.º887, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR ARTES-NÃO HALITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº. 553/2017**

Publicação Nº 1457604

PORTARIA N.º 553/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. ROSELI PRIES DE MELO, matrícula n.º897, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR ANOS INICIAS - HABILITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a servidora municipal Sra. ROSELI PRIES DE MELO, matrícula n.º897, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR ANOS INICIAS - HABILITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº. 554/2017**

Publicação Nº 1457605

PORTARIA N.º554 /2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. NEUZA WOISCZYK, matrícula n.º915, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR II, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a servidora municipal Sra. NEUZA WOISCZYK, matrícula n.º915, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR II, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 555/2017**

Publicação Nº 1457606

PORTARIA N.º 555 /2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sr. KLEBER LUIS ELEUTÉRIO, matrícula n.º884, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR GEOGRAFIA -NÃO HALITADO, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

**RESOLVE:**

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a servidora municipal Sr. KLEBER LUIS ELEUTÉRIO, matrícula n.º884, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR GEOGRAFIA -NÃO HALITADO, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 556/2017**

Publicação Nº 1458465

PORTARIA Nº 556/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando fundadas razões, conforme consta em memorando exarado pela escrivania do Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, Considerando que para o correto desempenho do relevante serviço público prestado nos Núcleos Escolares do Município, face o número de alunos regularmente matriculados naqueles estabelecimentos,

Considerando fator imprescindível, mantermos a qualidade do serviço que ali ofertamos e prestamos ao alunado,

Considerando o disposto no Art. 21º, da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, conforme as anteriores fundadas razões,

**RESOLVE:**

1-) Fica a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), alterada a carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais para 20 horas semanais, a jornada laboral das servidoras municipal Sra. JUREMA TESTONI ESPINDOLA, Matrícula nº 323, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, e lotação no Departamento da Educação, Sra. ROSANA MARIA MACHADO Matrícula nº 329 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II, e lotação no Departamento da Educação, Sra. SUELI MARIA BONOMINI PIAZZA Matrícula nº703 ocupante do cargo de provimento efetivo Nível III, e lotação no Departamento da Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 15 de Dezembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 557/2017**

Publicação Nº 1458466

PORTARIA Nº 557/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando fundadas razões, conforme consta em memorando exarado pela escrivania do Departamento de Educação, Cultura e do Desporto,

Considerando que para o correto desempenho do relevante serviço público prestado nos Núcleos Escolares do Município, face o número de alunos regularmente matriculados naqueles estabelecimentos,

Considerando fator imprescindível, mantermos a qualidade do serviço que ali ofertamos e prestamos ao alunado,

Considerando o disposto no Art. 21º, da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, conforme as anteriores fundadas razões,

**RESOLVE:**

1-) Fica a partir de 14/12/2017, (quatorze de dezembro de dois mil e dezessete), alterada a carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais para 20 horas semanais, a jornada laboral da servidora municipal Sra. ELIZETTI PEDROZO, Matrícula nº 332, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe 4, e lotação no Departamento da Educação, Cultura e do Desporto.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.



GABINETE DO PREFEITO, 15 de Dezembro de 2017.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 558/2017**

Publicação Nº 1458531

PORTARIA N.º558/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. VALDETE MARIA AVI PONTICELLI matrícula n.º874, ocupante do cargo de provimento DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

**RESOLVE:**

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a servidora municipal Sra. VALDETE MARIA AVI PONTICELLI matrícula n.º874, ocupante do cargo de provimento DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 559/2017**

Publicação Nº 1458532

PORTARIA N.º559/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. JANIA CARLA DOS SANTOS matrícula n.º920, ocupante do cargo de provimento de DIRETORA DA ESCOLA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

**RESOLVE:**

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 15/12/2017, (quinze de dezembro de dois mil e dezessete), para a servidora municipal Sra. JANIA CARLA DOS SANTOS matrícula n.º920, ocupante do cargo de provimento de DIRETORA DA ESCOLA, do quadro do município, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de DEZEMBRO de 2017.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal



# Alfredo Wagner

## CÂMARA MUNICIPAL

### HOMOLOGAÇÃO DE INSCRITOS CONCURSO N 01/2017

Publicação Nº 1458459

#### CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER - SC CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2017

### HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, **resolve** tornar público o presente Edital de Homologação dos Inscritos no Concurso Público, objeto do Edital n01/2017, de 06 de novembro de 2017, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. **A prova escrita será realizada no dia 17.12.2017**, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, na **Escola Reunida Balcino Matias Wagner**, situada na Rua Balcino Matias Wagner, Bairro Estreito, Alfredo Wagner - SC, das **9h às 12h**.
2. O candidato deverá comparecer ao local com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento oficial com foto e caneta esferográfica com tinta azul ou preta. Em uma eventual divergência poderá ser exigido o comprovante de pagamento da taxa de inscrição.
3. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

Alfredo Wagner, 14 de dezembro de 2017.

**EDENILSON RODRIGUES DE SOUZA**  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER - SC**  
**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2017**

**ANEXO ÚNICO**

**SECRETÁRIO (A)**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
778041	12/02/1982	Alair Steinheuser	4496558
776742	23/05/1983	Alexandre Felipe Cordeiro	43042627
749253	15/09/1994	Amanda Freiburger	6301671
775763	28/03/1984	Ana Maria Prust	44457243
762815	06/02/1993	Carla Kretzer	4858595
778693	13/02/1986	Cleusa Telles	4861543
778968	15/10/1983	Cynthia Wagner	43075410
746018	25/05/1988	Diana Jaqueline Silva Floriano	5081246
766021	22/08/1995	Edson Klauberg Junior	5528377
767626	30/11/1994	Filipe Dos Santos	6842924
757036	01/05/1991	Geverson Althoff Heiderscheidt	4575013
777885	18/01/1982	Graciane Seemann Ghisi Forster	3836036
753996	13/12/1985	Hilmara Wagner Beppler	44958528
778276	15/11/1992	Ingrid Grudtner	6172887
775971	05/10/1984	Jerusa Rode Da Silva	4029611
769665	31/07/1996	Larissa Steinik	6187712
759750	29/10/1992	Leonardo D'avila	6187165
766009	13/10/1992	Mario Sergio Kalbuch	5669486
763271	19/12/1995	Patricia Ramos	6301716
762469	03/08/1980	Rosenilda Neuhaus Chini	45962707

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017

Publicação Nº 1457401

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA – SC  
ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017

O Município de Alto Bela Vista, SC, através da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é o Registro de Preços para possível contratação de empresa(s) para prestação de serviços de horas/máquina de escavadeira hidráulica, escavadeira hidráulica com rompedor e caminhão caçamba basculante, sofreu alteração. Em virtude disto, o prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação ficam alterados para o dia 26 de dezembro de 2017, às 13h50, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 14h.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Setor de Compras do Município de Alto Bela Vista, situado à Rua do Comércio, nº 1015, Centro, em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 14 de dezembro de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 157, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457376

CONCEDER FÉRIAS Á SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionado.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
640	ROPSON ERVINO SCHWINGEL	08/07/2016	07/07/2017	11/12/2017	09/01/2018

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 11 de Dezembro de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

### PORTARIA Nº 158, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457378

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, VANIA MARILDE LAUTERT, matrículas 24 e 344, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II 20 HORAS, no período de 10 (Dez) dias, a contar de 12 de Dezembro de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Eduardo Maito Furlanetto CRM-SC 12897.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 12 a 21 de Dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 12 de Dezembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

## **PORTARIA Nº 159, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457383

CONCEDER FÉRIAS Á SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionado.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
56	IDENE WEBER GOSENHEIMER	01/01/2017	31/12/2017	14/12/2017	28/12/2017

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 14 de Dezembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017**

Publicação Nº 1458037

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2017

Objeto: Aquisição de uma colhedora de forragem nova.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 13h50 do dia 28/12/2017.

Abertura: às 14h do dia 28/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 07 de dezembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2017**

Publicação Nº 1458041

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2017

Objeto: Registro de Preços destinado a possível aquisição de gasolina comum, diesel comum e diesel S10, conforme a necessidade, para abastecimento da Frota de veículos e máquinas do Fundo Municipal de Saúde e do Município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 29/12/2017.

Abertura: às 09h do dia 29/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 14 de dezembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal



**Anita Garibaldi****PREFEITURA****EXTRATO DE DESPACHO DE REVOGAÇÃO PP 052/2017**

Publicação Nº 1458209

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de Madeira de ITAÚBA em M<sup>3</sup> destinados a Secretaria de Obras, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

**EXTRATO DE DESPACHO DE REVOGAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 e de conformidade com o § 3, do art. 49, do citado diploma legal, torna-se pública a REVOGAÇÃO do processo licitatório em referência, devido a queda na arrecadação do Município. Isto posto, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para o direito ao contraditório e a ampla defesa a contar da data desta publicação.

Anita Garibaldi, SC, 14 de Dezembro de 2017.

João Cidinei da Silva

Prefeito

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 118/2017

Publicação Nº 1457982

DECRETO Nº 118/17 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 17.568,02 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 545,59

11.01.10.301.0007.2.029-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 266,51

11.01.10.301.0007.2.026-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 16.755,92

Art 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 17.568,02

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 200/2017

Publicação Nº 1457495

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 200/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 092/2017 – Processo Licitatório nº 126/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA – EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material gráfico para uso em diversas secretarias do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame com relação aos itens n. 01, 02, 03 e 04, com valor total estimado em R\$ 3.495,00 (três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais). Prazo: 11/12/2017 - 11/12/2018.

Antônio Carlos, 14 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO- ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 201/2017, 202/2017, 203/2017, 204/2017

Publicação Nº 1457508

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 201/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 91/2017 – Processo Licitatório nº 125/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: MO-DELO PNEUS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame com relação aos itens 01, 07, 09, 18, 20, 25, 26 e 36, com valor total estimado em R\$ 214.762,00 (duzentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e dois reais). Prazo: 12/12/2017 - 12/12/2018.

Ata de Registro de Preço nº 202/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 91/2017 – Processo Licitatório nº 125/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: JOAÇABA PNEUS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame com relação aos itens 03, 05, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 22, 28, 30, 31, 32 e 34, com valor total estimado em R\$ 254.274,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais). Prazo: 12/12/2017 - 12/12/2018.

Ata de Registro de Preço nº 203/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 91/2017 – Processo Licitatório nº 125/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame com relação aos itens 02, 04, 06, 08, 21, 37, 38, 39 e 40, com valor total estimado em R\$ 47.698,82 (quarenta e sete mil, seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos). Prazo: 12/12/2017 - 12/12/2018.

Ata de Registro de Preço nº 204/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 91/2017 – Processo Licitatório nº 125/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: BELLENZIER PNEUS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame com relação aos itens 11, 13, 19, 27 e 29, com valor total estimado em R\$ 160.704,00 (cento e sessenta mil, setecentos e quatro reais). Prazo: 12/12/2017 - 12/12/2018.

Antônio Carlos, 14 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**PORTARIA N 567/2017**

Publicação Nº 1458211

PORTARIA Nº 567/2017  
Concede férias a servidores

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias aos servidores abaixo discriminados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE GOZO
GRASIELA MARIA SIMÃO SILVINO	TECNICO DE ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	01/04/2016 a 31/03/2017	08/01/2018 a 06/02/2018
ANDREZA SIMAS LOPES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	14/07/2016 a 13/07/2017	02/01/2018 a 31/01/2018
JUCÉLIA LINO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	16/08/2015 a 15/08/2016	02/01/2018 a 31/01/2018

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de dezembro de 2017.

**PORTARIA N 568/2017**

Publicação Nº 1458214

PORTARIA Nº 568/2017  
Concede Licença Prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PRÊMIO, por 30 dias, ao servidor LUIZ CLAUDIO DOS REIS, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO 20H, a partir de 02 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 03/05/1993 a 02/05/1998.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de dezembro de 2017.

**PORTARIA N 569/2017**

Publicação Nº 1458218

PORTARIA Nº 569/2017  
Dispensa ACT's.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, por término de contrato, ocupantes do cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 16 de dezembro de 2017, conforme abaixo relacionado:

JADNA DE OLIVEIRA CORREA  
UESLEI DE LIMA DELA JUSTINA  
JULIANE HACK  
VANEISSA TATIANA DOS SANTOS  
RODRIGO NAU  
GIOVANE FERNANDES DA SILVA  
ROSANGELA BORGES DOS SANTOS  
RODRIGO RICHARTZ  
DAMIRIS DA SILVA  
KEFER JOHANNES PEREIRA DA ROSA  
IVANA DE SOUZA SIFUENTES BARBOSA

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de dezembro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de dezembro de 2017.

## **PORTARIA N 570/2017**

Publicação Nº 1458222

PORTARIA Nº 570/2017  
Dispensa ACT's.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, por término de contrato, ocupantes do cargo temporário de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 16 de dezembro de 2017, conforme abaixo relacionado:

FERNANDA APARECIDA PEPPLER SIMONES  
LUZIA LIDIA GUESSER SCHERER  
CLEIA COUTO DE SOUZA  
ILENE GUMS MAYER

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de dezembro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal  
Publicada a presente Portaria em 15 de dezembro de 2017.

## **PORTARIA N 571/2017**

Publicação Nº 1458224

PORTARIA Nº 571/2017  
Dispensa ACT's.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, por término de contrato, ocupantes do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA, a partir de 16 de dezembro de 2017, conforme abaixo relacionado:

RAFAELA PAULA FREITAS  
JANINE NUNES ROSAR  
LUANA KREMER DE SOUZA  
VIVIANE MARTINS WEBER  
ANA PAULA LAUREANO RICARDO  
LILIAN MARTINS VARELA  
SEZIANE TURATTO GUESSER  
BRUNA SCHMITT GOULART  
EDNA CRISTOFOLINI RODE  
PRISCILA DA SILVA MARTINHO  
JOAO ERNESTO LEITE  
ANA MARGARETE PEPPLER BESEN  
IRENE COELHO DOS SANTOS  
FABIANA LOHN

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de dezembro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal  
Publicada a presente Portaria em 15 de dezembro de 2017.

# Apiuna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2874

Publicação Nº 1457621

DECRETO Nº2874/2017

De 11/12/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com a Lei nº 812/2016 de 17/11/2016: Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 128.683,64 (Cento e vinte e oito mil seiscentos e oitenta e três Reais e sessenta e quatro centavos) da seguinte dotação orçamentária:

02	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	
001	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	
0004.0122.0201.2020	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	8.478,57
	Subtotal	8.478,57
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Atividades Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
0012.0361.0402.2049	Manutenção e Funcion. do Transporte Escolar Ens. Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Recursos de Impostos e Transf. de Imp. Educação	204,76
	Subtotal	204,76
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Recursos de Impostos e Transf. de Imp. Educação	73.381,09
	Subtotal	73.381,09
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	36.055,48
	Subtotal	36.055,48
03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	

31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.200,61
	Subtotal	5.200,61
07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0020.0606.0702.2070	Assistência e Apoio ao Produtor Rural	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	289,97
	Subtotal	289,97
08	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
001	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
0023.0695.0801.2085	Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	109,48
	Subtotal	109,48
09	Fundo Municipal de Assistência Social	
001	Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	3.577,66
	Subtotal	3.577,66
13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.386,02
	Subtotal	1.386,02
	TOTAL	128.683,64

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna e da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 128.683,64 (Cento e vinte e oito mil seiscentos e oitenta e três Reais e sessenta e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

02	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	
001	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	
0004.0122.0201.2020	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	731,50
	Subtotal	731,50
0004.0122.0201.2020	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
30000000000000	Despesas Correntes	



33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	7.747,07
	Subtotal	7.747,07
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Atividades Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
0012.0361.0402.2049	Manutenção e Funcion. do Transporte Escolar Ens. Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Recursos de Impostos e Transf. de Imp. Educação	204,76
	Subtotal	204,76
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Recursos de Impostos e Transf. de Imp. Educação	73.381,09
	Subtotal	73.381,09
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	36.055,48
	Subtotal	36.055,48
03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.200,61
	Subtotal	5.200,61
07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0020.0606.0702.2070	Assistência e Apoio ao Produtor Rural	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	289,97
	Subtotal	289,97
08	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
001	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
0023.0695.0801.2085	Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	109,48
	Subtotal	109,48
09	Fundo Municipal de Assistência Social	
001	Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	

10.000	Recursos Ordinários	3.577,66
	Subtotal	3.577,66
13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.386,02
	Subtotal	1.386,02
	TOTAL	128.683,64

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 11 de Dezembro de 2017.  
**JOSÉ GERSON GONÇALVES**  
 Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2875

Publicação Nº 1457623

DECRETO Nº 2875/2017

De 11/12/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

### DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna, o valor de R\$ 6.581,47 (Seis mil quinhentos e oitenta e um Reais e quarenta e sete centavos) da seguinte classificação orçamentária:

13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaços Esportivos	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	4.950,04
	Subtotal	4.950,04
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0785.0603.1063	Elaboração de Projetos e Pavimentação de Ruas	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.631,43
	Subtotal	1.631,43
	TOTAL	6.581,47

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de Dezembro de 2017.  
**JOSÉ GERSON GONÇALVES**  
 Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

### PREGÃO 103.2017

Publicação Nº 1457918

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 120/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública.  
Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das Propostas: até 13h45 do dia 29/12/2017.  
Abertura: às 14h00 do dia 29/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 08 de dezembro de 2017  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

### RETIFICAÇÃO ATA TP 05.2017

Publicação Nº 1457176

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2017. OBJETO: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução da obra de cercamento do Grupo Escolar Paulo Freire e do Pré-Escolar Cinderela.

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Arabutã, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 2004/2017, sob a presidência da Senhora Glaucia Pottratz, membros a Senhorita Deise Karin Morche e a Senhorita Maila Kreibin, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Aberta a sessão pública verificou-se que nenhuma empresa havia protocolizado envelopes para o presente certame. Diante da falta de interesse de eventuais participantes, a Presidente declarou encerrado este processo licitatório, sendo considerado deserto. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão de Licitações.

GLAUCIA POTTRATZ  
Presidente da CPL

MAILA KREIBIN  
Membro da CPL

DEISE KARIN MORCHE  
Membro da CPL

# Arvoredo

## PREFEITURA

### PORTARIA 203/2017

Publicação Nº 1457189

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO  
PORTARIA Nº. 203, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede Licença por Motivo de falecimento de familiar

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e

Considerando, o que prevê a Alínea "b", do Inciso II, do Art. 105 da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora, MARLOVA SOMENSI ZANCANARO, que ocupa o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença por Motivo de Falecimento de familiar (pai), pelo período de 05 dias, compreendidos de 11 á 15 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

### PORTARIA 204/2017

Publicação Nº 1457190

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº. 204, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Exonera Servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo e,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica exonerado o Servidor ROBSON ROBERTO FACHINI, do cargo de Motorista de Caminhão, do Quadro de Cargos Admitido em Caráter Temporário.

Parágrafo Único. A presente exoneração tem seus efeitos a partir da data de 30 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativa

**Ascurra****PREFEITURA****ATA DE PREÇOS REGISTRADOS PREGÃO 72/2017**

Publicação Nº 1457673

PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra/SC, CEP 89.138-000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, em conjunto com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.241.709/0001-03, com sede na Rua de Lurdes, n. 47, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Ascurra (SC), neste ato representado pelo Senhor ENILSON ERLEY DE FREITAS, Secretário de Saúde e Assistência Social, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 72/2017, RESOLVEM registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADAS, DE JARDINAGEM E DE LIMPEZA DE FUGA NOS LOCAIS EM QUE HOUVER NECESSIDADE NO MUNICÍPIO DE ASCURRA, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

D6 SERVIÇOS E OBRAS EIRELI ME				
Item e Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1. SERVIÇOS DE ROÇADA.	1.000.000	M2	R\$ 0,10	R\$ 100.000,00
2. SERVICOS DE JARDINAGEM	50.000	M2	R\$ 0,40	R\$ 20.000,00
3. SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FUGA (PAVER E CALÇADAS).	50.000	M2	R\$ 1,00	R\$ 50.000,00

1.2 Este instrumento não obriga o MUNICIPIO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 72/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

**3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura desta ata.

**4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES**

4.1 Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Município, sendo que na ocasião do contato a empresa será convocada para, em até 48 (quarenta e oito) horas, comparecer ao local e elaborar orçamento prévio dos serviços a serem prestados, para posterior emissão de ordem de compra pelo Setor de Compras e Licitações. Os serviços serão iniciados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Compra.

4.2 São obrigações da contratada:

- a) Prestar os serviços conforme especificações no edital, termo de referência e contrato administrativo;
- b) Fornecer à contratante todas as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços;
- c) Fornecer o número de funcionários adequados para que os serviços sejam prestados com presteza e agilidade;
- d) Fornecer todos os materiais, produtos e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades de limpeza e conservação imprescindíveis ao cumprimento dos serviços contratados. Todos os equipamentos, ferramentas e instrumentos deverão estar em bom estado de conservação. A contratada deverá identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares do Município de Ascurra. O Município de Ascurra se reserva o direito de recusar os materiais, produtos e equipamentos utilizados pela CONTRATADA para a prestação dos serviços, nos casos em que a qualidade apresentada seja inadequada ao fim que se destina.
- e) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao Município ou a terceiros (incluindo dano ao patrimônio, sendo móveis ou imóveis), decorrente de sua culpa ou dolo na execução do serviços deste termo de referência;
- f) Responsabilizar-se pelo fornecimento de equipamentos de segurança, uniformes, despesas de alimentação, transporte e hospedagem

que se fizerem necessários;

g) Responsabilizar-se pela correta destinação do lixo verde, resíduos e entulhos decorrentes da prestação dos serviços;

h) Emitir nota fiscal dos serviços prestados efetuando os devidos recolhimentos tributários que a Lei exige, entregando-a ao Setor de Compras e Licitações para dar prosseguimento ao pagamento.

#### 4.3 São obrigações do Município:

a) Cumprir as obrigações contratuais;

b) Fornecer a contratada todas as informações necessários para o desenvolvimento dos serviços, com esclarecimento de eventuais dúvidas;

c) Permitir o livre acesso dos funcionários da contratada para a execução dos serviços;

d) Efetuar o pagamento, nos prazos e condições definidos no edital e seus anexos.

#### 5. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias dos exercícios de 2017 e 2018:

DOTAÇÕES							
Exercício da despesa	Referência	Órgão	Unidade	Ação	Plano	Subelemento	Vínculo
2017/2018	420	03	001	2007	3339000000000000	333903921000000	01120000
2017/2018	420	03	001	2007	3339000000000000	333903978000000	01120000
2017/2018	425	03	001	2042	3339000000000000	333903921000000	01000000
2017/2018	425	03	001	2042	3339000000000000	333903978000000	01000000
2017/2018	436	04	001	2009	3339000000000000	333903921000000	01010000
2017/2018	436	04	001	2009	3339000000000000	333903978000000	01010000
2017/2018	446	04	001	2062	3339000000000000	333903921000000	01010000
2017/2018	446	04	001	2062	3339000000000000	333903978000000	01010000
2017/2018	459	04	001	2013	3339000000000000	333903921000000	01010000
2017/2018	459	04	001	2013	3339000000000000	333903978000000	01010000
2017/2018	470	04	002	2008	3339000000000000	333903921000000	01000000
2017/2018	470	04	002	2008	3339000000000000	333903978000000	01000000
2017/2018	475	06	001	2015	3339000000000000	333903921000000	01000000
2017/2018	475	06	001	2015	3339000000000000	333903978000000	01000000
2017/2018	488	07	001	2016	3339000000000000	333903921000000	01000000
2017/2018	488	07	001	2016	3339000000000000	333903978000000	01000000
2017/2018	513	03	001	2002	3339000000000000	333903921000000	01000000
2017/2018	513	03	001	2002	3339000000000000	333903978000000	01000000
2017/2018	520	03	001	2007	3339000000000000	333903921000000	01100000
2017/2018	520	03	001	2007	3339000000000000	333903978000000	01100000
2017/2018	521	03	001	2007	3339000000000000	333903921000000	01110000
2017/2018	521	03	001	2007	3339000000000000	333903978000000	01110000
2017/2018	551	09	001	2019	3339000000000000	333903921000000	01000000
2017/2018	551	09	001	2019	3339000000000000	333903978000000	01000000


#### 6. REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

##### 6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

##### 6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.



6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 A Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos materiais adquiridos.

## 9. DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos materiais já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

- 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
- 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
- 10.2.2.6 No valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia no atraso injustificado na prestação dos serviços, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior.
- 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Ascurra, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.
- 10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- 10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;
- 10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11. DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Ascurra, 14 de dezembro de 2017. MUNICÍPIO DE ASCURRA  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ENILSON ERLEY DE FREITAS  
CONTRATANTE

D6 SERVIÇOS E OBRAS EIRELI ME  
REPRESENTANTE LEGAL  
CONTRATADA

## ATA DE PREÇOS REGISTRADOS PREGÃO 73/2017

Publicação Nº 1457674

PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra/SC, CEP 89.138-000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, em conjunto com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.241.709/0001-03, com sede na Rua de Lurdes, n. 47, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Ascurra (SC), neste ato representado pelo Senhor ENILSON ERLEY DE FREITAS, Secretário de Saúde e Assistência Social, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 73/2017, RESOLVEM registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

## 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando o EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE ASCURRA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, A SEREM FORNECIDOS MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA VENCEDORA, CONFORME QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

MARIAN MATTER DIST. E COM DE COMB LTDA.				
Item e Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1. GASOLINA	40.000	LITROS	R\$ 3,86	R\$ 154.400,00
2. GASOLINA ADITIVADA	10.000	LITROS	R\$ 3,86	R\$ 38.600,00
3. OLEO DIESEL S-10	65.000	LITROS	R\$ 3,26	R\$ 211.900,00
4. ÓLEO DIESEL S-500	120.000	LITROS	R\$ 3,18	R\$ 381.600,00

1.2 Este instrumento não obriga o MUNICIPIO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 73/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

## 3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura desta ata.

## 4. DO FORNECIMENTO DOS COMBUSTÍVEIS

4.1 A aquisição dos combustíveis será parcelada durante o exercício de 2017 e 2018, em atendimento às requisições periódicas escritas e expedidas por servidor público municipal designado pela Administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento do contrato.

4.1.1 O abastecimento dos veículos deverá ser executado no posto de abastecimento da empresa contratada – com fornecimento imediato, e ocorrerá conforme a necessidade do Município.

4.2 Se o abastecimento dos veículos não for realizado, sem justificativa ou com justificativa não aceita, o Município de Ascurra aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.3 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal/fatura correspondente as quantias entregues realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.4 O combustível deverá ser de primeira qualidade e estar de acordo com as normas técnicas vigentes.

4.5 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar a suas expensas os combustíveis que vierem a ser recusados, sendo que o recebimento não importará sua aceitação.

4.6 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos combustíveis, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.7 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos combustíveis.

## 5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias dos exercícios de 2017 e 2018:

DOTAÇÕES							
Exercício da despesa	Referência	Órgão	Unidade	Ação	Plano	Subelemento	Vínculo
2017/2018	405	09	001	2032	3339000000000000	3339030010000000	03350300
2017/2018	409	07	001	2016	3339000000000000	3339030010000000	03390100
2017/2018	410	07	001	2016	3339000000000000	3339030010000000	03390200
2017/2018	425	03	001	2042	3339000000000000	3339030010000000	01000000
2017/2018	442	04	001	2011	3339000000000000	3339030010000000	01010000
2017/2018	444	04	001	2011	3339000000000000	3339030010000000	01620200
2017/2018	475	06	001	2015	3339000000000000	3339030010000000	01000000
2017/2018	488	07	001	2016	3339000000000000	3339030010000000	01000000
2017/2018	489	07	001	2016	3339000000000000	3339030010000000	01070000
2017/2018	490	07	001	2016	3339000000000000	3339030010000000	01390100
2017/2018	498	07	001	2061	3339000000000000	3339030010000000	01080000
2017/2018	513	03	001	2002	3339000000000000	3339030010000000	01000000
2017/2018	551	09	001	2019	3339000000000000	3339030010000000	01000000
2017/2018	556	05	001	2025	3339000000000000	3339030010000000	03380100
2017/2018	561	05	001	2025	3339000000000000	3339030010000000	03380900
2017/2018	567	05	001	2025	3339000000000000	3339030010000000	03381100
2017/2018	581	05	001	2025	3339000000000000	3339030010000000	01380100
2017/2018	583	05	001	2025	3339000000000000	3339030010000000	01380600
2017/2018	584	05	001	2025	3339000000000000	3339030010000000	01380900
2017/2018	586	05	001	2025	3339000000000000	3339030010000000	01381100
2017/2018	606	05	001	2024	3339000000000000	3339030010000000	01020000

## 6. REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

### 6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

### 6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

### 8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos materiais adquiridos.

## 9. DA RESCISÃO DA ATA

### 9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos materiais já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição

Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### 10. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia no atraso injustificado no fornecimento de combustíveis, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Ascurra, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### 11. DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Ascurra, 14 de dezembro de 2017. MUNICÍPIO DE ASCURRA

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ENILSON ERLEY DE FREITAS

CONTRATANTE

MARIAN MATTER DIST. E COM DE COMB LTDA.

JORGE LUIZ MATTER

CONTRATADA



**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 86/2017**

Publicação Nº 1457407

Município de Ascurra

Extrato de contrato n. 86/2017 ref. Credenciamento n. 34/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Igor Renan da Silva Borges do Amaral

CPF: 091.061.309-50

Objeto: Serviços de arbitragem e/ou mesário e/ou assistente, para atender, em regime de rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da CME, para o ano de 2017, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 34/2017

Vigência: 31/12/2017

Ascurra, 9 de dezembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 75/2017**

Publicação Nº 1458493

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 75/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Par Projetos de Engenharia e Arquitetura LTDA - ME

CNPJ: 16.669.975/0001-47

Objeto: Contratação de empresa especializada para a atualização do projeto arquitetônico básico com a revisão e atualização dos sistemas preventivos contra incêndio do Centro de Educação Infantil Dona Julia Bonelli e do Centro de Educação Infantil Professora Onorata Zonta Dalfovo, incluindo a elaboração de memorial descritivo do projeto preventivo e emissão de ART dos projetos

Vigência: 4 (quatro) meses

Ascurra, 15 de dezembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 74/2017**

Publicação Nº 1457542

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 74/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 11/01/2018, às 9 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CENTRAL TELEFÔNICA HÍBRIDA (PABX IP) MEDIANTE LOCAÇÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 100 (CEM) RAMAIS IP, TRONCO E1 DIGITAL R2/ISDN COM 30 CANAIS, URA MULTINÍVEL E DEMAIS ITENS CONSTANTES NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, INCLUINDO MÃO DE OBRA TÉCNICA PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, INSTRUÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA, MANUTENÇÃO DA CENTRAL E GARANTIA, BEM COMO A AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS IP COMPATÍVEIS COM A CENTRAL, conforme informações previstas no edital e termo de referência.

Ascurra, 15 de dezembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### DECRETO 100/2017

Publicação Nº 1458387

DECRETO/GP/Nº 100/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município c/c art. 3º II da Lei 278/2016 e ainda pela Lei 023/2013;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica composto o Conselho de Alimentação Escolar, conforme abaixo discriminado:

A) Conselheiros da Educação:

I – Eliane Vrieling (Titular/Presidente); Dorizete Casagrande (Suplente);

II – Gesiane Dalpra (Titular/2º Secretário); Maria Lúcia Campos Castelan (Suplente);

B) Conselheiros dos Pais e Alunos:

III – Franciele Cardoso (Titular); Denise Fernandes (Suplente);

IV – Edinaldo Garcia (Titular); Jaquitane Fernandes (Suplente);

C) Conselheiros da sociedade civil:

V – Luciane Martins Machado (Titular/Vice-Presidente); Rafael Cechinel (Suplente);

VI – Damares dos Santos Taraskevicius (Titular); Maria Sirlei M. dos Santos (Suplente);

D) Conselheiros do Poder Executivo:

VII – Cristiane Aparecida Onghero (Titular/1º Secretário); Caroline Costa da Rosa (Suplente);

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão – SC, 14 de dezembro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 14 de dezembro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 101/2017

Publicação Nº 1458400

DECRETO/GP/Nº 101/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Este decreto nomeia a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, conforme rege a Lei nº 287/2017 do Município.

Art. 2º. A Comissão de Avaliação de Estágio Probatório será composta pelos seguintes servidores:

I – Adroaldo Faraco;

II – Dolores da Luz Silva;

III – Maiara Gabriel de Melo;

IV – Simoni Martins (Representante do SINDSERPI);

V – Maria Aparecida Vieira (Representante do SINDSERPI).

Art. 3. A avaliação a ser feita pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório observará a Lei nº 287/2017.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 14 de dezembro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 14 de dezembro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

## ATA 029/PMBR/2017 - RP 093/PMBR/2017

Publicação Nº 1457921

Página: 1/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2017**

Número do Registro de Preços: 29/2017 Data do Registro: 14/12/2017 Válido até: 14/12/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA PARA USO NO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ASSADEIRA RETANGULAR DE ALUMÍNIO, TAMANHO GRANDE COM 20-25CM COMPRIMENTO E 30-35CM DE LARGURA, 6 CM DE ALTURA, 3,0-3,5MM DE ESPESSURA	UN	ARTEDANIO SILVA VIERA EPP (1634)	ALUNFUR	0	27,0000	1
2	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS, CONJUNTO DE APOIO DOS QUEIMADORES EM AÇO, COM 40 MM DE LARGURA E 1/8" DE ESPESSURA, COM FURAÇÃO PARA ENCAIXE - TAMPO (TEMPER) CONSTITUÍDO EM CHAPA DE AÇO, CHAPA 14 (1,90MM), ORBITA ATRAVÉS DE CORTE A LASER, EM UMA PEÇA ÚNICA, ONDE SE ENCAIXAM AS GRELHAS, 3 QUEIMADORES SIMPLES E 3 QUEIMADORES DUPLIS, COM CONTROLE INDIVIDUAL DAS CHAMAS, USO COM GÁS DE BOTILHO, TUBO DE DISTRIBUIÇÃO SEM COSTURA, COM DIÂMETRO INTERNO DE 1", FIXADO AO FOGÃO POR MEIO DE 4 SUPORTES EM METAL FUNDIDO, FIXADOS À ESTRUTURA ATRAVÉS DE PARAFUSOS SEXTAVADOS E PORÇAS EM AÇO. O TUBO DE DISTRIBUIÇÃO DEVERÁ CONTOURNAR TODO O FOGÃO E A ENTRADA DO GÁS SE FAZ ATRAVÉS DE CONEXÃO TIPO "T", DE 1", COM REDUÇÃO PARA 1/2", SITUADA NO PONTO MÉDIO DA LATERAL ESQUERDA DO FOGÃO. AO "T" DEVERÁ SER ACOPLADO UM NIPLE DUPLO DE 1/2" QUE POR SUA VEZ, DEVERÁ SER CONECTADO AO TERMINAL DE ACOPLAMENTO QUANDO DA INSTALAÇÃO DO FOGÃO, DIMENSÕES MÍNIMAS: ALTURA 800 MM, LARGURA 1100 MM, PROFUNDIDADE 825 MM, COM PORTA PANELES, ESTRUTURA FABRICADA EM AÇO GALVANIZADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR GRAFITE, COM BANDEJA COLETOIRA DE RESÍDUOS.	UN	ARTEDANIO SILVA VIERA EPP (1634)	VENANCIO	0	902,0000	1
3	CHALEIRA DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE DE 4 LITROS, RESISTENTE, CABO DOBRÁVEL E ALÇA REVESTIDO EM MATERIAL ANTITÉRMICO.	UN	ARTEDANIO SILVA VIERA EPP (1634)	ALUNFUR	0	83,0000	1
4	BULE PARA CAFÉ EM INOX TIPO HOTEL, EM ALUMÍNIO, CAPACIDADE PARA 3 LITROS, CABO EM BAQUELITE, TAMPA DE MESMO MATERIAL, DIÂMETRO DA BOCA 10CM, DIÂMETRO DO FUNDO 13CM, ALTURA: 19CM	UN	ARTEDANIO SILVA VIERA EPP (1634)	ALUNFUR	0	90,0000	1
6	BATEDeira PLANETÁRIA POTÊNCIA 500W, EM AÇO INOX, COM NO MÍNIMO 8 POTÊNCIAS, FREQUÊNCIA 50-60HZ VOLTAGEM 220V ALTURA 620MM LARGURA 400MM PROFUNDIDADE 670MM, BASE ANTIDERRAPANTE, CONSUMO 0,37KW/H, PESO LÍQUIDO 12,8KG, PESO BRUTO 13,3KG	UN	ARTEDANIO SILVA VIERA EPP (1634)	OSTER	0	2,490,0000	1
7	BATEDeira PLANETÁRIA POTÊNCIA 300W, EM AÇO INOX, COM NO MÍNIMO 8 POTÊNCIAS, VOLTAGEM 220V ALTURA MÍNIMA DE 310MM LARGURA MÍNIMA DE 225MM COMPRIMENTO MÍNIMA DE 370MM, BASE ANTIDERRAPANTE, CONSUMO 0,37KW/H, PESO LÍQUIDO ENTRE 3,56,0KG	UN	ARTEDANIO SILVA VIERA EPP (1634)	ARNO	0	1,345,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2017**

Página: 27

Número do Registro de Preços: 29/2017			Data do Registro: 14/12/2017			Válido até: 14/12/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA PARA USO NO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
8	REFRIGERADOR, GELADEIRA, TENSÃO 220 V, CONSUMO DE ENERGIA CLASSE A, COR BRANCA, COM 2 PORTAS, CAPACIDADE MÍNIMA (LITROS): TOTAL DE 483 LITROS, SENDO DESTES TOTAL, 368 LITROS DE REFRIGERADOR E 115 LITROS DE FREEZER.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	PANASONIC	0	3.100,0000	1	
9	FREEZER TIPO HORIZONTAL COM CAPACIDADE LÍQUIDA 519 LITROS, DIMENSÕES (LXAXP) 151,8 X 100,5 X 81,5 CM, PESO 94 KG, VOLTAGEM: 220; 110 DETALHES DO PRODUTO: GABINETE INTERNO E EXTERNO COM CHAPA DE AÇO PINTADO; 4 PÉS COM RODÍZIO; DUPLA FUNÇÃO COM ACIONAMENTO FRONTAL COM UM GRADE DE DIVISÓRIA, OPÇÃO DE CONGELAMENTO RÁPIDO, ACABAMENTO/COR: BRANCO GARANTIA DE 01 ANO.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	CONSUL	0	2.481,0000	1	
11	TOUÇAS DESCARTÁVEIS, RESISTENTES, EM TNT, COM BORDAS TOTALMENTE PROVIDAS DE ELÁSTICOS. COMPOSIÇÃO: 100% POLIPROPILENO, HIPOALERGÊNICO. EMBALAGEM: CAIXA OU PACOTE COM 100 UNIDADES. UNIDADE DE COMPRA: PACOTES CONTENDO 100 UNIDADES. DEVEM CONSTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DE LOTE, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NO MS, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO FABRICANTE EXIGIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	VABENE	0	7,5000	1	
12	LUVA DE VINIL, TRANSPARENTE, DESCARTÁVEL COM AMIDO EM PÓ, NÃO CONTENDO LÁTEX, DE CANO CURTO, CONTENDO 100 UNIDADES POR CAIXA.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	VABENE	0	15,5000	1	
14	LIQUIDIFICADOR DE ALTA ROTAÇÃO, EM AÇO INOX, SILENCIOSO, COPO INOX 2,0 L, 18000 RPM - 800W - 220V	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	J COLOMBO	0	455,0000	1	
15	GARRAFA TÉRMICA: MATERIAL EXTERNO EM PLÁSTICO, MATERIAL INTERNO VIDRO, COM TAMPÃO, CAPACIDADE 1,80 LITROS COR VARIADA, COM SISTEMA ACIONAMENTO PRESSIONANDO NA TAMPA DA GARRAFA.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	TERMOLAR	0	71,0000	1	
16	TORNEIRA ELÉTRICA DE PAREDE RESISTENTE, COM TRÊS OPÇÕES DE TEMPERATURA E BICA MÓVEL COM AREJADOR ARTICULÁVEL, TENDO DE PESO: 0,632 KG, POTÊNCIA: 5500W, TENSÃO: 220V, MATERIAL: PLÁSTICO, TEMPO DE GARANTIA: 1 ANO.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	HIDRA	0	189,0000	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2017**

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 29/2017		Data do Registro: 14/12/2017		Válido até: 14/12/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA PARA USO NO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	BOBINA DE SACO PLÁSTICO, CONTENDO 500 UNIDADES EM CADA ROLO, PARA USO DE EMBALAGEM DE FRUTAS, VERDURAS, LEGUMES E ALIMENTOS EM GRAL. MATERIAL POLIETILENO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3 LITROS. SENDO FECHADA COM SELADORA TÉRMICA.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	ORLEPLAST	0	15,0000	1
18	BOBINA DE SACO PLÁSTICO, CONTENDO 500 UNIDADES EM CADA ROLO, PARA USO DE EMBALAGEM DE FRUTAS, VERDURAS, LEGUMES E ALIMENTOS EM GRAL. MATERIAL POLIETILENO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 LITROS. SENDO FECHADA COM SELADORA TÉRMICA.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	ORLEPLAST	0	16,0000	1
20	PLACA DE CORTE EM POLIPROPILENO, 30X50CM NO MÍNIMO 10MM DE ESPESURA, COM CANALETA PARA ESCOAMENTO E FURO PARA PENDURAR.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	AROPLAST	0	58,0000	1
22	JARRA GRADUADA EM POLIPROPILENO TRANSLÚCIDO, CAPACIDADE DE 3 LITROS, COM BICO E ALÇA E TAMPA, COM GRADUAÇÃO	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	JAGUAR	0	10,5300	1
23	JARRA GRADUADA EM POLIPROPILENO TRANSLÚCIDO, CAPACIDADE DE 1 LITROS, COM BICO E ALÇA E TAMPA, COM GRADUAÇÃO	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	JAGUAR	0	6,9000	1
24	XÍCARA CAPACIDADE PARA 350ML, ALTO, SEM PIRES, EM VIDRO TEMPERADO TRANSPARENTE (TIPO DURALEX/MARINEX OU QUALIDADE SUPERIOR), SUPERFÍCIE TOTALMENTE LISA, DIMENSÕES DE 14 CM.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	NADIR	0	10,5000	1
25	PRATO FUNDO PARA REFEIÇÃO EM VIDRO TRANSPARENTE/INCOLOR LISO, SEM RANHURAS E RELEVOS (TIPO DURALEX/MARINEX OU QUALIDADE SUPERIOR), EM VIDRO TEMPERADO, MEDINDO 22,6,0X11,9.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	NADIR	0	7,7500	1
26	LIXEIRA CILÍNDRICA EM POLIETILENO, COM TAMPA ACIONADA POR PEDAL, EM AÇO GALVANIZADO, COR BRANCA, DIMENSÕES APROXIMADAS 44X60CM, CAPACIDADE PARA 30 LITROS.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	AROPLAST	0	155,0000	1
27	LIXEIRA CILÍNDRICA EM POLIETILENO, COM TAMPA ACIONADA POR PEDAL, EM AÇO GALVANIZADO, COR BRANCA, DIMENSÕES APROXIMADAS 44X60CM, CAPACIDADE PARA 50 LITROS.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	AROPLAST	0	255,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2017**

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 29/2017 Data do Registro: 14/12/2017 Válido até: 14/12/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA PARA USO NO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	COLHER DE MESA EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM NO MÍNIMO 177MM DE COMPRIMENTO E 1,6MM DE ESPESURA (TALHERES MONOBLOCOS, OBTIDOS DE UMA ÚNICA PEÇA, SEM EMENDAS), APRESENTAR AMOSTRA.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	SIMONAGGIO	0	4,1500	1
33	CAIXA ORGANIZADORA BOX RETANGULAR EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA COM ALÇA, TRANSPARENTE, MEDINDO PELO MENOS 326X138 MM EM LARGURA E ALTURA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 5-7 LITROS, COM TAMPA COMPATIVEL AO TAMANHO DA CAIXA, DE MESMO MATERIAL.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	AROPLAST	0	27,0000	1
34	CAIXA ORGANIZADORA BOX RETANGULAR EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA COM ALÇA, TRANSPARENTE, MEDINDO PELO MENOS 326X138 MM EM LARGURA E ALTURA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 13,7 LITROS, COM TAMPA COMPATIVEL AO TAMANHO DA CAIXA, DE MESMO MATERIAL.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	AROPLAST	0	34,0000	1
37	BACIA BRANCA, REDONDA, CANELADA, EM POLIPROPILENO REFORÇADO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 150X380MM, ESPESURA DE 1,2; CAPACIDADE APROXIMADA DE 17 LITROS.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	AROPLAST	0	12,6000	1
38	BACIA BRANCA, REDONDA, EM POLIPROPILENO REFORÇADO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 100X320MM E ESPESURA DE 1,1; CAPACIDADE APROXIMADA DE 9 LITROS, COM GRADUAÇÃO.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	AROPLAST	0	9,4000	1
39	CAIXA MONOBLOCO EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, FECHADA, EMPILHÁVEL, COR BRANCA, ESPESURA DA PAREDE 0,1MM, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 15 LITROS, COM TAMPA COMPATIVEL AO TAMANHO DA CAIXA, DE MESMO MATERIAL.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	AROPLAST	0	23,7500	1
40	CAIXA MONOBLOCO EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, FECHADA, EMPILHÁVEL, COR BRANCA, ESPESURA DA PAREDE 1,2MM, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 10 LITROS, COM TAMPA COMPATIVEL AO TAMANHO DA CAIXA, DE MESMO MATERIAL.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	AROPLAST	0	19,1700	1
41	FAÇAS PARA CARNES, COM APROXIMADAMENTE 8 POLEGADAS, 31 CM COM O CABO. LÂMINAS DA FAÇAS EM AÇO INOX COM DESBASTE EM FORMA DE V. CABO BRANCO EM POLIPROPILENO INJETADO NA COR BRANCA, FAÇAS DE USO PROFISSIONAL COM SELO NSF (NATIONAL SANITATION FOUNDATION).	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	SIMONAGGIO	0	55,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2017**

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 29/2017		Data do Registro: 14/12/2017		Válido até: 14/12/2018		Objeto da Compra:	
						REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA PARA USO NO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEARIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	ROLO PARA MASSA EM POLIPROPILENO BRANCO, TAMANHO 40CM.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	ROLEX	0	95,0000	1
48	ESCORREDOR DE MASSA EM AÇO INOX, 30 CM DE DIÂMETRO COM DUAS ALÇAS, COM 3 MM ESPESSURA.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	HERCULES	0	55,9000	1
49	FRIGIDEIRA ANTIADERENTE COM HASTE LONGADA EM INOX DIMINUINDO A TRANSMISSÃO DE CALOR PARA O CABO, SENDO O CABO FIXADO POR 3 REBITES, ACABAMENTO EXTERNO LIXADO. TAMANHO MAIOR DE 30 CM, ALTURA DE 6 CM.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	STAR	0	74,0000	1
50	PANELA DE PRESSÃO, MODELO INDUSTRIAL, EM ALUMÍNIO REFORÇADO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4,0MM, CAPACIDADE DE 20 LITROS, COM ALÇAS DE BAQUELITE NA TAMPA E NA PANELA, TAMPA COM FECHAMENTO EXTERNO, POSSUI SISTEMA ESPECIAL DE SEGURANÇA E VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, PRESSÃO NOMINAL 70KPA, APROVADA PELO INMETRO.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	FULGOR	0	426,0000	1
53	PANELA, EM ALUMÍNIO 100% PURO, COM TAMPA COM SAÍDA DE VAPOR, PEGADORES NAS LATERAIS EM ALUMÍNIO REFORÇADO, COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 20 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 34CM DE DIÂMETRO E 14,5CM DE ALTURA	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	ALUNFUR	0	127,0000	1
54	PANELA, EM ALUMÍNIO 100% PURO, COM TAMPA COM SAÍDA DE VAPOR, PEGADORES NAS LATERAIS EM ALUMÍNIO REFORÇADO, COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 10 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 24CM DE DIÂMETRO E 12,5CM DE ALTURA	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	ALUNFUR	0	90,0000	1
57	PENEIRA DE PLÁSTICO COM DIÂMETRO 15 X 15 CM	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	JAGUAR	0	13,9000	1
58	PENEIRA DE PLÁSTICO COM DIÂMETRO 9 X 9 CM	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	JAGUAR	0	6,5000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2017

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 29/2017		Data do Registro: 14/12/2017		Válido até: 14/12/2018				
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA PARA USO NO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
59	ESPRESSO DE FRUTAS TIPO AUTOMÁTICO INDUSTRIAL INOX (CORPO: AÇO INOX; BASE: NYLON) COM VELOCIDADES 1. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO BR232389; ACESSÓRIOS CONTENDO: JARRA 01 LITRO EM PLÁSTICO; TAMPA SIM EM ALUMÍNIO, PENEIRA EM ALUMÍNIO, DESMONTÁVEL. COMPRIMENTO DO FIO: 1,30 CM. POTENCIA 250W. VOLTAGEM 220V. PESO APROXIMADO 3,09 KG. BICO EM ALUMÍNIO, SILENCIOSO, AÇONAMENTO EM CHAVE LIGA/DESLIGA - MANUAL, BASE ANTIDERRAPANTE.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP (1634)	FAK	0	194,0000	1	



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2017

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 29/2017		Data do Registro: 14/12/2017		Válido até: 14/12/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA PARA USO NO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017  
PROCESSO Nº 93/2017

(1634) - ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP

Balneário Rincão, 14 de Dezembro de 2017.

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 374, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457225

PORTARIA Nº 374, de 28 de novembro de 2017.

Concede adiantamento e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor Vanderlei Pelozato matrícula nº221304, ocupante do cargo de Motorista, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, na importância de R\$340,00 (trezentos e quarenta reais), conforme Memorando nº039/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, esporte e Turismo.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA 28 de novembro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

### DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO 9952017

Publicação Nº 1457813

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 995/2017

Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$. 256.000,00 (Duzentos e Cinquenta e Seis Mil Reais) e contém outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº.780/2016, de 14 de dezembro de 2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar para suplementação na importância de R\$ 256.000,00 (Duzentos e Cinquenta e Seis Mil Reais), nas dotações abaixo especificadas, e constantes do Orçamento da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural.

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP. TURISMO

UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 12.365.0014.2011 – MAN.COORD.ATIV.ENSINO INFANTIL

CAT/ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 010100 – Rec.Imp.Transf.Imp.-Educação ..... R\$. 40.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET. MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS

UNID/ORÇ: 07.001 - UNIDADE DE VIAÇÃO E OBRAS

PROJ/ATIV: 26.782.0031.2017 – Manutenção das Atividades da Unid.de Viação e Obras

CAT/ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 50.000,00

ÓRGÃO: 11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

UNID/ORÇ: 11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJ/ATIV: 020.602.0026.2202– Manut. Coord. das Ativ. de Prod. Animal e Vegetal

CAT.ECON.: 449000000000 – Aplicações Diversas - Investimentos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 166.000,00

Total ..... R\$. 256.000,00

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes de anulações de dotações, bem como de transposições conforme abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNI. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESP. TURISMO

UNID/ORÇ: 05.001 – EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 012.361.0010.2009– Manut. E Desenv. Do Ensino Fundamental e Val. Mag.

CAT/ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 010100– Rec. De Import. E Tranf. De Impostos ..... R\$. 146.000,00

ÓRGÃO: 01.000 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNID/ORÇ: 01.001 – CAMARA DE VEREADORES

PROJ/ATIV: 01.031.0001.2001– Manut. e Coorden. Atividades da Câmara de Vereadores

CAT.ECON.: 449000000000 – Aplicações Diversas - Investimentos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 110.000,00

Total ..... R\$. 256.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 14 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº102/2017**

Publicação Nº 1457279

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 102/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 102/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

FORNECEDOR: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ENDEREÇO: Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Valor Contratado: R\$ 9.060,00 (nove mil e sessenta reais)

Barra Bonita - SC, 14 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº64/2017**

Publicação Nº 1457440

Lei Complementar N.64 /2017.

Altera Anexo I da Lei Complementar Nº 39/2012 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica incluído no ANEXO I GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS da Lei Complementar nº 39/2012 referente ao Cargo de Analista de informática as seguintes atribuições:

**Atribuições**

18. Realizar reparos técnicos nas torres do Programa da Internet Comunitária e no sistema de informática do Município, dentre eles subir em torres, postes e correlatos para realizar os reparos necessários.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, em 14 de dezembro de 2017.  
Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

**LEI Nº807/2017**

Publicação Nº 1457276

LEI Nº807/2017.

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$.256.000,00 (Duzentos e Cinquenta e Seis Mil Reais)e contém outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina:

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar para suplementação na importância de R\$256.000,00 (Duzentos e Cinquenta e Seis Mil Reais), nas dotações abaixo especificadas, e constantes do Orçamento da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural.

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP. TURISMO

UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 12.365.0014.2011 – MAN.COORD.ATIV.ENSINO INFANTIL

CAT/ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 010100 – Rec.Imp.Transf.Imp.-Educação .....  
..... R\$. 40.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET. MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS

UNID/ORÇ: 07.001 - UNIDADE DE VIAÇÃO E OBRAS

PROJ/ATIV: 26.782.0031.2017 – Manutenção das Atividades da Unid.de Viação e Obras

CAT/ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 50.000,00

ÓRGÃO: 11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

UNID/ORÇ: 11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJ/ATIV: 020.602.0026.2202– Manut. Coord. das Ativ. de Prod. Animal e Vegetal

CAT.ECON.: 449000000000 – Aplicações Diversas - Investimentos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 166.000,00

Total ..... R\$. 256.000,00

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes de anulações de dotações, bem como de transposições conforme abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNI. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESP. TURISMO

UNID/ORÇ: 05.001 – EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 012.361.0010.2009– Manut. E Desenv. Do Ensino Fundamental e Val. Mag.

CAT/ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 010100– Rec. De Import. E Tranf. De Impostos .....  
..... R\$. 146.000,00

ÓRGÃO: 01.000 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNID/ORÇ: 01.001 –CAMARA DE VEREADORES

PROJ/ATIV: 01.031.0001.2001– Manut. e Coorden. Atividades da Câmara de Vereadores

CAT.ECON.: 449000000000 – Aplicações Diversas - Investimentos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 110.000,00

Total ..... R\$. 256.000,00

**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 3º- Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 775/2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente as suplementações e reduções introduzidas na presente Lei.

#### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º- Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 675/2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente aos Créditos e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 14 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 382, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457251

PORTARIA Nº 382, de 04 de dezembro de 2017.  
"Concede diária e das outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,5 (uma e meia) diária a servidora Marli Teresinha Caus de Luca, matrícula nº19806, ocupante do cargo de Professor, no valor de R\$232,50 (duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), para viagem a cidade de São Carlos - SC, conforme memorando nº43/2017 e roteiro de viagem nº43/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 04 de dezembro de 2017.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

#### TERMO ADITIVO CONTRATO Nº01/2017

Publicação Nº 1457281

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 01/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO, PARA Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática, fotocopiadoras e impressoras laser, jato de tinta e matricial, recargas de cartuchos, configuração e manutenção de rede cabeada, wireless, manutenção e atualizada da página na web do município, manutenção elétrica dos prédios públicos, manutenção da rede de internet nas torres com 40 horas semanais.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, pessoa jurídica de direito público,

estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOACIR PIROCA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa JAMPIER MATEUS ZACCARON, com sede no Bairro Centro, do município de Barra Bonita - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 19874982000179, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 001/2017, com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº01/2017 passando a vigência até 31/12/2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº01/2017 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 13 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA

P / Contratante

JAMPIER MATEUS ZACCARON

P/Contratada

Testemunhas:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova

CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo

CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_

RAFAEL FAVRETTO

OAB/SC: 24.966

#### TERMO ADITIVO CONTRATO Nº23/2014

Publicação Nº 1457282

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 23/2014

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO, PARA Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar de alunos do Município de Barra Bonita/SC, conforme linhas, itinerários abaixo.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o SECRET. MUNIC. DE EDUCACAO CULT. ESPORTE E TURISMO - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOACIR PIROCA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa JAIME LUIZ POLLÁ, com sede na Linha AGUAS DO ARACA, Bairro Centro, do município de BARRA BONITA - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 11295358000105, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 23/2014, com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº023/2014 passando a vigência até 31/12/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº23/2014 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 13 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA  
P / Contratante

JAIME LUIZ POLLA  
P/Contratada

Testemunhas:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova  
CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo  
CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_  
RAFAEL FAVRETTO  
OAB/SC: 24.966

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO 127/2017**

Publicação Nº 1457790

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 127/2017**

“Procede Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”

GILMAR MENEGUZZO, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 7º da Lei Nº 780/2016, de 14 de dezembro de 2016:

**DECRETA**

Art.1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, destinado a reforçar dotação orçamentária abaixo especificada:

ÓRGÃO: 01.000-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNID/ORÇ:01.001-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PROJETO/ATIVIDADE: 01.031.0001.2.001-MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CATEGORIA ECONOMICA: 3.3.90.00.00.00.00-00-Aplicações Diretas

FONTE DE RECURSOS: 01000-Recursos Ordinários .... R\$ 15.000,00

Total ..... R\$ 15.000,00

Art.2º Para o atendimento do Crédito Adicional Suplementar autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente autorizado a utilizar como fonte de recursos a redução da seguinte dotação do orçamento vigente:

ÓRGÃO: 01.000-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNID/ORÇ:01.001-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PROJETO/ATIVIDADE: 01.031.0001.2.001-MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CATEGORIA ECONOMICA: 4.4.90.00.00.00.00-00-Aplicações Diretas

FONTE DE RECURSOS: 01000-Recursos Ordinários ..... 15.000,00

Total ..... R\$ 15.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA BONITA, 12 de Dezembro de 2017.

GILMAR MENEGUZZO

Presidente da Mesa Diretora



# Barra Velha

## PREFEITURA

### LEI Nº 1642, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458351

LEI Nº 1642, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA A REDUÇÃO DAS MEDIDAS GERAIS DA ÁREA DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL CAMINHO DO PEABIRÚ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE BARRAVELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reduzir as medidas gerais do Parque Natural Municipal Caminho do Peabirú, com a área equivalente a 428,53 ha, neste Município de Barra Velha - SC o qual ficará circunscrito às seguintes áreas conforme Mapa da Situação Fundiária em anexo (Área do PNM):

ÁREA 5 - com 1.201.143,74 m2;

ÁREA 6 - com 10.094,54 m2;

Área total: 1.211.238,28 m2;

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 13 de dezembro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal de Barra Velha

### ATA 001/2017 PP 058/2017 PMBV

Publicação Nº 1457806

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

Contratada: SETA CONSTRUTORA LTDA ME Objeto: prestação de serviços de pintura com fornecimento de material nos diversos prédios da Secretaria de Educação do município Valor do Contrato: R\$ 391.000,00

Data de Assinatura: 24/11/2017

Data de Vencimento: 24/11/2018

Barra Velha, 24 de novembro de 2017.

MARCELO BITTENCOURT

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### ATA 002/2017 PP 002/2017 FUMREBOM

Publicação Nº 1457978

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

Contratada: AUTO ELETRICA FRATELLI LTDA ME

Objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) mecânica geral, elétrica, tornearia, lanternagem, latoaria, pintura, suspensão, válvula, caixa de câmbio, diferencial, vidros, estofaria, amortecedores, molas e freios em geral, com fornecimento de peças para os veículos pertencentes à frota do FUNREBOM

Valor do Contrato: R\$ 73.325,39

Data de Assinatura: 06/10/2017

Data de Vencimento: 06/10/2018

Barra Velha, 06 de outubro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### ERRATA PP 070/2017 PMBV

Publicação Nº 1457876

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 102/2017 - Pregão Presencial nº 070/2017

ERRATA 001/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE aquisição de equipamentos com serviço de instalação para cozinhas dos CEIS do município de Barra Velha. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 29/12/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 29/12/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 14 de dezembro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

**LEI Nº 1643, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458352

LEI Nº 1643, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE BARRA VELHA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Barra Velha para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 111.453.209,85 (Cento e onze milhões quatrocentos e cinquenta e três mil duzentos e nove reais e oitenta e cinco centavos) sendo R\$ 82.797.243,29 (Oitenta e dois milhões setecentos e noventa e sete mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos) do Orçamento Fiscal, e R\$ 28.655.966,56 (Vinte e oito milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE	VALOR ORÇADO
Prefeitura Municipal de Barra Velha	3.117.100,00
Fundo Municipal de Saúde	18.063.761,56
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	608.000,00
Fundo Municipal da Assistência Social	1.817.105,00
Instituto de Previdência Social dos Serv. Públicos M.de Barra Velha	5.050.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>28.655.966,56</b>

**DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**

Art. 2º O Orçamento do Município para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a despesa par a Administração Direta e Indireta em R\$ 111.453.209,85 (Cento e onze milhões quatrocentos e cinquenta e três mil duzentos e nove reais e oitenta e cinco centavos)

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>104.485.131,11</b>
1.1. Receita Tributária	33.805.145,46
1.2. Receita de Contribuições	6.009.200,00
1.3. Receita Patrimonial	2.463.965,00
1.4. Receita Agropecuária	1.000,00
1.6. Receita de Serviços	2.000,00
1.7. Transferências Correntes	59.582.220,65
1.8. Outras Receitas Correntes	2.621.600,00
(-) Deduções da Receita Corrente	(6.537.800,00)
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>7.465.016,00</b>
2.1. Operações de crédito	5.000.000,00
2.3. Alienação de Bens	30.000,00
2.4. Transferência de Capital	2.435.016,00
<b>3. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>6.040.862,74</b>

<b>TOTAL</b>	<b>111.453.209,85</b>
--------------	-----------------------

§ 2º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara de Vereadores	4.300.000,00
02. Gabinete do Prefeito	1.251.151,33
03. Gabinete do Vice-Prefeito	182.000,00
04. Procuradoria Geral do Município	885.500,00
05. Controladoria Geral do Município	304.000,00
06. Secretaria Municipal de Administração	7.032.112,74
07. Secretaria Municipal de Assistência Social	1.255.000,00
08. Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desportos	34.840.681,55
09. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	19.279.400,00
10. Secretaria Municipal do Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio	955.000,00
11. Secretaria Municipal do Desenvolvimento Regional de Itajuba	407.000,00
12. Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	213.000,00
13. Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca	885.000,00
14. Instituto de Previdência Social dos Serv. Públicos M. de Barra Velha	10.100.062,74
15. Fundação Municipal do Meio Ambiente	618.500,00
16. Secretaria Municipal de Finanças	4.117.000,00
17. Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura	3.897.200,00
18. Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar - FUMMPOM	21.000,00
19. Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	608.000,00
20. Fundo Municipal de Assistência Social	1.817.105,00
21. Fundo Municipal de Saúde	18.063.761,56
22. Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar	345.000,00
99. Reserva de Contingência	75.734,93
<b>TOTAL</b>	<b>111.453.209,85</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	4.300.000,00
03. Essencial a Justiça	170.000,00
04. Administração	13.749.364,07
06. Segurança Pública	1.026.500,00
08. Assistência Social	5.542.205,00
09. Previdência Social	5.050.000,00
10. Saúde	18.063.761,56
12. Educação	33.538.581,55
13. Cultura	395.000,00
15. Urbanismo	19.510.400,00
17. Saneamento	319.000,00
18. Gestão Ambiental	608.000,00
20. Agricultura	602.000,00
23. Comércio e Serviços	2.481.600,00
27. Desporto e Lazer	686.000,00
28. Encargos Especiais	1.183.000,00
99. Reserva de Contingência	75.734,93
99. Reserva do RPPS	4.152.062,74
<b>TOTAL</b>	<b>111.453.209,85</b>

**III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	4.300.000,00
0002. Eu acredito na Gestão e Planejamento Público - GP	1.135.500,00
0003. Eu acredito na Gestão e Planejamento Público - GVP	182.000,00
0004. Eu acredito na Gestão e Planejamento Público - PGM	885.500,00
0005. Eu acredito na Gestão e Planejamento Público - CGM	304.000,00
0006. Eu acredito na Gestão e Planejamento Público - SEMAF	11.149.112,74
0007. Eu acredito na Gestão e Planejamento Público - SEMAS	1.053.000,00
0008. Eu acredito na Educação - SEMEC	30.015.700,00
0009. Gestão Administrativa - SEMOSP	14.909.400,00
0010. Gestão Administrativa - SEPLAN	955.000,00
0011. Gestão Administrativa - SEDRI	3.000,00
0012. Gestão Administrativa - SEMUS	203.000,00
0013. Eu Acredito na Agricultura e Pesca	885.000,00
0014. Gestão Administrativa - IPREVE	5.948.000,00
0015. Eu Acredito no Meio Ambiente	618.500,00
0017. Eu Acredito no Turismo, Esporte e Cultura	3.684.200,00
0018. Gestão Administrativa - FUMMPOM	21.000,00
0019. Proteção e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	608.000,00
0020. Eu Acredito na Assistência Social	1.562.805,00
0021. Gestão Administrativa - FMS	17.375.562,56
0022. Gestão Administrativa - FUMREBOM	345.000,00
0024. Eu Acredito na Assistência Social	227.000,00
0025. Estruturação da Defesa Civil Municipal	115.651,33
0026. Alfabetização na Idade Certa	20.000,00
0027. Educação em Tempo Integral integrada - Ensino Fundamental	167.720,00
28. Educação Ambiental	59.000,00
0201. Turismo Participativo e Sustentável	102.000,00
0202. Conheça Barra Velha	1.000,00
0203. Barra Velha Campeã	100.000,00
0204. Barra Velha Mais Cultura	10.000,00
0205. Eu Acredito na Saúde - Estratégia de Saúde da Família	106.000,00
0206. Eu Acredito na Saúde - Atenção Especializada	6.000,00
0207. Eu Acredito na Saúde - MAC Média e Alta Complexidade	569.199,00
0208. Eu Acredito na Saúde - Saúde Bucal	1.000,00
0209. Eu Acredito na Saúde - Ampliação da Frota de Saúde	6.000,00
0210. Eu acredito na Educação	4.578.261,55
0211. Investir, Agir e Transformar Realidades	229.300,00
0212. Construindo o Futuro	4.774.000,00
0215. Plano Municipal de Saneamento	10.000,00
9999. Reserva de Contingência	4.227.797,67
TOTAL	111.453.209,85

#### IV - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 Despesas Correntes	78.858.238,84
4.0.00.00 Despesas de Capital	28.367.173,34
SUB-TOTAL	107.225.412,18
Reserva do RPPS	4.152.062,74
Reserva de Contingência	75.734,93
TOTAL	111.453.209,85

#### DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

#### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2018 estima a receita em R\$ 95.449.465,46 (Noventa e cinco milhões quatrocentos e quarenta e nove mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) e fixa a despesa em R\$ 71.703.580,55 (Setenta e um milhões setecentos e três mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) proporcionando um superávit de R\$ 23.745.884,91 (Vinte e três milhões setecentos e quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração direta e indireta.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços, transferências e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, distribuída conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	94.584.265,46
1.1. Receita Tributária	33.154.145,46
1.2. Receita de Contribuições	3.800.000,00
1.3. Receita Patrimonial	388.200,00
1.4. Receita Agropecuária	1.000,00
1.6. Receita de Serviços	2.000,00
1.7. Transferências Correntes	54.740.320,00
1.9. Outras Receitas Correntes	2.498.600,00
(-) Deduções da Receita Corrente	(6.537.800,00)
2. RECEITAS DE CAPITAL	7.403.000,00
2.1. Operação de crédito	5.000.000,00
2.3. Alienação de Bens	10.000,00
2.4. Transferências de Capital	2.393.000,00
TOTAL	95.449.465,46

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	1.251.151,33
03. Gabinete do Vice-Prefeito	182.000,00
04. Procuradoria Geral do Município	885.500,00
05. Controladoria Geral do Município	304.000,00
06. Secretaria Municipal de Administração	7.032.112,74
07. Secretaria Municipal de Assistência Social	1.255.000,00
08. Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desportos	34.840.681,55
09. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	19.279.400,00
10. Secretaria Municipal do Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio	955.000,00
11. Secretaria Municipal do Desenvolvimento Regional de Itajuba	407.000,00
12. Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	213.000,00
13. Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca	885.000,00
16. Secretaria Municipal de Finanças	4.117.000,00
18. Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar - FUMMPOM	21.000,00
99. Reserva de Contingência	75.734,93
TOTAL	71.703.580,55

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
03. Essencial à Justiça	170.000,00
04. Administração	13.120.364,07
06. Segurança Pública	681.500,00
08. Assistência Social	3.117.100,00
12. Educação	32.788.581,55
13. Cultura	190.000,00
15. Urbanismo	19.510.400,00
17. Saneamento	319.000,00
20. Agricultura	602.000,00
23. Comércio e Serviços	23.000,00
28. Encargos Especiais	1.105.900,00
99. Reserva de Contingência	75.734,93
<b>TOTAL</b>	<b>71.703.580,55</b>

**III - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	49.768.334,07
4.0.00.00 – Despesas de Capital	21.859.511,55
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>71.627.845,62</b>
Reserva de Contingência	75.734,93
<b>TOTAL</b>	<b>71.703.580,55</b>

§ 3º - Para a manutenção das demais entidades a Prefeitura Municipal irá conceder Transferências Financeiras, conforme quadro abaixo:

**I – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS</b>	
Câmara de Vereadores	4.300.000,00
Fundo Municipal de Saúde	13.640.134,91
Fundo Municipal da Assistência Social	1.215.550,00
Fundação Municipal de Turismo Esportes e Cultura	3.807.700,00
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	485.000,00
Fundação Municipal do Meio Ambiente	297.500,00
IPREVE	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>23.745.884,91</b>

**DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES**

Art. 4º O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2018 fixa a despesa orçamentária em R\$ 4.300.000,00 (Quatro milhões e trezentos mil reais), que será coberta com a Transferência Financeira (duodécimo) repassada pela Prefeitura.

Parágrafo único - A Despesa da Câmara de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	4.300.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.300.000,00</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	2.977.000,00

4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.323.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.300.000,00</b>

**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 5º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2018 estima a receita em R\$ 4.423.626,65 (Quatro milhões, quatrocentos e vinte e três mil seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 18.063.761,56 (Dezoito milhões sessenta e três mil setecentos e sessenta e um reais e cinquenta e seis centavos) proporcionando um déficit de R\$ 13.640.134,91 (Treze milhões seiscentos e quarenta mil cento e trinta e quatro reais e noventa e um centavos) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita tributária, patrimonial, de transferência da União, do Estado e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.409.126,65</b>
1.1. Receita Tributária	120.000,00
1.3. Receita Patrimonial	104.200,00
1.7. Transferências Correntes	4.184.926,65
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>14.500,00</b>
2.4. Transferência de Capital	14.500,00
<b>TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA</b>	<b>13.640.134,91</b>
<b>TOTAL</b>	<b>18.063.761,56</b>

§ 2º - A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	18.063.761,56
<b>TOTAL</b>	<b>18.063.761,56</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	14.551.785,77
4.0.00.00 – Despesas de Capital	3.511.975,79
<b>TOTAL</b>	<b>18.063.761,56</b>

**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
Art. 6º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 601.555,00 (Seiscentos e um mil quinhentos e cinquenta e cinco reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 1.817.105,00 (Um milhão, oitocentos e dezessete mil cento e cinco reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.215.550,00 (Um milhão duzentos e quinze mil quinhentos e cinquenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de transferências correntes e de capital da União e Estado e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>560.039,00</b>
1.3. Receita Patrimonial	4.065,00
1.7. Transferências Correntes	555.974,00
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>41.516,00</b>



2.1. Alienação de bens	15.000,00
2.4. Transferências de Capital	26.516,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA	1.215.550,00
TOTAL	1.817.105,00

§ 2º - A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	1.817.105,00
TOTAL	1.817.105,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	1.408.019,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	409.086,00
TOTAL	1.817.105,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 7º O Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 123.000,00 (Cento e vinte e três mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 608.000,00 (Seiscentos e oito mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 485.000,00 (Quatrocentos e oitenta e cinco mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas patrimoniais, receita de transferências correntes e de capital e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	123.000,00
1.3. Receita Patrimonial	23.000,00
1.7. Transferências Correntes	100.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.4. Transferências de Capital	0,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA	485.000,00
TOTAL	608.000,00

§ 2º - A Despesa do FMCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	608.000,00
TOTAL	608.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	606.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	2.000,00
TOTAL	608.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO

#### CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar – FUMREBOM para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 345.000,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 345.000,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de taxas e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	345.000,00
1.1. Receita Tributária	330.000,00
1.3. Receita Patrimonial	15.000,00
TOTAL	345.000,00

§ 2º - A Despesa do FUMREBOM será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança Pública	345.000,00
TOTAL	345.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	241.500,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	103.500,00
TOTAL	345.000,00

#### DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA

Art. 9º O Orçamento da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 89.500,00 (Oitenta e nove mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.897.200,00 (Três milhões oitocentos e noventa e sete mil e duzentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 3.807.700,00 (Três milhões oitocentos e sete mil e setecentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de transferência correntes e de capital e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	83.500,00
1.3. Receita Patrimonial	9.500,00
1.7. Transferências Correntes	1.000,00
1.9. Outras receitas correntes	73.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	6.000,00
2.4. Transferências de Capital	6.000,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA	3.807.700,00
TOTAL	3.897.200,00

§ 2º - A Despesa da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e

Cultura, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	541.000,00
13. Cultura	205.000,00
23. Comércio e Serviços	2.458.600,00
27. Desporto e Lazer	686.000,00
28. Encargos Especiais	6.600,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.897.200,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	2.859.100,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.038.100,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.897.200,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 10 O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA para o exercício de 2018 estima a receita em R\$ 321.000,00 (Trezentos e vinte e um mil reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 618.500,00 (Seiscentos e dezoito mil e quinhentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 297.500,00 (Duzentos e noventa e sete mil e quinhentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, outras receitas correntes e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	321.000,00
1.1. Receita Tributária	201.000,00
1.3. Receita Patrimonial	120.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.4. Transferência de Capital	0,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA	297.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>618.500,00</b>

§ 2º - A Despesa do FUNDEMA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
18. Gestão Ambiental	608.000,00
28. Encargos Especiais	10.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>618.500,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 Despesas Correntes	548.500,00
4.0.00.00 Despesas de Capital	70.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>618.500,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

Art. 11 O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 10.100.062,74 (Dez milhões cem mil sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 10.100.062,74 (Dez milhões cem mil sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

§ 1º - O aporte financeiro ao RPPS, citado no caput deste artigo, será utilizado para suprir as despesas de Pessoal e Encargos Sociais que excederem o limite de 2% (dois por cento) estabelecido pela legislação para a Taxa de Administração do RPPS e sua finalidade é dotar o Instituto de equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	4.059.200,00
1.2. Receita de Contribuições	2.209.200,00
1.3. Receita Patrimonial	1.800.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	50.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	6.040.862,74
7.2 Receita de Contribuições – Intra-Orçamentárias	5.018.400,00
7.3 Outras Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias	1.022.462,74
<b>TOTAL</b>	<b>10.100.062,74</b>

§ 3º - A Despesa do IPREVE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	838.000,00
09. Previdência Social	5.050.000,00
28. Encargos Especiais	60.000,00
99. Reserva de Contingência RPPS	4.152.062,74
<b>TOTAL</b>	<b>10.100.062,74</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	5.898.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	50.000,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>4.152.062,74</b>
Reserva do RPPS	4.152.062,74
<b>TOTAL</b>	<b>10.100.062,74</b>

§ 1º - A utilização dos recursos das Reservas será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, especificado neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos Fiscais", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos Fiscais", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 12 Os recursos da Reserva da Unidade Instituto de Previdência



Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPRE-VE, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 13 O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 14 Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único – Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 15 Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 17.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a função, a sub-função e o programa.

Art. 16 As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 17 As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 18 Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 19 Os recursos oriundos de convênios e outras receitas não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação

poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 20 Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal esta autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 21 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, conforme especificado no artigo 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018.

Art. 22 Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, bem como com a EPAGRI, CIASC, FUNSET, IBAM, FECAM, CNM, AMVALI, UNIVALI, UFSC, UDESC, FURB e demais Universidades e Faculdades.

Art. 23 Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 29 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018.

Art. 24 A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Barra Velha, (SC), 13 de dezembro de 2017.

Valter Marino Zimmermann

Prefeito de Barra Velha

## LEI Nº. 1641 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458350

LEI Nº. 1641 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PATROCINAR ATLETA QUE PARTICIPARÁ DA COPA DO BRASIL DE XADREZ PARA DEFICIENTES VISUAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a patrocinar no valor de R\$. 1.000,00 (Um mil reais), o atleta Carlos Marcelo Espíndola, portador do CPF nº 509.539.749-87, RG nº 1.204.543, residente e domiciliado em Barra Velha, o qual representará Barra Velha na Copa do Brasil de Xadrez para deficientes Visuais, que acontecerá no Município de Guadalupe/MG, nos dias 30/11 e 03/12 de 2017.

Art. 2º O recurso financeiro de que trata o artigo 1º desta Lei, será repassado em uma única parcela pelo Tesouro Municipal.

Parágrafo Único - O atleta deverá comprovar que participou do evento, e que promoveu a divulgação do Município na forma proposta em seu pedido de patrocínio.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária da Fundação Municipal de Esportes de Barra Velha, como segue:

Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC

Unidade Orçamentária: 3 – Departamento de Esportes - FUMTEC

Funcional: 0027.0812.0017

Ação: 2055 – Manutenção das atividades de Esporte

Recurso: 0.1.0000.00 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.39.00.00.00.0000/264 – Aplicações diretas

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 13 de dezembro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 78/2017

Publicação Nº 1457975

PORTARIA Nº 78/2017

Dispõe sobre: Serviços da Administração no período compreendido entre os dias 21 de dezembro de 2017 e 05 de janeiro de 2018."

O Presidente da Câmara Municipal de Barra Velha, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e, CONSIDERANDO que no período compreendido entre os dias 21 de dezembro de 2017 e 05 de janeiro de 2018 são comemoradas festividades Natalinas e de Ano Novo, sendo o mesmo dedicado à confraternização de toda a sociedade; e que é usual a administração municipal instituir anualmente um período de recesso dos serviços administrativos, concedendo a seus servidores a oportunidade de permanência com suas famílias, com a finalidade de confraternização;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica suspenso o expediente ao público nos serviços de natureza administrativa na Câmara de Vereadores de Barra Velha nos dias 21 de dezembro de 2017 e 05 de janeiro de 2018.

Artigo 2º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, no âmbito da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no período compreendido no artigo 1º desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Presidência, 13 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

### PORTARIA Nº 82/2017

Publicação Nº 1457989

PORTARIA Nº 82/2017

Nomeia servidor efetivo para exercer função gratificada.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que a Lei Complementar nº 217/2017, em seu art. 54 criou Funções Gratificadas em razão de atribuições que não justificam por economicidade a criação de cargo público, as quais serão exercidas por servidores efetivos de acordo com a necessidade e conveniência da administração;

Considerando a necessidade administrativa de Controle de Frota, a qual está especificada no art. 60 da Lei Complementar nº 217/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor efetivo Luciano da Silva para exercer a função gratificada de Controle de Frota, nos termos do art. 60 da Lei Complementar nº 217/2017.

Art. 2º A gratificação para o exercício da função gratificada será no percentual de 25% sobre seus vencimentos, nos termos do art. 40 da Lei Complementar nº 122/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a partir de 1 de dezembro de 2017.

Sala da Presidência, 14 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

### PORTARIA Nº 83/2017

Publicação Nº 1457991

PORTARIA Nº 83/2017

Nomeia servidor efetivo para exercer função gratificada.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que a Lei Complementar nº 217/2017, em seu art. 54 criou Funções Gratificadas em razão de atribuições que não justificam por economicidade a criação de cargo público, as quais serão exercidas por servidores efetivos de acordo com a necessidade e conveniência da administração;

Considerando a necessidade administrativa de Almoxarifado, a qual está especificada no art. 61 da Lei Complementar nº 217/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor efetivo Mário Fernando Lessack para exercer a função gratificada de Almoxarifado, nos termos do art. 61 da Lei Complementar nº 217/2017.

Art. 2º A gratificação para o exercício da função gratificada será no percentual de 25% sobre seus vencimentos, nos termos do art. 40 da Lei Complementar nº 122/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a partir de 1 de dezembro de 2017.

Sala da Presidência, 14 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### CONTRATOS E ADITIVOS 11/2017

Publicação Nº 1457883

#### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Contrato Nº 091/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: MARIOALVESMASSANEIRO ME. CNPJ 27.785.820/0001-92, Rio Bonito, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: O objeto deste contrato será a EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS, CONSIDERANDO MÃO DE OBRA SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NA FORMA ESTABELECIDAS NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICE DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI

Valor do Contrato: R\$16.257,20 (Dezesseis Mil Duzentos e Cinquenta e Sete Reais e Vinte Centavos).

Data da assinatura: 06.11.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 092/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LIDERANÇA COMERCIO DE TINTAS LTDA - EPP. CNPJ 82.174.186/00011-60, Rua Tenente Ary Rauen, nº 200, Centro II, Mafra/SC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM ENTREGA PARCELADA.

Valor do Contrato: R\$ 7.716,72 (Sete Mil Setecentos e Dezesseis Reais e Setenta e Dois Centavos).

Data da assinatura: 07.11.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 093/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA STELZNER, CNPJ 27.436.958/0001-86, Rio dos Poços, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo - SC.

Objeto: O objeto deste contrato será a EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS, CONSIDERANDO MÃO DE OBRA SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NA FORMA ESTABELECIDAS NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICE DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI.

Valor do Contrato: R\$ 6.461,31 (Seis Mil Quatrocentos e Sessenta e Um Reais e Trinta e Um Centavos)

Data da assinatura: 10.11.2017.

ADELMO ALBERTI

#### Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 094/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.456.865/0001-67, João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro, Criciúma/SC.

Objeto: A LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMAS GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS I E II, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

Valor do Contrato: R\$ 23.730,00 (Vinte Três Mil Setecentos e Trinta Reais).

Data da assinatura: 23.11.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### Contrato Nº 056/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: CIRÚRGICA SÃO BENTO LTDA - ME. CNPJ 04.268.917/0001-22, Rua Dums, nº 96, Bairro Quitandinha, Rio Negrinho / SC.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO DE 400 HORAS DE MÃO DE OBRA PARCELADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO E CONserto DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AS UNIDADES E SETORES VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor do Contrato: R\$ 25.960,00 (Vinte Cinco Mil Novecentos e Sessenta Reais).

Data da assinatura: 06.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 057/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 81.706.251/0001-98, Rua Avenida Professor Leonidas Ferreira da Costa, nº847, Bairro Parolin, Curitiba/PR.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018.

Valor do Contrato: R\$ 7.761,65 (Sete Mil Setecentos e Sessenta e Um Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

Data da assinatura: 07.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 058/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ nº 02.520.829/0001-40, Rodovia BR 480, nº 180, centro, Barão de Cotegipe, RS.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS

**PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018**

Valor do Contrato: R\$ 8.056,40 (Oito Mil Cinquenta e Seis Reais e Quarenta Centavos).

Data de assinatura: 07.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 059/2017-FMS.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 03.652.030/0001-70, Barão do Cotegeipe/RS.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018.

Valor do Contrato: R\$ 3.356,44 (Três Mil Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e Quarenta e Quatro Centavos).

Data de assinatura: 07.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 060/2017-FMS.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI CNPJ nº 02.607.956/0001-81- Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1132, Centro, Francisco Beltrão/PR.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018.

Valor do Contrato: R\$ 5.527,27 (Cinco Mil Quinhentos e Vinte Sete Reais e Vinte Sete Centavos).

Data de assinatura: 07.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 061/2017-FMS.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICAMENTO HOSPITALAR LTDA. CNPJ 00.802.002/0001-02, Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul, SC

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018.

Valor do Contrato: R\$ 5.549,21 (Cinco Mil Quinhentos e Quarenta e Nove Reais e Vinte Um Centavos)

Data de assinatura: 07.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 062/2017-FMS.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LIDERANÇA COMERCIO DE TINTAS LTDA - EPP. CNPJ 82.174.186/00011-60, Rua Tenente Ary Rauen, nº 200, Centro II, Mafra/SC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM ENTREGA PARCELADA.

Valor do Contrato: R\$ 3.575,92 (Três Mil Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Noventa e Dois Centavos).

Data de assinatura: 08.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 063/2017-FMS.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.456.865/0001-67, João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro, Criciúma/SC.

Objeto: A LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMAS GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS I E II, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

Valor do Contrato: R\$ 10.680,00 (Dez Mil Seiscentos e Oitenta Reais)

Data de assinatura: 22.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****Contrato Nº 013/2017-FMAS.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.456.865/0001-67, João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro, Criciúma/SC.

Objeto: A LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMAS GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS I E II, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

Valor do Contrato: R\$ 5.880,00 (Cinco Mil Oitocentos e Oitenta Reais).

Data de assinatura: 22.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL****Contrato Nº 003/2017-FMDC.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.456.865/0001-67, João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro, Criciúma/SC.

Objeto: A LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMAS GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS I E II, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

Valor do Contrato: R\$ 1.560,00 (Um Mil Quinhentos e Sessenta Reais).

Data de assinatura: 22.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL****Contrato Nº 002/2017-FMDR.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.456.865/0001-67, João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro, Criciúma/SC.

Objeto: A LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMAS GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO



RURAL, CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS I E II, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

Valor do Contrato: R\$ 1.960,00 (Um Mil Novecentos e Sessenta Reais).

Data de assinatura: 22.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

#### FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Contrato Nº 001/2017-FMIA.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.456.865/0001-67, João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro, Criciúma/SC.

Objeto: A LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMAS GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS I E II, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

Valor do Contrato: R\$ 2.640,00 (Dois Mil Seiscentos e Quarenta Reais).

Data de assinatura: 22.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

#### TERMOS ADITIVOS

Termo Aditivo Nº 024/2017 – PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: KOCH & LIMA TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI ME. CNPJ 12.029.665/0001-07, Rodovia Ovidio Damaso da Silveira, Centro, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a 1ª Alteração do contrato social da empresa, devidamente consolidada e registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Contrato: Alteração da Razão Social

Data de Assinatura: 13.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 025/2017 – PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: VOLPESA - LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA. - EPP. CNPJ 03.393.652/0001-21, Rua Mercedes Corte, 500, Distrito do Campo da Água Verde, no município de Canoinhas/SC.

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AUGUSTO KUCHLER, CONTANDO COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE OBRA EM ANEXO.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual.

Data de Assinatura: 27.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

#### ASSISTÊNCIA SOCIAL

Termo Aditivo Nº 001/2017 – FMAS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: V.R.C. ODACHOWOSKI & CIA LTDA - EPP. CNPJ 05.386.983/0001-60, Rua Roberto Elhke, nº 731, no município de Canoinhas/SC.

Objeto: Aquisição de óleo diesel combustível e gasolina comum destinado aos veículos, máquinas, caminhões e ônibus da frota da Municipalidade e seus Fundos Municipais, para o exercício de 2017, (gasolina comum).

Contrato: Aditivo Quantitativo, acrescentando 2.265 litros de Gasolina Comum.

Data de Assinatura: 14.11.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

## DECRETOS 531 A 534

Publicação Nº 1457556

DECRETO Nº 531/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal Nº 1190/2016, de 12 de Dezembro de 2016.

#### DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.830,00 (cinco mil e oitocentos e trinta reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
009-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Mun. de Administração e Fazenda	
Dotação	3.3.93.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	4.830,00
ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	
015-28.843.0003-0.002	0.002	Amortização e Encargos da Dívida	
Dotação	3.2.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	1.000,00
TOTAL GERAL	5.830,00		

Art.2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 5.830,00 (cinco mil e oitocentos e trinta reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
005-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Mun. de Administração e Fazenda	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	4.830,00
ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	
016-28.843.0003-0.002	0.002	Amortização e Encargos da Dívida	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	1.000,00
TOTAL GERAL	5.830,00		

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de Dezembro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

NATANAEL PIRES

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 532/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal Nº 1.260/2017, de 13 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – SC, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 98.519,70 (noventa e oito mil, quinhentos e dezenove reais e setenta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
082-15.452.0006-2.023	2.023	Manutenção de Ruas e Estradas, Praças, Pontes, etc.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0735	Aplicações Diretas	98.519,70
TOTAL GERAL	98.519,70		

Art.2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 98.519,70 (noventa e oito mil, quinhentos e dezenove reais e setenta centavos), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de Convênio Nº 2016TR00001611 e Convênio Nº 2016TR00001264 celebrado através da 26ª Agência de Desenvolvimento Regional - Canoinhas.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de Dezembro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

NATANAEL PIRES

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 533/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal Nº 1.261/2017, de 13 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – SC, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:



ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
128-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Mun. de Administração	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	150.000,00
TOTAL GERAL	150.000,00		

Art.2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de Convênio Nº 2017TR00001890 celebrado através da Secretaria de Estado da Saúde.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de Dezembro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

NATANAEL PIRES

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 534/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no Artigo 38, Inciso III e Artigo 53 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor ALEX WILLIAN HOPPE, matrícula AARC 285 – JUCESC, Leiloeiro Público Oficial do Município de Bela Vista do Toldo, para alienar em Leilão Público, os bens móveis e imóveis do Patrimônio Público Municipal.

Art.2º. Todas as alienações, sejam judiciais ou extrajudiciais, serão incumbidas ao Leiloeiro Público Oficial nomeado por este Decreto.

Art.3º. As despesas decorrentes deste Decreto, correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes no Orçamento Municipal.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de Dezembro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

NATANAEL PIRES

Secretário de Administração e Fazenda

## LEIS 1260 A 1261

Publicação Nº 1457607

LEI Nº 1.260/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1o. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – SC, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 98.519,70 (noventa e oito mil, quinhentos e dezenove reais e setenta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
082-15.452.0006-2.023	2.023	Manutenção de Ruas e Estradas, Praças, Pontes, etc.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0735	Aplicações Diretas	98.519,70
TOTAL GERAL	98.519,70		

Art.2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 98.519,70 (noventa e oito mil, quinhentos dezenove reais e setenta centavos), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de Convênio Nº 2016TR00001611 e Convênio Nº 2016TR00001264 celebrado através da 26ª Agência de Desenvolvimento Regional - Canoinhas.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de Dezembro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES

Secretário de Administração e Fazenda

DAIANE DE SOUZA GOMES

Secretária de Planejamento e Des. Econômico

LEI Nº 1.261/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – SC, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
128-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Mun. de Administração	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	150.000,00
TOTAL GERAL	150.000,00		

Art.2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de Convênio Nº 2017TR00001890 celebrado através da Secretaria de Estado da Saúde.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de Dezembro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES

Secretário de Administração e Fazenda

DAIANE DE SOUZA GOMES

Secretária de Planejamento e Des. Econômico

## PORTARIAS 668-692/2017

Publicação Nº 1457373

PORTARIA nº. 668/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

### CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 2/3 de férias em abono pecuniário ao servidor ADILSON FARIAS, ocupante do cargo de Motorista, com base no art. 79, §1º, da Lei nº 004 de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 08/10/2014 à 07/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31/10/2017.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 06 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 669/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 2/3 de férias em abono pecuniário a servidora ANGELA MARIA PRESTES, ocupante do cargo de Telefonista, com base no art. 79, §1º, da Lei nº 004 de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 02/07/2015 à 01/07/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31/10/2017.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 06 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 670/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder a GILIANE SEMPKOSKI, investida no cargo de Técnica em Enfermagem do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/10/2017, de acordo com Atestado Médico entregue no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 06 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 671/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder a ELIANE APARECIDA POLONISKI, investida no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/10/2017, de acordo com Atestado Médico entregue no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 06 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 672/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora ADRIELI GELINSKI, investida no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de licença prêmio pelo período de 01/11/2017 à 30/11/2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017, de acordo com o art. 87 da Lei Municipal nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 06 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 673/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. REMOVER, a pedido, a servidora MARILENE DE FÁTIMA DOS SANTOS ocupante do cargo efetivo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação no Núcleo Escolar Municipal João Batista Pontarolo para desempenhar suas funções no Centro de Educação Infantil Professor Delfino Correa da Maia, sem prejuízos em sua remuneração, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 06 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 674/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora CLEONICE DE PAULA, investida no cargo de Monitora de Creche, referente ao período aquisitivo de 06/05/2015 à 05/05/2016 a partir de 01/11/2017 à 30/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 06 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 675/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. REMOVER, por imperioso interesse público, o servidor PEDRO ALMIR DE PAULA ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos para desempenhar suas funções junto à Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, sem prejuízos em sua remuneração, em conformidade com o Art. 40, § 2º, da Lei nº 004/1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 09 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 676/2017, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e do art. 4º, parágrafo único da Lei n.º 1.218, de 07 de junho de 2017, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. DESIGNAR, por imperioso interesse público, o servidor ELOIR JOSÉ MARTINS DE CARVALHO, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a função gratificada de Motorista Socorrista junto ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, com base na Lei Municipal n.º 1.218, de 07 de junho de 2017.

Art. 2º. Pela função designada na presente Portaria, o servidor receberá uma gratificação de 30% (trinta por cento) sobre seu salário base, sem prejuízos em sua remuneração, bem como se submeterá à escala 12x36 (doze por trinta e seis) horas, conforme previsto no art. 1º, §2º, da Lei 1.218/2017;

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 12 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 677/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º- Conceder ao servidor ESTEFANO LINDOMAR MIRESKI ocupante do cargo efetivo de Motorista, o adicional por tempo de serviço correspondente à razão de 05% (cinco por cento), incidente sobre o vencimento base, em conformidade com a Lei nº 1099 de 12 de Junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 13 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 678/2017, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor EZEQUIEL KRULL, investido no cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 05/12/2014 à 04/12/2015 a partir de 20/11/2017 à 19/12/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 20 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 20 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 679/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder ao servidor SEBASTIÃO RODRIGUES DO PRADO, investido no cargo de Operador de Máquinas do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, 30 (trinta) dias de licença prêmio pelo período de 29/11/2017 à 28/12/2017, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, de acordo com o art. 87 da Lei Municipal nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 29 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 680/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, o servidor DAUVÃ MIZWA, investido no cargo de Provimento em Comissão e Confiança de Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 30 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA



## PORTARIA nº. 681/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder a SIRLENE KICHELESKI BABIRESKI, investida no cargo de Professora do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/11/2017, de acordo com Atestado Médico entregue no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de novembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 30 de novembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

## PORTARIA nº. 682/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. REMOVER, por imperioso interesse público, o servidor ADIR ANDRECHOWSKI ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos para desempenhar suas funções junto à Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízos em sua remuneração, em conformidade com o Art. 40, § 2º, da Lei nº 004/1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de dezembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

## PORTARIA nº. 683/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a servidora LÚCIA SCHIESSL KUCHLER, investida no cargo de Técnica em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 31/05/2016 a partir de 01/12/2017 à 15/12/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de dezembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

## PORTARIA nº. 684/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores abaixo relacionados lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos do Quadro de Provimento do Poder Executivo Municipal, com vigência de 01/12/2017 à 30/12/2017.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO
1588	CLAUDINEI DA SILVA	2015/2016
1524	EDGAR BOMFIM	2016/2017
24	EDILSON TABORDA	2016/2017
1531	EDSON GELINSKI	2015/2016
1586	EMERSON OMAR SZABELSKI	2016/2017
1569	EROILDO MUNHOZ	2015/2016
1685	GILMAR MIRANDA	2014/2015
1686	GILSON ERY MUNHOZ	2014/2015
1684	GILSONE LUIZ DA SILVEIRA	2015/2016
1625	JORGE EDI KUCHLER	2016/2017
1767	JOSE ADRIANO MIRANDA	2015/2016
20	LUIZ SOARES DE LIMA	2015/2016
35	MIGUEL DA SILVA	2016/2017
286	MIGUEL SOARES DE LIMA	2016/2017
1579	VENIR DE JESUS DE LIMA	2016/2017
1670	VILMAR PRADO	2015/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de dezembro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 685/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor JOSIEL CARLOS OSSOWSKI, investido no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Manutenção Malha Viária, referente ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 31/05/2016 a partir de 04/12/2017 à 02/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de dezembro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 04 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 686/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores abaixo relacionados lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural do Quadro de Provimento do Poder Executivo Municipal, com vigência de 04/12/2017 à 02/01/2018.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO
1933	CRISTIANO JOSÉ MIRANDA	2016/2017
1590	JOAO MARIA FANTIM	2015/2016
1671	JOAO MARIA FERREIRA	2014/2015
1688	LUCIMARA FERREIRA DOS SANTOS	2014/2015
1907	LUIZ CLARI CASTANHEIRA	2016/2017
1578	RUDINEI DE LIMA	2016/2017
1668	VILSON MONTEIRO LITZ	2014/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de dezembro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 04 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 687/2017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a servidora MAHARA SHIMONA SHIMOGUIRI, ocupante de 2 (dois) cargos efetivos de Médico Clínico Geral, referente ao período aquisitivo de 2016/2017 a partir de 05/12/2017 à 14/12/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 05 de dezembro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 05 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 688/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor ALAN KIEM, investido no cargo de Médico Veterinário, referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 à 31/05/2017 a partir de 07/12/2017 à 21/12/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 07 de dezembro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 07 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 689/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso II, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º. NOMEAR DAUVÃ MIZWA, para exercer o cargo de Provimento em Comissão e Confiança de Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração correspondente ao Código ou Nível de Referência Salarial CC-1, fixado no anexo 01 da Lei Municipal nº 978 de julho de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 07 de dezembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 07 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 690/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º- Conceder a servidora ZENITA DE JESUS HANCHUK DE LIMA, investida no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, o adicional por tempo de serviço correspondente à razão de 05% (cinco por cento), incidente sobre o vencimento base, em conformidade com a Lei nº 1099 de 12 de Junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 07 de dezembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 07 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 691/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, incisos IV e XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

ALTERA CARGA HORÁRIA TEMPORARIAMENTE

Art.1º- Fica alterada temporariamente, ex officio, e por imperioso interesse público, a carga horária da servidora MARGARETE BORTNIK, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, com o acréscimo da remuneração correspondente ao cargo de Professora Nível I, no qual a nomeada se encontra investida e classificada, ampliação esta para exercício no Núcleo Escolar Municipal Juliana Tomporoski Krull.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos e reflexos financeiros a contar da data de 04 de dezembro de 2017.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 07 de dezembro de 2017  
ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 07 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 692/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 67, incisos IV, V e XXIV da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente

RETIFICA PORTARIA

Art. 1º. Fica retificada a Portaria nº 546/2017 a qual nomeou a servidora VANEIDE APARECIDA WATZKO, servidora reintegrada ao seu cargo efetivo, ou seja, onde se lê: "(...) Auxiliar de Serviços Gerais (...)", leia-se "(...) Auxiliar Administrativo" o qual corresponde ao seu cargo efetivo, conforme portaria de nomeação nº 170/2004.

Art. 2º. As demais disposições contidas na Portaria nº 546/2017 permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 11 de dezembro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 11 de dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

# Belmonte

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 121/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457546

DECRETO Nº 121/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 65.000,00 (SESSENTA E CINCO MIL REAIS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genésio Bressiani, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.939 de 30 de novembro de 2017,

DECRETA:  
TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica efetuada a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas do Fundo Municipal de Saúde.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Abre Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	10.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	10.01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.034	Manut.Serv.da Administração da Saúde	
1 - 3.1.90.00.00.00.00.10002		Aplicações diretas	R\$ 40.000,00
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.035	Manut.Serv.da Saúde Básica	
3.1.90.00.00.00.00.10408		Aplicações diretas	R\$ 20.000,00
6 - 3.1.90.00.00.00.00.10402		Aplicações diretas	R\$ 5.000,00
T O T A L è			R\$ 65.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado a anulação total e/ou parcial das dotações especificadas abaixo, em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão:	10.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	10.01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.035	Manut.Serv.da Saúde Básica	
14 - 3.3.90.00.00.00.00.10408		Aplicações diretas	R\$ 20.000,00
13 - 3.3.90.00.00.00.00.10402		Aplicações diretas	R\$ 5.000,00
12 - 3.3.90.00.00.00.00.10002		Aplicações diretas	R\$ 40.000,00
T O T A L è			R\$ 65.000,00

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com o Fundo Municipal de Saúde.

#### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, efetuada a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), objetivando de suprir dotações orçamentárias necessárias aos serviços do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 30 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI  
Prefeito Municipal



REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA.

Sonia T.G. Morosini  
Sec. da Administração

## DECRETO Nº 122/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457548

DECRETO Nº 122/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 87.000,00 (OITENTA E SETE MIL REAIS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genésio Bressiani, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.940 de 30 de novembro de 2017,

DECRETA:  
TÍTULO I

### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica efetuada a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas da Secretaria Municipal de Educação, com recursos do FUNDEB do FNDE.

### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Abre Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	05.02	Ensino Fundamental	
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.010	Manut.e Func.Transp.Escolar Ensino Fundamental	
38 - 3.1.90.00.00.00.00.10019		Aplicações diretas	R\$ 10.000,00
Unidade:	05.03	Educação Infantil	
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.012	Manut.e Func.Educação Infantil	
46 - 3.1.90.00.00.00.00.10018		Aplicações diretas	R\$ 77.000,00
T O T A L è			R\$ 87.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado a anulação total e/ou parcial das dotações especificadas abaixo, no valor de até R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão:	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	05.02	Ensino Fundamental	
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.009	Manut.e Func.Atividades Ensino Fundamental	
29 - 3.1.90.00.00.00.00.10018		Aplicações diretas	R\$ 50.000,00
30 - 3.1.90.00.00.00.00.10019		Aplicações diretas	R\$ 20.000,00
36 - 4.4.90.00.00.00.00.10019		Aplicações diretas	R\$ 10.000,00
Unidade:	05.03	Educação Infantil	
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.012	Manut.e Func.Educação Infantil	
52 - 4.4.90.00.00.00.00.10019		Aplicações diretas	R\$ 7.000,00
T O T A L è			R\$ 87.000,00

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com a Secretaria Municipal de Educação.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, efetuada a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), objetivando de suprir dotações orçamentárias necessárias aos serviços da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 30 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA.

Sonia T.G. Morosini

Sec. da Administração

## DECRETO Nº 123/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457552

DECRETO Nº 123/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Desdobramento do Lote Urbano nº 01 da Quadra 23, Belmonte-SC de LEONARDO MALLMANN e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 67 da Lei Orgânica do Município mais o disposto na alínea H do inciso I do artigo 110, todos da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º O presente memorial descritivo refere-se ao desdobramento do lote urbano nº. 01, da Quadra 23, com área de 800,00m², de propriedade do Sr.º Leonardo Mallmann, imóvel este situado na esquina das Ruas Engenheiro Francisco Pereira Passos e Rua Padre Antonio de Urucania, na cidade de Belmonte/SC.

Atualmente o lote n.º 01, da quadra 23, assim confrontam-se:

- LOTE N.º 01 – QUADRA 23

Área = 800,00 m²

Linhas e confrontações:

\* Norte: com a Rua Engenheiro Francisco Pereira Passos, numa extensão de 20,00 metros;

\* Leste: com o lote urbano n.º 02, por linha seca, de 40,00 metros;

\* Sul: com parte do lote urbano n.º 06, por linha seca, de 20,00 metros;

\* Oeste: com a Rua Padre Antonio de Urucania, numa extensão de 40,00 metros.

Conforme verifica-se em projeto, do lote primitivo n.º 01, será desdobrada uma área de 400,00m², que será o lote a ser constituído, lote n.º 01-A. Assim sendo, as novas áreas e confrontações seguem abaixo:

- LOTE N.º 01 (QUADRA 23)

Área = 400,00 m²

Linhas e confrontações:

\* Norte: com a Rua Engenheiro Francisco Pereira Passos, numa extensão de 20,00 metros;

\* Leste: com parte do lote urbano n.º 02, por linha seca, de 20,00 metros;

\* Sul: com o lote urbano n.º 01-A, por linha seca, de 20,00 metros;

\* Oeste: com a Rua Padre Antonio de Urucania, numa extensão de 20,00 metros.

- LOTE N.º 01-A (QUADRA 23)

Área = 400,00 m²

Linhas e confrontações:

\* Norte: com o lote urbano n.º 01, por linha seca, de 20,00 metros;

\* Leste: com parte do lote urbano n.º 02, por linha seca, de 20,00 metros;

\* Sul: com parte do lote urbano n.º 06, por linha seca, de 20,00 metros;

\* Oeste: com a Rua Padre Antonio de Urucania, numa extensão de 20,00 metros.

Art. 2º- A situação final do desmembramento a e nova formação dos lotes pode ser observada no Projeto arquitetônico anexo, parte integrante deste documento.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte-SC 06 de dezembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA DATA

Sonia T.G. Morosini

Sec. da Administração

**DECRETO Nº 124/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457560

DECRETO Nº 124/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o Plano Municipal de Saúde do Município de Belmonte, conforme Resolução nº 08/2017 do Conselho Municipal da Saúde do Município de Belmonte.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte - SC, 06 de dezembro de 2017.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Sonia T. G. Morosini

Sec. Da Administração

**LEI Nº 1943/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457566

LEI Nº 1943/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017  
RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Belmonte, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005.

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas previstas no Protocolo de Intenções:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada,

sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$ , onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$ , onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$ , onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, retenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município



consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Belmonte SC, em 30 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI

Sec. da Administração

## **LEI Nº 1944/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457568

LEI Nº 1944/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o funcionamento, A UTILIZAÇÃO, A administração e A fiscalização do cemitério MUNICIPAL DE BELMONTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das s termos do art. 72, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei disciplina o funcionamento, a utilização, a administração e a fiscalização do Cemitério Municipal de Belmonte.

Art. 2º O Cemitério Municipal de Belmonte, em face da natureza dos serviços, é considerado equipamento de utilidade pública, contendo edificações necessárias à instalação e o funcionamento das atividades destinadas ao sepultamento de cadáveres humanos.

Art 3º O recinto do Cemitério Municipal de Belmonte será livre a todos os cultos religiosos, para a prática dos respectivos ritos, desde que não ofendam a moral pública e as leis do País.

Parágrafo único. A prática dos ritos religiosos a que se refere este artigo limitar-se-á ao interior das capelas ou à beira das sepulturas.

Art. 4º O Cemitério Municipal de Belmonte é considerado de caráter público, portanto, sujeito a toda e qualquer regulação/regulamentação do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º A prestação de serviços no Cemitério Municipal de Belmonte engloba o sepultamento, a ornamentação das câmaras mortuárias, a remoção de mortos, a instalação e manutenção de velórios públicos, a manutenção e conservação dos túmulos, jazigos e mausoléus, bem ainda, toda e qualquer atividade que seja aliada a esta finalidade, podendo ser efetuada:

I – de forma direta, pelo Município, desde que possua órgão responsável pela execução; ou

II – por terceiros, desde que devidamente licenciados pelo Município para a execução.

Art. 6º Os serviços de administração do Cemitério Municipal de Belmonte serão executados pelo próprio Município, ou mediante sistema de delegação, na forma da lei.

Art. 7º No Cemitério Municipal de Belmonte serão obrigatórios os seguintes serviços:

I – sepultamento;

II – exumação;

III – reenumeração;

IV – escrituração e registro de sepultamento;

V – cadastro de depósitos funerários ou urnas ossuárias;

VI – limpeza e conservação;

VII – manutenção de ossário; e

VIII – erradicação de eventuais focos de mosquitos ou outros insetos ou pragas em suas dependências.

Art. 8º O Cemitério Municipal de Belmonte manterá suas características, podendo o Poder Executivo Municipal, no entanto, através de decreto, vedar novas construções ornamentais do tipo capelas ou mausoléus sobre os jazigos existentes.

Art.9º Será permitida a construção de lóculos, que deverá ser constituída de:

I – materiais que impeçam a passagem de gases para os locais de circulação dos visitantes e trabalhadores;

II – acessórios ou características construtivas que impeçam o vazamento dos líquidos oriundos da coligação;

III – dispositivo que permita a troca gasosa, em todos os lóculos, proporcionando as condições adequadas para a decomposição dos corpos; e

IV – tratamento ambientalmente adequado para os eventuais efluentes gasosos.

Art. 10 Os lóculos deverão ser construídos com sistema que permita o recebimento e o tratamento dos resíduos líquidos da coligação e das águas de lavagem do sistema de tubulação de esgotamento dos líquidos residuais, obedecidas às normas técnicas vigentes.

Parágrafo único. A queima dos gases residuais será obrigatória, observando-se as normas técnicas vigentes.

Art. 11 Os lóculos, após o sepultamento, deverão ser vedados na parte frontal, com 02 (duas) placas, sendo uma interna de concreto, e outra externa, de granito, mármore ou material similar, para colocação de inscrições.

Parágrafo único. O tipo de material e sua tonalidade serão uniformes, para todos os lóculos.

Art. 12 Não será permitida a colocação e o acendimento de velas nos corredores e junto aos lóculos.

Art. 13 O Cemitério Municipal de Belmonte permanecerá aberto à visitação de segunda-feira a domingo, no mínimo, das 08h00min às 17h00min.

§ 1º Em datas comemorativas poderão ser adotados horários especiais de funcionamento.

§ 2º Os serviços de sepultamento deverão ser realizados preferencialmente durante o horário de funcionamento do Cemitério.

Art. 14 No interior do Cemitério Municipal de Belmonte será permitido apenas o ingresso de veículos oficiais, bem como os pertencentes aos executores dos serviços funerários e os de particulares com passageiros portadores de deficiência, gestantes ou idosos.

Art. 15 Fica vedado o agenciamento ou comércio de bens e serviços nas áreas internas dos cemitérios, devendo a autoridade competente determinar a imediata paralisação da atividade e proceder à retirada dos infratores.

Art. 16 Fica proibido no Cemitério:

- I – praticar atos de depredação de qualquer espécie nos túmulos ou dependências;
- II – fazer depósitos de qualquer espécie de material, funerário ou não;
- III – pregar cartazes ou anúncios nos muros ou portões;
- IV – efetuar atos que não sejam de cunho religioso ou cívico;
- V – gravar inscrições ou colocar epitáfios sem autorização do administrador; e
- VI – jogar lixo em locais não previstos para essa finalidade.

Art. 17 As concessões de uso das sepulturas do Cemitério Municipal de Belmonte não conferem aos titulares nenhum direito de propriedade ou qualquer direito real, mas somente o direito de utilização privativa, para a destinação específica desta Lei.

Parágrafo único. As sepulturas não poderão ser objeto de alienação de propriedade, sob qualquer modo, permitido somente o uso, na forma da Lei.

Art. 18 A modalidade de concessão de sepulturas poderá ser a título gratuito ou remunerado, subdividido este em temporário ou perpétuo.

Art. 19 A concessão a título gratuito será requerida pela família do de cujus, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e será formalizada após exame das condições socioeconômicas apresentadas e, também, para aqueles cujos corpos não forem reclamados.

§ 1º A concessão a título gratuito dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito à prorrogação, sendo que, vencido este prazo, os ossos poderão ser transferidos para o ossuário ou incinerados.

§ 2º É permitida a conversão da concessão a título gratuito, durante o seu período de vigência, em uma das modalidades de concessão a título remunerado, mediante pagamento do preço respectivo e de conservação do jazigo.

Art. 20 A concessão temporária de sepultura a título remunerado dar-se-á por um prazo de 10 (dez) anos, renováveis por iguais períodos, para a qual será expedido um título de concessão de uso temporário por prazo determinado, com o compromisso de pagamento de tarifa ou preço público anual.

§ 1º É condição de renovação da concessão temporária, a boa conservação da sepultura pelo concessionário e a quitação da tarifa anual.

§ 2º Encerrando-se o prazo inicial da concessão temporária de uso sobre a sepultura, a Administração Pública conferirá prazo de 30 (trinta) dias para que o concessionário manifeste interesse em renovar o contrato de concessão.

§ 3º Não ocorrendo manifestação de interesse pelo concessionário em renovar a concessão, dentro do prazo ofertado, a sepultura será aberta e os restos mortais existentes incinerados ou removidos para o ossuário, devidamente identificados.

Art. 21 As sepulturas de uso perpétuo deverão ser conservadas e preservadas pelo concessionário, a quem compete mantê-las em bom aspecto.

Art. 22 Caducará o caráter de perpetuidade caso à sepultura ou o lóculo apresentem sinais inequívocos de abandono, a ser analisado

e avaliado pelo responsável pela administração do cemitério.

Art. 23 A concessão de uso, para fins de sepultamento, será concedida por meio de instrumento documental próprio.

Parágrafo único. No referido instrumento documental constará, obrigatoriamente:

- I – identificação do número da quadra e do lote, quando se tratar de cemitério horizontal;
- II – identificação do número do prédio e do lóculo, quando se tratar de cemitério vertical;
- III – qualificação do titular;
- IV – número da cédula de identidade e CPF do titular;
- V – obrigações do titular; e
- VI – modalidade e prazo da concessão.

Art. 24 São titulares da concessão de uso para fins de sepultamento, cônjuges e parentes, em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Art. 25 Compete ao titular da concessão de uso de sepultura ou lóculo, seus herdeiros ou sucessores:

- I – manter o cadastro atualizado junto à administração do cemitério;
- II – pagar anualmente as tarifas de manutenção e serviços referentes à concessão de uso; e
- III – no caso dos cemitérios tradicionais existentes, conservar o jazigo limpo e em perfeito estado de conservação, sem a presença de vasos ou recipientes que acumulem água estagnada.

Art. 26 A transmissão do direito de concessão de uso de sepultura/ lóculo opera-se por ocasião da morte e dar-se-á na forma de sucessão legítima ou testamentária, com fulcro nos ditames do Novo Código Civil.

§ 1º Os sucessores deverão apresentar documentação comprobatória da relação de parentesco, ou o testamento que lhe transmitiu o direito à concessão de uso, mediante procedimento administrativo.

§ 2º Operada a transmissão, o novo titular deve atentar para a preservação dos restos mortais da(s) pessoa(s) inumada(s) na sepultura objeto da transferência, sem prejuízo da observância ao disposto no artigo 37 desta Lei.

Art. 27 Por ocasião dos reparos das sepulturas, é de responsabilidade do titular da concessão, a limpeza e desobstrução do local, após o término das obras, sendo vedado, dentro do cemitério, o trabalho de preparo de pedra ou de quaisquer outros materiais que deverão entrar já em condição de ser utilizados imediatamente.

§ 1º É vedado o acúmulo de material nas vias internas dos cemitérios, devendo os restos de materiais provenientes de obras serem removidos imediatamente pelos responsáveis.

§ 2º Qualquer recuperação ou reforma nos jazigos somente será liberada em horário normal de funcionamento.

Art. 28 A concessão de uso de sepultura ou lóculo será revogada nos casos de:

- I – ruína;
- II – abandono; e
- III – ausência do pagamento das tarifas ou preço público.

Art. 29 Fica o Município de Belmonte autorizado a tomar posse e dar destinação adequada aos túmulos considerados abandonados.

Parágrafo único. Considera-se abandonado ou em ruína, o túmulo que por mais de 05 (cinco) anos não foi utilizado para sepultamento



ou colocação de ossos e que se encontra em péssimo estado de conservação, colocando em risco a segurança daqueles que transitam no local.

Art. 30 Constatado o abandono ou ruína da sepultura, a administração do Cemitério deverá comunicar ao concessionário, estabelecendo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que este venha executar as devidas obras de conservação e preservação.

§ 1º Transcorrido o prazo estabelecido para a realização das obras de conservação e preservação da sepultura, sem qualquer manifestação por parte do concessionário e nem execução dos serviços, a administração do Cemitério deverá convocá-lo por edital publicado em jornal local e outros meios de comunicação.

§ 2º Decorridos os 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de publicação do edital de convocação e o concessionário não se manifestar, a concessão será considerada extinta.

§ 3º Os restos mortais removidos deverão ser identificados e depositados em ossário ou columbário.

Art. 31 O responsável pela administração do Cemitério deverá:

- I – emitir ordem de serviço para sepultamento;
- II – providenciar a transferência dos títulos de concessão;
- III – controlar a distribuição dos jazigos;
- IV – coordenar os serviços e trabalhos de limpeza e higiene do cemitério e ao redor dos túmulos, evitando excesso de materiais que possam favorecer o acúmulo de água parada, lixo e detritos;
- V – orientar os visitantes através da colocação de placas indicativas, devidamente posicionadas, sobre a locomoção no interior do cemitério e os procedimentos a serem adotados, para evitar a proliferação de insetos e vetores transmissores de doenças;
- VI – determinar a vedação adequadamente as sepulturas, com material de alvenaria ou outro similar, para impedir a entrada de roedores, insetos e outros vetores transmissores de doenças;
- VII – registrar os sepultamentos, exumações e traslado de forma manual ou digital, mantendo e conservando, sob sua guarda, toda a documentação necessária para o sepultamento, que deverá ser mantida em pastas e arquivada digitalmente;
- VIII – prestar esclarecimentos e exibir, sempre que solicitado pela autoridade competente, a documentação a que se refere o inciso VII;
- IX – executar obras de melhoria e modernização; e
- X – administrar, de forma sustentável, buscando novas tecnologias que permitam a maximização da área ocupada, evitando a necessidade de ampliação da mesma e/ou a necessidade de aquisição de novas áreas para implantação de cemitério.

Art. 32 Nenhum sepultamento será realizado sem a apresentação da seguinte documentação:

- I – via original da certidão de óbito ou declaração de óbito, assinada por médico ou documento expedido sob a autorização do juiz corregedor dos cartórios;
- II – comprovante de pagamento da tarifa ou preço público de sepultamento;
- III – apresentação de documento de identificação que comprove a condição de descendente e/ou responsável pela sepultura a ser utilizada; e
- IV – apresentação, quando for o caso, de procuração para os fins específicos.

§ 1º Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, será autorizado o sepultamento com a apresentação de declaração de óbito, ficando o responsável obrigado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a apresentar a cópia da certidão de óbito.

§ 2º A administração do Cemitério, no caso de não apresentação da documentação no prazo estabelecido no § 1º, deverá encaminhar notificação ao responsável pelo sepultamento, para que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, apresente a certidão de óbito, sob pena de não o fazendo, ser aplicada multa pecuniária de 01 (um) salário mínimo.

§ 3º Se algum cadáver for apresentado para sepultamento no Cemitério sem os documentos previstos neste artigo, efetuar-se-á denúncia, imediatamente, à autoridade policial, a fim de que a mesma tome as providências legais cabíveis.

§ 4º Os sepultamentos serão sempre individuais, salvo quando se tratar de mãe e filho natimorto, que poderão ser sepultados juntos.

Art. 33 O sepultamento de pessoas vitimadas por doenças transmissíveis somente poderá ser feito com observância das medidas e cautelas determinadas pela autoridade sanitária.

Art. 34 Nenhum cadáver deverá permanecer insepulto por mais de 24 (vinte e quatro) horas, depois de ocorrido o falecimento, salvo se esse corpo estiver embalsamado ou por expressa determinação judicial ou policial.

Art. 35 O prazo mínimo para exumação, ressalvadas situações determinadas pelo Poder Judiciário e pela vigilância sanitária e epidemiológica, será de 03 (três) anos.

Art. 36 A exumação poderá ocorrer nas seguintes situações:

- I – por ordem judicial;
- II – transferência dos restos mortais por desativação ou readequação do cemitério;
- III – a pedido do titular da concessão de uso, seus herdeiros ou sucessores; e
- IV – findo o prazo da concessão de uso.

§ 1º A exumação na hipótese do inciso II não terá custo e será precedida de comunicação ao titular da concessão de uso da sepultura, seus herdeiros ou sucessores, antes da desativação ou readequação do cemitério, para acompanhar as atividades, se desejar.

§ 2º A exumação na hipótese do inciso III poderá ser requerida pelo titular da concessão de uso, seus herdeiros ou sucessores, para fins de transferência dos restos mortais para o ossuário ou cremação, desde que o corpo a ser exumado conte com no mínimo 05 (cinco) anos de sepultamento.

§ 3º A exumação descrita no inciso IV deverá ser precedida de notificação, remetida ao titular da concessão ou seus descendentes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para acompanhar as atividades, se desejar.

§ 4º Decorrido o prazo estipulado nos §§ 1º e 3º, sem manifestação do titular da concessão ou de seus descendentes, os restos mortais poderão ser exumados, submetidos a tratamento térmico ou depositados no ossuário do Município, retornando o espaço aberto ao domínio público, a fim de viabilizar novo sepultamento.

Art. 37 No caso de possuir jazigo em área antiga e a família optar pelo não uso de tratamento térmico, os restos mortais deverão ser encapsulados em invólucro plástico e depositados na sepultura da família, de forma a não ter contato com o solo nem com as águas.

Art. 38 As despesas com a exumação serão pagas pelo titular da concessão de uso da sepultura, seus herdeiros ou sucessores.

Parágrafo único. Quando os restos mortais não puderem ser identificados, ou se identificados, não for possível encontrar o responsável, o custo de exumação, após o cumprimento dos procedimentos

dispostos nesta Lei, será custeado pelo próprio Município.

Art. 39 O Cemitério Municipal de Belmonte deverá possuir:

- I – registro de sepulturas;
- II – registro de inumações e reinumações;
- III – registro de exumações;
- IV – registro de ocorrências;
- V – registro de restos mortais encaminhados ao ossuário ou columbário;
- VI – acervo de documentos físicos e informatizados; e
- VII – ordem de serviços emitida pela central funerária.

Art. 40 A certidão de óbito e seu conteúdo serão registrados, pela administração do Cemitério, para que possam ser apresentados a qualquer tempo.

Art. 41 No livro de registro de sepultamentos e exumações deverão constar:

- I – local, dia e ano do falecimento;
- II – nome do falecido;
- III – sexo;
- IV – idade;
- V – estado civil;
- VI – filiação;
- VII – profissão;
- VIII – nacionalidade;
- IX – residência e domicílio;
- X – causa da morte; e
- XI – local em que se deu o sepultamento.

Art. 42 É expressamente proibido:

- I – a implantação e/ou ampliação de cemitérios em Áreas de Preservação Permanente, de manancial para abastecimento humano, bem como naquelas que tenham seu uso restrito pela legislação vigente, ressalvadas as exceções legais previstas;
- II – o impedimento de sepultamento por motivo de raça, cor, sexo, classe social, convicções políticas, filosóficas ou religiosas, ou ainda, por qualquer outro motivo discriminatório;
- III – sepultar ou exumar sem o registro de sepultamento ou de exumação ou com registro irregular;
- IV – sepultar em cemitérios interditados;
- V – recusar a prestação de serviços funerários ou de cemitérios aos destinatários da assistência social e às vítimas de epidemias, calamidades e catástrofes; e
- VI – descumprir qualquer outro dispositivo desta Lei e outras normas pertinentes.

Art. 43 O Município de Belmonte poderá delegar a atividade de gestão do Cemitério Municipal, bem como autorizar/licenciar a implantação de novos cemitérios particulares.

Art. 44 A concessão para a gestão do Cemitério Municipal de Belmonte deverá obedecer as Leis Federais 8.666/93 e 8.987/95, observando-se ainda:

- I – a eficiência no cumprimento dos serviços;
- II – o respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;
- III – a indelegabilidade da função do exercício do poder de polícia, da segurança e saúde pública;
- IV – a responsabilidade fiscal na celebração da concessão; e
- V – a sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas da concessão.

Art. 45 Os delegatários ficam obrigados:

- I – a respeitar as regras de higiene, segurança, sanitárias e as constantes das normas vigentes, no que lhes forem aplicáveis;
- II – a conservação dos registros que constem os assentos dos mortos sepultados;
- III – a exibir documentação referida no inciso anterior, quando

exigida pela Administração Municipal; e  
IV – a prestar à Administração Municipal os informes que forem necessários.

Art. 46 A administração do Cemitério Municipal de Belmonte, quando em regime de delegação, obedecerá às normas e preços determinados pela autoridade municipal competente.

Art. 47 As concessões de uso das sepulturas, independentemente de a administração do Cemitério estar a cargo do Município, ou de Delegatário, serão cobradas mediante tarifa anual fixada por esta Lei, inicialmente, em R\$ 60,00 (sessenta reais), autorizando-se seu reajuste anual – por decreto – mediante aplicação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)

Parágrafo único. As tarifas dos serviços públicos, em caso de delegação, será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas em Lei, no edital e no contrato.

Art. 48 Os serviços de sepultamento, exumação e outros serão realizados por particulares devidamente licenciados no Município, e serão custeados pelos próprios usuários/concessionários.

Art. 49 A inobservância do disposto nesta Lei e sua regulamentação sujeitará o infrator às penalidades abaixo elencadas, sem prejuízo das de natureza civil e penal, além das normas técnicas pertinentes:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – interdição; ou
- IV – cancelamento da licença.

Art. 50 Será expedida notificação prévia ao infrator para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome as providências necessárias para regularizar a situação perante a unidade competente.

§ 1º Esgotado o prazo de que trata este artigo sem que o infrator tenha regularizado a situação, a notificação será convertida em Auto de Infração, independentemente de nova intimação, podendo, nesse caso, o autuado impugnar a exigência no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º Recebida a defesa, será dado vista ao agente responsável pela lavratura do ato impugnado, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar esclarecimentos pertinentes e a defesa do ato.

§ 3º Após a manifestação do agente responsável, o processo será encaminhado ao Secretário Municipal de Assistência Social para a tomada de decisão, observando-se o seguinte:

- I – a decisão deverá ser precedida de relatório, o qual será uma síntese de todo o processo;
- II – todas as questões levantadas na defesa deverão ser analisadas;
- III – a decisão deverá ser fundamentada, expondo-se as razões do provimento ou desprovimento; e
- IV – deverão ser expressos os efeitos da decisão e o prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.

Parágrafo único. Para subsidiar sua decisão, poderá o Secretário solicitar parecer jurídico.

Art. 51 Da decisão com penalidade pecuniária que ultrapassar o valor de 04 (quatro) UFM, poderá aquele que se julgar prejudicado interpor recurso ao Prefeito Municipal.

Parágrafo único. O recurso de que trata o caput deste artigo será recebido no efeito suspensivo e devolutivo.

Art. 52 Verificada a procedência do ato infracional, serão aplicadas

as penalidades decorrentes.

Art. 53 O Cemitério Municipal de Belmonte terá, no que couber, seu regulamento aprovado por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 54 As despesas para fazer frente aos investimentos desta Lei decorrerão da receita própria do Município, ou, se for o caso, do regime de delegação eventualmente firmado.

Art. 55 O Município de Belmonte regulamentará a presente Lei por decreto no que for pertinente.

Art. 56 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Belmonte – SC, em 30 de novembro de 2017.  
GENÉSIO BRESSIANI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI  
Sec. da Administração

## LEI Nº 1945/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457573

LEI Nº 1945/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativo ao exercício de 2018, compreendendo:

I – As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II – As metas e riscos fiscais;

III – A organização e estrutura do orçamento;

IV – As diretrizes para elaboração do orçamento do Município;

V – As disposições relativa à dívida Pública Municipal;

VI – As disposições relativas as despesas do Município com pessoal e encargos;

VII – As disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII – As disposições gerais.

Art. 2º - A partir das prioridades e objetivos constantes dos ANEXOS de metas prioritárias integrante desta Lei, serão elaboradas as propostas orçamentárias para 2018, de acordo com as disponibilidades de recursos financeiros que trata o art. 3º da presente lei.

§ 1º - Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos.

§ 2º - A programação de novos projetos não poderá se dar à custa de anulação de dotações destinadas a investimentos em andamento, em consonância com o art. 45 da LC 101/2000.

§ 3º - O pagamento dos serviços da dívida de pessoal e de seus encargos terão prioridade sobre as ações de expansão.

Art. 3º - A receita para o exercício de 2018, estimada, provisoriamente, em R\$ 14.600.090,00 (quatorze milhões, seiscentos mil e noventa reais), devendo ter a seguinte destinação:

a) para a Reserva de Contingência, atendendo ao disposto no inciso III, do art 5º, da Lei Complementar nº 101/2000, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

b) para atendimento da manutenção da administração dos órgãos municipais, será no valor suficiente para atender as despesas de funcionamento dos órgãos;

c) para atendimento de programas de custeio, continuados ou não, dirigidos diretamente o atendimento da população e comunidade, será no valor que atenda aos programas propostos; e

d) para investimento até o montante do saldo dos recursos estimados.

§1º. Os recursos da Reserva Contingência destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, serão utilizados para:

I – pagamento de condenações judiciais de pequeno valor, não sujeitas a precatório, que venha a ser exigido no curso do exercício;

II – atendimento de medidas liminares ou antecipatórias de tutela expedidas pelo Poder Judiciário que importem desembolso financeiro;

III – atendimento de despesas decorrentes de situações de emergência ou calamidade pública, oficialmente declaradas;

IV – outros eventos congêneres.

§2º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência de que trata esta Lei dar-se-á mediante suplementação das dotações orçamentárias próprias para atendimento da despesa ou abertura de crédito especial, obedecido o seguinte:

I – as suplementações serão feitas sempre por Decreto, mediante aprovação da Câmara por meio de lei específica..

II – a abertura de crédito especial dependerá de autorização legislativa.

§3º - A partir do início do segundo quadrimestre do ano, os recursos da reserva de contingência não utilizados, que excederem a dois terços ( 2/3 ) do valor inicial, e, a partir do início terceiro quadrimestre, os que excederem a um terço ( 1/3 ), poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais que se fizerem necessários, desde que haja disponibilidade financeira para atender as correspondentes despesas.

Art. 4º - Os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária deverão estar compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 5º - No projeto de Lei Orçamentária serão alocados os recursos relativos aos percentuais exigidos pela Constituição Federal para as áreas de educação e saúde.

Art. 6º - As receitas e as despesas dos orçamentos da Administração direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo município, serão classificadas e demonstradas segundo a legislação em vigor.

§ 1º - Conforme art. 8º da LC 101/2000, deverá ser elaborado e publicado até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, a programação financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

§ 2º - Atendendo ao art.13 da LC 101/2000, no prazo estipulado no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, com especificação em separado, quando cabível das medidas de combate a evasão e a sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa;

§ 3º - Os recursos vinculados serão utilizados unicamente para atender os objetivos das suas vinculações, ainda que em exercício diverso daquele que aconteceu, de acordo com o parágrafo único do art. 8º da LC 101/2000.

§ 4º - Conforme art. 9º, da LC 101/2000, quando verificado, ao final de um bimestre que a realização da receita não atendeu as metas de resultado primário e nominal, os poderes promoverão por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e de movimentação financeira nos critérios estabelecidos nesta Lei;

§ 5º - Para efeito de limitação de empenho, que trata a letra "b", do inciso I, do art. 4º, da LC 101/2000, será utilizado o seguinte critério:

a- suspensão de programas de investimentos ainda não iniciados;

b- corte das despesas de manutenção dos órgãos;

c- exoneração e/ou demissão de ocupantes de cargos em comissão;

d - Paralisação das ações de investimentos.

§ 6º - Para efeito do § 2º, do art. 9º e do § 3º, art. 16 da LC 101/2000, considerar-se-á irrelevante a despesa de caráter não continuado de até R\$ 1.000,00, realizada na manutenção de órgãos municipais.

§ 7º - Ao final dos quadrimestres, maio, setembro e fevereiro, o poder Executivo demonstrará em audiência Pública na Câmara Municipal o cumprimento das estimativas realizadas.

Art. 7º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das alterações na legislação tributária, especificamente sobre:

I - consolidação da legislação vigente que regula cada tributo de competência do município;

II - adequação da legislação tributária municipal às eventuais modificações da legislatura federal;

III - revisão dos índices já existentes que são indexadores de tributos, tarifas, multas e criação de novos índices;

IV - as isenções fiscais, nos termos do art. 14 da LC 101/2000, virão acompanhadas de estimativa de impacto financeiro, demonstrando as medidas compensatórias sendo aceitas, apenas, o aumento permanente da receita e da diminuição permanente da despesa.

Art. 8º - As alterações na legislação tributária vigente serão propostas mediante projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Municipal antes do encerramento do exercício e deverão ser apreciadas antes da aprovação da proposta orçamentária.

Art. 9º - Nos projetos de lei orçamentária constarão as seguintes autorizações:

I - para abertura de créditos suplementares e especiais;

II - para a realização de operações de créditos com destinação específica e vinculada ao projeto, nos termos da legislação em vigor, em especial a Seção IV, Subseção I, da LC 101/2000.

III - para realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, nos limites e prazos estabelecidos pela legislação em vigor, em especial a seção IV, Subseção III, da LC 101/2000.

Art. 10 - Em conformidade como disposto no inciso I, do artigo 7º e artigos 40, 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 4.320/64, poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa por meio de lei específica, proceder à abertura de créditos adicionais suplementares destinados a suprir deficiências orçamentárias no transcorrer do exercício financeiro.

Parágrafo Único - Mediante autorização legislativa em lei específica os recursos alocados na Lei Orçamentária, de que trata este artigo, poderão ser cancelados ou remanejados através da abertura de créditos adicionais suplementares, dentro do mesmo projeto e/ou atividade e/ou da mesma fonte de recursos.

Art. 11 - As metas prioritárias da administração municipal para o exercício de 2018, atendido o disposto na Lei que institui o Plano Plurianual para o período 2018 a 2021, são as estabelecidas no Anexo I esta Lei, dela parte integrante.

Art. 12 - As transferências de recursos ou benefícios a entidades privadas serão de acordo com o Art. 26 da LC 101/2000, Lei Municipal específica e ao Art.116 da Lei Federal 8.666-93.

Art. 13 - Para haver contribuição para custeio de outros entes da federação deverá atender ao art. 116 da Lei federal 8.666-93 ao art. 62 e letra "f", do inciso I do art. 4º da LC 101/2000.

Art. 14 - A Lei Orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 15 - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 16 - Ficam o Poder Executivo e o Poder Legislativos autorizados:

I - prover os cargos e funções vagos nos termos da legislação vigente;

II - conceder aumento de remuneração ou outras vantagens, mediante autorização legislativa específica.

III - Criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras, desde que previamente autorizado pela Câmara de Vereadores por meio de lei específica.

Art. 17 - A criação de cargos, a alteração de estrutura de carreira, admissão de pessoal a qualquer título, concessão de qualquer vantagem, ou aumento de remuneração só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária para atender as projeções de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e atender ao disposto na Seção II da L.C. 101/2000.

Art. 18 - As despesas com pessoal elencadas no artigo 18 da LC 101/2000, não poderão exceder o limite previsto no art. 20 III, letra "a" e "b" da referida Lei.

Art. 19 - São considerados objetos da Administração Municipal o desenvolvimento de programas visando:

I - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores através de programas informativos, educativos e culturais;

II - melhorar as condições de Trabalho, especialmente no que concerne à saúde, alimentação e segurança;

III - capacitar os servidores para melhor desempenho de funções específicas;

IV - racionalização dos recursos materiais e humanos visando diminuir os custos e aumentar a produtividade e eficiência no atendimento dos serviços municipais;

V - o Poder Executivo deverá, em conformidade com a letra "e" do inciso I, do art.4º da LC 101/2000, desenvolver sistema gerencial e de apropriação de despesas, com objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária e o resultado alcançado.

Art. 20 - O poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de Governo, para desenvolvimento de programas prioritários para o Município, sem ônus para o Município, ou com contrapartida, constituindo-se em projetos específicos somente após o efetivo recebimento dos recursos, conforme letra "f" do Inciso I do art.62 da LC 101/2000.

Art. 21 - O Poder Executivo não repassará recursos aos órgãos que, possuindo Tesouraria e/ou Contabilidade descentralizada, não tiverem



prestado contas de acordo com o termo de convênio.

Art. 22 - O Poder Executivo colocará a disposição do Poder Legislativo, no mínimo 30 dias antes do prazo final da elaboração da proposta Orçamentária, os estudos e as estimativas da receita, inclusive da receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, do exercício em vigor, para que, nos termos do art. 29-A da Emenda Constitucional nº 25 e do parágrafo 3º do art. 12 da LC 101/2000, possa encaminhar sua proposta orçamentária.

Art. 23 - No controle de custos e na avaliação de resultados dos programas constantes do Orçamento Municipal, será demonstrado através de normas de controles internos instituídas pelo Poder Executivo, de acordo com a letra "e" do inciso I, art. 4º da LC 101/2000, com vigência também no poder Legislativo, conforme o caput do art. 31 da Constituição Federal.

Art. 24 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Belmonte - SC, em 06 de dezembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI

Sec. da Administração

## ANEXO II

ANEXO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 45, DA LRF 101/2000

IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÃO DA CONSERVAÇÃO	VALOR
	NADA A DECLARAR	

Gabinete do PREFEITO MUNICIPAL de Belmonte, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI

Sec. da Administração

## Anexo IV

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL						
(Art. 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016		2015		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio/Capital	20.342.632,51	100,00	18.773.234,62	100,00	18.091.188,09	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20.342.632,51	100,00	18.773.234,62	100,0	18.091.188,09	100,0

Gabinete do PREFEITO MUNICIPAL de Belmonte, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI

Sec. da Administração

## Anexo V

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos  
(Art. 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000) R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITA DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	162.282,69	185.424,14	170.425,61
Alienação de Bens Móveis	155.521,00	170.796,00	165.350,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Remun. Dep. Banc. Vinc. – Alienação de Bens	6.761,69	9.552,53	5.075,61
DESPESAS EXECUTADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	161.786,72	136.082,13	165.350,00
Investimentos	161.786,72	136.082,13	165.350,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2016 (g) = (Ia-IIId)+(IIIh)	2015 (h) = (Ib-IIe)+(IIIi)	2014 (i) = (Ic-IIf)
VALOR (III)	54.913,59	54.417,62	5.075,61

## EXERCÍCIO 2016

Receitas Realizadas até 30/09/2017

Alienações de Ativos

Bens Móveis R\$ 0,00

Remun.Dep.Banc.Alien.Bens R\$ 1.437,16

Saldo Financ.Exercício 2016 R\$ 54.913,59

Total de Recursos Alienação Bens R\$ 56.350,75

Despesa Executada até 30/09/2017

Investimentos R\$ 47.203,27

Saldo em 30/09/2017 R\$ 9.147,48

Gabinete do PREFEITO MUNICIPAL de Belmonte, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI

Sec. da Administração

**LEI Nº 1946/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457582

LEI Nº 1946/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Em atendimento aos preceitos da Constituição Federal, Estadual, Municipal e demais disposições legais vigentes, fica estimada a Receita e fixa a Despesa do Município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo, Legislativo, Fundos e Autarquia, pertencentes à Administração direta e indireta deste Ente Federado; e,

II – Orçamento da Seguridade Social abrange todas as Entidades e Órgãos a eles vinculados, da administração direta e indireta, bem como os Fundos e Autarquia instituídos pelo Município.



**TÍTULO II****DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****CAPÍTULO I****DA ESTIMATIVA DA RECEITA DA RECEITA TOTAL**

Art. 2º A Receita Orçamentária fica estimada em R\$ 14.600.090,00 (quatorze milhões, seiscentos mil e noventa reais), em observância ao disposto da lei instituidora do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, elencadas em conformidade com os anexos integrantes desta lei.

Art. 3º As receitas decorrentes das arrecadações de tributos, contribuições, transferências constitucionais e legais além de outras receitas correntes e de capital, foram estimadas obedecidas às normas preconizadoras constantes das Portarias nºs. 42, 163, Portaria Conjunta nº 1 e demais dispositivos constitucionais e legais atinentes, segundo os anexos integrantes da matéria orçamentária.

**CAPÍTULO II****DA EXECUÇÃO DA DESPESA****SEÇÃO I****Da Despesa Total**

Art. 4º A Despesa Orçamentária no mesmo valor da Receita Orçamentária, fica fixada em R\$ 14.600.090,00 (quatorze milhões, seiscentos mil e noventa reais), desdobrada em observância ao disposto da lei instituidora do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto nas Portarias ns. 42, 163, Portaria Conjunta nº. 1 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, cujos anexos são partes integrantes desta matéria orçamentária.

**SEÇÃO II****Da distribuição da Despesa por Órgão e Função**

Art. 5º A despesa fixada à conta dos recursos previstos nesta Lei, observada a programação constante do Detalhamento das Ações determinadas pelo Governo Municipal, apresenta, por Órgãos e Fundos, o desdobramento em conformidade com os anexos desta Lei, mais especificadamente os constantes dos Anexos I a IX, além de outros que completam a presente matéria orçamentária à luz da norma constitucional e legal vigente.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, por meio de lei específica a ser deliberada pela Câmara de Vereadores, a proceder ao remanejamento, transposição ou transferência, total ou parcial, as categorias de programação constantes desta lei, mantidos os respectivos detalhamentos por esferas orçamentárias, grupos de despesa, modalidades de aplicação, a fim de ajustar a programação aprovada às competências e atribuições definidas para cada Órgão ou Unidade do Orçamento Consolidado, tendo como limite definido o total do projeto ou atividade, à data da expedição do respectivo ato.

**CAPÍTULO III****Dos Créditos Adicionais**

Art. 6º As despesas serão realizadas de acordo com as discriminações constantes dos anexos da presente lei, segundo as funções, programas, subprogramas, categorias econômicas, Órgãos e Unidades Orçamentárias de acordo com cada unidade administrativa direta ou indireta deste Ente Federado.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a tomar as medidas necessárias a compatibilizarão das despesas com a realização da Receita, em conformidade com os preceitos constitucionais e legais vigentes.

Art. 8º A Reserva de Contingência fixada no Orçamento do Município, será movimentada por ato do Executivo Municipal a ser amparado por prévia e específica autorização legislativa.

Art. 9º O Executivo Municipal, mediante autorização prévia e específica da Câmara de Vereadores, procederá à abertura de Créditos Adicionais Suplementares, à conta dos recursos provenientes do excesso de arrecadação e/ou sua tendência, em conformidade com o que dispõe o inciso II, do § 1º e 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo Municipal por meio de autorização prévia e específica da Câmara de Vereadores procederá à abertura de Créditos Adicionais Suplementares, nos limites excedentes das arrecadações e suas tendências constantes das receitas previstas e as realizadas, referente aos convênios, acordos, contratos e outros firmados pela municipalidade, em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 e suas alterações.

Parágrafo Único. Aplica-se o mesmo entendimento deste artigo, às novas receitas arrecadadas não estimadas na matéria orçamentária.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo Municipal, através de lei específica autorizativa, procederá a transposição, remanejamento e/ou a transferência de recursos orçamentários através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares de uma modalidade de despesa para outra, dentro da mesma categoria de programação das respectivas despesas, os recursos, projetos e atividades, nos limites das dotações orçamentárias fixadas nesta lei de cada atividade e/ou projetos, na forma do art. 7º, e do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 31 da LDO e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, desde que obedecidas a fonte de financiamento.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal da mesma forma, mediante ato próprio, autorizado a proceder à abertura de Créditos Adicionais Suplementares à conta dos recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, em conformidade com o disposto no Inciso I, §§ 1º e 2º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais vigentes.

Art. 13. Consideram-se como excesso de arrecadação para fins de abertura de Créditos Adicionais Suplementares por ato do Executivo, os rendimentos de aplicações financeiras provindos de receitas de recursos ordinários e/ou vinculados, bem como o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, destinados ao suprimento de dotações orçamentárias julgadas insuficientes no decorrer do exercício financeiro, dentro das suas respectivas vinculações, em conformidade com o que dispõe o inciso II, do § 1º, e § 3º do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações.

Art. 14. O limite dos Créditos Adicionais Suplementares autorizados nesta lei corresponde em até cem por cento dos saldos constantes dos Projetos, Atividades, do Excesso Arrecadação e do Superávit Financeiro, em conformidade com o art. 43, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações, disponíveis na data da abertura do respectivo Crédito, podendo, ainda serem instituídos outros elementos de despesas necessários à efetiva execução orçamentária.

### TÍTULO III

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os documentos integrantes e apensados a presente Lei Orçamentária, os quais instituem e instruem a peça orçamentária, se constituem em documentos orçamentários hábeis e legítimos ao atendimento aos preceitos da Constituição Federal, Estaduais, Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº. 4.320/64 e suas alterações vigentes, bem como, à Lei Complementar nº. 101/2000 e demais dispositivos legais.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor no dia primeiro de janeiro do exercício financeiro de dois mil e dezessete.

Belmonte/SC, em 06 de dezembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI

Sec. da Administração

### LEI Nº 1947/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457590

LEI Nº 1947/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

INSTITUI O PLANO PLURIANUAL 2018/2021, DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina.

FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído integralmente o Plano Plurianual 2018/2021, do Município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais, em conformidade com os novos anexos apensos e integrantes a esta Lei.

Art. 2º Os demais anexos integrantes do Plano Plurianual 2018/2021 original, permanecem inalterados nas suas integras.

Art. 3º As receitas destinadas ao financiamento dos programas previstos para serem executados nos exercícios financeiros de 2018/2021 serão as instituídas pelo Código Tributário Municipal, Operações de Crédito, Transferências Auxílios e/ou Contribuições da União, do Estado, das Instituições Públicas, Privadas e Particulares.

Art. 4º As programações físico-financeiras das ações previstas no Plano Plurianual 2018/2021, a serem executados nos exercícios de 2018/2021, são as prescritas nos anexos da Lei Original e da presente, em consonância com os ditames prescritos pela Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964 e suas alterações, pela Portaria Interministerial nº 42, de 14 de abril de 1999 e demais legislações vigentes e consoantes à matéria.

Art. 5º Os objetivos e metas previstas para os exercícios financeiros, poderão ser revistas e alteradas, pela Lei de meios, para cada exercício financeiro.

Art. 6º As Funções de Governo previstas na Portaria Interministerial nº 42, de 14 de abril de 1999 e demais vigentes, ficam distribuídas através dos programas estabelecidos nos Anexos desta lei, os quais serão executados através de seus respectivos Órgãos e Unidades, em razão da própria Organização Administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 7º O Objetivo do Plano Plurianual 2018/2021, relativamente às programações físico-financeiras das ações, é o de buscar o desenvolvimento pleno e coordenado do Município em todos os seus níveis em consonância com as Funções de Governo definidas na Portaria Interministerial nº 42, e demais legislações vigentes, buscando constantemente atingir como meta principal à satisfação da Comunidade.

Art. 8º A Fazenda Pública Municipal, efetuará os repasses financeiros à Câmara Municipal de Vereadores e aos Fundos Municipais, dentro de suas disponibilidades financeiras, obedecidas às normas legais e constitucionais.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante deliberação da Câmara de Vereadores por meio de lei específica, autorizado a proceder o remanejamento ou transferência das fontes de financiamento das referidas despesas alocadas no PPA para execução nos exercícios financeiros de 2018/2021, buscando readequá-las de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Art. 10. Igualmente fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante prévia e específica autorização legislativa, autorizado a proceder o remanejamento, transferência e substituição de fontes de financiamento das referidas despesas alocadas no PPA para execução 2018/2021, à de Recursos Próprios de Transferências Constitucionais e legais, buscando readequá-las de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a adotar medidas necessárias e expedir atos regulamentares à boa execução do Plano Plurianual dos Exercícios Financeiros de 2018/2021, bem como, proceder à identificação dos Projetos e Atividades através de numeração específica e apropriada para a matéria.

Art. 12. Os novos Projetos e Atividades ora instituídos apensos a presente Lei, bem como os alterados da Lei Original, são partes integrantes do presente ato.

Art. 13. Os demais Projetos Atividades constantes da Lei Original permanecem com suas respectivas redações, sendo que os não transcritos nesta Lei, no anexo da consolidação dos programas identificados, estruturados no Plano Plurianual 2018/2021, ficam automaticamente extintos nas suas integras.

Art. 14. Está Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2018.

Belmonte – SC, em 06 de dezembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI

Sec. da Administração

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DA DISPENSA DE LICITACAO Nº 113/2017

Publicação Nº 1458100

#### ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2017

MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 113/2017

DATA: 07/12/2017 - HORA DE INÍCIO: 10 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reunidos os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 113/2017, referente a locação de um imóvel com aproximadamente 70m², em pavimento térreo, de frente para a avenida, com rampa de acesso para deficientes, hall de entrada, recepção, 02 salas para atendimento, BWC social e cozinha, localizado na Avenida Brasil, nº 163, apto 101, Centro, Benedito Novo, para funcionamento do CRAS.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica	Lei 8.666/93, Art. 24, X
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Declaração Obrigatória	

Da análise destes documentos, observa-se que o contratado ANTONIO CARLINHO ODORIZZI está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PAS-QUALI Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	JOICE APARECIDA COSTA Membro
--------------------------------------	----------------------------	---------------------------------

### ATA DA DISPENSA DE LICITACAO Nº 114/2017

Publicação Nº 1458103

#### ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2017

MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 114/2017

DATA: 07/12/2017 - HORA DE INÍCIO: 10 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reunidos os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 114/2017, referente a locação de um imóvel com aproximadamente 70m², em pavimento térreo, fundos do prédio, com

hall de entrada, recepção, 02 salas para atendimento, BWC social e cozinha, localizado na Avenida Brasil, nº 163, apto 102, Centro, Benedito Novo, para funcionamento do CREAS.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica	Lei 8.666/93, Art. 24, X
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Declaração Obrigatória	

Da análise destes documentos, observa-se que o contratado MARI LURDES GIRARDI ODORIZZI está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PAS-QUALI Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	JOICE APARECIDA COSTA Membro
--------------------------------------	----------------------------	---------------------------------

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 109/2017

Publicação Nº 1458006

#### ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 13/12/2017 - HORÁRIO DE INÍCIO: 14:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2017

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 109/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 109/2017, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, nomeados pela Portaria nº 003/2017. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame as empresas AUTO POSTO DAS NAÇÕES LTDA, POSTO DOIS IRMÃOS LTDA EPP e ZUMMCAR EIRELI. As empresas participantes apresentaram o credenciamento em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando seus representantes legais ORESTES DALLABONA e DANIEL KOPROWSKI. A empresa POSTO DOIS IRMÃOS LTDA não enviou representante para a sessão. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação em cumprimento a exigência do item 3.5 do Edital. Somente a empresa POSTO DOIS IRMÃOS LTDA apresentou a Certidão Simplificada

expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem conferidos e rubricados sendo que não houve qualquer manifestação. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preço, sendo as propostas nelas contida disponibilizada aos presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio sendo estas consideradas classificadas, conforme relatório classificatório em anexo a esta ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes presentes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes vencedoras do certame. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação de habilitação apresentada está em conformidade com o exigido no Edital. Sendo assim, as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR o item do certame as empresas vencedoras. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

**PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

**LICITANTES PRESENTES:**

AUTO POSTO DAS NAÇÕES LTDA

ZUMMCAR EIRELI

**ATA DE CREDENCIAMENTO IN 111/2017 - RENATO DA SILVA ME**

Publicação Nº 1458098

ATA DE CREDENCIAMENTO – RENATO DA SILVA ME  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2017.  
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação/Credenciamento – 111/2017.  
DATA: 14/12/2017 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.  
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017, para a abertura do envelope referente ao Processo Licitatório na modalidade de Inexigibilidade/Credenciamento nº 111/2017, protocolado tempestivamente pela empresa interessada RENATO DA SILVA ME (83.633.362/0001-47).

Na sequência abriu-se o envelope, sendo os documentos neles contidos conferidos e rubricados pelos membros da Comissão de Licitações. Da análise dos documentos verificou-se que os mesmos

atendem ao exigido no edital, ficando, portanto, a empresa interessada considerada habilitada.

Estando portando, os documentos de acordo com o solicitado no edital, declara-se a empresa RENATO DA SILVA ME credenciada nos seus respectivos procedimentos escolhidos, conforme relatório em anexo a esta Ata.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise da Assessoria Jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2015**

Publicação Nº 1457377

**PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 16/2015

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2015

Contratada: GISELA SCHULZ

Objeto: EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE)  
PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS  
NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO

Finalidade do Aditivo: Prorrogação

Valor: R\$ 18.884,52

Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018

Data Assinatura: 14/12/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2016**

Publicação Nº 1457219

**PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 74/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2016

Contratada: GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E  
DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE

Finalidade do Aditivo: Prorrogação

Valor: R\$ 24.000,00

Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018

Data Assinatura: 07/12/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal



**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 40/2017**

Publicação Nº 1457171

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 28/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 40/2017

Contratada: RUTH GURSKE

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA TIFA TONOLLI, RIBEIRÃO TIGRE NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE RUTH GURSKE, COM PERMISSÃO PARA EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO.

Finalidade do Aditivo: Prorrogação

Valor: R\$ 18.000,00

Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018

Data Assinatura: 21/11/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2017**

Publicação Nº 1457328

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 31/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2017

Contratada: ERANI NEHRING HAMMERMEISTER

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL EM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA MINISTRO LUIZ GALOTTI, Nº 1.975, BARRA SÃO JOÃO, PARA FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA - AGC BARRA SÃO JOÃO

Finalidade do Aditivo: Prorrogação

Valor: R\$ 7.800,00

Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018

Data Assinatura: 30/11/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal



**Biguaçu****PREFEITURA****COMUNICADO 01 PP 255/2017-PMB**

Publicação N° 1457993

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**COMUNICADO – PREGÃO PRESENCIAL n° 255/2017**

Comunicamos às empresas interessadas no PP 255/2017-PMB, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS (CAMINHÕES E ÔNIBUS) COM FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PESADOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, que devido a divergência nos valores do anexo 01 e termo de referência, como também erro de digitação no campo "abertura do envelope documentação proposta", devem os licitantes considerarem as informações a seguir:

DATA DA REALIZAÇÃO: 22 dezembro de 2017  
HORÁRIO: 9:30 HORAS  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:  
Até às 9:20 horas, do dia 22 dezembro de 2017;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:  
Às 9:30 horas, do dia 22 dezembro de 2017;

Com relação aos valores dos itens, devem ser considerados somente os valores estabelecidos no Anexo 01 do edital correlativo, conforme listados abaixo:

LOTE 01					
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor referência unit. em R\$	Valor total de referência
1	8.000	HORAS	Serviço de mão de obra especializada para manutenção de veículos pesados (caminhões e ônibus).	R\$ 86,65	R\$693.200,00
2	% desconto		Material para manutenção de veículos pesados (Peças automotivas) Percentual de desconto de no mínimo 20% sobre sistema de orçamentação automotivo	Percentual de desconto(%) R\$ 1.500.000,00	Valor estimado peças (R\$)
				Total:	R\$ 2.193.200,00

As demais informações constantes no aviso e edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 14 de dezembro 2017.  
Mirella da Conceição  
Pregoeira

**DECRETO N° 261/2017/2017**

Publicação N° 1458431

DECRETO N° 261/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Reforça dotação de crédito especial e abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal n° 3681/2016 e 3819/2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 270.349,72 (Duzentos e setenta mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos) por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 0.2.42.000000 e 0.1.04.000000. As dotações abaixo relacionadas:

**03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.15.452.0009.2098	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	244.349,72
3.3.90.00/0.1.04.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	244.349,72

## 18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	26.000,00
3.3.90.00/0.2.42.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	26.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 262/2017**

Publicação Nº 1458432

DECRETO Nº 262/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Reforça dotação de crédito especial na Lei Orçamentária Anual de 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3826/2017:

DECRETA:

Art. 1º Reforça dotação de crédito especial na Lei Orçamentária Anual de 2017 no montante de R\$ 67.245,83 (Sessenta e sete mil duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos) utilizando como fonte de recurso a anulação de dotação, conforme abaixo especificado:

**ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO**

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
26	SECRETARIA DE OBRAS, DESENV. URBANO E TRANSPORTE	67.245,83
01	Secretaria de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte	67.245,83
15	Urbanismo	67.245,83
451	Infraestrutura Urbana	67.245,83
0009	Revitalizando a cidade de Biguaçu	67.245,83
1056	Pavimentação de Ruas	67.245,83
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	67.245,83
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	67.245,83
	TOTAL	67.245,83

**REFORÇO DE DOTAÇÃO**

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
26	SECRETARIA DE OBRAS, DESENV. URBANO E TRANSPORTE	67.245,83
01	Secretaria de Obras, Desenv. Urbano e Transporte	67.245,83
15	URBANISMO	67.245,83
452	Serviços Urbanos	67.245,83
0009	Revitalizando a Cidade de Biguaçu	67.245,83
2106	Manutenção da Secretaria de Obras, Desenv. Urbano e Transporte	67.245,83
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	67.245,83
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	67.245,83

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 263/2017**

Publicação Nº 1458433

DECRETO Nº 263/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Reforça dotação de crédito especial na Lei Orçamentária Anual de 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3827/2017:

DECRETA:

Art. 1º Reforça dotações de crédito especial e abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2017 no montante de R\$ 34.202,00 (Trinta e quatro mil duzentos e dois reais) utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação na fonte, conforme abaixo especificado:

**REFORÇO DE DOTAÇÃO**

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
27	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA	34.202,00
01	Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	34.202,00
26	TRANSPORTE	34.202,00
782	Transporte Rodoviário	34.202,00
0007	Biguaçu, o melhor lugar para o seu negócio	34.202,00
2101	Conservação das Estradas Vicinais	34.202,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	34.202,00
0.1.05.000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	34.202,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 264/2017**

Publicação Nº 1458434

DECRETO Nº 264/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3681/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3696/2016 - Lei Orçamentária para 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 3696/2016:

**01. CÂMARA MUNICIPAL**

0101.01.031.00001.2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	340.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos/ Aplicação Direta	29.220,00

3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/ Aplicação Direta Intra	12.231,83
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras despesas correntes/ Aplicação Direta	298.048,17
3.3.93.00/0.1.00.000000	Outras despesas correntes/ Aplicação Direta Contratação Direta do Qual o Ente Participe	500,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/ Aplicação Direta	340.000,00

**27. SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA**

2701.20.602.0007.2107	Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	27.792,99
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos/ Aplicação Direta	27.792,99
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras despesas correntes/ Aplicação Direta	27.792,99

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 265/2017**

Publicação Nº 1458435

DECRETO Nº 265/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual para 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 8º, parágrafo único da Lei Municipal nº 3696/2016 – Lei Orçamentária Anual, combinado com o artigo 17, §4º da Lei Municipal nº 3681/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 217.724,00 (Duzentos e dezessete mil e setecentos e vinte e quatro reais) por conta de recursos apropriados como Reserva de Contingência e oriundo do anexo de Riscos Fiscais no item “Dotações não orçadas ou orçadas a menor”, a dotação abaixo indicada:

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	ANULAÇÃO	
9999.99.99.9999.9901	Reserva de Contingência da Unidade Gestora Prefeitura	217.724,00
9.9.99.00	Reserva de Contingência	217.724,00
0.1.81.000118	A destinar	217.724,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	55.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	55.000,00
4.6.90.00	Aplicações Diretas	55.000,00
0.1.81.000118		55.000,00

1901.28.845.0000.0005	Contribuições a Entidades Municipalistas	12.724,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	12.724,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	12.724,00
0.1.81.000118	A destinar	12.724,00
1901.28.845.0000.0004	Contribuição ao PASEP	150.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	150.000,00
3.3.20.00	Transferências a União	150.000,00

0.1.81.000118	A destinar	150.000,00
---------------	------------	------------

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 018/2017

Publicação Nº 1458373

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 018/2017

CONTRIBUINTE:	VALDIR JOÃO MARTINS		
ENDEREÇO:	RUA BENJAMIM DE CARVALHO, 123, FUNDOS, BIGUAÇU/SC		
Inscrição no CMC:	98532	CPF/CNPJ:	438.261.309-44
Processo Fiscal:	7978/2013	IF/AI/NL:	NL Nº 98/2017

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, que em 17/04/2017 foi constatado pela Gerência de Fiscalização Tributária, que o objeto do processo de Alvará de Construção nº 7978/2013, (edificação residencial com área de 61,60 m²), o qual não obteve aprovação, e está sendo executado, sem contudo recolher o ISS relativo à mão de obra da construção civil. Nos termos do art. 6º, da Instrução Normativa SMR nº 003/2017, tendo por provável data de fato gerador, a data de 17/06/2015 de acordo com o art. 8º da Instrução Normativa 003/2017. O Termo de Arbitramento se encontra na Prefeitura Municipal para verificação.

#### Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 c/c Decreto 131/2009
- b. Montante: Art. 55, I e III, §5º do art. 42 da LC 03/2007, art. 6º da Inst. Normativa 003/2017.
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

#### Montante Devido:

Tributo: R\$ 429,60

Atualização monetária: R\$ 116,58

Multa de fiscalização: R\$ 196,62

Juros: R\$ 245,78

Valor total: R\$ 988,58

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 14 de Dezembro de 2017.

André Silva Fenner  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 15.055

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 019/2017

Publicação Nº 1458374

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 019/2017

CONTRIBUINTE:	VALDIR JOÃO MARTINS		
ENDEREÇO:	RUA BENJAMIM DE CARVALHO, 123, FUNDOS, BIGUAÇU/SC		
Inscrição no CMC:	98532	CPF/CNPJ:	438.261.309-44
Processo Fiscal:	7978/2013	IF/AI/NL:	NL Nº 96/2017

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55

da LC 03/2007, Em 14/02/2014 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 7978/2013 de Alvará de Construção, sujeito à Análise de Projeto de uma construção de uma residência unifamiliar com 61,60 m2. O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2013, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor do tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos art's 350 e 351 da LC 00/2007.

**Informações:**

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

**Montante Devido:**

Tributo: R\$ 272,69.

Atualização monetária: R\$ 83,71

Multa de fiscalização: R\$ 128,30

Juros: R\$ 178,20.

Valor total: R\$ 662,90.

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 14 de Dezembro de 2017.

André Silva Fenner  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 15.055

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 020/2017**

Publicação Nº 1458375

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 020/2017**

CONTRIBUINTE:	VALDIR JOÃO MARTINS		
ENDEREÇO:	RUA BENJAMIM DE CARVALHO, 123, FUNDOS, BIGUAÇU/SC		
Inscrição no CMC:	98532	CPF/CNPJ:	438.261.309-44
Processo Fiscal:	7978/2013	IF/AI/NL:	NL Nº 97/2017

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, Em 14/02/2014 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 7978/2013 de Alvará de Construção, sujeito à Taxa de Vistoria de uma construção de uma residência unifamiliar com 61,60 m2. O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2013, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor do tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos art's 350 e 351 da LC 00/2007.

**Informações:**

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

**Montante Devido:**

Tributo: R\$ 217,88.

Atualização monetária: R\$ 66,88

Multa de fiscalização: R\$ 102,51

Juros: R\$ 142,38.

Valor total: R\$ 529,65.

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 14 de Dezembro de 2017.

André Silva Fenner  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 15.055

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 021/2017

Publicação Nº 1458377

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 021/2017

CONTRIBUINTE:	ITAÚ UNIBANCO S/A		
ENDEREÇO:	RUA CORONEL TEIXEIRA OLIVEIRA, 68, CENTRO, BIGUAÇU/SC		
Inscrição no CMC:	840610	CPF/CNPJ:	60.701.190/4769-58
Processo Fiscal:	9657/2013	IF/AI/NL:	NL Nº 233/2017

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, Em 14/02/2014 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 9657/2013 de Alvará de Construção, sujeito á Análise de Projeto de uma reforma sem ampliação de área comercial com 239,70 m2. O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2013, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor do tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos art's 350 e 351 da LC 00/2007.

#### Informações:

- Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

#### Montante Devido:

Tributo: R\$ 1.061,10.

Atualização monetária: 326,41

Multa de fiscalização: R\$ 499,50

Juros: R\$ 693,76.

Valor total: R\$ 2.580,77.

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 14 de Dezembro de 2017.

André Silva Fenner  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 15.055



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 022/2017**

Publicação Nº 1458378

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 022/2017**

CONTRIBUINTE:	ITAÚ UNIBANCO S/A		
ENDEREÇO:	RUA CORONEL TEIXEIRA OLIVEIRA, 68, CENTRO, BIGUAÇU/SC		
Inscrição no CMC:	840610	CPF/CNPJ:	60.701.190/4769-58
Processo Fiscal:	9657/2013	IF/AI/NL:	NL Nº 232/2017

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, Em 14/02/2014 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 9657/2013 de Alvará de Construção, sujeito à Vistoria de uma reforma sem ampliação de área comercial com 239,70 m2. O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2013, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor do tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos art's 350 e 351 da LC 00/2007.

**Informações:**

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

**Montante Devido:**

Tributo: R\$ 847,84.

Atualização monetária: 260,81

Multa de fiscalização: R\$ 399,11

Juros: R\$ 554,33.

Valor total: R\$ 2.062,09.

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.  
Biguaçu, 14 de Dezembro de 2017.

André Silva Fenner  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 15.055

**LEI COMPLEMENTAR Nº 134/2017**

Publicação Nº 1458437

LEI COMPLEMENTAR Nº 134/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS CONCERNENTES À LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei Complementar nº 49, de 30 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A Secretaria Municipal da Fazenda definirá através de Decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da NFS-e.

§1º Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

§ 2º Os contribuintes obrigados à emissão de NFS-e, quando estabelecidos, deverão afixar placa no estabelecimento prestador de serviço

indicando a obrigatoriedade da emissão de documento fiscal, na forma do regulamento.

Art. 2º. O caput do artigo 21 da Lei Complementar nº 49, de 30 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("on-line"), no endereço eletrônico <http://www.bigua.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), até 48 (quarenta e oito) horas após a emissão da NFS-e.

Art. 3º. Inclui o art. 43-A à Lei Complementar nº 49, de 30 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43-A. Será aplicada multa, no valor de 600,00 (seiscentos reais), quando não houver a afixação de placa informativa da obrigação da emissão de documento fiscal.

Art. 4º. Os contribuintes terão o prazo de 1 (um) ano para regularização referente às novas obrigações tributárias quanto à afixação das placas informativas.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 134/2017/2017, de 14/12/2017.

Sancionada em 14/12/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2017**

Publicação Nº 1458438

LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 222 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 53/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O artigo 222 da Lei Complementar nº 53/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 222. Cabe à parte, ou ao seu procurador, informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 135/2017/2017, de 14/12/2017.

Sancionada em 14/12/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 136/2017**

Publicação Nº 1458439

LEI COMPLEMENTAR Nº 136/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 87/2015 E 113/2017, DAS LEIS 1.619/2001, 2.507/2007 e 3.266/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inserido o §3º no art. 1º da Lei Complementar nº 87/2015, nos seguintes termos:

"§3º Na ausência da nomeação de servidor efetivo para prover o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro do PREVBIGUAÇU, a emissão

de cheques, movimentação das contas bancárias e aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência Social Municipal será realizado, em conjunto, pelo Diretor-Executivo e o Tesoureiro da autarquia.”

Art. 2º O §2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 87/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§2º O detentor do cargo de Coordenador Técnico-Previdenciário do PREVBIGUAÇU deve ficar a inteira disposição da entidade, e sua remuneração é fixada no valor total de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), a ser custeada integralmente pela autarquia previdenciária municipal.”

Art. 3º O artigo 12 da Lei Complementar nº 87/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 Fica autorizado no âmbito do PREVBIGUAÇU, a utilização do regime de adiantamento para a realização de despesas dos Diretores e Coordenador Técnico-Previdenciário, dos membros titulares ou suplentes, do seu Conselho Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, quando os mesmos:

I – forem convocados para a participação de cursos, seminários ou qualquer outra modalidade que promova a capacitação técnica para o exercício de suas funções;

II – forem convocados para representarem o PREVBIGUAÇU, fora do Município de Biguaçu.

§1º Fica autorizada a realização do pagamento de despesas com locomoção e hospedagem, por empenho prévio, dos membros titulares ou suplentes do Conselho Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, pela ocasião dos eventos indicados nos incisos I e II do caput deste artigo.

§2º O responsável pelo adiantamento prestará contas do adiantamento recebido, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

§3º A prestação de contas far-se-á mediante entrada, na Diretoria Administrativa e Financeira, dos seguintes documentos:

I - relação de todos os documentos de despesa constando: número e data do documento, espécie do documento, o nome e CNPJ do PREVBIGUAÇU e o valor da despesa, constando no final da relação à soma da despesa realizada;

II - cópia do depósito de recolhimento do saldo não aplicado, se houver;

III - documentos das despesas realizadas, dispostos em ordem cronológica.

§4º Nenhuma prestação de contas poderá ultrapassar o dia 20 de dezembro de cada exercício financeiro.

§5º O PREVBIGUAÇU editará Portaria para regulamentar o procedimento de comprovação das despesas por adiantamento”.

Art. 4º O inciso III do art. 73 da Lei nº 1.619/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73 .....

III – um Coordenador Técnico-Previdenciário, que será nomeado e indicado pelo Prefeito Municipal, em caráter de cargo comissionado, e que deve possuir a escolaridade mínima de Ensino Médio Completo.”

Art. 5º O §1º do art. 73 da Lei nº 1.619/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§1º Os servidores ocupantes das funções de confiança de Diretor-Executivo e Diretor Administrativo e Financeiro, ficarão a inteira disposição do PREVBIGUAÇU, percebendo uma gratificação mensal pelo exercício das funções de confiança de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), a serem custeadas integralmente pela autarquia previdenciária municipal.”

Art. 6º O art. 2º da Lei nº 3.266 /2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Comitê de Investimentos, criado nos termos do art. 1º desta Lei, integra a estrutura organizacional do

PREVBIGUAÇU e terá em sua composição os seguintes membros:

I – o Diretor-Executivo do PREVBIGUAÇU;

II - 02 (dois) servidores efetivos indicados pelo Chefe do Poder Executivo.”

Art. 7º O caput do art. 1º da Lei nº 2.507/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os servidores, Diretores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Investimentos do

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biguaçu - PREVBIGUAÇU, nos deslocamentos de sua sede de trabalho, em objeto de serviço, farão jus à percepção de diárias, destinadas a cobrir as despesas com alimentação e pousada, observados os seguintes valores:”

Art. 8º O inciso II do art. 1º da Lei nº 2.507/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

I – .....

a) .....

b) .....

c) .....

II – Servidores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Investimentos:

a) .....

- b) .....  
c) ....."

Art. 9º O inciso IV do artigo 105 da Lei Complementar nº 47/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - Nível Especializado - (pelo exercício das atividades de direção exclusivamente na área da saúde, cultura, educação, administração, obras, governo e previdenciária):

a) Módulo I (1. Diretor de Pronto Atendimento pelo exercício da responsabilidade pelo Pronto Atendimento 24 horas; Diretor da Policlínica Municipal pelo exercício de Gestão e Responsabilidade da Policlínica 2. Diretoria Executiva da Saúde Pública; 3. Diretoria Executiva de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer; 4. Diretoria Executiva de Administração e Fiscalização de Convênios e Contratos; 5. Diretoria Executiva de Obras e Infraestrutura; 6. Diretoria Executiva e Geral de Ensino da

Educação; 7. Diretor Executivo de Governo e Geral Legislação e Expediente): R\$ 1.854,12;

b) Módulo II (Diretor-Executivo e Diretor Administrativo e Financeiro): R\$ 2.300,00;

c) Módulo II (pelo exercício da responsabilidade técnica pela Diretoria Técnica do Sistema de Saúde Municipal): R\$ 3.637,86."

Art. 10 O §7º do artigo 105 da Lei Complementar nº 47/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§7º A gratificação indicada no inciso IV, alínea "b" correspondente ao Diretor-Executivo e Diretor Administrativo e Financeiro) do PREVBIGUAÇU será custeada integralmente pela autarquia previdenciária municipal."

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especialmente o inciso XVIII do §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 87/2015.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 136/2017/2017, de 14/12/2017.

Sancionada em 14/12/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2017

Publicação Nº 1458440

LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – TLAM E A TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS MUNICIPAL – TPASM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam instituídas, através da presente Lei Complementar, a Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal – TLAM e a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais Municipal - TPASM.

Art. 2º A Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal – TLAM tem como fato gerador os serviços de licenciamento ambiental prestados pela Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu – FAMABI, descritos e valorados de acordo com o potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento.

§1º O sujeito passivo da Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal – TLAM é a pessoa física ou jurídica responsável pela solicitação dos serviços junto à FAMABI e que seja direta ou indiretamente responsável pela execução de atividade de interesse ambiental.

§ 2º São normas gerais para cálculo da Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal (TLAM):

- a) o valor máximo de efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe G,G, definidos nas Tabelas 1 e 2, que compõem esta Lei Complementar;  
b) nas Classes das Tabelas 1 e 2, a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra o potencial poluidor.

§ 3º São determinações para o cálculo da Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal (TLAM):

- a) para a determinação dos valores a serem cobrados pelos pedidos de emissão das licenças ambientais, as atividades são enquadradas em nove classes: P,P; P,M; P,G; M,P; M,M; M,G; G,P; G,M; G,G, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela 1;  
b) o potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos na listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental estabelecidas em Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) ou do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA);

- c) nos casos de pedidos de renovação de licenças, será cobrado o valor referente à classificação da atividade;
- d) o pagamento da taxa para análise do pedido de licença ambiental será efetuado a cada fase do processo, vedado seu prosseguimento sem o recolhimento dos valores devidos na fase anterior.

§ 4º Fica estabelecido na Tabela 1 o enquadramento para os cálculos da Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal (TLAM) e na Tabela 2 os valores para análise de pedidos de licenças ambientais.

§ 5º As licenças ambientais de operação terão prazo de validade de quatro anos, podendo, por decisão motivada, o prazo ser dilatado ou reduzido.

Art. 3º A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais Municipal – TPASM, tem como fato gerador a utilização de serviços públicos específicos e divisíveis, realizados pela Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu – FAMABI.

Parágrafo único. O sujeito passivo da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais Municipal - TPASM é a pessoa física ou jurídica tomadora direta ou indiretamente dos serviços públicos específicos e divisíveis realizados pela Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu (FAMABI).

Art. 4º A descrição e valores da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais Municipais (TPASM) passam a vigorar conforme a Tabela 3, anexa nesta Lei Complementar.

Art. 5º Os pequenos produtores rurais, os pescadores artesanais e os microempreendedores individuais (MEI) estão isentos do pagamento da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais Municipal - TPASM, contudo, para obtenção da isenção, o pedido efetuado à FAMABI deverá estar ligado à atividade exercida.

Parágrafo único. Para os pequenos produtores rurais e os pescadores artesanais será concedido um desconto de 50% (cinquenta) na Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal – TLAM; contudo, para obter o desconto, o pedido deverá estar ligado à atividade exercida.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os artigos 122 a 124 da Lei Complementar nº 03/2007 (Código Tributário do Município de Biguaçu).

Art. 7º As taxas estabelecidas nesta Lei Complementar serão reajustadas anualmente com base no §2º do art. 163 da Lei Complementar nº 03/2007.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, entretanto seus efeitos deverão respeitar as alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 150 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 137/2017/2017, de 14/12/2017.

Sancionada em 14/12/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

Tabela 1 - Enquadramento das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

P	POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR GERAL			
		M	G	
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,P	P,M	P,G
	M	M,P	M,M	M,G
	G	G,P	G,M	G,G

Tabela 2 - Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em Reais (R\$)

Licença	Classe								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	185,02	301,51	301,51	603,04	903,31	903,31	1.204,84	1.204,84	1.806,64
LAI	460,27	752,56	752,56	1.505,11	2.257,67	2.257,67	3.010,24	3.010,24	4.515,35
LAO	920,55	1.506,36	1.506,36	3.010,24	4.515,35	4.515,35	6.020,47	6.020,47	9.030,71
Total	1.565,84	2.560,43	2.560,43	5.118,38	7.676,33	7.676,33	10.235,54	10.235,54	15.352,69

Valores para Emissão de Licenças Ambientais Para Atividades Agropecuárias em Reais (R\$)

Licença	Classe								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	83,07	95,00	95,00	153,15	183,78	183,78	306,30	306,30	367,56
LAI	229,98	275,57	275,57	459,45	551,34	551,34	418,90	418,90	1.102,67



LAO	153,15	183,78	183,78	306,30	367,56	367,56	612,60	612,60	735,12
Total	466,20	554,34	554,34	918,89	1.102,67	1.102,67	1.337,79	1.337,79	2.205,34

Legenda: 1) LAP – Licença Ambiental Prévia; 2) LAI – Licença Ambiental de Instalação; 3) LAO – Licença Ambiental de Operação

Tabela 3 - Valor para a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais Municipais (TPASM), para análise de pedidos de Autorização, Certidões Ambientais e Pareceres.

1. Taxa abertura de processo (todos os procedimentos)	R\$ 57,10
2. Autorizações	R\$ 55,00
a) AuA (Autorização Ambiental)	R\$ 55,00
b) AuAS (Autorização Ambiental Simplificada)	R\$ 55,00
c) AuC (Autorização de Corte)	R\$ 55,00
2. Declarações	
a) atividade não constante (licenciamento ambiental)	*apenas taxa de abertura de processo
3. Certidão ambiental	
a) certidão de conformidade ambiental (CCA)	R\$ 55,00
b) certidão de conformidade ambiental simplificada (CCAS)	R\$ 55,00
4. Pareceres	
a) emissão de pareceres solicitados por outros órgãos	R\$ 55,00

## LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2017

Publicação Nº 1458441

LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 385/1984 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 2º, da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar a seguinte redação:

Art. 2º. Todas as pessoas físicas e jurídicas são obrigadas a cumprir as prescrições deste Código, a colaborar para o alcance de suas finalidades e a facilitar a fiscalização pertinente dos órgãos municipais.

Art. 2º Acrescentam-se os §1º e §2º ao art. 5º da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º

[...]

§1º Quando a autoridade fiscal estabelecer obrigação de fazer, no sentido de atendimento às normas de posturas, fixará prazo razoável para atendimento da determinação que, caso não se realize, caracterizará reincidência da infração da norma de posturas, autorizando majoração da penalidade nos termos do art. 7º, §2º, deste Código.

§2º A requerimento do infrator, a autoridade fiscal que estabelecer obrigação de fazer poderá prorrogar o prazo para sua conclusão, quando por motivo justo e devidamente comprovado.

Art. 3º. Alteram-se os § 3º e §4º e acrescenta-se o § 5º ao artigo 7º da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, os quais passam a vigorar com seguinte redação:

Art. 7º.

[...]

§ 3º Considera-se reincidência a repetição de infração punida pelo mesmo dispositivo no espaço de 2 (dois) anos.

§ 4º As infrações cujas multas não estejam previstas na legislação específica serão fixadas no valor correspondente de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 5º Não havendo interposição de recurso, o pagamento integral, em única parcela, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do Auto de Infração, implicará em redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa imposta.

Art. 4º. O art. 9º da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. Nos casos de apreensão e/ou recolhimento prévio de mercadorias, o seu objeto será recolhido ao depósito da Prefeitura, salvo se a isto não se prestar, em razão de sua perecibilidade ou decomponibilidade.

Art. 5º. Os Capítulos I, II, III e IV do Título II da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passam a vigorar com seguinte redação:

Capítulo I

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 14. O Auto de Infração é o instrumento pelo qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras Leis, decretos ou regulamento do Município, e aplica as penalidades definidas em lei.

Parágrafo único. Constatada a infração a qualquer dos dispositivos deste Código, será lavrado, imediatamente, Auto de Infração, no local da irregularidade, por iniciativa do servidor fiscal ou por determinação do órgão onde estiver lotada a respectiva fiscalização do Município, dando início ao processo administrativo correspondente.

Art. 15. São competentes para lavrar o auto de infração os fiscais municipais, outros servidores designados pelo Prefeito, através de ato expresso, ou aqueles credenciados através de convênio de cooperação.

Art. 16. O auto de infração, de modelo a ser definido via decreto regulamentar, será lavrado em quatro vias pelo agente fiscal, dele constando:

- I- número sequencial;
- II- local, dia e hora da lavratura;
- III- nome do infrator, endereço e, se possível, o número de inscrição no Cadastro Fiscal do Município;
- IV- CPF, no caso de pessoa física, e CNPJ, no caso de pessoa jurídica;
- V- descrição do fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes;
- VI- indicação do dispositivo violado;
- VII- indicação do dispositivo que comine penalidades;
- VIII- determinação para encerramento imediato das atividades, em caso de infração ao disposto nos artigos 202 a 207-A desta Lei;
- IX- relação do material objeto da medida administrativa de recolhimento prévio, se houver;
- X- assinaturas do agente fiscal e do autuado, bem como das testemunhas, quando houver;
- X- prazo para apresentação de defesa.

§ 1º A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da falta arguida; sua recusa, porém, não agravará a pena.

§ 2º Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância.

§ 3º As omissões ou incorreções do auto de infração não acarretarão nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Art. 17. A notificação da lavratura do auto de infração, bem como dos demais atos que exijam ciência do interessado, serão feitos preferencialmente:

- I- por meio pessoal;
- II- por via postal, com aviso de recebimento;
- III- por Domicílio Tributário Eletrônico, na forma da legislação; e,
- IV- por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

## Capítulo II DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

### Seção I Das Disposições Gerais

Art. 18. Considera-se processo contencioso todo aquele que versar sobre a aplicação da legislação municipal de posturas.

§ 1º As falhas do processo não constituirão motivos de nulidade sempre que existam, neste, elementos que permitam supri-las, sem cerceamento dos direitos de ampla defesa e contraditório do interessado.

§ 2º A apresentação de defesa ou recurso à autoridade incompetente não induzirá o seu não conhecimento, desde que feita nos prazos previstos neste Código, devendo ser encaminhada, de ofício, à autoridade competente.

Art. 18-A. Formam o processo contencioso:

- I - As defesas;
- II - Os recursos voluntários;
- III - Os recursos de ofício.

Art. 19. São competentes para julgar o contencioso administrativo:

- I - em primeira instância, a Junta Administrativa de Recursos;
- II - em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 19-A. As autoridades julgadoras são impedidas de atuar em processo:

- I - de interesse de seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, inclusive;
- II - de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;
- III - em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título.

Art. 19-B. Os processos contenciosos serão autuados, instruídos e julgados na forma de autos forenses.

Art. 19-C. Nenhum processo ficará em poder de servidor municipal por mais de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade funcional, podendo ser prorrogado pela autoridade julgadora, desde que seja justificada essa necessidade.

Art. 19-D. É defeso ao infrator, ou a seu representante legal, empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo ao julgador, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.

Art. 19-E. Às partes interessadas é facultada a vista dos autos na repartição em que se encontram, permitido o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação de seu interessado.

Parágrafo Único. O interessado arcará com o custo da reprodução das partes dos autos que solicitar.

Art. 19-F. Opera-se a desistência do litígio na esfera administrativa:

I - expressamente, por pedido do sujeito passivo;

II - tacitamente:

a) pelo pagamento da multa;

b) pela propositura de ação judicial relativa à matéria objeto do processo administrativo.

Parágrafo Único. O servidor que tomar conhecimento de quaisquer das ocorrências referidas no inciso II comunicará o fato à autoridade competente, que determinará de ofício o arquivamento do processo.

#### Seção I

##### Da Defesa

Art. 20. A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de defesa do infrator contra auto de infração.

Art. 20-A. A defesa deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência do auto de infração, através de petição escrita, dando-se dela recibo, em requerimento dirigido à Junta Administrativa de Recursos.

§1º Quando a penalidade aplicada constituir uma obrigação de fazer, o prazo para defesa será o mesmo definido originalmente para a sua execução.

§2º A petição assinada por procurador somente produzirá efeito se estiver acompanhada do respectivo instrumento de mandato.

Art. 20-B. Na defesa, o infrator apresentará os argumentos de fato e de direito, o pedido, com suas especificações, e as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

Parágrafo Único. É permitido ao infrator reunir, em uma única petição, defesa contra mais de um ato fiscal.

Art. 20-C. Findo o prazo da defesa, a Junta Administrativa de Recursos, deferirá a produção das provas que julgar imprescindíveis para o pleno esclarecimento da questão.

Parágrafo único. Da decisão da Junta Administrativa de Recursos que deferir ou indeferir a produção de provas descabe recurso.

#### Seção II

##### Dos Recursos

#### Subseção I

##### Do Recurso Voluntário

Art. 21. Das decisões de primeira instância cabe recurso voluntário, com efeito suspensivo, ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 21-B. O prazo para apresentação de recurso voluntário é de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de primeira instância.

Art. 21-C. O recorrente apresentará os argumentos de fato e de direito, o pedido, com suas especificações, e as provas com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

#### Subseção II

##### Do Recurso de Ofício

Art. 22. Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será interposto recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, quando a autoridade julgadora de primeira instância, justificadamente, entender imprescindível o exame do mérito, de acordo com o interesse do Município.

#### Seção III

##### Julgamento de processos contenciosos

**Subseção I****Do Julgamento de Primeira Instância**

Art. 23. Por ocasião do julgamento de primeira instância, deverá ser observado se a defesa encontra-se instruída com:

- I - uma das vias do auto de infração ou da notificação fiscal e seus anexos;
- II - outros termos e intimações emitidos durante a fiscalização.

Art. 24. Na instrução do processo serão obedecidas as seguintes normas:

- I - o número atribuído ao processo deverá ser mantido em toda a sua tramitação;
- II - as folhas do processo devem ser devidamente numeradas e rubricadas a tinta, e os documentos, informações, termos, laudos e pareceres dispostos em ordem cronológica;
- III - qualquer referência a elementos constantes do processo deverá ser feita com indicação precisa do número da folha em que se encontrem registrados;
- IV - nos casos de reorganização do processo, as folhas serão renumeradas e rubricadas, cancelando-se a paginação anterior e consignando-se expressamente esta providência;
- V - após cada ato escrito, deverá constar a data do recebimento ou encaminhamento feito pelo funcionário que o recebeu ou o encaminhou.

Art. 25. A decisão de primeira instância deverá ser devidamente fundamentada, dela constando:

- I - provimento ou desprovimento;
- II - efeitos da decisão;
- III - prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.

Art. 26. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

- I- por meio pessoal;
- II- por via postal, com aviso de recebimento;
- III- por Domicílio Tributário Eletrônico, na forma da legislação;
- IV- por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

**Subseção II****Do Julgamento de Segunda Instância**

Art. 27. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, devidamente fundamentadas, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, após manifestação da Procuradoria Geral do Município.

Art. 27-A. Depois de proferida a decisão definitiva, deverá ser efetuada a comunicação ao recorrente, na forma do artigo 26.

**Seção IV****Da Execução das Decisões Definitivas**

Art. 28. As decisões definitivas serão cumpridas com:

- I - o pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da decisão; ou
- II - a inscrição do crédito fiscal em dívida ativa.

**Seção IV****Da Junta Administrativa de Recursos**

Art. 29. Fica criada, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, a Junta Administrativa de Recursos - JAR, órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória e que tem a incumbência essencial de julgar, em primeira instância, as defesas referentes aos processos interpostos pelos contribuintes do Município contra atos ou decisões sobre matéria de posturas, praticados pela autoridade administrativa, por força de suas atribuições.

Art. 29-A. A Junta Administrativa de Recursos será composta de 03 (três) participantes, sendo escolhidos dentre funcionários da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, Procuradoria Geral do Município e Secretaria Municipal da Receita, indicados pelo Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Participativa e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§1º Para cada membro será nomeado um suplente, convocado para comparecer às reuniões da Junta nas faltas ou impedimentos dos membros titulares.

§2º Perde o mandato o membro que:

- I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude, praticar qualquer ato de favorecimento ou deixar de cumprir as disposições legais e regimentais a ele cometidas;
- II - receber qualquer benefício indevido, em função do mandato;

III - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, o exame ou julgamento dos processos;

Art. 29-B. A Junta Administrativa de Recursos terá a seguinte estrutura:

I - Câmara deliberativa;

II – Presidência;

III - Secretaria Geral.

§ 1º O Presidente, além das previstas nesta lei e no Regimento Interno da JAR, terá as seguintes atribuições:

I – representar a Junta Administrativa de Recursos perante quaisquer pessoas ou órgãos;

II - comunicar à autoridade competente, de ofício ou a requerimento de qualquer membro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios em processo submetido a julgamento na JAR;

III - presidir as sessões de julgamento.

§ 2º O Presidente, nos seus impedimentos, será substituído pelo membro mais antigo.

Art. 29-C. A Secretaria Geral da Junta Administrativa de Recursos será composta por um servidor designado pelo titular da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, escolhido dentre os funcionários do seu Quadro de Pessoal.

Art. 29-D. Aos membros da Junta Administrativa de Recursos, incluído seu Presidente e o servidor designado para as atividades da Secretaria Geral, não será atribuída remuneração adicional pelos trabalhos realizados no âmbito da Junta, pois as reuniões e demais atividades poderão ser desenvolvidas no horário normal de trabalho, já que todos serão servidores do Município.

Art. 29-E. O Chefe do Poder Executivo adotará as providências regulamentares e administrativas necessárias à implantação da Junta Administrativa de Recursos, instituída segundo as disposições contidas neste instrumento e no prazo de até 12 (doze) meses da data da publicação desta Lei.

Art. 29-F. A Junta Administrativa de Recursos poderá converter o julgamento em diligência.

Art. 29-G. A Junta Administrativa de Recursos, se julgar procedente o auto de infração, ratificará a penalidade aplicada, da qual será intimado o infrator para executar o que lhe foi determinado, ou efetuar o pagamento dentro do prazo de 30 (trinta) dias, quando se tratar de penalidade pecuniária.

Art. 29-H. As intimações dos infratores serão realizadas nos termos do art. 26 da presente Lei.

Art. 29-I. Das penalidades ratificadas pela Junta Administrativa de Recursos, poderá ser interposto recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de intimação.

Art. 6º. O artigo 40 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 40. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 7º. O artigo 50 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 50. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 8º. O artigo 58 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 58. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 9º. O artigo 75 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 75. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 9º. O artigo 81 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 81. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 10. O artigo 85 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 85. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.



Art. 11. O artigo 102 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 102. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), quando esta couber.

Art. 12. O artigo 116 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 116. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 13. O artigo 145 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 145. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 14. O artigo 164 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 164. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 15. O artigo 174 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 174. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 16. O artigo 182 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 182. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 17. O artigo 189 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 189. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 18. O artigo 201 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 201. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando esta couber.

Art. 19. Fica criado o artigo 207-A na Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, o qual passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 207-A. Caso, no momento da fiscalização, o estabelecimento esteja funcionando sem licença, o prazo de validade da licença esteja expirado ou o alvará respectivo não seja apresentado, além de efetuar a lavratura do auto de infração, o agente fiscal determinará ao responsável pelo estabelecimento o encerramento imediato da atividade, só podendo retomá-la após a devida regularização.

Art. 20. O artigo 218 da Lei Municipal nº 385, de 18 de maio de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 218. As infrações dos dispositivos constantes neste capítulo serão punidas com a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), bem como apreensão das mercadorias, na forma do art. 9º desta lei.

§ 1º A infração dos dispositivos constantes neste capítulo darão ensejo à medida administrativa de recolhimento prévio das mercadorias, na forma do art. 9º desta lei.

§ 2º Tratando-se de início de atividade ou prática de ato sujeito à licença, sem possuí-la, a multa terá valor igual ao dobro da licença devida, sem prejuízo da apreensão e recolhimento prévio das mercadorias, na forma do art. 9º desta lei.

§ 3º Aplica-se a mesma penalidade do § 1º àquele que exercer atividade com licença ou alvará vencidos, indiferente de ser definitiva para o exercício ou provisória.

§ 4º As mercadorias apreendidas previamente permanecerão depositadas até decisão definitiva do contencioso administrativo.

Art. 21. Fica criado o artigo 260-A na Lei Municipal nº 385, que passa vigorar com a seguinte redação:

#### “Livro IV Das Disposições Finais

Art. 260-A. Os valores previstos neste Código serão atualizados monetariamente, no mês de janeiro de cada ano, com base na variação nominal do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, relativamente ao exercício anterior.

Art. 22 - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 138/2017/2017, de 14/12/2017.

Sancionada em 14/12/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## LEI COMPLEMENTAR Nº 139/2017

Publicação Nº 1458442

LEI COMPLEMENTAR Nº 139/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2007 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. A Lista de Serviços do Imposto Sobre Serviços, a que se refere o art. 42, § 5º da Lei Complementar nº 03, de 13 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Item	Subitem	Alíquota	Descrição
01.			Serviços de informática e congêneres.
01.	01	2,0%	Análise e desenvolvimento de sistemas.
01.	02	2,0%	Programação.
01.	03	2,0%	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.
01.	04	2,0%	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.
01.	05	2,0%	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
01.	06	2,0%	Assessoria e consultoria em informática.
01.	07	2,0%	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
01.	08	2,0%	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
01.	09	2,0%	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).
02.			Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
02.	01	2,0%	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
03.			Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
03.	01		(VETADO PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 116/2003) – Locação de bens móveis.
03.	02	2,0%	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
03.	03	2,0%	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
03.	04	3,0%	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
03.	05	2,0%	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
04.			Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
04.	01	2,0%	Medicina e biomedicina.
04.	02	2,0%	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
04.	03	2,0%	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

04.	04	2,0%	Instrumentação cirúrgica.
04.	05	2,0%	Acupuntura.
04.	06	2,0%	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
04.	07	2,0%	Serviços farmacêuticos.
04.	08	2,0%	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
04.	09	2,0%	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
04.	10	2,0%	Nutrição.
04.	11	2,0%	Obstetrícia.
04.	12	2,0%	Odontologia.
04.	13	2,0%	Ortótica.
04.	14	2,0%	Próteses sob encomenda.
04.	15	2,0%	Psicanálise.
04.	16	2,0%	Psicologia.
04.	17	2,0%	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
04.	18	2,0%	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
04.	19	2,0%	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
04.	20	2,0%	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e biológicos de qualquer espécie.
04.	21	2,0%	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
04.	22	2,0%	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
04.	23	2,0%	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
05.			Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
05.	01	2,0%	Medicina veterinária e zootecnia.
05.	02	2,0%	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
05.	03	2,0%	Laboratórios de análise na área veterinária.
05.	04	2,0%	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
05.	05	2,0%	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
05.	06	2,0%	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
05.	07	2,0%	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
05.	08	2,0%	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
05.	09	2,0%	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
06.			Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres
06.	01	2,0%	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
06.	02	2,0%	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
06.	03	2,0%	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres
06.	04	2,0%	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas
06.	05	2,0%	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
06.	06	2,0%	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.
07.			Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
07.	01	2,0%	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
07.	02	5,0%	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
07.	03	2,0%	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
07.	04	2,0%	Demolição.
07.	05	2,0%	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

07.	06	2,0%	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
07.	07	2,0%	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
07.	08	2,0%	Calafetação
07.	09	5,0%	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
07.	10	3,0%	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
07.	11	2,0%	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
07.	12	2,0%	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
07.	13	3,0%	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
07.	14		(VETADO PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 116/2003) – Saneamento ambiental, inclusive purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres.
07.	15		(VETADO PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 116/2003) – Tratamento e purificação de água.
07.	16	2,0%	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descasamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
07.	17	2,0%	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
07.	18	2,0%	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
07.	19	2,0%	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
07.	20	2,0%	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
07.	21	2,0%	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
07.	22	2,0%	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
08.			Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
08.	01	2,0%	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
08.	02	2,0%	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
09.			Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
09.	01	2,0%	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
09.	02	2,0%	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
09.	03	2,0%	Guias de turismo.
10.			Serviços de intermediação e congêneres
10.	01	5,0%	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos e saúde e de planos de previdência privada.
10.	02	5,0%	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.	03	5,0%	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.	04	5,0%	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.	05	5,0%	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.	06	2,0%	Agenciamento marítimo.
10.	07	2,0%	Agenciamento de notícias.
10.	08	2,0%	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.	09	2,0%	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.	10	2,0%	Distribuição de bens de terceiros.
11.			Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.	01	2,0%	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.	02	5,0%	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.
11.	03	2,0%	Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.	04	3,0%	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
12.			Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.	01	2,0%	Espetáculos teatrais.
12.	02	2,0%	Exibições cinematográficas.
12.	03	2,0%	Espetáculos circenses.
12.	04	2,0%	Programas de auditório.
12.	05	2,0%	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.	06	2,0%	Boates, táxi-dancing e congêneres.
12.	07	2,0%	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.	08	2,0%	Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.	09	2,0%	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.	10	2,0%	Corridas e competições de animais.
12.	11	2,0%	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.	12	2,0%	Execução de música.
12.	13	2,0%	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.	14	2,0%	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.	15	2,0%	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.	16	2,0%	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.	17	2,0%	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13.			Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
13.	01	2,0%	(VETADO)
13.	02	2,0%	Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.	03	2,0%	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres.
13.	04	2,0%	Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.	05	2,0%	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolito-grafia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qual-quer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.
14.			Serviços relativos a bens de terceiros.
14.	01	2,0%	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.	02	2,0%	Assistência técnica.
14.	03	2,0%	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.	04	2,0%	Recaptação ou regeneração de pneus.
14.	05	2,0%	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
14.	06	2,0%	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.	07	2,0%	Colocação de molduras e congêneres.
14.	08	2,0%	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.	09	2,0%	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.	10	2,0%	Tinturaria e lavanderia.
14.	11	2,0%	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.	12	2,0%	Funilaria e lanternagem.
14.	13	2,0%	Carpintaria e serralheria.
14.	14	2,0%	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.
15.			Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
15.	01	5,0%	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.	02	5,0%	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.	03	5,0%	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.	04	5,0%	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
15.	05	5,0%	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emiten-tes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.	06	5,0%	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.	07	5,0%	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.	08	5,0%	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.	09	5,0%	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
15.	10	5,0%	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensa-ção, impressos e documentos em geral.
15.	11	5,0%	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.	12	5,0%	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.	13	5,0%	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.	14	5,0%	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.	15	5,0%	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.



15.	16	5,0%	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.	17	5,0%	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.	18	5,0%	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16.			Serviços de transporte de natureza municipal
16.	01	3,0%	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
16.	02	2,0%	Outros serviços de transporte de natureza municipal.
17.			Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.	01	2,0%	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.	02	2,0%	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.
17.	03	5,0%	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.	04	2,0%	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.	05	2,0%	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.	06	5,0%	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.	07		(VETADO)
17.	08	5,0%	Franquia (franchising).
17.	09	5,0%	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.	10	2,0%	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.	11	2,0%	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.	12	2,0%	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.	13	5,0%	Leilão e congêneres.
17.	14	3,0%	Advocacia.
17.	15	3,0%	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.	16	5,0%	Auditoria.
17.	17	5,0%	Análise de organização e métodos.
17.	18	5,0%	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.	19	3,0%	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.	20	5,0%	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.	21	5,0%	Estatística.
17.	22	5,0%	Cobrança em geral.
17.	23	5,0%	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
17.	24	2,0%	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
17.	25	2,0%	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).
18.			Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.	01	2,0%	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
19.			Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
19.	01	5,0%	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20.			Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários
20.	01	2,0%	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
20.	02	2,0%	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazém de qualquer natureza, capatazia, movimentação aeronaves, serviços de apoio aeroportuário, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logísticas e congêneres
20.	03	2,0%	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
21.			Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.	01	5,0%	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22.			Serviços de exploração de rodovia.

22.	01	5,0%	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23.			Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
23.	01	2,0%	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
24.			Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
24.	01	2,0%	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
25.			Serviços funerários.
25.	01	2,0%	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.	02	2,0%	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.	03	2,0%	Planos ou convênio funerários.
25.	04	2,0%	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
25.	05	2,0%	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.
26.			Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
26.	01	5,0%	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
27.			Serviços de assistência social.
27.	01	2,0%	Serviços de assistência social.
28.			Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.	01	5,0%	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
29.			Serviços de biblioteconomia.
29.	01	2,0%	Serviços de biblioteconomia.
30.			Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.	01	2,0%	Serviços de biologia, biotecnologia e química.
31.			Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.	01	2,0%	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32.			Serviços de desenhos técnicos.
32.	01	2,0%	Serviços de desenhos técnicos.
33.			Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
33.	01	2,0%	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34.			Serviços de investigações particulares, detetives congêneres.
34.	01	2,0%	Serviços de investigações particulares, detetives congêneres.
35.			Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.	01	2,0%	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36.			Serviços de meteorologia.
36.	01	2,0%	Serviços de meteorologia.
37.			Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.	01	2,0%	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38.			Serviços de museologia.
38.	01	2,0%	Serviços de museologia.
39.			Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.	01	2,0%	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40.			Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.	01	2,0%	Obras de arte sob encomenda.

Art. 2º. Os incisos do artigo 18 da Lei Complementar nº 03, de 13 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. [...]

I - 0,5% (zero vírgula cinco por cento) para imóvel edificado em logradouro não pavimentado;

II – 0,6% (zero vírgula seis por cento) para imóvel edificado em logradouro pavimentado;

III - 1,0% (um por cento) para imóvel não edificado em logradouro não pavimentado;

IV - 1,8% (um vírgula oito por cento) para imóvel não edificado em logradouro pavimentado.

Art. 3º. Fica acrescido o inciso III no § 4º e os § 5º e 6º ao artigo 52 da Lei Complementar nº 03, de 13 de dezembro de 2007, os quais passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52. [...]

§ 4º Não se inclui na base de cálculo do imposto:

[...]

III - o valor do próprio imposto, que deverá ser acrescido sobre o preço do serviço nas prestações enquadradas no subitem 21.01 da lista de serviços constante no § 5º do art. 42 desta Lei Complementar.

§ 5º. Para efeitos do disposto no inciso III do § 4º do presente artigo, os prestadores de serviço deverão emitir recibo destacando em

separado o valor do imposto e dos serviços, sendo que o valor do imposto será calculado sobre o total dos serviços prestados e acrescido deste e o valor do imposto destacado não integra o preço do serviço.

§ 6º Os valores cobrados dos usuários dos serviços registrares e notariais relativos ao

"Selo de Fiscalização", instituído pela Lei Complementar Estadual nº 175, de 28 de dezembro de 1998, e os destinados ao "Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ", criado pela Lei Ordinária Estadual nº 8.067, de 17 de setembro de 1990, não integrarão a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Art. 4º. Fica acrescido o inciso V ao artigo 162, da Lei Complementar nº 3, de 13 de dezembro de 2007, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 162.

[...]

V – IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS

Faixa de testada em metro linear	Valor da contribuição anual por imóvel em R\$
Até 8	R\$ 45,00
Acima de 8 até 12	R\$ 60,00
Acima de 12 até 20	R\$ 75,00
Acima de 20 até 40	R\$ 100,00
Acima de 40 até 70	R\$ 125,00
Acima de 70 até 100	R\$ 150,00
Acima de 100	R\$ 180,00

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, entretanto sua produção de efeitos deverá respeitar as alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 150 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 139/2017/2017, de 14/12/2017.

Sancionada em 14/12/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

## LEI Nº 3828/2017

Publicação Nº 1458443

LEI Nº 3828/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Biguaçu para o Exercício de 2018.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### 1. DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento do Município de Biguaçu para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 241.469.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões quatrocentos e sessenta e nove mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 241.469.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões e quatrocentos e sessenta e nove mil reais), sendo R\$ 148.365.000,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 93.104.000,00 do Orçamento da Seguridade Social, conforme discriminação nos anexos e quadros exigidos no artigo 7º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos a esta lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	200.692.000,00
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.975.000,00
1.2. Receita de Contribuições	8.821.000,00
1.3. Receita Patrimonial	18.676.000,00
1.4. Receita de Serviços	698.000,00
1.5. Transferências Correntes	139.824.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	1.698.000,00
2. RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.471.000,00

2.1. Receita Intra-Orçamentária	10.471.000,00
3. RECEITAS DE CAPITAL	47.470.000,00
3.1. Operações de Crédito	23.700.000,00
3.2. Alienação de Bens	20.000,00
3.3. Transferências de Capital	23.750.000,00
4. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-17.164.000,00
META FISCAL DE RECEITA (I)	241.469.000,00
4.1. Receita Intra-Orçamentária (II)	-10.471.000,00
TOTAL DA RECEITA EFETIVA (III = I – II)	230.998.000,00

§ 2º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	6.986.000,00
02. GABINETE DO PREFEITO	1.451.000,00
03. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	1.341.000,00
04. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	6.360.000,00
05. SECRETARIA MUNICIPAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	216.000,00
06. PROCURADORIA GERAL	923.000,00
07. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	7.387.000,00
08. SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	4.944.000,00
09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	50.229.000,00
10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	58.741.000,00
11. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	6.637.000,00
12. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1.111.000,00
13. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	48.988.000,00
14. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA	3.967.000,00
15. SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	3.653.000,00
16. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA	4.000.000,00
17. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	7.479.000,00
18. FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1.001.000,00
19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	5.055.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	829.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	20.171.000,00
META FISCAL DE DESPESA (I)	241.469.000,00
Despesa Intra-Orçamentária (II)	-10.471.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA (III = I – II)	230.998.000,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	6.986.000,00
02. JURÍDICA	923.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	20.716.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	13.068.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.893.000,00
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.299.000,00
10. SAÚDE	58.741.000,00
11. TRABALHO	401.000,00
12. EDUCAÇÃO	50.229.000,00
13. CULTURA	10.000,00
14. DIREITOS DA CIDADANIA	66.000,00
15. URBANISMO	18.885.000,00
16. HABITAÇÃO	100.000,00
17. SANEAMENTO	20.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	1.031.000,00
20. AGRICULTURA	2.935.000,00
22. INDÚSTRIA	710.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	100.000,00
26. TRANSPORTE	23.128.000,00
27. DESPORTO E LAZER	2.993.000,00

28. ENCARGOS ESPECIAIS	5.235.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	829.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	20.171.000,00
META FISCAL DE DESPESA (I)	241.469.000,00
Despesa Intra-Orçamentária (II)	-10.471.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA (III = I – II)	230.998.000,00

### III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	10.270.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	18.711.000,00
0003. EDUCAÇÃO: INVESTIMENTO COM RETORNO GARANTIDO	50.229.000,00
0004. MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	58.761.000,00
0005. BOM PARA TODOS	3.003.000,00
0006. CONSOLIDAÇÃO DO SUAS	6.703.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	6.246.000,00
0008. CUIDANDO DO NOSSO MEIO AMBIENTE	1.001.000,00
0009. BIGUAÇU CADA VEZ MELHOR	51.953.000,00
0010. GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	699.000,00
0011. MAIS SEGURANÇA PÚBLICA	1.058.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	11.835.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	829.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	20.171.000,00
META FISCAL DE DESPESA (I)	241.469.000,00
Despesa Intra-Orçamentária (II)	-10.471.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA (III = I – II)	230.998.000,00

### IV – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	164.569.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	91.795.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	83.244.000,00
3.1.91.00	Aplicação Direta Intra-Orçamentária	8.551.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	500.000,00
3.2.90.00	Aplicações Diretas	500.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	72.274.000,00
3.3.20.00	Transferências da União	1.845.000,00
3.3.30.00	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	139.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.419.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	66.896.000,00
3.3.91.00	Aplicações Diretas Intra Orçamentária	1.920.000,00
3.3.93.00	Aplicações Diretas com Consórcio Público do qual o Ente Participa	55.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	55.900.000,00
4.4.00.00	Investimentos	53.016.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	53.016.000,00
4.5.00.00	Inversões Financeiras	349.000,00
4.5.90.00	Aplicações Diretas	349.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	2.535.000,00
4.6.90.00	Aplicações Diretas	2.535.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	829.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	20.171.000,00
	META FISCAL DE DESPESA (I)	241.469.000,00
	Despesa Intra-Orçamentária (II)	-10.471.000,00
	TOTAL DA DESPESA EFETIVA (III = I – II)	230.998.000,00

## 2. DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS

### 2.1. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º O Orçamento da Unidade Gestora Câmara Municipal de Biguaçu para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 6.986.000,00 (seis milhões novecentos e oitenta e seis mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Câmara Municipal de Biguaçu será realizada mediante o recebimento de Transferências Financeiras repassadas pelo

Tesouro Municipal em cotas mensais estabelecidas na Programação Financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o artigo 8º da Lei complementar nº 101/2000.

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Biguaçu será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	6.986.000,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	6.986.000,00

#### III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	6.986.000,00

#### IV – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.961.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	6.377.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	544.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	65.000,00
4.4.00.00	Investimentos	30.000,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	35.000,00
	SOMA (I)	6.986.000,00

#### 2.2. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º O Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Biguaçu para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 178.661.000,00 (cento e setenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 147.091.000,00 (cento e quarenta e sete milhões e noventa e um mil reais) e em R\$ 31.570.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos e setenta mil reais) o valor das Transferências Financeiras a Conceder às demais Unidades Gestoras.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	195.825.000,00
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.559.000,00
1.2. Receita de Contribuições	5.762.000,00
1.3. Receita Patrimonial	4.527.000,00
1.4. Receita de Serviços	698.000,00
1.5. Transferências Correntes	107.173.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	1.086.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	46.020.000,00
2.1. Operações de Crédito	23.700.000,00
2.3. Alienação de Bens	20.000,00
2.2. Transferências de Capital	22.300.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-17.164.000,00
SOMA	178.661.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Biguaçu será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. GABINETE DO PREFEITO	1.451.000,00
03. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	1.341.000,00
04. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	6.360.000,00
05. SECRETARIA MUNICIPAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	216.000,00
06. PROCURADORIA GERAL	923.000,00



07. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	7.387.000,00
08. SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	4.944.000,00
09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	50.229.000,00
11. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	6.637.000,00
12. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1.111.000,00
13. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	48.988.000,00
14. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	3.967.000,00
15- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	3.653.000,00
16. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA	4.000.000,00
19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	5.055.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	829.000,00
SOMA	147.091.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	23.744.000,00
Transferências Financeiras a Conceder á Fundação Municipal Meio Ambiente	840.000,00
Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Municipal de Biguaçu	6.986.000,00
SOMA	31.570.000,00
TOTAL	178.661.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. JUDICIÁRIA	923.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	20.716.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	13.068.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.893.000,00
11. TRABALHO	401.000,00
12. EDUCAÇÃO	50.229.000,00
13. CULTURA	10.000,00
14. DIREITOS DA CIDADANIA	66.000,00
15. URBANISMO	18.885.000,00
16. HABITAÇÃO	100.000,00
17. SANEAMENTO	20.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	30.000,00
20. AGRICULTURA	2.935.000,00
22. INDÚSTRIA	710.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	100.000,00
26. TRANSPORTE	23.128.000,00
27. DESPORTO E LAZER	2.993.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	5.055.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	829.000,00
SOMA	147.091.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	23.744.000,00
Transferências Financeiras a Conceder á Fundação Municipal Meio Ambiente	840.000,00
Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Municipal de Biguaçu	6.986.000,00
SOMA	31.570.000,00
TOTAL	178.661.000,00

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	3.284.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	18.711.000,00
0003. EDUCAÇÃO: INVESTIMENTO COM RETORNO GARANTIDO	50.229.000,00
0004. MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	20.000,00
0005. BOM PARA TODOS	3.003.000,00
0006. CONSOLIDAÇÃO DO SUAS	6.703.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	6.246.000,00
0009. BIGUAÇU CADA VEZ MELHOR	51.953.000,00
0011. MAIS SEGURANÇA PÚBLICA	1.058.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	5.055.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	829.000,00
SOMA	147.091.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	23.744.000,00

Transferências Financeiras a Conceder á Fundação Municipal Meio Ambiente	840.000,00
Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Municipal de Biguaçu	6.986.000,00
SOMA	31.570.000,00
TOTAL	178.661.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	92.526.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	57.385.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	500.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	34.641.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	53.736.000,00
4.4.00.00	Investimentos	51.236.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	2.500.000,00
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	829.000,00
	SOMA	147.091.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal Saúde	23.744.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder à Fundação Municipal Meio Ambiente	840.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Municipal Biguaçu	6.986.000,00
	SOMA	31.570.000,00
	TOTAL	178.661.000,00

## 2.3. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: BIGUAÇUPREVI

Art. 4º O Orçamento da Unidade Gestora BiguaçuPrevi para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 27.650.000,00 (vinte e sete milhões e seiscentos e cinquenta mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor, sendo R\$ 20.171.000,00 (vinte milhões, cento e setenta e um mil reais) a título de Reserva de contingência do Regime Próprio da Previdência social.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora BiguaçuPrevi será realizada mediante a arrecadação de rendas e Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	27.650.000,00
1.1. Receita de Contribuições	17.169.000,00
1.2. Receita Patrimonial	13.549.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	571.000,00
2. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.471.000,00
2.1. Receitas de Contribuições	8.551.000,00
2.2. Outras Receitas Correntes	1.920.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A RECEBER	0,00
SOMA	27.650.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora BiguaçuPrevi será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo á classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
16. BIGUAÇUPREVI	7.479.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.171.000,00
TOTAL	27.650.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.299.000,00
28. ENCARGOS GERAIS	180.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.171.000,00
TOTAL	27.650.000,00

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0010. GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	699.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	6.780.000,00

9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	20.171.000,00
SOMA	27.650.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.126.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	6.701.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	425.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	353.000,00
4.4.00.00	Investimentos	4.000,00
4.5.00.00	Inversões Financeiras	349.000,00
9.9.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.171.000,00
	TOTAL	27.650.000,00

## 1.4. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 58.741.000,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e quarenta e um mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, outras Receitas Correntes e de Capital e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	33.547.000,00
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	305.000,00
1.2. Receita Patrimonial	591.000,00
1.3. Transferências Correntes	32.651.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.450.000,00
2.1. Alienações de Bens	0,00
2.1. Transferências de Capital	1.450.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A RECEBER	23.744.000,00
SOMA	58.741.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

## I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	58.741.000,00
TOTAL	58.741.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. SAÚDE	58.741.000,00
TOTAL	58.741.000,00

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0004. MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	58.741.000,00
TOTAL	58.741.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	57.000.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	20.510.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	36.490.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.741.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.741.000,00
	TOTAL	58.741.000,00

## 2.5 DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 6º O Orçamento da Unidade Gestora Fundação Municipal do Meio Ambiente para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 1.001.000,00 (Um milhão e um mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Fundação Municipal do Meio Ambiente será realizada mediante a arrecadação de Tributos, rendas, outras Receitas Correntes e de Capital e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	161.000,00
0.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	111.000,00
1.2. Receita Patrimonial	9.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	41.000,00
2. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A RECEBER	840.000,00
TOTAL	1.001.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Fundação Municipal do Meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
19. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	1.001.000,00
TOTAL	1.001.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
18. GESTÃO AMBIENTAL	1.001.000,00
TOTAL	1.001.000,00

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0008. CUINDANDO DO NOSSO MEIO AMBIENTE	1.001.000,00
TOTAL	1.001.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	996.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	822.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	174.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
	TOTAL	1.001.000,00

Art. 7º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação da despesa no respectivo elemento de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, no momento do empenho da despesa.

Art. 8º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais, conforme Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, admitida a sua utilização para outra finalidade por ato do Chefe do Poder Executivo a partir do dia 10/12/2018, justificadamente, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único – Os recursos orçamentários reservados no anexo de riscos fiscais no evento “Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor” constitui fonte de recursos para abertura de créditos adicionais durante a execução orçamentária, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar por decreto, recursos orçamentários de um grupo de natureza de despesa para outro dentro da mesma ação de governo, de uma ação de governo para outra quando estas integrarem o mesmo programa de governo relacionado à saúde, ensino e assistência social, assim como, incluir em ação de Governo, novo Grupo de Natureza de Despesa/ Modalidade de Aplicação para atender aos objetivos e metas nela estabelecidas.

Art. 10 O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 11 Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, com remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, com ações e serviços públicos de saúde e os gastos com recursos do FUNDEB serão apurados no mínimo bimestralmente para avaliação do cumprimento do percentual mínimo estabelecido na norma constitucional e legal na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

§1º Para efeito de cálculo dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado o valor das despesas empenhadas ou liquidadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB em relação às receitas

resultantes de impostos arrecadadas.

§2º Para efeito de cálculo dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerado o valor das despesas empenhadas ou liquidadas na fonte de recursos 0.1.12.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício em relação às receitas arrecadadas a título de FUNDEB e seus rendimentos.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerado o valor das despesas empenhadas e liquidadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde em relação às receitas produto de impostos arrecadados.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo de 95% dos recursos recebidos a título de FUNDEB no exercício de 2018 será considerado o valor total das despesas empenhadas ou liquidadas financiadas pelas fontes de recursos: 0.1.12.000000 – Transferências do FUNDEB parte dos 60%; 0.1.13.000000 – Transferências do FUNDEB parte dos 40%.

Art. 12 Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais sem comprometer o limite previsto no artigo 32, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

Art. 13 Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, reconhecer e parcelar dívidas com órgãos do Governo Federal e Estadual, tais como INSS, FGTS, devolução de recursos de convênios entre outros compromissos financeiros por eles apresentados e reconhecidos como devidos.

Art. 14 A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3828/2017, de 14/12/2017.

Sancionada em 14/12/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

## LEI Nº 3829/2017

Publicação Nº 1458444

LEI Nº 3829/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º, ART. 2º E ART.3º DA LEI Nº 2917/10 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º O art. 1º da Lei 2917/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Os honorários de sucumbência decorrentes de processos judiciais, e de protesto de certidão de dívida ativa, em que for parte o Município de Biguaçu, serão distribuídos entre os procuradores integrantes do quadro da Procuradoria-Geral do Município”.

Art. 2º O caput do art. 2º da Lei 2917/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Os valores pagos a título de honorários sucumbenciais serão devidos ao conjunto dos Procuradores Municipais e partilhados igualitariamente entre os que estejam em exercício na Procuradoria-Geral do Município.”

Art. 3º O parágrafo único do art. 3º da Lei 2917/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Não participará da partilha mensal o procurador que se ausentar por mais de um mês, com exceção do período de férias legalmente previsto, não fazendo jus a sua cota referente aos meses que se ausentou.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3829/2017, de 14/12/2017.

Sancionada em 14/12/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 21.441/2017

Publicação Nº 1458496

PORTARIA Nº 21.441, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUDITE HENNEMANN BERTONCINI.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal JUDITE HENNEMANN BERTONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 06 de dezembro de 2017, conforme Processo Administrativo nº 9860/12/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 21.445/2017

Publicação Nº 1458497

PORTARIA Nº 21.445, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPENSA SHIRLEY DE FREITAS STRINGARI DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

DISPENSAR a servidora pública municipal abaixo indicada, do exercício da função gratificada de confiança:

SHIRLEY DE FREITAS STRINGARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, da função gratificada de confiança de Coordenador do Programa Municipal de Tuberculose e Hanseníase - FGC-70%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, concedida pela Portaria nº 21.093, de 21/07/2017, a contar de 22 de novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 21.446/2017

Publicação Nº 1458498

PORTARIA Nº 21.446, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A.G.Z.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso

das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e art. 209, da Lei Complementar

nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo solicitação efetuada pelo Secretário Municipal de Defesa do Cidadão, por meio do Memorando nº 201/2017, de 24/09/2017, resolve:

#### DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nºs 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 18.830, de 08/06/2015, para apurar a responsabilidade do servidor público municipal A.G.Z., matrícula nº 23141-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil, lotado na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, de acordo com o que consta do Memorando nº 201/2017, de 24/09/2017, da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão e documentos que o acompanham, por infringir, em tese, os artigos 176, III, VI e IX e 177, II e XI, da Lei Complementar nº 660/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 21.448/2017

Publicação Nº 1458499

PORTARIA Nº 21.448, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

SONIA WESTARB BORGONOV, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13 de dezembro de 2017, conforme Processo Administrativo nº 10044/12/2017;

SHANNON KATRYN LOCH BELL, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 08 de dezembro de 2017, conforme Processo Administrativo nº 9977/12/2017;

JAISON SAMUEL SILVEIRA, do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 08 de dezembro de 2017, conforme Processo Administrativo nº 9964/12/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/17**

Publicação Nº 1458501

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA JORDÃO, LOCALIZADA NO BAIRRO PROGRESSO.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-025/16.

PRAZO: I. PRAZO DE EXECUÇÃO: Prorroga o prazo de execução por mais 03 (três) meses, ou seja, de 12 de fevereiro de 2018 até 11 de maio de 2018; I. PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 07 (sete) meses, ou seja, de 06 de outubro de 2017 até 05 de julho de 2018.

DATA: 29 de novembro de 2017.

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2013**

Publicação Nº 1458503

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 171/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-008/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 26 de novembro de 2017 até 25 de novembro de 2018.

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato que se mantém em R\$ 930.000,00 (novecentos e trinta mil reais).

DATA: 25 de outubro de 2017.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/2017**

Publicação Nº 1458504

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 173/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O NÚCLEO DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL.

OBJETO: Contrato de apoio financeiro.

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2016.

Altera-se a Cláusula quarta modificando o cronograma físico financeiro.

DATA: 23 de novembro de 2017.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/2017**

Publicação Nº 1458510

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 174/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O  
SR. JAQUESON LUIS MARQUEZINE.

OBJETO: Contrato de apoio financeiro.

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2016.

Altera-se a Cláusula quarta modificando o cronograma físico financeiro.

DATA: 23 de novembro de 2017.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/2016**

Publicação Nº 1458512

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 175/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA FRANZ MULLER (TRECHO 2 : RUA FIRMINA GONÇALVES ATÉ RUA EMIL WEHMUTH), EXTENSÃO 1.035,00 METROS, BAIRRO VELHA GRANDE.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-002/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 05 (cinco) meses, ou seja, de 22 de dezembro de 2017 até 21 de maio de 2018.

DATA: 29 de novembro de 2017.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 188/2013**

Publicação Nº 1458514

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 188/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA MESSIAS DA SILVA MARTINS ME.

OBJETO: CONFECÇÃO DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA PARA ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DO PROJETO BRASIL SORRIDENTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 115/2013

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 05 de dezembro de 2017 até 04 de dezembro de 2018.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 290.200,00 (duzentos e noventa mil e duzentos reais).

DATA: 1º de dezembro de 2017.

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 225/2014**

Publicação Nº 1458515

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 225/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
ASSOCIAÇÃO RENAL VIDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EM DIÁLISE E HEMODIÁLISE, COM CÓDIGOS/DESCRIÇÕES, INSTRUMENTO DE REGISTRO E VALORES CONSTANTES NA TABELA SIGTAP – SIA/SUS, A SER PRESTADO PELO CREDENCIADO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-132/2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia mensal R\$ 30.185,03 (trinta mil cento e oitenta e cinco reais e três centavos) a partir de outubro/2017, totalizando um acréscimo de R\$ 332.035,33 (trezentos e trinta e dois mil trinta e cinco reais e trinta e três centavos) em decorrência da revisão do repasse financeiro pelo Ministério da Saúde aos procedimentos referente à Nefrologia, alterando também o teto do valor contratual para R\$ 437.855,98 (quatrocentos e trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

DATA: 08 de novembro de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 246/2017**

Publicação Nº 1458517

EXTRATO – CONTRATO Nº. 246/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

INVESTMIDIA MARKETING E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

OBJETO: Locação de um imóvel localizado na Rua Theodoro Holtrup, nº. 718, bairro Vila Nova, Blumenau/SC, para funcionamento do CEI Augusto Koester, pelo período de 12 (doze) meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-134/2017.

PREÇO: O valor da locação a ser pago a CONTRATADA é de R\$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

PRAZO: O prazo de vigência da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 01º (primeiro) de novembro de 2017, podendo ser prorrogado caso haja interesse mútuo entre as partes.

DATA: 22 de novembro de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 247/2017**

Publicação Nº 1458520

EXTRATO – CONTRATO Nº. 247/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A ZAMBA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.

OBJETO: Locação de um imóvel localizado na Rua Theodoro Holtrup, nº. 718, bairro Vila Nova, Blumenau/SC, para funcionamento do CEI Augusto Koester, pelo período de 12 (doze) meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-134/2017.

PREÇO: O valor da locação a ser pago a CONTRATADA é de R\$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

PRAZO: O prazo de vigência da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 01º (primeiro) de novembro de 2017, podendo ser prorrogado caso haja interesse mútuo entre as partes.

DATA: 22 de novembro de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 250/2017**

Publicação Nº 1458523

EXTRATO – CONTRATO Nº. 250/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA W. BREITKOPF COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

OBJETO: Aquisição de um veículo, tipo Caminhão toco 4x4 (com bloqueio), cor vermelho rubi sólida (padrão CBMSC), conforme especificações constantes no edital, para uso do Corpo de bombeiros – SEDECI (Convenio PMB e Corpo de Bombeiros).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 145/2017.

PREÇO: O valor para aquisição do veículo é de R\$ 188.188,00 (cento e oitenta e oito mil cento e oitenta e oito reais).

PRAZO: O presente contrato terá sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

DATA: 04 de dezembro de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 253/2017**

Publicação Nº 1458525

EXTRATO – CONTRATO Nº. 253/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA SERCOMPE COMPUTADORES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de aquisição de licenças de uso de software de banco de dados para gerenciamento dos sistemas existentes no Município, migração de dados e suporte conforme especificações constantes no edital, pelo período de 12 meses – SEGT – SEMUS (LOTES 01, 02, 04 e 05).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 139/2017.

PREÇO: O valor total dos lotes é de R\$ 256.438,50 (duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos).

PRAZO: O presente contrato terá sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

DATA: 06 de dezembro de 2017.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 254/2017**

Publicação Nº 1458526

EXTRATO – CONTRATO Nº. 254/2017  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA ADL COMERCIAL EIRELI.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de aquisição de licenças de uso de software de banco de dados para gerenciamento dos sistemas existentes no Município, migração de dados e suporte conforme especificações constantes no edital, pelo período de 12 meses – SEGT (LOTE 03).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 139/2017.

PREÇO: O valor total do objeto (LOTE 03) é de R\$ 40.899,00 (quarenta mil oitocentos e noventa e nove reais).

PRAZO: O presente contrato terá sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

DATA: 06 de dezembro de 2017.

### **EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 318/2015**

Publicação Nº 1458527

EXTRATO – 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 318/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 017/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 04/12/2017 até 03/12/2018.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que será de R\$ 1.149.546,01 (um milhão cento e quarenta e nove mil quinhentos e quarenta e seis reais e um centavo).

DATA: 06 de dezembro de 2017.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 327/2016**

Publicação Nº 1458529

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 327/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA SUPERAR EIRELI - EPP.

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 144/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 16 de janeiro de 2018 até 15 de janeiro de 2019.

PREÇO: Renova o valor dos serviços que se mantém em R\$ 127.932,80 (cento e trinta e sete mil, novecentos e trinta e dois reais e oitenta centavos), sendo R\$ 6.494,40 (seis mil quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) mensais referente ao item 01 e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) referente ao item 04.

DATA: 04 de dezembro de 2017.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2017**

Publicação Nº 1458541

Homologação do pregão presencial nº. 168/2017 – Data da Homologação: 13 de novembro de 2017

Objeto: Aquisição de divisórias e porta para divisórias (incluindo rodapés e todos montantes necessários em perfis de aço tratado), conforme especificações no edital, sem instalação. SEDUR.

Empresa vencedora: Diviblu Divisórias Ltda EPP - Valor total global de R\$ 8.070,40

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regula a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

### **HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-025/2017**

Publicação Nº 1458548

Concorrência nº. 03-025-17 - Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas hidráulicos, elétricos e mecânicos, com fornecimento de peças para os diques de contenção: Santa Efigênia, Antônio Treis, 25 de Julho, Teka, Fortaleza - PI5, e Estação Santa Clara, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 12 meses - SEDECI. Contratada: ACM SOLUÇÕES ELÉTRICAS EIRELI EPP. No valor total de R\$ 356.002,03 (trezentos e cinquenta e seis mil dois reais e três centavos).

### **RESOLUÇÃO COPLAN Nº 08/2017**

Publicação Nº 1458561

RESOLUÇÃO Nº. 08, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

APROVA DESAFETAÇÃO E ORÇAMENTO PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA BERTHA BLUMENAU

O Conselho Municipal de Planejamento Urbano do Município de Blumenau, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista as deliberações adotadas pela plenária em reunião no dia 06 de dezembro e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar 836, de 19 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Planejamento Urbano;

Resolve:

Art. 1º. Aprovar:

I - a desafetação de área de 113,07 m2, na Rua Imperatriz Leopoldina, inscrição cadastral nº4-1-20-7-840 de acordo com Memorando PROGEM nº1287/2017 e Laudos Técnicos nº178/2017 e nº179/2017 da Comissão de Avaliação Imobiliária do Município de Blumenau;

II - a liberação de recursos no valor de R\$ 21.368,80 (vinte e um mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos) para a revitalização da Praça Bertha Repsold Blumenau.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

IVO BACHMANN JR.

Presidente do Conselho Municipal de Planejamento Urbano - COPLAN

**EDITAL Nº 07/2017 - SEGEFI**

Publicação Nº 1458564

EDITAL DE 07/2017 Com fundamento no art. 9º, V, da Lei Complementar Municipal nº 879/2013, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal – RENOVAR BLUMENAU, ficam os contribuintes abaixo identificados NOTIFICADOS de que foram excluídos do RENOVAR BLUMENAU, em razão da inadimplência do parcelamento dos tributos dos cadastros constantes abaixo.

Obedecendo ao que dispõe o artigo 9º, V, § 3º do diploma legal retro mencionado, o contribuinte, caso houver interesse, poderá oferecer Recurso Administrativo ao Secretário Municipal de Gestão Financeira, protocolando o pedido na Praça do Cidadão, andar térreo da Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias contados da cientificação desta notificação.

Em razão da exclusão, o débito deverá ser regularizado junto à Secretaria Municipal de Gestão Financeira, imediatamente, sob pena de ser extraída a respectiva Certidão de Dívida Ativa, e em conformidade com o Decreto 10.051/2013.

Contribuinte	Cadastro	Tributo	Termo de Confissão de Dívida
VOLNEI ALCIDES BUCHNER	71154	IPTU - DA	4886/2013
PAULO ROBERTO CARDOZO	66266	IPTU - DA	3566/2013
ADEMIR JOSÉ CESTARI	60472	IPTU - DA	4818/2013

Blumenau, 14 de dezembro de 2017

RONALDO ROGÉRIO WAN DALL - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2228/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1458578

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2228/2017 - Processo Licitação Pregão Presencial 2232/2017

OBJETO: Registro de preço para aquisição de combustíveis tipo gasolina comum, óleo diesel S-10, óleo diesel comum e reagente Arla 32 para a frota veicular do SAMAE, pelo período de 01 (um) ano. Empresa: AUTO POSTO EXPRESSO LTDA. CNPJ: 02.050.924/0001-28

Item 01: Valor unitário R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos) e valor total R\$ 393.000,00 (trezentos e noventa e três mil reais).

Item 02: Valor unitário R\$ 3,32 (três reais e trinta e dois centavos) e valor total R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos) e valor total R\$ 391.200,00 (trezentos e noventa e um mil e duzentos reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais) e valor total R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 13 de Dezembro de 2017.

Alexandro Eduardo Fernandes - Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6170/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458587

PORTARIA N.º 6170/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELA MAGNANI JACQUES MOREIRA DA COSTA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo

I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, artigo 63, da Lei Complementar nº 1, de 4 junho de 1990, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

ANGELA MAGNANI JACQUES MOREIRA DA COSTA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Recursos Humanos, lotada na Secretaria Municipal de Administração, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 10.406,08 (Dez mil, quatrocentos e seis reais e oito centavos), a partir de 1 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 02939/11/2017.

Blumenau, 28 de novembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6171/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458594

PORTARIA N.º 6171/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSITA PAGELKOPF.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ROSITA PAGELKOPF, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.049,99 (Mil, quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), a partir de 4 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 03030/11/2017.



Blumenau, 29 de novembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6172/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458598

PORTARIA N.º 6172/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OLÍMPIA HOSTIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

OLÍMPIA HOSTIN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Lazer, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.049,99 (Mil, quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), a partir de 4 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 03036/11/2017.

Blumenau, 29 de novembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6173/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458600

PORTARIA N.º 6173/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NAURIA DA SILVA GUIMARÃES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 2.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 109, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

NAURIA DA SILVA GUIMARÃES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 2.406,47 (Dois mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e sete centavos), a partir de 4 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 02984/11/2017.

Blumenau, 29 de novembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6174/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458602

PORTARIA N.º 6174/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISABEL CRISTINA SCHWARTZ DE AMORIM.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ISABEL CRISTINA SCHWARZ DE AMORIM, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00297/17-1, em 23/10/2017, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 22/10/1987 a 21/02/1994, um total de 2310 (dois mil, trezentos e dez) dias, correspondente a 6 (seis) anos, e 4 (quatro) meses, conforme Processo n.º 03101/11/2017.

Blumenau, 29 de novembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6175/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458603

PORTARIA N.º 6175/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MORCHE RICARDO ALMEIDA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MORCHE RICARDO ALMEIDA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 1741/2017, de 28/09/2017, expedida pelo IPREV-Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, nos períodos de 13/02/1989 a 31/12/1990, e 21/02/1994 a 04/06/2003, um total de 2221 (dois mil, duzentos e vinte e um) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 1 (um) mês, e 1 (um) dia, conforme Processo n.º 03103/11/2017.

Blumenau, 29 de novembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6176/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458606

PORTARIA N.º 6176/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MORCHE RICARDO ALMEIDA .

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MORCHE RICARDO ALMEIDA, servidor público municipal, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal da Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 7/SPM/1962, expedida pelo Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica – Hospital de Aeronáutica de Recife, no período de 14/01/1981 a 31/01/1983, um total de 742 (setecentos e quarenta e dois) dias, correspondente a 2 (dois) anos, e 17 (dezessete) dias, conforme Processo n.º 03103/11/2017.

Blumenau, 29 de novembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6177/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458608

PORTARIA N.º 6177/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARIO JOSÉ DA CONCEIÇÃO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIO JOSÉ DA CONCEIÇÃO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20001040.1.00263/15-9, em 16/11/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Colégio Comercial Pio XII	01/03/1971 a 30/04/1971
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/08/2000 a 02/12/2002

Totaliza o tempo de 912 (novecentos e doze) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 6 (seis) meses, e 2 (dois) dias, conforme Processo n.º 03111/11/2017.

Blumenau, 1 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6178/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458610

PORTARIA N.º 6178/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELZA HITOMI SAKAI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ELZA HITOMI SAKAI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção à Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021120.1.00031/17-0, em 21/11/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Contribuinte Individual	01/08/1985 a 28/02/1986 01/04/1986 a 28/02/1987
SINTRAFITE Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau	16/03/1987 a 30/04/1994

Totaliza o tempo de 3145 (três mil, cento e quarenta e cinco) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 7 (sete) meses, e 15 (quinze) dias, conforme Processo n.º 03073/11/2017.

Blumenau, 1 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6179/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458614

PORTARIA N.º 6179/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRECI KERSTISCHKA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso VIII, anexo VIII, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

IRECI KERTISCHKA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.274,07 (Dois mil, duzentos e setenta e quatro reais e sete centavos), a partir de 4 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 03105/11/2017.



Blumenau, 1 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 6180/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458616

PORTARIA N.º 6180/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MAURO SCHARF.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 37, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

MAURO SCHARF, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 15.463,81 (Quinze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e um centavos), a partir de 13 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 03026/11/2017.

Blumenau, 4 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 6181/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458619

PORTARIA N.º 6181/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA RAIMUNDO DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ADRIANA RAIMUNDO DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20721001.1.00074/95-0, em 28/11/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Laboratório Santa Isabel de Análises Clínicas Ltda.	01/08/1982 a 18/08/1983

Prefeitura Municipal de Blumenau

07/03/1985 a 07/05/1995

Totaliza o tempo de 4094 (quatro mil, noventa e quatro) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 2 (dois) meses, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 03116/11/2017.

Blumenau, 4 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 6182/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458621

PORTARIA N.º 6182/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUBENS SCHREIBER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso II, anexo II, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

RUBENS SCHREIBER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Parque Vila Germânica, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.129,11 (Cinco mil, cento e vinte e nove reais e onze centavos), a partir de 11 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 03057/11/2017.

Blumenau, 4 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 6183/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458624

PORTARIA N.º 6183/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANIA EVARISTO ROCHA NOGUEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de VANIA EVARISTO ROCHA NOGUEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 1748/2016, de 10/02/2017, expedida pelo IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, nos períodos de 21/08/1989 a 21/12/1989, e 15/03/1990 a 09/07/1990, um total de 236 (duzentos e trinta e seis) dias, correspondente a 7 (sete) meses, e 26 (vinte e seis) dias, conforme Processo n.º 01416/01/2017.

Blumenau, 4 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 6184/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458626

PORTARIA N.º 6184/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUCIO FLAVIO DA SILVEIRA MATOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de LUCIO FLAVIO DA SILVEIRA MATOS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00029/10-0, em 01/03/2010, prestado à FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, no período de 01/08/1988 a 28/02/1993, totalizando o tempo de 1670 (mil, seiscentos e setenta) dias, correspondente 4 (quatro) anos, e 7 (sete) meses, conforme Processo n.º 03131/12/2017.

Blumenau, 4 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 6185/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458628

PORTARIA N.º 6201/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 14 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,  
nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do

Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 15 de dezembro de 2017, às 14 horas.

Blumenau, 13 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 6186/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458629

PORTARIA N.º 6186/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCISCA HELENA CUNHA DANELICZEN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de FRANCISCA HELENA CUNHA DANELICZEN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00182/17-0, em 03/10/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Construtora Lara Ltda.	01/03/1977 a 25/05/1977
Prefeitura Municipal de Cascavel	21/03/1978 a 17/02/1984
AEB Associação Evangélica Beneficente	06/12/1989 a 30/05/1992
Estado de Santa Catarina	08/03/1993 a 31/12/1993
Secretaria de Estado da Educação	07/02/1994 a 04/04/1994 05/04/1994 a 31/12/1994 06/02/1995 a 30/12/1995
Contribuinte Individual	01/10/2004 a 31/01/2005 01/10/2005 a 31/03/2006 01/05/2006 a 31/05/2006 03/03/2007 a 30/04/2007 01/09/2007 a 30/09/2007

Totaliza o tempo de 4497 (quatro mil, quatrocentos e noventa e sete) dias, correspondente a 12 (doze) anos, 3 (três) meses, e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo n.º 02862/10/2017.

Blumenau, 6 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 6187/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458631

PORTARIA N.º 6187/2017

CONCEDE PENSÃO TEMPORÁRIA A THEO BERNDT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER PENSÃO TEMPORÁRIA,**

De acordo com os artigos 17, § 2º, e 18, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, combinado com o artigo 5.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

THEO BERNDT, filho menor do servidor público municipal DANIEL ALEXANDRE EVARISTO BERNDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 1 de dezembro de 2017, devendo perceber mensalmente o valor de R\$ 4.609,29 (Quatro mil, seiscentos e nove reais e vinte e nove centavos), representado por sua genitora CAROLINE DO ROCIO MACHADO BERNDT, a contar da data do óbito, até completar 21 (vinte e um) anos, conforme Processo nº 03142/12/2017.

Blumenau, 6 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6188/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458632

PORTARIA N.º 6188/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA SALETE ZANELATO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,**

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA SALETE ZANELATO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.049,99 (Mil, quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), a partir de 11 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 03020/11/2017.

Blumenau, 7 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6189/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458634

PORTARIA N.º 6189/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDIA REGINA ZAPPA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

CLAUDIA REGINA ZAPPA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 7.145,27 (Sete mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), a partir de 11 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 02937/11/2017.

Blumenau, 7 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6190/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458636

PORTARIA N.º 6190/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADEMIR TREDE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,**

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

ADEMIR TREDE, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Administração, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.815,94 (Mil, oitocentos e quinze reais e noventa e quatro centavos), a partir de 11 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 03125/12/2017.

Blumenau, 7 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6191/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458639

PORTARIA N.º 6191/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FERNANDO VARGAS GARCIA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de FERNANDO VARGAS GARCIA, servidor público municipal,



ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 180/2016, de 08/09/2016, expedida pela Prefeitura Municipal de Guarapuava, prestado no período de 07/10/1993 a 01/06/2001, um total de 2795 (dois mil, setecentos e noventa e cinco) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 7 (sete) meses, e 26 (vinte e seis) dias, conforme Processo n.º 02486/08/2017.

Blumenau, 7 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 6192/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458642

PORTARIA N.º 6192/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSIRES MARIA CONSTANTINO FERREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ROSIRES MARIA CONSTANTINO FERREIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00299/17-4, em 30/11/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	15/03/1976 a 27/09/1978
Lojas Dudalina Confecções Ltda.	06/12/1978 a 22/04/1981
Metalúrgica R F Ltda.	10/06/1981 a 14/07/1989
Livraria de Parapsicologia e Desenvolvimento Pessoal Ltda.	16/01/1990 a 08/05/1991
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/10/2001 a 19/12/2001 05/03/2002 a 03/06/2002

Totaliza o tempo de 5396 (cinco mil, trezentos e noventa e seis) dias, correspondente 14 (catorze) anos, 9 (nove) meses, e 16 (dezesesseis) dias, conforme Processo n.º 03166/12/2017.

Blumenau, 7 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 6193/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458643

PORTARIA N.º 6193/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA SUELI HERMINIO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de

22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA SUELI HERMINIO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social e Relações Institucionais, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00059/17-3, em 04/10/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Comercial de Tecidos Krueger Ltda.	15/06/1985 a 10/09/1985
Massa Falida de Hermes Macedo S.A.	15/09/1986 a 07/01/1990
Prefeitura Municipal de Blumenau	04/04/1990 a 30/09/1990

Totaliza o tempo de 1476 (mil, quatrocentos e setenta e seis) dias, correspondente 4 (quatro) anos, e 16 (dezesesseis) dias, conforme Processo n.º 03168/12/2017.

Blumenau, 7 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 6194/2017 - ISSBLU

Publicação Nº 1458645

PORTARIA N.º 6194/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUDITE HENNEMANN BERTONCINI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 37, parágrafo único, da Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar nº 746, de 19 de março de 2010, artigo 5.º, incisos I, e II, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

JUDITE HENNEMANN BERTONCINI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 11.227,75 (Onze mil, duzentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos), conforme Processo n.º 03159/12/2017.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 26 de dezembro de 2017.

Blumenau, 11 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6195/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458646

PORTARIA N.º 6195/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA REGINA OLIVEIRA DA MAIA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 89, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

SANDRA REGINA OLIVEIRA DA MAIA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico, lotada no Gabinete do Prefeito, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 11.564,78 (Onze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos), , conforme Processo n.º 02969/11/2017.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2017.

Blumenau, 11 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6196/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458649

PORTARIA N.º 6196/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KÁTIA LÚCIA BRASIL PINTARELLI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-E, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, artigo 24, da Lei Complementar n.º 1047, de 1 de abril de 2016, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

KÁTIA LÚCIA BRASIL PINTARELLI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$

18.007,25 (Dezoito mil, sete reais e vinte e cinco centavos), conforme Processo n.º 02991/11/2017.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2017.

Blumenau, 11 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6197/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458651

PORTARIA N.º 6197/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCISCA HELENA CUNHA DANELICZEN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

FRANCISCA HELENA CUNHA DANELICZEN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.797,41 (Dois mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e um centavos), a partir de 11 de dezembro de 2017, conforme Processo n.º 02863/10/2017.

Blumenau, 11 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6198/2017 - ISSBLU**

Publicação Nº 1458652

PORTARIA N.º 6198/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIANE DESCHAMPS MACHADO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

DIANE DESCHAMPS MACHADO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.637,00



(Quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais), conforme Processo n.º 03068/11/2017.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 13 de dezembro de 2017

Blumenau, 11 de dezembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL

### MD 2899

Publicação Nº 1457848

RESOLUÇÃO MD Nº 2.899

ALTERA AS REDAÇÕES DOS INCISOS I, II E III DO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO MD Nº 1.461, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Os incisos I, II e III do artigo 2º da Resolução MD nº 1.461, de 12 de novembro de 2009, que "Institui comissão permanente de avaliação funcional", passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....

I – Augusto Reiter;

II – Amanda Zorzan Adriano;

III – Jackson Alexsandro da Silva.

..." (NR)

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir do dia 12 de novembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 8 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCOS DA ROSA

Presidente

ALMIR VIEIRA

Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA

1º Secretário

MARCELO LANZARIN

2º Secretário

### MD 2907

Publicação Nº 1457855

RESOLUÇÃO MD Nº 2.907

NOMEIA ROSI APARECIDA SCHEIDT EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

Marcos da Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 1º de dezembro de 2017, Rosi Aparecida Scheidt, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador José de Souza – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que

proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Marcos da Rosa Presidente	
Almir Vieira Vice-Presidente	
José de Souza 1º Secretário	Marcelo Lanzarin 2º Secretário

### MD 2908

Publicação Nº 1457859

RESOLUÇÃO MD Nº 2.908

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

Marcos da Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 30 de novembro de 2017, a servidora pública Rosi Aparecida Scheidt, ocupante do cargo de Assessor da Mesa Diretora, de provimento em comissão, lotado junto à Mesa Diretora - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Marcos da Rosa Presidente	
Almir Vieira Vice-Presidente	
José de Souza 1º Secretário	Marcelo Lanzarin 2º Secretário

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO DE DATA OU 05/2017

Publicação Nº 1458173

#### RETIFICAÇÃO DE DATA

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Processo/ Ano nº 81/2017

Modalidade: chamamento público 05/2017

Objeto: objetivo selecionar projeto para Cessão de Uso de Trator e equipamentos agrícolas, pertencentes ao Município de Bom Jardim da Serra/SC, conforme Termo de Convênio firmado entre o Município, o Estado e/ou União, a fim de realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura, com serviços de gradagem, apoio ao transportes de insumos, sementes e calcário, roçadas, plantios, colheita, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas, e Plano de Trabalho aprovado.

O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia, onde se lê 22/01/2017 , leia-se 22/01/2018 às 09horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 14 de dezembro de 2017.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 1086/2017

Publicação Nº 1457166

LEI MUNICIPAL Nº 1086/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AFETAÇÃO DE IMÓVEL AO USO ESPECIAL DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica afetado ao uso especial da Câmara de Vereadores do Município de Bom Jesus do Oeste, para fins de construção da sede própria do Poder Legislativo, um terreno situado nesta cidade, conforme cópia de matrícula e escritura anexa, sito a Avenida Planalto, centro, da cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Modelo sob o nº 6.270, contendo a área de 1.000,00 m2 (um mil metros quadrados).

Art. 2º. O imóvel referido no artigo 1º desta Lei ficará desafetado ao uso especial da Câmara de Vereadores do Município de Bom Jesus do Oeste, sem qualquer ônus ao Poder Executivo, se o Poder Legislativo:

I - der a ele destino diverso do previsto nesta Lei; ou

II - deixar de dar início à execução das obras de engenharia civil no imóvel doado, no prazo de 6 (seis) anos, contados da afetação.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação consignada no orçamento do Município de Bom Jesus do Oeste.

Art. 4º- Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jesus do Oeste - SC, 14 de dezembro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 241/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457269

PORTARIA Nº 241/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. JUCELENE LUCIA GEWEHR, inscrita na matrícula sob nº 772-2, portadora do CPF sob nº 062.741.279-33, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com 40 horas semanais, lotada no Departamento De Atividades do Conselho Tutelar, conforme Atestado Médico, no período de 11 de dezembro de 2017 à 20 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 14 de dezembro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### **1138.12.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. ADRIANA Z. CAPISTRANO**

Publicação Nº 1457303

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1138/17 de 12.12.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar sua mãe em tratamento de Saúde, no dia 04 de dezembro de 2017, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula e Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de dezembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1139.12.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VANDERLEI C. LIZ**

Publicação Nº 1457304

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1139/17 de 12.12.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 06 de dezembro de 2017, ao funcionário Vanderlei Córdova de Liz, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Canoas e Escola do Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de dezembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1140.11.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. ELIANE ALVES**

Publicação Nº 1457305

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1140/17 de 12.12.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 11 de dezembro de 2017, a funcionária Eliane Alves, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de dezembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1141.12.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. ZILMARA G. ROSAR**

Publicação Nº 1457307

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1141/17 de 12.12.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em consulta médica, no dia 06 de dezembro de 2017, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de dezembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1142.12.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NEIDE M. SILVEIRA**

Publicação Nº 1457308

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1142/17 de 13.12.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 12 de dezembro de 2017, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de dezembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**2363.17 - L. LOA 2018**

Publicação Nº 1457297

LEI Nº 2363/17 de 12.12.2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Bom Retiro para o Exercício de 2018.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a despesa consolidada do Município de Bom Retiro para o exercício de 2018 em R\$ 27.718.903,91 (Vinte e sete milhões, setecentos e dezoito mil, novecentos e três reais e noventa e um centavos), compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, bem como, dos Fundos mantidos pelo Poder Executivo Municipal.

**DO ORÇAMENTO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Art. 2º O Orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Bom Retiro para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 27.718.903,91 (Vinte e sete milhões, setecentos e dezoito mil, novecentos e três reais e noventa e um centavos), fixa a Despesa em R\$ 27.718.903,91 (Vinte e sete milhões, setecentos e dezoito mil, novecentos e três reais e noventa e um centavos), e estabelece as Transferências Financeiras aos Fundos municipais do município e à Câmara Municipal em R\$ 7.289.700,00 (Sete milhões, duzentos e oitenta e nove mil, e setecentos reais).

§ 1º A Receita a que se refere o artigo 2º deste Projeto de Lei

será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES R\$ 31.187.903,91  
1.1 Receita Tributária R\$ 3.396.000,00  
1.2 Receita de Contribuições R\$ 260.000,00  
1.3 Receita Patrimonial R\$ 65.000,00  
1.4 Receita Agropecuária R\$ 0,00  
1.5 Receita de Serviços R\$ 199.603,91  
1.6 Transferências Correntes R\$ 27.017.300,00  
1.7 Outras Receitas Correntes R\$ 250.000,00  
9.0 Deduções da Receita Corrente R\$ (3.769.000,00)  
2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 300.000,00  
2.1 Operações de Crédito R\$ 300.000,00  
2.2 Alienação de Bens R\$ 0,00  
2.3 Transferências de Capital R\$ 0,00  
T O T A L R\$ 27.718.903,91

§ 2º A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

02 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 630.000,00  
03 - SECR. MUN. DE ADM. E FAZENDA R\$ 2.926.203,91  
04 - SECR. MUN. DE EDUC.CULT.E ESPORTE R\$ 8.542.300,00  
05 - SECR. MUN. BEM ESTAR SOCIAL R\$ 0,00  
06 - SECR. MUN. AGRIC. E MEIO AMBIENTE R\$ 988.400,00  
07 - SECR. MUN. TRANSP.,OBR.E SERV.URB. R\$ 3.847.500,00  
08 - SECR. MUN. IND. COM. E TURISMO R\$ 495.800,00  
09 - FUNDO REEQ.CORPO BOMBEIROS MIL. R\$ 175.000,00  
13 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO R\$ 125.000,00  
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 50.000,00  
T O T A L R\$ 17.770.203,91

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

04 - ADMINISTRAÇÃO R\$ 3.732.003,91  
06 - SEGURANÇA PÚBLICA R\$ 175.000,00  
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 0,00  
12 - EDUCAÇÃO R\$ 8.212.100,00  
13 - CULTURA R\$ 61.200,00  
15 - URBANISMO R\$ 1.003.500,00  
16 - HABITAÇÃO R\$ 0,00  
17 - SANEAMENTO R\$ 125.000,00  
20 - AGRICULTURA R\$ 988.400,00  
22 - INDÚSTRIA R\$ 150.000,00  
23 - COMÉRCIO E SERVIÇO R\$ 160.000,00  
26 - TRANSPORTE R\$ 2.844.000,00  
27 - DESPORTO E LAZER R\$ 269.000,00  
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 50.000,00  
T O T A L R\$ 17.770.203,91

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES R\$ 15.014.800,00  
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 8.095.000,00  
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida R\$ 50.000,00  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 6.869.800,00  
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 2.705.403,91  
4.4.00.00 – Investimentos R\$ 2.335.403,91  
4.6.00.00 – Amortização da Dívida R\$ 370.000,00  
9.9.99.99 – Reserva de Contingência R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 17.770.203,91

**DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO****ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

ORÇAMENTO DA RECEITA DA ADM.DIRETA R\$ 27.718.903,91  
ORÇAMENTO DA DESPESA DA ADM.DIRETA R\$ 17.720.203,91  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 50.000,00



TRANSF. FINANCEIRAS ( F.M.A.S.) R\$ 2.268.700,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS ( F.M.S.) R\$ 6.571.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS ( F.I.A.) R\$ 39.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS (CÂMARA MUNICIPAL) R\$ 1.070.000,00

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ORÇ. DA RECEITA FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 348.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS (MUNICÍPIO) R\$ 1.920.700,00  
 ORÇ. DA DESPESA FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 2.268.700,00

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 2.268.700,00  
 T O T A L R\$ 2.268.700,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 2.156.700,00  
 3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 805.000,00  
 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 1.351.700,00  
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 112.000,00  
 4.4.00.00 – Investimentos R\$ 112.000,00  
 TOTAL R\$ 2.268.700,00

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ORÇ. DA RECEITA FUNDO MUN. SAÚDE R\$ 2.296.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS (MUNICÍPIO) R\$ 4.275.000,00  
 ORÇ. DA DESPESA FUNDO MUN. SAÚDE R\$ 6.571.000,00

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – SAÚDE R\$ 6.571.000,00  
 T O T A L R\$ 6.571.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 6.462.000,00  
 3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 2.967.000,00  
 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 3.495.000,00  
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 109.000,00  
 4.4.00.00 – Investimentos R\$ 109.000,00  
 TOTAL R\$ 6.571.000,00

#### FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

ORÇ. DA RECEITA FUNDO MUN. INF.ADOLESCÊNCIA R\$ 15.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS (MUNICÍPIO) R\$ 24.000,00  
 ORÇ. DA DESPESA FUNDO MUN. INF.ADOLESCÊNCIA R\$ 39.000,00

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 39.000,00  
 T O T A L R\$ 39.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 39.000,00  
 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 39.000,00  
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 0,00  
 4.4.00.00 – Investimentos R\$ 0,00  
 TOTAL R\$ 39.000,00

#### CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ORÇ. DA RECEITA CÂMARA MUNICIPAL R\$ 0,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS (MUNICÍPIO) R\$ 1.070.000,00  
 ORÇ. DA DESPESA CÂMARA MUN. VEREADORES R\$ 1.070.000,00

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – LEGISLATIVA R\$ 1.070.000,00  
 T O T A L R\$ 1.070.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA  
 DESPESAS CORRENTES R\$ 1.055.000,00  
 3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 820.000,00  
 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 235.000,00  
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 15.000,00  
 4.4.00.00 – Investimentos R\$ 15.000,00  
 TOTAL R\$ 1.070.000,00

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme abaixo:

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

I – Passivos Contingentes R\$ 25.000,00  
 II – Intempéries R\$ 25.000,00  
 TOTAL R\$ 50.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, ficando este autorizado a abrir crédito suplementar por conta destes recursos, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 01/12/2018 os riscos relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, bem como, suplementar de uma categoria de programação para outra, em até 15% do orçamento do município, através de decreto, e os 85% restantes, se necessário, através de lei específica.

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para o orçamento consolidado do município, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – superávit financeiro do exercício anterior.

III - Produto de operação de crédito autorizadas em Lei específica.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar convênios com o governo estadual, federal e suas entidades, e os recursos oriundos destes convênios com destinação específica não previstos no orçamento, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º As receitas de realização extraordinária oriundas de

operações de crédito, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art.9º Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, através de lei específica.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, inclusive cessão de servidor destinado a prestação de serviço em cartório eleitoral quando requisitado por juiz da comarca do município. (Prejulgado 1364 TCE/SC)

Art. 11. O remanejamento das previsões com fins específicos em relação as fontes de recursos ordinários e vinculados das destinações de recursos (DR), conforme Portaria STN, caracterizada pela tabela de IDUSO e Grupo de Fontes de Recurso, dar-se-á por ato do poder executivo conforme ingresso dos recursos e sua respectiva vinculação.

Art. 12. As alterações efetuadas na LDO/2018 e PPA 2018 – 2021 aprovadas nos anexos desta lei, modificam os mesmos instrumentos de planejamento.

Art. 13. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogando a Lei 2334 de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

Maria Madalena Silveira  
Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

## 2364.17 - L CONSELHO EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1457298

Lei Nº 2364/17 de 12.12.2017

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação de Bom Retiro e dá outras providências.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1o. Fica criado o novo Conselho Municipal de Educação de Bom Retiro, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, conforme estabelecem os artigos 8º e 18, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, e o artigo 208 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro.

### CAPÍTULO II OBJETIVO E FINALIDADE DO CONSELHO

Art. 2o. O Conselho Municipal de Educação terá como objetivo assegurar aos grupos representativos da cidade de Bom Retiro o direito de participar da gestão do ensino público municipal, contribuindo para elevar a qualidade social dos serviços públicos educacionais.

Art. 3o. O Conselho Municipal de Educação tem por finalidade apoiar e orientar a implantação da política educacional, exercendo funções consultiva, normativa, mobilizadora, fiscalizadora, propositiva e deliberativa quanto à organização, ao funcionamento, à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino público municipal.

### CAPÍTULO III COMPETÊNCIAS DO CONSELHO

Art. 4º. Compete ao Conselho Municipal de Educação de Bom Retiro:

I - participar da elaboração, execução e avaliação da política educacional municipal;

II - participar na organização, na efetivação e na avaliação de programa de formação continuada dos profissionais da educação escolar do Sistema Municipal de Ensino;

III - participar da elaboração do plano plurianual, das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais relativos à educação pública municipal;

IV - aprovar a prestação de contas dos recursos públicos próprios do município;

V - responder às consultas que tratem da política educacional municipal;

VI - emitir indicações e pareceres e elaborar resoluções sobre temas educacionais no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;

VII - normatizar a classificação, a progressão e a avaliação de desempenho do educando das unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino;

VIII - participar da mobilização, da elaboração, da implementação, do monitoramento e da avaliação do Plano Municipal de Educação;

IX - participar do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais (FUNDEB);

X - aprovar o Regimento Escolar Unificado Municipal do Sistema Municipal de Ensino;

XI - estabelecer critérios que orientem a elaboração do projeto político-pedagógico das unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino;

XII - aprovar o projeto político-pedagógico das unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino;

XIII - organizar seu Regimento Interno e aprová-lo por no mínimo 2/3 dos conselheiros titulares;

XIV - acompanhar os procedimentos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte quanto ao censo escolar, à evasão, à repetência, à distorção idade-ano e ao padrão de qualidade das unidades educacionais;

XV - divulgar as atividades ordinárias do Conselho no site oficial da Prefeitura Municipal e no mural das unidades educacionais;

XVI - participar do processo de organização das conferências municipais de educação;

XVII - aprovar e acompanhar a execução do calendário escolar elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para o ano subsequente;

XVIII - definir critérios e procedimentos para a avaliação das unidades educacionais integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Bom Retiro;

XIX - normatizar o processo de escolha do diretor de unidade educacional;

XX - autorizar o funcionamento de unidades educacionais, segundo o que dispõe a Lei Complementar do Sistema Municipal de Ensino;

XXI - emitir parecer quanto à cessação de atividades das unidades educacionais públicas, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;

XXII - participar da campanha anual de oferta de matrícula da Educação Básica na rede municipal de ensino;

XXIII - aprovar a proposta curricular municipal, de acordo com a legislação federal, às diretrizes curriculares nacionais e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

XXIV - realizar visitas periódicas às unidades de ensino da rede municipal;

XXV - elaborar o Plano de Trabalho do Conselho (PTC), contendo as ações e o cronograma anual das reuniões ordinárias;  
XXVI - desenvolver atividades de formação continuada para os conselheiros titulares e suplentes, em comum acordo com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, conforme as atividades previstas no PTC;  
XXVII - normatizar os procedimentos, a forma de certificação e os critérios para o funcionamento de cursos de extensão abertos à comunidade, oportunizando a ampliação e a atualização dos conhecimentos e a sua integração com a comunidade extraescolar, na unidade educacional;  
XXVIII - definir, por meio de resoluções específicas, as regras de organização e funcionamento da Educação do Campo e da Educação de Jovens e Adultos, observadas as orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE);  
XXIX - normatizar a organização e o funcionamento dos conselhos escolares nas unidades educacionais;  
XXX - definir o conteúdo do Ensino Religioso, por meio de resolução específica, em comum acordo com as lideranças das religiões ou das denominações cristãs das famílias dos educandos, a ser ministrado pelos professores regentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas unidades educacionais;  
XXXI - zelar pela observância e cumprimento das leis aplicáveis ao Sistema Municipal de Ensino;  
XXXII - contribuir para a consolidação de um projeto educacional do Sistema Municipal de Ensino de Bom Retiro;  
XXXIII - exercer quaisquer outras funções ou competências que lhe forem conferidas por Lei.

#### CAPÍTULO IV COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 5o. O Conselho Municipal de Educação é composto por 12 (doze) membros, assim discriminado:  
I - 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;  
II - 2 (dois) representantes dos professores da rede municipal, sendo um da Educação Infantil e um do Ensino Fundamental;  
III - 1 (um) representante dos pais ou responsáveis dos educandos das unidades educacionais mantidas pelo Poder Público Municipal;  
IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social de Bom Retiro;  
V - 1 (um) representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Bom Retiro;  
VI - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Retiro;  
VII - 1 (um) representante dos diretores das unidades educacionais municipais de Bom Retiro;  
VIII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de Bom Retiro;  
IX - 1 (um) representante do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Bom Retiro;  
X - 1 (um) representante das escolas privadas de Educação Infantil de Bom Retiro.

§1o cada conselheiro titular terá um suplente que deverá ser indicado ou eleito pelos seus pares do segmento, da instituição, do setor ou da entidade a que pertence;

§2o o suplente substituirá o membro titular do Conselho em seu impedimento, afastamento ou ausência;

§3o os conselheiros referidos nos incisos II, III, V, IX e X, bem como os respectivos suplentes, devem ser eleitos ou indicados por seus pares;

§4o os conselheiros referidos nos Incisos I, IV, VI, VII e VIII, bem como os seus suplentes, serão indicados pelas respectivas secretarias municipais;

§5o os conselheiros titulares e os suplentes terão seus nomes homologados por ato do Executivo e deverão residir ou trabalhar em

Bom Retiro;

§6o a função de membro do Conselho não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado à população de Bom Retiro.

Art. 6º. O mandato do conselheiro será de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido somente por mais um mandato, de acordo com a indicação das instituições, das entidades, dos segmentos e dos setores.

Art. 7º. Será substituído o conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, no período de 1 (um) ano, cabendo ao Conselho a solicitação de um novo membro ao segmento, à instituição, à entidade ou ao setor a que pertence.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Educação será dirigido por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos por seus pares, em votação, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 9º. Cabe ao Presidente, entre outras atribuições dispostas no Regimento Interno:

I - deliberar sobre questões administrativas do Conselho;

II - instituir comissões especiais para a realização de tarefas deste órgão, conforme dispuser o Regimento Interno, se necessário.

Art. 10. No caso de vacância da representação de conselheiro, dotar-se-ão os seguintes critérios para escolha do novo membro que irá cumprir o prazo restante do mandato:

I - na hipótese de o conselheiro ter sido escolhido para uma das funções especificadas no artigo 8o desta lei, o Conselho organizará uma nova eleição, salvo se faltar menos de 30 (trinta) dias para o fim do mandato;

II - nos demais casos, caberá ao segmento, instituição, entidade ou setor indicar o novo representante no Conselho.

Art. 11. O Conselho Municipal de Educação será constituído por:

I - Plenário: órgão de decisão máxima e conclusiva do Conselho, composto pelos conselheiros titulares;

II - Diretoria Executiva: órgão administrativo e executivo do Conselho, formado por 1 (um) presidente, 1 (um) vice-presidente e 1 (um) secretário, eleitos pelos conselheiros titulares e suplentes.

Art. 12. O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á mensalmente, no período de fevereiro a novembro e, extraordinariamente, nos casos previstos no Regimento Interno.

I - a sessão plenária do Conselho instalar-se-á com a presença da maioria dos seus membros e suas deliberações serão tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes;

II - em não havendo quórum para a instalação do Plenário do Conselho, será automaticamente convocada nova sessão, que acontecerá no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, com qualquer número de conselheiros presentes;

III - cada conselheiro terá direito a um voto e ocorrendo o empate, caberá ao Presidente do Conselho, além do voto ordinário, o voto de qualidade;

IV - em todas as reuniões do Conselho será lavrada ata, a qual será submetida à apreciação dos conselheiros no início de cada reunião subsequente para ser aprovada e assinada.

Art. 13. O Conselho poderá convidar entidades, cientistas, especialistas e técnicos para colaborar em estudos ou participarem de comissões temporárias do Conselho sob a coordenação de um de seus membros.

Art. 14. O Poder Executivo garantirá estrutura de apoio de recursos materiais para permitir o funcionamento do Conselho.

Art. 15. O Regimento Interno do Conselho deverá ser elaborado num prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Lei, e será homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei Municipal nº. 2.254, de 18 de novembro de 2014 e as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

Maria Madalena Silveira

Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

### 2365.17 - L. CRÉDITO ESPECIAL FIA

Publicação Nº 1457299

Lei Nº 2365/17 de 12.12.2017

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto um crédito especial no Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
2601 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Recurso 03.09.77 - Recursos FIA Imposto de Renda ... R\$ 58.863,50

Total ..... R\$ 58.863,50

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
2601 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

(247) Recurso 03.09.77 - Recursos FIA Imposto de Renda ..... R\$ 49.106,66

Total ..... R\$ 49.106,66

Art. 3º Apresenta-se como fonte de recurso os recursos dos rendimentos de aplicações financeiras, fonte de Recurso 01.09.77 - Recursos FIA Imposto de Renda, receita: 13250199 – Rendimentos de aplicações Financeiras - Vinculados no valor de R\$ 9.756,84.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

Maria Madalena Silveira

Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

### 2366.17 - LEI BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Publicação Nº 1457301

Lei Nº 2366/17 de 12.12.2017

“DEFINE E REGULAMENTA OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE QUE TRATA O ART. 22, DA LEI FEDERAL Nº. 8.742, DE 07/12/1993” PARA O BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLITICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ACORDO COM A LEI 1.349/96 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Bom Retiro, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

Art. 3º Os benefícios eventuais destina-se aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços e programas socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas dos indivíduos e das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

Parágrafo Único - Risco e vulnerabilidade social compreendem situações que podem levar à exclusão social dos sujeitos, principalmente por fatores socioeconômicos, as quais tem origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. Esses fatores compõem risco social quando o indivíduo deixa de ter condições para usufruir dos mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos, devido ao desequilíbrio socioeconômico instaurado. Destaca-se que o risco e a vulnerabilidade não são oriundas somente da situação financeira, ela envolve também a relação entre direitos e a rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

Art. 5º O Município deve garantir igualdade de condições na prestação das informações e no acesso ao benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 6º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, o adolescente, o jovem, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de risco e vulnerabilidade social.

Art. 7º A família ou pessoa beneficiada deverá estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO, com as informações atualizadas. Para os casos de urgência, esse requisito não se torna impeditivo de atendimento, haja vista



que a família deve ser cadastrada posteriormente.

Art. 8º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I – Assistentes Sociais que compõem as equipes de referência que atuam nos serviços de proteção social básica e especial.

II – Assistente Social responsável pela gestão dos benefícios eventuais, vinculado à Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Art. 9º A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 10. O critério de renda per capita familiar mensal para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo vigente, e será concedido conforme o artigo 8º.

§ 1º - Para cálculo da renda per capita será considerado:

a) Rendimento da Família: folha de pagamento (salário bruto, percentuais de periculosidade e insalubridade); CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais); declaração de trabalho autônomo/informal (Anexo I); comprovante de aposentadoria ou pensão por morte ou invalidez; pensão alimentícia; valores recebidos pelos Programas Federais, tais como: BPC, seguro desemprego, licença-maternidade, licença saúde e transferência monetária federal.

b) Gastos: Comprovantes de valor de aluguel (contrato e recibo); de financiamento de terreno ou casa; de pagamento de pensão alimentícia; despesas não previstas, que comprometam a família e/ou os indivíduos de terem atendidas as suas necessidades básicas com os rendimentos da família/indivíduo e com medicação (comprovados com receita médica e nota fiscal), desde que estes não estejam na lista de medicamentos ofertados pela farmácia básica do município, e na listagem de medicamentos de alto custo.

§ 2º -Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda per capita familiar mensal ou na falta de algum documento, o Assistente Social da equipe de referência ou o Assistente Social responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais na gestão, poderá conceder o benefício com a autorização do Gestor, por meio de justificativa, a qual deverá constar anexa ao parecer social.

§ 3º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 11. São formas de benefícios eventuais:

I – auxílio por natalidade;

II – auxílio por morte;

III – situações de vulnerabilidade temporária;

IV – calamidade pública.

Art. 12. O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I – necessidades do recém-nascido;

II – apoio à família no caso de morte da mãe; e,

III – apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido.

§ 1º -São documentos essenciais para concessão do auxílio por natalidade:

I – certidão de nascimento da criança;

II – declaração de natimorto, nos casos que ocorrer a morte da criança;

III – comprovantes de rendimentos e gastos da família;

IV – comprovante de residência;

V – carteira de identidade e CPF de todos os membros da família;

§ 2º -O requerimento do auxílio por natalidade deve ser realizado até 90 (noventa) dias após o nascimento.

§ 3º -O auxílio por natalidade deve ocorrer na forma de bens de consumo, que consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de higiene e vestuário, utensílios para alimentação, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária. Em casos excepcionais, e com autorização do gestor, conceder-se-á o auxílio por natalidade, em pecúnia, no valor de 1/2 (meio) salário mínimo vigente, devendo ser pago até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 4º -É vedada a concessão de auxílio por natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, g, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 13. O auxílio por morte atenderá:

I – despesas de funeral

§ 1º -São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – certidão de óbito;

II – comprovante de residência;

III – comprovante de rendimentos e gastos da família;

IV – carteira de identidade e CPF do beneficiado e da pessoa que vem requerer o auxílio.

V – documento comprobatório de atendimento pelo SUS ou IML

§ 2º - O auxílio por morte deverá ser prestado imediatamente em bens e serviços, de pronto atendimento, na Secretaria Municipal de Assistência Social, das 13h às 19h ou no horário de funcionamento que vier a ser implantado, e no regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas, das 19h às 13h. Em casos excepcionais, com autorização do gestor e do Assistente Social, conceder-se-á o auxílio por morte, em pecúnia, no valor de 50% do salário mínimo, devendo ser pago até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 3º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer, poderá o município arcar com 100% dos custos.

Art. 14. Os benefícios por natalidade e por morte podem ser pagos, diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante declaração.

Art. 15. Os auxílios por natalidade e morte serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art. 16. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos (ameaça de sérios padecimentos), perdas (privação de bens e de segurança material) e danos à integridade pessoal e familiar (agravos sociais e ofensa).

§ 1º - Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer: da falta de alimentação, da falta de documentação e da falta de domicílio, quando:

I – da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família;

II – da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

III – de desastres e de calamidade pública; e,

IV – de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência, que serão atendidos da seguinte forma:

a) Auxílio alimentação constitui-se numa prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, que visa o atendimento das necessidades básicas dos municípios e suas famílias, que se encontrem em situações de vulnerabilidade social. O auxílio alimentação é um conjunto de itens não perecíveis, e poderá ser concedido até



04 (quatro) vezes por família, no período de 01 (um) ano;

b) Auxílio na documentação civil, dar-se-á através de fotos para documentação. Será concedida uma única vez por pessoa, dentro de um período de 02 (dois) anos.

c) Auxílio em passagens intermunicipais e estaduais que atenderá pessoas em situação de rua, que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade com familiares. Nesse caso, será concedida uma única vez por pessoa, não podendo se configurar como concessão contínua. Também poderá acessar esse benefício, famílias que possuam membros reclusos em unidades prisionais e não sejam beneficiárias do auxílio reclusão. Para esses casos de reclusão, serão concedidas até 04 (quatro) passagens por família, no período de 01 (um) ano.

d) Doação de material de construção para melhoria das condições físicas do imóvel que serve de residência à família. Será concedido, em bens, mediante avaliação técnica da equipe multidisciplinar da Prefeitura Municipal. É necessário que a família comprove a propriedade do imóvel.

e) Contratação de hospedagem temporária, prevista nos casos em situação de rua; pessoas em trânsito, com impossibilidade de serem atendidas com o auxílio transporte naquele dia; famílias que tenham suas residências acometidas pelas situações de calamidade pública, não podendo ultrapassar a 03 (três) pernoites consecutivos e/ou alternados, no período de 01 (um) ano.

f) Auxílio moradia será realizado mediante pagamento de aluguel, no valor de até 25% do salário mínimo vigente, pelo prazo de até 03 (três) meses, destinado às seguintes situações:

I – tenham na sua composição gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes, idosos e/ou pessoas com deficiência;

II – estejam residindo em áreas de risco e tenham a sua moradia interditada por ordem da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

ou,

III – desabrigamento dos serviços de acolhimento Institucional.

§ 1º - Na hipótese do aluguel mensal contratado ser inferior ao valor estabelecido em regulamento, o pagamento limitar-se-á ao valor estabelecido no contrato.

§ 2º - Somente poderão ser objeto de locação, para fins de Benefício Eventual de Aluguel Social, os imóveis que possuam condições de habitabilidade e estejam situados fora de áreas de risco.

§ 3º - A localização, negociação dos valores com o proprietário e o pagamento do imóvel ficará sob a responsabilidade do beneficiário.

§ 4º - A Administração Pública não será responsável por qualquer ônus financeiro, legal ou contratual em relação ao locador, em caso de inadimplência, danos ao imóvel ou descumprimento das obrigações assumidas pelo beneficiário.

§ 5º - O pagamento do benefício somente será efetivado mediante a apresentação do contrato de locação, devidamente assinado pelas partes contratantes.

§ 6º - Os indivíduos e famílias que forem beneficiados com o Aluguel Social e não tiverem solução de moradia no prazo máximo de concessão do benefício, poderão ter, excepcionalmente, prorrogado o prazo por igual período definido na alínea f, do art. 16 desta Lei, devendo ser incluídos em programas e projetos de habitação de interesse social desenvolvidos por órgãos públicos.

Art. 17. São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I – comprovante de residência;

II – comprovantes de rendimentos e gastos da família;

III – carteira de identidade e CPF de todos os membros da família;

IV – certidão de nascimento para os membros menores de 16 (dezesseis) anos;

V – boletim de ocorrência de perda, roubo ou extravio de documentação civil, nos casos previstos pela alínea b, do artigo 16 desta Lei;

VI – termo de interdição da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nos casos previstos nas alíneas e e f, inciso II, do artigo 16 desta Lei;

VII - declaração dos Serviços de Acolhimento Institucional, assinados pela Coordenação, nos casos previstos na alínea f, inciso III,

do artigo 16 desta Lei;

Art. 18. A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§ 1º - O auxílio em situação de calamidade pública será concedido em bens materiais e serviços, de acordo com as demandas da família, conforme levantamento da Defesa Civil.

§ 2º - São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I – comprovante de residência;

II – comprovantes de rendimentos e gastos da família;

III – carteira de identidade e CPF de todos os membros da família;

IV – certidão de nascimento para membros menores de 16 (dezesseis) anos;

V – boletim de ocorrência, nos casos de perda, roubo ou extravio de documentação civil;

VI – Avaliação de Danos – AVADAN.

Art. 19. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I – a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II – a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação e revisão da concessão dos benefícios eventuais;

III – a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV – garantir a inserção e o acompanhamento das famílias beneficiárias nos serviços ofertados pela proteção social básica e especial, para a superação das situações de vulnerabilidade social, fortalecendo a autonomia das famílias.

V – divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

VI – encaminhar, ao CMAS relatório anual de gestão dos benefícios eventuais.

VII – viabilizar a articulação com as demais políticas intersetoriais e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 20. Ao Conselho Municipal de Assistência Social, compete acompanhar:

a) periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

b) a relação dos tipos de benefícios concedidos ou negados e as respectivas justificativas;

c) fiscalizar a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional e o Plano Municipal de Assistência Social.

d) fiscalizar a responsabilidade do município na efetivação do direito, a destinação de recursos financeiros do município e do Estado a título de cofinanciamento do custeio dos benefícios eventuais; e

e) as ações do município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda.

Art. 21. A Secretaria Municipal de Assistência Social, através dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, contabilizará a quantidade de beneficiários e valores com as dotações orçamentárias vigentes.

Parágrafo Único - Os benefícios previstos nesta lei poderão ser suspensos quando o orçamento previsto não puder ser realizado

em razão da arrecadação do município.

Art. 22. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso, conforme deliberado pelo CNAS, no artigo 1º da Resolução nº 39, de 09 de dezembro de 2010.

Art. 23. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social, conforme Decreto nº 6.307/2007, em seu artigo 9º.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei N.2190/2013 de 02 de outubro de 2013.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

Maria Madalena Silveira

Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

#### ANEXO I

Declaração de Trabalho Autônomo/Informal

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de direito e que se fizerem necessários nos termos legais, de que trabalho como autônomo, exercendo atualmente a profissão/ocupação de \_\_\_\_\_ e recebendo mensalmente o valor aproximado de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

Informo ainda, que não possuo outro meio para comprovar minha renda, não estando inscrito no INSS, nem possuindo contrato de trabalho.

E por ser verdadeira a informação por mim prestada, estou ciente que esta declaração estará sujeita as penalidades da lei, conforme dispõe o art. 299 do Código Penal, que prevê a pena por falsidade ideológica:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular." (grifo nosso)

Por ser verdade, firmo o presente.

Bom Retiro/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

DECLARANTE

## 2367.17 - LEI SUPLEMENTAÇÃO PMBR

Publicação Nº 1457302

Lei Nº 2367/17 de 12.12.2017

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

06.01- SECR. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Ação: 2023 – MAN. DA SECR. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.00 ( Rec. Ordinários) R\$ 50.000,00

Referência 80 R\$ 50.000,00

Total Geral da Suplementação R\$ 50.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.01- SECR. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Ação: 1007 – CONSTRUÇÃO DA CASA DO MEL

4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.00 ( Rec. Ordinários) R\$ 50.000,00

Referência 76 R\$ 50.000,00

Total Geral da Anulação R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

Maria Madalena Silveira

Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

## 89.17 - DEC. CRÉDITO ESPECIAL FIA

Publicação Nº 1457285

Decreto Nº 89/17 de 12.12.2017

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2365 de 12 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito especial no Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2601 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Recurso 03.09.77 - Recursos FIA Imposto de Renda .. R\$ 49.106,66  
Total ..... R\$ 49.106,66

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
2601 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
(247) Recurso 03.09.77 - Recursos FIA Imposto de Renda  
..... R\$ 49.106,66  
Total ..... R\$ 49.106,66

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

Maria Madalena Silveira  
Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

#### 90.17 - DEC. CRÉDITO ESPECIAL FIA

Publicação Nº 1457288

Decreto Nº 90/17 de 12.12.2017  
SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, POR EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2365 de 12 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial no Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
2601 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES  
3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
Recurso 03.09.77 - Recursos FIA Imposto de Renda ..... R\$ 9.756,84  
Total ..... R\$ 9.756,84

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso os recursos dos rendimentos de aplicações financeiras, fonte de Recurso 01.09.77 - Recursos FIA Imposto de Renda, receita: 13250199 – Rendimentos de aplicações Financeiras - Vinculados no valor de R\$ 9.756,84.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

Maria Madalena Silveira  
Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

#### 91.17 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO PMBR

Publicação Nº 1457289

Decreto Nº 91/17 de 12.12.2017  
SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2367 de 12 de dezembro de 2017;

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

06.01– SECR. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Ação: 2023 – MAN. DA SECR. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.00 ( Rec. Ordinários) R\$ 50.000,00  
Referência 80 R\$ 50.000,00  
Total Geral da Suplementação R\$ 50.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.01– SECR. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Ação: 1007 – CONSTRUÇÃO DA CASA DO MEL  
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.00 ( Rec. Ordinários) R\$ 50.000,00  
Referência 76 R\$ 50.000,00  
Total Geral da Anulação R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

Maria Madalena Silveira  
Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

#### 92.17 - DEC. HOMOLOGA RESOLUÇÃO CONSELHO MUN. SAÚDE

Publicação Nº 1457290

Decreto nº 092/17 de 12.12.17.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 08/2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 08/2017, de 29 de novembro de 2017, do Conselho Municipal de Saúde que dispõe sobre o Plano Municipal de Saúde, gestão 2018/2021, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme ata do dia 29 de novembro de 2017.

Art. 2º A Resolução nº 01/2017, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 93.17 -DEC. HOMOLOGA PLANO CONSELHO MUN. SAUDE

Publicação Nº 1457291

Decreto nº 093/17 de 12.12.17.  
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e conforme Decreto 91 de 2017 que aprova a Resolução do Conselho Municipal de Saúde e aprovação do Plano Municipal de Saúde 2018 a 2021 e de mais dispositivos legais em vigor, DECRETA.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Plano Municipal de Saúde, gestão 2018/2021, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme ata do dia 29 de novembro de 2017.

Art. 2º O Plano Municipal 2018/2021, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 94.17 - DEC. VALOR TAXAS

Publicação Nº 1457292

Decreto n.º 94/17 de 13.12.17.  
DISPÕE SOBRE OS CUSTOS DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 11 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005 PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Torna público, de acordo com a Lei Complementar nº 11 de 20 de dezembro de 2005 os de custos das taxas de poder de polícia e de prestação de serviços, conforme segue:

TAXA	CUSTO
De Licença de Localização, Funcionamento, Fiscalização, Saúde e Segurança de Atividade Econômica ou Social.	R\$ 240,00

Vigilância Sanitária (CHT)	R\$ 70,00
De Licença para Execução de Obras	R\$ 250,00
Habite-se	R\$ 100,00
Certidão Conclusão Obra	R\$ 150,00
De Licença para Execução de Parcelamento do Solo até 10 lotes	R\$ 410,00
De Licença para Execução de Parcelamento do Solo acima de 10 lotes	R\$ 650,00
De Coleta de Lixo (por coleta)	R\$ 0,60
De Expediente	R\$ 40,00
Serviços Diversos	R\$ 40,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 106/16 de 20 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 13 de dezembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Resp. Sec. Mun. Adm. e Fazenda

### 95.17 - DEC. HORAS MÁQUINAS

Publicação Nº 1457293

Decreto Nº 95/17 de 13.12.17  
REGULAMENTA A COBRANÇA TAXAS DOS VEÍCULOS/MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam fixados os preços de horas e cargas das máquinas da Prefeitura Municipal de Bom Retiro conforme tabela abaixo:

Máquina ou Equipamento	Preço/Hora Máquina
1 - Retroescavadeira	R\$ 75,00
2 - Carregadeira	R\$ 75,00
3 - Patrola	R\$ 75,00
4 - Trator Agrícola	R\$ 55,00
5 - Carga de Terras	R\$ 80,00
6 - Recolher Entulho	R\$ 50,00
7 - Frete Calcário	R\$ 700,00

Art. 2º O Pagamento das referidas taxas deverão ser recolhidas em qualquer Rede Bancaria, para posterior realização do serviço.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 04/2017 de 03 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
em 13 de dezembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

Maria Madalena Silveira  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**EXTRATO CONTRATO 223/224/2017**

Publicação Nº 1458219

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
AVISO DE PUBLICAÇÃO**

Extrato Contrato Nº 223/2017 Ata de Registro de Preços nº 01/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Qualifar Farmácia &amp; Manipulação Ltda. ME.

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Similar: R\$ 6.059,28 (seis mil cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos).

Extrato Contrato Nº 224/2017 Ata de Registro de Preços nº 01/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Alceu Osvaldo Sebold EPP

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Ético: R\$ 7.383,67 (sete mil trezentos e oitenta e três reais e sessenta e sete centavos).

Bom Retiro, 15 de dezembro de 2017.

Vilmar Jose Neckel

Prefeito



# Botuvera

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO OFICIAL PROCESSO SELETIVO 062017

Publicação Nº 1457480

CLASSIFICAÇÃO OFICIAL PROCESSO SELETIVO 06/2017  
ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Nome	Insc.
Vagner Blenski	02

OPERADOR DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA)

Nome	Insc.
Rubens Alan Molinari	01

### DECRETO Nº 2.120-2017 - PROVÁVEL EXCESSO

Publicação Nº 1457483

=====

D E C R E T O Nº 2.120/2017

=====

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017, PROVENIENTES DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.8º inciso I da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 3.476,45 (Três Mil quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito
04-122-005-2.2	Manut. E Funcionamento do Gabinete do Prefeito e Assessoria Geral
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(359)	Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00
3000	-Secretaria de Administração e Finanças
3002	- Divisão de Finanças
04-123-0010-2.8	- Manutenção da Secretaria Geral e Fazenda, Contabilidade, Tesouraria e C.I.
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(372)	Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00
04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-364-050-2.18	Apoio Financeiro a Estudantes do Ensino Superior
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(375)	Recursos Ordinários ..... R\$ 476,45

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 14 de dezembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2.124-2017 - EXCESSO

Publicação Nº 1457484

=====

D E C R E T O Nº 2.124/2017

=====

"Abre Crédito Suplementar Por Excesso de Arrecadação No Exercício De 2017"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.8º inciso I, da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 14.000,00(Quatorze mil reais), conforme abaixo especificado:

4000	Secretaria de Educação
4001	Divisão de Educação
12-361-030-2.16	Manutenção do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.62(434)	Transporte Escolar - Estado ..... R\$ 14.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 14 de dezembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2.121/2017

Publicação Nº 1458648

DECRETO Nº 2.121/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017, PROVENIENTES DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.8º inciso I da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 283.274,82 (Duzentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-025-2.13	Operação e Manutenção de Atividades Diversas do Ensino Fundamental
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(417)	Receita de Impostos e transferências de impostos – Educação ..... R\$ 37.532,00
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.19(418)	FUNDEB – Educação ..... R\$ 6.777,80
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(422)	Receita de Impostos e transferências de impostos – Educação ..... R\$ 4.044,00
12-361-025-2.14	Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(409)	Receita de Impostos e transferências de impostos – Educação ..... R\$ 37.882,20
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(410)	Receita de Impostos e transferências de impostos – Educação ..... R\$ 1.592,00
12-361-030-2.16	Manutenção do Transporte Escolar
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(481)	Receita de Impostos e transferências de impostos – Educação ..... R\$ 26.675,13
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(482)	Receita de Impostos e transferências de impostos – Educação ..... R\$ 1.000,00
12-365-020-2.19	Manutenção e Operação do Ensino Infantil
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.19(397)	FUNDEB – Educação ..... R\$ 51.090,42
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(398)	Receita de Impostos e transferências de impostos – Educação ..... R\$ 24.905,00
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(399)	Receita de Impostos e transferências de impostos – Educação ..... R\$ 1.198,37
5000	Secretaria de Assistência Social e Habitação
5001	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-100-2.27	Manutenção e Operação das Ações, Programas e Projetos do Serviço Social
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(268)	Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(285)	Recursos Ordinários ..... R\$ 18.203,76
14-422-100-2.55	Manutenção Da Casa Da Cidadania
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (267)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 11.810,78
6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-122-130-2.38	Manutenção Do Setor de Projetos e Estudos
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (308)	Recursos Ordinários ..... R\$ 4.002,73
7000	Secretaria de Transportes
7001	Divisão de Transportes
26-782-135-2.65	Manutenção da Secretaria de Transportes
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (491)	Recursos Ordinários ..... R\$ 1.177,65
10000	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10001	Divisão de Cultura
23-695-170-2.48	Manutenção e Funcionamento do Parque Municipal das Grutas
3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(457)	Recursos Ordinários ..... R\$ 10.420,01
10000	-Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10001	- Divisão de Turismo

04-122-170-2.54	- Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(458)	Recursos Ordinários ..... R\$ 480,00
11000	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-122-090-2.28	Manutenção e Funcionamento as Secretaria de Saúde Administração Geral
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(323)	Recursos Ordinários ..... R\$ 1.201,64
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(332)	Recursos Ordinários ..... R\$ 160,00
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(339)	Recursos Ordinários ..... R\$ 3.820,34
10-301-090-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(319)	Receita de Impostos e transferências de impostos – Saúde ..... R\$ 35.708,99

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 14 de dezembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 208 2017 PRORROGA PROCESSO SELETIVO\_04\_2016**

Publicação Nº 1457490

PORTARIA Nº 208/2017

“Prorroga Edital de Processo Seletivo 04/2016.”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

- 1) O Edital de Processo Seletivo 04/2016;
- 2) Que a relação de aprovados ainda não foi esgotada.

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar o Edital de Processo Seletivo 04/2016, conforme disposto no item 11.1 do Edital, por mais 12 meses, a contar de 03/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Mun. De Botuverá, 14 de Dezembro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2017

Publicação Nº 1457949

#### EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Assistel Ltda ME

CNPJ: 73.715.856/0001-17

com Sede na Rua Caetano Ce, 56,

Rio do Sul – SC

Objeto: Contratação de serviço de locação e manutenção de central telefônica com capacidade de 08 linhas telefônicas e 48 ramais instalados no prédio da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, bem como uma linha de telefone no Ponto de Cultura do Serril e uma linha de telefone na Secretaria de Obras e Agricultura deste município

Vigência até 31.12.2017.

Data da assinatura: 14.12.2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

pública municipal, e/ou cessão para outros órgãos da administração pública, entes federados, conveniados, etc.

Vigência até 31.12.2018.

Data da assinatura: 14.12.2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2017 FMS

Publicação Nº 1457754

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2017 FMS

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: UNIDAS VEÍCULOS LTDA

CNPJ n 83.534.396/0001-84

Rodovia BR 470, 6.878, KM 142

Bairro Canta Galo, Rio do Sul, Santa Catarina

Objeto: Aquisição de veículos 0 KM, com capacidade para 7 pessoas, para transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo/SC.

Vigência: 12/12/2017 a 31/12/2017

Valor R\$: 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais)

Data da assinatura: 12/12/2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 07/2017 FMS

Publicação Nº 1457649

#### EXTRATO DE CONTRATO 07/2017 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saude

CNPJ: 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Assistel Ltda ME

CNPJ: 73.715.856/0001-17

com Sede na Rua Caetano Ce, 56,

Rio do Sul – SC

Objeto: Contratação de Serviço de locação e Manutenção de central telefônica Intelbrás 10040 configurada 04 linhas 12 ramais, kit DVR de 8 canais 05 câmeras, central de alarme com 06 sensores, na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Vigência até 31.12.2018.

Data da assinatura: 14.12.2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

### PORTARIA 109 2017

Publicação Nº 1457814

#### PORTARIA Nº 109/2017

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63, e Lei Complementar nº 118/2013 de 05.06.2013...

#### RESOLVE:

Art.1º- Conceder licença para repouso à gestante, a servidora KARINA WOELCKER, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-MER./SERV., do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 13.12.2017.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008..

Braço do Trombudo, em 14 de Dezembro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO CONTRATO 32/2017

Publicação Nº 1458023

#### EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO CONTRATO 32/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Metalbo Industria de Fixadores Metálicos Ltda

CNPJ: 75.483.040/0001-30

Rua Duque de Caxias, 50

Bairro Centro

Braço do Trombudo -SC

Objeto: Locação de um imóvel para fins específicos da administração

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2017 FMAS

Publicação Nº 1445990

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 14/06/2017 Válido até: 14/06/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Arroz parbolizado, pct com 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (1938)	PCT	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Do Vale	0	13,6700	1
2	Farinha de trigo especial Tipo 1, pct de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (1939)	PCT	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Nordeste	0	11,7500	1
3	Açúcar Refinado pct 5 Kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1940)	PCT	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Caravelas	0	15,8400	1
4	Fubá grosso pct 1 Kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1941)	PCT	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Sinha	0	2,6500	1
5	Farinha de mandioca branca pct 1 Kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1942)	PCT	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Santa Rita	0	5,0600	1
6	Feijão preto tipo 1, 1º qualidade, pct 1 kg, embalagem plástica transparente. Sem presença de sujidades, de grãos molhados, carnunchados, torrados. (1943)	PCT	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Cravil	0	5,5500	1
7	Sal refinado pct 1 kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1944)	PCT	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Zizo	0	1,5300	1
8	Macarrão parafuso c/ovos pct 1 kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1945)	PCT	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Ninfa	0	4,6200	1
9	Biscoito doce sabor leite pct 400 gr, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1946)	PCT	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Isabela	0	4,6100	1
10	Óleo de soja refinado 900 ml, embalagem não amassadas, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1947)	UND	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Coamo	0	4,1200	1
11	Café torrado e moído cx com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1948)	PCT	COOP.REG.AGROP-ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA	Cabodo	0	12,0900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 14/06/2017		Válido até: 14/06/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
12	Leite Longa vida integral, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega (1949)	LT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Aurora	0	3,2900	1		
13	Doce de frutas cremoso pote 400 gr, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1950)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Oliveira	0	3,6200	1		
14	Ovos de galinha, grandes, inteiros sem rachaduras e limpos (1951)	DZ	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Centenário	0	6,9600	1		
15	Coxa sobrecoxa de frango embalado com peso aproximado de 3 kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação produto, rótulo contendo a data do abate, peso, fabricante e data de validade. (1952)	KG	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Aurora	0	5,2500	1		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 14/06/2017		Válido até: 14/06/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Fermento biológico seco embalagem com 125 gr, embalado vácuo, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1953)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA (6001)	Fleischmann	0	6,1100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017					Data do Registro: 14/06/2017		Válido até: 14/06/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017  
PROCESSO Nº 1/2017  
(6001) - COOPREG.AGROPALTO VALE DO ITAJAI LTDA

Braço do Trombudo, 14 de Junho de 2017.

## ATA JULGAMENTO PROPOSTAS PREGÃO 38 2017

Publicação Nº 1457340

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>  CNPJ: 96.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2017 - PR</b>
	Processo Administrativo: 50/2017 Processo de Licitação: 50/2017 Data do Processo: 01/12/2017
Folha: 1/6	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 60/2017 (Sequência: 1)**

Ao(s) 14 de Dezembro de 2017, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 50/2017, Licitação nº 38/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Em seguida ao credenciamento das empresas, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura dos envelopes contendo as propostas, sendo as mesmas analisadas e rubricadas pelos membros da comissão e representantes. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR LOTE. Houve lances verbais. O lote 12 foi cancelado devido ao um erro de digitação na descrição do item 113, ocorrendo assim uma inconsistência nas propostas das empresas participantes. Nenhuma empresa manifestou interesse em interpor recurso. Ficando vencedoras as empresas conforme segue:

**LOTE: 1****Participante: 8457 - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Mangueira corrugada 1 polegada	MTS	400,00	CORTUBO	0,0000	0,9491	379,63
2	Mangueira corrugada 3/4	MTS	600,00	CORTUBO	0,0000	0,6168	370,08
3	Mangueira preta 1/2 parede 2.0mm	MTS	600,00	PLASFAN	0,0000	0,7592	455,52
4	Mangueira preta 3/4 parede 2.0mm	MTS	1.100,00	PLASFAN	0,0000	1,0438	1.148,18
5	Mangueira Preta 1 parede 2.00mm	MTS	600,00	PLASFAN	0,0000	1,376	825,60
6	Mangueira Transparente 1/2	MTS	200,00	PLASBON	0,0000	1,6986	339,72
7	Mangueira multiuso trançada	MTS	200,00	PLASFAN	0,0000	3,3213	664,26
8	Tomeira de jardim 1/2	UND	60,00	HERC	0,0000	2,3154	138,92
9	Tomeira de jardim 3/4	UND	60,00	HERC	0,0000	2,3154	138,92
10	Tomeira para Tanque plástica 15 cm 1/2	UND	40,00	HERC	0,0000	2,8469	113,88
11	Tomeira plástica para lavatório 1/2	UND	60,00	HERC	0,0000	7,4967	449,80
12	Tomeira bôia 3/4	UND	20,00	KRONA	0,0000	5,6937	113,87
13	Engate flexível 40cm	UND	40,00	KRONA	0,0000	1,803	72,12
14	Válvula para lavatório plástica	UND	30,00	KRONA	0,0000	1,6132	48,40
15	Fita veda rosca 18x10	UND	60,00	TIGRE	0,0000	1,5183	91,10

**Total do Participante** → 5.350,00

**LOTE: 2****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	AREIA FINA	M3	75,00	AZZA	0,0000	91,1323	6.834,92
17	AREIA MEDIA	M3	75,00	AZZA	0,0000	82,4528	6.183,96
18	Brita n 0	M3	75,00	LZK	0,0000	65,0943	4.882,07
19	Brita n 1	M3	75,00	LZK	0,0000	77,2453	5.793,40
20	Pó brita	M3	75,00	LZK	0,0000	78,9811	5.923,58
21	Predisco	M3	75,00	LZK	0,0000	65,0943	4.882,07

**Total do Participante** → 34.500,00

**LOTE: 3****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
22	Cimento 50 Kg cp2	SC	630,00	VOTORAM	0,0000	24,9206	15.700,00

**Total do Participante** → 15.700,00

**LOTE: 4****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
23	Argamassa ac1 20Kg	SC	170,00	CERTA	0,0000	6,2761	1.066,94
24	Argamassa ac2 20Kg	SC	120,00	CERTA	0,0000	12,5523	1.506,28
25	Argamassa ac3 20Kg	SC	100,00	CERTA	0,0000	21,7573	2.175,73

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>				<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2017 - PR</b>	
CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC				Processo Administrativo: 50/2017 Processo de Licitação: 50/2017 Data do Processo: 01/12/2017	Folha: 2/6

**LOTE: 4****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
26	Rejunte cores diversas 1kg	UND	120,00	CERTA	0,0000	2,0921	251,05

**Total do Participante —→ 5.000,00****LOTE: 5****Participante: 8457 - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
27	Tijolos 6 furos 9X14X24	UND	10.000,00	ORSI	0,0000	0,4817	4.817,05
28	Telhas germânicas	UND	4.000,00	TAIÓ	0,0000	2,3507	9.402,80
29	Goivas	UND	500,00	TAIÓ	0,0000	4,3353	2.167,65
30	Tijolo maciço	UND	5.000,00	EWALD	0,0000	0,7225	3.612,50

**Total do Participante —→ 20.000,00****LOTE: 6****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
31	Telhas de fibrocimento 122X4mm	UND	400,00	EMBRALIT	0,0000	5,8649	2.345,96
32	Telhas de fibrocimento 1,53X4mm	UND	400,00	EMBRALIT	0,0000	7,5405	3.016,20
33	Telhas de fibrocimento 1,83X4mm	UND	300,00	EMBRALIT	0,0000	8,3784	2.513,52
34	Telhas de fibrocimento 2,44X4mm	UND	400,00	EMBRALIT	0,0000	11,3108	4.524,32

**Total do Participante —→ 12.400,00****LOTE: 7****Participante: 8457 - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
35	Madeira de pinus para caixaria	M3	10,00	MUGGE	0,0000	668,461	6.684,61
36	Lona Preta.	MT	200,00	LONAZ	0,0000	2,7622	552,44
37	Madeira Eucalipto Prancha 6x4m	M3	10,00	MUGGE	0,0000	1.104,8997	11.049,00
38	Caiçalo 6x12x3000 mm	PCS	500,00	MUGGE	0,0000	11,8777	5.938,85
39	Sarrafo de telha 3x6x3000 mm	PCS	1.000,00	MUGGE	0,0000	3,7751	3.775,10

**Total do Participante —→ 28.000,00****LOTE: 8****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
40	ARAME RECOZIDO Nº18	KG	55,00	GERDAU	0,0000	8,3429	458,86
41	Barra de ferro	UND	310,00	GERDAU	0,0000	4,4692	1.385,45
42	Barra de ferro 1/4	UND	320,00	GERDAU	0,0000	13,9043	4.449,38
43	Barra de ferro 5/16	UND	320,00	GERDAU	0,0000	22,0482	7.055,42
44	Barra de ferro 3/8	UND	320,00	GERDAU	0,0000	32,7744	10.487,81
45	Barra de ferro 1/2	UND	320,00	GERDAU	0,0000	48,665	15.572,80
46	Treliça 6x6	PC	100,00	GERDAU	0,0000	18,8701	1.887,01
47	Treliça 6x8	PC	100,00	GERDAU	0,0000	28,8017	2.880,17
48	Treliça 6x12	PC	100,00	GERDAU	0,0000	36,747	3.674,70
49	Malha pop 3,4	PC	200,00	GERDAU	0,0000	28,8017	5.760,34
50	Malha pop 2.45x6m ferro 4.2	PC	100,00	GERDAU	0,0000	119,1796	11.917,96
51	Malha pop 2.45x6m ferro 5mm	PC	100,00	GERDAU	0,0000	188,701	18.870,10

**Total do Participante —→ 84.400,00****LOTE: 9****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
52	Broca de aço rápido 4mm	UND	22,00	DISMA	0,0000	5,0809	111,78
53	Broca de aço rápido 6mm	UND	22,00	DISMA	0,0000	5,5416	121,92
54	Broca de aço rápido 8mm	UND	22,00	DISMA	0,0000	7,3888	162,55
55	Broca aço rápido 10mm	UND	22,00	DISMA	0,0000	12,9304	284,47
56	Broca Vedeia 5mm	UND	12,00	DISMA	0,0000	6,2805	75,37
57	Broca de videia 8mm	UND	12,00	DISMA	0,0000	11,0832	133,00
58	Broca de videia 10mm	UND	12,00	DISMA	0,0000	12,9304	155,16
59	Cadeado 30mm	UND	22,00	SOPRANO	0,0000	13,854	304,79
60	Cadeado 40mm	UND	22,00	SOPRANO	0,0000	18,4721	406,39
61	Cadeado 50mm	UND	12,00	SOPRANO	0,0000	24,0137	288,16

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>  CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC				<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2017 - PR</b>	
				Processo Administrativo: 50/2017 Processo de Licitação: 50/2017 Data do Processo: 01/12/2017	
					Folha: 3/6

**LOTE: 9****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
62	Abraçadeira de pressão 1/2	PC	105,00	INCA	0,0000	1,2007	126,07
63	Abraçadeira de pressão 1	UND	105,00	INCA	0,0000	1,8472	193,96
64	Abraçadeira com chaveta 1 polegada	UND	105,00	INCA	0,0000	1,1083	116,37
65	Cilindro para fechadura	UND	35,00	SOPRANO	0,0000	20,7811	727,34
66	Fechadura Metálica externa	UND	40,00	SOPRANO	0,0000	36,0205	1.440,82
67	Dobradiça zincada 3 polegadas	UND	60,00	SOPRANO	0,0000	1,8472	110,83
68	Dobradiça zincada 2 polegadas	UND	60,00	SOPRANO	0,0000	1,6625	99,75
69	Prego 10x10 - pct 1kg	KG	35,00	TX	0,0000	12,9304	452,56
70	Prego 12x12 - pct 1kg	KG	35,00	TX	0,0000	11,0832	387,91
71	Prego 17x27 - pct 1kg	KG	55,00	TX	0,0000	8,3124	457,18
72	Prego 18x30	KG	55,00	TX	0,0000	8,3124	457,18
73	Prego 22x48	KG	35,00	TX	0,0000	8,2201	287,70
74	Prego 25x72	KG	45,00	TX	0,0000	11,0832	498,74

Total do Participante → 7.400,00

**LOTE: 10****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
75	Tubo de concreto 15 cm	UND	35,00	FRONZA	0,0000	19,0397	666,39
76	Tubo de concreto 20cm	UND	35,00	FRONZA	0,0000	22,4986	787,45
77	Tubo de concreto 30 cm	UND	35,00	FRONZA	0,0000	28,556	999,46
78	Bloco de concreto	UND	2.600,00	FRONZA	0,0000	1,6441	4.274,66
79	Bloco calha de concreto	UND	700,00	FRONZA	0,0000	1,8172	1.272,04

Total do Participante → 8.000,00

**LOTE: 11****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
80	Joelho de esgoto 40mm	PC	60,00	PLASTILIT	0,0000	0,7812	46,87
81	Joelho de esgoto 50mm	PC	60,00	PLASTILIT	0,0000	1,3024	78,14
82	Joelho esgoto 75mm	PC	60,00	PLASTILIT	0,0000	2,3443	140,66
83	Joelho esgoto 100mm	PC	110,00	PLASTILIT	0,0000	2,6048	286,53
84	Tee esgoto 40mm	PC	40,00	PLASTILIT	0,0000	1,3024	52,10
85	Tee esgoto 50mm	PC	40,00	PLASTILIT	0,0000	3,2125	128,50
86	Tee esgoto 75mm	PC	40,00	PLASTILIT	0,0000	6,4251	257,00
87	Tee esgoto 100mm	PC	40,00	PLASTILIT	0,0000	7,8143	312,57
88	Caixa sifonada 100x100x50	UND	20,00	PLASTILIT	0,0000	6,0778	121,56
89	Caixa de gordura com cesto	UND	4,00	PLASTILIT	0,0000	94,64	378,56
90	Dobradiça zincada 3	UND	30,00	SOPRANO	0,0000	1,7365	52,10
91	Cap de esgoto 100mm	UND	30,00	PLASTILIT	0,0000	3,0389	91,17
92	Cap de esgoto 75mm	UND	30,00	PLASTILIT	0,0000	3,0389	91,17
93	Cap de esgoto 50mm	UND	30,00	PLASTILIT	0,0000	2,1706	65,12
94	Cap esgoto 40mm	UND	30,00	PLASTILIT	0,0000	1,3024	39,07
95	Curva de esgoto 100mm	UND	20,00	PLASTILIT	0,0000	8,5089	170,18
96	Curva de esgoto 75mm	UND	20,00	PLASTILIT	0,0000	6,9461	138,92
97	Luva de esgoto 100mm	UND	60,00	PLASTILIT	0,0000	2,8652	171,91
98	Luva de esgoto 75mm	UND	40,00	PLASTILIT	0,0000	2,5179	100,72
99	Luva de esgoto 50mm	UND	40,00	PLASTILIT	0,0000	1,476	59,04
100	Luva de esgoto 40mm	UND	60,00	PLASTILIT	0,0000	0,7814	46,88
101	Redução esgoto 50x40	UND	60,00	PLASTILIT	0,0000	0,9551	57,31
102	Tubo esgoto 150mm	UND	20,00	PLASTILIT	0,0000	99,8495	1.996,99
103	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm	UND	90,00	PLASTILIT	0,0000	38,2033	3.438,30
104	Tubo esgoto 75mm	UND	60,00	PLASTILIT	0,0000	38,2033	2.292,20
105	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm	UND	60,00	PLASTILIT	0,0000	28,6525	1.719,15
106	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm	UND	60,00	PLASTILIT	0,0000	16,4969	989,81
107	Sifão para esgoto 75cm	UND	30,00	DURIN	0,0000	4,3413	130,24
108	CAIXA DE DESCARGA	UND	25,00	CIPLA	0,0000	23,4429	586,07
109	Assento sanitário simples	UND	15,00	DURIN	0,0000	18,0597	270,90
110	Assento sanitário almofadado	UND	15,00	DURIN	0,0000	46,0176	690,26

Total do Participante → 15.000,00

**LOTE: 13****Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
114	Cesto de lixo 50 litros pvc com tampa	UND	16,00	CIPLA	0,0000	30,29	484,64



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 95.952.230/0001-67  
 PRACA DA INDEPENDENCIA,25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 38/2017 - PR**

Processo Administrativo: 50/2017  
 Processo de Licitação: 50/2017  
 Data do Processo: 01/12/2017

Folha: 4/6

**LOTE: 13**

**Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
115	Balde plástico para concreto 10 litros	UND	20,00	CIPLA	0,0000	5,5071	110,14
116	Caminho de mão caçamba de pvc	UND	4,00	MAESTRO	0,0000	123,9107	495,64
117	Caçamba de pvc para caminho de mão	UND	4,00	MAESTRO	0,0000	24,7821	99,13
118	Alicate universal	UND	12,00	MTX	0,0000	26,6179	319,41
119	Alicate de bico	UND	12,00	MTX	0,0000	25,70	308,40
120	Alicate de corte	UND	12,00	MTX	0,0000	25,70	308,40
121	Alicate arrebitador	UND	5,00	MTX	0,0000	22,9464	114,73
122	Chave de fenda 1/4x5	UND	22,00	DISMA	0,0000	6,6086	145,39
123	Broxa nº 1	UND	12,00	DISMA	0,0000	4,8646	58,38
124	Broxa nº2	UND	12,00	DISMA	0,0000	5,0482	60,58
125	Aplicador de silicone	UND	7,00	DISMA	0,0000	16,5214	115,65
126	Serrinha de cortar ferro	UND	55,00	DISMA	0,0000	4,1304	227,17
127	Cabo de enxada	UND	25,00	MUGUE	0,0000	5,9661	149,15
128	Cabo para pá de juntar	UND	25,00	MUGUE	0,0000	5,7825	144,56
129	Colher de pedreiro nº9	UND	10,00	DISMA	0,0000	13,7679	137,68
130	Despenadeira plástica c/ espuma	UND	10,00	MONFORT	0,0000	13,7679	137,68
131	Disco diamantado para corte seco	UND	22,00	BOSCH	0,0000	25,70	565,40
132	Enxada 19 cm com cabo	UND	12,00	PANDOLFO	0,0000	23,8643	286,37
133	Enxada com cabo	UND	7,00	PANDOLFO	0,0000	34,8786	244,15
134	Lápis de carpinteiro	UND	100,00	FABER CASTEL	0,0000	1,3768	137,68
135	Lima chata nº 8	UND	5,00	DISMA	0,0000	11,0143	55,07
136	Martelo 25mm	UND	12,00	DISMA	0,0000	21,1107	253,33
137	Pá de juntar com cabo	UND	12,00	PANDOLFO	0,0000	22,0286	264,34
138	Pá de cavar com cabo	UND	12,00	PANDOLFO	0,0000	22,0286	264,34
139	Serrote profissional nº20	UND	7,00	CAVALITO	0,0000	25,70	179,90
140	Trena emborrachada 8 metros	UND	12,00	DISMA	0,0000	20,1929	242,31
141	Trena emborrachada 5 metros	UND	12,00	DISMA	0,0000	12,85	154,20
142	Trena emborrachada 3 metros	UND	12,00	DISMA	0,0000	7,8018	93,62
143	Linha de nylon nº100	UND	15,00	DISMA	0,0000	7,3429	110,14
144	Trena 30 metros	UND	3,00	DISMA	0,0000	24,7821	74,35
145	Luva látex	UND	30,00	DISMA	0,0000	5,5071	165,21
146	Prumo 500gr	UND	6,00	MONFORT	0,0000	14,6857	88,11
147	Escova de aço com cabo	UND	12,00	DISMA	0,0000	7,3429	88,11
148	Disco para serra circular 36 dentes	UND	10,00	DISMA	0,0000	39,4678	394,68
149	Nível de alumínio 20 polegadas	UND	6,00	DISMA	0,0000	16,5214	99,13
150	Espátula 06cm	UND	10,00	DISMA	0,0000	4,8646	48,65
151	Mareta 500grs	UND	7,00	MONFORT	0,0000	17,4393	122,08
152	Mareta 1 Kg	UND	7,00	MONFORT	0,0000	22,0286	154,20
153	Mareta 3 Kg	UND	7,00	MONFORT	0,0000	67,0036	469,03
154	Escada de madeira 7 degraus	UND	4,00	SANTA CATARINA	0,0000	137,6785	550,71
155	Escada de ferro 5 degraus	UND	4,00	MAESTRO	0,0000	94,5393	378,16

Total do Participante —→ 8.900,00

**LOTE: 14**

**Participante: 8457 - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
156	SUBSTITUTO DE CAL	LT	35,00	QUEVEKS	0,0000	4,4117	154,41
157	Cal de pintura - saco 5 kg	SC	25,00	EB	0,0000	7,4724	186,81
158	Massa epoxi 100gr	UND	25,00	HENKEL	0,0000	6,212	155,30
159	Espuma expansiva 400gr	UND	40,00	TITAN	0,0000	18,8161	752,64
160	Impermeabilizante para reboco 1 litro	UND	30,00	QUEVEKS	0,0000	12,5141	375,42
161	Impermeabilizante para concreto 1 litro	UND	30,00	QUEVEKS	0,0000	12,5141	375,42

Total do Participante —→ 2.000,00

**LOTE: 15**

**Participante: 9609 - PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
162	Fita crepe 50x50	UND	25,00	ADELBRAS	0,0000	6,212	155,30
163	Rolo de lâ 5cm c/ cabo	UND	25,00	ARCOIRES	0,0000	3,5046	87,62
164	Rolo de lâ 9cm c/ cabo	UND	25,00	ARCOIRES	0,0000	6,0527	151,32
165	Rolo de lâ 15cm c/ cabo	UND	25,00	ARCOIRES	0,0000	9,1995	229,99
166	Rolo de lâ natural 23cm s/ cabo	UND	25,00	ARCOIRES	0,0000	22,9329	573,32
167	Rolo de espuma 23cm s/ cabo	UND	25,00	ARCOIRES	0,0000	6,8412	171,03
168	Cabo para rolo 23cm	UND	25,00	ARCOIRES	0,0000	4,9137	122,84
169	Trincha cerdas médias 1 polegada	UND	25,00	ARCOIRES	0,0000	3,0738	76,85
170	Trincha cerdas médias 2 polegadas	UND	25,00	ARCOIRES	0,0000	4,9502	123,76

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 95.952.230/0001-67  
 PRACA DA INDEPENDENCIA,25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 38/2017 - PR**

Processo Administrativo: 50/2017  
 Processo de Licitação: 50/2017  
 Data do Processo: 01/12/2017

Folha: 5/6

**LOTE: 15**

**Participante: 9609 - PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
171	Trincha cerdas médias 3 polegadas	UND	25,00	ARCOIRES	0,0000	8,2138	205,35
172	Trincha cerdas médias 4 polegadas	UND	25,00	ARCOIRES	0,0000	9,0096	225,24
173	Silicone 280gr	UND	30,00	JUNTAFIX	0,0000	8,9074	267,22
174	Solvente (1 litro)	UND	60,00	EUCATEX	0,0000	6,9945	419,67
175	Thiner 1 litro	UND	60,00	EUCATEX	0,0000	9,4258	565,55
176	Tinta esmalte 3,6 cores	UND	75,00	CIACOLOR	0,0000	52,6048	3.945,36
177	Tinta esmalte 1 Kg cores	UND	75,00	CIACOLOR	0,0000	15,6683	1.175,12
178	Fundo a óleo 3,6	UND	45,00	CIACOLOR	0,0000	48,2168	2.169,76
179	Tinta acrílica 3,6 cores premium semi-brilho	UND	75,00	CIACOLOR	0,0000	64,2502	4.818,77
180	Registro de pressão soldável 25 mm	UND	60,00	CRONA	0,0000	8,6154	516,92
181	Tinta acrílica 18 cores semi brilho premium	UND	45,00	CIACOLOR	0,0000	265,0173	11.925,78
182	Selador acrílico - 18 lt	UND	30,00	CIACOLOR	0,0000	61,9941	1.859,82
183	Selador acrílico - 3,6 lt	UND	60,00	CIACOLOR	0,0000	18,8443	1.130,66
184	Verniz filtro solar 3,6	UND	30,00	CIACOLOR	0,0000	62,3592	1.870,78
185	Osmocolor transparente 3,6	UND	40,00	EUCATEX	0,0000	82,8681	3.314,72
186	Osmocolor cores	UND	20,00	EUCATEX	0,0000	121,1992	2.423,98
187	Tinta spray Cores 250 gr	UND	180,00	EUCATEX	0,0000	10,2946	1.853,03
188	Tinta spray metálico cores	UND	100,00	EUCATEX	0,0000	16,2086	1.620,86
189	Tinta para piso 18 litros	UND	20,00	CIACOLOR	0,0000	166,24	3.324,80
190	Resina acrílica 18 litros	UND	20,00	EUCATEX	0,0000	221,5608	4.431,22
191	MASSA ACRILICA	GL	30,00	CIACOLOR	0,0000	29,9347	898,04
192	Corante para tinta cores	UND	80,00	XADRES	0,0000	3,0665	245,32

**Total do Participante ———> 50.900,00**

**LOTE: 16**

**Participante: 8457 - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
193	Registro pvc soldável 20	UND	60,00	KRONA	0,0000	4,6263	277,58
194	Registro pvc soldável 25	UND	60,00	KRONA	0,0000	5,4595	327,57
195	Registro pvc soldável 50	UND	60,00	KRONA	0,0000	11,3354	680,12
196	Cap soldável 20mm	UND	20,00	KRONA	0,0000	0,4164	8,33
197	Cap soldável 25mm	UND	30,00	KRONA	0,0000	0,4164	12,49
198	Luva soldável 20mm	UND	60,00	KRONA	0,0000	0,2776	16,66
199	Luva soldável 25mm	UND	110,00	KRONA	0,0000	0,3239	35,63
200	Luva soldável 40mm.	UND	60,00	KRONA	0,0000	1,5268	91,61
201	Luva soldável 50mm	UND	60,00	KRONA	0,0000	1,8507	111,04
202	Curva soldável 50mm	UND	20,00	KRONA	0,0000	6,4774	129,55
203	Curva soldável 25mm	UND	20,00	KRONA	0,0000	1,5268	30,54
204	Joelho RI 20x1/2	UND	25,00	KRONA	0,0000	2,082	52,05
205	Joelho RL 25x1/2	UND	60,00	KRONA	0,0000	2,082	124,92
206	Joelho soldável 20mm	UND	30,00	KRONA	0,0000	0,2313	6,94
207	JOELHO SOLDÁVEL 25MM	PC	30,00	KRONA	0,0000	0,2776	8,33
208	Joelho soldável 40mm	UND	60,00	KRONA	0,0000	2,082	124,92
209	Joelho soldável 50mm	UND	40,00	KRONA	0,0000	1,9432	77,73
210	Joelho Soldável 85 mm	UND	40,00	KRONA	0,0000	32,5256	1.301,02
211	Joelho soldável 85mm 45 graus	UND	35,00	KRONA	0,0000	52,2816	1.829,86
212	Tee soldável 20mm	UND	60,00	KRONA	0,0000	0,4164	24,98
213	Tee soldável 25mm	UND	90,00	KRONA	0,0000	0,4164	37,48
214	Tubo soldável 20mm	UND	50,00	KRONA	0,0000	9,9937	499,69
215	Tubo soldável 50mm	UND	50,00	KRONA	0,0000	45,7117	2.285,59
216	FLANGE PVC 85MM	UND	20,00	KRONA	0,0000	87,9071	1.758,14
217	FLANGE 50MM	UND	30,00	KRONA	0,0000	9,8086	294,26
218	Flange pvc 60mm	UND	25,00	KRONA	0,0000	16,6561	416,40
219	FLANGE 32MM	UND	60,00	KRONA	0,0000	9,2534	555,20
220	FLANGE 25 MM	UND	35,00	KRONA	0,0000	5,1819	181,37

**Total do Participante ———> 11.300,00**

**LOTE: 17**

**Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
221	Flange Sold 60 mm.	UND	11,00	PLASTILIT	0,0000	23,4209	257,63
222	Flange Sold 85 mm.	UND	11,00	PLASTILIT	0,0000	75,6975	832,67
223	Registro Esfera Sold 60 mm	UND	11,00	PLASTILIT	0,0000	28,4979	313,48
224	Registro Esfera Sold 85 mm.	UND	11,00	CHIVAS	0,0000	160,3005	1.763,31
225	Curva Sold 90° 85 mm.	UND	20,00	CHIVAS	0,0000	36,5129	730,26
226	Curva soldável 45° 85mm	UND	20,00	MULTILIT	0,0000	56,1052	1.122,10
227	Curva Sold 50 mm.	UND	20,00	PLASTILIT	0,0000	6,323	126,46

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 95.952.230/0001-67  
 PRACA DA INDEPENDENCIA,25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 38/2017 - PR**

Processo Administrativo: 50/2017  
 Processo de Licitação: 50/2017  
 Data do Processo: 01/12/2017

Folha: 6/6

**LOTE: 17**

**Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
228	Tubo PBA 85mm	UND	40,00	MULTILIT	0,0000	97,9614	3.918,46
229	Tubo PBA 110mm	UND	60,00	MULTILIT	0,0000	138,9271	8.335,63

**Total do Participante ----->** 17.400,00

**LOTE: 18**

**Participante: 8293 - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
230	Serra marmore 220 voltz 1450 watz	UND	1,00	SKIL	0,0000	390,2439	390,24
231	Furadeira de impacto 220 Voltz 800 Watz	UND	1,00	SKIL	0,0000	731,7073	731,71
232	Serra Circular 220 voltz 2000 watz 9" polegadas	UND	1,00	SKIL	0,0000	1.170,7317	1.170,73
233	Roçadeira Costal 50 Cilindradas	UND	2,00	GARTHEM	0,0000	1.853,6585	3.707,32

**Total do Participante ----->** 6.000,00

**Total Geral ----->** 332.250,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 14 de Dezembro de 2017

**COMISSÃO:**

Alair Franz Hein - ..... - Pregoeiro(a)  
 Jean Carlos Correa da Costa Sharf - ..... - membro  
 Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - ..... - membro

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

ERALDO SALVADOR - ..... - REP. PERFORMACE COMERCIO E SER  
 ADRIANA LUIZ HELLMANN - ..... - REP. GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRIC  
 ELLEN CARLA VETTER WEISS - ..... - REP. WEISS COMÉRCIO DE MATERIA

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8070 -2017

Publicação Nº 1458365

DECRETO Nº. 8.070, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 1.138.300,00 (um milhão, cento e trinta e oito mil e trezentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação  
 09.001 Secretaria Municipal de Educação  
 0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação  
 VALOR R\$ 20.000,00  
 0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
 0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação  
 VALOR R\$ 389.000,00  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.36.00 Salário Educação  
 VALOR R\$ 68.000,00  
 3.3.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes  
 0.1.36.00 Salário Educação  
 VALOR R\$ 20.000,00  
 0012.0361.0025.2019 Manutenção do Transporte Escolar  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
 0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação  
 VALOR R\$ 489.000,00  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.36.00 Salário Educação  
 VALOR R\$ 67.300,00  
 0012.0365.0020.1005 Construção, Ampliação e Reformas Escolas Ensino Infantil  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
 0.1.36.00 Salário Educação  
 VALOR R\$ 38.200,00  
 0012.0361.0025.1013 Construção Ampliação e Reformas Escolas Ensino Fundamental  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
 0.1.36.00 Salário Educação  
 VALOR R\$ 46.800,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação  
 09.001 Secretaria Municipal de Educação  
 0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação  
 3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/Fins Lucrativos – Outras

Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação  
 VALOR R\$ 20.000,00

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.36.00	Salário Educação
Valor Orçado	4.975.000,00
Valor arrecadado até a data de 13/12/2017.	5.361.979,27
Excesso de arrecadação até a data de 13/12/2017.	386.979,27
Valor a Utilizar	386.979,27

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.01.00	Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
Valor Orçado	26.193.575,34
Valor arrecadado até a data de 13/12/2017.	32.270.864,18
Excesso de arrecadação até a data de 13/12/2017.	6.077.288,84
Valor Utilizado Decreto nº 8062/2017	3.105.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8067/2017	95.000,00
Valor a Utilizar	2.877.288,84

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de dezembro de 2017

JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW

Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**EDITAL Nº 014-2017 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

Publicação Nº 1458366

## Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 014/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento de Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09, 218/2013 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de Médico Especialista em Ortopedia, Médico Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, Médico Especialista em Pediatria, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

**1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.
- 1.2- Os cargos, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 5 deste edital.
- 1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado; atendimento ao público.
- 1.4- O critério de seleção do presente Processo Seletivo consistirá de comprovação de tempo de serviço no cargo e avaliação de títulos.
- 1.5- O prazo de validade do presente processo seletivo é de 01 (um) ano, contado a partir da data de homologação do resultado final, prorrogável uma única vez por igual período, a critério do Poder Executivo.
- 1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos, e em caráter emergencial.
- 1.7- O candidato poderá se inscrever somente a 1(uma) vaga.

**2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO**

Cargo	Requisitos
Médico especialista em Ortopedia	Formação em nível de graduação em medicina; Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional; Comprovante de residência médica, com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina.
Médico especialista em Ginecologia e obstetrícia	Formação em nível de graduação em medicina; Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional; Comprovante de residência médica, com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina.
Médico especialista em Pediatria	Formação em nível de graduação em medicina; Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional; Comprovante de residência médica, com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina.

**3- DO PERÍODO, HORÁRIO, LOCAL DE ENTREGA E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO**

- 3.1- O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo e no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.
- 3.2- As inscrições serão realizadas junto a Secretaria de Saúde, setor de Recursos Humanos localizado na Rua Germano Schaefer, 3º andar, na praça da cidadania, Centro, Brusque-SC, no período de 15 a 26 de janeiro de 2018, de segunda a sexta-feira, no seguinte horário: das 08h às 11h e das 13h às 16h
- 3.3- O candidato inscrito deverá apresentar, uma cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:
  - a) Ficha de inscrição;
  - b) Certidão/atestado de tempo de serviço (em papel timbrado) devidamente assinada pelo responsável pela emissão do documento (considerado até 31/12/2017), ou cópia dos contratos registrados na CTPS em atividades no cargo;
  - c) Diploma ou Certificado de curso superior em medicina;
  - d) Diploma ou Certificado de curso de pós-graduação/especialização na área que pretende atuar, acrescido do registro no órgão fiscalizador.
  - e) Diploma ou Certificado de Residência Médica na área que pretende atuar
- 3.4- Não será aceito documentos posteriores a validação da inscrição.
- 3.5- Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.
- 3.6- Não será aceito inscrição via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito inscrição fora da data especificada no item 3.2; todavia, será admitida a inscrição por intermédio de procurador, munido com procuração pública com poderes específicos para esse ato.
- 3.7- Será indeferida a inscrição incompleta, que contiver dados falsos ou incorretos, ou que não atender de qualquer maneira as regras deste edital.

**4- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA**

- 4.1- Ter Formação exigida para o cargo na qual se inscreveu e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional para os cargos que exijam;
- 4.2 - A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- 4.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 4.4 - Apresentar comprovante de quitação eleitoral;
- 4.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- 4.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;



4.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;

4.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal;

#### 5 - DO CARGO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Médico especialista em Ortopedia	1+ C.R*	20 horas semanais	R\$ 7.488,08
Médico especialista em Ginecologia e Obstetria	1+ C.R*	20 horas semanais	R\$ 7.488,08
Médico especialista em Pediatria	1+ C.R*	20 horas semanais	R\$ 7.488,08

\*CADASTRO DE RESERVA.

#### 6- DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

##### 6.1- Médico Especialista Responsabilidades e atribuições

- Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade;
- Requisitar exames complementares de acordo com os protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Analisar interpretar resultados de exames de Raio-X, Biométrico, Hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais para conformar o diagnóstico;
- Prescrever medicamentos, respeitando a política municipal de Assistência FARMACÊUTICA, indicando dosagem e respectiva via de administração;
- Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença;
- Emitir atestados de saúde e aptidão física e mental, do óbito, para atender determinações legais;
- Atender emergências, cirurgias e traumatológicas;
- Participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo;
- Disponibilizar todos procedimentos de sua área de especialização aos usuários do SUS;
- Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação superior.

#### 7- A CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

7.1- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de pontuação final, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

a) Tempo de serviço:

	PONTOS
Por mês de serviço trabalhado considerado até 31/12/2017, na função de médico especialista.	1,0
Por mês de serviço - durante o período de residência médica na especialidade para qual se inscreveu	0,5

b) Habilitação, na área que pretende atuar:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Diploma de Conclusão de Pós-Graduação/ Especialização	10
Diploma de Conclusão de Mestrado	15
Diploma de Conclusão de Doutorado	20

7.2- Para cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

PF = PMH + PTS Na qual:

PF = Pontuação Final;

PMH = Pontuação da Maior Habilitação;

PTS = Pontuação do Tempo de Serviço.

7.3- Estará classificado o candidato que obter, no mínimo, 10 (dez) pontos.

#### 8- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

8.2- Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios de desempate:

- Especialização e qualificação na área;
- Maior tempo de serviço correlacionado ao cargo;
- Na persistência do empate o critério a ser utilizado será o candidato mais idoso.

#### 9 - DA LISTA DE INSCRIÇÃO

9.1- A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 30 de janeiro de 2018, em ordem alfabética sem classificação, no Site da Prefeitura Municipal de Brusque([www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)), bem como afixada no mural da Prefeitura.

#### 10 - DO RECURSO DA LISTA DE INSCRIÇÃO

10.1- O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado na Secretaria de Saúde, setor de Recursos Humanos localizado na Rua Germano Schaefer, 3º andar, na praça da cidadania, Centro, Brusque-SC no dia 31 de janeiro de 2018 no seguinte horário: das 08h às 11h e das 13h às 16h.

10.2- A lista dos candidatos pós recurso será divulgada em 02 de fevereiro de 2018, em ordem alfabética sem classificação, no Site da Prefeitura Municipal de Brusque([www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)), bem como afixada no mural da Prefeitura.

#### 11- DO RESULTADO PRELIMINAR

11.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 07 de fevereiro 2018, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br), bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

#### 12- DO RECURSO

12.1- A contar da data da divulgação do resultado preliminar (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados na Secretaria de Saúde, setor de Recursos Humanos localizado na Rua Germano Schaefer, 3º andar, na praça da cidadania, Centro, Brusque-SC no dia 08 de fevereiro de 2018 no seguinte horário: das 08h às 11h e das 13h às 16h.

12.2- Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora da data especificada no item 11.1; todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido com procuração pública com poderes específicos para esse ato.

12.3- Caso não haja manifestação da parte interessada, o resultado provisório será considerado como resultado final.

#### 13- DO RESULTADO FINAL

13.1- O resultado final será publicado no dia 16 de fevereiro de 2018, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br), bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

13.2- Contra o Resultado final não caberá mais recurso.

#### 14- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

14.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no setor de Recursos Humanos através da Secretaria Municipal de Saúde na data e horários fixados por este departamento, CÓPIA dos seguintes documentos:

- a) CTPS (folhas da identificação);
- b) PIS;
- c) CPF;
- d) Carteira de Identidade;
- e) Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência (fatura de água ou energia elétrica, contrato de locação ou declaração com firma reconhecida no cartório);
- g) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- h) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- i) Comprovação relativa a quitação militar (exceto acima de 46 anos);
- j) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br));
- k) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- l) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
- m) Declaração de bens (anexo III deste Edital);
- n) Diploma ou Certificado Escolar;
- o) Foto 3X4;
- p) Registro no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina;
- q) CPF de todos os dependentes (filhos e cônjuge).

14.2- Os candidatos classificados que irão ser contratados por esta municipalidade, serão contatados via telefone ou e-mail, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional.

14.3- Serão feitas três tentativas em dias e horários alternados, e será encaminhado e-mail de convocação ao candidato na qual deverá ser respondido em até três dias úteis, não havendo retorno, será considerado como não interesse na vaga.

#### 15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1- Será automaticamente eliminado do certame e cancelada sua inscrição o candidato que obteve rescisão de contrato por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque;

15.2- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

15.3- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição

cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

15.4- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

15.5- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

15.6- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

15.7- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

15.8- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

15.9- É de inteira responsabilidade do candidato, manter atualizado o seu contato telefônico, enquanto estiver participando do processo Seletivo, por meio de requerimento.

15.10- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 14 de dezembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

Anexo I

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Assinatura do Candidato.

Anexo II

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, e inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Assinatura do Candidato.

Anexo III

#### DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:																																
Casa, apartamento ou terreno																																
Endereço					Data da aquisição					Valor de aquisição					Valor de venda atual																	
Veículo																																
Tipo					Ano					Data da aquisição					Valor de aquisição					Valor de venda atual												

Outros																									

Fontes de renda


NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura

Anexo IV

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

CARGO MÉDICO ESPECIALISTA - ( ) ORTOPEDIA ( ) GINECOLOGIA ( ) PEDIATRIA

Nome Completo do Candidato \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Fone \_\_\_\_\_

Celular \_\_\_\_\_ fone contato \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Grau de Escolaridade \_\_\_\_\_

(RG) \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

E-MAIL (Obrigatório) \_\_\_\_\_

Ass. do candidato Ass. Fiscal

**EXTRATO MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001-2017 (SMS)**

Publicação Nº 1458367

EXTRATO MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2017 (SMS)

EXTRATO MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2017/SMS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS E A CHARLOTTE ASSOCIAÇÃO DE ATIVIDADES PSICOFÍSICAS, EM 14/12/2017.

OBJETO: COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO COM A MANUTENÇÃO DA ENTIDADE, REPARO NA ESTRUTURA DO PRÉDIO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, VISANDO À MELHORIA DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS, DEVENDO RELACIONAR MENSALMENTE AS SUBSTITUIÇÕES QUE PORVENTURA TENHA FEITO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA COLABORAÇÃO.

Valor Global: R\$ 16.000,00 - Fundamento Legal: Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014.

Origem: Dispensa de Chamamento Público nº 003/2017/FMS -Processo Administrativo nº 003/2017/FMAS, Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo.

Vigência: de 14/12/2017 a 31/03/2018.

Pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, Humberto Martins Fornari, Secretário Municipal de Saúde. Pela Escola Charlotte, Susana Erthal Fisher, Presidente.

Data: 14 de dezembro de 2017.



# Caçador

## PREFEITURA

### ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOTP11/2017

Publicação Nº 1458293

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
AV. SANTA CATARINA, 195  
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

#### ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

##### Tomada de PreçoTP11/2017

Reuniram-se no dia 14/12/2017 às 13:30, na Prefeitura Municipal de Caçador/SC, a Comissão de Licitação, designada pelo(a) Decreto nº 7.296/2017 para realização de processos licitatórios na modalidade Tomada de Preço, para tratar do Edital TP11/2017 destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM TERRENO MUNICIPAL CONFRONTANTE COM TERRENO DO SR. HEVANDRIUS CELIO BORBA TESSER. Aberta a sessão pelo Sra. Presidente da Comissão Especial de Licitação constatou-se a ausência dos representantes das licitantes habilitadas. Após a apresentação pela Comissão Especial de Licitações dos "ENVELOPE – PROPOSTA" e constatado por todos os presentes que os mesmos se encontravam intactos, foi procedida à abertura dos envelopes, sendo os escritos nele contido verificado e rubricado por todos os presentes. A seguir, os integrantes da Comissão Especial de Licitações passaram a examinar as propostas apresentadas. Examinadas as propostas dos licitantes: FELIPE BRUSCHI ENGENHARIA LTDA e ENGEGRAU CONTRUÇÕES LTDA EPP, pela Comissão Especial de Licitações, esta, por unanimidade de seus componentes, culminou por JULGÁ-LAS REGULARES. Efetuadas as comparações de preços e adotado o critério de julgamento das propostas fixado no Edital, chegou-se ao seguinte resultado classificatório: 1º LUGAR: FELIPE BRUSCHI ENGENHARIA LTDA com o valor total de R\$ 43.174,28 (quarenta e três mil cento e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos); 2º LUGAR: ENGEGRAU CONTRUÇÕES LTDA EPP com o valor total de R\$ 46.948,45 (quarenta e seis mil e novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos). O Presidente da Comissão Especial de Licitações procedeu à leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, sendo esta assinada pelos presentes.

Carine Marcon  
Presidente

Emerson Schmidt  
Membro

Ana Paula Cardoso de Lima  
Membro

### DECRETO Nº 7.363

Publicação Nº 1458405

DECRETO Nº 7.363, de 14 de dezembro de 2017.

Anula e Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2017, na importância de R\$ 2.349,98 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos) em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme abaixo descrito:

5000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
8.244.5.2.196 – BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO  
3.3.90.00.00 – 0.3.35 (342) – Aplicações diretas.....R\$ 2.349,98

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 2.349,98 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos), conforme segue:

5000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL





5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
8.244.5.2.196 – BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO  
4.4.90.00.00 – 0.3.35 (343) – Aplicações diretas.....R\$ 2.349,98

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 14 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

## **PARECER CMS - 2017**

Publicação Nº 1457977

Parecer da Comissão para Aprovação da Utilização de Recursos do PAB – Piso de Atenção Básica

Reuniram-se no dia 14/12/2017, às 09:00 horas, nas dependências do Conselho Municipal de Saúde de Caçador os membros da comissão de Orçamento e Finanças eleita na reunião ordinária do dia 11/10/2017 para avaliação da utilização de recursos do PAB – Piso de Atenção Básica, composta pelos Conselheiros de Saúde: Cristiane Aline Santi, Maria Aparecida Tavares, Carmem Silvia Battistella, José Alaércio Machado Júnior e Alexandre Braggio, com a presença dos seguintes membros e convidados: Cristiane Aline Santi, Carmem Silvia Battistella, José Alaércio Machado Júnior, Grasielle Rodrigues Padilha assessora de Assuntos Financeiros, Iris Fernandes do Nascimento Diretora Geral da Secretária de Cogestora do Fundo, Almir Dias Diretor do Serviço de Saúde e Elizete Farias coordenadora do Controle de Avaliação Auditoria e Serviços Assistenciais de Saúde, para análise dos extratos financeiros totalizando R\$ 426.387,84 durante o ano 2017 referente aos documentos apresentados nesta data por Elizete Farias (Memorando 22.266/2017 com a justificativa da contabilidade em anexo demonstrando os valores empenhados e o respectivo nº do empenho) após a análise, a referida comissão, apresentou seu Parecer Favorável da Utilização de Recursos do PAB – Piso de Atenção Básica para Folha de pagamento de pessoal, porém, solicitando apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Caçador SC, 14 de dezembro de 2017

Membros da Comissão presentes:

Cristiane Aline Santi  
Carmem Silvia Battistella  
José Alaércio Machado Júnior

## **PORTARIA Nº 28.710**

Publicação Nº 1458363

PORTARIA Nº 28.710, de 13 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, o Servidor THIAGO MUNIZ DE LIMA, matrícula 14128, ocupante do cargo efetivo de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde e nomeado através da Portaria nº 26.500, de 10 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo nos termos do art. 71, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018**

Publicação Nº 1457318

## Sumário

## I. Introdução

Objetivando cumprir a legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador apresenta a versão final de sua Política de Investimento para o ano de 2018, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 07 de dezembro de 2017, Ata nº 13/2017.

A Política de Investimento estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN Nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 alterando a Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e as alterações decorrentes pelas Portarias MPS nº 170/2012; MPS nº 440/2013; MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015, levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

A Política de Investimento traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam a dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. A Política de Investimento deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2018, conforme entendimento da Diretoria, Comitê de Investimentos ou Conselho de Administração. A vigência desta Política de Investimento compreende o período entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.

Ao aprovar a Política de Investimento 2018, será possível identificar principalmente que:

- O comitê de Investimento buscará produtos entre os investimentos disponíveis e de acordo com a legislação vigente, cujo retorno projetado, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial, com riscos adequados ao perfil do RPPS;
- Órgãos reguladores, gestores, segurados, terceirizados, entre outros, terão ciência dos objetivos e restrições acerca dos investimentos;
- O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, que baseado nos relatórios de análise dos produtos, tomará decisões acerca das alocações.
- O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimento, na Resolução CMN nº 4.604/2017, na Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações, bem como no processo de credenciamento das instituições.

## II. Meta de Rentabilidade

Em linha com sua necessidade atuarial, o IPASC estabelece como meta que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho equivalente a 6% (seis por cento) acrescida da variação do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) divulgado pelo IBGE. Em novembro de 2017, a expectativa desta meta atuarial para o final de 2018 era de 10,48%. Em novembro de 2017, a TAXA SELIC média prevista para o ano de 2018 era de 6,88%.

## III. Modelo de Gestão

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o IPASC adota o modelo de gestão própria, em conformidade com o artigo nº 15, parágrafo 1º inciso I da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações e define que a macro estratégia será elaborada pela Diretoria ou pelo Comitê de Investimentos.

## IV. Investimentos e Desinvestimentos

Na gestão dos recursos serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos. Embora o RPPS busque investimentos no longo prazo, também chamados de ESTRATÉGICOS, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.

No cumprimento dos preceitos estabelecidos nos segmentos de RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL, deverão ser observadas as seguintes regras:

- No processo de investimento, entende-se por novas alocações, as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS até aquele momento;
  - O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota atual do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não realizar o prejuízo no investimento;
  - Os fundos que possuírem histórico de rentabilidade menor do que doze meses poderão receber recursos de preferência quando a rentabilidade do fundo esteja enquadrada nos limites estabelecidos nos segmentos RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL. Para este fim, poderão ser excluídos os 15 primeiros dias de andamento de cota do fundo, dado que podem ocorrer distorções em suas cotas iniciais;
  - As regras de investimentos e desinvestimentos poderão ser flexibilizadas nos seguintes casos:
    - o Quando existirem poucos produtos semelhantes entre as instituições credenciadas junto ao RPPS;
    - o Quando se tratar de fundo sem histórico de cotas;
    - o Quando os recursos forem caracterizados como de curto prazo;
    - o Quando os recursos forem referentes à taxa de administração;
    - Quando solicitados os ratings de agência de risco estrangeiras, serão utilizados exclusivamente os níveis e agências descritos no Anexo II.
- A) Segmento de Renda Fixa – Art. 7º (3.922/2010)

## Títulos Públicos

Os títulos públicos deverão ser negociados por meio de plataforma eletrônica e marcados a mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.922/2010 e a Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações. A negociação se dará pelo lançamento de ordens de compra e venda em sistema eletrônico.

#### Fundos de Renda Fixa

No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valer-se de distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDKA. Nas operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

- Incisos I, b; I, c e III – Investimento: Para novas alocações a performance em doze meses do fundo poderá ser de no máximo 0,70 p.p. abaixo da performance do índice de referência. Desinvestimento: Poderá ocorrer o desinvestimento total dos recursos investidos quando a rentabilidade acumulada em doze meses do fundo for 0,80 p.p. menor do que a rentabilidade do benchmark, durante seis meses consecutivos;

- Incisos IV e VII, b - Investimento: Para novas alocações a performance mínima em doze meses poderá ser igual ou superior a 100% deste indicador, quando sua carteira for composta por ativos de crédito privado, além de outros. Desinvestimento: Poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos com crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for inferior a 99% do CDI, durante seis meses consecutivos.

#### B) Segmento de Renda Variável

##### e Investimentos Estruturados – Art. 8º (3.922/2010)

#### Fundos de Renda Variável

- Inciso I e II - Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas às análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável, ficando a Diretoria/Comitê de Investimentos responsáveis pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, além dos limites estipulados nesta Política de Investimento;

#### Fundos Multimercados

- Inciso III – Investimentos: Para novas alocações em fundos multimercados a performance mínima em doze meses de preferência será igual ou superior a 100% do benchmark. Desinvestimento: Os fundos multimercados cuja rentabilidade em doze meses for abaixo do benchmark por seis meses consecutivos poderão ter sua posição reduzida em 100%.

#### Fundos Imobiliários e Fundos de Participações

- Inciso IV, a; IV, b - Nos FII (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIP (Fundos de Investimentos em participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, poderá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de Due Diligence.

Em relação aos FIP (Fundos de investimentos em participações), será feita uma avaliação se o produto atende todas as exigências previstas no § 5º, do inciso IV no artigo 8º Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações.

Para os FII (Fundos de investimentos imobiliários), será verificado o histórico em doze meses, antes da aplicação, para apurar a participação em 60% dos pregões de negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.

	Investimento	Desinvestimento
ENQUADRAMENTO	RENTABILIDADE MÍNIMA EM 12 MESES	RENTABILIDADE EM 12 MESES
aRT. 7º - I-b, I-c e III	0,70 P.P. ABAIXO BENCHMARK	6 MESES CONSECUTIVOS < 0,80 P.P. ABAIXO DO BENCHMARK
aRT. 7º - IV e VII b	100% DO CDI	6 MESES CONSECUTIVOS < 99% DO CDI
aRT. 8º - III	100% CDI, IMA OU IDKA	6 MESES CONSECUTIVOS < 100% DO CDI, IMA OU IDKA
Tabela de Critérios para Investimentos e Desinvestimentos.		

#### V. Vedações e Recomendações

Além das vedações impostas nesta Política de Investimento, o IPASC deverá obedecer todas as diretrizes, normas citadas, definições e classificações dos produtos de investimentos na Resolução CMN nº 3.922/2010, na Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações. As aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

#### Fundos Renda Fixa e Multimercado

- Serão efetuadas aplicações apenas em fundos que compuserem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados como de baixo risco de crédito, preferencialmente com classificação mínima (BBB) por agência estrangeira. A totalidade dos ativos não enquadrados nas classificações de risco deste item, nos fundos de renda fixa e nos fundos multimercados poderão representar no máximo 3% do patrimônio do fundo;

#### Multimercado

- É vedada a aplicação em fundos Multimercados que aloquem mais de 5% do patrimônio em FIP e FII.

## FIDC

- De preferência serão realizadas aplicações em FIDC cuja nota de risco for no mínimo A, emitida por agência de risco estrangeira.

## VI. Limites de Alocação

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS		3.922	PI
ARTIGO 7º - RENDA FIXA		100%	100%
I, a	Títulos tesouro nacional – selic	100%	50%
I, b	Cotas de fi referenciado 100% ttn	100%	100%
I, c	Cotas de fundos de índices de renda fixa 100% ttn	100%	50%
II	Operações compromissadas	5%	0%
III, a Cotas de fi classificados como rf referenciado (não atrelado ao cdi) 60% 60%			
III, b	Cotas de fundos de índices de renda fixa (não atrelado ao cdi)	60%	40%
IV, a	Cotas de fi classificados como renda fixa	40%	40%
IV, b	Cotas de fundos de índices de renda fixa	40%	30%
V	Letras imobiliárias garantidas	20%	10%
VI, a	Certificado de depósito bancário (cdb)	15%	10%
VI, b	Depósito de poupança	15%	0%
VII, a	Cotas sêniores de fidc	5%	5%
VII, b	Cotas de fi renda fixa “crédito privado”	5%	5%
VII, c	Cotas de fi de debêntures incentivadas	5%	5%
ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL e INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		30%	30%
I, a	Cotas de fi de renda variável (Índice com no mínimo 50 ações)	30%	13%
I, b	Cotas de fundos de índice de renda variável (Índice com no mínimo 50 ações)	30%	10%
II, a	Cotas de fi de renda variável	20%	10%
II, b	Cotas de fundos de índice de renda variável	20%	10%
III	Cotas de fi multimercado - aberto	10%	10%
IV, a	Cotas de fundos de investimentos em participações – fechado	5%	5%
IV, b	Cotas de fundos de Investimentos imobiliário – cotas negociadas em bolsa	5%	5%

A Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

O total aplicado em cada inciso e alínea deverão respeitar os seguintes limites no somatório:

ENQUADRAMENTO	LIMITE SOMATÓRIO
aRT. 7º, III, a aRT. 7º, III, B	60%
aRT. 7º, IV A aRT. 7º, IV B	40%
ART. 7º, VI A ART. 7º, VI B	15%
aRT. 8º	30%

## VII. Seleção de Ativos

A seleção dos produtos para discussão no Comitê de Investimento é de competência da Diretoria do IPASC. Para tanto, deverá ser elaborado relatório técnico, contemplando as exigências principais do credenciamento de fundos, divulgado pelo Ministério da Previdência. Ainda, deverão ser observados os itens abaixo:

- O parecer completo emitido deverá conter no mínimo os seguintes critérios de avaliação:

- A. Análise das medidas de risco;
- B. Análise dos índices de performance;
- C. Análise de índices de eficiência;

- D. Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e análise do relatório de agência de risco (se houver);
- E. Análise da carteira do fundo com relação à carteira do benchmark. Quando se tratar de ativos de créditos, verificar a concentração por emissor, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos;
- F. Informações claras que permitam a identificação dos fatores positivos e negativos do investimento, quando se tratar de FIP, FII e FIDC. As informações servirão de apoio à decisão acerca das alocações por parte do Comitê de Investimento.
- G. Enquadramento.
- VIII. Política de Transparência

O IPASC busca, através da sua Política de Investimento, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos procedimentos para o credenciamento das instituições financeiras, criadas rotinas para as informações periodicamente enviadas por estas instituições.

A diretoria realizará dentro do possível reuniões com os participantes envolvidos no processo de gestão do RPPS, com o objetivo de avaliar a performance das aplicações financeiras, discutir eventuais alternativas de novos investimentos e mudanças de cenário econômico. Para isso, também poderá ser chamada a consultoria de investimento ou os gestores e representantes das instituições onde os recursos são alocados.

#### Credenciamento das Instituições Financeiras e fundos de investimentos

Serão adotados como credenciamento, seguindo o art. 6º-E da Portaria MPS nº 519/2011, por meio da Nota Técnica SPPS nº 17/2017, os Questionários Due Diligence da ANBIMA (QDD Anbima) – Seção 1.

#### Abertura das Carteiras e do Rating dos Ativos

As Instituições credenciadas, das quais o RPPS adquirir cotas de fundos - independentemente do segmento - deverão remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, no mínimo mensalmente, em que deverá ser possível examinar, ao menos o nome dos ativos, seus vencimentos, taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos, bem como a participação na carteira do fundo. Ainda em relação à composição das carteiras, mensalmente, as Instituições credenciadas remeterão ao RPPS arquivo no formato XML para que o risco da carteira possa ser apurado.

#### Disponibilização dos Resultados

Além das informações com divulgação obrigatória disciplinada pela portaria MPS 519/2011 e suas atualizações, é de competência da Diretoria do RPPS, disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico um relatório sintético que permita ao ente e aos servidores acompanhar a distribuição da carteira por instituição.

#### IX. Disposições Gerais

A presente Política de Investimento foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2018, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. Caso aconteça alteração na legislação vigente, o RPPS passará a adotar em sua Política de Investimento as novas diretrizes sem que necessariamente seja alterado o texto desta Política de Investimento. Contudo, os pontos que permanecerem semelhantes, ou os itens não citados na legislação, mas que fazem parte desta Política de Investimento, e que servem como trava de segurança, a exemplo, vedações e regras de investimentos, deverão permanecer inalterada.

As estratégias macro, definidas nesta Política de Investimento, deverão ser integralmente seguidas pelo Comitê de Investimento, que, de acordo com critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. A Política de Investimento do IPASC foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 07 de dezembro de 2017, Ata nº 13/2017.

#### X. Anexo I - Cenário Econômico

##### A) Cenário Econômico Internacional

###### Estados Unidos

Nos Estados Unidos, para 2017 a grande expectativa se dava em relação à política fiscal a ser realizada pelo presidente americano Donald Trump. Ele prometeu ao longo da campanha presidencial aumentar os gastos com infraestrutura e reduzir impostos sobre famílias e empresas, mas, na prática, ainda não conquistou apoio político suficiente para tanto. Assim, a política monetária seguiu o curso esperado, de 2 aumentos neste ano, e ainda haverá um aumento adicional na última reunião de 2017.

Para 2018, o aperto dos juros nos Estados Unidos deve seguir de maneira gradual, com provavelmente outras 3 elevações de juros, ainda de 25 bps por aumento. Desta maneira, o juro ao final de 2018 deve ficar no intervalo de 2% e 2,25% a.a. Além disso, o Fed seguirá reduzindo os reinvestimentos dos ativos de seu balanço. Este conjunto de medidas reduzirá aos poucos a liquidez mundial, mas ainda de maneira lenta, cautelosa e gradual – e o que mais importante: sem despertar uma fuga de ativos de emergentes.

###### Zona do Euro e China

Tanto a Zona do Euro quanto a China vem apresentando ao longo de 2017 uma taxa de crescimento econômico acima da expectativa de mercado. Em linhas gerais, não vemos grandes riscos de ambas as regiões para 2018.

O grande destaque se dará pelo processo de redução das compras mensais de ativos realizado pelo Banco Central Europeu. A partir de janeiro de 2018, o BCE deve reduzir as compras dos atuais 60 bilhões de euros/mês em 5 ou 10 bilhões de euros/mês. Assim como nos Estados Unidos, apesar da redução da liquidez, o processo também vem sendo sinalizado com clareza, e deve ser realizado com cautela e gradualismo, o que é positivo para emergentes.

##### C) Cenário Econômico do Brasil

As eleições de 2018 devem ser o grande tema do ano, pois é o fator mais importante para o crescimento econômico de médio e longo prazo para o país.

Ao longo de 2017, o governo brasileiro buscou realizar uma série de reformas sobre a economia brasileira e, até outubro, ainda não conseguiu aprovar uma das mais importantes: a reforma da previdência. Esta reforma é fundamental para dar uma trajetória sustentável para a dívida pública brasileira. Uma vez que não foi realizada (ou não foi realizada a contento), o governo eleito ao final de 2018 precisará iniciar



2019 aprovando uma reforma da previdência, abrangendo tanto o Regime Geral, quanto o Regime Próprio Federal e de Militares. Se por um lado, em 2018 os mercados dependerão fortemente do assunto “eleições”, a economia real deve passar por um período positivo, de crescimento, inflação em torno da meta, juros baixos em comparação ao histórico do país, e moeda se apreciando em termos nominais. Esperamos que o país cresça 3,2% em 2018, e que a inflação fique em 4,2% - as expectativas de mercado são de 2,43% e 4,02%, respectivamente. Os juros, que em outubro de 2017 encontram-se em 8,25%, devem ser reduzidos até a primeira reunião do Copom para 6,5% (sendo um corte de 75 bps na reunião de outubro, 50 bps na reunião de dezembro e um corte derradeiro de 50 bps em fevereiro de 2018). Além disso, a Selic deve permanecer em 6,5% até o final de 2018, sendo elevada apenas em 2019, provavelmente para algo entre 8% e 9%. Esta redução de juros é propiciada pelo fato de termos expectativas de inflação ancoradas na meta até 2020 (que cai gradualmente a 4%); pela expectativa de consolidação fiscal propiciada pela aprovação da PEC do teto de gastos ao final de 2016; pela aprovação da TLP, que reduz subsídios no mercado de crédito; e pelo bom desempenho de nosso setor externo, com baixo déficit em conta corrente e elevados fluxos de investimento estrangeiro entrando no país. Os bons números de nosso balanço de pagamentos tiram a pressão sobre a taxa de câmbio – o mercado projeta depreciação do real até R\$ 3,30 ao final de 2018, mas, em nossa visão, o câmbio deve se apreciar a R\$ 2,90. O desemprego, que começou a cair em meados de 2017, deve seguir se reduzindo de maneira muito gradual em 2018, terminando o ano em torno de 11%, ainda acima da taxa natural de desemprego – a taxa que não pressiona a inflação.

Em 2017, dentro do que foi possível, o país realizou uma série de medidas que nos colocaram de volta ao crescimento. Assim, em 2018 devemos usufruir em grande medida estes ganhos. Por outro lado, será importante que nas eleições a opção democrática feita pela população não coloque em xeque para os anos seguintes o que foi duramente conquistado.

#### XI. Anexo II – Lista de Ratings em Escala Nacional de Longo Prazo

Moody's	Standard & Poor's	Fitch Ratings	Significado
Aaa.br	AAA	AAA	Risco baixíssimo. O emissor é confiável.
Aa	AA	AA	Alta qualidade, com pequeno aumento de risco no longo prazo.
A	A	A	Entre alta e média qualidade, mas com vulnerabilidade às mudanças das condições econômicas.
Baa	BBB	BBB	Média qualidade, mas com incertezas no longo prazo.
Ba	BB	BB	Qualidade moderada, mas não totalmente seguro.
B	B	B	Capacidade de pagamento atual, mas com risco de inadimplência no futuro.
Caa	CCC	CCC	Baixa qualidade com real possibilidade de inadimplência.
Ca	CC	-	Qualidade especulativa e com histórico de inadimplência.
C	C	-	Baixa qualidade com baixa possibilidade de pagamento.
-	D	DDD DD D	Inadimplente Default.

Os sinais de mais (+) ou de menos (-), ou equivalente, são utilizados para especificar uma posição melhor ou pior dentro de uma mesma nota, e assim não são considerados nos limites desta política.

#### PORTARIA Nº 1.144, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457425

PORTARIA nº 1.144, de 23 de novembro de 2017.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Servidor Público Municipal ORACIDES PIRES DE CAMARGO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.618 ( três mil, seiscentos e dezoito) dias, ou 09 (nove) anos, 11 (onze) meses e 03 (três) dias, conforme Certidão de

Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00042/17-1 fornecida pelo INSS, datada de 24/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 23 de novembro de 2017.  
Fábio Deniz Casagrande- DIRETOR PRESIDENTE DO IPASC

## **PORTARIA Nº 1.155, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457453

PORTARIA nº 1.155, de 14 de dezembro de 2017.

Concede licença para tratamento de saúde à Servidora Pública Municipal MARI APARECIDA CEOLLA BIELA.

O Diretor Presidente em exercício do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015, mais o previsto no inciso I, do art. 98, art. 107 e §1º, do art. 108, todos da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à Servidora Pública Municipal MARI APARECIDA CEOLLA BIELA, ocupante do cargo de Diretora Presidente do IPASC, pelo período de 60 (sessenta) dias, compreendidos entre 11/12/2017 até 08/02/2018, conforme atestado médico apresentado e perícia médica realizada.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 14 de dezembro de 2017.  
Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

## **RESOLUÇÃO Nº01 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018**

Publicação Nº 1457360

RESOLUÇÃO nº 01, de 12 dezembro de 2017.

Aprova a Política de Investimentos Anual dos recursos financeiros do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

A presidente do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, em cumprimento ao inciso III, do art. 80, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, torna público que em reunião realizada em 07 de dezembro de 2017, no auditório da sede deste Instituto,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, a Política de Investimentos Anual do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, relativa ao exercício de 2018, que fica fazendo parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 12 de dezembro de 2017.

Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira - Conselheira Presidente  
Eliete Catarina D'Agostini - Conselheira Secretária  
Zenilda Aparecida Rodrigues - Conselheira  
Lucimar Aparecida Api - Conselheira  
Joice Luiza Flores de Matias - Conselheira  
Gianni Lúcio Parizotto – Conselheiro  
Pedro Antonio Masiero - Conselheiro

# Caibi

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 058/2017

Publicação Nº 1458004

#### MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 122/2017 na modalidade Pregão Presencial Nº 058/2017 que tem por objeto Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Instrutor de Música no Departamento de Cultura do Município de Caibi-SC para o exercício de 2018 do tipo menor preço – Unitário, cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 28 de Dezembro de 2017 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211 e o edital esta disponível no site [www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br). Caibi-SC 14 de Dezembro de 2017. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 059/2017

Publicação Nº 1458279

#### MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 123/2017 na modalidade Pregão Presencial Nº 059/2017 que tem por objeto Aquisição de 01(um) Trator de Pneus Novo para Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Aquicultura e Meio Ambiente do Município de Caibi -SC do tipo menor preço – Unitário, cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 14:00 horas do dia 28 de Dezembro de 2017 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211 e o edital esta disponível no site [www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br). Caibi-SC 14 de Dezembro de 2017. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 060/2017

Publicação Nº 1458282

#### MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 124/2017 na modalidade Pregão Presencial Nº 060/2017 que tem por objeto Aquisição de 01(um) Trator de Esteira Novo para Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Aquicultura e Meio Ambiente do Município de Caibi -SC do tipo menor preço – Unitário, cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP

89.888-000, até às 08:30 horas do dia 29 de Dezembro de 2017 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211 e o edital esta disponível no site [www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br). Caibi-SC 14 de Dezembro de 2017. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

### DECRETO 222/2017

Publicação Nº 1458436

DECRETO Nº. 222/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 4º. da Lei Municipal Nº. 2475/2016 de 13 de dezembro/2016, decreta:

Art. 1º. – Fica pelo presente decreto efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação da despesa, nos órgãos, Projetos e Atividades adiante demonstrados:

01.00 CÂMARA DE VEREADORES – 010310001.2.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS do Grupo de Natureza da Despesa (8) 3.3.90 – Outras Despesas Correntes para (1) 3.1.90 – Pessoal e Encargos Sociais o valor de R\$ 19.000,00 da Fonte 0100 Recursos Ordinários.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 14 de dezembro de 2017.  
ELOI JOSE LIBANO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA  
Secretário de Administração e Planejamento

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2017

Publicação Nº 1458134

EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2017

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 042/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: RÁDIO CAIBI LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 01/01/2018 até 31/12/2018 em conformidade com o disposto na Clausula sétima do contrato original nº 042/2017  
FIRMADO: 11/12/2017

VIGÊNCIA: 01/01/2018 á 31/12/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 008/2017

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2017**

Publicação Nº 1458138

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2017

6º (SEXTO) TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 053/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 01/01/2018 até 31/12/2018 em conformidade com o disposto na Clausula sexta do contrato original nº 053/2016

FIRMADO: 11/12/2017

VIGÊNCIA: 01/01/2018 á 31/12/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 001/2016

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2017**

Publicação Nº 1458142

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2017

10 (DÉCIMO) TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 086/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 01/01/2018 até 31/12/2018 em conformidade com o disposto na Clausula sexta do contrato original nº 086/2015

FIRMADO: 11/12/2017

VIGÊNCIA: 01/01/2018 á 31/12/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2015

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 006/2015

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2017**

Publicação Nº 1458144

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: LAMP MONITORAMENTO EIRELI ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO JUNTO A PRAÇA MUNICIPAL PEDRO ANTONIO BIGATON PARA VIGILÂNCIA DAS INSTALAÇÕES E ESTRUTURAS DA ILUMINAÇÃO NATALINA E PARA OS EVENTOS REALIZADOS NO LOCAL.

VALOR: 2.400,00(dois mil e quatrocentos reais)

FIRMADO: 12/12/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

PROCESSO Nº 121/2017

MODALIDADE: Dispensa por Limite Nº 044/2017

# Camboriú

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO TP 005/17 - FME

Publicação Nº 1458089

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
ANULAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2017 – FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 022/2017 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA DE CAMPO ADOLFO OVIDIO COPPI, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO".

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 14 de dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2017 - PMC

Publicação Nº 1458154

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 121/2017 - PMC - Ata do Sistema de

Registro de Preços 139/2017 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CARRETA TIPO PRANCHA POR HORAS, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 25 TONELADAS PARA O TRANSPORTE DE MAQUINÁRIO E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, DENTRO DO PERÍMETRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 14/12/2017

1ª Publicação.

### DL 106/17 - FMS

Publicação Nº 1458259

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 106/2017 – FMS  
Data: 14/12/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDA GERIÁTRICA PARA CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, AUTOS Nº 0900150-69.2017.8.24.0113.

Valor total: R\$ 770,00 (Setecentos e Setenta Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: E.CARBONI & CIA LTDA ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 14 de dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

## CAMBORIÚ PREV

### PORTARIA 34/2017 - IZAIAS PEDRO RUZI

Publicação Nº 1454884

PORTARIA Nº. 34/2017

Concede aposentadoria por Invalidez ao servidor público municipal IZAIAS PEDRO RUZI.

Elcio Rogério Kuhnén, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais ao servidor IZAIAS PEDRO RUZI, matrícula nº.12095, ocupante do cargo de VIGIA, na SECRETARIA DE AGRICULTURA, com vigência a partir de 15/12/2017, com fundamento nos termos do art.40, §1º, inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art.27, §6º da Lei Complementar Municipal nº 007/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Em 15 de Dezembro de 2017.

Publicado no Mural Público Municipal  
na data supra

Rutinéia Fonseca Quinzen  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnén Rutinéia Fonseca Quinzen  
Prefeito Municipal Presidente



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA 2 PREGÃO TP 90/2017

Publicação Nº 1458080

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº 2  
(Processo Licitatório TP nº 90/2017)

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Daniela Saldanha e Irineu Woitskovski Junior, membros da Comissão Permanente de Licitação, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 90/2017, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura das propostas apresentadas na referida licitação que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para reforma do prédio do CMEI Chapeuzinho Vermelho. A obra será executada no Distrito de Bateias de Baixo, Rua Professor Rufino Blaszkowski, nº 134, Município de Campo Alegre/SC. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Nenhum licitante credenciou representante na sessão. Passou-se a abertura das propostas das licitantes: FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, LN CONSTRUÇÕES LTDA, SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA ME. Passou-se à análise das propostas das licitantes que foram analisadas e rubricadas pela comissão. O critério de julgamento é pelo MENOR PREÇO GLOBAL, COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO UNITÁRIO. As licitantes apresentaram as propostas conforme tabela abaixo:

Empresa	Valor da proposta (R\$)	Classificação
FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$ 187.074,14	1ª
LN CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 208.971,34	2ª
ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	R\$ 213.905,33	3ª
SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA – ME.	R\$ 226.795,37	4ª

A licitante FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME foi declarada vencedora da presente licitação com o valor de R\$ 187.074,14. Na fase de Habilitação a licitante Forte Rocha Ltda, enquadrada como Microempresa, apresentou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, foi verificado na data de hoje, no site <http://www.tst.jus.br/certidao> que a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da licitante Forte Rocha está válida. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### ATA PREGÃO 38/2017 – FMS

Publicação Nº 1457498

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 38/2017 – FMS - modalidade Pregão (na forma presencial)

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e seis, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Junior e Daniela Saldanha, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 38/2017 do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC, modalidade Pregão, na forma presencial, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto fixar percentual de desconto que será concedido sobre os valores dos medicamentos constantes da Revista ABC Farma, da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico, para futuras aquisições de medicamentos que não compõe a farmácia básica municipal. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Sesi Serviço Social da Indústria. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação e credenciou como representante o Sr. Reinaldo Cheraim Chedid. O critério de julgamento é o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre os valores dos medicamentos constantes da Revista ABC Farma. Passou-se a abertura do envelope da proposta, o percentual de desconto oferecido inicialmente foi de 15% após o lance concedido pelo representante, a proposta fechou com percentual de desconto de 17,3%. Após o julgamento da proposta, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa Sesi Serviço Social da Indústria, sendo considerada habilitada. Considerando a classificação e habilitação da empresa Sesi Serviço Social da Indústria, a Pregoeira a declara vencedora deste Processo licitatório. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### DECRETO Nº 10.955 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457435

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.955 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento

Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras.		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.		
400000.00.0896 -	Despesas Correntes		
440000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras.		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.956 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457831

DECRETO Nº 10.956 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
319113.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 5.000,00	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
319113.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 500,00	
	TOTAL	R\$ 5.500,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
319111.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 5.000,00	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
319111.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 500,00	
	TOTAL	R\$ 5.500,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.957 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457892

DECRETO Nº 10.957 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito suplementar no Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 1.226,31 (um mil duzentos e vinte e seis reais, trinta e um centavos) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras		
300000.00.0102 -	Despesas Correntes		
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas		
339048.00.0102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 926,31	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social		
300000.00.0102 -	Despesas Correntes		
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas		
339047.00.0102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 300,00	
	Total	R\$ 1.226,31	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras		
300000.00.0102 -	Despesas Correntes		
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas		

339030.00.0102 -	Material de Consumo	R\$ 926,31			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social				
300000.00.0102 -	Despesas Correntes				
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas				
339039.00.0102 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 300,00			
	Total	R\$ 1.226,31			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## PORTARIA Nº 15.092 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457447

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.092 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ALEXSANDRA RAMOS MARTINS, Matrícula Funcional nº 000909, Registro no Sistema sob nº 955719, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 10 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 15 (quinze) dias; 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 15 (quinze dias).

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 10 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## PORTARIA Nº 15.093 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457516

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.093 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ANA LUIZA DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000652, Registro no Sistema sob nº 955098, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 20 (vinte dias).

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.094 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457517

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.094 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, BEATRIS KUIASKI, Matrícula Funcional nº 000671, Registro no Sistema sob nº 955102, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.095 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457527

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.095 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CARLA SIMONE BERNARDES SLOMINSKY, Registro no Sistema sob



nº 955734, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 04 de setembro de 2017 a 03 de setembro de 2018.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 04 de setembro de 2017 a 03 de setembro de 2018.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 á 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.096 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457529

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.096 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, INÊS TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000832, Registro no Sistema sob nº 955510, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 á 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.097 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457539

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.097 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, JAQUELINE DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000534, Registro no Sistema sob nº 954637, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.098 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457540

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.098 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SILMARA APARECIDA DA CRUZ KERSCHER, Matrícula Funcional nº 000611, Registro no Sistema sob nº 954916, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.099 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457543

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.099 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ MACHADO, Matrícula Funcional nº 000530, Registro no Sistema sob nº 954633, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.100 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457547

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.100 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, DAIANA THAIS ROCHA, Matrícula Funcional nº 000676, Registro no Sistema sob nº 955107, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 20 (vinte) dias). Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.101 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457610

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.101 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ELIANE JANCKOWSKI MIS, Matrícula Funcional nº 000906, Registro no Sistema sob nº 955716, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 22 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 18 (dezoito) dias; 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 12 (doze) dias. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao

período aquisitivo de 22 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.102 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457624

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.102 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, FELIPE GREIPEL, Matrícula Funcional nº 000904, Registro no Sistema sob nº 955714, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 22 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 18 (dezoito) dias; 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 12 (doze) dias. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 22 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no

endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.103 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**  
Publicação Nº 1457632

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.103 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, INÊS MICKUS CANDIDO, Matrícula Funcional nº 000668, Registro no Sistema sob nº 955100, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 20 (vinte) dias. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.104 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**  
Publicação Nº 1457633

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.104 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública

Municipal, LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000908, Registro no Sistema sob nº 955718, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 10 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 15 (quinze) dias; 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 10 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.105 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**  
Publicação Nº 1457641

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.105 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARCIANA MARIA GUEDES, Matrícula Funcional nº 000903, Registro no Sistema sob nº 955713, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 22 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 18 (dezoito) dias; 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 12 (doze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 22 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.106 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457647

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.106 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000531, Registro no Sistema sob nº 954634, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 20 (vinte) dias.  
Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.107 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457654

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.107 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MONICA BVERTA BORGES, Matrícula Funcional nº 000699, Registro no Sistema sob nº 955143, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 20 (vinte) dias.  
Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.108 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457656

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.108 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, NILDA VIEIRA DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000605, Registro no Sistema sob nº 954847, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 20 (vinte) dias.  
Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.



2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.109 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**  
Publicação Nº 1457657

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.109 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ROSILEI PYKOSZ FRANCO, Matrícula Funcional nº 000905, Registro no Sistema sob nº 955715, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 21 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 15 (quinze) dias; 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 15 (quinze) dias.  
Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 21 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de:

15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.110 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**  
Publicação Nº 1457660

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.110 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, TERESINHA BAECHTOLD, Matrícula Funcional nº 000555, Registro no Sistema sob nº 954669, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 20 (vinte) dias; 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 10 (dez) dias.  
Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.111 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**  
Publicação Nº 1457871

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.111 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, VALDIANE APARECIDA FUCKNER, Matrícula

Funcional nº 000757, Registro no Sistema sob nº 955354, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 13 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 13 de novembro de 2017 a 27 de novembro de 2017; o período de 28 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 13 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.112 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457873

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.112 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal, GILCIANE FERRARI, Matrícula Funcional nº 000636, Registro no Sistema sob nº 955064, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período 11 de dezembro de 2017 a 18 de dezembro de 2017.  
Parágrafo único. A Licença prorrogada que trata o caput do artigo 1º desta Portaria será custeada pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11 de dezembro de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.113 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458180

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.113 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955080, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2018 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2017 sob nº 14830.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.113 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458258

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.113 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955080, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2018 à 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2017 sob nº 14830.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.114 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458184

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.114 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 13 (treze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JONAS MÁRIO MILCZEWSKI, Matrícula Funcional nº 000694, Registro no Sistema sob nº 955135, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 07 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2017 sob nº 14830.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.114 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458260

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.114 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 13 (treze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JONAS MÁRIO MILCZEWSKI, Matrícula Funcional nº 000694, Registro no Sistema sob nº 955135, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 07 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2017 sob nº 14830.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.115 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458262

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.115 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 13 (treze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, LEANDRO PAGANI, Matrícula Funcional nº 000705, Registro no Sistema sob nº 955149, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2017 sob nº 14830.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.115 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458187

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.115 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 13 (treze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, LEANDRO PAGANI, Matrícula Funcional nº 000705, Registro no Sistema sob nº 955149, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2017 sob nº 14830.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.116 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458263

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.116 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ANTONIO MARCO FRANCO, Matrícula Funcional nº 000775, Registro no Sistema sob nº 955394, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, atualmente exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 04 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2017 sob nº 14830.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 15.117 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458265

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.117 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MONICA BERTA BORGES, Matrícula Funcional nº 000699, Registro no Sistema sob nº 955143, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 20 (vinte) dias. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14768.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.118 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458281

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.118 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ADILSON MANOEL CÂNDIDO, Matrícula funcional nº 0162, Registro no Sistema sob nº 469300, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 09 de março de 2016 a 08 de março de 2017. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 09 de março de 2016 a 08 de março de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.119 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458388

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.119 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 13(treze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ANGELA ALVES DOS SANTOS IOHANSON, Matrícula Funcional nº 000493, Registro no Sistema sob nº 954516, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 15.120 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458389

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.120 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ANTÔNIO DA SILVA, Matrícula funcional nº 000561, Registro no Sistema sob nº 954682, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2016 a 02 de julho de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2016 a 02 de julho de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.121 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458392

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.121 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ARI UBALDO CALISTRO, Matrícula funcional nº 000679, Registro no Sistema sob nº 955110, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função, Pedreiro/ Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.122 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458445

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.122 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CELSO FELICIANO, Matrícula Funcional nº 000285, Registro no Sistema sob nº 316400, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 17 de abril de 2016 a 16 de abril de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 17 de abril de 2016 a 16 de abril de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458448

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CLAUDIO CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000142, Registro no Sistema sob nº 36100, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 19 de setembro de 2016 a 15 de setembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 19 de setembro de 2016 a 15 de setembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.124 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458452

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.124 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema sob nº 313130, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.125 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458453

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.125 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CLODOALDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000104, Registro no Sistema sob nº 183000, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente aos períodos aquisitivos: 12 de março de 2015 a 11 de março de 2016 = 10 (dez dias); 12 de março de 2016 a 11 de março de 2017 = 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 12 de março de 2015 a 11 de março de 2016.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 85/2017

Publicação Nº 1457665

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2301/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2017  
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:00 horas do dia 28 de dezembro de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 2301/2017 na modalidade de Pregão Presencial Nº 85/2017, tipo menor Menor preço - Global para a Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de peças e mão-de-obra para conserto do trator John Deere 5705, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:00h às 13:00h e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 14 de dezembro de 2017. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.910/17 DE 14/12/2017 REGULAMENTA LEI Nº 4.394/17

Publicação Nº 1458430

DECRETO Nº 7.910/17 DE 14/12/2017  
REGULAMENTA LEI Nº 4.394/17

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 295.385,48 (Duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito reais ) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.394/17.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de dezembro de 2017.

Gilmar marco Pereira

Prefeito Municipal em exercício

### LEI Nº 4.394 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1458429

LEI Nº 4.394 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal em exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do SAMAE:

Órgão: 17 / SAMAE – SERV. AUTÔNOMO MUN DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 01 / SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

17.512.0036.2.058 – Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE

3.1.9.0.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

17.512.0036.2.060 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto

3.1.9.0.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

3.3.9.0.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

28.846.0036.0.007 – Manutenção da Contribuição ao PASEP - SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 7.385,48

TOTAL R\$ 295.385,48

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 / SAMAE – SERV. AUTÔNOMO MUN DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 01 / SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

17.512.0036.1.038 – Obras, Ampliações e Reformas no Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água

4.4.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 278.618,70

17.512.0036.1.041 - Transferências de Recursos para o CISAM – Obras, Instalações e Reequipamentos

4.1.71.00.00.00.00.00.0603 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.381,30

4.4.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

17.512.0036.2.061 – Manutenção das Transferências ao Consórcio CISAM

3.1.71.00.00.00.00.00.0603 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 2.290,38

3.3.71.00.00.00.00.00.0603 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 5.095,10

TOTAL R\$ 295.385,48

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de dezembro de 2017.

Gilmar Marco Pereira

Prefeito Municipal em exercício



# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2017

Publicação Nº 1457947

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. PMC150/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 104/2017

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.384/0001-80, com sede e foro nesta cidade, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, GILMAR MARTINS DE SOUZA, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.704.857 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº. 022.552.429-58, com fulcro na Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002, bem como respaldado nas demais atribuições constantes na Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve impor a:

#### DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2017

Em face da empresa BRASTRAK INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 10.793.521/0001-05, vencedora do Processo de Licitação nº. PMC 150/2017, Pregão Presencial nº PMC 104/2017, que tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE LÂMINAS, PORCAS E PARAFUSOS, PARA REPOSIÇÃO NAS MOTONIVELADORAS DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES".

Diante disso, o Departamento de Licitações deste município emitiu a Af nº 4682/2017, a qual solicitou a entrega de 09 pares de lâminas 09 furos com espessura de  $\frac{3}{4}$  440/520 HB. Então, no dia 04/10/2017, a referida autorização de fornecimento foi enviada, bem como, reenviada no dia 10/10/2017, tendo em vista que V. Senhoria não demonstrou qualquer interesse em realizar a entrega do material solicitado.

Assim, diante da não entrega dos materiais solicitados, o que caracteriza o descumprimento das obrigações adquiridas, esta municipalidade entendeu por tomar as devidas providências, tendo em vista que a falta do referido material esta prejudicando o andamento dos serviços da Secretaria Municipal de Obras e, consequentemente, gerando danos a Administração Pública e a toda população. Então, através da Notificação Extrajudicial nº 54/2017, datada do dia 13/11/2017, V. Senhoria foi devidamente notificada a normalizar a entrega dos produtos que se refere à Af nº 4682/2017 ou, então, em respeito à ampla defesa, apresentar defesa plausível de justificar a demora.

Entretanto, no dia 01º de dezembro do corrente ano, por meio de Carta de Desistência, V. Senhoria enviou a esta Administração solicitação de desistência do Pregão Presencial nº 104/2017. Contudo, tal solicitação não exime a aplicação das penalidades cabíveis diante do não cumprimento das obrigações adquiridas por meio do Pregão Presencial nº PMC 104/2017.

Mesmo diante do aceite do pedido de desistência, é sabido que V. Senhoria causou prejuízos a esta Administração Pública quando deixou de entregar o material e, também, não apresentou qualquer justificativa para tanto. Devido a isso, esta Administração Pública deverá realizar novo processo licitatório para contratar empresa que forneça o referido material e, levando em conta o lapso temporal do mesmo, a não entrega do material solicitado continuará gerando prejuízos a Administração Pública, motivo pelo qual deve

lhe ser aplicada as penalidades cabíveis.

É motivo para Cancelamento da Ata de Registro de Preços e aplicação das penalidades previstas no item 21 e 22 do Edital nº PMC 104/2017, bem como no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002:

21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS 21.1. O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas abaixo: a) Recusar-se a entregar o objeto adjudicado, no todo ou em parte; b) falir ou dissolver-se; ou c) transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato.

22. DAS PENALIDADES E MULTAS 22.1 - O licitante que provocar retardamento da execução do certame, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos.

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Por derradeiro, cabe destacar a aplicação do princípio da proporcionalidade e razoabilidade dos atos da Administração Pública, seja na obediência do ente federado, quer seja na aplicação de algum ato em face de outrem.

Assim, a proporcionalidade se resume na relação de causalidade entre um meio e um fim, de tal sorte que se possa proceder aos três exames fundamentais inerentes a ela, quais sejam: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. Sem um meio, um fim concreto e a relação de causalidade entre eles, não há a aplicação do princípio da proporcionalidade em seu caráter trifásico.

O princípio da proporcionalidade é considerado como dito em linhas pretéritas, uma vertente do princípio da razoabilidade pelo motivo de ser necessária uma adequação entre os meios empregados pela Administração Pública para atingir os fins pretendidos, se não houver tal adequação a desproporcionalidade acaba por residir em tal medida empregada.

Por outro lado, em se tratando do princípio da razoabilidade, vejamos o que prescreve Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"a administração, ao atuar no exercício de discricão, terá que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida." DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; Direito Administrativo. 23º edição, Editora Atlas.

E ainda, segundo as concepções do Magistrado Dirley da Cunha



Júnior, o qual defende a igualdade destes princípios, sendo o conceito de razoabilidade, para permitir ao Judiciário investigar o próprio mérito dos atos do poder público, a fim de verificar se esses atos estão conforme a razão, supondo equilíbrio, moderação e harmonia.

José Roberto Pimenta de Oliveira define:

“o princípio da razoabilidade, no contexto jurídico-sistemático da busca do interesse público primário, a exigência de justificada e adequada ponderação administrativa, aberta nos exatos limites constitucionais em que a regra de competência habilitadora autorizar, dos princípios, valores, interesses, bens ou direitos consagrados no ordenamento jurídico, impondo aos agentes administrativos que maximize a proteção jurídica dispensada para cada qual, segundo o peso, importância ou preponderância que venham adquirir e ostentar em cada caso objeto de decisão.”

Assim sendo, a Administração Pública ao dever obediência aos Princípios Constitucionais a que está adstrita e a fim de garantir os direitos e garantias de seus administrados, com fundamentação nos termos acima expostos, decide pelo cancelamento da Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial nº PMC 104/2017, bem como

pela aplicação da penalidade prevista no item 22.1 do Edital nº 104/2017, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, isto é, a suspensão ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Canoinhas e, ainda, o cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Canoinhas, pelo período de 01 (um) ano.

Atenda-se ao previsto no item 22.2.3, “e”, o qual determina que “as penalidades serão obrigatoriamente registradas, depois de esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores ou de Prestadores de Serviços do Município e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período”.

Ademais, conforme prevê o art. 109, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93, concedo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta decisão, para que, querendo, apresente recurso.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Canoinhas/SC, 07 de dezembro de 2017.

Gilmar Martins de Souza

Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

## DECRETO Nº 349/2017

Publicação Nº 1457879

DECRETO Nº. 349/2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
 Função 10: Saúde  
 Subfunção 301: Atenção Básica  
 Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
 Atividade 2.057 – Ações de Atenção Básica  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....80.000,00  
 Recursos 23800 – Transf. SUS União – PAB Fixo

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), observando a previsão e a arrecadação do exercício de 2017, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2017 (A) + Excessos abertos em 2017	Arrecadação realizada em 2017 (B)	Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23800	1.412.000,00	1.492.000,00	80.000,00
TOTAL			80.000,00

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de dezembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/12/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**DECRETO Nº 350/2017**

Publicação Nº 1457881

DECRETO Nº. 350/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 - LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 Função 4: Administração  
 Subfunção 122: Administração Geral  
 Programa 3: Modernização  
 Proj/Ativ. 2.035 – Contribuições à Entidades  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 3.000,00  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo

anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2016, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10000	Recursos Ordinários	3.000,00
TOTAL		3.000,00

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de dezembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/12/2017.

JOSÉ CARLOS HERBST

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**DECRETO Nº 351/2017**

Publicação Nº 1457911

DECRETO Nº. 351/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
 Atividade 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 23.900,00  
 Recursos 13910 – Fundo Especial do Petróleo - FEP

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais), observando a arrecadação e a tendência do exercício de 2017, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2017 (A) + Excessos abertos em 2017	Arrecadação realizada em 2017 (B)	Excesso de Arrecadação (C=B-A)
13910	227.655,98	251.555,98	23.900,00
TOTAL			23.900,00

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de dezembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/12/2017.

JOSÉ CARLOS HERBST

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**DECRETO Nº 352/2017**

Publicação Nº 1457908

DECRETO Nº. 352/2017

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas  
Unidade 15.02: FUNPOM de Canoinhas  
Função 6: Segurança Pública  
Subfunção 181: Policiamento  
Programa 15: Segurança Pública Eficiente  
Proj/Ativ. 2.030 – Ações do FUNREBOM  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 5.800,00  
Recursos 30040 – Rec. Ord. – Txs – FUNREBOM CB - Superávit

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º desta lei, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas  
Unidade 15.02: FUNPOM de Canoinhas  
Função 6: Segurança Pública  
Subfunção 181: Policiamento  
Programa 15: Segurança Pública Eficiente  
Proj/Ativ. 2.030 – Ações do FUNREBOM  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 5.800,00  
Recursos 30040 – Rec. Ord. – Txs – FUNREBOM CB - Superávit

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de dezembro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/12/2017.

JOSÉ CARLOS HERBST  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**DECRETO Nº 353/2017**

Publicação Nº 1457914

DECRETO Nº. 353/2017

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função 28: Encargos Especiais  
Subfunção 843: Serviço da Dívida Interna  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Proj/Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada  
4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 40.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º desta lei, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função 28: Encargos Especiais  
Subfunção 843: Serviço da Dívida Interna  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Proj/Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada  
3.2.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 40.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de dezembro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/12/2017.

JOSÉ CARLOS HERBST  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 1175/2017**

Publicação Nº 1457878

PORTARIA Nº. 1175/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 285/2017, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. FABRICIO JOSNEI PEREIRA;
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI;
3. VIVIANA WACHTEL SELEME UBA.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna nº 846/SMS/2017 em anexo.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de dezembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/12/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA CHAMADA PÚBLICA Nº PMC 06/2017**

Publicação Nº 1457180

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

*"Departamento de Licitações"*

**ATA DA REUNIÃO RELATIVA À CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017, QUE TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Aos 13 (treze) dias do mês de dezembro do ano de 2017, às 09:15 horas, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, centro, nesta cidade de Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sra. Karina de Cassia Kohler Wendt e Sra. Janice de Fátima Stempinhak, nomeados através da Portaria nº 959/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação dos agricultores e organizações **COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE – SC – COMSOL**, representada pelo Sr. Antonio Bail Sobrinho, **COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO INTERIOR DE CANOINHAS - COOPAFIC**, representada pelo Sr. Adilson Sebastião Rocha, **INDÚSTRIA DE FARINHAS E SUCOS CARRETEIRO LTDA –ME**, representada pelo Sr. Celestino Falkiewicz, **AUGUSTO ZANELLATTO 01464346925**, representando pelo Sr. Augusto Zanellatto, **COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL, COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE SCHROEDER – COOPER SCHROEDER, COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL – COPAJAS**, sem representantes presentes, Sr. JOAQUIM MELNECENKO, Sr. ANTONIO LUIS MELNECENKO, Sr. RAUL SARDÁ JUNIOR e AUGUSTO ZANELLATTO 01464346925. Primeiramente foram abertos os envelopes contendo a documentação, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Em razão da documentação apresentada, atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou **HABILITADOS os seguintes agricultores e organizações COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE – SC – COMSOL, COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO INTERIOR DE CANOINHAS - COOPAFIC, INDÚSTRIA DE FARINHAS E SUCOS CARRETEIRO LTDA –ME, COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL, COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE SCHROEDER – COOPER SCHROEDER, COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL – COPAJAS, Sr. JOAQUIM MELNECENKO, Sr. ANTONIO LUIS MELNECENKO, Sr. RAUL SARDÁ JUNIOR** e. Em seguida foram abertos os projetos de venda, ficando classificados os participantes, conforme discriminado no quadro comparativo abaixo: Para classificação das propostas foram observadas as condições fixadas abaixo, tendo prioridade no fornecimento: 1. Os fornecedores locais do Município; 2. Os fornecedores regionais, 3 Fornecedores estaduais e 4. Fornecedores do país. Para critério de desempate, foi utilizado os seguintes critérios: 1. assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas; 2. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Resolução FNDE nº 26/2013 (e atualizados pela Resolução FNDE nº 04/2015); 3. Os grupos formais (organizações produtivas detentoras de declaração de aptidão ao PRONAF-DAP jurídica) sobre grupos informais (agricultores familiares, detentores de declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP física, organizados em grupos) e estes sobre os fornecedores individuais; e 4. Organizações com maior percentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP jurídica. 5. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio.

FORNECEDOR	1. FORNECEDOR LOCAL (do município)	2. FORNECEDOR REGIONAL (região de Canoinhas)	3. FORNECEDOR ESTADUAL (estado de Santa Catarina)	4.1 ASSENTAMENTO REFORMA AGRÁRIA	4.2 PROD. ORGÂNICO/ AGROECOLÓGICO	4.3 TIPO DE FORNECEDOR	5. N.º DAP PARTICIPANTE	Quantidade	Prioridade do fornecedor 1- Canoinhas 2- Região 3- Estado 4- Outros
<b>ITEM 01 - Amora preta orgânica</b>									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE – SC – COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	1.552 BANDEJAS COM 500GR	2
<b>ITEM 02 - Kiwi</b>									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE – SC – COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	3.202 KG	2
<b>ITEM 03 - Laranja comum</b>									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE – SC – COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	8.100 KG	2
<b>ITEM 04 - Laranja orgânica</b>									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE – SC – COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	9.495 KG	2

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7705 - Fax 3621-7712 - E-mail [licitacao@pmc.sc.gov.br](mailto:licitacao@pmc.sc.gov.br)  
CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
*"Departamento de Licitações"*

<b>ITEM 05 - Limão</b>								
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	800KG 2
<b>ITEM 06 - Abóbora</b>								
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	950 KG 2
<b>ITEM 07 - Melancia</b>								
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	6.500 KG 2
<b>ITEM 08 - Tangerina mexicana/poncam</b>								
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	2.302KG 2
<b>ITEM 09 - Abobrinha verde</b>								
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	1.652KG 2
<b>ITEM 10 - Alfafa</b>								
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	5.676 UNID 2
<b>ITEM 11 - Alfafa orgânica</b>								
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	4.800UNID 2
<b>ITEM 12 - Acelga</b>								
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	4.000 UNID 2
<b>ITEM 13 - Batata doce lavada orgânica</b>								
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	3.019 KG 2

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7705 - Fax 3621-7712 - E-mail [licitacao@pmc.sc.gov.br](mailto:licitacao@pmc.sc.gov.br)  
 CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

"Departamento de Licitações"

COMSOL									
ITEM 14 - Batata comum (tipo inglesa) lavada									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	16.500KG	2
ITEM 15 - Batata salsa in natura									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	1.222KG	2
ITEM 16 - Beterraba lavada									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	3.788KG	2
ITEM 17 - Brócolis orgânico									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	3.200 UNID	2
ITEM 18 - Brócolis									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	3.300 KG	2
ITEM 19 - Cebola									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	1.804KG	2
ITEM 20 - Cenoura									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	8.000 KG	2
ITEM 21 - Couve manteiga									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	4.800 MÇ	2
ITEM 22 - Couve-flor orgânica									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	3.200 UNID	2

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7705 - Fax 3621-7712 - E-mail [licitacao@pmc.sc.gov.br](mailto:licitacao@pmc.sc.gov.br)  
CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

"Departamento de Licitações"

NORTE - SC - COMSOL									
ITEM 23 - Couve-flor									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	5.400 UNID	2
ITEM 24 - Pepino para salada									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	1.304KG	2
ITEM 25 - Repolho verde									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	5.330 UNID	2
ITEM 26 - Tempero verde (salsinha e cebolinha)									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	6.200MÇ	2
ITEM 27 - Tomate									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	6.600 KG	2
ITEM 28 - Iogurte integral com polpa de fruta (morango e coco)									
ITEM 29 - Geléia de Uva									
Augusto Zanellatto 01464346925	Não	Sim	Sim	Não	Não	Microempreendedor Individual	SDW199 4195200 0104081 51116	700 cx com 700gr	2
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	700 cx com 700GR	2
OBS.: De acordo com a Resolução FNDE nº 26/2013 (e atualizados pela Resolução FNDE nº 04/2015) a COMSOL tem prioridade no fornecimento do item por se tratar de Grupo Formal.									
ITEM 30 - Feijão preto, tipo 1, novo e limpo									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	7.300KG	2
ITEM 31 - Mandioca sem casca tipo branca ou amarela (Alpim) congelada									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	851 KG	2

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7705 - Fax 3621-7712 - E-mail licitacao@pmc.sc.gov.br  
CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

"Departamento de Licitações"

RAUL SARDÁ JUNIOR	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Física/individual	SDW070 1782249 8728111 71018	2.240KG	1
ITEM 32 - Batata salsa sem casca congelada									
RAUL SARDÁ JUNIOR	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Física/individual	SDW070 1782249 8728111 71018	1.210KG	
ITEM 33 - Morango in natura									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	5.500 BANEJA COM 250GR	2
ITEM 34 - Suco de uva integral									
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS	Não	Não	Sim	Não	Não	Grupo formal jurídico	SDW061 7199600 0103081 70502	4.350 LTS	3
Indústria de farinhas e sucos carreteiros Ltda - ME	Não	Sim	Sim	Não	Não	Jurídico/individual	SDW083 9884300 0121111 70136	3.100 LTS	2
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO INTERIOR DE CANOINHAS - COOPAFIC	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Grupo formal jurídico	SDW111 7609900 0131101 70126	4.350 LTS	1
ITEM 35 - Suco de maracujá integral									
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS	Não	Não	Sim	Não	Não	Grupo formal jurídico	SDW061 7199600 0103081 70502	1.999 LTS	3
Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar De Schroeder - Cooper Schroeder	Não	Não	Sim	Não	Não	Grupo formal jurídico	SDW124 6373100 0118011 60449	1999 LTS	3
A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS, enviou e-mail solicitando a desistência do item 35, alegando incapacidade de entrega, devido a problemas com o fornecedor.									
ITEM 36 - Suco de laranja integral									
ITEM 37 - Leite integral, UHT									
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	Não	Não	Sim	Não	Não	Grupo formal jurídico	SDW127 2006800 0124021 71008	35.000LTS	3
ITEM 38 - Tangerina poncam orgânica									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	2.396 KG	2
ITEM 39 - Maçã in natura									
Antonio Luis Melnecenko	Não	Não	Não	Não	Não	Física/individual	SDW004 8530279 9826091 41055	5.000KG	4
ITEM 40 - Milho verde in natura descascado									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	1.740KG	2
ITEM 41 - Ovos in natura									

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7705 - Fax 3621-7712 - E-mail licitacao@pmc.sc.gov.br  
CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
*"Departamento de Licitações"*

COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	5.500 KG	2
<b>ITEM 42 - Morango higienizado e congelado</b>									
Joaquim Melnecenko	Não	Não	Não	Não	Não	Física/Individual	SDW035 3221529 2002051 70855	1.000 kg	4
<b>ITEM 43- Filé de tilápia in natura, sem espinha, congelado</b>									
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO INTERIOR DE CANOINHAS - COOPAFIC	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Grupo formal jurídico	SDW111 7609900 0131101 70126	2.000KG	1
<b>ITEM 44 - Carne mecanicamente separada de peixe – filé de tilápia (polpa de peixe)</b>									
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO INTERIOR DE CANOINHAS - COOPAFIC	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Grupo formal jurídico	SDW111 7609900 0131101 70126	2.000KG	1
<b>ITEM 45 - Laranja bahia</b>									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	6.000KG	2
<b>ITEM 46- Caqui</b>									
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC - COMSOL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Grupo Formal jurídico	SDW083 7564000 0103111 51131	300 KG	2

A classificação foi realizada em conformidade com o item 4.2 do edital. Os valores a serem aplicados nos fornecimentos são aqueles fixados em edital, conforme anexo 3. Fica estabelecida a data para entrega das amostras, conforme relação do anexo III do edital, o período de 14 a 19 de dezembro de 2017. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Adilson Fernando Ribeiro  
Presidente

Karina de Cassia Kohler Wendt  
Secretária

Janice de Fátima Stempinhak  
Membro

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO INTERIOR DE CANOINHAS – COOPAFIC  
**Adilson Sebastião Rocha**

INDÚSTRIA DE FARINHAS E SUCOS CARRETEIRO LTDA –ME  
**Celestino Falkievicz**

**Sr. RAUL SARDÁ JUNIOR**

AUGUSTO ZANELLATTO 01464346925  
**Augusto Zanellatto**

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7705 - Fax 3621-7712 - E-mail licitacao@pmc.sc.gov.br  
 CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA



**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 24/2017**

Publicação Nº 1457804

CONCORRÊNCIA Nº 24/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/17  
HOMOLOGAÇÃO: 14/12/17  
CONTRATADO: SERRANA ENGENHARIA LTDA CONTRATANTE:  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) COMPACTÁVEIS COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE, COLETA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS (DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA, DEVIDAMENTE LICENCIADO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL RESPONSÁVEL), COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO A COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CANOINHAS (COLETA SELETIVA)  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.886.811,04 (três milhões oitocentos e oitenta e seis mil oitocentos e onze reais e quatro centavos)  
DATA: 14/12/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 126/2017 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1457839

CONCORRÊNCIA Nº 24/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/17  
HOMOLOGAÇÃO: 14/12/17  
CONTRATADO: SERRANA ENGENHARIA LTDA CONTRATANTE:  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) COMPACTÁVEIS COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE, COLETA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS (DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA, DEVIDAMENTE LICENCIADO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL RESPONSÁVEL), COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO A COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CANOINHAS (COLETA SELETIVA)  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.886.811,04 (três milhões oitocentos e oitenta e seis mil oitocentos e onze reais e quatro centavos)  
DATA: 14/12/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 137/2017 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1458014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 204/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 137/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/01/2018, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PLACAS PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUAS, ENTREGUES INSTALADAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADAS A SINALIZAÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 04/01/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 120/2017**

Publicação Nº 1457185

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 120/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 57/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 42/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato nº PMC 120/2017. Data de assinatura: 28/11/2017. Contratada: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 14565115000138. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA DE SUPERFÍCIE DE ALVENARIA E MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob nº 83.102.384/0001-80. Valor do contrato: R\$ 1.560,72. Vigência: 28/11/2017 até 31/12/2017.  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 121/2017**

Publicação Nº 1457186

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 121/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 145/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 100/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato nº PMC 121/2017. Data de assinatura: 28/11/2017. Contratada: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 14565115000138. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA EM SUPERFÍCIE METÁLICA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob nº 83.102.384/0001-80. Valor do contrato: R\$ 2.555,50. Vigência: 28/11/2017 até 31/12/2017.  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 126/2017**

Publicação Nº 1457198

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 126/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 88/2017  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 13/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato nº PMC 126/2017. Data de assinatura: 30/11/2017. Contratada: Gisele Becker, residente e domiciliada sita na Rua Paul Harris nº 833, Centro, Canoinhas/SC, portadora do RG nº 3.704.810. Objeto Contratado: Contrato de 01 (uma) sala comercial localizada na Praça Lauro Muller, para implantação e exploração de um restaurante ou lanchonete, que entre si fazem o Município de Canoinhas-SC e a Sra. Gisele Becker, conforme autorização contida na Lei Municipal

nº 4.199 de 29 de agosto de 2007. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor a ser repassado mensalmente para o município: R\$ 1.666,00. Vigência: 30/11/2017 até 28/11/2027.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 24/2017

Publicação Nº 1457800

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 174/2017 Processo Administrativo: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE **Total dos Itens Vencedores: 3.886.811,04**

Licitação.....: 24/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) COMPACTÁVEIS COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE, COLETA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS (DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA, DEVIDAMENTE LICENCIADO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL RESPONSÁVEL), COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO A COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CANOINHAS (COLETA SELETIVA)

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1</b>	<b>- 26638</b>	<b>- COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLI - Unidade: MES</b>						
8247	SERRANA ENGENHARIA LTDA		12,000	0,0000	127.123,5300	1.525.482,36	Venceu	1 *****
8586	LUIZ FRANCISCO ANTUNES DE LIMA & CIA LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17731	TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
<b>Item.....: 2</b>	<b>- 26639</b>	<b>- COLETA SELETIVA, TRANSPORTE E DESCARGA DE RESÍDUOS SÓLIDOS U - Unidade: MES</b>						
8247	SERRANA ENGENHARIA LTDA		12,000	0,0000	127.178,4100	1.526.140,92	Venceu	1 *****
8586	LUIZ FRANCISCO ANTUNES DE LIMA & CIA LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17731	TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
<b>Item.....: 3</b>	<b>- 15320</b>	<b>- COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS D - Unidade: MES</b>						
8247	SERRANA ENGENHARIA LTDA		12,000	0,0000	34.002,7300	408.032,76	Venceu	1 *****
8586	LUIZ FRANCISCO ANTUNES DE LIMA & CIA LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17731	TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
<b>Item.....: 4</b>	<b>- 26637</b>	<b>- TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - Unidade: MES</b>						
8247	SERRANA ENGENHARIA LTDA		12,000	0,0000	35.596,2500	427.155,00	Venceu	1 *****
8586	LUIZ FRANCISCO ANTUNES DE LIMA & CIA LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 174/2017

Licitação.....: 24/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA DA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) COMPACTÁVEIS COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE, COLETA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS (DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA, DEVIDAMENTE LICENCIADO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL RESPONSÁVEL), COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO A COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CANOINHAS (COLETA SELETI

Processo Administrativo: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.886.811,04

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	- 26637	- TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - Unidade: MES						
17731	TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAL		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Canoinhas, Em .....	
ADILSON FERNANDO RIBEIRO - .....	Presidente da Comissão
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - .....	SECRETÁRIA
DIOGO CARLOS SEIDEL - .....	MEMBRO TITULAR
LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO - .....	MEMBRO SUPLENTE
DANIELA CRISTINA DA SILVA - .....	MEMBRO SUPLENTE
JANICE DE FATIMA STEMPINHAK - .....	MEMBRO SUPLENTE
MARINA HAAG - .....	25-933/SC

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 126/2017 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1457837

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 188/2017		Processo Administrativo: 12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO		Total dos Itens Vencedores: 87.500,00				
Licitação.....: 126/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À OPERAÇÃO TAPA-BURACO E EXECUÇÃO DE ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 411049970	- ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1A CATEGORIA CO	- Unidade: M					
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		109,000	0,0000	5,4639	595,56	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 411049971	- BASE PARA PAVIMENTACAO COM BRITA GRADUADA, INCLUSIVE COMPACT	- Unidade: M3					
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		104,000	0,0000	123,0632	12.798,57	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 411049972	- CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE AREIA, BRITA, PEDRA DE MAO E S	- Unidade: M3					
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		104,000	0,0000	1,2682	131,89	Venceu	1 *****
Item.....: 4	- 411049973	- FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, EM LOCAIS COM NIVEL BAIXO D	- Unidade: M2					
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		578,000	0,0000	2,3666	1.367,89	Venceu	1 *****
Item.....: 5	- 411049974	- LIMPEZA DE SUPERFICIES COM JATO DE ALTA PRESSAO DE AR E AGUA	- Unidade: M2					
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		1.711,000	0,0000	1,8174	3.109,57	Venceu	1 *****
Item.....: 6	- 411049975	- IMPRIMACAO DE BASE DE PAVIMENTACAO COM ADP CM-30	- Unidade: M2					
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		578,000	0,0000	5,4721	3.162,87	Venceu	1 *****
Item.....: 7	- 411049976	- PINTURA DE LIGACAO COM EMULSAO RR-1C	- Unidade: M2					
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		1.133,000	0,0000	1,3780	1.561,27	Venceu	1 *****



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 188/2017

Licitação.....: 126/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À OPERAÇÃO TAPA-BURACO E EXECUÇÃO DE ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Processo Administrativo: 12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO

87.500,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 8	- 411049977	- CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO -	Unidade: M3					
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		80,000	0,0000	768,3559	61.468,47	Venceu	1 *****
Item.....: 9	- 411049978	- TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE, EM VIA URBANA PAVIMENTADA -	Unidade: M³/K					
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		3.760,000	0,0000	0,8787	3.303,91	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em ...../...../.....

MARCIANO FERNANDES CORREA - ...../...../..... - Pregoeiro(a)

ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHEK - ...../...../..... - SUPLENTE PREGOEIRO

ADILSON FERNANDO RIBEIRO - ...../...../..... - EQUIPE DE APOIO

KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - ...../...../..... - SUPLENTE EQUIPE DE APOIO

MARINA HAAG - ...../...../..... - 25.933/SC

VANESSA LANGER - ...../...../..... - CRC/SC 028524/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### FME TERMO DE FOMENTO 001

Publicação Nº 1458125

TERMO DE FOMENTO 0001/2017  
CHAMADA PÚBLICA 0001/2017

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPINZAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA AGN CAPINZAL.

VALOR: R\$ 29.906,00 (vinte e nove mil novecentos e seis reais)  
Vigência: até 31/12/2017

Objeto: Este Termo de Fomento, decorrente do Chamamento Público 01/2017, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a realização do projeto "FUTSAL AGN CAPINZAL", conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo.

Capinzal, 13 de Dezembro de 2017.

### FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0029/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0013/2017

Publicação Nº 1458202

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0013/2017

KAMILLE SARTORI BEAL, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Licitação 0008/2017 conforme segue:

#### OBJETO

Contratação da empresa KIADAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 17.689.256/0001-50, via Inexigibilidade de Licitação, nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/63 conforme Edital de Credenciamento nº 002/2017, cujo objeto refere-se ao credenciamento de Clínicas de Fisioterapia. Com Recursos Próprios.

Item	Qtidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo
1	1,00	UN	KIDAUANA	Fisioterapia Clínica	35,00
2	1,00	UN	KIDAUANA	Fisioterapia Neurológica	37,00
3	1,00	UN	KIDAUANA	Fisioterapia Domiciliar	43,00
4	1,00	UN	KIDAUANA	Fisioterapia Hospitalar	36,00

#### VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME	01; 02; 03; 04
R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)	

#### PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

#### RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento nº 002/2017.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram fixados no edital de Credenciamento nº 002/2017 e o valor mencionado foi extimado pela Secretaria de Saúde.

## DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

Despesa: 7 - Manutenção da Saúde Pública  
 Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL  
 Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 Função: 10 - Saúde  
 Subfunção: 301 - Atenção Básica  
 Programa: 150 - VIDA E SAÚDE  
 Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública  
 Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
 Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 14 de dezembro de 2017.

KAMILLE SARTORI BEAL  
 Secretária

## ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO  
 Processo Licitatório Nº 0029/2017  
 Inexigibilidade de Licitação Nº 0013/2017  
 CONTRATO Nº 00/0000

## DAS PARTES:

### CONTRATANTE:

O Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Carmelo Zócoli, 155, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.029.092/0001-56, neste ato representado pelo Gestora Sr. KAMILLE SARTORI BEAL, inscrito no CPF sob o nº 982.040.179-87.

### CONTRATADA:

A empresa inscrita no CNPJ/MF sob nº , com sede à , na cidade de , , representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) , CPF: CPFRespContratado doravante simplesmente designada contratada.

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade Inexigibilidade de Licitação Nº 0013/2017, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

### ObjetoContrato

1.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços constantes de sua Proposta Comercial, conforme segue:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
------	------------	-------	---------------	-------	-------------	-------------

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Inexigibilidade de Licitação 0013/2017, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O valor total estimado deste contrato é de 0,00 (\*\*\*\*\*\*) conforme previsto no Memorando 155/SMS/2017 apresentado pela Secretaria de Saúde.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS FORMA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento dos serviços, pela Administração, com aceite no verso da Nota Fiscal.

3.2 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato.

3.3 Se a qualidade dos serviços prestados não corresponder às especificações exigidas no CREDENCIAMENTO que precedeu o presente contrato, a remessa do serviço apresentado/executado não será aceita, sendo devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.4 Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra pelo

órgão solicitante.

3.5 Os serviços deverão ser prestados acompanhados da nota fiscal ou fatura correspondente.

3.6 A empresa fornecedora, quando do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, feita pelo requisitante deverá anexar, na cópia que necessariamente o acompanhar a nota fiscal, a data e hora em que o recebeu a Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, além da identificação de quem a recebeu.

3.7 A cópia da ordem de compra referida no item anterior deverá ser devolvida para a Administração Municipal, a fim de ser anexada aos processos correspondentes.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 A forma de pagamento será: xxxxx.

4.2 O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de compra, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

4.3 Dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

4.4 Não serão efetuados os pagamentos aos fornecedores que deixarem de apresentar quaisquer dos itens acima descritos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

5.1 Considerando o prazo de validade, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços.

5.2 Durante a vigência do contrato, os valores serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.3 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o contrato e iniciar outro Processo Licitatório.

5.4 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores serão convocados pelo Município de Capinzal, Diretoria de Licitações para alteração, por aditamento, do preço do contrato.

5.5 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, e, em conformidade com o anexo I, mediante apresentação da Nota Fiscal e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de compra, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

6.2 A Administração somente atestará a entrega dos bens e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pelo fornecedor, todas as condições pactuadas.

6.3 O critério para a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, dar-se-á pelo percentual pago para as aplicações em poupança, devendo ser aplicado o percentual sobre o número de dias de atraso, os quais não deverão ser superiores a 15 (quinze) dias.

6.4 Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento, para cada dia de atraso na entrega do serviço;

6.5 Não serão efetuados pagamentos antecipados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 A entrega implica tão somente na transferência da responsabilidade pela guarda e conservação, sendo que o aceite definitivo, somente será dado após a verificação da regularidade do objeto, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

7.2 Em cada fornecimento, o prazo de entrega do serviço será o solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 02 (dois) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Compra.

7.3 O prazo para a retirada da Autorização de Fornecimento será de até 03 (três) dias úteis da data da comunicação ao fornecedor.

7.4 O local da entrega, em cada fornecimento, será no local indicado na Autorização de Fornecimento, devendo ser dentro dos limites do perímetro urbano do município de Capinzal.

7.5 A contratante reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, os serviços entregues com irregularidades ou desconformidade com o proposto, obrigando-se a contratada a promover sua substituição.

7.6 Os serviços do presente contrato estarão sujeitos a amplo controle de qualidade e acabamento, a critério da contratante, realizado quando do recebimento, diretamente pela contratante ou terceiros através de delegação

#### CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO OU ORDEM DE COMPRA

8.1 As aquisições do objeto do presente contrato serão autorizadas, caso a caso, pela Diretoria de Licitações.

8.2 A emissão das Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Compra, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante, quando da solicitação dos itens.

#### CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O material objeto deste contrato recebido pela Administração consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente Aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionada:

Despesa: 7 - Manutenção da Saúde Pública

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública

Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E DIREITOS DA CONTRATADA

11.1 Efetuar a entrega dos serviços nos prazos, contados da data do recebimento da Nota de Empenho ou ordem de compra;

11.2 Efetuar a entrega do material de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Processo Licitatório;

11.3 Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o serviço(s) em que se verifique danos em decorrência de transporte, manuseio inadequado, ou outro que afete o serviço, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

11.4 Assumir todo e qualquer ônus referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;

11.5 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

11.6 A verificação da qualidade na confecção e acabamento que são preponderantes na avaliação final do material;

11.7 Não serão aceitos em nenhuma hipótese materiais reconicionados ou reciclados.

11.8 Receber os valores dos serviços entregues nos prazos previstos neste Processo Licitatório.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES E DIREITOS DA CONTRATANTE

12.1 Comunicar à empresa vencedora toda e quaisquer ocorrências relacionada com a aquisição do(s) material(s);

12.2 Rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Processo Licitatório.

12.3 Pagar os serviços nos prazos previstos neste Processo Licitatório.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INADIMPLEMENTO

13.1 A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos art. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ao que dispõe o Decreto Municipal 043/2008,



13.2 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estarão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capinzal:

a) a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.1 As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Diretoria de Compras e Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste item;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.1 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.2 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.3 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.4 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.5 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no item 13.2.1, e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.6 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do item 13.4.

13.4.7 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do item 13.4, não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração pública, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Diretoria de Compras e Licitações;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no item anterior e não efetuar o pagamento.

13.5.1 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- I - a Diretoria de Compras e Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e,
- II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.2 A penalidade de suspensão será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município de Capinzal.

13.6 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou autoridade equivalente em se tratando de autarquia ou fundação, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.1 A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.2 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município de Capinzal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Município de Capinzal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.7 As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Município de Capinzal, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e
- II - declaração de inidoneidade, nos termos do item 20.6.

13.7.1 Aplicam-se ao item 13.7, as disposições nos subitens 13.5.1 e 13.5.2 do item 13.5.

13.8 É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.1 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.2 Na contagem dos prazos estabelecidos no item 20, e seus subitens excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.3 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Órgão Oficial do Município de Capinzal.

13.8.4 Os prazos referidos neste item só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

13.9 Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas no Decreto Municipal 043/2008, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 O contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento:

14.2 Pela Administração, quando:

14.2.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes deste instrumento;

14.2.2 A CONTRATADA não retirar a ordem de compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

14.2.3 A CONTRATADA der causa a rescisão administrativa do contrato;

14.2.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato;

14.2.5 Os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.2.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

14.3 A comunicação da rescisão do contrato, nos casos aqui previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao contrato.

14.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o contrato após 03(três) dias da publicação.

14.5 Pela CONTRATADA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências deste contrato:

14.6 A solicitação da CONTRATADA para cancelamento do contrato deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

15.1 A execução deste Contrato será administrada e fiscalizada por um representante de cada Secretaria do Município de Capinzal, especialmente designado pela portaria nº 0025, de 02 de fevereiro de 2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

16.1 A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

17.1 O presente contrato tem vigência a contar da sua assinatura e término no dia DataVencimento, conforme prazo de entrega dos serviços/ palestra show disposto no anexo I.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

18.1 O presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório que o originou, seus anexos e a proposta da apresentada pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO

19.1 Aplica-se à execução deste contrato e especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação pertinente.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram, independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Capinzal, xxxxxxxxxx.

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

#### TESTEMUNHAS:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CPF: xxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CPF: xxxxxxxx
---	---

### FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C128M

Publicação Nº 1458119

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 001/2017 C000 - Contrato Nº: 0001/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: CLINICA REVIVER LTDA.	
Valor ..... : 345.600,00 (trezentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais)	
Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 31/12/2018	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2015 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2015	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : Prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018, bem como acréscimo de valor de R\$ 345.600,00 (trezentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais) relativo ao item 1 (Empresa Especializada na Prestação dos seguintes serviços: Atendimentos em Grupos Familiares; Atendimento individualizado à família; Atendimento psicoterápico; Atividades comunitárias; Suporte social; Oficinas; Desintoxicação ambulatorial; Consultas psiquiátricas [...]).	
Capinzal, 14 de Dezembro de 2017	

**Lei Complementar nº 209/2017**

Publicação Nº 1457886

LEI COMPLEMENTAR Nº 209, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera a Lei Complementar nº 173 de 3 de dezembro de 2014, que estabelece normas sobre a instalação e funcionamento de atividades destinadas à realização de feiras e eventos temporários no Município de Capinzal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido o § 5º no art. 1º da Lei Complementar nº 173 de 3 de dezembro de 2014:

Art. 1º (...)

§ 5º Não poderão ser realizadas as feiras e eventos mencionados no caput deste artigo em até 30 dias anteriores a datas especiais do comércio, a saber, páscoa, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças e natal.

Art. 2º Ficam acrescidos os incisos X, XI, XII e XIII no art. 3º da Lei Complementar nº 173 de 3 de dezembro de 2014:

Art. 3º (...)

X – comprovante de comunicação mediante protocolo físico aos órgãos locais da Receita Federal, Receita Estadual, Ministério do Trabalho e Emprego e as entidades representativas de classes econômicas, patronais e de empregados envolvidas quanto à realização da feira itinerante para obtenção do alvará junto à Prefeitura, com 30 (trinta) dias de antecedência a realização do evento;

XI - prova de locação e instalação de espaço físico destinado ao funcionamento de um posto de atendimento local para eventuais reclamações dos consumidores e para troca de produtos com vícios ou defeitos, bem como para intermediação de relações entre fornecedor e consumidor, pelo prazo de 30 (trinta) dias, em se tratando de produtos não duráveis e 90 (noventa) dias em se tratando de produtos duráveis, após a conclusão da feira ou evento de caráter transitório, em conformidade ao disposto no artigo 26, I e II do Código de Defesa do Consumidor;

XII - declaração de que manterá um representante da empresa para o atendimento de que trata o inciso XI;

XIII - comprovante de inscrição no Município de origem (Alvará de Localização), bem como, cópia do comprovante de inscrição e situação cadastral, previsto no art. 5º - A do Anexo 5 do RICMS/SC-01.

Art. 3º Fica acrescido o § 3º no art. 4º da Lei Complementar nº 173 de 3 de dezembro de 2014:

Art. 4º (...)

§ 3º O organizador/promotor deverá requerer a licença para funcionamento do evento, junto ao Poder Executivo de Capinzal, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data marcada para o seu início, indicando, no requerimento, o período, o endereço completo do local onde pretende realizar o evento e o ramo/natureza do comércio e/ou serviço a ser exercido, bem como o horário de funcionamento, que deverá ser o mesmo do comércio local.

Art. 4º Ficam acrescidos os §§ 1º e 2º no art. 5º da Lei Complementar nº 173 de 3 de dezembro de 2014:

Art. 5º (...)

§ 1º É vedada a comercialização dos seguintes produtos:

I - tabaco, fumo ou cigarros de qualquer procedência;

II - armas de fogo e munições;

III - produtos originários de contrabando ou descaminho, bem como aqueles falsificados ou "pirateados" ou sem origem fiscal;

§ 2º Os produtos descritos nos incisos desde artigo que forem encontrados nos locais de realização de feiras, exposições ou eventos similares serão apreendidos pela fiscalização e destruídos na forma da legislação em vigor, sem prejuízo da representação criminal

contra os responsáveis.

Art. 5º Fica acrescido o parágrafo único no art. 9º da Lei Complementar nº 173 de 3 de dezembro de 2014:

Art. 9º (...)

Parágrafo único. A instalação e o funcionamento dos eventos serão supervisionados e fiscalizados pelo Poder Executivo local e pelo Poder Executivo estadual, no limite de suas competências.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 13 de dezembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

**PMC CONTRATO 0324/2017**

Publicação Nº 1457726

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0324/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: AMAN MANTA ASFALTICA LTDA - EPP	
Valor ..... : 99.254,12 (noventa e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos)	
Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 14/04/2018	
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0008/2017 Processo_Licitatório.....: 0159 / 2017	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para serviço de impermeabilização do Telhado do Ginásio Municipal de Esportes Dileto Bertaioli, da Fundação Municipal de Esportes, com fornecimento de manta asfáltica antigranizo. Recursos Municipais	
Capinzal, 14 de Dezembro de 2017	

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0186/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0124/2017**

Publicação Nº 1458151

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0186/2017

Pregão Presencial Nº 0124/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de Desinsetização e Desratização, por empresa especializada, nas dependências da Secretaria da Administração e Finanças; Casa do Cidadão; Secretaria da Educação, Cultura e Esportes (Centros Municipais de Educação Infantil, Creches, Pré-Escolas e Escolas do Ensino Fundamental); Quartel do Corpo de Bombeiros Militar e dependências pertencentes ao Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 08:25 horas, para abertura da Seção

às 08:30 horas do dia 28/12/2017.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zóccoli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 15 de Dezembro de 2017.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

### PMC TERMO ADITIVO 002/2017 C58

Publicação Nº 1458117

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 002/2017 C58 - Contrato Nº: 0058/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: PEDREIRA ENGENHOS LTDA EPP	
Valor ..... : 18.661,50 (dezoito mil seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)	
Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 17/03/2018	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0026/2017 Processo_Licitatório....: 0035 / 2017	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo das quantidades em até 25%, referente ao item 02 (Brita I), aumentando o valor total dos referidos itens em R\$ 18.661,50 (dezoito mil seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).	
Capinzal, 14 de Dezembro de 2017	

### PMC TERMO ADITIVO 003/2017 C250

Publicação Nº 1457741

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 003/2017 C250 - Contrato Nº: 0250/2014	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: CONSTRULACER COMERCIO E CONSTRUÇÕES LACERDO-POLIS E	
Valor ..... : 0,00 (zero)	
Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 14/03/2018	
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0003/2014	
Processo_Licitatório....: 0144 / 2014	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original findando em 14/03/2018, conforme solicitação, documentos e pareceres técnico e jurídico.	
Capinzal, 14 de Dezembro de 2017	

### PMC TERMO ATIVO 001/2017 C150

Publicação Nº 1457737

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 001/2017 C150 - Contrato Nº: 0150/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: OSVINO MARTINAZZO	
Valor ..... : 5.070,00 (cinco mil e setenta reais)	
Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 05/05/2018	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0052/2017 Processo_Licitatório....: 0068 / 2017	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o ACRÉSCIMO das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 da lei 8.666/93; aumentando o valor do contrato original em R\$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais). Conforme solicitação Secretaria e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 14 de Dezembro de 2017	

### PMC TERMO DE FOMENTO 0003

Publicação Nº 1458126

TERMO DE FOMENTO 0003/2017  
CHAMADA PÚBLICA 0003/2017

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPINZAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CORAL SÃO PAULO APOSTOLO.

VALOR: R\$ 9.370,00 (nove mil trezentos e setenta reais)  
Vigência: até 31/12/2017

Objeto: Este Termo de Fomento, decorrente do Chamamento Público 03/2017, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a realização do projeto "MAESTRO REGENTE", conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo.

Capinzal, 13 de Dezembro de 2017.



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****PORTARIA N º 80/2017/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 1458275

PORTARIA N º 080/2017/SIMAE-CAO, de 14 de dezembro de 2017.  
"Institui o programa de compensação de horas e dispõe sobre o controle de frequência ao trabalho dos servidores do SIMAE".

O Diretor do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições previstas no artigo 73, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, ratificada pela Lei Complementar nº 25, de 16 de abril de 2012, do município de Ouro, RESOLVE:

**CAPÍTULO I****Da Compensação de Horas**

Art. 1º. Fica instituído o programa de compensação de horas no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, permitindo aos servidores, respeitadas as disposições contidas nesta Portaria, compensarem horas excedentes realizadas extraordinariamente.

Art. 2º. O programa possibilita ao servidor requerer a compensação de eventuais horas de serviços realizadas extraordinariamente, mediante concordância e autorização expressa do superior hierárquico.

Art. 3º. Somente podem ser compensadas as horas excedentes realizadas pelos servidores, classificadas como extraordinárias, as que tenham sido expressa e previamente autorizadas pelo superior hierárquico, através de Ordem de Serviço, Memorando ou Autorização do superior imediato.

Art. 4º. Horas excedentes realizadas sem a devida autorização não configuram horas extraordinárias e, portanto, não sujeitas a compensação e/ou pagamento.

Art. 5º. Para fins de compensação de horas já realizadas, o servidor interessado deve solicitar ao seu superior, através de "Requerimento de Compensação de Horas" (ANEXO I), expondo em quais datas e horários pretende usufruir.

§ 1º. O requerimento/pedido de compensação de horas deve ser realizado no mês de realização das horas extras. Findo esse prazo, as horas trabalhadas pelos servidores são devidamente pagas como horas extras, não sendo mais possível a compensação.

§ 2º. A análise do pedido é realizada pelo superior hierárquico observando e garantindo o perfeito funcionamento do setor.

Art. 6º. Mediante requerimento do servidor interessado (ANEXO II) e deferimento da Direção, em situações excepcionais, também é possível a concessão de dispensa do trabalho para compensação futura de horas pelo servidor.

§ 1º. Para fins de compensação de horas prevista no caput deste artigo, não são admitidas compensações futuras inferiores a 30 minutos.

§ 2º. As horas extraordinárias que eventualmente o servidor vier a realizar são automaticamente compensadas, não sendo possível o pagamento de horas extras a servidor que está em débito de horas.

§ 3º. Não sendo a compensação aprovada pela Direção ou se o servidor não realizar as horas determinadas, será devidamente descontado o período, conforme previsão na legislação em vigor.

**CAPÍTULO II****Seção I****Do Controle de Frequência**

Art. 7º. O controle de frequência dos servidores da Autarquia, sejam eles efetivos, de função de confiança, comissionados, estagiários e eventuais contratados é realizado por sistema biométrico.

Art. 8º. Quando o servidor, por algum motivo, ficar impossibilitado de registrar sua frequência no sistema deve informar a ocorrência ao superior e ao setor de Recursos Humanos, em até dois dias úteis.

Art. 9º. O servidor que fizer o registro de presença e retirar-se do expediente de trabalho sem autorização do seu superior, tem o

afastamento registrado como falta ao período de trabalho, com a aplicação das disposições estatutárias.

Art. 10. Os atrasos ao trabalho, não deferidos/autorizados para compensação, são automaticamente descontados.

§ 1º. Atrasos no registro de frequência de até 05 (cinco) minutos, até o limite de 05 (cinco) ocorrências por mês, são abonados.

§ 2º. O servidor que durante o período de sua avaliação anual ou de estágio probatório apresentar média mensal superior a 10 (dez) atrasos descontados em folha (não abonados), obrigatoriamente terá nota inferior a 07 (sete) no quesito assiduidade.

**Seção II****Das Faltas ao Trabalho**

Art. 11. As faltas ao trabalho, por quaisquer que sejam os motivos, sejam justificadas ou não, devem ser comunicadas ao superior hierárquico, sob pena de aplicações de sanções disciplinares.

§ 1º. São justificadas as faltas ao serviço por motivo de doença própria ou de pessoa da família, sendo abonadas mediante apresentação de respectivos atestados médicos, os quais devem ser apresentados na forma estabelecida em Instrução de Serviço específica.

§ 2º. Caracterizam-se como não justificadas as faltas ao serviço por motivos particulares e outros não compreendidos no parágrafo anterior, computando-se como ausência o sábado e domingo, ou feriado quando intercalados.

**Seção III****Dos Horários de Trabalho**

Art. 12. Os horários de trabalho dos servidores da Autarquia são os estabelecidos em razão dos serviços prestados, de acordo com escalas de trabalho e de sobreaviso, respeitadas as disposições legais.

Art. 13. Os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança submetem-se a integral dedicação ao serviço, podendo ser convocados sempre que houver necessidade do serviço e interesse da Administração.

Art. 14. Os servidores descritos no artigo anterior devem cumprir normalmente os horários de trabalho da Autarquia, bem como realizar o registro de frequência pelo sistema biométrico.

Art. 15. É possível a flexibilização de horários aos servidores no exercício de função de confiança e em comissão, desde que previamente autorizados.

**Seção IV****Das Convocações**

Art. 16. No caso de convocações de servidores que se encontram afastados das atividades (férias, licenças-prêmios e outros), as horas trabalhadas são consideradas extraordinárias, cabendo ao servidor optar pelo pagamento ou pela compensação, devendo neste caso serem observadas as condições estabelecidas nesta Portaria.

§ 1º. Se a convocação for exclusivamente para participação de cursos, reuniões, capacitações e outras afins, fica a critério e conveniência da Autarquia, a definição da compensação ou do pagamento das horas ao servidor.

§ 2º. Nas convocações descritas no caput, aos servidores que ocupam cargos em comissão ou funções de confiança não é permitido o pagamento.

**Seção V****Das trocas de horários entre servidores**

Art. 17. Os servidores submetidos ao cumprimento de escalas de revezamento de trabalho, bem como os designados ao trabalho em sistema de sobreaviso (plantão) podem, mediante prévio acordo entre os mesmos e concordância expressa do superior imediato, realizarem trocas em comum acordo entre si de horários de trabalho e de sobreaviso.

Art. 18. Cabe aos servidores interessados em comum acordo requererem a solicitação com antecedência mínima de três dias para análise da possibilidade pelo superior imediato, que poderá aceitar ou não o pedido, considerando aspectos de natureza legal, bem como operacional.

Art. 19. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

SIDNEI PENZO  
Diretor Geral

#### ANEXO I

#### REQUERIMENTO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS JÁ REALIZADAS

Servidor (requerente): \_\_\_\_\_

Horas extras realizadas:

Dia/Mês	Quantidade Horas
Total Horas:	

Para compensar em:

Dia/Mês	Quantidade Horas	
Total Horas:		

Capinzal/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura

Atesto que as referidas horas-extras foram realizadas e estão devidamente registradas no sistema ponto:

Recursos Humanos

Análise/parecer do pedido:

( ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO

Capinzal/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Responsável pela análise: \_\_\_\_\_  
Superior hierárquico

Visto:

\_\_\_\_\_  
Coordenação Setor

#### ANEXO II

#### REQUERIMENTO PARA DISPENSA COM POSTERIOR REALIZAÇÃO DE HORAS

Servidor (requerente): \_\_\_\_\_

Requer dispensa do trabalho em:

Dia/Mês	Quantidade Horas
Total Horas:	

Para compensar em:

Dia/Mês	Quantidade Horas	
Total Horas:		

Justificativa: \_\_\_\_\_

Capinzal/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura

Ciente:

Superior hierárquico

Análise/parecer do pedido:

( ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO

Capinzal/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Direção Geral

# Catanduvás

## PREFEITURA

### ADENDO AO EDITAL DE: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0117/2017 - PREGÃO Nº 0092/2017

Publicação Nº 1458349

ADENDO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0117/2017  
PREGÃO Nº 0092/2017

O Prefeito do Município de Catanduvás, Estado de Santa Catarina, Exmo. Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a necessidade de alterar a data e horário de realização do certame.

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, as seguintes alterações no edital de Processo Licitatório 0117/2017, Pregão 0092/2017:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 28 de dezembro de 2017;
- Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 26 de dezembro de 2017;
- Início da Sessão Pública do pregão: às 13h45min do dia 28 de dezembro de 2017.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvás - SC, 14 de dezembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0114/2017 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2017

Publicação Nº 1457625

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

Espécie: Inexigibilidade de Licitação  
Base Legal: O amparo legal para a Inexigibilidade da licitação consta no art. 25, III, da Lei nº 8.666/93.  
Processo Licitatório nº 0114/2017  
Processo de Inexigibilidade 0006/2017, publicado em 13/12/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUCAS  
Contratadas:  
VALDIR DEMETRIO DA  
MARINE ALVES DE LIMA  
ANTONIO HENRIQUE BEARSI PEREIRA 09216118970  
JOSUEI DEITOS GONZAGA - ME  
FAMILIA PAGANINI LTDA ME  
DIOSEER ADEMIR MAZIERO

Objeto: Consiste o presente processo de Inexigibilidade de Licitação a contratação de programação natalina do município de Catanduvás, no ano de 2017.

Valor: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

Vigência: Até 31/12/2017

Ratificação: em 13/12/2017, por: Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0150/2017

Publicação Nº 1458397

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0150/2017  
PREGÃO Nº 0077/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0096/2017)”.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de um Caminhão Caçamba, novo, 0 km, de fabricação nacional, conforme Convênios Federais nº844261/2017 e 844163/2017 visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 232.000,00 (duzentos e trinta e dois mil reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.107.4490.00 - 403 - 143/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI  
1.107.4490.00 - 404 - 144/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI  
1.107.4490.00 - 100 - 66/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2018.

Catanduvás - SC, 06 de dezembro de 2017.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

### EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0151/2017

Publicação Nº 1458399

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0151/2017

PREGÃO Nº 0077/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0096/2017)”.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: JHC LOCACOES EIRELI - ME

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de uma Motoniveladora, nova, 0 km, de fabricação nacional, conforme Convênios Federais nº844261/2017 e 844163/2017 visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.107.4490.00 - 403 - 143/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI  
1.107.4490.00 - 404 - 144/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI  
1.107.4490.00 - 100 - 66/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2018.

Catanduvas – SC, 06 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PL 0114/2017- IL 0006/2017**

Publicação Nº 1457626

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato do(a) Senhor(a), que declarou inexigível a licitação, com fundamento do art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, face ao disposto no art. 26 do mesmo diploma legal, nestes termos:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0114/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2017

Objeto: Consiste o presente processo de Inexigibilidade de Licitação a contratação de programação natalina do município de Catanduvas, no ano de 2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CATANDUVAS SC

**CONTRATADAS:**

VALDIR DEMETRIO DA SILVA - VALOR: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais);

MARINE ALVES DE LIMA - VALOR: R\$: 1.300,00 (um mil e trezentos reais);

ANTONIO HENRIQUE BEARSI PEREIRA 09216118970 - VALOR: R\$: 400,00 (quatrocentos reais);

JOSUEI DEITOS GONZAGA - ME - VALOR: R\$: 1.300,00 (um mil e trezentos reais);

FAMILIA PAGANINI LTDA ME - VALOR: R\$: 5.000,00 (cinco mil reais);

DIOSER ADEMIR MAZIERO - VALOR: R\$: 600,00 (seiscentos reais);.

VALOR TOTAL: 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

Catanduvas/SC, 13 de dezembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 127 DE 14.12.2017

Publicação Nº 1457191

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
DECRETO Nº. 127 DE 14.12.2017

Homologa Resolução nº 03/2017, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado - SC.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº. 03/2017, de 06 de dezembro de 2017, do Conselho Municipal de Saúde, que aprova o Plano Municipal de Saúde 2018/2021, do Município de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de dezembro de 2017.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

Estado de Santa Catarina  
Município de Chapadão do Lageado  
Conselho Municipal de Saúde

#### RESOLUÇÃO N. 03/2017

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas competências regimentais que lhe confere a Lei Municipal n. 0590/2013, Portaria n. 145/2016 e de conformidade com a deliberação ocorrida na reunião ordinária realizada no dia 5 de dezembro do corrente ano, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Saúde 2018-2021, do Município de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado-SC, 06 de dezembro de 2017.  
MARLISE NEUHAUS  
Presidente

### EXTRATO CONCURSO PÚBLICO 02/2017

Publicação Nº 1457437

O Município de CHAPADÃO DO LAGEADO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao CONCURSO PÚBLICO n.º 02/2017, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 007/1998, todas considerando suas alterações posteriores, demais legislações atinentes e de acordo com as disposições deste Edital. Do Cargo: Controlador Interno. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 19 de dezembro de 2017 a 19 de janeiro de 2018 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Das provas: As provas serão aplicadas no dia 04 de fevereiro de 2018. O Edital

e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Chapadão do Lageado (SC), no site [www.chapadaodolageado.sc.gov.br](http://www.chapadaodolageado.sc.gov.br), bem como no site da empresa organizadora [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Chapadão do Lageado (SC), 15 de dezembro de 2017. Sra. MARLI GORETTI KAMMERS. Prefeita Municipal.

### EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017

Publicação Nº 1457659

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 81/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2017

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: IGAM SC Cursos e Consultoria

Vigência: até 31/12/2018.

Fundamento Legal: artigo 25, II da Lei Federal nº 8.666/93;

Valor: R\$ 7.896,00 (sete mil oitocentos e noventa e seis reais), que correspondem a R\$ 658,00 (seiscentos e cinquenta e oito reais), mensais

Objeto: Contratação e Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, de gestão e jurídica, através de consultas por escrito, por telefone, internet e pessoalmente, disponibilização de textos técnicos de interesse da administração e remessa de informações técnicas no Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 453/2017

Publicação Nº 1457372

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 453/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº 008, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº 047, de 01.12.2010,

#### RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a servidora SANDRA REGINA CHIQUIO, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Ensino, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela portaria nº 058/2011 de 01.02.2011, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal



**PORTARIA Nº 454/2017**

Publicação Nº 1457510

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 454/2017

“ALTERA O INCISO III DO ART.2º DA PORTARIA Nº 436/2017 E  
ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de competência legal e de acordo com o que lhe confere o Artigo 70, Inciso II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º O inciso III do art. 2º da Portaria nº 436/2017, de 09.11.2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....  
III – NEUSA FRANCISCO LUCKMANN  
.....”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

# Chapecó

## CÂMARA MUNICIPAL

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12 DE 2017

Publicação Nº 1458299

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Chapecó

Processo Administrativo Nº 29/2017  
Inexigibilidade de Licitação Nº 12/2017

Objeto: Referente despesas de condomínio do imóvel locado para funcionamento da câmara municipal.  
Contratante: Câmara Municipal de Chapecó  
Contratada: Edifício Chapecó Office Center  
Valor/Estimado Ano: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Chapecó, 14 de dezembro de 2017.  
Valmor Junior Scolari  
Presidente

### PORTARIA Nº 127 DE 2017

Publicação Nº 1458286

Portaria Nº 127/17  
Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo TATIANE BORTOLETTI FERREIRA ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.  
Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.  
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2017.  
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 14 de dezembro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

### PORTARIA Nº 128 DE 2017

Publicação Nº 1458285

Portaria Nº 128/17  
Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor CLAUDIR FRANCISCO FERREIRA para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.297,15 (Três mil, duzentos e noventa e sete reais e quinze centavos) e conceder a gratificação de 40% (quarenta por cento), conforme artigo 4º da Lei Complementar nº 499/12 de 18 de dezembro de 2012.  
Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.  
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 14 de dezembro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 14 de dezembro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 553/17

Publicação Nº 1457194

DECRETO SAF/Nº. 553/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado MARIA DE FÁTIMA PORTO LUIZ, portadora do CPF nº. 416.747.239-20, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 77/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 554.17

Publicação Nº 1457196

DECRETO SAF/Nº. 554/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado MELODI GONÇALVES DOS SANTOS FRANCISCONI, portadora do CPF nº. 032.994.189-55, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 68/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 555/17

Publicação Nº 1457197

DECRETO SAF/Nº. 555/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado MIRTIZ GUGLIELMI BEZ FONTANA, portadora do CPF nº. 776.771.109-91, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 69/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 556/17

Publicação Nº 1457199

DECRETO SAF/Nº. 556/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado MONIQUE GEREMIAS DA SILVA, portadora do CPF nº. 090.756.449-65, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 92/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 557/17

Publicação Nº 1457204

DECRETO SAF/Nº. 557/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado NEURA SILVEIRA BEZ FONTANA, portadora do CPF nº. 432.497.529-91, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 55/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 558/17

Publicação Nº 1457206

DECRETO SAF/Nº. 558/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado PATRÍCIA CITTADIN GREGÓRIO, portadora do CPF nº. 041.795.029-25, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 64/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 559/17**

Publicação Nº 1457210

DECRETO SAF/Nº. 559/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado PATRÍCIA DE JESUS CRESCÊNCIO, portadora do CPF nº. 005.488.459-48, Professor ACT nomeada pelo Decreto SAF/N. 262/17, de 16 de maio de 2017, de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 560/17**

Publicação Nº 1457213

DECRETO SAF/Nº. 560/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado PATRÍCIA FELICIO BONY DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 071.387.699-97, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 67/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 561/17**

Publicação Nº 1457216

DECRETO SAF/Nº. 561/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado PRISCILA MIRANDA, portadora do CPF nº. 052.514.969-40, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 65/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 562/17**

Publicação Nº 1457220

DECRETO SAF/Nº. 562/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado REJANE CARDOZO portadora do CPF nº. 028.352.629-70, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 305/17, de 07 de junho de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 563/17**

Publicação Nº 1457222

DECRETO SAF/Nº. 563/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado REJANE FELISBERTO, portadora do CPF nº. 909.266.259-34, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 88/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 564/17**

Publicação Nº 1457224

DECRETO SAF/Nº. 564/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado RENATA MARCELO DA SILVA, portadora do CPF nº. 054.225.229-58, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 58/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 565/17**

Publicação Nº 1457232

DECRETO SAF/Nº. 565/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ROSANGELA DONATO DE CAMPOS KASMIERCHCKI, portadora do CPF nº. 079.255.039-04, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 140/17, de 14 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 566/17**

Publicação Nº 1457233

DECRETO SAF/Nº. 566/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ROSILENE APARECIDA MATOS, portadora do CPF nº. 024.964.249-22, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 90/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 567/17**

Publicação Nº 1457234

DECRETO SAF/Nº. 567/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SABRINA DE PELEGRIN, portadora do CPF nº. 085.382.529-76, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 189/17, de 06 de março de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 568/17**

Publicação Nº 1457237

DECRETO SAF/Nº. 568/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SANDRA MARA MACCARI, portadora do CPF nº. 016.382.319-74, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 84/17, de 06 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 569/17**

Publicação Nº 1457239

DECRETO SAF/Nº. 569/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SIMONE QUAREZEMIN, portadora do CPF nº. 029.466.449-10, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 154/16, de 25 de fevereiro de 2016, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 571/17**

Publicação Nº 1457241

DECRETO SAF/Nº. 571/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado TAMIRES INOCENTE, portadora do CPF nº. 072.910.159-28 Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 150/17, de 16 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas



**DECRETO SAF/N. 572/17**

Publicação Nº 1457245

DECRETO SAF/Nº. 572/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado TAMI-RIS FRANCISCO, portadora do CPF nº. 083.398.429-27, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 114/17, de 13 de fevereiro de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 573/17**

Publicação Nº 1457247

DECRETO SAF/Nº. 573/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado TATIANA SILVEIRA BEZ BIROLO, portadora do CPF nº. 042.160.079-96, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 169/17, de 01 de março de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 574/17**

Publicação Nº 1457248

DECRETO SAF/Nº. 574/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado VANILDE FRASSON DEBIASE, portadora do CPF nº. 003.455.239-11, Professor ACT nomeada pelo Decreto SAF/N. 256/17, de 08 de maio de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 575/17**

Publicação Nº 1457319

DECRETO SAF/Nº. 575/17, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado XANDRA JOSEFA CAETANO, portadora do CPF nº. 019.253.259-62, Professor ACT nomeada pelo Decreto SAF/N. 194/17, de 07 de março de 2017, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 577/17**

Publicação Nº 1457321

DECRETO SAF/ Nº. 577/17, de 05 de dezembro de 2017.  
SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.331, de 21 de dezembro de 2016, resolve:

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde  
2.020 – Manutenção da Rede Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
---	----------------

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Parágrafo único. A suplementação faz-se necessária, pelo excesso de arrecadação na fonte 38 – transferências do Sistema de Saúde – PAB Fixo, liberados em c/c 624001-5 – Ag. 4924 – Caixa Econômica Federal, conforme proposta 36000-1515302/01-700, do Fundo Nacional de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de dezembro de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 579/17**

Publicação Nº 1457322

DECRETO SAF/N. 579/17, de 13 de dezembro de 2017.  
SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.392, de 13 de dezembro de 2017, resolve

## DECRETAR

Art. 1º Suplementa do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL		
ÓRGÃO	11	
Manutenção dos ESF's	2.021	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0037	Aplicações diretas	390.000,00
TOTAL		390.000,00

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, é reduzida no mesmo orçamento as seguintes dotações:

SECRETARIA DE OBRAS VIÁRIAS, EIDIF, SAN. REF, TRANSP.SERV.P		
ÓRGÃO	09	
Infraestrutura de águas e saneamento	1.031	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	290.000,00

SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO, TURISMO E COMUNIC.		
ÓRGÃO	10	
Incentivo ao Desenv. Turístico e Geração de Renda	2.050	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	100.000,00

TOTAL ..... R\$ 390.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gadzinski, 13 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Panej., Fazenda e Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### **ANÁLISE E JULGAMENTO - EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR**

Publicação Nº 1458227

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017  
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO  
ANÁLISE E JULGAMENTO

Aos treze dias do mês de dezembro de 2017, a Comissão de Credenciamento, designada pelo Decreto nº 380/2017, de 3 de abril de 2017, reuniu-se para efetuar a análise e julgamento da documentação apresentada pela Editora e Distribuidora Educacional S/A, mantenedora da Universidade Pitágoras Unopar, objetivando a formalização entre as partes das condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Dá análise, observou-se que a Instituição não atendeu ao disposto no Edital de Credenciamento nº 1/2017, especificamente aos itens abaixo descritos, exigidos pelo Anexo I:

1. inciso I – o requerimento foi apresentado pelo CEMAP Concórdia – Centro Educacional Concórdia Ltda., devendo ser apresentado em nome da Editora e Distribuidora Educacional S/A.;
2. inciso III – não foi apresentado o Alvará de Funcionamento, vigente, fornecido pela Prefeitura Municipal, relativo à empresa Editora e Distribuidora Educacional S/A;
3. inciso IV – não foi apresentada cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da Instituição, registrada em cartório;
4. inciso V – não foram apresentadas cópias autenticadas do RG e CPF dos administradores da Editora e da procuradora;
5. inciso VIII, alínea "a" – CND da Previdência Social, encontra-se vencida em 21.10.2017;
6. inciso VIII, alínea "b" – CND do FGTS, encontra-se vencida em 15.11.2017;
7. não foi apresentado o Anexo II, na forma do item 3.1.2.Etapa 2, do Edital (Convênio assinado);

Ainda, considerando que a Distribuidora Educacional S/A, é mantenedora da Universidade Pitágoras Unopar, se faz necessária a apresentação, também, dos documentos exigidos pelos incisos II, III, VI, VII, V III e IX, relativos às Universidade Pitágoras Unopar.

Assim, JULGAMOS a Editora e Distribuidora Educacional S/A, mantenedora da Universidade Pitágoras Unopar, inscrita no CNPJ sob nº 38.733.648/0001-40, INAPTA a celebrar Termo de convênio com o Município de Concórdia, com o fim específico de formalizar entre as partes condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Na forma do item 4 do Edital de Credenciamento nº 1/2017, a Instituição de Ensino poderá recorrer da decisão referente à sua inabilitação, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação da inabilitação.

Publique-se, na forma da Lei e notifique-se a Entidade.

Concórdia, SC, 13 de dezembro de 2017.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Presidente

GRACIELA SANDRIN  
Membro

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 104/2017**

Publicação Nº 1458274

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 104/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO/ FNDE/PAC I – CMEI PETRÓPOLIS, no valor de R\$ 574.601,69 (quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e um reais e sessenta e nove centavos).

Concórdia SC, 12 de dezembro de 2017.  
JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.  
Secretário Municipal de Finanças

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 105/2017**

Publicação Nº 1458276

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 105/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO/ FNDE - ESCOLA FREI LENECY, no valor de R\$ 41.878,49 (quarenta e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos).

Concórdia SC, 12 de dezembro de 2017.  
JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.  
Secretário Municipal de Finanças

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 106/2017**

Publicação Nº 1458284

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 106/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 339.190,36 (Trezentos e trinta e nove mil, cento e noventa reais e trinta e seis centavos).

Concórdia SC, 13 de dezembro de 2017.  
JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 19/2017 REPUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

Publicação Nº 1458319

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 19/2017  
REPUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O Município de Concórdia, pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, considerando o Comunicado protocolizado sob nº 24146/2017, em 8 de dezembro de 2017, encaminhado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, contratada para a realização do Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 12/2017 de 3 de outubro de 2017 e alterações,

torna pública a HOMOLOGAÇÃO e REPUBLICAÇÃO do Resultado Final, objeto do Edital do Processo Seletivo Público nº 18/2017, que passa a vigorar conforme Anexo Único deste Edital.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 8 dias do mês de dezembro de 2017.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Obs. O anexo encontra-se à disposição, na Secretaria Municipal de Administração – protocolo nº 17344/2017

**ERRATA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 2/2017**

Publicação Nº 1458307

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

ERRATA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 2/2017

A Fundação Municipal de Esportes de Concórdia - FMEC, no uso de suas atribuições, publica ERRATA junto ao Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Colaboração 2/2017 assinado entre FMEC e a Associação de portadores de Deficiência Física - Águias Concórdia, para nele fazer constar que:

ONDE SE LÊ: Aos 13 dias do mês de novembro de 2017,  
LEIA-SE: Termo Aos 8 dias do mês de dezembro de 2017,  
ONDE SE LÊ: Concórdia, SC, 13 de novembro de 2017.  
LEIA-SE: Concórdia, SC, 08 de Dezembro de 2017.  
ONDE SE LÊ: Concórdia/ SC, 05 de novembro de 2017.  
LEIA-SE: Concórdia/ SC, 08 de dezembro de 2017.

Igor Augusto Bolognest  
Gestor da Parceria

**PORTARIA FUMDEMA Nº 18/2017**

Publicação Nº 1458325

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 18/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000, c/c o disposto na Lei Complementar Nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 12 de dezembro de 2017, as Portarias nº:

- 12/2015, de 07 dezembro de 2015;
- 07/2017, de 11 de janeiro de 2017;
- 8/2017, de 07 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente  
GILBERTO ANTÔNIO ROMANI  
Superintendente da FUMDEMA

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO REVOGAÇÃO PROC.139/2017

Publicação Nº 1457667

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA  
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 139/2017  
TOMADA DE PREÇOS: 05/2017

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e justificativa que consta nos autos, determinou a REVOGAÇÃO da Tomada de Preços nº 05/2017, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA CONTÁBIL, FINANCEIRA, E CONTROLE INTERNO NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Cordilheira Alta - SC, 14 de dezembro De 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇO Nº 02/2017

Publicação Nº 1457900

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 02/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DAS COBERTURAS E ARQUIBANCADAS DAS QUADRAS ESPORTIVAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS SIMÕES LOPES E INÊS DOMINGAS TONON TASSONIERO.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Valor da garantia: 19.850,89 (dezenove mil oitocentos e cinquenta reais com oitenta e nove centavos).

Entrega dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 05/01/2018

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 05/01/2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 13 de dezembro de 2017

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2017

Publicação Nº 1458083

#### Resolução CMDCA Nº 05/2017

Dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas/Serviços ou Projetos Governamentais ou Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Coronel Martins que tenham por objetivo a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e a educação profissional de adolescentes e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Coronel Martins/SC, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 86/1997 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, conforme deliberado em sessão ordinária na data 14 de Dezembro de 2017, e,

Considerando que as Entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme previsto nos artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/1990;

Considerando que a inscrição dos programas das entidades governamentais e não governamentais, com a especificação dos regimes de atendimento, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é obrigação que se impõe no ECA, no artigo 90 § 1º;

Considerando o teor da Resolução Nº. 71 de 10 de junho de 2001 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando o teor da Resolução Nº. 164 de 09 de abril de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o Registro e fiscalização das Entidades sem fins lucrativos e inscrição dos programas não governamentais e governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional e dá outras providências;

Considerando o disposto nos incisos I, II e III do art. 2º e no inciso I do § 2º do art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

Considerando o disposto na Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer procedimentos com vistas ao Registro de Entidades Não Governamentais e Inscrição de Programas/Serviços ou Projetos de Entidades Governamentais e Não Governamentais de atenção à criança e ao adolescente do Município de Coronel Martins.

§ 1º - As Entidades não governamentais que executam pelo menos um dos programas – proteção ou socioeducativos, somente poderão funcionar mediante registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme previsto no art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente e artigo 430 da Consolidação das

Leis do Trabalho – CLT, alterada pela Lei 10.097/2000;

§ 2º - A inscrição dos programas com a especificação dos regimes de atendimento tanto das entidades não governamentais, quanto das entidades governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é obrigação que se impõe no ECA, nos artigos 90 § 1º e 91;

§ 3º - O Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 90 afirma que as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção de suas próprias unidades e pelo planejamento e execução de seus programas;

§ 4º - As entidades de atendimento executam dois programas: Proteção e Socioeducativo, na forma disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente.

I - O Programa de Proteção se destina as crianças e adolescentes cujos direitos são violados ou ameaçados. É constituído de quatro regimes: orientação, apoio sócio-familiar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar (tutela, guarda e adoção) e abrigo. Estes regimes são compostos por um conjunto de ações especiais com vistas ao acesso ou complementação de políticas públicas na área de proteção; tais como: atividades de acompanhamento e complementação escolar; escolarização alternativa; grupos terapêuticos, psicossociais; de apoio e orientação; atividades lúdico-pedagógicas; atividades formativas e preparatórias para inserção no mundo do trabalho; atendimento protetivo em abrigo; encaminhamento e acompanhamento em família substituta.

II - O Programa Socioeducativo visa atuar junto aos adolescentes que violam os direitos alheios, nos regimes de liberdade assistida, semiliberdade e internação. Os demais programas ou regimes são de outras políticas como: educação, saúde, cultura, esporte, lazer e trabalho etc.

#### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos a serem alcançados com a presente Resolução Normativa:

I. Registrar as entidades não governamentais que desenvolvam programas de atendimento a crianças e adolescentes;

II. Inscrever os programas de entidades governamentais e não governamentais voltados à promoção dos direitos de crianças e adolescentes;

III. Subsidiar a criação de programas que atendam às exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV. Propiciar o mapeamento das entidades que desenvolvem ações voltadas para crianças e adolescentes em Coronel Martins;

V. Proceder ao mapeamento das entidades sem fins lucrativos que façam a intermediação do trabalho de adolescentes, promovam o trabalho educativo e ofereçam cursos de profissionalização e aprendizagem.

#### CAPÍTULO II DO REGISTRO E INSCRIÇÃO

##### Seção I – Do Registro de Entidades sem fins lucrativos

Art. 3º - Corresponde ao procedimento de registrar junto ao CMDCA aquelas entidades que tenham por missão o desenvolvimento de ações voltadas especificamente para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, conforme as seguintes categorias:

I – Promoção

II – Defesa

III – Educação Profissional

Art. 4º - Serão registradas na categoria Promoção as entidades que tenham entre seus objetivos estatutários a atuação no fomento aos direitos de crianças e adolescentes, através de:

- I. Desenvolvimento de ações que contribuam para formulação e implementação de programas e políticas públicas voltadas especificamente para crianças e adolescentes;
- II. Execução direta de programas de proteção e/ou socioeducativo nos termos do artigo 90 e 91 da Lei Federal 8.069/1990.

Art. 5º - Serão registradas na categoria Defesa aquelas entidades que tenham entre seus objetivos estatutários o desenvolvimento de ações voltadas para a responsabilização dos violadores dos direitos de crianças e adolescentes, através de:

- a) Ações judiciais;
- b) Procedimentos e medidas administrativas;
- c) Mobilização social e medidas sócio-políticas.

Art. 6º - Serão registradas na categoria Educação Profissional, as entidades que promovam o trabalho educativo e ofereçam cursos de profissionalização e aprendizagem voltados para adolescentes. Parágrafo-único - Os Programas de Aprendizagem pressupõem a formação técnico-profissional metódica articulada com o ensino regular de adolescentes na faixa etária de 14 aos 18 anos incompletos, observado o disposto nos artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 8.060/90, respeitando-se sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e o princípio da proteção integral.

Art. 7º - O Registro terá validade de quatro (4) anos, sendo que anualmente, até 30 de abril, as Entidades deverão apresentar um Plano de Ação e Relatório de Atividades do ano anterior, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento.

#### Seção II – Da Inscrição de Programas/Serviços ou Projetos

Art. 8º - A Inscrição dos Programas/Serviços ou Projetos deverá ser realizada quando de sua implementação, devendo ser renovado anualmente, observados os requisitos previstos na presente Resolução.

Art. 9º - As alterações, criação ou extinção de programas/serviços ou projetos deverão ser imediatamente comunicadas ao CMDCA.

### CAPÍTULO III DOS REQUISITOS

Art. 10º - São requisitos para Registro de Entidades no CMDCA:

- I. Executar plano de trabalho compatível com os princípios do ECA;
  - II. Estar regularmente constituída;
  - III. Ter em seus quadros pessoas idôneas;
  - IV. Apresentar a documentação exigida pelo CMDCA;
- Parágrafo único: As entidades que desenvolvem ações de atendimento direto devem preencher ainda os seguintes requisitos:
- I. Realizar atendimento de acordo com os Programas e Regimes preceituados pelo art. 90 e 91 do ECA.
  - II. Prestar atendimento sistemático e contínuo;
  - III. Oferecer instalações físicas compatíveis com o Regime proposto, em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
  - IV. Prestar atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade pessoal e social;
  - V. Ter quadro de pessoal qualificado e compatível com o Regime proposto;
  - VI. Constar nas finalidades estatutárias da entidade o atendimento à criança e/ou adolescente.

Art. 11º - As entidades que desenvolvem cursos de profissionalização devem observar, além dos requisitos previstos no parágrafo anterior, as normas estabelecidas na Portaria Nº 702 de 18 de Dezembro de 2001 do Ministério do Trabalho e Emprego e Decreto

Federal Nº 5.154 de 23 de Julho de 2004.

§ 1º - Os conteúdos básicos dos cursos profissionalizantes deverão conter noções de direito e cidadania, meio-ambiente, ética, relações do trabalho, relações interpessoais, língua portuguesa e novas tecnologias.

§ 2º - Deverá ser assegurado ao aprendiz o acompanhamento sistemático de uma equipe interdisciplinar durante sua formação, sua inserção e seu desenvolvimento no mundo do trabalho e desligamento do Programa.

### CAPÍTULO IV DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

#### Seção I – Documentos para Registro ou Inscrição de Projetos de Entidades Não Governamentais

Art. 12º - São documentos exigidos para entidades de atendimento não governamentais:

- I. Requerimento solicitando Registro da Entidade ou a Inscrição de Projeto ou Programa, dirigido à Presidência do CMDCA e Ficha de Inscrição (ANEXO I e II);
- II. Cópia da ata de fundação;
- III. Cópia do CNPJ atualizado;
- IV. Cópia do Estatuto Social da entidade, registrado em Cartório atualizado, com suas respectivas alterações;
- V. Cópia da ata de eleição da atual diretoria;
- VI. Certidão Negativa de Débito do INSS, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão de Regularidade da Receita Federal, Estadual e Municipal;
- VII. Relatório das ações realizadas na Entidade no ano anterior que descrevam, quantifiquem e qualifiquem as ações desenvolvidas.
- VIII. Plano de Trabalho Anual (ANEXO III);
- IX. Programa ou Projeto a ser inscrito;
- X. Relação dos cursos de profissionalização oferecidos, na qual devem constar as seguintes informações; programa, carga horária, duração, data de matrícula, número de vagas oferecidas, idade dos participantes.

§ 1º - Os documentos referidos no inciso X somente serão exigidos para aquelas entidades que estejam desenvolvendo ações de atendimento direto a crianças e adolescentes e/ou educação profissional à adolescente;

§ 2º - Quando se tratar de Unidade mantida pela entidade-sede, esta deverá, ainda, apresentar cópia do comprovante de Registro ou Inscrição no CMDCA daquele Município;

Art. 13º - A entidade que desenvolve programas de profissionalização de adolescentes que tiver seu programa inscrito no CMDCA terá o prazo de três meses, após o início de suas atividades, para apresentar relatório, contendo:

- I. Relação de estabelecimentos que realizarão contratação de aprendizes;
- II. Ramo de atividade dos estabelecimentos;
- III. Curso profissionalizante oferecido e seu início e término;
- IV. Número de aprendizes a serem contratados de acordo com a legislação vigente;
- V. Relação nominal de aprendizes contratados.

§ 1º - A entidade que não cumprir o estabelecido neste artigo terá a inscrição do Programa de Aprendizagem suspensa, por 60 dias, até que apresente o relatório de início das atividades.

§ 2º - Vencido o prazo de suspensão será cancelada a inscrição do Programa de Aprendizagem no CMDCA.

#### Seção II - Dos Documentos para Inscrição dos Programas/Serviços ou Projetos de Entidades Governamentais

Art. 14º - São documentos exigidos para inscrição de programas/serviços ou projetos de entidades governamentais:

- I. Requerimento solicitando a Inscrição do Programa/Serviço ou

Projeto, dirigido à Presidência do CMDCA e Ficha de Inscrição (ANEXO I e II);  
II. Cópia do CNPJ;  
III. Cópia do Ato de Nomeação do Dirigente da Entidade/Coordenador do Programa/Serviço;  
IV. Decreto que criou o Programa/Serviço, caso houver;  
V. Plano de Trabalho Anual (ANEXO III);  
VI. Programa ou Projeto a ser inscrito;  
VII. A relação dos cursos, programas ou atividades oferecidos, na qual devem constar as seguintes informações: conteúdo, carga horária, duração, data de matrícula, número de vagas oferecidas, faixa etária a ser atendida para aquelas entidades que estejam desenvolvendo ações de educação profissional à adolescente;

## CAPÍTULO V DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 15º - O pedido de Registro e Inscrição deverá ser protocolado na sede do CMDCA pelo Presidente e/ou Secretária do CMDCA, que o autuará e dará andamento ao processo de acordo com as normas internas.

Art. 16º - O pedido de Registro e Inscrição terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para tramitação até apreciação do colegiado, contados da data do protocolo da documentação.

Art. 17º - Compete a Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação composta por no mínimo três conselheiros municipais do CMDCA, realizar visita à Entidade ou programa que pretende se registrar ou inscrever no Conselho e elaborar parecer sobre o pedido, o qual deverá ser apreciado pelo plenário do CMDCA.

§ 1º - Caso alguma Entidade/Programa/Serviço/Projeto não possua alguns dos documentos listados nesta Resolução, cabe a Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação aprovar ou não as justificativas apresentadas, podendo se assim entender solicitar outros documentos comprobatórios, sempre considerando o regime de atendimento prestado.

§ 2º - Em relação às entidades que desenvolvem programas de aprendizagem deve ser observado se o plano de trabalho e toda a documentação apresentada estão em conformidade com a legislação em vigor, em especial, quanto à Lei Federal 8.069/90 e Lei 10.097/2000 e com esta Resolução.

§ 3º - A Comissão referida no caput deste artigo poderá solicitar relatório de fiscalização das entidades aos Conselhos Tutelares e Ministério Público, assim como parecer técnico dos órgãos de administração direta e indireta em nível municipal, quando julgar necessário;

Art. 18º - Os pedidos de renovação de registro e inscrição deverão ser protocolados no CMDCA no prazo de 90 (noventa) dias anterior ao seu vencimento, munidos de documentação atualizada e cópia do respectivo Certificado de Registro ou Inscrição anterior.

Art. 19º - Cabe à Secretária deste CMDCA manter atualizado banco de dados, acerca do cadastro de Programas e Entidades, contendo:  
I – A identificação da entidade, na qual devem constar as seguintes informações: nome, endereço, CNPJ e sua natureza jurídica.

## CAPÍTULO VI DA NEGAÇÃO, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

### Seção I – Da Negação

Art. 20º - Será negado, a juízo do CMDCA, o Registro ou Inscrição à Entidade ou Programa que:

- I. Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, para aquelas instituições que desenvolvem programas de atendimento direto;
- II. Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios

do Estatuto da Criança e do Adolescente;  
III. Esteja irregularmente constituída;  
IV. Tenha em seus quadros pessoas inidôneas;  
V. Não cumprir os requisitos estabelecidos nesta Resolução.  
Parágrafo único - Das decisões de indeferimento, cabe recurso ao CMDCA, no prazo de 10 dias contados a partir da publicação do resultado da decisão do CMDCA.  
Seção II – Da Suspensão

Art. 21º - O Registro ou Inscrição será suspenso pelo prazo de 6 (seis) meses quando a Entidade ou programa:

I. Apresentar irregularidades técnicas ou administrativas incompatíveis com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e da presente Resolução.

II. Interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses, sem motivo justificado;

III. Deixar de cumprir o Programa apresentado.

§ 1º - No caso de irregularidades detectadas em entidades será concedido um prazo de seis meses para que a instituição proceda à regularização do atendimento.

§ 2º - Em se tratando de irregularidades em Programas ou Projetos, será concedido um prazo de 1(um) a 3(três) meses, considerando-se o prazo total de execução do projeto, para que as irregularidades sejam sanadas.

§ 3º - A suspensão do Registro cessará quando a irregularidade que a motivou for considerada sanada, a juízo do CMDCA.

### Seção III – Do Cancelamento

Art. 22º - O registro ou Inscrição será cancelado quando a entidade:

I. Deixar de atender à exigência que motivou a suspensão;

II. Quando for comunicada a sua extinção;

III. Apresentar irregularidade que extrapole a penalidade de suspensão.

Art. 23º - Quando o registro ou inscrição for negado, suspenso ou cancelado, o CMDCA fará comunicação à autoridade judiciária e aos Conselhos Tutelares.

## CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24º - A concessão do Registro para funcionamento das entidades não-governamentais de atendimento à criança e ao adolescente, bem como a Inscrição dos programas ou projetos das entidades governamentais e não-governamentais somente deverá ser concedida com a rigorosa observância da taxionomia dos programas e regimes estabelecida nesta Resolução.

Art. 25º - A Entidade que for concedido Registro será fornecido Certificado, de acordo com a categoria em que for inscrita.

Art. 26º - Ao Programa ou Projeto inscrito será fornecida uma declaração de inscrição no CMDCA.

Art. 27º - Os atos de concessão, negação, suspensão ou cancelamento do Registro e Cadastro serão publicados em jornal/site de grande circulação.

Art. 28º - As entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional serão fiscalizados pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares, de acordo com o estabelecido no ECA e demais legislações pertinentes conforme dispõe o art. 3º da Resolução nº 164/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Art. 29º - As entidades governamentais e não-governamentais que



já executam programas de atendimento direto, de aprendizagem e educação profissional terão um prazo de 90 (noventa) dias, a partir desta data, para procederem à inscrição de seus programas.

Art. 30º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31º - Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins/SC, em 14 de Dezembro de 2017.

Chaiane Zanata

Presidente CMDCA

#### ANEXO I

(usar papel timbrado da entidade)

#### REQUERIMENTO

Coronel Martins, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Ao

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Sr. (a) Presidente

\_\_\_\_\_ (nome por extenso e sigla estatutária), vem, por meio deste, solicitar \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (seu registro ou a Inscrição de seu Programa ou Projeto) no CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o que se apresenta os documentos necessários.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal

#### ANEXO II

(usar papel timbrado da entidade)

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome da Entidade: .....

Nome do Programa/Projeto/Serviço: .....

. Endereço: ..... Nº ..... Bairro: .....

..... Cidade: .....

Telefone: ..... E-mail: ..... CNPJ: .....

.....

Situação do Imóvel: Próprio ( ) Alugado ( ) Cedido ( ) Comodato ( )

Área (s) de atuação:

( ) Orientação e Apoio Sociofamiliar

( ) Apoio Socioeducativo em meio aberto

( ) Colocação Familiar

( ) Acolhimento Institucional

( ) Prestação de serviços a comunidade

( ) Liberdade Assistida

( ) Semiliberdade

( ) Internação

( ) Outros (especifique): .....

Responsável Legal: ..... Cargo: ..... Mandato: .....

Responsável pelo Programa/Projeto: .....

Conselho Profissional: ..... Número

\_\_\_\_\_

Coronel Martins, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

Assinatura do Representante Legal

#### ANEXO III

(usar papel timbrado da interessada)

#### ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO

##### I – IDENTIFICAÇÃO

Nome por extenso da entidade interessada:

Endereço atualizado:

Telefone (s) para contato:

##### II – OBJETIVO

A – Geral: Indicar qual é a principal intenção da organização/entidade quando o programa efetuar esta prestação de serviço à população alvo de seu trabalho.

B – Específicos: Indicar por área que se pretende atingir à criança e/ou adolescente, portador de deficiência familiar, maternidade e outros; para cada grupo (adolescente, comunidade) redigir um objetivo específico, destacando, se for o caso, as prioridades para cada ano.

##### III – METAS

Indicar em números a quantos propõe prestar serviços ou abrir vagas (por área); Apresentar a capacidade máxima anual de atendimento, consideradas as condições para o atendimento com qualidade; informar se há planejamento de melhorias/acréscimos na estrutura física (descrever), se haverá aquisição de móveis e equipamentos, etc.)

##### IV – ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Indicar a procedência geográfica dos usuários e os critérios de ingresso.

##### V – ETAPAS OPERACIONAIS

Apresentar projeção das atividades anuais – de rotina – e especiais – indicando as etapas operacionais dessas atividades. Descrever como será desenvolvida a prestação de serviços, indicando subsequentemente, cada ação que será desenvolvida. Indicar se há atividades especiais planejadas para todos os usuários, se essas atividades envolvem parcerias com entidades da sociedade civil, órgãos governamentais ou comunidade em geral;

##### VI – RECURSOS NECESSÁRIOS PARA DESENVOLVER O PROGRAMA (por área)

Humanos: pessoal que será utilizado no programa e fonte pagadora.

Materiais: material permanente e de consumo que utilizará no desenvolvimento do programa (fonte pagadora).

Contribuição social do usuário.

##### VII – ARTICULAÇÃO COM REDE SOCIAL PÚBLICA E PRIVADA.

Indicar a conexão da entidade/programa/projeto com outros serviços, programas, projetos e organizações do poder executivo (p.ex. CRAS, CREAS, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Poder Judiciário, Ministério Público e entidades da sociedade civil).

##### VIII – PROTAGONISMO DO USUÁRIO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Demonstrar a forma de participação dos Usuários no planejamento, elaboração, execução, avaliação. Indicar como serão monitorado e avaliado as atividades desenvolvidas.

##### IX – FISCALIZAÇÃO

Coronel Martins, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do Representante Legal



**Correia Pinto****PREFEITURA****RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 65/2017 PMCP**

Publicação Nº 1458343

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 65/2017 PMCP  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a RERRATIFICAÇÃO ao edital do Pregão Presencial - Processo nº 65/2017 PMCP, alterando-se os descritivos dos seguintes itens: 15.4.3. e 15.4.4.

Onde se lê: "Registro ou inscrição de no mínimo 01 (um) Engenheiro Sanitarista, responsável técnico pela licitante na entidade profissional competente (CREA)".

Passa a ser lido: "Registro ou inscrição de no mínimo 01 (um) Engenheiro Sanitarista ou Civil, responsável técnico pela licitante na entidade profissional competente (CREA)".

Onde se lê: "Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente de funcionários ou em seu quadro societário ou como prestador de serviço, no mínimo 01(um) Engenheiro Sanitarista,"

Passa a ser lido: "Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente de funcionários ou em seu quadro societário ou como prestador de serviço, no mínimo 01(um) Engenheiro Sanitarista ou Civil,"

Feitas as devidas correções e entendendo que estas não afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, mantém-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, no dia 22/12/2017 às 09h00min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 14 de dezembro de 2017.

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

**RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2017**

Publicação Nº 1457333

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2017

Após análise dos critérios constantes no Edital do Processo Seletivo nº 007/2017, divulgamos o RESULTADO FINAL para o cargo de MOTORISTA:

Classificação	Nome	Nota Final	Situação
1º	JOAN JOACIR ROSA	1452	Aprovado
2º	FLAVIO CRISTOVÃO MADRUGA	168	Aprovado

Publique-se o presente no Diário Oficial dos Municípios, no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br) e no Mural da Prefeitura.

Correia Pinto/SC, 14 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR PEREIRA FURTADO

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 007/2017

NELCI CAMARGO DOS SANTOS BRANCO

Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 007/2017

KAQUINI ATHAYDE DOS SANTOS MARTINS

Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 007/2017

# Corupá

## PREFEITURA

### ERRATA DE EDITAL / PREGÃO PRESENCIAL Nº 0112/2017

Publicação Nº 1457750

#### ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 257/17  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017

A Pregoeira no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 112/17, objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO EM CRECHES E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I, ficando assim determinado:

Onde se lê:

30	Papel toalha, Branco, primeira linha, virgem, 100% celulose, não reciclado, inter folhado, uma dobra, separado de tal forma que só permita a retirada de folha a folha de dentro do suporte, medindo 230 x 270 mm, pacote com 2 rolos.	PCT	750,000	4,5100	3.382,50
38	Sacos de lixo 50 litros, Capacidade 50 litros, cor preta, largura 63, altura 80, de polipropileno, espessura 6 micras. Aplicação: uso doméstico. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	PCT10	1.200,000	11,3000	13.560,00
39	Sacos de lixo 30 litros, Capacidade 30 litros, cor preta, largura 63, altura 80, de polipropileno, espessura 6 micras. Aplicação: uso doméstico. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	PCT10	700,000	4,6100	3.227,00

Leia-se:

30	Papel toalha, Branco, primeira linha, virgem, 100% celulose, não reciclado, inter folhado, uma dobra, separado de tal forma que só permita a retirada de folha a folha de dentro do suporte, medindo 190 x 220, pacote com 2 rolos.	PCT	750,000	4,5100	3.382,50
38	Sacos de lixo 50 litros, Capacidade 50 litros, cor preta, 63x80, de polipropileno, espessura 6 micras. Aplicação: uso doméstico. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	PCT10	1.200,000	11,3000	13.560,00
39	Sacos de lixo 30 litros, Capacidade 30 litros, cor preta, 59x62, de polipropileno, espessura 6 micras. Aplicação: uso doméstico. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	PCT10	700,000	4,6100	3.227,00

Corupá, 14 de Dezembro de 2017.

LÍDIA ROSA VEECK

Pregoeira

### PORTARIA Nº 4572/17

Publicação Nº 1458155

PORTARIA Nº 4572/17

EXONERA, A PEDIDO, O SR. JONATAN PABLO WITHOFT, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o SR. JONATAN PABLO WITHOFT, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar da data de 05 de dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 15 de dezembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2017**

Publicação Nº 1458108

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Processo Licitatório nº 260 /2017  
Inexigibilidade de Licitação nº 045/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 260/2017, AUTORIZO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob o n.º 045/2017, da pessoa jurídica denominada RITA CASSIA MARISAVI ZONTA XIMENES – ME, inscrita no CNPJ sob nº 76.353.523/0001-83, visando o cumprimento do objeto, qual seja, “CREDENCIAMENTO PARA PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LABORATORIAIS E DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS E DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, NO CASO DE NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS E PERIÓDICOS DO PROGRAMA DE CONTROLE DE MEDICINA E SAÚDE OCUPACIONAL DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA”, tendo como valor total a ser pago pelos exames descritos na tabela constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital de Credenciamento nº. 006/17, a monta de até R\$ 23.390,00 (vinte e três mil trezentos e noventa reais), limitados a 2.265 (dois mil, duzentos e sessenta e cinco) exames de análises clínicas, durante o ano.

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: “A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93”. Desta feita, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que, pelo presente TERMO DE RATIFICAÇÃO, seja efetivada sua publicação, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 07 de Dezembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 046/2017**

Publicação Nº 1458128

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Processo Licitatório nº 262 /2017  
Inexigibilidade de Licitação nº 046/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 262/2017, AUTORIZO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob o n.º 046/2017, da pessoa jurídica denominada ESPAÇO SAÚDE EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob nº 27.438.531/0001-17, visando o cumprimento do objeto, qual seja, “CREDENCIAMENTO PARA PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LABORATORIAIS E DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS E DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, NO CASO DE NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS E PERIÓDICOS DO PROGRAMA DE CONTROLE DE MEDICINA E SAÚDE OCUPACIONAL DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA”, tendo como valor total a ser pago pelos exames descritos na tabela constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital de Credenciamento nº. 006/17, a monta de até R\$ 23.390,00 (vinte e três mil trezentos e noventa reais), limitados a 2.265 (dois mil, duzentos e sessenta e cinco) exames de análises clínicas, durante o ano.

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: “A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93”. Desta feita, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que, pelo presente TERMO DE RATIFICAÇÃO, seja efetivada sua publicação, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 07 de Dezembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 002/2017 DO PROCESSO SELETIVO**

Publicação Nº 1458206



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br

**ATO 008/2017****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR  
DO EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO**

O Senhor **JOÃO CARLOS GOTTARDI**, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto O Barriga Verde e a Comissão Municipal, torna público o que segue:

1. Divulga-se a **Classificação Preliminar**, do Processo Seletivo nº 002/2007, constante do **anexo I** deste ato, em ordem decrescente de nota final.
2. O candidato de inscrição número 746602 - Dirceu Amilton Muller, do Cargo de Médico Estratégia Saúde da Família, que solicitou Vaga para Portador de Deficiência, logrou êxito em 2º lugar na classificação geral.
3. Os recursos contra a classificação preliminar poderão ser interpostos nos **14 e 15 de dezembro de 2017**, conforme edital.

**Corupá, 13 de dezembro de 2017.****JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ**



## ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

## Legenda:

CB – Conhecimentos Básicos

CE – Conhecimentos Específicos

TA – Total de Acertos

NPE – Nota Prova Escrita

NF – Nota Final

## Agente Comunitário | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	756003	05/10/1997	Jessica Hohsptarch Braun	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
2	747155	16/01/1985	Suellem Souza Dos Santos Couto	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
3	752766	30/05/1981	Adelina Ricardo	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
4	739016	06/04/1960	Claudemir Raul De Farias	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
5	747168	06/05/1981	Rafael Torres Couto	8	2,00	7	3,50	15	5,50	Aprovado
6	756670	23/09/1998	Bryan Nicolini De Lima	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
7	758567	30/05/1987	Jordana Elaine Silva	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
8	747317	16/03/1982	Geneci De Mello Do Amarante	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
9	739930	26/07/1984	Marcela Rodrigues Da Silva	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado

## Agente Epidemiológico | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	751964	03/11/1977	Alice Schneider Severo Dos Santos	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
2	755691	12/10/1990	Barbara Cristina Rudolf	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
3	738814	25/05/1985	Johnatan Cristiano Soares	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado





4	747863	05/07/1982	Anderson Tavarani Da Silva	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
5	754458	13/11/1991	Jean Carlos Berti	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
6	758749	06/01/1996	Rafaela	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
7	759456	14/11/1998	Gabriela Hospedarsch	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
8	757945	13/10/1974	Aparecido De Jesus Nascimento	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
9	752961	30/03/1984	Leandro Gustavo Pereira Ferraz	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
10	738662	15/12/1961	Carlos Alberto De Oliveira Gomes	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
11	747366	04/02/1982	Marcia Fritsche	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
	756255	05/11/1970	Irivan Da Cunha	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	739657	01/03/1984	Celio Roberto Do Nascimento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	758808	20/08/1996	Helon Fabio Miranda Mello	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

#### Assistente Pedagógico | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	756927	22/02/1987	Samir dos Santos Victor	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
2	755939	05/10/1968	Francisca Barbosa Da Silva Ferreira	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
3	741548	03/01/1991	Juliana Judachewsky	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
4	740140	29/01/1951	Tadeu Arbigauss	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
5	739191	16/09/1972	Cintia Machado	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
6	739647	25/01/1981	Giseli Ap. Borges Nicolini	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
	739796	23/10/1976	Luciane Marin Da Silva Garcia Lehmkuhl	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**  
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá - SC  
 www.corupa.sc.gov.br

#### Assistente Social | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	746470	16/04/1992	Fernanda Rafaela Gajewski Rodrigues	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
2	739164	21/04/1991	Camila Ferreira Soares	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
3	741986	29/05/1995	Gabriel Planoski Inacio	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
4	743462	24/07/1969	Clarice Kuhn	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
5	738960	28/11/1984	Kellen Alyne Dorta Goes Simon	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
6	752969	29/03/1987	Silvia Santiago Martins	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
7	739107	14/06/1978	Maria Celia De Faveri Gonsioriewicz	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
8	751075	05/09/1984	Adriane Gomes Da Silva	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
9	752870	06/06/1996	Jamile Eloise De Mello Cardoso	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
10	742799	27/08/1984	Lucimara Aparecida Estevam Ribeiro	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
11	741470	05/05/1988	Giselia Zanchin	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
12	751971	15/12/1963	Cledir De Fatima De Lima Santos	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
13	759127	22/02/1990	Gisele Aparecida Morriesen Dos Santos	6	1,50	4	2,00	10	3,50	Aprovado
14	739721	14/05/1995	Amanda De Godoi	6	1,50	4	2,00	10	3,50	Aprovado
15	749883	10/02/1980	Katia Oliveira	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
	747277	06/12/1966	Rosangela Sturba	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	739423	20/10/1993	Daniela Cristina Marquioro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

#### Auxiliar de Consultório Dentário | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	738741	22/09/1987	Luiz Paulo Krahel	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
2	759961	06/01/1998	Fernando Koch	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado



3	757373	17/02/1998	Jaqueline Evangelista	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
4	756344	17/06/1996	Patrícia Mastey	8	2,00	8	4,00	16	6,00	Aprovado
5	740287	04/05/1992	Josiane Siqueira	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
6	758246	14/02/1983	Renata Sant Ana Tavares	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
7	747318	03/12/1992	Maike Ricardo Franca	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
8	740237	04/09/1996	Astiane Maier	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
9	748092	10/05/1997	Emerson Arco Pietro	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
10	741022	18/07/1998	Maria Gabriele Angelo	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
11	741693	22/10/1995	Andressa Braunsburger	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
	752257	06/08/1998	Jayne Teles De Souza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

#### Auxiliar de Manutenção e Conservação | Ensino Fundamental Séries Iniciais

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	748731	02/08/1962	Gilberto Luiz Wunderlich	8	3,20	10	6,00	18	9,20	Aprovado
2	759271	30/03/1997	Elidio Tomaselli	2	0,80	8	4,80	10	5,60	Aprovado
	739278	12/11/1995	Sergio Matheus Alexi	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

#### Auxiliar de Serviços Gerais | Ensino Fundamental Séries Iniciais

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	743513	29/09/1976	Valdirene Maia Tascheck	9	3,60	10	6,00	19	9,60	Aprovado
2	744141	06/10/1971	Jean Carlo Bachmann	7	2,80	10	6,00	17	8,80	Aprovado
3	753908	30/12/1975	Andrea Franco De Oliveira	7	2,80	10	6,00	17	8,80	Aprovado
4	751174	21/05/1985	Rita De Cassia Alencar	5	2,00	10	6,00	15	8,00	Aprovado
5	743264	22/11/1988	Andrea Cristina Barboza	6	2,40	9	5,40	15	7,80	Aprovado



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br

6	739391	03/01/1981	Marines Salete Groli		5	2,00	8	4,80	13	6,80	Aprovado
7	752739	01/05/1959	Yukio Takii		4	1,60	8	4,80	12	6,40	Aprovado
8	739373	04/11/1981	Bernadete Da Silva		2	0,80	9	5,40	11	6,20	Aprovado
9	758903	05/03/1989	Ligiane Rodrigues		5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
10	753933	14/01/1998	Nathalia Franco De Oliveira Goncalves		4	1,60	7	4,20	11	5,80	Aprovado
11	752783	16/03/1973	Leonice Campregher		5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
12	754454	20/09/1957	Tereza Dos Santos Pacifico		3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado
13	738629	28/10/1982	Marcelo Gomes		3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado
14	758731	15/02/1983	Juliana Fernandes De Souza		6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
15	757983	19/03/1967	Ivanilda Terezinha Pereira		2	0,80	7	4,20	9	5,00	Aprovado
16	740714	21/08/1962	Mauri Fontana		3	1,20	6	3,60	9	4,80	Aprovado
17	747847	23/08/1971	Luciano Ferreira		2	0,80	6	3,60	8	4,40	Aprovado
18	759238	25/12/1982	Natalia De Souza Lima		2	0,80	6	3,60	8	4,40	Aprovado
19	756223	01/07/1961	Marlene Maas		2	0,80	5	3,00	7	3,80	Aprovado
20	757647	01/03/1980	Silvia Fussil		2	0,80	5	3,00	7	3,80	Aprovado
21	739500	28/08/1976	Rosi Moretti Richter		0	0,00	6	3,60	6	3,60	Aprovado
22	739129	17/05/1985	Ana Paula Lemos Correa		1	0,40	5	3,00	6	3,40	Aprovado
23	757908	14/10/1957	Iraci Da Fonseca		1	0,40	4	2,40	5	2,80	Aprovado
24	742491	15/12/1967	Irene Maria Karchimarski Kasmarski		2	0,80	1	0,60	3	1,40	Aprovado
	749320	02/01/1975	Marilene Krisanski		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	759540	19/10/1976	Janice Teresinha Martins Barrankiewicz		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	756960	05/05/1983	Claudete De Deus Bueno		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	745480	04/07/1989	Grasiane Nilsen Schepke		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



# **Auxiliar de Setor (creche/escola) | Ensino Médio Completo**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	746348	14/11/1985	Daniela Cristina Glatz	9	2,25	14	7,00	23	9,25	Aprovado
2	759260	08/03/1990	Jitania Americo Araujo	7	1,75	14	7,00	21	8,75	Aprovado
3	741476	02/10/1984	Lilian Glucksberg	6	1,50	14	7,00	20	8,50	Aprovado
4	739717	23/03/1985	Jociele Aparecida Travassos Da Silva Borges	8	2,00	13	6,50	21	8,50	Aprovado
5	753503	05/07/1983	Jucelia Pedroso De Franca	5	1,25	14	7,00	19	8,25	Aprovado
6	749242	16/06/1980	Elaine Maria Da Rocha	7	1,75	13	6,50	20	8,25	Aprovado
7	740018	20/06/1984	Andressa Kroth Eitelvan	7	1,75	13	6,50	20	8,25	Aprovado
8	749780	08/04/1998	Maria Letícia Scoz	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
9	744029	04/04/1986	Gaby Morgana Schulze	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado
10	755119	30/12/1998	Carolina Oestereich	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado
11	757070	10/02/1980	Joselaine Maciel	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
12	748769	12/02/1984	Grasiela Jung Ribeiro	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
13	754691	06/08/1992	Adrielly Meiry Da Silva	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
14	740246	31/08/1998	Gabriele Nunes Da Silva	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
15	744988	15/10/1982	Aline Naira Da Silva	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
16	754986	27/05/1986	Edilaine Maira Da Rocha	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
17	744630	28/12/1997	Thiago Da Costa	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado
18	752132	28/01/1994	Joelma Martins	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
19	752355	09/04/1978	Antonio Santos Nascimento	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
20	743411	01/04/1997	Alysson Cesar Pincegher	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
21	760407	14/05/1991	Fernanda Bester Schmitt	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
22	754517	27/12/1992	Jaqueline Fossile De Oliveira	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
23	744291	28/01/1983	Luciane Aparecida Baier	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
24	738963	14/03/1996	Larissa Beleti	1	0,25	13	6,50	14	6,75	Aprovado





Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br

25	742456	04/12/1985	Juliane Weidner Demathe	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
26	754596	29/08/1980	Karina Denk	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
27	744257	16/09/1982	Marisa Aparecida Dos Santos Viana	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
28	743908	19/12/1999	Monalisa Daiara Keiser	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
29	747424	04/03/2000	Leticia Teles De Campos	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
30	757030	21/02/1984	Ilaine Miria Rosa	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
31	758740	05/02/1983	Maria Jaqueline Pietruchalek Galliani	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado
32	749440	26/10/1985	Sandra Vieira Dos Santos	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado
33	754205	24/02/1984	Damaris Emanuele Ulrich Teixeira	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
34	753819	03/07/1995	Talita Krishchansky	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
35	757938	06/01/1996	Viviane Silva Beca	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
36	759977	26/06/1977	Adriane Maia Rosso	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
37	740350	17/09/1981	Carlene De Souza Antunes Maximiano	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
38	743905	08/02/1984	Maraiza Klock	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
39	751157	20/05/1994	Evellin Mayara Philadelpho	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
40	757823	28/11/1995	Danilo Bublitz	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
41	743153	09/07/1997	Dayane Ketlin Boita	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
42	739163	14/01/2000	Ariane Cristina Müller	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
43	755750	21/05/1993	Katiana Minatti	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
44	741521	11/02/1999	Luana Hauck	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
45	739106	31/10/1999	Ananda Patricia Do Rosario	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
46	739436	01/09/1964	Sueli Terezinha Valczak De Oliveira	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
47	748970	18/04/1988	Tayse Padilha De Lima	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
48	748014	13/09/1992	Jéssica Mina Kamchen Marquardt	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
49	740383	17/03/1995	Jessica Michelle Finta	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
50	756745	23/02/1998	Joice Selene Dos Santos	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
51	756547	04/01/1999	Luana Cripa Lima	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
52	751200	21/07/1999	Pamela Terras	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado

Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**  
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá - SC  
 www.corupa.sc.gov.br

53	738694	08/11/1999	Keila Da Costa Maticola		5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
54	755025	25/09/1989	Leticia Aline Berlato		2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
55	758519	16/03/1988	Camila Saatkamp Mathias		4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
56	741540	22/08/1993	Gislaine Maria Leber		4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
57	752767	17/03/1994	Bruna Bianchini		4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
58	740081	25/05/1997	Joice Viebrantz		4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
59	759068	12/11/1999	Pamela Nayara Anacleto		4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
60	753372	06/05/1956	Roseni Maria Alves Floriani		3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
61	755269	14/11/1977	Sueli Engel Villegas		1	0,25	10	5,00	11	5,25	Aprovado
62	758638	26/04/1997	Judlaine Catarina Dias		3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
63	751652	19/11/1997	Damaris Tainara Rosa		3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
64	754182	03/09/1965	Vera Aparecida Siqueira Teixeira		2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
65	740206	10/12/1997	Larissa Schwirkowski		4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
66	758761	28/02/1977	Lauverinda Hanelore De Souza		2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
67	739134	06/06/1988	Rosane Hohensee		2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
	753141	13/07/1976	Aparecida Dantas Izidro		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	758645	13/07/1979	Simone Correa Moreira		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	758636	18/06/1982	Hananda Rubin Garcez		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	739189	28/08/1988	Janaina Gomes Cruz		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	759352	25/02/1990	Gleici Silveira De Abreu		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	754198	29/08/1990	Bruna Dantas Izidro Andreghe-toni		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	757848	06/01/1992	Queline Vieira Cardoso		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	739580	11/01/1998	Luiz Henrique Beal Flores Sergio		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	744621	23/03/1998	Bianca Carolina Locatelli		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



## Enfermeiro ESF | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	758937	24/03/1992	Melissa Kaue Boese Coelho	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
2	753206	31/08/1971	Adilson Juliano Thilles	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
3	742413	26/06/1975	Silvana Queiroz Nascimento Da Conceicao	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
4	756673	24/10/1978	Sandra Rosa Nicolini	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
	760063	13/02/1989	Adna Krisla Macario Correia	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	756548	11/12/1992	Taciana Dembinski Buava Pereira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

## Fisioterapeuta | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	748551	04/06/1993	Aline Gisele Langa	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
2	750414	23/09/1993	Fernanda Baerwaldt Hoppe	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
3	747796	03/09/1986	Meg Stefani Morales Fontoura	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado
4	746967	06/02/1991	Andre Felipe Kuhn Souza	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
5	739697	28/02/1996	Brenda Isabely Nunes	7	1,75	5	2,50	12	4,25	Aprovado
6	742046	20/05/1981	Gilmar Roberto Batista	7	1,75	4	2,00	11	3,75	Aprovado
7	752983	30/09/1992	Giacomo Luis Pivovar	7	1,75	4	2,00	11	3,75	Aprovado
8	747222	29/10/1981	Ana Paula Beber	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
9	759174	02/12/1985	Priscilla Gabriela Müller	5	1,25	3	1,50	8	2,75	Aprovado
	757004	21/08/1980	Ana Kris Faccin Furtado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



### Fonoaudiólogo (20h) | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	757592	01/08/1999	Livia Herminia De Araujo E Silva Moura	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado

### Fonoaudiólogo (35h) | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	755926	13/12/1982	Gilvana Koza	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
2	739293	18/08/1982	Raquel De Araujo Herweg	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
	739347	11/08/1988	Ivana Gabrielle Da Silva Santos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

### Instrutor de Karatê | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	758685	22/06/1969	Rubens Martins De Lima	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
2	753429	20/12/1957	Manoel Zacarias	2	0,50	3	1,50	5	2,00	Aprovado

### Médico Clínico Geral | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	745298	12/06/1990	Natasha Camilo Dias	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
2	754656	25/03/1965	Claudio Pericles De Andrade Dos Santos Cruz	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
3	757181	05/12/1991	Renan Sandrei De Oliveira	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
4	756378	26/08/1985	Renato Batistetti	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br

5	756369	11/01/1957	Marcia Helena De Souza Pereira		5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
	747777	12/04/1982	Rodrigo Oliveira Chahini		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	757011	30/01/1987	Andressa Godar De Castilho		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	758487	15/07/1988	Sharmyla Alexandra Hirata Dos Santos		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	756656	12/08/1991	Sasha Keith Kovaliuk		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	758444	01/11/1991	Gabriel Geber Blinder		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	757347	05/08/1992	Mateus Oliveira Vieira		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

**Médico Estratégia Saúde da Família | Ensino Superior Completo**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	747212	15/02/1989	Antonio Carlos Goncalves Braga	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
2	746602	13/11/1974	Dirceu Amilton Muller	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
3	759183	23/08/1979	Fabício Mario Firmino	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
4	742733	07/10/1992	Adriel Barbi Braz	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
5	739426	06/08/1991	Carmem Luiza Lucht Gascho	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado
6	760150	15/03/1993	Vito Ribeiro Venturieri	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado
7	746671	06/12/1991	Carlos Ehrl	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
8	760283	03/10/1988	Andressa Buba	8	2,00	9	4,50	17	6,50	Aprovado
9	757970	10/10/1993	Alvaro Baptista Neto	8	2,00	9	4,50	17	6,50	Aprovado
10	740734	30/08/1976	Carlos Gustavo Artoni De Carvalho	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
11	760201	18/12/1989	Luigi Fernando Kozenieski	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
12	740986	08/08/1977	Igor Goncalves Schinkarew	8	2,00	6	3,00	14	5,00	Aprovado
	759820	09/07/1980	Raphael Inacio De Abreu Ferreira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	759305	11/11/1991	Luisa Cristina Kohnlein	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	744555	23/06/1993	Nicolas Gil Dominico	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente





### Médico Ginecologista | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	753321	20/04/1956	Geraldo Alves Sicupira	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado

### Médico Pediatra (10h) | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	759673	17/11/1989	Dandara Morena Gonçalves Silveira	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
2	752914	18/09/1954	Beatriz Reu	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado

### Médico Veterinário | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	760349	14/11/1989	Camila Uller De Britto	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
2	746642	18/01/1981	Robson Renato Morales Fontoura	10	2,50	5	2,50	15	5,00	Aprovado
3	740895	19/08/1994	Marta Leitzke	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
4	753021	31/01/1995	Danielli Eggert Herrmann	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
5	742787	18/05/1972	Janice De Souza Spricigo	7	1,75	5	2,50	12	4,25	Aprovado
6	738775	03/12/1983	Marcos Jesus De Santanna	7	1,75	4	2,00	11	3,75	Aprovado
7	760059	23/09/1993	Everton Pereira	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
	757787	29/04/1977	Jose Eduardo Basilio De Oliveira Gneiding	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	756837	07/07/1988	Cristiane Pagliuso Cicuti	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



Merendeira   Ensino Fundamental Séries Iniciais										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	754958	30/01/1979	Silvana Toni Neuber	9	3,60	10	6,00	19	9,60	Aprovado
2	755710	08/10/1962	Silvana Pereira Pacheco	8	3,20	10	6,00	18	9,20	Aprovado
3	753858	29/09/1968	Meri Aparecida Martim De Souza	7	2,80	10	6,00	17	8,80	Aprovado
4	753524	13/01/1980	Mara Sueli Gaudet	6	2,40	10	6,00	16	8,40	Aprovado
5	746048	21/07/1982	Ivany Terezinha Da Silva	6	2,40	10	6,00	16	8,40	Aprovado
6	741724	17/07/1977	Mirian Fruchting	7	2,80	9	5,40	16	8,20	Aprovado
7	741513	02/04/1968	Osmarina Fatima Gava Soares Da Silva	5	2,00	8	4,80	13	6,80	Aprovado
8	738608	18/05/1966	Angela Maria Da Silva	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
9	756031	19/04/1994	Angelica Cristine Brandt	3	1,20	6	3,60	9	4,80	Aprovado
10	752977	26/03/1982	Marcia Cristina Pereira	2	0,80	6	3,60	8	4,40	Aprovado
	751729	02/09/1971	Edna Mara Lima	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

Motorista (categoria "D")   Ensino Fundamental Séries Iniciais (com prova prática)												
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Prova Prática	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	Nota			
1	756507	18/07/1970	Raulino Rocha	9	3,60	8	4,80	17	8,40	9,50	9,17	Aprovado
2	754888	04/08/1983	Cleber Rodrigo Dos Santos	7	2,80	8	4,80	15	7,60	9,75	9,10	Aprovado
3	748802	03/02/1974	Heriberto Weege	6	2,40	8	4,80	14	7,20	9,75	8,98	Aprovado
4	738703	09/01/1960	Ingobert Sell	7	2,80	9	5,40	16	8,20	8,75	8,58	Aprovado
5	747792	04/10/1975	Maurilio Soares Geronimo	8	3,20	7	4,20	15	7,40	9,00	8,52	Aprovado
6	754858	18/07/1973	Marcio Paust	5	2,00	6	3,60	11	5,60	9,75	8,50	Aprovado
7	750339	10/04/1982	Luis Carlos Ortiz Da Silva	6	2,40	6	3,60	12	6,00	9,50	8,45	Aprovado
8	757605	10/07/1989	Tiago Andre Beseke	7	2,80	8	4,80	15	7,60	8,75	8,40	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**  
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá - SC  
 www.corupa.sc.gov.br

9	759300	28/01/1983	Flavio Antonio Bueno De Freitas	8	3,20	7	4,20	15	7,40	8,75	8,34	Aprovado
10	742633	30/08/1978	Marcio Fidelis	0	0,00	8	4,80	8	4,80	9,75	8,26	Aprovado
11	752756	14/08/1988	Edvan Araujo Veiga	7	2,80	6	3,60	13	6,40	9,00	8,22	Aprovado
12	746124	18/10/1971	Marli Darossi	5	2,00	8	4,80	13	6,80	8,75	8,16	Aprovado
13	751897	18/06/1984	Wellington Aparecido De Carvalho	5	2,00	8	4,80	13	6,80	8,75	8,16	Aprovado
14	754477	03/11/1987	Silvana Abilia Borges	6	2,40	7	4,20	13	6,60	8,75	8,10	Aprovado
15	754910	21/05/1984	Joao Paulo Rodrigues	5	2,00	8	4,80	13	6,80	8,50	7,99	Aprovado
16	753451	11/07/1971	Claudecir da Silva	6	2,40	5	3,00	11	5,40	8,75	7,74	Aprovado
17	753409	08/03/1966	Francisco Adelbert Stein	3	1,20	7	4,20	10	5,40	7,25	7,74	Aprovado
18	744269	26/09/1987	Cesar Augusto Goncalves	5	2,00	8	4,80	13	6,80	8,75	7,11	Aprovado
19	751577	14/04/1979	Ademar Ponath	5	2,00	7	4,20	12	6,20	7,25	6,93	Aprovado
	756121	18/11/1961	Ilson Jose Borges	4	1,60	9	5,40	13	7,00	s/ CNH	0,00	Eliminado
	740867	03/10/1975	Leandro Kraemer	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Ausente	0,00	Eliminado
	738684	26/07/1966	Gilmar Jungton	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	Ausente
	749922	01/02/1982	Daiana Rosa Goularte	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	Ausente
	738583	12/09/1987	Douglas Moreira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	Ausente
	749726	18/06/1994	Marco Antonio Negherbon	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	Ausente

#### Nutricionista | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
1	741533	06/01/1965	Soraia Hatem	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
2	753447	16/05/1994	Gabriela Elis Stringari	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
3	741507	03/11/1995	Gabriela Cecili Tomasi	9	2,25	9	4,50	18	6,75	Aprovado
4	747239	31/03/1992	Camila Tureck	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
5	759039	15/12/1977	Ivete Carneiro	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
6	741719	11/04/1995	Ana Beatriz De Arruda Leal	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado



7	741769	19/09/1987	Aline Miliani	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
8	759228	06/10/1993	Gabriela Correa Pereira Maurer	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
9	759448	02/05/1984	Carolina De Souza E Silva	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
10	747373	03/08/1992	Katieli Maiara De Oliveira	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
11	740290	30/05/1996	Leticia Lunelli	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
12	757312	17/10/1995	Eduarda Aparecida Franco De Andrade	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
13	756040	09/06/1973	Nadia Rosana Silva	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
14	742887	24/10/1981	Amanda Bruch	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
	757824	20/11/1995	Camila Caroline Peiter	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

## Odontólogo | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	743840	13/06/1989	Elisangela De Fatima De Lima Janoski	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado
2	739606	02/03/1991	Flavia Santiago De Sousa Rosa	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
3	758326	24/01/1989	Talita Rosa Giongo	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
4	739876	21/04/1994	Débora Scharf	8	2,00	8	4,00	16	6,00	Aprovado
5	757984	16/04/1994	Millena Lenize Ribeiro Cabral	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
6	742872	04/05/1967	Sergio Maurício Redkva	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
7	744692	20/04/1977	Renato Fraga	8	2,00	7	3,50	15	5,50	Aprovado
8	740119	09/09/1993	Maira Tonelli	8	2,00	7	3,50	15	5,50	Aprovado
9	746868	01/06/1994	Iran Cesar Prawutski	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
10	739707	03/02/1993	Pamella Miranda Goulart	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
11	759343	14/06/1974	Ivan Sergio Longo	8	2,00	6	3,00	14	5,00	Aprovado
12	747757	27/03/1967	Waldir Gualberto De Brito	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
13	752419	26/05/1993	Caroline Scholz	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
14	739767	26/11/1994	Amanda Cristina Rocha	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado



15	750843	20/03/1989	Eliene De Oliveira	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
16	759521	21/08/1993	Bruno Jassek De Oliveira	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
17	759264	13/10/1980	Luana Do Amaral Guimaraes Scholz	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
18	739228	11/10/1994	Raiane Aparecida Danelli	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
19	759279	18/11/1995	Bianca Rosa Demetrio	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
20	750853	03/01/1991	Gabriel Ruas Da Silva Neto	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
21	759177	05/09/1983	Luciane Priscila Karsten	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
22	758486	28/05/1995	Jessica Cristina De Barros	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
23	745064	24/09/1982	Leticia Pereira Oliveira Barreto Dana	7	1,75	5	2,50	12	4,25	Aprovado
24	760305	16/06/1991	Sabrina Telles Lovatto	7	1,75	5	2,50	12	4,25	Aprovado
25	757846	13/12/1995	Gabriela Farah Zimmermann	7	1,75	5	2,50	12	4,25	Aprovado
26	757755	06/05/1972	Fatima Hamerski	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
27	739662	19/04/1993	Daniela Batista Manente	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
28	757276	18/01/1994	Jefferson Wilson Simm Filho	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
29	742789	21/12/1990	Ewandro Carlos Berretta Filho	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
30	748612	01/10/1993	Kécia Alana Alves Carvalho	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
31	760476	19/12/1993	Ellen Priscila Barankievicz	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
32	745665	18/03/1994	Kamila Lewandowski	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
33	757568	10/04/1995	Ana Caroline Schroth	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
34	746587	28/03/1978	Juliana Cologni Muller	7	1,75	4	2,00	11	3,75	Aprovado
35	759078	28/03/1995	Cintia Regina De Sena	7	1,75	4	2,00	11	3,75	Aprovado
36	756332	07/02/1985	Joel Tarnowski	5	1,25	4	2,00	9	3,25	Aprovado
37	747650	02/12/1994	Caroline Nau	7	1,75	3	1,50	10	3,25	Aprovado
38	758717	06/02/1995	Amanda Karoline Carvalho Da Silva	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
39	758426	20/08/1990	Ana Claudia Fonseca Da Silva	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
40	741508	14/01/1978	Patricia Godoy	6	1,50	3	1,50	9	3,00	Aprovado
41	742645	11/09/1988	Gabriela Tamy Morita Uekawa	6	1,50	3	1,50	9	3,00	Aprovado
42	752403	26/01/1995	Sabrina Elyane Olinek	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Aprovado



43	757006	05/12/1972	Ricardo Monteiro Meda	8	2,00	1	0,50	9	2,50	Aprovado
44	743504	02/08/1995	Thayane Raquel Vitorazzi\	4	1,00	2	1,00	6	2,00	Aprovado
45	742100	01/05/1993	Murilo Della Latta Maffezzoli	3	0,75	2	1,00	5	1,75	Aprovado
46	739454	17/05/1994	Luis Fernando Beiger Dos Santos	3	0,75	2	1,00	5	1,75	Aprovado
47	749880	21/07/1993	Anderson Tiago Stringari	2	0,50	2	1,00	4	1,50	Aprovado
	753020	10/10/1966	Carlos Alberto Marcondes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	739535	05/06/1978	Marcia Regina Mayumi Okaji	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	756289	12/10/1979	Fabio Schulze	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	760459	25/11/1981	Carlos Roberto Dalzoto Filho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	738878	17/12/1993	Apoliana Reis Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	759832	11/07/1994	Jessica Floriani Macedo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	752361	12/09/1994	Vanessa Marafon	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	738523	02/09/1996	Fabiana Lustosa Sforza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

#### Operador de Máquina (retroscaveira) | Ensino Fundamental Séries Iniciais (com prova prática)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Prova Prática	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	Nota			
	742720	07/04/1987	Adriano Rafael Milnitz	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Ausente	1,98	Eliminado

#### Pedreiro | Ensino Fundamental Séries Iniciais (com prova prática)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Prova Prática	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	Nota			
1	745499	15/07/1965	Nelcir Ademir Kaelzer	0	0,00	0	0,00	0	0,00	8,70	6,09	Aprovado
	758953	18/02/1980	Silvano Caetano Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	Eliminado




**Professor II - Artes | Ensino Superior Completo**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	744154	04/10/1995	Yasmim De Miranda Garcia	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
2	758582	13/06/1983	Kamila Langhammer Arza Bez	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
3	758848	13/08/1993	Karine Kerber Ferreira	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
4	752332	26/12/1981	Gisele Marques	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
5	747633	01/01/1985	Vanderleia Aparecida Anacleto	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
6	742600	20/03/1993	Gabrieli Hantschel Alves	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado

**Professor II - Ciências | Ensino Superior Completo**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	758161	22/08/1992	Debora Tomazi Pereira	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
2	749336	17/11/1979	Dirlene Lilian Lada	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
3	758765	20/07/1988	Dieny Naisa Fermينو	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
4	748026	01/03/1970	Milena Terezinha Pereira	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
5	756623	27/03/1982	Giselen Lefer Padilha Renner	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
6	757131	07/01/1988	Graziele Lodetti Milioli	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
7	740167	02/07/1982	Paula Alexandra Stein	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
8	745463	02/02/1964	Henry Borges	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
9	752195	24/08/1995	Karine Karsten	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
10	739833	01/10/1987	Tatiane Aparecida Batista	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
11	741446	01/04/1983	Valdirene Vilarino	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
	753512	06/07/1978	Beatriz Gneiding	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	739528	25/12/1995	Suelen Pereira Marciano Mendes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



Professor II - Educação Física   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	742575	28/06/1995	Kelly Vieira	9	2,25	10	5,00	19	7,25	Aprovado
2	741830	15/11/1987	Rodrigo Roza Da Cunha	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
3	749082	20/04/1995	Gustavo Bosshammer Partala	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
4	750595	17/02/1992	Johnny Volpi	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado
5	756993	26/01/1978	Jose Carlos Portz	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
6	749497	04/03/1987	Eliana Schultz	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
7	744764	16/01/1998	Emanuel Griten	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
8	760075	09/09/1980	Carolina Salem	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
9	738744	22/11/1994	Jeferson Andre De Souza	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
10	743887	09/03/1982	Ricardo Camargo Da Silva	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
11	760148	20/04/1980	Kleber Roque Freiberg	8	2,00	8	4,00	16	6,00	Aprovado
12	754456	21/08/1970	Jaime Odorizzi	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
13	758336	11/08/1979	Ires Ferreira	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
14	738663	22/07/1982	Adricia Neumann	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
15	758010	30/01/1986	Danilo De Souza	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
16	739513	14/10/1992	Rosemeri Marquardt	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
17	751929	27/02/1981	Elvis Jesse Schiochet	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
18	744074	15/06/1977	Marcelo Sabel	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
19	759357	09/04/1990	Renato Pedroso De Franca	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
20	756940	23/07/1993	Alexsandro Alves De Andrade	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
21	744091	19/07/1971	Chales Moesch	6	1,50	3	1,50	9	3,00	Aprovado
	740591	25/03/1971	Carla Souza Lima	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	755669	21/01/1992	Ricardo De Mira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



Professor II - Educação Infantil   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	760030	25/01/1969	Rosana Aparecida Pereira	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
2	754159	28/05/1992	Gabriella Tavares Silva Schiochet	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
3	756888	17/08/1989	Pamela De Carvalho	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
4	746970	04/11/1992	Giovana Fraron Oss	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
5	752981	17/05/1975	Lisandra Paula Wicziok	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
6	743767	07/08/1974	Cristina Giovana Maica	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
7	738674	05/08/1982	Andreia Stenger	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
8	759574	19/06/1985	Anne Cristine Saatkamp	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
9	742034	27/01/1989	Aline	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
10	738555	06/06/1995	Carolina Wilberstedt	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
11	754024	14/11/1978	Lindalva De Oliveira Silva	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
12	759079	06/01/1976	Claudia Rosani Bosshammer Partala	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
13	753534	21/04/1978	Caroline Maria Wodzinsky	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
14	740073	13/12/1960	Ivonete Teresinha Andrukiu De Costa	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
15	756021	27/05/1987	Helaine Herrrmann Subtil	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado

Professor II - Geografia   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
	754007	24/11/1989	Alex Claudino Moreira Filho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



### Professor II - História | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	758779	03/04/1982	Reginaldo Da Conceicao Bruno	8	2,00	8	4,00	16	6,00	Aprovado
2	750536	30/05/1957	Elza De Carvalho Garcia	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
3	742020	16/08/1982	Delma Pietra Peters Both Rodrigues	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
4	744749	03/11/1990	Daiane Cristina Pinheiro Nunes	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
5	758883	10/10/1978	Adriana Cristina Schultz Baeumle	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
6	758798	17/02/1983	Hegle Martins Goulart	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
	747530	30/06/1978	Mitchel Rodrigues De Miranda	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	743352	28/06/1993	Camila Michele Wackerhage	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

### Professor II - Inglês | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	753059	21/07/1976	Gerson Ruben Marques Pereira	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
2	750724	20/05/1997	Bruna Rabock	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
3	740393	30/11/1974	Ketlin Fabiane Ersching Hermann	8	2,00	6	3,00	14	5,00	Aprovado

### Professor II - Matemática | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	738816	30/08/1978	Alexandra Alice Jantsch Eichstadt	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
2	747752	27/09/1981	Felipe Rafaeli Rodrigues	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
3	757683	25/05/1978	Micheli Adriane Melchiorretti	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
4	759421	08/07/1997	Jessica Schinkel	5	1,25	4	2,00	9	3,25	Aprovado

22



Professor II - Português   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	756669	13/05/1986	Fabiana Novack De Lima	9	2,25	12	6,00	21	8,25	Aprovado
2	739413	12/02/1953	Maria Neusa Sampaio Felipe	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
3	760242	07/08/1977	Maria Mizia Da Silva	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
	752647	20/04/1989	Ana Cristina De Sousa Viana	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

Professor II - Séries Iniciais (1º ao 5º)   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	752568	15/04/1986	Rodrigo Da Silva	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
2	740934	22/12/1967	Teresinha Pereira Pacheco	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado
3	758318	27/11/1971	Darlene Ramos Correia Pereira	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado
4	754269	21/07/1973	Paulo Roberto Balbino	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado
5	742970	21/03/1991	Bruna Maria Müller	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
6	756878	03/04/1993	Aline Konell Hauffe	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
7	752667	20/04/1983	Jussuelen Patrício Ilíbio	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
8	749061	10/05/1982	Karolina Zanghelini	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
9	739935	13/01/1985	Rosane Armindo Vieira Borges	8	2,00	9	4,50	17	6,50	Aprovado
10	746052	25/05/1984	Juliane Patricia Meira Kohlrausch	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
11	757685	30/10/1987	Sabrina Kollross Fernandes	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
12	740803	13/11/1982	Rejane Refatti Kersting	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
13	759348	08/11/1973	Marlete Feder Azevedo	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
14	757682	01/01/1987	Noemi Barros Da Silva Stratmann	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado



15	738958	18/01/1993	Caroline Behnke Da Silveira	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
16	739469	20/11/1980	Eliane Denise Müller Barboza	8	2,00	8	4,00	16	6,00	Aprovado
17	745344	22/11/1980	Gisleine De Brito Teles De Campos	8	2,00	8	4,00	16	6,00	Aprovado
18	754751	07/10/1977	Elma De Oliveira Silva Da Costa	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
19	759654	27/04/1962	Dileusa Rosanjala Pezzatto	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
20	756518	29/04/1971	Loni Marlice Koch	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
21	751020	19/10/1961	Edeltraud Roepke Gretter	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
22	743209	13/10/1979	Eliane Hein	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
23	742199	20/06/1965	Ivanice Dias Furtado	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
24	739596	17/10/1994	Vanderleia Balsanelli	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
25	758240	10/01/1985	Susan Nara Veira	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
26	749194	18/05/1968	Gisela Adriana Berg	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
27	743379	27/05/1970	Maria Roselene Bitencourt Machado	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
28	740109	19/05/1987	Simone Justen	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
29	738613	27/10/1972	Suzana Machado Da Silva	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
30	740057	01/09/1986	Ivoneite Rassweiler Paiva	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
31	758885	20/12/1961	Marli Margaret Firakowski	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
32	760202	18/05/1973	Angela Wischnowski	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
33	738601	01/02/1986	Catiana Adler	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
34	741374	10/10/1987	Karine Granza Cardoso Benedetti	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
35	757979	18/09/1978	Juliana Patrício Ilíbio	7	1,75	5	2,50	12	4,25	Aprovado
36	741439	29/03/1984	Daiane Raquel Rita	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
37	757650	29/06/1965	Regina Fatima Da Silva Candido	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
38	738783	24/12/1981	Dineuza Maria Martini Quost	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
39	741347	16/06/1965	Mary Teresinha De Melo Copetti Martins	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado





**Psicólogo | Ensino Superior Completo**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	758322	10/01/1994	Valeria Pereira Martins	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
2	744419	02/05/1995	Gabriela Caroline Pereira	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
3	739253	03/02/1993	Pamela Farias	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
4	753705	10/05/1995	Ketilyn Cristina Kohler	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
5	756100	27/02/1996	Natalia De Oliveira Bruning	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
6	749293	16/06/1986	Gabrieli Tochetto Zanotti	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
7	758149	22/06/1993	Debora Danieli Ciconeti	8	2,00	6	3,00	14	5,00	Aprovado
8	753914	23/06/1990	Ketelyn Lunelli Schuh	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
9	753089	31/10/1967	Rosangela Custodio Dos Santos	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado
10	750028	15/12/1984	Claudia Vogel Barbosa	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado
11	739569	16/04/1988	Sabrine Suzan Verka	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
12	740449	13/08/1969	Antonia Maria Scarton Weber	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
13	746514	08/11/1958	Saete Miriam Coelho	8	2,00	5	2,50	13	4,50	Aprovado
14	754023	07/08/1987	Vanise Borchardt Martim	7	1,75	5	2,50	12	4,25	Aprovado
15	738821	07/07/1991	Jeferson Uller	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
16	744918	16/12/1987	Priscila Seidel Borela	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
17	755204	20/01/1991	Byanca Dos Santos Goncalves	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
18	754288	24/12/1984	Marco Aurelio Amorim	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
19	743464	08/02/1977	Erivan Freire Braga	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
20	741210	02/12/1985	Liliane Almeida Frizon	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
21	760293	28/10/1987	Simone Da Silva Klipp	6	1,50	4	2,00	10	3,50	Aprovado
22	744597	20/04/1990	Jackeline Tomasi	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Aprovado
23	738587	17/04/1991	Drielle Cardoso Fagundes	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Aprovado
	757085	27/12/1987	Marta Ramthun	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**  
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá - SC  
 www.corupa.sc.gov.br

759753 19/03/1992 Pamela Lorencetti 0 0,00 0 0,00 0 0,00 Ausente

#### Químico | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	753104	26/01/1976	Vinicius Schweighofer	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado
2	738651	28/10/1988	Gustavo Osmair Simm Costa	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
3	757751	13/02/1983	Wanessa Weihermann	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
	745829	04/10/1990	Julia Lopes Da Silva Gascho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	745234	19/08/1992	Carla Irene Zampieron	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

#### Técnico Agrícola | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	752562	21/03/1981	Charles Adenir Baer	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
2	754978	12/07/1986	Andreza Dos Santos Oliveira	8	2,00	6	3,00	14	5,00	Aprovado
	759491	20/04/1995	Lucas Karlo Sbardelatti	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

#### Técnico em Enfermagem | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	740429	24/06/1978	Mari De Jesus Duarte Pereira	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado
2	738577	27/07/1975	Julia Luisa Haberland Hafemann	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
3	738509	09/05/1984	Lidiane Amaro Da Silva	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
4	740375	22/10/1978	Angela Helena Koch Kuskoski	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
5	753075	25/01/1983	Silvana Andreia Cordeiro	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado

26



6	745197	22/03/1983	Adriani Borges De Souza Santos	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
	759681	06/05/1979	Lauro Leomar Ferreira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	743980	09/01/1982	Franciele De Souza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

#### Trabalhador Braçal | Ensino Fundamental Séries Iniciais

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Prova Objetiva		Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	NF	
1	753146	06/09/1987	Adriano Pinheiro Da Costa	4	1,60	9	5,40	13	7,00	Aprovado
2	745346	30/07/1981	Gilberto Travassos	3	1,20	2	1,20	5	2,40	Aprovado
3	744163	18/12/1963	Manji Takii	1	0,40	0	0,00	1	0,40	Aprovado
	752691	10/02/1958	Utwald Westphal	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Reprovado
	745353	17/01/1965	Vanderlei Rita	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Reprovado
	757616	07/10/1975	Antonio Silvano Maia	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Reprovado

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO Nº 107/2017

Publicação Nº 1455142

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2017: O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório sob nº 2101/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 107/2017, com julgamento por lote, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ. Os envelopes serão recebidos até dia 28/12/2017, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING – Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO Nº 108/2017

Publicação Nº 1457902

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017: O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório sob nº 2109/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 108/2017, com julgamento por item, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO. Os envelopes serão recebidos até dia 28/12/2017, às 10h00min. e a abertura será realizada às 10h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING – Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO Nº 109/2017.

Publicação Nº 1458204

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017 - O Município de Cunha Porã/SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Processo Licitatório sob nº 2128/2017, na modalidade Pregão Presencial "Sistema de Registro de Preços" nº 109/2017, com julgamento por item, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA LOCAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ. Os envelopes serão recebidos até dia 28/12/2017, às 15h00min. e a abertura será realizada às 15h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto. de Licitações. Cunha Porã/SC. Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 118-2017

Publicação Nº 1458568

DECRETO N.º 118/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º, § 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 863 de 07 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ, no valor de R\$- 13.620,00(Treze Mil, Seiscentos e Vinte Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	06
Unidade	DEPTO. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	01
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE	15
Atividade	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura	2.053
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.89.000000- (179)
		Valor
		13.620,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Provável Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2017 na destinação de Recursos DR nº 10.89 – Alienações de Bens destinados a Outros Programas no valor de R\$ - 13.620,00(Treze Mil, Seiscentos e Vinte Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Registre-se

Cunhataí – SC, 15 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 242/2017

Publicação Nº 1454383

PORTARIA Nº. 242/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Regulamenta a Concessão de Férias á Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 002/2007

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamenta a Concessão de Férias Servidores Públicos Municipais, estabelecendo o nome do servidor, o período aquisitivo e o período de gozo dos servidores municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, conforme segue:

Efetivos:

ELENO KIST	06/04/2015 A 05/04/2016 06/04/2016 A 05/04/2017	18/12/2017 A 16/01/2018 17/01/2018 A 31/01/2018	30dias 15dias
FABRICIA MARIA GRAF	10/02/2016 A 09/02/2017	18/12/2017 A 06/01/2018	20dias
ONEIDE MULLER	24/10/2016 A 23/10/2017	18/12/2017 A 06/01/2018	20dias
DAIANE D. SCHARDONG KERKCHOFF	28/06/2016 A 27/06/2017	18/12/2017 A 06/01/2018	20dias
FABIANE KUHN BOTH FREY	21/12/2015 A 20/12/2016 21/12/2016 A 20/12/2017	18/12/2017 A 27/12/2017 28/12/2017 A 06/01/2018	10dias 10dias

MARIZANE A. S. THOMAS	10/02/2016 A 09/02/2017	18/12/2017 A 16/01/2018	30dias
SIBILA MARIA WERLANG	01/06/2016 A 31/05/2017	18/12/2017 A 16/01/2018	30dias
IVETE Mª SCHWERTZ BERRIDO	23/01/2017 A 22/01/2018	18/12/2017 A 16/01/2018	30dias
NELI VENI	06/10/2016 A 05/10/2017	26/12/2017 A 24/01/2018	30dias
IVAIR ALTHAUS	15/01/2016 A 14/01/2017	26/12/2017 A 24/01/2018	30dias
CAROLINE BERTOLDO	06/01/2016 A 05/01/2017 06/01/2017 A 05/01/2018	26/12/2017 A 04/01/2018 05/01/2018 A 14/01/2018	10dias 10dias
MAURIZETE MARSCHAL	03/06/2016 A 02/06/2017	26/12/2017 A 24/01/2018	30dias
GIANNINA AMABILE WEBER	21/12/2015 A 20/12/2016	26/12/2017 A 14/01/2018	20dias
GRAZIELI ALINE KUNST	17/02/2016 A 16/02/2017	26/12/2017 A 04/01/2018	10dias
MAIARA C. R. SOUTTO	03/05/2016 A 02/05/2017	26/12/2017 A 24/01/2018	30dias

## Comissionada

SONIA M. L ROHDEN	16/01/2017 A 15/01/2018	26/12/2018 A 24/01/2018	30dias
-------------------	-------------------------	-------------------------	--------

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18/12/2017.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 12 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 243/2017**

Publicação Nº 1457164

PORTARIA Nº. 243/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Revoga e Exonera Servidores Públicos Municipais de cargo em provimento temporário – ACT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o que rege as Portarias 103/2017, 106/2017 e Termo de Prorrogação 014/2017, Portarias 135/2017, 167/2017, 186/2017, 195/2017, 196/2017, 208/2017 e 227/2017, e de acordo com o término do contrato dos servidores ACT's;

## RESOLVE:

Art. 1º Fica Revogada a portaria nº 240/2017 de 11 de dezembro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Ficam exonerados, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, os servidores públicos municipais de cargo em provimento temporário – ACT, conforme relação abaixo:

SERVIDOR	CARGO	DATA ADMISSÃO
Danieli Endler Simon	Prof. de Língua Estrangeira 10h	20/02/2017
Deisi Caroline Theisen	Prof. de Educação Infantil 20h	20/02/2017
Francieli Breunig Cornelius	Prof. de Educação Infantil 20h	20/02/2017
Francieli Breunig Cornelius	Prof. De Artes 20h	07/11/2017
Patricia Both	Prof. de Educação Infantil 20h	20/02/2017
Andreia Gazzola	Prof. de Educação Infantil 20h	20/02/2017
Joiceline B. S. Sausen	Prof. de Series Iniciais 20h	07/04/2017
José Vitor V. Souto	Prof. De Educação Fisica 30h	22/06/2017
Marcia Mann	Prof. de Educação Infantil 20h	07/08/2017
Marciane Brutscher	Prof. de Educação Infantil 20h	08/08/2017
Marlete M. Schafer	Prof. de Educação Infantil 20h	20/02/2017
Salete Loch	Prof. de Series Iniciais 20h	20/02/2017
Sandra R. H. Ulsenheimer	Prof. de Educação Infantil 20h	20/02/2017
Elina Franz	Prof. De Series Iniciais	30/10/2017

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, 14 de dezembro de 2017.

Luciano Franz  
Prefeito Municipal  
Registrada e Publicada em data supra.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 267/2017

Publicação Nº 1457951

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 267/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL IMPRESSO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA PUBLICAÇÕES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/01/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 05/01/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 14 de Dezembro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 268/2017

Publicação Nº 1458124

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 268/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, DIVULGAÇÃO DE INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DE RÁDIO FM, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 05/01/2018, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 05/01/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 14 de Dezembro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 269/2017

Publicação Nº 1458396

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 269/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE ACIONAMENTO ELÉTRICO PARA USO NO SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 05/01/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 18:00 horas do dia 05/01/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 14 de Dezembro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL -2017

Publicação Nº 1457987

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

Licença Ambiental de Operação - LAO

Prefeitura Municipal de Curitibanos – CNPJ nº 83.754.044/0001-34, torna público que requereu à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) a Licença Ambiental de Operação para o empreendimento Loteamento Nova Alvorada, localizado na Rua Dr. Henrique Paulo Kern, bairro São Luiz, Curitibanos-SC.

Foi determinado EAS – Estudo Ambiental Simplificado.

Rua Felipe Schmidt, 485, Centro

88010-001 - Florianópolis - Santa Catarina

Fone: + 55 48 3216 1700

E-mail: [fatma@fatma.sc.gov.br](mailto:fatma@fatma.sc.gov.br)

URL: [www.fatma.sc.gov.br](http://www.fatma.sc.gov.br)

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 233/2017

Publicação Nº 1457699

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 233/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, decreto municipal nº 4.024/2011 do Plano de Saneamento Básico, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta

administração, para a contratação de empresa especializada em engenharia para, em regime de execução indireta, prestar serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e compactáveis gerados dentro dos limites do perímetro urbano de Curitiba e nas localidades: Reassentamento Novo Amanhecer (32 Km), Reassentamento Santo Expedito (40 Km), Reassentamento Madre Paulina (09 Km), Assentamento 1º de Maio (18 km), Assentamento Irmã Jandira (17 km), Assentamento Neri Fabris (14 km), Assentamento Herdeiros do Contestado (22 km), Distrito Marombas (13 km), Distrito Santa Cruz do Pery (25 km), Localidade Cartão Sbravatti (28km), Localidade Cadoriti (46 km), Localidade Xaxim (17 km), Localidade Pocinho (6 km), Localidade Tabuleiro (12 km), Berneck (5 km), UFSC (5 km), Distrito Industrial – Fosca (3 km), União Fosforeira (3 km), Área Industrial – Malinski (5 km), Posto Real Paraíso (2 km), Master (15 km), Coocan (1 km), Medchap (2 km), Aeroporto (3 km), Marmore Ronconi (1 km), Crematório (2 km), Rika Agropecuária (3 km), bem como o seu depósito no aterro sanitário do município, de acordo com as normas ambientais vigentes, conforme projeto e memorial descritivo em anexo. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 04/01/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 04/01/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br). Curitiba, 14 de Dezembro de 2017.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

## **REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 260/2017**

Publicação Nº 1457950

**REPUBLICAÇÃO**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº**  
**260/2017**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GRAMA SEMPRE VERDE EM LEIVA PLANTADA, PARA USO NO ESTÁDIO MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 04/01/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 04/01/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 14 de Dezembro de 2017.  
José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR 23/2017**

Publicação Nº 1458353

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 36/2017 - CC</b>
<b>CNPJ: 83.754.044/0001-34</b> <b>RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860</b> <b>C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</b>	<b>Processo Administrativo: 36/2017</b> <b>Processo de Licitação: 36/2017</b> <b>Data do Processo: 08/11/2017</b>
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI BOM JESUS -, TIPO CONSTRUÇÃO NOVA, NA RUA CAPITÃO POTIGUARA, ÁREA DO TERRENO 3.957,00 M², ÁREA TOTAL DA NOVA EDIFICAÇÃO 1.754,50 M², CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 23/2017 (Sequência: 2)**

Ao(s) 14 de Dezembro de 2017, às 17:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 00000, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 36/2017, Licitação nº. 36/2017 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- TENDO EM VISTA QUE AS EMPRESAS PARTICIPANTES "CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA - EPP" INSCRITA NO CNPJ 09.234.560/0001-85 E "NCM CONSTRUÇÕES LTDA ME" INSCRITA NO CNPJ 08.997.863/0001-97, ENCAMINHARAM TERMO DE RENÚNCIA QUANTO À DECISÃO DA CPL, FICA AGENDADO O DIA 15/12/2017 ÀS 16:00 HORAS NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO DAS EMPRESAS HABILITADAS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 14 de Dezembro de 2017

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL - ..... - Presidente da Comissão de Licitação

CRISTINA MELO MENEGOTTO - ..... - SECRETARIA

DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA - ..... - 1º MEMBRO

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 62-2017- ADITIVO - PMDC

Publicação Nº 1457652

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº ..... : 1º T.A. 63-2017 - Contrato Nº: 063-2017 PMDC  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
Contratada...: OPTIMUS TECHNOLOGY LTDA EPP  
Valor ..... : 23.495,00 (vinte e três mil quatrocentos e noventa e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 22/11/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (111) Saldo: 88.862,71  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA "LED  
100W" PARA SUBSTITUIÇÃO DAS LUMINÁRIAS EXISTENTES NA  
REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO  
CERQUEIRA - SC  
Dionísio Cerqueira, 14 de Dezembro de 2017  
-----

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL Nº 60/2017

Publicação Nº 1458085

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 60/2017

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO/SC, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" por item, objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E DEMAIS MÁQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018 COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 56/2015, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 23/01/2018, Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 23/01/2018, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 14 de dezembro de 2017.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONE

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho/SC

# Ermo

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO N° 29/2017

Publicação N° 1458000

EXTRATO DO CONTRATO n° 29/2017

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO:

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo para manutenção do atendimento médico do Posto de Saúde do Município de Ermo, durante 13 meses.

VIGÊNCIA: 06/12/2017 á 31/12/2018.

VALOR ESTIMADO: R\$ 23.204,20 (vinte e três mil duzentos e quatro reais e vinte centavos)

Data da assinatura: 06/12/2017

### EXTRATO DO CONTRATO N° 30/2017

Publicação N° 1458002

EXTRATO DO CONTRATO n° 30/2017

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Metromed Comércio e Material Médico Hospitalar LTDA.

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo para manutenção do atendimento médico do Posto de Saúde do Município de Ermo, durante o período de 13 meses.

VIGÊNCIA: 06/12/017 á 31/12/2018.

VALOR ESTIMADO: 30.995,00 (trinta mil novecentos e noventa e cinco reais).

Data da assinatura: 06/12/2017.

### EXTRATO DO CONTRATO N° 65/2017

Publicação N° 1458008

EXTRATO DO CONTRATO n° 65/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: ADRIELI GIUSTI PEREIRA - ME

OBJETO: a contratação de empresa para a obra de reforma Escola de Educação Básica João Môro, localizado na Br 285, s/n, Ermo/SC, com área de 698,99 m², conforme projetos e planilha estimativa de quantitativos e custos anexos e proposta do contratado.

VIGÊNCIA: 15/12/2017 á 15/04/2017

VALOR TOTAL: R\$ 99.853,55 (noventa e nove mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos)

Data da assinatura: 15/12/2017



# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 021/2017

Publicação Nº 1457853

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 074/2017

Edital de Dispensa de Licitação nº 021/2017

Objeto: Contratação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para o ano de 2018.

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

Valor do Contrato: R\$ 7.230,00 (sete mil e duzentos e trinta reais)

Substrato Jurídico: artigo 24, XVI, da Lei Federal nº 8666/93.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 0077/2017

Publicação Nº 1458034

**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL N. 0077/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0077/2017 – Melhor Preço – Preço por Lote, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA O RETROESCAVDEIRA/ JCB / MODELO 3C / ANO 2012/2013 de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 07h30m às 08h00m horas do dia 04 de Janeiro de 2018, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h00m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 14 de Dezembro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 0078/2017

Publicação Nº 1458035

**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL N. 0078/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0078/2017 – Melhor Preço – Preço por Lote, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA O RETROESCAVDEIRA/ CASE / MODELO 580 – L / ANO 1998 de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h00m horas do dia 04 de Janeiro de 2018, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 14 de Dezembro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 291/2017

Publicação Nº 1458048

	PORTARIA Nº 291/2017
DESIGNA FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
RENATO PERIN, Prefeito Municipal em exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente portaria DESIGNADA a funcionaria municipal LIANE MARIA SILVEIRA RAMOS, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, para desempenhar a função de ser Responsável pela função de Agente Endêmico no município de Flor do Sertão no período de 14/12/2017 até 31/01/2018.

Art. 2º - Em razão da designação acima referida, e da acumulação de funções, fica concedida vantagem especial na ordem de 44% (quarenta e quatro por cento) a partir do dia mencionado acima sobre o vencimento base, conforme Lei Municipal nº 497/2011 art. 94.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 14 dias do mês de Dezembro de 2017.

RENATO PERIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

### PUBLICAÇÃO DOADORES DE SANGUE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Publicação Nº 1458067

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

#### ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÕES DE CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE

A Comissão de Acompanhamento relativo aos procedimentos do Processo Seletivo nº 001/2017, torna público que não houve requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição por candidatos doadores de sangue, em relação ao supracitado edital.

Flor do Sertão/SC, 14 de dezembro de 2017.

VALMIR DE JESUS PINTO

Presidente

DIRCIANE FALKOSKI NEUHAUS

Secretaria

GENI RISSI BORTOLINI SILVIA

Membro

CRISTINA DA SILVA

Membro

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4350/2017

Publicação Nº 1457473

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4350, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“INSTITUI A SALA DE SITUAÇÃO MUNICIPAL PARA COORDENAÇÃO, CONTROLE E ENFRENTAMENTO DO AEDES AEGYPTI E AEDES ALBOPICTUS, MOSQUITOS TRANSMISSORES DA DENGUE, FEBRE CHIKUNGUNYA E FEBRE DO ZIKA VÍRUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO que, a teor do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Poder Público, a quem compete garanti-la mediante adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a Lei Estadual n.º 15.243, de 29 de junho de 2010, que trata de medidas para evitar a existência de criadouros para Aedes Aegypti e Aedes Albopictus no Estado de Santa Catarina e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar medidas para evitar existência de criadouros dos mosquitos Aedes Aegypti, Aedes Albopictus e outros vetores transmissores de doenças;

CONSIDERANDO que o combate eficaz à proliferação do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da Dengue, do Zika Vírus e da Febre Chikungunya, depende da indispensável mobilização da sociedade e participação da população;

CONSIDERANDO, por fim, que a criação da Sala de Situação Municipal deverá definir diretrizes para intensificar a mobilização e o combate ao mosquito Aedes Aegypti e Aedes Albopictus em todo o território do Município de Formosa do Sul, além de consolidar e divulgar informações sobre as ações e os resultados obtidos, também deverá coordenar ações com a disponibilização de recursos humanos, insumos, equipamentos e apoio técnico e logístico, em articulação com os órgãos estaduais e federais, e diante do relevante interesse público,

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. RUDIMAR CONTE, no uso das atribuições legais que lhe confere o Artigo 71, Inciso II da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituída no Município de Formosa do Sul a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Controle e Enfrentamento da Dengue, que tem como objetivo de monitorar, coordenar e intensificar das ações de mobilização e combate aos mosquitos Aedes Aegypti e Aedes Albopictus, para o enfrentamento da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.

Art. 2º A Sala de Situação Municipal funcionará nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, e será coordenada e dirigida por meio de um (a) coordenador (a), devidamente designado (a) para tal mister.

Art. 3º São objetivos da Sala Municipal de Coordenação, Controle e Enfrentamento:

I - planejar a execução das ações de mobilização e de enfrentamento aos mosquitos em Formosa do Sul;

II - mobilizar pessoal, insumos, equipamentos e logística para a intensificação da campanha de controle e enfrentamento aos mosquitos;

III - Investigar e discutir as condições ambientais da comunidade propícias ao surgimento dos criadouros do mosquito da dengue;

IV - incentivar e instigar a população ao emprego de novos hábitos e práticas, com vistas à redução de potenciais criadouros de mosquitos;

V - promover ações informativas e práticas com a finalidade de combate aos mosquitos vetores;

VI - conscientizar a sociedade acerca da importância da atuação de cada cidadão nos cuidados preventivos necessários para evitar a proliferação dos mosquitos.

Art. 4º A Sala de Situação Municipal será preferencialmente composta por representantes, sendo um titular e/ou suplente, dos seguintes órgãos da Estrutura Administrativa do Município de Formosa do Sul:

I - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

II - Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social;

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

IV - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

V - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

VI - Coordenadoria de Municipal de Defesa Civil;

§ 1º Havendo necessidade poderão ser convidados para integrar a Sala Municipal de Coordenação, Controle e Enfrentamento, representantes de outros órgãos Municipais e de organizações da sociedade civil localizadas na circunscrição territorial do Município de Formosa do Sul.

§ 2º Poderão integrar a Sala de Situação Municipal de Coordenação, Controle e Enfrentamento, os integrantes de órgãos federais e estaduais.

Art. 5º Os representantes da Sala de Situação Municipal reunir-se-ão por convocação do seu coordenador (a).

Art. 6º A participação na Sala de Situação Municipal será considerada prestação de serviço público relevante e não remunerado.

Art. 7º Fica a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social autorizada a adotar as providências necessárias para a operacionalização da Sala Municipal de Coordenação, Controle e Enfrentamento, com vistas ao cumprimento dos objetivos deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 14 de dezembro de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4351/2017

Publicação Nº 1457475

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4351, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2017 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais ) para a (s) seguinte (s) dotação

(ões) orçamentária (s):

05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.01 - FUNDO DE SAÚDE	
PROJ./ATIV. 2.024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(65) 3.3.90.00.00.00.00.2038- Aplicações Diretas	R\$ 21.700,00
(64) 3.1.90.00.00.00.00.2038- Aplicações Diretas	R\$ 28.300,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente a fonte de recursos abaixo relacionados no valor de:

05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.01 - FUNDO DE SAÚDE	
Fonte de Recurso: 2038 – Piso de Atenção Básica	R\$ 50.000,00

Art. Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 14 de dezembro de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4352/2017

Publicação Nº 1458280

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4352, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal, considerando que o dia 29 de dezembro de 2017 e o dia 08 de janeiro de 2018, intercalam-se entre o feriado nacional de primeiro de ano e feriado municipal de aniversário do município, respectivamente,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais nos dias 29 de dezembro de 2017 e 08 de janeiro de 2018.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, manterá seus serviços em regime de plantão.

Art. 3º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição para atendimento de eventuais necessidades do serviço público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Sul, em 14 de dezembro de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### EXTRATO CONTRATUAL N.º 136/2017

Publicação Nº 1457478

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 136/2017 – ADITIVO N.º 005/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
0.1 OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Quinta do Contrato Originário, por mais 120 (cento e vinte) dias, passando a vigorar do dia 14 de dezembro de 2017 até o dia 12 de abril de 2018.
VIGÊNCIA: 14/12/2017 À 12/04/2018.
FORMOSA DO SUL, 11 DE DEZEMBRO DE 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2017

Publicação Nº 1457785

EXTRATO CONTRATUAL Nº 137/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO REVISTA S/ CAPA COM 16 PÁGINAS MEDIDAS 21 X 30 CM FECHADO; COUCHÊ BRILHO 115G/M² COM 4 X 4 CORES; ACABAMENTO GRAMPO A CAVALO  
CONTRATADO: GL EDITORA GRAFICA LTDA - ME  
VALOR: R\$ 1.970,00 (um mil novecentos e setenta reais)  
Vigência: Início: 14/12/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 77/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2017

Formosa Do Sul, 14 de Dezembro de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/PMF/2017;

Publicação Nº 1457327

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 185/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo contratar empresa especializada para aquisição de forma parcelada de Cestas básicas, para atendimento a famílias carentes do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2018.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de janeiro de 2018 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 14 de dezembro de 2017.  
VALDECIR TISCOSKI  
Pregoeiro

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/FMS/2017.

Publicação Nº 1457488

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 26/FMS/2017.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de medicamentos para uso emergencial, constantes do GUIA DE FARMÁCIA, necessários e imprescindíveis para atendimentos a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2018.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de janeiro de 2018 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 14 de dezembro de 2017.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### DECRETO Nº 214, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457459

DECRETO Nº 214, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

REGULAMENTA O ART. 122 DO ESTATUTO DOS SERVIDORES QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS EM DOIS PERÍODOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o art. 121 do Estatuto dos Servidores (Lei nº 2.227, de 09 de março de 2017) dispõe que as férias serão concedidas de acordo com a escala organizada pela chefia imediata, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor adquiriu o direito

CONSIDERANDO que o art. 121 do Estatuto dos Servidores (Lei nº 2.227, de 09 de março de 2017) dispõe que, a critério da Administração, as férias poderão ser concedidas em 2 (dois) períodos, sendo que nenhum poderá ser inferior a 10 (dez) dias,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que as férias somente poderão ser concedidas em 2 (dois) períodos, sendo que nenhum poderá ser inferior a 10 (dez) dias, quando autorizado pelo Secretário da pasta em que o servidor estiver lotado, ou seu Secretário Adjunto.

Art. 2º Cada Secretaria deverá elaborar sua escala de férias de modo que não prejudiquem os serviços públicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 216, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458622

DECRETO Nº 216, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com os artigos 269 e 484, da Lei Municipal nº. 494/98,

#### DECRETA:

Art. 1º O Calendário Fiscal no Município de Forquilha, para o exercício de 2018, está fixado da seguinte forma:

I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU:  
a) Em parcela única, com desconto de 20% (vinte por cento), com vencimento em 12/04/2017, sendo que o contribuinte que pagar



em cota única e não tiver débito com a Fazenda Municipal, gozará de mais 5% (cinco por cento) de desconto.

b) Parcelado em 4 (quatro) vezes, nos seguintes vencimentos:

- 1ª parcela até 12/04/2018;
- 2ª parcela até 12/05/2018;
- 3ª parcela até 12/06/2018;
- 4ª parcela até 12/07/2018.

II - Imposto sobre Serviços – ISS:

a) Pelo regime de enquadramento fixo, nos seguintes vencimentos:

1. Em parcela única, com desconto de 15% (quinze por cento), até o dia 30/03/2018;

2. De forma parcelada, sem desconto:

- 1ª parcela até 30/03/2018;
- 2ª parcela até 30/07/2018;
- 3ª parcela até 30/11/2018.

b) Pelo regime de produção mensal de serviços, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

III - Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas – Alvará:

a) Em parcela única, com desconto de 10% (dez por cento), até o dia 28/02/2018;

b) De forma parcelada, sem desconto:

- 1ª parcela até 28/02/2018;
- 2ª parcela até 30/03/2018.

IV - Alvará Sanitário:

a) Em parcela única, até o dia 30/03/2018;

Art. 2º Os demais tributos e taxas serão recolhidos na forma definida pela legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº. 215, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457463

DECRETO Nº. 215, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 008/2017 e,

CONSIDERANDO que o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância, instituída pelo Decreto nº 158, de 08 de setembro de 2017, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, concluiu que o servidor WAGNER WALTRIQUE VIEIRA, matrícula nº 4.408, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, infringiu os incisos I, II, III e X do art. 169 e incisos XVIII e XXVIII do art. 170; todos da Lei nº 2.227/17, que por sua

natureza poderão ocasionar pena de demissão, conforme dispõe o inciso I do artigo 182, também da Lei nº 2.227/17 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Forquilha),

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação às irregularidades apontadas no Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 158, de 08 de setembro de 2017, configurada como possível infração aos incisos I, II, III e X do art. 169 e incisos XVIII e XXVIII do art. 170; todos da Lei nº 2.227/17, que por sua natureza poderão ocasionar pena de demissão, conforme artigo 182, I, também da Lei nº 2.227/17, atribuídos ao servidor WAGNER WALTRIQUE VIEIRA, matrícula nº 4.408, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem.

Parágrafo único. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será integrada pelos seguintes membros:

I – Daniele Berti Dalmolim, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3.179;

II – Silvana Goulart Padoin, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2.439;

III – Fábio Vieira Leandro, servidor público do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, matrícula nº 3.152.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o(a) servidor(a) encarregado(a) de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado 11 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

## **EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 102/2017**

Publicação Nº 1457254

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 102/2017

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 47/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TECNOLÓGICA P. SERV. INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA.

DO OBJETO – Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o município de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 47/2014 de 31/12/2017 para 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 06 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 2.287, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458521

LEI Nº 2.287, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

REAJUSTA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reajustada em 1,83% (um virgula oitenta e três por cento) a Unidade Fiscal Municipal – UFM, passando 1 (uma) UFM a valer, a partir de 1º de janeiro de 2018, o equivalente a R\$ 3,07 (três reais e sete centavos), que será utilizada como valor de correção dos tributos municipais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0011\_2017-FMS

Publicação Nº 1458188

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0011/2017 – FMS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO nº 0042/2017-FMS  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0011/2017 - FMS, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 0003/2017 – FMS, a habilitação da empresa GAYA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.070.403/0001-00, para prestação de serviços relativos a consultas médicas especializadas e procedimentos ortopédicos ambulatoriais especializados, para o período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018. Valor total estimado para o período contratual: R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais). Fundamental Legal: art. 25 "Caput" da Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo (SC), 14 de dezembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0141\_2017 - DOM

Publicação Nº 1457419

Aviso do Pregão Presencial nº 0141/2017– PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de tintas e contratação de empresa do ramo para os serviços de lavagem e pintura externa do Pátio Coberto do Parque da Maça, situado na Rodovia SC 452, Bairro Portal. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 04.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0142 \_2017-PMF RP 0098

Publicação Nº 1458057

Aviso do Pregão Presencial nº 0142/2017 – PMF

Registro de Preços Nº 0098/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresas do ramo para prestação de serviço de lavagem da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de janeiro a dezembro de 2018. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro a dezembro de 2018. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 28.12.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central,

localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:00 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 14 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### CT17PMF143

Publicação Nº 1457422

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF143

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: JULIO RAMOS LUZ

Valor ..... : EM REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, OS CONTRATADOS NÃO RECEBERÃO NENHUMA QUANTIA DO CONTRATANTE, RECEBENDO APENAS O PERCENTUAL DEFINIDO EM EDITAL DIRETAMENTE DOS ARREMATANTES.

Vigência ..... : Início: 31/10/2017 Término: 30/10/2018

Licitação ..... : Inexigibilidade de licitação Nº.: 56/2017

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS DE ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS, DE FORMA PRESENCIAL E ON LINE (ATRAVÉS DA INTERNET). OS BENS PERTENCENTES AO CONTRATANTE SUPRACITADO DEVERÃO SER EXECUTADOS EM DATA E HORÁRIO A SEREM DEFINIDOS.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

### Decreto nº 313-2017

Publicação Nº 1458070

DECRETO Nº 313, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 752.000,00 (setecentos e cinquenta e dois mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0400 (6)	R\$	52.000,00
10.301.0009.2.023 – Manutenção da Atenção Básica		

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0461 (134)	R\$	575.000,00
10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0462 (135)	R\$	125.000,00
TOTAL	R\$	752.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	52.000,00
----------------------------------	-----	-----------

41721332900 – Transferência de Recursos do SUS – Incremento ao PAB	R\$	575.000,00
41721333000 – Transferência de Recursos do SUS – Incremento ao MAC	R\$	125.000,00
TOTAL	R\$	752.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## EXTRATO DA AT17FMS58

Publicação Nº 1458058

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS58  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.

Fornecedor: ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços gráficos para confecção e impressão de expedientes diversos para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, SAMU, Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

Data da Ata: 13.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 13.12.2017 a 31.03.2018, podendo ser prorrogado até o limite de 12 meses da assinatura da sua formalização, mediante acordo entre as partes e Termo Aditivo.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0040/2017 – FMS.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0023/2017 – FMS.

Registro de Preços: nº 0017/2017 – FMS.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
1	1000	Fl.	IMPRESSÃO FICHA ODONTOGRAMA: Tamanho 21x30 cm, 1x1 cor em papel sulfite 75 gr.	0,15
2	5000	Fl.	IMPRESSÃO EVOLUÇÃO DE PACIENTE: Tamanho 21 x 30 cm, 1 x 1 cor em papel sulfite 75 gr.	0,08
3	400	Bl.	IMPRESSÃO DE RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL: Tamanho 16,0 X 22,0 cm, 1 X 0 cor, blocos 50 X 2, autoco-piativo.	5,23
4	10	Bl.	LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PROCESSADOS ATRAVÉS DO BPA-L: Bloco com 50 folhas com 2 vias carbonadas – 1x0 cor, tamanho 22x30cm.	17,22
5	20	Bl.	IMPRESSÃO FICHA DE ATENDIMENTO ENFERMAGEM (SAMU): Tamanho 21x30 cm, 3x0 cor, 50x2 vias carbonada. (Com símbolo SAMU colorido).	20,77
6	500	Fl.	IMPRESSÃO FICHA AVERIGUAÇÃO DIÁRIA DAS VIATURAS (SAMU): Tamanho 21x30 cm, 1x0 cor, papel sulfite 75 gr.	0,21
7	300	Bl.	IMPRESSÃO COMPROVANTE DE IMUNIZAÇÃO: Papel sulfite 56 gr, tamanho 16 x 11,5 cm, 1 x 0 cor – bloco 50 x 1 via.	0,98
8	600	Fl.	IMPRESSÃO REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO: Tamanho 22 x 30 cm, 1 x 1 cor em papel sulfite 75 gr.	0,23
9	500	Fl.	IMPRESSÃO REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA: Tamanho 21 x 30 cm, 1 x 1 cor, papel sulfite 90 gr.	0,27
10	600	Bl.	IMPRESSÃO RECEITUÁRIO: Tamanho 15 x 21 cm, 1 x 0 cor, papel sulfite 56 gr, blocos 50 x 1 via.	1,34
11	50	Bl.	IMPRESSÃO DE ATESTADO MÉDICO PEDIATRA: Tamanho 15 x 21 cm, 1 x 0 cor, papel sulfite 56 gr, bloco 50 x 1 via.	2,43
12	400	Bl.	IMPRESSÃO DE ATESTADO MÉDICO: Tamanho 15 x 21 cm, 1 x 0 cor, papel sulfite 56 gr, bloco 50 x 1 via.	1,42
13	600	Bl.	IMPRESSÃO DE REQUISIÇÃO DE EXAMES: Blocos 50 x 1 via, tamanho 21 x 15,5 cm 1 x 0 cor, papel sulfite 56 gr.	1,34
14	100	Un.	IMPRESSÃO DE CARTÃO DE FISIOTERAPIA: Tamanho 21 x 14,5 cm, com vinco, 1 x 1 cor, papel sulfite 180 gr.	0,88
15	150	Bl.	IMPRESSÃO RECEITUÁRIO AZUL: Tamanho 30 x 9,5 cm, 1 x 0 cor, papel super bond azul, 75 gr, com numeração sequencial a ser fornecida pela vigilância sanitária. Bloco 50 x 1 via com picote e grampo.	2,70
16	3000	Un.	CARTEIRA DIABÉTICOS/HIPERTENSO/CARDÍACOS: Tamanho aberto 24x16,5 cm, 1x1 cor, papel sulfite 180 gr, con-tendo 8 páginas com 2 grampos a cavalo.	0,27
17	6000	Un.	ENVELOPE OFÍCIO: Com janela/ logo Prefeitura Municipal de Fraiburgo, papel-ofício 75 gr, 4x0 cor.	0,23
18	100	Un.	GRÁFICO PESO-IDADE (MENINO): Tamanho 32,05x23,6 cm, 4x4 cores, papel sulfite 180gr	4,16
19	100	Un.	GRÁFICO PESO-IDADE (MENINA): Tamanho 32,05x23,6 cm, 4x4 cores, papel sulfite 180 gr	4,15
20	500	Fl.	FICHA – REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL: Tamanho 21 x 30 cm, 1 x 1 cor, papel sulfite 75 gr.	0,27
21	500	Fl.	IMPRESSÃO FICHA RESUMO SEMANAL DO SERVIÇO ANTIVETORIAL: Tamanho 21 x 31 cm, 1 x 0 cor, papel sulfite 75 gr.	0,21

22	500	Un.	CARTÃO FICHA DE VISITA: Tamanho 15,5x10,5 cm, 1x0 cor, papel sulfite 120 gr.	0,14
23	300	Bl.	COMPROVANTE DE COMPARECIMENTO: Bloco 50x1 via, papel sulfite 56gr, 1x0 cor, tamanho 20x14cm	1,64
24	5000	Un.	CARTÃO REUNIÃO DE HIPERTENSOS E DIABÉTICOS – PACS: Sulfite 180gr, 1x0 cor, tamanho 5x9cm.	0,03
25	5000	Un.	CARTÃO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Tamanho 5x9cm, 1x0 cor, sulfite 180gr.	0,03
26	500	Un.	CARTÃO SAÚDE DA MULHER: Tamanho 22x16,5, com vinco, 1x1 cor, papel cartolina 180gr, na cor rosa.	0,30
27	1000	Un.	PASTA COM ORELHA: Brasão e Identificação do Município, 1x0cor, com vinco – papel sulfite 240gr, tamanho 45,5x32cm	0,54
28	500	Fl.	PAPEL OFÍCIO (TIMBRADO): 4x0 cor, em papel sulfite 90 gr, - tamanho A4	0,68
29	14000	Un.	CARTEIRINHA PSF/PACS: Em papel sulfite 180gr, tamanho 15,5 x 11 cm, com vinco, 1 x 1 cor ( papel branco com escritas nas cores, 2.000 azul médio, 2.000 verde médio, 2.000 vermelho e 2.000 rosa, 2.000 azul turquesa e 2.000 laranja, 2000 verde limão).	0,07
30	30	Bl.	IMPRESSÃO DE LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE TFD: Dentro do Estado, BLOCOS C/ 50 folhas por 2 vias carbonadas tamanho 22X30cm 1X0 cor.	11,71
31	2000	Un.	CARTEIRINHA DE SAÚDE: Tamanho 10,5x8 cm, 1x1 cor, papel cartolina 3 cores a ser informada, 180 gr.	0,08
32	3000	Un.	CARTÃO IDENTIFICAÇÃO DO GEMUS: Tamanho 10,5X6cm, 1x1 cor, sulfite 180gr.	0,05
33	30	Bl.	BLOCO ENCAMINHAMENTO PROGRAMA LABORATÓRIO DE PRÓTESES: Tamanho 15,5 X 20 cm, 1 X 0 cor, blocos 50 X 2 autocopiativo.	7,50
34	1200	Un.	IMPRESSÃO FICHA PACIENTES LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA: Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, papel sulfite 150 g	0,18
35	500	Fl.	IMPRESSÃO BOLETIM DIÁRIO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO – Laboratório de Prótese Dentária: Tamanho 21 x 30 cm, 1 x 0 cor, papel sulfite 75 gr.	0,20
36	1000	Un.	CARTÃO ACOMPANHAMENTO (SISVAN): Tamanho 21,5x15 cm, sulfite 180 g – 1x1cor	0,14
37	100	Un.	ENVELOPE: Com Logo Prefeitura municipal, tamanho A4, papel sulfite 75gr, 4x0 cor	3,73
38	100	Un.	ENVELOPE: Com Logo Prefeitura municipal, tamanho Médio 18,5x25cm , papel sulfite 75gr, 4x0 cor	3,33
39	100	Un.	ENVELOPE OFÍCIO: Com Logo Prefeitura municipal, papel sulfite 75gr, 4x0cor	2,95
40	250	Bl	BLOCOS REFERÊNCIA CONTRA REFERENCIA: 50x2 vias carbonadas, com numeração sequencial a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde, no tamanho 20x24cm.	9,58
41	200	Jg.	CAPA E CONTRA – CAPA PARA PROCESSO: Papel triplex 350gr, c/ brasão e identificação do Município, 1 x 0 cor, c/ vinco e perfuração idêntica na capa e contracapa, medindo 33x25 cm (capa e contracapa deverão possuir o mesmo tamanho)	1,41
42	20	Bl.	IMPRESSÃO AUTO DE INTIMAÇÃO: Blocos 50x4 vias, autocopiativo, tamanho 21x30 cm, com numeração a ser informada.	24,73

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

## EXTRATO DA AT17FMS59

Publicação Nº 1458059

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS59  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.

Fornecedor: DIGITAL CRUZEIRO LTDA ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços gráficos para confecção e impressão de expedientes diversos para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, SAMU, Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

Data da Ata: 13.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 13.12.2017 a 31.03.2018, podendo ser prorrogado até o limite de 12 meses da assinatura da sua formalização, mediante acordo entre as partes e Termo Aditivo.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0040/2017 – FMS.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0023/2017 – FMS.

Registro de Preços: nº 0017/2017 – FMS.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
47	20000	Jg.	FICHA DE VISITA DOMICILIAR – Agentes Comunitárias de Saúde: Jogo 2x1 via (totalizando 40.000 fl). Primeira e segunda via 1x1, diferentes. Cor preto, tamanho 21x30cm, 1x1 cor, em papel sulfite 75 gr. Soltas e Separadas. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,16
48	70	Fl.	IDENTIFICAÇÃO DO CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS: tamanho 21x30 cm, 1x0, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,61
49	300	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS - GESTANTES: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,35
50	400	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,32



51	700	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – HIPERTENSOS: Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, cor preto, papel sulfite 75gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem superior da folha em modo retrato.	0,25
52	200	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – DIABÉTICOS: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,38
53	70	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – PORTADORES DE TUBERCULOSE: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,62
54	70	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – PORTADORES DE HANSENÍASE: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,62
55	100	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,51
56	100	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – PORTADORES DE FERIDAS CRÔNICAS: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,51
57	200	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato	0,39
58	100	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – PORTADORES DE CÂNCER: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,51
59	400	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – SAÚDE MENTAL: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,33
60	100	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem esquerda da folha em modo retrato.	0,51
61	300	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – TABAGISTAS: Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, cor preto, papel sulfite 75gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem superior da folha em modo retrato.	0,35
62	700	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – SAÚDE DA MULHER: Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, cor preto, papel sulfite 75gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem superior da folha em modo retrato.	0,25
63	70	Fl.	CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS – RELATÓRIO FINAL: tamanho 21x30 cm, 1x1, cor preto, papel sulfite 75 gr. Perfuradas para colocação de espiral, na margem superior da folha em modo retrato.	0,60
64	40000	Fl.	IMPRESSÃO FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL: Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, em papel sulfite 75 gr.	0,06
65	15000	Fl.	IMPRESSÃO FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR: Tamanho 21x30cm, 1x1 cor, em papel sulfite 75 gr.	0,07

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

## EXTRATO DA AT17FMS60

Publicação Nº 1458060

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS60  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.

Fornecedor: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços gráficos para confecção e impressão de expedientes diversos para uso nas Unidades Básicas de Saúde.

Data da Ata: 13.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 13.12.2017 a 31.03.2018, podendo ser prorrogado até o limite de 12 meses da assinatura da sua formalização, mediante acordo entre as partes e Termo Aditivo.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0040/2017 – FMS.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0023/2017 – FMS.

Registro de Preços: nº 0017/2017 – FMS.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
43	4000	Un.	PASTA CADASTRO DA FAMÍLIA: Formato envelope A4 (sem tampa) no tamanho 33,5x24,-5cm fechada, papel sulfite 180gr 1x0 cor.	0,51
66	5000	Un.	CARTILHA DE SAÚDE BUCAL: Capa em papel Couchê 170gr, fosco/brilho, 4x1cor, 38x21 cm aberto. Miolo em papel sulfite 90 gr, 1x1 cor, 38x21 cm aberto, 19x21 cm fechado, 16 páginas. Cartilha com dois grampos a cavalo, conforme modelo base.	0,79

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde



**EXTRATO DA AT17FMS61**

Publicação Nº 1458062

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS61  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.

Fornecedor: JOANNEI ARTES GRÁFICAS LTDA EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços gráficos para confecção e impressão de folders, panfletos e certificados, para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, SAMU, Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

Data da Ata: 13.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 13.12.2017 a 31.03.2018, podendo ser prorrogado até o limite de 12 meses da assinatura da sua formalização, mediante acordo entre as partes e Termo Aditivo.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0040/2017 – FMS.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0023/2017 – FMS.

Registro de Preços: nº 0017/2017 – FMS.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
44	5000	Un.	FOLDERS; Com arte, em papel couchê 150gr, Tamanho A4 com 2 vincos e dobras, 4x4 cores, (3 campanhas)	0,40
45	10000	Un.	PANFLETO: Com arte, papel couchê 115gr, 4x4 cores, tamanho 21x15cm (meio A4) (3 campanhas)	0,18
46	1500	Un.	CERTIFICADO: Com arte, papel vergê 180gr branco, 4x0 cor, tamanho 21x15cm (meio A4) (3 campanhas).	0,44

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

**Lei nº 2393 - 2017**

Publicação Nº 1457369

LEI Nº 2393, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a abrir o crédito adicional especial e suplementar no Orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), criando a modalidade de despesa, na unidade orçamentária a seguir discriminada:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
18.541.0016.2.037 – Preservação de Recursos Naturais e Programas Ambientais		
4.4.93.00 – Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos 0.1.0900 (308)	R\$	30.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, na rubrica abaixo relacionada:

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Lei nº 2394 - 2017**

Publicação Nº 1457380

LEI Nº 2394, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2290, DE 29 DE ABRIL DE 2015, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 5º, inciso III, alínea "h", da Lei Municipal nº 2290, de 29 de abril de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º. [...]

III - [...]

h) 01 (um) representante de entidade cultural.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Lei nº 2395 - 2017**

Publicação Nº 1457391

LEI Nº 2395, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO A CONTRATAR PARCELAMENTO DE DÍVIDA JUNTO A PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a requerer o parcelamento de dívidas, relativas ao recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, compreendendo os meses de janeiro de 1998 a março de 2009, apurados de acordo com os Processos nºs 46220001617/2009-03 e 46220001616/2009-51, inscritos em Dívida Ativa sob os nºs 91510001365-73 e 91510001364-92, respectivamente.

§ 1º. A contratação do parcelamento fica limitada ao valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

§ 2º. O parcelamento poderá ser contratado em até 60 (sessenta) parcelas, devidamente acrescidas dos encargos legais.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Lei nº 2396 - 2017**

Publicação Nº 1457416

LEI Nº 2396, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE LOTES JUNTO AO LOTEAMENTO SÃO MIGUEL FASE II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a alienar lotes às pessoas físicas ou jurídicas, cuja característica da ocupação se demonstre consolidada e que indique a irreversibilidade da posse.

§ 1º. A alienação será efetivada mediante contrato de compra e venda e deverá, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ser formalizada através da competente escritura pública.

§ 2º. Concessão do título preferencialmente para a mulher.

§ 3º. Considera-se situação consolidada aquela em que a ocupação da área, a natureza as edificações existentes, a localização das vias de circulação ou comunicação, os equipamentos públicos disponíveis, urbanos ou comunitários, dentre outras situações peculiares, indique a irreversibilidade da posse que induza ao domínio.

Art. 2º. O valor de comercialização dos lotes ficará vinculado ao laudo a ser elaborado por Comissão especialmente nomeada para este fim, homologado por decreto do executivo, a serem pagos no prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, não podendo cada prestação ser inferior a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no país, admitida sua antecipação.

§ 1º. O valor de cada prestação será acrescido de correção monetária pré-fixada com base no acumulado do INPC do exercício anterior, seguindo os mesmos critérios de atualização da Unidade Fiscal do Município – UFM.

§ 2º. O pagamento da primeira prestação deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato de compra e venda;

§ 3º. Verificada a inadimplência de 03 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, vencerão por antecipação todas as demais, remetendo-se o crédito para inscrição em dívida ativa não tributária, protesto e posterior cobrança judicial.

§ 4º. O vencimento antecipado da obrigação independe de prévia notificação do adquirente.

§ 5º. Considerar-se-ão válidas as notificações e intimações encaminhadas ao adquirente no endereço do imóvel objeto da compra e venda ou alternativamente, a publicada junto ao Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade do adquirente a manutenção do seu endereço atualizado junto ao cadastro do Município.

§ 6º. O adquirente deverá retirar mensalmente o boleto para pagamento da parcela, tendo as seguintes opções:

a) através do endereço eletrônico <http://www.fraiburgo.sc.gov.br/> carnes;

b) junto ao Departamento de Tributos da Prefeitura, situado na Av. Rio das Antas nº 185, bairro Centro, Fraiburgo (SC);

c) junto ao CRAS do bairro São Miguel.

§ 7º. Fica reduzida a alíquota do ITBI para os imóveis alienados de acordo com esta Lei para 0,40% (quarenta centésimos por cento).

§ 8º. A cláusula de inalienabilidade terá a duração do período de parcelamento contraído pelas pessoas jurídicas ou pelas pessoas físicas, que não atenderem aos requisitos do artigo 3º desta Lei.

Art. 3º. Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a isentar do pagamento dos lotes e dos tributos incidentes sobre a transmissão, os moradores que ocupem as áreas cuja posse indique a irreversibilidade da medida e que preencham aos seguintes requisitos:

I – tenham renda familiar de até 6 (seis) salários mínimos mensais;

II – declarem residir no Município há pelo menos 36 (trinta e seis) meses;

III – não possuam outro imóvel no Município;  
IV – que utilizem o imóvel como residência própria e de seus familiares ou nele exerçam atividade econômica destinada a prover o sustento da família.

§ 1º. Além da comprovação do atendimento aos requisitos previstos nos incisos I a IV deste artigo, a alienação ficará condicionada à emissão de parecer social favorável, a ser emitido pelo Departamento de Assistência Social do Município.

§ 2º. Na escritura pública de compra e venda constará obrigatoriamente cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 3º. Eventuais transferências antes de vencido o prazo descrito no parágrafo anterior somente serão processadas com autorização do Município.

Art. 4º. As alienações de que trata a presente Lei, por se destinarem a solucionar problemas sociais e não comportarem competição geral, regulada pela Lei Federal nº 8.666/93, serão efetuadas independentemente de licitação.

Art. 5º. O Município de Fraiburgo declara a inexistência de renúncia fiscal nas modalidades de isenções e alienações dos imóveis, e as despesas que porventura existirem serão suportadas pelo orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## PA 4618-2017 - DECISÃO

Publicação Nº 1457887

a) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4618/2017 - FMS  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0003/2017 - FMS

OBJETO – Credenciamento de empresas para Contratação de pessoas jurídicas do ramo para prestação de serviços de consultas médicas especializadas e procedimentos ortopédicos ambulatoriais, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a fim de atender as necessidades da população de Fraiburgo, durante o período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018..

### DECISÃO

Após análise feita pela Comissão Permanente de Licitações da documentação apresentada para credenciamento pela empresa AML ASSESSORIA MÉDICA GESTÃO EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 20.923.177/0001-77, a Comissão resolve suspender a análise e promover diligência para esclarecer e complementar a instrução (com base nos itens 3.1.2 e 3.1.3) do edital.

Fraiburgo(SC), 14 de dezembro de 2017

Elma Neli dos Santos Furtado Presidente da CPL	Andrea Aparecida Rezzadori Vice-Presidente da CPL
Marilei Mateucci Secretária da CPL	Roalves Jorge Polese Membro da CPL
Enelice Lídia Gerlach Membro da CPL	Luciana Cordeiro Frozza Membro da CPL

## Portaria nº 32612017

Publicação Nº 1457434

PORTARIA Nº 3261, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 646/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a servidora Vanusa Apolinário, que entrará em Licença Maternidade;

### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIANE ESKELSEN OGLIARI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 034.506.649-99, na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 18 de dezembro de 2017 até de 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## Portaria nº 32622017

Publicação Nº 1457439

PORTARIA Nº 3262, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Enfermeiro, para atender excepcional interesse público;

### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MAQUELI BORTOLINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.089.839-40, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32632017**

Publicação Nº 1457441

PORTARIA Nº 3263, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Enfermeiro, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEUSA ANTUNES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.702.709-47, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32642017**

Publicação Nº 1457444

PORTARIA Nº 3264, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Enfermeiro, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEURIDIANE ISABELITA PASQUALIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.178.949-10, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32652017**

Publicação Nº 1457445

PORTARIA Nº 3265, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Enfermeiro, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILDE ANTUNES MOREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.444.249-20, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32662017**

Publicação Nº 1457448

PORTARIA Nº 3266, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ESTER DE LARA MATTEUCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 534.347.149-87, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2018 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria nº 32672017**

Publicação Nº 1457469

PORTARIA Nº 3267, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUANA CORREA GARCIA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.851.849-63, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2018 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32682017**

Publicação Nº 1457472

PORTARIA Nº 3268, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI SCHÄBERLE BILIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.780.419-68, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2018 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32692017**

Publicação Nº 1457474

PORTARIA Nº 3269, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSILENE SCHEFFMACHER FERNANDES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 690.981.829-68, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32702017**

Publicação Nº 1457476

PORTARIA Nº 3270, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA APARECIDA BORBA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 501.582.799-72, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32712017**

Publicação Nº 1457479

PORTARIA Nº 3271, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARITANI MARIZA MARGREITER KAFER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 800.372.249-72, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32722017**

Publicação Nº 1457481

PORTARIA Nº 3272, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MURILO HENRIQUE RALDI SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 078.010.249-58, contratado em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32732017**

Publicação Nº 1457485

PORTARIA Nº 3273, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de KATIANE MUNARI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 006.588.519-85, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32742017**

Publicação Nº 1457486

PORTARIA Nº 3274, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREA HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.532.869-03, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria nº 32752017**

Publicação Nº 1457487

PORTARIA Nº 3275, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILVA TEREZINHA VERONEZE DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 687.871.039-15, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32762017**

Publicação Nº 1457611

PORTARIA Nº 3276, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCISCO MACIEL DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 734.005.999-72, contratado em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32772017**

Publicação Nº 1457614

PORTARIA Nº 3277, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de THAYS APARECIDA DE BAROS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 083.309.679-64, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32782017**

Publicação Nº 1457616

PORTARIA Nº 3278, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de IZABEL RIBEIRO DE GOES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 744.218.169-49, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32792017**

Publicação Nº 1457622

PORTARIA Nº 3279, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA APARECIDA MACHADO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 898.659.369-68, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 32802017**

Publicação Nº 1457895

PORTARIA Nº 3280, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTINE PRUNER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 938.396.349-20, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32812017**

Publicação Nº 1457636

PORTARIA Nº 3281, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIRLEI SCHÄBERLE GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.445.139-49, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32822017**

Publicação Nº 1457637

PORTARIA Nº 3282, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CÂNDIDA LUCIANA BECKER RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 707.519.609-00, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 32832017

Publicação Nº 1457640

PORTARIA Nº 3283, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando que está substituindo por 30 horas semanais a servidora Gleci Maria Vanz, que se encontra em Auxílio Doença;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ERIKA VALENTE YOHEM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 276.113.578-40, contratada em caráter temporário na função de TERAPEUTA OCUPACIONAL, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2018 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 32842017

Publicação Nº 1457642

PORTARIA Nº 3284, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Farmacêutico Bioquímico, para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TACIANE MITTANCK FANTIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.194.229-60, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 32852017

Publicação Nº 1457643

PORTARIA Nº 3285, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Odontólogo, para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELOISE NATHALIA RUSCHEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.224.779-09, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 32862017

Publicação Nº 1457644

PORTARIA Nº 3286, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Odontólogo, para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PRISCILA RIBEIRO DE MATTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.848.869-48,

contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 32872017

Publicação Nº 1457645

PORTARIA Nº 3287, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Odontólogo, para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIANE GOMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.105.969-84, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 32882017

Publicação Nº 1457646

PORTARIA N.º 3288, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Retifica e Ratifica a Portaria n.º 3166/2017

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 150/2017, da Secretaria de Ação Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º Retificar o artigo 1º da portaria nº 3166 de 05 de dezembro de 2017, que prorrogou o contrato da servidora MARISA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 425.768.149-72, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, sendo que a data correta para final da prorrogação é 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 3166 de 05 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 32892017

Publicação Nº 1457648

PORTARIA Nº 3289, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2017, do Departamento de Cultura;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 19 (dezenove) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora IVONEIDE INÁCIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 036.595.969-30, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, no período de 16 de dezembro até 31 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 32902017

Publicação Nº 1457650

PORTARIA Nº 3290, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLEIDE FATIMA BUFFON REMUS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 847.990.219-15, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 32912017**

Publicação Nº 1457932

PORTARIA Nº 3291, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JUCILEI REGINA HIRT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.206.469-56, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 32922017**

Publicação Nº 1457957

PORTARIA Nº 3292, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ADRIANA STOEKLE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.890.399-33, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 32932017**

Publicação Nº 1457958

PORTARIA Nº 3293, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 060.528.909-32, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 32942017**

Publicação Nº 1457961

PORTARIA Nº 3294, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LICIANE GOMES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 040.408.429-01, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 32952017**

Publicação Nº 1457962

PORTARIA Nº 3295, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos

180/2017 e 192/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JESSICA RODRIGUES BELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.243.649-45, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32962017**

Publicação Nº 1457964

PORTARIA Nº 3296, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JACIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 043.489.399-42, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32972017**

Publicação Nº 1457967

PORTARIA Nº 3297, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JULIANA APARECIDA CORREA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.017.649-06, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir

de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32982017**

Publicação Nº 1457968

PORTARIA Nº 3298, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSIANE ORTIZ DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.654.709-65, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 32992017**

Publicação Nº 1457970

PORTARIA Nº 3299, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARINA PAMELA PONTES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 088.815.179-90, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal



ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33002017**

Publicação Nº 1457974

PORTARIA Nº 3300, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANDREIA CARDOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.869.159-40, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33012017**

Publicação Nº 1457976

PORTARIA Nº 3301, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear KATIA DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.927.219-55, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33022017**

Publicação Nº 1457980

PORTARIA Nº 3302, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DAIANE MARIA CAREGNATO HILLESHEIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 062.024.199-38, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33032017**

Publicação Nº 1457984

PORTARIA Nº 3303, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ENAILE PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.605.819-05, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33042017**

Publicação Nº 1457985

PORTARIA Nº 3304, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear KARINA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.101.709-67, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33052017**

Publicação Nº 1457988

PORTARIA Nº 3305, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GISELE ANDRADE ANTUNES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 070.989.559-30, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33062017**

Publicação Nº 1457994

PORTARIA Nº 3306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais

e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT17PMF162, Processo Administrativo Licitatório nº 0250/2017 - PMF, Tomada de Preços nº 0016/2017, cujo objeto é a construção de piso em concreto armado, medindo 143,62 m², sobre o imóvel nº 8521, matrícula nº 11.763, Estrada Fb050 S/N, no Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Fraiburgo/SC, para instalação de Academia de Saúde, com fornecimento de material e mão de obra, conforme planilha de orçamento, Projeto e Memorial Descritivo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33072017**

Publicação Nº 1457997

PORTARIA Nº 3307, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 646/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a servidora Vanusa Apolinário, que entrará em Licença Maternidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAROLINE DA COSTA MANFREDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.328.569-48, na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 18 de dezembro de 2017 até de 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33082017**

Publicação Nº 1457998

PORTARIA Nº 3308, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SIMÔNE FÁTIMA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 045.260.099-54, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33092017**

Publicação Nº 1458001

PORTARIA Nº 3309, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ÉDINA FLAVIANA VARELA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.821.739-69, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33102017**

Publicação Nº 1458011

PORTARIA Nº 3310, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital

de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOSIELE DE SOUZA BELUSSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.855.639-28, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33112017**

Publicação Nº 1458013

PORTARIA Nº 3311, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARIZA APARECIDA FIDELIS RIBEIRO RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.378.069-20, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33122017**

Publicação Nº 1458017

PORTARIA Nº 3312, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ELIZANGELA RODRIGUES DE SOUZA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.138.479-28, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em

Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 33132017**

Publicação Nº 1458019

PORTARIA Nº 3313, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LILIAN DUARTE DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.494.269-27, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 33142017**

Publicação Nº 1458021

PORTARIA Nº 3314, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JULIANA MARTINS CHAVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.682.389-70, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 33152017**

Publicação Nº 1458052

PORTARIA Nº 3315, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear EDIMARA PEREIRA BORBA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 082.299.899-82, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 33162017**

Publicação Nº 1458025

PORTARIA Nº 3316, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ERICA DE ALMEIDA FLORES DA COSTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 106.834.799-62, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria nº 33172017**

Publicação Nº 1458027

PORTARIA Nº 3317, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FRANCIELI GONÇALVES RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 066.331.999-45, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33182017**

Publicação Nº 1458029

PORTARIA Nº 3318, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear EVANIR APARECIDA GUIMARÃES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 900.814.559-68, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33192017**

Publicação Nº 1458031

PORTARIA Nº 3319, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ADRIANA FELIPE DE JESUS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 069.972.239-07, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33202017**

Publicação Nº 1458033

PORTARIA Nº 3320, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SALETE APARECIDA TEDESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.226.019-40, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33212017**

Publicação Nº 1458036

PORTARIA Nº 3321, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear JAQUELINE VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.428.769-89, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33222017**

Publicação Nº 1458038

PORTARIA Nº 3322, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear FRANCIELI DIAS DE MORAIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.285.109-05, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33232017**

Publicação Nº 1458042

PORTARIA Nº 3323, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital

de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARISA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 425.768.149-72, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33242017**

Publicação Nº 1458043

PORTARIA Nº 3324, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear ÈRICA PAULA MENEGAT ZINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 107.345.169-08, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 33252017**

Publicação Nº 1458044

PORTARIA Nº 3325, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDINA BLASIUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.587.449-60, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 33262017

Publicação Nº 1458045

PORTARIA Nº 3326, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear FRANCIELI DE OLIVEIRA NEVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 081.219.189-79, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 33272017

Publicação Nº 1458047

PORTARIA Nº 3327, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCIA NADAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004.860.889-01, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## RESULTADO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA - 003-2017

Publicação Nº 1457423

a) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4003/2017  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0003/2017 - PMF

OBJETO – Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de publicidade governamental, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras, através de jornais de circulação regional, com abrangência no Município de Fraiburgo, para o período de outubro de 2017 a outubro de 2018, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que a Administração achar que seja conveniente.

#### DECISÃO

Após análise feita pela Comissão Permanente de Licitações da documentação apresentada para credenciamento pela empresa Editora Folha de Videira Ltda - Me, inscrita no CNPJ sob nº 06.017.462/0001-06, a mesma foi apresentada conforme item 4 do edital, restando habilitada para a contratação.

Fraiburgo(SC), 12 de dezembro de 2017

Elma Neli dos Santos Furtado Presidente da CPL	Andrea Aparecida Rezzadori Vice-Presidente da CPL
Marilei Mateucci Secretária da CPL	Roalves Jorge Polese Membro da CPL
Enelice Lídia Gerlach Membro da CPL	Luciana Cordeiro Frozza Membro da CPL

## TERMO DE RENÚNCIA ANA PAULA SOLIMAN SOUZA 2017

Publicação Nº 1457889

#### TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: ANA PAULA SOLIMAN SOUZA  
Cargo: Auxiliar Educacional – ENSINO FUNDAMENTAL  
Classificação: 7º Lugar  
Data da Convocação: 28/11/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 14/12/2017

Fraiburgo (SC), 14 de dezembro de 2017.  
ANA PAULA SOLIMAN SOUZA

## TERMO DE RENÚNCIA ISADORA DE LIMA 2017

Publicação Nº 1457890

#### TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: ISADORA DE LIMA  
Cargo: Auxiliar Educacional – ENSINO FUNDAMENTAL  
Classificação: 2º Lugar

Data da Convocação: 28/11/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 14/12/2017

Fraiburgo (SC), 14 de dezembro de 2017.

ISADORA DE LIMA

## **TERMO DE RENÚNCIA MARCIA APARECIDA SCHIZZI 2017**

Publicação Nº 1457891

### **TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Agente de Serviços Gerais para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 001/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: MARCIA APARECIDA SCHIZZI  
Cargo: Agente de Serviços Gerais  
Classificação: 41º Lugar  
Data da Convocação: 24/11/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 12/12/2017

Fraiburgo (SC), 14 de dezembro de 2017.

MARCIA APARECIDA SCHIZZI

# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2017 - 201 A 218

Publicação Nº 1457788

DECRETO Nº 201/2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 436/2003 de 02/12/2003, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial do Município de Galvão-SC, os senhores conforme segue:

Representantes nomeados pelo Prefeito Municipal:

- Leonídio Levinski;
- Orli Antonio Farias;
- Evandro Fernandes André;
- Alessandro Iuga;
- Admir Edi Dalla Cort.

Representantes da acig:

- André Berté;
- Cleber Junior Lanzarin.

Representante do SINDICATO RURAL DE GALVÃO:

- Adair Luza.

Representante do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:

- Alceu Negri.

Representante do PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:

- Hélio Roberto Diesel.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 07 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 202/2017

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PARA REALIZAR AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005 e o Artigo nº 14 da Lei Municipal nº 519/2005 de 10/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada uma Comissão Municipal, para realizar as avaliações de desempenho e eficiência dos servidores públicos estáveis, pertencentes ao quadro de servidores efetivos deste Município de Galvão-SC, sendo composta conforme segue:

NOME	CARGO
Leonídio Levinski	Presidente
Alessandra Paula Querino Bernardo	Secretário
Roberval Dalla Cort	Membro
Ednilson Erasmo Bitencourt	Membro
Rose Ester Miglioretto	Membro
Adelar Gallina	Membro
Lidimara Cunico Cenci	Membro
João Paulo Garcia	Membro
Marcos André Cossa	Membro

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 203/2017

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PARA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENCERCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada uma Comissão Municipal, para realizar a atualização da planta genérica deste Município de Galvão-SC, sendo composta conforme segue:

- Alan Paulo Dierings – CPF 075.825.359-10;
- Erimar Antonio Pelisson – CPF 585.239.959-00;
- Giovani Negretti – CPF 070.780.149-44;
- Hélio Roberto Diesel – CPF 425.902.809-04;
- Luiz Garbin – CPF 894.252.279-34;
- Pedro Flori Godoy – CPF 021.676.209-00;
- Raphaela Renata Palauro – CPF 074.697.369-13;
- Rosemeri Terezinha Piovesana – CPF 694.417.829-04.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 204/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de

Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 1.675,00 (um mil e seiscentos e setenta e cinco reais), na seguinte programação:

07.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura  
06.181.0601 – 2.021 – 44.90.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte 03.0010 R\$ 1.675,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura  
06.181.0601 – 2.021 – 33.90.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte 03.0010 R\$ 1.675,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 205/2017**

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR CONCLUSÃO DE ESTUDOS REGULARES E DÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 17, I, b, da Lei Municipal nº 519/2005, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedido para o servidor Luciano Cividini, ocupante do cargo de operador de máquinas rodoviárias, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, adicional pela conclusão do ensino médio, no percentual de 10% (dez por cento), indidente sobre o seu vencimento mensal, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 206/2017**

**DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO FUNCIONAL DE PROFESSOR MUNICIPAL PARA O DECORRER DO ANO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 520/2005;

Considerando o afastamento por motivos médicos da servidora Caroline Fatini Bez Batti, ocupante do cargo de provimento efetivo de

professor, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica reenquadrada a carga horária da servidora Patrícia Rosana de Campos, para o atendimento no decorrer do exercício 2017 junto ao ensino infantil, sendo o período de alteração e a carga horária semanal a serem compostas conforme segue:

SERVIDOR (A)	PERÍODO DE ALTERAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Patrícia Rosana de Campos	22/11/2017 até 15/12/2017	40 horas semanais

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 207/2017**

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE EXONERAÇÃO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedido exoneração ao servidor Filipe Ademir Martins, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, nomeado através do Decreto Municipal nº 185/2016 de 16/11/2016, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 208/2017**

**CONCEDE LICENÇA AUXILIO MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, resolve e;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedido licença auxílio maternidade, para a servidora Naldiane Borella, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 150 dias, com efeitos a partir do dia 17 de novembro de 2017 e término previsto para o dia 16 de abril de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 209/2017**  
**DISPÕE SOBRE UNIFICAÇÃO DE LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 284/83 e Artigo 1º da Lei Municipal nº 730/2012, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam unificados os lotes urbanos nºs 09 e 10, ambos da quadra nº 25, com área unificada total de 1.040,00m², situados na cidade de Galvão-SC, descritos e matriculados no CRI de São Domingos-SC sob o número 6.846, de propriedade do Município de Galvão, com as seguintes confrontações:

- AO NORTE: com parte do Lote nº 03 da mesma quadra, numa extensão de 06,00mts e com o Lote nº 04 da mesma quadra, numa extensão de 20,00mts;
- AO SUL: com a Rua Anita Garibaldi, numa extensão de 26,00mts;
- AO LESTE: com a Rua José Gibrail Rebelatto, numa extensão de 40,00 mts;
- AO OESTE: com o Lote nº 08 da mesma quadra, de propriedade de Edison Busanello, Matrícula nº 8.090 do CRI de São Domingos, numa extensão de 40,00mts.

Art. 2º. Fica determinado que o respectivo imóvel, objeto da presente unificação passará a denominar-se LOTE nº 09 da Quadra nº 25, com área de 1.040,00 m², com as seguintes descrições:

- AO NORTE: com parte do Lote nº 03 da mesma quadra, de propriedade de Ademar Ferreira dos Santos, Matrícula nº 5.771 do CRI de São Domingos, numa extensão de 06,00mts, e com o Lote nº 04 da mesma quadra, de propriedade de WDM Laticínios Ltda, Matrícula nº 5.592 do CRI de São Domingos, numa extensão de 20,00mts;
- AO SUL: com a Rua Anita Garibaldi, numa extensão de 26,00mts;
- AO LESTE: com a Rua José Gibrail Rebelatto, numa extensão de 40,00 mts;
- AO OESTE: com o Lote nº 08 da mesma quadra, de propriedade de Edison Busanello, Matrícula nº 8.090 do CRI de São Domingos, numa extensão de 40,00mts.

Art. 3º. Fazem parte deste Decreto todo o memorial descritivo, mapas e ARTs, os quais devem ficar arquivados junto ao setor de tributos do município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 210/2017**  
**DISPÕE SOBRE PERÍODO DE FÉRIAS COLETIVAS DOS SERVIDORES LOTADOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica determinado que o período de férias coletivas para os servidores públicos municipais lotados nas Secretarias Municipais de Infraestrutura e Agricultura, será o período compreendido entre o dia 15 de dezembro de 2017 até o dia 13 de janeiro de 2018.

Parágrafo Único. Fica ainda, estipulado que variações do período de férias, serão analisadas e estabelecidas individualmente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 211/2017**  
**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação  
10.306.1002 – 2.033 – 33.90.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte 00.0001 R\$ 8.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro evidenciado no exercício atual, Fonte de Recursos 00.0001, no valor de R\$ 8.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 212/2017**  
**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde



10.301.1001 – 2.025 – 33.93.00.00.00 - Aplicações Diretas Op. Órgãos.

Fonte 03.0002 R\$ 16.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro evidenciado no exercício atual, Fonte de Recursos 03.0002, no valor de R\$ 16.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 213/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 14.927,26 (quatorze mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos), na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

12.361.1201 – 2.034 – 33.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte 01.1066 R\$ 14.927,26

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação evidenciado no exercício atual, Fonte de Recursos 01.1066, no valor de R\$ 14.927,26.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 214/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005;

Considerando a não lavratura do Decreto de exoneração da servidora, quando da saída de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, na data de 31/10/2008, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Clair Lucia Argenta Rosiak, ocupante do

cargo em comissão de diretora de departamento, nomeada através do Decreto Municipal nº 084/2005 de 01/03/2005, exonerada de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeito, retroativo ao dia 31 de outubro de 2008.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 215/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 389,21 (trezentos e oitenta e nove reais e vinte e um centavos), na seguinte programação:

09.01 – Encargos Gerais do Município

28.846.0000 – 0.000 – 32.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte 01.0000 R\$ 389,21

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação total e/ou parcial, da seguinte dotação orçamentária:

09.01 – Encargos Gerais do Município

28.846.0000 – 0.000 – 33.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte 01.0000 R\$ 389,21

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 216/2017

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA, REMANEJAMENTO NO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 885/2017 de 04/12/2017, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

12.361.1201 – 2.034 – 31.90.00.00.00 - Aplicações Diretas



Fonte 01.0001 R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação total e/ou parcial, da seguinte dotação orçamentária:

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Gestão  
04.122.0402 – 2.019 – 31.90.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte 01.0000 R\$ 80.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de dezembro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 217/2017  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 140.802,56 (cento e quarenta mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e seis centavos), na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação  
12.361.1201 – 2.034 – 31.90.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte 01.0018 R\$ 140.802,56

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação evidenciado no exercício atual, Fonte de Recursos 01.0018, no valor de R\$ 140.802,56.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de dezembro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 218/2017

TRANSFERE DOTAÇÃO ENTRE ENTIDADES NO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 855/2017 de 04/12/2017, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde  
10.301.1001 – 2.025 – 31.90.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte 01.0002 R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária.

05.01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes  
13.392.1301 – 2.022 – 31.90.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte 01.0000 R\$ 200.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de dezembro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

## LEIS 2017 - 885 A 888

Publicação Nº 1457786

LEI Nº 885/2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta à judicosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no orçamento do Município de Galvão-SC, no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), conforme segue:

Órgão/Unidade: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.025	Manut. Atividades da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0002	200.000,00
Total R\$			200.000,00

Órgão/Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO		
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição
12.361.1201	2.034	Manut. Atividades Ensino Fundam.

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0001	80.000,00
Total R\$			80.000,00

Órgão/Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.365.1201	2.036	Manut. Atividades Ensino Infantil	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0001	25.000,00
Total R\$			25.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura deste crédito, serão utilizados recursos de anulação das dotações orçamentárias conforme segue:

Órgão/Unidade: SECRET. MUNIC. DESENV. SOCIAL, CULT. ESPORTE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
13.392.1301	2.022	Manut. Ativ. Desenv. Social C. Esp	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0000	200.000,00
Total R\$			200.000,00

Órgão/Unidade: SECRET. M. DESENV. RURAL AGRIC. E MEIO AMB.			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
20.606.2001	2.040	Manut Funcional da agricultura	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0000	25.000,00
Total R\$			25.000,00

Órgão/Unidade: SECRET. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
04.122.04.02	2.019	Manut. Das Ativ. Administrativas	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0000	80.000,00
Total R\$			80.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 05 de Dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

LEI Nº 886/2017

Dispõe sobre estágio para estudantes em Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal e, dá outras providências.

O Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta à judiciosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica Instituído o Programa de Estágios para estudantes de Ensino Superior, de Cursos Profissionalizantes e do Ensino Médio, visando atividades conjuntas capazes de propiciar "a promoção da integração ao mercado de trabalho" e a "formação para o trabalho", de acordo com a Lei nº 11.788 de 25/09/2008 e com a Lei nº 9.394 de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho do Município de Galvão.

Art. 2º. Este Programa visa proporcionar aos estudantes, regularmente matriculados em instituições de ensino, a experiência prática e desenvolvimento de aptidões que permitam a adaptação com o campo de trabalho na linha de formação do estagiário.

Parágrafo único. O programa de que trata esta Lei, atenderá jovens com idade mínima de 16 (dezesseis) anos.

Art. 3º. Fica o Município autorizado a firmar Convênio com entidade especializada, para a operacionalização de Programa de Estágio, a qual compete:

- I – Manter convênio com as instituições de ensino;
- II – Prestar serviços administrativos;
- III – Selecionar os estudantes e encaminhá-los a Prefeitura Municipal;
- IV – Acompanhar a realização de estágio junto a Prefeitura Municipal;
- V – Efetuar o pagamento da Bolsa de Estudos ao estudante;

**VI – Providenciar seguro contra acidentes em favor do estudante.**

Art. 4º. É facultado aos órgãos e às entidades da administração pública direta e indireta, conceder estágio a estudante que esteja frequentando o ensino regular, em instituição de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial, anos finais do ensino fundamental e na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. A concessão de que trata o caput deste artigo fica condicionada, à existência no órgão ou na entidade, de estrutura que assegure ao estagiário, condições de aprendizado em sua área profissional, com contextualização curricular, com a finalidade de desenvolvimento do educando para vida cidadã e para o trabalho, sob supervisão e orientação de profissional habilitado.

Art. 5º. Para obtenção do estágio, o aluno deverá estar matriculado e comprovar frequência efetiva no ensino médio, técnico ou superior ou ainda em curso de educação especial.

Art. 6º. A prática de estágio, como um mecanismo de profissionalização, em complemento ao processo ensino-aprendizagem, abrange as modalidades:

I – Estágio curricular não-obrigatório, receberão bolsa mensal de contraprestação especificada no convênio e no termo de compromisso de acordo com curso e carga horária prevista na Lei Federal 11.788/2008, sendo:

Curso	Carga horária	Valor da Bolsa Auxílio
Ensino Médio	20 horas semanais	R\$ 400,00
Ensino Médio	30 horas semanais	R\$ 600,00
Ensino Técnico e Superior	20 horas semanais	R\$ 600,00
Ensino Técnico e Superior	30 horas semanais	R\$ 800,00

§1º. A Bolsa auxílio paga aos estudantes de estágios não-obrigatórios será reajustável nos mesmos índices e nos mesmos prazos dos servidores Municipais.

II – Estágio curricular obrigatório, não remunerado, definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para obtenção de diploma, com sistemática de organização, orientação, supervisão e avaliação do estágio, a critério da Instituição de Ensino, observadas as normas estabelecidas pelo MUNICÍPIO.

§1º. A aceitação do estagiário não remunerado/curricular obrigatório ficará ao encargo do Secretário responsável pela Secretaria em que se realizará estágio.

Art. 7º. A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio, celebrado entre o Município, estudante, agente de integração e com interveniência obrigatória da Instituição de Ensino.

Art. 8º. É facultada a celebração de convênio com instituições de ensino para concessão de estágio obrigatório, nos quais se expliquem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio obrigatório com a instituição de ensino não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o art. 7º.

Art. 9º. O período máximo do estágio é o correspondente a 02 (dois) anos.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo, os estudantes portadores de necessidades especiais.

Art. 10º. O estágio, em qualquer das modalidades previstas no art. 3º desta Lei, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados aos seguintes requisitos:

- I – Matrícula e frequência regular do educando, e bom aproveitamento, de acordo com o consignado nos art. 1º e 2º;
- II – Celebração de Termo de Compromisso entre o educando, o Município, agente de integração e a Instituição de Ensino;
- III – Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio, e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

Parágrafo único. O estágio obrigatório deverá ter acompanhamento efetivo de professor orientador da Instituição de Ensino, e do supervisor da Municipalidade, comprovado por vistos nos relatórios especificados na legislação própria, os quais serão encaminhados à Instituição de Ensino, semestralmente.

Art. 11º. Fica estabelecida a jornada de atividade em estágio:

I – 4 (quatro) horas diárias, sendo 20 (vinte) horas semanais, conforme tabela constante do Artigo 6º, Inciso I;

II – 6 (seis) horas diárias, sendo 30 (trinta) horas semanais, conforme tabela constante do Artigo 6º, Inciso I.

§ 1º. Sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, é assegurado ao estagiário, período de recesso de 30 (trinta) dias.

§ 2º. Os dias de recesso previstos no § 1º deste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos do estágio ter duração inferior

a 01 (um) ano.

Art. 12º. Extingue-se o estágio:

I - Pela desistência por escrito, do estudante;

II - Pela não renovação do termo de compromisso até a data de seu vencimento;

III - Pelo abandono ou pela conclusão do curso;

IV - Por iniciativa do órgão concedente, a qualquer momento, nos casos de inadaptação, conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, comunicados, nessas hipóteses, os fundamentos da decisão à instituição de ensino e ao agente de integração;

V – Pelo não cumprimento do disposto nos art. 1º e 2º desta Lei.

Art. 13º. O quantitativo de vagas a estagiários a ser disponibilizados pelo Município, se limita a 10 (dez), observados ainda os limites estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 14º. A Unidade Administrativa que conceder o estágio indicará à Secretaria Municipal de Administração, o respectivo supervisor.

Art. 15º. O supervisor designado para acompanhar o estágio, orientará e acompanhará as atividades do estudante, de acordo com o Termo de Compromisso, devendo encaminhar, semestralmente, à Diretoria de Recursos Humanos – DRH, relatório das funções desempenhadas, com a ciência do estagiário.

Art. 16º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 05 de Dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

LEI Nº 887/2017

Dispõe sobre a ratificação das alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Com amparo no art. 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do art. 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, firmado entre este Município e o CIS-AMOSC, nos termos da Lei Municipal nº 599/2008.

Art. 2º. A redação da Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC e o texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC estão publicados na edição nº 2389 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, do dia 20 de novembro de 2017, disponível no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 11 de Dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

LEI Nº 888/2017

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DECLARAR INSERVÍVEIS BENS PÚBLICOS PARA FINS DE ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a declarar inservíveis bens públicos móveis, pertencentes ao patrimônio do Município de Galvão e proceder à alienação dos mesmos conforme segue:

PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO
3196	PÁ CARREGADEIRA MARCA SEM MODELO 638 COM POTENCIA DE 123HP, CAÇAMBA COM CAPACIDADE 1,7M3 FREIO A DISCO, PESO OPERACIONAL 9420 KG, TRANSMISSÃO DE CONTRA EIXOS;
2932	RESTROESCAVADEIRA JCB 3C PLUS ANO 2009;
4736	COLHEDORAFORRAGENS CREMASCO;

1453	TRITURADOR DE MILHO;
1824	PLANTADEIRA VENCE TUDO (PASTAGEM);
1454	PLANTADEIRA VENCE TUDO (PASTAGEM);
2804	ONIBUS SCANIA / 112, PLACA - JYX-7697, CAHSSI 9BSKC4X2BH3455444 - RENAVAL - 13613363, MOTOR 3054049, ANO 1987 (SUCA- TA);
2801	VEICULO GOL 1000 COR BRANCA CAHSSI 9BWZZZ30ZRT05757, ANO 1994 (SUCATA);
2803	VEICULO GOL SPECIAL, PLACA CXM-4740, CHASSI 9BWZZZ377XP079355, (SUCATA).

OBS: Veículos definidos como sucata, mediante baixa junto ao DETRAN.

Art. 2º. Para avaliação dos Bens a serem alienados, será elaborado Decreto Municipal do Poder Executivo, nomeando 03 membros do Poder Legislativo e 02 funcionários públicos efetivos, para efetivação da mesma, a qual deverá representar a média dos preços praticados em cada área de comércio de cada bem.

Parágrafo Único. A receita obtida com a alienação de bens móveis públicos inservíveis, momentaneamente será classificada contabilmente como receita de capital, sendo que os valores provenientes da alienação dos bens constantes na presente, no futuro, serão utilizados como parte do pagamento na compra de novas máquinas, veículos e equipamentos, de forma a substituir os que neste momento se autoriza a venda, ficando vedada a utilização dos recursos para finalidade diversa da pretendida.

Art. 3º. A alienação dos bens citados no artigo supra, ocorrerá nos moldes da Lei Federal nº 8.666/1993, suas alterações e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente e futuros.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 11 de Dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

## PROCESSO DE LICITAÇÃO 082/2017

Publicação Nº 1457711

### MUNICIPIO DE GALVÃO – SC - EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 082/2017, Edital de Dispensa 015/2017, até às 11h:00min. do dia 19 de dezembro de 2017, e fará abertura das mesmas às 11h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente chamada pública para a Locação do software denominado Sistema de Controle Interno; Adequação e compatibilização das verificações à estrutura administrativa do Município; Prestação de serviços técnicos especializados no treinamento operacional do sistema locado; Atualização permanente do software e respectivas verificações. Conforme especificações constantes no Edital, para o exercício de 2017. O fundamento legal é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Art. 24 inciso II e suas alterações posteriores, demais legislação vigente e por este Edital. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br).

Galvão - SC, 14 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 272/2017

Publicação Nº 1457810

DECRETO N.º 272, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 289.077,48 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.089 de 14/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 289.077,48 (duzentos e oitenta e nove mil, setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	289.077,48
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	289.077,48
12.361.00281.018 - Constr. Reforma e Ampl. Escolas Educ. Infantil	289.077,48
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	289.077,48

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 289.077,48 (duzentos e oitenta e nove mil, setenta e sete reais e quarenta e oito centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	289.077,48
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	289.077,48
12.361.00281.014 - Constr. Reforma e Ampl. Escolas Ensino Fundamental	289.077,48
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	289.077,48

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 273/2017

Publicação Nº 1457811

DECRETO N.º 273, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 426.769,02 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.090 de 14/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$

426.769,02 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e dois centavos) no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	426.769,02
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	426.769,02
12.361.00282.021 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	426.769,02
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	399.530,72
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	27.238,30

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 426.769,02 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e dois centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	426.769,02
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	426.769,02
12.361.00282.021 - Func e Manutenção do Ensino Fundamental	2.347,82
3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	1.615,62
4.4.91.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	732,20
12.361.00282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	98.552,43
3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	98.552,43
12.361.00282.023 - Manutenção do EJA	106.700,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	104.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	2.700,00
12.365.00282.024 - Manutenção da Educação Infantil	219.068,77
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	186.300,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	15.320,00
3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	17.348,77
4.4.91.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	100,00
12.365.00281.018 - Constr, Reforma e Ampl Escolas Educ Infantil	100,00
4.4.91.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração



**DECRETO Nº 274/2017**

Publicação Nº 1457812

DECRETO N.º 274, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 433.907,68 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.091 de 14/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 433.907,68 (quatrocentos e trinta e três mil, novecentos e sete reais e sessenta e oito centavos) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	5.381,33
04122062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	5.381,33
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.068,76
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	312,57
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	22.996,23
04122092.006 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	22.996,23
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	22.996,23
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	53.906,62
04123122.010 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Fazenda	53.906,62
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	53.906,62
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	16.097,58
04122162.012 - Funcionamento e Manutenção da Sec. de Orçamento e Contabilidade	16.097,58
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.197,58
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	900,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	174.675,03
12361282.021 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	118.575,03
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	109.925,03
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	8.650,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	56.100,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	53.600,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.500,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	6.500,00
15451312.051 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura	6.500,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.500,00
10.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	4.000,00
15452332.056 - Func. e Manut. da Sec. de Planejamento Territorial e Meio Ambiente	4.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.000,00
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	4.000,00
20606482.059 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Agricultura e Pesca	4.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	24.189,34
28845000.069 - Encargos Gerais	24.189,34
3.3.50.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	21.596,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.593,34
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	122.161,55
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	122.161,55
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	121.358,57
3.1.90.0.3.02.000000 - Aplicações Diretas	802,98

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 433.907,68 (quatrocentos e trinta e três mil, novecentos e sete reais e sessenta e oito centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	676,56
04122062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	676,56
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	592,65
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	83,91
03.01 - GABINETE DO VICE PREFEITO	3.889,42
04122062.004 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	3.889,42
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.889,42
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	31.667,00
04122092.006 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	31.667,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	31.486,00
3.3.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	81,00
04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / FUNREBOM	60.000,00
06182092.009 - Funcionamento e Manutenção do Funrebom	60.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	60.000,00
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	22.206,80
04123122.010 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Fazenda	22.206,80
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.700,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.845,80
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	13.661,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	218.878,29
12361282.021 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	81,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	81,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	83.674,04
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	59.459,46
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	24.214,58
12361282.023 - Manutenção do EJA	1.423,25
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	1.323,25
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	54.415,90
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	22.300,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	32.115,90
12367282.025 - Manutenção da Educação Especial	30.733,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.733,00
12364282.026 - Apoio ao Universitário	25.734,58
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	21.844,07
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.599,32
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.291,19
13392282.027 - Apoio a Cultura	22.816,52
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	19.403,18
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.921,14
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	492,20
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FUNDO M. ASSIST. SOCIAL	11.577,25
08244561.030 - Construção de Unidades de Assistência Social - CRAS-CREAS	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
08244562.031 - Func. e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	1.577,25
3.3.50.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.577,25

09.01 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	16.721,59
26782311.042 - Paviment. Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	15.885,90
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.885,90
15451312.051 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura	835,69
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	735,69
3.3.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
10.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	7.041,06
15452332.056 - Func. e Manut. da Secretaria de Plan. Territorial e Meio Ambiente	7.041,06
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	300,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.741,06
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	10.863,45
14422562.028 - Assistência à Criança e ao Adolescente	10.863,45
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.863,45
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	87,18
20606482.059 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Agricultura e Pesca	87,18
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	87,18
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	20.299,08
23695512.063 - Funcionamento e Manutenção do Setor Turístico	1.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
27812512.065 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esporte	18.314,94
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	16.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15,24
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.299,70
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador	984,14
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	181,16
3.3.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	802,98
99.01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
9999999992.099 - Reserva de Contingência	30.000,00
9.9.99.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## DECRETO Nº 275/2017

Publicação Nº 1458020

DECRETO N.º 275, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS MÓVEIS QUE MENCIONA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a inservibilidade dos bens móveis abaixo relacionados, por estarem desgastados e inadequados as necessidades da Prefeitura Municipal de Garopaba:

Longarina (07 Itens)	970; 105804; 105912; 106063; 109508; 110865; 110896
Cadeira (61 Itens)	727; 730; 743; 108508; 764; 107376; 725; 728; 762; 1388; 107941; 110450; 107361; 483; 1039; 106113; 105832; 105833; 64; 320; 108972; 108971; 378; 109515; 107260; 106351; 113630; 1382; 107441; 110200; 110548; 110845; 104; 107259; 105834; 105820; 105830; 1854; 107336; 110538; 109772; 108985; 1830; 110690; 108108; 484; 107934; 107643; 110217; 110420; 110726; 107605; 65; 107288; 558; 113239; 109572; 149; 407; 379; 111101
Impressora (13 Itens)	108228; 108229; 110087; 191; 109382; 105856; 109851; 109852; 109548; 109826; 110346; 106052; 106057
Fax (05 Itens)	110342; 147; 106040; 106613; 109902
Monitor Tubo (38 Itens)	110796; 106648; 109537; 110123; 109798; 110302; 110365; 109599; 110636; 110624; 103045; 109849; 109149; 105853; 110205; 675; 103902; 870; 103701; 110322; 109847; 109796; 109828; 109827; 109850; 109741; 122; 109766; 109765; 105432; 105433; 106054; 109090; 106091; 106089; 109764; 533; 108553
Maca (05 Itens)	111879; 1137; 112709; 02 SEM PATRIMÔNIO
Bebedouro (04 Itens)	1713; 113219; 104383; 106497
Forno (02 Itens)	105040; 1690
Arquivo Madeira (02 Itens)	110378; 110297
Mesa Auxiliar (04 Itens)	105546; 105553; 1082; 105808
Rack/Estante (02 Itens)	110627; 109557
Balcão Pia (01 Item)	1101
Cadeira Escolar (25 Itens)	103672; 108536; 103598; 103602; 109342; 103608; 103603; 103228; 103659; 103789; 109286; 109380; 109212; 109204; 109022; 109018; 109016; 109004; 109001; 108998; 105330; 105324; 105321; 105319; 105318
Balança (07 Itens)	1138; 105800; 105633; 1148; 113067; 1166; 111949
Armário Vidro (02 Itens)	1030; 1379
Mesa (11 Itens)	110367; 106953; 107014; 105221; 108161; 105892; 110349; 108148; 111393; 105835; 110787
Televisão (22 Itens)	104934; 108818; 108809; 107044; 102927; 934; 1727; 104390; 104392; 106566; 110665; 164; 109029; 103890; 104386; 109729; 112527; 848; 104389; 104391; 104393; 1061
Relógio-Ponto (08 Itens)	08 SEM PATRIMÔNIO
Bicicleta (17 Itens)	110982; 110996; 111001; 110979; 111011; 111010; 110994; 110995; 110997; 110998; 110999; 110983; 05 SEM PATRIMÔNIO

Estabilizador (88 Itens)	106425; 1762; 104477; 104478; 107394; 88; 104480; 110377; 106421; 110798; 110219; 109559; 107177; 110545; 109939; 110203; 110551; 111918; 110146; 113109; 110093; 111865; 110145; 110152; 111966; 110144; 110151; 103702; 109562; 107451; 104476; 86; 109561; 111979; 111969; 111972; 111973; 111974; 111975; 111978; 111980; 111982; 111985; 111986; 111894; 111893; 111890; 111891; 110585; 110616; 110592; 110594; 110595; 110596; 110593; 110597; 110598; 110582; 110599; 110612; 111892; 110601; 110583; 103903; 871; 109829; 110147; 110149; 110150; 107442; 107168; 107180; 428; 109586; 110406; 314; 414; 106325; 110673; 28; 105532; 110415; 107933; 109894; 109823; 109886; 109813; 110605
CPU (211 Itens)	110794; 110795; 111138; 677; 109967; 107130; 107420; 534; 106093; 109995; 109968; 110170; 110173; 876; 109538; 110080; 110034; 110086; 110137; 109835; 110025; 110169; 110108; 105530; 110272; 107286; 110082; 110140; 109963; 110106; 109962; 110175; 110107; 110029; 110110; 110109; 109964; 559; 109966; 110176; 110172; 109738; 110539; 110252; 109899; 109888; 110078; 109961; 110060; 109742; 107327; 109843; 110324; 109600; 110174; 109893; 105359; 109384; 1357; 103992; 105436; 107445; 551; 859; 107744; 108554; 108527; 111998; 110767; 111995; 111996; 110142; 110138; 110135; 109825; 110347; 110562; 103703; 113408; 106316; 107648; 37; 546; 110681; 109997; 107134; 102839; 109540; 433; 122 SEM PATRIMÔNIO
Carteira (188 Itens)	702; 1427; 1429; 1436; 103353; 103355; 103356; 103372; 103373; 103374; 105053; 105057; 105060; 105065; 105073; 105074; 105076; 105082; 105086; 105088; 105089; 105099; 105109; 105111; 103187; 107884; 107889; 107892; 107893; 107894; 107896; 107897; 1432; 1441; 1458; 1505; 103113; 103123; 104115; 105051; 105054; 105056; 105058; 105059; 105061; 105068; 105084; 105098; 105108; 105113; 105114; 105124; 105128; 108539; 108541; 103172; 103197; 103204; 103645; 103656; 103753; 105165; 105166; 108247; 787; 797; 778; 794; 795; 798; 791; 103821; 780; 792; 793; 785; 103837; 705; 707; 695; 709; 710; 696; 109530; 711; 706; 712; 713; 109487; 698; 697; 693; 692; 704; 108007; 703; 686; 687; 701; 688; 689; 690; 691; 700; 699; 107989; 694; 708; 108070; 108081; 108080; 108079; 108078; 108077; 108076; 108074; 108073; 108072; 109373; 108069; 108068; 108067; 108066; 108065; 108064; 108063; 108062; 108061; 108060; 108059; 108058; 108057; 108055; 108054; 717; 716; 715; 721; 714; 718; 720; 719; 108053; 108052; 108051; 103537; 103573; 103569; 103561; 103544; 108082; 108083; 108075; 108085; 108084; 104842; 104844; 104846; 109357; 108087; 108086; 108092; 108141; 107994; 108599; 108598; 108143; 108142; 107980; 108140; 108139; 108138; 108137; 109484; 579; 103916; 103915; 105806; 110897; 972; 997; 105838; 106545; 1090; 1000; 1035; 1021; 103914
Fogão (04 Itens)	110819; 03 SEM PATRIMÔNIO
Autoclave (01 Item)	105575
Microondas (03 Itens)	113265; 109710; 108920
Leitor Código de Barras (01 Item)	107203

Telefone (25 Itens)	107946; 24 SEM PATRIMÔNIO
Estante de Aço (01 Item)	113380
Geladeira (02 Itens)	106453; 01 SEM PATRIMÔNIO
Bomba de Infusão (01 Item)	01 SEM PATRIMÔNIO
Máquina de Lavar (02 Itens)	109723; 111940
Cadeira de Rodas (11 Itens)	113709; 1004; 110740; 110741; 110742; 110743; 110744; 110745; 03 SEM PATRIMÔNIO
Cama (01 Item)	01 SEM PATRIMÔNIO
Ar Condicionado (01 Item)	335
Carrinho de Bebê (01 Item)	01 SEM PATRIMÔNIO
Rádio (05 Itens)	112532; 112529; 112533; 112535; 112536
Compressor (01 Item)	105675
DVD (03 Itens)	873; 103397; 103891
Seladora (01 Item)	106508
Quadro Verde (01 Item)	103578
Retroprojektor (01 Item)	108780

Art. 2º. Ficam determinados, aos setores responsáveis, providências para alienação dos bens objeto do presente Decreto, nos termos do § 2º, art. 6º, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## LEI Nº 2089, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457807

LEI Nº 2.089, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 289.077,48 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 289.077,48 (duzentos e oitenta e nove mil, setenta e sete reais e quarenta e oito

centavos) no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	289.077,48
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	289.077,48
12.361.00281.018 - Constr. Reforma e Ampl. Escolas Educ. Infantil	289.077,48
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	289.077,48

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 289.077,48 (duzentos e oitenta e nove mil, setenta e sete reais e quarenta e oito centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	289.077,48
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	289.077,48
12.361.00281.014 - Constr. Reforma e Ampl. Escolas Ensino Fundamental	289.077,48
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	289.077,48

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 15/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## LEI Nº 2090, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457808

LEI Nº 2.090, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 426.769,02 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 426.769,02 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e dois centavos) no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	426.769,02
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	426.769,02
12.361.00282.021 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	426.769,02
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	399.530,72
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	27.238,30

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 426.769,02 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e dois centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	426.769,02
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	426.769,02

12.361.00282.021 - Func e Manutenção do Ensino Fundamental	2.347,82
3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	1.615,62
4.4.91.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	732,20
12.361.00282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	98.552,43
3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	98.552,43
12.361.00282.023 - Manutenção do EJA	106.700,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	104.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	2.700,00
12.365.00282.024 - Manutenção da Educação Infantil	219.068,77
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	186.300,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	15.320,00
3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	17.348,77
4.4.91.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	100,00
12.365.00281.018 - Constr, Reforma e Ampl Escolas Educ Infantil	100,00
4.4.91.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	100,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 15/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## LEI Nº 2091, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457809

LEI Nº 2.091, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 433.907,68 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 433.907,68 (quatrocentos e trinta e três mil, novecentos e sete reais e sessenta e oito centavos) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	5.381,33
04122062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	5.381,33
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.068,76
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	312,57
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	22.996,23
04122092.006 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	22.996,23
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	22.996,23
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	53.906,62
04123122.010 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Fazenda	53.906,62
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	53.906,62
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	16.097,58



04122162.012 - Funcionamento e Manutenção da Sec. de Orçamento e Contabilidade	16.097,58
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.197,58
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	900,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	174.675,03
12361282.021 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	118.575,03
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	109.925,03
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	8.650,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	56.100,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	53.600,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.500,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	6.500,00
15451312.051 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura	6.500,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.500,00
10.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	4.000,00
15452332.056 - Func. e Manut. da Sec. de Planejamento Territorial e Meio Ambiente	4.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.000,00
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	4.000,00
20606482.059 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Agricultura e Pesca	4.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	24.189,34
28845000.069 - Encargos Gerais	24.189,34
3.3.50.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	21.596,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.593,34
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	122.161,55
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	122.161,55
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	121.358,57
3.1.90.0.3.02.000000 - Aplicações Diretas	802,98

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 433.907,68 (quatrocentos e trinta e três mil, novecentos e sete reais e sessenta e oito centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	676,56
04122062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	676,56
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	592,65
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	83,91
03.01 - GABINETE DO VICE PREFEITO	3.889,42
04122062.004 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	3.889,42
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.889,42
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	31.667,00
04122092.006 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	31.667,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	31.486,00
3.3.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	81,00
04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / FUNREBOM	60.000,00
06182092.009 - Funcionamento e Manutenção do Funrebom	60.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	60.000,00
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	22.206,80
04123122.010 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Fazenda	22.206,80
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.700,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.845,80
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	13.661,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	218.878,29
12361282.021 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	81,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	81,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	83.674,04
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	59.459,46
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	24.214,58
12361282.023 - Manutenção do EJA	1.423,25
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	1.323,25
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	54.415,90
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	22.300,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	32.115,90
12367282.025 - Manutenção da Educação Especial	30.733,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.733,00
12364282.026 - Apoio ao Universitário	25.734,58
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	21.844,07
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.599,32
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.291,19
13392282.027 - Apoio a Cultura	22.816,52
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	19.403,18
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.921,14
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	492,20
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FUNDO M. ASSIST. SOCIAL	11.577,25
08244561.030 - Construção de Unidades de Assistência Social - CRAS-CREAS	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
08244562.031 - Func. e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	1.577,25
3.3.50.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.577,25
09.01 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	16.721,59
26782311.042 - Paviment. Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	15.885,90
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.885,90
15451312.051 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura	835,69
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	735,69
3.3.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
10.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	7.041,06
15452332.056 - Func. e Manut. da Secretaria de Plan. Territorial e Meio Ambiente	7.041,06
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	300,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.741,06
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	10.863,45
14422562.028 - Assistência à Criança e ao Adolescente	10.863,45
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.863,45
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	87,18
20606482.059 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Agricultura e Pesca	87,18
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	87,18
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	20.299,08
23695512.063 - Funcionamento e Manutenção do Setor Turístico	1.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
27812512.065 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esporte	18.314,94

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	16.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15,24
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.299,70
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador	984,14
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	181,16
3.3.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	802,98
99.01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
9999999992.099 - Reserva de Contingência	30.000,00
9.9.99.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 15/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## **PORTARIA N.º 1396/2017.**

Publicação Nº 1458395

PORTARIA N.º 1396, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração o Ofício n.º 1020/2017, solicitando abertura de Processo Administrativo disciplinar;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício nº. 1020/2017.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores LEANDRO IZALDO SILVA, FERNANDO DA SILVA FERREIRA, CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE para, sob a presidência do primeiro conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria e secretariados por JULIANA APARECIDA LUIZ.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 14 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 15/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



# Garuva

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA Nº 002-2017 GARUVA

Publicação Nº 1457231

#### CHAMADA PÚBLICA

Modalidade: Chamada Pública nº 002/2017.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei nº 11.947/2009, Resolução FNDE nº 038/2009, para o ano de 2017. Credenciamento, Entrega dos envelopes e habilitação: 20/12/2017 às 08:00 horas na Secretaria Municipal de Educação.

A entrega de amostras ocorrerá logo após a fase de habilitação. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 11 de dezembro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito

### CONTRATO Nº 092

Publicação Nº 1457691

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

#### CONTRATO Nº 92/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr. SERGIO CUNHA DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, Odontólogo, RG nº 1597423-5, CPF: 703495762-20, residente e domiciliado na Rua Tuiuti, 2380, Aventureiro, Joinville/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de ODONTÓLOGO do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de SAÚDE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 15 de janeiro de 2018, terminando no dia 13 de julho de 2018, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

#### CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 5.675,42 (cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

#### CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde de Garuva, Atenção Básica, Estratégia Saúde de Família, Manutenção do Programa Saúde da Família – 14.001.10.301.1012.2041.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de SAÚDE, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

#### CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de dezembro de 2017.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedrali
Contratado	
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

**DECRETO Nº 221/2017**

Publicação Nº 1457689

DECRETO Nº 221 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso I e II da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.001.15.452.1042.2075 Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	3390	01.00.00	R\$	84.000,00
04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3390	01.00.00	R\$	30.000,00

Art. 2o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

13.001.20.606.1036.2068 Hora máquina	3390	01.00.00	R\$	13.000,00
--------------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 3º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1º e 2º será utilizado recurso proveniente do provável Excesso de Arrecadação calculado para os Recursos Ordinários do Tesouro.

Art. 4o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.002.15.451.1033.2062 Man. do paço municipal	3390	01.00.00	R\$	20.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 5º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 4o. será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

10.002.15.451.1033.2062 Man. do paço municipal	4490	01.00.00	R\$	20.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 222/2017**

Publicação Nº 1457690

DECRETO Nº 222 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 1984, de 07/06/2017.

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.06.181.1033.2063 Man. de convênios com a segurança pública	3390	01.10.00	R\$	13.000,00
---	------	----------	-----	-----------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

13.001.20.606.1036.2068 Hora máquina	3390	01.00.00	R\$	13.000,00
--------------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

**EDITAL CHAMADA PÚBLICA 002**

Publicação Nº 1457230

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto na Lei n.º 11.947, de 16/07/2009 e nas Resoluções FNDE n.º 26, de 17/06/2013 e nº 04, de 02/04/2015, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar destinados à alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Garuva. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no dia 20/12/2017 às 08:00 horas, na Prefeitura Municipal de Garuva – Secretaria Municipal de Educação – Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro - Garuva/SC – 89.248-000, sala de licitação.

**1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar destinados à alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Garuva, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios relacionados no ANEXO I deste Edital.

**2. FONTE DE RECURSO**

2.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 07.001.010.306.1032.2027.3390–13702 – Recursos provenientes do FNDE/PNAE e 07.001.010.306.1032.2027. 3390 – 10.000 – Recursos Próprios, consignados no orçamento do Município de Garuva/SC.

**3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR**

3.1 Os fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o art. 27 da Resolução FNDE nº 04/2015.

3.2 Os Grupos Formais, Informais e Individuais, deverão entregar o ENVELOPE Nº 001 HABILITAÇÃO contendo os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação.

3.2.1 Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente numeradas em sequência e rubricadas em todas as suas páginas, por representante legal da licitante ou preposto, deverão ser apresentados:

- a) em original; ou
- b) cópia autenticada por cartório; ou
- c) por funcionário da Secretaria Municipal de Educação, mediante a exibição dos originais antes da entrega dos envelopes; ou
- d) publicação em órgão da imprensa oficial.

**3.3 ENVELOPE Nº 001 – HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL**

3.3.1 O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 001, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I – a prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II – o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- III – a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- IV – as cópias do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- V – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- VI – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- VII – a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus associados/cooperados;
- VIII – certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;
- IX – certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;
- X – certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07/07/2011.

**3.4 ENVELOPE Nº 001 – HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL**

3.4.1 O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 001, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I – a prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF;
- II – o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- III – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- IV – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no Projeto de Venda.

**3.5 ENVELOPE Nº 001 – HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo)**

3.5.1 O Fornecedor Individual deverá apresentar no Envelope nº 001, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I – a prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF;
- II – o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- III – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
- IV – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionados no Projeto de Venda.

**4. ENVELOPE Nº. 002 – PROJETO DE VENDA**

4.1 No Envelope nº 002 os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de

Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, conforme o ANEXO II desta Chamada Pública, que deverá:

- 4.1.1 Ser formulada em 01 (uma) via, contendo a identificação do proponente, datada e assinada por seu representante legal;
- 4.1.2 Conter a discriminação completa dos Gêneros alimentícios ofertados, conforme especificações e condições do ANEXO I;
- 4.1.3 Conter o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e DAP Jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.
- 4.2 O(s) Projeto(s) de Venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art.25 da Resolução FNDE nº 04/2015.
- 4.3 Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 8 dias úteis, conforme análise da equipe julgadora estabelecida no ato pela Secretaria Municipal de Educação.

## 5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

- 5.1 Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupos de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do Estado e grupo de propostas do País.
- 5.2 Entre os grupos de projetos será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
  - I – o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos;
  - II – o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre os do Estado e do País;
  - III – o grupo de projetos do Estado terá prioridade sobre o do País.
- 5.3 Em cada grupo de projetos será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
  - I – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
  - II – os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRNAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física).
- 5.4 Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.
- 5.5 No caso de empate entre grupos formais terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.
- 5.6 Em caso de persistir o empate será realizado sorteio.

## 6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

- 6.1 As amostras dos produtos descritos acima, objeto desta chamada pública deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, cita à Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva - SC, no dia 18/12/2017, das 08 horas até as 09 horas, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.
- 6.2 Sendo a amostra considerada inferior ao desejado pelos órgãos competentes conforme Resolução FNDE nº 038/2009, artigo 25, o fornecedor será desclassificado, sendo que a desclassificação em um item não o desclassifica de outro.
- 6.3 Os participantes classificados serão convocados pela Secretaria Municipal de Educação para assinarem o contrato de fornecimento, num prazo de até 02 (dois) dias úteis do aviso da convocação.

## 7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

- 7.1 Os gêneros alimentícios adquiridos deverão ser entregues diretamente nas unidades escolares relacionadas no ANEXO III e cumprir rigorosamente os procedimentos para entrega descritos no ANEXO I, nas quais se atestarão o seu recebimento, nas segundas-feiras entre 07:00 horas e 16:00 horas, sendo o horário de almoço das 11h às 13h30.
- 7.2 Os produtos deverão ser entregues conforme ANEXO I e ANEXO III de acordo com o cronograma expedido pelo Setor de Nutrição, o qual emitirá o pedido com no mínimo 04 (quatro) dias de antecedência.
- 7.3 Os pontos de entrega relacionados no ANEXO III poderão sofrer alteração (inclusão ou exclusão) de acordo com a Secretaria Municipal de Educação.
- 7.4 A unidade escolar atestará o recebimento e a qualidade do produto mediante assinatura e rejeitarão, no todo ou em parte, o produto que estiver em desacordo com o Edital (conforme orientações fornecidas pela nutricionista) e qualquer irregularidade será comunicada formalmente através da Secretaria Municipal de Educação.
- 7.5 O fornecimento dos itens deverá ser efetuado conforme solicitação realizada pela Secretaria Municipal de Educação, por escrito (via fax ou email), correndo por conta da contratada as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega.

## 8. CONTRATAÇÃO

- 8.1 A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme modelo no ANEXO IV do presente Edital.
- 8.2 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.
- 8.3 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máxima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora e obedecerá as seguintes regras:
  - I – Para comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora;
  - II – Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:  
Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP Jurídica x R\$ 20.000,00.
- 8.4 Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento:
  - 8.4.1 Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto ao(s) respectivo(s) concorrente(s) vencedor(es),



este(s) será(ão) convocado(s) por e-mail para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, assinar o Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento;

8.4.2 Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra desclassificada ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame;

8.4.3 Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas neste Edital;

8.5 Na oportunidade de assinatura do contrato ou da retirada da autorização de fornecimento o vencedor deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas do domicílio ou sede da licitante.

## 9. PAGAMENTO

9.1 O CONTRATANTE, após receber a nota fiscal e o Termo de Recebimento e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

9.2 O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias após a última entrega e mediante apresentação da Nota Fiscal e do Termo de Recebimento da Agricultura Familiar correspondente ao fornecimento efetuado, vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

## 10. SANÇÕES

10.1 As penalidades que poderá ser cominadas à contratada são as previstas na Lei Federal nº 8.666/93;

10.2 Penalidades que poderá ser cominadas aos licitantes, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

I – advertência;

II – multa, que será deduzida dos respectivos créditos ou garantia, podendo ainda ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia de atraso no cumprimento do cronograma de entrega, parte integrante da proposta contratada;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela inexecução sem justo motivo, por parte do CONTRATADO, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade quando o CONTRATADO, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, a juízo do CONTRATANTE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado da Secretária Municipal de Educação, assegurando a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

10.3 O montante de multas aplicadas ao CONTRATADO não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do valor global do contrato. Caso aconteça, o CONTRATANTE terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação;

10.4 As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Prefeitura de Garuva até o dia de pagamento que o CONTRATADO tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação;

10.5 Nas penalidades previstas neste contrato, a Prefeitura considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do CONTRATADO, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da contratada, nos termos do que dispõe o art.87, caput, da Lei nº8.666/93;

10.6 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do CONTRATADO;

10.7 Nenhum pagamento será realizado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Prefeitura Municipal de Garuva, Secretaria de Educação, situada na Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva/SC, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, de segunda a sexta-feira, ou através do endereço eletrônico [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br);

11.2 Fazem parte integrante do presente Edital:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ANEXO II – MODELO DO PROJETO DE VENDA

ANEXO III – RELAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES A SEREM ATENDIDAS

ANEXO IV – MODELO DO CONTRATO

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE LIMITE INDIVIDUAL POR DAP/ANO

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ANEXO VII - TERMO DE RECEBIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Garuva, 11 de dezembro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito

MONISE NAGEL MOREIRA DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

**ANEXO I**  
**ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COM PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$	
1	800	Unidade	ABACAXI PÉROLA FRESCO, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	2,90	2.320,00	
2	400	Kg	ABOBRINHA FRESCA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	2,20	880,00	
4	800	Unidade	ALFACE LISA, HIGIENIZADA COM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	1,30	1.040,00	
5	800	Kg	BANANA BRANCA ENTREGUE EM CAIXAS PLÁSTICAS, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,50	2.000,00	
6	7.000	Kg	BANANA CATURRA ENTREGUE EM CAIXAS PLÁSTICAS, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,00	14.000,00	
7	2.000	Kg	BATATA INGLESA, GRAÚDA, LAVADA, FRESCA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,10	4.200,00	
8	150	Kg	BATATA SALSA, LAVADA, FRESCA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	6,50	975,00	
9	480	Kg	BETERRABA FRESCA, HIGIENIZADA COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,40	1.152,00	
10	400	Unidade	BRÓCOLIS KG, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE NO MÁXIMO 03KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	2,00	800,00	
11	800	Kg	CEBOLA DE CABEÇA GRAÚDA, FRESCA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	3,50	2.800,00	
12	800	Kg	CENOURA FRESCA, GRAÚDA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,40	1.920,00	
13	700	Kg	CHUCHU FRESCO, HIGIENIZADO COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,60	1.820,00	
14	400	Unidade	COUVE FLOR KG, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE NO MÁXIMO 03KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	3,00	1.200,00	
16	600	Kg	LARANJA LIMA FRESCA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS, ENTREGUE EM CAIXA PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA	3,50	2.100,00	
17	6.000	Kg	LARANJA PERA FRESCA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS, ENTREGUE EM CAIXA PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA	1,80	10.800,00	
18	320	Kg	LIMÃO COMUM FRESCO, ENTREGUE EM EMBALAGEM PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS PARA USO MEDIATO E IMEDIATO.	3,00	960,00	
19	4.000	Kg	MAÇÃ GALA CLASSIFICAÇÃO 1, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS, ENTREGUE EM CAIXA DE PAPELÃO PRÓPRIA PARA ACONDICIONAR O PRODUTO	3,20	12.800,00	
20	550	Kg	MAMÃO FORMOSA, FRESCO, ENTREGUE EM EM CAIXA PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	3,50	1.925,00	
21	302	Kg	MANGA, FRESCA, ENTREGUE EM EM CAIXA PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	4,00	1.208,00	
22	2.500	Kg	MELANCIA FRESCA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS, COM PESO INDIVIDUAL DE 09Kg.	1,60	4.000,00	



## ANEXO II

### MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

## MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

1. Nome do Proponente			2. CNPJ		
4. Endereço		5. Município/UF			6.CEP
7. Email		8. DDD/Fone:			
9. Nº da DAP Jurídica		10. Banco	11. Agência		12. Nº Conta
13. Nº de Associados		14. Nº de Associados com DAP Física			
15. Nome do representante legal		16.CPF	17. DDD/Fone		
18. Endereço		19. Município/UF			

1. Nome da Entidade: Prefeitura Municipal de Garuva		2. CNPJ 83.102.848/0001-59	
4. Endereço Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro		5. Município/UF Garuva/SC	
6.CEP 89.248-000			
7. Nome do representante e email: Rodrigo Adriany David (Prefeito) pmgaruva@garuva.sc.gov.br		16.CPF 033.007.279-01	
		17. DDD/Fone (47) 3445-8202	

De acordo com o art. 24 da Resolução 38 do FNDE/2009, o limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP por ano civil.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

V – CRONOGRAMA E MECANISMOS DE ENTREGA DOS PRODUTOS							
As entregas ocorrerão semanalmente, todas as segundas-feiras, das 07:00 horas às 11:00 horas, conforme pedido da Secretaria Municipal de Educação.							
Caso ocorram feriados e pontos facultativos, o cronograma será alterado em comum acordo.							
O transporte ocorrerá por conta do CONTRATATO e todas as custas de entrega (funcionários, manutenção, combustível, etc) ocorrerão por conta do CONTRATADO.							
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.							
Local e Data:		Assinatura do Representante do Grupo Formal:			Fone/E-mail:		

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

GRUPO INFORMAL					
1. Nome do Proponente				2. CPF	
4. Endereço			5. Município/UF		6.CEP
7. Email(quando houver)			8. DDD/Fone:		
9. Organizado por Entidade Articuladora? ( )sim ( )não			10. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		11. Email/Fone:

## II – FORNECEDORES PARTICIPANTES

1. Nome do Agricultor(a) Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente

## III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade: Prefeitura Municipal de Garuva			2. CNPJ 83.102.848/0001-59		
4. Endereço Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro			5. Município/UF Garuva/SC		6.CEP 89.248-000
7. Nome do representante e email: Rodrigo Adriany David (Prefeito) pmgaruva@garuva.sc.gov.br			16.CPF 033.007.279-01	17. DDD/Fone (47) 3445-8202	

## IV – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

De acordo com o art. 24 da Resolução 38 do FNDE/2009, o limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP por ano civil.

1. Identificação do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço (o mesmo que consta na Chamada Pública) /Unidade	6.Valor Total
1	Nome				
	Nº DAP				
				Total agricultor	
2	Nome				
	Nº DAP				
				Total agricultor	
3	Nome				
	Nº DAP				
				Total agricultor	
4	Nome				
	Nº DAP				
				Total agricultor	
5	Nome				
	Nº DAP				
				Total agricultor	
6	Nome				
	Nº DAP				
				Total agricultor	
7	Nome				
	Nº DAP				
				Total agricultor	
8	Nome				
	Nº DAP				
				Total agricultor	
9	Nome				
	Nº DAP				
				Total agricultor	
TOTAL DO PROJETO					

## V – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço (o mesmo que consta na chamada pública) / Unidade	5.Valor Total por Produto
------------	-----------	--------------	---	---------------------------


**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE
 www.diariomunicipal.sc.gov.br

As entregas ocorrerão semanalmente, todas as segundas-feiras, das 07:00 horas às 11:00 horas, conforme pedido da Secretaria Municipal de Educação.

Caso ocorram feriados e pontos facultativos, o cronograma será alterado em comum acordo.

O transporte ocorrerá por conta do CONTRATADO e todas as custas de entrega (funcionários, manutenção, combustível, etc) ocorrerão por conta do CONTRATADO.

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:

Assinatura do Fornecedor Individual:

CPF:

### ANEXO III

#### RELAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES A SEREM ATENDIDAS

ESCOLA	LOCALIDADE	TELEFONE
Creche Municipal Frei José Bertoldi	Centro	3445-4034
Creche Municipal João de Deus	Centro	3445-4023
Creche Municipal Maria Corrêa Saad	Giorgia Paula	3432-4287
Pré Escolar Dentre de Leite	Centro	3445-4033
Escola Municipal Vicente Vieira	Giorgia Paula	3445-4031
Escola Municipal Guilherme R.E.P. Benkendorf	Rio da Onça	3445-4041
Escola Municipal Maria Martins Budal	Vila Trevo	3432-1293
Escola Municipal Ernesto Alberto Hattenhauer	Três Barras	9984-9434
Escola Municipal Içá Mirim	Mina Velha	9984-8197
Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves	Jardim Garuva	3445-3014
EMEJA / AEE	Giorgia Paula	3445-4032

### ANEXO IV

#### MODELO CONTRATO

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

CONTRATO N.º XXX/2017

#### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

A Prefeitura Municipal de Garuva, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.848/0001-59, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor RODRIGO ADRIANY DAVID, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX com sede à XXXXXXXXXXXX, n.ºXXXX, em Cidade/UF, inscrita no CNPJ sob n.º XXXXXXXX, Sr.Responsável xxxx, inscrito no CPF sob o nº XXX.Xxx.xxx-xx, xxxxxxxx(Cargo), doravante denominado (a) CONTRATADO(A), fundamentados nas disposições Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, Resolução/CD/FNDE Nº 026, de 17 de junho de 2013, Resolução/CD/FNDE Nº 04, de 02 de abril de 2015, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2017, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, relacionados e especificados no ANEXO I, que serão destinados aos fornecimento de alimentação aos alunos matriculados na rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018, de acordo com a chamada pública n.º 002/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### CLÁUSULA QUINTA:

O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento de 01/02/2018 até o término da quantidade adquirida ou até 31/12/2018.

a. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 002/2017.

b. O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento da pessoa responsável pela alimentação no local de entrega. Com o Termo de Recebimento em mão, juntar-se-á a documentação fiscal que deverá ser entregue na Secretaria

Municipal de Educação pela contratada.

**CLÁUSULA SEXTA:**

a. Grupo Formal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

b. Grupo Informal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, cada CONTRATADO (A) receberá o valor \_\_\_\_\_ (descrever todos os contratados e os respectivos valores de venda), totalizando \_\_\_\_\_ (valor total do projeto de venda).

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.010.306.1032.2027.3390-13702-Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/Agricultura Familiar e 07.001.010.306.1032.2027.3390 – 10.000 - Recursos Próprios.

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea "b", em até 20 (vinte) dias, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA ONZE:**

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DOZE:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA TREZE:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA QUATORZE:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA QUINZE:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste em percentual de 2% (dois por cento) de multa mais 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, do valor correspondente ao descumprimento do contrato.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DEZESSEIS:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DEZESSETE:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DEZOITO:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 002/2017, pela Resolução CD/FNDE n.º 26, pela Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.



**CLÁUSULA DEZENOVE:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VINTE:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de ofício, que somente terá validade se enviado mediante registro de recebimento, por fac-símile, por email transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VINTE E UM:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por ofício, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. qualquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS:**

É competente o Foro da Comarca de Garuva para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Garuva, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

-----  
CONTRATANTE

-----  
CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**ANEXO V**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE LIMITE INDIVIDUAL POR DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP/ANO

**DECLARAÇÃO DE LIMITE INDIVIDUAL POR DA/ANO**

Com referência à Chamada Pública Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_ .

A (Associação/Cooperativa ABC LTDA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede na (Rua A, nº 00, Bairro Z, Município/UF – CEP), neste ato representada por seu (Presidente XXXXX), brasileiro, (casado), (empresário), portador do documento de Identidade nº 00000-00/UF, inscrito no CPF sob o nº 000.000.000-00, residente na (Rua B, nº 01, Bairro Y, Município/UF – CEP), nos termos do estatuto social, DECLARA, que atenderá ao limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Garuva/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

Nome(Presidente):

Assinatura(Presidente)

Associação/Cooperativa XXXXX

**ANEXO VI**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

**DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

Com referência à Chamada Pública Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_ .

A (Associação/Cooperativa ABC LTDA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede na (Rua A, nº 00, Bairro Z, Município/UF – CEP), neste ato representada por seu (Presidente XXXXX), brasileiro, (casado), (empresário), portador do documento de Identidade nº 00000-00/UF, inscrito no CPF sob o nº 000.000.000-00, residente na (Rua B, nº 01, Bairro Y, Município/

UF – CEP), nos termos do estatuto social, DECLARA, que os gêneros alimentícios a serem entregues serão produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda.

Garuva/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

Nome(Presidente):

Assinatura(Presidente)

Associação/Cooperativa XXXXXX

## ANEXO VII

### MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

#### TERMO DE RECEBIMENTO

1. Atesto que (nome da Entidade Executora) _____ CNPJ _____, representada por (nome do representante legal) _____, CPF _____, recebeu em ____/____/____ ou durante o período de ____/____/____ a ____/____/____ do(s) nome(s) do(s) fornecedor(es) _____ os produtos abaixo relacionados:				
2. Produto	3. Quantidade	4. Unidade	5. Valor Unitário	6. Valor Total (*)
7. Totais				
(*) Anexar notas fiscais 8. Nestes termos, os produtos entregues estão de acordo com o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e totalizam o valor de R\$ _____ ( _____ ). Declaro ainda que o(s) produto(s) recebido(s) está (ão) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição, comprometendo-nos a dar a destinação final aos produtos recebidos, conforme estabelecido na aquisição da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, aprovado pelo CAE.				

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante da Entidade Executora

Representante do Grupo Fornecedor

## PORTARIA Nº 172/2017

Publicação Nº 1457687

PORTARIA Nº 172 de 14 de dezembro de 2017.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 91/2016 de 30 de junho de 2016;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, C.I. nº 137/2017/SAPF da Secretaria Municipal de Administração,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constante do anexo I desta Portaria, para os cargos de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

Art. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer, no prazo legal, no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08 às 14 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade – (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia AUTENTICADA do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais e civil – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);
- 18) Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br));
- 19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- 20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);
- 21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);
- 22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho;
- 23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto a Cooperativa de Crédito - SICREDI, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
- 24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.
- 25) Ficha salário família (Fornecida pelo RH)

Art. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

Art. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

Art. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br), e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

ANEXO I - Portaria 172/2017  
REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo:Agente administrativo

Matrícula	Nome	Colocação
172000804	VIVIANE CASTIEL SILVA	12º

Cargo:Fiscal de Obras

Matrícula	Nome	Colocação
172000221	JOSÉ RICARDO SCHUTZ	1º

**REPUBLICAÇÃO DECRETO 204**

Publicação Nº 1457861

DECRETO Nº 204 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dá publicidade a composição da Presidência do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Profissional da Educação - FUNDEB”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II e III da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

ART. 1º A Presidência do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Profissional da Educação – FUNDEB ficou assim constituída:

- Presidente: Nelson Ferreira de Freitas Filho
- Vice-Presidente: Lisete Hein Bruns

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.796, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458552

DECRETO Nº 7.796, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPENSA MEMBRO DA ATUAÇÃO NA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensado, a partir de 06 de dezembro de 2017, o servidor MICHEL MARCELO LONGO, inscrito no CPF sob o nº 026.351.109-05, da atuação nos processos administrativos em trâmite no Município, assim como da função de presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Em decorrência da dispensa referida no artigo anterior, o membro suplente Carlos Eduardo Junkes, assumirá as funções do servidor dispensado e atuará nos respectivos processos até nomeação de novo membro titular da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de dezembro de 2017.

Gaspar, 07 de dezembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 7.800, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1453460

DECRETO Nº 7.800, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPENSA A SERVIDORA ELIANE REGINA ISENSEE DE SOUZA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica dispensada, a partir de 18 de dezembro de 2017, a servidora efetiva ELIANE REGINA ISENSEE DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 641.818.479-34, do exercício de função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos - CDI Vovó Benta, da Secretaria Municipal de Educação, nível II, designada pelo Decreto nº 7.354, de 21 de junho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de dezembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 7.802, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458566

DECRETO Nº 7.802, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros titulares para integrarem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

I- DULCINÉIA SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 579.259.419-87;

II- MARAISA ZIMMERMANN, inscrita no CPF sob o nº 050.569.299-64; e

III - CARLOS EDUARDO JUNKES, inscrito no CPF sob o nº 381.215.909-06.

Art. 2º A função de Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar será exercida pela servidora DULCINÉIA SANTOS.

Art. 3º Fica nomeado como membro suplente o servidor CARLOS ALBERTO BERNZ, inscrito no CPF sob o nº 692.532.699-87, cuja atuação ocorrerá em eventual impedimento, suspeição, falta ou afastamento por qualquer tipo de licença de um dos membros titulares.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 11 de dezembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 7.804, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458539

DECRETO Nº 7.804, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016, artigo 6º, incisos II, V e VI,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Subfunção: 301 Atenção Básica

Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Dotação: 42 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento Territorial	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento Territorial	
Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 153 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$10.000,00

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Subfunção: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Atividade: 2164 Manter Ações de Desenvolvimento Social	
Dotação: 26 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta das anulações do artigo anterior ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Dotação: 45 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento Territorial	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento Territorial	
Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 151 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Subfunção: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Atividade: 2164 Manter Ações de Desenvolvimento Social	
Dotação: 22 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 299 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento Territorial	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento Territorial	
Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 294 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 34.000,00

Art. 4º Ficam suplementados, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	
Dotação: 112 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$725.000,00
Dotação: 127 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 450.000,00
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 75 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Dotação: 128 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.007,86

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 140 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
Projeto: 1253 Pavimentação de Ruas	
Dotação: 298 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de dezembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

## DECRETO Nº 7.805, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458569

DECRETO Nº 7.805, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPENSA O SERVIDOR CELSO XAVIER SCHMITT DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensado, a partir de 30 de novembro de 2017, o servidor efetivo CELSO XAVIER SCHMITT, inscrito no CPF sob o nº 576.109.409-68, do exercício de função gratificada de Supervisor Administrativo, nível I, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços



Urbanos, designado pelo Decreto nº 7.417, de 27 de março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 30 de novembro de 2017.

Gaspar, 13 de dezembro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **DECRETO Nº 7.806, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458571

DECRETO Nº 7.806, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para exercício de funções gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017, a partir de 01º de dezembro de 2017, os servidores efetivos abaixo indicados:

a) CELSO XAVIER SCHMITT, inscrito no CPF sob o nº 576.109.409-68, para exercício de função gratificada de Encarregado-Geral Administrativo, nível II;

b) SANDRO ALEXANDRE TILLMANN, inscrito no CPF sob o nº 818.136.439-20, para o exercício da função gratificada de Encarregado de Serviços Administrativos, nível III.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de dezembro de 2017.

Gaspar, 13 de dezembro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **DECRETO Nº 7.807, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458573

DECRETO Nº 7.807, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 01º de dezembro de 2017, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo RICARDO PAULO BERNARDINO DUARTE, inscrito no CPF sob o nº 050.145.379-28, para o exercício de função gratificada de Supervisor Administrativo, nível I, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos para 01º de dezembro de 2017.

Gaspar, 13 de dezembro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **DECRETO Nº 7.808, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458575

DECRETO Nº 7.808, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

FIXA O VALOR DA UFM – UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no § 1º do art. 293, do Código Tributário do Município de Gaspar, e no § 2º do artigo 97, do Código Tributário Nacional,

DECRETA:

Art. 1º Os tributos, os preços públicos e as multas municipais serão atualizados monetariamente em 1º de janeiro de 2018, pelo índice IPCA, acumulado entre os meses de dezembro de 2016 e novembro de 2017, no percentual de 2,80% (dois vírgula oitenta por cento).

Art. 2º Fica fixado em R\$ 107,86 (cento e sete reais e oitenta e seis centavos), o valor da UFM - Unidade Fiscal do Município, a partir de 1º de janeiro de 2018, corrigido com base no índice do artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Gaspar, 13 de dezembro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **DECRETO Nº 7.809, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458579

DECRETO Nº 7.809, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE EM SUBSTITUIÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Complementar nº 51/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 07 de dezembro de 2017, TATIANE DOS SANTOS DINIZ, inscrita no CPF sob o nº 085.683.879-93, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar Suplente, em substituição à Conselheira Tutelar Juçara Spengler, em virtude de seu afastamento por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de dezembro de 2017.

Gaspar, 13 de dezembro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**DECRETO Nº 7.810, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458550

DECRETO Nº 7.810, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS  
NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.832, de 14 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulados os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 58 3.3.93.00.00.00.00.00 Aplic. Decor. Oper. Integ. Orç. Fisc. Segur. Social c/ Cons. Público Participante	R\$ 204.000,00
Subfunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Dotação: 42 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 2º Por conta das anulações do artigo anterior ficam suplen-  
tados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do  
orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 55 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 204.000,00
Dotação: 53 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 3º Ficam criados os créditos especiais abaixo, junto ao quadro orçamentário do Fundo Municipal de Saúde, na forma indicada, com recursos decorrentes de excesso de arrecadação:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	
Dotação: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 133.694,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de dezembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**LEI Nº 3.832, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458545

LEI Nº 3.832, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR E SUPLEMENTAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRIAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular as seguintes dotações, no valor de R\$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais), dos seguintes saldos de dotações constantes do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

<b>Órgão:</b> 06 Fundo Municipal de Saúde	
<b>Unidade:</b> 11 Fundo Municipal de Saúde	
<b>Função:</b> 10 Saúde	
<b>Subfunção:</b> 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
<b>Programa:</b> 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
<b>Destino:</b> 2- Atividade	
<b>Ação:</b> 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
<b>Despesa:</b> 58	
<b>Modalidade:</b> 3.3.93.00.00.00.00.00.00 Aplic. Decor. <b>Oper.</b> Integ. Orç. Fisc. Segur. Social c/ Cons. Público <b>Participante</b>	R\$ 204.000,00
<b>Subfunção:</b> 301 Atenção Básica	
<b>Programa:</b> 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
<b>Destino:</b> 2- Atividade	
<b>Ação:</b> 2152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	
<b>Despesa:</b> 42	
<b>Modalidade:</b> 3.1.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 2º Fica o Município de Gaspar autorizado a suplementar as seguintes dotações constantes do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais), com recursos oriundos das anulações do artigo 1º desta Lei:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2- Atividade	
Ação: 2138Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Despesa: 55	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 204.000,00
Despesa: 53	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 3º Fica o Município de Gaspar autorizado a criar o crédito especial abaixo, no valor de R\$ 133.694,00 (cento e trinta e três mil, seiscentos e noventa e quatro reais) junto ao quadro orçamentário do Fundo Municipal de Saúde, na forma indicada, com recursos decorrentes de excesso de arrecadação:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 Saúde
Subfunção: 301 Atenção Básica
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde

Destino: 2- Atividade
Ação: 2122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica
Despesa:
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 133.694,00

Art. 4º Os valores das despesas previstas para o ano de 2017, constantes na Lei nº 3.744, de 24 de novembro de 2016, com suas modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 14 de dezembro de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 5.331, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458585

PORTARIA Nº 5.331, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DESIGNA JUNTA MÉDICA OFICIAL DESTINADA A APURAR A SANIDADE MENTAL DO SERVIDOR A. M. DE C. F. QUE RESPONDE A PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INSTAURADOS PELAS PORTARIAS Nº 5.234, DE 06 DE JUNHO DE 2017 E Nº

5.260, DE 18 DE JULHO DE 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 191 da Lei Municipal n. 1.305 de 09 de outubro de 1991,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica designada Junta Médica Oficial destinada a apurar a sanidade mental do servidor A. M. de C. F. que responde a processos administrativos disciplinares instaurados pelas Portarias nº 5.234, de 06 de junho de 2017, e nº 5.260, de 18 de julho de 2017.

Art. 2º A Junta Médica Oficial designada no artigo 1º desta Portaria será composta pelos seguintes membros:

I - Dr. Loecir Ricardo Monteiro Cezar – Matrícula 14273 – Médico Psiquiatra;  
II - Dr. Max Eloi da Silva – Matrícula 1065 – Médico Clínico Geral;  
III - Dr. Valdir Testoni – Matrícula 13075 – Médico Clínico Geral.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de dezembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

## **SAMAE - GASPAR**

### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1457761

EXTRATO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA: 31/2017  
OBJETO: Aquisição de uniformes e EPI para os servidores.

CONTRATADOS:  
- ABX CONFECÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 11.323.314/0001-41, no valor total de R\$ 4.805,00 (quatro mil oitocentos e cinco reais).  
- MONTIBELER EQUIPAMENTOS LTDA. EPP, inscrita no CNPJ sob o número 02.214.939/0001-84, no valor total de R\$ 2.060,00 (dois mil e sessenta reais).  
TOTAL GERAL: R\$ 6.865,00 (seis mil oitocentos e sessenta e cinco reais).  
DATA VIGÊNCIA: 14.12.2017  
DATA VENCIMENTO: 28.02.2018  
BASE LEGAL: Artigo 24, incisos II da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 14 de dezembro de 2017.  
JOSÉ HILÁRIO MELATO  
Diretor Presidente

### **EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 23/2013 - SAMAE**

Publicação Nº 1457280

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
• EXTRATO CONTRATOS / 2017

=====

Número do contrato: 23/2013 - Credenciamento nº 38/2013 – aditivo 04 (Renovação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2018  
Data vencimento: 31/12/2018  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED - CNPJ/CPF do contratado: 05.463.212/0001-29  
Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.  
Valor estimado: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)  
=====

Gaspar (SC), em 13 de dezembro de 2017.  
JOSÉ HILÁRIO MELATO  
Diretor Presidente

### **EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 25/2013 - SAMAE**

Publicação Nº 1457274

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

=====

Número do contrato: 25/2013 - Número do Aditivo: 4(Aditivo de Prorrogação e Reajuste)  
Data vigência: 01/01/2018  
Data vencimento: 31/12/2018  
Credenciamento nº. 38/2013  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: BANCO DO BRASIL S.A. - CNPJ do contratado: 00.000.000/0996-27  
Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para

recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 13 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

### **EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 26/2013 - SAMAE**

Publicação Nº 1457272

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

#### **• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017**

=====

Número do contrato: 26/2013 - Número do Aditivo: 4 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2018

Data vencimento: 31/12/2018

Credenciamento nº: 26/2013 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ do contratado: 00.360.305/1073-32

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 13 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

### **EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 43/2016 - SAMAE**

Publicação Nº 1457277

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

#### **• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017**

=====

Número do contrato: 43/2016 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo Renovação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2018

Data vencimento: 31/12/2018

Credenciamento nº 38/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - CNPJ do contratado: 02.038.232/0001-64

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 13 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 127/2017

Publicação Nº 1454419

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

#### PREGÃO PRESENCIAL 127/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade pública, atendimento à Lei (federal) nº 4320/64, atendimento à Lei Complementar (federal) nº 101/2000, sistema de controle interno, atualização permanente das normas de controle interno, atos de pessoal, processos licitatórios, contratos, compras, assinatura de convênios e acordos, controle patrimonial elaboração e interpretação de leis, decretos e portarias entre outros atos desenvolvidos no cotidiano e capacitação de pessoal nessas áreas, conforme especificações contidas no Edital.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/12/2017 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 28/12/2017 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 14 de dezembro de 2017.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 126/2017

Publicação Nº 1454418

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

#### PREGÃO PRESENCIAL 126/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AS SECRETARIAS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/12/2017 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 28/12/2017 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 14 de dezembro de 2017.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração



**DECRETO 151/2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017**

Publicação Nº 1458106

DECRETO Nº 151 / 2017

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1147/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado em R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data na fonte de recurso 0.2.28.000141 Ações de Atenção Básica – PABF, conforme as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2020	Ações de Atenção Básica – PABF	200.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	200.000,00
(30) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.2.28.000141	Ações de Atenção Básica – PABF	200.000,00
TOTAL:		200.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 13 de Dezembro de 2017.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 153/2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017**

Publicação Nº 1458110

DECRETO Nº 153 / 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1147/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado em R\$ 327.000,00 (Trezentos e Vinte e Sete Mil Reais), por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2016, na respectiva fonte de Recurso, conforme as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	294.524,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	294.524,00
(85) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	294.524,00
0.3.80.000000	Recursos Ordinários – Superávit Financeiro	294.524,00
10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	12.520,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.520,00
(88) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	12.520,00
0.3.80.000000	Recursos Ordinários – Superávit Financeiro	12.520,00
10.301.0004.2022	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	16.405,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	16.405,00
(89) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	16.405,00
0.3.80.000000	Recursos Ordinários – Superávit Financeiro	16.405,00
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/ Saúde Bucal	2.450,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.450,00
(87) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	2.450,00



0.3.80.000000	Recursos Ordinários – Superávit Financeiro	2.450,00
10.305.0004.2030	Vigilância Epidem. e Ambiental e Saúde – DST/HIV/AIDS	1.101,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.101,00
(86) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.101,00
0.3.80.000000	Recursos Ordinários – Superávit Financeiro	1.101,00
TOTAL:		327.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governado Celso Ramos 13 de Dezembro de 2017.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL Nº 010/2017 - ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA O PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE**

Publicação Nº 1457797

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA  
EDITAL Nº 010/2017

Estabelece as diretrizes para o PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE com a ampliação da jornada de trabalho de até 40 (quarenta) horas semanais dos Professores integrantes do Quadro Efetivo do Magistério Municipal de Governador Celso Ramos. A Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a lei nº 566/2007 que dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e remuneração do Magistério Público do Município de Governador Celso Ramos, torna público que fará o PROCESSO SELETIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE DE ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS para Professores Efetivos, o qual reger-se-á de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O processo seletivo de alteração de carga horária permanente de até 40 (quarenta) horas semanais destina-se aos professores ocupantes de cargos efetivos pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, considerando-se a relação de oferta de vagas por disciplina, área de ensino devidamente publicado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e que é parte integrante deste edital.

1.2. O professor não poderá participar do processo seletivo, se:

- a) estiver em licença para tratar de interesse particular;
- b) estiver em processo de aposentadoria;
- c) estiver à disposição de outros órgãos, exceto os que cumprem mandato classista;
- d) não tiver disponibilidade para a jornada de até 40 (quarenta) horas semanais ou que a ampliação venha ocasionar acúmulo ilegal de cargos, inclusive por incompatibilidade de horários. Em nenhuma hipótese a ampliação da jornada de

trabalho poderá resultar em jornadas superiores a 60 (sessenta) horas semanais, considerada a soma de todos os vínculos públicos e privados mantidos pelo professor;

- e) estiver em estágio probatório;
- f) estiver respondendo à sindicância ou processo administrativo disciplinar, com Portaria instauradora de Comissão Sindicante ou Processante já emitida e publicada;
- g) estiver readaptado no ato da inscrição.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação de todos os atos, editais, avisos, comunicados, convocações e outras informações pertinentes a este concurso, devidamente publicados no mural da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

### **2. DAS INSCRIÇÕES E VAGAS**

2.1. Estarão abertas no período de 02 de janeiro de 2018 à 10 de janeiro de 2018, no horário das 13h30min às 18h30min na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, sito à Av. Bela Vista, Calheiros, Gov. Celso Ramos, as inscrições para o processo seletivo de alteração de carga horária permanente de até 40 (quarenta) horas semanais, conforme anexo I deste edital.

2.2. A inscrição do candidato deverá ser formalizada via requerimento direcionado ao Secretário de Educação, a ser protocolado na Secretaria de Educação

2.3. Junto ao requerimento deverão ser anexados os seguintes documentos:

- a) declaração de tempo de serviço público no Município;
- b) cópia autenticada do diploma de graduação; (a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor quando do protocolo com apresentação do original)
- c) cópia do Ato de Nomeação; (Portaria ou Decreto ou Termo de posse)
- d) cópia dos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento na área relacionada ao cargo pleiteado com carga horária mínima de 20h e emitida por Instituição reconhecida pelo MEC.

2.4. Poderá participar do concurso de ampliação o professor integrante do Magistério, desde que:

- a) seja concursado na rede Municipal;

b) tenha ingressado há pelo menos três anos no respectivo cargo;

c) esteja em efetivo trabalho de regência de sala de aula ou esteja desenvolvendo atividade diretamente relacionada à educação. Considera-se atividade diretamente relacionada à Educação, o exercício da função de Diretor Escolar, de mandato classista, de cargo comissionado na estrutura da Secretaria Municipal de Educação ou de Secretário Municipal de Educação.

2.5. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à Comissão Examinadora o direito de exclusão do Concurso de Alteração, aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos ou falsos, sem prejuízo da ação penal competente por falsidade ideológica.

2.6. Não será permitido inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, via procuração particular, com firma reconhecida, onde conste obrigatoriamente menção a este edital, devendo o Procurador, no ato da inscrição, entregar além dos documentos exigidos por este edital, cópia do instrumento de procuração devidamente autenticado.

2.7. O quadro de vagas para a alteração de Carga Horária Permanente, encontra-se fixado no Mural da Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura, e nas unidades de ensino da rede municipal e faz parte deste edital.

### 3. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

3.1. Serão adotados critérios com peso específico, de modo a definir a classificação dos candidatos a serem beneficiados com a ampliação da carga horária.

3.2. Os critérios com os respectivos pontos para definir a classificação para a ampliação da carga horária de até 40hrs semanais são:

a) formação profissional: o candidato acumulará pontuação conforme a sua habilitação profissional.

b) cursos de aperfeiçoamentos: A comprovação do título será feita exclusivamente mediante entrega de cópia do documento autenticada. (A autenticação poderá ser efetuada pelo servidor quando do protocolo com apresentação do original)

c) tempo de serviço: Declaração expedida pelo departamento de recursos humanos da Prefeitura Municipal.

3.3. As informações presentes no verso do documento somente serão consideradas se a cópia do verso também estiver autenticada.

3.4. A documentação entregue para efeito de comprovação não será devolvida em hipótese alguma.

3.5. Quando o nome do candidato for diferente do constante dos documentos apresentados, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).

3.6. Os documentos comprobatórios da titulação do candidato deverão conter todas as informações necessárias para sua análise.

3.7. Para cálculo da pontuação relativa a cursos, a contagem é feita por curso, ou seja, dois ou mais cursos não servem para compor a carga horária mínima ou máxima.

3.8. A pontuação em Doutorado impede a pontuação em Mestrado, em Especialização, em Licenciatura Plena e em Nível Médio.

3.9. A pontuação em Mestrado impede a pontuação em Especialização, em Licenciatura Plena e em Nível Médio.

3.10. A pontuação em Especialização, impede a pontuação em Licenciatura Plena e em Nível Médio.

3.11. A pontuação em Licenciatura Plena impede a pontuação em Nível Médio.

3.12. Para o cômputo da pontuação, será obedecida a seguinte grade:

Item	Discriminação	Valor Unitário	Pontuação Máxima	Observação
1	Doutorado	25	25	Diploma de conclusão de curso de Doutorado, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, na área relacionada ao cargo pleiteado ou na área de educação.
2	Mestrado	20	20	Diploma de conclusão de curso de Mestrado, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, na área relacionada ao cargo pleiteado ou na área de educação.
3	Especialização	15	15	Diploma de conclusão de Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização lato sensu com carga horária mínima de 360hm reconhecido pelo MEC, na área relacionada ao cargo pleiteado ou na área de educação.
4	Licenciatura Plena	10	10	Diploma de conclusão de licenciatura plena obtida em curso superior de formação específica na área do magistério, com registro no órgão competente.
5	Nível Médio	5	5	Certificado de conclusão em habilitação específica para magistério obtida em nível médio ou normal, com registro no órgão competente
6	Cursos de Aperfeiçoamentos	1 ponto por curso	10	Até 10 cursos. Certificado de Curso de Aperfeiçoamento na área relacionada a educação com carga horária mínima de 20h e emitida por Instituição reconhecida pelo MEC.

7	Tempo de Serviço	1 ponto por ano	25	O tempo de serviço deverá ser comprovado por meio de declaração expedida pelo Departamento Pessoal da Prefeitura.
---	------------------	-----------------	----	---

#### 4. DA DESISTÊNCIA

4.1. O servidor inscrito poderá desistir do Processo de Alteração de Carga Horária Permanente até a emissão da Portaria, mediante requerimento.

#### 5. DA CLASSIFICAÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS

5.1. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de Nota Final obtida com base nos critérios definidos neste Edital. Assim, aquele que obtiver a maior pontuação ficará em primeiro lugar, o que obtiver a segunda maior pontuação ficará em segundo lugar, assim sucessivamente.

5.2. Os candidatos que obtiverem a maior pontuação terão preferência para a opção de escolha de nova carga horária nas respectivas unidades educacionais, até preencher o total de vagas disponibilizadas.

5.3. Na hipótese de igualdade de pontuação terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- a) comprovar maior tempo no serviço público do Município;
- b) comprovar maior grau de formação profissional;
- c) maior número de horas de aperfeiçoamento ou capacitação;
- d) melhor assiduidade;
- e) ao que for mais idoso.

5.4. A classificação parcial do processo de alteração de carga horária permanente, será divulgada no dia 15 de janeiro de 2018, no mural da secretaria municipal de educação, esporte e cultura e no DOMSC, caberá recurso conforme item 7.

5.5. A classificação oficial do processo de alteração de carga horária permanente para escolha de nova carga horária nas respectivas unidades educacionais, será divulgada no dia 23 de janeiro de 2018, no mural da secretaria municipal de educação, esporte e cultura e no DOMSC.

5.6. A escolha de vagas realizar-se-á no dia 26 de janeiro de 2018, na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura deste município, a partir das 14h, e será conduzida pelo Secretário Municipal, acompanhado pela comissão examinadora.

5.7. A escolha da unidade educacional para alteração de carga horária permanente, será feita pela ordem de classificação oficial.

5.8. O não comparecimento do candidato na chamada, implicará no cessamento dos efeitos da classificação obtida, passando a ser o último da classificação.

5.9. No ato de escolha, havendo impossibilidade de comparecimento, o candidato poderá ser representado por procurador, devendo este apresentar procuração particular com firma reconhecida onde consta obrigatoriamente menção a este edital.

#### 6. DA COMISSÃO EXAMINADORA

6.1. O concurso de ampliação da jornada de trabalho será executado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, juntamente com uma comissão constituída por intermédio de portaria, composta por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pelo poder executivo e 3 (três) pelo sindicato.

#### 7. DOS RESULTADOS E RECURSOS

7.1. A secretaria municipal de educação divulgará o resultado parcial da classificação do processo para alteração de carga horária permanente no mural da secretaria municipal de educação, esporte e cultura e no DOMSC.

7.2. Do resultado parcial divulgado caberá recurso, através de requerimento fundamentado no prazo de cinco dias a contar da publicação no DOMSC, a ser julgado pela comissão no prazo de dois dias após protocolo.

7.3. O resultado da análise do pedido de reconsideração será divulgado no mural da secretaria municipal de educação, esporte e cultura e no DOMSC.

7.4. Decididos os recursos e feita as escolhas de vagas, será feita a homologação do processo de alteração de carga horária permanente, pelo Prefeito Municipal e o resultado final será publicado no DOMSC.

#### 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Após publicação do resultado final no DOMSC, será emitida Portaria pelo Prefeito municipal, que terá sua vigência e os efeitos legais a partir de 01 de fevereiro de 2018.

8.2. O departamento pessoal reequadrará o servidor na tabela de vencimento do cargo em que ocupa em nível equivalente a jornada ampliada, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

8.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Examinadora e pelo Secretário Municipal de Educação, em comum acordo.

Governador Celso Ramos, 14 de dezembro de 2017

PROF.º ADILSON COSTA  
Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura

#### ANEXO I

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

##### CEI PROFESSOR ROBERTO MANOEL CALLADO QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
MATERNAL	VESPERTINO	20H	MARIZA M. DA SILVA OCKER	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H		-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	-	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	MARIA CECÍLIA DIAS ALVES	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	MARIA CECÍLIA DIAS ALVES	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	LUCIANA DOS SANTOS KLAUSEN	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

##### CEI PROFESSORA ELVIRA SARDÁ DA SILVA QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
MATERNAL	VESPERTINO	20H	-	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	SELMA FRANCISCA GONÇALVES DE ÁVILA	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	-	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	-	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	MARINÉSIA VALDA SOARES	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

##### CEI SENHORA DOS NAVEGANTES QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
MATERNAL	VESPERTINO	20H	PATRÍCIA E. DA SILVA DUARTE	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	GRAZIANE SALETE DOS SANTOS	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	ANA PAULA DA SILVA SANTOS	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	JAILDE DA SILVA	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	ROZÂNGELA IDINETE SOARES ZEFERINO	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	CLAUDIANE DORVALINA ZEFERINO DA CRUZ	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	MARIA CLAUDIA DOS SANTOS	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	ROSIMAR NILDA DE OLIVEIRA	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

##### CEI PROFESSORA DULCE GODINHO NAZÁRIO QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
JARDIM I	VESPERTINO	20H		-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	IZABEL CRISTINA COSTA ALVES	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	ELAINE CRISTINA MARCELINO DA SILVA	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	ELI ZALY ALVES	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

##### CEI PROFESSOR EUDES MAFRA QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
JARDIM I	VESPERTINO	20H	-	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	VIVIAN MAFRA FREITAS DA SILVA	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	MARIA DAS GRAÇAS SANTOS CABRAL	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

CEI JÚLIA SAGÁS

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
MATERNAL	VESPERTINO	20H	-	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	SILVIA DA SILVA SOUZA	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	ADRIANA MONTEIRO	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	ROZANI DIVALMA DA SILVA	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	CLAUDÉSIA DOS SANTOS PEREIRA	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

CEI PROFESSORA LÚCIA FRANCISCA SAGÁS

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
MATERNAL	VESPERTINO	20H	-	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	-	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	-	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	FLAVIA SILVA FRANÇA	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	ELIZÂNGELA ARCILÉA SOARES	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

ENSINO FUNDAMENTAL I

E.E.B.M. ABEL CAPELLA

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
2º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
4º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
5º ANO I	VESPERTINO	20H	TÂNIA DE SOUZA DE OLIVEIRA	-
5º ANO II	VESPERTINO	20H	-	-
INGLÊS	VESPERTINO	20H	CLADIS VELHO MARTINS	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO	20H	-	-

E.E.B.M. MARIA AMÁLIA CARDOSO

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
2º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
4º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
5º ANO I	VESPERTINO	20H	-	-
5º ANO II	VESPERTINO	20H	JEANE TEREZINHA TEIXEIRA	-
INGLÊS	VESPERTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO	20H	-	-

E.E.B.M. PROFESSORA ELVIRA SARDÁ DA SILVA

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
------------	---------	---------------	------------------	------------------

1º ANO	VESPERTINO	20H		-
2º ANO	VESPERTINO	20H	SILVIANA MARLI MIRANDA GODÓI	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	GELVÂNIA MAILDE FLORES	-
4º ANO	VESPERTINO	20H	EDIR IOLANDA SIMÃO NAZÁRIO	-
5º ANO I	VESPERTINO	20H	LÚCIA AZEVEDO DE MELO	-
5º ANO II	VESPERTINO	20H	CLEIDE MARLETE VENÂNCIO ALVES	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO	20H	MARIO JOSÉ SARTORATTO COSTA	-

E.M. PROFESSORA DALMA LUZ DE AZEVEDO

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	JOVÂNIA MARQUES	-
2º ANO	VESPERTINO	20H		-
3º ANO	MATUTINO	20H	ADINÉIA ECLADIR OLIVEIRA FIRMO	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	ADINÉIA ECLADIR OLIVEIRA FIRMO	-
4º ANO	MATUTINO	20H	RAQUEL DAVINA ALVES DE SOUZA	-
5º ANO I	MATUTINO	20H	IVANI BERNARDES FERNANDES	-
5º ANO II	MATUTINO	20H	MARIA DAS NEVES IDESSIA SAGÁS	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-

E.M. PREFEITO JOÃO BALDANÇA SOBRINHO

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	PATRÍCIA REGIS DA SILVA	-
2º ANO	VESPERTINO	20H		-
3º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
4º ANO	MATUTINO	20H	ANDRÉIA DA SILVA	-
5º ANO	MATUTINO	20H	ROSIMARI MARTA KLAUSEN	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	LUCIMERE M. DOS SANTOS ALVES	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-

E.M. PROFESSORA SILVIA PRAZERES DE CARVALHO

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	MATUTINO	20H	CLARICE SANTOS DE CARVALHO MANSKE	-
4º ANO	MATUTINO	20H	ROSINEIDI DE SOUZA DA SILVA	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	-	-
PRÉ I	VESPERTINO	20H	MÔNICA PERLA NUNES	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	GIANE SILVI FLORES	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-

E.M. PROFESSORA ALAÍDE DA SILVA MAFRA

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	MARIA ALZIRA CÊA DOS SANTOS	-
2º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
3º ANO	MATUTINO	20H	MARIA ALZIRA CÊA DOS SANTOS	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
4º ANO	VESPERTINO	20H	REGIANE ZENITE DE MELO	-



4º ANO	MATUTINO	20H	DIVALMA FLORES DA SILVA	-
5º ANO I	MATUTINO	20H	-	-
5º ANO II	MATUTINO	20H	ROSILENE ROSSINI	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-

E.M. PREFEITO MIGUEL PEDRO DOS SANTOS

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
4º ANO	VESPERTINO	20H	TEREZINHA FIRMINA F. DOS SANTOS	-
PRÉ I	VESPERTINO	20H	DIVALMA FLORES DA SILVA	-
PRÉ II	VESPERTINO	20H	ELIAS ELSON RAYCH	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-

ENSINO FUNDAMENTAL II

E.E.B.M. ABEL CAPELLA

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
PORTUGUÊS	MATUTINO	30H	-	-
PORTUGUÊS	MATUTINO	20H	-	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	30H	-	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	20H	-	-
GEOGRAFIA	MATUTINO	30H	-	-
HISTÓRIA	MATUTINO	30H	-	-
INGLÊS	MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	MATUTINO	30H	-	-
CIÊNCIAS	MATUTINO	30H	-	-
ARTES	MATUTINO	20H	-	-

E.E.B.M. MARIA AMÁLIA CARDOSO

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
PORTUGUÊS	MATUTINO	30H	-	-
PORTUGUÊS	MATUTINO	20H	-	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	30H	-	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	20H	-	-
GEOGRAFIA	MATUTINO	30H	-	-
HISTÓRIA	MATUTINO	30H	-	-
INGLÊS	MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	MATUTINO	30H	-	-
CIÊNCIAS	MATUTINO	30H	-	-
ARTES	MATUTINO	20H	-	-

E.E.B.M. PROFESSORA ELVIRA SARDÁ DA SILVA

QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
PORTUGUÊS	MATUTINO	20H	JOÃO BATISTA DE SOUZA	-
PORTUGUÊS	MATUTINO	30H	-	-
PORTUGUÊS	MATUTINO	10H		
MATEMÁTICA	MATUTINO	30H	VALDENIR A. COELHO	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	30H	-	-
GEOGRAFIA	MATUTINO	30H	-	-
HISTÓRIA	MATUTINO	30H	-	-

INGLÊS	MATUTINO	20H	ISABEL CRISTINA PERES	-
INGLÊS	MATUTINO	10H	-	-
ED. FÍSICA	MATUTINO	30H	-	-
CIÊNCIAS	MATUTINO	30H	-	-
ARTES	MATUTINO	20H	-	-

**EXTRATO DO CONTRATO 037/2007 - CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA À LOCAÇÃO TEMPORÁRIA DE UMA DIÁRIA, A LOCATÁRIA, AS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE EVANGELIZAÇÃO ANGELINO ROSA - CEAR, LOCALIZADO NA AV. PAPENBORG, SN - AREIAS DE BAIXO – GOVERNADOS CELSO RAMOS – SEDE DA COMUNIDADE DIVINO OLEIRO.**

Publicação Nº 1457986

**Contrato 037/2017 CONTRATO DE LOCAÇÃO TEMPORARIA**

A FUNDAÇÃO ANGELINO ROSA, sob o CNPJ 10.869.430 – sediada a Av. Papemborg, s/nº -Areias de Baixo, no Município de Governador Celso Ramos, neste ato denominado LOCADOR; e o Município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, situada a Praça VI de Novembro, 01, Centro, Governador Celso Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.373/0001-89, daqui por diante chamado simplesmente de LOCATÁRIO, representado por seu representante legal, Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal, celebram o presente contrato de locação temporária, com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O LOCADOR cede para locação temporária de uma diária, a LOCATÁRIA, as dependências do Centro de Evangelização Angelino Rosa - CEAR, localizado na Av. Papenborg, Sn - Areias de Baixo – Governados Celso Ramos – sede da COMUNIDADE DIVINO OLEIRO.

1.2 - A locação do mesmo destina-se a FORMATURA DO ENSINO MÉDIO MUNICIPAL.

**CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTO AO PERÍODO DE VALIDADE E VALORES**

2.1 - O prazo de locação inicia-se em 15/12/2017 (sexta) às 08h, terminando no mesmo dia até as 23:59h, limite de tempo em que o local deverá ser totalmente desocupado. Os materiais de decoração poderão ser retirados no dia posterior, ou em data acordada entre as partes.

2.2 - O valor da locação será de R\$ 6.350,00 (seis mil trezentos e cinquenta reais), devendo ser saúdado até o dia 20/12/2017, via depósito bancário na seguinte conta:

2.3 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – AG 1877 CONTA CORRENTE- 3605-2 OPERAÇÃO 003.

**CLÁUSULA TERCEIRA – QUANTO AO QUE ESTÁ INCLUSO NA LOCAÇÃO.**

3.1 - Segue a lista dos itens inclusos no valor da locação:

- Centro de Eventos com 2.400 m2;
- Uso de até 1.000 cadeiras plásticas brancas;
- Uso de até 50 mesas plásticas;
- Sistema de som profissional ATTACK SYSTEM;
- Iluminação profissional com mais de 100 projetores coloridos;
- Sub locação de gerador de energia para emergência (em Stand By)
- Telão de Led alta definição de 8x6 metros;
- Materiais de limpeza e higiene nos banheiros;
- Limpeza do espaço, antes e depois do evento
- Materiais de decoração disponíveis no salão – Sob consulta de disponibilidade.

**CLÁUSULA QUARTA – QUANTO A DANOS MATERIAIS E EXTRAVIOS**

4.1 - O Locatária afirma-se ciente dos seguintes valores a serem cobrados referentes a quaisquer danos ou perdas de materiais citados na cláusula segunda e seus anexos (check list).

- Cadeiras plásticas Tramontina personalizadas (basica) – R\$ 50,00
- Cadeiras plásticas Tramontina personalizadas (com braço) – R\$ 75,00
- Mesa plástica Tramontina – R\$ 100,00

**CLÁUSULA QUINTA – QUANTO A CONSERVAÇÃO E LIMPEZA**

5.1 - O LOCADOR compromete-se a entregar o CEAR para o evento em condições totais de limpeza e conservação. As taxas de limpeza e material de higiene estão inclusas no valor deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – QUANTO A ADIAMENTO OU CANCELAMENTO.**

6.1 - Caso por algum motivo seja necessário o adiamento do evento, o LOCATÁRIO deve comunicar o LOCADOR com no mínimo 30 dias de antecedência, e este apresentará a disponibilidade de agenda do CEAR para uma remarcação do evento. Não havendo consenso nas datas, será descontado 20% do valor total deste como despesas administrativas.

6.2 - Em caso de desistência por parte do LOCATÁRIO no prazo inferior a 30 (trinta) dias, se aplicará multa de 50% do valor do contrato.

6.3 - O LOCATÁRIO declara neste ato tomar conhecimento da existência de regras estabelecidas verbalmente e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las, bem como informá-las a todos os demais.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

7.1 - Quaisquer outras decisões tomadas acerca deste contrato, e deverão ser escritas no verso deste e assinadas por ambos.

7.2 - Fica eleito o Foro da Comarca da Capital de Biguaçu/SC como o competente para dirimir dúvida ou litígio oriundo deste contrato, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim justas e avençadas as partes, assinam o presente Instrumento em duas vias de igual teor, para um só efeito perante duas testemunhas que igualmente assinam e se identificam.

E, por estarem de acordo, assinam.

Governador Celso Ramos, 12 de Dezembro de 2017.

FUNDAÇÃO ANGELINO ROSA  
CNPJ 10.869.430  
LOCADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS  
LOCATÁRIO

**NOVO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 119/2017**

Publicação Nº 1454416

**NOVO AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 119/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, INCLUINDO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E A SECRETARIA DA SAÚDE E DEMAIS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/12/2017 até às 16h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 28/12/2017 às 16h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 14 de Dezembro de 2017.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 076/2017 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1457746

DECRETO DF N. 076, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.061, de 20 de dezembro de 2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

13.00	SAMAE GRÃO-PARÁ		
13.01	SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO		
2.004	MANUTENÇÃO DO SAMAE		
4.4.71.00. 00. 00. 00. 00.6183	Transferência à Consórcios Públicos	R\$	6.223,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica reduzida a seguinte dotação orçamentária:

13.00	SAMAE GRÃO-PARÁ		
13.01	SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO		
2.004	MANUTENÇÃO DO SAMAE		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.6183	Aplicações Diretas	R\$	6.223,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,

14 de dezembro de 2017.

MÁRCIO BORBA BLASIUS

Prefeito de Grão-Pará

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**DECRETO DF 077/2017 - ORÇAMENTO**

Publicação Nº 1458362

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000077/17 de 14 de Dezembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002061/16 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(184)3.3.90.00.00.00.00.2.032-0205 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(241)3.3.90.00.00.00.00.2.010-0205 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
Total Suplementação:	8.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(174)4.4.90.00.00.00.00.2.010-0205 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
(185)4.4.90.00.00.00.00.2.032-0205 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
Total Anulação:	8.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIOUS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 14 de Dezembro de 2017.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 1458370

**JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que SIRLENE GARCIA BLASIUS possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores permitidos pelos referidos dispositivos; considerando que o fornecimento de frutas e verduras revela-se de suma importância para o preparo da merenda nas Escolas da Rede Municipal de Ensino; considerando que o fornecimento ficará sobrestado até efetivo pagamento dos valores em atraso; levando em conta que o pagamento desse débito vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SIRLENE GARCIA BLASIUS

Ordens de Pagamento: 4936, 4937, 4938, 4939, 4940, 5044, 5045, 5046, 5047, 5048, 5050, 5051, 5179, 5181, 5182, 5183, 5184, 5185, 5186, 5299, 5300, 5301, 5302, 5581, 5583, 5584, 5585, 5586, 5587, 5588, 5589, 5590, 5591, 5725, 5726, 5727, 5728, 5729, 5730, 5912, 5913, 5915, 5916, 5917, 6239, 6240, 6241, 6242, 6243, 6244, 6303, 6304, 6305, 6306, 6307 e 6308.

Valor: R\$ 6.008,57

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 1458371

**JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa EDITORA POSITIVO LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando a continuidade do Contrato, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessária a continuidade do fornecimento dos materiais contratados, em atendimento ao interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: EDITORA POSITIVO LTDA

Ordem de Pagamento: 2991.

Valor: R\$ 11.723,60

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 1458369

**JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que LIDERANÇA PESQUISAS E MARKETING LTDA ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores permitidos pelos referidos dispositivos; levando em conta que o pagamento desse débito vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: LIDERANÇA PESQUISAS E MARKETING LTDA ME

Ordens de Pagamento: 5200.

Valor: R\$ 4.500,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 1458368

**JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores permitidos pelos referidos dispositivos; levando em conta que o pagamento desse débito vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP

Ordens de Pagamento: 2839 e 3935.

Valor: R\$ 800,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal



# Gravatal

## PREFEITURA

### DECRETO 105 - ÁGUA

Publicação Nº 1457332

DECRETO, 105 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONSIDERANDO-SE que na data de 20 de outubro de 2017 esta Administração Municipal enviou Projeto de Lei n. 83 para a Câmara de Vereadores de Gravatal, objetivando a criação de uma autarquia municipal – SAMAE, para gerir os serviços de água e esgotamento sanitário do Município de Gravatal, e o mesmo foi rejeitado pela Câmara de Vereadores;

CONSIDERANDO-SE que, a decisão administrativa que revogou o processo de licitação 026/2016 (Concorrência Pública 01/2016), verifica-se que o mesmo é nulo, porque não há motivação legal e fundamentada, para ensejar a revogação do referido processo Licitatório/Concorrência Pública, eis que a Lei é clara no sentido de que (simples conveniência) como no caso de Gravatal, não é motivo suficiente para justificar a revogação de um processo de licitação, mormente considerando-se que motivação ou o fato usados para revogar a concorrência foi “a hipotética pressuposição de que, como havia sido deferida liminar em primeiro grau confirmada em segundo grau suspendendo a concorrência pública 01/2016, esta dificilmente prosperaria” além do mais, ao argumento de que “não era desejo da futura administração a concorrência pública, porque constava na plataforma de governo desta o desejo administrar pessoalmente (através de criação de autarquia) o sistema de água e esgotamento sanitário de Gravatal.

CONSIDERANDO-SE QUE o ilustre HELY LOPES MEIRELES há muito já ensinou que a decisão administrativa, seja anulatória ou revocatória SEM MOTIVAÇÃO TORNA-SE ARBITRÁRIA E NULA, porque uma e outra estão vinculadas aos motivos que a autorizam, ou seja: o interesse público para a revogação; a ilegalidade para a anulação.

E ainda que TRT 1ª Região ao julgar caso exatamente igual ao de Gravatal, onde a ação foi proposta pela própria licitante, assim se manifestou:

Sentença Tipo A

Classe 1900 Ação Ordinária/ Outras

Requerente JM Engenheiros Consultores Ltda  
Requerido Amazonas Distribuidora de Energia S/A

...

Tem-se, pois, que a revogação pressupõe o respeito ao devido processo legal e deve ser motivada. Não basta a simples alegação de conveniência e oportunidade. É necessário que exista uma fundamentação efetivamente pertinente e coerente, que legitime a revogação.

Além disso, cumpre destacar que a Administração não pode se desvencilhar dos diversos princípios expressos e implícitos, norteadores de quaisquer licitações: moralidade, probidade, publicidade, eficiência etc.

Dessa feita, inexistindo prova de fato superveniente devidamente comprovado, apto a justificar a revogação da Concorrência nº 109/2015, merece deferimento o pleito da demandante.

Diante de todo o exposto, com base nas razões fáticas e jurídicas elencadas, confirmo a tutela provisória e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito (art. 487, inciso I, CPC/2015) para declarar a nulidade do ato administrativo que revogou a Concorrência nº 109/2015 da Amazonas Distribuidora de Energia S/A, com seus consectários legais.

CONSIDERANDO-SE ainda que, analisando a decisão administrativa, que revogou o processo de licitação 026/2016 (Concorrência Pública 01/2016), verifica-se que o mesmo é nulo também porque não há interesse público, não há fato superveniente a justificar a edição do decreto revogador, havendo simplesmente alegação de conveniência e oportunidade, o que não basta para revogar um ato administrativo e torna o ato revogador nulo de pleno direito.

CONSIDERANDO-SE também que, analisando-se a respectiva decisão administrativa, esta é nula porque não foram observados princípios constitucionais (art. 5, inciso LV da CF/88):

Art. 5, inciso LV da CF/88

Aos litigantes em processo administrativo ou judicial e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, como os meios e recursos a ela inerentes.

CONSIDERANDO-SE também que, analisando-se a respectiva decisão administrativa, esta é nula porque não foram observados normas legais (Art. 49 da Lei 8666/93)

Art. 49, Lei 8666/93:

“No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa

CONSIDERANDO-SE que a não observância dos princípios constitucionais e da norma legal, viola o direito dos licitantes e torna nulo a decisão que revogou a Concorrência Pública 001/2016 (processo 026/2016), nos termos das decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

‘A anulação ou revogação de processo licitatório deve ser precedida de oportunidade de defesa, exigindo-se plena justificação, sob pena de ferimento às garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório’ (STJ - RMS 9738/RJ, Rel. Ministro Garcia Vieira). cuja ementa segue assim vazada:

AÇÃO COMINATÓRIA. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE RECEPÇÃO. DEMORA DE SEIS MESES PARA ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO SEGUIDA DE SÚBITA REVOGAÇÃO UNILATERAL DO CERTAME. SUPOSTA NECESSIDADE DE ALTERAR O OBJETO CONTRATUAL. SUBSTITUIÇÃO DE ALGUNS “RECEPCIONISTAS” POR “DIGITADORES” E ACRÉSCIMO DE “RECEPCIONISTAS EXECUTIVOS” EM ALGUNS SETORES. FUNDAMENTAÇÃO VAGA. MUDANÇA QUE AFETARIA MENOS DE CINCO POR CENTO DO OBJETO CONTRATUAL. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA OITIVA DAS CONCORRENTES. CERCEAMENTO DE DEFESA. ATO CORRETAMENTE ANULADO. DECISÃO MANTIDA.

Reexame Necessário n. 0324342-02.2014.8.24.0023

CONSIDERANDO-SE, por fim, que sendo nulo o ato que revogou o processo de licitação 026/2016 (Concorrência Pública 01/2016), a administração tem o dever legal que extirpar do mundo jurídico este ato revocatório, porque nulo, e esse poder deve nascer a partir do momento que a Administração toma ciência da nulidade, como no caso em tela, onde através do ofício 054/2017 recebido da licitante Atlantis Saneamento Ltda, e verificação dos fatos ali narrados, a Administração atual tomou ciência inequívoca da nulidade do ato administrativo que revogou a concorrência pública 01/2016 (processo de licitação 026/2014) praticado pela administração anterior.

E ainda o contido na SUMULA 473 do STF “A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos

adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.” E no VERBETE 346 - STF, onde consta que “A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos”

CONSIDERANDO-SE que a ação judicial que foi interposta pela Aegea Saneamento e Participação S.A (autos 0300641-21.2016.824.0159) foi extinta sem julgamento de mérito, com base no ato revocatório da administração anterior. E uma vez revogado aquele ato eu deu ensejo a extinção da ação sem julgamento de mérito, a Aegea pode, se assim entender, ingressar com nova ação judicial. Portanto não haverá qualquer prejuízo as partes.

CONSIDERANDO-SE ainda que, no dizer da doutrina e jurisprudência pacificada sobre o caso, onde por todos cita-se DIOGENES GASPARINI : “..Restaura-se em sua plenitude a situação vigente anteriormente ao ato invalidado (...) a invalidação não é obstáculo que o ato invalidado seja revigorado..”in Direito Administrativo. 10 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva. 2005 e ainda que é passível a decretação, de ofício, da invalidade do referido ato, com efeitos à data do fato (ex tunc (desde a origem do ato viciado)) , ou seja, a 15.12.2016, o que permite a continuidade do certame a partir da revogação: “os efeitos do ato de invalidação alcançam o ato administrativo inválido no seu nascedouro, já que não há nulidade superveniente. São portanto retroativos.

CONSIDERANDO-SE por fim que, declarando nulo o ato revogador do processo de licitação 026/2016 – Concorrência Pública 01/2016 e revigorando o procedimento licitatório de onde parou, prevalecerá o PRINCÍPIO DA PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO face a nulidade do ato; eis que a necessidade real dos Municípios em ter o serviço objeto do certame (água e esgotamento sanitário) é maior que a decisão do ex gestor público de revogar o ato porque “acha”que o Município ira perder a ação, porque não se candidatou e por isso não será o próximo administrador, porque o próximo administrador escreveu na plataforma de governo que deseja

municipalizar o serviço; ademais prevalecerá também o PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE, eis que revigorando o procedimento, com a consequente nulidade do ato que o revogou, haverá economia ao erário que não precisará gastar com outro certame com o mesmo objeto; e ainda será observada a URGÊNCIA QUE O CASO REQUER, eis que entre a conveniência do ex gestor em “revogar o processo licitatório 026/2016 – Concorrência Pública 01/2016” apenas porque não seria a mais Prefeito e porque o atual administração eleita fez constar na plataforma de Governo que desejava municipalizar o sistema de água e esgotamento sanitário ( O QUE ALIAS TENTOU E FOI REJEITADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES), não pode prevalecer sobre os valores constitucionais da população de Gravatal que é de ter acesso imediato aos serviços de água e esgotamento princípio da urgência, com o cumprimento das metas e investimentos constantes no processo de concorrência e cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico.

#### DECRETA

Art. 1º Fica anulada a decisão administrativa de fls. 1367/1369, do processo licitatório 026/2016.

Art. 2ª Determina-se o processamento regular da licitação nº 26/2016, dando-se seqüência ao procedimento até seus ulteriores termos;

Art. 3º Dar prosseguimento ao processo licitatório, valha-se a Administração Pública Municipal da Comissão Permanente de Licitações.

Art 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gravatal, 08 de dezembro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal de Gravatal

## LC Nº 203/2017

Publicação Nº 1457780

LEI COMPLEMENTAR Nº 203  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

REPRISTINA E ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 136/2009, QUE INSTITUI O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL, PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como a Lei Orgânica do Município no inciso I do Art. 46 corroborando com o Art. 19, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar Repristina a Lei Complementar Nº 136 de 15 de dezembro de 2009, que passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º .....

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - Graduação vertical ascendente, existente em cada letra a cada ano de serviço, de forma automática, designadas pelas letras “A” a “O”.

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO – Deslocamento vertical do servidor nos níveis de I a IV, a ser realizada quando o servidor obtiver nova especialização, mestrado ou doutorado. Aperfeiçoamento ocorrerá o deslocamento horizontal dentro dos níveis, a cada 2 anos (já cumpridos o estágio probatório), partindo da Referência “A” a “M”.

REFERÊNCIA – Letra que estabelece a linha de progressão funcional por aperfeiçoamento.

..... ” (NR)

“Art. 22 A promoção é o mecanismo de progressão funcional, com correspondente acréscimo de vencimento, dos servidores efetivos do Pessoal do Magistério Público Municipal, que se efetiva através de avanço vertical por Titulação e horizontal por Aperfeiçoamento. ” (NR)

“Art. 23 O desenvolvimento funcional do servidor por aperfeiçoamento, em sua carreira dar-se-á pela progressão horizontal no seu nível e referência, para a referência imediatamente superior, no mesmo nível, de acordo com o Anexo VII, da presente Lei.

.....  
§ 2º A cada progressão por aperfeiçoamento, ocorre aumento de 3% (três) por cento até o limite de 36% (trinta e seis por cento) no final de carreira, conforme tabela constante do Anexo VII.

.....  
§ 7º A promoção prevista neste artigo realizada a cada 02(dois) anos, correspondente a 3% (três) por cento para cada 80 (oitenta) horas (contínuas ou não) de cursos, incidindo sobre o vencimento correspondente à referência ocupada, não podendo ultrapassar o limite de 36% (trinta e seis) por cento, conforme tabela constante do Anexo VII. " (NR)

"Art. 37 O membro do Magistério admitido em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao vencimento inicial da carreira do magistério, se graduado habilitado na área em que for atuar, já o não habilitado, perceberá o vencimento igual ao piso nacional do magistério. " (NR)

"Art. 47 A jornada de trabalho terá sua composição da seguinte forma:

- a) 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.
- b) 1/3 (um terço) da carga horária para hora atividade.

§ 1º 2/3 (dois terços) da carga horária é o período de tempo efetivamente destinado pelo professor a ministrar aulas e efetuar a avaliação do desempenho dos alunos.

§ 2º Hora-atividade é o período dedicado, pelo professor, no recinto escolar, para:

I - Planejar, preparar e avaliar o trabalho didático;

II - Colaborar com a administração da escola;

III - Participar de reuniões pedagógicas, e de articulação com a comunidade;

IV - Aperfeiçoar seu trabalho profissional.

§ 3º Terão direito a hora-atividade somente os ocupantes do cargo de Professor em exercício na função. " (NR)

"Art. 53 Além do vencimento do cargo, o membro do Magistério Público Municipal, receberá as seguintes gratificações específicas:

I - Gratificação por função;

II - Gratificação por trabalho em local de difícil acesso;

III - Prêmio Assiduidade.

.....  
§ 2º A concessão da gratificação, constante do inciso I, dependerá de autorização do Chefe do Poder Executivo, concedidas por Decreto. (NR)

"Art. 55 Ao membro do Magistério Público Municipal que exercer a Função de Diretor de Escola ou a Função de Coordenador de Ensino, será atribuída gratificação de acordo com o Anexo IX. " (NR)

"Art. 57 Revogado. " (NR)

"Art. 71 Revogado. " (NR)

"Art. 72 A revisão geral ou o reajuste dos vencimentos dos profissionais do magistério, a partir da vigência desta lei, seguirá o mesmo índice e critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC e nas mesmas datas base. " (NR)

"Parágrafo único. Em não havendo revisão geral ou o reajuste dos vencimentos dos profissionais do magistério pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, o município o fará na forma da Lei Complementar 192/2016".

"Art. 74-A Fica incorporado aos vencimentos do Professor Efetivo, a extinta Regência de classe, o qual será enquadrado de acordo com as disposições desta lei e Anexo VII – Tabela de Progressão por Titulação e Aperfeiçoamento do Grupo I Anexo II."

## "ANEXO II

### GRUPO I – GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL

Cargos Efetivos	Carga horaria	Vencimentos
Professor	10h	R\$ 613,56
	20h	R\$1.227,12
	30h	R\$ 1.840,69
	40h	R\$ 2.454,26
Articulador Pedagógico	20h	R\$ 1.227,13
	40h	R\$ 2.454,26
Consultor Educacional	40h	R\$ 2.454,26
Assistente técnico Pedagógico	40h	R\$ 2.454,26

Pedagogo	40h	R\$ 2.454,26
Secretário de Escola	40h	R\$ 2.454,26

". (NR)

## "ANEXO VII

## TABELA DE PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO GRUPO I ANEXO II

Nível	Referência 10 horas semanais												
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I Graduado	613,56	631,97	650,93	670,46	690,57	711,29	732,63	754,61	777,25	800,57	824,59	849,33	874,81
II – 5% Pós Graduado	644,24	663,57	683,48	703,98	725,10	746,85	769,25	792,33	816,10	840,58	865,80	891,77	918,52
III – 5% Mestrado	676,45	696,74	717,64	739,17	761,34	784,18	807,70	831,93	856,89	882,60	909,08	936,35	964,44
IV – 10% Doutorado	744,09	766,41	789,40	813,08	837,47	862,59	888,47	915,12	942,57	970,85	999,97	1.029,97	1.060,87

Nível	Referência 20h semanais												
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I Graduado	1.227,12	1.263,93	1.301,85	1.340,90	1.381,13	1.422,56	1.465,24	1.509,20	1.554,48	1.601,12	1.649,15	1.698,62	1.749,58
II – 5% Pós Graduado	1.288,49	1.327,14	1.366,95	1.407,96	1.450,20	1.493,71	1.538,52	1.584,67	1.632,21	1.681,18	1.731,61	1.783,56	1.837,07
III – 5% Mestrado	1.352,91	1.393,50	1.435,30	1.478,36	1.522,71	1.568,39	1.615,44	1.663,90	1.713,82	1.765,23	1.818,19	1.872,73	1.928,91
IV – 10% Doutorado	1.488,20	1.532,85	1.578,83	1.626,19	1.674,97	1.725,22	1.776,98	1.830,29	1.885,20	1.941,76	2.000,01	2.060,01	2.121,81

Nível	Referência 30h semanais												
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I Graduado	1.840,69	1.895,91	1.952,79	2.011,37	2.071,71	2.133,86	2.197,87	2.263,81	2.331,72	2.401,67	2.473,72	2.547,93	2.624,37
II – 5% Pós Graduado	1.932,72	1.990,70	2.050,42	2.111,93	2.175,29	2.240,45	2.307,66	2.376,89	2.448,20	2.521,64	2.597,29	2.675,21	2.755,47
III – 5% Mestrado	2.029,36	2.090,24	2.152,95	2.217,54	2.284,07	2.352,59	2.423,17	2.495,86	2.570,73	2.647,85	2.727,28	2.809,10	2.893,37
IV – 10% Doutorado	2.232,30	2.299,27	2.368,25	2.439,30	2.512,48	2.587,85	2.665,48	2.745,44	2.827,80	2.912,63	3.000,01	3.090,01	3.182,71

Nível	Referência 40h semanais												
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I Graduado	2.454,26	2.527,89	2.603,73	2.681,84	2.762,29	2.845,16	2.930,51	3.018,42	3.108,97	3.202,24	3.298,31	3.397,26	3.499,18
II – 5% Pós Graduado	2.576,97	2.654,28	2.733,91	2.815,93	2.900,41	2.987,42	3.077,43	3.169,75	3.264,84	3.362,78	3.463,66	3.567,57	3.674,60
III – 5% Mestrado	2.705,82	2.786,99	2.870,60	2.956,72	3.045,42	3.136,78	3.230,88	3.327,81	3.427,64	3.530,47	3.636,38	3.745,47	3.857,83
IV – 10% Doutorado	2.976,40	3.065,69	3.157,66	3.252,39	3.349,96	3.450,46	3.553,97	3.660,59	3.770,41	3.883,52	4.000,02	4.120,02	4.243,62

.....".(NR)

## "ANEXO VIII

## TABELA DE GRATIFICAÇÕES POR TITULAÇÃO

NÍVEL	HABILITAÇÃO	Gratificação
I	Graduado em Área Específica de Atuação, devidamente registrado no Ministério da Educação – MEC.	Vencimento Inicial Da Carreira

II	Especialização - Pós-Graduação em Nível de Especialização na Área da Educação com registro no Ministério da Educação – MEC.	5%
III	Mestrado específico na área da Educação com registro no Ministério da Educação – MEC.	5%
IV	Doutorado específico na Área da Educação com registro no Ministério da Educação – MEC.	10%

“(NR)

“ANEXO IX  
FUNÇÃO GRATIFICADA

Vagas	Especificação	Valor	Horas
10	Diretor de Escolar com até 80 alunos	R\$ 800,00	40h
	Diretor de Escolar com até 160 alunos	R\$ 950,00	
	Diretor de Escolar acima de 160 alunos	R\$ 1.100,00	
03	Coordenador	R\$ 1.100,00	40h

“(NR)

Art. 2º Fica concedido o efeito repristinatório as Leis Complementares nº: 139, de 04 de maio de 2010, 022, de 09 de junho de 2003, 134, de 24 de novembro de 2009, 135 de 19 de fevereiro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei, serão por conta do orçamento do exercício de 2018 e seguintes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Gravatal (SC), 14 de dezembro de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito de Gravatal

Publicada do D.O.M em 15/12/2014

Bruna Mendonça Leandro

**LEI 1.881**

Publicação Nº 1457692

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.881  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS AO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 - Poder Executivo	
Unidade:	08 – Encargos Especiais	
Atividade:	0.000 – Encargos Especiais/Pag. da Dívida Pública	
Despesa:	(126 ) 4.6.90.00.00.00.00.0000	70.000,00
Despesa:	(124 ) 3.2.90.00.00.00.00.0000	20.000,00

Total: ..... R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	90.000,00
--------------------------------	-----------

Art. 2º Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais):

Órgão:	02 - Poder Executivo	
Unidade:	08 – Encargos Especiais	
Atividade:	0.000 – Encargos Especiais/Pag. da Dívida Pública	
Despesa:	(125 ) 3.3.90.00.00.00.00.0000	90.000,00



Total: ..... R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL DAS ANULAÇÕES	90.000,00
---------------------------	-----------

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de Dezembro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

Publicado no D.O.M em 15/12/2017

Bruna Mendonça Leandro

## LEI 1.882

Publicação Nº 1457693

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.882  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS E EXCESSO DE ARRECADÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	11 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto/Atividade:	2.042 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	
Despesa:	(133 ) 3.3.90.00.00.00.00.0088 -	R\$ 10.000,00

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	11 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto/Atividade:	2.042 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	
Despesa:	(137 ) 4.4.90.00.00.00.00.0088 -	R\$ 10.000,00

Art. 3º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional suplementar de que trata o artigo posterior, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação decorrentes do recurso de IGD – BOLSA FAMILIA , receita orçamentária 4.1.7.2.1.34.00.00.00.04 – Transf do SUAS IGD BOLSA FAMILIA, receita orçamentária 4.1.7.2.2.34.00.00.00.02 – Transf. Do SEAS/Estado;

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	11 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto/Atividade:	2.042 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	
Despesa:	(134 ) 3.3.90.00.00.00.00.00.0702 -	R\$ 9.977,33
Despesa:	(138 ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0702 -	R\$ 6.288,81
Despesa:	(136 ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0086 -	R\$ 15.000,00

Art. 4º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 31.266,14(Trinta e um mil e duzentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos) as seguintes classificações orçamentárias:

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de Dezembro de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA



Prefeito de Gravatal

Publicado no D.O.M em 15/12/2017

Bruna Mendonça Leandro

**LEI 1.883**

Publicação Nº 1457694

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 1.883  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Gravatal, crédito adicional especial no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), para a inclusão da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 07 Secretaria Turismo, Indústria e Comércio

Projeto: Obras de Infra Estrutura Turística

Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0724 Aplicações Diretas

Valor R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais).

Art. 2º Para fazer face a presente abertura do Crédito Adicional Especial serão utilizados recursos provenientes do Programa de Transferência nº 2017007047, para realização de Serviços de Elaboração do Projeto de Arquitetura e Engenharia, que visa a implantação e construção do Centro de Eventos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Gravatal – SC, 14 de dezembro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

Publicado no D.O.M em 15/12/2017

Bruna Mendonça Leandro

**LEI 1.884**

Publicação Nº 1457695

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.884  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 171.234,95 (Cento e setenta e um mil e duzentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Projeto/Atividade:	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(09) 3.3.90.00.00.00.00.0082 -	R\$ 85.000,00
Despesa:	(42) 3.3.90.00.00.00.00.00365 -	R\$ 86.234,95
Total do Projeto/atividade: R\$ 171.234,95		

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 171.234,95 (Cento e setenta e um mil e duzentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Projeto/Atividade:	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(06) 3.1.90.00.00.00.00.0082 -	R\$ 85.000,00
Despesa:	(43) 3.3.90.00.00.00.00.0705 -	R\$ 86.234,95
Total do Projeto/atividade: R\$ 171.234,95		

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira  
Prefeito de Gravatal

Publicado no D.O.M em 15/12/2017

Bruna Mendonça Leandro

## LEI 1.885

Publicação Nº 1457696

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.885  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO POR CONTA DE PROVÁVEL DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 354.338,15 (Trezentos e cinquenta e quatro mil trezentos e trinta e oito reais e quinze centavos) as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INOVAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER	
Projeto/Atividade:	2.013 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
Despesa:	(41) 3.1.90.00.00.00.00.0018-	R\$ 354.338,15
Total do Projeto/atividade: R\$ 354.338,15		

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação decorrentes do recurso do FUNDEB, receita orçamentária 4.1.7.2.4.01.00.00.00 – Transferência de Recursos do FUNDEB.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 106.000,00 (Cento e seis mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
Projeto/Atividade:	1.022 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E CULTURAIS	
Despesa:	(53) 3.3.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 12.500,00
Despesa:	(54) 4.4.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 10.000,00
Projeto/Atividade:	2016 EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS	
Despesa:	(46) 3.3.90.00.00.00.00.0083 -	R\$ 11.000,00
Projeto/Atividade:	2015 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – PROFISSIONAL E SUPERIOR	
Despesa:	(33) 3.3.50.00.00.00.00.0000 -	R\$ 6.000,00
Projeto/Atividade:	2017 INCENTIVO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Despesa:	(32) 3.3.50.00.00.00.00.0000 -	R\$ 7.000,00
Projeto/Atividade:	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ARTE E CULTURA	
Despesa:	(50) 3.3.50.00.00.00.00.0000 -	R\$ 17.500,00

Despesa:	(49) 3.1.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 6.000,00
Despesa:	(52) 4.4.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 10.000,00
Projeto/Atividade:	2023 APOIO AO ENSINO SUPERIOR	
Despesa:	(35) 3.3.50.00.00.00.00.0000 -	R\$ 6.000,00
Projeto/Atividade:	2012 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa:	(27) 3.3.90.00.00.00.00.00083 -	R\$ 20.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 106.000,00		

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 106.000,00 (Cento e seis mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
Projeto/Atividade:	2012 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa:	(26) 3.1.90.00.00.00.00.00083 -	R\$ 25.000,00
Projeto/Atividade:	2013 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
Despesa:	(43) 3.1.90.00.00.00.00.00083 -	R\$ 60.000,00
Projeto/Atividade:	2036 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	
Despesa:	(90) 3.1.90.00.00.00.00.00000 -	R\$ 21.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 106.000,00		

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

Publicado no D.O.M em 15/12/2017

Bruna Mendonça Leandro

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS PMGBA DE 128.2017.DOCX

Publicação Nº 1457598

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 128/2017  
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
Contratada.: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA  
Valor ..... : 497.500,00 (quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 14/12/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE UM TRATOR SOB ESTEIRAS, NOS TERMOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 850457/2017/MAPA/CAIXA, COM O OBJETIVO DE EXECUTAR AÇÕES RELATIVAS AO FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO, AUMENTANDO A CAPACIDADE E A QUALIDADE NO ATENDIMENTO DE SERVIÇOS PRESTADOS, AGREGANDO E SOLIDIFICANDO VALORES.

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 144.2017.DOCX

Publicação Nº 1457589

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017  
PROCESSO Nº 144/2017 HOMOLOGAÇÃO: 14/12/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TRATOR SOB ESTEIRAS, NOS TERMOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 850457/2017/MAPA/CAIXA, COM O OBJETIVO DE EXECUTAR AÇÕES RELATIVAS AO FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO, AUMENTANDO A CAPACIDADE E A QUALIDADE NO ATENDIMENTO DE SERVIÇOS PRESTADOS, AGREGANDO E SOLIDIFICANDO VALORES.

CONTRATADO: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 497.500,00 (quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos reais)

# Guaramirim

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 53/2017 - CONTRATO 41/2017-PMG

Publicação Nº 1458079

PROCESSO LICITATORIO N.º 53/2017- PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2017- PMG

#### ANULAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO LICITATÓRIO

1. Trata-se de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item para aquisição de mobiliário e equipamentos para a Polícia Civil e para o setor de licitações da prefeitura de Guaramirim (SC).
2. Nas fls 344 do processo licitatório consta ofício do delegado de polícia afirmando que há vício no descritivo dos itens 3 e 4 da referida licitação.
3. Fora concedido o contraditório para a empresa JCM Comércio de Móveis Eireli (vencedora dos citados itens), a qual não se manifestou sobre o interesse da administração em revogar ou anular os itens.
4. Diante disso, reconheço o vício no descritivo dos citados itens e ANULO PARCIALMENTE o processo licitatório, quanto aos itens 03 e 04, mantendo-se íntegro o processo licitatório quanto aos demais itens.
5. Da mesma forma, nos termos do art. 49, § 2º, ANULA-SE o contrato firmado com a empresa JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI.

Guaramirim (SC), 14 de dezembro de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
LUIZ ANTONIO CHIODINI

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2017 – FMS

Publicação Nº 1457617

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2017 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE PRÉDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 41/2017 – FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: GUARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, com sede na Rua Geronimo Correa, nº 344, Bairro Centro, CEP: 89.270-000, em Guaramirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.253.331/0001-08.

Vigência: Início: 06/12/2017 Término: 05/12/2018.

Fornecedor: 243701 - GUARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	25	UN	Antena interna para recepção do sinal digital e canal analógico, compatível com todas as TVs, bivolt, conter cabo de no mínimo 04 metros.	Megatron	47,90	1.197,50
03	05	UN	Broca para concreto nº 10.	Disma	8,25	41,25
04	05	UN	Broca para madeira nº 10.	Disma	9,80	49,00
05	1000	UN	Bucha de nylon 10 mm.	Afix	0,24	240,00
06	1000	UN	Bucha de nylon 6 mm.	Afix	0,07	70,00

08	20	UN	CADEADO 20 MM COM CORPO DE LATÃO E HASTE EM AÇO TEMPERADO, ACOMPANHA DUAS CHAVES.	Stan	7,80	156,00
12	05	UN	Chave de fenda ponta chata em aço cromo vanádio, cabo em polipropileno injetado, com medidas aproximadas a 5 x 200 mm.	Irwin	16,80	84,00
13	05	UN	Chave de Phillips ponta chata em aço cromo vanádio, cabo em polipropileno injetado, com medidas aproximadas a 5 x 200 mm.	Irwin	17,00	85,00
14	10	UN	Conjunto universal vedante e fixação para caixas acopladas.	Censi	16,80	168,00
15	05	UN	Exaustor para banheiro 100.	Itc	95,00	475,00
17	20	KIT	Kit reparo do acionamento de torneira automática.	Docol	67,00	1.340,00
22	200	UN	Lâmpada tubular de LED de 9 a 10 watts: T8 ou T10, Potência: 9W, Tensão: Bivolt, Fluxo Luminoso Mínima: 800 Lumens, Vida Útil Mínima: 25000h, IRC Mínimo: 80%, Base: G13. Temperatura de cor mínima: 4000 K, Quantidade de LED Mínimo: 48 LEDs Dimensões aproximadas: 26 mm (D) x 600 mm (A).	Manplex	13,90	2.780,00
23	30	UN	Mecanismo de entrada para caixas acopladas, universal, indicado para todos os modelos de caixa acoplada, para alta e baixa pressão, filtro e diafragma removíveis, rosca de entrada 1/2", altura ajustável 203 mm a 330 mm, nível de água ajustável na caixa acoplada, produzido em plástico de engenharia e borracha.	Censi	35,80	1.074,00
25	100	UN	Parafuso 8 mm, porca sextavada 8 mm e arruela lisa 8 mm.	Ciser	1,60	160,00
31	20	UN	Reparo para torneira convencional, bitola de 1/2".	Rainha	14,50	290,00
32	20	UN	Reparo vedação para torneira convencional.	Rainha	9,70	194,00
35	25000	UN	Telha portuguesa de cerâmica, cor vermelha. Medidas mínimas: altura 4,00 cm, largura 23,40 cm e comprimento 38,60. Garantia de 25 anos a contar da data de entrega.	Isoppo	0,78	19.500,00
36	1000	UN	Telha cumeeira de cerâmica, cor vermelha. Medidas mínimas: altura 8,00 cm, largura 20,00 cm e comprimento 42,00 cm. Garantia de 25 anos a contar da data de entrega.	Belem	1,80	1.800,00



40	30	UN	Vedante do mecanismo de saída para caixa acoplada, vedante de borracha nitrílica (NBR), indicado para todos os modelos de mecanismo de saída convencional.	Censi	11,90	357,00
41	30	UN	Vedante do mecanismo de saída para caixa acoplada, vedante de silicone, indicado para todos os modelos de mecanismo de saída convencional.	Censi	14,90	447,00
43	75000	UN	Telha portuguesa de cerâmica, cor vermelha. Medidas mínimas: altura 4,00 cm, largura 23,40 cm e comprimento 38,60. Garantia de 25 anos a contar da data de entrega.	Isoppo	0,78	58.500,00
Total					R\$89.007,75	

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2017 – FMS

Publicação Nº 1457618

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2017 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE PRÉDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 41/2017 – FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME, com sede na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, Sala 02, Bairro Água Verde, CEP: 89.254-525, em Jaraguá do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.138.763/0001-69.

Vigência: Início: 06/12/2017 Término: 05/12/2018.

Fornecedor: 396257 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
11	02	UN	Carrinho de carga de caixas em geral. Estrutura tubular em aço carbono de no mínimo 11/4", pintura epóxi, dois punho reforçados. Aba de no mínimo 30 cm, largura de no mínimo 44 cm, comprimento de no mínimo 145 cm. Rodas maciças de no mínimo 300 x 8" fixas. Capacidade de carga de no mínimo 400 kg.	Ks Materiais	480,00	960,00
16	03	KIT	Kit Parafusadeira/Furadeira à bateria 12V com maleta, mandril de 3/8", velocidade variável e reversível com controle de torque com 17 posições. Acompanha: 01 Furadeira/Parafusadeira 12V Bivolt; 01 maleta de transporte; 01 bateria 12V; 01 carregador bivolt (110/220V); 02 pontas (Fenda e Phillips)	Black e Decker	469,00	1.407,00

19	100	UN	Lâmpada de LED de 12 a 13,5 watts, tensão de 220 volts ou bivolt, conector E27, temperatura de cor fria com no mínimo de 1100 lumens, modelo bulbo e vida útil de no mínimo 30000 horas.	Ourolux	16,83	1.683,00
24	02	UN	Morsa/torno de mesa numero 4, fabricado em ferro nodular nas normas ABNT, fuso manipulador em aço forjado com tratamento zincado eletrônico branco para evitar corrosão. Mordentes integrados ao corpo. Bigorna de alta resistência. Largura do mordente de no mínimo 101 mm, abertura mínima 100 mm.	Marcon	158,50	317,00
34	25	UN	Suporte de TV fixo de parede, universal para TVs de 40" a 84" com até 100 Kg, compatíveis com fixação padrão VESA. Com distância mínima entre a TV e a parede de 4,00 cm. Fabricado em aço de carbono e nylon reforçado. Conter kit de instalação com parafusos, buchas e arruelas.	Multivisão	21,85	546,25
37	30	UN	Torneira de mesa bica alta com fechamento automático, fabricado em liga de cobre (bronze e latão), plásticos de engenharia e elastômero, cromado, jato não aerado, com medidas aproximadas: 144 mm comprimento, 76 mm largura e 248 mm altura.	Fausi Metais	145,56	4.366,80
38	30	UN	Torneira de parede com fechamento automático, fabricado em liga de cobre (bronze e latão), plásticos de engenharia e elastômero, cromado, jato não aerado, com medidas aproximadas: 214 mm comprimento, 50 mm largura e 82 mm altura.	Proflux	216,50	6.495,00
39	20	UN	Válvula de mictório horizontal com fechamento automático, fabricado em liga de cobre (bronze e latão), plásticos de engenharia e elastômero, cromado, jato não aerado, com medidas aproximadas: 60 mm altura, 55 mm largura e 106 mm comprimento.	Imperatriz	184,90	3.698,00
Total					R\$19.473,05	

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2017 – FMS

Publicação Nº 1457619

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2017 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE PRÉDIOS DA



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 41/2017 – FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: DANNA COMERCIAL EIRELI ME, com sede na Rua Castelo Branco, nº 1157, Bairro Colonial, CEP: 89.288-330, em São Bento do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.550.358/0001-30.

Vigência: Início: 06/12/2017 Término: 05/12/2018.

Fornecedor: 406236 - DANNA COMERCIAL EIRELI - ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
20	100	UN	Lâmpada de LED de 17 a 18 watts, tensão de 220 volts ou bivolt, conector E27, temperatura de cor fria com mínimo de 1440 lumens, modelo bulbo e vida útil de no mínimo 30000 horas.	Ourolux	34,45	3.445,00
Total					R\$3.445,00	

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017 – FMS

Publicação Nº 1457620

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE PRÉDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 41/2017 – FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO EIRELLI EPP, com sede na Rua Maria Umbelina da Silva, nº 130, Sala 02, Bairro Vila Lenzi, CEP: 89.252-490, em Jaraguá do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.268.810/0001-10.

Vigência: Início: 06/12/2017 Término: 05/12/2018.

Fornecedor: 443930 - LILI CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	10	UN	Aquecedor de água elétrico, individual, de pia interno, potência aproximada 5400w 220v.	Lorenzetti	150,00	1.500,00
07	1000	UN	Bucha de nylon 8 mm.	Ivplast	0,13	130,00
09	200	MT	Caibro de madeira 6 x 12 cm, apainado, resistente a cupim.	Auquine	15,50	3.100,00
10	05	UN	Caixilho de porta, fabricado em madeira resistente a cupim, medida mínima: altura 220 cm, largura 16 cm e comprimento de 100 cm.	Madecel	95,00	475,00

18	05	UN	Lanterna de LED UV, confeccionada em alumínio de alta resistência, 9 LEDs UV de 385 Nm, funcionamento com duas pilhas AAA. Acionamento de liga/desliga. Garantia de 01 (um) ano a contar da data de entrega.	Dtools	59,00	295,00
21	200	UN	Lâmpada tubular de LED de 18 a 20,5 watts: T8 ou T10, Potência: 18W, Tensão: Bivolt, Fluxo Luminoso Mínima: 1700 Lumens, Vida Útil Mínima: 50000h, IRC Mínimo: 80%, Base: G13. Temperatura de cor mínima: 6500 K, Quantidade de LED Mínimo: 96 LEDs Dimensões aproximadas: 26 mm (D) x 1200 mm (A).	Kian	16,90	3.380,00
26	100	UN	Parafuso de fenda Phillips cabeça chata para bucha de 10 mm, medidas aproximadas 6,1 x 75 mm.	Diferpan	0,45	45,00
27	100	UN	Parafuso para madeira 6 mm, rosca soberba com cabeça sextavada.	Diferpan	0,45	45,00
28	100	UN	Parafuso para madeira 8 mm, rosca soberba com cabeça sextavada ou chata.	Diferpan	0,65	65,00
33	3000	MT	Sarrafo de telha de madeira, aplainado, resistente a cupim, com medidas mínimas: largura 5,00 cm, espessura 2,50 cm.	Auquine	2,25	6.750,00
42	20	JOGO	Vista para porta, fabricada e, madeira resistente a cupim, compatível para caixilho de 220 x 16 x 100 cm. Contendo 03 partes com medida de no mínimo de 05 cm de espessura.	Auquine	33,00	660,00
T Total					R\$16.445,00	

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017 – FMAS**

Publicação Nº 1457595

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017 – FMAS

Dispensa de Licitação nº: 21/2017 – FMAS  
Contrato nº: 04/2017 - FMAS  
Modalidade: Dispensa de Licitação  
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE OPERADORA DE TELEFONIA MÓVEL LOCAL DE SISTEMA GSM, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP, COM O FORNECIMENTO DE MINUTOS ILIMITADOS LOCAIS E LONGAS DISTÂNCIAS, PARA 02 LINHAS (CHIP).  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do seu Fundo Municipal de Assistência Social.  
Contratado: OI MÓVEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sito à St Setor Comercial Norte, quadra 03, Bl. A, s/n, Complemento, Andar Térreo-Parte 2 Ed. Estação Tel.Centro Norte, Bairro Asa Norte, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11, em consórcio com a TELEMAR Norte Leste S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro- RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79 e com a OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro –RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43.

Valor: R\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta reais).

Data da Assinatura: 01/12/2017 Vigência: 29/11/2018

GUARAMIRIM (SC), 14 de dezembro de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69/2017-PMG**

Publicação Nº 1458152

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2017- PMG  
Processo Licitatório nº: 134/2017 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial  
Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARME E CÂMERAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).  
Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratado: VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.929.774/0001-51, estabelecida na Rua Francisco Pauli, 2251, Cruzeiro, São Bento do Sul, SC.  
Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto suplementar o valor do contrato, em relação ao item 2 (constante do lote único), em aproximadamente 6,45% do valor anual do item, perfazendo o valor de R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), em decorrência da necessidade vigilância no setor de obras do município, por meio de posto de vigilância desarmada 24 horas

ininterruptas, durante o período de férias dos servidores.

Data da Assinatura: 06/12/2017

GUARAMIRIM (SC), 06/12/2017  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 57/2017**

Publicação Nº 1457456

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 57/2017-PMG  
Processo de Licitação: 72/2017 - PMG  
Modalidade: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia  
Objeto da Licitação: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para pavimentação asfáltica de algumas ruas que compreendem a "vila tiles" "vila malibu" e "vila freitas", conforme convênio firmado com a união, contrato de repasse nº 0412.940-82/16.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720, Bairro: Figueirinha, município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:  
a) adequação de valores das planilhas orçamentárias a deixar de maneira uniforme o mesmo tipo de serviço/material nas RUAS pertencentes aos 3 (três) lotes pertencentes ao Contrato 57/2017.  
b) uniformização quanto ao prazo de execução da obra e vigência do contrato.

Data da Assinatura: 11/12/2017 Vigência 30/10/2018.

GUARAMIRIM (SC), 14/12/2017  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 63/2017**

Publicação Nº 1458189

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 63/2017-PMG  
Processo de Licitação: 110/2017 - PMG  
Modalidade: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia  
Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM RUAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, 1720, Figueirinha, Guaramirim (SC).  
Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto

prorroga:

- a) O prazo de execução se estende até o dia 19 de fevereiro de 2018.
- b) Considerando a Cláusula Décima Oitava e em consequência ao disposto nos itens acima, o prazo de vigência do Contrato Original se estende até o dia 04 de abril de 2018.

Data da Assinatura: 11/12/2017 Vigência 04/04/2018.

GUARAMIRIM (SC), 11/12/17  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **TERMO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 130/2017 – PMG**

Publicação Nº 1458120

PROCESSO LICITATORIO N.º 130/2017- PMG  
PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

#### **REVOGAÇÃO**

Considerando que a presente licitação serviria para complementar

os materiais licitados na licitação 81/2017, os quais restaram fr cassados na cota reservada para microempresa, em razão da não participação no número mínimo de licitantes na condição de ME/ EPP para os itens.

Considerando ainda a informação verbal do servidor responsável por acompanhar a iluminação pública de que os materiais licitados naquela licitação são suficientes para a execução dos serviços até a abertura de um novo registro de preços completo.

E considerando o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

REVOGO o presente processo licitatório, devendo a secretaria requisitá-lo novamente, em momento oportuno.

Guaramirim (SC), 14 de dezembro de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
LUIZ ANTONIO CHIODINI

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017**

Publicação Nº 1458086

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL

#### **REVOGAÇÃO**

Considerando o desinteresse na continuidade do presente Pregão Presencial.

E considerando o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

REVOGO o presente Pregão Presencial.

Guaramirim, SC 14 de Dezembro de 2017  
Osni Bylaardt  
Presidente da Câmara de Vereadores



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**195/2017**

Publicação Nº 1457283

DECRETO Nº 195/2017  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJÁ DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

07- Encargos Gerais do Município:

ATIVIDADE: 0407.04.122.0007.2.029

4.4.90.00-285 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

Soma ..... R\$ 8.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2016, referente aos recursos da Alienação, no valor de R\$ 8.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
14 de dezembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora  
Secretário Administração e Fazenda

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF / FMS 2018**

Publicação Nº 1457682

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 54/2017  
PROCESSO LICITATORIO Nº . 32/2017 – TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONTRATADO: GLOBAL ASSESSORIA E SERVIÇOS S/S EIRELI  
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviços para elaboração de Projeto de lei Complementar para reformulação do Sistema Tributário do Município e Consultoria Tributária e Recurso Humanos, de 01 de janeiro de 2018 até 30 de abril de 2018

Item 2 - Valor Mensal R\$ 3.500,00 Valor Total R\$ 14.000,00

Item 1 - Etapa nº. 06 / Anexo IV Cronograma de Execução e Desembolso Financeiro / ETAPA Nº 06 – Regulamentação para implantação da reforma tributária junto a Secretaria de Finanças, após a aprovação do projeto de lei complementar pelo Poder Legislativo e publicação pelo Poder Executivo, com o valor de R\$ 6.000,00, que

ficara em restos a pagar.

Guarujá do Sul, 14 de dezembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 16/2016.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: TECHIO CONS ASSES E DESEN EM GESTÃO PÚBLICA LTDA ME

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de Elaboração e Acompanhamento de Projetos de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018, sem reajuste.

VALOR TOTAL R\$ 38.400,00

Guarujá do Sul, 14 de dezembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

TERCEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 08/2016.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 05/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADO: TECHIO CONS ASSES E DESEN EM GESTÃO PÚBLICA LTDA ME

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de Assessoramento área da Saúde, de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, sem reajuste.

VALOR TOTAL R\$ 39.600,00

Guarujá do Sul, 13 de dezembro de 2016.

Volnei Luis Gossler,  
Secretaria Municipal de Saúde.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 10/2017 TA 04**

Publicação Nº 1458555

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº.10/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ROBERT ANDREO DIAS BARBOSA ME

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência de execução do contrato, constante na Clausula Primeira do Terceiro Termo Aditivo de 16 de dezembro de 2017 até 31 de janeiro de 2018, bem como a vigência do contrato constante na Clausula Primeira do Primeiro Termo Aditivo de 01 de janeiro de 2018 até 28 de fevereiro de 2018.( Locação de Rolo Compactador )

VALOR R\$ 11.550,00

Guarujá do Sul, SC, 15 de dezembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA LEGISLATIVA N. 39/2017**

Publicação Nº 1457258

PORTARIA LEGISLATIVA n. 39/2017  
HOMOLOGAÇÃO DE FÉRIAS

GILMAR KLAUS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Art. 65, inciso III, alínea b do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o Pedido de Férias do funcionário RODRIGO ANDRÉ LUNKES, exercendo o cargo efetivo de Tesoureiro da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Requerimento em anexo, para gozar um período de 15 (quinze) dias de férias consecutivos, ou seja, de 02 (dois) de janeiro de 2018 (dois mil e dezoito), a 16 (dezesesseis) de janeiro de 2018 (dois mil e dezoito) conforme determina o Estatuto Unificado dos Funcionários Públicos Cíveis de Guarujá do Sul, em seu Capítulo V, em seu Art. 124.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 14 dias do mês de dezembro de 2017. Em sua 14º Legislatura, 1ª Sessão Legislativa, 2º período, 54º ano de sua Instalação Legislativa.

Gilmar Klaus  
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Franciane Baseggio  
Auxiliar Legislativa

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.752/2017.

Publicação Nº 1458056

DECRETO Nº 3752 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

"REGULAMENTA O ART. 6º, INCISO 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 221/2006 E ESTABELECE A FORMA DE COBRANÇA DOS VALORES PARA O SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE-SVA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes servidores públicos, que farão para da Comissão responsável pela realização dos Serviços de Verificação de Acessibilidade-SVA, sendo elas:

TITULAR- MELISSA DEMO;

SUPLENTE: LUIZ HENRIQUE GIACOMIN DALOSSO VALGRANDE;

TITULAR: ODAIR TREVISOL;

SUPLENTE: ADRIANOBARETA MANDRYK.

Art. 2º- Para a emissão do Certificado de Acessibilidade-AC; Atestado de Autorização-AR ou a Declaração de Não Conformidade-DNC, o contribuinte deverá recolher antecipadamente o valor de uma URM vigente na data da Verificação de Acessibilidade.

Art. 3º Os requisitos para a obtenção do Certificado de Acessibilidade-AC, Atestado de Autorização-AR e para a Declaração de Não Conformidade-DNC estão previstos na Lei Complementar nº 221/2006 e suas alterações posteriores e no Termo de Ajuste de Conduta firmado no Inquérito Civil nº 06.2017.00000334-1 e devem ser observados na forma lá ajustada.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 06 de novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 358/2017.

Publicação Nº 1458061

LEI COMPLEMENTAR Nº 358 /2017

ALTERA O ARTIGO 86 E OS ANEXOS II E V DA LEI 680/1977 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O art. 86 da Lei 680/1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 86 - Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviço, agropecuário e de demais atividades poderá localizar-se no Município, sem prévio exame e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, à acessibilidade, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes da concessão ou permissão do poder público, e tranquilidade pública ou no respeito a propriedade e aos direitos individuais ou coletivos bem como o cumprimento da legislação urbanística.

Parágrafo Único. Pela prestação dos serviços de que trata o caput deste Artigo cobrar-se é a taxa independentemente da concessão da licença".

Art. 2º Altera a Tabela do Anexo II da Lei 680/1997, acrescentando aos Anexos II e V a cobrança das taxas devidas nos serviços de táxi e vistoria de acessibilidade, passando a constar nos referidos anexos:

#### Anexo II

23- Ponto de táxi	quantidade	ao mês	ao ano
Rua Nereu Ramos - em frente ao Clube Hervalense	05	2,0 URM	24 URM
Rua Dorival de Brito - em frente à Praça Daniel O. da Rocha	02	2,0 URM	24 URM
Rua Nereu Ramos - em frente ao Paço Municipal	02	2,0 URM	24 URM
Avenida Beira Rio - próximo ao Supermercado Passarela	02	2,0 URM	24 URM
Rua Santos Dumont - em frente ao UPA	02	1,5 URM	18 URM

Rua Nereu Ramos - Acesso ao Lot. Morada do Sol	01	1,0 URM	12 URM
Rua 1º de janeiro - próximo a Unidade Básica de Saúde	02	1,0 URM	12 URM

## Anexo V

Vistoria de acessibilidade	01 URM
----------------------------	--------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Herval d'Oeste-SC, em 07 de dezembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1477/2017**

Publicação Nº 1457503

## PORTARIA Nº 1477/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora MARIA INÊS MOROZINI (Matr. 3181), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, 40 (quarenta) horas semanais, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 0188/2017**

Publicação Nº 1457773

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

## R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0188/2017

“Exonera Servidora Pública Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências”

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

## RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2017, a servidora pública municipal: JOCIRLEI FÁTIMA PEREIRA, portadora da CI nº 11/R – 1.515.438 – SSP-SC, CPF nº 486.510.959-53 e inscrição junto a FENAJ/SC sob nº 383, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 15 de dezembro de 2017.

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 0189/2017**

Publicação Nº 1457775

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0189/2017

"Exonera Servidor Público Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2017, o servidor público municipal: MARCIO MENDES DA ROSA, portadora da CI nº 2092456661 – SSP-RS, CPF nº 006.137.360-52 e inscrição junto a OAB/SC sob nº 28344, ocupante do cargo de Assessor Jurídico no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 15 de dezembro de 2017.

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 0190/2017**

Publicação Nº 1457776

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0190/2017

"Concede férias à Funcionário da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias Regulamentares, ao servidor PAULO FERRANDIN, CPF nº. 596.399.469-15, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Analista Legislativo, Nível – 8, Referência "H", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal no período de 02 (dois) de janeiro de 2018 a 31 (trinta e um) de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 1º (Primeiro) de Outubro de 2016 a 30 (Trinta) de Setembro de 2017.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 15 de dezembro de 2017.

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 0191/2017**

Publicação Nº 1457778

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0191/2017

"Concede férias à Funcionária da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA, Presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias Regulamentares, à servidora VERA LÚCIA BRANDALISE MERLINI, CPF 665.253.069-49, ocupante do cargo de

Provimento Efetivo de Servente, Nível – 1, Referência “E”, constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal, no período de 02 (dois) de janeiro de 2018 a 31 (trinta e um) de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 1º (primeiro) de junho de 2016 a 31 (trinta e um) de maio de 2017.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 15 de dezembro de 2017.

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA

Presidente



# Ibiam

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 76 - DL - ESTUDIO EXPRESSAO CRIATIVA

Publicação Nº 1458254

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 076/2017

Termo de Contrato, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE PERFORMANCE PARA A CELEBRAÇÃO DA NOITE NATALINA E ACENDIMENTO OFICIAL DAS LUZES DE NATAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ESTUDIO EXPRESSÃO CRIATIVA ARTE E CULTURA LTDA ME, autorizado através do Processo nº 99/2017, Dispensa de Licitação nº. 45/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: ESTUDIO EXPRESSÃO CRIATIVA ARTE E CULTURA LTDA ME

CNPJ: 19.734.531/0001-36

Endereço: Rua Francisco Vanz, SN – Bairro Dois Pinheiros – Videira- SC

CEP 89560-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE CONTRATAÇÃO DE PERFORMANCE PARA A CELEBRAÇÃO DA NOITE NATALINA E ACENDIMENTO OFICIAL DAS LUZES DE NATAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 1.800,00 (um mil, e oitocentos reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 13

Unidade Orçamentária: Secretaria de Administração e Finanças.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, Conforme o Decreto Municipal 2989/2017, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DAS PEÇAS e FINALIZAÇÃO DA GARANTIA.

INICIO: 11/12/2017.

TÉRMINO: 29/12/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado. Performance acontecerá em dois momentos, sendo eles: Abertura da noite com o personagem de Anjo com lindo figurino e grandes asas, fazendo uma mensagem de natal. Na sequência o ator se produzirá com um figurino natalino e fará sua performance no palco e no público estando ele em suas pernas de pau.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 11 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
ESTUDIO EXPRESSÃO CRIATIVA ARTE E CULTURA LTDA ME

Testemunhas:

Rosinei Ceron Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF – 004.918.899-25 CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 77 - DL - LUCAS VIECELI

Publicação Nº 1458256

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 077/2017

Termo de Contrato, REFERENTE PEÇAS UTILIZADAS PARA CONCLUSÃO DE SERVIÇOS NO SERVIDOR, MAQUINAS E ADEQUAÇÃO DE TODA A ESTRUTURA DE COMPUTADORES NA PREFEITURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LUCAS VIECELI EIRELI - ME, autorizado através do Processo nº 101/2017, Dispensa de Licitação nº. 47/2017.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: LUCAS VIECELI EIRELI - ME

CNPJ: 27.137.152/0001-97

Endereço: Rua Florentino Neis, 227 – sala 02 – Centro – Pinheiro Preto - SC

CEP 89570-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente, REFERENTE PEÇAS UTILIZADAS PARA CONCLUSÃO DE SERVIÇOS NO SERVIDOR, MAQUINAS E ADEQUAÇÃO DE TODA A ESTRUTURA DE COMPUTADORES NA PREFEITURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 6.903,24 (seis mil, novecentos e três reais e vinte e quatro centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 13

Unidade Orçamentária: Secretaria de Administração e Finanças.

Reduzido 16

Unidade Orçamentária: Secretaria de Administração e Finanças.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, Conforme o Decreto Municipal 2989/2017, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DAS PEÇAS e FINALIZAÇÃO DA GARANTIA.

INÍCIO: 14/12/2017.

TÉRMINO: 14/06/2018.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 14 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
LUCAS VIECELI EIRELI - ME

Testemunhas:

Rosinei Ceron	Carmelita Chiesa Tragancin
CPF – 004.918.899-25	CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

## CRONOGRAMA MENSAL DESEMBOLSO/2018

Publicação Nº 1457992

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBIAM

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2018						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	6º BIMESTRE
(+) METAS BIMESTRAIS	2.287.200,00	2.358.200,00	2.534.600,00	2.358.200,00	2.534.600,00	2.534.600,00
DE ARRECADADAÇÃO	-12.500,00	28.800,00	147.000,00	28.800,00	147.000,00	147.000,00
(+) SALDO BIMEST. ANTERIOR						
(=) DISPONIBILIDADES (A)	2.274.700,00	2.387.000,00	2.681.600,00	2.387.000,00	2.681.600,00	2.681.600,00
SAÍDAS						
SEMESTRAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	1.090.000,00	1.064.400,00	1.070.000,00	1.080.000,00	1.020.000,00	1.571.600,00
> Pessoal e Encargos Soc.	570.000,00	570.000,00	570.000,00	570.000,00	570.000,00	1.131.600,00
> Juros e Enc. Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Outras Despesas Corr.	520.000,00	494.400,00	500.000,00	510.000,00	450.000,00	440.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	41.500,00	50.000,00	30.000,00	60.000,00	40.000,00	40.000,00
> Investimentos	41.500,00	50.000,00	30.000,00	60.000,00	40.000,00	40.000,00
> Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	1.131.500,00	1.114.400,00	1.100.000,00	1.140.000,00	1.060.000,00	1.611.600,00
(=) EXIGIBILIDADES (B)		2.245.900,00		2.240.000,00		2.671.600,00
SUPERAVIT = (A - B)		28.800,00		147.000,00		10.000,00

NAO FOI INCLUIDO DO CRONOGRAMA OS RECURSOS DO SUPERAVIT FINANCEIRO E A RESERVA DE CONTINGENCIA  
IBIAM, SC 20 de Dezembro de 2017

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

DELMAR TRZECIAK  
CONTADOR DO MUNICÍPIO

**CRONOGRAMA MENSAL DESEMBOLSO/2018-I**

Publicação Nº 1457995

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE IBIAM**

**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)****EXERCÍCIO 2018****ENTRADAS**

BIMESTRAL	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO	2.264.600,00	2.170.200,00	2.245.200,00
(+) SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2017	0,00	0,00	0,00
(+) SALDO BIM. ANTERIOR	0,00	142.100,00	52.300,00
<b>(=) DISPONIBILIDADES (A)</b>	<b>2.264.600,00</b>	<b>2.312.300,00</b>	<b>2.297.500,00</b>

**SAÍDAS**

SEMESTRAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>992.500,00</b>	<b>1.052.500,00</b>	<b>1.070.000,00</b>	<b>1.070.000,00</b>	<b>1.110.000,00</b>	<b>1.090.000,00</b>
> Pessoal e Encargos Soc.	540.000,00	570.000,00	570.000,00	570.000,00	570.000,00	570.000,00
> Juros e Enc. Da Dívida	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Outras Despesas Corr.	450.000,00	480.000,00	500.000,00	500.000,00	540.000,00	520.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>42.500,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>30.000,00</b>
> Investimentos	40.000,00	30.000,00	50.000,00	70.000,00	80.000,00	30.000,00
> Inversões Financeiras	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Amortização da Dívida	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.035.000,00</b>	<b>1.087.500,00</b>	<b>1.120.000,00</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>1.190.000,00</b>	<b>1.120.000,00</b>
<b>(=) EXIGIBILIDADES (B)</b>	<b>2.122.500,00</b>		<b>2.260.000,00</b>		<b>2.310.000,00</b>	
<b>SUPERAVIT = (A - B)</b>		<b>142.100,00</b>		<b>52.300,00</b>		<b>-12.500,00</b>

## METAS BIMESTRAIS/2018

Publicação Nº 1457996

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBIAM

UNIDADE: MUNICÍPIO/CONSOLIDADO

## METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - EXERCÍCIO 2018 (ART. 13, DA LEI 101/2000)

DESCRIÇÃO	%	ORÇADO	%	1º BIMESTRE	%	2º BIMESTRE	%	3º BIMESTRE	%	4º BIMESTRE	%	5º BIMESTRE	%	6º BIMESTRE
RECEITAS ORÇAMENT.		13.860.000		2.264.600		2.170.200		2.245.200		2.287.200		2.358.200		2.534.600
RECEITAS CORRENTES		13.830.000,00		2.259.600,00		2.165.200,00		2.240.200,00		2.282.200,00		2.353.200,00		2.529.600,00
- RECEITA TRIBUTÁRIA	0	855.100,00		100.000,00		105.100,00		220.000,00		180.000,00		140.000,00		110.000,00
- RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0	10.000,00		1.600,00		1.600,00		1.700,00		1.700,00		1.700,00		1.700,00
- RECEITA PATRIMONIAL	0	206.000,00		34.000,00		34.000,00		34.000,00		34.000,00		34.000,00		36.000,00
- RECEITA AGROPECUÁRIA	0	6.500,00	0	1.000,00	0	1.000,00		1.000,00		1.000,00		1.000,00		1.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0	-		-		-		-		-		-		-
- RECEITA DE SERVIÇOS	0	87.500,00		13.500,00		14.000,00		14.000,00		16.000,00		17.000,00		13.000,00
- TRANSFERÊNCIAS COR.	0	12.608.000,00		2.100.000,00		2.000.000,00		1.960.000,00		2.040.000,00		2.150.000,00		2.358.000,00
- OUTRAS RECEITAS COR.	0	56.900,00		9.500,00	0	9.500,00		9.500,00		9.500,00		9.500,00		9.400,00
RECEITAS DE CAPITAL		30.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	-		-		-		-		-		-		-
- ALIENAÇÃO DE BENS	0	-		-		-		-		-		-		-
- AMORTIZ. DE EMPRÉST.	0	-		-		-		-		-		-		-
- TRANSF. DE CAPITAL	0	30.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00
TRANSF. FIN. DO MUN.	0	-		-		-		-		-		-		-
TOTAIS		13.860.000		2.264.600		2.170.200		2.245.200		2.287.200		2.358.200		2.534.600

IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPALDELMAR TRZECIAK  
CONTADOR CRC. 026701/O-8



## RECEITAS E DESPESAS FISCAIS/2018

Publicação Nº 1457990

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBIAM

ANEXO DAS RECEITAS E DESPESAS FISCAIS EXERCÍCIO DE 2018

RECEITAS	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE
(+) RECEITAS CORRENTES	2.259.600,00	2.165.200,00	2.240.200,00	2.282.200,00	2.353.200,00	2.529.600,00
(+) RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
(-) RECEITAS FINANCEIRAS	34.000,00	34.000,00	34.000,00	34.000,00	34.000,00	36.000,00
<b>A (=) REC. FISCAL LÍQUIDA</b>	<b>2.230.600,00</b>	<b>2.136.200,00</b>	<b>2.211.200,00</b>	<b>2.253.200,00</b>	<b>2.324.200,00</b>	<b>2.498.600,00</b>

DESPESAS	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE
(+) DESPESAS CORRENTES	2.045.000,00	2.140.000,00	2.200.000,00	2.154.400,00	2.150.000,00	2.591.600,00
(+) DESPESAS DE CAPITAL	77.500,00	120.000,00	110.000,00	91.500,00	90.000,00	80.000,00
(+) RESERVA DE CONTIGÊNCIA						10.000,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	10.000,00	-	-	-	-	-
<b>B (=) DESP. FISCAL LÍQUIDA</b>	<b>2.112.500,00</b>	<b>2.260.000,00</b>	<b>2.310.000,00</b>	<b>2.245.900,00</b>	<b>2.240.000,00</b>	<b>2.681.600,00</b>

<b>(A-B) = RES. PRIMÁRIO BIM</b>	<b>118.100,00</b>	<b>-</b>	<b>123.800,00</b>	<b>-</b>	<b>98.800,00</b>	<b>7.300,00</b>	<b>84.200,00</b>	<b>-</b>	<b>183.000,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO PREVISTO PARA O EXERCÍCIO DE 2018</b>									
									<b>-</b>

IBIAM, SC. 20 DE DEZEMBRO DE 2017

IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

DELMAR TRZECIAK  
CONTADOR CRC.SC.026701/O-8

**Ibicaré****PREFEITURA****AVISO DE ALTERAÇÃO NO PROCESSO Nº 46/2017 AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR**

Publicação Nº 1457764

AVISO DE ALTERAÇÃO NO OBJETO PUBLICADO, E DATA DE ABERTURA DO PROCESSO nº 46/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017

Altera-se a data de abertura do processo do dia 22 de dezembro de 2017 as 14:h, para o dia 29 de dezembro de 2017 as 14:00h.

OBJETO: Aquisição de merenda escolar para o ano letivo 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 14 de dezembro de 2017

Gianfranco Volpato

Prefeito

**DECRETO Nº 094-2017**

Publicação Nº 1458168

DECRETO Nº 094, de 15 de dezembro de 2017.

“HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2017/FMS”

O Prefeito de Ibicaré-SC, no uso de suas atribuições, de conformidade com o Artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e com base no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 006/2017/FMS:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado as Inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 006/17/FMS, destinado a contratação por prazo determinado para o preenchimento de vaga no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, em decorrência das férias regulamentares do titular, concedidas pela Portaria nº 231 de 23/11/2017, em caráter emergencial.

CARGO	MÉDICO CLÍNICO GERAL
INSC	NOME DO CANDIDATO
01	Mariana Fossatti
02	Rafael Fuzinatto Fiorentin
03	Francielle Karina Fabrin de Carli

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

**EDITAL PREGÃO 6/2017 CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA LISTA ABCFARMA**

Publicação Nº 1457417

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC (SC), através do Fundo Municipal de Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 11.408.074/0001-88, com sede na Av. Hercílio Luz, 459, Centro, Ibicaré-SC, representado neste ato por seu Gestor Sr. Evandro Volpato torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 008, de 13 de março de 2006 aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibicaré, situada na Rua Dom Pedro II, 133, Centro, Ibicaré-SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso, que por ventura possa ocorrer.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 28 de dezembro de 2017 às 14:00 horas, e será conduzido pelo Pregoeiro titular ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados por ato do Poder Executivo conforme Portaria nº 01/2017, nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Registro de preço pra eventual e futura contratação, em caráter excepcional, de medicamentos (éticos e genéricos) constantes da Lista ABCFARMA, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 14 de dezembro de 2017

Gianfranco Volpato

Prefeito

## ERRATA ALTERAÇÃO PROCESSO 46/2017 AQUISIÇÃO MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 1458160

ERRATA DE ALTERAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017

ONDE-SE LÊ

11.1 – Das Condições de Entrega – Os produtos deverão ser entregues na Escola Municipal Madre Leontina sita a Rua São José, 140, Ibicaré - SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação e Cultura e que deverá ocorrer até 02 (dois) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria, oportunidade que serão conferidos a quantidade e qualidade dos produtos, sendo os horários do recebimento das 07:30h as 11h e das 13:15h as 17h. Sendo que a entrega dos itens nº. 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 60, 61, 62, 63, mencionados na tabela do anexo I será solicitado entrega diária.

ANEXO I

31	500	kg	Carne de Frango, tipo filé de peito, de primeira qualidade, congeladas a -12°C, limpa, isentas de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas), inspecionadas pelo ministério da agricultura. Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de micro-organismos. Embalagens de 1 kg.	4,40
----	-----	----	---	------

COMO SE LÊ

11.1 – Das Condições de Entrega – Os produtos deverão ser entregues na Escola Municipal Madre Leontina sita a Rua São José, 140, Ibicaré - SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação e Cultura e que deverá ocorrer até 02 (dois) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria, oportunidade que serão conferidos a quantidade e qualidade dos produtos, sendo os horários do recebimento das 07:30h as 11h e das 13:15h as 17h. Sendo que a entrega dos itens nº. 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 60, 61, 62, 63, 89, 90, 91, mencionados na tabela do anexo I será solicitado entrega diária.

ANEXO I

31	500	kg	Carne de Frango, tipo filé de peito, de primeira qualidade, congeladas a -12°C, limpa, isentas de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas), inspecionadas pelo ministério da agricultura. Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de micro-organismos. Embalagens de 1 kg.	12,46
----	-----	----	---	-------

Ibicaré – SC, 14 de dezembro de 2017

Gianfranco Volpato

Prefeito

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 082- 2017 PMI - SRP - EQUIPAMENTOS FONOAUDIOLOGIA

Publicação Nº 1457661

PROCESSO Nº. 583/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 82/2017 – FMS Secretaria de Saúde	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FONOAUDIOLOGIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 15/01/2018 às 14:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 15/01/2018 às 14:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br">licitacao3@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Até 22/12 o horário de expediente é 07:00 às 13:00 e após o dia 08/01/2018 das 13:00h às 19:00h.	

ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 14 de Dezembro de 2017.

### DECRETO 153/2017

Publicação Nº 1457406

DECRETO Nº 153 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Atribui competência à Defesa Civil e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ilhota/SC, Sr. Erico de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município, e considerando que a Secretaria de Obras não tem condições de ficar responsável pelo serviço de iluminação pública municipal,

DECRETA:

Art. 1º A Coordenadoria da Defesa Civil do Município de Ilhota fica responsável pela solicitação, recebimento e destinação do material de iluminação pública, tais como reatores, lâmpadas, relês, fita isolante e outros.

Art. 2º A Secretaria de Obras do Município auxiliará a Coordenadoria da Defesa Civil na guarda, conservação e fiscalização do material referido no artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto 149/2017.

Ilhota, 14 de dezembro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### DECRETO 93/2017

Publicação Nº 1458172

Decreto nº 93/2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no decorrer do exercício de 2017, para atender a dotação constante do orçamento do corrente exercício.

Erico de Oliveira, Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no artigo 16, inciso I da Lei Orçamentária Anual nº. 1.825 de 07 de Dezembro de 2016:

Decreta:

Artigo 1º. – Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 439,000,00 ( Quatrocentos e trinta e nove mil reais), no orçamento vigente, distribuído com a seguinte classificação:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1236100152.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação

3.3.90.00.00.00.00 – FR(8) Salário Educação Aplicações Diretas (163) ..... R\$ 14.000,00

1236100152.046 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – FR(8) Salário Educação Aplicações Diretas (179) ..... R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00 – FR(8) Salário Educação Aplicações Diretas (31087) ..... R\$ 182.000,00

1236500151.016 – Aquisição de Brinquedos de Playgrounds

4.4.90.00.00.00.00 – FR (36) Salário Educação Aplicações Diretas (32843) ..... R\$ 163.000,00

1236500152.047 – Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00 – FR (36) Salário Educação Aplicações Diretas (207) ..... R\$ 40.000,00

Total ..... R\$ 439.000,00

Artigo 2º - Para efetuar a despesa decorrente do Artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados os recursos provenientes das receitas do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso: 8 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, apurada em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Art. 43 - §3º.

Fonte de Recursos: 36 – Salário Educação

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 15 de Setembro de 2017.

Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal

**DECRETO 94/2017**

Publicação Nº 1458175

DECRETO Nº 94/2017, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.760/2013 do Plano Plurianual 2014 - 2017, da Lei 1.815/2016 de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e da Lei 1.825/16 Orçamentária Anual de 2017, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ilhota, de conformidade com o art. 16º, II, art.18º e art. 19 da LOA/2016, na importância de R\$ 586.736,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e seis reais) e da outras providências.

**TÍTULO - I****CAPÍTULO - I****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterado a Lei nº. 1.760, de 18 de Dezembro de 2013 - 2017 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 586.736,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e seis reais), na 04.01 - Departamento de Administração atividade: 1745200062.073 - Manutenção e Func. do Depto. De Águas e Saneamento, 3.3.90.00.00.00.00 - (100) Aplicação Diretas código reduzido (21) R\$ 50.000,00, 4.4.90.00.00.00.00 - (100) Aplicação Diretas código reduzido (22) R\$ 94.236,00 08 - secretaria de obras e serviços urbanos 08.01- secretaria de serviços urbanos, atividade: 1545200102.010 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código (56) R\$ 439.500,00 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - fonte recurso (89) código (32830) R\$ 3.000,00, instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

**CAPÍTULO - II****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.815, de 18 de Julho de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 29º, IV e art.30º, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 586.736,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e seis reais), na 04.01 - Departamento de Administração atividade: 1745200062.073 - Manutenção e Func. do Depto. De Águas e Saneamento, 3.3.90.00.00.00.00 - (100) Aplicação Diretas código reduzido (21) R\$ 50.000,00, 4.4.90.00.00.00.00 - (100) Aplicação Diretas código reduzido (22) R\$ 94.236,00 08 - secretaria de obras e serviços urbanos 08.01- secretaria de serviços urbanos, atividade: 1545200102.010 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código (56) R\$ 439.500,00 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - fonte recurso (89) código (32830) R\$ 3.000,00, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

**CAPÍTULO - III****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 1.825, de 07 de Dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 18º, parágrafo único e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 586.736,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e seis reais), na 04.01 - Departamento de Administração atividade:

1745200062.073 - Manutenção e Func. do Depto. De Águas e Saneamento, 3.3.90.00.00.00.00 - (100) Aplicação Diretas código reduzido (21) R\$ 50.000,00, 4.4.90.00.00.00.00 - (100) Aplicação Diretas código reduzido (22) R\$ 94.236,00 08 - secretaria de obras e serviços urbanos 08.01- secretaria de serviços urbanos, atividade: 1545200102.010 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código (56) R\$ 439.500,00 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - fonte recurso (89) código (32830) R\$ 3.000,00, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

**CAPÍTULO - IV****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 586.736,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e seis reais), em conformidade com o art. 12º, II e art.13º da lei 1.806/2016 - LOA, a seguir:

04 - Secretaria de Administração

04.01 - Departamento de Administração

ATIVIDADE: 1745200062.073 - Manutenção e Func. do Depto. De Águas e Saneamento

3.3.90.00.00.00.00 - (100) Aplicação Diretas código reduzido (21) ..... R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00 - (100) Aplicação Diretas código reduzido (22) ..... R\$ 94.236,00

08 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01- SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

ATIVIDADE: 1545200102.010 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código (56) ..... R\$ 439.500,00

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - fonte recurso (89) código (32830) ..... R\$ 3.000,00

Total ..... R\$ 586.736,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 586.736,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e seis reais), conforme especificado abaixo:

02 - Gabinete do Prefeito Municipal

02-01 - Gabinete do Prefeito Municipal

Atividade: 0206100032.003 - Manutenção e Funcionamento Assessoria Jurídica

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código (2) ..... R\$ 20.000,00

Atividade: 0412400042.004 - Manutenção e Funcionamento do Controle Interno

3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - fonte de recurso (100) código (10)....R\$ 10.000,00

04 - Secretaria de Administração

04.01 - Departamento de Administração

Encargos Especiais: 2884300060.001 - Amortização e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00 - (100) Aplicação Diretas código reduzido (23) ..... R\$ 423.736,00

05 - Secretaria de Finanças

05.01 - Departamento e Funcionamento do Depto. Contabilidade, tes. E Tributos

Atividade:0412300052.005 - Manut. e Func. Depto.Contab., Tes. e Tributos.

3.1.90.00.00.00.00 - (100)Aplicações Diretas - código reduzido (27) ..... R\$ 30.000,00

08 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS



**08.01– SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS**

ATIVIDADE: 1751200102.026 – Manutenção da Coleta de Lixo  
 3.3.90.00.00.00.00 – (100) Aplicações Diretas ) código reduzido  
 (57) ..... R\$ 100.000,00  
 09 – Secretaria de Agricultura  
 09.01 – Departamento de Agricultura  
 Projeto: 2060600081.002 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
 4.4.90.00.00.00.00 – (89) Aplicações Diretas código reduzido (62)  
 ..... R\$ 3.000,00  
 Total .....  
 ..... R\$ 586.736,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na rubrica nº 02 – Gabinete do Prefeito Municipal, 02-01 – Gabinete do Prefeito Municipal, Atividade: 0206100032.003 – Manutenção e Funcionamento Assessoria Jurídica, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código (2). R\$ 20.000,00, Atividade: 0412400042.004 – Manutenção e Funcionamento do Controle Interno 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – fonte de recurso (100) código (10) R\$ 10.000,00, 04 – Secretaria de Administração, 04.01 – Departamento de Administração, Encargos Especiais: 2884300060.001 – Amortização e Encargos da Dívida, 3.2.90.00.00.00.00 – (100) Aplicação Diretas código reduzido (23) R\$ 423.736,00, 05 – Secretaria de Finanças, 05.01 – Departamento e Funcionamento do Depto. Contabilidade, tes. E Tributos, Atividade: 0412300052.005 – Manut. e Func. Depto. Contab., Tes. e Tributos, 3.1.90.00.00.00.00 – (100) Aplicações Diretas – código reduzido (27) R\$ 30.000,00, 08 – secretaria de obras e serviços urbanos, 08.01– secretaria de serviços urbanos, atividade: 1751200102.026 – Manutenção da Coleta de Lixo, 3.3.90.00.00.00.00 – (100) Aplicações Diretas) código reduzido (57 R\$ 100.000,00, 09 – Secretaria de Agricultura, 09.01 – Departamento de Agricultura, Projeto: 2060600081.002 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, 4.4.90.00.00.00.00 – (89) Aplicações Diretas código reduzido (62) R\$ 3.000,00.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,  
 15 de Setembro de 2017.  
 Erico de Oliveira  
 Prefeito Municipal

**DECRETO 95/2017**

Publicação Nº 1458176

Decreto nº 95/2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no decorrer do exercício de 2017, para atender a dotação constante do orçamento do corrente exercício.

Erico de Oliveira, Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no artigo 16, inciso I da Lei Orçamentária Anual nº. 1.825 de 07 de Dezembro de 2016:

Decreta:

Artigo 1º. – Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 153,000,00 ( cento e cinquenta e três mil reais), no

orçamento vigente, distribuído com a seguinte classificação:

08 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 08.01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
 1545200102.010 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
 4.4.90.00.00.00.00 – FR(89) Aplicações Diretas (32830) .....  
 ..... R\$ 153.000,00

Artigo 2º - Para efetuar a despesa decorrente do Artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados os recursos provenientes das receitas do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso: 89 – Alienação de Bens Destinados a outros programas, apurada em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Art. 43 - §3º.

Fonte de Recursos: 89 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 15 de Setembro de 2017.  
 Erico de Oliveira  
 Prefeito Municipal de Ilhota

**DECRETO 96/2017**

Publicação Nº 1458177

Decreto nº 96/2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no decorrer do exercício de 2017, para atender a dotação constante do orçamento do corrente exercício.

Erico de Oliveira, Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da lei Orgânica do Município e conforme lei ordinária 1867 de 23 de agosto de 2017:

Decreta:

Artigo 1º. – Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar – Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 80,000,00 ( oitenta mil reais), no orçamento vigente, distribuído com a seguinte classificação:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES  
 07.01 – DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER  
 0618100072.025 – Manutenção do Convenio do Bombeiro Militar  
 4.4.90.00.00.00.00 – FR(100) Aplicações Diretas (38) .....  
 ..... R\$ 80.000,00

Artigo 2º - Para efetuar a despesa decorrente do Artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados os recursos provenientes das receitas do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso: 100 – ordinários, Destinados a outros programas, apurada em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Art. 43 - §3º. Fonte de Recursos: 100 – ordinários.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 15 de Setembro de 2017.  
 Erico de Oliveira  
 Prefeito Municipal



**DECRETO 97/2017**

Publicação Nº 1458182

DECRETO Nº 97/2017, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.815/2016 de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e da Lei 1.825/16 Orçamentária Anual de 2017, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o art. 16º, II, art.18º e art. 19 da LOA/2016, na importância de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) e das outras providências.

**TÍTULO – I****CAPÍTULO – I****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 1º Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.815, de 18 de Julho de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 29º, IV e art. 30º, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), na 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde (1096) Aplicações Diretas (32947), valor R\$ 155.000,00, (cento e cinquenta e cinco mil reais) e atividade: 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica (1074) Aplicações Diretas (103), valor R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

**CAPÍTULO – II****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 1.825, de 07 de Dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 18º, parágrafo único e art.19º, mais precisamente no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), na 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde (1096) Aplicações Diretas (32947), valor R\$ 155.000,00, (cento e cinquenta e cinco mil reais) e atividade: 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica (1074) Aplicações Diretas (103), valor R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

**CAPÍTULO – III****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento do Fundo Municipal da Saúde vigente na importância de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), em conformidade com o art. 12º, II e art.13º da lei 1.806/2016 – LOA, a seguir:

12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota  
 12.01 – Fundo Municipal Saúde de Ilhota  
 Atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde  
 4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1096) Aplicações Diretas (32947) ..... R\$ 155.000,00  
 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica - PAB  
 3.3.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1074) Aplicações Diretas (103) ..... R\$ 40.000,00

Total ..... R\$ 195.000,00

..... R\$ 195.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no Fundo Municipal da Saúde no valor total de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), conforme especificado abaixo:

12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota  
 12.01 – Fundo Municipal Saúde de Ilhota  
 Atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde  
 3.3.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1096) Aplicações Diretas (99) ..... R\$ 155.000,00  
 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica - PAB  
 4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1074) Aplicações Diretas (104) ..... R\$ 40.000,00

Total ..... R\$ 195.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução no Fundo Municipal da Saúde, mais propriamente consignadas nas Leis LDO e LOA, na Atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde, 3.3.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1096) Aplicações Diretas (99) R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), Atividade: 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica, 4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1074) Aplicações Diretas (104) R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).  
 Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota, 15 de Setembro de 2017.

Erico de Oliveira  
 Prefeito Municipal

**DECRETO 98/2017**

Publicação Nº 1458185

DECRETO Nº 98/2017, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.815/2016 de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e da Lei 1.825/16 Orçamentária Anual de 2017, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o art. 16º, II, art.18º e art. 19 da LOA/2016, na importância de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) e das outras providências.

**TÍTULO – I****CAPÍTULO – I****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 1º Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.815, de 18 de Julho de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 29º, IV e art. 30º, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), na 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde (102) 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas (98), valor R\$ 170.000,00, (cento e setenta mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

## CAPÍTULO – II

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 1.825, de 07 de Dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 18º, parágrafo único e art.19º, mais precisamente no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), na 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde (102) Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00 (98), valor R\$ 170.000,00,(cento e setenta mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

## CAPÍTULO – III

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento do Fundo Municipal da Saúde vigente na importância de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), em conformidade com o art. 12º, II e art.13º da lei 1.806/2016 – LOA, a seguir:

12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

12.01 – Fundo Municipal Saúde de Ilhota

Atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (98)  
..... R\$ 170.000,00

Total .....  
..... R\$ 170.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no Fundo Municipal da Saúde no valor total de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), conforme especificado abaixo:

12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

12.01 – Fundo Municipal Saúde de Ilhota

Atividade: 1030100141.025 – Reforma e Ampliação de Unidade de Saúde Básica

4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (89)  
..... R\$ 40.000,00

1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica - PAB

3.1.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (101)  
..... R\$ 72.000,00

3.1.91.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (102)  
..... R\$ 58.000,00

Total .....  
..... R\$ 170.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução no Fundo Municipal da Saúde, mais propriamente consignadas nas Leis LDO e LOA, no Projeto: 1030100141.025 – Reforma e Ampliação de Unidade de Saúde Básica, 4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (89) R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais),e na Atividade: 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica, 3.1.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (101) R\$ 72.000,00( setenta e dois mil reais) e 3.1.91.00.00.00.00 – fonte Recurso (102) Aplicações Diretas (102)R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais)

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal Ilhota,  
25 de Setembro de 2017.  
Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECISÃO DE RECURSO 2

Publicação Nº 1458408

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - SEDUCE

DECISÃO - EDITAL SEDUCE N. 01/2017

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar n. 4800/2017, torna pública a decisão do segundo recurso ao Edital de Escolha de Lotação dos Professores integrantes da carreira do Magistério Público Municipal protocolado pelo Sindicato da Categoria.

PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. INEXISTÊNCIA DE DUPLO GRAU RECURSAL ADMINISTRATIVO PREVISTO NO EDITAL

As matérias ventiladas no segundo recurso do Sindicato dizem respeito às matérias que não foram objetos de reforma do edital originário.

Desse modo, não se insurgindo o Sindicato das matérias reformadas, assim como não havendo previsão de duplo grau recursal no edital, deixo de conhecer o presente recurso.

Imbituba, 14/12/2017.

Filipe Dias Antônio  
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Imbituba

### EXTRATO DE REVOGAÇÃO PROC 77 2017

Publicação Nº 1458355

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - SEMUSA

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio da Secretaria Municipal de Administração comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 77/2017, Chamada pública nº 12/2017, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 15 de dezembro de 2017.

Fernando Melo da Silva  
Pregoeiro Oficial

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 784/2017

Publicação Nº 1457805

PORTARIA PMI/SEAD Nº 784, de 13 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de Diretor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 13 de dezembro de 2017, o Sr. PAULO MARCOS DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 947.025.609-30,

do cargo de Diretor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, da Secretaria Municipal de Saúde, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 352, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 13 de dezembro de 2017.

Imbituba, 13 de dezembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 785/2017

Publicação Nº 1457833

PORTARIA PMI/SEAD Nº 785, de 14 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 21.005, de 20 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. EDENISI MARIA FRANCISCO, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 034.089.669-82, matrícula n.º 5964, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 786/2017

Publicação Nº 1457847

PORTARIA PMI/SEAD Nº 786, de 14 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 21.042, de 20 de dezembro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. CRISTINA PULUCENO DE OLIVEIRA DE MELLO, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 020.818.189-06, matrícula n.º 5809, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 787/2017**

Publicação Nº 1457880

PORTARIA PMI/SEAD Nº 787, de 14 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SEAGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 315, de 09 de janeiro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. RAUL MINATTO LEAL, brasileiro, Contador, inscrito no CPF sob o n.º 554.446.440-53, matrícula n.º 4631, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 788/2017**

Publicação Nº 1458347

PORTARIA PMI/SEAD Nº 788, de 14 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Odontóloga, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 10 de agosto de 2011, através de Processo Seletivo Público, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Renata Ribeiro Pereira	Odontóloga	064.628.179-84	11/12/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 14 de dezembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### **PORTARIA PMI/SEAD Nº 789/2017**

Publicação Nº 1458380

PORTARIA PMI/SEAD Nº 789, de 14 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Demitir por término de contrato, as abaixo relacionadas, admitidas através de Processo Seletivo Simplificado, com a carga horária correspondente, para exercerem o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Angela do Nascimento Rodrigues Roldão (matr. 8862)	Professora I – 20h	079.707.419-83	15/12/2017
Cibele de Freitas Albino (matr. 9609)	Professora I – 20h	057.668.609-35	17/12/2017
Cibele de Freitas Albino (matr. 8852)	Professora II – 20h	057.668.609-35	17/12/2017
Tatiane de Sá de Souza (matr. 8839)	Professora I – 20h	045.108.059-93	29/12/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1021/17

Publicação Nº 1457653

. DECRETO Nº 1021/17

. De 14 de dezembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICIPIO DE INDIAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDIAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3319000000000000	01180000	400.000,00
05.001.0012.0361.0005.2101.3319000000000000	01180000	230.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## CÂMARA MUNICIPAL

### TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 32/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 11/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1458455

#### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Fica, através deste, adjudicado o objeto constante no Processo Licitatório nº 032/2017 – Edital de Pregão (Presencial) nº 011/2017, consoante julgamento do Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 42/2017, conforme ata de sessão pública circunstanciada lavrada em 08 de dezembro de 2017.

Indaial/SC, 14 de dezembro de 2017.

JEFFERSON JOSÉ CARLINI

Pregoeiro



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 32/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 11/2017 - REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 1458456

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro designado pela Portaria nº 42/2017,

Homologo:

Nesta data, a referida decisão constante da ata anexada ao processo, considerando vencedoras para os objetos do Processo Licitatório nº 032/2017 – Edital de Pregão Presencial – Registro de Preços nº 011/2017, a empresa:

Lote 1 – DUCA MÓVEIS LTDA EPP, com o valor total de R\$ 1.780,00 (hum mil setecentos e oitenta reais);

Lote 2 – DUCA MÓVEIS LTDA EPP, com o valor total de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais);

Lote 3 – SUPRIMÓVEIS LTDA EPP, com o valor total de R\$ 22.850,00 (vinte e dois mil oitocentos e cinquenta reais);

Lote 4 – SUPRIMÓVEIS LTDA EPP, com o valor total de R\$ 35.250,00 (trinta e cinco mil duzentos e cinquenta reais);

Lote 5 – FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA EPP, com o valor total de R\$ 54.780,00 (cinquenta e quatro mil setecentos e oitenta reais);

Lote 6 – DUCA MÓVEIS LTDA EPP, com o valor total de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais);

Indaial/SC, 15 de dezembro de 2017.

OSVALDO METZNER

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

# Iomerê

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1458114

Município de Iomerê

Dispensa de Licitação Nº 0001/2018

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para serviços de manutenção na rede de iluminação pública.

Contratado: Consórcio Intermunicipal Catarinense-Cimcatarina.

Valor: 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Iomerê, 14 de dezembro de 2017.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### Decreto 205/2017

Publicação Nº 1458012

DECRETO MUNICIPAL Nº 205 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ATUALIZA A UNIDADE MUNICIPAL DE REFERÊNCIA FISCAL – UMRF".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Prefeito Municipal de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e atribuições previstas no § 1º, do Art. 109 da Lei Complementar Municipal nº 057, de 28 de setembro de 2005.

CONSIDERANDO, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período de 01 de dezembro de 2016 a 30 de Novembro de 2017, apurando-se o índice acumulado de 1,95% (um vírgula noventa e cinco por cento);

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 3,22 (três reais e vinte e dois centavos) o valor da Unidade Municipal de Referência Fiscal – UMRF para o exercício de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 11 de dezembro de 2017.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

NEREU JOSÉ BARTH  
Secretário de Administração e Finanças

### TERMO DE ADESÃO 034/2017

Publicação Nº 1457470

EXTRATO TERMO CONTRATUAL DE CREDENCIAMENTO 034/2017

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua Santo Antônio, 100, inscrito no CNPJ nº. 78.485.554/0001-13, neste ato representado pela Gestor(a) do Fundo Sr. MAURO CESAR BARELLA, portador do CPF nº 919.065.559-15, adiante nomeado CREDENCIANTE, e a Empresa CLINICA DE MARCO EIRELI EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 430-O, Centro, Município de Chapeco, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 01.797.283/0001-07, neste ato representado pelo Senhor (a) ANTONIO JOSE DE MARCO, portador do CPF nº 347.084.569-72, adiante nomeada CREDENCIADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Credenciamento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e pelas normas do Processo Administrativo nº 145/2017, Inexigibilidade nº 014/2017, de 30 de novembro de 2017 e pelas condições que estipulam a seguir:

#### DO OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRURGICOS ELETIVOS EM ORTOPEDIA, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRURGICOS EM OTORINOLARINGOLOGISTA, CONSULTAS EM CARDIOLOGIA, EXAMES DE PAAF, ENDOSCOPIA E COLONOSCOPIA E TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES, PARA ATENDIMENTO AOS MUNICIPIOS DE IPORÃ DO OESTE/SC ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

Item	Item - Descrição	Qtde Total	Valor Unitário	Valor Total
1	PROCEDIMENTO ORTOPEDIA - COM FORNECIMENTO DE PROTESE (ARTROPLASTIA TOTAL DE QUADRIL(REVISAO/RECONSTRUCAO),ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO QUADRIL CIMENTADA, ARTROPLASTIA DO JOELHO.	10,00000	2.000,0000	20.000,0000

Item	Item - Descrição	Qtde Total	Valor Unitário	Valor Total
2	PROCEDIMENTO ORTOPEDIA (RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO ANTERIOR); TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DE MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI /BICOM PATIMENTAL E TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL/TOTAL). CIRURGIAS ELETIVAS ORTOPÉDICAS PARA JOELHO, PÉ, PERNA, LIGAMENTOS, ARTROSCOPIA, MENISCOS, FÊMUR, MÃO, BRAÇO, OMBRO, COTOVELO, TORNOZELO E FRATURAS.	30,00000	1.200,0000	36.000,0000
3	PROCEDIMENTO ORTOPEDIA DE GRANDE PORTE (RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR INTRA ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO ANTERIOR); TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DE MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI /BICOM PATIMENTAL E TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL/ TOTAL). CIRURGIAS ELETIVAS ORTOPÉDICAS DE GRANDE PORTE PARA JOELHO, PÉ, PERNA, LIGAMENTOS, ARTROSCOPIA, MENISCOS, FÊMUR, MÃO, BRAÇO, OMBRO, COTOVELO, TORNOZELO E FRATURAS.	15,00000	1.800,0000	27.000,0000

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

VIGÊNCIA: vigorará a partir da data de 14.12.2017 até 31.12.2018.

As demais cláusulas estão descritas no presente termo.

Mauro Cesar Barella  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
Credenciante

CLINICA DE MARCO EIRELI EPP  
Fornecedor  
Credenciada

# Ipuacú

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 287 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1458447

DECRETO Nº 287

DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5 da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017 e Lei 867 de 01 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional especial no orçamento na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Educação

Projeto/Atividade: 12.361.1201.1.006 – Aquisição de Veículos Educação

Modalidade de Aplicação: 4490000

Fonte de Recurso: 0101 – Ordinários

Despesa: 21 - R\$ 25.000,00

Para Programação de despesa:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes e Obras

Projeto/Atividade: 06.182.0601.2.023 – Manutenção das Atividades do FUNREBOM

Modalidade de Aplicação: 33400000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 137 - R\$ 25.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 11 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

### Lei nº 869/2017.

Publicação Nº 1458183

LEI Nº 869

DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e na forma do artigo 91, III da Lei Orgânica fica sancionada a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral Consolidado do Município de Ipuacú para o exercício de 2018 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

Art. 2º. Tendo em vista a Decisão nº 2.406/2007 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a contabilidade dos Fundos Municipais do Município de IPUAÇU/SC será estrutura da seguinte forma:

I – Unidade Gestora Independente: Fundo de Saúde;

II – Unidade Orçamentária: Demais Fundos Municipais.

## SEÇÃO I

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 3º. Estima a receita em R\$ 22.100.000,00 (vinte e dois milhões e cem mil reais); e fixa a despesa em R\$ 17.067.620,00 (dezessete milhões, sessenta e sete mil, seiscentos e vinte reais); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 3.812.380,00 (três milhões, oitocentos e doze mil, trezentos e oitenta reais); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 1.220.000,00 (um milhão, duzentos e vinte mil reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, de acordo com os desdobramentos discriminados nos quadros anexos que integram a Lei Orçamentária Anual.

§ 2º As Despesas serão realizadas de acordo com as classificações nas Unidades Orçamentárias que compõem a classificação Institucional da Prefeitura.

## SEÇÃO II

### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais); fixa a despesa em R\$ 5.212.380,00 (cinco milhões, duzentos e doze mil, trezentos e oitenta reais) e Transferências Financeiras da Prefeitura em R\$ 3.812.380,00 (três milhões, oitocentos e doze mil, trezentos e oitenta reais).

§ 1º A Receita do Fundo de Saúde será realizada mediante a arrecadação de rendas, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, de acordo com os desdobramentos discriminados nos quadros anexos que integram a Lei Orçamentária Anual.

§ 2º As Despesas serão realizadas de acordo com a classificação na Unidade Orçamentária que compõem a classificação Institucional do Fundo Municipal de Saúde.

## SEÇÃO III

## DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 5º. O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira da Prefeitura limitado em R\$ 1.220.000,00 (um milhão, duzentos e vinte mil reais).

§ 1º As Despesas serão realizadas de acordo com a classificação na Unidade Orçamentária que compõem a classificação Institucional da Câmara de Vereadores.

§ 2º Para fins de repasse da Transferência Financeira para a Câmara de Vereadores será observado o limite previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

## CAPÍTULO II

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da receita estimada para o exercício de 2018 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

Parágrafo Único. O superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64 e a transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feito por Decreto da Prefeitura Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, não sendo computados esses valores para fins de aplicação do percentual definido no inciso III deste artigo.

Art. 10. Durante o exercício de 2018 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, nos termos da legislação aplicável.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Durante o exercício de 2018, fica o Executivo Municipal

autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. Os anexos da Lei Orçamentária foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará em nível de elemento e sub-elemento de despesa.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 14 de dezembro de 2017.  
CLORI PEROZA  
Prefeita do Município

Esta Lei foi Registrada e Publicada na data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária da Administração e Fazenda



# Ipumirim

## PREFEITURA

### PL 92 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 9-ASSOC. COMUNIT. ÁGUA VIVA

Publicação Nº 1458239

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 92/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto é: receber inscrições para credenciamento das associações de agricultores reconhecidas pela Lei 1.413 de 05 de junho de 2.006, para a prestação de serviços de mecanização agrícola nos termos do art. 26 da Lei 1.811 de 16 de outubro de 2.017. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 14/12/2017  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

### PL 93 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 10-ASSOC. L. LIMA, L. AUREA, L. BOM JESUS, L. DO MEIO E NOVA PLANÍCIE

Publicação Nº 1458242

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 93/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto é: receber inscrições para credenciamento das associações de agricultores reconhecidas pela Lei 1.413 de 05 de junho de 2.006, para a prestação de serviços de mecanização agrícola nos termos do art. 26 da Lei 1.811 de 16 de outubro de 2.017. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 14/12/2017  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

### PL 94 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 11-ASSOC. DE ALTO FELIZ, L. PROGRESSO, L. VARANAL E SERRA ALTA

Publicação Nº 1458246

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 94/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto é: receber inscrições para credenciamento das associações de agricultores reconhecidas pela Lei 1.413 de 05 de junho de 2.006, para a prestação de serviços de mecanização agrícola nos termos do art. 26 da Lei 1.811 de 16 de outubro de 2.017. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 14/12/2017  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº. 541/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457172

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

#### EXONERA

LISANDRA BIFFI, Matrícula 2609-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.456 e do CPF 041.474.049-10, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 085/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 542/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457174

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LIZIANE SCHAEFER, Matrícula 2597-6, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 3958172 e do CPF 043.076.999-71, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 63/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 543/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457179

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MAIARA BEDIN, Matrícula 2589-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5565284 e do CPF 096.264.599-05, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 055/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 544/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457182

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARCIANE ELAUTERIO DA LUZ RAIMUNDI, Matrícula 2727-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.608.550 e do CPF 093.575.639-62, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 310/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 545/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457188

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARILIA FRANCIELA FARINA, Matrícula 2746-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.958.967 e do CPF 053.976.069-28, com nomeação para o cargo de SECRETÁRIO DE ESCOLA, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 50, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 432/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 546/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457192

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARINA MOSCON, Matrícula 2703-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.757.889 e do CPF 009.838.119-97, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 239/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 547/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457195

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

RAFAELA DE FREITAS SOCCOL, Matrícula 2741-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6609076 e do CPF 093.573.299-35, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 393/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 548/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457200

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

SALUA EL KADRI, Matrícula 2661-1, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 7.286.109-4 e do CPF 042.729.419-33, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 179/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 549/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457201

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

SILVIA REGINA ZANLUCHI, Matrícula 2595-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2694516 e do CPF 798.514.449-87, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 061/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 550/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457209

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

ELUANA SCHWERTZ, Matrícula 2707-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.398.339-4 e do CPF 085.765.889-19, com nomeação para o cargo de MONITOR DESPORTIVO, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 100 20 horas, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 251/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 551/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457229

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI, Matrícula 2628-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.186.024-9 e do CPF 044.867.599-40, com nomeação para o cargo de FISIOTERAPEUTA, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 100, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 138/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 552/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457236

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TRMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CHARLIE MULLER ANGNES, Matrícula 2618-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.935.722 e do CPF 034.908.199-93, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 109/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 553/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457246

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GENIANO SPESSATTO, Matrícula 2702-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3186618 e do CPF 026.081.799-67, com nomeação para o cargo de Pedreiro, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 238/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 554/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457263

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GILBERTO ANTONIO ACCADROLI, Matrícula 2626-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 24658030 e do CPF 824.810.169-04, com nomeação para o cargo de Pedreiro, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 136/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 555/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457403

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARINALVA FERREIRA, Matrícula 2706-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.926 e do CPF 046.599.589-65, com nomeação para o cargo de Servente, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 20, com carga horária de 44 horas semanais.



Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 249/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 556/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457408

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANA PAULA GRAVE, Matrícula 2600-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5705561 e do CPF 101.518.049-31, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 066/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 557/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457415

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A SILVANIA DA SILVA, matrícula 2215, férias de 15 dias, referente ao período de 2016 a 2017 e gozo a partir de 18/12/2017 a 01/01/2018.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18/12/2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº. 558/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457428

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDETE MARIA BARON matrícula 2037, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015/2016 e gozo de 18/12/2017 a 27/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir da data de 18/12/2017.

Ipumirim - SC, 14 de Dezembro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 560/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457489

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SANDRA ZAVASCHI ZATTA, Matrícula 2580-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1876967-5 e do CPF 923.745.149-00, com nomeação para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial AGENTE DE INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 015/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 20 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 561/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457702

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARGNER ADRIANO HELBING, Matrícula 2674-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.100.390 e do CPF 055.271.139-00, com nomeação para o cargo

de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 40 Horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 192/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 562/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457704

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

PAULO JOSE LERSCH, Matrícula 2673-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 841.733-4 e do CPF 521.864.239-87, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 40 Horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 191/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 563/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457707

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARIA CRISTINA DE ALMEIDA LINS, Matrícula 2579-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.637 e do CPF 060.411.649-76, com nomeação para o cargo de Médico Veterinário de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO VETERINARIO INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 014/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 564/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457817

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CIDIANE RIBEIRO SOARES BENELLI, Matrícula 2698-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.705.546 e do CPF 087.853.599-39, com nomeação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 230/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 565/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457828

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TRMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CLAUDIONARA ALLEBRAND LIZZI, Matrícula 2747-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5055474 e do CPF 066.846.609-09, com nomeação para o cargo de Auxiliar de Enfermagem, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 80, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 436/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim



**PORTARIA Nº. 566/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457832

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

FABIANA APARECIDA MOSCON, Matrícula 2679-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.100.757 e do CPF 055.025.959-78, com nomeação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 199/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 567/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457836

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GESSICA LUANA MONTAG RAUSCHKOLB, Matrícula 2735-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.216.367 e do CPF 104.912.679-32, com nomeação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 340/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 568/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457843

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

RAPHAEL INACIO DE ABREU FERREIRA, Matrícula 2736-7, com

domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.674.441 e do CPF 878.520.551-68, com nomeação para o cargo de Médico, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 190, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 362/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 569/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457845

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

WAGNER PEDROTTI, Matrícula 2729-4, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 3.781.793 e do CPF 040.813.569-71, com nomeação para o cargo de Médico, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 190, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 319/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 570/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457851

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MORGANA EMILIA ZANELLA, Matrícula 2708-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5565633 e do CPF 098.276.889-36, com nomeação para o cargo de Auxiliar Administrativo, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 50, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 252/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº.559/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457442

**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal em Exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JULIE REGINATO, matrícula 1638, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 2016 a 2017 e gozo de 19/12/2017 a 02/01/2018.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/12/2017.

Ipumirim - SC, 14 de dezembro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito

# Irati

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS

Publicação Nº 1457471

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2017  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2017  
EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI, Estado de Santa Catarina através do seu Gestor Municipal de Saúde Senhor MARCOS HENRIQUE KEHL, TORNA PÚBLICO que a partir do dia 18 de dezembro de 2017, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo os documentos para o credenciamento de interessados no objeto do Edital de Credenciamento nº 005/2017, do Fundo Municipal de Saúde de Irati, para interessados na prestação de serviços de execução de exames laboratoriais, conforme especificado neste Edital e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes.

Demais informações, esclarecimentos ou cópias deste Edital, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Recursos Humanos do Município de Irati - SC, Rua João Beux Sobrinho, nº 385, fone (049) 33490010, 3349-0000 ou 3349-0143 e e-mail: irati@irati.sc.gov.br, ou pessoalmente, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Irati - SC, 14 de dezembro de 2017.

MARCOS HENRIQUE KEHL  
Gestor Municipal de Saúde

# Irineópolis

## PREFEITURA

### ATA DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2017

Publicação Nº 1458330

Presentes à Sessão Pública, referente ao Processo Licitatório nº 54/2017, Tomada de Preços nº 16/2017, "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA PROVIMENTO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DO QUADRO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS E DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, COM A EFETIVAÇÃO DE INSCRIÇÕES, PREPARAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS, ELABORAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL DE CANDIDATOS, BEM COMO PROMOÇÃO DOS ATOS NECESSÁRIOS À REFERIDA SELEÇÃO", a Sra. Patricia Fabiane Fronczak- Presidente, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Marcia Maria Kerscher membros da comissão designados pela Portaria nº 299/2017.

Aberta a Sessão Pública, a Comissão de licitação, através de seus membros presentes constatou que até o presente momento nenhuma Empresa manifestou interesse em participar, caracterizando a licitação como DESERTA. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ATA NEGATIVA, encaminhando o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 025/2016

Publicação Nº 1457829

PORTARIA Nº 025/2016.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR a pedido, em data de 31/01/2016, o servidor VALDIR MARAFIGO do cargo de Fiscal de Tributos (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 375/2013 de 18/11/2013.

Art. 2.º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a em 31/01/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

## Itá

## PREFEITURA

**ATA DE REANALISE DA DOCUMENTAÇÃO PL 071/2017**

Publicação Nº 1458257

ATA DE ABERTURA DE NOVA DOCUMENTAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2017 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2017, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 15h30min do dia quatorze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 003 de 06 de janeiro de 2017, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Jocias André Kurmann para o ato de recebimento de nova documentação da empresa PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI ME, protocolado tempestivamente no dia 14 de dezembro de 2017 sob número 984; Aberto o envelope numerado, rubricado e analisado os documentos verificou-se que a licitante sanou as irregularidades, restando em HABILITAR a empresa por cumprir os requisitos do edital. Mediante a apresentação na documentação do termo de renúncia de recursos quanto a fase de habilitação, o presidente marca para o dia 15 de dezembro de 2017 às 8h30min na sala de reuniões da prefeitura municipal para a abertura do envelope de proposta. Intima-se a empresa de decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão e licitante presente. Esta Ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br), e entregue pessoalmente ao licitante presente.

Delso Minski  
Presidente

Silvine Carla Mertins  
Membro

Jocias André Kurmann  
Membro

**ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2017, TP Nº 010/2017**

Publicação Nº 1457363

ATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2017 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2017, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia quatorze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 003 de 06 de janeiro de 2017, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Jocias André Kurmann para o ato de recebimento dos envelopes documentação e proposta e abertura dos documentos de habilitação, referentes à Tomada de Preços nº 010/2017 Processo Licitatório nº 071/2017, destinada a contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria na área de controle interno ao município; Entregou tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta, a empresa: PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI ME. Esteve presente na sessão a senhora Angelita Adriane de Conto. A empresa comprovou a condição de microempresa. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade dos envelopes de documentação e proposta passando à abertura do envelope de documentação, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão. O envelope "proposta" foi lacrado e rubricados pela comissão e representante da empresa. Em verificação da documentação contida no envelope observou-se que o licitante apresentou documentação de forma original e cópias, o presidente perguntou ao licitante se gostaria de retirar a documentação original pois caso contrário os documentos seriam numerados e rubricados ficando desta forma juntados ao processo licitatório não sendo mais possível a devolução, de imediato o licitante solicitou

verbalmente a retirada da documentação original, (contrato social, carteira de contador, certificado de pós graduação, atestado de capacidade técnica). Da análise da documentação restou em INABILITAR a empresa por apresentar os documentos: contrato social, carteira de contador, certificado de pós graduação e atestado de capacidade técnica sem autenticação. Em atendimento ao item 7.11 do edital abre-se o prazo de oito dias uteis para que seja sanada as irregularidades apontadas. Aberto espaço para intenção de recurso não houve manifestação. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão e licitante presente. Esta Ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br), e entregue pessoalmente ao licitante presente.

Delso Minski  
Presidente

Silvine Carla Mertins  
Membro

Jocias André Kurmann  
Membro

PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI ME.  
Licitante

**AVISO DE ERRATA 01 AO PL 072/2017**

Publicação Nº 1458255

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ERRATA Nº 001

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público torna público que fica excluído do anexo "D", dos Requisitos dos Materiais a descrição dos eletrodutos, ficando os itens 29 e 30 com a descrição "galvanizado". Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital. Itá-SC, 12 de dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

**AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2017**

Publicação Nº 1458253

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2017

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 007/2017, em prol da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITÁ, CNPJ nº. 80.633.993/0001-78, visando locação de espaço para praça de alimentação dos atletas, dirigentes e demais pessoas envolvidas, durante a Copa Thermas, Edição 2017, que acontecerá nos dias 16 a 22 dezembro de 2017. O valor a ser pago pelo aluguel do espaço é de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais). Fundamentação legal: Art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93. Itá SC., 14 de dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

**DECRETO . 087/2017**

Publicação Nº 1457712

Decreto nº. 087/2017, de 14 de dezembro de 2017.

“Fixa o valor da Unidade Municipal de Referência Fiscal – UMRF, para o Exercício de 2018 e dá outras providências.”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com a redação dada pelo parágrafo único, do art. 309, de Lei Complementar nº. 105, de 10 de dezembro de 2013 e alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Municipal de Referência Fiscal – UMRF, para o exercício financeiro de 2018, fica fixada em R\$ 3,13 (três reais e treze centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá, SC,  
14 de dezembro de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário de Administração e Fazenda

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N. 019/2017 CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1458186

PORTARIA N. 019/2017

concede férias coletivas a servidores públicos e dá outras providências

ALCIR JOSÉ HALL, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na legislação em vigor, e;

Considerando que cada sessão legislativa é contada de 02 de fevereiro a 22 de dezembro de cada ano, ocorrendo recesso parlamentar no mês de janeiro, com redução dos trabalhos na casa legislativa;

Considerando que a concessão de férias aos servidores, durante o período do recesso parlamentar atenderá ao interesse público, uma vez que neste período os trabalhos são reduzidos demasiadamente;

Considerando que alguns servidores, a exemplo da Contadora e da Diretora Geral, tem seus serviços redobrados ao final de ano, com o fechamento de contas e balanço, e igualmente no início do ano, com a abertura do novo orçamento, inviabilizando a retirada de férias neste período;

Considerando que o art. 66 da Lei Complementar n. 35/2006 dispõe que “A administração municipal poderá conceder, justificado o interesse público, férias coletivas, a todos ou a parte de seus servidores”;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas a parte dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Itá, SC, a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Adeliane Jacira Betto	Assessora Jurídica	19/01/2017 à 25/12/2017	26/12/17 à 24/01/2018 = 30 dias
Soraia Elis Bulke	Assessora de Comunicação	14/03/2017 á 25/12/2017	26/12/2017 a 24/01/2018= 30 dias
Silvana Colossi	Auxiliar Administrativa	05/11/2016 á 04/11/2017	26/12/2017 á 24/01/2018 = 30 dias
Idacir Angelo Finger	Assessor Legislativo	01/02/2017 á 25/12/2017	26/12/2017 a 24/01/2018 = 30 dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Itá, Santa Catarina, 14 de Dezembro de 2017.

ALCIR JOSÉ HALL

Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no DOM e Mural Público

SILVANA COLOSSI

Assistente Administrativo

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação N° 1457477

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato N° 01/2017. Objeto: Prestação de Serviços de Internamento para o tratamento de dependência química. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Centro de Recuperação Nova Esperança CERENE. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Sexta – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 04 (quatro) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 30 de abril de 2018. Itaiópolis, 14/12/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 238/2017

Publicação Nº 1458054

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 238/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL S500, OLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM, DESTINADOS PARA ABASTECIMENTO DE MAQUINAS E VEICULOS DESTA MUNICIPALIDADE.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 28/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 14 de dezembro de 2017.

Lauro Schlickmann  
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 239/2017

Publicação Nº 1458087

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 239/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, DESTINADOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 10:30h do dia 28/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 14 de dezembro de 2017.

NELSON KLEIN  
Secretário de Educação Cultura e Desporto

## QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 185/2017

Publicação Nº 1457821

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 185/2017      Licitação: 185/2017 - PR      Data da Homologação: 16/10/2017 Fornecedor: 144595 - PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA ME									
2	80431	ASSESSORIA DE MÉDICO DO TRABALHO PARA EXECUTAR PERÍCIA MÉDICA EM TRABALHADORES, EXAMINANDO-OS, CONSTATANDO AS CONDIÇÕES DE SAÚDE, COMPARANDO OS RESULTADOS DOS EXAMES COM AS EXIGÊNCIAS PROFISSIONÁFICAS DA ATIVIDADE ENVOLVIDA E ESTABELECEENDO NEXO DE CAUSA E EFEITO, PARA EMITIR PARECERES NO SENTIDO DE ENQUADRAR OS EXAMINADOS DE ACORDO COM AS SITUAÇÕES PREVISTAS EM LEI.		HRS	20,000	0,0000	276,5000	5.530,00	Vencou
3	80432	ASSESSORIA DE TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EFETUAR VISITAS E LEVANTAR QUESTÕES QUE ENVOLVEM SEGURANÇA DO TRABALHO E PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ENVOLVE A APLICAÇÃO DE CHECKLISTS E A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO COM CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.		HRS	20,000	0,0000	42,0000	840,00	Vencou
5	80439	AValiação AMBIENTAL DE AGENTES QUÍMICOS PARA EMISSÃO DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE FUMOS METÁLICOS DISPERSOS NO AMBIENTE DE TRABALHO, COM O OBJETIVO DE ANALISAR SE A CONCENTRAÇÃO ENCONTRA-SE ACIMA DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO (ANEXO 11-NR 15 E ACGIH).		PONT	4,000	0,0000	310,2300	1,240,92	Vencou
6	80442	AValiação AMBIENTAL DE AGENTES QUÍMICOS PARA EMISSÃO DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE CLORO DISPERSOS NO AMBIENTE DE TRABALHO, COM O OBJETIVO DE ANALISAR SE A CONCENTRAÇÃO ENCONTRA-SE ACIMA DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO (ANEXO 11-NR 15 E ACGIH).		PONT	6,000	0,0000	190,9100	1,145,46	Vencou
7	80437	AValiação AMBIENTAL DE AGENTES QUÍMICOS PARA EMISSÃO DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE POEIRA RESPIRÁVEL/SILICA DISPERSOS NO AMBIENTE DE TRABALHO, COM O OBJETIVO DE ANALISAR SE A CONCENTRAÇÃO ENCONTRA-SE ACIMA DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO (ANEXO 11-NR 15 E ACGIH).		PONT	3,000	0,0000	199,8600	599,58	Vencou

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desclo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 185/2017</b> <b>Licitação: 185/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 16/10/2017</b> <b>Fornecedor: 144595 - PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA ME</b>									
8	80441	AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE AGENTES QUÍMICOS PARA EMISSÃO DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE VAPORES ÁCIDOS DISPERSOS NO AMBIENTE DE TRABALHO, COM O OBJETIVO DE ANALISAR SE A CONCENTRAÇÃO ENCONTRA-SE ACIMA DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO (ANEXO 11-NR 15 E ACGIH)	PONT	4,000	0,0000		277,4200	1.109,68	Venceu
9	80440	AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE AGENTES QUÍMICOS PARA EMISSÃO DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE VAPORES ORGÂNICOS DISPERSOS NO AMBIENTE DE TRABALHO, COM O OBJETIVO DE ANALISAR SE A CONCENTRAÇÃO ENCONTRA-SE ACIMA DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO (ANEXO 11-NR 15 E ACGIH).	PONT	4,000	0,0000		340,0600	1.360,24	Venceu
10	80433	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE CALOR REALIZADA PARA UM CARGO.	PONT	20,000	0,0000		50,7100	1.014,20	Venceu
11	80434	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE RUÍDO REALIZADA POR PONTO.	PONT	60,000	0,0000		50,7100	3.042,60	Venceu
12	80435	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE VIBRAÇÃO REALIZADA PARA UM CARGO.	PONT	47,000	0,0000		143,1800	6.729,46	Venceu
13	80402	ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO, COMPREENDENDO A ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA EXPOSIÇÃO DOS TRABALHADORES AOS RISCOS EXISTENTES NO AMBIENTE LABORAL. LAUDO TÉCNICO QUE APONTA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO QUANTO AOS RISCOS OCUPACIONAIS. PODE SER UTILIZADO TAMBÉM PARA APOSENTADORIA ESPECIAL, AVALIAÇÃO DE ALÍQUOTAS DEVIDAS PARA O SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO. ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL DESENVOLVIDO PARA PROMOVER A SAÚDE DO TRABALHADOR. DETERMINA QUAIS OS TRABALHADORES E A PERIODICIDADE QUE DEVEM SUBMETTER-SE A EXAMES MÉDICOS E COMPLEMENTARES, LABORATORIAIS, AUDIOMETRIAS E OUTROS.	UND	1,000	0,0000		5.667,7000	5.667,70	Venceu
14	80403		UND	1,000	0,0000		2.267,0800	2.267,08	Venceu

Página: 3/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 185/2017 Licitação: 185/2017 - PR Data da Homologação: 16/10/2017

Fornecedor: 144595 - PREVEN MIED SAUDE OCUPACIONAL LTDA ME

15	80428	ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS, RELATÓRIO DE COMPOSIÇÃO LINEAR, COM FORMATO DEFINIDO EM LEI, ONDE SE ESTABELECE O MAPEAMENTO DOS RISCOS E AS MEDIDAS PARA PREVENI-LOS ELABORADO POR ESPECIALISTAS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO, MÉDICO DO TRABALHO OU TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO.		UND	1,000	0,0000	4.772,8000	4.772,80	Venceu
----	-------	---	--	-----	-------	--------	------------	----------	--------

Total do Fornecedor → 191,000

35.319,72

Nr. do Processo: 185/2017 Licitação: 185/2017 - PR Data da Homologação: 16/10/2017

Fornecedor: 144596 - MASTERPLAN LTDA

1	80429	ASSESSORIA DE ENGENHEIRO DO TRABALHO PARA DESENVOLVER ACOMPANHAMENTO COMO ASSISTENTE TÉCNICO, REALIZANDO ANÁLISE DE CONDIÇÕES DE TRABALHO DE FUNCIONÁRIOS OU EX-FUNCIONÁRIOS QUE OBJETIVAM JUNTO A JUSTIÇA DO TRABALHO OS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE (NR-15); PERICULOSIDADE (NR-16); REALIZANDO A CONFECÇÃO DOS QUESTOS TÉCNICOS, O ACOMPANHAMENTO DO PERITO JUDICIAL, A IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL E TODA CONSULTORIA NECESSÁRIA ATÉ A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS PERICIAIS;		HRS	20,000	0,0000	85,0000	1.700,00	Venceu
---	-------	--	--	-----	--------	--------	---------	----------	--------



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 4/4

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 185/2017      Licitação: 185/2017 - PR      Data da Homologação: 16/10/2017 Fornecedor: 144596 - MASTERPLAN LTDA									
4	80430	ASSESSORIA EM FONOAUDIOLOGIA PARA DESENVOLVER AÇÕES QUE VISAM ATENDER NECESSIDADES ESPECÍFICAS, RELACIONADAS À AUDIOLOGIA OCUPACIONAL.		HRS	20,000	0,0000	47,0000	940,00	Venceu
					Total do Fornecedor	→	40,000	2.640,00	

Itapiranga, 9 de Novembro de 2017.

## Itapoá

## PREFEITURA

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA Nº 110/2017 - LAVAGEM DOS VEÍCULOS**

Publicação Nº 1457798

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA E JULGAMENTO DE ENVELOPES DE CREDENCIAMENTO, PROPOSTAS E HABILITAÇÃO.

Data	14/12/2017	Horário: 14h:00min
Licitação /Modalidade	PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO	Nº 110/2017 Nº 150/2017

## OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E CONVENIADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, e Membros da equipe de apoio ao Pregão, conforme Decreto Municipal nº 3307/2017 do dia 24/08/2017, para os procedimentos inerentes a sessão do Pregão em epígrafe, conforme edital respectivo e seus anexos. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios no dia 01/12/2017, site municipal no dia 30/11/2017, a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão foi constatado que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi considerado DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 14h:15min.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
MEMBRO

GERSON DOS SANTOS CHAVES  
MEMBRO

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA Nº 82/2017 - SEGURO**

Publicação Nº 1458266

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro de 2017, a partir das 16:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, GERSON DOS SANTOS CHAVES e ISABELA RAICIK DUTRA POHL nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 82/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando ao representante presente os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a

ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricado o envelope de Proposta de Preço e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento do representante:

Participantes	
Empresa	Representante
GENTE SEGURADORA S.A	EOZEMAR DE SOUZA

Analizados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Na sequência a Pregoeira negociou os valores ofertados pela empresa classificada em busca de um preço melhor, após negociação o representante reduziu seu preço para o montante de R\$ 98.000.00. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa vencedora	Itens/ Lotes	Valor Total
GENTE SEGURADORA S.A	1	R\$ 98.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 14 de dezembro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira

GERSON DOS SANTOS CHAVES  
Membro

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
Membro

Licitantes:

GENTE SEGURADORA S.A  
EOZEMAR DE SOUZA

Mauricio Deunio Olkoski (SMA), Roseli Gonçalves Pinheiro (SMA), Elaine Cristina Alves (APAE), Auzilia Terezinha Ramos Dória (APAE). Em novo ponto a soldado Daniele convidou o CMDCA a participar da formatura do projeto PROERD em 05.12.2017 no ginásio da escola Ayrton Senna às 19h00. Em novo ponto, relata a secretaria executiva que por questões desconhecidas a reunião de hoje não teve gravação de áudio até a leitura da ata. Nada mais havendo a ser tratado encerra-se a reunião às 10h07. Assinam a presente os conselheiros abaixo:

Elisa Gonzalez Corso (OAB)

Maureen Coelho (Pastoral)

Cleonice Lonchi Marqueto (Pastoral)

Lana Roselia Quadros Bevilaqua (ACOPOF)

Célia Maria Konell (SMAS)

Rode Ester Pessanha (SME)

Keverlinn Maria Antunes dos Santos (SMS)

Marcos Antonio Fontana (SMEL)

### ATA: 017/2017-CMDCA.

Publicação Nº 1457872

Ata: 017/2017, Reunião: Ordinária, Data: 29/11/2017, Horário: 09h00

Local: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2017, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situado na Av. dos Estados Unidos, 340, balneário Princesa do Mar, Itapoá, às 09h05 foi realizada a contagem dos presentes pela secretaria executiva do CMDCA, não houve quórum. Em nova contagem realizada às 09h07 houve quórum. Encontra-se presentes os conselheiros Keverlinn Maria Antunes dos Santos (SMS), Célia Maria Konell (SMAS), Maureen Coelho (Pastoral), Cleonice Lonchi Marqueto (Pastoral), Marcos Antonio Fontana (SMEL), Elisa Gonzalez Corso (OAB), Lana Roselia Quadros Bevilaqua (ACOPOF) e Rode Ester Pessanha (SME). A presidente do CMDCA, Sra. Célia Maria Konell deu boas vindas a todos, informou que a reunião possuirá gravação de voz e que a pauta foi anteriormente enviada, sendo: Expediente (correspondências): Item 01. E-mail de 24.11.2017 da área de responsabilidade corporativa da Eurofarma informando que o projeto PROERD apresentado pelo CMDCA de Itapoá não foi contemplado nesta edição. Em ato contínuo a Soldado Danieli da PM de Itapoá trouxe a fantasia de vestir e o mascote (pelúcia) para apresentação ao CMDCA. Na pauta Deliberativa (Apreciação e Votação): Item 02. Questionário FIA Exercício 2016 respondido em 24.11.2017 Ad Referendum. O questionário foi projetado em tela e o conselho através de consenso forneceu as devidas respostas. Aguarde-se a resposta da SMA referente ao Conselho Tutelar para encaminhamento posterior ao TCE. Item 03. Solicitação de apoio formulada pela Secretaria Municipal de Educação para formatura dos alunos do projeto PROERD. Explanado aos conselheiros, REQUER-SE pedido formal da Secretaria de Educação. Informes/Outros Assuntos: a) Situação da Prestação de Contas do CMDCA através da CLPP, para fins do Tribunal de Contas de SC, gerando Resolução da Prestação + Resolução do Plano de Ação e Aplicação 2018. AGUARDE-SE o fornecimento dos documentos pertinentes por parte da gestão. b) Projetos encaminhados pela conselheira Elisa Gonzalez Corso, sendo: Projeto Percussão e Violão Pró-Itapoá, além de anexo "Como captar FIA". Ações em andamento. Nenhum fato novo a acrescentar pois o responsável pelo projeto ainda não forneceu as informações necessárias. c) Análise do Registro da Entidade Gerar - Pendência da CLPP. A conselheira Elisa fará a análise inicial e convocará os demais membros para reunião de análise. Justificaram a ausência os conselheiros: Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo (Rosamar), Elaine Alves (APAE) e Mauricio Deunio Olkoski (SMA). Ausentes os conselheiros: Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo (Rosamar), Maria Aparecida Calvo (Rosamar),

### INSCRIÇÕES DEFERIDAS/INDEFERIDAS – EDITAL Nº 042/2017 CARGO: MOTORISTA CATEGORIA D.

Publicação Nº 1457882

INSCRIÇÕES DEFERIDAS/INDEFERIDAS – EDITAL Nº 042/2017 CARGO: MOTORISTA CATEGORIA D

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

#### Ø INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROTOCOLO	CANDIDATO
9557/2017	Fernando Ferreira
9558/2017	Robson Xavier da Cunha
9570/2017	Ivan Cesar Fernandes
9576/2017	João Gilmar Nogueira Filho
9589/2017	Adriano Nunes Martendal
9590/2017	Rosana Roeder Cardozo
9596/2017	Ademir Alves Cavalheiro
9605/2017	Adriana Sodre
9606/2017	Armando Baliutis Filho
9613/2017	Vanildo Bayer
9615/2017	Marcio Elias Ludwig
9624/2017	Mauricio Guidolin
9627/2017	Luciano Alves Elias

Ø INSCRIÇÕES INDEFERIDAS – Não houve nenhuma inscrição indeferida.

Itapoá, 14 de Dezembro de 2017

Marciane Rech      Joseane Maria Soares de Lima  
Enfermeira III      Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz  
Agente Administrativo II

# Jaborá

## PREFEITURA

### ERRATA DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 12/2017FMS

Publicação Nº 1458153

#### ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Pregão Presencial nº 11/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS, DEVIDAMENTE CERTIFICADOS PELO INMETRO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DESTE EDITAL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Onde se lê:

PREGÃO PRESENCIAL 12/2017FMS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O pregoeiro Robert Edward Savaris, designado pelo decreto 1.642/2017, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial 12/2017, com a exclusão dos subitem 5.2.2 e 5.2.4 do Edital, e alterar a data de realização do mesmo para o dia 03 de janeiro de 2018 às 10:30 horas.

Leia:

PREGÃO PRESENCIAL 11/2017FMS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O pregoeiro Robert Edward Savaris, designado pelo decreto 1.642/2017, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial 12/2017, com a exclusão dos subitem 5.2.2 e 5.2.4 do Edital, e alterar a data de realização do mesmo para o dia 03 de janeiro de 2018 às 10:30 horas.

Jaborá/SC, 14 de dezembro de 2017.

Robert Edward Savaris

Pregoeiro

### ERRATA DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 47/2017

Publicação Nº 1458149

#### ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Pregão Presencial nº 30/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS, DEVIDAMENTE CERTIFICADOS PELO INMETRO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DESTE EDITAL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Onde se lê:

PREGÃO PRESENCIAL 47/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O pregoeiro Robert Edward Savaris, designado pelo decreto 1.642/2017, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial 47/2017, com a exclusão dos subitem 5.2.2 e 5.2.4 do Edital, e alterar a data de realização do mesmo para o dia 03 de janeiro de 2018 às 09:00 horas.

Leia:

PREGÃO PRESENCIAL 30/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O pregoeiro Robert Edward Savaris, designado pelo decreto 1.642/2017, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial 47/2017, com a exclusão dos subitem 5.2.2 e 5.2.4 do Edital, e alterar a data de realização do mesmo para o dia 03 de janeiro de 2018 às 09:00 horas.

Jaborá/SC, 14 de dezembro de 2017.

Robert Edward Savaris

Pregoeiro

### PORTARIA Nº 110/2017

Publicação Nº 1457411

"EXONERA, A PEDIDO, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSORA"

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 39, I, da Lei Complementar nº 58/2001;

CONSIDERANDO a solicitação contida em requerimento.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a servidora LÚCIA APARECIDA PEZAVENTO, admitida na forma de concurso público e nomeada em caráter efetivo para o cargo de PROFESSORA, através da Portaria nº 1711, de 18/02/2002.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições contidas na nº 1711, de 18/02/2002, (portaria que a nomeou para o cargo efetivo de Professora), declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I, do Art. 38, da Lei Complementar nº 58, de 13 de dezembro de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14/12/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 15/dezembro/2017

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 77/2017 PP

Publicação Nº 1457670

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 77/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e manutenção da Administração Municipal, para o exercício de 2018.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 28/12/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h do dia 28/12/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zaccaria, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 13h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacinto-machado.sc.gov.br](mailto:licita@jacinto-machado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133. João Batista Mezzari  
Prefeito Municipal

Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC

Valor: R\$ 35.916,00 (trinta e cinco mil, novecentos e dezesseis reais) global estimado.

Base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Justificativa: Por o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Jacinto Machado/SC, 12 de dezembro de 2017.

Varcilei Recco

Chefe da Divisão de Saúde

### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/2017

Publicação Nº 1457499

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado/SC

Termo de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório nº 76/2017 - Dispensa de Licitação

Objeto: Contratação de prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, aos sistemas: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM e Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples.

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrito no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Impe-ratriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800.

Valor: O valor total da presente contratação para o exercício de 2018 é de R\$ 8.430,00 (oito mil e quatrocentos e trinta reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Justificativa da escolha do fornecedor: O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) é o detentor dos direitos de comercialização do software desejado pelo Município de Jacinto Machado, nas áreas citadas no objeto, além da plataforma de publicação de atos oficiais através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

Justificativa do preço: O valor do contrato de rateio foi definido e aprovado pela Assembléia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Jacinto Machado/SC, 12 de dezembro de 2017.

Ana Arleth Belletini Citadin Klock

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

### AVISO DA LICITAÇÃO 78/2017 PP

Publicação Nº 1457698

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 78/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de material de higiene e limpeza para manutenção das Secretarias: Administração, Planejamento e Finanças, Educação, Cultura e Esportes, Obras e Serviços Públicos e Agricultura Irrigação e Meio Ambiente, para o ano de 2018.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 11h do dia 28/12/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 11h15min do dia 28/12/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zaccaria, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 13h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacinto-machado.sc.gov.br](mailto:licita@jacinto-machado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133. João Batista Mezzari  
Prefeito Municipal

### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2017 FMS

Publicação Nº 1457311

Município de Jacinto Machado  
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório Nº 37/2017 - Dispensa de Licitação

Objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados no município, para atendimento a população local.



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2017

Publicação Nº 1458482

#### RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2017

O Município de Jaraguá do Sul através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal comunicado aos interessados que em função de equívoco de digitação no extrato da Ata de Registro nº 184/2017, fica corrigido no número do Pregão Presencial para 140/2017.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

### EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 206/2017

Publicação Nº 1458481

#### EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 206/2017

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

TIPO: Menor Preço Global

#### RESULTADO DE JULGAMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através do Presidente da Comissão Especial, comunica aos interessados na Tomada de Preços acima, que teve por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para implantação da praça, playground e paisagismo, destinado para modernização da infraestrutura da Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn nº 636, no Bairro Nova Brasília, Jaraguá do Sul/SC, que o mesmo restou DESERTO em função de nenhuma empresa protocolar envelope nesta data para participação no certame.

Jaraguá do Sul (SC), 14 de dezembro de 2017.

Edson Willian Piotto

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Decreto nº 11.669/2017

### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 487/2017-SEMCEL

Publicação Nº 1458479

#### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 487/2017-SEMCEL

PROCESSO: Inexigibilidade de Licitação nº 215/2017-SEMCEL.

Origem: Edital de Credenciamento nº 003/2017-SEMCEL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: SOCIEDADE CULTURA ARTÍSTICA - SCAR

OBJETO: Prestação serviços técnicos especializados nas áreas artístico culturais e respectiva modalidade/gênero, por meio da concessão de bolsas culturais junto ao Programa Incentivando Talentos, em acordo com o Anexo II – Áreas Culturais e Modalidades/Gênero apresentado no credenciamento, respeitadas todas as condições e exigências de habilitação constantes do Edital de Credenciamento nº 003/2017-SEMCEL.

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS: O CONTRATADO prestará serviços técnicos especializados nas áreas artístico culturais e respectiva modalidade/gênero, conforme tabela abaixo:

Área Artístico Cultural	Modalidade/Gênero	Vaga
ARTES VISUAIS E ARTES PLÁSTICAS	PINTURA	12
DANÇA	DANÇA ACROBÁTICA	06
DANÇA	BALLET CLÁSSICO	38
DANÇA	JAZZ	15
DANÇA	DANÇAS URBANAS	11
TEATRO	TEATRO INFANTIL	08
TEATRO	TEATRO JUVENIL	10
TEATRO	TEATRO ADULTO	09
MÚSICA	VIOLINO	10
MÚSICA	PIANO	08
MÚSICA	MUSICALIZAÇÃO	04



MÚSICA	CANTO	05
TOTAL		136

REMUNERAÇÃO: O CONTRATADO comprovou matrícula de 136 alunos contemplados no Programa Incentivando Talentos, conforme comprovantes de matrículas anexo a este Termo, fazendo jus a remuneração mensal de R\$ 14.960,00 (quatorze mil novecentos e sessenta reais), perfazendo um total anual de R\$164.560,00 (cento e sessenta e quatro mil e quinhentos e sessenta reais), em conformidade com o prazo de execução dos serviços, conforme descrito na PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA abaixo:

Quantidade de Alunos Matriculados	Valor da Bolsa Cultural por aluno	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
136	R\$ 110,00	R\$ 14.960,00	R\$ 164.560,00

PAGAMENTO: O pagamento da remuneração devida ao CONTRATADO, será feito em até 30 (trinta) dias, após o recebimento da nota fiscal ou recibo (via original) à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, situada na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Basília. A nota fiscal ou recibo (via original), deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada do Relatório de Atividades Desenvolvidas no mês, da Ficha de Presença e de pelo menos dois registros fotográficos das atividades desenvolvidas no período. O pagamento será feito por transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento (Anexo I), com a dedução, se for o caso, do IR, INSS e/ou ISS, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências e regras deste edital.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas provenientes da execução deste Edital de Credenciamento e dos contratos que dele resultar correrão por conta do orçamento do exercício de 2017, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
27.01.13.392.1100.4.118	Incentivar Talentos	3.3.90 – Aplicações Diretas	23	próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O contratado executará os serviços artístico culturais, referidos na Cláusula Segunda deste Termo, no período de 05/02/2018 a 22/12/2018, no endereço Jorge Czerniewicz nº160, bairro Czerniewicz, no município de Jaraguá do Sul, compreendido o período de vigência do credenciamento, referido no item 12, do Edital de Credenciamento nº 003/2017-SEMCEL.

VIGÊNCIA DESTE TERMO: A vigência do presente Termo de Compromisso é de acordo com o prazo de execução dos serviços, acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes, compreendido o período de vigência do credenciamento, referido no item 12.1, do Edital de Credenciamento nº 003/2017-SEMCEL.

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Gilmar Antonio Moretti

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 488/2017-SEMCEL

Publicação Nº 1458480

### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 488/2017-SEMCEL

PROCESSO: Inexigibilidade de Licitação nº 216/2017-SEMCEL.

Origem: Edital de Credenciamento nº 003/2017-SEMCEL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADO: CENTRO CULTURAL NEUE HEIMAT

OBJETO: Prestação serviços técnicos especializados nas áreas artístico culturais e respectiva modalidade/gênero, por meio da concessão de bolsas culturais junto ao Programa Incentivando Talentos, em acordo com o Anexo II – Áreas Culturais e Modalidades/Gênero apresentado no credenciamento, respeitadas todas as condições e exigências de habilitação constantes do Edital de Credenciamento nº 003/2017-SEMCEL.

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS: O CONTRATADO prestará serviços técnicos especializados nas áreas artístico culturais e respectiva modalidade/gênero, conforme tabela abaixo:

Área Artístico Cultural	Modalidade/Gênero	Vaga
EXPRESSÃO CULTURAL	DANÇAS FOLCLÓRICAS	14
ARTES VISUAIS E ARTES PLÁSTICAS	PINTURA	03
MÚSICA	ACORDEON	08
MÚSICA	VIOLÃO POPULAR	22
MÚSICA	CÍTARA	04
MÚSICA	FLAUTA DOCE	03
MÚSICA	TECLADO	06
TOTAL		60

REMUNERAÇÃO: O CONTRATADO comprovou matrícula de 60 alunos contemplados no Programa Incentivando Talentos, conforme comprovantes de matrículas anexo a este Termo, fazendo jus a remuneração mensal de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), perfazendo um total anual de R\$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais), em conformidade com o prazo de execução dos serviços, conforme descrito na PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA abaixo:

Quantidade de Alunos Matriculados	Valor da Bolsa Cultural por aluno	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
60	R\$ 110,00	R\$ 6.600,00	R\$ 72.600,00

**PAGAMENTO:** O pagamento da remuneração devida ao CONTRATADO, será feito em até 30 (trinta) dias, após o recebimento da nota fiscal ou recibo (via original) à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, situada na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Basília. A nota fiscal ou recibo (via original), deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada do Relatório de Atividades Desenvolvidas no mês, da Ficha de Presença e de pelo menos dois registros fotográficos das atividades desenvolvidas no período. O pagamento será feito por transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento (Anexo I), com a dedução, se for o caso, do IR, INSS e/ou ISS, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências e regras deste edital.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas provenientes da execução deste Edital de Credenciamento e dos contratos que dele resultar correrão por conta do orçamento do exercício de 2017, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
27.01.13.392.1100.4.118	Incentivar Talentos	3.3.90 – Aplicações Diretas	23	próprios

**PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** O contratado executará os serviços artístico culturais, referidos na Cláusula Segunda deste Termo, no período de 05/02/2018 a 22/12/2018, no endereço Rua Alberto Santos Dumont, 800, Vila Lalau, no município de Jaraguá do Sul, compreendido o período de vigência do credenciamento, referido no item 12, do Edital de Credenciamento nº 003/2017-SEMCEL.

**VIGÊNCIA DESTE TERMO:** A vigência do presente Termo de Compromisso é de acordo com o prazo de execução dos serviços, acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes, compreendido o período de vigência do credenciamento, referido no item 12.1, do Edital de Credenciamento nº 003/2017-SEMCEL.

**DATA DA ASSINATURA:** 11/12/2017.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

**SIGNATÁRIOS:** Antídio Aleixo Lunelli e Rogerio Pellis

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 485/2017

Publicação Nº 1458476

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 485/2017

**PROCESSO:** Inexigibilidade 213/2017 ao CREDENCIAMENTO 485/2017.

**MUNICÍPIO:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

**CONTRATADA:** RENASCER CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOTERÁPICA LTDA

**OBJETO:** O objeto do presente CREDENCIAMENTO é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE FISIOTERAPIA, destinados aos servidores municipais vítimas de acidente de trabalho, em atendimento a Lei Complementar nº 154/2014, nas condições e prazos estipulados no presente edital, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento.

**DO VALOR:** Os valores a serem pagos constam no item 3.1 da cláusula terceira deste Termo de Credenciamento.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos serviços prestados à Secretaria Municipal de Administração através da Gerência de Saúde Ocupacional do MUNICÍPIO.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.331.0300.2.053.3.3.90	Atenção ao Servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	32	Próprios

**PRAZO:** O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DATA DA ASSINATURA:** 11/12/2017;

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC

**SIGNATÁRIOS:** Antídio Aleixo Lunelli e Cláudia Joana Stinghen Barbosa

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 486/2017**

Publicação Nº 1458478

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 486/2017**

PROCESSO: Inexigibilidade 213/2017 ao CREDENCIAMENTO 486/2017.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: MULTICLINICA JARAGUÁ SS LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente CREDENCIAMENTO é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE FISIOTERAPIA, destinados aos servidores municipais vítimas de acidente de trabalho, em atendimento a Lei Complementar nº 154/2014, nas condições e prazos estipulados no presente edital, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento.

DO VALOR: Os valores a serem pagos constam no item 3.1 da cláusula terceira deste Termo de Credenciamento.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos serviços prestados à Secretaria Municipal de Administração através da Gerência de Saúde Ocupacional do MUNICÍPIO.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.331.0300.2.053.3.3.90	Atenção ao Servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	32	Próprios

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Solange Ermínia Razo Castilho Pellis.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA SAMAE JSU Nº 594/2017**

Publicação Nº 1458483

**PORTARIA SAMAE JSU Nº 594/2017**

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 1110/2017/SAMAE de 13 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores DEVERSON SIMIONI, matrícula 486, ocupante do Cargo de Diretor Técnico e CLEBER FERNANDES DE OLIVEIRA, matrícula 383, ocupante do Cargo de Coordenador de Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário, para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 330/2017 de 05 de dezembro de 2017, tem como origem a Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 149/2017.	Tecnoponta Com de Mat. de Construção e Empreiteira de Mão de Obra Ltda. ME.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAE JSU Nº 595/2017**

Publicação Nº 1458484

**PORTARIA SAMAE JSU Nº 595/2017**

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 1110/2017/SAMAE, de 13 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores EVANIA APARECIDA DUARTE LIEBL, matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obras e JURANDIR DE LUCA, matrícula 356, ocupante do Cargo de Coordenador de Redes e Ramais de Água para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 345/2017, de 13 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 166/2017.	Alemão Serviços Ltda. ME.
CONTRATO Nº 346/2017, de 13 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 166/2017.	Comércio de Areias Campes-trini Ltda. ME.
CONTRATO Nº 347/2017, de 13 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 166/2017.	Transpécia Ambiental Ltda. – EPP.
CONTRATO Nº 348/2017, de 13 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 166/2017.	Wande Materiais de Construção e Terraplenagem Ltda.
CONTRATO Nº 349/2017, de 13 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 166/2017.	Winter Ambiental Ltda. ME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAE JSU Nº 596/2017**

Publicação Nº 1458485

**PORTARIA SAMAE JSU Nº 596/2017**

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 1110/2017/SAMAE, de 13 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores EVANIA APARECIDA DUARTE LIEBL, matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obras e GIOVANI MELLO, matrícula 654, ocupante do Cargo de Coordenador de Manutenção Predial para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 341/2017, de 11 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 175/2017.	Pavimentação Odeli Vargas Ltda.,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAE JSU Nº 597/2017**

Publicação Nº 1458486

**PORTARIA SAMAE JSU Nº 597/2017**

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 1110/2017/SAMAE, de 13 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA, matrícula 666, ocupante do Cargo de Diretor Administrativo e GIOVANI MARCIAL FRANCO DA SILVA, matrícula 366, ocupante do Cargo de Coordenador de Controle Patrimonial e Serviços Gerais para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 338/2017 de 06 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 144/2017.	Web Rast Ltda. ME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### **PORTARIA SAMAE JSU Nº 598/2017**

Publicação Nº 1458487

PORTARIA SAMAE JSU Nº 598/2017

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 1110/2017/SAMAE, de 13 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA, matrícula 666, ocupante do Cargo de Diretor Administrativo e SUZANA KARINA TRIBESS STRICKER, matrícula 655, ocupante do Cargo de Coordenador de Recursos Humanos, para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 350/2017, de 13 de dezembro de 2017, tem como origem a Inexigibilidade de Licitação nº 150/2017 objetivando AQUISIÇÃO DE CRÉDITO DE TRANSPORTE.	Viação Canarinho Ltda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### **PORTARIA SAMAE JSU Nº 599/2017**

Publicação Nº 1458488

PORTARIA SAMAEJSU Nº 599/2017

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 1109/2017 de 14 de dezembro de 2017 da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 003/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 032/2017 de 19 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias, a partir do dia 15 de dezembro de 2017 os trabalhos da Portaria 032/2017 de 19 de janeiro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2017.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

### **PORTARIA SAMAE JSU Nº 600/2017**

Publicação Nº 1458489

PORTARIA SAMAE JSU Nº 600/2017

Determina encerramento e arquivamento do Processo Administrativo 017/2017

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações,

Considerando o teor da Decisão exarada no Processo Administrativo nº 017/2017, instaurado para fins de restituição ao erário pelo servidor envolvido no acidente de trânsito envolvendo o veículo do SAMAE, patrimônio nº 3732 no dia 27 de junho de 2016, conforme portaria 341/2017 de 10 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO que não houve despesas a serem restituídas ao patrimônio público.

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR, o encerramento e arquivamento do Processo Administrativo nº 017/2017, nos termos do artigo 205, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente



**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 213/2017**

Publicação Nº 1458469

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 213/2017**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.**ORIGEM:** CREDECIMENTO 126/2017**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** MULTICLINICA JARAGUÁ SS LTDA ME.**OBJETO:** O presente Termo de Credenciamento tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE FISIOTERAPIA, destinados aos servidores municipais vítimas de acidente de trabalho, em atendimento a Lei Complementar nº 154/2014, nas condições e prazos estipulados no presente edital, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 126/2017.**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos serviços prestados à Secretaria Municipal de Administração através da Gerência de Saúde Ocupacional do MUNICÍPIO.**DO PRAZO:** O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.**DO VALOR:** Os valores a serem pagos, constam no corpo desta Inexigibilidade e no item 3.1 da cláusula terceira do Termo de Credenciamento.**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.331.0300.2.053.3.3.90	Atenção ao Servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	32	Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 11 de dezembro de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 214/2017**

Publicação Nº 1458471

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 214/2017**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.**ORIGEM:** CREDECIMENTO 126/2017**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** RENAScer CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOTERÁPICA LTDA.**OBJETO:** O presente Termo de Credenciamento tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE FISIOTERAPIA, destinados aos servidores municipais vítimas de acidente de trabalho, em atendimento a Lei Complementar nº 154/2014, nas condições e prazos estipulados no presente edital, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 126/2017.**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos serviços prestados à Secretaria Municipal de Administração através da Gerência de Saúde Ocupacional do MUNICÍPIO.**DO PRAZO:** O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.**DO VALOR:** Os valores a serem pagos, constam no corpo desta Inexigibilidade e no item 3.1 da cláusula terceira do Termo de Credenciamento.**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.331.0300.2.053.3.3.90	Atenção ao Servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	32	Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 11 de dezembro de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



**RATIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO DISPENSADA Nº 007/2017**

Publicação Nº 1457783

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO FUNDIÁRIA  
DIRETORIA DE HABITAÇÃO  
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL – FROHAB

**RATIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO DISPENSADA Nº 007/2017**

OBJETO: alienação onerosa de bens imóveis públicos dominiais, sendo 71 (setenta e um) imóveis identificativos nas Matrículas Imobiliárias nº 82.886 à 82.956, inscritas no Registro de Imóveis desta Comarca, representativas dos lotes nº 01 ao 71, vinculadas ao Projeto Habitacional de Interesse Social denominado "Loteamento Popular Harmonia" - 1ª etapa, localizado na Rua 887 - Domingos Anacleto Garcia, no bairro Três Rios do Norte, cada área edificada com uma unidade habitacional com área de 39,65m², que compreendem 02 (dois) quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e os acabamentos em geral, construídas através do Termo de Cooperação Técnica - Contrato Administrativo nº 655/2011 com a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Com fulcro na Lei Federal Nº 8.666/93, que estabelece normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, mormente no art. 17, inciso I, alínea "f", que se refere à alienação de bens imóveis residenciais construídos; proclama obediência à Lei Orgânica do Município; à Lei Municipal nº 3.875/2005 que estabelece critérios sobre a composição, defesa e alienação dos bens públicos municipais; Lei Municipal nº 7.476/2017, que autoriza a alienação de 71 (setenta e um) imóveis de propriedade do Município, situados no Loteamento Harmonia (1ª etapa), e orienta os procedimentos para a transferência de bens de projetos habitacionais populares; Lei 4.001/2005, que autoriza o Município, por intermédio do FROHAB, a conceder desconto para os mutuários dos programas habitacionais populares; bem como a Lei nº 1.824/94, que institui o Fundo Rotativo Habitacional.

PROMISSÁRIO VENDEDOR: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do Fundo Rotativo Habitacional- FROHAB.

**PROMITENTES COMPRADORES:****LOTE Nº 01**

Nome / CPF	Márcia Teixeira Siqueira/ 037.925.329-13
Cônjuge / CPF	Fabiano Siqueira/ 032.507.269-82
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 64.249,62 (sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55001/2014	R\$ 9.250,01 (nove mil duzentos e cinquenta reais e um centavo)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 229,16 (duzentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos)

**LOTE Nº 02**

Nome / CPF	Maria dos Anjos Gonsalves Amaral/ 048.645.789-31
Cônjuge / CPF	Juvino Balhes do Amaral/ 010.674.159-47
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55002/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)

Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)
--------------------------------	---

**LOTE Nº 03**

Nome / CPF	Adriana de Macedo/ 969.149.129-04
Cônjuge / CPF	Jonas Franco De Ramos/ 018.612.179-27
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55003/2014	R\$ 3.073,37 (três mil e setenta e três reais e trinta e sete centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 193,54 (cento e noventa e três reais e cinquenta e quatro centavos)

**LOTE Nº 04**

Nome / CPF	Pamela Pereira do Nascimento Patel/ 025.184.335-11
Cônjuge / CPF	Jader Patel/ 048.368.029-03
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55004/2014	R\$ 2.951,74 (dois mil novecentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 194,04 (cento e noventa e quatro reais e quatro centavos)

**LOTE Nº 05**

Nome / CPF	Laureci Meneghelli/ 760.916.279-53
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55005/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 06**

Nome / CPF	Maria Edite Lisboa Ramos/770.895.459-20
Cônjuge / CPF	Antônio Lindonei Lopes/817.206.379-20
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55006/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 07**

Nome / CPF	Mara Sueli Volkmann/ 705.530.509-82
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55007/2014	R\$ 2.843,28 (dois mil oitocentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 194,50 (cento e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)

**LOTE Nº 08**

Nome / CPF	Josiane Aparecida da Cruz/ 055.680.069-97
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)

Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55008/2014	R\$ 4.907,64 (quatro mil novecentos e sete reais e sessenta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 185,89 (cento e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos)

**LOTE Nº 09**

Nome / CPF	Roseli Alves Dias/ 078.146.559-19
Cônjuge / CPF	Jucelino Alves/ 010.870.189-19
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55009/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 10**

Nome / CPF	Roselene Cardoso de Souza/ 034.491.099-79
Cônjuge / CPF	Paulo Boita/ 044.985.649-60
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55010/2014	R\$ 5.458,22 (cinco mil quatrocentos e cinquen- ta e oito reais e vinte e dois centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 183,60 (cento e oitenta e três reais e ses- senta centavos)

**LOTE Nº 11**

Nome / CPF	Luci Schroeder/ 508.024.969-20
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55011/2014	R\$ 5.390,58 (cinco mil trezentos e noventa reais e cinquenta e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 183,88 (cento e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos)

**LOTE Nº 12**

Nome / CPF	Luzia Silva/ 010.977.909-67
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 51.802,43 (cinquenta e um mil oitocentos e dois reais e quarenta e três centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55012/2014	R\$ 7.956,20 (sete mil novecentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 182,69 (cento e oitenta e dois reais e ses- senta e nove centavos)

**LOTE Nº 13**

Nome / CPF	Elenice Andreia Micuanski/ 003.861.359-08
Cônjuge / CPF	Gonçalo Barbosa Pereira/ 026.858.999-28
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 64.249,62 (sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55013/2014	R\$ 9.416,99 (nove mil quatrocentos e dezes- seis reais e noventa e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 228,47 (duzentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos)

**LOTE Nº 14**

Nome / CPF	Neide Lurdes Dos Santos/ 042.700.099-85
Cônjuge / CPF	Adão Valderi Groders dos Santos/ 525.902.089-87
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55014/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 15**

Nome / CPF	Iracema Calixto de Oliveira Alves/ 023.134.179-21
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55015/2014	R\$ 5.648,65 (cinco mil seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 182,81 (cento e oitenta e dois reais e oitenta e um centavos)

**LOTE Nº 16**

Nome / CPF	Dirce Raboch/ 757.787.939-87
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55016/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 17**

Nome / CPF	Maria das Graças Berlim/ 657.305.189-00
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55017/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 18**

Nome / CPF	Wilma Teixeira Miranda de Souza/ 040.025.819-69
Cônjuge / CPF	Silvio Ferreira de Souza/ 026.447.919-01
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55018/2014	R\$ 5.706,44 (cinco mil setecentos e seis reais e quarenta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 182,57 (cento e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos)

**LOTE Nº 19**

Nome / CPF	Irene Leandro Wilche/ 618.355.959-87
Cônjuge / CPF	Emilio João Wilche/ 007.235.839-43
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)

Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55019/2014	R\$ 1.925,41 (mil novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 198,32 (cento e noventa e oito reais e trinta e dois centavos)

## LOTE Nº 20

Nome / CPF	Leoni Eckert Pappis/ 687.537.649-00
Cônjuge / CPF	José Pappis/ 579.924.529-68
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55020/2014	R\$ 7.116,11 (sete mil cento e dezesseis reais e onze centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 176,69 (cento e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos)

## LOTE Nº 21

Nome / CPF	Edilena Gonçalves do Amaral Nunes Ramos/ 053.731.986-76
Cônjuge / CPF	José Luiz Nunes/736.789.969-49
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55021/2015	R\$ 2.777,32 (dois mil setecentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 194,77 (cento e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos)

## LOTE Nº 22

Nome / CPF	Maria Beni Vargas Zeiser/ 019.998.179-58
Cônjuge / CPF	Ivo Zeiser/ 582.064.009-82
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55022/2015	R\$ 6.473,03 (seis mil quatrocentos e setenta e três reais e três centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 179,37 (cento e setenta e nove reais e trinta e sete centavos)

## LOTE Nº 23

Nome / CPF	Tereza Rodrigues Chagas de Lara/ 503.285.229-53
Cônjuge / CPF	Valdemar Chagas de Lara/ 389.294.069-04
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55023/2014	R\$ 2.121,40 (dois mil cento e vinte e um reais e quarenta centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 197,50 (cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

## LOTE Nº 24

Nome / CPF	Roseline de Oliveira Gualberto da Silva/ 030.224.509-07
Cônjuge / CPF	Pedro Antonio da Silva/ 568.309.128-49
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 51.802,43 (cinquenta e um mil oitocentos e dois reais e quarenta e três centavos)

Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55024/2014	R\$ 7.979,71 (sete mil novecentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 182,59 (cento e oitenta e dois reais e cin- quenta e nove centavos)

## LOTE Nº 25

Nome / CPF	Elisabete Sena dos Santos/ 622.087.300-97
Cônjuge / CPF	Maurício Fagundes dos Reis/ 920.267.539-20
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 64.249,62 (sessenta e quatro mil duzen- tos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55025/2014	R\$ 2.857,60 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 255,80 (duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)

## LOTE Nº 26

Nome / CPF	Lessandra B. Engelmann/006.488.939-44
Cônjuge / CPF	Ademir Luiz Engelmann/032.815.879-84
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55026/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

## LOTE Nº 27

Nome / CPF	Nilceia Ferreira de Araujo/ 064.210.559-66
Cônjuge / CPF	João Ribeiro de Ramos/ 040.981.629-97
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55027/2014	R\$ 7.629,24 (sete mil seiscentos e vinte e nove reais e vinte e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,55 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

## LOTE Nº 28

Nome / CPF	Agostinho Correia/ 863.830.439-00
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55028/2014	R\$ 5.233,10 (cinco mil duzentos e trinta e três reais e dez centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 184,54 (cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)

## LOTE Nº 29

Nome / CPF	Elenice Fátima Marcante/ 009.140.409-60
Cônjuge / CPF	Alécio Dionísio de Camargo/ 588.762.439-68
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55029/2014	R\$ 3.482,20 (três mil quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 191,83 (cento e noventa e um reais e oitenta e três centavos)

**LOTE Nº 30**

Nome / CPF	Marizete Priscila Damanski/ 059.931.079-01
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55030/2014	R\$ 3.022,64 (três mil e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 193,75 (cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)

**LOTE Nº 31**

Nome / CPF	Silvane Waltrick Ferreira/ 024.454.626-08
Cônjuge / CPF	Airton Gaelzer/ 438.437.430-53
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55031/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 32**

Nome / CPF	Angela Maria Nunes dos Santos/ 046.855.599-40
Cônjuge / CPF	Adelino dos Santos/ 746.416.039-87
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55032/2015	R\$ 4.586,01 (quatro mil quinhentos e oitenta e seis reais e um centavo)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 187,23 (cento e oitenta e sete reais e vinte e três centavos)

**LOTE Nº 33**

Nome / CPF	Vera Lúcia de Paula Regio/ 891.934.159-15
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55033/2015	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 34**

Nome / CPF	Maria de Lourdes Souza Nunes/ 857.835.609-87
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55034/2015	R\$ 412,68 (quatrocentos e doze reais e sessenta e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 204,62 (duzentos e quatro reais e sessenta e dois centavos)

**LOTE Nº 35**

Nome / CPF	Verônica Alves Lima/ 030.957.679-27
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)

Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55035/2015	R\$ 825,36 (oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 202,90 (duzentos e dois reais e noventa centavos)

**LOTE Nº 36**

Nome / CPF	Clotilde Bodemberg Antonovicz/ 020.816.939-33
Cônjuge / CPF	Antonio Antonovicz/ 029.280.779-10
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 51.802,43 (cinquenta e um mil oitocentos e dois reais e quarenta e três centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55036/2015	R\$ 6.970,90 (seis mil novecentos e setenta reais e noventa centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 186,80 (cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos)

**LOTE Nº 37**

Nome / CPF	Leia Ana Correa Batista/ 606.644.799-87
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 64.249,62 (sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55037/2014	R\$ 8.906,70 (oito mil novecentos e seis reais e setenta centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 230,60 (duzentos e trinta reais e sessenta centavos)

**LOTE Nº 38**

Nome / CPF	Sebastião Kazmirski/ 022.884.859-81
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55038/2014	R\$ 6.931,58 (seis mil novecentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 177,46 (cento e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos)

**LOTE Nº 39**

Nome / CPF	Noemi Antonovicz/ 039.926.449-36
Cônjuge / CPF	Luis Carlos Alves/ 988.598.039-34
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56025/2016	R\$ 2.653,28 (dois mil seiscentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 195,29 (cento e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos)

**LOTE Nº 40**

Nome / CPF	Ester da Silva Barcellos dos Santos Hannig/ 061.748.879-79
Cônjuge / CPF	Enio Hannig/ 018.733.549-40
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55040/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)



Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)
--------------------------------	---

**LOTE Nº 41**

Nome / CPF	Márcia Rolim/ 009.297.269-10
Cônjuge / CPF	Adão Rolim/ 294.481.072-34
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55041/2014	R\$ 1.356,09 (mil trezentos e cinquenta e seis reais e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 200,69 (duzentos reais e sessenta e nove centavos)

**LOTE Nº 42**

Nome / CPF	Vera Lucia Nalepa/ 041.411.669-01
Cônjuge / CPF	Marcel Rogério Marchetti/ 050.300.399-96
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55042/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 43**

Nome / CPF	Raquel de Oliveira dos Santos/ 337.627.658-71
Cônjuge / CPF	Miguel Amilso Corrêa de Oliveira/ 671.178.309-30
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55043/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 44**

Nome / CPF	João José Lacerda/ 033.110.288-99
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55044/2015	R\$ 6.710,10 (seis mil setecentos e dez reais e dez centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 178,38 (cento e setenta e oito reais e trinta e oito centavos)

**LOTE Nº 45**

Nome / CPF	Simone Aparecida de Paula/ 036.261.879-85
Cônjuge / CPF	Jeferson Eduardo Negherbon/ 041.892.119-90
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55045/2014	R\$ 1.238,04 (mil duzentos e trinta e oito reais e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 201,18 (duzentos e um reais e dezoito centavos)

**LOTE Nº 46**

Nome / CPF	Roseli Neves/ 038.679.539-88
------------	------------------------------

Cônjuge / CPF	Ailton Ricardo Evangelista/ 621.572.139-53
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55046/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 47**

Nome / CPF	Márcia Aparecida Corrêa/ 060.600.259-60
Cônjuge / CPF	Valmir Neves/ 782.340.509-15
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55047/2014	R\$ 2.839,74 (dois mil oitocentos e trinta e nove reais e setenta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 194,51 (cento e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos)

**LOTE Nº 48**

Nome / CPF	Izulina Antonovicz/ 006.374.019-21
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 51.802,43 (cinquenta e um mil oitocentos e dois reais e quarenta e três centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55048/2014	R\$ 7.979,71 (sete mil novecentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 182,59 (cento e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos)

**LOTE Nº 49**

Nome / CPF	Terezinha Ribeiro/ 518.551.609-78
Cônjuge / CPF	Nelson Santos de Lima/ 008.356.278-88
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 64.249,62 (sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55049/2014	R\$ 9.897,54 (nove mil oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 226,47 (duzentos e vinte e seis reais e quarenta e sete centavos)

**LOTE Nº 50**

Nome / CPF	Erika dos Santos de Oliveira/ 071.084.109-40
Cônjuge / CPF	Rodrigo Choalb Terto de Oliveira/ 052.519.619-60
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55050/2014	R\$ 206,34 (duzentos e seis reais e trinta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 205,48 (duzentos e cinco reais e quarenta e oito centavos)

**LOTE Nº 51**

Nome / CPF	Eliane Teresinha Schollemberg/ 727.400.199-04
Cônjuge / CPF	Gilberto dos Santos/ 821.231.109-06
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)

Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55051/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 52**

Nome / CPF	Renata Lima/ 041.703.149-13
Cônjuge / CPF	Nilberto Bruns/ 419.611.539-04
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55052/2014	R\$ 206,34 (duzentos e seis reais e trinta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 205,48 (duzentos e cinco reais e quarenta e oito centavos)

**LOTE Nº 53**

Nome / CPF	Celso Nascimento do Prado/ 509.609.209-78
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55053/2014	R\$ 1.283,93 (mil duzentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 200,99 (duzentos reais e noventa e nove centavos)

**LOTE Nº 54**

Nome / CPF	Rose Mari Bresciani/ 420.519.329-72
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55054/2015	R\$ 6.710,10 (seis mil setecentos e dez reais e dez centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 178,38 (cento e setenta e oito reais e trinta e oito centavos)

**LOTE Nº 55**

Nome / CPF	Daiane Anacleto/ 041.106.759-10
Cônjuge / CPF	Odair José Schaida/ 971.539.829-49
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55055/2014	R\$ 3.252,42 (três mil duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 192,79 (cento e noventa e dois reais e setenta e nove centavos)

**LOTE Nº 56**

Nome / CPF	Ana Paula Carlos Barbosa/ 329.187.428-56
Cônjuge / CPF	Fabio Luiz Paiva Soares Barbosa/ 295.608.728- 26
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55056/2014	R\$ 5.406,49 (cinco mil quatrocentos e seis reais e quarenta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 183,82 (cento e oitenta e três reais e oiten- ta e dois centavos)

**LOTE Nº 57**

Nome / CPF	Maria Ivete da Silva/ 444.475.159-20
Cônjuge / CPF	Neri de Paula/ 436.883.659-68
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55057/2014	R\$ 6.233,30 (seis mil duzentos e trinta e três reais e trinta centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 180,37 (cento e oitenta reais e trinta e sete centavos)

**LOTE Nº 58**

Nome / CPF	Ana Felipe Pinto/ 689.253.109-10
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55058/2015	R\$ 1.698,68 (mil seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 199,26 (cento e noventa e nove reais e vinte e seis centavos)

**LOTE Nº 59**

Nome / CPF	Zirma Ramílio dos Santos/ 009.884.589-69
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55059/2015	R\$ 5.591,77 (cinco mil quinhentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 183,04 (cento e oitenta e três reais e qua- tro centavos)

**LOTE Nº 60**

Nome / CPF	Roseli Antonovicz/ 058.824.559-36
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 51.802,43 (cinquenta e um mil oitocentos e dois reais e quarenta e três centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55060/2014	R\$ 7.979,71 (sete mil novecentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 182,59 (cento e oitenta e dois reais e cin- quenta e nove centavos)

**LOTE Nº 61**

Nome / CPF	Francisca Machado Martins/ 032.024.719-88
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 64.249,62 (sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55061/2014	R\$ 2.508,07 (dois mil quinhentos e oito reais e sete centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 257,26 (duzentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos)

**LOTE Nº 62**

Nome / CPF	Joelma Bernardo/ 821.732.229-53
Cônjuge / CPF	Hélio Teixeira da Rosa/ 902.774.909-44
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55062/2014	R\$ 1.261,48 (mil duzentos e sessenta e um reais e quarenta e oito centavos)



Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 201,09 (duzentos e um reais e nove centavos)
--------------------------------	--

**LOTE Nº 63**

Nome / CPF	Romilda Choaib de Oliveira/ 003.927.939-11
Cônjuge / CPF	Edson Terto de Oliveira/ 708.250.929-49
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55063/2014	R\$ 2.362,87 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e sete centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 196,50 (cento e noventa e seis reais e cinquenta centavos)

**LOTE Nº 64**

Nome / CPF	Lazinha de Lourdes Felizardo dos Santos/ 049.005.359-00
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55064/2014	R\$ 1.679,72 (mil seiscentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 199,34 (cento e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos)

**LOTE Nº 65**

Nome / CPF	Zenaide Martins de Lima/ 052.137.999-73
Cônjuge / CPF	Leoclecio de Lima/ 787.527.609-87
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55065/2014	R\$ 2.342,24 (dois mil trezentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 196,58 (cento e noventa e seis reais e cinquenta e oito centavos)

**LOTE Nº 66**

Nome / CPF	Leonete Neves de Oliveira/ 569.830.699-00
Cônjuge / CPF	Antonio Franco de Oliveira/ 379.509.249-34
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55066/2015	R\$ 1.666,64 (mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 199,40 (cento e noventa e nove reais e quarenta centavos)

**LOTE Nº 67**

Nome / CPF	Carmem Rosane Reiss do Prado/016.771.929-76
Cônjuge / CPF	João Ribeiro do Prado/014.607.429-74
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55067/2014	R\$ 5.741,85 (cinco mil setecentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 182,42 (cento e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos)

**LOTE Nº 68**

Nome / CPF	Fernanda Alves de Souza Lima/ 048.242.649-79
Cônjuge / CPF	Jonas Alves Lima/ 052.316.779-22
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55068/2015	R\$ 6.710,10 (seis mil setecentos e dez reais e dez centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 178,38 (cento e setenta e oito reais e trinta e oito centavos)

**LOTE Nº 69**

Nome / CPF	Josilene da Silva/ 040.936.429-07
Cônjuge / CPF	Vanderlei Tadeu Vaz dos Santos/ 798.830.019-91
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55069/2014	R\$ 1.031,70 (mil e trinta e um reais e setenta centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 202,04 (duzentos e dois reais e quatro centavos)

**LOTE Nº 70**

Nome / CPF	Marisa Campestrini Bilibio/ 021.078.969-76
Cônjuge / CPF	Valderez Alcione Conte Bilibio/ 535.903.500-59
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55070/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**LOTE Nº 71**

Nome / CPF	Eliziane Malovani de Lima/ 054.816.419-33
Cônjuge / CPF	José de Lima/ 008.911.999-18
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 49.522,22 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 55071/2014	R\$ 7.628,39 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 174,56 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

**VALOR:** O valor total da alienação fiduciária é de no valor total de R\$ 3.615.843,07 (três milhões, seiscentos e quinze mil oitocentos e quarenta e três reais e sete centavos), conforme Lei Municipal Nº 7.476/2017 de 06 de outubro de 2017.

**PRAZO DA AMORTIZAÇÃO:** A amortização será realizada em 240 (duzentos e quarenta) parcelas, mediante o pagamento via boleto bancário na Agência da Caixa Econômica Federal Nº 2707, Conta Movimento Nº 0006-8 – Amortização, Operação Nº 006, em nome do Fundo Rotativo Habitacional – FROHAB, ou outro que o suceder.

Jaraguá do Sul, SC, 07 de dezembro de 2017.

**SIGNATÁRIOS:** Maria Santin Camello - Secretária da Assistência Social e Habitação; Luís Fernando Almeida - Coordenador do Fundo Rotativo Habitacional – FROHAB e Antídio Aleixo Lunelli - Prefeito Municipal.

**RATIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO DISPENSADA Nº 008/2017**

Publicação Nº 1457781

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO FUNDIÁRIA  
DIRETORIA DE HABITAÇÃO  
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL – FROHAB

**RATIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO DISPENSADA Nº 008/2017**

OBJETO: alienação onerosa de bens imóveis públicos dominiais, sendo 25 (vinte e cinco) imóveis identificativos nas Matrículas Imobiliárias nº 82.957 à 82.981, inscritas no Registro de Imóveis desta Comarca, representativas dos lotes nº 72 ao 96, vinculadas ao Projeto Habitacional de Interesse Social denominado "Loteamento Popular Harmonia" - 1ª etapa, localizado na Rua 887 - Domingos Anacleto Garcia, no bairro Três Rios do Norte, cada área edificada com uma unidade habitacional (kit casa modular) com metragem de 39,41m², contendo 04 (quatro) cômodos internos: sala e cozinha integrada, 02 (dois) quartos, 01 (um) banheiro, área de serviço externa e os acabamentos em geral, construídas através do Termo e Compromisso nº 018/SDC/2014, firmado com a Secretaria de Estado da Defesa Civil,

FUNDAMENTO LEGAL: Com fulcro na Lei Federal Nº 8.666/93, que estabelece normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, mormente no art. 17, inciso I, alínea "f", que se refere à alienação de bens imóveis residenciais construídos; proclama obediência à Lei Orgânica do Município; à Lei Municipal nº 3.875/2005 que estabelece critérios sobre a composição, defesa e alienação dos bens públicos municipais; Lei Municipal nº 7.477/2017, que autoriza a alienação de 25 (vinte e cinco) imóveis de propriedade do Município, situados no Loteamento Harmonia (1ª etapa), e orienta os procedimentos para a transferência de bens de projetos habitacionais populares; Lei 4.001/2005, que autoriza o Município, por intermédio do FROHAB, a conceder desconto para os mutuários dos programas habitacionais populares; bem como a Lei nº 1.824/94, que institui o Fundo Rotativo Habitacional.

PROMISSÁRIO VENDEDOR: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do Fundo Rotativo Habitacional - FROHAB.

**PROMITENTES COMPRADORES:****LOTE Nº 72**

Nome / CPF	Bruno Arndt/ 423.393.169-87
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 43.623,59 (quarenta e três mil seiscientos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos)
Valor de entrada/abatimento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56006/2015	R\$ 3.256,94 (três mil duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 168,19 (cento e sessenta e oito reais e dezenove centavos)

**LOTE Nº 73**

Nome / CPF	Katia Oliveira de Lima Marcante/ 004.013.939-50
Cônjuge / CPF	Osmar Marcante/ 035.437.079-06
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 56.737,33 (cinquenta e seis mil setecentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos)
Valor de entrada/abatimento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56005/2015	R\$ 6.915,72 (seis mil novecentos e quinze reais e setenta e dois centavos)

Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 207,59 (duzentos e sete reais e cinquenta e nove centavos)
--------------------------------	--

**LOTE Nº 74**

Nome / CPF	Daiane Oliveira de Lima/ 008.849.889-10
Cônjuge / CPF	Miguel Leal dos Santos/ 061.439.179-22
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abatimento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56011/2015	R\$ 4.578,78 (quatro mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 152,30 (cento e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

**LOTE Nº 75**

Nome / CPF	Laura Aparecida de Lima/ 690.880.719-34
Cônjuge / CPF	Priciliano dos Santos Lima/ 384.736.079-53
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abatimento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56007/2015	R\$ 4.578,78 (quatro mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 152,30 (cento e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

**LOTE Nº 76**

Nome / CPF	Eliane dos Santos/083.281.689-28
Cônjuge / CPF	Gilson Aparecido Elisbão/044.915.039-90
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abatimento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56026/2015	R\$ 342,76 (trezentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 169,95 (cento e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

**LOTE Nº 77**

Nome / CPF	Elisabete Loffi Tibes de Souza/ 026.853.039-44
Cônjuge / CPF	Ari Tibes de Souza/ 004.038.449-75
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abatimento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56024/2015	R\$ 3.765,12 (três mil setecentos e sessenta e cinco reais e doze centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 155,69 (cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)

**LOTE Nº 78**

Nome / CPF	Solange Vieira/ 991.577.211-49
Cônjuge / CPF	Alfredo de Oliveira/ 739.759.749-15
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abatimento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56014/2015	R\$ 3.795,18 (três mil setecentos e noventa e cinco reais e dezoito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 155,69 (cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)

**LOTE Nº 79**

Nome / CPF	Joana Paula Lima Kalecki/ 070.806.759-01
------------	--

Cônjuge / CPF	Valdemir da Silva/ 045.890.609-30
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56009/2015	R\$ 4.578,78 (quatro mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 152,30 (cento e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

**LOTE Nº 80**

Nome / CPF	Rosa Divina dos Santos Lima/512.406.029-87
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56012/2015	R\$ 4.578,78 (quatro mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 152,30 (cento e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

**LOTE Nº 81**

Nome / CPF	Lucieli Adelia Soares Novaes/ 092.996.399-73
Cônjuge / CPF	Claudionei da Silva/ 076.901.169-89
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56022/2015	R\$ 3.765,12 (três mil setecentos e sessenta e cinco reais e doze centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 155,69 (cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)

**LOTE Nº 82**

Nome / CPF	André Borges dos Santos/ 023.474.439-17
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56023/2015	R\$ 3.765,12 (três mil setecentos e sessenta e cinco reais e doze centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 155,69 (cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)

**LOTE Nº 83**

Nome / CPF	Maria Angelita Schikorski/ 951.523.779-34
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56018/2015	R\$ 4.360,02 (quatro mil trezentos e sessenta reais e dois centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 153,21 (cento e cinquenta e três reais e vinte e um centavos)

**LOTE Nº 84**

Nome / CPF	Rosilda Ferreira de Assis/ 877.510.899-20
Cônjuge / CPF	Manoel Bolomini/ 399.976.009-59
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 43.623,59 (quarenta e três mil seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56001/2015	R\$ 5.078,78 (cinco mil e setenta e oito reais e setenta e oito centavos)

Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 160,60 (cento e sessenta reais e sessenta centavos)
--------------------------------	---

**LOTE Nº 85**

Nome / CPF	Rosane Rodrigues da Silva Graunke/039.362.419-61
Cônjuge / CPF	Neri Beno Graunke/751.466.149-20
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 56.737,33 (cinquenta e seis mil setecentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56003/2015	R\$ 6.621,84 (seis mil seiscentos e vinte e um reais e oitenta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 208,81 (duzentos e oito reais e oitenta e um centavos)

**LOTE Nº 86**

Nome / CPF	Diana da Silva/033.563.309-93
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56004/2015	R\$ 5.013,53 (cinco mil e treze reais e cinquenta e três centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 150,49 (cento e cinquenta reais e quarenta e nove centavos)

**LOTE Nº 87**

Nome / CPF	Marlene da Silva/ 161.635.788-64
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56013/2015	R\$ 514,14 (quinhentos e quatorze reais e quatorze centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 169,24 (cento e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos)

**LOTE Nº 88**

Nome / CPF	Sirlene da Silva Conrado/ 061.533.279-07
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos))
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56015/2015	R\$ 4.360,02 (quatro mil trezentos e sessenta reais e dois centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 153,21 (cento e cinquenta e três reais e vinte e um centavos)

**LOTE Nº 89**

Nome / CPF	Neli Soares/536.566.870-72
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abate-mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56010/2015	R\$ 4.578,78 (quatro mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 152,30 (cento e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

**LOTE Nº 90**

Nome / CPF	Claudir dos Santos Paula/ 052.150.849-55
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)

Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56017/2015	R\$ 4.360,02 (quatro mil trezentos e sessenta reais e dois centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 153,21 (cento e cinquenta e três reais e vinte e um centavos)

**LOTE Nº 91**

Nome / CPF	Simone Vieira/ 057.688.749-84
Cônjuge / CPF	Carlos Eduardo da Silva/ 022.611.940-80
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56021/2015	R\$ 4.171,74 (quatro mil cento e setenta e um reais e setenta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais)

**LOTE Nº 92**

Nome / CPF	Bernadete Machado da Silva/ 053.865.919-08
Cônjuge / CPF	Adolir da Silva/ 469.929.019-15
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56008/2015	R\$ 4.579,34 (quatro mil quinhentos e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 152,30 (cento e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

**LOTE Nº 93**

Nome / CPF	Terezinha de Jesus Ferreira/ 039.072.429-71
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56019/2015	R\$ 685,52 (seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 168,52 (cento e sessenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)

**LOTE Nº 94**

Nome / CPF	Vilmo Rodrigues dos Santos/ 016.957.669-89
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)

Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56016/2015	R\$ 4.360,02 (quatro mil trezentos e sessenta reais e dois centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 153,21 (cento e cinquenta e três reais e vinte e um centavos)

**LOTE Nº 95**

Nome / CPF	Ermeli Janete Machado/ 419.545.139-68
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 41.131,31 (quarenta e um mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56020/2015	R\$ 4.360,02 (quatro mil trezentos e sessenta reais e dois centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 153,21 (cento e cinquenta e três reais e vinte e um centavos)

**LOTE Nº 96**

Nome / CPF	Marilene kuffel da Silva/ 764.952.059-53
Valor do Imóvel a ser cobrado	R\$ 43.623,59 (quarenta e três mil seiscen- tos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos)
Valor de entrada/abati- mento relativo ao Termo de Ocupação Provisória nº 56002/2015	R\$ 5.078,78 (cinco mil e setenta e oito reais e setenta e oito centavos)
Valor das Parcelas (240 Meses)	R\$ 160,60 (cento e sessenta reais e sessenta centavos)

VALOR TOTAL: R\$ 1.066.971,63 (um milhão, sessenta e seis mil novecentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), conforme Lei Municipal Nº 7.477/2017 de 06 de outubro de 2017.

**PRAZO DA AMORTIZAÇÃO:** A amortização será realizada em 240 (duzentos e quarenta) parcelas, mediante o pagamento via boleto bancário na Agência da Caixa Econômica Federal Nº 2707, Conta Movimento Nº 0006-8 – Amortização, Operação Nº 006, em nome do Fundo Rotativo Habitacional – FROHAB, ou outro que o suceder.

Jaraguá do Sul, SC, 07 de dezembro de 2017.

**SIGNATÁRIOS:** Maria Santin Camello - Secretária da Assistência Social e Habitação; Luís Fernando Almeida - Coordenador do Fundo Rotativo Habitacional – FROHAB e Antídio Aleixo Lunelli - Prefeito Municipal.

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 215/2017**

Publicação Nº 1458472

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 215/2017**

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

ORIGEM: Edital de Credenciamento Nº 003/2017-SEMCEL

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21/06/1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: SOCIEDADE CULTURA ARTÍSTICA - SCAR- CNPJ 82.901.638/0001-68

OBJETO: prestação de serviços técnicos especializados nas áreas artístico culturais, por meio de concessão de bolsas culturais junto ao Programa Incentivando Talentos – Bolsas de Estímulo a Cultura, de acordo com o Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 003/2017/SEMCEL, conforme tabela abaixo:

Área Artístico Cultural	Modalidade/Gênero	Vaga
ARTES VISUAIS E ARTES PLÁSTICAS	PINTURA	12
DANÇA	DANÇA ACROBÁTICA	06
DANÇA	BALLET CLÁSSICO	38
DANÇA	JAZZ	15
DANÇA	DANÇAS URBANAS	11



TEATRO	TEATRO INFANTIL	08
TEATRO	TEATRO JUVENIL	10
TEATRO	TEATRO ADULTO	09
MÚSICA	VIOLINO	10
MÚSICA	PIANO	08
MÚSICA	MUSICALIZAÇÃO	04
MÚSICA	CANTO	05
TOTAL		136

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

VALOR: O CONTRATADO comprovou matrícula de 136 alunos contemplados no Programa Incentivando Talentos, fazendo jus a remuneração mensal de R\$ 14.960,00, perfazendo um total anual de R\$164.560,00 (cento e sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade compreende o período de 05/02/2018 a 22/12/2018, no endereço sito a Rua Jorge Czerniewicz, nº160, bairro Czerniewicz, no município de Jaraguá do Sul, acrescido de 60 (sessenta) dias, compreendido o período de vigência do credenciamento, referido no item 12.1, do Edital de Credenciamento nº 003/2017-SEMCEL.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
27.01.13.392.1100.4.108	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	23	80

Jaraguá do Sul (SC), 11 de dezembro de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição  
Presidente Comissão

## RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 216/2017

Publicação Nº 1458474

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 216/2017

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

ORIGEM: Edital de Credenciamento Nº 003/2017-SEMCEL

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21/06/1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: CENTRO CULTURAL NEUE HEIMAT – CNPJ 05.077.910/0001-96

OBJETO: prestação de serviços técnicos especializados nas áreas artístico culturais, por meio de concessão de bolsas culturais junto ao Programa Incentivando Talentos – Bolsas de Estímulo a Cultura, de acordo com o Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 003/2017/SEMCEL, conforme tabela abaixo:

Área Artístico Cultural	Modalidade/Gênero	Vaga
EXPRESSÃO CULTURAL	DANÇAS FOLCLÓRICAS	14
ARTES VISUAIS E ARTES PLÁSTICAS	PINTURA	03
MÚSICA	ACORDEON	08
MÚSICA	VIOLÃO POPULAR	22
MÚSICA	CÍTARA	04
MÚSICA	FLAUTA DOCE	03
MÚSICA	TECLADO	06
TOTAL		60

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

VALOR: O CONTRATADO comprovou matrícula de 60 alunos contemplados no Programa Incentivando Talentos, fazendo jus a remuneração mensal de R\$ 6.600,00, perfazendo um total anual de R\$ 72.600,00 (setenta e doze mil e seiscentos reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade compreende o período de 05/02/2018 a 22/12/2018, no endereço Rua Alberto Santos Dumont, 800, Vila Lalau, no município de Jaraguá do Sul, acrescido de 60 (sessenta) dias, compreendido o período de vigência do credenciamento, referido no item 12.1, do Edital de Credenciamento nº 003/2017-SEMCEL.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
27.01.13.392.1100.4.108	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	23	80

Jaraguá do Sul (SC), 11 de dezembro de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição  
Presidente Comissão

## RESOLUÇÃO Nº 032/2017/CA/ISSEM

Publicação Nº 1457877

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
--	--

### RESOLUÇÃO Nº 032/2017/CA/Issem

Dispõe sobre a aprovação da Política de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS/ISSEM, para o exercício de 2018.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2017, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 33/2003 - Subseção I que trata da Competência do Conselho de Administração do ISSEM - Art.7º incisos I - “aprovar a política e diretrizes de investimentos dos recursos do ISSEM” e II - “participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos”;

CONSIDERANDO o Ofício 2010/2017/Issem que encaminha a Política de Investimento do Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS/ISSEM, exercício de 2018, para a aprovação deste Conselho;

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento reuniu-se no dia 04 e 11/12/2017, às 13h30, na sala 08/Issem, para apreciação para apreciação da Política de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS/ISSEM, para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO que a Política de Investimento do ano de 2018 foi elaborada com foco na Resolução BACEN/CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 e as alterações promovidas pela Resolução Nº 4.604/2017 do Banco Central do Brasil, na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e as alterações, bem como no processo de credenciamento das instituições.

CONSIDERANDO que a Política de Investimento do Fundo Municipal de Previdência Social tem por objetivo a maximização da rentabilidade dos seus ativos, constituindo reservas para o pagamento de suas obrigações, levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

CONSIDERANDO que em linha com a necessidade atuarial, a Meta de Rentabilidade para o ano de 2018 é que alcance no mínimo desempenho equivalente a 5% acrescida da variação do INPC divulgada pelo IBGE. Esta meta será aplicada para os dois fundos (Financeiro e Previdenciário) devido à expectativa do repasse do COMPREV ao Fundo Financeiro e a simplificação da Política de Investimento.

CONSIDERANDO que diante disso, os limites de alocação dos Recursos da Política de Investimentos de 2018 foram definidos, estando de acordo com os limites estipulados na Resolução BACEN/CMN nº 3.922/2010 e suas alterações, conforme segue:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS		4.604	PI		
ARTIGO 7º - RENDA FIXA		100%	100%		
I, a	Títulos tesouro nacional – selic	100%	50%		
I, b	Cotas de fi referenciado 100% ttn	100%	100%		
I, c	Cotas de fundos de índices de renda fixa 100% ttn	100%	100%		
II	Operações compromissadas	5%	0%		
III, a	Cotas de fi classificados como rf referenciado (não atrelado ao cdi)	60%	60%		
III, b	Cotas de fundos de índices de renda fixa (não atrelado ao cdi)	60%	40%		



IV, a	Cotas de fi classificados como renda fixa	40%	40%
IV, b	Cotas de fundos de índices de renda fixa	40%	30%
V	Letras imobiliárias garantidas	20%	10%
VI, a	Certificado de depósito bancário (cdb)	15%	10%
VI, b	Depósito de poupança	15%	1%
VII, a	Cotas sêniores de fidc	5%	5%
VII, b	Cotas de fi renda fixa "crédito privado"	5%	5%
VII, c	Cotas de fi de debêntures incentivadas	5%	5%
ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL e INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		30%	30%
I, a	Cotas de fi de renda variável (Índice com no mínimo 50 ações)	30%	13%
I, b	Cotas de fundos de índice de renda variável (Índice com no mínimo 50 ações)	30%	10%
II, a	Cotas de fi de renda variável	20%	10%
II, b	Cotas de fundos de índice de renda variável	20%	10%
III	Cotas de fi multimercado - aberto	10%	10%

CONSIDERANDO que a Política incluiu o limite de 1% em alocação de depósito de poupança que será utilizado apenas para valores referentes a honorários advocatícios.

CONSIDERANDO que o total aplicado em cada inciso e alínea deverão respeitar os seguintes limites no somatório:

ENQUADRAMENTO	LIMITE SOMATÓRIO
aRT. 7º, III, a aRT. 7º, III, B	60%
aRT. 7º, IV A aRT. 7º, IV B	40%
ART. 7º, VI A ART. 7º, VI B	15%
ART. 7º, VII A ART. 7º, VII B ART. 7º, VII C	5%
aRT. 8º	30%

CONSIDERANDO o PARECER Nº 012/2017/CFO/CA/ISSEM/JS FAVORÁVEL à sua aprovação.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a Política de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS/ISSEM, para o exercício de 2018.

Art. 2º - Recomendar no que se refere a possibilidade relacionada à adoção do modelo de gestão mista, nos moldes do artigo nº 15, parágrafo 1º, inciso I da Resolução Nº 3.922/2010, que por ocasião da efetivação da proposta, a mesma seja submetida, em tempo hábil, à análise e apreciação do Conselho de Administração, em específico no que se refere às vantagens, desvantagens e custos necessários à implantação do novo modelo de gestão.

Art. 3º - que a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2017.

Charles Sérgio Pereira

Presidente do Conselho de Administração do ISSEM

**SEMED - PORTARIA Nº 451/2017**

Publicação Nº 1457716

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº451/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 901/2016, de 14.12.2016, que admitiu SIRENE SEGURO GRUCHOSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de ARTE , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 452/2017**

Publicação Nº 1457717

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 452/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 903/2016, de 14.12.2016, que prorrogou a portaria de RUTE CANDIDA DE ARAUJO para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 453/2017**

Publicação Nº 1457718

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº453/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 904/2016, de 14.12.2016, que admitiu JANAINA APARECIDA MENDES, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, ANOS INICIAIS , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 454/2017**

Publicação Nº 1457719

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº454/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 905/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de DANIELLE DE LIMA REIS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 455/2017**

Publicação Nº 1457720

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº455/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 906/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de KAROLINA ZANGHELINI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 456/2017**

Publicação Nº 1457721

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº456/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 907/2016, de 15.01.2016, que prorrogou a portaria de PRISCILLA BETANIA STONOGA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 457/2017**

Publicação Nº 1457722

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº457/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 908/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de IEDA DEMARCHI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 458/2017**

Publicação Nº 1457723

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 458/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 909/2016, de 15.12.2016, que

prorrogou a portaria de VIVIANE PETRY SHAPPO para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 459/2017**

Publicação Nº 1457724

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº459/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 910/2016, de 05.12.2016, que prorrogou a portaria de LUCIANE BERTOLI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 460/2017**

Publicação Nº 1457725

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº460/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 911/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de DANIELLE SOARES DE SENE, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 461/2017**

Publicação Nº 1457727

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº461/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 912/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de ADRIANA SAPLINSKI SPEZIA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 462/2017**

Publicação Nº 1457728

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº462/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 913/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de MARCICLEIDE MARIA DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 463/2017**

Publicação Nº 1457729

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 463/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 914/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de DORALICE FUSSI RIBEIRO para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 464/2017**

Publicação Nº 1457730

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 464/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 915/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de ELIANE TEREZINHA MARQUES DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 465/2017**

Publicação Nº 1457731

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 465/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 916/2016, de 15.12.2016, que

prorrogou a portaria de BEATRIZ DE OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 466/2017**

Publicação Nº 1457732

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 466/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 917/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de MERIELE BAIRROS, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 467/2017**

Publicação Nº 1457733

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 467/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 918/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de ADRIANE DOS SANTOS CAMARGO NARDELLI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação



**SEMED - PORTARIA Nº 468/2017**

Publicação Nº 1457734

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
---

PORTARIA Nº468/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 919/2016, de 15.12.2016, que admitiu BRUNI HUBNER SCHWARTZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de ARTE, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 469/2017**

Publicação Nº 1457736

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
---

PORTARIA Nº469/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 920/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de VALDILEIA MARA STEILEIN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 470/2017**

Publicação Nº 1457738

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
---

PORTARIA Nº 470/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL,

no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 922/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de SILVIA HELENA DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 471/2017**

Publicação Nº 1457740

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
---

PORTARIA Nº 471/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 923/2016, de 15.12.2016, que admitiu JANE FERREIRA PEREIRA, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 472/2017**

Publicação Nº 1457742

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
---

PORTARIA Nº472/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 924/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de ELENIR CABRAL DO AMARAL TRAINOTI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.



Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 473/2017**

Publicação Nº 1457743

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 473/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 925/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de IRENE RIBEIRO DA CRUZ, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 474/2017**

Publicação Nº 1457744

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 474/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 926/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de GIZELY SILVA DE SOUZA DE AGUIAR, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 475/2017**

Publicação Nº 1457745

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 475/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 928/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de NEUZIMAR MARIA CALAZANS CAMARGO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 476/2017**

Publicação Nº 1457747

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 476/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 929/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de DILCE FERNANDES DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 477/2017**

Publicação Nº 1457748

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
---

PORTARIA Nº477/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 930/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de LILIAN REGINA RUCKS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 478/2017**

Publicação Nº 1457749

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
---

PORTARIA Nº 478/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 931/2016, de 15.12.2016, que admitiu ANA RITA POVALA DE RAMOS, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 479/2017**

Publicação Nº 1457753

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
---

PORTARIA Nº 479/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 932/2016, de 15.12.2016, que admitiu CLEYDE TERESA CHIODINI PEDRI, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 480/2017**

Publicação Nº 1457755

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
---

PORTARIA Nº480/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 934/2016, de 15.12.2016, que admitiu VIVIANE MINIKOWSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de INGLÊS, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRAENGE TÉCNICAS DE ENGENHARIA LTDA E O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL – SC.**

Publicação Nº 1457784

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
DIRETORIA DE HABITAÇÃO

Termo de Compromisso que entre si celebram a empresa Braenge Técnicas de Engenharia LTDA e o Município de Jaraguá do Sul – SC.

A BRAENGE TÉCNICAS DE ENGENHARIA LTDA, sociedade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.639.152/0001-09, estabelecida na Rua Bruno Filgueira, nº 2370, Bigorrrilho, Curitiba/PR, neste ato representado pelo sócio-gerente Senhor MARCELO AZEVEDO BRAGA, portador do CPF nº 170.040.049-53, de ora em diante denominado de INTERVENIENTE EXECUTOR e o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.459/0001-23, com sede governamental

na Rua Walter Marquardt, nº 1.111. bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob nº 438.634.429-20, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, resolvem firmar o presente documento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo tem por objeto a parceria entre o INTERVENIENTE EXECUTOR e o ente público para a utilização da demanda habitacional inscrita no município para a comercialização de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com enquadramento na Faixa 1,5 (para famílias com renda bruta familiar de até R\$ 2,6 mil) e Faixa 2 (para famílias com renda bruta familiar de até R\$ 4 mil).

1.2 O INTERVENIENTE EXECUTOR ofertará unidades habitacionais no Residencial Danúbio, localizado na Rua Ernesto Bruns, nº 121, bairro Ilha da Figueira, nas seguintes condições:

##### I - Faixa 1,5 do PMCMV:

a) 40 (quarenta) unidades habitacionais, com preço de venda de R\$117.000,00 (cento e dezessete mil reais). Estas unidades terão como prazo de construção 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura dos contratos de venda junto à Caixa Econômica Federal. Estes apartamentos terão acabamento simplificado, não recebendo cerâmica nos pisos dos quartos e sala, com azulejos somente nas áreas molhadas da cozinha e do banheiro e não terão churrasqueira individual.

##### II - Faixa 2 do PMCMV:

a) 8 (oito) unidades habitacionais a construir, com preço de venda de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais), localizados nos térreos dos Blocos 9A – 3A – 4A e 5A que tem jardim interno de uso exclusivo e acabamento simplificado.

b) 3 (três) unidades habitacionais prontos, com preço de venda de R\$145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), localizados no segundo pavimento dos Blocos 6A e 7A com acabamento superior, com cerâmica no piso em todo apartamento, azulejos em todas as paredes do banheiro e na cozinha onde indicado no projeto, e churrasqueira.

c) 20 (vinte) unidades habitacionais a construir, com preço de venda de R\$145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), localizados nos quartos pavimentos dos Blocos 8A – 9A – 3A – 4A e 5A com acabamento superior.

d) 2 (duas) unidades habitacionais prontos, com preço de venda de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), localizados no quarto pavimento do Bloco 6A com acabamento superior.

1.3 A contratação do imóvel pelo interessado dependerá da simulação do financiamento habitacional a ser realizado junto ao correspondente bancário da Caixa Econômica Federal.

1.4 A unidade básica é composta por dois quartos, sala, cozinha, banheiro, circulação e varanda. Além da área construída, a cada unidade corresponderá uma vaga de estacionamento descoberto, em pátio com pavimentação asfáltica.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSTRUÇÃO E OBRIGAÇÕES DO INTERVENIENTE EXECUTOR

2.1 Toda a responsabilidade que envolve o processo construtivo,

elaboração de projetos, memoriais descritivos, ART de execução, vistorias, fiscalização, prestação de contas e plano de aplicação dos recursos financeiros captados junto ao Governo Federal caberá ao INTERVENIENTE EXECUTOR.

2.2 O INTERVENIENTE EXECUTOR é responsável por todo e qualquer contato com as famílias para as tratativas de negociação da unidade habitacional.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1 O MUNICÍPIO, através da Diretoria de Habitação, tem a responsabilidade de fornecer a relação da demanda habitacional cadastrada no município, de acordo com as diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, Faixa 1,5 e 2. Inclusive de divulgar a referida proposta a todos os funcionários da Prefeitura, autarquias e fundações.

3.2 O MUNICÍPIO não se responsabilizará pela negativa da contratação do imóvel mediante à simulação do financiamento habitacional junto ao correspondente bancário da Caixa Econômica Federal.

3.3 O MUNICÍPIO não se responsabilizará por possíveis atrasos na entrega das unidades habitacionais aos beneficiários pela construtora.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O pessoal utilizado por qualquer uma das partes na execução das atividades relacionadas ao presente termo, nas condições de empregado, autônomo, empreiteiro ou qualquer outro título, não configura nenhuma vinculação ou direito em relação à outra parte, ficando a cargo exclusivo do respectivo contratante (Braenge Técnicas de Engenharia LTDA) a integral responsabilidade, inexistindo qualquer solidariedade.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente documento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo consentimento, pelo inadimplemento das obrigações assumidas pelas partes, ou pela iniciativa unilateral de qualquer delas, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, de uma à outra, restando a cada qual, tão somente, a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

DATA DA ASSINATURA: Jaraguá do Sul/SC, 07 de dezembro de 2017.

SIGNATÁRIOS: Marcelo Azevedo Braga - Braenge Técnicas de Engenharia LTDA, Antídio Aleixo Lunelli – Prefeito e Luís Fernando Almeida - Diretor de Habitação.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - FMS - 2017**

Publicação Nº 1457538

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1967/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 20 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5013    Dcto Fiscal nr.: 001.384)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>BMI PROSPER EIRELI</b> Endereço: Av. Rio Branco, 817 - sala 603 Cidade: Florianópolis - SC - CEP: 88015-200 CNPJ: 14.012.375/0001-86      Inscrição Estadual:	Código: 41559      Telefone: 483039-4345 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3544-0 - BEIRA MAR NORT Conta Corrente: 31.989-9
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
42	40,00	PCT	SACO P/ LIXO 100 L C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 75 X 105CM X0,07 (MICRAGEM) - CAP. 20kg (8408)	ZIBAG	23,08	923,20
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	923,20
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	923,20

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 1987/2017</b></p> <hr/> <p>Processo Nr.: 15/2017  Data do Processo: 06/06/2017  Data da Homologação: 07/08/2017  Sequência da Adjudicação: 37  Data da Adjudicação: 31/10/2017</p> <hr/> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 15/2017 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5032    Dcto Fiscal nr.: 004.151)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>SATÉLITE COMERCIAL LTDA EPP</b>      Código: 39724      Telefone: 41-3249-1040  Endereço: AV. FREDERICO LAMBERTUCCI, 863      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  Cidade: CURITIBA - PR - CEP: 81330-000      Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA  CNPJ: 82.629.072/0001-67      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 45335-8</p>
--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Centro de Custo:</b> 210 - CAPS II - DME  <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade  <b>Dotações Utilizadas:</b> 89 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II - (15.01.2.702.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização  <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido  <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF  <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.</p> <p><b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NO CAPS II</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
---	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	3,00	GL	DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACADO . (16490)	CLARALUX	10,24	30,72
33	6,00	UN	REFIL P/ MOP PÔ (15102)	BRALIMPIA	20,74	124,44
39	60,00	UN	SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML (13079)	CLARALUX	4,29	257,40
45	12,00	UN	VASSOURA DE PALHA DE MILHO - COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM (8409)	COLONO	9,90	118,80
					<b>Total Geral:</b>	531,36
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	531,36

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1988/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 38 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5033    Dcto Fiscal nr.: 004.150)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>SATÉLITE COMERCIAL LTDA EPP</b> Endereço: AV. FREDERICO LAMBERTUCCI, 863 Cidade: CURITIBA - PR - CEP: 81330-000 CNPJ: 82.629.072/0001-67      Inscrição Estadual:	Código: 39724      Telefone: 41-3249-1040 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA Conta Corrente: 45335-8
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 210 - CAPS II - DME <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 89 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II - (15.01.2.702.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA USO NO CAPS II	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
57	120,00	UN	PILHAS ALCALINAS AA 1.5 V (12735)	ELGIN	1,30	156,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	156,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	156,00

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1989/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 39 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5034    Dcto Fiscal nr.: 2546)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>ZELI ODETE DA SILVA ME</b> Endereço: Rod. Br. 280, km 21, nº 10.750 Cidade: Araquari - SC - CEP: 89245-000 CNPJ: 19.232.159/0001-60      Inscrição Estadual:	Código: 46450      Telefone: 473455-0009 Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA F Agência: 4728 - ARAQUARI Conta Corrente: 266-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
---	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização  
**Condições de Pagto:** até 30 dias após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	480,00	L	DESINFETANTE FR C/ 1000 ML (8321)	Belladona	1,40	672,00
6	480,00	FR	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML (8322)	Belladona	1,10	528,00
13	45,00	GL	HIPOCLORITO DE SÓDIO (9180)	Belladona	9,00	405,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.605,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.605,00

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2023/2017</b>  <b>Processo Nr.: 21/2017</b> <b>Data do Processo: 10/07/2017</b> <b>Data da Homologação: 23/08/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 21</b> <b>Data da Adjudicação: 08/11/2017</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5131      Dcto Fiscal nr.: 15639408)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>GENÉSIO A. MENDES &amp; CIA LTDA</b> Endereço: RUA SÃO LUIZ 127 - GALPÃO K Cidade: Tubarão - SC - CEP: 88075-190 CNPJ: 82.873.068/0001-40      Inscrição Estadual: 250.064.111	Código: 24205      Telefone: 0806436666 Banco: 104 - CAIXA FEDERAL Agência: 410 - CAIXA Conta Corrente: 1000-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF <b>Local de Entrega:</b> Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> - GERALDO CECHINI - 5000981-13.2011.404/ IZILDA MARIA CLEMES - 0302634-17.2015.8.24.0036/ REINALDO SCHROEDER - 0900466-24.2014.8.24.0036/ MARIA DE LOURDES LOURENZETTI - 5000.66364.2010.404.7209	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
26	12,00	UN	BROMETO DE TIOTRÓPIO 2,5MCG/DOSE SOL. INAL. 4ml (22013)	SPIRIVA RESPIII	202,85	2.434,20
61	3,00	UN	CYMBALTA - CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG - cx. c/ 28 capsulas (32051)	DUAL/ACHE	39,90	119,70
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.553,90
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.553,90

Jaraguá do Sul, 8 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL**CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253  
RUA ISIDORO PEDRI, 120  
C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2024/2017**Processo Nr.: 21/2017  
Data do Processo: 10/07/2017  
Data da Homologação: 23/08/2017  
Sequência da Adjudicação: 22  
Data da Adjudicação: 08/11/2017**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 21/2017 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 5132 Dcto Fiscal nr.: 082.496)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS** Código: 24080 Telefone: 5532122447  
Endereço: RUA SAMUEL KRUCHIN 200 B.PATRONATO VILA Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Santa Maria - RS - CEP: 97020-670 Agência: 126-0 - SANTA MARIA (RS)  
CNPJ: 94.894.169/0001-86 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 4739-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **Solicitações:**  
**Unidade:** 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Centro de Custo:** 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS  
**Fonte de Recurso:** Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  
**Dotações Utilizadas:** 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)

**Compl. Elemento:** 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais  
**Condições de Pagto:** Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF  
**Local de Entrega:** Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS:  
- ALBERTO ZICK - 03011994-77.2016.8.24.0036  
- CINTIA KAMMER - 0301245-94.2015.8.24.0036

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
71	6,00	CX	OXALATO DE ESCITALOPRAM 15MG (EXODUS) COMPRIMIDO (32415)	EMS	46,50	279,00

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	279,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	279,00

Jaraguá do Sul, 8 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2025/2017</b>  Processo Nr.: 21/2017 Data do Processo: 10/07/2017 Data da Homologação: 23/08/2017 Sequência da Adjudicação: 23 Data da Adjudicação: 08/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5133    Dcto Fiscal nr.: 79961)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA</b> Endereço: Rua Prof. Leonidas F. Costa, 830, S/N Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80220-410 CNPJ: 81.706.251/0001-98      Inscrição Estadual: 101.76046-40	Código: 35220      Telefone: 4133329188 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1458-3 - BAIRRO UBERAB/ Conta Corrente: 1260-2
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF <b>Local de Entrega:</b> Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: - ERENTAUT HOPPE MURARA - 5005307-11.2014.404.7209 - MARIA ROSA DE SOUZA FLORES BERNARDO - 0301534-27.2015.8.24.0036	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
157	4,00	UN	RIVAROXABAN 20MG (xarelto) caixa c/28 comprimidos (29823)	XARELTO/BAYE	191,66	766,64
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	766,64
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	766,64

Jaraguá do Sul, 8 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<p align="center"><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center"><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2034/2017</b></p> <hr/> <p>Processo Nr.: 27/2017  Data do Processo: 04/08/2017  Data da Homologação: 27/10/2017  Sequência da Adjudicação: 1  Data da Adjudicação: 27/10/2017</p> <hr/> <p align="center"><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 27/2017 - PR</b></p>
(Empenho Ordinário nr.: 5141)	Folha: 1/2

<p>Fornecedor: <b>REM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA</b>  Endereço: Rua Columbus, 282, subsolo e térreo fund  Cidade: São Paulo - SP - CEP: 05304-010  CNPJ: 47.334.701/0001-20      Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 45365      Telefone: 113377-9922  Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  Agência: 3320-0 - SAO PAULO (SP)  Conta Corrente: 3289-1</p>
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Centro de Custo:</b> 264 - LABORATÓRIO MUNICIPAL ANÁLISES CLÍNICAS  <b>Fonte de Recurso:</b> Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária  <b>Dotações Utilizadas:</b> 118 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.01.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)</p>	<p align="center"><b>Solicitações:</b></p>
<p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.11.00.00.00 - Material Químico  <b>Condições de Pagto:</b> em até 30 dias, após a entrega de cada pedido  <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 07(sete) dias úteis, após o recebimento da AF  <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços aquisição de reagentes, com concessão de uso gratuita em regime de comodato, de toda a aparelhagem automática para a completa execução dos testes, com fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, conforme especificações e quantidades estimadas nos anexos deste Edital.</p>	
<p><b>Observações:</b>  ESPECIFICAÇÕES:  - AS EMB. COM AS EXIG. DA LEGISL. VIGENTE E COM AS ESPECIF. E AINDA TODOS OS DADOS DE IDENT., PROCED., DATA DE FAB., PRAZO DE VAL., Nº DO LOTE, ETC.  - ITENS COMPAT. COM MARCA DO COMODATO  - VALIDADE MIN. 1 ANO DA DATA DE ENTREGA</p>	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1.400,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO DE 3ª GERAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (AGHB), EM SORO OU PLASMA HUMANOS. (23350)	DIASORIN	9,16	12.824,00
2	1.000,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DOS ANTICORPOS FRENTE AO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (ANTI-HBS) EM SORO OU PLASMA HUMANO (23351)	DIASORIN	9,21	9.210,00
3	700,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS TOTAIS (ANTI HBC TOTAL), CONTRA O ANTÍGENO DO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANO (23352)	DIASORIN	7,42	5.194,00
4	400,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O ANTÍGENO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANOS. (23353)	DIASORIN	10,86	4.344,00
5	1.200,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPO CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C EM SORO OU PLASMA HUMANO. (23354)	DIASORIN	15,76	18.912,00
6	1.600,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DO VÍRUS HIV 1 E 2, PARA USO EM EQUIPAMENTO DE AUTOMAÇÃO, COM SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE EM TORNO DE 100% E 99% (23355)	DIASORIN	8,96	14.336,00
7	100,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO P/ DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO HBE (AGHBE) DO VÍRUS DA HEPATITE B. (23357)	DIASORIN	7,72	772,00

Jaraguá do Sul, 8 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253  
 RUA ISIDORO PEDRI, 120  
 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2034/2017**

Processo Nr.: 27/2017  
 Data do Processo: 04/08/2017  
 Data da Homologação: 27/10/2017  
 Sequência da Adjudicação: 1  
 Data da Adjudicação: 27/10/2017

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 27/2017 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 5141)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	100,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTICORPO FRENTE AO ANTÍGENO HBE DA HEPATITE B (ANTI-HBE) EM SORO OU PLASMA HUMANO (23358)	DIASORIN	7,43	743,00
9	800,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O TOXOPLASMA GONDII EM SORO OU PLASMA. OS RESULTADOS DEVEM SER EXPRESSADOS EM UI/ML. (23359)	DIASORIN	10,35	8.280,00
10	800,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O TOXOPLASMA GONDII. (23360)	DIASORIN	11,34	9.072,00
11	25,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO DA AVIDEZ DE ANTICORPOS IGG PARA O TOXOPLASMA GONDII EM AMOSTRAS DE SORO E PLASMA HUMANO (29460)	DIASORIN	22,18	554,50
12	500,00	UN	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUANTITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. (23361)	DIASORIN	8,49	4.245,00
13	500,00	UN	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. (23362)	DIASORIN	9,48	4.740,00
14	1.000,00	UN	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IgG E IgM CONTRA TREPONEMA PALLIDUM (ANTI SIFILIS) EM SORO OU PLASMA. (29461)	DIASORIN	12,21	12.210,00
15	100,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. (29496)	DIASORIN	6,80	680,00
16	100,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. (29497)	DIASORIN	8,50	850,00

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	106.966,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	106.966,50

Jaraguá do Sul, 8 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2058/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 41/2016 <b>Data do Processo:</b> 30/09/2016 <b>Data da Homologação:</b> 01/12/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 10 <b>Data da Adjudicação:</b> 13/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 41/2016 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5204    Dcto Fiscal nr.: 41.529)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA</b> Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 1918 Cidade: RIO DO SUL - SC - CEP: 89160-000 CNPJ: 83.157.032/0001-22	Código: 23894  Inscrição Estadual:	Telefone: (47) 3531-9800 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 276-3 - RIO DO SUL (SC) Conta Corrente: 282126-5
--	--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Unidade:** 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Centro de Custo:**  
**Fonte de Recurso:** Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária  
**Dotações Utilizadas:** 2.660.3.3.90.00.00.00.00 (30) - Assistência de Atenção Básica - PAB  
  
**Compl. Elemento:** 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita  
**Condições de Pagto:** segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** prazo máximo de 10(dez) dias úteis  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICAS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.  
  
**Observações:** FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	7.000,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. M (11864)	Biofral/Confort f	1,35	9.450,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	9.450,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	9.450,00

Jaraguá do Sul, 13 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
 Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2059/2017</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 41/2016 <b>Data do Processo:</b> 30/09/2016 <b>Data da Homologação:</b> 01/12/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 11 <b>Data da Adjudicação:</b> 13/11/2017
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 41/2016 - PR</b>

(Empenho Ordinário nr.: 5205    Dcto Fiscal nr.: 012.188)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP</b> Endereço: Rua Beco José Paris, 220 Cidade: Porto Alegre - RS - CEP: 91140-310 CNPJ: 00.681.516/0001-49      Inscrição Estadual:	Código: 42309      Telefone: 513072-4861 Banco: Agência: Conta Corrente:
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Unidade:** 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Centro de Custo:**  
**Fonte de Recurso:** Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária  
**Dotações Utilizadas:** 2.660.3.3.90.00.00.00.00 (30) - Assistência de Atenção Básica - PAB  
  
**Compl. Elemento:** 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita  
**Condições de Pagto:** segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** prazo máximo de 10(dez) dias úteis  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICAS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.  
  
**Observações:** FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	6.000,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. G (11865)	CK	1,30	7.800,00
5	13.500,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. GG (21438)	CK	1,38	18.630,00
6	1.500,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. GG (21438)	CK	1,38	2.070,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	28.500,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	28.500,00

Jaraguá do Sul, 13 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2060/2017</b>  Processo Nr.: 24/2017 Data do Processo: 17/07/2017 Data da Homologação: 23/10/2017 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 23/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 24/2017 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5206)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>ALVIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP</b> Endereço: Avenida do Forte, 1343 Cidade: Porto Alegre - RS - CEP: 91360-001 CNPJ: 02.039.748/0001-23      Inscrição Estadual:	Código: 45164 Telefone: 513347-4861 Banco: 1 - BANCO DO BRASIL S.A Agência: 5745-2 - Banco do Brasil S.A Conta Corrente: 16849-1
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 49 - SECRETARIA DE SAÚDE SU <b>Fonte de Recurso:</b> Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária <b>Dotações Utilizadas:</b> 30 - Assistência de Atenção Básica - PAB - (15.01.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita <b>Condições de Pagto:</b> Segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Prazo máximo de 10(dez) dias úteis após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICA e INFANTIL ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.  <b>Observações:</b> FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	3.500,00	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. G (11865)	CK	1,31	4.585,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	4.585,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	4.585,00

Jaraguá do Sul, 13 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2061/2017</b>  Processo Nr.: 24/2017 Data do Processo: 17/07/2017 Data da Homologação: 23/10/2017 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 13/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 24/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5207      Dcto Fiscal nr.: 012.417)	Folha: 1/1

Fornecedor: **ICOFA IND. E COM. DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA**      Código: 37853      Telefone: 47 - 3346-2010  
Endereço: RUA FRANCISCO REIS, 850      Banco:  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 88311-710      Agência:  
CNPJ: 02.121.800/0001-96      Inscrição Estadual:      Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 49 - SECRETARIA DE SAÚDE SU <b>Fonte de Recurso:</b> Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária <b>Dotações Utilizadas:</b> 30 - Assistência de Atenção Básica - PAB - (15.01.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita <b>Condições de Pagto:</b> Segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Prazo máximo de 10(dez) dias úteis após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICA e INFANTIL ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.  <b>Observações:</b> FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	780,00	UN	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - TAM. G. (16577)	ALI BABY	0,40	312,00
10	1.000,00	UN	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM. GG (21302)	ALI BABY	0,40	400,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	712,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	712,00

Jaraguá do Sul, 13 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> Nr.: 2136/2017
	<b>Processo Administrativo:</b> Processo Nr.: 4/2017 Data do Processo: 14/02/2017 Data da Homologação: 16/03/2017 Sequência da Adjudicação: 8 Data da Adjudicação: 22/11/2017
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> Nr.: 4/2017 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 5445)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>MANNO'S RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA</b> Endereço: Rua Expedicionario Joao Zapella, 88 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-080 CNPJ: 06.167.588/0001-59      Inscrição Estadual: 254737706	Código: 32045 Telefone: 473372-3573 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 2391-6
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Unidade:</b>	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Média Alta Complexidade
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.702.3.3.90.00.00.00.00 (89) - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.39.41.00.00.00 - Fornecimento de Alimentação
<b>Condições de Pagto:</b>	Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	O prazo de validade deste registro de preço será de 12 meses
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme Edital - -
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE (com comodato do balcão térmico) e MARMITAS ao longo de 12(doze) meses, destinados aos pacientes em tratamento intensivo e semi-intensivo nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps AD, Caps II e Caps Infanto Juvenil), e Eventos da Diretoria de Atenção Básica, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I. Minuta da AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE DESTINADAS AOS PACIENTES EM TRATAMENTO COM HOSPITALIDADE DIA, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS II
<b>Observações:</b>	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	371,000	UN	REFEIÇÕES (11527)		8,95	3.320,45
					<b>Total Geral:</b>	3.320,45
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	3.320,45

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

---

 Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2138/2017</b>  Processo Nr.: 8/2017 Data do Processo: 07/04/2017 Data da Homologação: 26/06/2017 Sequência da Adjudicação: 25 Data da Adjudicação: 22/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5447    Dcto Fiscal nr.: 003.163, 003.252)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>LFP COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI EPP</b> Endereço: Rua Fagundes Varela, 962, sobreloja Cidade: Curitiba - PR - CEP: 82520-040 CNPJ: 26.554.718/0001-13      Inscrição Estadual:	Código: 47038      Telefone: 413264-4548 Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência: 3041-4 - Banco do Brasil S.A. Conta Corrente: 33388-3
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 190 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB / ESTADUAL <b>Dotações Utilizadas:</b> 137 - Assistência a Saúde da Família - (15.01.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia após receb. AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços.  <b>Observações:</b> DIETA NUTRICIONAL FAIXA ETÁRIA DE 01 A 10 ANOS - PEDIASSURE - 432 LATAS COM 400G, SENDO: 360 LATAS SABOR BAUNILHA - 48 LATAS SABOR CHOCOLATE - 24 LATAS SABOR MORANGO	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
17	172,80	KG	DIETA NUTRICIONAL FAIXA ETÁRIA 1-10 ANOS - DIETA EM PÓ PARA USO ORAL OU ENTERAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE UM ANO DE IDADE NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA E NORMOLIPÍDICA, COM DHA E ARA, PREBIÓTICOS E PROBIÓTICOS. SABORES CHOCOLATE, MORANGO E BAUNILHA. (35072)	ABBOTT NUTRI	81,80	14.135,04

(Valores expressos em Reais R\$)	<b>Total Geral:</b>	14.135,04
	<b>Desconto:</b>	0,00
	<b>Total Líquido:</b>	14.135,04

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_

Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2139/2017</b>
<b>CNPJ:</b> 14.007.211/0001-60 <b>Fone:</b> (47) 2106-8400 <b>Fax:</b> (47) 3370-7253 <b>RUA</b> ISIDORO PEDRI, 120 <b>C.E.P.:</b> 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>Processo Nr.:</b> 8/2017 <b>Data do Processo:</b> 07/04/2017 <b>Data da Homologação:</b> 26/06/2017 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 26 <b>Data da Adjudicação:</b> 22/11/2017
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>	
(Empenho Ordinário nr.: 5450      Dcto Fiscal nr.: 006.811, 6..862)	
Folha: 1/1	

<b>Fornecedor:</b> NUTRIMEDICAL COM.LATAC.PROD.NUTRICIONAIS MED.HOSPE <b>Endereço:</b> Rua Valdemiro Cunha, 389 <b>Cidade:</b> São José - SC - CEP: 88106-520 <b>CNPJ:</b> 23.616.917/0001-10	<b>Código:</b> 47040 <b>Inscrição Estadual:</b>	<b>Telefone:</b> 483259-0542 <b>Banco:</b> 001 - Banco do Brasil - 001 <b>Agência:</b> 3510-6 - HUGO LANGE - C1 <b>Conta Corrente:</b> 33938-5
--	--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 190 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB / ESTADUAL <b>Dotações Utilizadas:</b> 137 - Assistência a Saúde da Família - (15.01.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia após receb. AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços.	
<b>Observações:</b> - ESPESSANTE ALIMENTAR INSTANTÂNEO - SUSTAP - 60 LATAS DE 250G CADA - MÓDULO DE PROTEÍNAS - FRESUBIN - 180 LATAS DE 300G CADA - COMPLEMENTO NUTRICIONAL - SUSTAP MAIS - 180 LATAS DE 400G CADA: 60 SABOR BAUNILHA, 60 SABOR CHOCOLATE E 60 SABOR MORANGO	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	72,00	KG	COMPLEMENTO NUTRICIONAL - SUPLEMENTO NUTRICIONAL CALÓRICO PROTEICO, 100% PROTEÍNA ANIMAL COM PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, EM PÓ, RICO EM VITAMINAS E MINERAIS. ISENTO DE GLÚTEN, COM FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS E PREBIÓTICOS. SABORES BAUNILHA, CHOCOLATE E MORANGO. (35065)	PROLEV	85,75	6.174,00
8	54,00	KG	MÓDULO DE PROTEÍNAS - PARA DIETA ENTERAL OU ORAL, SEM SABOR, 100% PROTEÍNAS, COM PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE. SEM GLÚTEN. (35067)	FRESENIUS KA	245,60	13.262,40
10	15,00	KG	ESPESSANTE ALIMENTAR INSTANTÂNEO - À BASE DE AMIDO DE MILHO MODIFICADO. ISENTO DE SABOR, SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. (35068)	PROLEV	117,50	1.762,50

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	21.198,90
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	21.198,90

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253  
 RUA ISIDORO PEDRI, 120  
 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2140/2017**

Processo Nr.: 8/2017  
 Data do Processo: 07/04/2017  
 Data da Homologação: 26/06/2017  
 Sequência da Adjudicação: 27  
 Data da Adjudicação: 22/11/2017

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 8/2017 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 5451 Dcto Fiscal nr.: 041.683)

Folha: 1/1

Fornecedor: **NUTRIPORT COMERCIAL LTDA** Código: 43127 Telefone: 483344-4348  
 Endereço: Rua Judite Melo dos Santos, 131 Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A.  
 Cidade: São José - SC - CEP: 88104-765 Agência: 6729-0 - Itau Unibanco  
 CNPJ: 03.612.312/0004-97 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 3286-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Unidade:** 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Centro de Custo:** 190 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM  
**Fonte de Recurso:** SF - PAB / ESTADUAL  
**Dotações Utilizadas:** 137 - Assistência a Saúde da Família - (15.01.2.661.3.3.90.00.00.00.00)

**Solicitações:**

**Compl. Elemento:** 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia após receb. AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observações:** - LEITE EM PÓ ESPECIAL TIPO PEPTI C/ QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS - PREGOMIN PEPTI - 120 LATAS DE 400G CADA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
38	48,00	KG	LEITE EM PÓ ESPECIAL, TIPO PEPTI COM QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA SEM LACTOSE PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO. COM TCM E NUCLEOTÍDEOS. INDICADA PARA LACTENTES COM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E/OU COMPROMETIMENTO GASTROINTESTINAL. (35083)	Pregomin Pepti I	200,00	9.600,00

(Valores expressos em Reais R\$)				<b>Total Geral:</b>	9.600,00
				<b>Desconto:</b>	0,00
				<b>Total Líquido:</b>	9.600,00

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2141/2017</b>  Processo Nr.: 8/2017 Data do Processo: 07/04/2017 Data da Homologação: 26/06/2017 Sequência da Adjudicação: 28 Data da Adjudicação: 22/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5452    Dcto Fiscal nr.: 6742)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>PLANETA COMERCIAL LTDA</b> Endereço: Rua Adrelino Natividade da Costa, 283 Cidade: Florianópolis - SC - CEP: 88090-390 CNPJ: 04.112.923/0001-96      Inscrição Estadual:	Código: 47039      Telefone: 483206-7646 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3174-7 - NEREU RAMOS - F Conta Corrente: 452040-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 190 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB / ESTADUAL <b>Dotações Utilizadas:</b> 137 - Assistência a Saúde da Família - (15.01.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
--	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia após receb. AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observações:** - MALTODEXTRINA - PROFORM MALTO - 06 UNIDADES COM 1KG

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
13	6,00	KG	MALTODEXTRINA - MÓDULO DE CARBOIDRATOS PARA DIETA ENTERAL E ORAL TENDO COMO FONTE OLIGOSSACARÍDEOS (MALTODEXTRINA). INDICADO COMO APOORTE ENERGÉTICO, POUPADOR DE PROTEÍNAS, SITUAÇÕES DE INTOLERÂNCIA DE DISSACARÍDEO; DIETAS PARA PACIENTES DIABÉTICOS. (35069)	PROFORM MAL	25,50	153,00

					<b>Total Geral:</b>	153,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	153,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2143/2017</b>  Processo Nr.: 8/2017 Data do Processo: 07/04/2017 Data da Homologação: 26/06/2017 Sequência da Adjudicação: 29 Data da Adjudicação: 22/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5453    Dcto Fiscal nr.: 293)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>SAVIMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS - ME</b> Endereço: Av. Anita Garibaldi, 2480 - sala 09 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 82200-550 CNPJ: 26.640.161/0001-33      Inscrição Estadual:	Código: 47037      Telefone: 34020500 Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A. Agência: 3701-0 - Itaiú Conta Corrente: 31410-0
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 190 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB / ESTADUAL <b>Dotações Utilizadas:</b> 137 - Assistência a Saúde da Família - (15.01.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia após receb. AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços. <b>Observações:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE SEM LACTOSE - NAN SL - 36 LATAS DE 400G</li> <li>- FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE ANTI-REGURGITAÇÃO - NAN AR - 72 LATAS DE 800G</li> <li>- FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE C/PREBIÓTICOS - NAN CONFORT 1 - 240 LATAS DE 800G</li> </ul>	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
31	192,00	KG	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - C/ PREBIÓTICOS, FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, COM PREBIÓTICOS PARA AUMENTO DO NÚMERO DE EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO. (35076)	Nestlé	21,80	4.185,60
33	57,60	KG	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - ANTI-REGURGITAÇÃO - FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO COM DHA E ARA E AGENTE ESPESSANTE PARA EFEITO ANTIRREGURGITAÇÃO INDICADA PARA LACTENTES QUE APRESENTEM SINTOMAS DE REGURGITAÇÃO E/OU REFLUXO GASTROESOFÁGICO. (35078)	Nestlé	27,00	1.555,20
34	14,40	KG	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - SEM LACTOSE - FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO SEM LACTOSE COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. (35079)	Nestlé	53,00	763,20
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	6.504,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	6.504,00

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2144/2017</b>  <b>Processo Nr.: 8/2017</b> <b>Data do Processo: 07/04/2017</b> <b>Data da Homologação: 26/06/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 30</b> <b>Data da Adjudicação: 22/11/2017</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5454)

Folha: 1/1

Fornecedor: **SEBOLD COM.LATACADO PRODUTOS, ALIM. E EQUIPTOS.LT** Código: 40970 Telefone: 483035-7175  
Endereço: RUA TREZA DE JUNHO, 795 Banco: 001 - BANCO DO BRASIL S  
Cidade: São José - SC - CEP: 88106-470 Agência: 5448-8 - Av Rio Branco  
CNPJ: 09.196.745/0001-42 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 128479-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 190 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB / ESTADUAL <b>Dotações Utilizadas:</b> 137 - Assistência a Saúde da Família - (15.01.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia após receb. AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços. <b>Observações:</b> - FORMULA INFANTIL HIPERCALÓRICA 0-12 MESES - INFATRINI - 24 LATAS DE 400G - LEITE EM PÓ ESPECIAL TIPO PEPTI S/ QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS - APTAMIL PROEXPERT PEPTI - 216 LATAS DE 400G	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
22	9,60	KG	FORMULA INFANTIL HIPERCALÓRICA - 0 A 12 MESES, NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA CRIANÇAS DESDE O NASCIMENTO COM PREBIÓTICOS, DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. INDICADA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS AUMENTADAS E/OU COM RESTRIÇÃO DE VOLUME (CARDIOPATIAS CONGÊNITAS, DOENÇA PULMONAR CRÔNICA, FIBROSE CÍSTICA, PARALISIA CEREBRAL, DÉFICIT DE CRESCIMENTO, DESNUTRIÇÃO, PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO). (35074)	Infatrini	270,00	2.592,00
37	86,40	KG	LEITE EM PÓ ESPECIAL - TIPO PEPTI SEM QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA COM LACTOSE PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO. COM PREBIÓTICOS, DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. INDICADA PARA LACTENTES COM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA SEM COMPROMETIMENTO GASTROINTESTINAL. (35082)	Aptamil Proex P	97,20	8.398,08
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	10.990,08
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	10.990,08

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253</b> <b>RUA ISIDORO PEDRI, 120</b> <b>C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2145/2017</b>  <b>Processo Nr.: 8/2017</b> <b>Data do Processo: 07/04/2017</b> <b>Data da Homologação: 26/06/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 31</b> <b>Data da Adjudicação: 22/11/2017</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5455)

Folha: 1/1

<b>Fornecedor: PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA LTDA</b> <b>Endereço: Rua General Potiguara, 1428, lotes 20 e</b> <b>Cidade: Curitiba - PR - CEP: 81050-500</b> <b>CNPJ: 08.183.359/0001-53      Inscrição Estadual:</b>	<b>Código: 46279</b> <b>Telefone: 413616-6450</b> <b>Banco: 341 - Itau - 548</b> <b>Agência: 548 - CURITIBA PR</b> <b>Conta Corrente: 41015-8</b>
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 190 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB / ESTADUAL <b>Dotações Utilizadas:</b> 137 - Assistência a Saúde da Família - (15.01.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia após receb. AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços.	
<b>Observações:</b> - MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS - ENTERFIBER - 72 LATAS COM 400G - DIETA EM PÓ A BASE DE SOJA COM FIBRAS - TROPHIC BIO - 300 LATAS COM 800G	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	240,00	KG	DIETA EM PÓ A BASE DE SOJA COM FIBRAS - DIETA ENTERAL SINTÉTICA EM PÓ NUTRICIONALMENTE COMPLETA CONTENDO PROTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL, NORMOCALÓRICA E HIPOSSÓDICA. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. (35062)	Trophic Bio	41,00	9.840,00
6	28,80	KG	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS - MÓDULO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS COM PREBIÓTICOS, PARA USO ORAL OU ENTERAL, SEM ADIÇÃO DE SABOR, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. (35066)	Enterfiber	113,40	3.265,92
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	13.105,92
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	13.105,92

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2146/2017</b>  Processo Nr.: 8/2017 Data do Processo: 07/04/2017 Data da Homologação: 26/06/2017 Sequência da Adjudicação: 32 Data da Adjudicação: 22/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5456)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>BRUTHAN COMERCIAL LTDA.</b> Endereço: RUA PADRE ROMA, 429 - SALA 03 CENTRO Cidade: FLORIANOPOLIS - SC - CEP: 88010-090 CNPJ: 02.625.813/0001-00      Inscrição Estadual:	Código: 3424      Telefone: 01448 2247638 Banco: Agência: Conta Corrente:
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 190 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB / ESTADUAL <b>Dotações Utilizadas:</b> 137 - Assistência a Saúde da Família - (15.01.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia após receb. AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços.	
<b>Observações:</b> - FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS - PURAMINO - 315 LATAS COM 400G	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
42	126,00	KG	FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA CRIANÇAS ACIMA DE UM ANO DE IDADE COM ALERGIAS ALIMENTARES E/OU DISTÚRBIOS DA DIGESTÃO E ABSORÇÃO DE NUTRIENTES. ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, GALACTOSE E INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL. (35085)	Puramino	355,00	44.730,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	44.730,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	44.730,00

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2147/2017</b>  <b>Processo Nr.: 8/2017</b> <b>Data do Processo: 07/04/2017</b> <b>Data da Homologação: 26/06/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 33</b> <b>Data da Adjudicação: 22/11/2017</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5457)	Folha: 1/1

<b>Fornecedor:</b> PLANETA COMERCIAL LTDA <b>Endereço:</b> Rua Adrelino Natividade da Costa, 283 <b>Cidade:</b> Florianópolis - SC - CEP: 88090-390 <b>CNPJ:</b> 04.112.923/0001-96 <b>Inscrição Estadual:</b>	<b>Código:</b> 47039 <b>Telefone:</b> 483206-7646 <b>Banco:</b> 001 - Banco do Brasil - 001 <b>Agência:</b> 3174-7 - NEREU RAMOS - F <b>Conta Corrente:</b> 452040-8
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 190 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB / ESTADUAL <b>Dotações Utilizadas:</b> 137 - Assistência a Saúde da Família - (15.01.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia após receb. AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços.	
<b>Observações:</b> - FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS - PURAMINO - 45 LATAS COM 400G	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
43	18,00	KG	FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA CRIANÇAS ACIMA DE UM ANO DE IDADE COM ALERGIAS ALIMENTARES E/OU DISTÚRBIOS DA DIGESTÃO E ABSORÇÃO DE NUTRIENTES. ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, GALACTOSE E INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL. (35085)	PURAMINO	387,50	6.975,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	6.975,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	6.975,00

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2162/2017</b>  Processo Nr.: 21/2017 Data do Processo: 10/07/2017 Data da Homologação: 23/08/2017 Sequência da Adjudicação: 25 Data da Adjudicação: 22/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5480    Dcto Fiscal nr.: 80585)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA</b> Endereço: Rua Prof. Leonidas F. Costa, 830, S/N Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80220-410 CNPJ: 81.706.251/0001-98      Inscrição Estadual: 101.76046-40	Código: 35220      Telefone: 4133329188 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1458-3 - BAIRRO UBERABÁ/ Conta Corrente: 1260-2
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF <b>Local de Entrega:</b> Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: - SUELI ESFOGLIA - 0900343-29.2014.404.7209	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
54	3,00	CX	DIOSMIN (DIOSMINA + HESPERIDINA 500MG) C/ 30 COMPRIMIDOS (16533)	FLAVONID/HYP	15,00	45,00
					<b>Total Geral:</b>	45,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	45,00

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2164/2017</b>  Processo Nr.: 21/2017 Data do Processo: 10/07/2017 Data da Homologação: 23/08/2017 Sequência da Adjudicação: 26 Data da Adjudicação: 22/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5481    Dcto Fiscal nr.: 17562, 17688)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA</b> Endereço: Rua Mariaiva, 441 B Cidade: Pinhais - PR - CEP: 83324-197 CNPJ: 13.485.130/0001-03      Inscrição Estadual:	Código: 44440      Telefone: 413072-8013 Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A. Agência: 3702 - Agência: 3702 Conta Corrente: 20525-7
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680,3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF <b>Local de Entrega:</b> Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> PARA ATENDER PACIENTES COM PROC. JUDICIAIS: - MILTON S. SOBRINHO - 2010.72.59.001832-2/ DORACIR V. FEILER - 5001502-21.2012.404.7209/ EMILIA PRESTINI - 036.10.0056.78/ ELTRIDA BORCHARDT - 0302204-31.2016.8.24.003/LUCAS ARENDT - 5002070-32.2015.404.7209	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
16	11,00	FR	AZOPT COLÍRIO (21272)	AZOPT/ALCON	41,81	459,91
116	12,00	CX	LACOSAMIDA 100MG - COMPRIMIDO (32913)	VIMPAT/UCB	141,59	1.699,08
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.158,99
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.158,99

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2165/2017</b>  Processo Nr.: 21/2017 Data do Processo: 10/07/2017 Data da Homologação: 23/08/2017 Sequência da Adjudicação: 27 Data da Adjudicação: 22/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5482    Dcto Fiscal nr.: 298)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP</b> Endereço: Rua Ottokar Doerffel, 1112, bl A, galpão Cidade: Joinville - SC - CEP: 89203-212 CNPJ: 23.240.000/0001-64      Inscrição Estadual:	Código: 46542      Telefone: 479922-1300 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 4401 - SANTANDER Conta Corrente: 13001460-6
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF <b>Local de Entrega:</b> Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ELEONORA MUELER - 2007.72.09001322-1</li> <li>- FERNANDA O. CASTRO - 0307500-68.2015.8.24.0036</li> <li>- MARIA E. FISCHER - 0306271-10.2014.8.24.0036</li> <li>- MARIANA HABLE - 5001136-50.2010.404</li> <li>- ANA P. CARVALHO - 0306374-42.2016.8.24.0036</li> </ul>	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
99	10,00	CX	INSULINA NOVORAPID FLEX PEN - C/ 5 X 3ML (12678)	NOVO NORDISK	150,45	1.504,50
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.504,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.504,50

Jaraguá do Sul, 22 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
 Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2208/2017</b>  Processo Nr.: 16/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 08/08/2017 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 28/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2017 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5547    Dcto Fiscal nr.: 006.919)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP</b> Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38      Inscrição Estadual: 253.306.809	Código: 24041      Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 175 - ALMOXARIFADO AMBULATORIAL - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 28 - Assistência de Atenção Básica - PAB - (15.01.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar <b>Condições de Pagto:</b> até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> máximo de 08 dias úteis, do dia útil seguinte ao rcpto da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de INSUMOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para atendimento a pacientes através de Processos Judiciais, pacientes atendidos no Programa Hipertensão e pacientes atendidos no Centro de Serviços Especiais (CAE), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III, Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
14	2.000,00	UN	FRASCO P/ ALIMENTAÇÃO ENTERAL (13053)	BIOBASE	0,71	1.420,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.420,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.420,00

Jaraguá do Sul, 28 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
 Gerência de Compras/Licitações



<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 2209/2017</b></p> <p><b>Processo Administrativo:</b>  <b>Processo Nr.:</b> 41/2016  <b>Data do Processo:</b> 30/09/2016  <b>Data da Homologação:</b> 01/12/2016  <b>Sequência da Adjudicação:</b> 12  <b>Data da Adjudicação:</b> 28/11/2017</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 41/2016 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5548)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA</b>      Código: 23894</p> <p>Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 1918      Telefone: (47) 3531-9800</p> <p>Cidade: RIO DO SUL - SC - CEP: 89160-000      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001</p> <p>CNPJ: 83.157.032/0001-22      Inscrição Estadual:      Agência: 276-3 - RIO DO SUL (SC)</p> <p>Conta Corrente: 282126-5</p>
---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Unidade:** 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Centro de Custo:**  
**Fonte de Recurso:** Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária  
**Dotações Utilizadas:** 2.660.3.3.90.00.00.00.00 (30) - Assistência de Atenção Básica - PAB

**Compl. Elemento:** 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita  
**Condições de Pagto:** segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** prazo máximo de 10(dez) dias úteis  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICAS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

**Observações:** FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1.216,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. P (11863)	Biofral/Confort f	1,25	1.520,00
2	9.600,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. M (11864)	Biofral/Confort f	1,35	12.960,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	14.480,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	14.480,00

Jaraguá do Sul, 28 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2210/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 41/2016 <b>Data do Processo:</b> 30/09/2016 <b>Data da Homologação:</b> 01/12/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 13 <b>Data da Adjudicação:</b> 28/11/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 41/2016 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5549)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP</b> Código: 42309      Telefone: 513072-4861 Endereço: Rua Beco José Paris, 220 Cidade: Porto Alegre - RS - CEP: 91140-310      Banco: CNPJ: 00.681.516/0001-49      Inscrição Estadual:      Agência: Conta Corrente:
Prezados Senhores,  Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados. Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> <b>Fonte de Recurso:</b> Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária <b>Dotações Utilizadas:</b> 2.660.3.3.90.00.00.00.00 (30) - Assistência de Atenção Básica - PAB  <b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita <b>Condições de Pagto:</b> segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> prazo máximo de 10(dez) dias úteis <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICAS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.  <b>Observações:</b> FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE
---

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	4.000,000	UN	FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. GG (21438)	CK	1,38	5.520,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	5.520,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	5.520,00

Jaraguá do Sul, 28 de Novembro de 2017

\_\_\_\_\_

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2234/2017</b>  Processo Nr.: 14/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 27 Data da Adjudicação: 01/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5628)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>DENTAL OPEN - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS L</b> Código: 47024 Endereço: Rua Vinte e Quatro de Maio, 412, sala 20 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80220-060 CNPJ: 08.849.206/0001-00      Inscrição Estadual:	Telefone: 413076-3771 Banco: 33 - BANCO SANTANDER ( ) Agência: 1273-4 - BANCO SANTANDER Conta Corrente: 2120-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.10.00.00.00 - Material Odontológico <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Por pedido, a entrega deverá no prazo máximo de 8 dias úteis <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS, DA REDE MUNICIPAL.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
179	5,00	CX	FILME PERIAPICAL INFANTIL (8963)	CARESTREAM	151,00	755,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	755,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	755,00

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2235/2017</b>  Processo Nr.: 14/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 28 Data da Adjudicação: 01/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5638)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP</b> Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38      Inscrição Estadual: 253.306.809	Código: 24041      Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.10.00.00.00 - Material Odontológico <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Por pedido, a entrega deverá no prazo máximo de 8 dias úteis <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS, DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
338	5,00	UN	PINÇA MOSQUITO 12CM RETA (9385)	abc	16,90	84,50
390	300,00	UN	SERINGA 10ML C/ AGULHA (9410)	sr	0,72	216,00
391	300,00	UN	SERINGA 3ML C/ AGULHA (9408)	sr	0,67	201,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	501,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	501,50

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2236/2017</b>
CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	Processo Nr.: 14/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 29 Data da Adjudicação: 01/12/2017
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2017 - PR</b>	

(Empenho Ordinário nr.: 5639)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>MEGA DENTAL IMP. EXP. E COM.PRODUTOS ODONTOLÓGICOS</b>	Código: 47023	Telefone: 4333766350
Endereço: Rua John Fitzgerald Kennedy, 229		Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.
Cidade: Londrina - PR - CEP: 86025-240		Agência: 1472-9 - Banco do Brasil S.A.
CNPJ: 25.341.162/0001-14	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 111756-4

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.10.00.00.00 - Material Odontológico <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Por pedido, a entrega deverá no prazo máximo de 8 dias úteis <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS, DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	40,00	UN	ADESIVO DENTINÁRIO MONOCOMPONENTE FOTOPOLIMERIZÁVEL (15033)	FGM	23,20	928,00
124	50,00	KIT	CONDICIONADOR ÁCIDO (9181)	ALLPLAN	2,68	134,00
337	10,00	UN	PINÇA P/ ALGODÃO Nº 317 (9105)	TRINKS	4,77	47,70
363	3,00	UN	PORTA AGULHA MAYO HEGAR EM AÇO INOX - 14 CM (15032)	ABC	19,60	58,80
388	20,00	CX	SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL (13505)	MAQUIRA	10,28	205,60
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.374,10
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.374,10

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2237/2017</b>
CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	Processo Nr.: 14/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 30 Data da Adjudicação: 01/12/2017
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2017 - PR</b>	
(Empenho Ordinário nr.: 5629    Dcto Fiscal nr.: 152)	
Folha: 1/1	

Fornecedor: <b>SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA</b> Endereço: VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHN RICH N1541 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89052-381 CNPJ: 24.537.945/0001-05	Código: 47010 Telefone: 473144-9700 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT Agência: 0101-5 - VIACREDI Conta Corrente: 869094-4	Inscrição Estadual:
---	---	---------------------

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Por pedido, a entrega deverá no prazo máximo de 8 dias úteis <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
307	20,00	PR	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATÉX TAM. G (9344)	NUGARD	15,09	301,80
308	50,00	PR	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATÉX TAM. M (9343)	NUGARD	15,59	779,50
309	100,00	PR	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATÉX TAM. P (9342)	NUGARD	15,59	1.559,00
310	100,00	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA EM LATÉX TAM. PP C/ 100 UN (9341)	NUGARD	15,59	1.559,00
314	10,00	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA EM LATEX SEM TALCO TAM. PP C/ 100 UN (19078)	NUGARD PF	19,79	197,90
319	50,00	CX	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL (16808)	OLIMED	4,69	234,50
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	4.631,70
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	4.631,70

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2238/2017</b>  Processo Nr.: 14/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 31 Data da Adjudicação: 01/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5630)

Folha: 1/1

Fornecedor: **SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME** Código: 38607 Telefone: 47-3521-1000  
Endereço: AV. OSCAR BARCELOS, 380-SALA 02 Banco:  
Cidade: RIO DO SUL - SC - CEP: 89160-000 Agência:  
CNPJ: 04.989.294/0001-87 Inscrição Estadual: 254.793.215 Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.10.00.00.00 - Material Odontológico <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Por pedido, a entrega deverá no prazo máximo de 8 dias úteis <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
19	3,00	UN	ALAVANCA APICAL ADULTO RETA (8858)	LM	15,75	47,25
20	3,00	UN	ALAVANCA SELDIN ADULTO RETA (8864)	LM	15,75	47,25
23	1,00	UN	ALICATE PERFURADO P/ DIQUE (8868)	LM	63,00	63,00
30	50,00	CX	ANESTÉSICO C/ VASO CONSTRITOR 2% - C/ 50 TUBETES (9149)	DFL	91,08	4.554,00
32	10,00	CX	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% S/ VASO TUBETES DE 1,8ml C/ 50 UN (11136)	DFL	60,37	603,70
238	5,00	UN	MOLDEIRAS SUPERIORES PERFURADAS DE INOX ADULTO TIPO VERNER PARA DENTADO Nº 1 (27886)	TECNODENT	23,00	115,00
242	5,00	UN	MOLDEIRAS INFERIORES PERFURADAS DE INOX ADULTO TIPO VERNER PARA DENTADO Nº 1 (27890)	TECNODENT	23,00	115,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	5.545,20
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	5.545,20

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2239/2017</b>  Processo Nr.: 14/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 32 Data da Adjudicação: 01/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5631)

Folha: 1/1

Fornecedor: **DENTAL OPEN - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS L** Código: 47024 Telefone: 413076-3771  
Endereço: Rua Vinte e Quatro de Maio, 412, sala 20 Banco: 33 - BANCO SANTANDER ( )  
Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80220-060 Agência: 1273-4 - BANCO SANTANDER  
CNPJ: 08.849.206/0001-00 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 2120-8

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.09.00.00.00 - Material Farmacológico <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Por pedido, a entrega deverá no prazo máximo de 8 dias úteis <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FARMACOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS, DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
209	10,00	FR	FORMOCRESOL (9175)	BIODINÂMICA	3,90	39,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	39,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	39,00

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2240/2017</b>  Processo Nr.: 14/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 33 Data da Adjudicação: 01/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5632)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP</b> Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38      Inscrição Estadual: 253.306.809	Código: 24041      Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Por pedido, a entrega deverá no prazo máximo de 8 dias úteis <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS, DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	240,00	L	ÁLCOOL ETÍLICO 70% 1L (9202)	Mega	4,04	969,60
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	969,60
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	969,60

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2241/2017</b>  Processo Nr.: 14/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 34 Data da Adjudicação: 01/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5633    Dcto Fiscal nr.: 4040) Folha: 1/1

Fornecedor: <b>JEFFERSON DUWE ME</b> Endereço: Rua Artur Keunecke, 62 , fundos Cidade: Indaial - SC - CEP: 89130-000 CNPJ: 13.749.658/0001-42      Inscrição Estadual:	Código: 47036      Telefone: 473301-3171 Banco: 136 - CONFEDERAÇÃO NA Agência: 1204-0 - UNICRED Conta Corrente: 44375-1
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
--	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.09.00.00.00 - Material Farmacológico  
**Condições de Pagto:** Até 30 dias após a entrega total de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Por pedido, a entrega deverá no prazo máximo de 8 dias úteis  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FARMACOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS, DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	12,00	L	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES (9658)	RIOQUIMICA	7,50	90,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	90,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	90,00

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2242/2017</b>  Processo Nr.: 14/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 35 Data da Adjudicação: 01/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5634)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MEGA DENTAL IMP. EXP. E COM.PRODUTOS ODONTOLÓGICOS** Código: 47023 Telefone: 4333766350  
Endereço: Rua John Fitzgerald Kennedy, 229 Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.  
Cidade: Londrina - PR - CEP: 86025-240 Agência: 1472-9 - Banco do Brasil S.A.  
CNPJ: 25.341.162/0001-14 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 111756-4

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
<b>Centro de Custo:</b>	177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar	
<b>Condições de Pagto:</b>	Até 30 dias após a entrega total de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Por pedido, a entrega deverá no prazo máximo de 8 dias úteis	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS, DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
181	10,00	CX	FIO DE SUTURA SEDA 3.0 (9023)	BEST CARE	24,00	240,00
182	10,00	CX	FIO DE SUTURA SEDA 4.0 C/ 24 UN (16782)	BEST CARE	24,00	240,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	480,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	480,00

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2243/2017</b>  Processo Nr.: 14/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 36 Data da Adjudicação: 01/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5635)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MEGA DENTAL IMP. EXP. E COM.PRODUTOS ODONTOLÓGICOS** Código: 47023 Telefone: 4333766350  
Endereço: Rua John Fitzgerald Kennedy, 229 Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.  
Cidade: Londrina - PR - CEP: 86025-240 Agência: 1472-9 - Banco do Brasil S.A.  
CNPJ: 25.341.162/0001-14 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 111756-4

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.09.00.00.00 - Material Farmacológico <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Por pedido, a entrega deverá no prazo máximo de 8 dias úteis <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FARMACOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS, DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
326	10,00	FR	OTOSPORIM (9177)	FARMOQUIMIC.	11,50	115,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	115,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	115,00

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2244/2017</b>  Processo Nr.: 8/2017 Data do Processo: 07/04/2017 Data da Homologação: 26/06/2017 Sequência da Adjudicação: 34 Data da Adjudicação: 01/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5636    Dcto Fiscal nr.: 332)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>SAVIMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS - ME</b> Endereço: Av. Anita Garibaldi, 2480 - sala 09 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 82200-550 CNPJ: 26.640.161/0001-33      Inscrição Estadual:	Código: 47037      Telefone: 34020500 Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A. Agência: 3701-0 - Itau Conta Corrente: 31410-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 190 - SATE - SERVIÇO SOCIAL - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB / ESTADUAL <b>Dotações Utilizadas:</b> 137 - Assistência a Saúde da Família - (15.01.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
--	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia após receb. AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observações:** AQUISIÇÃO DE FORMULAS INFANTIS PARA USO COM PACIENTS DO CAE (CENTRO DE ATENDIMENTOS ESPECIAL)

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
32	72,00	KG	FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL - 2º SEMESTRE - FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, COM PREBIÓTICOS PARA AUMENTO DO NÚMERO DE EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO. (35077)	Nestlé	24,00	1.728,00

		<b>Total Geral:</b>	1.728,00
		<b>Desconto:</b>	0,00
		<b>Total Líquido:</b>	1.728,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 1 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 2283/2017</b></p> <p>Processo Nr.: 27/2017  Data do Processo: 04/08/2017  Data da Homologação: 27/10/2017  Sequência da Adjudicação: 2  Data da Adjudicação: 06/12/2017</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 27/2017 - PR</b></p>
(Empenho Ordinário nr.: 5718)	Folha: 1/2

Fornecedor: <b>REM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA</b> Endereço: Rua Columbus, 282, subsolo e térreo fund Cidade: São Paulo - SP - CEP: 05304-010 CNPJ: 47.334.701/0001-20      Inscrição Estadual:	Código: 45365      Telefone: 113377-9922 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3320-0 - SAO PAULO (SP) Conta Corrente: 3289-1
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 264 - LABORATÓRIO MUNICIPAL ANÁLISES CLÍNICAS <b>Fonte de Recurso:</b> Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária <b>Dotações Utilizadas:</b> 118 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.01.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.11.00.00.00 - Material Químico <b>Condições de Pagto:</b> em até 30 dias, após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 07(sete) dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços aquisição de reagentes, com concessão de uso gratuita em regime de comodato, de toda a aparelhagem automática para a completa execução dos testes, com fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, conforme especificações e quantidades estimadas nos anexos deste Edital.	
<b>Observações:</b> <p>ESPECIF. GERAIS DOS REAGENTES:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- AS EMB. DEVERÃO SEGUIR AS EXIG. DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E COM AS ESPECIF. E AINDA TRAZER OS DADOS DE IDENT., PROCED., DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE, ETC.</li> <li>- ITENS COMPATÍVEIS COM MARCA E VALIDADE 1 ANO +</li> </ul>	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1.200,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO DE 3ª GERAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (AGHB), EM SORO OU PLASMA HUMANOS. (23350)	DIASORIN	9,16	10.992,00
2	800,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DOS ANTICORPOS FRENTE AO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (ANTI-HBS) EM SORO OU PLASMA HUMANO (23351)	DIASORIN	9,21	7.368,00
3	500,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS TOTAIS (ANTI HBC TOTAL), CONTRA O ANTÍGENO DO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANO (23352)	DIASORIN	7,42	3.710,00
4	500,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O ANTÍGENO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANOS. (23353)	DIASORIN	10,86	5.430,00
5	1.000,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPO CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C EM SORO OU PLASMA HUMANO. (23354)	DIASORIN	15,76	15.760,00
6	1.200,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DO VÍRUS HIV 1 E 2, PARA USO EM EQUIPAMENTO DE AUTOMAÇÃO, COM SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE EM TORNO DE 100% E 99% (23355)	DIASORIN	8,96	10.752,00

Jaraguá do Sul, 6 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253  
 RUA ISIDORO PEDRI, 120  
 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2283/2017**

Processo Nr.: 27/2017  
 Data do Processo: 04/08/2017  
 Data da Homologação: 27/10/2017  
 Sequência da Adjudicação: 2  
 Data da Adjudicação: 06/12/2017

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 27/2017 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 5718)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	600,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O TOXOPLASMA GONDII EM SORO OU PLASMA. OS RESULTADOS DEVEM SER EXPRESSADOS EM UI/ML. (23359)	DIASORIN	10,35	6.210,00
10	600,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O TOXOPLASMA GONDII. (23360)	DIASORIN	11,34	6.804,00
11	25,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO DA AVIDEZ DE ANTICORPOS IGG PARA O TOXOPLASMA GONDII EM AMOSTRAS DE SORO E PLASMA HUMANO (29460)	DIASORIN	22,18	554,50
12	400,00	UN	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUANTITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. (23361)	DIASORIN	8,49	3.396,00
13	400,00	UN	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. (23362)	DIASORIN	9,48	3.792,00
14	1.000,00	UN	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IgG E IgM CONTRA TREPONEMA PALLIDUM (ANTI SIFILIS) EM SORO OU PLASMA. (29461)	DIASORIN	12,21	12.210,00
15	100,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. (29496)	DIASORIN	6,80	680,00
16	100,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. (29497)	DIASORIN	8,50	850,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	88.508,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	88.508,50

Jaraguá do Sul, 6 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 2286/2017</b></p> <p>Processo Nr.: 21/2017  Data do Processo: 10/07/2017  Data da Homologação: 23/08/2017  Sequência da Adjudicação: 28  Data da Adjudicação: 06/12/2017</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 21/2017 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5724)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP</b>  Endereço: Rua Ottokar Doerffel, 1112, bl A, galpão  Cidade: Joinville - SC - CEP: 89203-212  CNPJ: 23.240.000/0001-64      Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 46542      Telefone: 479922-1300  Banco: 033 - SANTANDER  Agência: 4401 - SANTANDER  Conta Corrente: 13001460-6</p>
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Centro de Custo:</b> 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS  <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  <b>Dotações Utilizadas:</b> 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais  <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido  <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF  <b>Local de Entrega:</b> Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde  <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.</p> <p><b>Observações:</b> MILENA DE QUADROS - 5008897-93.2014.7209/ MARIA A. SILVA - 2008.72.09.000291-4/ ALEXANDRE R. BUBNIAK - 036.09.012370-6/ ANA P. CARVALHO - 0306374-46.2016.8.24.0036/ EDGAR SIEVES - 036.10.007166-5/ MARIA E. FISCHER - 0306271-10.2014.8.24.02036</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
---	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
97	5,00	FR	INSULINA NOVORAPID 100ui INJETÁVEL - FRASCO 10ML (14816)	NOVO NORDISK	70,53	352,65
98	6,00	CX	INSULINA NOVORAPID PENFIL - C/ 5 X 3ML (17463)	NOVO NORDISK	134,52	807,12
99	6,00	CX	INSULINA NOVORAPID FLEX PEN - C/ 5 X 3ML (12678)	NOVO NORDISK	150,45	902,70
102	2,00	CX	INSULINA LEVEMIR FLEX PEN 100UI/ML - CX C/ 5 X 3ML (17458)	NOVO NORDISK	283,48	566,96
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.629,43
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.629,43

Jaraguá do Sul, 6 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 2290/2017</b></p> <p><b>Processo Administrativo:</b>  <b>Processo Nr.:</b> 50/2016  <b>Data do Processo:</b> 17/11/2016  <b>Data da Homologação:</b> 13/12/2016  <b>Sequência da Adjudicação:</b> 14  <b>Data da Adjudicação:</b> 06/12/2017</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 50/2016 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5720)

Folha: 1/1

Fornecedor: **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**      Código: 1079      Telefone: 473520-9000  
Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 2320      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Rio do Sul - SC - CEP: 89160-000      Agência: 276-3 - RIO DO SUL (SC)  
CNPJ: 00.802.002/0001-02      Inscrição Estadual: 253.148.995      Conta Corrente: 30778-5

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Unidade:** 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Centro de Custo:**  
**Fonte de Recurso:** Recursos PAB  
**Dotações Utilizadas:** 2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar  
**Condições de Pagto:** Na segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** A cada pedido, máximo de 08 dias úteis após o dia receb AF  
**Local de Entrega:** Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde - Rua Isidoro Pedri, nº120 - Barra do Rio Molha  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO AMBULATORIAIS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
32	15,000	CX	MONO NYLON 5 - 0 (9372)	TECHNOFIO	29,76	446,40
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	446,40
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	446,40

Jaraguá do Sul, 6 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2291/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 50/2016 <b>Data do Processo:</b> 17/11/2016 <b>Data da Homologação:</b> 13/12/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 15 <b>Data da Adjudicação:</b> 06/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 50/2016 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5721    Dcto Fiscal nr.: 006.937)

Folha: 1/1

Fornecedor:	<b>DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP</b>	Código: 24041	Telefone:	4734653528
Endereço:	RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995		Banco:	001 - Banco do Brasil/Besc
Cidade:	Joinville - SC - CEP: 89213-401		Agência:	5214-0 - Joinville-Centro
CNPJ:	01.306.465/0001-38	Inscrição Estadual: 253.306.809	Conta Corrente:	1073187-3

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Unidade:** 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Centro de Custo:**  
**Fonte de Recurso:** Recursos PAB  
**Dotações Utilizadas:** 2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar  
**Condições de Pagto:** Na segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** A cada pedido, máximo de 08 dias úteis após o dia receb AF  
**Local de Entrega:** Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde - Rua Isidoro Pedri, nº120 - Barra do Rio Molha  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO AMBULATORIAIS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	120,000	UN	CAMPO CIRURGICO FENESTRADO (32232)	POLARFIX	5,10	612,00
29	12,000	UN	GARROTE EM ELASTICO C/PRESILHA (32335)	G-TECH	11,00	132,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	744,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	744,00

Jaraguá do Sul, 6 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
 Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2293/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 50/2016 <b>Data do Processo:</b> 17/11/2016 <b>Data da Homologação:</b> 13/12/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 16 <b>Data da Adjudicação:</b> 06/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 50/2016 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5722    Dcto Fiscal nr.: 38176)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI</b> Endereço: Avenida Santos Dumont, 1355 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-105 CNPJ: 09.944.371/0001-04      Inscrição Estadual:	Código: 38826  Telefone: 4734738845 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3155-0 - PRINCIPE - JOINV Conta Corrente: 15265-X
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Unidade:</b>	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.09.00.00.00 - Material Farmacológico
<b>Condições de Pagto:</b>	Na segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	A cada pedido, máximo de 08 dias úteis após o dia receb AF
<b>Local de Entrega:</b>	Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde - Rua Isidoro Pedri, nº120 - Barra do Rio Molha
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FARMACOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
22	96,000	FR	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML (17821)	FRESENIUS	2,11	202,56
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	202,56
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	202,56

Jaraguá do Sul, 6 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
 Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2294/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 50/2016 <b>Data do Processo:</b> 17/11/2016 <b>Data da Homologação:</b> 13/12/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 17 <b>Data da Adjudicação:</b> 06/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 50/2016 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5723)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP</b> Endereço: Rua Uruguai, 1538 E Cidade: Chapecó - SC - CEP: 89801-447 CNPJ: 85.247.385/0001-49      Inscrição Estadual:	Código: 42116  Telefone: 493324-5585 Banco: Agência: Conta Corrente:
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Unidade:</b>	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.09.00.00.00 - Material Farmacológico
<b>Condições de Pagto:</b>	Na segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	A cada pedido, máximo de 08 dias úteis após o dia receb AF
<b>Local de Entrega:</b>	Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde - Rua Isidoro Pedri, nº120 - Barra do Rio Molha
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FARMACOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
24	50,000	FR	SORO GLICOSADO A 5% 100 ml (18985)	EQUIPLEX	1,96	98,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	98,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	98,00

Jaraguá do Sul, 6 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
 Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2329/2017</b>
	Processo Nr.: 20/2017 Data do Processo: 29/06/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 12 Data da Adjudicação: 08/12/2017
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2017 - PR</b>

(Empenho Ordinário nr.: 5795)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA</b> Endereço: Rua Benjamim Dagnoni, 177, sala 04 Cidade: Itajaí - SC - CEP: 88316-100 CNPJ: 01.466.091/0011-90      Inscrição Estadual:	Código: 42706      Telefone: 473349-0900 Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência: 3306-5 - Banco do Brasil S.A. Conta Corrente: 31195-2
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 272 - DIVISAO M.A.C. AMBULAT. E HOSPITALAR <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 100 - Teto municipal de média e alta complexidade - ambu - (15.01.2.705.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> No prazo de 24 horas, após recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO SEC. OBRAS E SERV PÚBLICOS <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da Frota municipal, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA DIRETORIA DA SAÚDE	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	5.000,00	L	GASOLINA COMUM (6293)	CIAPETRO/PET	3,30	16.500,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	16.500,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	16.500,00

Jaraguá do Sul, 8 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2330/2017</b>  Processo Nr.: 20/2017 Data do Processo: 29/06/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 11 Data da Adjudicação: 08/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5796)

Folha: 1/1

Fornecedor: **CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA**      Código: 42706      Telefone: 473349-0900  
Endereço: Rua Benjamim Dagnoni, 177, sala 04      Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.  
Cidade: Itajaí - SC - CEP: 88316-100      Agência: 3306-5 - Banco do Brasil S.A.  
CNPJ: 01.466.091/0011-90      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 31195-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 259 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE <b>Fonte de Recurso:</b> Vigilância Saúde - Epidemiologia <b>Dotações Utilizadas:</b> 117 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.01.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> No prazo de 24 horas, após recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO SEC. OBRAS E SERV PÚBLICOS <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da Frota municipal, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA DIRETORIA DA SAÚDE	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	5.000,00	L	GASOLINA COMUM (6293)	CIAPETRO/PET	3,30	16.500,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	16.500,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	16.500,00

Jaraguá do Sul, 8 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2335/2017</b>  Processo Nr.: 21/2017 Data do Processo: 10/07/2017 Data da Homologação: 23/08/2017 Sequência da Adjudicação: 29 Data da Adjudicação: 12/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5808)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS**      Código: 24080      Telefone: 5532122447  
Endereço: RUA SAMUEL KRUCHIN 200 B.PATRONATO VILA      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Santa Maria - RS - CEP: 97020-670      Agência: 126-0 - SANTA MARIA (RS)  
CNPJ: 94.894.169/0001-86      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 4739-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF <b>Local de Entrega:</b> Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: SARIANE T. PINHEIRO - 0300174-23.2016.8.24.0036/ FABIANE G. FRANCESCHI - 036.11.009146-4/ FRANCISLENE M. NASCIMENTO - 0300559-68.2016.8.24.0036/ SIMONE S. DA COSTA - 500.2751-07.2012.404.7209	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
128	1.140,00	UN	MICOFENOLATO MOFENIL (9688)	BIOCHIMICO	5,75	6.555,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	6.555,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	6.555,00

Jaraguá do Sul, 12 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2336/2017</b>  Processo Nr.: 21/2017 Data do Processo: 10/07/2017 Data da Homologação: 23/08/2017 Sequência da Adjudicação: 30 Data da Adjudicação: 12/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5809)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>GENÉSIO A. MENDES &amp; CIA LTDA</b> Endereço: RUA SÃO LUIZ 127 - GALPÃO K Cidade: Tubarão - SC - CEP: 88075-190 CNPJ: 82.873.068/0001-40      Inscrição Estadual: 250.064.111	Código: 24205      Telefone: 0806436666 Banco: 104 - CAIXA FEDERAL Agência: 410 - CAIXA Conta Corrente: 1000-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF <b>Local de Entrega:</b> Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: ELISABETH E. WOLF - 500.9761-34.2014.404.7209 LEOPOLDINA BESEN DA CUNHA - 0309498-08.2014.8.24.0036	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
61	3,00	UN	CYMBALTA - CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG - cx. c/ 28 capsulas (32051)	DUAL/ACHE	39,90	119,70
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	119,70
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	119,70

Jaraguá do Sul, 12 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2337/2017</b>  Processo Nr.: 21/2017 Data do Processo: 10/07/2017 Data da Homologação: 23/08/2017 Sequência da Adjudicação: 31 Data da Adjudicação: 12/12/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5810)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA</b> Endereço: Rua Marialva, 441 B Cidade: Pinhais - PR - CEP: 83324-197 CNPJ: 13.485.130/0001-03      Inscrição Estadual:	Código: 44440      Telefone: 413072-8013 Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A. Agência: 3702 - Agência: 3702 Conta Corrente: 20525-7
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF <b>Local de Entrega:</b> Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: MARIA TORRES PAREJA - 0307105-42.2016.8.24.0036	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
86	1,00	CX	RIVASTIGMINA 18MG/10CM <sup>2</sup> C/ 15 ADESIVOS (22380)	EXELON/NOVA	355,09	355,09
90	3,00	UN	SULFATO DE HIDROXICLOROQUINA 400MG (9717)	REUQUINOL/AF	38,84	116,52
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	471,61
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	471,61

Jaraguá do Sul, 12 de Dezembro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2338/2017</b>
CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	Processo Nr.: 35/2017 Data do Processo: 26/09/2017 Data da Homologação: 22/11/2017 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 08/11/2017
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 35/2017 - PR</b>	

(Empenho Ordinário nr.: 5811)
Folha: 1/1

Fornecedor: <b>DANIELE DAGIOS EPP</b> Endereço: Rua Ottokar Doerffel, 112, bloco C- Galp Cidade: Joinville - SC - CEP: 89203-212 CNPJ: 12.942.081/0001-28      Inscrição Estadual:	Código: 45707      Telefone: 473429-2823 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 4401 - SANTANDER Conta Corrente: 13001465-1
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 55 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 28 - Assistência de Atenção Básica - PAB - (15.01.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita <b>Condições de Pagto:</b> Segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Prazo máximo de 07 (sete) dias úteis após recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de TIRAS DE GLICEMIA e LANCETAS para exames de glicose ao longo de 12(doze) meses, com fornecimento de glicosímetros e lancetadores a título de comodato, destinados para atendimento nas Unidades de Saúde e pacientes da Rede Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III e Minuta do FORNECIMENTO AOS USUÁRIOS, PELA FARMÁCIA BÁSICA, REFERENTE AO PROGRAMA HIPERTENSÃO (HIPERTENSOS E DIABÉTICOS)	
<b>Observações:</b>	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	60.000,00	UN	TIRAS DE GLICEMIA (18826)	FREESTYLE LI	0,42	25.200,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	25.200,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	25.200,00

Jaraguá do Sul, 12 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
 Gerência de Compras/Licitações

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - FMS - 2017**

Publicação Nº 1457541

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1946/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> Processo Nr.: 26/2017 Data do Processo: 04/08/2017 Data da Homologação: 13/09/2017 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 13/09/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 4985)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS P/ USO MÉD</b> Código: 47169 Endereço: Rua Bento Gonçalves, 60, AP Sala 601 Cidade: Paulo Bento - RS - CEP: 99718-000 CNPJ: 12.069.550/0001-46      Inscrição Estadual: 486/0002368	Telefone: 5437124485 Banco: Agência: Conta Corrente:
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Unidade:</b>	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.660.3.3.90.00.00.00.00 (28) - Assistência de Atenção Básica - PAB
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita
<b>Condições de Pagto:</b>	em até 30 dias, após a entrega de cada pedido
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da AF
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAÍ
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de materiais (fralda descartável, sabonete glicerinado, álcool etílico 70%, termômetro clínico digital, hastes flexíveis e pomada óxido de zinco+retinol) para compor os Kits de distribuição gratuita no Programa Sis Pré-Natal Rede Cegonha Municipal ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas nos Anexos deste Edital.
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO DO PROGRAMA SIS PRÉ NATAL, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE KITS PARA RECÉM NASCIDOS ATENDIDOS PELA REDE CEGONHA, ATENÇÃO BÁSICA.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	500,000	FR	ÁLCOOL ETÍLICO 70% - FR C/ 50ML (18008)	FARMAX	1,55	775,00
					<b>Total Geral:</b>	775,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	775,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 30 de Outubro de 2017

---

 Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1947/2017</b>  <b>Processo Nr.: 26/2017</b> <b>Data do Processo: 04/08/2017</b> <b>Data da Homologação: 13/09/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 2</b> <b>Data da Adjudicação: 30/10/2017</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 4986      Dcto Fiscal nr.: 2372, 2387)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>MAYCON WILL EIRELI EPP</b> Endereço: Rua Treze de Junho, 769 Cidade: São José - SC - CEP: 88106-470 CNPJ: 18.712.730/0001-80      Inscrição Estadual:	Código: 47056      Telefone: 482132-3346 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3174-7 - NEREU RAMOS - F Conta Corrente: 106379-0
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 146 - PROGRAMA SIS PRÉ NATAL <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 28 - Assistência de Atenção Básica - PAB - (15.01.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita <b>Condições de Pagto:</b> em até 30 dias, após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de materiais (fralda descartável, sabonete glicerinado, álcool etílico 70%, termômetro clínico digital, hastes flexíveis e pomada óxido de zinco+retinol) para compor os Kits de distribuição gratuita no Programa Sis Pré-Natal Rede Cegonha Municipal ao longo de 12(doz) meses, conforme especificações e quantidades estimadas nos Anexos deste Edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO DO PROGRAMA SIS PRÉ NATAL, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE KITS PARA RECEM NASCIDOS ATENDIDOS PELA REDE CEGONHA, ATENÇÃO BÁSICA.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	500,00	CX	HASTES FLEXÍVEIS DE ALGODÃO C/ 75 UN (9239)	SUAVE CONTA	0,79	395,00
6	500,00	UN	POMADA (ÓXIDO DE ZINCO + RETINOL) 45gr (14174)	SOBRAL	4,64	2.320,00
					<b>Total Geral:</b>	2.715,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.715,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 30 de Outubro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1948/2017</b>  Processo Nr.: 26/2017 Data do Processo: 04/08/2017 Data da Homologação: 13/09/2017 Sequência da Adjudicação: 3 Data da Adjudicação: 30/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2017 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 4987    Dcto Fiscal nr.: 004.152)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>SATÉLITE COMERCIAL LTDA EPP</b> Endereço: AV. FREDERICO LAMBERTUCCI, 863 Cidade: CURITIBA - PR - CEP: 81330-000 CNPJ: 82.629.072/0001-67      Inscrição Estadual:	Código: 39724      Telefone: 41-3249-1040 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA Conta Corrente: 45335-8
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 146 - PROGRAMA SIS PRÉ NATAL <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 28 - Assistência de Atenção Básica - PAB - (15.01.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita <b>Condições de Pagto:</b> em até 30 dias, após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de materiais (fralda descartável, sabonete glicerinado, álcool etílico 70%, termômetro clínico digital, hastes flexíveis e pomada óxido de zinco+retinol) para compor os Kits de distribuição gratuita no Programa Sis Pré-Natal Rede Cegonha Municipal ao longo de 12(doz) meses, conforme especificações e quantidades estimadas nos Anexos deste Edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO DO PROGRAMA SIS PRÉ NATAL, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE KITS PARA RECEM NASCIDOS ATENDIDOS PELA REDE CEGONHA, ATENÇÃO BÁSICA.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	2.500,00	UN	FRALDA DESCARTÁVEL TAM. P (9435)	MORDAM	0,29	725,00
4	500,00	UN	SABONETE GLICERINADO 90G (12927)	BABY 123	1,97	985,00
<b>(Valores expressos em Reais R\$)</b>					<b>Total Geral:</b>	1.710,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.710,00

Jaraguá do Sul, 30 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1949/2017</b>  Processo Nr.: 26/2017 Data do Processo: 04/08/2017 Data da Homologação: 13/09/2017 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 30/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 4988    Dcto Fiscal nr.: 7.133)	Folha: 1/1

Fornecedor: **LOGITEKNICA IMP.EXP.COM.IND.PRODUTOS PARA A SAÚDE**      Código: 45364      Telefone: 483343-9443  
Endereço: Rua Vitorino José Luiz, 495, galpão 13      Banco:  
Cidade: São José - SC - CEP: 88106-516      Agência:  
CNPJ: 07.570.445/0001-56      Inscrição Estadual:      Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Unidade:** 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Centro de Custo:** 146 - PROGRAMA SIS PRÉ NATAL  
**Fonte de Recurso:** Recursos PAB  
**Dotações Utilizadas:** 28 - Assistência de Atenção Básica - PAB - (15.01.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)

**Solicitações:**

**Compl. Elemento:** 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita  
**Condições de Pagto:** em até 30 dias, após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de materiais (fralda descartável, sabonete glicerinado, álcool etílico 70%, termômetro clínico digital, hastes flexíveis e pomada óxido de zinco+retinol) para compor os Kits de distribuição gratuita no Programa Sis Pré-Natal Rede Cegonha Municipal ao longo de 12(doz) meses, conforme especificações e quantidades estimadas nos Anexos deste Edital.  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO DO PROGRAMA SIS PRÉ NATAL, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE KITS PARA RECEM NASCIDOS ATENDIDOS PELA REDE CEGONHA, ATENÇÃO BÁSICA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	500,00	UN	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL (9420)	WISO	11,23	5.615,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	5.615,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	5.615,00

Jaraguá do Sul, 30 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1950/2017</b>  Processo Nr.: 21/2017 Data do Processo: 10/07/2017 Data da Homologação: 23/08/2017 Sequência da Adjudicação: 20 Data da Adjudicação: 30/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 4989 Dcto Fiscal nr.: 16550) Folha: 1/1

Fornecedor: <b>PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA</b>	Código: 44440	Telefone: 413072-8013
Endereço: Rua Marialva, 441 B		Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A.
Cidade: Pinhais - PR - CEP: 83324-197		Agência: 3702 - Agência: 3702
CNPJ: 13.485.130/0001-03	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 20525-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
<b>Centro de Custo:</b> 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS	
<b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	
<b>Dotações Utilizadas:</b> 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais	
<b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias úteis, a partir do dia seg receb da AF	
<b>Local de Entrega:</b> Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde	
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: ANGELITA DIEI - 036.13.009787-5	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
189	4,00	CX	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG C/ 60 COMPRIMIDOS (19407)	RETEMIC/APSE	46,36	185,44

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	185,44
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	185,44

Jaraguá do Sul, 30 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1968/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 21 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5014    Dcto Fiscal nr.: 021.022)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>COMERCIAL MULTVILLE LTDA EPP</b> Endereço: RUA BENTO GONÇALVES, 186 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89216-110 CNPJ: 06.220.022/0001-43      Inscrição Estadual:	Código: 40963      Telefone: 4730290294 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3155-0 - PRINCIPE - JOINV Conta Corrente: 105744-8
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
38	120,00	KG	SABÃO EM PÓ 1 KG (8374)	ULTRA CLASS	3,36	403,20
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	403,20
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	403,20

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1969/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 22 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5015      Dcto Fiscal nr.: 014.764)	
Folha: 1/1	

Fornecedor: <b>J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP</b> Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20      Inscrição Estadual: 254.612.903	Código: 33886      Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 177 - ALMOXARIFADO ODONTOLÓGICO - DOD <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 35 - Manutenção das atividades de saúde bucal - (15.01.2.662.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	400,00	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA; TIPO DUPLA FACE; MEDINDO 110MMX75MMX20 MM (12589)	BRITISH	0,48	192,00
14	24,00	UN	INSETICIDA - VENENO MATA BARATA (12522)	U. INSET	5,27	126,48
21	600,00	FR	AGUA SANITARIA FR C/ 1000ML (8324)	BELLA DONA	1,40	840,00
23	160,00	UN	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO ROLÃO 500M C/08 un (29729)	BRIO JARAGUA	6,19	990,40
27	6,00	GL	MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L (16309)	BELLA DONA	9,50	57,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.205,88
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.205,88

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1972/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 23 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5016    Dcto Fiscal nr.: 014.743)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP</b> Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20      Inscrição Estadual: 254.612.903	Código: 33886      Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 55 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 28 - Assistência de Atenção Básica - PAB - (15.01.2.660.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
50	1.000,00	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN (8452)	CRISTAL	2,15	2.150,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.150,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.150,00

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1974/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 24 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5017)

Folha: 1/1

Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Endereço: RUA WALTER MARQUARDT, 2410-SALA 01 Cidade: JARAGUA DO SUL - SC - CEP: 89259-700 CNPJ: 07.483.630/0001-03      Inscrição Estadual:	Código: 38008      Telefone: 3370-7271 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 00000213-7
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 139 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 79 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD - (15.01.2.700.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NO CAPS AD.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	60,00	UN	ESCOVA DE UNHA (11915)	ESCOBEL	1,85	111,00
26	2,00	UN	MANGUEIRA P/ JARDIM COMPLETA (23395)	MANTAC	50,00	100,00
29	150,00	UN	PANO DE CHÃO- ALVEJADO - COMPOSTO DE 100% ALGODÃO - MEDINDO NO MÍNIMO 60CMX85CM (8444)	PANOPRATIC	2,52	378,00
36	50,00	UN	SABÃO EM BARRA (12532)	ZAVASKI	1,10	55,00
37	20,00	UN	SABÃO EM BARRA - CÔCO (13072)	ZAVASKI	1,17	23,40
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	667,40
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	667,40

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 1975/2017</b></p> <p>Processo Nr.: 15/2017  Data do Processo: 06/06/2017  Data da Homologação: 07/08/2017  Sequência da Adjudicação: 25  Data da Adjudicação: 31/10/2017</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 15/2017 - PR</b></p>
(Empenho Ordinário nr.: 5019      Dcto Fiscal nr.: 15754)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME</b> Endereço: RUA WALTER MARQUARDT, 2410-SALA 01 Cidade: JARAGUA DO SUL - SC - CEP: 89259-700 CNPJ: 07.483.630/0001-03      Inscrição Estadual:	Código: 38008      Telefone: 3370-7271 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 00000213-7
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 139 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 79 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD - (15.01.2.700.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NO CAPS AD	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
55	90,00	UN	PANO DE PRATO - ALVEJADO - MEDINDO APROX. (47X70)CM (8366)	PANOPRATIC	1,74	156,60
					<b>Total Geral:</b>	156,60
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	156,60

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1976/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 26 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5021    Dcto Fiscal nr.: 030)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>J3R INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME</b> Endereço: Rua Nestor Firmino Vieira, 235 Cidade: Araquari - SC - CEP: 89245-000 CNPJ: 27.734.238/0001-05      Inscrição Estadual:	Código: 47055      Telefone: 473227-8749 Banco: 748 - BANCO COOPERATI Agência: 2602-0 - Sicredi S.A. Conta Corrente: 47465-7
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 55 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 28 - Assistência de Atenção Básica - PAB - (15.01.2.660.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
22	320,00	PCT	PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN (12747)	TOPPY	2,42	774,40
24	1.040,00	FDO	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - TAM.20X21CM C/1000 FOLHAS (34619)	TOPPY	6,99	7.269,60

<b>(Valores expressos em Reais R\$)</b>		<b>Total Geral:</b>	8.044,00
		<b>Desconto:</b>	0,00
		<b>Total Líquido:</b>	8.044,00

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 1977/2017</b></p> <p>Processo Nr.: 15/2017  Data do Processo: 06/06/2017  Data da Homologação: 07/08/2017  Sequência da Adjudicação: 27  Data da Adjudicação: 31/10/2017</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 15/2017 - PR</b></p>
(Empenho Ordinário nr.: 5022    Dcto Fiscal nr.: 11398)	Folha: 1/1

Fornecedor: **LUIZ MINIOLO NETTO EPP**      Código: 41564      Telefone: 413203-5282  
Endereço: Rua Bruno Lobo, 737, 737      Banco:  
Cidade: Curitiba - PR - CEP: 82820-140      Agência:  
CNPJ: 14.221.429/0001-13      Inscrição Estadual:      Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
<b>Centro de Custo:</b>	139 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Média Alta Complexidade	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	79 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD - (15.01.2.700.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização	
<b>Condições de Pagto:</b>	até 30 dias após a entrega de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NO CAPS AD.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
19	36,00	PR	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM M (15098)	VOLK	1,60	57,60
20	36,00	PR	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM P (15097)	VOLK	1,60	57,60
34	15,00	UN	RODO DE BORRACHA (13431)	HARACEM	4,10	61,50
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	176,70
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	176,70

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1978/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 28 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5023    Dcto Fiscal nr.: 11399)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>LUIZ MINOLI NETTO EPP</b> Endereço: Rua Bruno Lobo, 737, 737 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 82820-140 CNPJ: 14.221.429/0001-13      Inscrição Estadual:	Código: 41564      Telefone: 413203-5282 Banco: Agência: Conta Corrente:
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 79 - CMEI - MÁRCIO MAURO M. FILHO - DME <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 79 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD - (15.01.2.700.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
---	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha  
**Condições de Pagto:** até 30 dias após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NO CAPS AD

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
51	100,00	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 80ML - C/ 100 UN (20701)	ALTACOPO	1,79	179,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	179,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	179,00

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 1979/2017</b></p> <p>Processo Nr.: 15/2017  Data do Processo: 06/06/2017  Data da Homologação: 07/08/2017  Sequência da Adjudicação: 29  Data da Adjudicação: 31/10/2017</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 15/2017 - PR</b></p>
(Empenho Ordinário nr.: 5024      Dcto Fiscal nr.: 015.824)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>L &amp; E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP</b> Endereço: Rua Edgar Linhares, 770 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-210 CNPJ: 06.915.456/0001-68      Inscrição Estadual:	Código: 43116      Telefone: 473360-8485 Banco: 341 - Itaú S.A. Agência: 8490 - Itaú S.A. Conta Corrente: 18327-7
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 55 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA - DAM <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 28 - Assistência de Atenção Básica - PAB - (15.01.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
41	60,00	PCT	SACO P/ LIXO 50 L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 63X80X0,07 - CAP. 10 kg (8406)	IDEAL	11,93	715,80

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	715,80
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	715,80

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1980/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 30 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5025      Dcto Fiscal nr.: 002.590)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>MAXIMA ATACADISTA EIRELI-ME</b> Endereço: Adolfo Konder, 279, Bloco 03 Cidade: Rio Negrinho - SC - CEP: 89295-000 CNPJ: 26.716.048/0001-94      Inscrição Estadual:	Código: 46776      Telefone: 4736446300 Banco: Agência: Conta Corrente:
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 61 - CAPS INFANTIL - DME <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 84 - Manutenção das atividades do CAPS infantil - (15.01.2.701.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NO CAPSI	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	20,00	UN	BALDE DE 15 LTS (8276)	ARQPLAS	4,39	87,80
12	60,00	UN	FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO (8443)	MARTINS	0,86	51,60
17	5,00	FR	LUSTRA MÓVEIS 200ML (8323)	WORKER	1,54	7,70
43	24,00	UN	SAPÓLIO EM PÓ (12534)	SANY MIX	1,39	33,36
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	180,46
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	180,46

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1981/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 31 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5026    Dcto Fiscal nr.: 002.589)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>MAXIMA ATACADISTA EIRELI-ME</b> Endereço: Adolfo Konder, 279, Bloco 03 Cidade: Rio Negrinho - SC - CEP: 89295-000 CNPJ: 26.716.048/0001-94      Inscrição Estadual:	Código: 46776      Telefone: 4736446300 Banco: Agência: Conta Corrente:
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 61 - CAPS INFANTIL - DME <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 84 - Manutenção das atividades do CAPS infantil - (15.01.2.701.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
--	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico  
**Condições de Pagto:** até 30 dias após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA USO NO CAPSi

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
58	120,00	UN	PILHA PALITO AAA (12805)	ELGIN	1,34	160,80
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	160,80
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	160,80

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1982/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 32 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5027    Dcto Fiscal nr.: 002.591)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>MAXIMA ATACADISTA EIRELI-ME</b> Endereço: Adolfo Konder, 279, Bloco 03 Cidade: Rio Negrinho - SC - CEP: 89295-000 CNPJ: 26.716.048/0001-94      Inscrição Estadual:	Código: 46776      Telefone: 4736446300 Banco: Agência: Conta Corrente:
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 61 - CAPS INFANTIL - DME <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 84 - Manutenção das atividades do CAPS infantil - (15.01.2.701.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.20.00.00.00 - Material de Cama, Mesa e Banho <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA USO NO CAPSi.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
59	24,00	UN	TOALHA DE ROSTO ALGODÃO (12803)	MARTINS	3,85	92,40
					<b>Total Geral:</b>	92,40
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	92,40

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1983/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 33 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5028    Dcto Fiscal nr.: 37.413)

Folha: 1/1

Fornecedor: **P.A.S PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO SOCIAL IND. E COM LT**      Código: 36372      Telefone: 4130757199  
Endereço: RUA RIO EUFRATES, 31      Banco:  
Cidade: Fazenda Rio Grande - PR - CEP: 83833-088      Agência:  
CNPJ: 08.903.201/0001-00      Inscrição Estadual: 904.11594-02      Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
<b>Centro de Custo:</b>	61 - CAPS INFANTIL - DME	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Média Alta Complexidade	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	84 - Manutenção das atividades do CAPS infantil - (15.01.2.701.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização	
<b>Condições de Pagto:</b>	até 30 dias após a entrega de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NO CAPSi.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	36,00	FR	DESODORIZADOR DE AMBIENTE - MINIMO DE 300 ml (12507)	ULTRA FRESH	5,58	200,88
8	12,00	UN	ESCOVA OVAL DE MÃO (8328)	DIELU	1,74	20,88
31	12,00	UN	PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR (15103)	CRISTAL	2,63	31,56
35	15,00	UN	RODO DE ESPUMA (11911)	PEROVINHA	5,67	85,05
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	338,37
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	338,37

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> Nr.: 1984/2017
	<b>Processo Administrativo:</b> Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 34 Data da Adjudicação: 31/10/2017
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> Nr.: 15/2017 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 5029      Dcto Fiscal nr.: 37.412)

Folha: 1/1

Fornecedor: **P.A.S PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO SOCIAL IND. E COM LT**      Código: 36372      Telefone: 4130757199  
 Endereço: RUA RIO EUFRATES, 31      Banco:  
 Cidade: Fazenda Rio Grande - PR - CEP: 83833-088      Agência:  
 CNPJ: 08.903.201/0001-00      Inscrição Estadual: 904.11594-02      Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Unidade:** 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Centro de Custo:**  
**Fonte de Recurso:** Recursos Média Alta Complexidade  
**Dotações Utilizadas:** 2.701.3.3.90.00.00.00.00 (84) - Manutenção das atividades do CAPS infantil  
  
**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha  
**Condições de Pagto:** até 30 dias após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO NO CAPSI.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
53	1,000	UN	GARRAFA TÉRMICA 1.8 LTS (8258)	ALADIM	35,75	35,75
54	3,000	UN	GARRAFA TÉRMICA DE 1 L (8257)	ALADIM	30,70	92,10
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	127,85
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	127,85

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1985/2017</b>  Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 35 Data da Adjudicação: 31/10/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5030    Dcto Fiscal nr.: 008.833)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>VALMIRA FERREIRA DOS SANTOS REGLY ME</b> Endereço: Rua Cacaueiro, 144 - casa B Cidade: Fazenda Rio Grande - PR - CEP: 83820-497 CNPJ: 03.448.836/0001-41      Inscrição Estadual:	Código: 43130      Telefone: 413069-1160 Banco: Agência: Conta Corrente:
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 61 - CAPS INFANTIL - DME <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 84 - Manutenção das atividades do CAPS infantil - (15.01.2.701.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
--	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização  
**Condições de Pagto:** até 30 dias após a entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PROUDÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NO CAPSi.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
40	60,00	PCT	SACO P/ LIXO 30 L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 59X62CM - CAP. 6kg (8439)	VALPLASTIC	5,92	355,20

					<b>Total Geral:</b>	355,20
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	355,20

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

Gerência de Compras/Licitações

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 1986/2017</b>
CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: (47) 2106-8400      Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	Processo Nr.: 15/2017 Data do Processo: 06/06/2017 Data da Homologação: 07/08/2017 Sequência da Adjudicação: 36 Data da Adjudicação: 31/10/2017
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2017 - PR</b>	
(Empenho Ordinário nr.: 5031      Dcto Fiscal nr.: 004.645)	
Folha: 1/1	

Fornecedor: <b>PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP</b> Endereço: Rod. SC 408, sn, km 10 Cidade: Antônio Carlos - SC - CEP: 88180-000 CNPJ: 01.648.513/0001-76      Inscrição Estadual:	Código: 43254      Telefone: 483272-1513 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3634-X - ANTONIO CARLOS Conta Corrente: 9632-6
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 210 - CAPS II - DME <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 89 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II - (15.01.2.702.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização <b>Condições de Pagto:</b> até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NO CAPS II	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
49	150,00	UN	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO 70% (14141)	SAUBA	5,09	763,50
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	763,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	763,50

Jaraguá do Sul, 31 de Outubro de 2017

\_\_\_\_\_  
 Gerência de Compras/Licitações

# Joaçaba

## PREFEITURA

### DECRETO N 5288

Publicação Nº 1458364

DECRETO Nº 5.288 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016, PELO ARTIGO 15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 1.063,79 (hum mil, sessenta e três reais e setenta e nove centavos), por conta do superávit financeiro dos recursos oriundos do Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.025 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas	
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0034.000000-286	

Valor: R\$ 1.063,79

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2017  
Dioclésio Ragnini  
Prefeito

### PORTARIA N.º 1.684

Publicação Nº 1458207

PORTARIA Nº 1.684 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) PEDRO ALVADIR PEREIRA, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 643/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 07 de dezembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.685

Publicação Nº 1458213

PORTARIA Nº 1.685 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

"DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECÍFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o(a) Sr(a). NOEMIR PERONDI, Engenheiro Eletricista (CREA 22.312-4), como fiscal técnico do Pregão Presencial nº 51/2017, Processo Administrativo nº 77/2017, conforme memorando 601/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.686

Publicação Nº 1458217

PORTARIA Nº 1.686 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JAIR LEME DA SILVA, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 138/2017 da Coordenadoria de Esportes, referente ao período de 01 de junho de 1994 a 31 de maio de 1999 (90 dias) por um período de 30 (trinta) dias e de 01 de junho de 1999 a 31 de dezembro 2003 (82 dias) por um período de 31 (trinta e um) dias a partir de 11 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de



julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de dezembro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 1.687**

Publicação Nº 1458221

PORTARIA Nº 1.687 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EMANUEL RICARDO DAROLD DA SILVA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 179/2017 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, referente ao período de 28 de abril de 2014 a 27 de abril de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de dezembro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 1.688**

Publicação Nº 1458225

PORTARIA Nº 1.688 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 09 de junho de 2018, do(a) Servidor(a) JULIANA DENISE STECKLING, Psicólogo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, Lei n.º 343/2017 e em virtude de sua aprovação em 2º lugar no edital de Teste Seletivo nº 002/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme

memorando 298/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 08 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 1.689**

Publicação Nº 1458228

PORTARIA Nº 1.689 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) PAULO ANTONIO PADOVA, Técnico em Laboratório, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 763/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de janeiro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de dezembro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 1.690**

Publicação Nº 1458230

PORTARIA Nº 1.690 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JESIEL DE OLIVEIRA,

Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 763/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 10 de fevereiro de 2015 a 09 de fevereiro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de dezembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### PORTARIA N.º 1.691

Publicação Nº 1458233

PORTARIA Nº 1.691 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JOÃO CARLOS TOLEDO SAMPAIO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 61/2017 do Gabinete do Prefeito, referente ao período de 24 de janeiro de 2014 a 23 de janeiro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 11 de dezembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### PORTARIA N.º 1.692

Publicação Nº 1458235

PORTARIA Nº 1.692 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) BRUNA PEDRINI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 481/2017 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 14 de janeiro de 2014 a 13 de janeiro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 11 de dezembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### PORTARIA N.º 1.693

Publicação Nº 1458237

PORTARIA Nº 1.693 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EDILAINE COSTA DE SOUZA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 481/2017 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 16 de abril de 2014 a 15 de abril de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 11 de dezembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.694**

Publicação Nº 1458238

PORTARIA Nº 1.694 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ROSANE DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 481/2017 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 12 de abril de 2016 a 11 de abril de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 11 de dezembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.695**

Publicação Nº 1458240

PORTARIA Nº 1.695 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CESAR LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 140/2017 da Coordenadoria de Esportes, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias a partir de 18 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 11 de dezembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.696**

Publicação Nº 1458244

PORTARIA Nº 1.696 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) IVO LAMB, Técnico em Topografia, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 606/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 18 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 11 de dezembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.697**

Publicação Nº 1458247

PORTARIA Nº 1.697 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure eventual descumprimento de cláusulas do contrato nº 335/2016, firmado entre o Município de Joaçaba e a empresa Viga Pavimentações e Obras Ltda, conforme memorando 621/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura.

Art. 2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DIANE CARINA MATANA E FRANCIANI ALICE RIZZI para conduzirem a Comissão, sob a presidência da primeira, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 12 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 1.698**

Publicação Nº 1458250

PORTARIA Nº 1.698 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“RETIFICAR PORTARIA Nº 1.642/2017”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA Nº 1.642/2017 que DESIGNA a Comissão para análise dos pedidos de Remoção/Lotação da rede municipal de ensino, em conformidade com o art. 36 da Lei Complementar n.º 210/2011.

Onde lê-se: Representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Joaçaba:

Marizete Machado Zagonel

Ruth Specht

Leia-se: Representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Joaçaba:

Marizete Machado Zagonel

Andrea Riepe Pires

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 12 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO**

Publicação Nº 1458398

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo do candidato(a) Sr(a) CAMILA BELON, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 7º lugar – 2º chamada, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 014/2016, fica registrado a desistência, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2017**

Publicação Nº 1457905

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTABELECE DATAS DO MÊS DE DEZEMBRO COMO PONTOS FACULTATIVOS, QUE ESPECIFICA.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Joaçaba, no uso de suas atribuições, faz saber que o plenário aprovou e que fica promulgado o presente DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Ficam estabelecidos como pontos facultativos da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC as seguintes datas do mês de dezembro:

I - 26 de dezembro (terça-feira);

II - 27 de dezembro (quarta-feira);

III - 28 de dezembro (quinta-feira);

IV - 29 de dezembro (sexta-feira).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, em 14 de dezembro de 2017.

Francisco Moreira Lopes

Presidente

Almir Pastori

Vice-Presidente

Sérgio Favretto

Primeiro Secretário

Disnéia De Marco Tonial

Segunda Secretária

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 044/2017 - SELOS POSTAIS**

Publicação Nº 1457910

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 044/2017

DISPENSA N. 030/2017

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição de selos postais para envio de cartas comerciais pela Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, VIII da Lei n. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Desp.	Código da dotação	Descrição da dotação	Compl. do elemento	Valor previsto R\$
2	01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de Recurso: 1001 – Recursos ordinários	MANUT.PODER LEGISLATIVO	3.3.90.39.47.00.00.00	925,00

Joaçaba (SC), 13 de dezembro de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor Jurídico

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 045/2017 - PLACAS DE HOMENAGEM**

Publicação Nº 1457916

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 045/2017

DISPENSA N. 031/2017

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: A L JOIAS E RELOGIOS LTDA - ME

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a confecção e o fornecimento de 06 (seis) placas de homenagem fabricadas em alumínio, com letras impressas, tamanho 15cmx20cm, com estojo, para serem entregue em moções concedidas pela Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II da Lei n. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00-MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO COMPLEM.: 3.3.90.30.15.00.00.00 FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Joaçaba (SC), 14 de dezembro de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Licitações

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****RESUMO CONTRATO JHL 0115/2017 - SIMAE**

Publicação Nº 1458104

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0115/2017

PROCESSO JHL 0089/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0077/2017

PROTOCOLO Nº 3223/2017

Data assinatura: 14/12/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA MÍNIMO DE 150 CV + CAPACETE + BAÚ TRASEIRO, QUE SERÁ UTILIZADA PELO SETOR COMERCIAL PARA EXECUÇÃO DE LEITURAS E DEMAIS ATIVIDADES ATENDENDO AOS USUÁRIOS DOS MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO DO SIMAE.

Contratado: MOTOCENTER COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA.

Valor Contratado: R\$ 13.684,50 (treze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 4.4.90.52.52.00.00.00

Prazo de vigência: 15/12/2017 a 14/10/2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.



**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO JHL0077/2017**

Publicação Nº 1457545

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 77/2017 - PR</b>
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 89/2017 Processo de Licitação: 89/2017 Data do Processo: 23/11/2017
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 89/2017  
b ) Licitação Nr.: 77/2017-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 14/12/2017  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA MÍNIMO DE 150 CV + CAPACETE + BAÚ TRASEIRO, QUE SERÁ UTILIZADA PELO SETOR COMERCIAL PARA EXECUÇÃO DE LEITURAS E DEMAIS ATIVIDADES ATENDENDO AOS USUÁRIOS DOS MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**MOTOCENTER COM. DE MOTOCICLETAS LTDA. (6157)**

1	MOTOCICLETA ZERO KM, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: HONDA	UN	1,00	0,0000	13.684,50	13.684,50
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>13.684,50</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>13.684,50</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.4.4.90.00.00.00.00 (35)

-----  
Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 77/2017 - PR

Processo Administrativo: 89/2017  
Processo de Licitação: 89/2017  
Data do Processo: 23/11/2017

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**-----  
Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

# Jupia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017 - SRP

Publicação Nº 1457952

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO nº 47/2017  
PREGÃO PRESENCIAL nº 32/2017

#### SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de combustível, sendo que as propostas serão abertas no dia 02 de janeiro de 2018 às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001 e/ou pelo endereço eletrônico [tesouraria@jupia.sc.gov.br](mailto:tesouraria@jupia.sc.gov.br).

Jupia SC, em 14 de dezembro de 2017.  
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO  
Prefeito Municipal

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 145/2017 PML

Publicação Nº 1457397

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 145/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: PINHEIRINHO SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 213.18.535/0001-85, estabelecida na Rua Otto Leopoldo Tiefense, nº 280, Bairro Jardim Angélica, em Criciúma/SC, CEP 88804-780.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 145/2017, conforme parecer jurídico nº 1403/2017. Processo Licitatório nº 69/2017, correlato à Tomada de Preços nº 04/2017, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta dia 04 de abril de 2017 e homologada em 19/07/2017, consoante as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviços Gerais de Roçada Mecanizada Costal, Por Hora Trabalhada, com fornecimento de todo equipamento necessário, a serem executados nas vias do quadro urbano e nos próprios públicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2. De Execução: Fica prorrogado até 31/12/2018;

2.3. Do Contrato: Fica prorrogado até 31/12/2018, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais Cláusulas e Condições ora contratadas permanecem inalteradas

Lages, 14 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 381/2015 - PML

Publicação Nº 1457211

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 381/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SOMA LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 18.135.450/0001-57, estabelecida a Rua Plácido Damiani, 1200 – Bairro Frei Rogério Lages/SC CEP 88.508-070

resolvem celebrar este 4º termo aditivo ao Contrato 381/2015, conforme parecer jurídico n. 1404/2017, Processo Licitatório nº 223/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 102/2015, homologado em 02/09/2015 consoante as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços “por hora cheia trabalhada,” de Minicarregadeira Tipo Bobcat Modelo S-175 ou Maior, com motorista e/ou operador devidamente habilitado(s), para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Públicos

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 31/12/2018.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 31/12/2018, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 14 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2014 PML

Publicação Nº 1457460

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE TENDO POR OBJETO A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO, GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E ACESSO A PESQUISA A BANCO DE DADOS Nº 007/2014.

Constitui objeto do presente contrato a cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Concursos Públicos e Licitações) por este fornecidos, dispostos no site [www.LeisMunicipais.com.br](http://www.LeisMunicipais.com.br) com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado “LEIS MUNICIPAIS”, cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE.

Fica prorrogado os prazos de execução e vigência contratual até 01/01/2019.

Valor para o próximo período é de R\$ 19.275,32 (dezenove mil duzentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos) sendo quatro parcelas trimestrais de R\$ 4.818,83 (quatro mil oitocentos e dezoito reais e oitenta e três centavos).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Assim, ajustadas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Lages, 14 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal de Lages

### EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 153/2014 PML

Publicação Nº 1457275

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0153/2014 PML- 7º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.255.187/0001-08 com sede a Rua: General Osório, nº 311, sala 604, Edifício Diplomata, Centro, CEP 89.120-000,

Timbó/SC.

Processo Licitatório nº 110/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 55/2014

resolvem celebrar este 7º Termo Aditivo ao Contrato 153/2014, Conforme parecer jurídico PROGEM nº 1414/2017, Processo Licitatório nº 110/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 55/2014, aberto em 01/07/2014 e homologado em 01 de Julho consoante as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Link Dedicados de Internet e interligação de Pontos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 31/12/2018;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL**

fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 31/12/2018, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 14 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron .

Prefeito municipal

**EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69/2014 SEMASA**

Publicação Nº 1457678

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 69/2014

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: CONSÓRCIO ÁGUAS DO PLANALTO, inscrito no CNPJ sob n.º 23.190.281/0001-98, com sede à Rua Natal Cecone, 145 – Bairro Mossunguê, 3º andar – Curitiba/PR, composto pelas empresas ITAJUÍ ENGENHARIA DE OBRAS LTDA e AGS ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE S.A DO BRASIL.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Secretário Municipal o Exmo. Sr. Jurandi Domingos Agustini, doravante denominado CONTRATANTE e o CONSÓRCIO ÁGUAS DO PLANALTO, neste ato representada pelos Sr. Paulo Cesar Varassin, inscrito no CPF 286.585.909-68, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este 7º Termo Aditivo ao Contrato 69/2014, conforme parecer jurídico nº 1407/2017. Processo Licitatório nº 22/2013, correlato a Concorrência nº 01/2013, aberto em 05/12/2014 e homologado em 29/12/2014 consoante as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui o objeto do presente instrumento a Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em "Operação da Gestão Comercial, Operação das Estações de Tratamento de Água, Esgoto, Controle Laboratorial, Operação Controle e Manutenção Hidráulico-Sanitária dos Sistemas de Água e Esgoto, Manutenção Eletromecânica do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto e Crescimento Vegetativo do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto", da Cidade de Lages/SC e do Distrito de Santa Terezinha do Salto.

De acordo com solicitação da SEMASA, com parecer jurídico PROGEM nº 1407/2017 favorável, fica prorrogado os prazos de VIGÊNCIA E EXECUÇÃO contratual até 21/12/2018.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 14 de dezembro de 2017.

Jurandi Domingos Agustini Paulo Cesar Varassin  
Secretário SEMASA CONSÓRCIO ÁGUAS DO PLANALTO

Agnelo Sandini Miranda  
Procurador Geral do Município Interino

**EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 153/2014 PML**

Publicação Nº 1457316

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 0153/2014 PML- 8º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.255.187/0001-08 com sede a Rua: General Osório, nº 311, sala 604, Edifício Diplomata, Centro, CEP 89.120-000, Timbó/SC.

Processo Licitatório nº 110/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 55/2014

resolvem celebrar este 8º Termo Aditivo ao Contrato 153/2014, Conforme parecer jurídico PROGEM nº 1414/2017, Processo Licitatório nº 110/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 55/2014, aberto em 01/07/2014 e homologado em 01 de Julho consoante as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Link Dedicados de Internet e interligação de Pontos.

Conforme nova proposta da empresa CONTRATADA, com parecer técnico da Secretaria de Administração e Fazenda, ofício nº SAE/COORD.CONT/OF. 152/2017, e com parecer PROGEM, nº 1414/2017, fica reajustado o contrato da seguinte forma:

- Acréscimo de 1 (um) ponto no valor de R\$ 328,60 (trezentos e vinte e oito reais) passando o valor total do contrato de R\$ 7.078,60 (sete mil e setenta e oito reais e sessenta centavos), para R\$ 7.407,20 (sete mil quatrocentos e sete reais e vinte centavos).
- Aumento de velocidade de conexão, passando de 10 megabits (MB) para 20 MB, sem custo adicional para o município;
- O link total passará de 100MB, para 110 MB, sem custo para o Município.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 14 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron .

Prefeito municipal

**EXTRATO ARP 38-A/2017 - F&F - SMS**

Publicação Nº 1457700

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38-A/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017  
PROCESSO Nº 93/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Injetáveis para uso no Pronto Atendimento e Unidades de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria Municipal de Saúde, ou o dobro do prazo em caso de medicamento (s) que dependa(m) de importação, através de Autorização de Fornecimento, a ser entregue(s) no Almoxarifado Central da Secretaria, situado à Rua Cruz e Souza, 368, Bairro Brusque, Lages – SC, fone (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e ulteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 53/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 123.006,10 (cento e vinte e três mil, seis reais e dez centavos), sendo:

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME – CNPJ nº 28.093.678/0001-85 – Rua Genuino Piacentini, nº 59, bairro Santa Terezinha, CEP 85506-220, Pato Branco/PR.

Lages, 12 de dezembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 38-B/2017 - VITALSUL - SMS**

Publicação Nº 1457701

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38-B/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017  
PROCESSO Nº 93/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Injetáveis para uso no Pronto Atendimento e Unidades de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria Municipal de Saúde, ou o dobro do prazo em caso de medicamento (s) que dependa(m) de importação, através de Autorização de Fornecimento, a ser entregue(s) no Almoxarifado Central da Secretaria, situado à Rua Cruz e Souza, 368, Bairro Brusque, Lages – SC, fone (49)

3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e ulteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 53/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 9.950,00 (nove mil novecentos e cinquenta reais), sendo:

VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS – EIRELI – ME – CNPJ nº 27.860.256/0001-25 – Rua Vicente Setembrino Palottin, nº 455, bairro Padre Ulrico, CEP 85604-446, Francisco Beltrão/PR.

Lages, 12 de dezembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 39-A/2017 - FARMACIA NOSSA SENHORA DOS CAMPOS - SMS**

Publicação Nº 1458268

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39-A/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017  
PROCESSO Nº 90/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Judiciais, Medicamentos e Leites para uso no Programa da AIDS/DST da Secretaria Municipal de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria da Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 49/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 189.447,60 (cento e oitenta e nove mil quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos), sendo:

FARMÁCIA NOSSA SENHORA DOS CAMPOS LTDA – EPP – CNPJ nº 81.874.380/0001-95 – Rua São Joaquim, nº 820, sala A-2, bairro Copacabana, CEP 88504-011, Lages/SC.

Lages, 11 de dezembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 39-B/2017 - MERCOS - SMS**

Publicação Nº 1458270

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39-B/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017  
PROCESSO Nº 90/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Judiciais, Medicamentos e Leites para uso no Programa da AIDS/DST da Secretaria Municipal de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria da Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 49/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 85.680,00 (oitenta e cinco mil seiscentos e oitenta reais), sendo:

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A – CNPJ nº 05.912.018/0001-83 – Rua Brescia, nº 184, barracão 2, bairro Maua, CEP 83413-575, Colombo/PR.

Lages, 11 de dezembro de 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 39-C/2017 - SAVIMED - SMS**

Publicação Nº 1458272

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39-C/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017  
PROCESSO Nº 90/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Judiciais, Medicamentos e Leites para uso no Programa da AIDS/DST da Secretaria Municipal de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria da Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 49/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais), sendo:

SAVIMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS – ME – CNPJ nº 26.640.161/0001-33 – Av. Anita Garibaldi, nº 2480, sala 09, bairro Boa Vista, CEP 82200-550, Curitiba/PR.

Lages, 11 de dezembro de 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO DE COMODATO 04/2017 - SESI/FIESC - PML**

Publicação Nº 1458022

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO DE COMODATO N.º 04/2017 PML

COMODATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

COMODANTE: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI/DR/SC, Entidade da FIESC, inscrita no CNPJ sob nº 03.777.341/0001-66, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, bairro Itacorubi, CEP 88034-001, Florianópolis/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem por objeto o comodato do imóvel de propriedade do COMODANTE, matrícula nº 13902, com área construída de 825,69m², no terreno com área de 8.360,79m², localizado na Rua Independência, bairro Gethal, em Lages, para o funcionamento do Polo UAB – Universidade Aberta do Brasil, que atende aos industriários e a comunidade de Lages e região.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

2.1 O prazo de vigência será do dia 01/12/2017 à 31/12/2017;

2.2 O presente termo se dará de forma Precária.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:**

3.1 O presente termo se dará de Forma Gratuita.

Lages, 01 de dezembro de 2017.  
Antonio Ceron  
Prefeito municipal

**REVOGAÇÃO CC 08/2017 PML**

Publicação Nº 1457942

**REVOGAÇÃO**

REF:CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2017 – PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE LAGES, A SER CONSTRUÍDO NA AV. DOM PEDRO II, ESQUINA COM AV. BRASIL, BAIRRO UNIVERSITÁRIO, COM ÁREA ESTIMADA DE 22.000 M².

O Município de Lages, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Fazenda, fundamentado na justificativa apresentada pelo Secretário de Planejamento e Obras, embasado no Parecer da Procuradoria Geral do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torno público aos interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em comento. Publique-se,

Lages, 15 de dezembro de 2017.  
Antônio César Alves de Arruda  
Secretário de Administração e Fazenda

**TP 04/2017 SEMASA**

Publicação N° 1457938

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Tomada de Preços 04/2017 SEMASA  
Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação de Serviços e Fornecimento de Materiais para Solução Integrada de Cabeamento Estruturada, CFTV e Telefonia.  
Abertura: 08/01/2018 às 09h  
Valor Estimado: R\$ 300.201,43  
Da retirada do Edital: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)  
Lages, 15 de dezembro de 2017.  
Antônio César Alves de Arruda  
Secretário de Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### EDITAL DE RETIFICAÇÃO

Publicação N° 1458604

EDITAL DE RETIFICAÇÃO N° 001/2017

Processo Seletivo n°. 002/2017 – SEDUC

O MUNICÍPIO DE LAGUNA – SC torna público a Retificação n° 001/2017 ao Edital de Processo Seletivo Público n° 002/2017 para a contratação de técnico de informática para o Polo de Apoio Presencial da UAB que passa a ser assim definido:

#### VI - DA SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO:

(...)

6.2 No dia 26/12, a partir das 14hs no Polo de Educação à Distância de Laguna, os classificados na prova de títulos serão chamados para a entrevista mediante Edital de Convocação que será publicada no dia 22/12, juntamente com a classificação e pontuação por títulos (após recurso, se houver).

#### XI - RESULTADO FINAL

9.1 A divulgação e homologação do resultado final, será dia 02/01, sendo publicado nos meios de comunicação citados (item 1.3 do edital).

#### ANEXO II

##### Cronograma do Processo Seletivo

Inscrições	14 a 18/12/2017
Homologação das Inscrições	19/12/2017
Resultado da Análise de Títulos	
Recurso	20 a 21/12/2017
Convocação para entrevista	22/12/2017
Entrevista	26/12/2017
Resultado Final	27/12/2017
Recurso	28 e 29/12/2017
Homologação do Resultado Final	02/01/2017

Laguna - SC, 26 de Maio de 2017.

Gilmar de Lima Nunes  
Coordenador do Polo de Educação à Distância de Laguna

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/HMHL/2017

Publicação Nº 1457438

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/HMHL/2017

Aberta a sessão com o escopo de receber propostas para contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de combustível, obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2018. Todavia, nenhuma empresa compareceu no dia e hora marcada, tornando-a deserta. Determina-se lançamento de novo certame.

Lauro Muller, 14 de dezembro de 2017.

GENIVALDO DA SILVA  
PREGOEIRO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 171/PMLM/2017 - 062/FMS/2017 - 035/HMHL/2017

Publicação Nº 1457450

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 171/PMLM/2017 - 062/FMS/2017 - 035/HMHL/2017

Data e horário da sessão de abertura: 12/01/2018 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterilly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de gasolina comum, para manutenção da frota pertencente ao município de Lauro Muller, Hospital Municipal Henrique Lage e Fundo Municipal de Saúde, durante o ano letivo de 2018.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 14 de dezembro de 2017.

Genivaldo da Silva  
Pregoeiro

### RESOLUÇÃO N.º 006/CMS/2017

Publicação Nº 1458590

RESOLUÇÃO N.º 006/CMS/2017

Dispõe sobre a Aprovação do Plano Plurianual de Saúde- PPA 2018/2021.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Lauro Muller, em reunião ordinária realizada 26 de janeiro de 2016, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, que dispõe sobre as condições de para promoção, proteção e recuperação

da saúde, a organização e funcionamento dos serviços;

Considerando a Lei Federal n.º 8.142, que no art. 4º dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS sobre a transferência de recursos;

Considerando a Lei Municipal n.º 1.455/2007 de 19/07/2007, que institui o conselho Municipal de saúde.

RESOLVE:

Art. 1.º: Aprovar o Plano Plurianual de Saúde – PPA 2018/2021.

Art. 2.º: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Muller, 28 de novembro de 2017.

Rosiméri Cândido  
Presidenta Conselho Municipal de Saúde

### RESOLUÇÃO Nº 03/2017 DE 06 DE DEZEMBRO 2017.

Publicação Nº 1458580

RESOLUÇÃO Nº 03/2017 DE 06 DE DEZEMBRO 2017.

APROVA O REPASSE DO PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS – APAE DE LAURO MULLER.

O Conselho Municipal da Assistência Social de Lauro Müller, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 1.917 de 20 de abril de 2016 e conforme aprovado na reunião ordinária do dia 31 de maio de 2017.

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, da Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais;

Considerando a PORTARIA Nº 113, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015. Regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o repasse do recurso do Piso de Transição de Média Complexidade no valor de R\$ 676,98 (seiscentos e setenta e seis reais e noventa e oito centavos ) de forma mensal conforme transferência do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social de Lauro Muller- SC, para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS – APAE DE LAURO MULLER- SC, através de termo de fomento.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Lauro Müller 06 de dezembro de 2017.  
Rosiméri Cândido  
Presidente CMAS

**RESOLUÇÃO Nº 04/2017 DE 06 DE DEZEMBRO 2017.**

Publicação Nº 1458582

RESOLUÇÃO Nº 04/2017 DE 06 DE DEZEMBRO 2017.

APROVA REPROGRAMAÇÃO DO RECURSO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO ESTADO PARA O ANO DE 2018.

O Conselho Municipal da Assistência Social de Lauro Müller, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 1.917 de 20 de abril de 2016 e conforme aprovado na reunião ordinária do dia 31 de maio de 2017.

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, da Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais;

Considerando a PORTARIA Nº 113, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015. Regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo e dá outras providências.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a reprogramação do Recurso da Proteção Social Básica – PSB do Estado, no valor de 19.463,68 (quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos) para o ano de 2018.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Lauro Müller 06 de dezembro de 2017.  
Rosiméri Cândido  
Presidente CMAS

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº PE04/2017. PROCESSO Nº 66/2017.

Publicação Nº 1457608

#### HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº PE04/2017. PROCESSO Nº 66/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MOBILIÁRIOS PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, EM ATENDIMENTO A EMENDA PARLAMENTAR Nº29060005.. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 14/12/2017. LICITANTES HOMOLOGADOS: METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP - CNPJ: 05.788.117/0001-03, com o valor total de R\$ 2.800,00 EQUIPOS COMERCIAL LTDA-ME - CNPJ: 11.674.540/0001-77, com o valor total de R\$ 20.000,00

ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA - CNPJ: 11.405.384/0001-49, com o valor total de R\$ 10.400,00

PROLAB COM. DE PROD PARA LABORATÓRIO LTDA - CNPJ: 93.378.735/0001-34, com o valor total de R\$ 51.800,00

Lebon Régis, 14 de dezembro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS / SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº PR 38/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2017

Publicação Nº 1457841

#### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS / SC

#### HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº PR 38/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2017

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição de 450 (quatrocentos e cinquenta) cestas natalina para distribuição aos servidores públicos deste município, nos termos da autorização conferida pela Lei Ordinária nº 1504/2014, conforme especificações contidas neste Edital e no Anexo I – Termo de Referência. Data de Homologação: 14/12/2017 - LICITANTE HOMOLOGADO: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA - CNPJ: 83.054.924/0001-06, com o valor total de R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais). Lebon Régis, 14/12/2017. Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº 68/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017.

Publicação Nº 1457888

#### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº 68/2017 – Processo Licitatório nº 78/2017 – Pregão Presencial nº 38/2017.

Objeto: O Presente contrato tem por objeto o fornecimento de 450 (quatrocentos e cinquenta) cestas natalinas, conforme descrição detalhada do Termo de Referência, da Proposta Comercial e no detalhamento dos produtos que serão fornecidos, apresentado pela CONTRATADA, no prazo fixado no Item 2.1 do referido anexo, as quais independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON

RÉGIS/SC. CONTRATADO: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA - CNPJ: 83.054.924/0001-06, com o valor global de R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais). Lebon Régis, 14 de dezembro de 2017. Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

### PROJETO DE LEI 034-2017 LOA

Publicação Nº 1457253

#### AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 034/2017

“LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, ESTABELECE AS DESPESAS E RECEITAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018 DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Lebon Régis para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 27.847.683,95 (vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos) e fixa a Despesa em 27.847.683,95 (vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos) do Orçamento Fiscal.

#### DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º O Orçamento do Município para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 27.847.683,95 (vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos) e fixa as Despesas das unidades em:

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.284.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	4.543.071,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	714.655,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	35.500,00
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO	2.280.538,95
MUNICIPIO DE LEBON REGIS	18.989.919,00
Total geral:	27.847.683,95

§ 1º A Receita Consolidada do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

Receitas	27.847.683,95
RECEITAS CORRENTES	30.472.438,22
RECEITAS DE CAPITAL	438.490,96
(-) DEDUÇÃO P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB	3.063.245,23
Total:	27.847.683,95
Total geral:	27.847.683,95



§ 2º A Despesa do Município será realizada, obedecendo à classificação institucional, classificação por função, classificação por subfunção, classificação por programa e classificação por natureza da despesa.

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00 - PODER LEGISLATIVO	1.284.000,00
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO	18.989.919,00
91.00 - FUNDO MUN. DE SAUDE - LEBON REGIS	4.543.071,00
92.00 - FUNDO MUN. CRIANCA E ADOLESCENTE	35.500,00
93.00 - FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	714.655,00
94.00 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO	2.280.538,95
Total geral:	27.847.683,95

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	1.284.000,00
04 - Administração	3.039.417,00
06 - Segurança Pública	194.000,00
08 - Assistência Social	1.638.872,00
10 - Saúde	7.836.609,95
12 - Educação	10.359.716,00
13 - Cultura	3.000,00
14 - Direitos da Cidadania	600,00
15 - Urbanismo	1.448.269,00
16 - Habitação	20.020,00
17- Saneamento	20.020,00
18 - Gestão Ambiental	41.020,00
20 - Agricultura	530.060,00
22 - Indústria	32.030,00
26 - Transporte	490.010,00
27 - Desporto e Lazer	240.040,00
28 - Encargos Especiais	660.000,00
99 - Reserva de Contingência	10.000,00
Total geral:	27.847.683,95

#### III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa	1.284.000,00
121 - Planejamento e Orçamento	42.519,00
122 - Administração Geral	2.996.898,00
181 - Policiamento	186.000,00
182- Defesa Civil	8.000,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	4.000,00
243 - Assistência a Criança e ao Adolescente	497.417,00
244 - Assistência Comunitária	1.138.055,00
301 - Atenção Básica	5.185.291,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.500.538,95
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	113.239,00
304 - Vigilância Sanitária	21.102,00
305 - Vigilância Epidemiológica	16.439,00
306 - Alimentação e Nutrição	110.268,00
361 - Ensino Fundamental	9.739.772,00

364 - Ensino Superior	36.000,00
365 - Educação Infantil	455.876,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	17.800,00
392 - Difusão Cultural	3.000,00
451 - Infraestruturas Urbana	587.960,00
452 - Serviços Urbanos	860.309,00
482 - Habitação Urbana	20.020,00
512 - Saneamento Básico Urbano	20.020,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	41.020,00
606 - Extensão Rural	520.060,00
608 - Promoção da Produção Agropecuária	10.000,00
661 - Promoção Industrial	32.030,00
695 - Turismo	5.000,00
782 - Transporte Rodoviário	490.010,00
812 - Desporto Comunitário	150.030,00
813 - Lazer	85.010,00
846 - Outros Encargos Especiais	660.000,00
999 - Reserva de Contingência	10.000,00
Total geral:	27.847.683,95

#### IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

00 - Operações Especiais	660.000,00
01 - Processo Legislativo	1.284.000,00
02 - Administração	2.866.898,00
04 - Contribuições	130.000,00
06 - Serviços de Segurança Pública	194.000,00
08 - Desporto amador	150.030,00
09 - Lazer coletivo	85.010,00
10 - Merenda Escolar	110.268,00
11 - Educação Básica	9.759.652,00
12 - Desporto Estudantil	61.020,00
13 - Ensino Superior	36.000,00
14 - Educação Infantil	381.776,00
15 - Educação de Jovens e Adultos	11.000,00
17 - Acervo Cultural	3.000,00
18 - Serviço de utilidade pública	1.244.829,00
19 - Serviços Urbanos	20.220,00
20 - Saneamento urbano	25.240,00
21 - Estradas Vicinais	488.010,00
22 - Meio Ambiente	41.020,00
23 - Promoção e extensão rural	530.060,00
24 - Incentivo para a Indústria	32.030,00
25 - Habitação popular	65.539,00
26 - Assistência Social Geral	1.382.055,00
27 - Atenção à Criança e ao Adolescente	257.417,00
28 - Saúde Básica	5.336.071,00
29 - Saúde Médica e Sanitária	2.500.538,95
30 - Turismo	5.000,00
99 - Reserva de Contingência	10.000,00

Total geral:	27.847.683,95
--------------	---------------

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS	27.847.683,95
DESPESAS CORRENTES	27.498.523,28
DESPESAS DE CAPITAL	339.160,67
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
Total geral:	27.847.683,95

§ 3º Integram a Lei Orçamentária Anual, os Anexos da Lei 4.320/64 e demonstrativos da LOA/2018:

## ANEXOS LEI 4.320/64

(I) Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

(II) Anexo 2 – Receitas Segundo as Categorias Econômicas

(III) Anexo 2 – Despesas Segundo as Categorias Econômicas

(IV) Anexo 6 - Programa de Trabalho

(V) Anexo 7 - Programa de Trabalho – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades

(VI) Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por funções, Subfunções e Programas

(VII) Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e funções  
DEMONSTRATIVOS DA LOA/2018

(I) Demonstrativo dos Valores Previstos para Receitas da LOA

(II) Demonstrativo dos Valores Previstos para Despesa da LOA

## DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 3º O Orçamento da entidade Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 22.900.677,31 (vinte e dois milhões, novecentos mil, seiscentos e setenta e sete reais e trinta e um centavos), e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 4.947.006,64 (Quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, seis reais e sessenta e quatro centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	22.900.677,31
RECEITAS CORRENTES	22.462.186,35
RECEITAS DE CAPITAL	438.490,96
Total geral:	22.900.677,31

§ 2º A Despesa da entidade Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e de natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	18.149.439,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.338.307,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	360.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6451.132,00
DESPESAS DE CAPITAL	830.480,00
INVESTIMENTOS	730.480,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
Total geral:	18.989.919,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 2.819.155,00 (dois milhões, oitocentos e dezenove mil, cento e cinquenta e cinco

reais) e as transferências financeiras em R\$ 1.723.916,00 (um milhão, setecentos e vinte e três mil e novecentos e dezesseis reais).  
§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	2.819.155,00
RECEITAS CORRENTES	2.814.155,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00
Total:	2.819.155,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.723.916,00
Total geral:	4.543.071,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e de natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	4.309.616,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.813.739,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.495.877,00
DESPESAS DE CAPITAL	233.455,00
INVESTIMENTOS	233.455,00
Total geral:	4.543.071,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 5º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 158.656 (cento e cinquenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais) e as transferências financeiras em R\$ 555.999,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	158.656,00
RECEITAS CORRENTES	158.656,00
Transferências Financeiras	555.999,00
Total geral:	714.655,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	697.722,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.576,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	247.146,00
DESPESAS DE CAPITAL	16.933,00
INVESTIMENTOS	16.933,00
Total Geral:	714.655,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 6º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais) e as transferências financeiras

em R\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	1.100,00
RECEITAS CORRENTES	1.100,00
Transferências Financeiras	34.400,00
Total geral:	35.500,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	30.500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
INVESTIMENTOS	5.000,00
Total geral:	35.500,00

#### DO ORÇAMENTO DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO

Art. 7º O Orçamento da entidade HOSPITAL para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 930.847,31 (novecentos e trinta mil, oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e um centavos) e as transferências financeiras em R\$ 1.349.691,64 (Um milhão trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos noventa e um reais e sessenta e quatro centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	930.847,31
RECEITAS CORRENTES	930.847,31
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.349.691,64
Total Geral	2.280.538,95

§ 2º A Despesa da entidade HOSPITAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	2.242.018,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	995.865,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.246.153,28
DESPESAS DE CAPITAL	38520,67
INVESTIMENTOS	38.520,67
Total geral:	2.280.538,95

#### DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Art. 8º O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS para o exercício de 2018 fixa as Despesas em R\$ 1.284.000,00 (um milhão duzentos e oitenta e quatro mil reais) e as transferências financeiras em R\$ 1.284.000,00 (um milhão duzentos e oitenta e quatro mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras

do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.284.000,00
Total geral:	1.284.000,00

§ 2º A Despesa da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	1.262.600,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.070.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	192.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	21.400,00
INVESTIMENTOS	21.400,00
Total Geral:	1.284.000,00

Art. 9º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme a seguir:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA	
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
9.9.00.00. - RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
Total:	10.000,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 11. Fica o Executivo autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (vinte por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação por Fonte de Recurso, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior por Fonte de Recurso.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e os recursos oriundos de convênios.

Art. 12. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização

extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 14. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 16. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 18. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2017.

OSMAR COMPER

Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG

1º Secretário

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO REVOGADA PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017

Publicação Nº 1458414

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

AVISO DE LICITAÇÃO REVOGADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2017

VITOR NORBERTO ALVES – Prefeito Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Pregão Presencial na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de ar condicionado para a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 041/2017, foi REVOGADA, no dia 14 de dezembro de 2017, com base na Lei nº 8.666/93. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 14/12/2017. VITOR NORBERTO ALVES – Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 163/2017

Publicação Nº 1458147

Portaria n.º 163, de 1º de novembro de 2017.

“Designa servidor público municipal como Fiscal de Contrato e dá outras providências.”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e suas alterações,

Considerando, o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, em que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal, senhor DANIEL LOHN, ocupante do cargo de em Comissão de Assessor Jurídico, inscrito sob a matrícula nº 1834, lotado no Gabinete do Prefeito, que além das atividades inerentes ao cargo, desempenhar função de Fiscal de Contratos do Município, podendo o mesmo solicitar acompanhamento técnico necessário para auxílio na execução desta atividade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças





# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR 70/2017

Publicação Nº 1457789

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para lavagem dos veículos, caminhões, ônibus e máquinas da frota do Município de Lindóia do Sul, no dia 29 de dezembro de 2017, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 14 de dezembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Adenir Agustini, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 17 de Novembro de 2016 a 16 de Novembro de 2017, para gozo no período de 11 de Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR 71/2017

Publicação Nº 1458055

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de empresa(s) para realização de serviços de horas de trator de esteiras, escavadeira hidráulica, e serviços de horas de caminhão tratorado equipado com tanque para distribuição de dejetos, a abertura dos envelopes terá início às 10:00 horas do dia 29 de dezembro de 2017, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 09:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 14 de dezembro de 2017.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 336/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458292

PORTARIA Nº 336/2017, de 11 de Dezembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003. RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Aldir Galina, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura, referente ao período aquisitivo de 24 de Novembro de 2016 a 23 de Novembro de 2017, para gozo no período de 11 de Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 335/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458288

PORTARIA Nº 335/2017, de 11 de Dezembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003. RESOLVE:

### PORTARIA Nº 337/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458294

PORTARIA Nº 337/2017, de 11 de Dezembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo

Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.  
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Vivaldo Rodrigues da Silva, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura, referente ao período aquisitivo de 19 de Agosto de 2016 a 18 de Agosto de 2017, para gozo no período de 11 de Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 338/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458300

PORTARIA Nº 338/2017, de 11 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.  
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Renato Pereira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura, referente ao período aquisitivo de 01 de Dezembro de 2016 a 30 de Novembro de 2017, para gozo no período de 11 de Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 339/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458302

PORTARIA Nº 339/2017, de 11 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.  
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Jandir

Antonio Cittadin, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes, referente ao período aquisitivo de 01 de Setembro de 2016 a 31 de Agosto de 2017, para gozo no período de 11 de Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 340/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458304

PORTARIA Nº 340/2017, de 11 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.  
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Orides Francisco Urbano, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes, referente ao período aquisitivo de 21 de Novembro de 2016 a 20 de Novembro de 2017, para gozo no período de 11 de Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 341/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458308

PORTARIA Nº 341/2017, de 11 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.  
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Artur Amaral Mendes, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes, referente ao período aquisitivo de 10 de Novembro de 2016 a 09 de Novembro de 2017, para gozo no período de 11 de

Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 342/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458311

PORTARIA Nº 342/2017, de 11 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003. RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Jarbas Mendes, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura, referente ao período aquisitivo de 04 de Novembro de 2016 a 03 de Novembro de 2017, para gozo no período de 21 de Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018, com a conversão de um terço em dinheiro, nos termos do § 1º do Artigo 128, da Lei Complementar nº 050/2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 343/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458313

PORTARIA Nº 343/2017, de 11 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003. RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Marciano Canever, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura, referente ao período aquisitivo de 10 de Outubro de 2016 a 09 de Outubro de 2017, para gozo no período de 21 de Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018, com a conversão de um terço em dinheiro, nos termos do § 1º do Artigo 128, da Lei Complementar nº 050/2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 344/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458315

PORTARIA Nº 344/2017, de 11 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003. RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Gilmar Antonio Milan, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Mecânico, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura, referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2016 a 28 de Fevereiro de 2017, para gozo no período de 21 de Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018, com a conversão de um terço em dinheiro, nos termos do § 1º do Artigo 128, da Lei Complementar nº 050/2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 345/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458317

PORTARIA Nº 345/2017, de 11 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003. RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Paulo Roberto Parmegiani, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura, referente ao período aquisitivo de 08 de Novembro de 2016 a 07 de Novembro de 2017, para gozo no período de 11 de Dezembro de 2017 a 30 de Dezembro de 2017, com a conversão de um terço em dinheiro, nos termos do § 1º do Artigo 128, da Lei Complementar nº 050/2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 346/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458320

PORTARIA Nº 346/2017, de 11 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE IDENTIFICA.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o artigo 126, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003,

RESOLVE:

I - Conceder, Férias Coletivas, no período de 11 de Dezembro de 2017 a 10 de Janeiro de 2018, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo identificados, conforme Termo de Acordo de Férias firmado individualmente.

Nome do Servidor	Período Aquisitivo
Alexandre Cavalier	03/06/17 à 02/06/18
Charles Mateus Kel	23/01/17 à 22/01/18
Claudiomiro de Almeida	01/03/17 a 28/02/18
Ederlei Diego da Silva	09/07/17 á 08/07/18
João da Rosa	01/10/17 a 30/09/18
José Carlos Spricigo	09/04/17 à 07/01/18
Lair Leal de Vargas	01/03/17 a 28/02/18
Odanir Lodi	21/01/17 a 20/01/18
Onorio Pereira Chaves	15/04/17 à 14/04/18
Revelino Damin	15/04/17 a 14/04/18

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registre-se e comunique-se.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo RH

# Luis Alves

## PREFEITURA

### DECRETO 134/2017

Publicação Nº 1457431

#### DECRETO N.º 134/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e a Lei Municipal n.º 1.708/2017; DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Funcional Programática: 17.512.0021

Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos

Código Reduzido: 5

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Funcional Programática: 17.512.0021

Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta

Código Reduzido: 3

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 12 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

### DECRETO N.º 135/2017

Publicação Nº 1458601

#### DECRETO N.º 135/2017

Dispõe sobre Férias Coletivas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização das férias vencidas de parte dos servidores da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que os servidores públicos municipais de Luiz

Alves são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e esta dispõe em seu artigo 139, caput, sobre a concessão de férias coletivas, sendo, ainda, considerado ato discricionário da autoridade competente, em respeito ao princípio constitucional da supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO a redução do movimento de cidadãos que procuram a Administração Pública Municipal entre as semanas do Natal e Ano Novo;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso o expediente de trabalho nas repartições da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, no período de 20 de dezembro de 2017 a 08 de janeiro de 2018, em virtude de Férias Coletivas, exceto o Paço Municipal, que será no período de 22 de dezembro de 2017 a 08 de janeiro de 2018.

Parágrafo único. Na data prevista no caput deste artigo poderá haver convocação especial de alguns servidores em caso de necessidade.

Art. 2º Não serão suspensas, no dia descrito no artigo 1º deste Decreto, as atividades consideradas de natureza essencial, quais sejam: prestadas pela concessionária do serviço de abastecimento de água (CASAN), referente aos serviços de plantão; pela Fundação Médica Assistencial ao Trabalhador Rural de Luiz Alves, que deverá manter em funcionamento o plantão médico, atendimento de urgência e emergência; pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá manter em funcionamento o plantão de ambulância e da Unidade de Saúde da Vila do Salto (ESF01 e 04); pela Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, referente aos serviços de coleta de lixo e vigilância dos prédios públicos municipais, incluída a Prefeitura Municipal; pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, que funcionará em regime de plantão; e pelo Conselho Tutelar, que funcionará em regime de plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 13 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

### DECRETO N.º 136/2017

Publicação Nº 1458607

#### DECRETO N.º 136/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 – Lei Municipal n.º 1.660, de 30 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 11.440,00 (onze mil, quatrocentos e quarenta reais) ao orçamento



municipal vigente:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração

Unidade: 01 – Secretaria de Administração

04.122.0003.2.004 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Administração

(9) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.0000) – Aplicações Diretas R\$ 11.090,00

Órgão: 04 – Secretaria de Fazenda e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria de Fazenda e Planejamento

04.123.0003.2.007 – Manutenção dos serviços da Secretaria da Fazenda e Planejamento

(16) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.0000) – Aplicações Diretas R\$ 350,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração

Unidade: 01 – Secretaria de Administração

04.122.0003.2.004 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Administração

(12) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.0000) – Aplicações Diretas R\$ 11.090,00

Órgão: 04 – Secretaria de Fazenda e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria de Fazenda e Planejamento

04.123.0003.2.007 – Manutenção dos serviços da Secretaria da Fazenda e Planejamento

(17) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.0000) – Aplicações Diretas R\$ 350,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 14 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 14 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

## DECRETO N.º 137/2017

Publicação Nº 1458611

DECRETO N.º 137/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660, de 30 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 37.600,00 (trinta e sete mil e seiscentos reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração

Unidade: 01 – Secretaria de Administração

04.122.0003.2.004 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Administração

(9) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.0000) – Aplicações Diretas R\$ 37.600,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2017, por conta de recursos ordinários, na importância de R\$ 37.600,00 (trinta e sete mil e seiscentos reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.



# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2501

Publicação Nº 1457392

DECRETO Nº 2501 de 14 de dezembro de 2017.

"FIXA ÍNDICE DE CORREÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art.413 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 072 de 21 de agosto de 2008,

#### DECRETA:

Art.1º- Ficam corrigidos monetariamente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo IBGE, do período de dezembro de 2016 a novembro de 2017, no percentual de 1,94% todos os débitos de origem tributária, incluindo o principal, os juros e multas moratórias, bem como todos os demais valores utilizados como base de cálculo ou referência de cálculo de valor de tributos ou de penalidades integrantes dos demonstrativos e tabelas integrantes do Código Tributário Municipal, passando a UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal de R\$ 93,75 (noventa e três reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 95,57 (noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 092/2017 - PP 068/2017 - COMBUSTÍVEIS - PML

Publicação Nº 1458150

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 092/2017 - PML  
Pregão nº 068/2017 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 092/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de combustíveis, destinados à frota oficial de veículos do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais, durante o exercício de 2018, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e em seus anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* AUTO POSTO LUZERNA LTDA;

\* REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA – Filial 3.

- Valor total: R\$757.675,00

Luzerna (SC), 14 de dezembro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 095/2017 - PP 070/2017 - ELETRICISTA - PML

Publicação Nº 1458194

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 095/2017 - PML  
Pregão nº 070/2017 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 095/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção contínua preventiva e corretiva, interna e externa, dos imóveis da Administração Pública Municipal, a fim de atender as necessidades da Unidade Gestora - Prefeitura Municipal, e Fundos Especiais de Luzerna/SC, conforme especificações e condições indicadas no presente Edital e no seu Termo de Referência.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA EPP.

- Valor total: R\$ 49.800,00

Luzerna (SC), 14 de dezembro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### TERMO DE DOAÇÃO 001/2017/PML

Publicação Nº 1450853

TERMO DE DOAÇÃO Nº 001/2017/PML  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2017/PML  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2017/PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.613.428-0001/72, com sede administrativa à Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, doravante denominado DOADOR e a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.874.989/0001-88, com sede neste Município de Luzerna(SC), com sede na Vila Kennedy, s/n, na cidade de Luzerna/SC, neste ato representado por seu Presidente Senhor ARI ALLAN BALLER, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 1.884.745 e inscrito no CPF/MF sob o nº 596.837.409-87, doravante denominado DONATÁRIO, com fundamento na LEI Nº 1545, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017, resolvem celebrar o presente TERMO DE DOAÇÃO, nos termos do Processo Licitatório nº 098/2017/PML – Dispensa de Licitação 016/2017/PML, na forma e nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE DOAÇÃO a DOAÇÃO COM ENCARGOS, dos seguintes móveis:

a) 01 (um) Trator agrícola ano e modelo 2012, 110 CV, a diesel, tração 4x4, 4 cilindros, caixa de marchas, com 20 a frente e 4 ré, marca Budny BDY-11040, com registro no patrimônio PAT 1026.

b) 01 (um) Trator agrícola, marca MASSEY FERGUSON, Modelo MF 4275/4, diesel, 4 cilindros, 75 CV, com registro no patrimônio PAT 896.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DOS ENCARGOS

2.1. Como encargo proveniente da doação dos referidos bens, eventualmente, quando a Administração Pública necessitar dos serviços de qualquer bem doado, disponibilizado ou de propriedade da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR esta se compromete em disponibilizá-los gratuitamente para o uso.

2.2. O DOADOR não se responsabiliza, em hipótese alguma, substituição e manutenção ou reparo dos equipamentos, que passarão à propriedade exclusiva do DONATÁRIO com a assinatura do respectivo TERMO.

2.3. O DOADOR também não se responsabilizará pela depreciação, deterioração dos equipamentos, nem responderá por danos que eles eventualmente venham a causar a terceiros.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA RESCISÃO

A presente doação poderá ser rescindida a qualquer tempo, por infração ou descumprimento do encargo, mediante simples notificação por escrito do DOADOR ao DONATÁRIO, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da ação de perda e danos.

#### CLÁUSULA QUARTA DO FORO

As partes elegem o foro da para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste TERMO e para propositura de qualquer ação dele derivada. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas a tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO  
DOADOR

ARI ALLAN BALLER  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR  
DONATÁRIO

TESTEMUNHAS:

1. _____ Nome: CPF:	2. _____ Nome: CPF:
------------------------------	---------------------------

# Macieira

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

Publicação Nº 1457803



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA MACIEIRA – SANTA CATARINA

#### HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES EDITAL Nº 003/2017 - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

**Art. 1º** Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo nº 003/2017, com a realização das Provas Teóricas no dia **20 de dezembro de 2017**, período da manhã, conforme edital.

**Art. 2º** A prova prática, para os cargos em que houver, serão realizados após o término da prova teórica (manhã e/ou tarde – conforme necessidade).

**Art. 3º** A Prova Prática para Operador de Máquinas Pesadas será realizada com Escavadeira Hidráulica (draga) e Retroescavadeira e Operador de Máquinas leves com Trator de Pneus.

**Parágrafo único:** As provas práticas para Operador de Máquinas Pesadas e Leves e Auxiliar de Serviços Externos será realizado no terreno em frente ao CRAS.

#### Cargo: SERVIÇOS GERAIS II - INTERNO

Nº Inscr.	Nome	Nº Identidade	Data Nascimento
40	CLÁUDIA BONASSA	5673143	21/11/94
34	DIZANIRA CRUZ DE OLIVEIRA DOS SANTOS	3149551	11/07/79
12	ERONI ALVES DOS SANTOS	2971177	28/02/73
01	JOSIANE APARECIDA SERIGHELLI	5340888-8	28/01/90
03	JUCINEIA APARECIDA DOS SANTOS	5904238	14/02/91
27	LAIDES BERARDO	4901440	22/03/85
08	LUCIMAR MORAES	5247017-2	06/01/93
28	MARIA LUIZA PESSOA	6637410	30/07/94
16	RENATA PEREIRA DA ROCHA	6637719	12/09/97
15	SALETE DE FÁTIMA PEREIRA	2402237	20/04/65
24	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA	4288284	02/01/73
19	THAISA BUENO DA SILVA	6312467	14/09/94

#### Cargo: SERVIÇOS GERAIS II - EXTERNO

Nº Inscr.	Nome	Nº Identidade	Data Nascimento
29	ANILTON BOZ	4597657-0	30/11/82
23	LUCAS DO PRADO CAMPAGNIN	6128205	18/11/97
02	PEDRO SERAFIN NETO	788466	28/11/52
13	ROQUE LOCATELLI	1911839	15/08/63
17	CESAR DOS SANTOS MORAES	5070267	26/09/88

**Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - GARI**

Nº Inscr.	Nome	Nº Identidade	Data Nascimento
09	CÁTIA APARECIDA WOSNIAK	2314537-1	23/07/72
21	CRISTIANE DA SILVA PIRES	4696256	12/06/84
06	JOSIMARI DO PRADO	5828007	05/01/89
35	LOURDES DA MAIA HOLDEFFER	6051844-0	09/09/67
22	NELSON DE QUEIROS	2112034	12/01/60
36	OTILIA CORDEIRO GARBO	4980179	20/06/84

**Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**

Nº Inscr.	Nome	Nº Identidade	Data Nascimento
37	ALTAIR ROSA	4840783	10/10/90
05	ANDERSON MORAES ARCONTI	6638062	10/11/95
21	JOÃO IVANOR DO PRADO	4204282-8	26/02/83
11	JOEL LUIZ GUARNIERI	3850601	17/05/78
41	LENON ANDRE SOARES	10614141-0	06/01/90
42	LEOMAR PEROVANO	4840720	07/09/91
26	LEONARDO ROQUE MAFFIOLETTI	4840789	10/12/92
25	LUIZ MÁRIO SILVA	3484446	12/05/75
04	RENAN CAMUZZATO	6638259	06/06/97
30	VILSO JOSÉ VENTURIN	1883004	21/08/64

**Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES**

Nº Inscr.	Nome	Nº Identidade	Data Nascimento
38	ALBERTO DE OLIVEIRA	4756253	01/01/82
14	CLAUBERTO CERRY	4204312	25/07/85
07	CLODOALDO DE BORTOLI	3320031	05/01/76
18	IVAN DO PRADO	3986396	09/10/79
39	JOEL DOMINGOS CARDOSO	10092252-5	05/02/87
31	LEANDRO JOSÉ ELEUTÉRIO	4840760	05/01/93

**Cargo: PSICÓLOGO**

<b>Nº Inscr.</b>	<b>Nome</b>	<b>Nº Identidade</b>	<b>Data Nascimento</b>
20	PRISCILA LUVISON	4978587	18/02/90

**Cargo: ENFERMEIRO**

<b>Nº Inscr.</b>	<b>Nome</b>	<b>Nº Identidade</b>	<b>Data Nascimento</b>
10	CLAIR MARIO CORRÊA	1918137	18/02/68

Macieira, 14 de dezembro de 2017.

# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2017

Publicação Nº 1457339

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada WILLNER SPECIALE EIRELI – ME

CNPJ Nº 23.172.388/0001-03

Valor Registrado: R\$ 64.460,00 (sessenta e quatro mil quatrocentos e sessenta reais).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2017, Pregão Presencial - RP nº 149/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 268/2017

Publicação Nº 1457346

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 268/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: PACHTO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

CNPJ Nº 21.424.240/0001-93

Valor Registrado: R\$ 468.312,50 (quatrocentos e sessenta e oito mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2017, Pregão Presencial - RP nº 149/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2017

Publicação Nº 1457342

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada Willner Plus Ltda

CNPJ Nº 04.217.643/0001-42

Valor Registrado: R\$ 238.200,00 (duzentos e trinta e oito mil e duzentos reais).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2017, Pregão Presencial - RP nº 149/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 269/2017

Publicação Nº 1457348

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 269/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: CELEIRO BRASIL ALIMENTOS EIRELI

CNPJ Nº 27.893.077/0001-94

Valor Registrado: R\$ 169.319,00 (cento e sessenta e nove mil trezentos e dezenove reais).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2017, Pregão Presencial - RP nº 149/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2017

Publicação Nº 1457344

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda

CNPJ Nº 05.919.156/0001-94

Valor Registrado: R\$ 37.408,00 (trinta e sete mil quatrocentos e oito reais).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2017, Pregão Presencial - RP nº 149/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 270/2017

Publicação Nº 1457350

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 270/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

CNPJ Nº 22.621.552/0001-50

Valor Registrado: R\$ 205.635,00 (duzentos e cinco mil seiscentos e trinta e cinco reais).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2017, Pregão Presencial - RP nº 149/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.



**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 271/2017**

Publicação Nº 1457351

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 272/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ITAVOL COMERCIAL LTDA

CNPJ Nº 10.976.220/0001-09

Valor Registrado: R\$ 65.520,00 (sessenta e cinco mil quinhentos e vinte reais).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2017, Pregão Presencial - RP nº 149/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 272/2017**

Publicação Nº 1457353

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 272/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ITAVOL COMERCIAL LTDA

CNPJ Nº 10.976.220/0001-09

Valor Registrado: R\$ 65.520,00 (sessenta e cinco mil quinhentos e vinte reais).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2017, Pregão Presencial - RP nº 149/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2017**

Publicação Nº 1457352

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Supermercado Djek e Sheron &amp; Cia Ltda

CNPJ Nº 06.077.065/0001-11

Valor Registrado: R\$ 255.590,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e noventa reais).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2017, Pregão Presencial - RP nº 149/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2017**

Publicação Nº 1457356

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ALTA COMERCIAL EIRELI ME

CNPJ Nº 05.076.619/0001-01

Valor Registrado: R\$ 368.281,00 (trezentos e sessenta e oito mil

duzentos e oitenta e um reais).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 597/2017, Pregão Presencial - RP nº 149/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 275/2017**

Publicação Nº 1457334

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 275/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: MARCELUS JACOB SANDESKI - ME

CNPJ Nº 11.700.973/0001-50

Valor Registrado: R\$ 41.050,00 (quarenta e um mil e cinquenta reais).

Objeto: Aquisição de mudas de flores destinadas aos canteiros e praças do Município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e meio Ambiente.

Origem: Processo nº 607/2017, Pregão Presencial - RP nº 152/2017.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 102/2016**

Publicação Nº 1457336

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 102/2016

Contrato nº: 102/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

CNPJ nº 90.180.605/0001-02

Modalidade Processo Licitatório n.º 491/2016 Pregão Presencial nº 119/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 28 de novembro de 2017.

Prazo: com vigência até 28 de novembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 113/2016**

Publicação Nº 1457497

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 113/2016

Contrato nº: 113/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE AASSISTENCIA SOCIAL

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

CNPJ nº 90.180.605/0001-02

Modalidade Processo Licitatório n.º 610/2016 Pregão Presencial nº 149/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 13 de dezembro de 2017.

Prazo: com vigência até 19 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2017**

Publicação Nº 1451927

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2017, de 06 de dezembro de 2017.

ALTERA O ARTIGO 1º, INCISO XXIV DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador EDER GIELGEN, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

**DECRETA:**

Art. 1º O inciso XXIV do Art. 1º do Decreto Legislativo nº 01/2017, de 10 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica fixado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 para a Câmara Municipal de Mafra:

XXIV - 26 de dezembro a 29 de dezembro de 2017 (recesso legislativo);”

Art. 2º Estabelece recesso legislativo de 02 a 05 de janeiro de 2018.

Art. 3º Não haverá expediente na Câmara Municipal de Mafra do dia 02 a 05 de janeiro de 2018, voltando as suas funções normais no dia 8 de janeiro de 2018.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 06 de dezembro de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/2017**

Publicação Nº 1456294

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/2017, de 14 de dezembro de 2017  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2017.

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Mafra autorizada a abrir crédito suplementar no orçamento público municipal de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinados a suprir a seguinte dotação orçamentária:

01 - Legislativo Municipal

01.001 - Câmara Municipal

01.01.1001.2001 - Manutenção do Legislativo

3.3.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas - pessoal civil - R\$ 300.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 - Legislativo Municipal

01.001 - Câmara Municipal

01.01.1001.2001 - Manutenção do Legislativo - Projeto Atividade

4.4.90.00.00 - Despesa de Capital - R\$ 300.000,00

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

**PORTARIA Nº 64/2017**

Publicação Nº 1456304

PORTARIA Nº 64/2017, de 13 de dezembro de 2017.

EXONERA ASSESSORA LEGISLATIVA

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar JULIANE RIBEIRO, do cargo comissionado de Assessora Legislativa, nomeada pela Portaria nº 13 de 01.02.2017, a partir do dia 22 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 13 de dezembro de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

**PORTARIA Nº 65/2017**

Publicação Nº 1456194

PORTARIA Nº 65/2017, de 14 de dezembro de 2017

REVOGA A PORTARIA Nº 53, DE 14 DE OUTUBRO DE 2017.

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Portaria nº 53, de 14 de outubro de 2017, que designou a servidora CLEIDIMAR DE CASSIA CHAIKOWSKI KAMIENSKI, matrícula 102.3, para exercer a função de Departamento de Pessoal da Câmara Municipal de Mafra/SC, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 14 de dezembro de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

# Major Vieira

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 052.2017

Publicação N° 1457446

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2017 - SRP

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CAÇAMBA BASCULANTE COM RECURSOS DO PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO-CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA (PROPOSTA SICONV 022818/2017) E O MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, COM INTERVENIÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 29/12/2017 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: [Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br](mailto:Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br) Fone (47) 3655-1111. Marcus Vinicius Brasil Severgnini – Pregoeiro, Major Vieira/SC 14/12/2017.

# Maracajá

## PREFEITURA

### PORTARIA 293/2017

Publicação Nº 1458283

Portaria Nº 293, de 12 de dezembro de 2017.  
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 12 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, JANAINA LIS TRINDADE VIEIRA, CPF 048.063.773-33, matrícula Nº 2272, nascida em 14 de janeiro de 1991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 086/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

### PORTARIA 294/2017

Publicação Nº 1458287

Portaria Nº 294, de 13 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 22 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, BARBARA DA SILVA ROQUE, CPF 043.582.889-44, matrícula Nº 2240, nascida em 26 de agosto de 1983.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 052/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 13 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

### PORTARIA 295/2017

Publicação Nº 1458289

Portaria nº 295 de 14 de dezembro de 2017.

NOMEIA RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1039 de 15 de outubro de 2015, e em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010, resolve:

#### Nomear

Art. 1º A partir do dia 15 de dezembro de 2017, Rafaela Rocha de Oliveira, brasileira, maior, nascida em 20 de maio de 1998, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 105.315.189-65, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão Técnica Administrativa, do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 14 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 14 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2017 - PREGÃO Nº 27/2017**

Publicação Nº 1457449

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 1/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	LAMINA - REFERENCIA 5J6970	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tbm	428,3700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	340,1200	2
2	SILENCIOSO - REFERENCIA 2Y3141	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	silentec	89,6600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	66,0600	2
3	ACUMULADOR PÓ - REFERENCIA 1M7250	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	21,9200	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BLUMAQ	16,6600	2
4	ABRACADEIRA PRESSÃO - REFERENCIA 7S8301	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	54,7900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMCE	128,4000	2
5	HELICE RADIADOR - REFERENCIA 7S05422	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	icorrea	247,0600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WIND	200,3600	2
6	LONA FREIO - REFERENCIA 4D3273	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	biza	197,2500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COBREQ	154,8700	2
7	MALA SAPATA FREIO - REFERENCIA 4B8312	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	intertec	8,9700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	8,0400	2
8	TAMBOR FREIO - REFERENCIA 1G2300	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	biza	986,2400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	711,6200	2
9	CORRENTE TANDEM - REFERENCIA 5T0735	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	fortractor	966,3200	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TC	1.793,7500	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 2/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
10	EIXO - REFERENCIA 5T8143	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	1.743,3600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	1.458,5200	2
11	ENGRENAGEM TANDEM - REFERENCIA 2G6336	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	biza	986,2400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	1.387,9500	2
12	SUPORTE UNHA - REFERENCIA 9F5124	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	119,5400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	FUTURA	145,0700	2
13	UNHA - REFERENCIA 2D5572	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	27,8900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	FUTURA	37,4500	2
14	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	64,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	50,4100	2
15	FILTRO LUB - REFERENCIA J908615	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	37,8900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	35,7400	2
16	FILTRO SEP - REFERENCIA J903640	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	19,5300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	19,7500	2
17	FILTRO DIESEL - REFERENCIA 75262694	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	39,5300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	44,2000	2
18	FILTRO AR EXTERNO - REFERENCIA 222421 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	38,3600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	44,2000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 3/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 4/2017

Data do Registro: 07/06/2017

Válido até: 07/06/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
19	FILTRO AR INTERNO - REFERENCIA 222422 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	24,6600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	26,3300	2
20	FILTRO HIDRAULICO - REFERENCIA N9025	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	128,5300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	147,6500	2
21	FILTRO TRANSM - REFERENCIA 254686A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	162,5000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	165,5100	2
22	BOMBA AGUA - REFERENCIA L802358	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	KOBLA	126,7100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	indisa	148,5900	2
23	BOMBA HIDRAULICA - REFERENCIA 257953 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	1.174,0300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	raybel	1.213,1300	2
24	CABO ACELERADOR - REFERENCIA 121335A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CURTI	91,8300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	cabovel	93,1000	2
25	CILINDRO MESTRE - REFERENCIA 182445A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	204,5800	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	genau	188,0800	2
26	COROA - REFERENCIA 175976A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	333,6100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	crak	362,0600	2
27	COROA E PINHÃO - REFERENCIA 175956A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	1.208,9000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	crak	1.222,5400	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 4/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
28	CORREIRA - REFERENCIA J925953	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GATES	44,8700	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	godyer	53,6000	2
29	COXIM - REFERENCIA D52276	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	INARBO	10,9600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	8,4600	2
30	CRUZETA - REFERENCIA CZ210	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	STHAL	36,8600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	sthal	35,7400	2
31	DISCO FREIO - REFERENCIA 237021A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	116,7200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	75,2300	2
32	DISCO TRANSM - REFERENCIA 181158A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	30,9200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	31,9700	2
33	EIXO - REFERENCIA 175986A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	201,0900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	211,5900	2
34	EIXO BRANCO - REFERENCIA D145767	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	327,8000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	347,9500	2
35	EMBOLO FREIO - REFERENCIA 190502A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMCE	195,2800	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	202,1900	2
36	ENGRENAGEM - REFERENCIA 295580A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMCE	274,3300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	258,6100	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 5/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
37	ENGRENAGEM - REFERENCIA 175979A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMCE	136,0000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	117,5500	2
38	LAMINA FIXA - REFERENCIA 132988A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	904,6900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	799,3500	2
39	LAMINA 10F - REFERENCIA 112946A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	502,1600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	554,8400	2
40	PLACA - REFERENCIA 237023A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	165,0600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	167,3900	2
41	PLACA - REFERENCIA 237022A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	126,7400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	136,3600	2
42	PLACA FLEXIVEL - REFERENCIA J922595	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	1.079,0500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	1.025,0500	2
43	PLACA TRANSM - REFERENCIA 181159A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	23,9100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	25,3900	2
44	SILENCIOSO - REFERENCIA 2Y3141	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	192,1000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	silentec	214,4100	2
45	ABRACADEIRA SILENCIOSO - REFERENCIA 401541A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	11,9600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	9,4000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 6/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
46	TUBO ESCAPE - REFERENCIA L129963	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	45,8300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	silentec	53,6000	2
47	MÃO DE OBRA	HR	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	59,7800	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	61,1300	2
48	FILTRO AR - REFERENCIA 2277448	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	MANN	133,6100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	146,4800	2
49	FILTRO AR - REFERENCIA 2277449	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	MANN	90,7400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	89,7800	2
50	FILTRO LUBRIFICANTE - REFERENCIA 7W2326	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	47,8600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	45,3600	2
51	FILTRO DIESEL - REFERENCIA 1561200	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	85,7500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	73,9900	2
52	FILTRO TRANSMISSAO - REFERENCIA 1194740	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	46,8600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	54,8100	2
53	CORREIRA VENTILADOR - REFERENCIA 1303216	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GATES	57,8300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	goodyer	64,2600	2
54	HELICE - REFERENCIA 1423391	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WIND	729,8700	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	icorrea	439,4300	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 7/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
55	BOMBA AGUA - REFERENCIA 2258016	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	INDISA	1.116,7400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	indisa	878,8600	2
56	BOMBA HIDRAULICA - REFERENCIA 2477867	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	5.586,6900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	raybel	5.367,6900	2
57	PINO BOMBA FICÇÃO - REFERENCIA 1987838	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	243,2900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	216,4100	2
58	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA - REFERENCIA 1987823	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	138,6000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	koio	138,9200	2
59	RETENTOR RODA TRASEIRA - REFERENCIA 1987825	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	68,8000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	wilerson	64,2600	2
60	ROLAMENTO RODA TRASEIRA - REFERENCIA 2074263	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	132,6100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	koio	127,5800	2
61	BARRA DIREÇÃO - REFERENCIA 2074272	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DRIVE	533,4400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	delarosa	406,3600	2
62	CILINDRO GIRO - REFERENCIA 2781971	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	2.000,1600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	cilindrosul	1.842,7800	2
63	PLACA TORQUE - REFERENCIA 1117906	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	188,4500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	203,1800	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 8/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
64	UNHA CONCHA TRASEIRA - REFERENCIA 2085235	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	FUTURA	36,8900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	26,4600	2
65	VIDRO DIANT. LD - REFERENCIA 2059606	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	AMGLASS	257,2500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	altm	288,2300	2
66	VIDRO DIANT. LE - REFERENCIA 2059605	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	AMGLASS	257,2500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	altm	288,2300	2
67	PARABRISA SUPERIOR - REFERENCIA 2059607	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	AMGLASS	1.245,3600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	altm	1.389,1700	2
68	SILENCIOSO - REFERENCIA 2355364	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	338,0100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	silentec	344,9300	2
69	TAMPA TANQUE DIESEL - REFERENCIA 1428828	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	174,4900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	203,1800	2
70	REPARO BASCULAMENTO - REFERENCIA 2063553	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	60,8200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	apc	70,8800	2
71	REPARO BASCULAMENTO TRASEIRO - REFERENCIA 2107086	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	57,8300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	apc	66,1500	2
72	REPARO LANCA - REFERENCIA 2107074	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	122,6400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	apc	118,1300	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 9/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
73	REPARO PROFUNDIDADE - REFERENCIA 2107098	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	57,8300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	apc	66,1500	2
74	REPARO ESTABILIZADOR - REFERENCIA 2332623	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	68,8000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	apc	70,8800	2
75	ENGRENAGEM RODA DIANTEIRA - REFERENCIA 2105934	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	136,6000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	130,4100	2
76	KIT ENGRENAGENS DIFERENCIAL - REFERENCIA 2168700	KIT	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	2.132,7700	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	2.126,2900	2
77	COROA E PINHAO DIANTEIRA - REFERENCIA 2164466	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	4.242,6200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	crak	4.866,8300	2
78	DISCO LISO TRANSMISSÃO - REFERENCIA 224772	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	35,9000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	brassint	23,6300	2
79	DISCO SINTERIZADO TRANSMISSAO - REFERENCIA 215178	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	63,8100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	brassint	40,6400	2
80	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	49,8500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	61,4300	2
81	EIXO - REFERENCIA 112077	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	432,2100	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	593,3100	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 10/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 4/2017

Data do Registro: 07/06/2017

Válido até: 07/06/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
82	PONTA EIXO - REFERENCIA 112078	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	1.282,3700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	1.287,1700	2
83	SEMI EIXO - REFERENCIA 120171	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	1.377,3600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	1.617,6800	2
84	ENGRENAGEM PLANETARIA - REFERENCIA 109088	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	71,2400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	90,5900	2
85	CRUZETA - REFERENCIA 944866	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	sthal	93,0900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	STHAL	97,5600	2
86	HELICE - REFERENCIA 900509	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	icorrea	213,7300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WIND	214,0300	2
87	TAMPA - REFERENCIA 214922	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	360,9600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	344,4400	2
88	BOMBA HID - REFERENCIA 569354	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	raybel	940,4000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	907,8900	2
89	CILINDRO RODA TRAS. - REFERENCIA 107014	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	genau	113,9900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	96,5600	2
90	CILINDRO RODA DIANT. - REFERENCIA 112072	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	genau	113,9900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	104,5300	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 11/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
91	BOMBA TORQUE - REFERENCIA 450230A	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	raybel	465,4500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	441,0000	2
92	BOMBA DIREÇÃO - REFERENCIA 3302619	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	raybel	465,4500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	441,0000	2
93	EIXO SUPERIOR DIANTEIRO - REFERENCIA 1530602	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	427,4600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	560,4600	2
94	BUCHA ACOMPLAMENTO - REFERENCIA 564129	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	33,2500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	50,7700	2
95	BUCHA BASE TALA DIANTEIRA - REFERENCIA 585007	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	23,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	36,8300	2
96	BUCHA BASE TALA INFERIOR - REFERENCIA 538585	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	23,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	31,8600	2
97	PINO H CAÇAMBA - REFERENCIA 590061	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	55,0900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	64,7100	2
98	EIXO INFERIOR - REFERENCIA 571022	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	522,4500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	628,1600	2
99	PINO TRAVA CAÇAMBA - REFERENCIA 536100	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	42,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	61,7200	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 12/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
100	BUCHA TRAVA CAÇAMBA - REFERENCIA 3300403	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	56,9900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	73,6700	2
101	BUCHA TALA ARTICULAÇÃO - REFERENCIA 542631	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	23,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	40,8200	2
102	BUCHA DESLOCADOR - REFERENCIA 587908	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	23,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	26,8800	2
103	PINO TALA ARTICULAÇÃO - REFERENCIA 587901	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	26,6000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	33,8500	2
104	PINO BASE TALA INFERIOR - REFERENCIA 514921	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	28,5000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	41,8100	2
105	RADIADOR AGUA - REFERENCIA 3300151	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	zago	4.607,0200	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	VISCONDE	4.337,3600	2
106	MANGUEIRA AR - REFERENCIA 3300024	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	sermang	47,5000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	JAMAICA	47,7800	2
107	MANGUEIRA AGUA SUPERIOR - REFERENCIA 3300023	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	sermang	36,1000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	JAMAICA	32,8500	2
108	FLANGE TRANSMISSÃO - REFERENCIA 214940	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	pavoni	99,7400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	102,5400	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 13/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b>  <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
109	FLANGE TORQUE - REFERENCIA 214985	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	pavoni	123,4900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	114,4800	2
110	RETENTOR CARDAN - REFERENCIA 206864	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	wilsonson	19,0000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	26,8800	2
111	DISCO LISO TRANSMISSÃO - REFERENCIA 224772	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	brassinter	22,8000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	UNITEC	28,8700	2
112	DISCO SINTERIZADO TRANSMISSAO - REFERENCIA 215178	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	brassinter	40,8500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	UNITEC	53,7600	2
113	MÃO DE OBRA	HR	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	61,7400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	49,7700	2
114	PARABRISA SUPERIOR - REFERENCIA K1033880	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	AMGLASS	763,4700	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	alatina	680,4500	2
115	ANELAR - REFERENCIA 10400019	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	2.149,6800	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	2.081,3800	2
116	PINHAO - REFERENCIA 40400064	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	422,1500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	412,2700	2
117	ENGRENAGEM PINHAO - REFERENCIA 40400066	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	222,5500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	216,1400	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 14/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
118	ENGRENAGEM PLANETARIA - REFERENCIA 40400065	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	188,6200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	188,1200	2
119	EIXO - REFERENCIA 12300095	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	212,5700	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	210,5400	2
120	ENGRENAGEM PLANETARIA - REFERENCIA 40400063	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	330,3400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	340,2300	2
121	FILTRO AR INTERNO - REFERENCIA 47400039	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	73,8500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	teofil	71,2500	2
122	FILTRO AR EXTERNO - REFERENCIA 47400040	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	137,7200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	teofil	118,4800	2
123	FILTRO DIESEL - REFERENCIA 47400055	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	122,7500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	teofil	116,0800	2
124	FILTRO LUBRIFICANTE - REFERENCIA 24749016A	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	121,7600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	teofil	110,4700	2
125	RODA MOTRIZ - REFERENCIA K1018303	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	505,9800	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	minusa	516,3400	2
126	ROLETE SUPERIOR - REFERENCIA K1011870A	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	886,2200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	minusa	880,5800	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 15/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 07/06/2017      Válido até: 07/06/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
127	ROLETE INFERIOR - REFERENCIA K1011871A	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	631,7300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	minusa	632,4200	2
128	SAPATA 600MM - REFERENCIA K1018242	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	ITM	298,4000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	minusa	274,5800	2
129	MÃO DE OBRA	HR	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	49,9000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	72,0500	2
130	CORREIRA - REFERENCIA 4898546	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	goodyer	72,5900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GATES	83,1400	2
131	ENGRENAGEM BROZE - REFERENCIA 75258894	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeça	1.614,1000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	1.721,1200	2
132	FILTRO - REFERENCIA 84348882	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	55,5100	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	59,3800	2
133	FILTRO - REFERENCIA 84347979	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	149,4500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	158,3500	2
134	FILTRO - REFERENCIA 84286397	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	55,5100	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	60,3700	2
135	FILTRO - REFERENCIA 84286399	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	106,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	115,8000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 16/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....****Número do Registro de Preços: 4/2017****Data do Registro: 07/06/2017****Válido até: 07/06/2018****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
136	FILTRO - REFERENCIA 84228488	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	64,0500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	74,2300	2
137	FILTRO - REFERENCIA 84412164	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	64,0500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	71,2600	2
138	LAMINA CURVA - REFERENCIA 71104133	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	452,6300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	520,5900	2
139	PAR LAMINA - REFERENCIA 70617127	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	3,4200	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	4,9500	2
140	PINHAO GIRA CIRCULO - REFERENCIA 73125501	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	461,1700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	527,5200	2
141	UNHA - REFERENCIA 70062160	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	24,7700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	32,6600	2
142	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	59,7800	1





Página: 17/18

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 4/2017		Data do Registro: 07/06/2017		Válido até: 07/06/2018	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	49,4900 2



Página: 18/18

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2017</b>		<b>Data do Registro: 07/06/2017</b>	<b>Válido até: 07/06/2018</b>
<b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor
			Marca Ofer. Preço Unitário Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2017  
PROCESSO Nº 27/2017**

(6354) - IMACRI IDROMÁQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP  
(7030) - PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Maracajá, 7 de Junho de 2017.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2017 - PREGÃO Nº 48/2017**

Publicação Nº 1457455

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 1/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	BARRA QUADRADA CC-29	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		105,9000	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		100,0000	2
2	CRUZETA	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		24,7300	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		32,0000	2
3	COROA E PINHAO ROÇADEIRA MEC-RUL	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		1.480,6200	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.450,0000	2
4	DISCO EMBR. ROTAT. MERC-RUL	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		158,8500	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		160,0000	2
5	DISCO EMBR. ROTAT. 19X6X0.5	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		79,0300	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		75,0000	2
6	FACA ROCADEIRA MEC-RUL 1 FURO	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		76,5300	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		75,0000	2
7	FLANGE EMBREAGEM ROTAT. MEC-RUL	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		415,6100	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		400,0000	2
8	MOLA EMBREAGEM ROTAT. MEC-RUL	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		12,6900	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		11,0000	2
9	TAMPA PROTEÇÃO EMBR. MEC-RUL	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		72,7800	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		70,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 2/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 6/2017

Data do Registro: 11/09/2017

Válido até: 11/09/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
10	PINO 3 PONTOS	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		17,3800	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		13,0000	2
11	TAMPA ABERTA ROÇADEIRA MEC-RUL PESADA	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		263,3500	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		51,3000	2
12	TERMINAL CC20	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		44,9600	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		45,0000	2
13	TUBO QUADRADO CC-28	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		53,2500	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		50,0000	2
14	SUPORTE FIXADOR NAVALHAS ROÇAD. MEC-RUL	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		253,7600	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		340,0000	2
15	RODA ROÇADEIRA	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		324,7000	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		340,0000	2
16	TAMPA ABERTA ROÇADEIRA MEC-RUL	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		53,3500	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		250,0000	2
17	PORCA TRAVANTE 5/8 mm	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		1,7000	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1,0000	2
18	PARAFUSO FACA ROÇADEIRA TATU	PC.	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		26,9700	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		25,0000	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 3/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
19	PARAFUSO SEXT.UNC 8.85/8X1/2	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		3,6000	1
	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)				3,5000	2
20	GRUPO EIXO GARFO MEC-RUL	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		154,8600	1
	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)				150,0000	2
21	SUPORTE NAVALHAS INTERMED. ROÇAD. MEC-RUL	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		130,8800	1
	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)				135,0000	2
22	SUPORTE NAVALHAS INFERIOR ROÇADEIRA	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		171,8400	1
	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)				177,0000	2
23	ROLAMENTO 32210 KOYO	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		60,2400	1
	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)				60,0000	2
24	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		113,5100	1
25	ROLAMENTO 2580/23	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		83,9000	1
26	RETENTOR CUBO PESADO RODA DIANT. MF - AGEL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		48,3600	1
27	MANGA EIXO DIANT. MF. LD ALTO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		360,2600	1
28	MANGA EIXO DIANT. MF. LE EIXO ALTO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		360,2600	1
29	ROLAMENTO APOIO MANGA EIXO MFC. GRANDE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		34,5500	1
30	BUCHA HASTE P. EIXO DIANT. MF ORIG.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		28,6200	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 4/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
31	BARRA DIRECAO MF. LD. 235 AO 295	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		266,4900	1
32	BANCO TRATOR MF L-200 TIPO CONCHA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		454,0200	1
33	BUCHA BALANÇA TRATOR MF TODOS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		41,4500	1
34	FAROL MILHA P/ TRATOR/COLHEIT. S/LAMPADA-0022183	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		64,1600	1
35	CONCHA PARA BANCO TRATOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		202,3400	1
36	BUJAO CAIXA MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		59,2200	1
37	ROLAMENTO EMBR. NH/MF/JOHN DEERE-3145031	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		182,6000	1
38	LANTERNA TRAZ. MF MODERNA TODOS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		98,7000	1
39	PARALAMA DIANTEIRO MF E/D	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		365,1900	1
40	HORIMETRO MF LINHA 5000	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		256,6200	1
41	BOMBA ALIMENT. MF-290 MODERNO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		202,3400	1
42	LUVA FUZIL ACOMPLAM. MF-265 A 5290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		88,8300	1
43	PLACA BOMBA OLEO MOTOR PK-4248	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		140,1500	1
44	FILTRO HID. MF-GRANDE TEC-FIL PSH-112	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		118,4400	1
45	ANEL GUIA DO CILINDRO DO HID. MF ORIG.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		15,7900	1
46	MANGUEIRA DIREÇÃO CONTROLE REMOTO MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		83,9000	1
47	ACIONADOR CABO TRATTOMETRO MF TRATOR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		83,9000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 5/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
48	GRADE DIANT. MF-4275/4290	PC.	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		473,7600	1
49	FAROL DIANT. MF-4275/4283/4290 REDONDO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		78,9600	1
50	BOIA TANQUE COMB. MF 275/290 MODERNO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		148,0500	1
51	FILTRO HIDR. MF MODERNO ADVANCED	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		143,1200	1
52	CABO EMBREAGEM MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		133,2500	1
53	ARTICULACAO DO CONTROLE POSIÇÃO MF TODOS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		134,2300	1
54	ARTICULAÇÃO LEVANTE HIDRAL.MF TODOS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		143,1200	1
55	PINO DO BRAÇO DO HIDRAULICO - 1.1/8X175 mm	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		34,5500	1
56	PINO DOS BRAÇOS DO HIDR.MF C/CHAPEU	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		74,0300	1
57	ESTABILIZADOR MF. ABERTO 275/290/292	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		133,2500	1
58	TORNEIRA DO TANQUE MF.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		28,6200	1
59	RETENTOR TRAC. DIANT.ZF-345/350-SABO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		87,8400	1
60	ROLAMENTO TRACAO ZF 345/350-TINKEN	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		157,9200	1
61	EIXO CENTRO PLAN. TRACAO ZF-345/350/352 OR.ZF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		256,6200	1
62	ENGRENAGEM PLANET. ZF 345/350 ORIGINAL ZF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		177,6600	1
63	ROLAMENTO PLANETARIA ZF 335/345/350-INA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		74,0300	1
64	ROTULA BRACO HIDR. 29mm	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		113,5100	1





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 6/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
65	ENGRENAGEM TDP CONSTANTE MECHE/EATON	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		838,9500	1
66	AMORTECEDOR PAINEL MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		14,8100	1
67	ANEL VEDACAO TAMPA CIL. DIR. - AGEL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		4,4400	1
68	PONTA ENCANELADA EIXO CARDAN MF ESTRIA GROSSA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		107,5800	1
69	LUVA CARDAN TRACAO ZF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		291,1700	1
70	PRISIONEIRO BOMBA HIDRAULICA L-200	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		14,8100	1
71	CABO FREIO DE MAO LINHA 5000	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		148,0500	1
72	BARRA DE TRACAO MF CURVA - STEOLA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		552,7200	1
73	TAMPA HIDRAULICO MF.TODOS.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		987,0000	1
74	BOMBA ALIMENT. PK-275 A 292/5290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		148,0500	1
75	EIXO BRACO HIDR.MF.L-200	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		345,4500	1
76	BRACO LEV. EIXO HIDR.MF.L-200	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		305,9700	1
77	EIXO TDF.MF 235/265 A 296 62cm.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		493,5000	1
78	EMBREAGEM DUPLA mf-65X/275/290 4 MARCHAS-SACH	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		987,0000	1
79	ALAVANCA BOMBA HID. L-200	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		148,0500	1
80	EIXO OCO TDF ENTR. CX.MF-8 VEL. MICROGEAR	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		542,8500	1
81	LUVA ENGATE DA ARV.TDF.SIMPLS.MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		340,5200	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 7/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
82	ALAVANCA BOMBA HID. L-200	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		103,6400	1
83	CHAVE IGNICAO MF TODOS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		88,8300	1
84	TRATOMETRO MF.265 A 290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		246,7500	1
85	FILTRO PRIMARIO OLEO DIESEL MF.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		265,5000	1
86	POLIA BOMBA DAGUA PERKINS P-4000/P-4000T/MF-292	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		315,8400	1
87	FILTRO DIESEL CAV-296 PC2/155 TECFIL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		19,7400	1
88	REPARO BOMBA HIDRAULICA DIRECAO MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		34,5500	1
89	SETOR DIRECAO 235 A 290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.273,2400	1
90	KIT CAPA/ESPUMA BCO.FORD/VALMET/MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		194,4400	1
91	CUBO RODA DIANT.MF-275/290/FORD PESADO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		207,2700	1
92	BALANCEADOR MOTOR PK-4236/4248/P-4000	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.974,0100	1
93	VELA AQUECEDORA MOTOR PERKINS/FORD ORIG.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		143,1200	1
94	ENGRENAGEM BOMBA OLEO MOTOR PK	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		246,7500	1
95	JUNTA CABECOTE MF P-4000/T/4001- ORIG.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		360,2600	1
96	JOGO ANEIS PK-4236/6354.4/Q20 B 3 CANALETAS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		236,8800	1
97	BOMBA ALIMENT MF-290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		178,2600	1
98	BOMBA HID. MF DUPLA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		792,2600	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 8/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
99	BANCO TRATOR MF. REG/APOIO BRAÇ BM110	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.336,9400	1
100	BOMBA HID. MF.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.237,9000	1
101	BRAÇO CENT. EIXO LEV. HID. MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		217,8700	1
102	BRAÇO HIDR LATERAL MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		564,4800	1
103	BRAÇO NIV. MF 290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		643,7100	1
104	BRAÇO NIV. MF 290.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		217,8700	1
105	BOMBA DÁGUA PK-4236-T/P-4000 S/Polia MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		307,0000	1
106	BUCHA BALANÇA MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		71,3000	1
107	BUCHA BALANÇA MF.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		86,1600	1
108	COROA E PINHAO TRAS. MF 11X38 P. LONGO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.128,9700	1
109	COROA DENTADA CUBA TRAÇÃO CARRARO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		495,1600	1
110	COMANDO HID. DUPLO MF/VALMET	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.039,8400	1
111	CARCAÇA CENTRAL TRATOR MF ORIG	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		5.446,7800	1
112	CAPOTA TRATOR MF L-200	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.485,4800	1
113	DISCO FREIO MF/VLT ORIG	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		103,9800	1
114	EIXO OCO TDF ENTR. CX MF-12	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		792,2600	1
115	EIXO BRAÇO HIDR. MF. L-200.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		247,5800	1





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 9/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
116	EIXO TDF.MF 235/265 A 296 62cm.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		376,3200	1
117	EMBREAGEM DUPLA MF-283/290/292	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.386,4500	1
118	ENGRENAGEM PLAN. TRAÇÃO CARRARO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		122,3000	1
119	FILTRO AR INT. MF 4275/4290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		29,7100	1
120	FILTRO AR EXT. MF 4275/4290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		54,4700	1
121	JOGO JUNTA MOT PK-4236/4248 TURBO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		346,6100	1
122	FUNIL DO EIXO TRAS. MF 297/299	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		356,5200	1
123	PARALAMA DIREITO 2 CANALETA MF 275/290 ADV	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		282,2400	1
124	PIVO GIRO TRAÇÃO CARRARO INF 041068	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		67,3400	1
125	PINO BALANÇA DIANT. MF MOD NOVO CARRARO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		94,0800	1
126	PIVO GIRO TRAÇÃO CARRARO SUP	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		103,9800	1
127	PONTA EIXO TRAS. MF MOD NOVO ORIG	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.287,4200	1
128	PORTA ENGRENAG RED. FINAL 265/275/283	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		693,2300	1
129	ROLAMENTO EMBR. MF MOD	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		267,3900	1
130	SEMI EIXO CURTO TRAÇÃO CARRARO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		292,1500	1
131	SEMI EIXO LONGO TRAÇÃO CARRARO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		361,4700	1
132	TAMPA CUBO TRAÇÃO CARRARO-2018	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		742,7400	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 10/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
133	SEPARADOR DISCO FREIO MF/VALMET	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		47,5400	1
134	TAMAPA HIDRAULICO MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		990,3200	1
135	TERMINAL DIREÇÃO DIREITA/ESQ MF ZF-PO3038-2	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		302,0500	1
136	VOLANTE DIREÇÃO MF 38cm	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		336,7100	1
137	VOLANTE MOTOR P-4248T MF-292 ADV	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.237,9000	1
138	RETENTOR DIANT. VIRAB.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		34,5300	1
139	JUNTA CABECO MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		83,8600	1
140	JUNTA TAMPA VÁLVULAS MF-275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		19,7300	1
141	COLETOR DE ESCAPE MF-275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		167,7300	1
142	RETENTOR DIANT. VIRAB. PK-4236/4248/6354/6358/1006	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		59,2000	1
143	JUNTA CARTER MF-275/290/292-4236/4248/P-4000	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		71,0400	1
144	FILTRO LUB.MOTOR FORD S-600/10 PA. 71057.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		36,5100	1
145	BOMBA DAGUA PK-4236/4248 S/POLIA-70991096X	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		236,7900	1
146	BOMBA ALIMENT. MF-290 MODERNO.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		197,3300	1
147	JOGO JUNTA MOTOR PK-4236/4248	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		236,7900	1
148	MANGUEIRA RAD.MF SUP. MF-275 A 290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		28,6100	1
149	TANQUE COMBUST. MF-275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		483,4500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 11/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
150	TUBO RETORNO INJET./FILTRO MF-65x	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		24,6700	1
151	FILTRO DIESEL CAV-796 TC FIL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		22,6900	1
152	FILTRO DIESEL CAV-296 OC2/155 TECFIL.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		19,7300	1
153	FILTRO AR EXTERNO MF.275/290-BX-5075/5080/5085	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		78,9300	1
154	CICLONE FILTRO AR MF 265/275/260	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		69,0600	1
155	SILENCIOSO MF-275/285/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		113,4600	1
156	RELOGIO TEMPERATURA MF C/CABO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		98,6600	1
157	DISCO EMBR. MF-12 275/290 EST. GROSSA LUK	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		374,9200	1
158	ROLAMENTO EMBR. MF. 55x A 95x/250-ORIGINAL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		113,4600	1
159	REPARO PLANO BEM.8 VEL. COMPLETO LUK	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		443,9900	1
160	ENGRENAGEM RE 13x21 BEJOL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		192,3900	1
161	REDUZIDA COMPLETA MF GRANDE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.627,9500	1
162	CAPA ALAVANCADA MARCHA MF-2 ALAVANCAS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		9,8700	1
163	EIXO TDF.MF 235/265 A 296 62cm.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		542,6500	1
164	RETENTOR EIXO ACION. TRACAO MF. SABO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		24,6700	1
165	RETENTOR RODA TRAS. MF-275/290/292	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		28,6100	1
166	FUNIL DO EIXO TRAS. MF-290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		483,4500	1





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 12/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
167	DISCO FREIO M.F/VLT ORIGINAL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		123,3300	1
168	SEPARADOR DISCO FREIO MF/VALMET	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		55,2500	1
169	BUCHA BALANÇA TRATOR MFTODOS-MAHLE/KS	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		34,5300	1
170	BUCHA EIXO DA DIRECAO MF TDS-MAHLE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		28,6100	1
171	BUCHA HASTE P. EIXO DIANT. MF ORIG.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		22,6900	1
172	MANGA EIXO DIANT. MF. LD EIXO ALTO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		305,8600	1
173	MANGA EIXO DIANT. MF. LE EIXO ALTO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		305,8600	1
174	LUVA CARDAM TRACAO MF-4x4 ESTRIA FINA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		108,5300	1
175	RETENTOR CUBO PESADO RODA DIANT. MF.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		34,5300	1
176	BARRA DIRECAO MF. LD. 235 AO 295	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		276,2600	1
177	BARRA DIRECAO MF. LD. 235 AO 295	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		276,2600	1
178	EIXO DIRECAO HIDROSTATICA MF.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		207,1900	1
179	CILINDRO DIRECAO MF-275/290 4x2	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		493,3200	1
180	FILTRO HID. RESERVATORIO MF-275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		74,0000	1
181	CORPO BOMBA HID. DIRECAO MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		404,5200	1
182	BOMBA HID.MF.STP VAI DENTRO DA CX	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.331,9600	1
183	TAMPA HIDRAULICO MF.TODOS.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		986,6400	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 13/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
184	BIELA HIDR. MF L-200 LM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		77,9400	1
185	PISTAO CILINDRO HIDRAULICO MF 93mm	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		157,8600	1
186	BRACO NIV. C/MANIVELA MF-275/290/292	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		360,1200	1
187	BRACO HIDRAULICO LATERAL MF-275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		513,0500	1
188	ROTULA BRACO HIDR. 29mmx82mm SIMPLES	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		74,0000	1
189	DISCO FREIO M.F/VLT UNITEC UMIDO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		83,8600	1
190	REPARO CIL.DIR. MF 4x2 85/235/275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		83,8600	1
191	EIXO PRINCIPAL CX. 12 VEL. MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		1.331,9600	1
192	ENGRENAGEM REDUZIDA MF Z-33	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		179,5700	1
193	EIXO ENGRENAGEM RE MF. ORIGINAL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		184,5000	1
194	ARO DIANTEIRO 5.50X16 FORD/VALMET	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		321,6400	1
195	PLACA PRESSAO 12 8/12 VEL. MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		292,0400	1
196	EIXO PROPULSOR MF RED. CX.275/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		952,1000	1
197	ARRUELA REDUZIDA MF.-MAHLE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		113,4600	1
198	BANCO UNIVERSAL C/AMORT. C/TRILHO-PRETO C/APOIO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		838,6400	1
199	CONJUNTO ENGR. SATPLANET. SEM CRUZETA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		917,5700	1
200	CREMALHEIRA VOLANTE MOTOR MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		291,0600	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 14/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<p><b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
201	TRATOMETRO MF.265 A 290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		305,8600	1
202	TUBO DIRECAO HIDR. MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		91,7600	1
203	VALVULA CONTROLE B. HID. MF. MODERNO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		186,4700	1
204	CAMARA DAS VALVULAS MF-TODOS-INDISA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		171,6700	1
205	PISTAO BOMBA HIDRAULICA MF. L-200-INDISA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		114,4500	1
206	VALVULA CONTROLE B. HID. MF ANTIGO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		144,0500	1
207	REPARO BOMBA HIDRAUL. MF. L-200-ANGEL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		64,1300	1
208	PISTAO CILINDRO HIDRAULICO MF 93mm	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		258,5000	1
209	PONTA EIXO TRAS. MF. TEMPERADA SEMI ARVORE	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		700,5100	1
210	PARAFUSO RODA TRAS. MF-290 LONGO 7.3 MM	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		34,5300	1
211	ROLAMENTO RODA TRAS.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		148,0000	1
212	BRACO LEV. HIDR. LATERAL MF-290 GROSSO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		443,9900	1
213	ROLAMENTO ARVORE SEC. 6210 C/RASGO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		94,7200	1
214	FAROL DIANT. MF L-200 QUADRADO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		63,1400	1
215	GRADE DIANT. MF-235/299 MOD. NOVO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		292,0400	1
216	CUBO RODA DIANT.MF-275/290/FORD PESADO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		202,2600	1
217	BRACO SUP. EIXO DIRECAO TRATOR MF-FORJADO	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		239,7500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 15/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 6/2017      Data do Registro: 11/09/2017      Válido até: 11/09/2018</b> <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
218	BRACO INF. EIXO DA DIRECAO TRATOR MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		157,8600	1
219	EIXO BRAÇO HIDR. MF. L-200.	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		266,3900	1
220	BUCHA EIXO HIDR. MF TODOS ORIGINAL	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		49,3300	1
221	ALAVANCA MARCHA CAMBIO MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		289,0800	1
222	PAINEL INSTRUMENTOS MF L-X	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		452,8700	1
223	CILINDRO DIRECAO MF-275/290 4x2	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		641,3100	1
224	BRACO BALANCA EIXO DIANTEIRO LE MF-290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		542,6500	1
225	BRACO BALANCA EIXO DIANTEIRO LD MF-290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		542,6500	1
226	TAMPA TANQUE COMB. MF 235/290	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		44,4000	1
227	BOMBA D'AGUA PK-4236/4248 C/POLIA-INDISA	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		305,8600	1
228	CABECOTE DIESEL MF	PC	AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		173,6500	1
229	DISCO RODA GUIA JUMIL	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		138,8900	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		145,0000	2
230	DISCO LISO 5 FUROS METISA	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		324,3800	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		350,0000	2
231	PRATO DISCO ARADO TATU	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		202,2700	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		195,0000	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 16/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 6/2017

Data do Registro: 11/09/2017

Válido até: 11/09/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
232	PORCA CUBO DO ARADO TATU CASTELO	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		33,5600	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		29,0000	2
233	PARAFUSO DISCO ARADO C/PORCA	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		2,3300	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		2,0000	2
234	PINO MOLA DO ARADO MF - LONGO	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		13,2800	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		12,0000	2
235	PARAFUSO RODA GUIA ARADO BALDAN	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		26,5700	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		20,0000	2
236	MOLA RODA GUIA DO ARADO TATU/MF	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		75,7800	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		70,0000	2
237	RETENTOR CUBO ARADO TATU	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		24,0500	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		22,0000	2
238	TAMPA CUBO RODA ARADO	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		20,7900	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		18,8100	2
239	ROLAMENTO 32212 KOYO	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		99,7400	1
			AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		100,0000	2
240	ROLAMENTO 32210 A&S	PC	JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP (111395)		74,2900	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 17/18

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços: 6/2017**

**Data do Registro: 11/09/2017**

**Válido até: 11/09/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			AGRITERRA PECAS E IMPLIMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP (7780)		75,0000	2



Página: 18/18

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 6/2017</b>		<b>Data do Registro: 11/09/2017</b>	<b>Válido até: 11/09/2018</b>
<b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PESADOS (TRATOR, ARADO E ROÇADEIRA) DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor
			Marca Ofer. Preço Unitário Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2017  
PROCESSO Nº 48/2017**

(7780) - AGRITERRA PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLA LTDA - EPP  
(111395) - JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PECAS - EPP

Maracajá, 11 de Setembro de 2017.

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 703/2017

Publicação Nº 1457242

DECRETO N. 703, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO N. 160/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no Art. 49, da Lei Federal 8.666/1993, bem como o inserto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a necessidade de adequação das exigências técnicas, em relação aos certificados de conclusão de curso na área da respectiva modalidade.

Considerando que não existiu situação jurídica consolidada, pois, o Processo está suspenso.

Considerando que a Autoridade Administrativa após fundamentar o Ato poderá decretar a revogação do procedimento licitatório,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório n. 160/2017, na Modalidade de Pregão Presencial n. 072/2017, o qual tinha como objeto a prestação de serviços de arbitragem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

Registrado e Publicado na data supra.

CLEITON BORGARO

Secretário Planej., Adm. e Fazenda

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 179/2017

Publicação Nº 1457709

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 179/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 083/2017 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de contentores para acondicionamento e coleta de resíduos sólidos, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 03 de janeiro de 2018 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 14 de dezembro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.



**Matos Costa****PREFEITURA****EXTRATO RECURSO TOMADA PREÇO 04/2017  
PUBLICIDADE**

Publicação Nº 1458026

**EXTRATO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Matos Costa -SC, nomeada através do Decreto nº 84\2017, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista Recurso Administrativo interposto pelas Empresas TEMPERO PROPAGANDA LTDA-ME, OLÉ PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, GOTCHA PUBLICIDADE LTDA-ME, no Processo Licitatório nº 39/2017 Tomada de Preços nº 04\2017, Resolve:

1- Conhecer do Recurso, porque próprio e tempestivo; 2. Desprover o Recurso; 3. Determinar a abertura para o dia 18 de dezembro de 2017 as 09:00 hs, dos envelopes "D" 4-Determinar a publicação desta decisão;

Decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações e ratificada pelo Prefeito Municipal de Matos Costa-SC.

O processo estará à disposição para consulta dos interessados acerca da presente decisão no sítio [www.matoscosta.sc.gov.br](http://www.matoscosta.sc.gov.br).

DATA: 14\12\2017

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**PORTARIA 646/2017**

Publicação Nº 1458174

PORTARIA Nº 646/2017 – De 14 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor DOUGLAS MIGUEL HOEPFNER, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de OPERADOR DE MAQUINA AGRICOLA, 09 (nove) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 14.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 14 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 645/2017**

Publicação Nº 1458171

PORTARIA Nº 645/2017 – De 14 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSA MARIA FERREIRA DE MACEDO CORREIA, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO grupo ocupacional MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO, na categoria funcional de PROFESSOR, 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, retroativos ao dia 12/12/2017, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º23/2012de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 14 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 647/2017**

Publicação Nº 1458179

PORTARIA Nº 647/2017 – De 14 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JANDIR SEBASTIAO GONÇALVES, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de OPERADOR DE MAQUINA AGRICOLA, 09 (nove) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 13.08.2012 a 12.08.2017 a serem gozados entre os dias 14.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 14 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 155-2017

Publicação Nº 1458158

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 155/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: STRADA MOTORS LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO 0 km PARA RE-NOVAÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.  
Valor: R\$ 52.900,00  
Vigência: Início: 09/11/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 09 de Novembro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 156-2017

Publicação Nº 1458159

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 156/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: CONCURSUL – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME  
Objeto: Prestação de serviços especializados para elaboração, organização e execução plena de todas as etapas do Processo Seletivo ACT nº 002/2017 (Admissão de Caráter Temporário) de professores, auxiliar de sala, auxiliar de serviços gerais/limpeza e professor de educação física (treinamento/escolinha esporte) da rede municipal de ensino, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação  
Valor: R\$ 7.980,55  
Vigência: Início: 28/11/2017 Término: 27/11/2018.  
Data da assinatura: 28 de Novembro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 157-2017

Publicação Nº 1458161

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 157/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: ELIZANDRO PEREIRA DA SILVA  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA GERAL DA E.E.B. MUNICIPAL INES TONÉLI NÁPOLI, LOCALIZADA NA RUA CEL. VIDAL RAMOS, 20 – BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE MELEIRO/SC  
Valor: R\$ 14.700,00  
Vigência: Início: 28/11/2017 Término: 30/06/2018.  
Data da assinatura: 28 de Novembro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 158-2017

Publicação Nº 1458163

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 158/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: AMARILDO BONFANTI CONTI ME  
Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO A SEREM REALIZADOS NOS DIAS 01, 02 e 03 DE DEZEMBRO DE 2017, NO EVENTO DO 56º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, A SER REALIZADO NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO  
Valor: R\$ 5.000,00  
Vigência: Início: 28/11/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 28 de Novembro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 159-2017

Publicação Nº 1458164

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 159/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: MC BEHENCK EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA ME  
Objeto: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA REFERENTE AO SHOW DA BANDA MUSICAL BLACK BULL BAND NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2017, NO EVENTO DO 56º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, A SER REALIZADO NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO, CONFORME PROGRAMAÇÃO.  
Valor: R\$ 4.500,00  
Vigência: Início: 28/11/2017 Término: 03/12/2017.  
Data da assinatura: 28 de Novembro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 160-2017

Publicação Nº 1458166

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 160/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: GESTÃO, CONSULTORIA E EVENTOS COLIBRI LTA ME  
Objeto: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA REFERENTE AO SHOW DO GRUPO MUSICAL "MENSAGEIROS DE CRISTO", NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2017, NO EVENTO DO 56º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, A SER REALIZADO NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO, CONFORME PROGRAMAÇÃO.  
Valor: R\$ 2.000,00  
Vigência: Início: 28/11/2017 Término: 02/12/2017.  
Data da assinatura: 28 de Novembro de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 161-2017**

Publicação Nº 1458167

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

Contrato nº. 161/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: TRANSMAC COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (sub-base de seixo rolado pe-  
neirado em tela de 2 (duas) polegadas) VISANDO À MANUTENÇÃO  
DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO/SC  
Valor: R\$ 118.272,00  
Vigência: Início: 28/11/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 28 de Novembro de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 162-2017**

Publicação Nº 1458169

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 162/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: ARFOCUS PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME  
Objeto: Contratação de empresa especializada na organização de  
cemitérios para execução de serviços de levantamento de dados;  
mapeamento georreferenciado com a utilização do GPS; forneci-  
mento e colocação de placas de identificação de quadras e lotes; e  
locação sistema de informática com licença de uso de software de  
gerenciamento de Cemitérios  
Valor: R\$ 46.443,60  
Vigência: Início: 04/12/2017 Término: 03/12/2018.  
Data da assinatura: 04 de Dezembro de 2017.

**PORTARIA Nº 390-2017**

Publicação Nº 1457361

PORTARIA n.º 390/2017

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO  
SAMU.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atri-  
buições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Mu-  
nicipal, Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações,  
Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010 e suas  
alterações, e Processo Seletivo n.º 001/2016, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º O Senhor DAVID DA SILVA SANTOS, para o cargo de Téc-  
nico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta)  
horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 1949-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 067-2017 MAT. EXP. DEP. EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1455873

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº: 1949/2017

Modalidade: Pregão Presencial nº 67/2017 Para Registro de Preços  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL. Entrega dos Envelopes: 08h15min do dia 28 de dezembro de 2017. Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 28 de dezembro de 2017. O edital e seus anexos estão disponíveis no site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br). Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail [licitacao@modelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@modelo.sc.gov.br).

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito

### DECRETO Nº 0256/2017

Publicação Nº 1458393

DECRETO Nº 0256/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PREGOEIRO E DESIGNA EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES, NO MUNICÍPIO DE MODELO – SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Federal 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 094/2006 de 22/05/2006,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Municipal MICHELI LUANA UTZIG para exercer a função de PREGOEIRA, nos processos licitatórios na modalidade Pregão, a partir de 18 de dezembro de 2017 em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º - Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – Marcia Wendling Rudiger  
II – Eder Alexandre Jung  
III – Janete Toseto  
IV – Diogo Berghahn

Art. 3º - Ficam igualmente designados para compor a equipe de apoio, conforme objeto das licitações, os servidores abaixo mencionados:

- Processos Licitatórios:
- Materiais odontológicos: Servidor Albio Schild Filho
- Materiais de Enfermagem: Servidora Elisangela Neu
- Materiais/medicamentos/farmacêutico: Marlise Lindemann

Art. 4º - As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade, sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 0191/2017 a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 14 de dezembro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado na data supra: FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### PORTARIA Nº 0168/2017

Publicação Nº 1458354

PORTARIA Nº 0168/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI ALBANI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido nesta data, atestando a necessidade de afastamento do Servidor para tratamento de saúde por 14 (quatorze dias),

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal VOLNEI ALBANI, matrícula nº 2181-4, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 14.12.2017 a 27.12.2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 14 de dezembro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

### DECRETO 5.058/2017

Publicação Nº 1457550

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5058, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que estão conferidas no inciso IV, artigo 56 das Lei Orgânica do Município de Mondaí, de 05 de abril de 1990.

CONSIDERANDO, a necessidade de nomear o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, como órgão deliberativo e consultivo da política de gestão financeira da educação do Município;

CONSIDERANDO, o disposto no inciso IV e parágrafo 11, do artigo 24 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, combinado com o inciso IV do artigo 2º e artigo 7ª da Portaria FNDE nº 481 de 11 de outubro de 2013.

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 4º da Lei Municipal nº 3.199, de 02 de abril de 2007, combinado com a Lei Municipal nº 3.332, de 10 de setembro de 2009.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, para o encerramento do presente mandato de 02(dois) anos, a contar na data de 11 de dezembro de 2017.

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

- a) Titular: Zélia Balke
- b) Suplente: Marizete Raquel de Bona
- c) Titular: Ute Cristiane Gdanietz Schuh
- d) Suplente: Joyce Bianca Walker dos Prazeres

II – Representantes dos professores da educação básica pública:

- a) Titular: Sonia Ludke
- b) Suplente: Adriane Miotto

III – Representantes dos diretores das escolas básicas públicas:

- a) Vânia Miotto
- b) Eleci Maria Zampirolo Utzig

IV – Representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas:

- a) Titular: Sabrina Willhelms Cristófolli
- b) Suplente: Liane Steinhaus

V – Representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

- a) Titular: Karina Giehl
- b) Suplente: Lesiane Farencena
- c) Titular: Lisiane Zanella
- d) Suplente: Evandro Rosin

VI – Representantes dos estudantes da educação básica pública:

- a) Titular: Gabriela Balmer
- b) Suplente: Indira Vitoria Stecker
- c) Titular: Mara Regina Dauernheimer
- d) Suplente: Kaiane Isabeli da Silva

VII – Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Titular: Lilia Nardi
- b) Suplente: Marciane Toebe

VIII – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- a) Titular: Dirceu Vanderlei Scher Kuinot
- b) Suplente: Suzane Spessatto

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Mondaí, 11 de dezembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal de Educação e Cultura

### DECRETO 5.059/2017

Publicação Nº 1457564

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5059 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Altera os membros do Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que estão conferidas no inciso IV, artigo 56 da Lei Orgânica do Município de Mondaí, de 05 de abril de 1990.

CONSIDERANDO, a necessidade de nomear o Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo, consultivo e do assessoramento em matéria de ensino, na forma da legislação pertinente.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do Art. III da Lei Municipal nº 3.340 de 02 de outubro de 2009.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Educação, para o encerramento do presente mandato em 11 de dezembro de 2019.

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Titular: Lilia Nardi
- b) Suplente: Karina Zuleica Giehl
- c) Suplente: Sidnei Rodrigues

II – Dois representantes da entidade representativa da Rede Municipal de Ensino:

- a) Titular: Marciane Toebe
- b) Suplente: Sonia Ludke
- c) Suplente: Patrícia Spessatto
- d) Titular: Katia Ramminger Schmeier
- e) Suplente: Ademir Röwer
- f) Suplente: Paulo Renz

III – Dois representantes da entidade representativa da Rede Estadual de Ensino:

- a) Titular: Moacir Antonio Tomazelli
- b) Suplente: Dalci dos Reis
- c) Suplente: Lesiane Farencena

- d) Titular: Marcos André Rech
- e) Suplente: Lucia Nelci Valecheski Alberti
- f) Suplente: Andreia Baierle

IV – Um representante da diretoria da associação de pais e professores:

- a) Titular: Milton Walter
- b) Suplente: Airton Nicknick



V – Três representantes indicados pelo prefeito municipal, membros da sociedade com reconhecida experiência em educação ou administração:

- a) Titular: Sandra Regina Callai Schuh
- b) Suplente: Eliseu Bohn
- c) Suplente: Elisangela Macedo Gonçalves Gass
- d) Titular: Marcos Felipe da Silva
- e) Suplente: Vanice Fetzner Barbosa
- f) Suplente: Jackson Bork
- g) Titular: Julio César Dotto
- h) Suplente: Joice Bianca Walker dos Prazeres
- i) Suplente: Suzane Spessatto

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 11 de dezembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal de Educação e Cultura

### EXTRATO DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2017 - PMM

Publicação Nº 1457893

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 136/2017

Concorrência Para Concessão de Serviços Públicos nº. 003/2017

O Município de Mondaí, SC, torna público que fará realizar Licitação em 05 de Fevereiro de 2018, às 08h00min, na Modalidade "CONCORRÊNCIA", tipo "MAIOR LANCE OU OFERTA", destinado a selecionar propostas para CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RETENÇÃO, REMOÇÃO, APREENSÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APREENHIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, APLICAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS OU PENALIDADES, PEÇAS DE INQUÉRITO POLICIAL OU ORDEM JUDICIAL, em pátio ou área destinada para esse fim, dentro do território dos municípios que compõe a Comarca de Mondaí, nas condições estabelecidas no edital, seus anexos e no respectivo contrato de concessão. As informações completas poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, pelo telefone (49)3674-3100, ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo site [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Mondaí, 07 de Dezembro de 2017. Valdir Rubert - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2017 - FMAS

Publicação Nº 1458113

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 019/2017

Inexigibilidade de licitação nº. 004/2017

Chamamento Público para Credenciamento

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONDAÍ – SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação processo de CREDENCIAMENTO, fundado em inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores), conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 004/2017. OBJETO: Credenciamento nos termos da Lei Municipal nº 3.570 de 23 de dezembro de 2014, de instituições sem fins lucrativos para prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelos serviços prestados, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que

se encontram em situação de risco pessoal e social, pertencentes ao Município de Mondaí, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Promoção Social e Conselho Tutelar do Município, por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Mondaí, Estado de Santa Catarina. CREDENCIAMENTO: a partir de 18 de dezembro de 2017 até 31 de dezembro de 2018, em horário comercial de segunda a sextas feiras. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 14 de dezembro de 2017. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE PREGÃO Nº 019/2017 - FMS

Publicação Nº 1458301

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 039/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº. 019/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 019/2017. TIPO: Menor Preço Unitário. OBJETO: Contratação de serviços de supervisão do processo, controle e avaliação dos dados de produção ambulatorial, implantação, reciclagem, treinamento, e fornecimento de software de atenção básica, de média e alta complexidade para o gerenciamento de saúde pública, implantação de estratégias de atendimento à população, de gestão e controle dos recursos do Fundo de Saúde, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 14h00min do dia 03 de Janeiro de 2018. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 14h15min do dia 03 de Janeiro de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 13 de dezembro de 2017. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PREGÃO Nº 090/2017 - PMM

Publicação Nº 1458040

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 138/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº. 090/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 090/2017 – Registro de Preços. TIPO: Menor Preço Unitário. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática (microcomputadores, monitores e outros periféricos), destinados para os laboratórios de informática das escolas de educação básica da rede municipal ensino do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, pelo período de 06 (seis) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 28 de dezembro de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 28 de dezembro de 2017. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão



ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 14 de dezembro de 2017. VALDIR RUBERT-Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2017 - PMM**

Publicação Nº 1457904

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 111/2017. Edital: Pregão Presencial nº. 073/2017. Contrato: 096/2017 – Termo Aditivo nº 001/2017. Objeto: Execução de serviços de elaboração de regulamento geral e técnico, tabelas de jogos, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamento de relatórios e arbitragem das competições esportivas organizadas pelo Departamento Municipal de Esportes na modalidade de: futebol suíço, edição 2017/2018, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I. Finalidade: Ajustar o valor inicialmente pactuado para a execução dos serviços adjudicados à CONTRATADA que eram de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), passando a sofrer uma adição de 25,00%, correspondente ao valor de R\$ 4.875,00 (quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais), relativo à relativo à ampliação no número de jogos de futebol suíço edição 2017/2018, passando assim, a ser constituído pelo valor de R\$ 24.375,00 (vinte e quatro mil trezentos e setenta e cinco reais).

Fornecedor: NEUZA INES BACK - ME – CNPJ/MF sob o nº 28.079.063/0001-02.

Vigência: até 31/12/2017.

Mondaí/SC, 11 de dezembro de 2017. VALDIR RUBERT. Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 129.2017

Publicação Nº 1457261

DECRETO Nº 129/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ESTABELECE PERÍODO DE RECESSO DE FINAL DE ANO DAS SECRETARIAS E FUNDOS QUE COMPÕE O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA

Art. 1º. Haverá recesso nos dias compreendidos entre 22 de dezembro de 2017 até dia 02 de janeiro de 2018, no âmbito do Poder Executivo Municipal, da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Monte Carlo-SC.

Art. 2º. Excetuam-se desse decreto os serviços essenciais de saúde que também serão estabelecidos e regulados pela Secretária Municipal de Saúde do Município, e organizará escala conforme a essencialidade.

Art. 3º. Excetuam-se também desse decreto os serviços essenciais de Água e Esgoto, que também serão estabelecidos e regulados pelo Diretor do DMAE do Município, que organizará escala conforme a essencialidade.

Art. 4º. Fica suspenso o atendimento desta prefeitura ao público nos dias descritos no artigo 1º deste decreto, para fechamento anual das contas públicas.

Art. 5º. Fica expressamente autorizado por este decreto, quando houver a necessidade por emergência, urgência, fato superveniente ou o interesse público, a convocação de qualquer funcionário pela autoridade superior.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo - SC, 13 de dezembro de 2017  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
PREFEITA MUNICIPAL

### DECRETO Nº 130.2017

Publicação Nº 1457266

DECRETO Nº 130/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n.º 168, de 28 de agosto de 1997,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal do Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que será composto pelos seguintes membros:

I - MARISTELA VIATER, presidente; SANDRA CORDEIRO, vice-presidente, representantes dos professores da Educação Básica Pública; II - MABEL LUZIA TURCATTO, secretária; IRIS ALBERTON BECKER, suplente, representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas;

III- MARLEI VEDOVATTO, Secretária Municipal de Educação;

IV- ANELIZE DA SILVA BORBA, titular; LUANA RÚBIA ROSA, suplente, representantes do Conselho Tutelar;

V- ADRIANA CORSO, titular; GABRIELA ROMANATTO, suplente, representantes do Poder Executivo Municipal;

VI – WILLIAN DE LIMA ROSA, titular; ISADORA FRANCIONE DE SOUZA, suplente, representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Indicado Pela Entidade de Estudantes secundaristas;

VII – DEJANIR ROSSI VALDUGA, titular; SALETE MACARINI, suplente, representantes do Poder Executivo Municipal-Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente.

VIII- NEUZA SGANDERLA, titular; RITA DE CÁSSIA VICENTE FLESCHE, suplente, representantes do Conselho Municipal de Educação;

IX – WESLEI DALPIVA FLORCOSWSKY, titular; AMANDA VARELA, suplente, representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública;

X – LUCIA RITA BECKER, titular; ALESSANDRA DEON PIERI, suplente, representantes das Diretoras das Escolas Básicas Públicas;

XI – GEISIANE FUCCINA, titular; HAMILTON RIBEIRO, suplente, representantes de Pais e Alunos da Educação Básica;

XII – KELLY ANGELA PIERI, titular; MARIA APARECIDA LANGARO DA CRUZ, Suplente, representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública;

Art. 2º. A participação no Conselho não será remunerada, considerada serviço relevante e de interesse público.

Art. 3º. Ao Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, nomeado por este Decreto, compete exercer todas as atribuições previstas e relacionadas na Lei e no seu regimento interno.

Art. 4º. Os membros do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, terão mandato de 2 (dois) anos, com vigência de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 13 de dezembro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### PORTARIAS 581-603/2017

Publicação Nº 1457671

Portaria	Data	Ementa
581	01/11/2017	NOMEIA CAROLINA VALENTIM GOMES PARA OCUPAR O CARGO DE CONTADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
582	01/11/2017	NOMEIA GUILHERME D'AQUINO PINHO PARA OCUPAR O CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
583	01/11/2017	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 470/2017 DE 05/07/2017 QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO DE 40% PARA SERVIDORA SONIA SILVEIRA ROCHA DA SILVA POR EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA EM CONFORMIDADE COM LEI COMPLEMENTAR Nº 038/2015.
584	01/11/2017	NOMEIA CARINE BERTI DA SILVA PARA O CARGO DE COORDENADOR DE ÁREA NA SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.
585	08/11/2017	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JOSIANE DA SILVA ABEL, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
586	13/11/2017	PORTARIA DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE
587	13/11/2017	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 576/2017 DE 26/10/2017 QUE AFASTOU POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA, MONICA GOMES MARCOS, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
588	13/11/2017	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE MÔNICA GOMES MARCOS, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
589	14/11/2017	DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS
590	14/11/2017	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ANIMEIRE MARTIGNAGO DE LORENZI CANCELLIER, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
591	14/11/2017	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ADAIR DE BIASE, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS.
592	14/11/2017	NOMEIA DANIEL CORAL PARA OCUPAR O CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
593	16/11/2017	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 513/2017 DE 22/08/2017 QUE AFASTOU POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA, JUCIRLEI PEREIRA CASAGRANDE, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
594	16/11/2017	DESIGNA ANDREZA ZAGO SERAFIM BEZ FONTANA, ASSISTENTE SOCIAL DO QUADRO PERMANENTE DO MUNICÍPIO PARA A FUNÇÃO DE COORDENADORA DE AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO NA SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.
595	16/11/2017	DESIGNA A PROFESSORA FABIANA PEREIRA RODRIGUES PARA RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS.
596	21/11/2017	NOMEIA ADAIR DE BIASE PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II NA SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO.
597	27/11/2017	NOMEIA SARAH RODRIGUES LOPES SILVEIRA PARA OCUPAR O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
598	27/11/2017	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE LUANA DE SOUZA HESPANHOL, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
599	28/11/2017	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA SIRLEY MARTIGNAGO DE LORENZI CANCELLIER, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.
600	29/11/2017	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 336/2017 DE 03/04/2017 QUE AFASTOU POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA, JOSIANE BORTOLON DE BEM, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

601	29/11/2017	READAPTA EM CARATER TEMPORÁRIO JOSIANE BORTOLON DE BEM OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, DE ACORDO COM OFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL AGÊNCIA DE CRICIÚMA.
602	30/11/2017	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE LUCAS CARMAGO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR.
603	30/11/2017	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE CLARI GOULART PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE INSTRUCTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### AVISO - PREGAO PRESENCIAL 37-2017 - PMMG

Publicação Nº 1457596

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, bairro Centro, CEP 88.925-000 Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 37/2017, cujo objetivo o registro de preços para a possível e futura AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DO TIPO OLEO DIESEL S-500 E OLEO DIESEL S-10 PARA MANUTENÇÃO DAS FROTAS MUNICIPAIS DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos até às 11h00min do dia 28/12/2017, com abertura no mesmo dia às 11h30min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, ou no site [www.morrogrande.sc.gov.br](http://www.morrogrande.sc.gov.br). Maiores informações estarão disponíveis os telefones (48) 3544-0016 ou pelo e-mail [licita@morrogrande.sc.gov.br](mailto:licita@morrogrande.sc.gov.br). Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

### DECRETO 131

Publicação Nº 1457347

DECRETO Nº 131/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Lei Municipal nº 868/2016.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) com a seguinte classificação:

0100 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

0102 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.001- MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES.

3.3.90.00.00.00.00.00 (03) – Aplicações Diretas .....

R\$20.000,00

TOTAL .....

R\$ 20.000,00

0100 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

0102 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.001- MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES.

3.1.90.00.00.00.00.00 (02) – Aplicações Diretas .....

R\$ 20.000,00

TOTAL .....

R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da dotação abaixo especificada.

0100 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

0102 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.001- MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES.

3.1.90.00.00.00.00.00 (02) – Aplicações Diretas .....

R\$ 20.000,00

TOTAL .....

R\$ 20.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 27 de novembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

### DECRETO 132

Publicação Nº 1457354

DECRETO Nº 132/2017

Institui, no âmbito da Prefeitura Municipal de Morro Grande, o sistema de FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, nos termos do inciso III, do art. 58, combinado com o art. 67, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, e dá outras providências.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando a necessidade de aperfeiçoar e padronizar os procedimentos referentes ao controle e fiscalização dos contratos firmados pela Prefeitura de Morro Grande, tanto os que geram despesas, quanto os que trazem receita;

Considerando que a padronização e controle propostos trarão mais eficiência, benefícios e economia para o Município, com maior segurança no alcance dos resultados esperados nos referidos ajustes;

Considerando que a fiscalização contratual é obrigação prevista no art. 58, inciso III, combinado com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

Considerando que o Município de Morro Grande acatou a Recomendação n. 0003/2017/PJ/MEL, oriunda do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, onde, dentre outras recomendações, exige a designação de servidor público com conhecimento técnico para fiscalizar a execução dos contratos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Prefeitura de Morro Grande, o sistema de Fiscalização de Contratos Administrativos, na forma disposta no presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto versa sobre o sistema de controle a ser exercido internamente sobre os contratos administrativos, em que sejam parte os órgãos e entidades da Administração do Município de Morro Grande.

§1º No que respeita às citadas avenças, o controle ora proposto incide sobre os contratos decorrentes de dispensas, inexigibilidades e processos licitatórios, tanto os que gerem despesas, quanto aqueles que gerem receita, decorrentes de concessão de serviços públicos e de uso e cessão de equipamentos e espaço público.

§2º O controle deverá ser exercido inclusive nos casos previstos no art. 62, da Lei nº 8.666/93, em que a Administração puder substituir os instrumentos contratuais por outros hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Art. 3.º A Fiscalização de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Morro Grande será exercida por Fiscalização Operacional, realizada por servidor, designado por ato administrativo específico.

§1.º As compras de bens, de consumo ou permanentes, realizadas por dispensa de licitação baseada no inciso II, do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/93, para entrega imediata, em que não seja necessária a formalização de contrato, nos termos do art. 62 da referida lei, serão acompanhadas por preposto do Setor de Compras da Secretaria Municipal de Administração, designado pelo titular do referido setor.

§2.º A compra de bens permanentes, independente do valor, se submete à rotina de registro e controle patrimonial.

§3.º Considera-se bem permanente, para os efeitos deste Decreto, todo item ou conjunto que possua, concomitantemente, as seguintes características:

I- em razão de uso, não perde sua identidade física ou autonomia de funcionamento, mesmo quando adicionado a outro bem móvel;

II- durabilidade prevista superior a dois anos;

III- valor unitário superior 5% (cinco por cento) do valor estabelecido para dispensa de licitação para compra e serviços que não sejam os de engenharia.

§4.º São classificados como material permanente, atendidas as características fixadas no parágrafo anterior:

I- máquinas, motores, aparelhos, equipamentos e veículos;

II- instrumentos, ferramentas e utensílios que formem um conjunto necessário ao desenvolvimento de determinado trabalho, atividade ou ofício;

III- instrumentos musicais;

IV- jogos ou assemelhados e conjuntos;

V- mobiliário em geral, independentemente do valor mencionado no inciso III do parágrafo anterior;

VI- acervo bibliográfico, objetos de arte e históricos, peças para coleções de bibliotecas, discotecas, mapotecas, filmotecas, museus e assemelhados.

Art. 4.º O Fiscal Operacional de Contratos é o representante da Administração, especialmente designado para acompanhar e verificar a perfeita execução das avenças, em todas as fases de execução, até o recebimento do objeto, devendo agir de forma proativa e preventiva no que respeita ao fiel cumprimento, tendo por parâmetros a lei, as cláusulas previstas nos respectivos ajustes e os resultados esperados.

Art. 5.º O Fiscal Operacional de Contratos deverá ser escolhido preferencialmente entre os servidores efetivos e na falta destes entre servidores sob contrato temporário, observadas as seguintes exigências quanto ao perfil funcional:

I- gozar de boa reputação ético-profissional;

II- possuir conhecimentos específicos do objeto a ser fiscalizado;

III- não estar respondendo, preferencialmente, a processo de sindicância ou processo administrativo disciplinar;

IV- não possuir em seus registros funcionais punições em decorrência da prática de atos lesivos ao patrimônio público, em qualquer esfera do governo;

V- não haver sido responsabilizado por irregularidades junto ao Tribunal de Contas;

VI- não haver sido condenado em processo por crimes ou ilícitos civis cometidos contra a Administração Pública.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa e ato motivado, poderá ser realizada, mediante processo de licitação, a contratação de terceiros para exercer a função de fiscalização operacional de contratos.

Art. 6.º Cabe ao Fiscal Operacional de Contratos:

I- manter reunidos, em pastas específicas, organizados de forma cronológica, os seguintes documentos: cópia reprográfica do instrumento, do edital (se for o caso) ou do termo de referência dos serviços/compra, da proposta comercial do contratado, das publicações, aditivos e demais documentos necessários.

II- anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

III- transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

IV- dar imediata ciência a seus superiores dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou o rompimento da avença;

V- adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

VI- promover, com a presença das partes, as medições das obras e a verificação dos serviços e fornecimentos já efetuados, emitindo a competente habilitação (atesto) para o recebimento de pagamentos;

VII- esclarecer prontamente as dúvidas surgidas, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas.

VIII- cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos;

IX- fiscalizar a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;

X- manter contato direto com o Setor de Licitações;

XI- elaborar, mensalmente, relatório de atividades a ser encaminhado para a Secretária Municipal de Administração.

Art. 7.º Responderá, administrativa, penal e civilmente, o Fiscal Operacional de Contratos, nos casos de omissão ou inexecução, nas seguintes hipóteses:

I- falta de constatação da ocorrência de mora na execução;

II- falta de caracterização da inexecução ou do cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III- falta de comunicação às autoridades superiores, em tempo hábil, de fatos cuja solução ultrapasse a sua competência, para adoção das medidas cabíveis;

IV- recebimento provisório ou emissão de parecer circunstanciado pelo recebimento definitivo do objeto contratual pela Administração, sem a comunicação de falhas ou incorreções;

V- emissão indevida da competente autorização para o recebimento (atesto), pela CONTRATADA, do pagamento.

Art. 8.º O Fiscal Operacional de Contratos designado, só poderá gozar férias e licenças previstas em lei após a designação oficial de um substituto, nos mesmos moldes indicados neste Decreto.

Art. 9.º Caberá à Secretaria Municipal de Administração a expedição de portarias ou instruções normativas que sejam necessárias ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 10. O Controle Interno do Município acompanhará periodicamente, em sede de auditoria de conformidade, a fiel execução do presente Decreto, prestando ainda apoio necessário para a elaboração das rotinas.

Parágrafo único. Para os fins do presente Decreto, auditoria de conformidade é uma modalidade de fiscalização que procura fazer um paralelo entre a situação fática encontrada no ambiente dos órgãos e entidades públicos e os diversos comandos normativos regedores desta mesma situação fática.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 28 de novembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal



**DECRETO 134-2017**

Publicação Nº 1457355

**DECRETO Nº 134/2017**

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016. DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) com a seguinte classificação.

0400 – SECRETARIA DA EDUCACAO.  
0403 – DEPARTAMENTO DE EDUCACAO.  
2.007 – MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO.  
3.3.90.00.00.00.00.00.0005 (043) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

05 – Salário Educação .....  
..... R\$ 15.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 27 de novembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

**DECRETO 135-2017**

Publicação Nº 1457357

**DECRETO Nº 135/2017**

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso II da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) com a seguinte classificação:

0700 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.  
0702 – DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO.  
2.027 – MANUT. FROTA MUNICIPAL DA AGRICULTURA.  
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (104) – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 20.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo especificada:

0700 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.  
0702 – DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO.  
2.027 – MANUT. FROTA MUNICIPAL DA AGRICULTURA.  
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (101) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 16 de novembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

**DECRETO 136-2017**

Publicação Nº 1457358

**DECRETO Nº 136/2017**

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º e o artigo 10, Inciso II da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 1.670,00 (um mil e seiscentos e setenta reais) com a seguinte classificação.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.  
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.  
2.034 – MANUT. DO BLOCO DA VIGILANCIA EM SAUDE  
4.4.90.00.00.00.00.00.0010 (038) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.670,00

TOTAL .....  
..... R\$ 1.670,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo especificada.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.  
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.  
2.034 – MANUT. DO BLOCO DA VIGILANCIA EM SAUDE  
3.3.90.00.00.00.00.00.0010 (014) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.670,00

TOTAL .....  
..... R\$ 1.670,00



Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 17 de novembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

## DECRETO 138-2017

Publicação Nº 1457359

DECRETO Nº 138/2017

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o inciso VI do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo em todas as repartições públicas no Município de Morro Grande, nos dias 22 e 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 20 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

## LEI 896-2017

Publicação Nº 1457338

LEI Nº 896/2017

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Morro Grande para o exercício de 2018 e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

### SEÇÃO I

#### DO ORÇAMENTO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Morro Grande, para o Exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 20.700.000,00 (vinte milhões e setecentos mil reais), conforme fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### SEÇÃO II

DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS, PREFEITURA, CÂMARA MUNICIPAL E SAMAE

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde - FMS e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 20.700.000,00 (vinte milhões e setecentos mil reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil reais); a despesa da Prefeitura e seus Órgãos

em R\$ 15.228.000,00 (quinze milhões e duzentos e vinte e oito mil reais); a despesa do Fundo Municipal de Saúde - FMS em R\$ 4.222.000,00 (quatro milhões e duzentos e vinte e dois mil reais) e a despesa para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE em R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais); totalizando a despesa do município em R\$ 20.700.000,00 (vinte milhões e setecentos mil reais).

### SEÇÃO III

#### DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º O Orçamento da Despesa do Município de Morro Grande está elaborado em nível de modalidade de aplicação, conforme autoriza a portaria Interministerial 163/2001, em seu artigo 6º.

Art. 4º O Orçamento da Receita está elaborado especificando a natureza da receita em nível de elemento analítico.

Art. 5º A Lei Orçamentária englobará, apenas para efeitos de contabilização, em estrutura única os orçamentos da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação e do Fundo da Infância e Adolescente, visando facilitar as rotinas contábeis.

Parágrafo único - Os Fundos Municipais continuam a existir legalmente, possuindo contabilização da despesa distinta da contabilidade da Prefeitura Municipal, na condição de Órgãos Orçamentários do orçamento geral e contas bancárias específicas aos Fundos do Município de Morro Grande.

### SEÇÃO IV

#### DA RECEITA

Art. 6º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos.

Parágrafo único - A Receita será realizada mediante Receitas Correntes, Transferências Correntes, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES
1.1 - Receita Tributária.
1.2 - Contribuições Econômicas.
1.3 - Receita Patrimonial.
1.6 - Receita de Serviços.
1.7 - Transferências Correntes.
1.9 - Outras Receitas Correntes.
2 - RECEITAS DE CAPITAL
2.2 - Alienação de Bens.
2.4 - Transferência de Capital.

### SEÇÃO V

#### DA DESPESA

Art. 7º A Despesa será contabilizada em nível de Elemento de Despesa, sendo executado o desdobramento no momento do empenhamento em conformidade com o quadro exemplificativo anexo à portaria 163 do STN.

Parágrafo único - As Despesas do Município de Morro Grande serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional programática, na

contabilidade central, com o seguinte desdobramento:

#### A - CATEGORIAS ECONÔMICAS

- 3 - Despesas Correntes
- 4 - Despesas de Capital

#### B - GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- 2 - Juros e Encargos da Dívida
- 3 - Outras Despesas Correntes
- 4 - Investimentos
- 5 - Inversões Financeiras
- 6 - Amortização da Dívida

#### C - MODALIDADES DE APLICAÇÃO

- 20 - Transferências à União
- 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal
- 40 - Transferências a Municípios
- 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
- 60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos
- 70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais
- 71 - Transferências a Consórcios Públicos
- 80 - Transferências ao Exterior
- 90 - Aplicações Diretas
- 99 - A Definir

Art. 8º Os recursos da Reserva de Contingência, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais não previstos e obtenção de resultado primário positivo, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§2º Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestora não orçados ou orçados a menor.

§3º Não se efetivando até o dia 31 de outubro de 2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries, previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 9º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar recurso orçamentário de uma dotação para outra conforme definido no §3º do artigo 7º e parágrafo único do artigo 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, desde que os saldos existentes das dotações orçamentárias não estejam comprometidos.

Art. 10 O Executivo está autorizado, nos termos e limites estabelecidos nos Artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais ao Orçamento de cada uma das Unidades Gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I- O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II- A anulação de saldos de dotações orçamentárias não comprometidas;
- III- Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, será fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos ou atividades, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênios com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus Órgãos da Administração direta e indireta.

Art. 13 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande, 29 de novembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

### LEI 897-2017

Publicação Nº 1457341

LEI Nº 897/2017

Trata de delimitação no perímetro urbano do Município de Morro Grande, do contorno viário municipal e dá outras providências.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica delimitado o contorno viário municipal, situado no perímetro urbano do Município de Morro Grande, iniciando-se na intersecção com a Rodovia SC 447, margeando o Rio Manoel Alves, até interseccionar-se com a Rua Rui Barbosa, com largura de 17 metros, conforme Projeto, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 14 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

### LEI 898-2017

Publicação Nº 1457343

LEI nº 898/2017

CONCEDE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS E EMPREENDEDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de Morro Grande poderá conceder, à requerimento da parte interessada, incentivos para empresas e empreendedores já estabelecidos ou que pretendam estabelecer atividades com fins econômicos no Município de Morro Grande.

§1º. As solicitações de incentivos serão submetidos a prévio

parecer do Grupo de Análise das Propostas de Empreendimentos – GAPE, o qual será composto pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Setor Jurídico e Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, o qual, se entender viável a proposição, estabelecerá as condições para a concessão de incentivos de que trata esta lei, determinando quais devam ser as informações e documentos a serem apresentadas, fixando prazo para tanto.

§2º. O parecer e deliberação de que trata o §1º deste artigo, será encaminhado ao Chefe do Executivo para apreciação final, exceto aquilo que se referir a incentivos fiscais, os quais serão submetidos à aprovação legislativa.

Art. 2º. Os incentivos poderão constituir-se, isolada ou cumulativamente, de:

- I - execução no todo ou em parte de serviços compatíveis com a atividade do solicitante;
- II - doação ou concessão real de uso, com cláusula de reversão, mediante autorização legislativa e processo licitatório;
- III - locação de bens de particulares para posterior cessão;
- IV - outras formas de utilização de bens públicos ou de bens que contemplem, mesmo que temporariamente, a natureza e condição de bens públicos;
- V - concessão de incentivos fiscais.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, terá a seguinte composição:

- I - dois representantes do Poder Executivo;
- II - um representante do Poder Legislativo;
- III - um do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- IV - um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;
- V - um representante da Cooperativa de Distribuição de Energia – CERSUL.

Parágrafo único - Os membros do CMDE serão nomeados por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para mandato de quatro anos.

Art. 4º. Para fins de avaliação das solicitações enquadráveis na presente Lei, além de outros que serão definidos para cada caso pelo GAPE, serão considerados, prioritariamente:

- I - número de empregos diretos;
- II - número de famílias ou pessoas beneficiadas indiretamente;
- III - estimativa de retorno de tributos;
- IV - utilização de matéria-prima local;
- V - uso racional e equilibrado do meio ambiente e dos recursos naturais.

Art. 5º. Para cada caso e atividade, o GAPE também definirá as obrigações e sanções, respeitada a deliberação final e prerrogativas do Chefe do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

Art. 6º. Deferido o incentivo, seu projeto, direitos, deveres, obrigações, sanções e demais particularidades, serão objeto de contrato administrativo.

Art. 7º. Ouvido o CDE, o Chefe do Poder Executivo editará atos complementares, regulamentando as disposições desta Lei, naquilo que couber.

Art. 8º. As despesas oriundas desta Lei, correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especial a Lei nº 480/2003.

Morro Grande, 14 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR 40-2017

Publicação Nº 1457345

### LEI COMPLEMENTAR Nº 40/2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 38/2017, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. A Tabela I, do Item I, do Anexo I da Lei Complementar n. 38/2017 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ANEXO I  
PLANTA GENÉRICA DE VALORES

(...)

ITEM I - VALOR VENAL POR METRO QUADRADO DOS TERRENOS POR SEÇÃO:

(...)

TABELA I

VALOR DO METRO QUADRADO DO LOTE PADRÃO PARA CÁLCULO DO VALOR VENAL DO TERRENO (Vmq)

O valor abrange ambos os lados do logradouro.

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m2 )
			UFM
4	01	Estrada Geral situada no perímetro urbano	1,85

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m2 )
			UFM
4	03	Estrada Geral situada no perímetro urbano	1,85
54	01	Rodovia Municipal Marlene Piazza Zuchinali situada no perímetro urbano	2,80
54	02	Rodovia Municipal Marlene Piazza Zuchinali situada no perímetro urbano	2,80
54	03	Rodovia Municipal Marlene Piazza Zuchinali situada no perímetro urbano	1,85
77	02	Rodovia Municipal Santa Gertrudes situada no perímetro urbano	2,40
90	03	Rodovia Municipal Pedro Zuchinali situada no perímetro urbano	1,85
97	01	Rodovia SC 447 situada no perímetro urbano	1,85
12	01	Rua Antonio Milanez	2,80
33	01	Rua Artidoro Rosso	2,80
94	02	Rua Claudir Daniel	1,71
16	01	Rua Davi Biff	2,80
11	01	Rua Genoveva Daniel Dal Toé	2,80
14	01	Rua Giácomo Venson	2,80
6	01	Rua Irmãos Biff	2,80
96	02	Rua Irmãos Fernandes	1,71
95	02	Rua Irmãos Menegon	1,71
5	01	Rua João Manoel Rocha	2,80
21	01	Rua José Tomazi	2,80
9	01	Rua Juvenal Feliciano de Bittencourt	2,80
44	01	Rua Luis Brina	2,80
18	01	Rua Luiz Spader	2,80
93	02	Rua Luiza Constantina Magri	1,71
50	01	Rua Olávio Brovedan	2,80
26	01	Rua Otavio Scarpatti	2,80
24	01	Rua Pedro Dal Toé	2,80
10	01	Rua Primo Daniel	2,44
2	01	Rua Rui Barbosa	4,80
15	01	Rua Santa Cruz	2,80
92	02	Rua Valdemar Coral	1,71
91	02	Rua Vitorio Favarin	1,71

Art. 2º. A Tabela I, do Item II, do Anexo I da Lei Complementar Municipal n. 38/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:  
ITEM II – VALOR VENAL POR METRO QUADRADO DE ÁREA CONSTRUÍDA

(...)

TABELA I

VALOR DO METRO QUADRADO DA CONSTRUÇÃO (Vm<sub>qc</sub>)

CODIGO (73)	Tipo da Construção	Valores em UFM/m²
7315	Casa	3,20
7323	Construção Precária	3,50
7331	Apartamento	7,50
7358	Loja ou Sala Comercial	7,50
7366	Galpão	4,00

7374	Telheiro	4,00
7386	Indústria	6,00
7387	Especial	5,00

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 14 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 148/2017**

Publicação Nº 1457159

PORTARIA Nº 148/2017

TRATA DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando o final do ano letivo;

RESOLVE:

Art.1º Fica reduzida, a partir de 16 de dezembro de 2017, as 10(dez) horas semanais ampliadas na carga horária da servidora RITA DE CASSIA MARTINS BIZ, matrícula nº 811, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 149/2017**

Publicação Nº 1457162

PORTARIA Nº 149/2017

TRATA DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando o final do ano letivo;

RESOLVE:

Art.1º Fica reduzida, a partir de 16 de dezembro de 2017, as 20(vinte) horas semanais ampliadas na carga horária do servidor EDEVAR LONGARETTI, matrícula nº 5, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 150/2017**

Publicação Nº 1457173

PORTARIA Nº 150/2017

TRATA DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando o final do ano letivo;

RESOLVE:

Art.1º Fica reduzida, a partir de 15 de dezembro de 2017, as 20(vinte) horas semanais ampliadas na carga horária da servidora SUZANA LONGARETTI MARCELO, matrícula nº 9, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 151/2017**

Publicação Nº 1457175

PORTARIA Nº 151/2017

TRATA DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando o final do ano letivo;

RESOLVE:

Art.1º Fica reduzida, a partir de 15 de dezembro de 2017, as 20(vinte) horas semanais ampliadas na carga horária da servidora ROSANA BIAVA DA SILVA, matrícula nº 66, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal



**PORTARIA 152/2017**

Publicação Nº 1457178

PORTARIA Nº 152/2017

TRATA DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando o final do ano letivo;

RESOLVE:

Art.1º Fica reduzida, a partir de 15 de dezembro de 2017, as 20(vinte) horas semanais ampliadas na carga horária da servidora ELISIANE MEZARI MENEGON MAGAGNIN, matrícula nº 94, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 153/2017**

Publicação Nº 1457181

PORTARIA Nº 153/2017

TRATA DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando o final do ano letivo;

RESOLVE:

Art.1º Fica reduzida, a partir de 15 de dezembro de 2017, as 20(vinte) horas semanais ampliadas na carga horária da servidora JANICE DANIEL MUNARETTO, matrícula nº 135, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 154/2017**

Publicação Nº 1457183

PORTARIA Nº 154/2017

TRATA DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando o final do ano letivo;

RESOLVE:

Art.1º Fica reduzida, a partir de 15 de dezembro de 2017, as 20(vinte) horas semanais ampliadas na carga horária da servidora ZOLENE CASAGRANDE, matrícula nº 164, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 155/2017**

Publicação Nº 1457184

PORTARIA Nº 155/2017

TRATA DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando o final do ano letivo;

RESOLVE:

Art.1º Fica reduzida, a partir de 15 de dezembro de 2017, as 20(vinte) horas semanais ampliadas na carga horária da servidora DANIELA ROCHA MENEGON, matrícula nº 323, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 156/2017**

Publicação Nº 1457187

PORTARIA Nº 156/2017

TRATA DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando o final do ano letivo;

RESOLVE:

Art.1º Fica reduzida, a partir de 15 de dezembro de 2017, as 20(vinte) horas semanais ampliadas na carga horária da servidora SILVANO BIFF, matrícula nº 814, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 10/2017 FME

Publicação Nº 1458157

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 10/2017 FME

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 13/12/2017, O PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO 10-2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (COPOS DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DE 200ML), PARA ATENDER TODAS AS PESSOAS ENVOLVIDAS NOS EVENTOS DE COMPETIÇÕES NO ANO DE 2018, PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESA PARTICIPANTE: PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME, REPRESENTADA POR IZABEL CRISTIBA MEUER DE SOUZA; MOMM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP, REPRESENTADA POR ALAN ROBERTO MOMM. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VELICOU-SE QUE TODOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FOI ABERTOS O ENVELOPE DA PROPOSTA DA MESMA ONDE A MESMA ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADO AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A EMPRESA MOMM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP, SAGROU-SE VENCEDORA DO ITENS 01. FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE TODOS ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA LICITANTE NÃO MENCIONOU APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 09H25MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO. DAR-SE POR ENCERRADO O CERTAME, E INICIA-SE O PRAZO DE AMOSTRA DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

### ATA DA SESSÃO 15/2017 FMV

Publicação Nº 1458145

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 15/2017 FMV

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 11/12/2017, O PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JOSEZITE DOS SANTOS E VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO 15-2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (CAPACETES BRANCOS E BAÚS PARA MOTOS), PARA SEREM UTILIZADOS PELOS GUARDAS MUNICIPAIS DE TRÂNSITO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES/SC. EMPRESA PARTICIPANTE: TONI CENTER INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, E TEVE COMO REPRESENTANTE O SR. MARCOS SÉRGIO DALCOQUIO. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VELICOU-SE QUE TODOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AO PRESENTES OS

DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FOI ABERTOS O ENVELOPE DA PROPOSTA DA MESMA ONDE A LICITANTE TONI CENTER INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADO AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A EMPRESA TONI CENTER INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, SAGROU-SE VENCEDOR DOS ITENS 01 E 02. ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE TODOS ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA LICITANTE NÃO MENCIONOU APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 09H45MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO. DAR-SE POR ENCERRADO O CERTAME, E INICIA-SE O PRAZO DE AMOSTRA DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

### ATA II DA SESSÃO 163/2017 PMN

Publicação Nº 1457934

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 163/2017 PMN SEQUENCIA II

AS 14:00H (QUATORZE) HORAS DO DIA 12/12/2017, O PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JOSEZITE DOS SANTOS E VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA DAR CONTINUIDADE AO EDITAL A LICITAÇÃO 163-2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E REDE DE PROTEÇÃO (DEVIDAMENTE INSTALADAS) PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: ASTOR STAUDT - ME, REPRESENTADA POR JONATAN ESPINDOLA REGERT; JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTOS LTDA - ME, REPRESENTADA POR THIAGO SIMAO WEISS; SOS PARQUES - INDUSTRIA, COMERCIO, MANUTENCAO DE PARQUES, REPRESENTADA POR JOSE ROBERTO DA SILVA; MAGNUM COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS LTDA - ME, REPRESENTADA POR LEANDRO RODRIGUES PADOVANI; FOOT COMERCIAL LTDA ME, REPRESENTADA POR TELMO NAZARIO; TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, REPRESENTADA POR FERNANDO JOSÉ LONGEN; TRACTON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, REPRESENTADA POR RUBIA D'ESPINDOLA; G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, REPRESENTADA POR AGNALDO MARTINS DE SOUZA; JOSÉ PAULO BITENCOURT ME, REPRESENTADA POR DILNEI BITENCOURT; IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME, REPRESENTADA POR GISLAINE DE OLIVEIRA CARDOSO; REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, REPRESENTADA POR FELIPE SCHIMITZ REGIS. ONDE PROCEDEMOS COM A APRESENTAÇÃO DA ANALISE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SOBRE OS FOLDERS APRESENTADOS NAS PROPOSTAS. A EMPRESA FOOT COMERCIAL LTDA ME NÃO APRESENTOU FOLDER DO ITEM 10 FICANDO ESTA DESCLASSIFICADA NO ITEM; JLM COMERCIO DE



PRODUTOS ALIMENTOS LTDA - ME, NÃO APRESENTOU FOLDER DOS ITENS 10 E 25 FICANDO ESTA DESCLASSIFICADA NESTES ITENS; CELIA REGINA W. SANI - ME, NÃO APRESENTOU FOLDER DO ITEM 15, 16 E 25 FICANDO ESTA DESCLASSIFICADA DESTES ITENS; REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA APRESENTOU PARA I TEM 15 DESCRITIVO ONDE PEDE FIO DE POLIESTER NO CATALAGO APRESENTA FIO DE NYLON E NO ITEM 16 O CATALAGO ESTA SEM INFORMAÇÕES FICANDO ESTA DESCLASSIFICADA NOS ITENS; TRACTON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, NÃO APRESENTOU FOLDER DOS ITENS 15 E 16 FICANDO ESTA DESCLASSIFICADA NOS ITENS.

DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A EMPRESA TECNOLÓGICA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, SAGROU-SE VENCEDOR DOS ITENS 25 TOTAL DO PARTICIPANTE 31.800,00, EMPRESA REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA SAGROU-SE VENCEDORAS DOS ITENS 1, 22 E 26 TOTAL DO PARTICIPANTE 28.212,50, EMPRESA JOSÉ PAULO BITENCOURT ME SAGROU-SE VENCEDORAS DOS ITENS 9, 10, 15, 16, 17, 19, E 30 TOTAL DO PARTICIPANTE 76.875,00, EMPRESA MAGNUM COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS LTDA - ME SAGROU-SE VENCEDORAS DO ITEM 31 TOTAL DO PARTICIPANTE 44.100,00, EMPRESA FOOT COMERCIAL LTDA ME SAGROU-SE VENCEDORAS DO ITEM 3 TOTAL DO PARTICIPANTE 15.800,00, EMPRESA G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP SAGROU-SE VENCEDORAS DOS ITENS, 2 E 7 TOTAL DO PARTICIPANTE 30.880,00, EMPRESA IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME SAGROU-SE VENCEDORAS DOS ITENS, 6, 8, 11, 12, 13, 18, 20, 21, 23, 24 E 29 TOTAL DO PARTICIPANTE 93.904,00, EMPRESA ASTOR STAUDT - ME SAGROU-SE VENCEDORAS DOS ITENS 4, 5, 27, 28 E 14 TOTAL DO PARTICIPANTE 29.604,00, EMPRESA TRACTON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP SAGROU-SE VENCEDORAS DO ITEM 14 TOTAL DO PARTICIPANTE 21.600,00. ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE TODOS ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA LICITANTE NÃO MENCIONOU APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 09H45MIN. EU CARLA CLAUDINO LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO. DAR-SE POR ENCERRADO O CERTAME, E INICIA-SE O PRAZO DE AMOSTRA A PROPONENTE DECLARADA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS, COM EXCEÇÃO DOS ITENS 10, 15, 16 E 25 EM ATÉ 03 (TRÊS) DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DA ETAPA.

## AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 11/2017 FME

Publicação Nº 1458361

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 11/2017 FME

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa, associação ou entidade especializada em prestação de serviços de arbitragem (árbitros; assistentes auxiliares; mesários; cronometristas e gandulas) para eventos esportivos organizados ou apoiados pela Fundação Municipal de Esportes de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 04/01/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 04/01/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

## AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 185/2017 PMN

Publicação Nº 1458360

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 185/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada na confecção de tênis escolares devidamente personalizados, para composição do uniforme dos alunos da rede municipal de ensino (infantil e fundamental), para o ano letivo de 2018, através da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 04/01/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 04/01/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

## CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA.

Publicação Nº 1457966

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva MARLENE SOUZA COUTO, inscrito no C.P.F n.º 545.370.539-68 adquiriu direito à incorporação do adicional de Regência de Classe na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2017.04.05458P, que demonstra contribuições nos anos 2012 (12 meses), 2013 (12 meses), 2014 (12 meses), 2015 (12 meses), 2016 (6 meses) e 2017 (11 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação. Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 8 de dezembro de 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

## CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA.

Publicação Nº 1457965

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva MARLENE SOUZA COUTO, inscrito no C.P.F n.º 545.370.539-68 adquiriu direito à incorporação do adicional de Hora Atividade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2017.04.05458P, que demonstra contribuições nos anos 2012 (12 meses), 2013 (12 meses), 2014 (12 meses), 2015 (12 meses), 2016 (6 meses) e 2017 (11 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação. Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 8 de dezembro de 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

**DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INDENIZATÓRIO Nº 09/2017 - CAROLINA OLIVEIRA GOMES**

Publicação Nº 1457875

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INDENIZATÓRIOS - ASSESSORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DECISÃO ADMINISTRATIVA (PAI nº 009/2017)

ASSUNTO: Apurar possibilidade de pagamento pelo suposto dano ocorrido no veículo de propriedade da Sra. Carolina Oliveira Gomes.

O presente processo foi instaurado através do requerimento da Sra. Carolina Oliveira Gomes, através do requerimento protocolado nesta Administração no dia 16 de junho de 2017, para apurar a possibilidade de pagamento do suposto dano ocasionado por um buraco em seu veículo na Rua Vereador Arnaldo Bento Rodrigues, próximo ao nº 348 no dia 16 de junho de 2017, alegando que a via estava sem sinalização para indicação dos danos na via pública. O processo foi autuado conforme segue:

1. Termo de Abertura - (fl. 01);
2. Requerimento - (fl.02)
3. Boletim de Ocorrência – BO nº 00578-2017-0073797 (fls. 03 a 05)
4. Fotos do Buraco situado a rua Vereador Arnaldo Bento Rodrigues e do veículo (fls. 06 a 09)
5. Cópia do Orçamento do Giba Auto Center (fl.10)
6. Cópia do Orçamento Pegoraro Pneus, Auto Center Lucas e Giba Auto Center (fl.11)
7. Cópia do Orçamento da Pegoraro Pneus e da Auto Center Lucas (fl. 12)
8. Cópia do Orçamento do Giba Auto Center (fl.13)
9. Cópia de Orçamentos (fl.14)
10. Cópia da conta para depósito em nome da Sra. Carolina Oliveira Gomes (fl.15)
11. Cópia da Lei nº 2335 de 04 de agosto de 2010 (fl. 16 e 17)
12. Cópia da Portaria nº 1491 (fl.18)
13. Cópia da Portaria nº 2240 (fl.19)
14. Cópia da Portaria nº 1021 (fl.20)
15. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH do Sra. Carolina Oliveira Gomes) - (fl.21);
16. Cópia da Carteira de Identidade (Sra. Carolina Oliveira Gomes) (fl.22);
17. Cópia do Documento do Veículo – RENAVAM 1095731057 (fl.23)
18. Cópia de Certidão de Casamento da Sra. Carolina Oliveira Gomes Benassi e do Sr. Eliezer Benassi (fl. 24)
19. Cópia da Carteira de Identidade (Sr. Eliezer Benassi) (fl.25);
20. Cópia do Comprovante de Residência da Sra. Carolina Oliveira Gomes (fl. 26)
21. Comunicação Interna nº 53 encaminhada a Secretaria de Obras do Município datado em 25/09/2017 (fl.27)
22. Ofício nº 162/2017 da Secretaria de Obras datado em 19/10/2017 (fl.28)

**1. DOS FATOS**

Segundo apreende-se dos documentos encaminhados pelo suposto dano ocorrido no veículo de propriedade do Sra. Carolina Oliveira Gomes sendo um veículo Ford KA SE 1.0, cor branca, de Placa QIF6866. A suposta vítima transitava na Rua Vereador Arnaldo Bento Rodrigues, próximo ao nº 348, centro, quando ao passar pela lombada próximo ao número 346, onde a roda direita do Ford KA, acabou caindo em um buraco nesta mesma rua, alega-se também que na referida rua não havia sinalização adequada que informasse a existência do buraco, o que acabou ocasionando o acidente.

O veículo teve danos materiais, fato este ocorrido no dia 08/06/2017,

ao 12:00h, conforme Registro de Acidente de Trânsito – Polícia Civil de Santa Catarina nº 00578-2017-0073797, que segue anexo com os demais documentos comprobatórios.

**RELATADOS. DECIDIMOS.**

No caso em tela, o cerne da questão a ser analisada é relativo à responsabilidade da Secretaria de Obras pelos danos causados no veículo de propriedade da Sra. Carolina Oliveira Gomes, conduzido pelo seu esposo Sr. Eliezer Benassi.

Especificamente no caso sub examine, o Secretário de Obras informa que: "Referente aos danos materiais causados em um veículo que colidiu em um buraco na Rua Vereador Arnaldo Bento Rodrigues, informou que foi realizado a devida fiscalização in loco, e foi comprovado a existência de uma abertura no asfalto, bem ao lado de uma faixa de pedestre elevada. Assim devido o condutor estar transitando no sentido sul para o norte na rua supracitada, considerando que a faixa elevada dificultou a visão do condutor em ver o buraco, o que realmente resultou no acidente, por vontade alheia a do condutor e conforme relatos de pessoas próximas ao local do fato, foi realmente confirmado o referido acidente, e sendo de responsabilidade do Município a manutenção das vias públicas, bem como sinalização de obras, fato este que não foi realizado, nem o devido concerto e manutenção da via pública, bem como não obtinha nenhuma sinalização de obra, a Secretaria de Obras mediante ao apurado, aceita o ressarcimento dos danos pleiteados pela requerente, por assim entender ser o que é de direito". (fl.28). Observa-se que o motivo de liberação do valor pleiteado pela requerente à Secretaria de Obras, se dá pelo fato de ter sido comprovado os fatos e o nexo causal explanados na exordial.

Conforme demonstra os documentos acostado aos autos, o fato ocorrido restou comprovado quanto aos danos causados no automóvel, conforme fotografias e demais documentos que instruem o presente feito, bem como vistoria in loco realizada pela Secretaria de Obras.

Assim, passemos, pois, ao âmago da questão, que reside na responsabilidade do Município e na possibilidade de serem reparados os danos sofridos pela requerente através de acordo extrajudicial.

Preceitua a Carta Magna (CF/88), em seu artigo 37, parágrafo 6º, que a responsabilidade da administração pública, direta ou indireta, é objetiva:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. "

Do dispositivo legal supratranscrito, depreende-se que, ao disciplinar a responsabilidade civil do Estado, abordou a responsabilidade civil objetiva da Administração, sob a modalidade do risco administrativo, pela qual somente se requer a prova do dano e o nexo causal para ensejar à administração a obrigação de reparar o dano. Dentre os reconhecidos e admiráveis doutrinadores do Direito Administrativo, destacamos o pensamento de Hely Lopes Meirelles:

"A teoria do risco faz surgir a obrigação de indenizar o dano do só ato lesivo e injusto causado à vítima pela Administração. Não se exige qualquer falta do serviço público, nem público, nem culpa de seus agentes. Basta a lesão, sem o concurso do lesado. [...]. Aqui não se cogita a culpa da Administração ou de seus agentes,

bastando que a vítima demonstre fato danoso e injusto ocasionado por ação ou omissão do Poder Público. Tal teoria, como o nome está a indicar, baseia-se no risco que a atividade pública gera para os administrados e na possibilidade de acarretar dano a certos membros da comunidade, impondo-lhes um ônus não suportado pelos demais. [...] O risco e a solidariedade social são, pois, os suportes desta doutrina, que, por sua objetividade e partilha dos encargos, conduz à mais perfeita justiça distributiva, razão pela qual tem merecido o acolhimento dos Estados modernos, inclusive o Brasil, que a consagrou pela primeira vez no art.194 da CF de 1946". (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo. Malheiros Editores Ltda., 2006, 32ª edição, PP. 649/650).

Especificamente no caso sub examine, constata-se que o fato danoso somente ocorreu por omissão, ainda que involuntária, da Secretaria de Obras, que apesar de os trabalhos de manutenção da via estarem sendo realizado por Empresa Terceirizada, não procedeu à fiscalização permanente propiciando desta forma o acidente. Em resposta à comunicação interna, o Secretário Municipal de Obras, declara que, analisando a cópia dos documentos dos autos, o Boletim de Acidente de Trânsito e o local onde o condutor sofreu o acidente, deve-se proceder ao ressarcimento dos danos causados, o qual é passível de indenização.

Destarte, considerando o convencimento da autoridade competente quanto à comprovação de culpa da administração ante a teoria do risco administrativo, admissível a obrigação do Município indenizar a requerente pelos danos materiais sofridos.

Vencida esta questão, passar-se-á à análise referente à possibilidade de acordo extrajudicial para a composição dos danos causados. Não obstante os entendimentos doutrinários dominantes reiterarem a viabilidade de transação entre o Poder Público e a requerente, sem a necessidade de lei expressa nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, manifestou-se acerca do tema no seguinte sentido:

Prejulgado nº 816

"É necessária autorização legislativa específica para a efetivação de pagamento referente à indenização a particulares resultante de acordo extrajudicial, em caso de responsabilidade civil (acidente de trânsito) do ente público, quando não houver norma na legislação Federal, Estadual e Municipal, nesta incluída a Lei Orgânica do Município, regulando a adoção de forma ou procedimento a ser observado..."

No mesmo sentido, a Lei Municipal nº 2335, de 04 de agosto de 2010, preceitua:

"Art. 1º - Fica, o Município de Navegantes, autorizado a compor acordo extrajudicial para o pagamento de danos decorrentes de atos de omissão, imperícia ou imprudência, comprovadamente realizados pelos agentes públicos municipais".

"Art. 6º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento da Prefeitura de Navegantes"

Superada também a questão sobre a possibilidade de acordo extrajudicial para a composição dos danos causados, tendo em vista a existência de norma municipal que respalda a composição, passar-se-á à análise do quantum indenizatório.

Nesse sentido, atente-se para a necessidade da observância do princípio da proporcionalidade quanto ao pagamento da indenização.

Eis que foi cumprida a exigência legal de apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos (Art. 3º Lei nº 2335, de 04/08/2010). Observado o princípio da economicidade, que vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e representa, em síntese, a promoção de resultados esperados com o menor custo possível; é a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou

no trato com os bens públicos, deverá a administração indenizar a vítima (a requerente proprietária do veículo), com base no menor valor dentre os 03 (três) apresentados nos autos.

Os danos ocasionados, bem como a sua descrição constam do menor orçamento (anexo), que integra este processo (fls.10 a 14), totalizando a importância de R\$ 260,00 (Duzentos e sessenta Reais). Autorizada pela lei, pois, a possibilidade de resolução da questão extrajudicialmente, e arbitrado o valor da indenização, resta analisar-se os termos da decisão administrativa e do termo de acordo.

Quanto a Decisão, preenche todos os requisitos legais e formais que lhe são peculiares, da mesma forma que o termo de acordo extrajudicial contém todos os pressupostos dos contratos, quais sejam:

Requisitos subjetivos: existência de duas ou mais pessoas; capacidade genérica das partes contratantes para praticar atos da vida civil; aptidão específica para contratar; consentimento das partes contratantes.

Requisitos objetivos: dizem respeito ao objeto do contrato; a validade e eficácia do contrato, como um direito creditório, dependem da: a) licitude de seu objeto; b) possibilidade física ou jurídica do objeto; c) determinação de seu objeto, pois este deve ser certo ou, pelo menos, determinável; d) economicidade de seu objeto, que deverá versar sobre interesse economicamente apreciável, capaz de se converter, direta ou indiretamente, em dinheiro.

No caso em tela foi garantido ao requerente, a ampla defesa e o contraditório, onde sem qualquer restrição, pode defender seus direitos, que lhe são garantidos pela nossa Lei Maior, onde situa os destacados princípios conjuntamente em seu inciso LV, artigo 5.º: "Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com meios e recursos a eles inerentes;"

Ante o exposto, considerando meramente os aspectos jurídicos e formais apreciados, somos favoráveis PELA POSSIBILIDADE DO RESSARCIMENTO DOS DANOS MATERIAIS no veículo de propriedade da SRA. CAROLINA OLIVEIRA GOMES (REQUERENTE), através de acordo extrajudicial, tendo em vista a existência de legislação municipal própria, que endossa tal procedimento.

Igualmente, não se vislumbra óbice formal ou legal à manutenção dos termos, tanto da decisão administrativa, quanto do termo de acordo extrajudicial, nos moldes das respectivas decisões apresentadas.

Outrossim, deve ser providenciado processo administrativo de sindicância a fim de apurar a responsabilidade do funcionário que deu causa ao ocorrido, a fim de obter-se o reembolso ao Município pela indenização ora prestada, caso seja configurado dolo ou culpa de algum agente público.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 14 de novembro de 2016.

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Avaliação Indenizatória

Elaine de Matos Cabral Pereira Maria Benedita Correa

Membro da Comissão Membro da Comissão

Claudete Maria Hermógenes

Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira

Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa

Responsável pelos Processos Administrativos

Emilio Vieira Karlile Cugnier

Prefeito de Navegantes Secretária de Administração e Logística

DECISÃO: Procedimento Administrativo nº 09/2017

Requerente: Sra. Carolina Oliveira Gomes



**DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO  
INDENIZATÓRIO Nº 10/2017 - VILSON BRISTOTTI**

Publicação Nº 1457901

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INDENIZATÓRIOS - ASSESSORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DECISÃO ADMINISTRATIVA (PAI nº 010/2017)

ASSUNTO: Apurar possibilidade de pagamento pelo suposto dano ocorrido no veículo de propriedade do Sr. Vilson Bristotti.

O presente processo foi instaurado através do requerimento do Sr. Vilson Bristotti, protocolado nesta Administração no dia 14 de julho de 2017, para apurar a possibilidade do pagamento do suposto dano ocasionado em seu veículo por um buraco danificado situado na Rua Luiz Martins sentido praia.

O processo foi autuado conforme segue:

1. Termo de Abertura - (fl. 01);
  2. Requerimento - (fl.02)
  3. Cópia do Boletim de Ocorrência – BO nº 2931292 e Comprovan-  
te de Residência (fl. 03)
  4. Cópia da Conta Corrente da Caixa Econômica em nome do Sr.  
Vilson Bristotti e Cópia da Carteira de Identidade (fl. 04);
  5. Cópia da Procuração da Sra. Marilene Brandel Waldrich dando  
poderes ao Sr. Vilson Bristotti referente ao veículo Citroen C4 Palas  
de placa GGG0312 (fl. 05)
  6. Fotos do Buraco situado à rua Vereador Luis Martins (fls. 06 a  
11);
  7. Cópia do Orçamento do Auto Center Giliane Ltda (fl.12)
  8. Cópia do Orçamento da Pegoraro Pneus (fl. 13)
  9. Cópia do Orçamento da Tech Autos Centro Automotivo (fl.14)
  10. Cópia da Portaria nº 1491 (fl.15)
  11. Cópia da Portaria nº 2240 (fl.16)
  12. Cópia da Portaria nº 1021 (fl.17)
  13. Cópia da Lei nº 2335 de 04 de agosto de 2010 (fl. 18 e 19)
  14. Comunicação Interna nº 54 encaminhada a Secretaria de Obras  
do Município na datado em 25/09/2017 (fl.20)
  15. Ofício nº163/2017 da Secretaria de Obras (fl.21)
  16. Cópia da Carteira de Motorista e do Veículo (fl.22)
1. DOS FATOS

Segundo apreende-se dos documentos encaminhados pelo suposto dano ocorrido no veículo de propriedade da Sra. Marilene Brandel Waldrich, autorizado através de Procuração o Sr. Vilson Bristotti, poderá a qualquer ato, usar e gozar do veículo como propriedade sua, atuando em juízo ou fora dele, veículo I/Citroen C4 pallas, cor Prata, de Placa GGG0312. O requerente transitava na Rua Luis Martins sentido praia, quando passou outro veículo e teve que se deslocar mais à direita e passou por um boeiro, o mesmo estava todo danificado, acabou por ceder, com o peso do veículo, formando um buraco, o impacto causou ruptura do pneu dianteiro lado direito. O veículo teve danos materiais, fato ocorrido no dia 11/07/2017, às 16:51h, conforme Boletim de Ocorrência - Protocolo nº 2931292, que segue anexo juntamente com demais documentos comprobatórios.

**RELATADOS. DECIDIMOS.**

No caso em tela, o cerne da questão a ser analisada é relativo à responsabilidade da Secretaria de Obras pelos danos causados no veículo de propriedade da Sra. Marilene Brandel Waldrich, conduzido pelo seu procurador com poderes de proprietário Sr. Vilson Bristotti (detentor do direito de uso e gozo do veículo supracitado).

Especificamente no caso sub examine, o Secretário de Obras informa que: "Em resposta ao processo administrativo nº 10/2017, referente aos danos materiais causados em um veículo que colidiu

em uma boca de lobo na rua Luiz Martins, vimos por meio deste, informar que foram apresentadas as imagens do acidente aos mecânicos da secretaria, estes confirmaram que o objeto causador do dano (tampa da boca de lobo) pode ocasionar a ruptura do pneu conforme alegado pelo requerente, Assim, após as informações dos mecânicos, a Secretaria de obras realizou uma fiscalização "in loco" e comprovou que além da boca de lobo, todo o trecho próximo ao local do fato, se encontra em estado desagradável para circulação de veículos. Desta forma a Secretaria de Obras e Serviços Municipais, vem por meio deste, aceitar o ressarcimento dos danos ao requerente." (fls.21). Observa-se que o motivo de liberação do valor pleiteado pela requerente à Secretaria de Obras, se dá pelo fato de ter sido comprovado os fatos e o nexo causal explanados na exordial.

Conforme demonstra os documentos acostado aos autos, o fato ocorrido restou comprovado quanto aos danos causados no automóvel, conforme fotografias e demais documentos que instruem o presente feito, bem como vistoria in loco realizada pela Secretaria de Obras.

Assim, passemos, pois, ao âmago da questão, que reside na responsabilidade do Município e na possibilidade de serem reparados os danos sofridos pela requerente através de acordo extrajudicial. Preceitua a Carta Magna (CF/88), em seu artigo 37, parágrafo 6º, que a responsabilidade da administração pública, direta ou indireta, é objetiva:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. "

Do dispositivo legal supratranscrito, depreende-se que, ao disciplinar a responsabilidade civil do Estado, abordou a responsabilidade civil objetiva da Administração, sob a modalidade do risco administrativo, pela qual somente se requer a prova do dano e o nexo causal para ensejar à administração a obrigação de reparar o dano.

Dentre os reconhecidos e admiráveis doutrinadores do Direito Administrativo, destacamos o pensamento de Hely Lopes Meirelles:

"A teoria do risco faz surgir a obrigação de indenizar o dano do só ato lesivo e injusto caudado à vítima pela Administração. Não se exige qualquer falta do serviço público, nem público, nem culpa de seus agentes. Basta a lesão, sem o concurso do lesado. [...] Aqui não se cogita a culpa da Administração ou de seus agentes, bastando que a vítima demonstre fato danoso e injusto ocasionado por ação ou omissão do Poder Público. Tal teoria, como o nome está a indicar, baseia-se no risco que a atividade pública gera para os administrados e na possibilidade de acarretar dano a certos membros da comunidade, impondo-lhes um ônus não suportado pelos demais. [...] O risco e a solidariedade social são, pois, os suportes desta doutrina, que, por sua objetividade e partilha dos encargos, conduz à mais perfeita justiça distributiva, razão pela qual tem merecido o acolhimento dos Estados modernos, inclusive o Brasil, que a consagrou pela primeira vez no art.194 da CF de 1946". (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo. Malheiros Editores Ltda., 2006, 32ª edição, PP. 649/650).

Especificamente no caso sub examine, constata-se que o fato danoso somente ocorreu por omissão, ainda que involuntária, da Secretaria de Obras, que apesar de os trabalhos de manutenção da

via estarem sendo realizado por Empresa Terceirizada, não procedeu à fiscalização permanente propiciando desta forma o acidente. Em resposta à comunicação interna, o Secretário Municipal de Obras, declara que, analisando a cópia dos documentos dos autos, o Boletim de Acidente de Trânsito e o local onde o condutor sofreu o acidente, deve-se proceder ao ressarcimento dos danos causados, o qual é passível de indenização.

Destarte, considerando o convencimento da autoridade competente quanto à comprovação de culpa da administração ante a teoria do risco administrativo, admissível a obrigação do Município indenizar a requerente pelos danos materiais sofridos.

Vencida esta questão, passar-se-á à análise referente à possibilidade de acordo extrajudicial para a composição dos danos causados. Não obstante os entendimentos doutrinários dominantes reiterarem a viabilidade de transação entre o Poder Público e a requerente, sem a necessidade de lei expressa nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, manifestou-se acerca do tema no seguinte sentido:

Prejulgado nº 816

"É necessária autorização legislativa específica para a efetivação de pagamento referente à indenização a particulares resultante de acordo extrajudicial, em caso de responsabilidade civil (acidente de trânsito) do ente público, quando não houver norma na legislação Federal, Estadual e Municipal, nesta incluída a Lei Orgânica do Município, regulando a adoção de forma ou procedimento a ser observado..."

No mesmo sentido, a Lei Municipal nº 2335, de 04 de agosto de 2010, preceitua:

"Art. 1º - Fica, o Município de Navegantes, autorizado a compor acordo extrajudicial para o pagamento de danos decorrentes de atos de omissão, imperícia ou imprudência, comprovadamente realizados pelos agentes públicos municipais".

"Art. 6º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento da Prefeitura de Navegantes"

Superada também a questão sobre a possibilidade de acordo extrajudicial para a composição dos danos causados, tendo em vista a existência de norma municipal que respalda a composição, passar-se-á à análise do quantum indenizatório.

Nesse sentido, atente-se para a necessidade da observância do princípio da proporcionalidade quanto ao pagamento da indenização.

Eis que foi cumprida a exigência legal de apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos (Art. 3º Lei nº 2335, de 04/08/2010). Observado o princípio da economicidade, que vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e representa, em síntese, a promoção de resultados esperados com o menor custo possível; é a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, deverá a administração indenizar o requerente, com base no menor valor dentre os 03 (três) apresentados nos autos.

Os danos ocasionados, bem como a sua descrição constam do menor orçamento (anexo), que integra este processo (fls.12 a 14), totalizando a importância de R\$ 490,00 (Quatrocentos e Noventa Reais).

Autorizada pela lei, pois, a possibilidade de resolução da questão extrajudicialmente, e arbitrado o valor da indenização, resta analisar-se os termos da decisão administrativa e do termo de acordo. Quanto a Decisão, preenche todos os requisitos legais e formais que lhe são peculiares, da mesma forma que o termo de acordo extrajudicial contém todos os pressupostos dos contratos, quais sejam:

Requisitos subjetivos: existência de duas ou mais pessoas; capacidade genérica das partes contratantes para praticar atos da vida civil; aptidão específica para contratar; consentimento das partes

contratantes.

Requisitos objetivos: dizem respeito ao objeto do contrato; a validade e eficácia do contrato, como um direito creditório, dependem da: a) licitude de seu objeto; b) possibilidade física ou jurídica do objeto; c) determinação de seu objeto, pois este deve ser certo ou, pelo menos, determinável; d) economicidade de seu objeto, que deverá versar sobre interesse economicamente apreciável, capaz de se converter, direta ou indiretamente, em dinheiro.

No caso em tela foi garantido ao requerente, a ampla defesa e o contraditório, onde sem qualquer restrição, pode defender seus direitos, que lhe são garantidos pela nossa Lei Maior, onde situa os destacados princípios conjuntamente em seu inciso LV, artigo 5.º: "Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com meios e recursos a eles inerentes;"

Ante o exposto, considerando meramente os aspectos jurídicos e formais apreciados, somos favoráveis PELA POSSIBILIDADE DO RESSARCIMENTO DOS DANOS MATERIAIS no veículo de propriedade do SR. VILSON BRISTOTTI (Requerente), através de acordo extrajudicial, tendo em vista a existência de legislação municipal própria, que endossa tal procedimento.

Igualmente, não se vislumbra óbice formal ou legal à manutenção dos termos, tanto da decisão administrativa, quanto do termo de acordo extrajudicial, nos moldes das respectivas decisões apresentadas.

Outrossim, deve ser providenciado processo administrativo de sindicância a fim de apurar a responsabilidade do funcionário que deu causa ao ocorrido, a fim de obter-se o reembolso ao Município pela indenização ora prestada, caso seja configurado dolo ou culpa de algum agente público.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 14 de novembro de 2016.

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Avaliação Indenizatória

Elaine de Matos Cabral Pereira  
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa  
Membro da Comissão

Claudete Maria Hermógenes  
Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira  
Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa  
Responsável pelos Processos Administrativos

Emilio Vieira  
Prefeito de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração e Logística

DECISÃO: Procedimento Administrativo nº 10/2017  
Requerente: Sr. Vilson Bristotti

## DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2017 - CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA

Publicação Nº 1457835

AUTOS: Procedimento Administrativo nº 16/2017

CONTRATO (S): Contrato PMN nº 089/2015 referente a Concorrência nº 39/2016

OBJETO: Não conclusão da Obra Jardim das Orquídeas

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação

REQUERIDO: Construtora Renascence LTDA - Epp, inscrita no CNPJ nº 10.786.502/0001-43 sediada na Rua Lourenço Durval Inocência, nº 177, Gravatá, Navegantes/SC.

**ASSUNTO:** Solicitação de instauração de Processo Administrativo para apuração do motivo pelo qual a empresa Construtora Renascence Ltda - Epp não concluiu a obra da Escola Municipal localizada no loteamento Jardim das Orquídeas através do Contrato nº 089/2016 e Contrato Aditivo nº 233/2016.

O presente processo foi instaurado após o despacho exarado da Secretaria de Administração (fl. 04) através do recebimento do Ofício nº 237/2017 encaminhado pela Secretaria de Educação.

Instruem os autos os seguintes documentos:

1. Termo de Abertura (fl. 02);
2. Juntada de Documentos para Instauração e seus Anexos (fl. 03)
3. Ofício nº 237/2017- assinado pela Secretária de Educação solicitando abertura de Processo Administrativo, recebido neste Departamento na data de 17/05/2017 (fl. 04)
4. Cópia da Comunicação Interna 298/2017 da Secretaria de Governo para a Secretaria de Educação com data em 12/05/2017 (fls. 05 a 07);
5. Cópia do Contrato PMN nº 089/2016 (fls. 08 a 22);
6. Cópia do Contrato PMN nº 233/2016 – 1º Termo Aditivo (fls. 23 e 24);
7. Comunicação Interna 01/2017 encaminhado ao Engenheiro Sr. Guilherme Matheus Hinning para que prestasse informações acerca da conclusão da obra Jardim das Orquídeas, com data em 28/07/2017 (fl. 25);
8. Comunicação Interna nº 491/2017 contendo resposta do Engenheiro Sr. Guilherme Matheus Hinning à CI nº 01/2017 recebido em 08/08/2017 (fls. 26 e 27);
9. Cópia do Ofício 337/2016 contendo a 1ª Notificação encaminhada à Empresa Construtora Renascence Ltda pela Secretaria de Governo com data em 16/09/2017 (fl. 28 e 29)
10. Cópia do Ofício 003/2016 contendo a 2ª Notificação encaminhada à Empresa Construtora Renascence Ltda pela Secretaria de Governo com data em 04/01/2017 (fl. 30 e 31)
11. Cópia da Notificação 02/2017 encaminhada a Empresa Construtora Renascence Ltda concedendo o direito à ampla defesa e ao contraditório para apresentar defesa acerca do PA nº 16/2017 (fl. 32 e 33);
12. Aviso de Recebimento – AR que comprova a entrega à Empresa Construtora Renascence Ltda em 29/09/2017 da Notificação 02/2017 (fl. 34);
13. Cópia da Portaria 1022 de 16 de março de 2017 instituindo a Comissão de Apuração de Inexecução Contratual (fl. 35);
14. Cópia da Comunicação Interna 72/2017 encaminhado ao Engenheiro Sr. Guilherme Matheus Hinning para que prestasse informações acerca da conclusão da obra Jardim das Orquídeas, com data em 28/07/2017 (fl. 36 e 37);
15. Comunicação Interna nº 653/2017 contendo resposta do Engenheiro Sr. Guilherme Matheus Hinning em resposta à CI nº 72/2017 (fls. 38 e 39);
16. Contranotificação da Empresa Construtora Renascence Ltda, recebida na data de 27/10/2017 (fls. 40 a 44);
17. Cópia da CI nº 78/2017 encaminhada a Secretária Municipal de Educação solicitando fotos da Escola Municipal Leonora Schimitz (fl. 45);
18. Ofício 629/2017 SME contendo resposta da Secretaria Municipal de Educação referente à CI nº 78/2017 (fls. 46 a 63).

## 1. DOS FATOS

A Secretaria Municipal de Educação solicitou em seu requerimento (fl. 04), abertura deste processo administrativo para apurar por qual motivo a Empresa Construtora Renascence Ltda - Epp, inscrita no CNPJ nº 10.786.502/0001-43, vencedora da Licitação na modalidade Concorrência nº 39/2016 – Contrato PMN nº 089/2016, que se estendeu até o 1º Termo Aditivo - Contrato PMN nº 233/2016, não concluiu a obra no prazo firmado. Tal contrato tinha por objeto:

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MURO DA ESCOLA MUNICIPAL LOCALIZADA NA RUA ENRIQUE JULIÃO, LOTEAMENTO JARDIM DAS ORQUÍDEAS, BAIRRO GRAVATÁ, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, SALDO REMANESCENTE DA CONCORRÊNCIA 124/2016, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO Nº 7558. ”

Depois de recebido o pedido da Secretaria de Educação, este departamento também encaminhou CI nº 01/2017 (fl. 25) ao Sr. Guilherme Matheus Hinning – Engenheiro responsável pela fiscalização da obra, para que informasse quais foram as providências tomadas pelo mesmo mediante aos fatos narrados e se haviam sido feitas as devidas notificações referentes ao atraso que ocasionou o não cumprimento do cronograma físico-financeiro, devendo fornecer, assim, provas que proporcionassem robustecer o referido processo administrativo.

A Secretaria de Governo (fls. 26 a 31) informou que foram emitidas duas notificações à referida empresa, sendo a 1ª Notificação datada em 16/09/2016 e a 2ª Notificação datada em 04/01/2017, porém a mesma não justificou os motivos pelos quais não estava cumprindo com o cronograma físico-financeiro da obra à nenhuma das notificações. Informou também que a lentidão da obra, era devido aos baixos valores mensais de medição e da necessidade de investimento da empresa na própria obra para a concretização dos serviços.

É o relato necessário.

## 1. DO DIREITO

A princípio, o presente processo tem por pretensão investigar acerca dos descumprimentos contratuais praticados por parte da Empresa CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA – EPP (aqui denominada contratada) pela não conclusão da obra Jardim das Orquídeas através do Contrato PMN nº 089/2016 e 1º Termo Aditivo - Contrato Aditivo nº 233/2016. Aos dias 17/05/2017 fora recebido neste Departamento de Processos Administrativos o Ofício nº 237/2017 (fl. 04) contendo a solicitação da Secretaria de Educação para que fossem tomadas as medidas cabíveis para apurar os motivos que levaram a contratada a não concluir a obra, o que gerou abertura deste.

O que deve estar insuflado no conhecimento de ambas as partes contratantes, deriva do termo romano “pacta sunt servanda” sendo o significado de sua expressão “os pactos devem ser cumpridos”, além deste também ser considerado como “Princípio da Força Obrigatória”. Nessa linha, o contrato administrativo é um negócio jurídico bilateral e comutativo, ajustado entre a Administração Pública e a empresa contratada, por meio do qual surgem obrigações e direitos para ambas as partes, devendo os mesmos serem cumpridos da maneira como foram firmados. As obrigações resultantes do ato contratual deveriam ter uma vida um tanto quanto passageira, pois quando são cumpridas, exaurem sua finalidade no campo social, mas em não sendo o caso (como vemos nos documentos anexados aos autos), geram penalidades moratórias e compensatórias.

Nessa senda, quando a contratada pratica uma infração contratual, a Administração por meio da abertura do devido Processo Administrativo (PA nº 16/2017), tem o dever de levantar os documentos comprobatórios que possam elucidar o ocorrido. Depois de recebido o Ofício da Secretaria de Educação, e sendo realizada a devida abertura do Processo Administrativo, para se dar seguimento processual à lume do direito, fora encaminhada Comunicação Interna nº 01/2017 (fl. 25) ao Engenheiro da Obra, o Sr. Guilherme Matheus Hinning, para que prestasse informações acerca da solicitação da Secretaria de Educação, no que tange aos procedimentos e providências adotados pelo mesmo, frente ao narrado pela Secretária da pasta.

Em resposta à Comunicação Interna nº 01/2017, a Secretaria de Governo informou que de pronto, ao identificar e apurar possíveis



infrações administrativas cometidas pela contratada, referente à demora na execução do projeto, o que possivelmente causaria atrasos na sua entrega, o Fiscal do contrato decidiu por encaminhar a 1ª Notificação (fls. 28 e 29) na data de 16/09/16, a qual determinava que a empresa retomasse imediatamente o cronograma físico, por se tratar de procedimento técnico implícito no contrato quanto a questão do prazo contratual (entretanto, não constam nos autos do processo nenhuma justificativa do motivo pelo qual a contratada não estava cumprindo com o cronograma).

Pelo visto, observou-se que a 1ª notificação não surtiu qualquer efeito, mostrando-se frustrada, pois a empresa continuou a apresentar atrasos na obra bem como paralisação dos serviços, sendo que tais fatos restaram confirmados através de visita técnica in loco do Engenheiro Fiscal da Obra o Sr. Guilherme Mateus Hinning, o que gerou o encaminhamento da 2ª Notificação (fls. 30 e 31) na data de 04/01/17 para a contratada, para que a mesma retomasse novamente com o cronograma físico, sendo que da mesma forma como quando da 1ª notificação, esta não obteve resposta.

Certamente haveria o atraso para conclusão da obra, já que de acordo com a Secretaria de Governo (fl. 05), a contratada apresentou um pedido na data de 17 de março de 2017 para realização de um 2º Termo Aditivo para extensão do prazo para entrega da referida obra. No entanto, ao considerar a lentidão da obra, bem como os baixos valores mensais de medição e de investimento da empresa na própria obra para a concretização dos serviços, correndo o risco de não concluir os serviços contratados mesmo sendo aditado o prazo, decidiu a Secretaria de Governo em não aditar o prazo contratual pela segunda vez, o que ocasionou o término do Contrato. Foram estes os fatos alegados pela Secretaria de Governo em resposta ao ofício nº 240/2017 da Secretaria de Educação. Vale ressaltar, que a prerrogativa de encerrar a relação jurídico-contratual invocou-se por motivos de inadimplemento contratual por parte da contratada.

Depois de finalizados os trâmites internos para obtenção de mais informações que pudessem elucidar o ocorrido e robustecer o presente, fora encaminhada a Notificação nº 02/2017 na data de 27/09/2017 à empresa Construtora Renascença Ltda - Epp, oportunizando assim à referida empresa, no prazo de 5 dias úteis, o direito de elucidar sua versão acerca dos fatos ocorridos (tal Notificação teve sua data de recebimento em 29/09/17 pela Sra. Elisandra Fernandes Ribeiro).

Portanto, a resposta da Notificação 02/2017 somente fora recebida por este departamento na data de 27/10/2017 (quase um mês após a ciência da contratada), em descumprimento ao que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal que fundamentada a Lei nº 8.666/93 onde em seu artigo 87 § 2º, está estabelecido o prazo para que seja apresentada a defesa prévia do interessado, a seguir transcrito:

"Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. "

Cumprido destacar, que embora a Contranotificação tenha sido protocolada em prazo intempestivo, esta comissão apreciou-a (fls. 40 a 44). No referido documento a Contratada relata alegando a incompatibilidade da Planilha de Orçamento da Administração Pública com real necessidade da obra em relação aos serviços que precisavam ser executados e que não foram contemplados pela Licitação, bem como ter decorrido o período de mais de 04 (quatro) meses pela espera de definições da Administração Pública para solução legal de alguns problemas ou ainda os altos e permanentes índices de precipitação (chuvas) que ocorreram durante longo período. Porém, a contratada não evidenciou com documentos ou provas que pudessem dar veracidade acerca do que descreveu na sua Contranotificação. Faz-se forçoso lembrar que a prova tem

um sentido objetivo, qual seja, demonstrar o fato e sua veracidade; e um subjetivo, de convencer o interlocutor a quem a prova é destinada de que se trata de prova confiável, digna de credibilidade. Assim, o direito à prova é uma garantia inerente ao contraditório e a ampla defesa. Essa garantia abarca não só o direito do interessado de realizar a produção de provas, mas também de ter as alegações contra ele formuladas, provadas, porque como bem consta nos autos do processo, não houve em nenhum momento resposta da empresa, referente às notificações recebidas. Tais provas poderiam excluir a culpa da contratada pelo descumprimento das cláusulas contratuais existentes no Contrato PMN nº 089/2016 quanto ao prazo e entrega do objeto avençado, e garantiriam a esta comissão visualizar com maior clareza os fatos alegados, evitando que o processo administrativo focasse apenas na própria Administração e no ato administrativo. Neste sentido, cabe aqui transcrever a lição de Demian Guedes:

O posicionamento doutrinário mais antigo sempre foi no sentido de que a presunção de veracidade dos atos da Administração Pública transfere ao particular não apenas o ônus de impugná-lo, mas também o de fazer prova de sua invalidade ou inveracidade (GUEDES, Op. cit., p. 103).

Nesse diapasão, buscou-se respeitar o direito ao contraditório e à ampla defesa (Por ampla defesa compreende-se todos os recursos, meios e provas, colocados à disposição do indivíduo, judicial ou administrativo, para defesa de seus interesses legítimos) sendo que tais princípios se encontram pautados na Constituição Federal no artigo 5º inciso LV, garantindo-se assim às partes envolvidas, os meios e recursos a eles inerentes, neste procedimento administrativo, sendo esta a posição adotada pela jurisprudência através do Relatório da Ministra Ellen Gracie, RMS 24.823/DF - DJU 19.05.2006 emitido pelo Supremo Tribunal Federal.

No entanto, diferente da Contratada, a Secretaria Municipal da Educação em resposta a CI nº 78/2017 (fl. 45) encaminhada no dia 06/11/2017, demonstrou através de registros fotográficos (fls. 47 a 54) a real situação em que se encontra a Escola Municipal Leonora Schimitz. Consta na mesma relatos da Diretora da Unidade Escolar (Sra. Tereza de Fátima Scavacini) acerca dos transtornos e dos riscos iminentes sofridos pelos alunos e funcionários do local referente aos serviços elétricos de baixa qualidade executados pela contratada (pelo menos da parte que fora feita, já que de acordo com a Diretora haviam vários pontos em que sequer haviam fiação, interruptor ou lâmpadas). Não bastando os problemas elétricos sofridos, outras fotos foram anexadas no Relatório 53/2017 (fls. 55 a 63) que acentuam os problemas cotidianos a se vencer, referente ao ginásio de esportes que se encontra incompleto, bem como a falta de um portão lateral no muro da escola (já que foram colocados pedaços de madeiras escoradas), pátio contendo calçamento incompleto, vários corredores que se encontram sem a devida grade de proteção para escoamento de água/esgoto, assim como os laboratórios de informática e ciências que se encontram inacabados (podendo observar várias ferragens expostas, bem como bancadas inacabadas ou sem revestimento), dentre outros problemas relatados.

Cabe lembrar, que embora a Secretaria de Governo tenha encaminhando duas notificações a contratada, através da pessoa do Sr. Guilherme (Engenheiro e fiscal do contrato), e as mesmas sequer tenham sido respondidas, perdurando as infrações, negando-se assim o pedido da contratada pelo 2º aditivo de prazo contratual e ocasionando assim o término da relação contratual entre a contratada e este Ente Municipal, não constam em nenhum momento nos autos deste processo quais foram as medidas tomadas pela Secretaria de Governo, no que tange às penalidades que deveriam ser aplicadas em face da contratada, pela desídia, pelo descaso e pelo descumprimento contratual.

Frente ao caso, não pode este Ente Municipal ficar inerte, devendo ser tomadas as medidas necessárias para a correta aplicação do Direito em virtude do princípio da indisponibilidade do interesse público, onde as sanções administrativas devem ser aplicadas respeitando-se o interesse público, o qual é indisponível. Não pode



a Administração Pública ser privada de perseguir o seu objetivo principal, o interesse público, ao qual é submetido o contrato administrativo. Devendo então este presente PA aplicar as sanções cabíveis referentes as inexecuções e infrações contratuais cometidas pela contratada, no tocante aos itens 3.1 § único, 4.2, 7.1, 9.1, 9.2 do Contrato PMN – nº 089/2016, bem como os descumprimentos do que versa a Lei nº 8666/93, nos seus artigos 66, 86 e 87.

A bem ver, o capítulo IV da Lei de Licitações estabelece as sanções administrativas a serem aplicadas à contratada e reconhece o cabimento de multa contratual na hipótese de atraso no cumprimento das obrigações previamente estabelecidas não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato ou decida por terminá-lo e aplique as sanções previstas em Lei. Vejamos o que dispõe a Lei de Licitações e Contratos Administrativos em seus artigos 86 e 87:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo

Foi com este enquadramento que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná considerou lícita a prática da rescisão contratual, bem como a aplicação das penalidades previstas no objeto contratual. Então vejamos:

TJ-PR - Mandado de Segurança MS 1744934 PR Mandado de Segurança (OE) 0174493-4 (TJ-PR)

Data de publicação: 25/11/2005

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA - ARTIGO 1º DA LEI Nº 1.533 /51 - LICITAÇÃO - EMPRESA QUE NÃO CUMPRIU A AVENÇA CONTRATADA - RESCISÃO CONTRATUAL E APLICAÇÃO DE MULTA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - LEGALIDADE - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO - PRELIMINAR DE

ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA - DECISÃO UNÂNIME. - Na ação mandamental é necessária a comprovação de plano e de forma indubitosa do direito invocado. - É lícito à Administração Pública rescindir contrato firmado com particular e lhe aplicar multa nele prevista se não forem cumpridas as obrigações contratuais no prazo e forma estabelecidos. - A empresa vencedora do certame licitatório responde pela execução total do contrato, notadamente quando não há relação entre a ente público e a subcontratada. (Grifo nosso)

Nesta mesma linha, se manifestou o Superior Tribunal de Justiça considerando a inexecução total do contrato como incontroversa, sendo que a mesma decorreu da não observância das obrigações da empresa contratada. É o que segue:

STJ - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA RMS 45524 RS 2014/0108243-9 (STJ)

Data de publicação: 24/02/2016

Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO E CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL. RESCISÃO UNILATERAL E APLICAÇÃO DE MULTA. PREVISÃO NA LEI E NO CONTRATO ADMINISTRATIVO. LEGALIDADE DO ATO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1. Recurso ordinário interposto contra acórdão que denegou a segurança à insurgência mandamental intentada em face da aplicação de multa por inexecução de contrato administrativo; a recorrente apenas postula a minoração da multa aplicada, de 10% (dez por cento) para 5% (cinco por cento). 2. Os autos informam que o ato atacado é a aplicação da multa de 10% (dez por cento) em razão da inexecução total do contrato administrativo, com fulcro nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93 e na cláusula 17.1.12, "c", do contrato (fl. 44). 3. No caso concreto, a inexecução total do contrato é considerada como incontroversa e decorreu da não observância das obrigações da empresa contratada; a inexecução total do contrato administrativo não outorgou outra opção à Administração Pública que não a rescisão unilateral e a aplicação da penalidade prevista no contrato inadimplido, a qual, nos termos da cláusula 17.1.12, "c" (fl. 44, e-STJ), é de 10% (dez por cento). Recurso ordinário improvido.

Entretanto, é fundamental se atentar à finalidade da norma, que definitivamente não pretende prejudicar a contratada, devendo-se observar a comutatividade da avença, pois não é de interesse do Poder Público captar proveitos econômicos, e sim buscar a devida aplicação da mora contratual com percentuais de multa estabelecido no Contrato PMN nº 089/2016, correspondentes ao inadimplemento verificado, já que o referido contrato fora encerrado sem a devida conclusão e entrega total do objeto licitado.

Por todo o exposto, com intuito de não se manter inerte frente ao dano causado ao erário, esta deve sempre refletir a prova material indiscutível, razoável e legal, bem como a proporcionalidade, obrigatoriamente presentes nos atos praticados pela Administração Pública, considera-se essencial a aplicação de multa no presente caso.

Ademais, é fundamental ainda, que não se perca de vista o caráter finalístico da norma, apurando-se também os fatos ou ocorrências que possivelmente foram praticados por esta Administração através da abertura do competente Processo de Sindicância para apurar quem deu causa a possíveis irregularidades na elaboração do projeto, no tocante a incompatibilidade da planilha de orçamento da Administração Pública com a real necessidade da obra, que porventura podem ter originado o eventual atraso ou inadimplemento, pelo que alegou a contratada.

A possibilidade de falha ou erro nos cálculos do projeto, omitindo dados importantes na elaboração do edital da licitação e do contrato firmado entre este Ente Municipal e a contratada deve ser apurada. Trata-se de serviços cotidianos da Administração Pública e geram responsabilidade ao gestor, razão pela qual exigirá a imediata apuração de responsabilidade.

Desta forma, diante do que foi exposto, com fundamento na legislação, doutrina e jurisprudências dos Tribunais pátrios, bem como

nos princípios basilares da Administração Pública, esta comissão passa a decidir.

## 2. DA DECISÃO

Em face dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a esta Comissão para deliberação, decide esta Administração que:

2.1. Foi oportunizado à Empresa Construtora Renascence Ltda – Epp, o direito à ampla defesa e ao contraditório, contudo não restou comprovado na sua defesa a inocência da mesma, pela carência de provas, frente aos descumprimentos das cláusulas contratuais e editalícias, tomando este Ente Público como verdadeiros os fatos alegados pelo fiscal do contrato e pela Secretaria de Governo;

2.2. O valor total do contrato firmando entre este Ente Municipal e a Contratada foi de R\$ 868.326,18 (oitocentos e sessenta e oito mil, trezentos e vinte e seis reais e dezoito centos). Sendo que até o término do prazo contratual só fora executado pela referida empresa o correspondente à 62,34% do total da obra, (avaliado em R\$ 541.304,58 (quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos) pelo Engenheiro o Sr. Guilherme Matheus Hinning) deixando assim um saldo remanescente de R\$ 327.021,59 (trezentos e vinte e sete mil vinte e um reais e cinquenta e nove centavos) referente aos 37,66% faltantes para conclusão total da obra;

2.3. As cláusulas desrespeitadas do Contrato PMN – nº 089/2016, foram: os itens 3.1 e seu § único, e os itens 4.2, 7.1, 9.1, 9.2, com fundamento no alegado pelo fiscal do contrato Sr. Guilherme Matheus Hinning e pela Secretaria de Governo, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos bem como a Supremacia do Interesse Público. Ante todo exposto, com base na lei 8.666/93 nos artigos 86 e 87, que prevê multa conforme o que está firmado no referido contrato nos itens: 12.3, 12.4 e 12.5, será aplicado multa de 20% sobre o valor total do contrato, pois não foram satisfeitas as exigências técnicas, o que ocasionou a inexecução parcial e descumprimento das obrigações firmadas com este Ente Municipal;

2.4. Assim decide esta comissão, pela APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, BEM COMO DE MULTA DE 20% SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO. A multa será representada através de Boleto no valor de R\$ 173.665,23 (CENTO E SETENTA E TRES MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS) que será enviado com AR para a Empresa Construtora Renascence Ltda – Epp, e também estará disponível na Secretaria de Administração, com prazo para pagamento em até 30 dias, a contar da publicação desta Decisão; Se for de interesse e economicidade desta Administração resguarda-se, o Direito a abater o valor da multa em compensação aos valores que por acaso o contratante tenha a receber deste Ente público, gerando apenas o direito de receber a diferença, se assim for constatado;

2.5. Quanto ao restante corresponde aos 37,66% faltantes para conclusão total da obra, indicamos em caráter de urgência que seja realizada uma nova licitação, para que a obra da Escola Municipal localizada no Loteamento Jardim Das Orquídeas, no Bairro Gravatá, seja concluída em decorrência da necessidade de atender os alunos da rede municipal de ensino que não podem ser lesados pela negligência ou ato de irresponsabilidade da contratada, já que a finalização da obra é de suma importância para que este ente público possa garantir a segurança dos alunos e dos funcionários que se encontram no local;

2.6. Indicamos, ainda, a abertura do Processo Administrativo de Sindicância competente para apurar quem deu causa a possíveis irregularidades na elaboração do projeto, no tocante à incompatibilidade entre a planilha de orçamento da Administração Pública e a real necessidade da obra, que porventura deram origem ao atraso ou inadimplemento por parte da contratada.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 06 de novembro de 2017.

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio  
Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto  
Membro da Comissão

Nelson da Cunha  
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa  
Membro da Comissão

Anna Claudia Gaya Costa  
Responsável pelos Processos Administrativos

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira  
Corresponsável pelos Processos Administrativos

Emílio Vieira  
Prefeito de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração e Logística

DECISAO: Procedimento Administrativo nº 16/2017  
CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA

## DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2017 - ROQUE HAAS

Publicação Nº 1457840

AUTOS: Procedimento Administrativo nº 38/2017

CONTRATO (S): Contrato nº 286/2012 decorrente da Dispensa de Licitação nº 180/2012.

OBJETO: Locação de imóvel, situado à Rua João Denir Benassi nº 556 – Bloco 2, Nossa Senhora das Graças, no município de Navegantes/SC, sendo um galpão comercial com aproximadamente 380m² usado para sediar a subprefeitura do Bairro Nossa Senhora das Graças.

REQUERENTE: Roque Haas, portador do RG nº 903.603-2/SC e CPF nº 469.372.699-00, residente e domiciliado à rua comandante João Denir Benassi, 556, Nossa Senhora das Graças, no município de Navegantes/SC.

ASSUNTO: Solicitação de pagamento pelo período em que o município ocupou indevidamente o imóvel em decorrência da demora quanto a entrega das chaves.

O documento de fl. 03 deflagrou o presente procedimento, requerendo o que segue: "Considerando que a entrega das chaves foi entregue intempestivamente, o Sr. Roque Haas através de requerimento solicita o pagamento dos aluguéis deste período, pois ficou impossibilitado de relocar, pois a vigência do contrato encerrou em 30/04/17, conforme 4º Termo Aditivo 310/2016 do Contrato 286/2012. "

Instruem os autos os seguintes documentos:

1. Termo de Abertura (fl. 02);
2. Comunicação Interna – Secretaria de Obras nº 366/17 rmc (fl. 03);
3. Recibo de Entrega de Chave com data em 03/08/2017 (fl. 04);
4. Cópia do Requerimento - (fl.05);
5. Cópia da Carteira de Identidade e do Comprovante de Residência do Sr. Roque Haas (fl.06);
6. Ofício nº 37/2017 encaminhado ao Sr. Roque Haas informando da desocupação do imóvel e da respectiva manutenção e entrega das chaves, com data em 03/03/2017 (fl. 07);
7. Extrato de 02/02/2003 até 10/01/2017 da Recicle Catarinense de Resíduos Ltda (fl. 08);
8. Cópia do Ofício nº 76/2017 da Secretaria de Obras encaminhado à Secretaria de Administração (fl. 09);
9. Cópia do Contrato nº 286/2012 (fls. 10 a 14);
10. Cópia do Contrato nº 310/2016 – 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 286/2012 (fls. 15 e 16);
11. Cópia do Termo de Apostilamento (fl. 17);
12. Cópia da CI nº 65/2017 que o Departamento de Processos

Administrativos encaminhou a Secretaria de Obras com data em 04/10/2017 (fls. 18 e 19);

13. Resposta da Secretaria de Obras através da CI nº 539/2017 rmc com data de recebimento em 03/11/2017 (fls. 20 a 24).

## 1. DOS FATOS

O Sr. Roque Haas, portador do RG nº 903.603-2/SC e CPF nº 469.372.699-00, denominado locador conforme apresentado no processo de Dispensa de Licitação nº 180/2012 e que gerou a assinatura do Contrato nº 286/2012, cujo objeto é:

“Locação de 01 (um) terreno medindo 380m<sup>2</sup>, edificado com um galpão com aproximadamente 280m<sup>2</sup> a ser utilizado pela Secretaria de Obras para sediar a Subprefeitura do bairro Nossa Senhora das Graças sendo o mesmo localizado situado à Rua João Denir Benassi nº 556 – Bloco 2, Nossa Senhora das Graças no município de Navegantes/SC”.

Protocolou requerimento no dia 26 de junho de 2017, nesta Secretaria de Administração e Logística, informando que até a data da apresentação do mesmo, a Secretaria Municipal de Obras não havia feito a formalização da entrega das chaves do imóvel. A chave se encontrava ainda sob a posse da referida Secretaria, mesmo após o término da vigência contratual, pois havia necessidade da realização de reparos/reforma, para que então fosse feita a formalização da entrega das chaves. De acordo com o Sr. Roque, tal reforma havia acabado em 24 de junho de 2017. O mesmo pediu que fosse feito o pagamento referente a dois meses, e anexou os documentos que comprovaram os fatos.

É o relato necessário.

## 2. DO DIREITO

A princípio, o presente processo tem por pretensão investigar acerca da possibilidade de pagamento referente a dois meses de aluguel, após o término da vigência do Contrato nº 286/2016 – Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 286/2012, pelo fato da entrega das chaves ter se dado intempestiva, em virtude da necessidade de reparos do imóvel situado à Rua João Denir Benassi nº 556 – Bloco 2, Bairro Nossa Senhora das Graças, neste município, o qual é de propriedade do Sr. Roque Haas, aqui denominado requerente (fls. 05). Nessa senda, quando observadas possíveis infrações contratuais, a Administração por meio da abertura do devido Processo Administrativo (PA nº 38/2017), tem o dever de levantar os documentos comprobatórios que possam elucidar o ocorrido, a fim de verificar se é devido e de direito o pagamento que pleiteia o requerente, bem como apurar a responsabilidade de quem deu causa ao ocorrido, por possível ato de negligência, omissão em observância aos prazos para realização formal da entrega das chaves ao fim da vigência contratual, o que gerou a utilização do imóvel pelo período de dois meses sem abrangência contratual.

Para dar seguimento processual à lume do direito, ao dia seguinte do recebimento do pedido (fl. 05), 27/06/2017, a Secretária de Administração, a Sra. Karlile Cugnier, despachou o requerimento ao subprefeito para que o mesmo prestasse esclarecimentos, já que o referido imóvel era usado para sediar a Subprefeitura do bairro nossa senhora das graças. No entanto, tal resposta, fora recebida somente dia 04 de agosto de 2017, através da CI nº 366/17 rmc advinda da Secretaria Municipal de Obras (fl. 03). O mesmo comunicava que a entrega das chaves ocorrera na data de 11/07/17, em decorrência das melhorias em que a Secretaria Municipal de Obras estava fazendo para entregar o imóvel nas mesmas condições em que recebera ao início do contrato. Fora solicitado informações de como proceder frente ao pedido do Sr. Roque Haas pelo pagamento do período do término do contrato (30/04/2017 até a entrega das chaves na data de 11/07/17) já que o proprietário do imóvel ficou impossibilitado de locar, gerando prejuízo assim para o mesmo. No entanto, nos documentos anexados fora observado divergências

nas datas de entrega do imóvel, já que através do Ofício nº 76/2017 encaminhado pelo Secretário de Obras em 02/05/2017 (fl. 09) poderia haver a possibilidade da entrega do mesmo antes do prazo alegado pelo requerente. Mediante ao observado, encaminhamos Ofício à Secretaria de Obras (fls. 18 e 19) para que fossem esclarecidas as questões de divergência entre as datas. O mesmo fora respondido em 01/11/2017 (fls. 20 a 24), informando que a data real da entrega das chaves correspondia ao dia 11/07/2017. Relatou também que a demora na entrega das chaves deu-se na constatação após a vistoria, da necessidade de pintura, porém na época a Secretaria de Obras não tinha licitação homologada para aquisição das tintas.

Assim, mesmo que a demora na entrega das chaves tenha sido justificada pela Secretaria de Obras, não se deve esquecer que a lei do inquilinato, nº 12.112/2009, institui vários direitos e deveres ao locador e locatário, pelo fato dos contratos de locação, possuírem prazo determinado para seu encerramento. Desta forma, sempre que a administração pública (secretarias e setores competentes) se aproximam do término contratual, as mesmas tem o dever, em se atentar sobre alguns detalhes quanto à entrega do imóvel. É o que traz o artigo 23 da referida lei, vejamos:

O locatário é obrigado a:

(...)

III - restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

V - realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, familiares, visitantes ou prepostos;

VI - não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do locador;

VII - entregar imediatamente ao locador os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, locatário;

VIII - pagar as despesas de telefone e de consumo de força, luz e gás, água e esgoto;

IX - permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27; (...).

Além do mais, tal obrigação é cláusula implícita no contrato firmado entre esta municipalidade e o requerente através do item de n. 7 do contrato de locação (fl. 12), já que ao fim do Contrato de Locação nº 310/2016 (Quarto Termo Aditivo), a Secretaria de Educação deveria fazer a entrega do bem nas mesmas condições em que o recebeu (vistoria final), formalizando assim, o fim da obrigação de pagamento de aluguel e demais encargos por meio de documento escrito. Só a devida entrega das chaves põe fim à relação locatícia, sendo devida a obrigação de pagamento do aluguel e demais encargos, referente ao período que sucedeu a extinção contratual, em decorrência da Secretaria de Obras ainda se encontrar sob o domínio do bem.

Nessa linha, tem-se que nos contratos de execução continuada ou diferida, impõe-se ao contratado o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo. Não existe uma ação específica ou definida cuja execução libera o devedor. São exemplos os contratos para conservação e limpeza, vigilância e locação de imóvel, como é o caso dos autos. Tentar valer-se da premissa de que não havia contrato para que fosse efetuado o pagamento do mesmo no período dos meses de maio e junho, ensinaria por si só no locupletamento sem causa do Poder Público, já que o imóvel ainda se encontrava em uso por parte da Secretaria de Obras, presume-se, assim, prorrogada tacitamente a locação pelo mesmo valor do aluguel anteriormente pago.

Nesse sentido já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça, afirmando que a locação realizada por Empresa Pública não escapa dos preceitos do Direito Público:

STJ - RECURSO ESPECIAL RESP 1012815 MG 2006/0235306-6



(STJ)

Data de publicação: 13/05/2008 Ementa: CIVIL. INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE BEM. RESCISÃO DO CONTRATO. DEVOLUÇÃO DO BEM. DESNECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO. Findo o prazo do contrato, se o locatário continuar na posse da coisa, o contrato é prorrogado tacitamente, nos mesmos termos convencionados.

No mesmo sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e do Distrito Federal, a seguir transcrito:

TJ-MA - APELAÇÃO CÍVEL AC 27412011 MA (TJ-MA)

Data de publicação: 23/05/2011

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. PODER PÚBLICO. IMÓVEL PARTICULAR. FUNCIONAMENTO DE ESCOLA. PERMANÊNCIA DO LOCATÁRIO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO LOCACIONAL. AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO DO LOCADOR. PRORROGAÇÃO TÁCITA. ALUGUÉIS DEVIDOS PELO MESMO VALOR CONTRATADO. AÇÃO DE COBRANÇA PROCEDENTE. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRINCÍPIO DA MORALIDADE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR RAZOÁVEL. MANUTENÇÃO. I - Descabe falar em prescrição se os valores cobrados ao Poder Público decorrem de fatos verificados antes de ultimado o quinquênio do Decreto no 20.910 /32. Preliminar rejeitada. II - Se, findo o prazo da locação, o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo aluguel. III - Comprovada a utilização, pelo Estado-membro, de imóvel particular como escola de ensino médio, e inexistindo prova do pagamento respectivo, deve a Administração quitar os aluguéis devidos, sob pena de se permitir o locupletamento sem causa do Poder Público e consequente afronta ao princípio da moralidade administrativa. IV - O termo inicial dos juros de mora deve ser a data da citação, e, para a correção monetária, a data em que deveriam ter ocorrido os pagamentos. V - Vencida a Fazenda Pública, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, que levará em conta os critérios das alíneas do § 3º do art. 20 do CPC, não estando adstrito aos limites percentuais de 10% a 20% previstos no caput do § 3º, podendo, ainda, adotar como base de cálculo tanto o valor da causa quanto o da condenação ou, ainda, valor fixo. VI - Apelação desprovida

TJ-DF - Apelação Cível APL 937498720098070001 DF 0093749-87.2009.807.0001 (TJ-DF)

Data de publicação: 14/06/2012 Ementa: EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. PRORROGAÇÃO TÁCITA. EFICÁCIA EXECUTIVA. I - O CONTRATO DE LOCAÇÃO CONSIGNOU EXPRESSAMENTE A APLICABILIDADE DOS ARTS. 56, PARÁGRAFO ÚNICO, E 57 DA LEI 8.245/91, POSSIBILITANDO A PRORROGAÇÃO TÁCITA E SEM PRAZO DETERMINADO DO CONTRATO SE, FINDA A SUA VIGÊNCIA, NÃO FOR FORMALIZADO TERMO ADITIVO. II - O CONTRATO DE LOCAÇÃO, AINDAQUE PRORROGADO TACITAMENTE, É DOTADO DE EFICÁCIA EXECUTIVA, NOS TERMOS DO ART. 585, INC. V, DO CPC, TENDO EM VISTA A LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO. III - APELAÇÃO DESPROVIDA.

Portanto, em tendo sido fornecido um bem ao Poder Público, este fato gera consequências jurídicas, principalmente em se tratar de Contratos de Locação, pois mesmo acabando o prazo ajustado, se o locatário ainda estiver com a posse do imóvel, perdurará o vínculo obrigacional, sendo devido o pagamento referente aos dias de utilização do imóvel, de acordo com § 1º do artigo 46 da lei no 8.245 que versa:

§ 1º Findo o prazo ajustado, se o locatário continuar na posse do imóvel alugado por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação por prazo indeterminado, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

O que deve estar insuflado no conhecimento de ambas as partes contratantes é que o contrato firmado administrativamente é um

negócio jurídico bilateral e comutativo, ajustado entre a Administração Pública e o contratado, por meio do qual surgem obrigações e direitos para ambas as partes, devendo os mesmos serem cumpridos da maneira como foram firmados, é o que referencia o artigo 66 da Lei 8.666/93, a seguir transcrito:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As obrigações resultantes do ato contratual deveriam ter uma vida um tanto quanto passageira, pois quando são cumpridas, exaurem sua finalidade no campo social, mas em não sendo o caso (como vemos nos documentos anexados aos autos), geram a responsabilização pelo dano material, já que em decorrência da demora na entrega formal do imóvel o requerente ficou impossibilitado de locá-lo para terceiros.

Sendo assim, analisada toda a documentação acostada aos autos, considerando o que consta na CI Secretaria de Obras nº 366/17 rmc (fl. 03; fl. 20), que atestou que a vigência do contrato de aluguel encerrou-se em 30/04/17, no entanto a entrega formal das chaves (vistoria) ocorreu somente em 11/07/17, testificado através do recibo de entrega das chaves emitido pelo Sr. Roque Haas com data em 03/08/2017 (fl. 04) deve-se, portanto considerar a eventual demora no que tange a formalização da devolução das chaves (vistoria) ao requerente, não podendo servir de argumento ao descumprimento de obrigação que inegavelmente cabe ao Município, através da Secretaria de Obras, pelo fato do contrato não estar mais em vigência.

Para tanto, recebida a prestação executada pelo contratado, não pode a Administração se locupletar indevidamente e ao argumento do não cumprimento contratual, haja vista que o Locador cumpriu todas as cláusulas do Contrato fielmente, honrando com suas obrigações. De todo modo, depois de reconhecida a dívida como positiva, com a correta classificação contábil da despesa, o administrador deverá levar em consideração os preceitos legais da despesa pública, no tocante ao pagamento pela utilização do imóvel referente aos meses pleiteados sem abrangência contratual, o qual terá natureza indenizatória, sob pena de ser a ele atribuído o enriquecimento ilícito.

Nesse diapasão, buscou-se respeitar o direito ao contraditório e à ampla defesa (Por ampla defesa compreende-se todos os recursos, meios e provas, colocados à disposição do indivíduo, judicial ou administrativo, para defesa de seus interesses legítimos) sendo que tais princípios se encontram pautados na Constituição Federal no artigo 5º inciso LV, garantindo-se assim às partes envolvidas, os meios e recursos a eles inerentes, neste procedimento administrativo, sendo esta a posição adotada pela jurisprudência, através do Relatório da Ministra Ellen Gracie, RMS 24.823/DF - DJU 19.05.2006 emitido pelo Supremo Tribunal Federal.

Ademais, é fundamental ainda, que não se perca de vista o caráter finalístico da norma, apurando-se também os fatos ou ocorrências que possivelmente foram praticados pela Secretaria de Obras, através da abertura do competente Processo de Sindicância para apurar quem deu causa a possível omissão ou demora quanto à entrega formal das chaves do imóvel, com a realização de vistoria, ter se dado 02 (dois meses) após o término da vigência contratual, devendo se aplicar as penalidades legais cabíveis. Trata-se de serviços cotidianos da Administração Pública e geram responsabilidade ao gestor, razão pela qual se exigirá a imediata apuração de responsabilidade.

Por todo o exposto, através dos documentos acostados aos autos, visto o uso de forma ininterrupta do imóvel locado por este Ente público para sediar a Subprefeitura do Bairro Nossa Senhora das Graças, que encontra-se localizado na Rua João Denir nº 556 - Bloco 02, no bairro Nossa Senhora das Graças, neste Município, e com intuito de não se manter inerte frente ao dano causado ao requerente, esta decisão reflete a prova material indiscutível, razoável e legal, bem como a proporcionalidade, obrigatoriamente presentes

nos atos praticados pela Administração Pública. É inegável que o requerente tem direito ao pagamento dos meses pleiteados, frente à natureza indenizatória, em decorrência dos danos materiais sofridos

Desta forma, deve o processo administrativo se desenvolver dentro de uma ordem lógica e cronológica razoável, a fim de atingir seu objetivo maior, que é a resolução do conflito com justiça. Na busca pelo processo justo e pela decisão adequada e efetiva do que é de direito, com fundamento na legislação, doutrina e jurisprudências dos Tribunais pátrios, bem como nos princípios basilares da Administração Pública, esta comissão passa a decidir.

#### 1. DA DECISÃO

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a esta Comissão para deliberação, decide esta Administração que:

2.1 Ficou apurado por esta comissão que o requerimento (fl. 05), do Sr. Roque Haas (pagamento de 02 meses de utilização do imóvel utilizado como sede da subprefeitura do bairro Nossa Senhora das Graças) é realmente devido ao locador, conforme documentos que instruem os presentes autos (fls. 02 a 24);

2.2 Não pode esta Administração gerar prejuízo físico – financeiro ao Locador no que tange a pagar o que lhe é devido. Deve, entretanto, para tanto, ser apurada a responsabilidade da Secretaria de Obras, quanto à demora pela formalização do Termo de Vistoria (entrega das chaves) do imóvel pertencente ao requerente, tendo excedido 02 (dois) meses após o término da vigência contratual, gerando danos ao Erário, através de Processo Administrativo de Sindicância;

2.3 Frente à Comunicação Interna nº 366/17 rmc, encaminhada pela Secretaria de Obras em conjunto com o Recibo de Entrega das Chaves emitido pelo requerente, evidenciando a data da entrega formal das chaves ter se dado em 11/07/2017, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente público em garantir a supremacia do interesse público frente à Legislação Vigente conforme artigo 66 da Lei 8.666/93, e Contrato nº 286/2016 – e seu Quarto Termo Aditivo: Contrato 310/2016, firmados com o Locatário, notadamente o item 7 do contrato 286/2012 (fl. 12), bem como o artigo 22 da Lei 8.245/91, entende esta Comissão que é dever pagar ao Locador o Referido Aluguel e providenciar a apuração quanto à não realização dos pagamentos em tempo hábil à sua liquidação;

2.4 Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela POSSIBILIDADE do pagamento do saldo pendente no valor de R\$ 7.693,04 (sete mil, seiscentos e noventa e três reais e quatro centavos), relativo ao uso do imóvel pelo período de 02 meses de locação após o término da vigência do Quarto Termo Aditivo (fls. 15 e 16), Contrato PMN nº 286/2012 (fls. 10 a 14), julgando PROCEDENTE o pedido formulado pelo Locador Sr. Roque Haas do PA nº 38/2017, não podendo o Município furtar-se à obrigação de pagar o valor correspondente, sob pena de configurar enriquecimento sem causa;

2.5 Cabe frisar que poderia a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidade ao contratado descumpridor, se fosse o caso. Todavia a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna;

2.6 Sendo assim, mediante esta Decisão Administrativa, segue após a publicação, toda documentação necessária para o Departamento Financeiro e Departamento de Sindicância para as medidas cabíveis, não podendo esta Administração causar prejuízo ao Locador, pois o mesmo cumpriu todas as cláusulas contratuais previstas na Locação do referido imóvel.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 28 de Novembro de 2017.

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio  
Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto  
Membro da Comissão

Nelson da Cunha  
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa  
Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira  
Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa  
Responsável pelos Processos Administrativos

Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração e Logística

DECISÃO: Procedimento Administrativo nº 038/2017  
REQUERENTE: Sr. Roque Haas

### DECRETO Nº 550 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457594

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ: 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 550 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2016, até o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 30100 – Sup. Financeiro/2016 – Receitas de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.038 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Fundamental

243 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 80.000,00

12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Infantil

242 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

**ERRATA DA ATA DA SESSÃO 174/2017 PMN**

Publicação Nº 1458644

**Ata 174/2017 PMN**

ABERTO O CERTAME NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2017 COM A PRESENÇA DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 1117/2017 PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DO PREGÃO PRESENCIAL 174/2017 PMN, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES GUSTAVO ANTUNES CORREA, YAN CHAOJIE, GESSICA DE BARROS GOMES, ANDRIELLI DE AGUIAR MENDES, MARIA ELBA JANETE DA COSTA, RUBIANO TEODORO RUEL, AURI CLEONIO PETRY FILHO, VIVIANE ANTUNES CORREA, ELIANE SOUTO DOS SANTOS JACINTO, NASVEGAS PUB, ANDRE ILSON DOS SANTOS, JOSE ROGERIO VARGAS, OSMAR PAULINO LACHI. TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. PRESENTE NO CERTAME JACKSON RUARO FUNCIONÁRIO DA SECRETARIA DE TURISMO.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA VERIFICOU-SE QUE OS LICITANTES CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

EM VIRTUDE DE FALHA NO SISTEMA BETHA NÃO FOI POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DA ETAPA DE LANCE NO SISTEMA, ONDE O PREGOEIRO EM CONCORDÂNCIA COM O ITEM 13.16 DO EDITAL PASSOU A REALIZAR MANUALMENTE, EM CADA ITEM VENCEDOR FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E OS MESMOS ATENDIAM OS REQUISITOS DO EDITAL RESULTANDO A CLASSIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES VENCEDORES DA SEGUINTE FORMA;

ITEM 8: ELIANE SOUTO DOS SANTOS JACINTO COM O VALOR DE R\$ 1.200 REAIS; (PROPOSTA ÚNICA)

ITEM 09 : OSMAR PAULINO LACHI COM O VALOR DE R\$ 1.100,00 REAIS; ( PROPOSTA ÚNICA)

ITEM 15: NASVEGAS PUB COM O VALOR DE R\$ 1.200,00; (PROPOSTA ÚNICA)

ITEM 16: NASVEGAS PUB COM O VALOR DE R\$ 1.200,00; (PROPOSTA ÚNICA)

ITEM 35: ADRIELLI DE AGUIAR MENDES COM O VALOR DE R\$ 1.120,00 REAIS;

ITEM 37 : VIVIANE ANTUNES CORREA COM O VALOR DE R\$ 1.110,00 REAIS;

ITEM 40: GESSICA DE BARROS GOMES COM O VALOR DE R\$ 1.200,00 REAIS

ITEM 49: YAN CHAOJIE COM O VALOR DE R\$ 1.200,00 REAIS;(PROPOSTA ÚNICA)

ITEM 53: ANDRE ILSON DOS SANTOS COM O VALOR DE R\$ 1.800,00 REAIS;(PROPOSTA ÚNICA)

ITEM 61: SORVETERIA MAIS K-BOM COM O VALOR DE R\$ 1.600.

ITEM 62: JOSÉ RICARDO VARGAS COM O VALOR DE 1550,00

ITEM 63: MARIA ELBA JANETE DA COSTA COM O VALOR DE R\$ 1500,00.

RESTANDO FRACASSADO OS ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60.

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME O PREGOEIRO ADJUDICA E ENCAMINHA PARA AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA HOMOLOGAÇÃO.

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 07/2017 FMV**

Publicação Nº 1457856

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017 F.M.V**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 07/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 072017 FMV - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA DE PINTURA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO CITRAN DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 07/2017 FMV.

Fornecedor: INOVECI M SALVADOR MONITORAMENTO – ME.

CNPJ 10.807.971/0001-00

Valor: R\$ 26.490,00

Vigência: 04/12/2017 a 04/12/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 04 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 165/2017 PMN**

Publicação Nº 1457309

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2017 PMN**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 165/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 165/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ESTÉTICA EM MECÂNICA EM GERAL (elétrica, eletrônica, hidráulica, funilaria, pintura, tapeçaria, borracharia, geometria, alinhamento, balanceamento e cambagem), PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NOVOS, TODOS ORIGINAIS OU GENUÍNOS DE FÁBRICA DAS MARCAS DOS VEÍCULOS. PERTENCENTES A PREFEITURA, ATRAVÉS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, EXCETO VEÍCULOS DA POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR., Conforme Pregão Presencial nº 165/2017 FMV

Fornecedor: MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 85.104.289/0001-41

Valor: R\$ 1.871.842,34

Vigência: 13/12/2017 a 13/12/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 13 de dezembro de 2017.

**LAUDO DAS AMOSTRA 15/2017 FMV**

Publicação Nº 1458148

Navegantes, 12 de dezembro de 2017.

C.I. Nº 060-2017 CL

DE: Secretaria de Segurança e Defesa Social / Fundação Municipal de Vigilância

PARA: Compras e Licitações

Assunto: Laudo de Amostras.

Laudo das amostras apresentadas do pregão 15/2017:

2252 – TONI CENTER IND. E COM. LTDA

· Item 01 – Capacete branco - Amostra aprovada;

· Item 02 – Baú para moto - Amostra aprovada.

Sem mais, agradeço cordialmente,

Johnny Eurico Coelho

Secretaria de Segurança e Defesa Social

Superintendente de Trânsito



**LAUDO DAS AMOSTRA 171/2017 PMN**

Publicação Nº 1458236

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE NAVEGANTES SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Rua Aníbal Gaya, nº938, Centro – Navegantes CEP 88375-000 Fone: (47)3185-2014
--	---

CI SAS n.º 4432017 Em, 06 de dezembro de 2017.

Secretária de Administração

Diretora do Departamento de Compras e Licitações: Fernanda Has-smann

Assunto: Conferência de Análise Ficha Técnica do Produto – Registro de Preço nº171/2017 – Cestas Básicas

Prezadas,

Pela presente, em razão da necessidade Conferência de Análise de Ficha Técnica dos Produtos e apresentação de amostra de Cesta Básica, que se pretende adquirir através do processo supracitado, apresentamos manifestação de aprovação dos item pois o mesmo atende as especificações constantes do Edital.

Sem mais para o momento, despeço-me.

Atenciosamente.

Lúcia Helena de Souza

Diretora Adm. Sec. de Assistência Social

**LEI COMPLEMENTAR 333/2017 DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA DE AUDITORIA FISCAL TRIBUTÁRIA**

Publicação Nº 1457202

LEI COMPLEMENTAR N. 333 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA DE AUDITORIA FISCAL TRIBUTÁRIA NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito do Município de Navegantes, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, EU o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I****DA INSTITUIÇÃO ESPECÍFICA DA CARREIRA**

Art. 1º. Fica instituída a carreira específica de Auditoria Fiscal Tributária, em conformidade com os dispositivos constitucionais, de que tratam os artigos 37 inciso XXII e 167 inciso IV da Constituição Federal, no âmbito do Município de Navegantes, integrada por cargo efetivo de Auditor Fiscal.

Art. 2º. O regime jurídico dos servidores integrantes da carreira de Auditoria Fiscal Tributária é estatutário e tem natureza de Direito Público, em consonância com os dispositivos constitucionais e do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CAPÍTULO II****DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**

Art. 3º. A carreira de Auditoria Fiscal Tributária é regida pelos princípios da Administração Pública, consubstanciadas na Constituição Federal, especialmente a legalidade, a supremacia do interesse público, a autonomia, a independência, a eficácia e a eficiência, a preservação do sigilo e moralidade, a probidade, a motivação e a justiça fiscal.

Art. 4º. A carreira de Auditoria Fiscal Tributária tem como pressuposto básico a consciência social, o comprometimento com as transformações socioeconômicas e o papel que lhe compete no processo de desenvolvimento das atividades essenciais para o funcionamento da Administração Municipal.

Art. 5º. A carreira pública de Auditoria Fiscal Tributária é de natureza permanente e essencial à Administração Tributária no desenvolvimento das funções de tributação e respectiva fiscalização no âmbito da Administração Direta do Município de Navegantes, vedada a realização de suas atribuições, descritas nesta lei, por terceiros, servidores ou não.

**CAPÍTULO III****DOS CARGOS DA CARREIRA**

Art. 6º. O cargo efetivo de Auditor Fiscal passa a integrar a carreira de Auditoria Fiscal Tributária.

Parágrafo único. Fica estabelecido para os cargos de Auditor Fiscal o quantitativo de 05 (cinco) vagas, conforme Anexo I.

Art. 7º. Os cargos integrantes da carreira de Auditoria Fiscal Tributária são de provimento efetivo.

Parágrafo único. Os servidores ocupantes dos cargos da carreira de Auditoria Fiscal Tributária têm lotação privativa no Órgão Municipal da administração tributária e fiscal.

**CAPÍTULO IV****DA PRECEDÊNCIA**

Art. 8º. Nos termos do inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, a Administração Tributária é atividade essencial ao funcionamento do Município, cabendo-lhe viabilizar financeiramente as ações dos poderes municipais.

Parágrafo único. A Administração Tributária terá recursos prioritários para a realização de suas atividades, conforme o disposto no inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 9º. A precedência da Administração Tributária em relação aos demais setores administrativos, dentro de suas áreas de competência, determinada pelo inciso XVIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como a precedência dos integrantes da carreira de Auditoria Fiscal Tributária no cumprimento de suas atribuições, expressam-se.

I - na preferência pelo exame de livros, escrita fiscal e contábil, movimentação financeira, documentos e outros efeitos da atividade econômica dos sujeitos passivos, nos casos em que convergirem ou conflitarem ações conjuntas ou concomitantes entre agentes do poder público;

II - na prioridade na apuração e lançamento dos créditos tributários, bem como na instrução de processo administrativo fiscal, relativamente a fatos, situações, documentos, papéis, livros e outros efeitos fiscais, no caso de procedimentos administrativos concorrentes;

III - no recebimento prioritário de informações de interesse fiscal, oriundos dos Poderes constituídos, suas administrações diretas, indiretas e fundacionais, dos contribuintes e das instituições financeiras.

IV - na faculdade de entrar, sair ou permanecer nos lugares onde se pratiquem atividades relacionadas com obrigações tributárias; e

**CAPÍTULO V****DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 10. São atribuições dos servidores integrantes da carreira de Auditoria Fiscal Tributária:

I - em caráter exclusivo, relativamente aos tributos de competência do Município de Navegantes:

a) realizar as ações de tributação, arrecadação e constituição das espécies tributárias;

b) realizar as atividades de lançamento e fiscalização de tributos instituídos por outros entes federados, na forma da Lei ou



Convênio;

c) constituir o crédito tributário, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, proceder à sua revisão de ofício, homologar, aplicar as penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo;

d) controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à busca e à apreensão de livros, documentos e assemelhados, bem como o de lacrar bens móveis e imóveis, no exercício de suas funções;

e) supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, mediante lei ou convênio;

f) avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informações fiscais com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;

g) planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão a sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores;

h) desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária;

i) analisar, elaborar e proferir decisões em processos administrativos-fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, a solicitação de retificação de declaração, a imunidade, a quaisquer formas de suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários previstos na Lei Federal 5.172, de 25 de outubro de 1966, a restituição, ao ressarcimento e a redução de tributos e contribuições, bem como participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados a Administração Tributária;

j) estudar, pesquisar e emitir pareceres de caráter tributário, inclusive em processos de consulta;

k) elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei referentes a matéria tributária;

l) supervisionar as atividades de disseminação de informações ao sujeito passivo, visando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias e a formalização de processos;

m) elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por decisão administrativa ou judicial;

n) prestar assistência extrajudicial, salvo em ação que figure como parte, aos órgãos encarregados da representação judicial do Município;

o) planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições;

p) realizar pesquisa e investigação relativas à inteligência fiscal;

q) examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso;

r) verificar livros e documentos fiscais que serviram de base para apuração dos repasses constitucionais;

s) emitir parecer conclusivo sobre regularidade ou irregularidades fiscais de contribuintes, Pessoa Física e Jurídica de Direito Público e Privado, sujeitos à imposição tributária.

II - em caráter geral:

a) assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária, ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle e supervisão, orientação e treinamento;

b) coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária;

c) apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos;

d) preparar os atos necessários a conversão de depósitos judiciais em renda do Município, bem assim, a autorização para o levantamento de depósitos administrativos após as decisões emanadas das autoridades competentes;

e) planejar, coordenar, desenvolver, implantar e avaliar as atividades relativas a tecnologia de informações tributárias e sistemas operacionais e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;

f) avaliar e planejar concursos de acesso, programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação de Auditores Fiscais e demais servidores relacionados à Administração Tributária;

g) acessar as informações sobre o andamento das ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município;

h) executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcionais dos Auditores Fiscais, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos;

i) informar processos e demais expedientes administrativos em matéria tributária;

j) realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativas às atividades de competência tributária do Município;

k) desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária;

l) controlar repasses decorrentes das transferências constitucionais;

m) exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto a interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais.

## CAPÍTULO VI

### DAS PRERROGATIVAS

Art. 11. São prerrogativas dos servidores detentores de cargo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária, no exercício do cargo:

I - dar início e concluir ação fiscal;

II - iniciar ação fiscal, imediatamente e independentemente de ordem ou autorização superior, quando observar algum indício, ato ou fato, em situação conflitante com a legislação tributária;

III - no exercício de suas funções, o livre acesso a qualquer órgão, entidade pública ou empresa estatal, estabelecimento empresarial, de prestação de serviços, comercial, industrial, imobiliário, agropecuário, instituições financeiras e residenciais para vistoriar imóveis ou examinar arquivos e equipamentos, eletrônicos ou não, documentos, livros, papéis, bancos de dados, com efeitos comerciais ou fiscais e outros elementos que julgue necessários ao desenvolvimento da ação fiscal ou ao desempenho de suas atribuições, podendo fazer sua apreensão;

IV - a requisição e obtenção do auxílio da força pública para assegurar o desempenho de suas funções, nos termos do art. 200 da Lei Federal n. 5.172, de 25 de outubro 1966;

V - o recebimento de recursos prioritários para realização de suas atividades;

VI - a atuação de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastro e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio, entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

VII - livre acesso e permanência em logradouros públicos ou em estabelecimentos regulamentados, embarcação ou aeronave, no exercício de suas funções;

VIII - fé pública no desempenho de suas atribuições funcionais, dotando seus atos de presunção relativa de legitimidade, veracidade e legalidade;

IX - desconsiderar ato ou negócio jurídico simulado que visem a reduzir o valor do tributo, a evitar ou postergar seu pagamento ou a ocultar os verdadeiros aspectos do fato gerador ou a real natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária;

X - não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com a sua consciência ético-profissional;

XI - dispor de meios de informática, equipamentos, instalações,

biblioteca e demais recursos necessários ao desempenho de suas atribuições;

XII - participar de cursos, seminários, aulas, palestras, simpósios, congressos e outros encontros científicos.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS GARANTIAS

Art. 12. São garantias dos servidores detentores de cargo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária:

I - autonomia técnica e independência funcional no exercício da função;

II - perda do cargo somente nas estritas hipóteses previstas no art. 41, da Constituição Federal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

III - paridade entre proventos e remuneração, nos termos da Constituição Federal;

IV - remuneração compatível, respeitado o limite do teto remuneratório previsto na Constituição Federal para o Município, assegurada a revisão anual na mesma data dos demais servidores do município;

V - remoção de ofício exclusivamente por motivo de interesse público, mediante critérios objetivos;

Art. 13. Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária executam atividades exclusivas de Estado, relacionadas ao exercício de atribuições de natureza tributária, fiscal e contencioso administrativo fiscal, além das atividades de apoio técnico-legislativo, essenciais à prestação jurisdicional que lhes são inerentes, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. É vedada a terceirização ou a execução indireta das atribuições que coincidam com as previstas nesta Lei, com exceção de crédito tributário definitivamente constituído.

#### CAPÍTULO VIII

##### DOS DEVERES

Art. 14. São deveres dos servidores detentores de cargo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária, além dos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

I - ser assíduo;

II - ser pontual;

III - manter conduta ilibada;

IV - ser eficiente;

V - zelar pelo prestígio da carreira, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

VI - guardar sigilo sobre informação recebida em razão do cargo;

VII - declarar-se impedido ou suspeito, nos termos desta lei;

VIII - identificar-se em suas manifestações funcionais;

IX - desempenhar com zelo e justiça, dentro dos prazos determinados, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhe forem atribuídos pelos superiores hierárquicos;

X - zelar pela fiel execução dos trabalhos da administração tributária e pela correta aplicação da legislação tributária;

XI - observar o sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar e, especialmente, naqueles que envolvam diretamente o interesse da administração tributária;

XII - representar ao seu superior hierárquico sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atividades funcionais;

XIII - atender todos os chamamentos que envolvam pesquisas, estudos e análises, com vista ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos de legislação e da política tributária;

XIV - comunicar, imediatamente, o superior hierárquico sobre a ocorrência de indício, ato ou fato que possa redundar em evasão de tributos;

XV - elaborar representação ao seu superior hierárquico quando tenha conhecimento, em decorrência do exercício da atividade, sobre qualquer situação que configure, na forma da lei, em crime fiscal;

XVI - cumprir as leis, decisões judiciais e ordens dos seus superiores, bem como atender a diligências e despachos que lhe forem

solicitados e indicar os fundamentos de seus pronunciamentos processuais.

#### CAPÍTULO IX

##### DAS PROIBIÇÕES

Art. 15. Além das proibições inerentes aos servidores municipais, é vedado ao servidor da carreira de Auditoria Fiscal Tributária, em efetivo exercício:

I - exercer qualquer outra atividade incompatível com o exercício da função;

II - exercer assessoria ou consultoria em matéria tributária, contábil e de auditoria em relação ao Município de Navegantes-SC;

III - exercer, cumulativamente, qualquer outra função pública;

IV - atuar em processos ou procedimentos administrativos tributários:

a) no qual é parte ou tenha qualquer interesse;

b) seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau;

c) nas demais situações previstas na legislação tributária e administrativa.

§ 1º. Excluem-se das proibições previstas neste artigo as convocações obrigatórias por Lei, a nomeação em cargo comissionado, exercício de cargos eletivos e de exercício de cargo classista.

§ 2º. Não estão incluídas nas vedações quaisquer atividades relativas à instrução.

§ 3º. A violação ao disposto neste artigo implicará nas sanções previstas em Lei, mediante instauração de processo administrativo.

Art. 16. Os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária não poderão exercer atribuições diversas das previstas nesta Lei, devendo ser exercida com dedicação exclusiva, ressalvadas as exceções constitucionais.

Parágrafo único. É nulo o ato praticado, referente às atribuições previstas no art. 10 desta Lei, por servidor não integrante da carreira de Auditoria Fiscal Tributária.

Art. 17. É vedada a celebração de convênio ou acordo de qualquer natureza que implique:

I - na delegação, direta ou indireta, das atividades previstas nesta Lei a outras instituições públicas ou privadas;

II - na quebra ou no risco de quebra de sigilo de informações tributárias e fiscais, ressalvados os convênios referidos no inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal;

III - na terceirização das atividades previstas nesta Lei, com exceção de crédito tributário definitivamente constituído, por serem atividades essencialmente públicas privativas dos servidores detentores de cargo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária.

#### CAPÍTULO X

##### DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 18. O ingresso na carreira de Auditoria Fiscal Tributária depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, observados os dispositivos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 19. Será nomeado para o cargo de Auditor Fiscal o candidato aprovado em concurso, dentro do número de vagas existentes, desde que preencha os seguintes requisitos:

I - ter nacionalidade brasileira ou estrangeira na forma da lei;

II - estar em gozo dos direitos políticos;

III - estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

IV - possuir escolaridade em nível superior, conforme previsto no Anexo II;

V - comprovação de aptidão física e mental compatível com o cargo, sendo considerado apto após a realização de exames específicos;

VI - ter bons antecedentes criminais e policiais, comprovados através de certidões negativas da Polícia Civil, Justiça Estadual e Federal.

## CAPÍTULO XI DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS.

Art. 20. A remuneração do ocupante de cargo efetivo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária é composta pelo vencimento acrescido das vantagens, gratificações e adicionais previstas na legislação pertinente aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único. O teto da remuneração do ocupante de cargo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária é o previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

### Seção I Dos vencimentos

Art. 21. O vencimento do ocupante de cargo efetivo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária será composto por uma parte fixa e outra parte variável.

I - a parte fixa refere-se aos valores fixados de acordo com o Nível e Referência em que o servidor estiver ocupando, conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 11 de 04 de dezembro de 2003.

II - a parte variável, atribuída de acordo com a eficiência individual, obedecerá a cotas de eficiência e terá como limite de 2.500 (dois mil e quinhentos) cotas mensais.

Art. 22. A parte variável do vencimento, a que se refere o inciso II do artigo 21, será calculada pela execução de tarefas específicas, da seguinte forma:

I - cada cota refere-se ao equivalente 0,055% (zero vírgula zero cinquenta e cinco por cento) do valor correspondente ao padrão de vencimento "Referência A", de acordo com o nível "0" (zero), conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 11 de 04 de dezembro de 2003.

II - as cotas de eficiência excedentes de um mês poderão ser acumuladas para o mês seguinte, imitados a 30% (trinta por cento);

III - no caso de serviços desenvolvidos em conjunto pelos servidores, desde que autorizados pelo Chefe Imediato, os pontos serão atribuídos igualmente para cada um dos participantes;

§ 1º. Será calculada pela média recebida nos últimos 12 (doze) meses quando ocorrer o afastamento em razão de:

- a) férias;
- b) licença para tratamento de saúde;
- c) licença por acidente em serviço ou doença profissional;
- d) licença à gestante, adotante e paternidade;
- e) licença prêmio.

§ 2º. Durante o primeiro ano de vigência da presente Lei, para fins de cálculo de média prevista no § 1º deste artigo, será considerada a média aritmética de eficiência percebida até o mês anterior ao afastamento.

§ 3º. A média de pontos recebidas nos últimos 12 (doze) meses, com exceção do 13º salário, será dividida por 30 (trinta) e multiplicado pelo número de dias de afastamento do servidor.

Art. 23. Os relatórios das tarefas executadas pelos Auditores Fiscais serão exigidos pelo Chefe Imediato, sendo arquivados na respectiva repartição.

### Seção II Das vantagens pecuniárias

Art. 24. Juntamente com o vencimento do servidor detentor de cargo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária serão pagas as vantagens pecuniárias previstas na legislação pertinente aos servidores públicos municipais.

## CAPÍTULO XII DA JORNADA DE TRABALHO, DOS AFASTAMENTOS E DA PERDA DO CARGO.

### Seção I Da jornada de trabalho

Art. 25. O servidor ocupante de cargo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária estará sujeito ao regime especial de trabalho em dedicação exclusiva.

Art. 26. A duração do trabalho normal do Auditor Fiscal não excederá a oito horas diárias e quarenta semanais.

### Seção II Dos afastamentos

Art. 27. O afastamento do servidor ocupante de cargo da carreira de Auditoria Fiscal Tributária ocorrerá somente em decorrência:

I - de ordem judicial;

II - de prisão por ordem legal;

III - do recebimento judicial de denúncia por crime contra a Administração Pública;

IV - das demais hipóteses previstas nesta lei.

§ 1º - Nas hipóteses de ordem judicial que expressamente o determine ou de prisão por ordem legal em regime incompatível com o exercício de suas funções, o servidor será afastado do exercício pelo tempo que perdurar esta situação.

§ 2º - Recebida a denúncia por crime contra a Administração Pública, o Auditor Fiscal será afastado das atividades de fiscalização, devendo ser designado a exercer serviços internos compatíveis com a sua situação, ainda que em outra unidade administrativa.

### Seção III Da perda do cargo

Art. 28. A perda do cargo de Auditor Fiscal ocorrerá somente em uma das seguintes hipóteses:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado que a determine;

II - mediante processo administrativo disciplinar em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Os direitos, deveres, vantagens e benefícios previstos nesta Lei não excluem os estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais ou em outros decorrentes da legislação aplicada ao servidor público municipal.

Art. 30. O Município deverá reservar percentual mínimo do total de sua receita de impostos para o desenvolvimento das atividades pertinentes à Administração Tributária em atendimento ao disposto no inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 31. As despesas resultantes da execução desta Lei correm à conta das dotações consignadas ao Órgão Municipal de administração de tributação e fiscalização no orçamento do Município.

Art. 32. Ficam revogados a Lei 2.835, de 31 de janeiro de 2014, os artigos 9º e 18º da Lei Complementar nº 165, de 18 de janeiro de 2013.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o que for incompatível com esta Lei Complementar, além das demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO

KARLILE CUGNIER  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO I  
QUADRO CONTENDO DEMONSTRATIVO DE VAGAS

CATEGORIAS FUNCIONAIS Cargos	VAGAS EXISTENTES NO QUADRO
ATIVIDADES NIVEL SUPERIOR (QP-ANS)	
Auditor Fiscal	05

ANEXO II  
CARGOS E RESPECTIVA HABILITAÇÃO EXIGIDA

CARGO	CÓDIGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Auditor Fiscal	QP-ANS	Portador de Diploma de Nível Superior, reconhecido pelo MEC, em Direito, Administração, Contabilidade ou Economia.

ANEXO III  
DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

Item	Atividade	Cotas
1	Termo de Início/Encerramento de Fiscalização	60
2	Fiscalização, com escrita contábil ou fiscal, por exercício	135
3	Fiscalização de empresas com estimativa fiscal, por exercício	135
4	Verificação de notas fiscais ou documento equivalente, por grupo de cinquenta	45

5	Arbitramento da base de cálculo, por exercício	135
6	Notificação fiscal expedida	75
7	Notificação fiscal quitada	75
8	Auto de infração expedido	60
9	Auto de infração quitado	60
10	Análises de balanços/balancetes, contratos, entre outros documentos com fins de apuração da base de cálculo do tributos	135
11	Processos de baixa de cadastro	65
12	Processos de estimativa fiscal	75
13	Julgamento de processos – Contencioso tributário, por dia	135
14	Representação Fiscal para fins penais, informações, relatórios e/ou diligências em processos administrativos	75
15	Regime especial de fiscalização, por dia	200
16	Atividades das áreas de planejamento, arrecadação, administração, legislação tributária e inteligência fiscal, por dia de trabalho	200
17	Serviços relacionados ao Movimento Econômico, por dia	135
18	Termo de Intimação / Prorrogação / Apreensão e demais termos	60
19	Atribuição de valor (Base de Cálculo) de Imóveis para efeitos de IPTU/ITBI	135
20	Revisão de IPTU com diligência e parecer no processo, por cadastro revisado	90
21	Participação em cursos promovidos pela municipalidade, ou cursos externos/palestras/congressos/treinamentos, desde que autorizados, por dia	135
22	Plantão fiscal, por dia (obedecendo escala previamente determinada pela Chefia Imediata)	200
23	Serviços especiais, designados pela chefia Imediata, por dia	200
24	Diligência para verificação da Taxa de Licença	50

**PORTARIA 015/2017 LISTAGEM DOS HABILITADOS E INABILITADOS DA PRIMEIRA ETAPA DO EDITAL DA LEI DE INCENTIVO A CULTURA-2017**

Publicação Nº 1458105

Portaria 015/2017

Publica a listagem de projetos habilitados e inabilitados na primeira etapa do Edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura 2017.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura – 2017 e demais normas legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar os projetos habilitados e inabilitados na primeira etapa do processo de seleção do Edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura 2017. Abaixo está a lista de projetos habilitados e inabilitados:

Protocolo	Projeto	Proponente	Área	Situação
2967-7684	Além da vida de Pescador	Fábio Inácio Oenning	Audiovisual	Inabilitado – Item 3.1.3.1, II, e.
2967-7687	Dançando além do CEU – Descentralizando a Cultura	Associação Desportiva Recreativa Gravatá	Artes Cênicas	Inabilitado – Item 3.1.3.1, I, c e g.
2967-7721	Projeto 2º Choro na Praça	Senndy Martins	Música	Habilitado
2967-7729	Eco Guardiões	William Henrique Tavares Lieder	Audiovisual	Inabilitado – Item 3.1.3.1, II, a.
2967-7731	Aninha Joaninha	Wilian Souza Romão	Audiovisual	Habilitado
2967-7733	Exoterra	Patrícia Freitas Ferrarezi	Audiovisual	Habilitado
2967-7734	Notícias de Navegantes: 121 anos de história	Vera Lucia de Nobega Pecego Estork	Humanidades	Inabilitado – Item 3.1.3.1, II, a e e.
2967-7735	A Arte e a Cultura na Cidade	Félix Fabrício Bernardes Vieira	Artes Visuais	Inabilitado – Item 3,1.3.1, II, b e e.
2967-7738	Shermaq e o Alienígena Gell	Tadeu Brasil Flock de Britto	Audiovisual	Inabilitado – Item 3.1.3.1, II, e.
2967-7739	Restauo da cobertura da Casa de Escalvados	Alcides Frutuoso da Silva	Patrimônio	Inabilitado – Item 3.1.3.1, II, c.



2967-7740	Colisão Hip Hop	Amanda Patricio dos Santos	Artes Integradas	Inabilitado – Item 3.1.3.1, II, b, c, e e f.
2967-7741	8º Festival de Música de Navegantes – Embarque no Som	Elson Maykow Toledo dos Santos	Música	Habilitado
2967-7743	Gestos & Palavras – Obra Literária	Wilfried Krambeck	Artes Integradas	Inabilitado – Item 3.1.3.1, II, a, e e f.
2967-7744	Festival de Bandas Independentes	Rafael Sedrez	Música	Habilitado

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

Luciane Chagas Bittencourt Pereira  
Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes

### **PORTARIA 3363/2017 EXONERA**

Publicação N° 1458030

PORTARIA N ° 3363DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTE o senhor SIDINEY VENTURA, com a data de 06/12/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE DEZEMBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3388/2017 NOMEIA**

Publicação N° 1458028

PORTARIA N ° 3388 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTE o senhor JOÃO CARLOS RODRIGUES PAIM, com a data de 07/12/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO**

Publicação Nº 1458203

**CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO DE NAVEGANTES****REGIMENTO INTERNO**

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção de Navegantes.

**CAPÍTULO I  
DO CONSELHO**

Art. 1º O Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção de Navegantes - CMTCC, órgão colegiado de caráter consultivo e opinativo, permanente e vinculado à Secretaria de Gestão e Controle, tem por finalidade sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos de controle e de incremento da transparência na gestão da administração pública e de estratégias de combate à corrupção e à impunidade.

§ 1º Como órgão de caráter consultivo, emitirá parecer sobre todas as consultas que lhe forem feitas, dentro de suas atribuições legais.

§ 2º Como órgão opinativo, convidará autoridades públicas municipais para tratarem de assuntos relativos à área da transparência e combate à corrupção, emitirá recomendações aos órgãos públicos que infringirem a Política Municipal de Transparência e Combate à Corrupção, receberá comunicações oficiais, representações ou reclamações de qualquer entidade ou cidadão sobre a violação da legislação sobre transparência, deliberando em reunião e propondo solução adequada, e realizará diligências e visitas técnicas com vistas a conhecer in loco os temas por ele tratados.

**CAPÍTULO II  
DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção de Navegantes, de acordo com o art. 3º do Decreto Municipal nº 88/2016:

I - Contribuir para a formulação das diretrizes da política de transparência da gestão de recursos públicos e de estratégias de combate à corrupção e à impunidade, a serem implementadas e acompanhadas pela Secretaria Municipal de Gestão e Controle, e pelos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

II - Sugerir projetos e ações prioritárias da política de transparência da gestão de recursos públicos e de estratégias de combate à corrupção e à impunidade;

III - Sugerir procedimentos que promovam o aperfeiçoamento dos métodos de controle e de incremento da transparência e de combate à corrupção e à impunidade, no âmbito da administração pública municipal;

IV - Atuar como instância de articulação e mobilização da sociedade civil organizada para o combate à corrupção e à impunidade;

V - Realizar estudos e estabelecer estratégias que fundamentem propostas legislativas e administrativas tendentes a maximizar a transparência da gestão pública e ao combate à corrupção e à impunidade;

VI - Propor ações à Secretaria Municipal de Gestão e Controle, que visem à modernização do Portal da Transparência e de outros instrumentos da Prefeitura Municipal de Navegantes.

**CAPÍTULO III  
DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3º O Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção, nos termos do art. 4º do Decreto nº 88/2016, será composto por 08 (oito) membros e respectivos suplentes, sendo 4 representantes do Governo Municipal e 4 representantes da Sociedade Civil Organizada. (Este texto já foi alterado pelo Decreto 452 de 21 de setembro de 2017 de acordo com a ATA da 1ª Reunião.

Art. 4º A função de membro do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social é considerada serviço público relevante e não será remunerada conforme parágrafo único do art. 2º da Lei nº 3088/2016.

**Seção I  
Dos Suplentes**

Art. 5º Cada representante terá um suplente oriundo do mesmo setor, que terá os seguintes poderes:

I - Poderá substituir o membro titular, provisoriamente, em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo no caso de vacância da titularidade; e

II - Na qualidade de suplente, é convidado a participar e terá direito a voz em todas as reuniões do Conselho, porém com direito a voto apenas na ausência do respectivo titular.

**CAPÍTULO IV**

**DA PERDA DO MANDATO****Seção I****Mandato de Conselheiro**

Art. 6º Perderá o mandato o conselheiro que:

I - Desvincular-se do órgão de origem da sua representação;

II - Faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa;

III - Apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção;

IV - Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções; e

V - For condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

§ 1º. A perda de mandato, nos casos previstos nos incisos I, II, III e V, se dará por ato da Diretoria Executiva, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

§ 2º A perda de mandato no caso previsto no inc. IV se dará por deliberação da maioria simples dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

§ 3º Caso haja a vacância na vaga de titular, deverá ser adotado o procedimento previsto no art. 32 deste Regimento.

§ 4º Os dispositivos do presente artigo serão regulamentados pelo Código de Ética do Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção de Navegantes.

§ 5º Entende-se como falta do conselheiro, nos termos do inciso II deste artigo, a ausência não justificada do titular e do suplente na mesma reunião.

**Seção II****Mandato da Instituição**

Art. 7º Perderá o mandato a instituição que:

I - Extinguir sua base territorial de atuação no Município de Navegantes;

II - Tiver constatada, em seu funcionamento, irregularidade de acentuada gravidade que torne incompatível sua representação no Conselho; ou

III - sofrer penalidade administrativa ou judicial reconhecidamente grave.

§ 1º A perda do mandato se dará por deliberação da maioria simples dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º Constatada a vacância na vaga do segmento, deverá ser adotado o procedimento previsto no art. 29 deste Regimento.

§ 3º Os dispositivos do presente artigo serão regulamentados pelo Código de Ética do Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção.

**Seção III****Disposições Gerais**

Art. 8º O procedimento para a perda de mandato será estipulado no Código de Ética do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção de Navegantes.

**CAPÍTULO V****DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 9º O Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção terá a seguinte estrutura:

I – Plenário;

II – Diretoria Executiva;

III – Secretaria Executiva;

IV – Comissões; e

V – Conferência Municipal de Transparência e Combate à Corrupção.

**Seção I****Plenário**

Art. 10. O Plenário é órgão soberano e compõe-se dos conselheiros em exercício pleno de seus mandatos, com direito à voz e voto.

Parágrafo único. Ao conselheiro suplente, é garantido o direito a voz em todas as reuniões. Já o direito ao voto será garantido apenas quando o titular estiver ausente.

Art. 11. As discussões serão iniciadas em Plenário, entre os conselheiros, sendo permitida a intervenção, sob a condução do Presidente.

Parágrafo único. Qualquer conselheiro poderá propor que os pronunciamentos e intervenções dos conselheiros respeitem determinado limite de tempo durante as discussões, cabendo ao Plenário acatá-lo.



Art. 12. As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas conforme cronograma aprovado previamente pelo Plenário, em horário e local fixados no calendário anual, havendo recesso no mês de janeiro.

Art. 13. O Conselho poderá ser convocado extraordinariamente, inclusive no período de recesso, pela sua Diretoria Executiva e/ou por iniciativa da maioria absoluta dos seus membros, mediante ofício protocolado junto ao Secretário-Geral do Conselho, com antecedência mínima de cinco dias úteis, anteriores ao horário da reunião.

Art. 14. Todas as convocações ordinárias e extraordinárias serão acompanhadas da pauta, sendo vedada qualquer deliberação de assunto ou informe não explicitado na convocação sem a aprovação do Plenário.

Art. 15. De cada sessão plenária do Conselho será redigida ata pela Secretaria Executiva, contendo de forma detalhada os assuntos tratados e as deliberações tomadas.

Parágrafo único. Ao início de cada reunião ordinária, o Plenário deverá aprovar a ata da reunião imediatamente anterior, sendo assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Geral.

## Seção II

### Diretoria Executiva

Art. 16. A Diretoria Executiva será composta de:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário; e
- IV – 2º Secretário.

Parágrafo único. O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de dois anos, e se encerrará após a eleição dos novos conselheiros.

Art. 17. O Presidente do Conselho terá as seguintes atribuições, passíveis de delegação a qualquer conselheiro titular ou suplente, quando assim se fizer necessário:

- I – Representar o Conselho judicial ou extrajudicialmente e emitir a opinião do órgão quando solicitado;
- II - Presidir as sessões plenárias, tomando parte nas discussões e votações, sem direito a voto;
- III - Decidir soberanamente as questões de ordem, reclamações e solicitações em plenário;
- IV – Cumprir e fazer cumprir as normas regimentais e deliberações do Conselho;
- V - Convocar sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes;
- VI - Proferir voto de desempate nas sessões plenárias;
- VII - Distribuir as matérias às comissões;
- VIII - Assinar a correspondência oficial do Conselho;
- IX – Representar o Conselho nas solenidades e zelar pelo seu prestígio;
- X - Providenciar junto ao Poder Público Municipal a designação de funcionários, alocação de bens e liberação de recursos necessários ao funcionamento do Conselho;
- XI – Delegar, quando da ausência, impedimento e/ou suspeição concomitante do 1º Secretário e 2º Secretário, as respectivas atribuições aos conselheiros ou Secretários.

Parágrafo único. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente na sua ausência, impedimento e/ou suspeição.

Art. 18. Ao 1º Secretário e 2º Secretário, cumpre auxiliar o Presidente no exercício de suas funções, desempenhar quaisquer das atribuições do Presidente, quando delegadas, e participar das deliberações de competência da Diretoria Executiva.

Parágrafo único: As funções de Presidente e Vice-Presidente, bem como as funções de 1º Secretário e 2º Secretário, não poderão ser exercidas, em um mesmo mandato, por representantes de um único segmento, seja este do Poder Público Municipal ou da sociedade civil.

## Seção III

### Secretaria Executiva

Art. 19. À Secretaria Executiva compete:

- I – Elaborar as atas das reuniões e encaminhá-las aos conselheiros;
- II – Secretariar as sessões do Conselho;
- III – Manter, sob sua supervisão, livros, fichas, documentos e papéis do Conselho;
- IV - Prestar as informações que forem requisitadas ao Conselho e expedir documentos e Resoluções aprovadas pelo Conselho;
- V - Orientar, coordenar e fiscalizar os serviços da Secretaria;
- VI – Participar na definição da pauta das reuniões;
- VII – Agendar os locais para a reunião do Conselho;
- VIII – Enviar as convocações das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IX – Verificar a presença dos conselheiros nas reuniões;
- X – Receber, previamente, relatórios e documentos a serem apresentados na reunião, para o fim de processamento e inclusão na pauta;
- XI – Providenciar a publicação dos atos do Conselho no Portal de Transparência do Município;

- XII – Exercer outras funções correlatas que lhe sejam atribuídas pelo presidente ou pelo Plenário;
- XIII – Informar os órgãos governamentais e organizações da sociedade civil das faltas dos conselheiros;
- XIV – Realizar as demais atividades estipuladas neste Regimento.
- XV – Realizar as atividades de comunicação social e contatos com a imprensa, a fim de atender as demandas e divulgar assuntos referentes aos trabalhos do Conselho, primando pela agilidade e transparência;
- XVI – Realizar as atividades de cerimonial, quando estas se mostrarem necessárias;
- XVII – Organizar campanhas educativas e publicitárias para a divulgação da imagem, missão e objetivos do Conselho junto à sociedade.
- XVIII – Auxiliar o Presidente no que concernir à comunicação interna do Conselho.

Parágrafo único: A Secretaria Executiva será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Gestão Controle, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 88/2016.

#### Seção IV Das Comissões

Art. 20. As Comissões ou grupos de trabalho, nos termos do art. 8º do Decreto nº 88/2016, são órgãos delegados e auxiliares do Plenário, a quem compete verificar, opinar e emitir parecer sobre as matérias que lhes forem distribuídas pela Diretoria Executiva e sobre as propostas integrantes da Política Municipal de Transparência e Combate à Corrupção.

Art. 21. As Comissões são compostas por, no mínimo, 2 (dois) conselheiros de segmentos diferentes, aprovados pelo Plenário, para emitir parecer sobre todas as matérias que lhes forem distribuídas.

§ 1º As Comissões poderão convidar pessoas de notório saber em suas respectivas áreas para emitir opinião ou esclarecimentos sobre as matérias.

§ 2º Cada Comissão fará a escolha de seu coordenador.

Art. 22. Os pareceres das Comissões serão apreciados e discutidos sessão plenária.

#### Seção V Conferência Municipal de Transparência e Combate à Corrupção

Art. 23. O Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção de Navegantes, poderá realizar Conferência Municipal de Transparência e Combate à Corrupção, como instrumento de debate e difusão de ideias para o desenvolvimento das ações de transparência e de combate à corrupção em âmbito municipal, através da participação popular.

Parágrafo único. Os procedimentos a serem observados na realização de conferência municipal serão deliberados pelo Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção, por meio da edição de Resolução específica para este fim.

Art. 24. O Conselho nomeará Comissão Organizadora que ficará responsável pelas providências e pelo desenvolvimento das atividades necessárias à realização da Conferência.

Parágrafo único. O número de componentes da Comissão será determinado pelo Plenário do Conselho, que deverá respeitar a proporcionalidade de cada segmento ali representado.

Art. 25. São atribuições da Comissão Organizadora:

- I – Coordenar e organizar a realização da Conferência;
- II – Elaborar a programação da Conferência, definir os temas e a metodologia de discussão;
- III - Definir a pauta, os expositores, os convidados e os observadores da Conferência;
- IV - Mobilizar o Poder Público, a sociedade civil e os Conselhos de Políticas Públicas;
- V – Elaborar o regimento interno da Conferência e submetê-lo aos participantes do encontro; e
- VI – Sistematizar as propostas e discussões e elaborar o documento final da Conferência.

#### CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES

##### Seção I Da Eleição dos Conselheiros

Art. 26. Os conselheiros representantes da sociedade civil serão eleitos em Assembleia Extraordinária específica para este fim, que deverá ser amplamente divulgada à sociedade, sendo 4 (quatro) representantes dentre as entidades representativas da sociedade civil cujos objetivos estatutários relacionam-se com os objetivos do Conselho.

Parágrafo único. Entende-se como aptas a participar do Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção entidades apartidárias que contenham, em seu estatuto ou regimento, princípios direcionados ao exercício do Combate à Corrupção, à promoção da transparência e eficiência na administração pública, à prevenção e combate à corrupção, ao zelo pela preservação dos princípios éticos e legais na administração pública, à preservação do Estado Democrático de Direito e à representação da sociedade junto ao Poder Público em prol do desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental e da melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Art. 27. O procedimento para a eleição de que trata o artigo anterior será disciplinado pelo Conselho em reunião específica para este fim.

Art. 28. Os conselheiros representantes do Poder Público Municipal serão indicados pelo Prefeito Municipal.

#### Subseção I Da Vacância

Art. 29. Caso alguma vaga ao Conselho não seja preenchida durante a Assembleia ou venha a se tornar vaga durante os dois anos de mandato, dever-se-ão adotar os seguintes procedimentos:

I – Se as vagas em vacância pertencerem a entidades da sociedade civil, a Diretoria Executiva convidará, por meio de publicação na imprensa oficial, o segmento cuja vaga está em vacância para comparecer em dia, local e horário designado, para preenchimento das vagas;  
II – Se as vagas em vacância pertencerem ao Poder Público Municipal, o Presidente do Conselho solicitará ao Prefeito que indique novos representantes.

§ 1º No dia designado, o Plenário do Conselho escolherá, dentre aqueles que comparecerem ao convite de que trata o inciso I, o novo conselheiro que ocupará a vaga em vacância, respeitada a representação legal de cada segmento.

§ 2º Os que desejarem compor o Conselho na qualidade de representantes de entidades da sociedade civil deverão comparecer à reunião de que trata o inciso I portando cópia do estatuto social, ata de eleição da diretoria e carta de credenciamento assinada pelo respectivo presidente da entidade.

§ 3º Na hipótese de não comparecerem interessados, será feito novo convite e votação, até que a composição do Conselho esteja completa.

§ 4º Se houver mais de um interessado no preenchimento das vagas citadas acima, cada qual terá um prazo de 10 (dez) minutos para se apresentar e fazer a defesa por sua indicação, respeitados os segmentos, sendo que após os membros do Conselho tomarão a decisão por maioria simples de voto dos presentes à reunião em votação aberta.

#### Subseção II Da Substituição

Art. 30. Os membros do Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculados, que será apresentada ao referido Conselho, o qual fará comunicação do ato ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Nos casos em que a entidade representativa da sociedade civil ou o conselho de políticas públicas requeiram a substituição de um dos membros do Conselho a eles vinculados, a solicitação deverá ser justificada ao Plenário, por escrito ou oralmente, pelo Presidente da entidade ou do conselho.

#### Subseção III Da Recondução

Art. 31. Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção poderão ser reconduzidos para apenas um novo mandato consecutivo, na qualidade de titular ou de suplente, independentemente do segmento que venha a representar.

#### Seção II Da Eleição da Diretoria Executiva

Art. 32. A eleição para a Diretoria Executiva será realizada na primeira reunião ordinária após a realização da Assembleia, e sua organização ficará a cargo da Diretoria Executiva cujo mandato esteja se encerrando, com o auxílio da Secretaria Executiva.

Art. 33. Para a eleição da Diretoria Executiva, serão registradas pela Secretaria Executiva chapas que contenham candidatos para todos os cargos, que se apresentarão ao Plenário do Conselho.

§ 1º Cada chapa terá 15 (quinze) minutos para se apresentar.

§ 2º A eleição para a Diretoria Executiva será feita por voto nominal, eleita a chapa escolhida por maioria simples dos conselheiros.

Art. 34. As chapas deverão respeitar a proporcionalidade dos segmentos do Conselho e o que dispõe este Regimento.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva deverão ser conselheiros titulares.

#### CAPÍTULO VII DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 35. O Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por sua Diretoria Executiva ou por maioria de seus membros.

Parágrafo único: As datas das reuniões ordinárias do Conselho constarão em cronograma anual, aprovado na primeira reunião do ano.

Art. 36. As reuniões do Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção serão realizadas com a presença mínima de mais da metade de seus membros, em primeira convocação, e com a presença de pelo menos  $\frac{1}{3}$  (um terço), em segunda e última convocação que se dará após decorridos 15 minutos do horário inicialmente marcado para reunião, observada a representatividade.

Art. 37. As reuniões do Conselho obedecerão aos procedimentos a seguir expostos:

- I – Abertura, com verificação de presença e de existência de quórum para instalação do Plenário;
- II – A ata da reunião anterior deverá ser enviada aos conselheiros com 5 (cinco) dias de antecedência para apreciação da mesma;
- III – Apreciação e assinatura da ata da reunião anterior, anexando a lista de presença do dia em que a mesma foi discutida e aprovada, sendo tratados, preliminarmente, os assuntos porventura pendentes de aprovação para, em seguida, iniciar-se a pauta estabelecida na convocação;
- IV – Em caso de urgência ou de relevância, o Plenário, por maioria simples dos votos, poderá alterar a pauta anteriormente proposta.

§ 1º. A deliberação das matérias sujeitas a votação obedecerá à seguinte ordem:

- I – O presidente dará a palavra ao relator da Comissão Temática respectiva ou de qualquer membro do conselho que queira manifestar-se sobre o tema, que apresentará seu parecer, relatório ou opinião, por escrito e/ou verbalmente;
- II – Terminada a exposição, a matéria será posta em discussão para o Plenário e aos presentes à reunião, por ordem de inscrição;
- III - encerrada a discussão, far-se-á a votação aberta.

§ 2º As intervenções em Plenário terão precedência na seguinte ordem:

- I – Questão de ordem, visando corrigir procedimentos;
- II – Questão de esclarecimento, visando entendimento dos assuntos e procedimentos;
- III – Questão de encaminhamento, visando melhor andamento dos trabalhos, em cumprimento dos objetivos.

Art. 38. O conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido poderá pedir vista da matéria pelo prazo de, no máximo, 15 (quinze) dias, independentemente do número de solicitantes, podendo, a juízo do Plenário, ser reduzido a, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, contadas do ato de encerramento da reunião.

§ 1º. É facultado aos conselheiros solicitar o reexame, por parte do Plenário, de qualquer resolução exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incorreção ou inadequação técnica ou de outra natureza.

§ 2º. Até a reunião subsequente, é facultado a qualquer interessado, em requerimento ao Presidente do Conselho, solicitar a reconsideração de deliberação exarada em reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incorreção ou inadequação técnica ou de outra natureza.

Art. 39. Os temas para inclusão na pauta deverão ser encaminhados pelos conselheiros, inclusive os de interesse de qualquer cidadão ou segmento, no prazo mínimo de 7 (sete) dias anteriores à reunião.

Art. 40. O Poder Executivo prestará apoio necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção de Navegantes.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. A eleição para primeira Diretoria Executiva do Conselho será realizada após a aprovação deste Regimento Interno.

Art. 42. O presente Regimento Interno poderá ser alterado no todo, ou em parte, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, em reunião plenária convocada para tal fim.

Art. 43. As sessões e as convocações do Conselho e da Assembleia serão públicas e acompanhadas de ampla divulgação.

Parágrafo único: As reuniões do Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção de Navegantes terão duração máxima de 2 (duas) horas, salvo em situações extraordinárias deliberadas em plenário.

Art. 44. Fica expressamente proibida a manifestação político-partidária nas atividades do Conselho.

Art. 45. Nenhum membro poderá representar o Conselho sem prévia delegação do Presidente, que por sua vez deverá notificar os conselheiros do ato delegatório por meio da Secretaria Executiva do Conselho.

Art. 46. O Conselho poderá acompanhar todos os assuntos do seu interesse nos planos municipal, estadual, nacional e internacional, realizando estudos, debates e propondo ações.

Art. 47. Os casos omissos não previstos neste Regimento serão deliberados em Plenário.

Navegantes, 13 de dezembro de 2017.  
Fernando Sedrez Silva  
Presidente do CMTCC

**TERMO DE ACORDO PARA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE DANOS CAUSADOS POR IMPRUDÊNCIA DOS AGENTES PÚBLICOS DO PAI Nº 09/2017.**

Publicação Nº 1457885

TERMO DE ACORDO PARA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE DANOS CAUSADOS POR IMPRUDÊNCIA DOS AGENTES PÚBLICOS DO PAI Nº009/2017.

Pelo presente instrumento particular de acordo para indenização consensual, autorizado pela Lei Municipal nº 2335 de 04/08/2010, que entre si fazem, de um lado, o Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Joao Emilio nº 100, Bairro: Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EMÍLIO VIEIRA, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de Município, e, de outro lado, a Sra. CAROLINA OLIVEIRA GOMES, portadora da Cédula de identidade RG nº 5.505.566, inscrita no CPF sob nº061.029.539-08, residente e domiciliada na Rua: Itamar Jose da Luz, nº 817, Bairro: Centro, Cidade de Navegantes/SC, de ora em diante denominada simplesmente indenizada.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

0.1 Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes celebram, consensualmente, acordo para pagamento de indenização pelos prejuízos sofridos em razão dos danos causados pela inércia involuntária da Secretaria de Obras deste Município, sendo que a indenizada e seu esposo Eliezer Benassi, condutor no momento do ocorrido, estavam com seu veículo Modelo: FORD/KA SE 1.0 SD B , Placa: QIF - 6866 – SC, transitando pela rua Vereador Arnoldo Bento Rodrigues, próximo ao nº 348, vindo a cair em um buraco na pista, o qual lhe ocasionou danos materiais, fatos estes ocorridos no dia 16 de junho 2017, conforme registro de acidente de trânsito – Policia Civil - nº 00578-2017-0073797, lavrado por seu esposo Elieser Benassi que vinha a ser o condutor do veículo na data dos fatos.

0.2 O valor a ser indenizado compreende todas as despesas tidas pela requerente, decorrentes do evento danoso, inclusive prejuízos de natureza material, pessoal e moral, perfazendo a quantia de R\$ 260,00 (Duzentos e sessenta reais), a serem pagos no ato da celebração do respectivo termo de acordo.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

2.1 O valor da indenização devida pelo Município será pago diretamente ao proprietário do veículo, ou em conta corrente por ela indicada, correndo as despesas de dotação orçamentaria própria, consignada no orçamento do Município, após a subscrição do presente termo.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

3.1 O presente termo de acordo é instrumento firme e valioso, obrigando os contratantes ao seu fiel cumprimento, bem como, obrigando os seus herdeiros e sucessores na forma da Lei.

**CLÁUSULA QUARTA**

4.1 As partes declaram estar cientes de todas as condições estabelecidas no presente termo de acordo, sujeitando-se integralmente a elas, bem como ao estabelecido em Lei.

**CLÁUSULA QUINTA**

5.1 Com o recebimento do valor descrito na Clausula Primeira, item

1.2, a Indenizada da plena e total quitação de terem sido ressarcidos de todo e qualquer prejuízo advindo do evento danoso descrito na Clausula Primeira item 1.1, inclusive as despesas de natureza material, moral e lucros cessantes, bem como quaisquer outras despesas que possam decorrer do fato, renunciando, ambos, consciente, expressa e irrevogavelmente a todo e qualquer direito a reclamar, no presente ou no futuro, pelo mesmo evento dele decorrente.

**CLÁUSULA SEXTA**

6.1 Assim, por estarem justas e acordadas, as partes, acima qualificadas, assinam o presente termo de acordo em 02 (Duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, PAI nº 009/2017.

EMÍLIO VIEIRA CAROLINA OLIVEIRA GOMES  
Prefeito Municipal de Navegantes Indenizada

KARLILE CUGNIER  
Secretária de Administração e Logística

ELLINTON JOSÉ DE SOUZA  
Presidente da Comissão de Avaliação dos Requerimentos de Ressarcimentos de Danos

Elaine de Matos Cabral Pereira Maria Benedita Correa  
Membro da Comissão Membro da Comissão

Claudete Maria Hermógenes  
Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira  
Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa  
Responsável pelos Processos Administrativos

Navegantes, 14 de Novembro de 2017.

**TERMO DE ACORDO PARA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE DANOS CAUSADOS POR IMPRUDÊNCIA DOS AGENTES PÚBLICOS DO PAI Nº 10/2017**

Publicação Nº 1457917

TERMO DE ACORDO PARA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE DANOS CAUSADOS POR IMPRUDÊNCIA DOS AGENTES PÚBLICOS DO PAI Nº010/2017.

Pelo presente instrumento particular de acordo para indenização consensual, autorizado pela Lei Municipal nº 2335 de 04/08/2010, que entre si fazem, de um lado, o Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Joao Emilio nº 100, Bairro: Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EMÍLIO VIEIRA, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de Município, e, de outro lado, o Sr. Vilson Bristotti, portador da Cédula de identidade RG nº 1.880.550, inscrito no CPF sob nº484.657.479-20, residente e domiciliado na Rua: Osmar Gaya, nº 255, Bairro: Centro, Cidade de Navegantes/SC, de ora em diante denominado simplesmente indenizado.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

0.1 Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes celebram, consensualmente, acordo para pagamento de indenização pelos prejuízos sofridos em razão dos danos causados



pela inércia involuntária da Secretaria de Obras deste Município, sendo que o indenizado, estava com seu veículo Modelo: I/CITRO-EN C4 PALLAS , Placa: GGG0312 – SC, transitando pela Rua Luis Martins, sentido praia, vindo a cair em um boeiro, que cedeu, o qual lhe ocasionou danos materiais, fatos estes ocorridos no dia 11 de julho 2017, conforme registro de acidente de trânsito – Polícia Civil - nº 2931292.

0.2 O valor a ser indenizado compreende todas as despesas tidas pelo requerente, decorrentes do evento danoso, inclusive prejuízos de natureza material, pessoal e moral, perfazendo a quantia de R\$ 490,00 (Quatrocentos e Noventa Reais), a serem pagos no ato da celebração do respectivo termo de acordo.

## CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 O valor da indenização devida pelo Município será pago diretamente ao proprietário do veículo, ou em conta corrente por ele indicada, correndo as despesas de dotação orçamentaria própria, consignada no orçamento do Município, após a subscrição do presente termo.

## CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 O presente termo de acordo é instrumento firme e valioso, obrigando os contratantes ao seu fiel cumprimento, bem como, obrigando os seus herdeiros e sucessores na forma da Lei.

## CLÁUSULA QUARTA

4.1 As partes declaram estar cientes de todas as condições estabelecidas no presente termo de acordo, sujeitando-se integralmente a elas, bem como ao estabelecido em Lei.

## CLÁUSULA QUINTA

5.1 Com o recebimento do valor descrito na Clausula Primeira, item 1.2, o Indenizado da plena e total quitação de terem sido ressarcidos de todo e qualquer prejuízo advindo do evento danoso descrito na Clausula Primeira item 1.1, inclusive as despesas de natureza material, moral e lucros cessantes, bem como quaisquer outras despesas que possam decorrer do fato, renunciando, ambos, consciente, expressa e irrevogavelmente a todo e qualquer direito a reclamar, no presente ou no futuro, pelo mesmo evento dele decorrente.

## CLÁUSULA SEXTA

6.1 Assim, por estarem justas e acordadas, as partes, acima qualificadas, assinam o presente termo de acordo em 02 (Duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, PAI nº 010/2017.

EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito Municipal de Navegantes

Vilson Bristotti  
Indenizado

KARLILE CUGNIER  
Secretária de Administração e Logística

ELLINTON JOSÉ DE SOUZA  
Presidente da Comissão de Avaliação dos Requerimentos de Ressarcimentos de Danos

Elaine de Matos Cabral Pereira  
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa  
Membro da Comissão

Claudete Maria Hermógenes  
Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira  
Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa  
Responsável pelos Processos Administrativos

Navegantes, 14 de Novembro de 2017.



**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 11-2017 - RECESSO PARLAMENTAR**

Publicação Nº 1458446

DECRETO LEGISLATIVO N. 011/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Navegantes-SC., Samuel Viane Paganelli, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e com fulcro no artigo 38 do Regimento Interno.

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído Recesso Natalino nas dependências da Câmara de Vereadores no período compreendido entre 21 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Navegantes/SC, 14 de dezembro de 2017.  
SAMUEL VIANEI PAGANELLI  
Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV****2ª ERRATA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 10/2017**

Publicação Nº 1457710

2ª ERRATA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

Errata referente ao Edital 10/2017 do REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, EXPEDIENTE, ELETRICO, COPA E COZINHA E DIVERSOS PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES.

No item 4.6.1 (relação de itens para apresentação das amostras)

ONDE SE LÊ: Lote 6 – Item 3

LEIA - SE: Lote 6 – Item 46

No item 4.6 Observações

ONDE SE LÊ: No item 40 – O licitante poderá apresentar 1 tira.

LEIA - SE: No item 46 – O licitante poderá apresentar 1 tira.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Navegantes, 15 de dezembro de 2017.

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 010/2017IPP**

Publicação Nº 1457852

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 010/2017IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: SMI PRIME - CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA

Licitação: Tomada de Preços nº 06/2015

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.

Dotação: 29.01.3.3.90.35.01.00.00.00

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É A ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL E SEUS TERMOS ADITIVOS.

Navegantes, 13 de Dezembro de 2017.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 011/2017IPP**

Publicação Nº 1457858

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 011/2017IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: SIM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP

Licitação: Pregão Presencial nº 02/2014

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.

Dotação: 29.01.3.3.90.39.78.00.00.00

Objeto: QUARTO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É A ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL E SEUS TERMOS ADITIVOS.

Navegantes, 13 de Dezembro de 2017.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 012/2017IPP**

Publicação Nº 1457860

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 012/2017IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: MERKADIA INTERNET EIRELI ME

Licitação: Dispensa de Licitação nº 04/2016

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.

Dotação: 29.01.3.3.90.39.08.00.00.00

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É A ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL E SEUS TERMOS ADITIVOS.

Navegantes, 13 de Dezembro de 2017.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 013/2017IPP**

Publicação Nº 1457863

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 013/2017IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN.

Licitação: Dispensa de Licitação nº 09/2012

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 01/07/2018.

Dotação: 29.01.3.3.90.39.48.00.00.00  
Objeto: SÉTIMO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É A ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA E REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO E SEUS TERMOS ADITIVOS.  
Navegantes, 13 de Dezembro de 2017.  
JAN ULLRICH  
Diretor Presidente

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 014/2017IPP**

Publicação Nº 1457866

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
Extrato Termo Aditivo nº 014/2017IPP  
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
Contratada: SULPREV CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA.  
Licitação: Tomada de Preço nº 03/2016  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.  
Dotação: 29.01.3.3.90.39.11.00.00.00  
Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É A ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL E SEUS TERMOS ADITIVOS.  
Navegantes, 13 de Dezembro de 2017.  
JAN ULLRICH  
Diretor Presidente

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 015/2017IPP**

Publicação Nº 1457867

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
Extrato Termo Aditivo nº 015/2017IPP  
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
Contratada: RAFHAELA PATRICIA PIAZERA  
Licitação: Dispensa de Licitação nº 01/2017  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.  
Dotação: 29.01.3.3.90.39.12.00.00.00  
Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É A ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL E SEUS TERMOS ADITIVOS.  
Navegantes, 13 de Dezembro de 2017.  
JAN ULLRICH  
Diretor Presidente

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 016/2017IPP**

Publicação Nº 1457869

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
Extrato Termo Aditivo nº 016/2017IPP  
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
Contratada: RAFHAELA PATRICIA PIAZERA  
Licitação: Dispensa de Licitação nº 02/2016  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.  
Dotação: 29.01.3.3.90.39.12.00.00.00  
Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É A ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL E SEUS TERMOS ADITIVOS.  
Navegantes, 13 de Dezembro de 2017.  
JAN ULLRICH  
Diretor Presidente

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 017/2017IPP**

Publicação Nº 1457870

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
Extrato Contrato nº 017/2017IPP  
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
Contratada: MABEL KRISTINE BRAMORSKI LONGEN E CIA LTDA  
Licitação: Dispensa de Licitação nº 02/2017  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.  
Dotação: 29.01.2.116.3.3.90.39.10.00.00.00  
Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É A ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA E REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO E SEUS TERMOS ADITIVOS.  
Navegantes, 13 de Dezembro de 2017.  
JAN ULLRICH  
Diretor Presidente

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 018/2017IPP**

Publicação Nº 1458406

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
Extrato Termo Aditivo nº 018/2017IPP  
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
Contratada: SULPREV CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA.  
Licitação: Tomada de Preço nº 05/2016  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.  
Dotação: 29.01.3.3.90.35.01.00.00.00  
Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É A ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA E REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO E SEUS TERMOS ADITIVOS.  
Navegantes, 14 de Dezembro de 2017.  
JAN ULLRICH  
Diretor Presidente

**PORTARIA N º 66 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458409

PORTARIA N º 66 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços IPP nº 001/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL NO MUNICIPIO DE NAVEGANTES. Conforme Pregão Presencial nº 04/2017.

FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI

FISCAL SUPLENTE: RAFAEL CASTRO

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 67 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458410

PORTARIA N º 67 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Contrato IPP nº 006/2016, Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA, SUPORTE E HOSPEDAGEM DO WEB SITE WWW.NAVEGANTESPREV.SC.GOV.BR DE PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Conforme Dispensa de Licitação nº 04/2016.

FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI

FISCAL SUPLENTE: RAFAEL CASTRO

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 68 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458411

PORTARIA N º 68 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Contrato IPP nº 004/2017, Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO, IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INFORMATIVO PREVIDENCIÁRIO BIMESTRAL EM TODAS AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL. Conforme Pregão Presencial nº 05/2017.

FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI

FISCAL SUPLENTE: RAFAEL CASTRO

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 69 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458413

PORTARIA N º 69 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Contrato IPP nº 005/2016, Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA COM A FINALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA FINANCEIRA

PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES. Conforme Tomada de Preços nº 06/2015.

FISCAL TITULAR: ALESSANDRA CRISTINA HOEHN  
FISCAL SUPLENTE: RAFAEL CASTRO

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 70 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458415

PORTARIA N º 70 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preço IPP nº 008/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COTAÇÃO, DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES. Conforme Pregão Presencial nº 08/2017.

FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI  
FISCAL SUPLENTE: GEISE NAIARA PINTO

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 71 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458417

PORTARIA N º 71 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Contrato IPP nº 001/2017, Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO COLORIDA PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES. Conforme Dispensa de Licitação nº 01/2017.

FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI  
FISCAL SUPLENTE: GEISE NAIARA PINTO

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 72 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458418

PORTARIA N º 72 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Contrato IPP nº 002/2016, Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES – NAVEGANTESPREV. Conforme Dispensa de Licitação nº 02/2016.



FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI  
FISCAL SUPLENTE: GEISE NAIARA PINTO

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 73 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458420

PORTARIA N º 73 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Contrato IPP nº 006/2014, Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DO NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Conforme Pregão Presencial nº 02/2014.

FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI  
FISCAL SUPLENTE: GEISE NAIARA PINTO

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 74 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458421

PORTARIA N º 74 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Contrato IPP nº 011/2016, Objeto: TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PREVIDENCIARIA PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Conforme Tomada de Preço nº 05/2016.

FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI  
FISCAL SUPLENTE: GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 75 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458423

PORTARIA N º 75 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Contrato IPP nº 009/2016, Objeto: TOMADA DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PREVIDENCIARIO (SOFTWARE) PARA REGIME DE PREVIDENCIA PROPRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Conforme Tomada de Preço nº 03/2016.

FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI  
FISCAL SUPLENTE: GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 76 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458424

PORTARIA N º 76 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Contrato IPP nº 002/2017, Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL DE ANDAR TÉRREO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 206 M2, LOCALIZADO NO ÁREA CENTRAL, PARA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Conforme Dispensa de Licitação nº 02/2017.

FISCAL TITULAR: MARGARETH BERLINCK DA COSTA  
FISCAL SUPLENTE: MARIELLEN ARALDI

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 77 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458425

PORTARIA N º 77 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Contrato IPP nº 003/2013, Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIADORA DE PROGRAMA DE ESTAGIOS PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES. Conforme Dispensa de Licitação nº 09/2012.

FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI  
FISCAL SUPLENTE: MARGARETH BERLINCK DA COSTA

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

#### **PORTARIA N º 78 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458427

PORTARIA N º 78 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços IPP nº 003/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLACAS DE AÇO ESCOVADO PARA HOMENAGEM AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO NAVEGANTESPREV. Conforme Pregão Presencial nº 03/2017.



FISCAL TITULAR: MARIELLEN ARALDI  
FISCAL SUPLENTE: GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2017.

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO 271/2017 PONTO FACULTATIVO

Publicação Nº 1457320

DECRETO nº 271, de 14 de dezembro de 2017.

Institui Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas Municipais de Nova Erechim, no seguinte dia:

- Dia 29 de dezembro de 2017 (Sexta-feira).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 14 de dezembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

### PORTARIA 144/2017 FÉRIAS ADMINISTRAÇÃO

Publicação Nº 1457170

PORTARIA nº 144, de 11 de dezembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam concedidas Férias para os Servidores Municipais abaixo relacionados, a serem usufruídas, conforme cada caso, assim como consta da tabela que segue:

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE GOZO
Fabielli Polli	1589/01	Assistente Tributário	Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	01.01.2017 a 31.12.2017	15.02.2018 a 01.03.2018
Pamela Regina Ladik Breyer	5207/01	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	12.08.2016 a 11.08.2017	17.01.2018 a 15.02.2018
Soeli Sonia Sartori Marocco	3247/01	Contador	Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	12.01.2017 a 11.01.2018	10.01.2018 a 19.01.2018
Solange Pires Moraes	5377/01	Subchefe de Departamento	Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	24.08.2016 a 23.08.2017	19.02.2018 a 05.03.2018
Vinicius dos Santos	5399/01	Engenheiro Civil	Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	12.04.2016 a 11.04.2017	12.04.2018 a 11.05.2018

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 11 de dezembro de 2017.  
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 146/2017 FÉRIAS DILVANE PIROVANO**

Publicação Nº 1458064

PORTARIA nº 146, de 14 de dezembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

### **CONSIDERANDO:**

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

### **R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para a Servidora Municipal DILVANE PIROVANO, Matrícula 3328/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 18.12.2017 a 16.01.2018, referente ao período 02.01.2017 a 01.01.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 14 de dezembro de 2017.  
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 147/2017 FÉRIAS LUIZ ALVACIR DE SOUZA**

Publicação Nº 1458065

PORTARIA nº 147, de 14 de dezembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

### **CONSIDERANDO:**

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

### **R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para o Servidor Municipal LUIZ ALVACIR DE SOUZA, Matrícula 3271/01, ocupante do cargo de Técnico em Administração, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 02.01.2018 a 16.01.2018, referente ao período de 02.02.2015 a 02.02.2016 e no período 17.01.2018 a 31.01.2018, referente ao período de 02.02.2016 a 02.02.2017.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 14 de dezembro de 2017.  
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017**

Publicação Nº 1458599

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2017

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 010/2017

Nédio Antônio Cassol, Prefeito Municipal, representando o Fundo Municipal de Saúde do Município de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA, AUDITORIA, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA, VINCULADA AO PROCESSO DE GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, E FORNECIMENTO DE SOFTWARES QUE AUXILIEM NA EFETIVAÇÃO DOS SERVIÇOS DA UNIDADE DE SAÚDE DE NOVA ERECHIM.. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 27 de dezembro de 2017, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 14 de dezembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim

Publicado no Mural Público

em \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 703/2017 "K"

Publicação Nº 1457770

PORTARIA Nº 703/2017 "K"

Altera Portaria Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, VIII e XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 17, inciso II da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

ALTERAR, a Portaria nº 086/2017, de 14 de fevereiro de 2017, que nomeou a Servidora Pública Municipal, JULIA CAROLINA VARGAS, matrícula 7296, no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Obras, passando este a denominar-se Coordenador de Engenharia, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar Municipal nº 660 de 16 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário M. de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 703/2017 "U"

Publicação Nº 1457771

PORTARIA Nº 703/2017 "U"

Altera Portaria Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, VIII e XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 17, inciso II da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

ALTERAR, a Portaria nº 283/2017 "A", de 03 de maio de 2010, que nomeou a Servidora Pública Municipal, ROSIMAR DARÓS, concursada, matrícula 185, no cargo de Provimento em Comissão de Supervisor Administrativo Educacional, passando este a denominar-se Diretor Administrativo Educacional, nos termos do artigo 6º da Lei Complementar Municipal nº 660 de 16 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário M. de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 703/2017 "V"

Publicação Nº 1457774

PORTARIA Nº 703/2017 "V"

Altera Portaria Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, VIII e XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o art. 17, inciso II da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

ALTERAR, a Portaria nº 744/2015, de 17 de agosto de 2015, que nomeou a Servidora Pública Municipal, ALAYZE BATTISTI ARCHER, matrícula 6831, no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Controle e Avaliação, passando este a denominar-se Diretor de Regulação, Avaliação e Controle de Ações e Sistemas de Saúde, nos termos do artigo 4º da Lei Complementar Municipal nº 660 de 16 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário M. de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 703/2017 "X"

Publicação Nº 1457777

PORTARIA Nº 703/2017 "X"

Altera Portaria Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, VIII e XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o art. 17, inciso II da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

ALTERAR, a Portaria nº 696/2009, de 03 de novembro de 2009, que nomeou a Servidora Pública Municipal, MARLENE CECILIA DE-MONTI COSTA, matrícula 4268, no cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Vigilância Sanitária, passando este a denominar-se Diretor de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Saúde Ambiental, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 660 de 16 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 703/2017 "Z"**

Publicação Nº 1457782

PORTARIA Nº 703/2017 "Z"

Altera Portaria Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, VIII e XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 17, inciso II da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

ALTERAR, a Portaria nº 296/2015, de 04 de março de 2015, que nomeou o Servidor Público Municipal, APRIGIO JOSÉ BOTAMELI, concursado, matrícula 209, no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Setor de Compras, passando este a denominar-se Gerente de Compras, nos termos do artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº 660 de 16 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças



## Nova Veneza

## PREFEITURA

## HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES | EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017

Publicação Nº 1457686

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017  
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, Estado de Santa Catarina, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado nomeada pelo Decreto Municipal nº 406, de 04 de Agosto de 2017, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017, conforme segue:

## Auxiliar de Administração Escolar

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
766472	26/06/1976	Adriana De Souza
748225	18/09/1989	Aline Da Silva Machado
774132	13/07/1987	Andre Vicente Da Siva
762012	23/06/1995	Barbara Baroni Warmling
740426	22/12/1989	Bruna Fernandes Colombo
775968	26/12/1989	Bruna Formigoni Amboni
768616	07/02/1991	Bruna Warmling Minatto
775031	18/04/1996	Camilla Zanette Toretto
777005	09/02/1988	Carine Almeida Goncalves Cipriano
766582	11/12/1981	Caroline Zanoni
778040	12/11/1995	Carolini Ferrari Lima
749180	17/01/1980	Cristiano Da Roza Francisco
775548	31/03/1987	Doglas Morelli Arns
776806	26/06/1982	Elaine Cristina Dos Santos Bitencourt Da Fonseca
776620	21/08/1999	Erica Virginia Dias Griebeller
776002	20/01/1984	Fernanda Silva Guimaraes
755503	17/06/1987	Gilson Costa Porfirio Correa
744310	17/02/1996	Helena Dondossola Baldessar
756568	01/01/1971	Janine Zanette Bristot
778101	27/06/1995	Jaqueline Ribeiro Silva
775220	24/12/1989	Jeisa Damasio
768944	21/04/1991	Jessica Ronconi Dondossola
771753	14/05/1999	Jessica De Oliveira Freitas
766390	27/11/1985	Josieli Damiani Gava Alexandre
768713	22/08/1998	Leticia Padilha Da Silva
777916	14/03/1980	Luciana Dos Santos Luz
775137	06/03/1981	Luciana Rodrigues Da Luz
757374	13/06/1973	Luciana Selau De Moraes
769364	16/06/1975	Luciana Wronski Netto
775311	09/06/1976	Maria Vanuza Dos Santos Policarpi
751571	29/08/2001	Mariana Piazza
770556	19/09/1988	Mariane Silveira Arns Baroni
763810	19/08/1985	Michele Goncalves Fidel
744286	17/01/1993	Natali Borges Patricio
752820	25/09/1976	Nelson Casagrande
770636	22/02/1992	Patrik Buratti Simiano
742022	10/04/2000	Paula Colonetti Borges
764965	28/11/1979	Priscila Andreia Silverio

744159	09/03/1996	Priscila Mezari Piucco
753182	21/12/1982	Raquel Dos Santos
776718	09/09/1984	Renan Alexandre Severino
776721	23/04/1990	Renata De Souza Felisberto
740747	06/09/1989	Renata Menegao Becker
761148	21/12/1992	Ricardo Rezin
751715	03/11/1983	Rodrigo Marques Cipriano
745508	13/05/1983	Rubia Nara Rabello
776796	13/03/1971	Sandra De Souza Urbano Jacques
776181	23/05/1980	Sibila Anita Frigo Mondardo
767433	31/07/1977	Silvani Michels Mondardo
776051	17/03/1997	Stefani Alessio Da Silva
770057	29/12/1985	Taize Dos Santos Fernandes
740364	03/02/1989	Talita Vieira
755576	26/11/1963	Tania Ize
776713	26/12/1983	Vania Elias Pereira

## Auxiliar de Biblioteca

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
751717	19/05/1986	Albegair Crispim Da Cunha
754557	05/02/2000	Aline Marcelino Da Rocha
747245	15/10/1970	Andre Lucas
776989	06/09/1977	Angela Maria Ferraz Romanha
775436	16/08/1985	Claudia Possamai Colonetti
777419	10/12/1977	Daiane Cardosos Dos Santos
777373	25/11/1986	Denise Medeiros
746101	27/12/1975	Edson Pereira
775363	23/05/1978	Elaine Orben Rinaldi
777728	12/03/1986	Fabiana Da Cruz Martins Ronchi
751884	17/10/1994	Fabricio Filisbino
757046	03/07/1993	Filipe Camargo
774794	25/01/1994	Gabriel Cretella Carvalhaes
765986	26/01/1991	JESSICA DA SILVA LIMA
762641	25/06/1996	Leticia Cristina Obertier
777412	01/04/1998	Lucas Rosa Ferreira
775879	18/11/1987	Lusmeri Paes
767514	23/07/1998	Maiara Spilere Minatto
744072	01/11/1997	Maria Leticia Mazorana Nuernberg
776045	15/05/1990	Mariane Floriano Porziski
741114	19/08/1993	Marielle Darella Lorenzin Fernandes
769585	16/06/2000	Milliana Spilere Minatto
770791	12/12/1999	Morgana Alessio Da Silva
776862	19/12/1988	Raquel B. Pasini Frassetto
775776	18/08/1972	Rodrigo Netto
741847	23/07/1969	Simone Beatriz Guedes
775078	17/08/1977	Sonia Frigo Brogni
746292	25/02/1968	Vera Lucia Michels Zanoni

## Auxiliar de Ensino de Educação Infantil – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
771590	08/12/1997	Aline Bertolina Serafim
759846	15/11/1991	Ana Claudia Disner Gava
763045	21/10/1975	Andrea Cristina Souza Roldao
772652	14/04/1993	Camila Coral Stanger

766562	19/03/1991	Camila Pereira Silverio
756359	21/11/1983	Carina Manique Fernandes
772671	05/05/1994	Carla Coral Da Costa
772651	21/06/1980	Carla Crescencio Milanez
765382	25/06/1986	Cristiane Regina Viola
775710	15/12/1997	Daiana Rosa Tancredo
763857	08/08/1989	Daniela Teixeira Reus
768727	08/02/1979	Daniela De Oliveira Sebastiao
746493	16/08/1986	Darlen Dondossola Pasetto
744975	29/01/1982	Denize Souza Ribeiro Miguel
776675	26/11/1977	Edineia Tomasi Junkes
772231	26/11/1994	Edmara Vitali
758769	21/07/1994	Fernanda Pedro Correia
750268	09/07/1996	Fernanda Vitorino Antunes
775425	13/05/1987	Greiziela Eliege Lopes Manenti Viana
773569	08/04/1993	Jaciane Priscila De Sousa
773258	01/06/1984	Jeissibel Serafim Freitas
745013	13/03/1992	Jessica Franciele Borges Duarte Geremias
773245	12/08/1989	Josicleia Serafim Freitas
756600	12/01/1981	Juliana Alves Dagostim Albano
772385	17/04/1972	Lucelia Almeida Da Silva
764613	30/05/1976	Luciana Sipriano
747983	18/11/1964	Lucimar Teresinha Romagna
777346	28/02/1991	Marcela Beatriz Nunes Lima Eufrazio
748943	15/04/1994	Maria Eduarda Savio Gava
765310	08/01/1994	Marina Daminelli Zanette
744740	12/12/1991	Monica Lavezzo Waterkemper
775287	19/08/1962	Nair Barbara Coral Ghislandi
761089	12/02/1983	Patricia Da Rocha Francelino
774976	31/10/1985	Paula Ferreira Bonassa
754702	25/06/1992	Priscila Simao Carvalho
777138	08/09/1975	Renata Figueiredo Correa
773654	29/03/1977	Rosangela Chipinski Mendes
740289	08/04/1982	Silvia Nara Gomes Serafim De Araujo
772187	16/03/1973	Sinara Americo Schneider
747485	10/04/1980	Sonia Somariva
776827	05/10/1990	Suelen Cipriano Tomaz
776410	25/01/1970	Sueli Machado
748954	26/10/1990	Vanessa Camilo De Campos

## Auxiliar de Ensino de Educação Infantil – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
758023	10/06/1992	Bruna Bordignon Policarpi
772286	13/11/1987	Cristina Custodio Figueira
764537	12/10/1982	Eliana Aparecida Piva Da Rosa Kestering
775611	18/04/1981	Ellen Matos Frigo Melo
743336	15/08/1996	Gabriela De Abreu Ghisleri
745054	05/01/1996	Jhenifer Oliveira Da Silva
747253	12/05/1995	Juliana Ugioni Daminelli
746404	28/03/1983	Raquel Policarpi Da Silva
764891	06/09/1993	Samara Pasini Moretto

## Auxiliar de Serviços Gerais I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
---------	-----------	-----------

751203	25/07/1978	Alexandra Martins Fernandes
753150	15/11/1975	Claudete Buss
775064	04/11/1978	Dirleia Dos Santos Costa
750899	21/09/1983	Eliziane Vieira
745666	25/12/1991	Esmaira De Araujo Moraes
769305	28/11/1994	Francieli Goncalves
748552	11/11/1972	Ines Angelica Somariva Mazzucco
763234	10/05/1977	Joelma Dias Coelho
745849	10/04/1988	Josimara Da Rosa Alves
771978	01/09/1969	Margarida Aparecida Barbosa
771958	25/07/1970	Marinalva Oliverio
745464	02/12/1975	Rodrigo Paredes Silveira
768773	21/05/1982	Rosilene Furlaneto Bozello Rodovanski
761010	29/04/1962	Sinclair Colombo
776948	25/06/1990	Tamires Felisberto Vieira

## Coordenador Pedagógico

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
744197	09/12/1957	Ana Elizabeth Rossoni Burigo
776396	28/08/1976	Ana Keila Guimaraes Ugioni
745382	03/10/1983	Rosa Maria Crispim Da Cunha
761445	17/09/1972	Roseli Viola Rodrigues
768956	26/12/1971	Silvio Vergulino Euclides

## Fonoaudiólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
745936	05/01/1995	Thais Terezinha Cardoso

## Motorista I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
776857	13/06/1982	Antonio Carlos Ungaratti Felizardo
775810	26/02/1977	Eraldo Rodrigues Da Luz
774896	19/08/1981	Graziela Laurindo Rabelo
750607	22/12/1970	Patricia Bratti
752807	12/12/1967	Pedro Donizete Artismo
751063	23/02/1998	Vitor Borges Vitali

## Motorista II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777400	01/09/1968	Amarildo Da Silva
747370	15/09/1976	Edicarlos Alessio
776158	27/08/1984	Emerson Pereira
774356	11/10/1981	Jose Salvador Dias Junior
759107	29/09/1979	Lincon Miguel Santana
775902	04/12/1976	Moizes Luciano Celane
754224	07/06/1962	Narcisio Waterkemper
761889	10/09/1978	Nelvio Segatto
766232	09/01/1976	Rodrigo Kieslarck Moretti
776343	26/05/1988	Vagner Costa Mondardo
766485	15/10/1975	Vagner Dos Santos

## Orientador Educacional

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
757153	17/03/1986	Larissa Vicenti Da Silva
747191	19/05/1967	Silvia Albino Custodio

## Professor Artes (Infantil ao 9º ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775305	05/08/1967	Aderna Cristina Paletti Gava
764926	06/05/1966	Ana Cacilda Zampolli
770919	22/03/1995	Ana Caroline Moro Campos
761428	23/08/1969	Ana Cristina Goncalves
774505	21/11/1988	Andressa Manfoleti Vitali
774221	19/05/1974	Ariane Regina Antony Barbosa
743082	18/08/1973	Cleuza Tramontin Flor
758675	28/11/1992	Daiane Cardoso Paes
770963	01/01/1983	Daiane Trombin Duminelli Scarpari
773925	15/03/1985	Daniela Zanelato Baldessar
773866	23/05/1989	Deise Moises Matos
745413	01/01/1985	Diego Castelan Guidi
748327	01/03/1987	Gilberto De Souza Jeronimo
767494	03/10/1983	Gizeli De Souza Gomes Araujo
740722	13/06/1990	Helena Da Silva Stanger
769834	05/10/1991	Itibere Domingues Riffel
766460	06/05/1978	Jaqueline Souza Da Silva
746157	10/05/1984	Jose Roberto Roque
775507	02/10/1985	Juliane Fernandes Alessio
756904	24/02/1990	Kenia Bitencourt Goulart
774762	11/09/1968	Leda Cretella
753637	23/06/1993	Lidiane Scarpari Fernandes De Jesus
741918	13/08/1992	Mainara Rosso
747200	29/01/1969	Maria Margarete Dos Santos Rodrigues
741940	18/06/1993	Mariane De Souza Ancelmo Dos Santos
752141	12/07/1988	Naysa Menegon Biff

## Professor Artes (Infantil ao 9º ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
752671	16/08/1992	Camila Fernandes Da Silva
776186	18/04/1997	Larissa Savio Daniel

## Professor Ciências 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
770681	27/09/1988	Allan Minatto Collodel
774635	03/06/1986	Ana Debora Olivo Panciera
771507	18/11/1991	Andressa Warmling Preve
761735	27/02/1986	Daniela Felix Ribeiro
762545	17/11/1965	Decio Escobar De Oliveira Ladislau
775746	08/05/1982	Gilsiane Souza Milanez
741903	23/04/1994	Greice Genuino Premoli
777276	02/11/1992	Ivanenson Da Silva Saraiva
767483	18/07/1975	Jaqueline Zanandrea Rocha Dias
744955	31/07/1976	Karin Cristine Braglia
774429	18/07/1979	Micheline Dagostim Dias
753728	09/04/1975	Sandra Rodrigues Ribeiro
742279	09/04/1975	Sandra Rodrigues Ribeiro

## Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
763293	21/02/1983	Alexandra Ranacoski
768708	07/09/1989	Aline Gava Nazario

771395	05/09/1987	Ana Carolina Bortolotto Ranacoski
742262	28/02/1994	Ana Paula Silva De Costa
751418	23/07/1989	Anieli Trento
743769	27/11/1992	Bruna Coelho Vassoler
777823	21/02/1989	Camila Joaquim Da Silva
747508	19/06/1994	Carolini Crepaldi Ugioni
748699	28/06/1990	Cecilia Ronconi Spilere
764914	30/06/1992	Cintia Zanoni Furlan
761140	29/03/1990	Daniele Furtado Dos Santos
741514	28/03/1983	Diciane Aparecida Barp Pasini
741908	22/12/1989	Douglas Ugioni Marques de Souza
746757	10/09/1973	Fabiane Cristina Vito Mondardo
742274	10/02/1990	Fernanda Cavaler Mezari Goulart
741052	21/01/1992	Francieli Cardoso De Oliveira
775634	12/02/1980	Frederico Cilon Camargo Brites
750788	27/12/1991	Guilherme Freitas Goncalves
774509	06/02/1990	Guilherme Peterle
753427	05/11/1979	Jussara Mondardo
770559	09/12/1990	Layon Crescencio De Freitas
763048	22/01/1982	Lielson Feltrin Rosa
745877	15/12/1989	Lucas De Souza Goulart
753799	02/05/1991	Luciane Topanotti Moretto
775900	07/08/1988	Luize Milanez Matos
748144	30/04/1991	Maicon Anderson Elias Amancio
776280	04/05/1978	Marcio Ricken
743045	20/11/1995	Mariane Rodrigues Albano
743711	18/01/1990	Mariele Marcineiro Merencio
749226	08/04/1991	Mateus Patricio
770752	05/02/1982	Morgana Lavezzo Da Silva
776830	23/08/1984	Natache Borges Da Silva
775519	04/09/1987	Patricia Rodrigues
757145	04/04/1994	Pedro Henrique Antunes Biff
773987	09/09/1980	Rafael Rosa Dos Santos
776407	14/05/1991	Renato Porto
777574	26/06/1989	Sheila Vivian Da Rosa
759373	04/09/1986	Simone Bordignon Da Silva
765500	12/12/1987	Taise Re
777752	10/05/1986	Talita Silva De Amorim
745932	25/07/1991	Thais Peruchi Scarpari
773836	27/03/1994	Thiago Machado Dos Santos
770815	07/11/1987	Valter Antunes Junior
763220	15/10/1983	Vanessa Carradore Da Silva
754193	11/02/1975	Viviane Bortolotto

## Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
746497	09/06/1992	Afonso Colombo Neto
751918	30/08/1995	Thaise Joao De Freitas

## Professor Educação Infantil – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
762166	12/03/1994	Alice Zanellato Botini
769755	09/02/1989	Aline Joaquim Goulart
776100	03/04/1981	Amanda Luiza Da Silva



767535	12/12/1958	Ana Beatriz Viola Felisberto
766760	07/01/1988	Ana Claudia Pereira
769560	25/10/1995	Ana Paula Zeferino Dal Molin
765501	22/05/1979	Ana Rita Dias Dornelles
772091	26/08/1979	Andreia Bortolotto Antunes
776883	19/02/1975	Andreia Prestes De Souza
747452	31/12/1983	Andreza Coral Goulart Moro
776131	05/05/1983	Andreza Teixeira Mariano
740465	21/11/1983	Andreza Valeriano Venson Nicolau
773547	03/01/1978	Barbara Marialete Roman Fontana Mezari
760839	14/01/1988	Beatriz Ghellere
748898	02/11/1980	Carla Garcia Bortolotto Bonfante
740676	29/12/1995	Carolini Zanette Bonfante
774783	10/09/1990	Cintia Patricia Nazario Da Silva
772839	13/06/1986	Cintia Silveira Borba
768859	19/01/1970	Cristiane Frederico Serafim
762701	05/06/1983	Daiane Dondossola Da Rosa
766051	17/11/1979	Daniela Da Silva Reinert Da Costa
740086	30/01/1992	Daniela Dandolini Colombo
753679	08/01/1991	Daniela Masiero Vitali
758337	25/10/1988	Debora Toigo
773704	20/03/1958	Dores Borges
763572	11/03/1978	Edilaine Cechinel Torquato
776333	29/12/1977	Elaine Salvador Zeferino
757817	14/03/1986	Eliana Claudia Da Silva De Souza
766125	23/06/1982	Elisete Panatto
776135	08/10/1979	Elizangela Vitorino Brunel
762705	13/04/1978	Erica Mondardo Morelli Brogni
774291	11/07/1966	Eronilde Texeira Alessio
774250	04/04/1978	Fabiana Dos Santos
744912	24/03/1980	Fabiana Siste Monteiro
740713	29/04/1986	Fernanda Miranda Monteiro
746557	25/08/1983	Flavia Spillere Ronchi
761845	03/06/1987	Gabriela Pandini Roque
774609	24/03/1976	Geci Fatima Da Rosa
758158	27/07/1970	Gesebel Andreia Mondardo Milanez
763091	02/04/1983	Geslane Spilere
776115	19/02/1978	Giane Zocche Demo Marangoni
774137	19/12/1972	Glaci Pereira Campos
767654	11/01/1979	Gracilene Aparecida Morona Bernardino
764517	27/09/1967	Isabel Cristina Satorno Sachet
766172	17/07/1968	Ivete Panatto Savio
768607	26/08/1976	Izabel Cristina Maffioletti Jacques
764948	11/04/1991	Jessica Arns Sehnem
762950	19/01/1992	Jessica Da Luz Beretta
745083	20/12/1991	Jessica Moro Marini
776918	30/03/1970	Josiana Maria Jacintho De Avila
740530	30/01/1970	Josiane Mondardo Milanesi
743167	23/03/1985	Josiane Silva Hoeller Salles
777421	20/07/1986	Josieli Dionizia Da Silva
748316	30/04/1983	Jucilene Regina Mota
742059	03/05/1973	Jucileni Marangoni Costa
769928	21/03/1984	Juliana Ferreira Frello De Lorenzi Cancelier

742694	04/09/1977	Juliana Vicente
753886	30/03/1986	Karina De Mattia
743895	04/05/1982	Karine Caetana Felisberto
762704	16/07/1990	Lais Gava Savio
775159	02/09/1962	Liene Silveira
769698	19/09/1987	Lorizete Cardoso
752678	20/04/1978	Luciana Da Silva Nazario Spricigo
764161	25/11/1969	Luciana Da Silva Ugioni
764816	30/08/1978	Luziete Izaías
742865	04/11/1989	Maiane Silva Preis
762230	05/01/1986	Maiara Milioli Barbosa
743687	11/05/1981	Manuela Helena Da Silva
765985	14/09/1974	Marcele Matos Pereira
751579	13/05/1984	Maria Cristina Cararo
773087	03/09/1962	Maria De Lourdes Hygidio Fernandes
757149	22/03/1998	Maria Eduarda Pasini
756636	07/06/1967	Maria Jadina Siqueira Figueredo
747288	30/08/1964	Maria Rosa De Lima Dos Santos Dondossola
777081	04/10/1965	Maria Terezinha Da Silva Dagostim
771241	01/04/1973	Marileia Rodrigues
750306	09/05/1971	Marileia Zanelato Borges
746401	28/06/1979	Marilene Dimenes
772377	22/04/1988	Marilia Tavares Davila
774821	23/01/1962	Marisa Spilere Ghislere
766611	30/04/1980	Melissa Dos Passos Da Silva Felipe
765685	15/01/1987	Morgana Pirola Bagio
777223	21/12/1993	Paola Cristina Da Silva
754610	20/01/1980	Patricia Buzzo Rovida
756915	06/12/1981	Patricia De Jesus Crecencio
763210	10/06/1988	Patricia Felicio Bony Dos Santos
761991	11/07/1980	Patricia Jose Porfirio Corrêa
770909	08/07/1976	Patricia Pereira Velho
777084	25/05/1987	Raiza Milioli
745958	19/05/1979	Renata Sandrini Alberton
774919	12/07/1966	Rita Cecilia Souza De Oliveira
773603	21/12/1959	Rosangela Irene Dandolini Tiscoski
775839	29/06/1974	Rosicleia De Souza
766025	11/07/1984	Rosineia Ribeiro
759855	04/09/1981	Sabrina Pereira Pietsch
774717	02/04/1986	Samara Borges Da Rocha
759813	18/08/1983	Samira Savio Ghellere Pavan
773438	20/08/1974	Simone De Oliveira Felisbino
750023	08/06/1995	Sinara Rampinelli Dordet
747640	15/07/1978	Soraia Florentino Martinho
754562	30/09/1968	Suzana Spillere
775999	01/12/1980	Taciani Peritto Batista
758989	03/10/1988	Tamiris Dias
763080	20/02/1984	Tatiana Bussulo Martins Nunes
741119	19/06/1984	Tatiani Santiago Costa
775470	14/11/1986	Valeria Daniel Wessler
750304	28/01/1986	Vanessa Bordinis Da Silva Arend
754081	04/01/1987	Vanessa Do Canto
759887	03/04/1985	Vanessa Romao Bongioiolo

761980	30/01/1977	Vanusa Maccarini De Amorim Sprisigo
770329	19/06/1968	Vienir Luiza Spillere Viana
776855	01/08/1983	Vivian Borges Furlanetto
761894	13/03/1971	Zulma Menger Da Rosa

## Professor Educação Infantil – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
758804	29/06/1988	Agnes Francisco Monteiro
769288	24/10/1992	Debora Grassi Manique Barreto
765666	18/05/1984	Genaina P. Nascimento De Freitas

## Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
762965	30/11/1979	Adriana Aparecida Gomes De Oliveira Padilha
778001	28/01/1973	Adriane Trento
775147	02/11/1979	Amanda Prestes
746457	08/06/1983	Ana Paula Pedroso Fernandes
747963	24/08/1982	Andreia Cambruzzi Cittadin
766468	12/01/1981	Andreia De Souza Pacheco Ramos
742586	15/06/1978	Andreza Maria Cunico Mondardo Savi
750473	21/01/1983	Angela Carradore Coral
751985	01/09/1993	Bruna Domingo Bortolotto
772665	24/05/1992	Camila Da Silva Mendes
750065	10/09/1981	Carina Valerio Da Luz
761744	18/08/1991	Cintia Dordet
744236	13/05/1971	Cleuza Loch Pirola
762951	05/05/1982	Cristiane Albano Meister
749622	14/07/1987	Daiane Goncalves Pereira
760823	29/05/1967	Darlene Nascimento Rodrigues
770996	22/10/1991	Edicleia Aparecida Florencio Martins
770804	05/07/1975	Edineia Leticia Alessio Gava
775188	13/07/1963	Eliane Pereira Da Rosa
742038	16/01/1988	Fernanda Bortolotto De Souza
761268	04/04/1980	Fernanda Nogueira De Oliveira
757005	23/07/1981	Franciele Monteiro Teixeira Garcia
744300	15/05/1977	Graziela Amboni
762174	21/11/1973	Ingrid Roussenq Fortunato Martins
771476	08/04/1988	Janaina Waterkemper Lock
758399	25/02/1981	Jessica Salgado Vieira Ross
744114	22/08/1962	Joana Darc Motta Gomes Mcalister
751386	05/03/1976	Jucelia Willemann Albino
771904	10/09/1976	Jucemara Ladriana Savio Zuchinalli
762127	13/05/1977	Kari Daniele Flores Carneiro
756312	19/12/1979	Lauana Bukaski Rodrigues Machado
741775	21/04/1971	Lia Betim Do Prado
769616	18/04/1981	Luana Regina Cesconeto Machado
777620	29/10/1970	Marcia Beatriz Bernardino
752142	22/02/1971	Marcia De Oliveira Sabino
754688	30/10/1962	Margareti Rodrigues Simon
776687	31/07/1962	Maria Bernardete May Schmitz
764151	15/08/1964	Maria De Fatima Silveira Zanoni
748136	28/04/1992	Marina Ronchi Martinello
776888	01/10/1968	Mauren Furukawa De Araujo
765834	27/07/1986	Michele Milak De Moraes

740872	23/02/1981	Paula Rejane De Souza Goncalves
774353	09/11/1982	Renata Lavezzo Candeu Amboni
757223	01/12/1974	Rosilda Marchioli De Bona
777534	20/10/1970	Rosinei Meurer
762955	14/01/1981	Samira Bristot De Freitas
770545	14/09/1961	Senclair Maria Silveira Arns
756771	03/12/1972	Silvia Letícia Borges da SilveiraSilveira
747280	11/05/1977	Silvia Regina Bonfante Ronchi
768916	09/10/1974	Simone Moro Pereira
772161	10/09/1971	Sirlene Gomes
745450	14/04/1986	Suzana Aparecida De Souza Medeiros
772709	03/12/1979	Suzana Velho Rissi
742018	28/09/1992	Talyta Felizardo Mendes Mezzari

## Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
742325	21/12/1981	Elines Goulart Canani
764348	16/05/1991	Kelly Esser Mendonça Colombo
767199	09/10/1983	Lilian Pizoni Bonfanti Correa
767244	08/12/1990	Michele Franca Marcolino

## Professor Geografia 6º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
763211	28/02/1973	Alexandre Urnau
751228	09/04/1973	Elis Cristina Ghislandi
750824	08/02/1975	Fabricio Maciel Magagnin
761832	03/02/1984	Gustavo Zanelatto Schneider
744921	06/12/1996	Thales Henrique Marques Marangoni
746563	06/08/1989	Victor Damiani Romagna

## Professor Geografia 6º ao 9ºano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775964	07/02/1980	Adriane Dorner
747231	18/01/1982	Diogo Manique
776605	24/10/1979	Idianara Felisberto Marcelo Felisberto Marcelo

## Professor História 6º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
758967	24/07/1979	Andre Miguel Machado
753770	02/12/1977	Fernanda De Souza
776841	03/10/1979	Fernando Lafuente
746238	15/10/1981	Gilmara Duarte Placido
769418	03/02/1987	Gilvani Mazzucco Jung
773322	13/12/1986	Glauco Roberto Salvan
747311	22/06/1981	Graziela Martinho Mota
742566	06/07/1985	Jucilene De Souza Placido Francisco
743296	30/07/1991	Lucas Santiago Costa
772899	01/12/1971	Luciana Dos Santos Menezes
758998	07/10/1983	Pamela Kurzawa Rizzi
772639	19/08/1993	Patricia Marcos Paes
753879	14/06/1992	Suelen Pacheco Mazzucco

## Professor História 6º ao 9ºano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
746544	23/09/1970	Robson Persola

## Professor Inglês 1 ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
764981	10/01/1981	Andressa Coronel Ovelar
740293	14/06/1983	Edilenia Macarini Frezza Ronchi
745355	04/08/1969	Juliana Estela Spillere
747718	05/06/1976	Paulo Ricardo Lopes Costa
772721	19/09/1985	Pricila Nola Guidarini
755379	02/05/1980	Saionara Felisberto Salvadego Topanotti

## Professor Língua Italiana 1º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
745167	08/08/1968	Angela Beatriz Fabbro

## Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777630	04/09/1989	Ananias Almeida Goncalves
777040	22/07/1984	Erica Cividini Scardueli Tramontin
752611	08/03/1989	Loren Santiago Pereira
755847	04/02/1980	Renata Zapelini Dos Santos
777452	06/05/1960	Rosangela Antonio
746126	03/09/1972	Rosinei Teresinha Margotti D.lorenzin Fernandes
747083	18/07/1965	Sandra Tavares
743147	03/03/1970	Sonia Soares Pierini Nuernberg
777595	12/05/1963	Tanea L L Ribeiro
777921	09/11/1995	Thainara Teixeira

## Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
741592	10/09/1997	Jennifer Demetrio Dos Santos
743662	25/03/1996	Thamiris Dondossola De Souza

## Professor Matemática 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
747936	01/02/1983	Claudia Alves Da Silva Joaquim
770095	07/11/1990	Erica Merencio Pagnan
751118	24/05/1980	Gislaine Tricheis Nazario Gomes
773311	09/11/1978	Leoclydes Vinicius Vianna Schraier
748931	29/12/1984	Maria Helena Milanez Mastella
773680	27/10/1987	Mariana De Oliveira Zuchinalli
765541	17/08/1992	Thiago Dagostim Meller

## Professor Matemática 6º ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
762010	29/06/1985	Ana Lucia Nuernberg Bristot
773835	25/05/1986	Cidelei Ferreira De Paula Junior

## Psicólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
761601	18/07/1994	Aline Costa Rocha
777750	20/11/1988	Bruna Goudinho Goncalves Goulart
773998	10/11/1994	Carla Sasso Simon
762711	15/01/1980	Cristiane Leandro De Lima
768048	07/08/1990	Gian Paulo Mazzucco Jung
757924	13/05/1982	Heloisa De Fatima Spillere
776909	10/09/1993	Luzia Dagostin Saccon

748415	24/06/1967	Mara Verlaine Luz
743194	14/02/1960	Maria Antunes Ronchi
750255	14/04/1992	Maria Fernanda Moura Da Cunha
765645	12/05/1993	Marina Da Silva De Matos
746931	01/09/1977	Mineia Cunha
770892	27/01/1985	Rochele Henz Araujo De Lima
776506	31/07/1992	Samira Tellecher Riquelme
746448	02/07/1976	Silvana De Souza Policarpi
776861	31/01/1994	Tassia Mendes Alexandre
777890	02/01/1992	Thiago Ribeiro

## Psicopedagogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
766854	25/09/1960	Maria Goreti Marcos Deschamps
752158	13/02/1968	Raquel Aparecida De Souza Della
776584	12/05/1972	Rosalva Rocha Dordete
740932	10/06/1971	Sandra Luiza Dumer

## Supervisor Escolar

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
763197	04/03/1971	Gizele Albino Urnau
740128	19/02/1995	Patrik Wiggers Junkes

Nova Veneza, 14 de dezembro de 2017.

ELZIO JOSÉ MILANEZ  
Secretário Municipal de Educação

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES | EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017**

Publicação Nº 1457685

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

## JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

## Recurso 001 – Candidato (a) de Inscrição nº 771909

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O (a) candidato (a) requer o deferimento de sua inscrição, porém conforme relata em seu recurso, não efetuou o pagamento da taxa no prazo previsto em edital alegando problemas na impressão e pagamento do boleto. A banca decide pelo indeferimento da inscrição tendo em vista que o (a) candidato (a) realizou sua inscrição no dia 30/11/2017 às 15h32min, possuindo todas as condições de realizar o pagamento até a data constante em edital.

## Recurso 002 – Candidato (a) de Inscrição nº 777452

Despacho/Justificativa: DEFERIDO. O (a) candidato (a) requer o deferimento de sua inscrição como habilitada. A banca decide pelo deferimento do pedido, tendo em vista que será trocado apenas a habilitação mantendo-se o cargo de inscrição.

Prefeitura Municipal de Nova Veneza, 14 de dezembro de 2017.



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 050/2017

Publicação Nº 1458162

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/17  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/17  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017  
HOMOLOGAÇÃO: 14/12/17  
CONTRATADO: ROZELI G. FRANCHINI  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de carga de gás GLP (Gás Liquefeito do petróleo) acondicionado em botijão de 13 e 45 Kg, para manutenção das diversas secretárias do Município de Novo Horizonte/SC  
VALOR DA DESPESA: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais reais)  
DATA: 14/12/17 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

### EXTRATOS TERMOS ADITIVOS 001 AO CONTRATOS TEMPORÁRIOS

Publicação Nº 1457936

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 002/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: ADILSON CECCHIN  
Cargo: funções de Operador de Máquinas - 40 (quarenta) horas semanais – Fundamento Legal: Lei 410/2009.  
Vigência: 11 /12/2017 até 30/04/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 044/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: ERNESTO MENEGASSO  
Cargo: funções de Operador de Máquinas - 40 (quarenta) horas semanais – Fundamento Legal: Lei 410/2009.  
Vigência: 11 /12/2017 até 30/04/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 045/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: RAFAEL DIEGO ZILIO  
Cargo: funções de Operador de Máquinas - 40 (quarenta) horas semanais – Fundamento Legal: Lei 410/2009.  
Vigência: 11 /12/2017 até 30/04/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 001/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: VANDRO CECCHIN  
Cargo: funções de Operador de Máquinas - 40 (quarenta) horas semanais – Fundamento Legal: Lei 410/2009.  
Vigência: 11 /12/2017 até 30/04/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 003/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: AIRTON VICTÓRIO SUFREDINI

Cargo: funções de Motorista - 40 (quarenta) horas semanais – Fundamento Legal: Lei 410/2009.  
Vigência: 11 /12/2017 até 30/04/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 017/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: FERNANDA ORTOLANDI  
Cargo: funções de Professora de Ensino Religioso - 20 (vinte) horas semanais – Fundamento Legal: Lei 410/2009 e nos termos do art. 7º, XVIII, da CB e do art. 10, II, b, do ADCT.  
Vigência: 11 /12/2017 até 31/07/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 016/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: MARCIA BAISSO  
Cargo: funções de Professora de Língua Portuguesa - 20 (vinte) horas semanais – Fundamento Legal: Lei 410/2009 e nos termos do art. 7º, XVIII, da CB e do art. 10, II, b, do ADCT.  
Vigência: 11 /12/2017 até 31/12/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 049/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: MARCIO POSSAMAI DELLA  
Cargo: funções de Professor de Educação Física - 20 (vinte) horas semanais – Fundamento Legal: Lei 410/2009 encontra-se em auxílio doença.  
Vigência: 11 /12/2017 até 02/01/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 041/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: MARIZETE DE OLIVEIRA D' SANTI  
Cargo: funções de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 (quarenta) horas semanais, desempenhando suas funções na Escola Aidê Terezinha Mallagutti (Platanéia) – Fundamento Legal: Lei 410/2009.  
Vigência: 11 /12/2017 até 16/02/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 025/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: MARGARETE RODRIGUES DE LIMA OLIVEIRA  
Cargo: funções de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 (quarenta) horas semanais, desempenhando suas funções na Escola Municipal Aidê Terezinha Mallagutti (Platanéia) – Fundamento Legal: Lei 410/2009.  
Vigência: 11 /12/2017 até 16/02/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 022/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: TATIANE CORREA VELASQUES  
Cargo: funções de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 (quarenta) horas semanais, desempenhando suas funções na Escola Municipal Cenho (Sede) – Fundamento Legal: Lei 410/2009.  
Vigência: 11 /12/2017 até 16/02/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 006/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: ELIANA MENDES

Cargo: funções de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 (quarenta) horas semanais, desempenhando suas funções na Prefeitura Municipal–  
Fundamento Legal: Lei 410/2009.

Vigência: 11 /12/2017 até 16/02/2018

Registre-se e  
Publique-se

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO  
020/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: DAINE LICHESKI

Cargo: funções de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 (quarenta) horas semanais, desempenhando suas funções na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social - Fundamento Legal: Lei 410/2009.

Vigência: 11 /12/2017 até 16/02/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO  
021/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: SUZANA COAN VIERO

Cargo: funções de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 (quarenta) horas semanais, desempenhando suas funções na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social – Fundamento Legal: Lei 410/2009.

Vigência: 11 /12/2017 até 16/02/2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001 DO CONTRATO TEMPORÁRIO  
033/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: MELÂNIA FABIA SANDRINI

Cargo: funções de Assistente Social - 40 (quarenta) horas semanais, desempenhando suas funções na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social – Fundamento Legal: Lei 410/2009.

Vigência: 11 /12/2017 até 31/12/2018

Novo Horizonte/SC, em 14 de Dezembro de 2.017 – VANDERLEI  
SANAGIOTTO - Prefeito

## PORTARIA 136

Publicação Nº 1457868

	ESTADO DE SANTA CATARINA Município de Novo Horizonte
--	---

PORTARIA nº 136 de 15 de dezembro de 2017.

Revoga efeitos da Portaria nº 035 DE 16/02/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogado os efeitos da Portaria nº 035/2017 de 16 de fevereiro de 2017 que "AUTORIZA A CONCESSÃO DE AULAS EXCEDENTES PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 15 de dezembro de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

# Orleans

## PREFEITURA

### 4.193

Publicação Nº 1457375

DECRETO N. 4.193 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 2.689 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.433,70

TOTAL R\$ 6.433,70

Art.2º . A conta do recurso anterior fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.3.50.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.433,70

TOTAL R\$ 6.433,70

Art.3º. Este Decreto entra em Vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 30 de novembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração

### 4.195

Publicação Nº 1457387

DECRETO N. 4.195 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

“ ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.”

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2689 de 21 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.02 – Departamento de Serviços Urbanos

2.021 – Manutenção e Sinalização de Transito

F.R. - 00.01.0101 – Convenio Transito Militar

3.3.30.00 – Transferência à Estados e Distrito Federal R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para atendimento, o disposto que trata o artigo 1º, fica anulada dotação orçamentária, na seguinte fonte de recurso:

08.00 – SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.02 – Departamento de Serviços Urbanos

2.021 – Manutenção e Sinalização de Transito

F.R. - 00.01.0101 – Convenio Transito Militar

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

Art.3º. Para abertura do crédito Suplementar no artigo 1º, fica utilizada o excesso de arrecadação seguinte fonte de recursos:

F.R. - 00.01.0101 – F.R. - 00.01.0101 – Convenio Transito Militar R\$ 11.500,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 04 de dezembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicado o presente decreto nesta Secretaria de Administração, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração

### 4.196

Publicação Nº 1457388

DECRETO N.º 4.196 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n 2.781 de 14 de novembro de 2017,

DECRETA

Art. 1 Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação Orçamentária:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE

1.019 – Construção de Ginásios e Cobertura de Quadras Esportes

F.R. - 01.0000 – Recursos Próprios

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 2º) – Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

04.01 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA

0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Pública

F.R. - 01.0000 – Recursos Próprios

4.6.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 35.000,00

Art.3º) – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 04 de dezembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta secretaria municipal de Administração, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário Municipal de Administração

#### 4.197

Publicação Nº 1457393

DECRETO N.º 4.197 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIOS ANTERIORES NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso III do Artigo 9 da Lei n 2689 de 21 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito suplementar na seguinte dotação orçamentária.

12.00 – SAMAE

12.01 – SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

2.032 – Manutenção do SAMAE

F.R – 00.06.0040 – Superávit Financeiro Exerc Anterior - SAMAE

4.4.71.00 – Aplicações Diretas R\$ 21.393,00

TOTAL R\$ 21.393,00

Art.2º. Para a cobertura da abertura do crédito suplementar no artigo anterior, fica utilizado o superávit financeiro do exercício anterior:

F.R – 00.06.0040 – Superávit Financeiro Exerc. Anterior – SAMAE R\$ 21.393,00

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 04 de dezembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário Municipal de Administração

#### 4.198

Publicação Nº 1457396

DECRETO N. 4.198 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2689

de 21 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.042 – Manutenção do Bloco de At. Med. E Alt. Complexidade Ambulatorial

F.R. 01.0080 Aplicações Diretas

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 247.347,39

TOTAL

\_ R\$ 247.347,39

Art.2º Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizadas as seguintes fontes de recursos:

F.R. 01.0080 Aplicações Diretas R\$ 247.347,39

TOTAL

\_ R\$ 247.347,39

Art.3º Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, 04 de dezembro de 2017, 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração.

#### 4.199

Publicação Nº 1457398

DECRETO N. 4.199 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 2689 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.047 - Manutenção da Proteção Social Especial

4.4.71.00 – Transferência Consórcio Público R\$ 16.392,05

TOTAL R\$ 16.392,05

Art.2º . A conta do recurso anterior fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.047 - Manutenção da Proteção Social Especial

3.1.71.00 – Transferência Consórcio Público R\$ 16.392,05

TOTAL R\$ 16.392,05

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação

Orleans, 11 de dezembro de 2017, 132 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 487

Publicação Nº 1458457

DECRETO Nº 487, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estabelece ponto facultativo nos dias 26 de dezembro de 2017 e 2 de janeiro de 2018, e dispõe sobre o horário de funcionamento das Repartições Públicas do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, caput, inciso VI, da Lei Orgânica,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo, em função dos feriados de Natal e da Confraternização Universal, nos dias:

I - 26 de dezembro de 2017; e

II - 2 de janeiro de 2018.

Art. 2º Fica revogado, a partir de 2 de janeiro de 2018, os efeitos do Decreto nº 481, de 27 de outubro de 2017, que estabeleceu o horário de funcionamento das Repartições Públicas do Município, na modalidade de Turno Único.

§ 1º A partir de 3 de janeiro de 2018 fica reestabelecido o horário normal de funcionamento de todas as Repartições Públicas do Município.

§ 2º Fica estabelecido o horário de atendimento ao público pelos Departamentos situados no Centro Administrativo do Município (Prefeitura): das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 14 de dezembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 488

Publicação Nº 1458458

DECRETO Nº 488, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Prorroga o prazo estabelecido no art. 2º do Decreto nº 435, de 26 de abril de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, caput, inciso VI, da Lei Orgânica,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias o prazo estabelecido no art. 2º do Decreto nº 435, de 26 de abril de 2017, que aprovou o desmembramento de área urbana, requerida por Aquino Scopel e Terezinha Scopel.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 14 de dezembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### PR 053/2017

Publicação Nº 1458549

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0053/2017

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 03/01/2018, às 09:00 hs, o Processo Licitatório nº. 0076/2017, na modalidade Pregão Presencial N. 0053/2017, tipo menor preço por item representado pelo maior desconto ofertado por item, sob regime de entrega parcelada, para o exercício de 2018.. Objeto: Aquisição de medicamentos genéricos, éticos e similares, para distribuição gratuita à população do Município de Ouro, para o exercício de 2018. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 14/12/2017. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.



# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DISPENSA 019/2017

Publicação Nº 1457830

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099 /2017

Objeto: Aquisição de Licença de Uso e Locação de Aplicativo Web denominado GERENCIADOR WEB DE ARQUIVOS. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 14 de dezembro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 263/2017

Publicação Nº 1458402

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 263/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RODRIGUES & RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA – ME. OBJETO: consiste na contratação de empresa para execução de serviços de drenagem, pavimentação a paver e sinalização viária da Rua João Joaquim Martins, Rua Mariano Francisco Martins e Rua Videira (trecho 02), localizadas no bairro Barra do Aririú, no município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 382.590,85 (trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos). Data: 13/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 264/2017

Publicação Nº 1458403

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 263/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI. OBJETO: consiste na contratação de empresa para execução de serviços de drenagem, pavimentação a paver e sinalização viária da Rua Pérola e Rua Padre Cícero, localizados no bairro Jardim Eldorado, no município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 289.471,57 (duzentos e oitenta mil quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e sete centavos). Data: 14/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 266/2017

Publicação Nº 1458404

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 266/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: consiste na contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação a paver e sinalização viária da Rua Albertina Maria Quadros, localizada no bairro Aririú, no município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 291.461,38 (duzentos e noventa e um mil quatrocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos). Data: 14/12/2017.

### RESULTADO DO PG 152-2017 TONER

Publicação Nº 1458390

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 152/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de toner e cartuchos para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e seus programas neste município, de acordo com as especificações partes integrante do edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

MJG TECNOLOGIA venceu os itens: 1, 2,3 e 12.

EONIX SUPRIMENTOS venceu os itens: 4, 5, 6, 7, 8, 13, 14, 15, 20, 21, 22 e 23.

TECTONER RECARGA venceu os itens: 9, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 27.

Palhoça, 14 de dezembro de 2017.

### RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL RP 146/2017

Publicação Nº 1457330

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO FINAL DO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL RP nº 146/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado FINAL do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL RP.

#### CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:

OMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA, ficou classificada e habilitada no seu menor preço nos Lote 01, totalizando a importância de R\$ 261.750,00 (Duzentos e sessenta e um mil setecentos e cinquenta reais).

Palhoça, 14 de dezembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTIS

Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2017**

Publicação Nº 1456674

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA JAW COM DE MATRL MED HOSP LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: CIRURGICA JAW COM DE MATRL MED HOSP LTDA

CNPJ: 79.250.676/0001-93

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Dimenidrinato associado com piridoxina, glicose, frutose (3mg+5mg+100mg+100mg/ml) solução injetável, amp.10ml					
30	10000,00	AMP	TAKEDA	R\$2,2146	R\$22.146,0000
Especificação: Etarnecept de 50 mg, com 04 ampolas					
39	15,00	CX	WYETH	R\$4.555,4200	R\$68.331,3000
Valor Total		(noventa mil, quatrocentos e setenta e sete reais e trinta centavos)			R\$90.477,30

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2017**

Publicação Nº 1456676

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Anlodipino besilato 5mg					
7	1800000,00	COMP	TEUTO Genérico	R\$0,0189	R\$34.020,0000
Especificação: Bicarbonato de sódio 8,4% - 10 ml					
13	300,00	AMP	SAMTEC Bicarbonato Sódico	R\$0,5700	R\$171,0000
Especificação: Clonazepam 0,5mg.					
22	1000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA Uni Clonazepam	R\$0,0550	R\$55,0000
Especificação: Pantoprazol 40 mg, caixa com 28 comprimidos.					
72	45,00	CX	Vitapan-Vitamedic Peptovit	R\$11,4800	R\$516,6000

Especificação: Sulfato de Magnésio 10 % , com 10 ml					
86	500,00	AMP	SAMTEC SULFATO DE MAGNESIO	R\$0,3430	R\$171,5000
Especificação: Vitamina E 400UI, caixa com 30cp					
103	15,00	CX	NATULAB Vitamin E	R\$18,5580	R\$278,3700
Especificação: Benzilpenicilina benzatina 1200000 UI					
104	15000,00	F/AM	TEUTO BEPEBEN	R\$9,1490	R\$137.235,0000
Valor Total		(cento e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos)			R\$172.447,47

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017**

Publicação Nº 1456679

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
CNPJ: 05.531.725/0001-20					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Adenosina 3mg/ml Iv, ampolas 2ml.					
2	1000,00	AMP	HIPOLABOR	R\$7,8700	R\$7.870,0000
Especificação: Aminofilina 24mg/mL, ampolas 10 ml injetável IV					
5	1000,00	AMP	FARMACE	R\$0,7300	R\$730,0000
Especificação: Atropina sulfato 0,25mg/mL, ampolas 01 ml					
10	1000,00	AMP	FARMACE	R\$0,2800	R\$280,0000
Especificação: Prometazina 25mg					
75	300000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0670	R\$20.100,0000
Valor Total		(vinte e oito mil e novecentos e oitenta reais)			R\$28.980,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2017**

Publicação Nº 1456681

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ: 65.817.900/0001-71

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Levodopa + benzerazida 100 + 25mg, comprimidos birranhurados					
57	250000,00	COMP	ROCHE	R\$1,0700	R\$267.500,0000
Valor Total		(duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais)			R\$267.500,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017**

Publicação Nº 1456685

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178/0004-91

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml					
6	5000,00	F/AM	HIPOLABOR LIDOCAINA 2%	R\$1,8900	R\$9.450,0000
Especificação: Crestor 10 mg cx com 30cp (genérico ou similar equivalente)					
25	48,00	CX	SANDOZ ROSUVASTATINA	R\$15,0000	R\$720,0000
Valor Total		(dez mil e cento e setenta reais)			R\$10.170,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2017**

Publicação Nº 1456690

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 94.516.671/0002-34

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Lamotrigina 100mg					
56	600,00	COMP	TEUTO Genérico	R\$0,2000	R\$120,0000

Especificação: Oxcarbazepina 600mg (genérico ou similar)

71	6000,00	COMP	GENOM/UNIAO OXCARB	R\$1,1400	R\$6.840,0000
Valor Total		(seis mil e novecentos e sessenta reais)			R\$6.960,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2017**

Publicação Nº 1456691

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 06.035.038/0001-86

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Diamicon MR 60mg					
28	1000,00	COMP	DIAMICROM MR SERVIER	R\$1,5600	R\$1.560,0000
Especificação: Frisium 10mg, cx com 20cp					
41	40,00	CX	FRISIUM SANOFI	R\$13,5850	R\$543,4000
Especificação: Frisium 20mg, cx com 20cp					
42	36,00	CX	FRISIUM SANOFI	R\$25,0500	R\$901,8000
Especificação: Hyperium 1mg, caixa com 30 comprimidos.					
49	30,00	CX	HYPERIUM SERVIER	R\$55,3800	R\$1.661,4000
Especificação: Procoralan 5mg c/56cp					
74	20,00	CX	PROCORALAN SERVIER	R\$79,5200	R\$1.590,4000
Especificação: Sulpirida 50mg c/20cp					
87	100,00	CX	Equilid SANOFI	R\$12,4700	R\$1.247,0000
Especificação: Valdoxan 25 mg com 28 cp					
96	30,00	CX	VALDOXAN SERVIER	R\$114,5200	R\$3.435,6000
Especificação: Vastarel MR 35 mg, caixa com 30 comp.					
97	60,00	CX	VASTAREL MR SERVIER	R\$39,9000	R\$2.394,0000
Valor Total		(treze mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos)			R\$13.333,60



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2017**

Publicação Nº 1456692

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA					
CNPJ: 13.485.130/0001-03					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ansitac 10mg, cx com 20cp					
8	100,00	CX	LIBBS / ANSITEC	R\$15,9000	R\$1.590,0000
Especificação: Ansitac 5mg, cx com 20cp					
9	100,00	CX	LIBBS / ANSITEC	R\$9,9000	R\$990,0000
Especificação: Azopt colírio 1%, frasco com 5 ml.					
11	30,00	FRS	AZOPT-ALCON	R\$41,8100	R\$1.254,3000
Especificação: Miflonide 400mcg c/60 doses e inalador					
62	100,00	CX	MIFLONIDE/NOVARTIS	R\$32,9900	R\$3.299,0000
Especificação: Ritalina LA 40mg c/30cp.					
77	30,00	CX	RITALINA LA/NOVARTIS	R\$151,8400	R\$4.555,2000
Especificação: Salsep 9mg solução nasal, frasco spray com 30ml.					
81	25,00	FRS	SALSEP/LIBBS	R\$10,1800	R\$254,5000
Especificação: Velija 60mg, caixa com 30 comprimidos.					
99	35,00	CX	Velija/Libbs	R\$76,2700	R\$2.669,4500
Especificação: Verotina gotas 20 mg/mL frasco 20ml					
100	24,00	FRS	VEROTINA/LIBBS	R\$23,3600	R\$560,6400
Valor Total		(quinze mil, cento e setenta e três reais e nove centavos)			R\$15.173,09

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2017**

Publicação Nº 1456696

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELFA MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: ELFA MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 09.053.134/0002-26

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Concerta 36mg c/ 30cp.					
24	48,00	CX	JANSEN	R\$294,7300	R\$14.147,0400
Valor Total		(quatorze mil, cento e quarenta e sete reais e quatro centavos)			R\$14.147,04

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2017**

Publicação Nº 1456698

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

CNPJ: 11.034.934/0001-60

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Brometo de fenoterol, 5mg/mL, solução para nebulização (gotas), frasco c/ 20ml					
16	1500,00	FRS	PRATTIDONADUZZI	R\$2,2700	R\$3.405,0000
Especificação: Fosfato sódico de prednisolona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60ml.					
40	15000,00	FRS	PRATI-DONADUZZI	R\$2,8000	R\$42.000,0000
Especificação: Vitamina B1 300 mg					
102	20000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,1700	R\$3.400,0000
Valor Total		(quarenta e oito mil e oitocentos e cinco reais)			R\$48.805,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2017**

Publicação Nº 1456634

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 94.894.169/0001-86

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Bromazepan 6 mg					
15	1100,00	COMP	HYPERMARCAS - BRAINF 155840298	R\$0,3300	R\$363,0000
Especificação: Dorflex (ou similar)					
34	6000,00	COMP	HYPERMARCAS - BRAINF 155840073	R\$0,1300	R\$780,0000
Especificação: Miocalven D, caixa com 60 sachês					
66	20,00	CX	CHIESI 100580098	R\$80,4400	R\$1.608,8000
Especificação: Tartarato de Brimonidina 0,2%, frasco com 5ml.					
89	50,00	FRS	HYPERMARCAS - BRAINF 155840309	R\$9,8000	R\$490,0000
Especificação: Vecasten caixa com 30 comprimidos					
98	30,00	CX	MARJAN 101550228	R\$86,7000	R\$2.601,0000
Valor Total		(cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos)			R\$5.842,80

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2017**

Publicação Nº 1456641

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA					
CNPJ: 02.520.829/0001-40					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Butilbrometo de escopolamina 10 mg					
18	150000,00	COMP	U.QUIMICA	R\$0,4070	R\$61.050,0000
Especificação: Hidroclorotiazida 25 mg					
48	2000000,00	COMP	CIMED	R\$0,0120	R\$24.000,0000
Valor Total		(oitenta e cinco mil e cinquenta reais)			R\$85.050,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2017**

Publicação Nº 1456646

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 05.782.733/0001-49

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Depakote ER 250mg, caixa com 30 comp.					
26	36,00	CX	ABBOTT	R\$27,6300	R\$994,6800
Valor Total		(novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos)			R\$994,68

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2017**

Publicação Nº 1456652

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

CNPJ: 44.734.671/0001-51

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Biperideno 5 mg/mL, sol injetável ampolas 1ml					
14	200,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,7200	R\$344,0000
Especificação: Cetoprofeno 50mg/mL IM c/2mL					
20	3000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,3000	R\$3.900,0000
Valor Total		(quatro mil e duzentos e quarenta e quatro reais)			R\$4.244,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2017**

Publicação Nº 1456663

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

CNPJ: 81.706.251/0001-98

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aclasta 5 mg/100ml - solução para infusão intravenosa					
1	3,00	FRS	SANDOZ	R\$1.328,6600	R\$3.985,9800

Especificação: Cilostazol 100mg					
21	3000,00	COMP	BIOLAB	R\$0,6550	R\$1.965,0000
Especificação: Thioctacid 600 mg com 30 cp					
91	25,00	CX	MERCK	R\$88,8000	R\$2.220,0000
Valor Total		(oito mil, cento e setenta reais e noventa e oito centavos)			R\$8.170,98

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2017**

Publicação Nº 1456669

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GENÉSIO A. MENDES & CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS. DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: GENÉSIO A. MENDES & CIA LTDA					
CNPJ: 82.873.068/0001-40					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Budesunida 32mcg/dose, spray nasal, frasco com 120 doses (ou similar equivalente)					
17	40,00	FRS	BUSONID/BIOSINTÉTICA BUSONID/BIO-SINTÉTICA	R\$14,0000	R\$560,0000
Especificação: Carbamazepina 400 mg, comprimidos de liberação prolongada (genérico ou similar equivalente)					
19	3000,00	COMP	TEGRETOL CR/NOVARTIS TEGRETOL CR/NOVARTIS	R\$1,4100	R\$4.230,0000
Especificação: Diovan 320mg c/28cp					
31	40,00	CX	DIOVAN/NOVARTIS DIOVAN/NOVARTIS	R\$54,5000	R\$2.180,0000
Especificação: Diovan anlo 320/5 mg c/28cp					
32	4,00	CX	DIOVAN AMLO FIX/NOVARTIS DIOVAN AMLO FIX/NOVARTIS	R\$69,0000	R\$276,0000
Especificação: Diovan HCT 160/12,5mg c/28cp					
33	30,00	CX	DIOVAN HTC/NOVARTIS DIOVAN HTC/NOVARTIS	R\$57,5000	R\$1.725,0000
Especificação: Galvus 50mg c/56 comp.					
43	15,00	CX	GALVUS/NOVARTIS GALVUS/NOVARTIS	R\$131,1400	R\$1.967,1000
Especificação: Galvus met 50/850 mg c/56cp					
44	25,00	CX	GALVUS MET/NOVARTIS GALVUS MET/NOVARTIS	R\$131,1200	R\$3.278,0000
Especificação: Levotiroxina Sódica 100mcg.					
58	500000,00	COMP	levoid / ache levoid / ache	R\$0,0670	R\$33.500,0000

Especificação: Levotiroxina Sódica 25mcg.					
59	500000,00	COMP	levoid / ache levoid / ache	R\$0,0680	R\$34.000,0000
Especificação: Levotiroxina Sódica 50mcg.					
60	500000,00	COMP	levoid / ache levoid / ache	R\$0,0685	R\$34.250,0000
Especificação: Onbrize 150mcg c/30capsulas + inalador					
68	30,00	CX	ONBRIZE/NOVARTIS ONBRIZE/NOVARTIS	R\$77,5400	R\$2.326,2000
Especificação: Onbrize 300mcg c/30capsulas + inalador					
69	25,00	CX	ONBRIZE/NOVARTIS ONBRIZE/NOVARTIS	R\$77,5400	R\$1.938,5000
Especificação: Ritalina LA 20mg c/ 30cp					
76	3,00	CX	RITALINA LA/NOVARTIS RITALINA LA/NOVARTIS	R\$151,7400	R\$455,2200
Especificação: Tegretol 400mg					
90	2000,00	COMP	TEGRETOL/NOVARTIS SPIRIVA RES-PIMAT/BOEHRINGER	R\$1,2330	R\$2.466,0000
Especificação: Trayenta 5mg c/30cp					
92	15,00	CX	TRAYENTA/BOEHRINGER TRAYENTA/BOEHRINGER	R\$160,5000	R\$2.407,5000
Especificação: Trileptal 300mg					
93	1500,00	COMP	TRILEPTAL/NOVARTIS TRILEPTAL/NOVARTIS	R\$1,5090	R\$2.263,5000
Especificação: Trileptal 600mg					
94	1500,00	COMP	TRILEPTAL/NOVARTIS TRILEPTAL/NOVARTIS	R\$2,8990	R\$4.348,5000
Valor Total		(cento e trinta e dois mil, cento e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos)			R\$132.171,52

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2017**

Publicação Nº 1456671

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2017 – Pregão Presencial 32/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP e CAPS.

DATA: 14/09/2017 à 13/09/2018.

Nome da Empresa: VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 00.088.317/0001-21

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bicalutamida 50mg					





12	4000,00	COMP	ASTRAZENECA Casodex 50mg cx c/28comp.	R\$10,3400	R\$41.360,0000
Especificação: Roflumilaste 500mcg cx com 30 comp.					
79	50,00	CX	ASTRAZENECA Daxas 500mg cx c/30comp.	R\$132,4700	R\$6.623,5000
Especificação: Symbicort 12/400mcg frasco c/ com 60 doses					
88	25,00	FRS	ASTRAZENECA Symbicort Turb 12/400mcg fr c/60doses.	R\$64,3800	R\$1.609,5000
Valor Total		(quarenta e nove mil e quinhentos e noventa e três reais)			R\$49.593,00

# Palma Sola

## PREFEITURA

### EXTRATO DOS CONTRATOS DE Nº. 169 AO 172/2017 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEL

Publicação Nº 1457639

CONTRATO: 169/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA -ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEL

VALOR TOTAL:1.032,00

VIGÊNCIA: 30/12/2017

ASSINATURA: 14/12/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 170/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEL

VALOR TOTAL:16.767,00

VIGÊNCIA: 30/12/2017

ASSINATURA: 14/12/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 171/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: FERNANDA SEVALD EIRELI - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEL

VALOR TOTAL: 8.629,00

VIGÊNCIA: 30/12/2017

ASSINATURA: 14/12/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 172/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: MB CATARINENSE LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEL

VALOR TOTAL: 3.692,00

VIGÊNCIA: 30/12/2017

ASSINATURA: 14/12/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

## **TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 094/2017 - LIMPAR FOSSAS.**

Publicação Nº 1457433

1º TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO Nº. 094/2017

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Francisco Zanotto, n. 600, CNPJ 83.028.639/0001-02, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Cleomar José Mantelli, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São João, perímetro rural do município de Palma Sola – SC, CPF:760.741.889-04, neste denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, empresa Disner & CIA LTDA - ME, estabelecida na Av. José Folador, 1240 -Palma Sola - SC, inscrito no CNPJ sob nº. 10.650.856/0001-66, neste ato representada pelo proprietário Sr. Jacson Disner, portador do CPF nº. 093.400.819-19, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, pactuam o presente Termo Aditivo, em comum acordo e com amparo na Cláusula décima quarta, do contrato de nº. 094/2017 firmam o presente Termo Aditivo como segue:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO**

A presente prorrogação é firmada com o objetivo de evitar problemas de solução de continuidade dos serviços que compõem o objeto, tendo fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, no certame licitatório que lhe deu origem e na Cláusula décima quarta do Contrato nº. 094/2017; considerando, ainda, o princípio da economicidade e da continuidade, tendo presente a respectiva cobertura orçamentária.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Este termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº. 094/2017, firmado em 17 de abril de 2017, que trata do recolhimento e transporte dos dejetos humanos depositados em fossas sépticas nos órgãos públicos do Município de Palma Sola. Após recolhidos deverão ser depositados na estação de tratamento do município de Palma Sola, devendo a empresa ficar responsável pela manutenção desta, com o controle do fluxo do lodo, dosagem do ácido nítrico, controle do processo de oxicoagulação eletrônica, acompanhamento do processo de aeração, acompanhamento do processo de descarga em zona de mistura, manutenção dos equipamentos da unidade de tratamento de efluentes, manutenção da área da unidade de tratamento de efluentes e demais atividades inerente quando solicitado pela Departamento de Meio Ambiente do Município de Palma Sola

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por mais doze meses, contados a partir de 1º de janeiro de 2018, com término previsto para o dia 31 de dezembro de 2018, mantendo o valor mensal R\$: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Totalizando o valor de 30.000,00 (trinta mil reais)

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas públicas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações:

07.01.2.033.3.3.90.39.28.00.00.00. (238/2018) – Sec. De Infraestrutura e Transportes - Aplicações Diretas – Coleta de lixo e demais resíduos.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato nº. 094, de 17 de abril de 2017, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola – SC, 14 de dezembro de 2017.

-----  
Município de Palma Sola  
Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal  
Contratante

-----  
Jacson Disner & CIA LTDA – ME  
CNPJ sob nº. 10.650.856/0001-66  
Jacson Disner  
CPF: 093.400.819-19  
Contratado

## TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda S. Sganderla      NOME: Ana Caroline Pies  
CPF: 034.191.239-57              CPF: 024.607.219-94

**TERMO ADITIVO Nº. 05 - AO CONTRATO Nº. 094/2014 - BETHA SISTEMAS**

Publicação Nº 1457452

## TERMO ADITIVO Nº.05

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 094/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA- SC E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Palma Sola, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Cleomar José Mantelli, portador do CPF Nº. 760.741.889-04 e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Júnior, CPF: 004.770.259-19, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 094/2014, de 30 de julho de 2014, para fazer constar as seguintes alterações:

## Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 07 (sete) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 2018 com término em 30/07/2018.

## Cláusula Segunda – DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

## Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

Prefeitura Municipal:

03.01.2.003.3.3.90.39.00.00.00.00 – Aplicações Diversas

Fundação Municipal de Cultura

03.01.2.003.3.3.90.39.00.00.00.00 – Aplicações Diversas

## Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado e seus aditivos permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Palma Sola, 10 de dezembro de 2017.

-----  
Cleomar José Mantelli  
Prefeito municipal  
Contratante CPF: 760.741.889-04

-----  
Betha Sistemas Ltda.  
Contratada  
CNPJ: 00.456.865/0001-67  
P/P. Ernesto Muniz de Souza Júnior  
CPF: 004.770.259-19

## TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda S. Sganderla      NOME: Elaine Staudt  
CPF: 034.191.239-57              CPF: 053.954.509-04

**TERMO ADITIVO Nº. 07 - AO CONTRATO Nº. 01/2013 - RECOLHIMENTO DE LIXO.**

Publicação Nº 1457443

7º TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO Nº. 01/2013

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Francisco Zanotto, n. 600, CNPJ 83.028.639/0001-02, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Cleomar José Mantelli, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São João, em Palma Sola – SC, CPF: 760.741.889-04, neste denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda, Estabelecida no Município de Maravilha – SC, na Avenida Sete de Setembro, 211, sala 106, neste ato representado por sua sócia administradora Sra: Juleide Inês D’agostini, CPF nº. 589.785.859-49, neste denominada de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, bem como no Processo Licitatório nº. 60/2012 na modalidade Tomada de Preços nº. 13/2012 e Contrato nº. 01/2013, firmam o presente e de acordo com o que se segue.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO**

O presente termo é firmado com o objetivo de evitar problemas de solução de continuidade dos serviços que compõem o objeto, o que acarretaria relevantes prejuízos à comunidade do Município, tendo fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, no certame licitatório que lhe deu origem e na Cláusula Terceira do Contrato nº. 01/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Este termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº. 01/2013, firmado em 02 de janeiro de 2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES FINANCEIROS E DA VIGÊNCIA**

Os valores mensais permanecem inalterados, durante o período de vigência deste Termo Aditivo, sendo que o valor total será de no máximo R\$: 66.270,45 (sessenta e seis mil, duzentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos), conforme a baixo; o pagamento será feito até o 12º dia do mês subsequente no valor mensal de R\$ 22.090,15 (Vinte e dois mil, noventa reais e quinze centavos). A vigência terá início em 01/01/2018 e término previsto para 30/03/2018.

Serviço	Início da vigência	Término da Vigência	Valor Unitário
Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos	01/01/2018	30/03/2018	R\$ 12.618,03
Disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos, através da operação e manutenção de aterro sanitário.	01/01/2018	30/03/2018	R\$ 8.141,08
Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde e outros contaminantes do Município.	01/01/2018	30/03/2018	R\$ 1.331,04

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas públicas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações:  
06.01.2.041.33.90.39 – Aplicações Diversas

**CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato nº. 01, de 02 de janeiro de 2013.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola – SC, 13 de dezembro de 2017.

.....  
Prefeito Municipal  
Cleomar José Mantelli  
Contratante

TCO Obras e Serviços Ambientais Ltda  
CNPJ: 72.332.778/0001-09  
Juleide Ines D’Agostini  
CPF: 589.785.859-49  
Contratada

**TESTEMUNHAS:**

NOME: Fernanda S. Sganderla  
CPF: 034.191.239-57

NOME: Elaine Staudt  
CPF: 053.954.509-04

# Palmitos

## PREFEITURA

### 1º ADENDO MODIFICADOR PROCESSO 94/2017

Publicação Nº 1458101

ESTADO DE SANTA CATARINA  
pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS  
1º ADENDO

O MUNICÍPIO DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Independência, nº 100, centro, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que houve ALTERAÇÕES no EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2017 – MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2017. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura e no site do município. Palmitos, 14 de Dezembro de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.



# Papanduva

## PREFEITURA

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2017

Publicação N° 1458190

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Objeto : Contratação de ELABORAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA DESASSOREAMENTO E RETIFICAÇÃO DO RIO PAPANDUVA . Contratado : DANIEL BELTRÃO BETTIO. Valor : R\$ 14.800,00 (catorze mil e oitocentos reais). Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 14 de Dezembro de 2017.

Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

# Paraíso

## PREFEITURA

### PR 18/2017 FMS

Publicação Nº 1457579

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017 FMS

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017 FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08h30min do dia 29 de Dezembro de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA TRATAMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARAISO\SC. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 3627-0090, de segunda a sexta feira, no horário de expediente. Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br). Paraíso/SC, 14 de Dezembro de 2017.

MARINES ECKERT

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

# Passos Maia

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0095/2017

Publicação Nº 1457284

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0095/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0077/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0057/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: FABIANO FRANCHIN ME

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0057/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 133.900,00 (cento e trinta e três mil e novecentos reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 14 de Dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 0038/2017

Publicação Nº 1457834

CONTRATO n. 0038/2017

PROCESSO LICITATORIO n. 0076/2017

TOMADA DE PREÇO nº 0001/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para execução global de obra de recapeamento asfáltico sobre pisos de calçamentos com pedra irregular e sinalização viária em parte da avenida pe. João Botero, em conformidade com o projeto executivo aprovado no âmbito do convênio nº 846548/2017/mcidades/caixa, contrato de repasse nº 1.041.300-16/2017."

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 235.860,76 (duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e sessenta reais com setenta e seis centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade por 180 dias.

Passos Maia, SC, 14 de Dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0008/2017

Publicação Nº 1457366

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0008/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0006/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0004/2017

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LEOMAR ROBERTO LISTONI,

brasileiro, casado, R.G sob n. 2.074.422, CPF sob n. 639.458.199-20, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à CLINICA ODONTOMÉDICA PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 07.598.562/0001-28, sediada na AV. XV de Novembro, nº 869, centro, na Cidade de Ponte Serrada - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Gean Ricardo Boniatti Gazziero, brasileiro, portador do CPF n. 074.702.639-42 denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia - SC, 14 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Leomar Roberto Listoni Contratante	CLINICA ODONTOMÉDICA PONTE SERRADA Gean Ricardo Boniatti Gazziero Contratada
---	--

Testemunhas:

Alex S. Zanchet  
CPF: 068.152.419-71

Edson Salvadego  
CPF: 067.004.859-32

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0020/2017**

Publicação Nº 1457337

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0020/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0024/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0016/2017

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LEOMAR ROBERTO LISTONI, brasileiro, casado, R.G sob n. 2.074.422, CPF sob n. 639.458.199-20, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à GILBERTO FRIGHETTO 54359104987, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 25.157.026/0001-79, sediada na Rua Madre Maria Theodora, 566, centro, na Cidade de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Frighetto, brasileiro, portador do CPF n. 543.591.049/87 denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS**

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 14 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
Leomar Roberto Listoni  
Contratante

GILBERTO FRIGHETTO  
Gilberto Frighetto  
Contratada

Testemunhas:

Alex S. Zanchet  
CPF: 068.152.419-71

Edson Salvadego  
CPF: 067.004.859-32

**Paulo Lopes****PREFEITURA****462/2017**

Publicação Nº 1458495

**PORTARIA Nº 462/2017**

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Noemi Aparecida da Silva Machado, matrícula nº 11334, contratada pela portaria nº 131/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**463/2017**

Publicação Nº 1458505

**PORTARIA Nº 463/2017**

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Alessandra Ana Fernandes de Souza, matrícula nº 11355, contratada pela portaria nº 147/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**464/2017**

Publicação Nº 1458507

**PORTARIA Nº 464/2017**

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Ana Paula Ramos, matrícula nº 11336, contratada pela portaria nº 133/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**465/2017**

Publicação Nº 1458508

**PORTARIA Nº 465/2017**

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Ariana Marilene Fortunato Alexandre, matrícula nº 11382, contratada pela portaria nº 207/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**466/2017**

Publicação Nº 1458509

## PORTARIA Nº 466/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Dircelia de Mello Liberato, matrícula nº 11425, contratada pela portaria nº 327/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**467/2017**

Publicação Nº 1458511

## PORTARIA Nº 467/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Edilberto Alves Passos, matrícula nº 11348, contratado pela portaria nº 146/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**468/2017**

Publicação Nº 1458513

## PORTARIA Nº 468/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº

1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Edineia Dilma Borges Rodrigues, matrícula nº 11368, contratada pela portaria nº 185/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**469/2017**

Publicação Nº 1458516

## PORTARIA Nº 469/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Elidiani Aparecida Moretto, matrícula nº 11405, contratada pela portaria nº 254/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**470/2017**

Publicação Nº 1458518

## PORTARIA Nº 470/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Elizabete Florinda Pedro, matrícula nº 11352, contratada pela portaria nº 135/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,



condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### **471/2017**

Publicação Nº 1458519

PORTARIA Nº 471/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Eva Maria Bernardo, matrícula nº 11372, contratada pela portaria nº 189/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### **472/2017**

Publicação Nº 1458522

PORTARIA Nº 472/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Fernanda Aline Martins, matrícula nº 11437, contratada pela portaria nº 440/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### **473/2017**

Publicação Nº 1458524

PORTARIA Nº 473/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Gislaire Nair Vieira, matrícula nº 11332, contratada pela portaria nº 124/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### **474/2017**

Publicação Nº 1458537

PORTARIA Nº 474/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Isabel Cristina Nunes Laca, matrícula nº 11340, contratada pela portaria nº 137/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**475/2017**

Publicação Nº 1458540

## PORTARIA Nº 475/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Joelma da Silva Nascimento, matrícula nº 11342, contratada pela portaria nº 139/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**476/2017**

Publicação Nº 1458542

## PORTARIA Nº 476/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Josiane da Silva Santos, matrícula nº 11353, contratada pela portaria nº 150/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**477/2017**

Publicação Nº 1458544

## PORTARIA Nº 477/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº

1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Kacilda de Souza, matrícula nº 11335, contratada pela portaria nº 132/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**478/2017**

Publicação Nº 1458546

## PORTARIA Nº 478/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Karine Maria Schutz, matrícula nº 11333, contratada pela portaria nº 125/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**479/2017**

Publicação Nº 1458551

## PORTARIA Nº 479/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Karine Marques Lemos, matrícula nº 11411, contratada pela portaria nº 273/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### 480/2017

Publicação Nº 1458553

PORTARIA Nº 480/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Laurimar da Silva Santos, matrícula nº 11424, contratado pela portaria nº 326/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### 481/2017

Publicação Nº 1458556

PORTARIA Nº 481/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Luana Gonçalves Miguel Cardoso, matrícula nº 11343, contratada pela portaria nº 140/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### 482/2017

Publicação Nº 1458557

PORTARIA Nº 482/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Maria Constancia da Silveira, matrícula nº 11373, contratada pela portaria nº 190/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### 483/2017

Publicação Nº 1458560

PORTARIA Nº 483/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Marilene Dagmar Pires, matrícula nº 11404, contratada pela portaria nº 253/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**484/2017**

Publicação Nº 1458562

## PORTARIA Nº 484/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Maurília Pereira Vieira, matrícula nº 11377, contratada pela portaria nº 195/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**485/2017**

Publicação Nº 1458563

## PORTARIA Nº 485/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Marli Borges Carboni, matrícula nº 11371, contratada pela portaria nº 193/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**486/2017**

Publicação Nº 1458565

## PORTARIA Nº 486/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº

1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Vera Regina Rodrigues Nunis, matrícula nº 11347, contratada pela portaria nº 143/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**487/2017**

Publicação Nº 1458567

## PORTARIA Nº 487/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Phamella Teixeira Machado, matrícula nº 11395, contratada pela portaria nº 231/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**488/2017**

Publicação Nº 1458574

## PORTARIA Nº 488/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Motorista, a partir de 14/12/2017, Ricardo Bonzanini, matrícula nº 11344, contratado pela portaria nº 141/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,



condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### 489/2017

Publicação Nº 1458576

##### PORTARIA Nº 489/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de motorista, a partir de 14/12/2017, Jair da Silva Gonçalves, matrícula nº 11242, contratado pela portaria nº 243/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### 490/2017

Publicação Nº 1458577

##### PORTARIA Nº 490/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Rita de Cássia Cardoso, matrícula nº 11365, contratada pela portaria nº 182/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### 491/2017

Publicação Nº 1458584

##### PORTARIA Nº 491/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Rosane de Castro da Silva, matrícula nº 11345, contratada pela portaria nº 142/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

#### 492/2017

Publicação Nº 1458588

##### PORTARIA Nº 492/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011,

##### RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO do cargo de Professor – ACT, a partir de 14/12/2017, Rosimere Marcelino Torquato, matrícula nº 11383, contratada pela portaria nº 209/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**493/2017**

Publicação Nº 1458592

## PORTARIA Nº 493/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, e conformidade do disposto na Lei Federal nº 11788 de 25 de setembro de 2008 e nas Leis Municipais nº 1221 de 10 de julho de 2007 e nº 1582 de 24 de outubro de 2013,

## RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR do cargo de estagiária, a partir de 14/12/2017, Carla de Oliveira Liberato, matrícula nº 11376, nomeada pela Portaria 194/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretário Municipal de Administração

## RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº 227/2017 que concedeu Função Gratificada, à Servidora Pública Municipal, efetiva, Giseli Noemia Marcos, matrícula nº 10886, ocupante do Cargo de Professora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretário Municipal de Administração

**494/2017**

Publicação Nº 1458595

## PORTARIA Nº 494/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade do disposto na Legislação Vigente, e

## RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a partir de 14 dezembro de 2017 as Portarias nº 118/2017, nº 221/2017 e nº 271/2017 que alteraram a carga horária dos servidores efetivos, ocupantes do Cargo de Professor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 14 de dezembro de 2017.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 15 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretário Municipal de Administração

**495/2017**

Publicação Nº 1458596

## PORTARIA Nº 495/2017

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente,



# Penha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2017 - PMP

Publicação Nº 1457894

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2017 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2017 - PMP

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE TUBOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa KUHRA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TERRAPLENAGEM EIRELI - EPP, estabelecida à Rua Angioletti João de Freitas nº3117, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.180.557/0001-54, representada, neste ato pelo Sr. Cristiano João batista Idalina, CPF sob o nº 051.554.259-80, representante legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 054/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para contratação de empresa especializada para futura execução de serviços de colocação de tubos para manutenção e ampliação de rede pluvial do Município de Penha, conforme solicitação nº 871/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores registrados (metros lineares) encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da execução não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de correção será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLOCAÇÃO DE TUBOS DE 40CM, REBAIXAMENTO, ESCORAMENTO METÁLICO, BOMBA DE SUÇÃO E NIVELAMENTO TOPOGRÁFICO PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA.	Metro Linear	5.000	R\$ 39,50	R\$ 197.500,00
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLOCAÇÃO DE TUBOS DE 1,50 X1,00, REBAIXAMENTO, ESCORAMENTO METÁLICO, BOMBA DE SUÇÃO E NIVELAMENTO TOPOGRÁFICO PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA.	Metro Linear	3.000	R\$ 84,10	R\$ 252.300,00
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLOCAÇÃO DE TUBOS DE 60 CM, REBAIXAMENTO, ESCORAMENTO METALICO E BOMBA DE SUÇÃO E NIVELAMENTO TOPOGRAFICO PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE PLUVIAL DO MUNICIPIO DE PENHA.	Metro Linear	1.500	R\$ 58,89	R\$ 88.335,00
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLOCAÇÃO DE TUBOS DE 80 CM, REBAIXAMENTO, ESCORAMENTO METALICO E BOMBA DE SUÇÃO E NIVELAMENTO TOPOGRAFICO PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE PLUVIAL DO MUNICIPIO DE PENHA.	Metro Linear	1.500	R\$ 67,28	R\$ 100.920,00
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLOCAÇÃO DE TUBOS DE 100 CM, REBAIXAMENTO, ESCORAMENTO METALICO E BOMBA DE SUÇÃO E NIVELAMENTO TOPOGRAFICO PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE PLUVIAL DO MUNICIPIO DE PENHA.	Metro Linear	1.500	R\$ 67,29	R\$ 100.935,00
TOTAL GERAL				R\$ 739.990,00	

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não

tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Para a efetiva execução do objeto da presente Ata, caberá à Empresa contratada:

- a) ter disponibilidade de até 4 (quatro) profissionais na área conforme a necessidade da execução dos serviços, bem como disponibilizar todos os materiais, equipamentos e ou ferramentas que se fizerem necessárias à execução dos serviços;
- b) responsabilizar-se pela mobilização e transporte dos profissionais até o Município de Penha (no local da prestação de serviço), bem como ao local de origem, sem custos para o Município;
- c) realizar os serviços de acordo com normas técnicas e legislações pertinentes vigentes ao tipo de serviço solicitado, bem como determinações de órgãos competentes, disponibilizando pessoal qualificado para a perfeita execução do objeto, sinalização necessária e limpeza do local;
- d) as despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, se necessárias, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.
- e) executar os serviços conforme a necessidade e solicitação da Secretaria de Serviços Urbanos, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.
- f) substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema para o setor em que a empresa estiver realizando os serviços.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os serviços registrados neste instrumento serão efetuados através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data de execução, não sendo aceitos serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de pessoal para execução dos serviços, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - fiscalizar o fornecimento dos serviços, o qual ficará sob responsabilidade do responsável requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Serviços Urbanos.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias,

tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAI

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 05 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

KUHRA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TERRAPLENAGEM EIRELI - EPP

Cristiano João Batista Idalina

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.



DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

## **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017 - FMS**

Publicação Nº 1457896

### **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA**

Processo licitatório nº 027/2017- FMS  
Pregão Presencial nº 022/2017 - FMS.

O Pregoeiro Oficial do Município de Penha, no uso de suas atribuições, torna público que a Licitação nº 027/2017- FMS, modalidade Pregão Presencial nº 022/2017 – FMS, Tipo menor preço global, visando a aquisição de veículo novo, 0km, para uso do Programa de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 1436/2017, anexa ao Processo, com abertura da sessão no dia 13/11/2017 às 09:30 horas, foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame.

Penha (SC), 20 de novembro de 2017

Leandro de Lima Borba  
Pregoeiro titular

## **CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 10º**

Publicação Nº 1457513

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
10º. 03 ADRIANO VIEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,  
Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura



Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 11º**

Publicação Nº 1457514

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
11º. 12 NILTON JOSÉ DE AZEVEDO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_,  
nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-  
ressar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO  
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II

##### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Ci-

dade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

RENTA ANUAL: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou

Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

##### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III

##### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, esta-

dual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 12º

Publicação Nº 1457520

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

12º. 33 PEDRO RIBEIRO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);  
 d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;  
 e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;  
 f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;  
 g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;  
 h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;  
 i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;  
 j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;  
 k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;  
 l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;  
 m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;  
 n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;  
 o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;  
 p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;  
 q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;  
 r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
 Secretário da Administração

### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
 ( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
 ( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel

da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 13º

Publicação Nº 1457523

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

13º. 06 WELLINGTON FURTADO SARAIVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de

acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.brpassado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_



Rua= \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o

crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 14º

Publicação Nº 1457526

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

14º. 26 EDUARDO BOHR

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo

Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II

##### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função

pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro



(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 15º

Publicação Nº 1457528

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

15º. 21 DAIAN CAVILHA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde

que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

### ANEXO I

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 16º**

Publicação Nº 1457530

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

16º. 10 JESSICA CRISTINA HOWE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

# ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_,  
nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-  
ressar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

# ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Ci-  
dade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_,  
nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-  
ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, esta-  
dual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 17º

Publicação Nº 1457533

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

## 17º. 30 LUANA APARECIDA HOWE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC



( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 18º

Publicação Nº 1457567

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

18º. 22 JOSÉ LAURENTINO INÁCIO FILHO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se

for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
- ( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
- ( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:



NOME: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
 ( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
 CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
 Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 19º

Publicação Nº 1457569

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
 COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
 19º. 34 OSNIR FARIAS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada,



conforme anexo III;

- n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 1º

Publicação Nº 1457500

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

01º. 25 GELSON DE LIMA GUARIPUNA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados

na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

### ANEXO I

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 20º

Publicação Nº 1457570

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
20º. 20 JOÃO OLAVIO SIBERINO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

# ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

# ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENTA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO DATA AQUISIÇÃO VALOR

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 21º

Publicação Nº 1457572

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o

(a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de

Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida

Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às

12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado

Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME



## 21º. 23 ALVIM JOSÉ SABEL

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 22º

Publicação Nº 1457575

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
22º. 05 ABRÃO GENINO DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se

for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:



NOME: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
 ( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
 CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
 Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 23º

Publicação Nº 1457577

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
 COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
 23º. 32 ADOLFO HOWE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada,

conforme anexo III;

- n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br/passado](http://www.trf4.jus.br/passado) pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 24º

Publicação Nº 1457578

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
24º. 31 MARIA DAS NEVES DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 25º**

Publicação Nº 1457580

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

25º. 27 ADELIRIA APARECIDA DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.



DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

# ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

# ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO DATA AQUISIÇÃO VALOR

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

# 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 26º

Publicação Nº 1457583

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o

(a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de

Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida

Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às

12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado

Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

**26º. 13 OSNI PEDRO NASCIMENTO**

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

**DIEGO LUIS MATIELLO**  
Secretário da Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC



( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 27º

Publicação Nº 1457588

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

27º. 15 JOSE ARNOLDO ROMÃO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se

for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
 ( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
 CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
 Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 28º

Publicação Nº 1457591

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
28º. 01 FABIO JÚNIOR VICENTE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada,

conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br/passado](http://www.trf4.jus.br/passado) pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 29º

Publicação Nº 1457593

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
29º. 36 ROGER FERREIRA COSTA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada  
( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_





( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 2º**

Publicação Nº 1457501

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

02º. 11 ALEXANDER ALMEIDA DA SILVA JÚNIOR

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

# ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_,  
nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-  
ressar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

# ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Ci-  
dade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENTA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO DATA AQUISIÇÃO VALOR

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_,  
nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-  
ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, esta-  
dual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 30º

Publicação Nº 1457599

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.



Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

30º. 09 WANESSA SOLANGE DA SILVA HOWE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa

interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II

##### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_  
Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?  
( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 31º

Publicação Nº 1457601

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

31º. 28 RAFAEL CRISTIANO RAHN

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;

g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
- ( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
- ( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele

devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 32º**

Publicação Nº 1457603

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
32º. 08 JANDERSON HOWE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

- l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;  
 m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;  
 n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br/passado](http://www.trf4.jus.br/passado) pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;  
 o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;  
 p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;  
 q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;  
 r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
 Secretário da Administração

### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
 ( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
 ( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
 ( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
 CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
 Rua= \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
 ( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
 ( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura



### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 33º

Publicação Nº 1457612

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

33º. 04 LOURIVAL RODRIGO DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 34º**

Publicação Nº 1457613

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

34º. 35 JOCIMAR DEOLINDO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.



DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

# ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

# ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 3º

Publicação Nº 1457502

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

## 03º. 16 ALAIR CASTILHO DA SILVA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br/passado](http://www.trf4.jus.br/passado) pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta

Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 4º**

Publicação Nº 1457504

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
04º. 19 BEATRIZ GUEDES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável; ( ) SIM ( ) NÃO
2. Soufui qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente. ( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
 ( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
 CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
 Rua= \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 5º

Publicação Nº 1457506

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

05º. 18 ADALBERTO BRASIL DUARTE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada,



Conforme anexo III;

- n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br/passado](http://www.trf4.jus.br/passado) pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

##### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 6º

Publicação Nº 1457507

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
06º. 29 JUAREZ ZACARIAS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_



( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 7º**

Publicação Nº 1457509

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

07º. 24 ADEMAR DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

# ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

# ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENTA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO DATA AQUISIÇÃO VALOR

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

# 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 8º

Publicação Nº 1457511

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o

(a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

## 08º. 17 MAICON JOSÉ FLORES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br/](http://www.tjsc.jus.br/) Federal pelo site [www.trf4.jus.br/passado](http://www.trf4.jus.br/passado) pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada \_\_\_\_\_

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta

Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 9º

Publicação Nº 1457512

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/12/2017, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2017.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
09º. 14 RONAN CARLOS DIAS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de Dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável; ( ) SIM ( ) NÃO
- Soufui qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente. ( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)



## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
 ( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
 CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
 Rua= \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
 ( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
 ( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada  
 ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Penal: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2017.

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2017 - PMP**

Publicação Nº 1458333

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2017-PMP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de instrumentos musicais para a Fanfarra Municipal – FAMUPE do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 1519/2017 da Secretaria de Educação e Cultura, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 04/01/2018 às 9:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2017 - PMP**

Publicação Nº 1458338

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2017-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de serviço de assessoria técnica nos sistemas gerenciais tributários utilizado pela Secretaria Municipal da Fazenda do município de Penha/SC, conforme solicitação nº 1726/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 29/12/2017 às 14 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2017 - PMP**

Publicação Nº 1458342

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2017-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa especializada em instalação de câmeras de monitoramento a serem instaladas nos bairros do município de Penha/SC, juntamente com hospedagem e software de transmissão e acompanhamento de imagens em tempo real, conforme solicitação nº 1742/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 29/12/2017 às 16 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO PARCERIA 01**

Publicação Nº 1457683

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO DE PARCERIA

Contrato: 01/2017 - PMP

Contratado: G. LAFFITTE INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

OBJETO: Parceria para pavimentação asfáltica da Rua Nilo Anastácio Vieira com a colocação de "rachão" e capa asfáltica, numa extensão de 1.400 metros.

**DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

Proceder ao acompanhamento e a supervisão obra;  
Prover os meios necessários à execução do objeto deste contrato, se responsabilizando pela drenagem e preparação da cancha, necessários à realização das atividades previstas;

**OBRIGAÇÕES e RESPONSABILIDADES DA PARCEIRA:**

Doação de 9.600 m<sup>2</sup> de asfalto, bem como execução da capa asfáltica, rolo compactador, escavadeira (Pc), para extração do material, como macadame e "rachão", bem como todo maquinário e bens que se fizerem necessários para extração e transporte dos bens doados.

Executar os serviços descritos e caracterizados no projeto em anexo;

Comunicar à ao Município todas providências legais para as aquisições dos bens a serem doados;  
Entregar ao Município para que sejam incorporados ao seu patrimônio as doações e legados;

Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste CONTRATO, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto desta avença;

Responsabilizar-se pela reparação ou indenização de dano, material e/ou moral, decorrente de ação ou omissão, dolosa ou culposa (negligência, imperícia ou imprudência) de seus agentes, causado ao Município, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais;

Autorizar a municipalidade para adentrar no imóvel, com cadastro imobiliário número 26.889, para que o município possa extrair o macadame doado.

Fundamentação Legal: Lei Municipal nº 2909, de 16/11/2017  
Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

**EXTRATO PARCERIA 02**

Publicação Nº 1457684

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO DE PARCERIA

Contrato: 02/2017 - PMP

Contratado: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL DE PENHA - ACIPEN

OBJETO: parceria para aquisição do programa de Desenvolvimento Econômico Local – DEL, junto à Federação das Associações



Empresariais de Santa Catarina – FACISC.

**DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

Proceder o acompanhamento do programa DEL;  
Participar do Conselho Municipal de Desenvolvimento;

**OBRIGAÇÕES e RESPONSABILIDADES DA PARCEIRA:**

Responsabilizar-se pela aquisição do referido programa.

Fundamentação Legal: Lei Municipal nº 2909, de 16/11/2017

Penha/SC, 14 de novembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

Penha (SC), 4 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1304/2017**

Publicação Nº 1458296

PORTARIA N.º 1304/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a funcionária efetiva JULIANA BUENO PERCIANI, matrícula 6094, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, responsável pela identificação e encaminhamento das Multas de Trânsito dos veículos do Município, recebendo um adicional de função no percentual de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 4 de Dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1306/2017**

Publicação Nº 1458306

PORTARIA N.º 1306/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. CAROLINE SCHNEIDER PEREIRA para o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/12/2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 4 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias

do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1305/2017**

Publicação Nº 1458305

PORTARIA N.º 1305/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. CAMILA SCHEFFER para o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS I da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/12/2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

**PORTARIA Nº 1307/2017**

Publicação Nº 1458309

PORTARIA N.º 1307/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. ALYSSON VINICIUS VEIGA BECKERT, para exercer a função de Médico Plantonista, no período de 06/12/2017 a 06/06/2018, de acordo com o Contrato nº 111/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 05 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 1308/2017**

Publicação Nº 1458310

PORTARIA N.º 1308/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. ROSIMERI RAMOS GODOY, com efeito a partir 22/12/2017 a 16/08/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 740/2017 ao Contrato nº 226/2017 PMP, conforme requerida a estabilidade provisória, por cumprimento dos requisitos legais e previsão expressa no artigo 10, II, b, do ADT da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 05 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 1309/2017**

Publicação Nº 1458312

PORTARIA N.º 1309/2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 64, VI, IX e XXXIV da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os servidores, abaixo nominados, para dirigir os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- MURILO DOS PASSOS – CNH nº 06898908080 – VALIDADE 14/08/2018;
- SINESIO SOARES FILHO – CNH nº 01282567888 – VALIDADE 18/03/2020;
- ALCEMIR ANTONIO FERREIRA – CNH nº 01166419196 – VALIDADE 25/06/2020;
- SILVANIRA RASSVEILER DA MOTTA – CNH nº 03683680560 – VALIDADE 21/06/2020
- SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA – CNH nº 02617974982 – VALIDADE 29/10/2022

Art. 2º A presente autorização não exime o servidor das responsabilidades inerentes à condução de veículos oficiais, nem o resguardo de eventuais ações regressivas em caso de dano ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 5 de Dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1310/2017**

Publicação Nº 1458314

PORTARIA N.º 1310/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. VERÔNICA CHRISTINE DE PAIVA SILVA, com efeito a partir de 15/12/2017 a 15/06/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 113/2017 ao Contrato nº 45/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 1311/2017**

Publicação Nº 1458316

PORTARIA N.º 1311/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. MA TEUS DE MARCO, com efeito a partir de 15/12/2017 a 15/06/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 114/2017 ao Contrato nº 58/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

### **PORTARIA Nº 1312/2017**

Publicação Nº 1458318

PORTARIA N.º 1312/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. FLAMARION DIAS, com efeito a partir de 15/12/2017 a 15/06/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 115/2017 ao Contrato nº 55/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

### **PORTARIA Nº 1313/2017**

Publicação Nº 1458321

PORTARIA N.º 1313/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 107/2017 FMS, onde era contratada a Sra. GREICY BRUSCHI CARINHOTO, na função de Técnica em Enfermagem, a contar de 07/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1223/2017.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

### **PORTARIA Nº 1314/2017**

Publicação Nº 1458322

PORTARIA N.º 1314/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 20/2017 PMP, onde era contratada a Sra. CLAUDIA MEHLER BOT, na função de Professora II, a contar de 08/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

### **PORTARIA Nº 1315/2017**

Publicação Nº 1458323

PORTARIA N.º 1315/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 21/2017 PMP, onde era contratada a Sra. CLAUDIA MEHLER BOT, na função de Professora II, a contar de 08/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da

Administração, aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 1316/2017

Publicação Nº 1458326

PORTARIA N.º 1316/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. PAULO RENATO FREITAS DE SOUZA para o cargo em comissão de COORDENADOR DE PESCA da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 8 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 1317/2017

Publicação Nº 1458329

PORTARIA N.º 1317/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a Sra. ANA CECÍLIA DA SILVA do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE CONVÊNIOS E PROJETOS I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 1129/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 8 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 1318/2017

Publicação Nº 1458331

PORTARIA N.º 1318/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Sra. GLEYSIANE SERRA MOREIRA do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 165/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 8 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 1319/2017

Publicação Nº 1458332

PORTARIA N.º 1319/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. ALEXANDRE ANTONIO DA LUZ para o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1320/2017**

Publicação Nº 1458334

PORTARIA N.º 1320/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. GLEYSIANE SERRA MOREIRA para o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE ESPORTES II, da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1321/2017**

Publicação Nº 1458336

PORTARIA N.º 1321/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, o Sr. SIDNEI MAURICIO DE SOUZA JUNOR, para exercer a função de Estagiário, no período de 14/12/2017 a 13/12/2018, de acordo com o Termo de Compromisso de Estágio nº 20/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1322/2017**

Publicação Nº 1458337

PORTARIA N.º 1322/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 64, VI c/c o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PASSAR A DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, o funcionário efetivo Sr. EVANDRO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de MOTORISTA para responder por suas atribuições.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 1323/2017**

Publicação Nº 1458339

PORTARIA N.º 1323/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. JOÃO EDUARDO SENSI para o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL I da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO



**PORTARIA N° 1324/2017**

Publicação N° 1458340

PORTARIA N.º 1324/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. TATIANA RICARDO, para exercer a função de Enfermeira, no período de 12/12/2017 a 11/12/2018, de acordo com o Contrato nº 116/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA N° 1325/2017**

Publicação N° 1458341

PORTARIA N.º 1325/2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 64, VI, IX e XXXIV da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os servidores, abaixo nominados, para dirigir o veículo de fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda:

- SERGIO GUTMANN – CNH nº 04291839766 – VALIDADE 04/10/2022
- MAIKIL GILENO SANTOS – CNH nº 01066162901 – VALIDADE 13/01/2018

Art. 2º A presente autorização não exime o servidor das responsabilidades inerentes à condução de veículos oficiais, nem o resguardo de eventuais ações regressivas em caso de dano ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de Dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



# Petrolândia

## PREFEITURA

### CONTRATO 30 2017 - TARCÍSIO MAFRA

Publicação Nº 1457597

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2017

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e o Senhor TARCÍSIO MAFRA, inscrito no CPF: 030.654.149-10. Objeto: EXPLORAÇÃO, EXTRAÇÃO, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE MACADAME DE PEDREIRA NA LOCALIDADE DE ALTO TRÊS BARRAS PARA REVESTIMENTO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Data: 14/12/2017. Valor: R\$ 4.000,00. Petrolândia, 15 de dezembro de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 05 2017 - EVALDO WALTRICH

Publicação Nº 1457630

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que realizou PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2017 na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017, tendo por objetivo a EXPLORAÇÃO, EXTRAÇÃO, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE MACADAME DE PEDREIRA NA LOCALIDADE DE RIO CORRENTE PARA REVESTIMENTO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O processo foi baseado no Artigo 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93. Outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 15 de dezembro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 049-2017 - PMP

Publicação Nº 1458277

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2017 - PMP

Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO/FIXAÇÃO DE TELHADO, para atender as necessidades do Município.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS)

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 28/12/2017

Abertura: dia 28/12/2017, às 08:45

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 15 de Dezembro de 2017.

Wanderlei Borba

Secretário de Administração e Planejamento

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 050-2017 - PMP

Publicação Nº 1458278

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2017 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, para suprir as necessidades do Centro Administrativo, Secretarias, Fundo e Fundação. (Exclusiva para ME e EPP)

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS)

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 14:30 do dia 28/12/2017

Abertura: dia 28/12/2017, às 14:45

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 15 de Dezembro de 2017.

Wanderlei Borba

Secretário de Administração e Planejamento

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### PORTARIA 441

Publicação Nº 1458032

PORTARIA Nº 441 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR público municipal efetivo PARA desempenhar a FUNÇÃO de Gerente do fundo de assistência Médica Hospitalar dos servidores municipais de Pinheiro Preto – SIMASPP.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar Nº 236, de 09 de Maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Designada, a partir de 01 de dezembro de 2017, ELOIZA FELCHILCHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Recursos Humanos, para desempenhar a Função de Gerencia do Fundo de Assistência Médica Hospitalar do Servidores Municipais de Pinheiro Preto – SIMASPP conforme determina a Lei complementar nº 236/2017.

Art. 2º - A servidora designada fará jus a Função Gratificada estipulada pela Lei Complementar nº 236 de 09 de Maio de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 13 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 440, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457169

PORTARIA Nº 440, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECLARA FRUSTRADO O CERTAME, LICITAÇÃO Nº 025/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que restou frustrado o certame,

RESOLVE:

Art. 1º Declara fracassada Licitação 025/2016, referente a construção de estrutura em madeira, contendo uma área de 36,00m² (Paiol do nono).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### PORTARIA N. 510/2017

Publicação Nº 1457315

PORTARIA Nº510/2017, de 11 de dezembro de 2017

CONVOCA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM FÉRIAS REGULARES PARA RETORNO AS ATIVIDADES

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e considerando,

#### CONVOCA

JANETE RODRIGUES DE BARROS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Uruguai, nº303, na cidade de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº2.819.298, e do CPF nº 573.925.870-72, em férias regulares no período de 01 de dezembro à 30 de dezembro de 2017, conforme portaria nº 503/2017, para o retorno das atividades funcionais no dia 11 de dezembro de 2017 no período vespertino, para reunião da Comissão de Processo Administrativo nomeada pela Portaria nº464/2017, Comissão na qual a servidora é Membro. O gozo será concedido no dia 05 de janeiro de 2018, período vespertino.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 11 de dezembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 11 de dezembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

**EDDL062/2017**

Publicação Nº 1457592

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. PM - 062/2017

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

Edital: PM/DL - 062/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº PM-061/2017

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

VALOR: R\$ 17.058,00 (dezesete mil cinquenta e oito reais).

Objeto: Licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública.

VIGÊNCIA: 21/11/2017 a 21/02/2018

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: [www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações](http://www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações).

PLANALTO ALEGRE, 13 de Dezembro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal.

# Pomerode

## PREFEITURA

### 12.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057 / 2012 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Publicação Nº 1458140

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### 12.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057 / 2012 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Processo Administrativo n.º 087 / 2012.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 015 / 2012.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Objeto: IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA TESTO ALTO - TESTO ALTO, CUSTEADO COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO PRO-MUNICÍPIO GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO Nº 037081012/2011 E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE POMERODE, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO EM ANEXO.

Acréscimo de Reequilíbrio Econômico Financeiro no valor de R\$129.955,74 (cento e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Justificativa: Reequilíbrio Econômico Financeiro em razão da majoração de insumos e equipamentos necessários para a execução e conclusão da obra, em conformidade com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 057/2012 e de acordo com o Artigo 65, Inciso II, alínea "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como o Parecer Jurídico n.º 019/2017/PROGEM e Memorando n.º 104/2017 do Gabinete do Prefeito.

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Maurício Vogelsanger, Paviplan Pavimentação Ltda., Contratada.

Pomerode / SC, 12 de Dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016 / 2015 - 35FP - PRORROGAÇÃO - FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

Publicação Nº 1457631

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016 / 2015 – 35FP PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 005 / 2015.

Convite p/ Compras e Serviços n.º 004 / 2015.

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Contratado: MARIA IZILDA ALVES 00188814833.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS E ADJACÊNCIAS, PÓRTICOS DO MUNICÍPIO, PRAÇAS E O PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, BEM COMO A DECORAÇÃO DOS VEÍCULOS, CARROÇAS, REBOQUES, ENTRE OUTROS PARA A EDIÇÃO DA 34ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Permanece inalterado o valor total contratado para a realização da edição da 35ª Festa Pomerana – R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Justificativa: Prorrogação de execução contratual, sem reajuste, para a edição da 35ª Festa Pomerana, a ser realizada no período de 10 a 21 de Janeiro de 2018, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 016/2015 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Ass.: Arno Hercílio Teichmann – Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode – Contratante / Maria Izilda Alves – Micro Empreendedora Individual – Maria Izilda Alves 00188814833 – Contratada.

Pomerode / SC, 08 de Dezembro de 2017.

ARNO HERCÍLIO TEICHMANN

Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode



**4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022 / 2017 - PRAZO**

Publicação Nº 1458241

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022 / 2017  
PRAZO**

Processo Administrativo n.º 013 / 2017.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CARL REINKE - BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO N.º 2016TR001735, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU E O MUNICÍPIO DE POMERODE / SC - PROCESSO N.º SDR15 3952/2016.

Prorrogação – 90 dias – prazo final – 31/03/2018.

Justificativa: Prorrogação de vigência contratual por mais 90 (noventa) dias, de acordo com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 022 / 2017 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude da necessidade de execução de terraplenagem, serviço este não constante na planilha orçamentária licitada, impedindo assim, a execução dos serviços dentro do prazo pré-determinado em licitação, bem como a demora na liberação dos recursos do convênio.

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Maurício Vogelsanger, Paviplan Pavimentação Ltda., Contratada.

Pomerode / SC, 14 de Dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**7.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023 / 2016 - PRAZO**

Publicação Nº 1458356

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**7.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023 / 2016  
PRAZO**

Processo Administrativo n.º 032 / 2016.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 006 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PONTE DE CONCRETO NA RUA OTTO MULLER SOBRE O RIBEIRÃO WUNDERWALD, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 166,40 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU / SDR - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000017498.

Prorrogação – 90 dias – prazo final – 25/02/2018.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 90 (noventa) dias, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 023 / 2016 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude da demora na liberação dos recursos do Convênio firmado junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau / SDR.

Pomerode / SC, 14 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**DECRETO Nº 3.341/2017**

Publicação Nº 1458248

DECRETO Nº 3341/2017  
DE 08/12/2017

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA MUNICÍPIO DE POMERODE E SUPLEMENTA NA UNIDADE GESTORA MUNICÍPIO DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, II da Lei nº 2.880/2016 de 10/11/2016:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular no orçamento vigente do Município de Pomerode, o valor de R\$7.305,60 (Sete mil, trezentos e cinco reais e sessenta centavos), a seguinte classificação orçamentária:

06	Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária	
001	Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária	
0004.0122.0030.2006	Manutenção das Atividades Administrativas	
4000000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000000	Outras Despesas de Capital	
4490000000000000	Aplicações Diretas	
01830000	Operações de crédito int. - outros progr	7.305,60
	TOTAL	7.305,60

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo, por conta das anulações discriminadas no Art. 1º, autorizado a suplementação no orçamento em vigor na Unidade Gestora Município de Pomerode o valor de R\$7.305,60 (Sete mil, trezentos e cinco reais e sessenta centavos), a seguinte classificação orçamentária:

06	Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária	
001	Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária	
0004.0122.0030.2006	Manutenção das Atividades Administrativas	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01830000	Operações de crédito int. - outros progr	7.305,60
	TOTAL	7.305,60

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

Município de Pomerode, em 08 de Dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 157 / 2017**

Publicação Nº 1458449

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 157 / 2017**

Processo Administrativo n.º 091 / 2017.

Pregão Presencial n.º 055 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: CARLOS GILBERTO RADUNZ 00009765980.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK E ALMOÇOS (ALIMENTAÇÃO) A SEREM DISPONIBILIZADOS EM CAPACITAÇÕES E EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$23.220,00 (vinte e três mil e duzentos e vinte reais) - Item 17.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 158 / 2017**

Publicação Nº 1458450

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 158 / 2017**

Processo Administrativo n.º 091 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 055 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: MARCIA REINKE TRIBÉSS 53814851900.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK E ALMOÇOS (ALIMENTAÇÃO) A SEREM DISPONIBILIZADOS EM CAPACITAÇÕES E EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$41.300,00 (quarenta e um mil e trezentos reais) - Itens 18 e 25.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 159 / 2017**

Publicação Nº 1458451

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 159 / 2017**

Processo Administrativo n.º 091 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 055 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: TORTEN E MILS EVENTOS LTDA ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK E ALMOÇOS (ALIMENTAÇÃO) A SEREM DISPONIBILIZADOS EM CAPACITAÇÕES E EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$208.816,00 (duzentos e oito mil e oitocentos e dezesseis reais) - Itens 01, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 19, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2017 - FC / FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE**

Publicação Nº 1457551

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2017 - FC**

Processo Administrativo n.º 001 / 2017.  
Concorrência n.º 001 / 2017 – Tipo Maior Oferta.  
Permitente: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.  
Permissionária: CERVEJARIA SCHORNSTEIN LTDA.  
Objeto: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECÁRIO E REMUNERADO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE POMERODE – PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA, PARA EXPLORAÇÃO DE CHOPE ARTESANAL PARA A 35ª EDIÇÃO DA FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 10 A 21 DE JANEIRO DE 2018, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS.  
Lote 01 – Cervejaria Oficial da 35ª Festa Pomerana – Valor Contratado / Permissão: R\$112.187,00 (cento e doze mil e cento e oitenta e

sete reais).

Marca: SCHORNSTEIN / Estilos de chopes: PILSEN, IPA, WEISS, BORCK, STOUT e WITBIER.

Prazo da Permissão: Durante a edição da 35ª Festa Pomerana, de 10 a 21 de Janeiro de 2018.

Ass.: Arno Hercílio Teichmann – Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode – Permitente / Adilson Carlos Altrão – Sócio Administrador – Cervejaria Schornstein Ltda – Permissionária.

Pomerode / SC, 13 de Dezembro de 2017.

ARNO HERCÍLIO TEICHMANN

Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode

## **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2017 - FC / FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE**

Publicação Nº 1457553

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2017 - FC**

Processo Administrativo n.º 001 / 2017.

Concorrência n.º 001 / 2017 – Tipo Maior Oferta.

Permitente: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Permissionária: K & G DISTRIBUIDORA E EVENTOS LTDA - ME.

Objeto: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECÁRIO E REMUNERADO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE POMERODE – PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA, PARA EXPLORAÇÃO DE CHOPE ARTESANAL PARA A 35ª EDIÇÃO DA FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 10 A 21 DE JANEIRO DE 2018, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS.

Lote 02 – Valor Contratado / Permissão: R\$54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais).

Marca: OPA BIER / Estilos de chopes: PILSEN, VINHO, WEITZEN e OLD ALE.

Prazo da Permissão: Durante a edição da 35ª Festa Pomerana, de 10 a 21 de Janeiro de 2018.

Ass.: Arno Hercílio Teichmann – Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode – Permitente / Manfredo Zmazek Goede – Sócio Administrador – K & G Distribuidora e Eventos Ltda - ME – Permissionária.

Pomerode / SC, 13 de Dezembro de 2017.

ARNO HERCÍLIO TEICHMANN

Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode

## **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2017 - FC / FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE**

Publicação Nº 1457554

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2017 - FC**

Processo Administrativo n.º 001 / 2017.

Concorrência n.º 001 / 2017 – Tipo Maior Oferta.

Permitente: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Permissionária: CERVEJARIA BIERLAND LTDA.

Objeto: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECÁRIO E REMUNERADO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE POMERODE – PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA, PARA EXPLORAÇÃO DE CHOPE ARTESANAL PARA A 35ª EDIÇÃO DA FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 10 A 21 DE JANEIRO DE 2018, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS.

Lote 03 – Valor Contratado / Permissão: R\$58.203,00 (cinquenta e oito mil e duzentos e três reais).

Marca: BIERLAND / Estilos de chopes: PILSEN, WEIZEN, VIENNA, IPA e COQUETEL VINHO.

Prazo da Permissão: Durante a edição da 35ª Festa Pomerana, de 10 a 21 de Janeiro de 2018.

Ass.: Arno Hercílio Teichmann – Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode – Permitente / Eduardo Krueger – Sócio Administrador – Cervejaria Bierland Ltda. – Permissionária.

Pomerode / SC, 13 de Dezembro de 2017.

ARNO HERCÍLIO TEICHMANN

Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2017 - FC / FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE**

Publicação Nº 1457557

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2017 - FC**

Processo Administrativo n.º 001 / 2017.

Concorrência n.º 001 / 2017 – Tipo Maior Oferta.

Permitente: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Permissionária: CERVEJARIA BORCK LTDA EPP.

Objeto: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECÁRIO E REMUNERADO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE POMERODE – PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA, PARA EXPLORAÇÃO DE CHOPE ARTESANAL PARA A 35ª EDIÇÃO DA FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 10 A 21 DE JANEIRO DE 2018, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS.

Lote 04 – Valor Contratado / Permissão: R\$23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

Marca: BORCK / Estilos de chopes: PILSEN, MALZBIER, WEISS, RED LAGER e IPA.

Prazo da Permissão: Durante a edição da 35ª Festa Pomerana, de 10 a 21 de Janeiro de 2018.

Ass.: Arno Hercílio Teichmann – Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode – Permitente / Tiago Borck – Sócio Administrador – Cervejaria Borck Ltda. EPP – Permissionária.

Pomerode / SC, 13 de Dezembro de 2017.

ARNO HERCÍLIO TEICHMANN

Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 005 / 2017 - FC / FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE**

Publicação Nº 1457558

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 005 / 2017 - FC**

Processo Administrativo n.º 003 / 2017.

Pregão Presencial n.º 001 / 2017.

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Contratada: IRX SEGURANÇA PRIVADA EIRELI.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA E SERVIÇOS DE BRIGADISTAS PARA A 35ª FESTA POMERANA – EDIÇÃO 2018, A REALIZAR-SE DE 10 A 21 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor unitário por hora contratado para os serviços de vigilância desarmada: R\$20,80 (vinte reais e oitenta centavos).

Valor total contratado – 3.340 horas: R\$69.472,00 (sessenta e nove mil e quatrocentos e setenta e dois reais).

Prazo de execução dos serviços: Durante a edição da 35ª Festa Pomerana, de 10 a 22 de Janeiro de 2018.

Ass.: Arno Hercílio Teichmann – Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode – Contratante / Ivan Rodrigo Kuhnen – Sócio Administrador – IRX Segurança Privada Eireli – Contratada.

Pomerode / SC, 13 de Dezembro de 2017.

ARNO HERCÍLIO TEICHMANN

Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2017 - FC / FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE**

Publicação Nº 1457561

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2017 - FC**

Processo Administrativo n.º 003 / 2017.

Pregão Presencial n.º 001 / 2017.

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Contratada: CELETA – SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA E SERVIÇOS DE BRIGADISTAS PARA A 35ª FESTA POMERANA – EDIÇÃO 2018, A REALIZAR-SE DE 10 A 21 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor unitário por hora contratado para os serviços de brigadistas: R\$21,00 (vinte e um reais).

Valor total contratado – 324 horas: R\$6.804,00 (seis mil e oitocentos e quatro reais).

Prazo de execução dos serviços: Durante a edição da 35ª Festa Pomerana, de 10 a 21 de Janeiro de 2018.

Ass.: Arno Hercílio Teichmann – Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode – Contratante / Elizeu Taborda – Sócio Administrador – Celeta – Soluções em Segurança Ltda - ME – Contratada.

Pomerode / SC, 13 de Dezembro de 2017.

ARNO HERCÍLIO TEICHMANN

Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode

## **PORTARIA Nº 23.182/2017**

Publicação Nº 1458261

PORTARIA Nº DE 23.182 13 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE PRAZOS E RECESSO DAS ATIVIDADES PARA A UNIDADE DE JULGAMENTO SINGULAR E CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei, CONSIDERANDO o art. 27 da Lei Complementar nº 199 de 14 de Dezembro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º Suspender os prazos processuais e CONCEDER o recesso das atividades a partir de 20 de Dezembro de 2017 a 31 de Janeiro de 2018 ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de Dezembro de 2017.

Ércio Kriek

Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL N.º 009 / 2017 - REGISTRO DE PREÇOS - TERMO DE ANULAÇÃO / LICITAÇÃO DESERTA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE**

Publicação Nº 1458376

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 019 / 2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 009 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ANULAÇÃO  
LICITAÇÃO DESERTA

OBJETO - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC, COM DEFICIÊNCIA TEMPORÁRIA OU DEFINITIVA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Atendendo aos interesses do Fundo Municipal de Saúde de Pomerode, DECLARO DESERTA a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 009 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS, com base no DESPACHO emitido em sessão pública do dia 05/12/2017 pela Comissão Permanente de Licitações, considerando que não apareceram empresas interessadas em participar do certame, conforme Ata de folhas 61 dos autos, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, em sua atual redação.

Pomerode / SC, 07 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 983/2017

Publicação Nº 1457482

DECRETO Nº 983/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"NOMEIA E CONSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO E COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída, através da presente Decreto, Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Licitações na modalidade de Pregão e Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, realizadas no âmbito do Município de Ponte Serrada.

Art. 2º - As Comissões têm por objetivo:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores, bem como fornecer Certificado de registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada os bens móveis e bens imóveis que compõe o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e bens imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Art. 3º - A Comissão Municipal de Acompanhamento, Realização e Fiscalização das Licitações na Modalidade de Pregão terá a seguinte composição:

1. – EMANUELA MARTINELLI– Pregoeira

2. – Equipe de Apoio:

2.1. – ALICE CRISTINA FROZZA

2.2. – DENISE BARBOSA

2.3. – RAQUEL FOPPA EVANGELISTA

Art. 4º - A Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliação dos Bens Móveis e Bens Imóveis da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais terá a seguinte composição:

1. – EMANUELA MARTINELLI – Presidente

2. – ALICE CRISTINA FROZZA

3. – DENISE BARBOSA

4. – RAQUEL FOPPA EVANGELISTA

Art. 5º - Excepcionalmente, nos termos do Art. 51, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93, para emissão e julgamento dos Convites, fica substituída a Comissão pelo membro EMANUELA MARTINELLI, que processará e julgará nos termos da Lei, lavrando ata circunstanciada para cada caso.

Art. 6º - O exercício do encargo existente decorrente da presente portaria é considerado serviço público relevante e não remunerado.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 903, de 19 de OUTUBRO de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**EXTRATO CONTRATO Nº 160/2017 KITS**

Publicação Nº 1457897

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº90/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

CONTRATO Nº 159/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: WILSON DOS SANTOS &amp; CIA LTDA

CNPJ 04.242.321/0001-53

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE NATAL A SEREM DISTRIBUÍDOS PARA AS CRIANÇAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO DIA 23/12/2017 EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES NATALINAS. Valor R\$ 7.000,00 (Sete Mil Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 13 de Dezembro de 2017 até 31 de Janeiro de 2018. Ponte Serrada, 14 de Dezembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1719, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457844

DECRETO Nº 1.719, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2.467/2016".  
O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 2.132,51 (Dois mil cento e trinta e dois reais e cinquenta e um centavo), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.64 – SF - Transferência Convênio - Estado/Outros

Valor: R\$ 2.132,51

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta do recurso Transferência Convênio - Estado/Outros no valor de 2.132,51 (Dois mil cento e trinta e dois reais e cinquenta e um centavo).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 14 de dezembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

# Porto União

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 004/2017

Publicação Nº 1458099

Nº CONVÊNIO MUNICIPAL 004/2017

Nº CIDASC \_\_\_\_\_

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, E DE OUTRO LADO O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC), PARA FINS DE DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC).

Aos 10 dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, a COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, Empresa Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob nº 83.807.586/0001-28, estabelecida na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.588, Itacorubi, Florianópolis (SC), daqui por diante denominada simplesmente CIDASC, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor Enori Barbieri, brasileiro, casado, Médico Veterinário, Portador da Carteira de Identidade nº 4.775.098-9 - SC, inscrito no CPF sob o nº 114.341.041-68, residente e domiciliado na Rua João Marçal, Nº 203 – Serrinha – Florianópolis (SC) e pela Diretora de Defesa Agropecuária, Senhora Priscila Belleza Maciel, brasileira, divorciada, Médica Veterinária, portadora da Carteira de Identidade nº 3.391.762-0 e inscrita no CPF sob o nº 030.456.109-60, domiciliada na Rodovia Amaro Antônio Vieira, nº 2155 – Bloco D, apto. 503 – Bairro Itacorubi – Florianópolis – SC, e o Diretor Administrativo e Financeiro Senhor Valdo José dos Santos Filho, brasileiro, casado, Técnico em Contabilidade, inscrito no CPF sob o nº 398.420.539-20 e o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC), pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Padre Anchieta, nº 126, inscrito no C.N.P.J. sob nº 83.102.541/0001-58, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Eliseu Mibach, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, Nº 183, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrito no CPF sob o nº 501.086.709-53 e portador da Carteira de Identidade nº 1.331.349 – SSP/SC, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, firmam o presente Convênio de Cooperação Técnica amparados pela Lei Municipal nº 4.484, de 27 de setembro de 2017 e Portaria nº 1.010, de 10 de outubro de 2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC), de agora em diante denominados de PARCEIROS-CONVENIENTES, visando dar suporte à execução das ações de defesa sanitária animal no âmbito do Município, sendo que o presente convênio beneficiará a coletividade, tendo em vista melhor garantir o controle e a sanidade animal e, consequentemente, resguardar a saúde pública, bem como proporcionar aos produtores rurais do município satisfatório acesso aos serviços prestados pela CIDASC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Da Execução do Convênio e da Designação do Funcionário

1. O MUNICÍPIO se compromete a ceder funcionário público municipal integrante de seu quadro efetivo, com formação em Medicina Veterinária, para a CIDASC, com o fim de exercer a função de Veterinário, sendo que desempenhará as seguintes atividades: Inspeção de Produtos de Origem Animal.
2. O funcionário prestará serviço no escritório local da CIDASC de Porto União (SC), sendo que o referido imóvel onde desenvolverá suas atividades será disponibilizado pela CIDASC.
3. O funcionário cedido exercerá a função de Veterinário.
4. A carga horária do servidor será compatível com a dos funcionários da CIDASC, resguardando-se, entretanto, a jornada de trabalho prevista pela Prefeitura, sendo que o funcionário cumprirá jornada de trabalho de 12 horas semanais, e desempenhará suas atividades das 8:00 h às 12:00 h nas segundas, terças e sextas-feiras.
5. A frequência do servidor cedido será fiscalizada pelo escritório local da CIDASC de Porto União (SC) e será mensalmente remetida à Prefeitura.
6. As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente com a frequência do servidor, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência à Prefeitura.
7. As faltas disciplinares, após formalmente constatadas pela CIDASC, serão imediatamente comunicadas à Prefeitura para as providências cabíveis.
8. O funcionário à disposição da CIDASC, ao final de cada mês, elaborará relatórios das atividades desenvolvidas, os quais serão remetidos a CIDASC e à Prefeitura.
9. É facultada a substituição ou a devolução do servidor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades dos Parceiros – convenientes.

##### 1 – Das obrigações da CIDASC:

##### 1.1 Em relação aos servidores cedidos:

- a) Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor a fim de evitar carga horária superior à prevista junto à Prefeitura;
- b) Cumprir rigorosamente o disposto na Cláusula Segunda;
- c) Estar ciente de que o MUNICÍPIO, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do servidor às suas funções na



Prefeitura, com a anuência da CIDASC;

- d) A CIDASC não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor para posto de trabalho que não esteja compreendido no Município de Porto União ou conferir atividade ou função diversa da constante neste convênio;
- e) Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelo servidor cedido estejam de conformidade com o disposto neste convênio;
- f) Comunicar, com antecedência de 20 (vinte) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor cedido.

## 2 – Das Obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade o pagamento de todas as despesas com remunerações, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que porventura integrem os salários, os vencimentos dos servidores cedidos;
- b) Encaminhar à CIDASC a relação do servidor cedido, com declaração de que o mesmo ingressou no serviço público municipal através de concurso público ou processo seletivo autorizado por Lei, bem como fornecer a Lei Municipal e o Decreto ou Portaria, autorizadores da cessão de funcionário público;
- c) Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo servidor cedido, independentemente de dolo ou culpa.
- d) Certificar-se de que os servidores cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos da CIDASC;
- e) Acolher ou justificar, em 20 (vinte) dias, a comunicação da CIDASC para os fins da letra f do parágrafo anterior;

## 3 - Das Obrigações do Funcionário Cedido:

- a) Atender às normas internas e respeitar a hierarquia funcional da CIDASC;
- b) Manter sigilo dos dados referentes ao cadastro pessoal dos produtores e demais dados do PIB-SC.
- c) Elaborar os relatórios mensais dispostos no item 7, da cláusula segunda.

## CLÁUSULA QUARTA – Do Controle de Gestão do Convênio

Os convenientes indicam o Senhor Cláudio Machado Moreira, inscrito no CPF sob o nº 144.331.578-80, representante da CIDASC e os Senhores Nei Evaldo Giacomini, Dirigente de Agricultura, inscrito no CPF sob o nº 499.642.919-49 e Miguel Chokailo Neto, Secretário Municipal de Administração e Esporte, inscrito no CPF sob o nº 509.250.249-53, representantes da Prefeitura Municipal de Porto União (SC), a fim de formar comissão mista para participar de reuniões de controle de gestão e dirimir questões relativas ao presente instrumento.

## CLÁUSULA QUINTA – Dos Custos

Os encargos de remuneração do servidor cedido correrão por conta da Prefeitura Municipal, conforme item 2, da cláusula terceira.

As despesas de aperfeiçoamento ou treinamento profissional do servidor cedido, voltados às atividades desempenhadas na CIDASC, ficarão a cargo dessa Companhia.

## CLÁUSULA SEXTA – Da Denúncia e da Rescisão

O presente convênio poderá ser unilateralmente denunciado motivadamente, por escrito e a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo de comum acordo entre os convenientes, ou rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) no término do prazo ajustado se não houver interesse dos convenientes na continuidade do convênio ou decorrido o prazo de vigência do convênio, este não for prorrogado;
- b) em caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, por qualquer dos convenientes, mediante comunicação por escrito do motivo da rescisão;
- c) na hipótese de caso fortuito ou força maior que torne impossível a continuidade do convênio.

## CLÁUSULA SÉTIMA – Da Vigência

O período de vigência do Convênio será contado da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

## CLAUSULA OITAVA – Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes e formalizados em termos aditivos.

## CLÁUSULA NONA – Da Publicidade

A CIDASC arcará com os custos da publicação do Termo de Convênio no Diário Oficial do Estado, que será encaminhado no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da sua assinatura.

## CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro

Os PARCEIROS-CONVENIENTES elegem o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com a renúncia de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões oriundas do presente convênio.

E, por estarem de acordo, os PARCEIROS-CONVENIENTES, por meio de seus representantes, assinam o presente termo de convênio, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

Porto União (SC), 10 de outubro de 2017.

ENORI BARBIERI  
Presidente da CIDASC

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

VALDO JOSÉ DOS SANTOS FILHO  
Diretor Administrativo Financeiro

PRISCILA BELLEZA MACIEL  
Diretora de Defesa Agropecuária

TESTEMUNHAS:

.....  
NOME:

CPF:

.....  
NOME:

CPF:

## DECRETO Nº 366/2017

Publicação Nº 1457259

DECRETO Nº 366, de 13 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de dezembro de 2016 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC.MUN. TRANSP.OBRAS E SERV.PUBL.		
ATIVIDADE	2020 – Melhoria Iluminação Pública		
MODALIDADE	3390 – 155 – Aplicações Diretas	47	250.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		250.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício 2017, na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH                      MIGUEL CHOKAILO NETO  
Prefeito Municipal      Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

## EDITAL 002/2017- PROMOÇÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS

Publicação Nº 1458075

EDITAL 002/2017, de 15 de dezembro de 2017.

O Prefeito do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, PRORROGA O PRAZO DAS INSCRIÇÕES do Edital 001/2017, que dispõe sobre normas para o PROCESSO DE PROMOÇÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO aos servidores Municipais efetivos, exceto os servidores do Magistério (professores).

DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO:

Fica prorrogado o período de inscrição de 15 a 29 de dezembro de 2017, no horário de expediente da Sede da Prefeitura Municipal, de segunda a sexta feira, na Chefia de Recursos Humanos.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União (SC), em 15 de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH



Prefeito Municipal

## **ERRATA PORTARIA Nº 661 DE 21/09/2009 - RH**

Publicação Nº 1457287

ERRATA – Portaria nº 661, de 21 de setembro de 2009.

Na publicação da Portaria nº 661, de 21 de setembro de 2009, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 333, de 25 de setembro de 2009, página 49,

Onde se lê:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 21 de setembro de 2009, referente ao período aquisitivo de agosto de 1998 a agosto de 2003, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Silvia Aparecida Schneider, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Geral Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Leia-se:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 21 de setembro de 2009, referente ao período aquisitivo de agosto de 2003 a agosto de 2008, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Silvia Aparecida Schneider, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Geral Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Porto União SC, 05 de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº 4.504/2017**

Publicação Nº 1457708

LEI Nº 4.504, de 13 de dezembro de 2017.

Cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA do município de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, com personalidade contábil, procederá à execução orçamentária no âmbito de sua competência.

Art. 2º Os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, serão provenientes:

- I- do valor das infrações ambientais apurados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente;
- II- as resultantes de doações que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;
- III- rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicação de seu patrimônio;
- IV- rendimentos e indenizações decorrentes de ações judiciais e ajustes de conduta, de natureza ambiental, promovidos pelo Ministério Público no município de Porto União – SC;
- V- repasses mensais da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR ;
- VI- outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao FMSBA.

Art. 3º Os recursos do FMSBA serão contabilizados como Receita Orçamentária do Município e serão movimentados através de conta bancária própria.

§ 1º O Plano de Aplicação dos Recursos do FMSBA, e referendado pelo Legislativo Municipal, será de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e integrará o Orçamento Anual do Município.

§ 2º A execução do Plano de Aplicação dos Recursos do FMSBA será contabilizada, devendo seus resultados contar do Balanço Geral do Município.

§ 3º A execução orçamentária das receitas se processará por meio da obtenção de seu produto nas fontes indicadas nos incisos I a VI do Art. 2º desta Lei.

§ 4º Os recursos provenientes dos repasses a que se refere o Inciso V do Art. 2º desta Lei, destinados ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, ficam vinculados à efetiva aplicação em saneamento básico, obras de interesse público, em ações de proteção, recuperação e conservação ao meio ambiente.

Art. 4º Os recursos do FMSBA serão destinados para:

- I- o financiamento de atividades visando a conservação do meio ambiente, o uso racional e sustentável dos recursos naturais, a manutenção, obras de interesse público, melhoria e recuperação da qualidade ambiental do Município, a promoção da Educação Ambiental em todos os seus níveis;
- II- o custeio da elaboração e execução de estudos, pesquisas científicas e projetos técnicos ambientais de acordo com as ações previstas no Inciso anterior;
- III- aquisição de materiais necessários aos cumprimentos dos objetivos do FMSBA;
- IV- a reparação de danos causados ao meio ambiente no âmbito do Município de Porto União – SC;
- V- outras despesas de interesse ambiental do Município de Porto União, assim consideradas e destinadas a:
  - a) participação e promoção de eventos técnicos, científicos e educacionais, tais como seminários, simpósios, congressos, feiras, amostras e outros, que cumpram com os objetivos do FMSBA;
  - b) promoção e execução de programas de capacitação e treinamento de mão-de-obra, por meio de cursos, estágios ou outras formas, visando habilitar os recursos humanos para o desempenho de diversas funções para o desenvolvimento ambiental do Município;
- VI- revitalização de passeios públicos, onde já existe rede de esgoto sanitário tratado;
- VII- viabilização de água de qualidade onde inexistente água tratada distribuída pela concessionária.

Art. 5º Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária e em casos de insuficiência ou de omissões orçamentárias, poderão ser utilizados créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º Os recursos do FMSBA, destinados na forma dos Incisos I e V do Artigo 4º, serão geridos mediante convênio, por instituições financeiras, observados os princípios básicos de preservação da integridade patrimonial do Fundo e a minimização do retorno econômico, social e ambiental.

§ 1º Para a concessão de financiamentos com os recursos referidos no "caput" deste Artigo, fica vedada a aplicação de taxas de juros negativas.

§ 2º As normas operacionais de enquadramento, concessão de financiamento, condições e beneficiários, entre outras, serão propostos pelo Executivo e referendados pelo Legislativo Municipal.

Art. 7º Constituem ativos contábeis do FMSBA:

- I- disponibilidades monetárias em Bancos ou em Caixa especial, oriundos de suas receitas;
- II- haveres e direitos que porventura vier a constituir;
- III- bens móveis e imóveis que forem adquiridos e direitos vinculados ao FMSBA.

Art. 8º Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao FMSBA.

Art. 9º O passivo do FMSBA é constituído pelas obrigações de qualquer natureza que venha a assumir.

Art. 10. Para movimentação bancária dos recursos do FMSBA, serão necessárias duas assinaturas, sendo uma do Secretário de Finanças e Contabilidade e a outra do Prefeito Municipal.

Art. 11. Ao FMSBA compete ainda:

- I- firmar convênios, contratos, juntamente com o Chefe do Poder Executivo, referente a recursos financeiros e/ou técnicos, os quais serão administrados pelo FMSBA, submetendo-se ao referendo do Poder Legislativo Municipal;
- II- designar servidores municipais, sem prejuízo de suas atividades, para assessoramento e execução dos serviços contábeis;
- III- prestar contas da aplicação dos recursos do FMSBA, nos prazos e na forma da legislação vigente;
- IV- representar ativa, passiva e judicialmente o FMSBA;
- V- propor alternativas de resolução de casos omissos no presente regulamento, tomando, quando necessário e urgente,
- VI- outras atribuições definidas pelo Fundo.
- VII- receber os recursos previstos no presente regulamento e depositá-los em conta bancária especial do FMSBA;
- VIII- realizar aplicações dos recursos financeiros do FMSBA em disponibilidade, de forma a atender aos princípios estabelecidos no Artigo 4º deste regulamento;
- IX- elaborar análise da situação econômico-financeira do FMSBA;

Art. 12. A contabilidade do FMSBA, executada em conformidade com os dispositivos de Lei e demais disposições regulamentadoras da matéria objetivará evidenciar sua situação financeira, patrimonial e orçamentária.

§ 1º A organização contábil deverá permitir o exercício da função do controle prévio, concomitante e subsequente, de informar, de apropriar e apurar os custos dos serviços e de interpretar e analisar os resultados alcançados em consonância com os objetivos do FMSBA.

§ 2º Serão emitidos, mensalmente, balancetes das receitas e das despesas do FMSBA e demais demonstrativos produzidos pela contabilidade do FMSBA passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 4.063, de 17 de dezembro de 2012.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## LEI MUNICIPAL Nº 4.505/2017

Publicação Nº 1457906

LEI Nº 4.505, de 13 de dezembro de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a estabelecer, com o Governo do Estado do Paraná, a gestão associada para a prestação, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Porto União – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a estabelecer, com o Governo do Estado do Paraná, a gestão associada para a prestação, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por Convênio de Cooperação com prazo de vigência de 30 (trinta) anos a contar da sua assinatura, nos termos do Contrato de Programa para a Prestação de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, que é parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 13 de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## LEI MUNICIPAL Nº 4.505/2017 - ANEXO

Publicação Nº 1457913

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2017

CONTRATO DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR.

Conforme autorização firmada no Convênio de Cooperação assinado, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no endereço sito na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541.0001-58, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, doravante denominado MUNICÍPIO e a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, sociedade de economia mista sob controle do Estado do Paraná, constituída pela Lei Estadual 4.684, de 23 de janeiro de 1963 e alterações, com sede em Curitiba, na Rua Engenheiros Rebouças, 1376, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.484.013/0001-45, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Mounir Chaowiche e pelo Diretor Comercial Antonio Carlos Belinati, doravante denominada CONTRATADA; resolvem celebrar CONTRATO DE PROGRAMA para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no âmbito do território do MUNICÍPIO, no regime de prestação regionalizada, o qual se regerá pela legislação pertinente, em especial pelo art. 241 da Constituição Federal, arts. 14, 87, XVIII e 256 da Constituição do Estado do Paraná, art. 13 da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005, art. 24, XXVI da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Decreto Federal 6.017, de 17 de janeiro de 2007, Decreto Federal 7.217, de 22 de junho de 2010, pela Lei Estadual 4.684, de 23 de janeiro de 1963, alterada pelas Leis 4.878, de 19 de junho de 1964 e 12.403, de 30 de dezembro de 1998, pela Lei Estadual 16.242, de 13 de outubro de 2009, pelo Decreto Estadual 7.878, de 29 de julho de 2010, pelos Decretos Estaduais 3.926, de 17 de outubro de 1988 e alterações; 7290 de 20 de fevereiro de 2013 e 2.460, de 8 de janeiro de 2004 ou outro dispositivo que venha ou outros dispositivos editados por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los, PELO Convênio de Cooperação Técnica 3/2014 e pelas condições a seguir estipuladas:

### DO OBJETO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste contrato a exploração dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO no limite territorial do MUNICÍPIO, compreendendo a captação, adução de água bruta, produção de água para abastecimento, sua reservação, sua distribuição, operação, conservação, manutenção de redes, incluindo as ligações prediais e os instrumentos de medição, a coleta, remoção e destinação final de esgotos, observado o regime de prestação regionalizada, nos termos da legislação estadual (atualmente art. 41 da Lei Estadual 16.242/2009).

§ 1º Os serviços objeto deste contrato serão prestados exclusivamente pela CONTRATADA, nas áreas afetas à exploração, mediante a cobrança de tarifa diretamente dos usuários do serviço, na forma estabelecida na lei e neste contrato, sempre visando o interesse público, a eficiência, a eficácia, a sustentabilidade e o equilíbrio econômico e financeiro.

§ 2º A delegação a que se refere esta cláusula abrange toda a área urbana do MUNICÍPIO, em regime de exclusividade, podendo ser alterada, de comum acordo entre as partes, mediante revisão e aditivo contratual, preservado o equilíbrio econômico e financeiro da prestação dos serviços.

§ 3º As áreas do MUNICÍPIO não integrantes da área objeto da delegação permanecem sob a responsabilidade deste e só poderão ser transferidas para a CONTRATADA se forem elevadas à condição de distrito e desde que haja viabilidade técnica e econômica e condições financeiras de prestar os serviços, preservando os interesses do MUNICÍPIO.

§ 4º O saneamento básico nas áreas remanescentes a que se refere o parágrafo anterior poderá ser objeto de soluções individuais ou de prestação de serviços, diretamente ou indiretamente, mediante autorização legislativa, inclusive por organizações comunitárias locais, observada a exclusividade da delegação a que se refere o "caput".

§ 5º As áreas remanescentes previstas no parágrafo anterior podem ser objeto de prestação de serviço em regime de parceria entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO e/ou organizações comunitárias locais, consoante previsão do Contrato de Programa a ser firmado.

§ 6º A CONTRATADA terá prioridade em caso de delegação da prestação dos serviços a que se referem os §§ 3º, 4º e 5º e só poderá ser preterida se ela manifestar expressamente o desinteresse na prestação do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA poderá realizar os serviços de que trata o presente contrato, diretamente ou através de terceiros autorizados por ela, entidades públicas ou privadas, na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO. Inclui-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto na legislação correlata.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete a CONTRATADA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com especializada:

- a) estudar, projetar e executar as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários;
- b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execução dos convênios ou contratos celebrados para fins do item "a";
- c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários;

#### DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência deste contrato é de trinta (30) anos a contar da data da sua assinatura.

#### DOS OBJETIVOS E METAS

CLÁUSULA QUINTA: Na parte relativa ao objeto e área de atuação deste Contrato, a CONTRATADA deverá observar os objetivos e metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto previstas no Plano Municipal de Saneamento e que passa também a fazer parte deste Contrato, sendo que o referido plano deve ser compatível com o planejamento estadual para o saneamento básico, em especial com relação ao plano de gestão da SANEPAR (Planejamento Estratégico), conforme consta da Lei Estadual 16.242/2009, sendo que as metas são as seguintes:

- Manter o Índice de Atendimento por Rede de Abastecimento de Água – IARDA em cem por cento (100%) da população urbana do MUNICÍPIO durante toda a vigência do Contrato;
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 25% da população urbana da sede do município até o ano de 2020.
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 40% da população urbana da sede do município até o ano de 2022.
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 60% da população urbana da sede do município até o ano de 2024.
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 70% da população urbana da sede do município até o ano de 2032.
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 80% da população urbana da sede do município até o ano de 2042, mantendo o índice até o final do contrato.

§ 1º Para o cálculo do alcance das metas acima referidas serão utilizados os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do SGC – Sistema de Gerenciamento Comercial da Sanepar.

§ 2º Os percentuais referidos no "caput" admitirão uma variação de dois pontos percentuais para cima.

§ 3º O atendimento das metas previstas nesta cláusula está condicionado à obtenção de financiamentos junto aos organismos competentes e da obtenção das licenças mencionadas na Cláusula Vinte e Seis, sendo que o desatendimento das metas por atraso ou problema na liberação dos recursos ou das licenças e outorgas ou por problemas na contratação de serviços (e.g. licitações), desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e com o conhecimento da ENTIDADE REGULADORA, não poderá ser caracterizado como inadimplemento do

contrato para efeito de extinção.

§ 4º Quando verificada alguma das condições previstas no §3º desta cláusula, o plano de metas será revisto pelas partes contratantes.

§ 5º Toda e qualquer revisão e ajuste das metas iniciais dos serviços de saneamento básico ensejará alterações no Contrato de Programa, sendo asseguradas a preservação do equilíbrio econômico e financeiro da sua prestação e a necessária articulação e adequação com o planejamento e com as metas de âmbito regional ou estadual.

§ 6º As Metas e Prazos dos Serviços, constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico, serão revisados a cada quatro (4) anos, concomitantemente, à revisão do Plano de Saneamento.

#### DO PLANO DE GESTÃO

CLÁUSULA SEXTA: Os investimentos necessários ao alcance do estabelecido nos objetivos e metas previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico, assim como as prioridades de ação para o alcance destas metas deverão ser previstas no Plano de Gestão (Planejamento Estratégico) elaborado pela CONTRATADA, o qual também será revisado no mínimo a cada quatro (4) anos, com conhecimento do MUNICÍPIO, da CAMARA DE VEREADORES e das ENTIDADES REGULADORAS, nos termos do Convênio de Cooperação.

§ 1º A CONTRATADA elaborará os relatórios anuais de desempenho com as metas e resultados alcançados no ano anterior que serão entregues ao MUNICÍPIO e às ENTIDADES REGULADORAS e estarão disponíveis na rede mundial de computadores – internet.

§ 2º O primeiro relatório deverá ser apresentado pela CONTRATADA em até um ano depois da assinatura deste Contrato.

§ 3º A CONTRATADA, nos projetos de implantação, ampliação e/ou recuperação de sistemas, deverá zelar pela boa condição de saúde da população.

#### DOS BENS E DIREITOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O sistema objeto de exploração na forma deste contrato será integrado pelos bens e direitos que lhe estão afetos, considerados como necessários e vinculados à adequada execução dos serviços de água e esgoto.

§ 1º Integrarão também o sistema todos os bens e direitos que venham a ser adquiridos ou construídos pela CONTRATADA ao longo do período de vigência do contrato, necessários e vinculados à execução adequada dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgoto, os quais deverão estar devidamente registrados na contabilidade da CONTRATADA, de modo a permitir sua fácil identificação.

§ 2º O MUNICÍPIO reconhece que os bens e direitos vinculados aos serviços existentes até a data da assinatura deste Contrato de Programa são de propriedade da CONTRATADA e estão registrados no seu ativo imobilizado.

§ 3º O valor do imobilizado técnico e dos financiamentos e empréstimos registrados na contabilidade da CONTRATADA referentes ao Contrato de Concessão 140/75, de 27 de fevereiro de 1975, inclusive do período em que a concessão esteve vencida, passam a integrar este contrato para efeito de amortização, depreciação e indenização futura.

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA poderá instaurar os procedimentos necessários a promover, na forma da legislação vigente, desapropriação por utilidade pública, estabelecer servidão de bens ou direitos, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à operação e expansão dos seus serviços no MUNICÍPIO, respondendo pelas indenizações cabíveis.

§ 1º O Poder Executivo municipal, mediante solicitação fundamentada da CONTRATADA, declarará previamente através de Decreto, a utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, dos bens imóveis ou direitos necessários à implantação ou ampliação dos sistemas de água e de esgotos, de acordo com os projetos aprovados pelas entidades competentes de que trata esta cláusula.

§ 2º Caso o Poder Executivo municipal se recuse ou se omita com relação à obrigação contida no parágrafo anterior, a utilidade pública nele referida poderá ser decretada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 3º Para a realização dos serviços prestados com base neste contrato, fica a CONTRATADA autorizada a utilizar os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica.

CLÁUSULA NONA: Durante o prazo da delegação e na sua área de abrangência, o parcelamento do solo sob a forma de loteamento ou desmembramento, ou a criação de condomínios, somente serão autorizados pelo Poder Executivo, desde que incluam as redes de água e esgotos executadas pelos empreendedores, com os projetos previamente aprovados pela CONTRATADA.

§ 1º O proprietário do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas formas, transferirá sem nenhum ônus à CONTRATADA, as redes de água e de esgotos implantadas nos empreendimentos, bens estes não indenizáveis pelo MUNICÍPIO.

§ 2º O MUNICÍPIO se obriga a transferir, sem nenhum ônus à CONTRATADA, os bens de sua propriedade, necessários à ampliação dos sistemas de água e esgotos, através do Contrato de Programa que será firmado.

§ 3º O MUNICÍPIO, através do Chefe do Poder Executivo, poderá transferir a operação dos distritos ou sistemas individuais previstos nos §3º e §5º da Cláusula Primeira deste contrato, inclusive com a doação dos bens necessários para a prestação dos serviços, mediante termo



aditivo ao presente Contrato, consoante autorização prevista no parágrafo único do art. 8º da Lei Municipal 4247/2013.

#### DO SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A CONTRATADA, durante todo o prazo da vigência da contratação, deverá prestar os serviços de água e esgotos de acordo com o disposto neste instrumento, visando o satisfatório atendimento dos usuários.

§ 1º Para os efeitos do que estabelece esta cláusula e sem prejuízo do disposto no Convênio de Cooperação e nos decretos estaduais que disciplinam a prestação dos serviços de água e esgotos, serviço adequado é o que, gradualmente, considerando a capacidade de pagamento dos usuários, buscará atingir condições efetivas de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas cobradas dos seus usuários.

§ 2º Ainda para os fins previstos no parágrafo anterior, considera-se:

a) regularidade e eficiência: a prestação dos serviços contratados nas condições estabelecidas neste contrato e na legislação que disciplina o setor de saneamento básico e os contratos de programa e em outras normas técnicas em vigor;

b) continuidade: a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços contratados para o conjunto da população das áreas atendidas no território do MUNICÍPIO, observados os termos da legislação e deste contrato, ressalvada a adoção de regime de racionamento decorrente de escassez dos recursos hídricos ou de sua inadequada qualidade, bem como as possibilidades de interrupção do serviço em casos individuais previstos na lei e no contrato;

c) segurança: a execução dos serviços contratados de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPAR (Decreto Estadual 3.926/1988 ou outro dispositivo que venha a substituí-lo), que assegurem a segurança e a saúde dos usuários, da comunidade e do meio ambiente;

d) atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, observando-se as peculiaridades locais e regionais, bem como a melhoria e expansão dos serviços contratados na medida da necessidade dos usuários e da capacidade de investimento e pagamento dos usuários, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas deste contrato, sempre preservado o seu equilíbrio econômico e financeiro;

e) universalidade: compreende a generalidade da prestação dos serviços, ou seja, assegurando o direito de acesso aos serviços contratados a todos os tipos e categorias de usuários estabelecidos nas áreas abrangidas pelo contrato, observadas as metas previstas na Cláusula Quinta;

f) cortesia na prestação dos serviços: tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações e sugestões para a CONTRATADA;

g) modicidade das tarifas: a justa correlação entre os encargos decorrentes da prestação dos serviços, a remuneração da CONTRATADA, e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários, através das tarifas e preços dos serviços.

h) transparência: a transparência das ações, baseada na divulgação em sistemas de informações.

i) proteção ao meio ambiente: utilização de métodos, técnicas e processos que visem a proteção ao meio ambiente e a economia dos recursos hídricos.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção pela CONTRATADA em situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens ou por razões de ordem técnica nas seguintes hipóteses:

I- inadimplimento do usuário no pagamento das tarifas, após prévio aviso, sujeitando-se o inadimplente às sanções previstas no Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPAR (Decreto Estadual 3.926/1988) ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

II- negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de medição de água consumida, inclusive nos casos de fonte alternativa, após ter sido previamente notificado a respeito;

III- necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

IV- manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da CONTRATADA por parte do usuário ou dentro de seu imóvel;

V- instalação de qualquer dispositivo na rede pública que vai até o cavalete, inclusive, após ter sido notificado para retirá-lo;

VI- eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, plenamente justificados e comunicados à ENTIDADE REGULADORA.

VII- declaração de regime de escassez, suspensão, restrição de uso ou racionamento de recursos hídricos, decorrentes de insuficiência de quantidade ou de qualidade destes, pela autoridade gestora dos recursos hídricos;



VIII- as demais situações previstas no título VI do Decreto Estadual 3.926/1988 ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo, não contempladas neste parágrafo.

§ 4º As interrupções programadas deverão ser precedidas de divulgação aos usuários e de comunicação para as ENTIDADES REGULADORAS.

§ 5º A CONTRATADA passará a prestar os serviços contratados assim que as instalações do usuário estiverem em conformidade com as normas estabelecidas pelas autoridades competentes, desde que já exista rede disponível no local e sem prejuízo do contido no §1º da Cláusula Vinte e Quatro.

§ 6º A CONTRATADA exigirá que os usuários geradores de esgotos não domésticos adequem os parâmetros dos efluentes antes dos lançamentos na rede coletora, conforme normas vigentes, sob pena de multa e obstrução imediata de eventual lançamento detectado.

#### DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Além do que prevê a legislação, são direitos e deveres dos usuários, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

I- receber os serviços em condições adequadas e, em contrapartida, pagar pontualmente as respectivas tarifas;

II- receber do MUNICÍPIO, da CONTRATADA, e das ENTIDADES REGULADORAS todas as informações relativas ao seu cadastro, necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;

III- levar ao conhecimento da ENTIDADE REGULADORA, do MUNICÍPIO ou da CONTRATADA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à prestação dos serviços objeto deste contrato;

IV- comunicar as ENTIDADES REGULADORAS ou ao MUNICÍPIO os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONTRATADA ou seus prepostos na execução do objeto deste contrato;

V- contribuir para a permanência das boas condições dos sistemas e dos bens públicos, por intermédio dos quais são prestados os serviços contratados e os serviços adicionais;

VI- cumprir o Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPAR (atual Decreto Estadual 3926/88) ou documento equivalente, demais decretos e normas editados pela ENTIDADE REGULADORA e pela CONTRATADA, bem como a legislação que disciplina a matéria;

VII- pagar com pontualidade os valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento, inclusive as decorrentes de interrupção;

VIII- responder, na forma da lei, perante a CONTRATADA, pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização de suas instalações e de bens da CONTRATADA;

IX- solicitar e comunicar à CONTRATADA sobre qualquer alteração que pretenda fazer no ponto de entrega da água ou no de coleta de esgoto;

X- autorizar a entrada de prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, nos imóveis que estejam ocupando para que possam ser executados os serviços contratados, podendo estes prepostos, inclusive, instalar os equipamentos necessários à sua regular prestação ou efetuar a leitura e medição;

XI- manter as instalações internas de sua responsabilidade, tais como caixa de água, tubulações e conexões, dentre outras, sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas, estabelecidas pelas autoridades competentes.

XXII- averiguar qualquer vazamento de água existente nas instalações internas, reparando-as imediatamente e responsabilizando-se pelo consumo apurado no medidor.

XXIII- Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos equipamentos relativos a ligação predial de água e/ou esgotos, inclusive em casos de furto, perda ou danos.

#### DAS TARIFAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A tarifa que irá remunerar a CONTRATADA e a política tarifária que se aplicará à prestação dos serviços contratados será a mesma aplicada em todo o Estado do Paraná, baseada nos custos de todos os sistemas operados pela SANEPAR no referido Estado, visando o subsídio cruzado entre os sistemas, e a devida remuneração do capital investido pela CONTRATADA, os custos de operação e de manutenção, as quotas de depreciação, provisão para devedores, amortizações de despesas, o melhoramento da qualidade do serviço prestado, a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de programa, a prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde, a ampliação do acesso aos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços, a geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos dos serviços, o estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação de serviços, a inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos e o incentivo à eficiência da CONTRATADA.

§ 1º Em razão da conurbação entre os sistemas de Porto União e União da Vitória e da adesão à prestação regionalizada do Estado do Paraná, as tarifas dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, seus reajustes, revisão ou modificação, depois de analisada pelas entidades reguladoras (ARIS e Instituto das Águas do Paraná), será fixada pelo Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná ou por órgão ou entidade estatal que venha a substituí-lo na forma Lei, isto mediante prévia deliberação da ARIS, nos termos da legislação correlata e do Convênio de Cooperação Técnica 3/2014.

§ 2º O cálculo do valor da tarifa terá por base a planilha de custos dos serviços aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, apreciada pelas entidades reguladoras competentes, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica mencionado no parágrafo anterior, sendo posteriormente apresentada ao Chefe do Poder Executivo estadual do Paraná;

§ 3º As tarifas aplicadas no Município de Porto União deverão ser as mesmas fixadas para os sistemas operados pela SANEPAR, especialmente no que se refere a União da Vitória.

§ 4º O Reajuste das tarifas será anual, sempre com intervalo mínimo de doze (12) meses e observado o que consta do §5º.

§ 5º A revisão das tarifas poderá ser periódica ou extraordinária, sempre que se verificar a ocorrência de fato superveniente extraordinário não previsto no contrato, fora do controle da CONTRATADA, tais como acréscimo nos custos do serviço, criação ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais ou outro qualquer que, após a homologação da tarifa ou de seu reajuste, que venha a provocar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§ 6º Para cobrança da tarifa dos serviços adota-se a estrutura tarifária e a tabela de prestação de serviços vigentes, conforme os Decretos Estaduais 3.926/1988, 2.460/2004, 10.193/2014 e anexos ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los e por deliberação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

§ 7º Para a garantia do estabelecido nesta cláusula, adotar-se-á um índice de reajuste de preços que reflita a recomposição inflacionária dos preços dos serviços prestados pela CONTRATADA, devidamente demonstrado na planilha de custos dos serviços que a CONTRATADA deve encaminhar para a apreciação das entidades reguladoras competentes, nos termos da legislação correlata e do disposto no Convênio de Cooperação Técnica nº 4/2014.

§ 8º Os serviços adicionais e os serviços específicos vinculados à prestação dos serviços contratados serão remunerados de acordo com a Tabela de Preços de Serviços da SANEPAR, fixada nos termos dos artigos 59 e 60 do Decreto Estadual 3.926/1988 ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

§ 9º Os serviços adicionais consistem de serviço auxiliar, complementar e/ou correlato aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, compreendendo as atividades de corte, religação, expedição da segunda via de conta, entre outras;

§ 10º As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de trinta (30) dias com relação à sua aplicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários (categorias e economias), bem como no estabelecimento de faixas progressivas de consumo (tarifa progressiva), nos termos dos Decretos Estaduais 3.926/1988 e 10.193/2014 ou de outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los.

§ 1º Para as tarifas de água, de esgotos e de serviços, permanecem em vigor os preços constantes da tabela de preços anexa ao Decreto Estadual 10.193/2014, ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

§ 2º A tarifa mínima será de pelo menos dez metros cúbicos (10 m³) mensais de consumo de água por economia da categoria de usuários referida no “caput” desta cláusula.

§ 3º A tarifa de esgotos será fixada com base em percentual da tarifa de água, este estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo Estadual no mesmo dispositivo em que é fixado o valor das tarifas, percentual este que nunca será inferior e nem superior a oitenta por cento (80%).

§ 4º A concessionária praticará tarifa diferenciada para a população de baixa renda concedendo descontos sobre a tarifa normal, com base nos critérios para a caracterização de famílias de baixa renda definidos no Decreto Estadual 2.460/2004 ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

§ 5º Em situação crítica de escassez motivada por estiagem, contaminação de recursos hídricos ou outro fato extraordinário que obrigue a adoção de racionamento ou redução de produção a níveis não compatíveis com o sistema, além das medidas previstas no Decreto Estadual 3.926/1988 e demais normas regulamentadoras, poderá ser adotada tarifa especial de contingência, com o objetivo de restringir o consumo e cobrir eventuais custos adicionais decorrentes delas, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços.

§ 6º O consumo verificado nas ligações de instalações públicas municipais será tarifado com bonificação de cinquenta por cento (50%) sobre a tarifa normal, conforme regulamentação prevista em contrato especial de consumo a ser firmado com a CONTRATADA, no qual, para fins de evitar desperdício de água, haverá expressa previsão de que a bonificação está limitada a média de consumo mensal do MUNICÍPIO, sendo o volume excedente faturado pela tabela normal de tarifa, bem como que a inadimplência de três (3) referências (meses), consecutivas ou não, acarretará na suspensão do benefício, passando as contas a terem seu valor normal.

§ 7º O MUNICÍPIO deverá prever em seu orçamento os pagamentos das tarifas devidas por seus entes, banheiros, hidrantes, fontes,

torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados ou de sua responsabilidade.

§ 8º O MUNICÍPIO é responsável pelo pagamento da tarifa relativa ao consumo registrado nos hidrantes localizados em área pública, a qual será faturada nos mesmos termos do §6º desta Cláusula.

§ 9º O MUNICÍPIO não será responsável pela autorização para prestação dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário em áreas de ocupação irregular.

§ 10º Com vistas a manter a uniformidade de prestação dos serviços, as tarifas aplicadas pela Companhia de Saneamento do Paraná e os regulamentos dos serviços vigentes para União da Vitória deverão ser aprovados para o Município de Porto União por deliberação da ARIS, não podendo os usuários do Município serem tratados de forma distinta do que ocorre no Município vizinho e conurbado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: É vedado à CONTRATADA conceder isenção de tarifas e custo de seus serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA terá o direito de auferir a receita decorrente da prestação dos serviços específicos vinculados à prestação dos serviços contratados, conforme tabela de preços referida no §6º da Cláusula Doze deste contrato.

#### OUTROS SERVIÇOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A CONTRATADA poderá prestar outros serviços específicos na área territorial do MUNICÍPIO, cujas condições de prestação dos serviços serão disciplinadas em termo aditivo ao presente contrato.

§ 1º A CONTRATADA terá o direito de auferir diretamente a receita decorrente da prestação dos serviços específicos, conforme preços previstos na tabela de preços mencionada no §6º da Cláusula Doze deste contrato.

§ 2º Os valores dos preços dos serviços específicos serão reajustados de acordo com o que dispuserem as normas legais, contratuais e regulamentares aplicáveis.

§ 3º A CONTRATADA deverá manter escrituração contábil que permita ao MUNICÍPIO, a CAMARA DE VEREADORES e às ENTIDADES REGULADORAS a efetiva e permanente análise dos resultados da exploração dos serviços específicos.

#### DO SISTEMA DE COBRANÇA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: As tarifas dos serviços prestados pela CONTRATADA serão cobradas diretamente dos usuários atendidos numa única conta/fatura emitida pela SANEPAR, nos mesmos padrões utilizados em todo Estado do Paraná.

§ 1º A CONTRATADA efetuará as medições dos consumos de água ou, para os casos de não-hidrometração, estimará os consumos e emitirá, com base em medições ou estimativas, a cobrança dos valores devidos aos respectivos usuários, nos termos dos parâmetros estabelecidos no Regulamento dos Serviços Prestados pela CONTRATADA (atual Decreto Estadual 3926/88) ou em ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo e na legislação em vigor.

§ 2º Serão também lançados nas contas de consumo dos usuários, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e serviços específicos à prestação dos serviços contratados e executados.

§ 3º A CONTRATADA poderá contratar outra(s) empresa(s) ou pessoa(s) física(s), instituição financeira ou não, para funcionar(em) como agente(s) arrecadador(es) das contas mencionadas nesta cláusula e no contrato.

§ 4º A CONTRATADA, na forma da legislação aplicável, poderá incluir na conta dos serviços prestados valores relacionados a outros serviços públicos prestados por terceiros aos seus usuários ou contribuintes no caso de Municípios, desde que disponibilize aos usuários ou contribuintes a possibilidade de retirar a cobrança quando solicitado, nos termos das legislações afins.

§ 5º A responsabilidade pelas dívidas decorrentes dos serviços prestados pela SANEPAR é do sujeito que manifesta vontade de receber os serviços.

#### DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E OBRAS EXECUTADAS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste contrato, a CONTRATADA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços contratados, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo de vigência do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO. Inclui-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto nas Leis Federais 8.987/1995 e 11.079/2004.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Caberá à CONTRATADA, recompor a pavimentação das ruas e calçadas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e ramais prediais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O serviço referido no caput poderá ser enjeitado pelo Município caso não seja realizado a contento, podendo o MUNICÍPIO executar a suas expensas, sendo depois ressarcido pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O MUNICÍPIO poderá executar a recomposição de pavimentação prevista no "caput" desta Cláusula com o objetivo de quitar débitos junto a CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Para a execução de obras, a CONTRATADA deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem como utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.

§ 1º A CONTRATADA ficará responsável pelo desenvolvimento e execução dos projetos básicos e executivos pertinentes às obras.

§ 2º A CONTRATADA, sempre que solicitado, deverá disponibilizar a ENTIDADE REGULADORA toda a documentação relacionada às obras, inclusive estudo de concepção, na medida em que forem sendo produzidos.

§ 3º A CONTRATADA manterá constantemente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de implantação e de ampliação dos serviços públicos contratados, dentro de sua política de ação e desde logo poderá firmar convênios com o MUNICÍPIO, nos termos Convênio de Cooperação firmado.

§ 4º A CONTRATADA responsabiliza-se em negociar, em caráter prioritário, com os órgãos competentes, a contratação de financiamentos necessários à execução das obras e serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários.

§ 5º Para a realização de novos empreendimentos de interesse do MUNICÍPIO, poderá ser firmado convênio de parceria entre as partes, mediante a elaboração de Termo Aditivo ao Contrato, nos termos do Convênio de Cooperação vigente.

#### DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: As atividades de fiscalização deste contrato serão exercidas pelas entidades reguladoras (AGUAS PARANÁ e ARIS), nos termos da legislação vigente e do Convênio de Cooperação Técnica 3/2014, por delegação do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Estadual 16.242/2009 e do Decreto Estadual 7.878/2010 e do Convênio de Cooperação Técnica n 3/2014.

§ 1º A fiscalização a ser exercida pelas ENTIDADES REGULADORAS abrangerá o acompanhamento das ações da CONTRATADA nas áreas operacionais, de atendimento, contábil, financeira e tarifária.

§ 2º No caso de criação de outra entidade reguladora estadual no Estado do Paraná e de Santa Catarina para os serviços de saneamento básico, a regulação e a fiscalização dos serviços já fica a ela delegada, nos termos do caput, devendo ser firmado termo aditivo ao Convênio de Cooperação e ao Contrato de Programa que serão firmados, a fim de contemplar as alterações necessárias.

§ 3º Em até cento e oitenta (180) dias contados da data de vigência deste contrato, o MUNICÍPIO poderá constituir o Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico composto na forma do art. 47 da Lei 11.445/2007, o qual anualmente fiscalizará por comissão formada com base no art. 33, XIV do Decreto Federal 6.017/2007 os serviços contratados e, quando identificar inconformidades na sua prestação, as comunicará às ENTIDADES REGULADORAS e à CONTRATADA para a adoção das medidas administrativas correlatas.

§ 4º Enquanto não for criado o Comitê a que se refere o parágrafo anterior, o Poder Executivo municipal exercerá esta função.

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: A falta de cumprimento, por parte da CONTRATADA, de qualquer cláusula ou condição deste contrato ou da legislação aplicável e normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste instrumento e desde que não seja referente às matérias de competência do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, FATMA e do PROCON, poderá ensejar, mediante procedimento administrativo que possibilite a defesa e posterior recurso administrativo, a aplicação das penalidades pelas ENTIDADES REGULADORAS, na forma da lei.

§ 1º O processo de aplicação das penalidades tem início com a lavratura do auto de infração pelo agente responsável pela fiscalização, que tipificará a infração cometida, para fins de aplicação da respectiva penalidade.

§ 2º O auto de infração, que obedecerá ao modelo a ser definido pela ENTIDADE REGULADORA, deverá indicar com precisão a falta cometida e a norma violada e será lavrado através de notificação entregue à CONTRATADA, na sua sede, mediante protocolo.

#### DA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Sem prejuízo das penalidades cabíveis, exclusivamente por indicação em ato próprio e específico das ENTIDADES REGULADORAS fixando o prazo, objetivos e limites da intervenção (não podem ultrapassar o território do MUNICÍPIO), poderá o MUNICÍPIO intervir, excepcionalmente, na prestação dos serviços contratados, quando ação ou omissão da CONTRATADA ameaçar a qualidade da prestação dos serviços objeto deste contrato, colocando em risco a saúde da população, isto apenas pelo período necessário para assegurar a continuidade e adequação da prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais pertinentes sem qualquer prejuízo para as cláusulas e condições deste contrato.

§ 1º As ENTIDADES REGULADORAS somente poderão indicar a intervenção depois de percorrido processo administrativo próprio, com



contraditório e ampla defesa e depois de concedido prazo razoável para que a CONTRATADA sane a irregularidade apontada.

§ 2º No ato pelo qual as ENTIDADES REGULADORAS indicarem a intervenção necessariamente deve indicar o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida ao Chefe do Poder Executivo municipal para que este, se assim entender, nomeie o interventor por Decreto.

§ 3º A intervenção deverá ser instaurada dentro dos trinta (30) dias seguintes ao ato das ENTIDADES REGULADORAS descritos no parágrafo anterior e não poderá exceder ao prazo de noventa (90) dias contados da data de sua instauração pelo do Chefe do Poder Executivo municipal através da indicação do interventor.

§ 4º A nomeação do interventor a que se refere o parágrafo anterior se dará pelo MUNICÍPIO, também mediante ato administrativo próprio e específico, vinculado estritamente ao que dispôs o ato de indicação das ENTIDADES REGULADORAS.

§ 5º As ENTIDADES REGULADORAS atuarão como fiscalizadoras da intervenção, podendo determinar seu encerramento sempre que considerar atendidos os objetivos fixados no ato de indicação previsto no "caput" e §2º desta Cláusula.

§ 6º A intervenção a que se refere o "caput" e os parágrafos desta Cláusula, em nenhuma hipótese, poderá autorizar o MUNICÍPIO a assumir a prestação dos serviços ou a ocupar as instalações da CONTRATADA, sendo que a ação do MUNICÍPIO fica limitada à indicação de interventor que atuará em conjunto com a CONTRATADA na regularização dos fatos que determinaram a intervenção e dentro dos limites e prazos indicados pelas ENTIDADES REGULADORAS

§ 7º Se todo o procedimento administrativo referido nesta Cláusula não se concluir dentro de cento e oitenta (180) dias contados da data do início do processo administrativo nas ENTIDADES REGULADORAS, considerar-se-á inválida a intervenção, sem prejuízo do direito da CONTRATADA de ser indenizada por eventuais danos sofridos.

da VIGILÂNCIA sanitária e meio ambiente

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:** O serviço deverá ser executado em estrita obediência aos parâmetros definidos pela legislação que regula o setor de saneamento básico, em especial quanto à qualidade e potabilidade da água para o abastecimento público, segundo critérios estabelecidos na legislação vigente.

§ 1º É obrigatória a ligação de água e esgotamento sanitário em todos os imóveis com edificações no território do MUNICÍPIO, em que o serviço estiver disponível e por isso sujeito ao pagamento de tarifa pelo serviço posto à disposição, mesmo que ainda não esteja efetivada a ligação, que é de responsabilidade do usuário.

§ 2º Decorridos noventa (90) dias da primeira notificação da CONTRATADA para que o usuário efetue a ligação na rede de distribuição de água e na rede coletora de esgotos disponível, independentemente de outras sanções cabíveis, o usuário é responsável pelo pagamento da respectiva tarifa para a CONTRATADA.

§ 3º A Vigilância Sanitária Municipal, por solicitação da CONTRATADA, exercerá seu poder de polícia e notificará o proprietário ou morador do imóvel objetivando o cumprimento do disposto no §1º desta cláusula, sob pena das medidas administrativas correlatas.

§ 4º Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, em especial as de edificações, ambientais, sanitárias e de recursos hídricos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:** No perímetro urbano, por solicitação da CONTRATADA, o MUNICÍPIO através de sua secretaria ou entidade responsável, poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas, existentes nos locais providos de rede pública de abastecimento de água, devendo proceder ao fechamento e lacre das referidas fontes de abastecimento, sem direito dos proprietários ou usuários de reclamarem qualquer indenização, consoante previsão contida no Decreto Federal 7.217/2010 e Decreto Estadual 5.711/2002, somente caso interfira no bom funcionamento da rede e devidamente comprovada pela CONTRATADA.

§ 1º A Vigilância Sanitária Municipal, quando agir na forma prevista no "caput", deverá dar posterior conhecimento para as ENTIDADES REGULADORAS

§ 2º Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula, somente serão aplicadas, quando o sistema operado pela CONTRATADA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos pelos poços particulares que se visa lacrar.

§ 3º Os poços artesianos/freáticos e cisternas já existentes, continuam com sua utilização livre enquanto não houver impedimentos relativos à preservação da higiene e saúde, sendo que a responsabilidade pela quantidade e qualidade da água é única e exclusiva do proprietário ou consumidor, proibida a comercialização e o fornecimento gratuito a terceiros.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:** A CONTRATADA é responsável pela obtenção das licenças ambientais e outorgas de uso dos recursos hídricos necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos deste contrato, observado o disposto na sua Cláusula Quinta deste contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A CONTRATADA, desde que cumpridas as normas ambientais e de recursos hídricos pertinentes, poderá opor ao MUNICÍPIO ou a ENTIDADE REGULADORA, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais e das outorgas de uso dos recursos hídricos de que trata esta Cláusula, exceções ou meios de defesa como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos previstos neste contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:** Conforme ficou estabelecido na cooperação federativa para prestação de serviço de interesse comum prevista no Convênio de Cooperação firmado entre o Estado do Paraná e o Município de PORTO UNIÃO, a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR repassará ao Município 2% do faturamento total da SANEPAR no Município, descontado as perdas na realização de créditos e impostos incidentes sobre o faturamento, sendo que 1% deverá ser pago em forma de antecipação dos recebimentos e 1% mediante repasse mensal.

§ 1º Para ter acesso ao repasse previsto no “caput” desta Cláusula, o Município deverá instituir o referido Fundo Municipal por lei.

§ 2º Os recursos deverão ser aplicados em projetos e ações que tenham reflexo no saneamento básico, em obras de interesse público, na proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 3º A responsabilidade pela aplicação e destinação dos recursos previstos nesta Cláusula é única e exclusiva do MUNICÍPIO, que deverá prestar contas para os órgãos fiscalizadores competentes e à ENTIDADE REGULADORA quando instado a fazê-lo.

§ 4º O repasse previsto no “caput” será realizado no último dia útil do mês subsequente ao do faturamento, condicionado à inexistência de débitos do MUNICÍPIO para com a SANEPAR.

§ 5º No caso da existência de débitos de qualquer espécie do MUNICÍPIO junto a SANEPAR, referentes a três (3) meses ou mais, consecutivos ou não, o repasse do recurso previsto no “caput” desta Cláusula será suspenso e os valores a serem repassados acumulados, sendo liberados somente depois da quitação da dívida pelo MUNICÍPIO.

#### DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:** O presente contrato será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

I- Advento do termo final do contrato, sem que haja prorrogação pactuada entre as partes;

II- Acordo entre as partes pactuado em instrumento próprio;

III- Rescisão motivada, em caso de falta grave ou comprovado inadimplemento das obrigações previstas neste contrato, desde que previamente apurado e decidido em regular processo administrativo das ENTIDADES REGULADORAS, que deve ser precedido do processo de intervenção previsto neste Contrato;

IV- Falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela CONTRATADA;

V- Privatização ou repasse do controle administrativo da CONTRATADA para a iniciativa privada ou, por qualquer outro meio em que a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR deixe de integrar a Administração do Estado do Paraná;

VI- decisão judicial transitada em julgado.

§ 1º Não ocorrendo a prorrogação do Contrato de Programa ou advindo a extinção deste Contrato, o acervo dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitários somente será revertido ao patrimônio do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO depois dele assumir previamente a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo e indenizar previamente a CONTRATADA pelo valor contábil das parcelas dos investimentos ainda não amortizados, remunerados ou depreciados na vigência do contrato, contemplados também os bens e direitos do Contrato de Concessão anterior (140/75), consoante §3º da Cláusula Sétima deste Contrato, respeitados os Estatutos da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

§ 2º O valor da indenização será apurado pelos contratantes, em conjunto com as ENTIDADES REGULADORAS, tomando-se por base a contabilidade da CONTRATADA, que é certificada anualmente pelas ENTIDADES REGULADORAS e pelo Tribunal de Contas do Paraná.

§ 3º Enquanto não ocorrer a indenização prévia e a assunção dos financiamentos pelo MUNICÍPIO prevista no §1º desta Cláusula a CONTRATADA continuará prestando seus serviços no Município, pelo prazo necessário para a remuneração, amortização e recuperação de seus créditos e investimentos realizados através das tarifas, inclusive dos investimentos necessários a continuidade do serviço público, os quais a contratada está desde já autorizada a realizar.

§ 4º No caso do parágrafo anterior a CONTRATADA continuará prestando os serviços de água e esgotamento sanitário nas mesmas condições deste Contrato, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro ajustado, até o efetivo pagamento pelo MUNICÍPIO da indenização referida nesta Cláusula, que deverá abranger, inclusive, os bens pré-existentes.

§ 5º Atendida a condição prevista no §1º desta cláusula, operar-se-á a reversão, ao MUNICÍPIO, dos bens e instalações vinculados e indispensáveis aos serviços contratados.

§ 6º Para efeito da reversão, os bens vinculados e indispensáveis aos serviços contratados são os utilizados, direta, exclusiva e permanentemente na prestação dos referidos serviços, tais como estação de tratamento de esgotos, estação de tratamento de água, redes coletoras de esgotos e redes de distribuição de água.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:** A rescisão do contrato, antes do advento do termo final, só se dará em caso de comprovado inadimplemento das obrigações nele previstas, mediante a formalização de processo de rescisão junto às ENTIDADES REGULADORAS, assegurada a ampla



defesa e o contraditório e depois de percorrido, sem sucesso, o processo de intervenção.

§ 1º No caso de rescisão motivada, para atender ao interesse público, deverão ser realizados consecutivamente os seguintes procedimentos para verificação do inadimplemento, por meio de infrações e falhas, previsto na legislação específica e neste contrato:

I- processo de fiscalização específico pelas ENTIDADES REGULADORAS;

II- realização de auditoria técnica especializada e independente pelo MUNICÍPIO;

III- instauração de processo administrativo pela ENTIDADES REGULADORAS, com o acompanhamento do MUNICÍPIO e ampla defesa para a CONTRATADA, obedecidos os prazos e procedimentos fixados nas Cláusulas deste contrato, inclusive precedido do processo de intervenção, nos termos da Cláusula Vinte e Três deste Contrato.

§ 2º No caso de decisão da ENTIDADES REGULADORAS, favorável a rescisão do contrato, esta deverá ser precedida de autorização legislativa específica dos entes convenientes e do pagamento da indenização prévia, nos termos do §1º e §2º da Cláusula Vinte e Nove deste Contrato.

§ 3º A decisão das ENTIDADES REGULADORAS a que refere o parágrafo anterior é passível de discussão na esfera judicial por iniciativa da CONTRATADA.

§ 4º A partir da rescisão, o MUNICÍPIO ficará responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos perante as instituições públicas, autarquias, em qualquer instância ou tribunal, reclamados por terceiros a qualquer título, pessoas físicas ou jurídicas, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários.

§ 5º O processo administrativo de inadimplemento não será instaurado até que tenha sido dado inteiro conhecimento à CONTRATADA, em detalhes, das infrações apontadas, bem como tempo suficiente para providenciar às correções de acordo com os prazos e termos de processo de fiscalização das ENTIDADES REGULADORAS e ainda depois de percorrido, sem sucesso, o processo de intervenção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: Para efeito de indenizações de que tratam as Cláusulas Vinte e Nove e Trinta será utilizado o valor resultante de inventário procedido pelas ENTIDADES REGULADORAS, com base nos dados contábeis da CONTRATADA que serão anualmente certificados, nos termos deste Contrato.

#### DOS TRIBUTOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: A SANEPAR está desobrigada de pagar encargos fiscais municipais ou retribuição por uso de bens municipais, seja a que título for, referente à utilização dos espaços públicos, terrestres ou não, inclusive subsolo, com o fim de implantar unidades e redes dos sistemas de saneamento básico, bem como as unidades controladoras desses sistemas, quando necessárias, submetendo-se a legislação fiscal e tributária do MUNICÍPIO relativamente a seus bens e serviços, respeitado o ordenamento jurídico nacional e estadual, em especial o que dispõe o item "a", do inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal.

PARAGRAFO ÚNICO. As benesses albergadas no caput deste artigo não atingem as empresas terceirizadas prestadoras de serviços à CONTRATADA.

#### DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: As partes providenciarão publicação resumida do presente instrumento, mediante extrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data nos respectivos Diários Oficiais, sendo posteriormente registrado e arquivado nas ENTIDADES REGULADORAS.

#### DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para plena eficácia jurídica, o MUNICÍPIO e a CONTRATADA, por seus representantes legais, datam e assinam o presente contrato em cinco (5) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si e seus sucessores.

Porto União (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

MOUNIR CHAOWICHE

ELISEU MIBACH

Diretor-Presidente da Sanepar

Prefeito Municipal de Porto União

ANTONIO CARLOS BELINATI

Diretora Comercial da Sanepar

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:



**PORTARIA Nº 071/2017**

Publicação Nº 1457772

PORTARIA Nº 071, de 14 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a suspensão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo, instaurada pela Portaria nº 065, de 20 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "g" da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º Suspender, no período de 20 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018, os trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº 065, de 20 de novembro de 2017, em razão das férias coletivas concedidas aos servidores públicos municipais através do Decreto nº 356, de 17 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.116/2017 - RH**

Publicação Nº 1457235

PORTARIA Nº 1.116, de 1º de dezembro de 2017.

Dispõe sobre Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto nº 620 de 18 de dezembro de 2014, onde o Município passa a intervir/encampar no Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União para manter a continuidade do serviço público e atender interesse social;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2018, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marisa de Assis, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 1º de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.117/2017 - RH**

Publicação Nº 1457238

PORTARIA Nº 1.117, de 1º de dezembro de 2017.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de JEANCARLO SAVI MORAES, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02 do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 1º de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.118/2017 - RH**

Publicação Nº 1457240

PORTARIA Nº 1.118, de 04 de dezembro de 2017.  
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de JOSE ROBERTO WOSGRAU, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História) do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do termino do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de dezembro de 2017.

Porto União - SC, em 04 de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.119/2017 - RH**

Publicação Nº 1457244

PORTARIA Nº 1.119, de 04 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 04 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo de abril/2009 a abril/2014, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor RALF BUSE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2017**

Publicação Nº 1457815

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 064/2017

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n º 83.529.933/0001-06).

Contratada: UNIÃO PLOTAGENS (CNPJ nº 20.686.573/0001-28).

Objeto: Aquisição de serviços gráficos e editoriais para a Câmara Municipal de Porto União.

Valores: R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.39.63.00.00.00 – Serviços Gráficos e Editoriais

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Luiz Alberto Pasqualin

Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2017**

Publicação Nº 1457816

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 065/2017

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n.º 83.529.933/0001-06).

Contratada: LR CATAPAM DOS PASSOS ME (CNPJ nº 24.427.187/0001-72).

Objeto: Contratada empresa para aquisição de material para manutenção de bens imóveis.

Valores: R\$ 1.129,00 (hum mil, cento e vinte e nove reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento: 3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Vigência: Julho a Dezembro 2017.

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

Luiz Alberto Pasqualin

Presidente

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 137/2017 de 07/12/2017 Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.**

Publicação Nº 1458039

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

www.pousoredondo.sc.gov.br

DECRETO Nº 137/2017 de 07/12/2017.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional:10.301.0025.2.036 – Manutenção de Transferências do SUS – Atenção Básica

(14) 3.1.90.00.00.00.00.0134. – Aplicações Diretas ..... R\$ 410.000,00

TOTAL ..... R\$ 410.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de dezembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 138/2017 de 07/12/2017 Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.**

Publicação Nº 1458069

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

www.pousoredondo.sc.gov.br

DECRETO Nº 138/2017 de 07/12/2017

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01- GABINETE DO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Funcional: 04.122.0009.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

(4) 3.3.93.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social

(146) 3.3.50.00.00.00.00.0187 - Aplicações Diretas ..... R\$ 9.000,00

**06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(47) 3.1.90.00.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 500.000,00

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO

Funcional: 04.122.0006.2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 35.061,97

Órgão: 14 FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR

Unidade: 01- FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR

Funcional: 06.181.0031.2.039 - Manutenção do Fundo de Melhoria da Policia Militar

(155) 4.4.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.2.025 - Manutenção do depto de Estradas e Rodagem

(97) 3.3.90.00.00.00.00.00 0180 - Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01- GABINETE DO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Funcional: 04.122.0009.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

(6) 3.3.50.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social

(136) 3.3.50.00.00.00.00.00 0187 - Aplicações Diretas ..... R\$ 9.000,00

**06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(45) 3.1.90.00.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 500.000,00

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO

Funcional: 04.122.0006.2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 35.061,97

Órgão: 14 FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR

Unidade: 01- FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR

Funcional: 06.181.0031.2.039 - Manutenção do Fundo de Melhoria da Policia Militar

(154) 3.3.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.2.025 - Manutenção do depto de Estradas e Rodagem

(95) 3.3.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de dezembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal



# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 142/2017- PREFEITURA

Publicação Nº 1457249

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC  
CONTRATO Nº. 142/2017  
PROCESSO N.º 22/2017 – PREGÃO N.º 02/2017  
CONTRATADA: POSTO DE COMBUSTIVEL B.B. LTDA  
DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE.  
DO VALOR: R\$ 3.000,00  
DA VIGENCIA: 08/12/2017 à 31/12/2017.  
Praia Grande, 14 de Dezembro de 2017.  
HENRIQUE MATOS MACIEL  
Prefeito Municipal.

### CONTRATO 143/2017- PREFEITURA

Publicação Nº 1457662

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC  
CONTRATO Nº. 143/2017 – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 99/2017  
PROCESSO N.º 65/2017 – TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2017  
CONTRATADA: AUTO DEMOLIDORA TORRENSE LTDA ME  
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA TRANSPORTE ATÉ O CENTRO DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM (CTC) DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) DOMICILIARES E COMERCIAIS DA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, BEM COMO SERVIÇOS DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM E DESTINAÇÃO FINAL ATÉ O ATERRO SANITÁRIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017 conforme PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2017 – TP N. 02/2017, Termos de Referência e demais anexos e Proposta vencedora da Contratada com seu Projeto Básico:  
DO VALOR: R\$ 485.802,36  
DA VIGENCIA: 01/01/2018 à 31/12/2018.  
Praia Grande, 15 de Dezembro de 2017.  
HENRIQUE MATOS MACIEL  
Prefeito Municipal.

### CONTRATO 52/2017 - SAUDE

Publicação Nº 1457672

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC  
CONTRATO Nº. 52/2017 – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 07/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017 – PR Nº 01/2017  
CONTRATADA: COLIX SOLUÇÕES PARA RESÍDUOS LTDA EPP  
OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTES, TRATAMENTO ATRAVÉS DE AUTOCLAVE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - SC.  
DO VALOR: R\$ 11.770,00  
DA VIGENCIA: 01/01/2018 à 31/12/2018.  
Praia Grande, 15 de Dezembro de 2017.  
HENRIQUE MATOS MACIEL  
Prefeito Municipal.

### LEI MUNICIPAL 2.514

Publicação Nº 1458640

LEI MUNICIPAL Nº. 2.514 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017  
AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

01 – Câmara de Vereadores

01.031.0001.2.001 – Gestão da Câmara Municipal de Vereadores

2 - 3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, objeto do art. 1º, serão anulada parcialmente ou integralmente da seguinte dotação orçamentária:

01 – Câmara de Vereadores

01.031.0001.1.001 – Reforma e Ampliação da Sede da Câmara

1 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC, 08 de Novembro de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

VARNER DE OLIVEIRA

Secretário Administração e Finanças

## LEI MUNICIPAL 2.515

Publicação Nº 1458633

LEI MUNICIPAL Nº. 2.515 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2017

Cria a LOGOMARCA e SLOGAN do Município, de conformidade com art. 7º, Parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

HENRIQUE MATOS MACIL, Prefeito do Município de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei cria a LOGOMARCA e o SLOGAN do Município, de conformidade com art. 7º, Parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal, a ser utilizado em todas as formas de divulgação e documentação que represente o Município, principalmente na área de turismo.

Art. 2º O desenho da LOGOMARCA, de conformidade com o projeto em anexo, representa um cânion na cor verde simbolizando as matas e a flora do Município, a cor azul na base superior representa o céu, e a cor azul na base inferior representa as águas dos rios.

Art. 3º O SLOGAN a ser utilizado pelo Município será "CAPITAL CATARINENSE DOS CANYONS", de conformidade com o que dispõe a Lei Estadual nº 12.876, de 22 de janeiro de 2004, revogada e consolidada na Lei Estadual nº 16.722, de 08 de outubro de 2015 e a Lei Municipal nº 1.174/2004 de 08 de junho de 2004.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande/SC,

em 17 de novembro de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

VARNER DE OLIVEIRA

Secretário Administração e Finanças

**LEI MUNICIPAL 2.516**

Publicação Nº 1458641

**LEI MUNICIPAL Nº. 2.516 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Praia Grande para o exercício financeiro de 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito do Município de Praia Grande, estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Praia Grande para o exercício financeiro de 2018, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos e Autarquias, no montante de R\$ 33.311.519,00 (Trinta e três milhões, trezentos e onze mil e quinhentos e dezenove reais).

Art. 2º As Receitas são decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas nos demonstrativos da Lei 4.320/64, de forma consolidada, com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITAS CORRENTES	21.211.519,00
- Receita tributária	1.760.312,00
- Receitas de Contribuições	226.457,00
- Receita Patrimonial	73.179,00
- Receita de Serviços	1.547.762,00
- Transferências Correntes	17.483.604,00
- Outras Receitas Correntes	120.205,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	12.100.000,00
- Operações de Crédito	0,00
- Transferências de capital	12.100.000,00
TOTAL	33.311.519,00

Parágrafo único. Integrará esta Lei a estimativa da Receita Orçamentária de cada Unidade Gestora da administração direta e indireta, individualizada, na forma dos demonstrativos da Lei 4.320/64.

Art. 3º A Despesa fixada, detalhada em anexos à esta Lei conforme determina a Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, está assim distribuída por Unidade Gestora e por Grupos de Natureza:

I – DESPESAS POR UNIDADE GESTORA	
1 – PREFEITURA MUNICIPAL	26.513.844,00
2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.061.675,00
3 – SAMAE	1.786.000,00
4 – CÂMARA MUNIC DE VEREADORES	950.000,00
TOTAL	33.311.519,00
II – DESP. POR GRUPOS DE NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	19.926.519,00
Pessoal e Encargos Sociais	11.813.844,00
Juros e Encargos da Dívida	114.000,00
Outras Despesas Correntes	7.998.675,00
DESPESAS DE CAPITAL	13.382.000,00
Investimentos	13.016.000,00
Amortização da Dívida	366.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00
TOTAL	33.311.519,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo III da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 5º Fica o Chefe de cada Poder autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, de um Grupo de Natureza de Despesa para outro, de uma Modalidade de Aplicação para outra e de uma fonte de recurso para outra, observado o equilíbrio financeiro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º O Poder Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, na forma dos §§ 3º e 4º do art. 43 da Lei 4.320/64;

II - o superávit financeiro do exercício anterior na forma do § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64; e

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º As Receitas de convênios, operações de crédito e outras de realização extraordinária, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10 Durante o exercício de 2018 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande/SC,  
em 12 de Dezembro de 2017.

Henrique Matos Maciel  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Varner de Oliveira  
Secretário Administração e Finanças

**Presidente Nereu****PREFEITURA****DECRETO 109/2017**

Publicação Nº 1457519

Número da Lei:	1508
Ano da Lei:	2016
Data da Lei:	24/11/2016

DECRETO Nº 109, de 12 de dezembro de 2017

## Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.000,00( três mil reais )

## Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Camara de Vereadores	01.001.0001.0031.1101.2001.331900000000 0000.01000000	3.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

## Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Camara de Vereadores	01.001.0001.0031.1101.2001.333900000000 0000.01000000	3.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 12 de dezembro de 2017

ALINE LESKE TILLMANN ANILTON DE SOUZA  
CONTADORA PRESIDENTE DA CAMARA

**DECRETO 110/2017**

Publicação Nº 1457792

DECRETO Nº 110 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE RECESSO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECÍFICA:

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e:

CONSIDERANDO as festividades natalícias e de final de ano;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços públicos considerados de natureza essencial;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a boa e regular continuidade de serviços do âmbito administrativo que se fizerem necessários,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado recesso nos órgãos da Administração Pública Direta do Poder Executivo, o período de 21 de dezembro de 2017 à 01 de janeiro de 2018, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e Final de Ano.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Educação terá como início de recesso o dia 18/12/2017.

Art. 2º No período em questão, funcionarão em regime de plantão, exclusivamente os serviços considerados de natureza essencial.

Art. 3º Caberá aos Secretários Municipais elaborar a escala de plantão dos serviços públicos essenciais durante o período do recesso administrativo, em especial àqueles voltados à Saúde e serviços administrativos internos que forem considerados necessários para o encerramento do exercício financeiro.

Parágrafo Único: Fica determinado que os Funcionários poderão ser convocados para o desempenho de serviços necessários durante o período de recesso, em horários a serem estabelecidos pelas respectivas chefias, configurando jornada extraordinária de trabalho ou banco de horas quando for o caso.

Art. 4º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 14 de dezembro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

**LEI 1552/2017**

Publicação Nº 1457793

LEI Nº 1552/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a SUPLEMENTAR no orçamento do Município de Presidente Nereu, o valor de R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil Reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 – Departamento Municipal de Administração e Finanças

03.001.0004.0122.1301.2003 – Manutenção das Atividades Administrativas

31.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 52.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 52.000,00

08.01 – Departamento Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

08.001.0026.0782.1801.2016 – Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodagens

31.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 50.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 102.000,00

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado à ANULAR no orçamento do Município de Presidente Nereu, o valor de o valor de R\$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil Reais), para atender a finalidade abaixo especificada:

05.01 – Departamento Municipal de Educação

05.001.0012.0306.1501.2034 – Manutenção da merenda escolar - Infantil

33.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 6.000,00



SUBTOTAL ..... R\$ 6.000,00

05.01 – Departamento Municipal de Educação

05.001.0012.0306.1501.2017 – Manutenção da merenda escolar - Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 6.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 6.000,00

06.01 – Departamento Municipal de Cultura

06.001.0013.0392.1503.1016 – Construção, Ampliação e Reforma de Espaços Cultural

44.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 8.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 8.000,00

06.01 – Departamento Municipal de Cultura

06.001.0013.0392.1503.2013 – Apoio e Exploração da Cultura

31.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 16.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 16.000,00

07.01 – Departamento Municipal de Esporte e Turismo

07.001.0027.0812.1502.1010 – Construção de áreas Destinadas a Pratica Esportiva 44.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 5.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 5.000,00

07.01 – Departamento Municipal de Esporte e Turismo

07.001.0023.0695.1503.2014 – Apoio ao desenvolvimento do turismo

33.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 3.000,00

44.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 3.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 6.000,00

08.01 – Departamento Municipal de Transportes, Obras e Serviços urbanos

08.001.0015.0451.1701.1018 – Aquisição de terreno cemitério municipal

44.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 15.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 15.000,00

TOTAL: R\$ 62.000,00

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado à ANULAR no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Presidente Nereu, o valor de o valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil Reais), para atender a finalidade abaixo especificada:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.001.0008.0244.1602.2023 – Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento

33.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 40.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 40.000,00

TOTAL: R\$ 40.000,00

Art. 4º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 14 de dezembro de 2017.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

## LEI 1553/2017

Publicação Nº 1457794

LEI Nº 1553/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a SUPLEMENTAR no orçamento do Município de Presidente Nereu, o valor de R\$ 13.610,00 (Treze mil, seiscentos e dez Reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 – Departamento Municipal de Administração e Finanças

03.001.0004.0122.1301.2003 – Manutenção das Atividades Administrativas

31.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 13.610,00

SUBTOTAL ..... R\$ 13.610,00

TOTAL: R\$ 13.610,00

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado à ANULAR no orçamento do Município de Presidente Nereu, o valor de o valor de R\$ 13.610,00 (Treze mil, seiscentos e dez Reais), para atender a finalidade abaixo especificada:

08.001.0015.0451.1701.2029 – Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal  
33.90.00.00.00.00.00.01.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$. 13.610,00  
SUBTOTAL ..... R\$ 13.610,00

TOTAL: R\$ 13.610,00

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 14 de dezembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI COMPLEMENTAR 56/2017

Publicação Nº 1457795

LEI COMPLEMENTAR 56/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ACRESCENTA O § 3º NO ARTIGO 5º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 53/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017, QUE ACRESCENTOU E ALTEROU DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2004, DE 01/12/2004 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,  
FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica acrescentado o § 3º no Artigo 5º da Lei Complementar nº 53/2017 de 25 de agosto de 2017, conforme redação abaixo:

§ 3º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidirá sobre os serviços constantes do item 14.05 da lista de serviços integrante da Lei Complementar nº 157 recepcionados por esta lei, desde que os objetos, mercadorias ou quaisquer outros bens, sejam destinados ao uso ou consumo do encomendante.

Art. 2º Ficam alteradas as alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN dos seguintes itens da Lista de Serviços integrante da Lei Complementar 03/2004 de 01 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Complementar 53/2017, conforme abaixo:

Item	Descrição dos Serviços	Alíquota %
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	2
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	3

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 14 de dezembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA 383/2017

Publicação Nº 1457739

PORTARIA Nº. 383 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a NILTON GELSLEICHTER, Motorista, pelo período de 07 de Dezembro de 2017 a 05 de Janeiro de 2018, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2016 à 31/07/2017.

Art. 2.º - Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 07 de Dezembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 384/2017**

Publicação Nº 1457751

PORTARIA Nº. 384 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA REPOUSO À GESTANTE COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001/2002, Capítulo V, Subseção IV, Art. 130, e suas alterações de acordo com a Lei Complementar Nº.18/2012 baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1.º- Fica concedido Licença para Repouso à Gestante servidora LENARA POPENGA LYRA, Professora, pelo período de 180 (Cento e Oitenta) dias.

Art. 2.º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, com efeitos retroativos a contar do dia 05/12/2017.

Presidente Nereu, 07 de Dezembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 385/2017**

Publicação Nº 1457752

PORTARIA Nº. 385 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
**PORTARIA**

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a MARLENE KRAUS, Orientadora Escolar, pelo período de 07 de Dezembro de 2017 a 21 de Dezembro de 2017(fruição), relativo ao período aquisitivo de 02/04/2016 à 01/04/2017.

Art. 2. º - Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 07 de Dezembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 387/2017**

Publicação Nº 1457759

PORTARIA Nº. 387 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
**PORTARIA**

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (10 dias) a EDINEIA CATIA DE MELO, Assistente Administrativo, pelo período de 12 de Dezembro de 2017 a 21 de Dezembro de 2017(fruição), relativo ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 12 de Dezembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 388/2017**

Publicação Nº 1457762

PORTARIA Nº. 388 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA REPOUSO À GESTANTE COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001/2002, Capítulo V, Subseção IV, Art. 130, e suas alterações de acordo com a Lei Complementar Nº.18/2012 baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1.º- Fica concedido Licença para Repouso à Gestante servidora JULIANA RIBEIRO DA SILVA, Professora, pelo período de 180 (Cento e Oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2.º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 13 de Dezembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 389/2017**

Publicação Nº 1457763

PORTARIA Nº. 389 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) ZENEIDE BOGO, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de ate 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 13 de Dezembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 304 DE 14.12.2017

Publicação Nº 1457651

DECRETO Nº 304, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 82 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014 e Lei Complementar nº. 48 de 01 de Dezembro de 2017; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADA a Senhora ADRIANE GIRELLI BERWANGER, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de São José do Cedro, portadora do CPF nº. 029.103.549-38 para ocupar o Cargo em Comissão de COORDENADOR DE ATENÇÃO BÁSICA, Grupo/código CC-01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 13.12.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 13.12.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
14 de Dezembro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 303 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457576

DECRETO Nº. 303 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016 e Lei 876, de 17 e maio de 2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10,11 (Dez reais e onze centavos), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 – Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(210) 3.3.90.00.0.3.0015.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10,11
FONTE DE RECURSO: 03.0015– Recurso Transf. Convênios				
TOTAL			R\$	10,11

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 10,11 (Dez reais e onze centavos) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima descrita.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 14 de dezembro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 34.2017-PM.**

Publicação Nº 1457273

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: LM MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP.

Ata de Registro de Preços: 34/2017-PM

Processo Licitatório: 99/2017-PM

Pregão Presencial: 57/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de MATERIAIS e MÃO DE OBRA de empresa especializada para instalação da ORNAMENTAÇÃO NATALINA na área urbana do Município, no ano de 2017."

Data da Assinatura: 14/12/2017

Data da Publicação: 15/12/2017

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor Total (previsto): R\$ 14.569,50 (catorze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

**EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2017-PM, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2017-PM,**

Publicação Nº 1458267

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 101/2017-PM

Dispensa de Licitação 26/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada à "Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA do Município de Princesa/SC". A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 13 de dezembro de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2017 - PM**

Publicação Nº 1458271

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: ATLANTIS SANEAMENTO LTDA

Contrato: 59/2017-PM

Processo Licitatório: 101/2017-PM

Dispensa de Licitação: 26/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA do Município de Princesa/SC.

Data da Assinatura: 13/12/2017

Data da Publicação: 15/12/2017

Vigência: 0,5 mês.

Valor Total: R\$ 14.515,24 (catorze mil, quinhentos e quinze reais e vinte e quatro centavos).

Forma de Pagamento: Débito em conta bancária.

**PORTARIA Nº. 235 DE 14.12.2017**

Publicação Nº 1457335

PORTARIA Nº. 235, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art. 110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.



## RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias, ao servidor abaixo relacionado, conforme período aquisitivo e período de gozo em anexo. Fica transformado em pecúnia, 10 dias, referente ao período de 19.12.2017 à 28.12.2017.

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
JOÃO LUIZ KAYSER	ENGENHEIRO CIVIL	21.06.2015 a 20.06.2016	29.12.2017 à 02.01.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 14 de Dezembro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

# Quilombo

## PREFEITURA

### 237/2017 "DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO".

Publicação Nº 1458533

DECRETO Nº 237/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 6º da Lei Municipal nº 2.615/2016 de 03 de novembro de 2016,

#### DECRETA

Art.1º Fica efetuado o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento do Município no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 06.01 – DPTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

Programa: 0011 – APOIO/AUXILIO AO ENSINO SUPERIOR

Ação/Atividade: 2.028 – APOIO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

Da Natureza da Despesa:3.3.50.00–Transf.Inst.Prev.sem fins lucr....R\$ 5.000,00 DR 0.1.00

Para a Natureza da Despesa:3.3.90.00–Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00 DR 0.1.00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 12 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA

TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicado

Em 12/12/2017.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

### PORTARIA Nº 1680/2017- DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457381

PORTARIA Nº 1680/2017- DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA REALIZAREM OS TRABALHOS DE RECEPÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NO BALNEÁRIO DA PRAÇA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 83 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o disposto no Artigo 18 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e considerando Solicitação do Encarregado de Setor, sob Protocolo 2024/2017, de 13 de dezembro de 2017 e o Deferimento do Secretário Municipal de Serviços Urbanos e da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes,

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais, para realizar os trabalhos Recepção, Manutenção e Conservação no Balneário Público Municipal, durante o período da temporada de verão 2017.

EQUIPE 01: Luis Carlos da Silva;

Alsevedo Schmitt;

Nelson de Oliveira;

Janete Maria Dal Sasso Moro

EQUIPE 02: Cláudio Contti;

Ivomar Panição;

Everaldo Agnes;  
Maria Silvana Lazzaretti Orso

Art. 2º Os referidos servidores trabalharão em escala de revezamento, sendo o período de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso, incluído o intervalo para almoço.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1673/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457306

PORTARIA Nº. 1673/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Rudinei Mantoani, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestado, no dia 12 de dezembro de 2017, no período vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 12 de dezembro de 2017.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1674/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457310

PORTARIA Nº. 1674/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Álvaro Hanauer, ocupante do cargo de Mecânico, no dia 13 de dezembro de 2017, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2011, de 12 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 15 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s)(Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 12 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1675/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457313

PORTARIA Nº. 1675/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, João Claudiomiro Nunes, ocupante do cargo de Assistente Social, no dia 12 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2003, de 12 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 09h03min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 12 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1676/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457314

PORTARIA Nº. 1676/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Eider Lanzzarín, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, do dia 12 a 15 de dezembro de 2017 e do dia 18 a 22 de dezembro de 2017, conforme Requerimentos sob Protocolo Nº 2005 e 2008, de 12 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 62h18min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 12 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

#### **PORTARIA Nº. 1677/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457323

PORTARIA Nº. 1677/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Elizandro Marcos Marmentini, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, do dia 12 a 15 de dezembro de 2017, conforme Requerimentos sob Protocolo Nº 2006, de 12 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 03h50min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 12 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

#### **PORTARIA Nº. 1678/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457325

PORTARIA Nº. 1678/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Rejane Daniel Hillesheim, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5) ano, no dia 13 de dezembro de 2017, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2009, de 12 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do mês de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 12 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1679/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457374

PORTARIA Nº. 1679/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Leonides Rossetto Seganfredo, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5) ano, no dia 15 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2004, de 12 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 00h15min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 12 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1681/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457384

PORTARIA Nº. 1681/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Serlei Constanzi Menoncin, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 13 de dezembro de 2017, no período matutino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2016, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 15 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s)



documento(s) comprobatório(s)(Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1682/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457390

PORTARIA Nº. 1682/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Ivete Maria da Silva Costa, ocupante do cargo de Assistente do Serviço Social, no dia 14 de dezembro de 2017, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2023, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 18 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s)(Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1683/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457394

PORTARIA Nº. 1683/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Luci Paula Golo, ocupante de Educadora Infantil, no dia 14 de dezembro de 2017, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo N° 2021, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 18 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA N°. 1685/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação N° 1457399

PORTARIA N°. 1685/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Marizete da Silva de Almeida, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 15 de dezembro de 2017, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo N° 2014, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do mês de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1686/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457400

PORTARIA Nº. 1686/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Eliane Maria Garbin, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, nos dias 14 e 15 de dezembro de 2017, das 7h30min às 12h30min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2017, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 04h06min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1687/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457404

PORTARIA Nº. 1687/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Rosilei Dias de Siqueira, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2017, das 12h00min às 17h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2013, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora ficará zerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1688/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457405

PORTARIA Nº. 1688/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Jandir Pasinato, ocupante do cargo de Motorista, no dia 13 de dezembro no período vespertino, e nos dias 14 e 15 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2020, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do mês de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1689/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457409

PORTARIA Nº. 1689/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Marli Fátima Pilatti Barp, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), nos dias 14 e 15 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2025, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 22h45min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1690/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457410

PORTARIA Nº. 1690/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Inês Poltronieri, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 14 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2026, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 02h00min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1691/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457413

PORTARIA Nº. 1691/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Iraci Lemes de Moraes, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 14 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2027, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 00h24min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1692/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457418

PORTARIA Nº. 1692/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Nelma Silvani Martini Bevilacqua, ocupante do cargo de Educadora Infantil, no dia 14 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2027, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 03h20min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1693/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457421

PORTARIA Nº. 1693/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Ana Paula Marsaro, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, no dia 14 de dezembro de 2017, no período matutino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2018, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 258h39min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada



**PORTARIA Nº. 1694/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457424

PORTARIA Nº. 1694/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Maria Izabel Karasek Provensi, ocupante do cargo de Educadora Infantil, por determinação médica e conforme atestado, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1695/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457426

PORTARIA Nº. 1695/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Tatiana Dhein Botega, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, por determinação médica e conforme atestados, por 03 (três) dias, de 13 a 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1696/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457429

PORTARIA Nº. 1696/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Loreci Albani Dal'Aqua, ocupante do cargo de Assistente Social, por determinação médica e conforme atestados, no dia 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº.1684/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457395

PORTARIA Nº.1684/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 2028, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal Ortenila de Lima Menoncin, do dia 14 a 22 de dezembro de 2017, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria Nº002/2014 – de 06 de janeiro de 2014, restando a partir da execução desta, o saldo de 04 (quatro) horas, de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### PORTARIA 396-2017 CONCEDE GRAT FORM PROFISSIONAL VANUCIA B GATTIBONI

Publicação Nº 1458192

PORTARIANº 396/2017  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 01/2016, anexo XI, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida, nos termos dos artigos 248, 249 e 250 da Lei Complementar nº 01/2016, Gratificação de Formação Profissional a servidora estável VANÚCIA BALESTRA GATTIBONI, Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, matrícula 145, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º - O requerimento e a documentação que comprova a habilitação deverão ser acondicionados na pasta funcional da servidora.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 11 de dezembro de 2017.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PORTARIA 397-2017 CONCEDE LIC MATERNIDADE ROSANA R HASSE

Publicação Nº 1458196

PORTARIANº 397/2017  
CONCEDE LICENÇA  
MATERNIDADE

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença e Auxílio Maternidade a ROSANA RASSVEILER HASSE, de 11 de dezembro de 2017 a 09 de abril de 2018, conforme atestado médico.

Rancho Queimado, em 12 de dezembro de 2017.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PORTARIA 398-2017 DESIGNA GRASIELA B ENTER CONSELHEIRA

Publicação Nº 1458199

PORTARIANº 398/2017  
DESIGNA CONSELHEIRA TUTELAR  
SUPLENTE PARA ASSUMIR  
EM SUBSTITUIÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE designar GRASIELA BUNN ENTER, Conselheira Tutelar Suplente para assumir a vaga por motivo de Licença Maternidade da titular ROSANA RASSVEILER HASSE, de 11 de dezembro de 2017 a 09 de abril de 2018.

Rancho Queimado, em 13 de dezembro de 2017.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA 399-2017 EXONERA LAURENCIO SCHVAMBACH**

Publicação N° 1458201

PORTARIANº 399/2017  
CONCEDE EXONERAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE EXONERAR LAURÊNCIO SCHVAMBACH, do emprego público de Motorista de Ambulância, a partir de 14 de dezembro de 2017, conforme aviso datado de 05 de outubro de 2017.

Rancho Queimado, em 14 de dezembro de 2017.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 0010/2017 - FMS

Publicação Nº 1457635

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS  
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio das Antas/SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação Pregão Presencial nº 0016/2017 - PMRA, tendo como objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva, incluindo fornecimento de peças originais e mão de obra especializada, do carro Renault/Master Jaedi Tur ano fabricação 2014/ modelo 2015 placa MFU 8416. Conforme edital completo, com data de abertura para o dia 12/12/2017 às 09:00 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência de interessados. Rio das Antas (SC), 12 de dezembro 2017./Bianca Ferrer Uber-Gestora do FMS

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### DECRETO 3.893

Publicação N° 1458146

DECRETO N° 3.893, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR através da Anulação de Dotações do Orçamento vigente”

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.122, de 25 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 4.234,02( quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e dois centavos )

#### Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Controle Epidemiológico	11.001.0010.0305.0014.2087.333900000000 0000.02380510	4.234,02

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

#### Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Controle Epidemiológico	11.001.0010.0305.0014.2087.344900000000 0000.02380510	4.234,02

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
14 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito de Rio do Campo

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças



**DECRETO 3.894**

Publicação Nº 1458165

DECRETO Nº. 3.894, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Abre Crédito Adicional Suplementar, através do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores e dá outras providências".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e a Lei Orçamentária para o corrente exercício,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto para o exercício corrente, crédito adicional suplementar através do superávit financeiro de exercícios anteriores vinculados à fonte de recursos 02.0340.000 do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais, para a seguinte dotação orçamentária:

12 – Regime Próprio de Previdência

12.01– Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

2.095 – Garantia de Benefícios do RIOPREV

(1) 3.1.90.00.00.00.00.2.095 02.0340.000000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Total das Suplementações R\$ 15.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de dezembro de 2017.RODRIGO PREIS  
Prefeito MunicipalJEAN CARLOS KULKAMP  
Secretário de Administração e Finanças**CÂMARA MUNICIPAL****CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA**

Publicação Nº 1458491

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO CAMPO

RUA 29 DE DEZEMBRO, 70, sala 01 CENTRO, 89198-000 – RIO DO CAMPO – SANTA CATARINA

FONE 47.35641671 – CNPJ 07.776.936/0001-58 - E-mail: camara@cmriodocampo.sc.gov.br

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO-SC, PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Número Inscrição	Classificação	NOME COMPLETO CANDIDATO (A)	L.P.	MAT.	C.G.	C.E	Nota Final
22	1ª	LIDIANE MARAFON	1,20	1,00	1,50	6,00	9,70
07	2ª	PATRICIA APARECIDA DUBIELA	1,20	0,40	1,20	6,00	8,80
02	3ª	CLEIDIANE MALINOSKI ELLER	1,20	0,60	0,90	4,80	7,50
04	4ª	BRUNA MANFRINI	1,20	0,20	0,30	5,60	7,30
10	5ª	LUCIA VERGELINO	0,60	0,40	0,90	4,40	6,30
01	6ª	ELIANE CARVALHO	0,60	0,20	0,30	4,00	5,50
18	7ª	ALEXANDRA CRUZ DE OLIVEIRA	0,90	0,20	0,30	4,00	5,40 (critério de desempate L.P)
06	8ª	CLAUDIA ANDERSEN	0,60	0,20	0,60	4,00	5,40

RIO DO CAMPO-SC, EM 15/12/2017.

ANTONIO CARLOS CONTEZINI  
PRESIDENTE**GABARITO DEFINITIVO**

Publicação Nº 1458490

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO CAMPO

RUA 29 DE DEZEMBRO, 70, sala 01

BAIRRO CENTRO,

FONE 0..47.35641671

CNPJ.07.776.936/0001-58

E-MAIL-CAMARA@CMRIODOCAMPO.SC.GOV.BR

89198-000 – RIO DO CAMPO – SANTA CATARINA

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

GABARITO DEFINITIVO

PROVA A

01	B	16	B
02	B	17	D
03	A	18	D
04	B	19	C
05	D	20	D
06	D	21	C
07	B	22	A
08	B	23	D
09	C	24	B
10	C	25	D
11	A	26	D
12	B	27	C
13	B	28	C
14	A	29	D
15	C	30	B

PROVA B

01	C	16	C
02	D	17	A
03	C	18	B
04	D	19	D
05	C	20	C
06	B	21	A
07	D	22	D
08	D	23	B
09	A	24	C
10	A	25	C
11	C	26	A
12	D	27	D
13	A	28	B
14	B	29	C
15	B	30	D

## Rio do Sul

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 079/2017

Publicação Nº 1458210

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2017

Pregão Presencial Nº 61/2017

Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	05.785.417/0001-20
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME, neste ato representado por LUIZ ANTONIO JUNCKES	13.965.228/0001-68
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por GILMAR GURALSKI	07.814.016/0001-87
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13
MARCELO JACOB ME	11.774.132/0001-97
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI	07.483.630/0001-03
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 436771 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	ÁGUA SANITÁRIA: composição: hipoclorito de sódio e água; princípio ativo: hipoclorito de sódio teor de cloro ativo 2,0% a 2,5% p/p. frasco de 5l, validade mínima de 12 meses, a partir da data de entrega.	FR	BELLADONA	2.044	R\$4,00	R\$8.176,00
2	ÁLCOOL GEL.: à base de álcool para higienização, a 70%, com ação antisséptica, sem enxágue. Composição: álcool etílico, polímero carboxílico, neutralizante, umectante, conservante, quelante e água deionizada. Prazo de validade: 24 meses a partir da data de fabricação. Embalagem: 1litro.	FR	ITAJÁ	507	R\$4,00	R\$2.028,00
4	Avental em courvim liso para uso doméstico, cor branca, tamanho adulto (modelo padrão) com certificado de aprovação.	U	BOM PACK	54	R\$13,50	R\$729,00

7	Copo Plástico Descartável com capacidade para 180ML - pacote com 100 unidades. Translucido	Pct	coposul	5.123	R\$1,88	R\$9.631,24
18	Papel Higiênico, celulose virgem, 30m, 10cm, gofrado e picotado, dupla, branca. papel higiênico de primeira linha, folha dupla, macio, absorvente, branco, alta alvura, picotado e texturado (gofrado), com 100% de fibras de celulose virgem, biodegradável, papel não reciclado, em rolo s de 10 cm. x 30 m. fardos de 64 rolos cada um.	Fdo	Fofinho	60	R\$49,28	R\$2.956,80
21	Papel Toalha Folha Simples, branco, fabricado a partir de fibras naturais virgens e/ou recicladas, em rolos. De acordo com as normas da ABNT NBR 15464-11/2010 e NBR 15134/2007. Deverá ser macio, absorvente e homogêneo, não poderá esfregar durante o uso, não poderá apresentar odor desagradável (não característico), corte imperfeito, enrugamento com dobras e deverá apresentar resistência adequada à tração. Deverá ainda ser enrolado de maneira uniforme e adequadamente apertado em um tubo de papelão resistente, de modo a suportar sem deformação as condições de estocagem, transporte e trabalho, apresentando corte lateral sem rebarbas. Embalagem com 02 rolos.	Fdo	sorela	167	R\$2,40	R\$400,80
23	Sabonete líquido cremoso, com fragrância suave, PH neutro (5,5 a 8,5), viscoso a 20°C, para higiene das mãos, não causar irritabilidade dérmica, validade de 20 meses a partir da entrega, tampa selada, válvula antientupimento e antivazamento, dispensando de 0,8 a 1,0ml p/ acionamento, produto sujeito a verificação no ato da entrega, aos procedimentos adm. determinados pela ANVISA. 800ml.	FR	VERDESAN	115	R\$4,70	R\$540,50
26	Sabão em Pó biodegradável, contendo tensoativos, coadjuvantes, sinergistas, tamponetes, branqueadores ópticos, corantes, enzimas adenuadores de espuma, sequestrante, alvejante, perfume e água com aplicações para lavagem de roupas e pisos em geral, embalagem de 1kg, contendo nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, o qual não poderá ser inferior a 6 meses a contar da data de entrega.	Pct	BREEZE	507	R\$3,14	R\$1.591,98
29	Touca Descartável, sanfonada, com elástico duplo circundando toda a extremidade, material 100% polipropileno, atóxico, de cor branca, descartável, hipoalérgica, anatômica e de fácil ajuste. Gramatura mínima 20 gramas. Pacote com 100 unidades.	Pct	BOM PACK	58	R\$5,70	R\$330,60
33	ÁLCOOL 96º, tipo etílico hidratado, concentração 92,8 - 96,0 inpm. Aplicação: uso doméstico. Frasco de 1 litro.	FR	ITAJÁ	1.740	R\$3,39	R\$5.898,60
49	Garrafa térmica de mesa - 1,8 Litros, corpo em aço inoxidável; ampola de vidro, na cor preta. Serve jato.	U	ALADIM	57	R\$44,90	R\$2.559,30
52	Protetor Solar FPS 30; resistente a água; ampla proteção UVA-UVB; ação hidratante, não oleoso; 200ml.	U	Nutriex	2.130	R\$19,89	R\$42.365,70
53	ÁLCOOL ETÍLICO 46º hidratado - para uso doméstico - 46º INPM, com registro do responsável químico, registro no in metro, com data de envasamento, nº de lote e validade na embalagem, com tampa de rosca para facilitar o manuseio, com SAC da empresa. Frasco plástico de 1000 ml, validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	FR	ITAJÁ	324	R\$3,20	R\$1.036,80
54	Cesto de Lixo redondo, capacidade de 11 litros	U	ARQPLAST	85	R\$4,85	R\$412,25
63	Papel toalha em rolo de 200 metros, 100% celulose, c/ 6 unid.	U	Samper	200	R\$42,60	R\$8.520,00
66	Sabonete Líquido, Perolado, com registro no ministério da saúde e anvisa, perfume suave, contendo agentes biodegradáveis, embalagem galão 5lt.	FR	BELLADONA	60	R\$10,80	R\$648,00
81	GARRAFA TÉRMICA DE MESA - 1 Litro, ampola de vidro, na cor preta. Serve jato.	und	ALADIM	2	R\$28,00	R\$56,00
82	Sabonete Líquido Gel Anti-Séptico com 800ml, sabonete líquido asséptico de comprovada eficácia, com ingredientes umectantes e emolientes que repõem os óleos naturais da pele. Sendo isento de perfume e corante.	FR	Premisse	6	R\$8,88	R\$53,28
85	PAPEL HIGIÊNICO 16x4x60mts, fardo com 64 rolos, celulose virgem, 60m, 10cm. Papel higiênico de primeira linha, folha dupla, macio, absorvente, branco, alta alvura, picotado e texturado (gofrado), com 100% de fibras de celulose virgem, biodegradável, papel não reciclado, em rolos de 10cm x 60m.	Frd.	guipel	15	R\$29,92	R\$448,80
98	Escova de Mão. Para limpeza. Cerdas: nylon, base: madeira, medindo 13x7cm, variação: +/- 10% da medida, formato: oval, sem alça, sem cabo, unid. de medida: unitário	U	desafio	60	R\$1,53	R\$91,80

100	Escovão de Nylon com cabo de cerdas de nylon e cabo de plástico, com selo contendo a composição e informações do fabricante, fixado na peça.	U	CONDOR	20	R\$3,98	R\$79,60
105	Inseticida tipo spray aerosol, sem cheiro, não contendo clorofluor-carbono-cfc, a base de água, de baixa toxicidade, com registro na Anvisa/MS. embalagem contendo o nome do fabricante, indicação para uso doméstico, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem: frasco de 300ml.	FR	DXT	134	R\$5,15	R\$690,10
106	Querosene. Frasco de 1l. Composição: 100% hidrocarbonato alifático. Uso: pisos, alto poder de limpeza. O produto deverá estar em conformidade com as legislações vigentes.	FR	Zavaski	40	R\$7,50	R\$300,00
114	Escova sanitária, com suporte, material: cabo e base em polipropileno, cerdas em nylon sintético ou polipropileno, cerdas: comprimento mínimo (saliente) de 12cm e espessura média de 0,60mm, com fixação firme e resistente ao cabo, cabo: altura 18cm, uso: limpeza de vaso sanitário.	U	ARQPLAST	48	R\$2,99	R\$143,52
121	AMACIANTE DE ROUPA, aspecto físico líquido viscoso concentrado, perfumado. Frasco de 2 litros, com tampa abre e fecha com lacre de rosquear a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no ministério da saúde. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	FR	BRILHA SUL	100	R\$2,90	R\$290,00
Total do Fornecedor:						R\$89.978,67
Total Geral dos Itens:						R\$89.978,67

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$220.295,75 (duzentos e vinte mil, duzentos e noventa e cinco e setenta e cinco )

Rio do Sul (SC), 28 de Agosto de 2017  
 AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP  
 MARLON EISING  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 080/2017

Publicação Nº 1458216

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2017

Pregão Presencial Nº 61/2017

Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	05.785.417/0001-20
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME, neste ato representado por LUIZ ANTONIO JUNCKES	13.965.228/0001-68
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por GILMAR GURALSKI	07.814.016/0001-87
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MARCELO JACOB ME	11.774.132/0001-97
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI	07.483.630/0001-03
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 440213 - JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Cera Líquida Vermelha, 750ml - composição: dispersão acrílica, emulsão de cera de polietileno, solvente, plastificante, preservante resina álcali solúvel, coadjuvantes, conservante, corante, antiespumante, resina fumárica, essência, nivelador e água.	FR	RUBI	45	R\$3,00	R\$135,00
32	Detergente Líquido e Concentrado; neutro. Com diluição 1/20 e concentração de tensoativo aniônico entre 10% a 15%. A concentração do produto deverá ser comprovada através do formulário de petição de notificação ou pelo certificado de registro emitido pela anvisa. Na embalagem deverá constar a data da fabricação e da validade do produto. 5L.	FR	BELLADONA	413	R\$8,20	R\$3.386,60
41	Desinfetante Concentrado: eucalipto, floral ou lavanda, para lavagem geral de superfícies, banheiros e utensílios. Antisséptico, germicida e bactericida. Aspecto físico: líquido, o produto deve ter registro no ministério da saúde. Embalagem com 5 litros, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.	FR	BELLADONA	721	R\$5,00	R\$3.605,00
42	Lustra Móveis Brilho seco, embalagem 200ml. Composição: cera microcristalina, cera de parafina emulsificante, espessante, derivados de isotiazolinona, solventes alifáticos, fragancia e água.	FR	Worker	75	R\$1,99	R\$149,25
48	Fósforo, confeccionado em madeira de 1ª qualidade, acabamento perfeito, com ponta abrasiva, medindo aproximadamente 6cm de comprimento total. Acondicionados em caixas resistentes contendo aproximadamente 40 palitos, reembalados em pacotes com 10 caixas, de forma a garantir a integridade do produto até seu uso. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	Pct	Gaboardi	112	R\$2,00	R\$224,00



57	Escova Sanitária, sem suporte, material: cabo e base em polipropileno, cerdas em nylon sintético ou polipropileno, cerdas: comprimento mínimo (saliente) de 12cm e espessura média de 0,60mm, com fixação firme e resistente ao cabo, cabo: altura 18cm, uso: limpeza de vaso sanitário.	U	limpa mania	30	R\$1,99	R\$59,70
69	Saco de Lixo comum preto, reforçado 100 LITROS pacote c/ 100 unidades	Pct	Naveplast	198	R\$16,80	R\$3.326,40
72	Aromatizante de Ar Aerosol Spray 400 ml	FR	Ultra Fresh	10	R\$6,15	R\$61,50
87	DESINFETANTE CONCENTRADO FLORAL DILUIÇÃO 1/50 - 5L, para lavagem geral de superfícies, banheiros e utensílios. Antisséptico, germicida e bactericida. Aspecto físico: líquido, o produto deve ter registro no ministério da saúde. Embalagem com 5 litros, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	Glão.	BELLADONA	40	R\$9,00	R\$360,00
88	CERA LIQUIDA INCOLOR, que não tenha na composição carnaúba. (não auto brilho). Embalagem com 700 ml.	FR	RUBI	130	R\$3,00	R\$390,00
89	Cera Líquida Amarela, que não tenha na composição carnaúba. (não auto brilho). Embalagem com 700 ml.	U	RUBI	35	R\$3,00	R\$105,00
95	Vassoura de Pelo. Vassoura grande: de pelo sintético para piso com no mínimo 60 cm. Base madeira com cabo. Cabo medindo aprox. 1,20 cm, plastificado e pendurico.	U	Canada	20	R\$12,00	R\$240,00
126	Desodorante Antitranspirante, em aerosol, feminino, composto de álcool etílico, fragrância, butano, propano, carbonato de polipropileno, água desmineralizada, BHT, triclosan, embalado em frasco de 100ml, registro ANVISA e autorização do ms, produto sujeito a verificação no ato da entrega, aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA	FR	SCALLA	100	R\$4,99	R\$499,00
127	Desodorante Antitranspirante, em aerosol, masculino, composto de álcool etílico, fragrância, butano, propano, carbonato de polipropileno, água desmineralizada, bht, triclosan, embalado em frasco de 100ml, registro ANVISA e autorização do MS, produto sujeito a verificação no ato da entrega, aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	FR	SCALLA	100	R\$4,99	R\$499,00
Total do Fornecedor:						R\$13.040,45
Total Geral dos Itens:						R\$13.040,45

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$220.295,75 (duzentos e vinte mil, duzentos e noventa e cinco e setenta e cinco )

Rio do Sul (SC), 28 de Agosto de 2017  
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP  
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 081/2017**

Publicação Nº 1458205

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2017

Pregão Presencial Nº 61/2017

Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	05.785.417/0001-20
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME, neste ato representado por LUIZ ANTONIO JUNCKES	13.965.228/0001-68
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por GILMAR GURALSKI	07.814.016/0001-87
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13
MARCELO JACOB ME	11.774.132/0001-97
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI	07.483.630/0001-03
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 445509 - NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
90	Caixa de Cera em Pasta Amarela C/12. 375G - cera carnaúba, cera polietileno, parafina, cera micro cristalina, solventes alifáticos, emulsificante, água, tensoativo aniônico, coadjuvantes, conservante, essência e óleo de pinho, pigmento (caixa com 12 unidades).	CX	Girando Sol	101	R\$53,00	R\$5.353,00
Total do Fornecedor:						R\$5.353,00
Total Geral dos Itens:						R\$5.353,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$220.295,75 (duzentos e vinte mil, duzentos e noventa e cinco e setenta e cinco )

Rio do Sul (SC), 28 de Agosto de 2017  
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA  
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 082/2017

Publicação Nº 1458212

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2017

Pregão Presencial Nº 61/2017

Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	05.785.417/0001-20
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME, neste ato representado por LUIZ ANTONIO JUNCKES	13.965.228/0001-68
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por GILMAR GURALSKI	07.814.016/0001-87
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13
MARCELO JACOB ME	11.774.132/0001-97
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI	07.483.630/0001-03
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 445860 - JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	ALVEJANTE a base de hipoclorito de sódio, a 1%, hidróxido de sódio e H <sub>2</sub> O, com bico lacrado e tampa com rosca de segurança. Frasco com 500ml.	FR	DUNAMIS	205	R\$2,15	R\$440,75

9	Desinfetante, neutro, perfumado, ação bactericida, para banheiros e área hospitalar, para desinfecção de superfícies, como aço inox, alumínio, vasos e louças sanitárias. 500ML	U	Girando Sol	30	R\$1,30	R\$39,00
35	Cloro: descrição: desinfetante à base de hipoclorito de sódio a 5%. Alto poder bactericida para limpeza e sanitização de vasos sanitários, ralos, pisos, azulejos, lixeiras e superfícies laváveis em geral. Alto rendimento e ação rápida e eficaz com amplo espectro contra salmonella cholerausuis e eschiquerichia coli. 5L	FR	DUNAMIS	276	R\$8,44	R\$2.329,44
43	Pasta Multiuso - rosa - limpador de uso geral. Pasta saponácea. Composição: sabão de coco, tensoativo aniônico, carboidrato, quartzo, corante, óleo de eucalipto e água. 500g	U	SANY	80	R\$2,60	R\$208,00
56	Dispenser de Parede para Álcool em Gel: fabricado em plástico rígido na cor cinza claro; para refil de 1.000 ml. Fixação através de fita dupla face ou parafusos.	U	Nobre	35	R\$16,20	R\$567,00
58	Flanela Branca 100% algodão, alta capacidade de absorção, para limpeza, formato 30 cm x 40 cm. Com bainha. Pacote c/ 12.	Pct	MARTINS	118	R\$11,99	R\$1.414,82
59	Limpador Perfumado. Produtos notificados, registrados na anvisa. Embalagem com mínimo 1 litro, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.	FR	DUNAMIS	70	R\$2,95	R\$206,50
62	Pá Coletora de Lixo, Com coletor medindo aproximadamente 26cm em plástico resistente e cabo de 60cm de madeira revestida.	U	HARACEM	55	R\$2,02	R\$111,10
67	Saco de Lixo comum preto, reforçado 60 LITROS pacote c/ 100 unidades	Pct	JLM	80	R\$13,65	R\$1.092,00
68	Saco de Lixo Comum Preto, reforçado 150 LITROS pacote c/ 100 unidades.	Pct	JLM	510	R\$29,49	R\$15.039,90
77	Palha de aço, nº2	U	Inove	30	R\$0,60	R\$18,00
79	ALVEJANTE a base de hipoclorito de sódio, a 1%, hidróxido de sódio e H2O, com bico lacrado e tampa com rosca de segurança. Frasco com 1l.	und	DUNAMIS	250	R\$2,17	R\$542,50

107	NAFTALINA: Naftaleno, Pacote de 40gr, aplicação repelente para traças e baratas.	Pct	SANY	50	R\$0,99	R\$49,50
120	ABSORVENTE HIGIÊNICO ÍNTIMO. Feminino, descartável, de uso externo, tamanho e espessura normal, sem abas, hipoalergênico, formato anatômico, com absorção eficiente e bordas devidamente acabadas, constituído por camada protetora macia e impermeável, com linhas adesivas. Composição mínima: papel, celulose, polipropileno, adesivo termoplástico, polietileno. Pacote com, no mínimo, 08 unidades.	Pct	COTTON BABY	25	R\$2,70	R\$67,50
125	Creme Dental: concentração máxima de 500 (quinhentos) ppm de flúor, a concentração de ppm de composto de flúor deverá estar estampada no rótulo; conter os seguintes compostos de flúor na formulação aceitos pelo ministério da saúde: monofluorsfosfato de sódio, fluoreto de sódio, fluoreto estanho, fluoretos aminados; condicionado em tubo de plástico flexível com 90 (noventa) gramas; conter o prazo de validade.	U	SORRISO	100	R\$2,82	R\$282,00
Total do Fornecedor:						R\$22.408,01
Total Geral dos Itens:						R\$22.408,01

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$220.295,75 (duzentos e vinte mil, duzentos e noventa e cinco e setenta e cinco )

Rio do Sul (SC), 28 de Agosto de 2017  
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME  
LUIZ ANTONIO JUNCQUES  
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 083/2017

Publicação Nº 1458223

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2017

Pregão Presencial Nº 61/2017

Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	05.785.417/0001-20
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME, neste ato representado por LUIZ ANTONIO JUNCKES	13.965.228/0001-68
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por GILMAR GURALSKI	07.814.016/0001-87
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13
MARCELO JACOB ME	11.774.132/0001-97
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI	07.483.630/0001-03
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 452491 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
11	Detergente para Louças, biodegradável, consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Aroma natural. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde.	U	Ideal	720	R\$1,04	R\$748,80
16	Limpa vidros 750ml. Limpador multiuso de superfícies. Produto biodegradável. Especificações química matéria ativa não iônica lauril eter sulfato de sódio. Aditivo coalescente eter butílico de etileno glicol, perfume lavanda, ph (100%) 6,0 - 8,0	FR	lar	193	R\$2,00	R\$386,00



19	Papel Higiênico 8 X 500 (rolão): papel higiênico institucional, folha simples, medidas aproximadas 10x500 metros, alta alvura, 100% celulose. Fardo com 08 rolos. Pontuação superior a 30, conforme ABNT NBR 15464-9:2010 ou alterações posteriores. Apresentar ficha técnica do produto e laudo microbiológico e laudo do IPT (instituto de pesquisas tecnológicas) ou de outro laboratório certificado pelo INMETRO. O laudo deverá conter: as características geométricas da especificação técnica, critérios para ponderação, pontuação para característica e a classificação, no mínimo, como classe 2 (pontuação total maior ou igual a 30) de acordo com a norma ABNT NBR 15464-9/2010 e ainda os ensaios de irritação cutânea primária.	Pct	BELA VISTA	359	R\$41,00	R\$14.719,00
25	Sabão em Barra. 200g. pacote com 5. Glicerina-dos, testados e aprovados por dermatologistas. 100% biodegradáveis.	Pct	lar	235	R\$4,00	R\$940,00
36	Esponja de lã de aço - lã de aço nº01 embalada em pacote com 08 unidades cada	Pct	Inove	140	R\$0,88	R\$123,20
64	Rodo de Plástico com duas borrachas e cabo. Rodo de limpeza leve, base em borracha simples, com 30cm de largura e cabo de plástico.	U	desafio	75	R\$3,95	R\$296,25
70	Soda Cáustica, com 98 a 99%, escama, embalagem de 1kg. Embalagem contendo nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade o qual não poderá ser inferior a 06 meses a contar da data de entrega.	Lts.	KISODA	22	R\$12,50	R\$275,00
108	APARELHO DE BARBEAR com duas laminas. Descrição: aparelho com fita lubrificante, proporcionando um maior conforto e um deslizar mais suave do aparelho, com duas laminas revertidas de cromo e platina, que possuam tensores que puxem delicadamente a pele. Composição: resina termoplásticas, alumínio, aço inoxidável, revestido com platina e politetrafluoroetileno. C/2.	U	BIC	650	R\$1,98	R\$1.287,00

131	Garfo Descartável: confeccionado em plástico resistente na cor branca ou translúcido medindo 15 a 16 cm de comprimento. O produto deve ser isento de materiais estranhos, rachaduras, deformações, rebarbas ou arestas. Embalados higienicamente em saco plástico. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Pacotes c/ 50 unidades.	Pct	strawplast	30	R\$2,99	R\$89,70
133	Limpa Forno: 250G. composição química: hidróxido de sódio, espessante e veículo	FR	DIABO VERDE	10	R\$12,60	R\$126,00
136	Prato Descartável. Fundo de 21 cm de diâmetro, embalagem contendo 10 unidades.	Pct	Bom Pak	30	R\$1,66	R\$49,80
Total do Fornecedor:						R\$19.040,75
Total Geral dos Itens:						R\$19.040,75

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$220.295,75 (duzentos e vinte mil, duzentos e noventa e cinco e setenta e cinco )

Rio do Sul (SC), 28 de Agosto de 2017  
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME  
GILMAR GURALSKI  
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 084/2017

Publicação Nº 1458220

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2017  
Pregão Presencial Nº 61/2017  
Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	05.785.417/0001-20
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME, neste ato representado por LUIZ ANTONIO JUNCKES	13.965.228/0001-68

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por GILMAR GURALSKI	07.814.016/0001-87
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13
MARCELO JACOB ME	11.774.132/0001-97
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI	07.483.630/0001-03
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

**1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:**

Fornecedor: 2849623 - LUIZ MINIOLI NETTO EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
12	Dispenser de Parede P/ Papel Toalha 03 DOBRAS para acondicionar papel toalha de 03 dobras de 26x23cm; em material plástico, na cor branca; afiação em parede por meio de parafusos ou de fita adesiva dupla face; capacidade para aproximadamente 500 folhas de papel toalha; visor frontal para quantidade de papel em plástico transparente; abertura frontal por meio de botões ou chave específica.	U	BELL PLUS	20	R\$16,90	R\$338,00
128	Escova dental macia: cabo reto, cerdas macias, cabeça referência 35, com cerdas de cabeça arredondadas contendo 32 tufo de cerdas, comprimento total de 17 a 20 cm c/ selo de aprovação da abo - (associação brasileira de odontologia), embaladas individualmente.	U	MEDFIO	100	R\$3,00	R\$300,00
Total do Fornecedor:						R\$638,00
Total Geral dos Itens:						R\$638,00

**1.1. CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$220.295,75 (duzentos e vinte mil, duzentos e noventa e cinco e setenta e cinco )

Rio do Sul (SC), 28 de Agosto de 2017  
LUIZ MINIOLI NETTO EPP  
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 085/2017**

Publicação Nº 1458229

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2017

Pregão Presencial Nº 61/2017

Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	05.785.417/0001-20
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME, neste ato representado por LUIZ ANTONIO JUNCKES	13.965.228/0001-68
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por GILMAR GURALSKI	07.814.016/0001-87
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13
MARCELO JACOB ME	11.774.132/0001-97
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI	07.483.630/0001-03
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 2850087 - MARCELO JACOB ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
15	Isca Granulada - mata ratos: Ingrediente ativo: brodifacoum 0,005%. Composição: ingrediente ativo, solvente, atrativos, coadjuvante, corante e desnaturante. - 25g.	Pct	RADEX	73	R\$1,58	R\$115,34
44	Assento Sanitário Almo-fadado, fabricado em poliuretano que permite flexibilidade e conforto, com tampa em polipropileno de alto brilho.	U	METASUL	34	R\$39,40	R\$1.339,60
50	Inseticida Líquido para cupim - cupinicida. Ingrediente ativo: cipermetrina 5% grupo químico: piretróide formulação: concentrado emulsionável. 1l	FR	ULTRA INSET	5	R\$14,58	R\$72,90
51	Inseticida em Isca - mata barata. Ingrediente ativo: indoxacarb 0,25%. Composição: indoxacarb, atraentes, antioxidante, conservante e coadjuvantes. Caixa com 6 unidades.	Pct	ULTRA INSET	15	R\$14,48	R\$217,20

65	Rodo com Esponja e Cabo. (rodo mágico). Limpa vidros dupla função combinado com cabo extensível de até 80 cm limpador multiuso. Possui: uma régua flanela de 20 cm de largura e uma régua de borracha 18 cm de largura. Um cabo forte e resistente	U	Perovinha	40	R\$9,52	R\$380,80
75	Sabonete Perfumado, 90g. pacote com 12	Pct	DE VIDA	14	R\$8,98	R\$125,72
78	MASCARAS PFF2 COM FILTRO. Respirador de formato dobrável. Fabricado com quatro camadas de materiais de não tecido, sendo a parte externa composta de não-tecido, cor azul ou verde tratada com material para não absorção de fluidos líquidos que serve de proteção para o material estrutural e o filtro eletrostático. Internamente é adicionado não-tecido antialérgico para contato facial. Neste conjunto são fixadas duas tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto, e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal.	U	TALGE	500	R\$1,35	R\$675,00
91	Silicone gel natural. Protege, conserva e dá brilho, a plásticos, borrachas, madeiras, partes cromadas. 200g	FR	MUNDUS	35	R\$6,70	R\$234,50
92	SILICONE LÍQUIDO NATURAL. Protege, conserva e dá brilho a plásticos, borrachas, madeiras, partes cromadas - 250ml.	FR	MUNDUS	20	R\$6,70	R\$134,00
116	Gel aromatizante para desinfecção, 5 Lts (aroma de eucalipto), contendo ácido de deodecilbenzeno, sulfônico linear com 90%. Diluição 1 / 200. Galão com 5 litros (referência: Multigel). Produto saneante notificado na ANVISA e AFE.	Glão.	HIPER	89	R\$29,45	R\$2.621,05
117	Óleo de eucalipto: Essência/óleo de eucalipto. Frasco com 1litro.	FR	HIPER	41	R\$24,63	R\$1.009,83
119	Rodo Absorvente com cabo em alumínio. De espuma com alto poder de absorção e cabo com 1,00 m extensível até 1,30 m	U	Perovinha	25	R\$32,41	R\$810,25

138	Saco Plástico Transparente, de polietileno, estéril, resistente, atóxico, com capacidade aproximadas de 05 kg	Pct	NEKPLAST	25	R\$30,39	R\$759,75
Total do Fornecedor:						R\$8.495,94
Total Geral dos Itens:						R\$8.495,94

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$220.295,75 (duzentos e vinte mil, duzentos e noventa e cinco e setenta e cinco )

Rio do Sul (SC), 28 de Agosto de 2017  
MARCELO JACOB ME  
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 086/2017

Publicação Nº 1458232

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2017

Pregão Presencial Nº 61/2017

Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	05.785.417/0001-20
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME, neste ato representado por LUIZ ANTONIO JUNCKES	13.965.228/0001-68
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por GILMAR GURALSKI	07.814.016/0001-87
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13
MARCELO JACOB ME	11.774.132/0001-97
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI	07.483.630/0001-03
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:



Fornecedor: 31556108 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Balde Plástico em Polietileno 20L - com alça de metal galvanizado, resistente de boa qualidade. Capacidade mínima de 20L	U	arquiplast	54	R\$6,09	R\$328,86
13	Dispenser de Parede para Sabonete Líquido de Pressão com Visor: produzido em material plástico ABS, de alta resistência, com válvula de controle, amplo visor frontal, lacre para evitar vazamentos. Dimensões 130 mm comprimento, 130 mm largura, 280 mm altura	U	Nobre	41	R\$16,10	R\$660,10
14	Esponja Dupla Face, para limpeza, fibra sintética, formato retangular, uma face com abrasividade alta e outra com espuma de poliuretano macia. Pacote com 04 unidades	Pct	BRILHUS	2.037	R\$1,79	R\$3.646,23
20	Papel Toalha com Mil Folhas (3 dobras). Toalha de papel - tipo gofrada; apresentação 3 (três) dobras; medindo 22,5cm x 22, 5cm; de primeira qualidade; na cor branca.	Pct	QUALILUX	2.120	R\$4,50	R\$9.540,00
24	Rodo de Espuma para Cera. Tamanho aproximado: 28cm. Peso aproximado: 102g composição: plástico e borracha	U	HARACEM	16	R\$4,00	R\$64,00
30	Vassoura de Nylon Luxo. Base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 11cm e espessura média de 0,08MMM, dispostas em no mínimo 4 carreiras dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufos justapostos homogêneos de modo a preencher toda base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, cabo de madeira plastificado medindo 1,20m com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade a base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento.	U	HARACEM	128	R\$4,00	R\$512,00
38	Saco de Lixo comum preto, reforçado 50 LITROS pacote c/ 100 unidades	Pct	Naveplast	205	R\$10,74	R\$2.201,70

47	Capacho em Fibra Vinílica 1,40x0,80. Antiderrapante, que não propague chamas, lavável. Medindo 1,40 X 0,80 CM.	U	MALU	7	R\$44,00	R\$308,00
83	PAPEL TOALHA 3 DOBRAS - Toalha de papel - tipo gofrada; apresentação 3 (três) dobras; medindo 19,5cm x 22,5cm; contendo 1250fls; de primeira qualidade; na cor branca.	Frd.	QUALILUX	180	R\$7,90	R\$1.422,00
101	Fralda 100% algodão - Branca - com largura mínima de 1,40 m	U	MARTINS	200	R\$2,55	R\$510,00
103	Lixeira Tubular com pedal e tampa 40 litros - coletor de lixo com capacidade aproximadamente de 40 lts - com pedal e tampa, fabricado em chapa de aço eletro galvanizado com tampa e pintura a pó eletrostática, para resíduo comum.	U	PRATIK	23	R\$39,80	R\$915,40
104	INSETICIDA LÍQUIDO PARA CUPIM - Cupinicida. Ingrediente ativo: cipermetrina 5% grupo químico: piretróide formulação: concentrado emulsionável - 500ml.	FR	RAID	20	R\$8,40	R\$168,00
110	Caixa Térmica 48L: possui a parede interna em polipropileno, o isolamento térmico é em poliuretano, além da parede externa e tampa serem de polietileno. Possui duas alças laterais que ajudam no transporte. Medidas aproximadas: capacidade de 48litros; 37 x 43 x 62 cm; peso: 5kg.	U	MALU	15	R\$70,00	R\$1.050,00
112	Escova de Nylon Plástica para lavar roupa - em material sintético, resistente.	U	HARACEM	30	R\$1,70	R\$51,00
122	ELÁSTICO PARA PRENDER CABELO em cores variadas acondicionado em saco plástico com mínimo 100 Unidades cada pacote	Pct	MALU	30	R\$8,00	R\$240,00
123	Grampo Preto (Nº5) para cabelos 1 CX C/ 100 unidades.	CX	teimoso	20	R\$5,90	R\$118,00

124	Creme de Barbear - em creme, composto de estearato de sódio, potássio, água, glicerina, óleo de coco, fragrância, silicato de sódio, ácido bórico, mentol, cmc, lanolina e óleo de lanolina, pesando 65 g, embalado em tubo de alumínio, com validade no mínimo de 2 anos, produto sujeito a verificação no ato da entrega, aos procedimentos adm. determinados pela ANVISA.	U	bozzano	70	R\$8,65	R\$605,50
129	Escova para lavar mamadeira: com suaves e duradouras cerdas de nylon para melhor limpeza dos resíduos, contendo também a escova para bico. Embalagem individual.	U	MALU	5	R\$9,00	R\$45,00
130	Espanador com pá de lixo. Em plástico e cerdas de nylon.	U	MALU	10	R\$8,90	R\$89,00
132	Gel Fixador de Cabelo 250 G - Com PH neutro e sem álcool	U	MALU	5	R\$9,00	R\$45,00
135	Pente para Cabelo, com dentes grandes cabo fino e ergonômico que permitem o adulto e a criança usarem com facilidade, material plástico.	U	MALU	15	R\$4,00	R\$60,00
139	Shampoo de uso adulto. Cerâmicas. Frasco contendo no mínimo 300ml. Testado dermatologicamente, antialérgico. Embalagem contendo nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade o qual não poderá ser inferior a 06 meses a contar da data de entrega.	FR	SUAVE LAR	50	R\$6,50	R\$325,00
Total do Fornecedor:						R\$22.904,79
Total Geral dos Itens:						R\$22.904,79

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$220.295,75 (duzentos e vinte mil, duzentos e noventa e cinco e setenta e cinco )

Rio do Sul (SC), 28 de Agosto de 2017  
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME  
ROBSON NATANAEL CHIQUIO  
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 087/2017

Publicação Nº 1458226

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2017  
Pregão Presencial Nº 61/2017  
Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais

normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	05.785.417/0001-20
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME, neste ato representado por LUIZ ANTONIO JUNCES	13.965.228/0001-68
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por GILMAR GURALSKI	07.814.016/0001-87
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13
MARCELO JACOB ME	11.774.132/0001-97
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI	07.483.630/0001-03
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31564097 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
34	Pano Multiuso (tipo perfix) em rolo de 30 metros, furado e picotado a cada 50 centímetros. Composição: 70% de viscose e 30% poliéster	U	MARTINS	11	R\$67,99	R\$747,89
40	Flanela p/ Limpeza: medindo 28x38 cm. 100% algodão. Alta capacidade de absorção. Pct c/ 12. Cor: Laranja.	Pct	MARTINS	203	R\$10,00	R\$2.030,00
55	Cera Líquida Incolor, impermeabilizante, acrílica, auto brilhante. Aplicável em qualquer tipo de piso. Embalagem de 5 litros.	FR	andrea	298	R\$8,00	R\$2.384,00
76	VASSOURA TIPO PALHA, produzida em nylon grosso e longo imitando palha natural, ideal para varrer pisos irregulares e rústicos.	U	HARACEM	100	R\$10,99	R\$1.099,00
80	Luvas descartáveis de latex para procedimentos. Caixa com 100 unidades	Cxa.	TALGE	10	R\$13,48	R\$134,80

84	PAPEL HIGIÊNICO 8 X 300 (ROLÃO): papel higiênico institucional, branco, - folha simples, medidas aproximadas 10x300 metros, alta alvura, 100% celulose. Fardo com 08 rolos. Pontuação superior a 30, conforme ABNT NBR 15464-9:2010 ou alterações posteriores. Apresentar ficha técnica do produto e laudo microbiológico e laudo do IPT (Instituto de pesquisas tecnológicas) ou de outro laboratório certificado pelo INMETRO. O laudo deverá conter: as características geométricas da especificação técnica, critérios para ponderação, pontuação para característica e a classificação, no mínimo, como classe 2 (pontuação total maior ou igual a 30) de acordo com a norma ABNT NBR 15464-9/2010 e ainda os ensaios de irritação cutânea primária.	Frd.	QUALILUX	35	R\$18,00	R\$630,00
94	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO - Frasco com 300ml. Indicado para limpeza de pias, talheres, maçanetas, torneiras, banheiros, cozinhas e superfícies com acúmulo de gordura.	FR	ULTRA CLASS	50	R\$2,48	R\$124,00
96	RODO DE ESPUMA PARA CERA. Tamanho aproximado 28cm. Peso aproximado 102g. Com cabo forte e resistente.	U	HARACEM	50	R\$4,00	R\$200,00
99	ESCOVA, SANITÁRIA, COM ESTOJO, Material: cabo e base de polipropileno, cerdas de nylon sintético ou polipropileno, cerdas: comprimento mínimo (saliente) de 12cm e espessura média de 0,60mm, com fixação firme e resistente ao cabo. Cabo: altura 18cm. uso: limpeza de vaso sanitário.	U	HARACEM	12	R\$2,98	R\$35,76
102	Lixeira Tubular com pedal e tampa 20 litros - Coletor de lixo com capacidade aproximadamente de 20 lts - com pedal e tampa, fabricado em chapa de aço eletro galvanizado com tampa e pintura a pó eletrostática, para resíduo comum.	U	JAGUAR	35	R\$22,90	R\$801,50

109	Bacia Plástica Redonda 10 Litros - bacia plástica, redonda, resistente, com alça, capacidade aproximada de 14 litros. Boa qualidade. Garantia contra defeito de fabricação, prospecto.	U	ARQPLAST	48	R\$3,40	R\$163,20
111	Desentupidor para Pias, em borracha, com cabo em plástico	U	HARACEM	24	R\$4,89	R\$117,36
113	Escova para Unhas - confeccionada em plástico; cerdas macias, com pontas arredondadas; tipo auto-clavavel.	U	HARACEM	54	R\$2,19	R\$118,26
115	Fio Dental. Tubo com 100 metros.	U	DENTIL	100	R\$7,00	R\$700,00
118	Prendedor de Roupa de Plástico, pacote com 12 unidades.	Pct	Zavaski	110	R\$1,68	R\$184,80
134	Máscara Descartável com Elástico, na cor branca, filtro BFE com no mínimo 98% de retenção bacteriológica, atóxica, 100% polipropileno, não estéril, não inflamável.	Pct	TALGE	10	R\$6,00	R\$60,00
137	Frasco Multiuso 240ML vazio para sabonete líquido. Composição: polipropileno, pigmento, válvula spray e metal.	U	Nobre	10	R\$2,50	R\$25,00
Total do Fornecedor:						R\$9.555,57
Total Geral dos Itens:						R\$9.555,57

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$220.295,75 (duzentos e vinte mil, duzentos e noventa e cinco e setenta e cinco )

Rio do Sul (SC), 28 de Agosto de 2017  
 CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME  
 CLEITON DE SOUZA  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 088/2017

Publicação Nº 1458234

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2017

Pregão Presencial Nº 61/2017

Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94



Participantes Presentes	CPF/CNPJ
JP DE LIMA COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	05.785.417/0001-20
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI - ME, neste ato representado por LUIZ ANTONIO JUNCKES	13.965.228/0001-68
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por GILMAR GURALSKI	07.814.016/0001-87
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13
MARCELO JACOB ME	11.774.132/0001-97
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI	07.483.630/0001-03
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE e LIMPEZA. PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA MUNICIPALIDADE, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31579744 - LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	Copo Plástico Descartável com capacidade para 50ML - pacote com 100, branco	Pct	coposul	100	R\$1,19	R\$119,00
10	Desodorizador Ambiental, aerosol, sem CFC. Essências suaves. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco de 400ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde.	FR	ultrafrech	240	R\$5,38	R\$1.291,20
17	Pano de Chão Branco, saco de algodão alvejado extra, 100% algodão, tamanho 45cmx70cm.	U	Pano Pratic	315	R\$1,98	R\$623,70
22	Pedra Sanitária - desodorizante sanitário. Caixa contendo uma pedra sanitária redonda 25g, com gancho plástico. Composição: para-diclorobenzeno, essência floral e pigmento azul ou rosa ao óleo.	U	SANY BRIL	705	R\$0,70	R\$493,50
27	Saco de Lixo comum preto, reforçado 20 LITROS pacote c/ 100 unidades	Pct	BADEMPLAST	300	R\$5,75	R\$1.725,00
28	Saco de Lixo comum preto, reforçado 30 LITROS pacote c/ 100 unidades	Pct	BADEMPLAST	176	R\$8,00	R\$1.408,00

31	Vassoura de Palha tipo 05 fios, amarração ao cabo com arame, cabo de madeira medindo no mínimo 1,20m, comprimento das cerdas de no mínimo 60cm e largura mínima da base de varrição das cerdas de aproximadamente 40cm.	U	colonial	398	R\$10,49	R\$4.175,02
37	Luva de Segurança PRO 230 tamanho M. Confeccionada em látex natural, anatômica, acabamento interno forrado em algodão flocado, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Com selo do in metro, embaladas em pacotes plástico contendo um par de luvas cada.	U	volk	450	R\$1,74	R\$783,00
39	Saco de Lixo comum preto, reforçado 200 LITROS pacote c/ 100 unidades	Pct	BADEMPAST	301	R\$39,90	R\$12.009,90
45	Balde Plástico em Polietileno 15L - com alça de metal galvanizado, resistente de boa qualidade. Capacidade mínima de 15L	U	ARQPLAST	72	R\$3,51	R\$252,72
46	Capacho em Fibra Vinílica 60x40. Antiderrapante, que não propague chamas, lavável. Medindo 60 X 40 CM.	U	KAPAZI	18	R\$24,00	R\$432,00
60	Luva de Segurança PRO 230 tamanho G. Confeccionada em látex natural, anatômica, acabamento interno forrado em algodão flocado, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Com selo do in metro, embaladas em pacotes plástico contendo um par de luvas cada.	U	volk	210	R\$1,74	R\$365,40
61	Luva de Segurança PRO 230 tamanho P. Confeccionada em látex natural, anatômica, acabamento interno forrado em algodão flocado, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Com selo do in metro, embaladas em pacotes plástico contendo um par de luvas cada.	U	volk	225	R\$1,74	R\$391,50
71	Toalha de louça - pano de prato em algodão características adicionais: absorvente, lavável e durável, cor branca liso, tamanho aproximado 75X50CM.	U	Pano Pratic	112	R\$1,84	R\$206,08

73	Balde de Plástico em Polietileno 12L - com alça de metal galvanizado, resistente de boa qualidade. Capacidade mínima de 12L.	U	ARQPLAST	120	R\$3,49	R\$418,80
74	Vassoura de Ferro. Vassoura ferro c/ cabo e 18 dentes. Especificações: arame de aço 2,00mm, pintura tinta epóxi eletrostática, dispositivo com regulagem nos arames.	U	TRITEC	30	R\$19,25	R\$577,50
86	Saco de Lixo comum preto, reforçado 40 LITROS pacote c/ 100 unidades	Pct	BADEMLAST	25	R\$8,35	R\$208,75
97	Óleo de Citronela: Essência/óleo de citronela. Repelente de moscas e insetos frasco com 140ml.	FR	MOGILANDI	25	R\$7,98	R\$199,50
140	Botas de borracha o par Nr. 43.	U	INNPRO	50	R\$32,00	R\$1.600,00
141	Par de botas de borracha nº 38 cor preta	Par	INNPRO	50	R\$32,00	R\$1.600,00
Total do Fornecedor:						R\$28.880,57
Total Geral dos Itens:						R\$28.880,57

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$220.295,75 (duzentos e vinte mil, duzentos e noventa e cinco e setenta e cinco )

Rio do Sul (SC), 28 de Agosto de 2017  
 LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME  
 GILNEI RODRIGO DZIRUKOWSKI  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2017/FMAS

Publicação Nº 1458015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.10/2017

Pregão Presencial Nº 10/2017

Validade: 12 meses

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na VERDE VALE Nº. 77, CANTA GALO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 12.984.303/0001-75, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição parcelada pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, de frutas e verduras para atender as necessidades da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME, neste ato representado por CARLOS SIMAO	75.779.223/0001-06

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição parcelada pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, de frutas e verduras para atender as necessidades da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 443590 - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Abacaxi tamanho médio, o produto não deverá apresentar odor desagradável, podridões, queimaduras de sol, manchas anormais, batidas, rachaduras, exsudações e ataque de insetos, sendo que as folhas da coroa devem estar verdes e erguidas.	U	IN NATURA	300	R\$3,87	R\$1.161,00
2	Banana Caturra: in natura, de primeira qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, apresentando grau médio de maturação. Cor característica. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas.	Kg	IN NATURA	350	R\$1,50	R\$525,00
3	Cebola: branca, in natura, de primeira qualidade, produto fresco, bulbos de tamanho médio, com casca compacta, firme, sem rupturas, lesões de origem física e mecânica. Coloração amarelo dourado. Deve estar isentos de sujidades, parasitas e larvas e brotamento. Peso entre 0,18 a 0,2 Kg a unidade.	Kg	IN NATURA	200	R\$1,85	R\$370,00
4	Cenoura: nova, sem folhas, de primeira qualidade, com tamanho e coloração uniforme, devendo ser de tamanho médio (entre 14 a 22 cm de comprimento), com casca sã, sem rupturas, não deve apresentar rachaduras ou cortes na casca. Estarem suficientemente desenvolvidas. Não estarem danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Livre de enfermidades, isentas de partes pútridas.	Kg	IN NATURA	200	R\$1,73	R\$346,00
5	Laranja pera: in natura, de primeira qualidade, fresca e firme, sem lesões e sem sinais de apodrecimento, sem manchas, sem sinais de estar murcha, sem sinais de estar murcha, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Preferencialmente orgânico. Peso: entre 0,12 kg a 0,15 kg a unidade.	Kg	IN NATURA	350	R\$1,47	R\$514,50

6	Limão galego fresco com 60 e 70 % de maturação climatizada, cor, cheiro e sabor próprio, com polpa firme e intacta, devendo ser desenvolvido, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte.	Kg	IN NATURA	100	R\$5,50	R\$550,00
7	Maçã Fuji: in natura, de primeira qualidade, madura, bem formada, inteira e sã de coloração própria, sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Peso em média 120 gramas cada. Preferencialmente orgânico.	Kg	IN NATURA	350	R\$3,35	R\$1.172,50
8	Manga Tommy: primeira qualidade- aspecto globoso- mista, verde e maduros cor própria classificada como fruta com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem lesões de origem física. Acondicionada em embalagem própria.	Kg	IN NATURA	300	R\$3,38	R\$1.014,00
9	Mamão formosa: in natura, de primeira qualidade, maduro com polpa firme e intacta, sem lesões, sem sinais de apodrecimento, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, sendo cada unidade envolta em papel, conforme quantidade solicitada.	U	IN NATURA	300	R\$2,80	R\$840,00
10	Tomate: variedade do tipo salada, de primeira qualidade, tamanho médio, apresentando grau médio de maturação, com casca sã, sem rupturas, livre de enfermidades, isento de partes pútridas.	Kg	IN NATURA	300	R\$3,10	R\$930,00
11	Batatinha: de primeira qualidade, isenta de enfermidades, isenta de partes pútridas.	Kg	IN NATURA	300	R\$1,50	R\$450,00

12	Chuchu - verde, in natura, de 1ª qualidade, produto fresco, ausência de resíduos tóxicos, brotação, sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos, rachaduras e cortes. Os frutos devem ser tenros, com coloração verde-claro ou escuro e ausentes de espinhos. Preferencialmente orgânico. Peso entre 300 a 400 gramas a unidade. Entregar em caixa plástica, conforme a quantidade solicitada.	Kg	IN NATURA	300	R\$1,25	R\$375,00
Total do Fornecedor:						R\$8.248,00
Total Geral dos Itens:						R\$8.248,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$8.248,00 (oito mil e duzentos e quarenta e oito )

Rio do Sul (SC), 05 de Dezembro de 2017  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal  
 Contratante  
 COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME  
 CARLOS SIMAO  
 CONTRATADA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 127/2017

Publicação Nº 1457766

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2017

Pregão Presencial Nº 86/2017

Validade: 12 Meses

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 86/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Macadame seco, britado e peneirado, proveniente de rocha sã, com as seguintes características: Granulometria máxima 1,5", Pedregulho 40%, Areia Fina 8%, Material Passante da peneira 200 - 5%, Índice de Suporte Califórnia 39,7%, Expansão 0,02%. Com Transporte (c/frete até o destino), pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MINERACAO RIO DO OURO LTDA, neste ato representado por JOAO CARLOS DE ANDRADE	78.266.566/0002-38

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Macadame seco, britado e peneirado, proveniente de rocha sã, com as seguintes características: Granulometria máxima 1,5", Pedregulho 40%, Areia Fina 8%, Material Passante da peneira 200 - 5%, Índice de Suporte Califórnia 39,7%, Expansão 0,02%. Com Transporte (c/frete até o destino), em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:



Fornecedor: 423815 - MINERACAO RIO DO OURO LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Macadame seco, britado e peneirado, proveniente de rocha sã, com as seguintes características: - Granulometria máxima 1,5" - Pedregulho = 40% - Areia Grossa = 47% - Areia Fina = 8% - Material Passante da peneira 200 = 5% - Índice de Suporte Califórnia = 39,7% - Expansão = 0,02% Com transporte (c/frete até o destino)	M3	BOTUVERA/VOTORANTIM	30.000	R\$38,00	R\$1.140.000,00
Total do Fornecedor:						R\$1.140.000,0000
Total Geral dos Itens:						R\$1.140.000,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil )

Rio do Sul (SC), 05 de Dezembro de 2017  
MINERACAO RIO DO OURO LTDA  
JOAO CARLOS DE ANDRADE  
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE ALTERAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 062/2017

Publicação Nº 1457563

### EDITAL DE ALTERAÇÃO

#### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 062/2017

OBJETO: OUTORGA DE PERMISSÃO, INCLUSIVE MANUTENÇÃO DE TODA ÁREA DO COMPLEXO, OBJETIVANDO A EXPLORAÇÃO DE SETE QUIOSQUES, DOIS ESPAÇOS ANEXOS A GINÁSIOS MUNICIPAIS E TRÊS ÁREAS EM DETERMINADAS PRAÇAS, TODOS LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, procedeu as seguintes alterações no edital Nº 062/2017:

Altera-se o item 1.2 do item 1 – DO OBJETO do referido edital, passando a constar a seguinte redação:

1.2. Cada interessado, pessoa física ou jurídica, poderá participar com uma proposta para somente um dos LOTES, não sendo permitida a participação de mais de um lote.

Incluem-se os subitens 3.1.1 e 3.1.2 ao item 3.1 e altera-se a alínea "p" do subitem 3.1.1 – DA HABILITAÇÃO do referido edital, passando a constar a seguinte redação:

#### 3. DA HABILITAÇÃO

3.1 No envelope n. 01 "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser apresentados os documentos a seguir discriminados, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo responsável pelo Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme determina o art. 32 da Lei n. 8.666/93, e com suas folhas numeradas sequencialmente, identificando-se cada item da habilitação de modo a facilitar sua análise, relativos a:

3.1.1 Documentação exigida para participante que seja Pessoa Jurídica:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Cópia autenticada do ato constitutivo da Empresa, devidamente registrado, com todas as suas últimas alterações;
- No caso de Sociedade Anônima ou Associação Civil, cópia autenticada do estatuto da empresa, com suas alterações acompanhada da ata de eleição dos atuais diretores;
- No caso de Microempreendedor Individual (MEI), cópia autenticada do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

- e) Certificado de Regularidade junto ao FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Rio do Sul;
- g) Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Estadual;
- h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- i) Certidão Negativa de Pedido de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para entrega das propostas da presente licitação;
- i.1) Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;
- i.2) A certidão do distribuidor que contiver a observação "esta certidão só tem validade no seu original" também será aceita nas formas indicadas no item 3.1 do edital;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
- k) Declaração de que não está descumprindo o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da licitante;
- l) Declaração de visita, em nome da licitante, atestando que visitou e tomou conhecimento da área e de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços;
- m) Declaração que não possui em seu quadro servidor público da ativa, ou emprego público, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- n) Provar por meio de certificado de conclusão de curso de massoterapia em nome do sócio ou empregado pertencente ao quadro de pessoal do interessado(a) (somente para o Lote 06);
- o) Apresentar o registro no CREF/SC em nome do sócio ou empregado pertencente ao quadro de pessoal (somente para o Lote 09);
- p) Tratando-se a atividade que englobe manipulação de alimentos, deverá o licitante apresentar cópia autenticada do Alvará Sanitário, licença sanitária ou licença de funcionamento da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pelo Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 (artigo 46).

### 3.1.2 Documentação exigida para participante que seja Pessoa Física:

- a) Cópia autenticada do cartão de CPF;
- b) Cópia autenticada da carteira de RG;
- c) Comprovante de residência domiciliar;
- d) Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Rio do Sul;
- e) Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- g) Certidão Negativa criminal do licitante, emitida pelo Poder Judiciário;
- h) Declaração de idoneidade;
- i) Declaração de visita, em nome da licitante, atestando que visitou e tomou conhecimento da área e de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços;
- j) Provar por meio de certificado de conclusão de curso de massoterapia em nome do(a) licitante (somente para o Lote 06);
- k) Apresentar o registro no CREF/SC em nome do(a) licitante (somente para o Lote 09).

### 3.1.2.1 Após a assinatura do contrato o(a) licitante vencedor(a) deverá apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Cópia autenticada do ato constitutivo da Empresa, devidamente registrado;
- c) No caso de Sociedade Anônima ou Associação Civil, cópia autenticada do estatuto da empresa, acompanhada da ata de eleição dos atuais diretores;
- d) No caso de Microempreendedor Individual (MEI), cópia autenticada do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CC-MEI;
- e) Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Rio do Sul;
- f) Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Estadual;
- g) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- h) Tratando-se a atividade que englobe manipulação de alimentos, deverá o licitante apresentar cópia autenticada do Alvará Sanitário, licença sanitária ou licença de funcionamento da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pelo Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 (artigo 46).

### 3.1.2.2 A não apresentação dos documentos solicitados no subitem anterior ou apresentados intempestivamente, acarretará a rescisão do instrumento contratual de acordo com o item 10 do presente edital.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/17**

Publicação Nº 1457493

RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Edson Silvio Barth	Xxx.348.479-xx	165291
Adriana Campestrini	Xxx.195.399-xx	169122

Rio do Sul, 14 de Dezembro de 2017

LEONICE WITTE  
Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 1361/DGP**

Publicação Nº 1457787

PORTARIA Nº 1361/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 18/10/2017 até 06/11/2017, a servidora municipal ELOIR TEREZINHA DOS SANTOS SOARES ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Femenino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANGELA MARIA DE ANDRADE PALHANO  
Diretora Executiva de Cultura da Fundação Cultural de Rio do Sul  
Rf

**Portaria n. 1530/DGP de 08 de dezembro de 2017**

Publicação Nº 1457268

PORTARIA N. 1530/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no Art. 184, inciso I, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, ao servidor municipal ADRIANO MENDES, matrícula n. 2766901, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 021/2017, que concluiu que o servidor transgrediu o Art. 170, inciso XIII, da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017**

Publicação Nº 1457703

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BALANÇAS PARA USO NAS UNIDADES DA SECRETARIA ESCOLARES. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL-SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 11/01/2018, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 14 de dezembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA  
Secretária de Educação

## **RESOLUÇÃO CMDCA Nº 37.2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457757

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 37/2017

Dispõe sobre a Autorização para Execução e Pagamento através do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, para os Projetos Auxiliar Administrativo e Mecânica Básica do SENAI Filial de Rio do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;  
CONSIDERANDO as metas do plano de Ação e Aplicação 2017 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
CONSIDERANDO a plenária de 21/06/2017 que, aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA;  
CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA.

RESOLVE:

Art. 1º Autoriza a Execução dos Projetos Auxiliar Administrativo e Mecânica Básica pela Filial do Senai de Rio do Sul, inscrita no CNPJ 03.774.688/0020-18;

Art. 2º Autoriza o repasse financeiro relacionado aos Projetos Auxiliar Administrativo e Mecânica Básica ao Senai Filial Rio do Sul;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2017.  
PATRÍCIA DE LOURDES PUREZA DE SOUZA  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

**RESOLUÇÃO Nº 14.2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457842

**RESOLUÇÃO Nº 14/2017**

Estabelece as normas de avaliação e registro dos processos de ensino e de aprendizagem para o Ensino Fundamental da rede pública municipal de Rio do Sul - Santa Catarina.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no inciso VI do art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, considerando a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, mais o Parecer nº 11/2017/CME e o deliberado na Sessão Plenária do dia 06 de dezembro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer as normas de avaliação e registro dos processos de ensino e de aprendizagem para o Ensino Fundamental da rede pública municipal de Rio do Sul - Santa Catarina.

**CAPÍTULO I  
DA AVALIAÇÃO**

Art. 2º A avaliação, constituída num processo formativo, busca diagnosticar as potencialidades dos estudantes e as dificuldades no processo de ensino e de aprendizagem, onde os variados segmentos internos e externos, integrados à educação, podem pensar, elaborar e redimensionar, permanentemente, seu Projeto Político Pedagógico, no intuito de definir objetivos, metas e ações que proporcionem o exercício da cidadania daqueles que convergem à escola, considerando-se, portanto, o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas, da convivência política e solidária e a consolidação de uma escola pública, gratuita, democrática e voltada para a formação humana integral.

**CAPÍTULO II  
DOS PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO**

Art. 3º A avaliação da aprendizagem considerará, no seu exercício, os seguintes princípios:

I - ser um elemento integrante e regulador de todo o processo de ensino e de aprendizagem, visando subsidiar o professor, fornecendo-lhe indicadores para melhorar o processo educativo;

II - revestir-se de caráter positivo, sublinhando os aspectos de aprendizagem a melhorar, valorizando o que o estudante sabe e é capaz de fazer, atendendo aos diferentes ritmos de desenvolvimento e progressão de cada um;

III - ser um processo proposto por todos os elementos da comunidade escolar, através de um método transparente, onde o estudante possa ser agente ativo do processo, através da clarificação e explicitação dos critérios adotados;

IV - observância de forma contínua e cumulativa do desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do processo de ensino e de aprendizagem;

V - garantia dos direitos de aprendizagem, com base na proposta curricular municipal.

**CAPÍTULO III  
DO ANO LETIVO**

Art. 4º A carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, em consonância à Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Parágrafo único. O ano letivo será subdividido em 3 (três) períodos preferencialmente com número equivalente de dias de efetivo trabalho escolar, denominados trimestres.

Art. 5º Nas instituições de período integral a jornada escolar organizar-se-á em, no mínimo, 7 (sete) horas diárias, perfazendo um total de, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas, distribuídas em 200 dias letivos.

Art. 6º Conforme o art. 23 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o ensino fundamental obrigatório terá duração de 9 (nove) anos, organizado em séries anuais de 1º ao 9º ano, compreendendo dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade.

**CAPÍTULO IV  
DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO**

Art. 7º A avaliação, durante o processo de ensino e de aprendizagem, considerará, no seu exercício, as seguintes modalidades:

I - avaliação inicial ou diagnóstica: sua finalidade é identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, potencialidades, conceitos, conteúdos e aprendizagens já consolidados em etapas anteriores do processo escolar, podendo ocorrer no início de uma unidade, período ou ano letivo ou sempre que o professor julgar necessário;

II - avaliação processual ou formativa: sua finalidade é de verificar se os direitos de aprendizagem estão sendo alcançados, identificando as dificuldades dos estudantes e auxiliando na reformulação do trabalho didático-pedagógico;

III - avaliação de resultado ou somativa: sua finalidade é identificar a apropriação dos conhecimentos conceituais, atitudinais e procedimentais dos estudantes tendo por base a formação integral, no decorrer do processo de aprendizagem, sendo indicador para a sua promoção ou retenção ao término do período letivo.

§ 1º É atribuição do professor elaborar e aplicar avaliação diagnóstica nas turmas em que atua, nos primeiros 30 (trinta) dias de cada ano letivo, devendo registrá-la, apresentá-la e discuti-la com a coordenação pedagógica, para a proposição das ações necessárias.

§ 2º Os resultados da avaliação da aprendizagem escolar serão atribuídos pelo professor de cada componente curricular, e deverão ser expressos em notas, parecer descritivo ou parecer descritivo por menção, levando-se em conta os aspectos qualitativos sobre os quantitativos,

observados os resultados obtidos durante todo o período letivo, apreciado para deliberação do Conselho de Classe.

§ 3º A Secretaria Municipal de Educação realizará, anualmente, avaliação diagnóstica de rede com todas as séries/anos do ensino fundamental, visando monitorar e replanejar, sempre que necessário, as suas ações.

Art. 8º A avaliação da aprendizagem escolar será por componente curricular, com emissão trimestral de boletim, documento oficial que demonstra o resultado do processo de ensino e de aprendizagem, e dar-se-á da seguinte forma:

I - Parecer descritivo por menção, para os estudantes de 1º e 2º ano;

II - Notas, para os estudantes de 3º ao 9º ano;

III - Parecer descritivo, para os casos específicos determinados por esta Resolução.

§ 1º Os resultados trimestrais e a média final da avaliação da aprendizagem escolar dos estudantes, no caso de notas, devem ser expressos de 1 (um) a 10 (dez), sempre por números inteiros e decimais.

§ 2º Para o estudante com necessidades educativas especiais, matriculado no ensino regular e de posse de parecer/laudo técnico emitido por profissionais, entidades e/ou instituições competentes e, não havendo possibilidade de avaliação através de nota, a mesma será expressa através de parecer descritivo em cada trimestre e final, elaborado em conjunto por todos os professores que atuam com o mesmo.

Art. 9º Em conformidade com o inciso II do art. 59 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, do art. 16 da Resolução CNE/CEB nº 02/01, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, do Parecer CNE/CEB nº 17/01, de 03 de julho de 2001, do Conselho Nacional de Educação, e da Resolução nº 06/2016, de 20 de outubro de 2016, que fixa normas para a Educação Especial no âmbito do Sistema Municipal de Ensino no município de Rio do Sul, do Conselho Municipal de Educação, é prevista a terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

Parágrafo único. A terminalidade específica prevê viabilizar ao estudante com grave deficiência intelectual ou múltipla, que não apresentar resultados de escolarização previstos no inciso I do art. 32 da Lei nº 9.394/96, terminalidade específica do ensino fundamental, por meio da certificação de conclusão de escolaridade, com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando.

Art. 10. Na avaliação da aprendizagem escolar, são requeridos os seguintes aspectos:

I - adoção de diversas atividades avaliativas e estratégias de ensino, com objetivos definidos em cada metodologia proposta, posicionando o estudante como agente ativo no processo formativo;

II - execução de planejamento com vistas a elaborar, orientar, supervisionar, acompanhar e redimensionar as atividades avaliativas, garantindo que os direitos de aprendizagem sejam alcançados;

III - adequação curricular e adoção de estratégias, recursos e procedimentos diferenciados, quando necessário, para a avaliação da aprendizagem dos estudantes com deficiência ou com baixo rendimento escolar, assegurando-lhes a acessibilidade (apropriação) dos direitos de aprendizagem.

Parágrafo único. Caberá à coordenação pedagógica orientar e acompanhar o planejamento, execução e aplicação das atividades avaliativas, com vistas a garantir a qualidade da aprendizagem dos estudantes.

Art. 11. Será considerado aprovado o estudante que alcançar os níveis de apropriação do conhecimento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) dos conteúdos essenciais, considerando os pareceres descritivos ou as notas obtidas nos três trimestres.

§ 1º O estudante que não alcançar os níveis de apropriação do conhecimento igual ou superior a 60% (sessenta por cento), conforme caput deste artigo, terá os pareceres descritivos ou as notas obtidas nos três trimestres submetidos à apreciação do Conselho de Classe para fins de aprovação ou retenção, observando os critérios previstos no Projeto Político Pedagógico.

§ 2º Nos casos de que trata o parágrafo anterior, caberá ao responsável pela secretaria da instituição proceder o registro no histórico do estudante, conforme ata do Conselho, documentando-se que o mesmo foi aprovado pelo colegiado de professores, na forma prevista nesta Resolução.

§ 3º Além do registro de que trata o parágrafo anterior, as instituições de ensino deverão manter no histórico a(s) nota(s) obtida(s) pelo estudante considerada(s) insuficiente(s) para aprovação.

Art. 12. Aplicar-se-á a avaliação expressa em parecer descritivo, até o segundo trimestre de cada ano letivo, para os estudantes já matriculados, e a qualquer tempo para os demais casos, quando deliberado pelo colegiado de professores, aos:

I - estudantes que apresentarem dificuldades de aprendizagem e que ainda não possuem parecer/laudo técnico emitido por profissionais, entidades e/ou instituições competentes;

II - estudantes transferidos de outras redes e que não demonstram ter domínio dos conhecimentos previstos para aquele período escolar;

III - estudantes sem documentação comprobatória de frequência no ano letivo correspondente;

IV - estudantes em situação de itinerância.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos anteriores, decorrido o ano letivo e findo o terceiro trimestre, repetir-se-á a terceira nota nos dois trimestres anteriores, para fins de emissão do histórico escolar.

## CAPÍTULO V

### DA AVALIAÇÃO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 13. As instituições de ensino deverão considerar os três primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 3º ano) como um ciclo pedagógico não passível de interrupção, voltado para a ampliação das oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Art. 14. A avaliação no ciclo de alfabetização tem por objetivo:

I - adaptar e flexibilizar o currículo nos anos iniciais do ensino fundamental com o objetivo de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento nas diferentes áreas de conhecimento;

II - compreender e desenvolver estratégias de inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit



de atenção/hiperatividade e altas habilidades/superdotação;

III - assegurar condições de ensino, respeitando o tempo de aprendizagem do estudante, considerando o desenvolvimento contínuo, articulado e progressivo dos diferentes conteúdos que compõem o currículo do ensino fundamental;

IV - evidenciar a importância que o tempo escolar representa para a organização do ensino e para a efetivação de aprendizagens contínuas e progressivas de todos os estudantes, em geral, e de cada um, em particular;

V - assegurar ao estudante em situação de dificuldade de aprender, um ensino a partir de seus conhecimentos prévios, com vistas às aprendizagens definidas para cada etapa do ciclo de alfabetização;

VI - destacar a importância de intervenções pedagógicas resultantes de ações de reforço, recuperação e aprofundamento curricular, como mecanismos necessários à aprendizagem contínua e progressiva do estudante;

VII - identificar os conhecimentos não apropriados pelos estudantes para subsidiar a promoção de intervenções pedagógicas de reforço e/ou recuperação;

VIII - oferecer aos pais ou responsáveis legais parâmetros que orientem o acompanhamento das aprendizagens conquistadas pelos estudantes.

Art. 15. Tendo como parâmetro a Resolução nº 07/2010, de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, o processo de ensino e de aprendizagem nos três primeiros anos do ensino fundamental deve assegurar:

I - a alfabetização e o letramento;

II - o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado das áreas de conhecimento e seus componentes curriculares;

III - a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no ensino fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

Art. 16. No início do ensino fundamental, atendendo às especificidades do desenvolvimento infantil, a avaliação deverá basear-se, sobretudo, em procedimentos de observação, registro das atividades dos estudantes e portfólios de seus trabalhos, seguidos de acompanhamento contínuo e de revisão das abordagens adotadas, sempre que necessário.

Art. 17. O instrumento de avaliação, para o 1º e 2º ano do ensino fundamental, deverá ser elaborado em conjunto com as instituições de ensino e revisado, sempre que necessário, no início do ano letivo, sob assessoria da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18. Dever-se-á assegurar acompanhamento sistemático e avaliações contínuas do desempenho do estudante, das condições escolares e das situações didáticas, com vistas a perceber a necessidade de intervenção pedagógica imediata, nas formas de estudos contínuos de reforço, recuperação e aprofundamento curricular, dentro e/ou fora do horário regular de aula do estudante.

Art. 19. Para atender à demanda de estudantes com dificuldade de aprendizagem ou que estejam aquém do desenvolvimento necessário para aquela etapa do ciclo de alfabetização, buscando o respeito às diferenças e aos níveis de aprendizagem individuais, serão elaborados projetos interventivos.

§ 1º Após a realização de sondagem diagnóstica, constando-se déficit de aprendizagem, caberá ao professor emitir relatório, a ser entregue à coordenação pedagógica, com a finalidade de elaborar projeto interventivo (plano de trabalho), em conjunto com o colegiado de professores, equipe pedagógica da instituição e direção escolar, sob assessoria da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O plano de trabalho deverá conter as estratégias, ações e divisão de responsabilidades definidas pelos componentes, bem como apresentar cronograma de reuniões para análise e monitoramento dos planos, a fim de garantir os direitos do estudante, observadas as necessidades e especificidades de cada situação.

§ 3º Após a realização de diversas ações de intervenção e não havendo o desenvolvimento significativo da aprendizagem, o estudante será encaminhado para avaliação com profissionais especialistas com o intuito de diagnosticar possíveis deficiências ou transtornos de aprendizagem, quando for o caso.

§ 4º Ao final do 3º ano, o estudante que não desenvolver competências definidas para o ciclo de alfabetização deverá permanecer na série/ano, sendo que após quatro anos de estudos no ciclo de alfabetização, prosseguirá para o 4º ano do ensino fundamental.

Art. 20. É vedada a retenção do estudante, por falta de aproveitamento, nos dois primeiros anos do ensino fundamental, devendo a instituição, junto à Secretaria Municipal de Educação, assegurar, durante o processo interventivo, formas e mecanismos de garantir os seus direitos de aprendizagem.

Art. 21. É responsabilidade da instituição dar suporte ao estudante com dificuldades de aprendizagem, garantindo e implementando recursos pedagógicos que auxiliem na superação de desafios, respeitadas as particularidades de tempo e aprendizagem.

## CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 22. A modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mantida pelo Poder Público Municipal, constitui-se direito dos jovens e adultos e como dever do Estado, tendo atribuição de assegurar, gratuitamente, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, suas condições de vida e de trabalho, mediante educação de qualidade àqueles que não tiveram acesso e/ou não concluíram o ensino fundamental na idade própria.

Art. 23. A proposta pedagógica para o ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos deve observar as Diretrizes Curriculares Nacionais e do Sistema Municipal de Ensino, abrangendo todos os componentes da base nacional comum das áreas de conhecimento e visando ao domínio das habilidades e competências, em especial as previstas nas matrizes do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA.

Art. 24. A escola pode, mediante anuência, reclassificar estudantes que estão em situação diversa da apresentada em histórico escolar, por meio de avaliação, para posicioná-los na estrutura de curso organizado pela Secretaria Municipal de Educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. A certificação do estudante, antes do final do curso, somente poderá ocorrer por meio de exames oferecidos pelo Poder Público Federal.

Art. 25. Dever-se-á assegurar acompanhamento sistemático e avaliações contínuas do desempenho do estudante, das condições escolares e das situações didáticas, com vistas a perceber a necessidade de intervenção pedagógica imediata, nas formas de estudos contínuos de recuperação e aprofundamento curricular.

Art. 26. Cabe ao professor registrar diariamente no sistema on-line de registro e avaliação da aprendizagem, todos os processos ligados a aprendizagem, tais como: frequência, conteúdos, observações, metodologias avaliativas, estratégias/ações didáticas que serão adotadas, atividades referentes aos estudos de recuperação e outros dados e informações que considerar pertinente.

Art. 27. Os resultados da avaliação da aprendizagem escolar serão atribuídos pelo professor de cada componente curricular, e deverão ser expressos em notas, por números inteiros e decimais numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), levando-se em conta os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, observados os resultados obtidos durante todo o período letivo, apreciado para deliberação do Conselho de Classe.

Art. 28. Ao final de cada período e após reunião do Conselho de Classe, o responsável pela secretaria da instituição deverá realizar a impressão de todos os diários de classe, relatórios de frequências e fichas de observações da turma, os quais deverão ser conferidos e posteriormente coletadas as assinaturas dos professores e equipe pedagógica, para que se faça emissão de histórico escolar, que deverá ser impresso, assinado e entregue ao estudante.

Art. 29. O processo de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos respeitará, no que couber, às normas gerais desta Resolução e o estabelecido em normas complementares, podendo ser em Resolução própria, respeitadas as especificidades desta modalidade de ensino.

## CAPÍTULO VII DO REGISTRO DA AVALIAÇÃO

Art. 30. Todas as etapas do processo de aprendizagem devem ser registradas em portal único de forma on-line, no sistema de registro e avaliação, que instrumentaliza o acompanhamento do desenvolvimento das atividades pedagógicas e das situações didáticas da vida escolar do(s) estudante(s).

Art. 31. O sistema on-line de registro e avaliação deve possuir estreita relação com a proposta estabelecida no Projeto Político Pedagógico, o calendário escolar e a proposta curricular, contendo, em um único portal, no mínimo, os seguintes mecanismos:

I - aba "planejamento": espaço destinado à inserção do planejamento didático, dividido por área/disciplina, a ser inserido pelo professor em prazo não superior a 5 (cinco) dias anteriores à execução;

II - aba "diário de classe": espaço destinado ao registro das atividades didáticas através de nota, menção ou parecer, quando for o caso, além de seus resultados, demais observações e formas de recuperação de estudos, na forma prevista nesta Resolução;

III - aba "frequência": com o objetivo de controlar o registro da assiduidade do estudante, bem como a(s) justificativa(s) de ausência(s), quando for o caso, observado o disposto nesta Resolução;

IV - aba "boletim": destinada à conferência ou alteração, por parte do professor, das notas parciais e/ou da média trimestral, quando justificada a necessidade;

V - aba "observações": permite ao professor registrar quaisquer tipos de apontamentos, inclusive por estudante, quanto ao cotidiano da sala de aula.

§ 1º O registro da frequência e das observações deverá ser diário e preferencialmente em tempo real, a fim de garantir a manutenção e a veracidade dos dados.

§ 2º Para fins de avaliação somativa, deverão ser registradas, no mínimo, 3 (três) notas, ficando a critério do professor a escolha dos instrumentos avaliativos.

Art. 32. Para o estudante com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e altas habilidades/superdotação, matriculado no ensino regular e de posse de parecer/laudo técnico emitido por profissionais, entidades e/ou instituições competentes e não havendo possibilidade de avaliação através de nota, será informado o responsável pela secretaria da instituição para que proceda no sistema a alteração da situação do mesmo.

Art. 33. Cabe ao professor registrar antecipadamente no sistema on-line de registro e avaliação da aprendizagem, na aba "planejamento", os conteúdos, direitos de aprendizagem ligados aos mesmos, as metodologias avaliativas, bem como as estratégias/ações que serão adotadas, atividades referentes aos estudos de recuperação e outros dados e informações relevantes.

Art. 34. Ao final de cada trimestre, e após reunião do Conselho de Classe, o responsável pela secretaria da instituição deverá realizar a impressão de todos os diários de classe, relatórios de frequências e fichas de observações da turma, os quais deverão ser conferidos e posteriormente coletadas as assinaturas.

## CAPÍTULO VIII DOS ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

Art. 35. O estudo de recuperação é um processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao estudante como forma de garantir o alcance dos objetivos previstos nos planos de ensino de cada componente curricular.

Art. 36. O estudo de recuperação é oferecido sempre que diagnosticado, no estudante, insuficiência no rendimento durante todo o processo educativo de apropriação de conhecimentos e do desenvolvimento de competências e habilidades.

§ 1º Entende-se por insuficiência, o rendimento inferior a 60% (sessenta por cento) no que se refere à apropriação dos conceitos essenciais e objetivos ligados a cada componente curricular, ao final do processo de ensino e de aprendizagem.

§ 2º O percentual conceitual obtido através da forma de recuperação elaborada e, após o processo de recuperação, em que o estudante demonstre ter superado as dificuldades/necessidades da aprendizagem, substituirá o percentual conceitual obtido como insuficiente anterior, quando maior, referente aos mesmos propósitos da aprendizagem.

§ 3º É dever do professor registrar no sistema on-line de registro e avaliação da aprendizagem, na aba "diário de classe", as atividades referentes aos estudos de recuperação, as metodologias avaliativas e os seus resultados obtidos, bem como, na aba "planejamento", as estratégias/ações que serão adotadas e/ou outros dados e informações relevantes.

§ 4º É facultativo ao professor oferecer oportunidade de recuperação quando o estudante faltar injustificadamente, bem como nos casos em que não apresentar a atividade avaliativa na data fixada ou, ainda, quando não executá-la em sala, devendo o professor registrar a ocorrência na aba "observações", na forma prevista nesta Resolução.

Art. 37. Os estudos de recuperação dar-se-ão:

I – por meio de recuperação contínua na sala de aula, através de métodos diferenciados daqueles já adotados, disponibilizando-se materiais de apoio ao estudante que demonstrar baixo rendimento escolar, de modo a oferecer outras formas de aprendizagem, sendo que será considerada, para fins de registro, a maior nota obtida, após aplicação de nova atividade avaliativa;

II – por meio de atendimentos individualizados ou coletivos para atender aos estudantes que apresentarem dificuldades em conteúdos relacionados a uma atividade didática anterior, podendo ocorrer no turno regular ou suplementar à escolarização, conforme organização da instituição de ensino.

Art. 38. Os estudos de recuperação devem ser preferencialmente paralelos, de modo que as estratégias diferenciadas terão o objetivo de ampliar as possibilidades de sucesso escolar dos estudantes.

Parágrafo único. A instituição de ensino deverá adotar estratégias fundamentadas que atenderão a critérios técnicos, podendo complementá-las de forma autônoma, observadas as orientações gerais da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 39. Caberá à coordenação pedagógica da instituição de ensino acompanhar o processo de execução dos estudos de recuperação, fornecendo orientações e subsídios técnicos em busca da melhoria dos resultados.

## CAPÍTULO IX

### DA FREQUÊNCIA ESCOLAR

Art. 40. O registro da frequência do estudante no sistema on-line de registro e avaliação da aprendizagem ocorrerá diariamente, preferencialmente em tempo real no momento de execução da aula, devendo ser registrada por hora-aula conforme o número de aulas ministradas ou no caso de aulas subsequentes ao início da primeira.

Art. 41. Com base no inciso VI do art. 24 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a frequência mínima para aprovação é de 75% (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas estabelecidas na matriz curricular da etapa e das modalidades de ensino.

Parágrafo único. A frequência será contabilizada pelo total das horas letivas e não sobre a carga horária de cada componente curricular.

Art. 42. Ficam as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino incumbidas a informar aos pais ou responsáveis legais, por contato pessoal, telefônico ou escrito, acerca da reiteração de faltas injustificadas e evasão escolar dos estudantes até 17 (dezessete) anos de idade, devendo-se manter uma forma de registro.

§ 1º Esgotados todos os recursos escolares, caso o estudante apresente ausência igual a 5 (cinco) dias consecutivos ou 7 (sete) dias alternados, correspondente a um período de 30 (trinta) dias, ficam as instituições de ensino obrigadas a informar a ocorrência no sistema on-line do Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA), que deverá ser registrada e monitorada pela coordenação pedagógica.

§ 2º A infrequência por motivos de convocação judicial, falecimento de parentes, doença, licença maternidade, acidente, detenção provisória ou para representar a instituição em eventos externos, constituem casos especiais que, se devidamente comprovados, considerar-se-ão faltas justificadas, cabendo à coordenação pedagógica informar ao colegiado de professores o motivo das faltas para posterior inserção no sistema on-line de registro e avaliação da aprendizagem, bem como receber a cópia do documento comprobatório e encaminhá-la ao responsável pela secretaria da instituição, que o armazenará no arquivo do estudante.

§ 3º Nos casos de impedimento de frequência por motivos de saúde, atribuir-se-ão ao estudante exercícios domiciliares sob acompanhamento da instituição de ensino, sempre que compatível com seu estado de saúde.

§ 4º Nos casos de gestação, ficar-se-á a estudante assistida pelo regime de exercícios domiciliares, a partir do oitavo mês e durante três meses, cabendo à coordenação pedagógica da instituição de ensino, após o recebimento da documentação necessária, fazer os encaminhamentos junto aos professores e aos responsáveis pela estudante, estabelecendo cronograma de envio e recebimento das tarefas juntamente aos pais ou responsáveis legais, conforme Lei nº 6.202/75, que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044/69, e dá outras providências.

§ 5º O estudante que se enquadrar nos demais casos justificáveis amparados por esta Resolução, após a entrega de documentação comprobatória que justifique a ausência, deverá, junto ao professor (nos casos de estudantes de 1º ao 3º ano) ou à coordenação pedagógica (nos casos de estudantes de 4º ao 9º ano), solicitar segunda chamada da(s) atividade(s) avaliativa(s), através de preenchimento de requerimento, padronizado e definido pela Secretaria Municipal de Educação, a ser entregue em prazo não superior a 5 (cinco) dias a contar da data da ausência, subscrito pelos pais ou responsáveis legais.

§ 6º Nos casos de ausências justificadas e não havendo tempo hábil para registro da avaliação no trimestre em curso, o resultado da mesma será registrado no trimestre subsequente, sem prejuízo ao estudante.

Art. 43. O estudante que apresentar frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) durante o ano letivo poderá ser aprovado pelo Conselho de Classe, desde que as ausências sejam justificadas nos termos do § 2º do art. 42 desta Resolução e mediante resultados satisfatórios após atividades extracurriculares realizadas regularmente, registrando-se o índice de frequência real no histórico escolar.

Parágrafo único. No histórico escolar, dever-se-á constar a observação: aprovação dada pelo Conselho de Classe com base no art. 43 da Resolução nº 14/2017, de 06 de dezembro de 2017, do Conselho Municipal de Educação de Rio do Sul.

Art. 44. Os símbolos oficiais para o registro da frequência são: (.) comparecimento, (F) falta, (FJ) falta justificada e (-) transferência.

## CAPÍTULO X

### DA RECLASSIFICAÇÃO ESCOLAR

Art. 45. A reclassificação é um dispositivo que permite posicionar o estudante na série/ano de escolaridade, período, etapa ou ciclo, compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho e/ou de conhecimento, podendo ser feita:

- I - por promoção: para o estudante que cursou com aproveitamento a série/ano, na própria instituição;
- II - por transferência: para estudante procedente de outra instituição situada no País ou exterior;
- III - por avaliação: posicionamento na série/ano, período, independentemente de escolarização anterior.

Art. 46. É autorizado à instituição reclassificar os estudantes, inclusive quando se tratar de transferência entre estabelecimentos situados no País e no exterior, nos termos do § 1º do art. 23 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º Conforme caput deste artigo, a instituição utilizar-se-á da reclassificação para situar o estudante nas séries/anos, visando à integração no espaço-tempo adequado ao seu estágio de desenvolvimento e a suas possibilidades de crescimento.

§ 2º Caberá às instituições de ensino a responsabilidade de identificação dos estudantes sujeitos à reclassificação, com base na idade, na competência e em outros critérios, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art. 47. A reclassificação por promoção, em série/ano mais avançada do ensino fundamental, ocorrer-se-á:

- I – por proposta apresentada pelo(s) professor(es) do estudante, com base nos resultados de avaliação diagnóstica ou das atividades desenvolvidas em sala;
- II – por solicitação dos pais ou responsáveis legais, mediante requerimento dirigido à direção escolar.

Art. 48. A reclassificação definirá a série/ano adequada ao prosseguimento de estudos, tendo como referência a correspondência idade/série e a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem com base na proposta curricular do município, em consonância à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

§ 1º A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem deverá ser realizada em prazo não superior a 15 (quinze) dias, a contar da data de solicitação, por meio de avaliação objetiva elaborada pelo corpo docente e aplicada por professor(es) da instituição, acompanhado(s) pela coordenação pedagógica.

§ 2º Poderá ser reclassificado, nos termos da presente Resolução, o estudante que não obteve frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para aprovação no ano anterior.

§ 3º Os resultados das avaliações serão analisados pelo Conselho de Classe, que indicará o ano em que o estudante deverá ser reclassificado, bem como a necessidade de eventuais estudos de adaptação.

§ 4º O parecer conclusivo do Conselho de Classe será registrado em livro de ata específico, devidamente assinado e homologado pela direção escolar, com cópia anexada à ficha de matrícula do estudante.

§ 5º A reclassificação poderá ocorrer até o final do primeiro trimestre letivo para o estudante já matriculado.

§ 6º Para o estudante transferido ou oriundo de País estrangeiro, com ou sem documentação comprobatória de estudos anteriores, a reclassificação poderá ocorrer a qualquer tempo durante o ano letivo.

§ 7º É vedada a reclassificação para o estudante matriculado no primeiro ano do ensino fundamental.

## CAPÍTULO XI

### DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 49. O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva, articuladora e deliberativa, integrante das instituições vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino, e tem como atribuições:

- I - avaliar o processo de ensino e de aprendizagem desenvolvido pela instituição de ensino e propor ações para a sua melhoria;
- II - avaliar a prática docente, no que se refere à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;
- III - avaliar os envolvidos no trabalho educativo e propor ações (planos de trabalho) para a superação das dificuldades com foco na aprendizagem do estudante;
- IV - deliberar sobre a aprovação final de estudantes que não atingiram frequência suficiente, em conformidade com o art. 43 desta Resolução;
- V - apreciar os resultados das avaliações dos estudantes apresentados individualmente pelos professores e, se necessário, decidir pela aprovação ao final do ano letivo, mesmo não havendo média suficiente para tanto, conforme o § 1º do art. 11 desta Resolução;
- VI - decidir pela promoção ou retenção dos estudantes.

Art. 50. O Conselho de Classe compor-se-á dos seguintes membros:

- I - direção ou seu representante;
- II - coordenação pedagógica;
- III - professores da classe;
- IV - responsável pela secretaria da instituição;
- V - representante da Secretaria Municipal de Educação;
- VI – estudantes;

VII - pais ou responsáveis legais dos estudantes.

Parágrafo único. A participação das representações previstas nos incisos V, VI e VII no Conselho de Classe dar-se-á de forma facultativa, ocorrendo quando solicitada pela instituição de ensino, pela entidade estudantil e/ou de pais ou pela Secretaria Municipal de Educação, sendo-lhes vedada a atuação em caráter deliberativo.

Art. 51. As reuniões do Conselho de Classe realizar-se-ão ordinariamente nos períodos que antecedem ao fechamento do trimestre no sistema on-line de registro e avaliação da aprendizagem.

Parágrafo único. O Conselho de Classe reunir-se-á extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pela direção da instituição de ensino, ou quando requerido por 1/3 (um terço) dos professores e pais ou responsáveis legais.

Art. 52. O professor deverá, em caso de ausência justificada, registrar e entregar relatório contendo a autoavaliação de seu trabalho pedagógico, bem como a análise do desenvolvimento e da aprendizagem de seus estudantes e turma(s).

Art. 53. Das reuniões do Conselho de Classe lavrar-se-á ata, em livro próprio, assinada por todos os presentes.

## CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 55. As instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino deverão adequar o Projeto Político Pedagógico até o término do primeiro trimestre letivo do ano subsequente à publicação desta Resolução.

Art. 56. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 57. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 02/2007, de 06 de novembro de 2007, e a Resolução nº 04/2008.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2017.

Maria Lenir Stüpp

Presidente do Conselho Municipal de Educação

## RESUMO DO ADITIVO Nº 124/2017

Publicação Nº 1458024

9º TERMO ADITIVO Nº 124/2017 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 185/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA JOÃO LEDRA, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos vinte e oito (28) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA, estabelecida na rua Anita Garibaldi, 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu procurador, Sr. Gilberto Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 132/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 185, datado de 28 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 25 de janeiro de 2018, conforme Memorando Nº 103/2017/SEINFRA.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

### CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito,



na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA  
Sr. Gilberto Grabowski  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

## RESUMO DO ADITIVO Nº 125/2017

Publicação Nº 1457168

3º TERMO ADITIVO Nº 125/2017 – DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NR. 042/2014, REFERENTE LOCAÇÃO DE UM TERRENO RURAL PARA DEPÓSITO DE PEDRA BRUTA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE LONTRAS/SC, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E O SR. MARCIO EDIWALT FUCHS.

Aos trinta e um (31) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, CEP 89.160-900, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado MUNICÍPIO, e o Sr. Marcio Ediwalt Fuchs, estabelecido na Alto Atafona, no município de Lontras/SC, inscrito ao CPF sob nº 753.903.709-10, ora denominada LOCADOR, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa de Licitação nº 059/2014, o contrato original de locação de imóvel nº 042, datado de 24 de abril de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o MUNICÍPIO e o LOCADOR, tendo um acréscimo de 06 (seis) meses, iniciando em 31 de outubro de 2017, com o seu término em 30 de abril de 2018, conforme memorando nº 225/2017/SEINFRA.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
Município

MARCIO EDIWALT FUCHS  
Locador



Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 1024/2017**

Publicação Nº 1457907

PORTARIA No 1024, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Ivone Wolter Schweder

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 02 a 21 de janeiro de 2018, a servidora Ivone Wolter Schweder, Auxiliar Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2016 – 2017, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 1025/2017**

Publicação Nº 1457909

PORTARIA No 1025, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Fernando Guedes

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 02 a 11 de janeiro de 2018, ao servidor Fernando Guedes, Analista Legislativo Contábil da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017– 2018, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (20 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 1026/2017**

Publicação Nº 1457912

PORTARIA No 1026, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Amauri Abe

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 02 a 11 de janeiro de 2018, ao servidor Amauri Abe, Analista Legislativo de Comunicação Social da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2016 – 2017, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (20 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM

Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 1027/2017**

Publicação Nº 1457919

PORTARIA No 1027, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Juliana Eleutério Carvalho

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 02 a 16 de janeiro de 2018, a servidora Juliana Eleutério Carvalho, Técnico Legislativo – Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2016 – 2017, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (15 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM

Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 1028/2017**

Publicação Nº 1457920

PORTARIA No 1028, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Luis Fernando Schweder

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 02 a 21 de janeiro de 2018, ao servidor Luis Fernando Schweder, Técnico Legislativo – Área Informática da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

## **PORTARIA Nº 1029/2017**

Publicação Nº 1457923

PORTARIA No 1029, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Zilmo Pedro de Souza

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018 ao servidor Zilmo Pedro de Souza, Assessor Adm./contábil e Financeiro da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

## **PORTARIA Nº 1030/2017**

Publicação Nº 1457924

PORTARIA No 1030, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Eduardo Rinnert Schulze

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de dezembro de 2017 a 04 de janeiro de 2018 ao servidor Eduardo Rinnert Schulze, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (20 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

## **PORTARIA Nº 1031/2017**

Publicação Nº 1457925

PORTARIA No 1031, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor João Henrique Facchini

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018 ao servidor João Henrique Facchini, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2016 – 2017, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (17 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

## **PORTARIA Nº 1032/2017**

Publicação Nº 1457927

PORTARIA No 1032, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Evandro dos Santos

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018 ao servidor Evandro dos Santos, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

## **PORTARIA Nº 1033/2017**

Publicação Nº 1457928

PORTARIA No 1033, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Aneide Catafesta

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018 a servidora Aneide Catafesta, Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

**PORTARIA N° 1034/2017**

Publicação N° 1457929

PORTARIA No 1034, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Andre Bini Tinti

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria n° 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018 ao servidor Andre Bini Tinti, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar n° 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar n° 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

**PORTARIA N° 1035/2017**

Publicação N° 1457931

PORTARIA No 1035, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Felipe Batisti

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria n° 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018 ao servidor Felipe Batisti, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar n° 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar n° 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

**PORTARIA N° 1036/2017**

Publicação N° 1457933

PORTARIA No 1036, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Antonio Celso silveira

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria n° 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018 ao servidor Antonio Celso silveira, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar n° 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar n° 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 1037/2017**

Publicação Nº 1457935

PORTARIA No 1037, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Maria das Graças Ribeiro Zimmermann

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018 a servidora Maria das Graças Ribeiro Zimmermann, Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM

Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 1038/2017**

Publicação Nº 1457937

PORTARIA No 1038, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Heliana Duarte Prim

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 02 a 11 de janeiro de 2018, a servidora Heliana Duarte Prim, Agente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017– 2018, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (20 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

**PORTARIA Nº 1039/2017**

Publicação Nº 1457939

PORTARIA No 1039, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Jenifer Aline Passing

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 02 a 16 de janeiro de 2018, a servidora Jenifer Aline Passing, Atendente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (15 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM

Diretora Geral



THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 1040/2017**

Publicação Nº 1457943

PORTARIA No 1040, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Marco Antônio Reina Beirão

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, ao servidor Marco Antônio Reina Beirão, Assessor de Comunicação Institucional da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2017 – 2018, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (15 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 1041/2017**

Publicação Nº 1457945

PORTARIA No 1041, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a Concessão de Adicional de Qualificação ao servidor Fernando Guedes

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de Adicional de Qualificação – AQ, ao seguinte servidor efetivo da respectiva Carreira do Quadro de Pessoal dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o que preceitua o art. 36 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011:

I – Adicional de Qualificação – AQ, em 2% (dois por cento) sobre o vencimento básico, em virtude da juntada de certificados de capacitação, totalizando 100 horas-aula:

1. Fernando Guedes, Categoria Funcional de Analista Legislativo Contador;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM  
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI  
Diretora Administrativa

**RESOLUÇÃO Nº 932, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458454

RESOLUÇÃO No 932, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Homologa resultado do Processo Licitatório nº 16/2017, representado pelo Pregão Presencial nº 11/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/2010.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 16/2017, representado pelo Pregão Presencial nº 11/2017, referente aos Lotes 1, 2 e 4, de acordo com decisão da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 953, de 16 de janeiro de 2017, cujo resumo está representado no Termo de Adjudicação incluído nos autos e vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, ficando autorizada a contratação.

Parágrafo único. Para o Lote 3 não houveram interessados, restando o referido Lote como deserto.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 067/2017 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 001/2017

Publicação Nº 1457664

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA  
Processo de Licitação 067/2017  
Edital de Tomada de Preços 001/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 08 de janeiro de 2018, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, TOMADA DE PREÇOS visando à CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CONSTRUÇÃO DE 05 (CINCO) PONTES DE CONCRETO ARMADO NO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, no site: [www.riofortuna.sc.gov.br](http://www.riofortuna.sc.gov.br) ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/ SC, 13 de dezembro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.916/2017

Publicação Nº 1458093

DECRETO Nº 3.916/2017

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto DESIGNADO o Servidor Público Municipal MILTON AIMI, ocupante do cargo de AGENTE FINANCEIRO, como responsável pelo Setor de Compras, atuando em substituição ao DIRETOR GERAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, senhor DARIZ GENZ pelo período compreendido entre os dias 15 de dezembro de 2017 à 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A função acima citada será desempenhada sem remuneração.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 14 de dezembro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

### PREGÃO 52/2017

Publicação Nº 1457864

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2464/2017

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2017@

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Registro de Preço, para AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA/SC. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: [compras@romelandia.sc.gov.br](mailto:compras@romelandia.sc.gov.br). Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 10/01/18. Romelândia (SC), 13/12/2017. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 018/2017 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO 005/2017

Publicação Nº 1458050

EDITAL Nº 018/2017 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO  
PROCESSO SELETIVO Nº 005/2017

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo nº 005/2017, com a realização das Provas no dia 17 de dezembro de 2017, período da manhã, conforme edital nº 017/2017.

Art. 2º A pontuação prévia da prova de títulos, divulgada na presente homologação, poderá ser revista pelo candidato que discordar da mesma, após a realização da prova escrita no próximo domingo dia 17. Informamos previamente que não foram validados cursos específicos de modalidade de ensino não compatível com a do cargo (exemplo: PNEM).

Art. 3º Nenhum candidato declarou ser portador de necessidade especial.

Cargo: PROFESSOR PEDAGOGO

Nº Inscr.	Nome	Prova Títulos	Nº Identidade	Data Nascimento
25	ANDRESSA SANGALETTI	11	5828021	29/05/92
53	ARIANA PAULA MERGNER	13	5393913-1	13/06/90
26	BERNARDETE LOURDES MANENTI NESI	12	1913653	09/10/66
50	CLAUDIA DE BASTIANI	14	6134455	19/10/94
43	FÁTIMA LUDWIG	11	5995090	21/08/91
27	FERNANDA CONSONI	10	4508716	21/01/84
28	FRANCIELE ALVES DE GOIS	11	4508121	25/04/86
30	GLÁUCIA MARIA APPI BETINELLI	11	2977260	30/10/74
29	IZALETE APª STEFFEN TOMAZI	19	5227766	31/01/87
57	JULIANA BERTOTTO	08	3484912	01/06/77
32	LÉIA REGINA BEHREND	08	3828756	24/06/79
31	NÉLLIK ANNIE DA SILVA	22	7811031	29/12/82
23	TACIANE NESI	09	4978761	26/05/90
24	TATIANE FERREIRA DA CRUZ R. DE FREITAS	22	5854066	26/10/91
22	VÂNIA CARLA KOZLOWSKI	12	4948790	27/10/87

Cargo: PROFESSOR DE ARTE - COM LICENCIATURA

Nº Inscr.	Nome	Prova Títulos	Nº Identidade	Data Nascimento
42	LUCILENE PASSONI ABATI	10	4499695	08/11/84

Cargo: PROFESSOR DE ARTE - SEM LICENCIATURA

Nº Inscr.	Nome	Prova Títulos	Nº Identidade	Data Nascimento
46	ARLAN CARLOS DOS SANTOS MELO	06	5120792	18/02/88
47	GUILHERME MONFROI	-	5060816	17/03/94

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS COM LICENCIATURA

Nº Inscr.	Nome	Prova Títulos	Nº Identidade	Data Nascimento
41	VIRIDIANE LAÍS BETIOLLO	-	5381025	10/04/92

## Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS SEM LICENCIATURA

Nº Inscr.	Nome	Prova Títulos	Nº Identidade	Data Nascimento
54	DÉBORA VERONA	-	5219011-0	21/12/92

## Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA/GEOGRAFIA - COM LICENCIATURA

Nº Inscr.	Nome	Prova Títulos	Nº Identidade	Data Nascimento
40	LUCAS DA SILVA GODINHO	04	7721110	14/03/88

## Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA/GEOGRAFIA - SEM LICENCIATURA

Nº Inscr.	Nome	Prova Títulos	Nº Identidade	Data Nascimento
39	DAIANE CRISTINA LEITE	22	5914519	19/12/90
48	MATEUS HENRIQUE TORCATTO	08	5127259	08/04/93
38	VIVIANA LAMONATO	17	5738652	25/11/91

## Cargo: PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Nº Inscr.	Nome	Prova Títulos	Nº Identidade	Data Nascimento
37	LUCIANA DE MORAIS SOUZA PINTO	06	4615341	14/09/85
36	MIGUEL ÂNGELO SARTOR	09	4260263	17/02/90

## Cargo: PSICOPEDAGOGO

Nº Inscr.	Nome	Prova Títulos	Nº Identidade	Data Nascimento
33	ANA CÉLIA DE OLIVEIRA RIBEIRO	08	4182158	06/11/83
35	ERICA TOMAZI RIBEIRO	11	4948820	03/03/86
56	ISABELLA ANGÉLICA NEUMANN	08	4371972-4	29/03/82
34	VANUSA APª DE ANDRADE SCHUMARCHER	11	3154974	10/03/73

## Cargo: ATENDENTE DE CRECHE

Nº Inscr.	Nome	Nº Identidade	Data Nascimento
20	AMANDA EDUARDA LEVINSKI	5928577	21/10/00
21	ANA PAULA CORDEIRO	4784791	24/04/82
60	ANDRÉIA SCHWANTZ DOS SANTOS	5219012	25/02/89
08	ANGELIA DOS SANTOS	100076522-5	16/09/89
16	BÁRBARA TRESSOLDI LIDANI	3777538	24/11/82
19	CARLA APARECIDA MILANI	5927980	18/11/97
15	DÉBORA BENINCA	5615594	10/02/91
05	ELIANI SERIGHELLI LIDANI	4369203-6	10/03/83
61	ELOISA DOS SANTOS	5219135-4	27/07/88
14	FLÁVIA BIAVA	5615633	06/06/94
11	GABRIELA DOS SANTOS	5585684	20/11/86
62	GISIANE BIAVA	5060399	06/05/86
09	JUCILENE MARIA FAVARIN	3320418	15/03/73
44	JULIANA APARECIDA BIAVA	5520130	20/06/96



45	LARISSA DE NARDI	6701669	26/09/97
10	LETICIA RENATA VERONA	5927801	21/06/97
12	MARIANA TAVARES SOLAGNAC	5927821	16/08/94
18	RAFAELA SILVEIRA RODRIGUES	6246284	02/08/96
49	ROSEMERY NESI TOMAZI	1913623	11/03/68
51	SABRINA SCHAEFFER	4978571	06/05/96
58	SIDIANE LEITE	5173805-8	05/07/87
06	SILVANIA DE CAMARGO	4133875	21/04/80
07	SIMÉIA DO PRADO	4978536	23/01/85
13	SIMONE FALETTI SARTOREL	3411955	22/01/80
17	SUSANA MOREIRA	5663148	24/08/90

## Cargo: AUXILIAR DE LIMPEZA

Nº Inscr.	Nome	Nº Identidade	Data Nascimento
02	FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS	5927878	09/07/93
04	GENEROSA QUADROS VEIGA	4508138	19/06/81
55	LUCIMARA CARNEIRO	5173245	02/12/87
03	MARLI TEREZINHA ANSILIERO	2404009	28/04/70
01	PAULA GRASIELE BORGIA	3947989	23/01/81
52	SIRLEI SOARES	4616149	01/06/83
59	ZENAIDE APARECIDA DA ROCHA MAIA	13102278-6	14/07/74

Salto Veloso, 14 de dezembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2017

Publicação Nº 1457713

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA BOMBA DE ÁGUA NOVA E REFORMA DE UMA BOMBA DE ÁGUA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - SC.

JUSTIFICATIVA: A reforma e aquisição de bombas se fazem, em regime de urgência, visto se tratar de serviço essencial a população o fornecimento de água através das redes públicas quais são de responsabilidade do município. Conforme informações dos responsáveis ambas as bombas apresentaram problemas parando repentinamente de funcionar, em virtude de pane elétrica, necessitando de imediato reparo.

Santa Helena (SC), 14 de dezembro de 2017.  
Blásio Ivo Hickmann  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA BOMBA DE ÁGUA NOVA E REFORMA DE UMA BOMBA DE ÁGUA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - SC.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - A presente Dispensa de licitação tem sua fundamentação legal no inciso IV, do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, onde consta:

Art. 24. É Dispensável a Licitação:  
...

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Santa Helena (SC), 14 de dezembro de 2017.  
Blásio Ivo Hickmann  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA BOMBA DE ÁGUA NOVA E REFORMA DE UMA BOMBA DE ÁGUA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - SC.

FORNECEDOR: FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP.

ENDEREÇO: Avenida Cerro Largo, 515, centro, na cidade de Tunápolis-SC, CEP:89.898-000

Valor Contratado: R\$ 4.283,00 (quatro mil duzentos e oitenta e três reais).

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – As razões que levaram a escolha do fornecedor se deram em virtude dos preços mais em conta apresentados pelos três orçamentos juntados ao parecer jurídico, aliado a disponibilidade de pronto atendimento e a especialização da empresa a ser contratada.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço ajustado para a prestação dos serviços e fornecimentos das peças pelo fornecedor citado acima são os mais em conta, conforme orçamento.

Santa Helena (SC), 14 de dezembro de 2017.  
Blásio Ivo Hickmann  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO N° 93/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 11/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA BOMBA DE ÁGUA NOVA E REFORMA DE UMA BOMBA DE ÁGUA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - SC.

#### ENCAMINHAMENTO

Sr. Prefeito Municipal

Encaminhamos à Vossa Senhoria para ratificação, o Processo de Modalidade de Dispensa de Licitação N° 11/2017, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Santa Helena (SC), 14 de dezembro de 2017.  
Blásio Ivo Hickmann  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO N° 93/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 11/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA BOMBA DE ÁGUA NOVA E REFORMA DE UMA BOMBA DE ÁGUA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - SC.

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade da aquisição de materiais e mão de obra para conserto de bomba e aquisição de uma bomba nova, ratifico a Dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Santa Helena (SC), 14 de dezembro de 2017.  
LUIZ GLUITZ  
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 93/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 11/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA BOMBA DE ÁGUA NOVA E REFORMA DE UMA BOMBA DE ÁGUA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - SC.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art 24, IV.

PREÇO: R\$ 4.283,00 (quatro mil duzentos e oitenta e três reais).

DOTAÇÃO: 07.03.1.022.4.4.90.30.99.00 (89)  
07.03.1.022.4.4.90.39.99.00 (89)  
07.03.1.022.4.4.90.52.34.00 (89)

CONTRATADO: FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP

Santa Helena (SC), 14 de dezembro de 2017.  
LUIZ GLUITZ  
Prefeito municipal

(Processo Nr. 93/2017)

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 94/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 76/2017**

Publicação N° 1458243

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

**EDITAL DE LICITAÇÃO N° 94/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 76/2017**

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 94/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 76/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra rotineira de mecânica básica e ponto de solda, para manutenção e conserto da frota de máquinas, veículos e equipamentos do município de Santa Helena-SC. Recebimento dos envelopes até as 08h00min do dia 29 de dezembro de 2017. Abertura das propostas as 08h15min do dia 29 de dezembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 14 de dezembro de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### **RESOLUÇÃO 012/2017 "PUBLICA NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE, QUE ASSUMIRÁ A FUNÇÃO ATÉ O TÉRMINO DE FÉRIAS DE CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA".**

Publicação Nº 1457379

RESOLUÇÃO Nº. 012/2017

"Publica nomeação de Conselheiro Tutelar suplente, que assumirá a função até o término de férias de Conselheiro Tutelar titular do Município de Santa Rosa de Lima".

LUANA AUGUSTA MENDES SCHMOELLER, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Santa Rosa de Lima, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que o Conselheiro Tutelar possui direito à férias remuneradas, com escala de gozo de um por vez, de forma a garantir a atuação majoritária dos titulares em qualquer tempo, conforme prevê a Lei Municipal Complementar Nº 2.038/2014;

Considerando que a Conselheira Tutelar Angelita B. Eller, estará de férias do dia 15 de janeiro de 2018 até 13 de fevereiro de 2018;

Considerando que a Conselheira Tutelar Cassiana Coelho, estará de férias do dia 14 de fevereiro de 2018 até 15 de março de 2018.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Publicar a nomeação da conselheira tutelar suplente Graziela da Silva que assumirá a função a partir do dia 15 de janeiro de 2018 até o dia 15 de março de 2018.

Art. 2º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Santa Rosa de Lima, em 14 de dezembro de 2017.

Luana Augusta Mendes Schmoeller

Presidente do CMDCA

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 120/2017 PR

Publicação Nº 1458327

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 120/2017 – PR Nº 120/2017

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel S500 e S10), para uso nos veículos e máquinas da frota municipal, durante o exercício de 2018. Com entrega dos envelopes até as 13h30min do dia 27 de Dezembro de 2017, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

e-mail: [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br).

Santa Rosa do Sul, 14 de Dezembro de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 265/2017

Publicação Nº 1457160

#### DECRETO Nº 265/2017

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1362/2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de dezembro de 2016, no valor de até R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil quinhentos reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
041230009.0.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos				
28	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.1.037000 Construção de quadra escolar completa				
112	0301	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades dos serviços urbanos				
69	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem				
127	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	12.273,71
65	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
155120040.2.034000 Manutenção dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
72	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.800,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública				
138	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.426,29
Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1308, de 27 de dezembro de 2016, no valor de até R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil quinhentos reais), a seguir especificados:				
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das Atividades do Depto de Administração				
15	0100	3.3.93.00.00.0000	Aplicações Diretas Dec de Op. Entre órgãos	2.800,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.1.04100 Construção de Núcleo Escolar Completa				
113	0301	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.273,71
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				

082440028.2.058000 Manutenção das atividades do CRAS				
94	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.426,29
95	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.056000 Manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
92	0100	3.2.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 13 de Dezembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## DECRETO MUNICIPAL Nº. 266/2017

Publicação Nº 1457161

### DECRETO Nº 266/2017

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1363/2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

1000.00.00.00.00 Receita de Correntes

120.00.00.00.00 Receitas de Contribuições

1230.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública

Art. 2º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública				
75	0108	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 13 de Dezembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## DECRETO MUNICIPAL Nº. 267/2017

Publicação Nº 1458612

### DECRETO Nº 267/2017

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo,

principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1359/2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

1000.00.00.00.00 Receita de Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais

1721.00.00.00.00 Transferências da União

1721.01.00.00.00 Participação na Receita da União

1721.01.04.00.00 Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios – FPM 1% cota de julho

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
15	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 14 de Dezembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 268/2017**

Publicação Nº 1458617

**DECRETO Nº 268/2017**

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1359/2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

1000.00.00.00.00 Receita de Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais

1721.00.00.00.00 Transferências da União

1721.01.00.00.00 Participação na Receita da União

1721.01.04.00.00 Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios – FPM 1% cota de julho

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem				
64	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.000,00
65	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
104	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.000,00

106	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
-----	------	-------------------	--------------------	-----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 14 de Dezembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## DECRETO MUNICIPAL Nº. 269/2017

Publicação Nº 1458618

### DECRETO Nº 269/2017

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1346/2017,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

1000.00.00.00.00 Receita de Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais

1721.00.00.00.00 Transferências da União

1721.33.00.00.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo

138 – Transferências do SUS

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
8	0138	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 14 de Dezembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

# São Bento do Sul

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 206, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457983

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 206, de 14 de dezembro de 2017.

#### "RETIFICA PORTARIA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 10, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/8/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 3/12/1996; e tendo em vista o constante no Processo nº 313/2017;

#### RESOLVE

Art. 1º – RETIFICAR a Portaria nº 81, de 28 de abril de 2016 e determinar ao setor de Recursos Humanos a alteração da data de início da progressão funcional do servidor Libino Antonio de Lima para a letra G, do nível I, GO-3, com efeitos a partir de 15 de abril de 2015, com as devidas averbações na ficha funcional do servidor, bem como, que seja apurada a correspondente diferença do valor referente aos seus vencimentos e incluindo-a em sua folha de pagamento.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

**1819/2017**

Publicação Nº 1457466

LEI MUNICIPAL Nº 1819/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

INSTITUI PROGRAMA MUNICIPAL DE DESTINO ADEQUADO A ANIMAIS MORTOS DO MEIO RURAL, MEDIANTE CONCESSÃO DE INCENTIVOS NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e fica SANCIONADA a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas referentes às políticas de incentivo e estímulo ao destino adequado de carcaças animais, visando à promoção sanitária e ambiental da produção agropecuária.

Art. 2º. As ações instituídas por esta Lei terão como princípio o fortalecimento das atividades agropecuárias mediante a priorização das ações que propiciem o desenvolvimento integrado da atividade agropecuária, observando a sustentabilidade sanitária e ambiental.

Art. 3º. Toda atividade agrícola e pecuária, bem como sua expansão qualitativa e quantitativa, observará a legislação municipal, legislação estadual e federal, principalmente quanto às normas ambientais e sanitárias.

Art. 4º. A presente Lei sustentar-se-á nos conceitos de:

I – carcaças de animais mortos.

Parágrafo único - Considerar-se-á como:

I – carcaças de animais mortos: cadáveres, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais sem vida, submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

Art. 5º. As ações serão efetuadas pelos órgãos competentes do Município de São Carlos, de forma coordenada e mediante a implantação de programas com incentivos, ajuda e participação, nos programas, projetos e ações que dispõe a presente Lei e outros que sejam voltados ao interesse deste setor.

Art. 6º. O Programa de destino adequado de carcaças será realizado mediante:

I – orientação técnica nas propriedades rurais para a adoção de práticas preventivas de modo a reduzir a quantidade de óbitos animais;

II - controle e monitoramento da proliferação de vetores, como insetos, roedores, abutres e outros, incluindo o fornecimento de todos os instrumentos para o controle, com subsídio parcial ou total quando se tratar da garantia da saúde pública;

III – fomento ao destino adequado das carcaças dos animais mortos na sede da propriedade mediante a adoção de sistemas, tecnologias e manejo adequado que originem produto final orgânico cuja característica não contamine a água, o solo, as plantas e as pessoas;

IV – remoção das carcaças de animais mortos da sede da propriedade quando esta se apontar como solução técnica adequada, incluindo o fornecimento de todos os instrumentos para a remoção, com subsídio parcial ou total dos custos;

V – desenvolver demais atividades necessárias para a promoção da sustentabilidade ambiental e sanitária da atividade agropecuária.

Parágrafo único. O Município poderá firmar convênios ou parcerias com outros órgãos, entidades e empresas, com a finalidade de viabilizar os programas de destino adequado de animais mortos do meio rural.

Art. 7º. As despesas para execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Carlos/SC, 13 Dezembro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

**1820/2017**

Publicação Nº 1457464

LEI MUNICIPAL Nº 1820/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DEFINE E REGULAMENTA OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e fica SANCIONADA a seguinte Lei:

Art. 1º. A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo Art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993,



denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º. Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de São Carlos, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 1º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Parágrafo único. Vulnerabilidade social compreende situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos – situações essas que tem origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é somente financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

§ 3º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta lei.

§ 4º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 5º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, adolescente, jovens, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 6º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I – assistentes sociais que compõem as equipes de referência que atuam nos serviços de proteção social básica e especial.

II – assistente social responsável pela gestão dos benefícios eventuais, vinculado ao Departamento de Assistência e Promoção Social.

Art. 3º. A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 4º. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais será de 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido conforme § 6º do Art. 2º.

§ 1º Para cálculo da renda per capita será considerado:

a) rendimento da família: folha de pagamento (salário bruto), declaração de trabalho autônomo/informal, comprovante de aposentadoria ou pensão por morte ou invalidez, pensão alimentícia, valores recebidos pelos Programas Federais, tais como: BPC, seguro desemprego, licença-maternidade, licença saúde e transferência monetária federal.

b) gastos: Comprovantes de valor de aluguel (contrato e recibo), de financiamento de terreno ou casa, de pagamento de pensão alimentícia e com gastos com medicação (comprovados com receita médica e nota fiscal).

§ 2º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, ou na falta de algum documento, o Assistente Social da equipe de referência ou o Assistente Social responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais na gestão, terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa, a qual deverá constar anexa ao parecer social.

§ 3º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 5º. São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio por natalidade;

II – auxílio por morte;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

Art. 6º. O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém-nascido;

II - apoio à família no caso de morte da mãe;

III – apoio a mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido.

§ 1º O benefício pode ser solicitado até o 30º dia após o nascimento.

§ 2º São documentos essenciais para concessão do auxílio por natalidade:

I – declaração de nascido vivo ou certidão de nascimento da criança;

II – certidão de natimorto

III - comprovante de rendimentos e gastos da família;

IV - comprovante de residência;

V – carteira de identidade e CPF do beneficiado;

§ 3º O valor conferido ao auxílio natalidade será de 1/2 (meio) salário mínimo vigente, ou um kit de necessidades básicas, para o desenvolvimento da criança, equivalente ao valor de 1/2 (meio) salário mínimo.

§ 4º É vedada a concessão de auxílio por natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, g), da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 7º. O auxílio por morte atenderá:

I – despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II – necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

III – caso o óbito ocorra quando a contabilidade estiver sem possibilidade de pagar o auxílio, o mesmo poderá ser pago no mês de fevereiro do ano seguinte.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – atestado de óbito;

II – comprovante de residência;

III - comprovante de rendimentos e gastos da família;

IV - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

V - carteira de identidade e CPF do (falecido)

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral ao município.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social e Habitação e será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

Parágrafo único. Referente ao § 3º e § 4º o município poderá arcar com 100% dos custos.

§ 5º O valor conferido ao auxílio funeral será de 1(um) salário mínimo vigente.

Art. 8º. Os benefícios por natalidade e por morte podem ser pagos, diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau, ou pessoa autorizada mediante declaração.

Art. 9º. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I- da falta de alimentação;

II - da falta de documentação;

III - da falta de domicílio, quando:

a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família;

b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

c) de desastres e de calamidade pública;

d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de rendimentos e gastos da família;

III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social.

Art. 10. A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§ 3º O auxílio em situação de calamidade pública será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de rendimentos e gastos da família;

III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 11. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

IV - garantir a inserção e o acompanhamento das famílias beneficiárias nos serviços ofertados pela proteção social básica e especial, para a superação das situações de vulnerabilidade social, fortalecendo a autonomia das famílias.

V - divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

VI - encaminhar, ao CMAS relatório semestral de gestão dos benefícios eventuais.

VII - viabilizar a articulação com as demais políticas intersetoriais e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 12. Ao Conselho Municipal de Assistência Social, compete acompanhar:

a) periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

b) a relação dos tipos de benefícios concedidos e também dos benefícios negados e as justificativas da não concessão;

c) fiscalizar a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional e o Plano Municipal de Assistência;

d) fiscalizar a responsabilidade do município na efetivação do direito, a destinação de recursos financeiros do município e do estado título de cofinanciamento do custeio dos benefícios eventuais; e

e) as ações do município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda.

Art. 13. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso (Redação dada pela Resolução nº 39, de 2009).

Art. 14. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social (Redação dada pela Resolução nº 39, de 2009).

Art. 15. Fica revogada a Lei Municipal nº Lei 1753/2014 de 22 de setembro de 2014, que "Dispõe sobre a regulamentação da concessão de benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social."

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos/SC, 13 Dezembro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

## DECRETO 153/2017

Publicação Nº 1457461

DECRETO Nº 153/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

QUE APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE SILVIO NEI NASSINGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 843, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano ou com destinação urbana no Município de São Carlos, e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.546, de 19 de dezembro de 2008 e alterações, que Cria o Plano Diretor Participativo de São Carlos, e dá outras Providências;

### DECRETA

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO e CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO de imóvel urbano descrito como Partes dos Lotes Urbanos nº 1163 e 1164, da quadra nº 46, com áreas respectivas de 376,50 m² e 291,00 m², num total de 667,50 m² (seiscentos e sessenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), com benfeitorias, situado na esquina da Rua Sete de Setembro com a Rua Monteiro Lobato, nesta cidade e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, de propriedade de SILVIO NEI NASSINGER, constante na matrícula nº 2.841, do registro de imóveis da comarca de SÃO CARLOS - SC.

### ÁREA

O lote urbano formado por parte dos lotes nº 1163 e 1164 com áreas respectivas de 376,50 m² e 291,00 m², num total de 667,50 m², situado em Quadra nº 46 será objeto de desmembramento. Serão desmembrados 331,85 m² de parte de lote nº 1163 vindo estes a constituir novo lote urbano nº 1163-A. A parte remanescente constituída de parte de lotes urbanos nº 1163 e 1164 com respectivas áreas de 44,65 m² e 291,00 m², num total de 335,65 m² constituirão novo lote denominado de 1164-A. Lote situa-se em ZODUP-2, pertencendo ao loteamento original da cidade, não havendo outro loteamento próximo.

### MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE DA MATRÍCULA nº 2.841

#### Situação Original:

Parte dos Lotes Urbanos nº 1163 e 1164 com as áreas de 376,50 m² e 291 m² respectivamente, somando o total de 667,50 m², com uma casa de madeira coberta com telhas de barro, medindo 6x9 metros, situado no lado ímpar da Rua Sete de Setembro, esquina com a Rua Monteiro Lobato, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando:

Norte: com a Rua Sete de Setembro, onde mede 35,80 m;

Sul: com parte dos mesmos lotes urbanos nº 1163 e 1164, onde mede 35,80 m;

Leste: com Rua Monteiro Lobato, onde mede 19,05 m;  
Oeste: com parte do lote urbano n.º 1165, onde mede 18,25 m.

#### MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

##### Imóvel Desmembrado:

Parte do Lote Urbano n.º 1163 com área de 331,85 m<sup>2</sup>, agora denominado de Lote Urbano n.º 1.163-A da Quadra n.º 46, com uma casa de madeira coberta com telhas de barro, medindo 6x9 metros, situado no lado ímpar da Rua Sete de Setembro, esquina com a Rua Monteiro Lobato, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando:

Norte: com a Rua Sete de Setembro, onde mede 17,60 m;  
Sul: com parte do lote urbano formado pelas partes de lotes n.º 1163 e 1164, onde mede 17,60 m;  
Leste: com Rua Monteiro Lobato, onde mede 19,05 m;  
Oeste: com lote urbano n.º 1164-A, onde mede 18,66 m.

##### Situação Remanescente:

Parte dos Lotes Urbanos n.º 1163 e 1164 com as áreas de 44,65 m<sup>2</sup> e 291,00 m<sup>2</sup> respectivamente, num total de 335,65 m<sup>2</sup>, agora denominado de Lote Urbano n.º 1.164-A da Quadra n.º 46, sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Sete de Setembro, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando;

Norte: com a Rua Sete de Setembro, onde mede 18,20 m;  
Sul : com parte do lote urbano formado pelas partes dos lotes n.º 1163 e 1164, onde mede 18,20 m;  
Leste: com lote urbano n.º 1.163-A, onde mede 18,66 m;  
Oeste: com parte do lote urbano n.º 1165, onde mede 18,25 m.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 14 de dezembro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO 119/2017 - ADM

Publicação Nº 1458586

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2017 - ADM

Processo Adm. Nº. 119/2017 - ADM

Objeto: PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC NO CONSÓRCIO CIDEMA, SENDO OS PROGRAMAS: PROSUASA, PROAGUA, PROMERCADO E PROPOÇOS, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA.

Valor: R\$ 35.400,00

Justificativa: Fundamentada no art. 24 inciso XXVI da Lei n.8.666/93

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018

SAO CARLOS, 15 de DEZEMBRO de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 37/2017 - FMS**

Publicação Nº 1458591

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO CARLOS

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Adm. Nº. 37/2017 - FMS  
Edital: Dispensa de Licitação nº 11/2017 - FMS

Objeto: PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ESTE DE SANTA CATARINA CIS-AMOSC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CIS-AMOSC.

Valor: R\$ 437.588,20  
Justificativa: Fundamentada no art. 24 inciso IV da Lei n.8.666/93  
Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018

SAO CARLOS, 15 de dezembro de 2017.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO MUNICIPAL

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 261, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458084

DECRETO Nº 261, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Municipais nº 1.497, de 29/06/07, nº 1.518, de 19/10/07 e nº 1.577, de 10/12/08;

- Considerando o Decreto nº 2484 de 13 de dezembro de 2016 que trata da composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
- Considerando a necessidade de nomeação de novos membros para compor o conselho;
- Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de São Domingos (SC), que passa a ser constituído pelos seguintes membros:

a) Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente:

Titulares: Iraci Inês Marmentini Walendorff e Elizandra Fatima Bolzan

Suplentes: Cleusa Maria Piran Pressanto e Camila Bao

b) Um representante dos profissionais da Educação Básica Pública:

Titular: Elaine Terezinha De Mello Guadagnin

Suplente: Alenize Maria Bertozzo Brunetto

c) Um representante dos diretores das escolas pública;

Titular: Anileida Nicolau Pretto

Suplente: Claiton Bocchi

d) Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas pública;

Titular: Janete de Oliveira

Suplente: Franciane Renata Panassolo Lodi

e) Dois representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

Titulares: Roselei Dalla Libera dos Santos e Salete Sartori Spanhol

Suplentes: Adriana Bacin e Rosangela Salete Bampi Bortolini

f) Dois representantes dos estudantes da educação básica pública;

Titulares: Luana Ribeiro Ferreira e Maria Anghinoni Camargo

Suplente: Adriana Anghinoni Geremias e Wesley Buratti

g) Um representante do respectivo Conselho Municipal de Educação;

Titular: Nair Fatima Babinski Roell

Suplente: Solange de Fátima Ferreira

h) Um representante do Conselho Tutelar;

Titular: Daniela Valentini de Souza

Suplente: Jucelane de Fátima Ribeiro de Souza

Art. 2º Os membros acima nomeados, não receberão qualquer tipo de remuneração, sendo considerado serviço de relevante interesse social.

Art. 3º O mandato dos membros do conselho será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos até 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 2484 de 13 de dezembro de 2016.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.



São Domingos (SC), 11 de dezembro de 2017.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária de Administração e Fazenda Designada

## DECRETO Nº 264, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458379

DECRETO Nº 264, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2017 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 122.708,26 (Cento e vinte e dois mil e setecentos e oito reais e vinte e seis centavos) no Orçamento de 2017 da unidade Fundo Municipal de Saúde nas seguintes programações de despesas:

Da Programação de Despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	11	01.0038	122.708,26

Para a Programação de Despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	5	01.0038	122.708,26

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.753/2017

Publicação Nº 1457296

DECRETO Nº 2.753, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 59, inciso VI, e artigo 84, inciso I, alínea "o", ambos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O horário de expediente das Repartições Públicas Municipais, Autarquias e Fundações mantidas pelo Poder Público Municipal, a partir de 2 de janeiro de 2018, de segunda à sexta-feira, passará a ser das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

Parágrafo único. Permanecem inalterados os horários de expediente:

I - das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;

II - dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's;

III - do Conselho Tutelar;

IV - da Casa Abrigo;

V - dos órgãos municipais que atuam em Programas Federais;

VI - dos espaços culturais e turísticos de atendimento ao público;

VII - e demais serviços essenciais oferecidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 13 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2.756/2017

Publicação Nº 1458572

DECRETO Nº 2.746, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 2.700, de 28 de setembro de 2017, que abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Reais) ao orçamento do corrente exercício da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 7 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO 3298/2017

Publicação Nº 1457518

DECRETO 3298/2017

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e artigos 5º e 6º da Lei municipal 3.283, de 22 de junho de 2010, decreta:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS, na forma do artigo 6º da Lei municipal 3.283/2010:

- a) - representantes do Governo Municipal: Alfredo João Berri (titular) e Janifer Otto (suplente);
- b) - representantes dos prestadores de serviços: Adelar José Tolfo (titular) e Pedro João Sartorato Júnior (suplente);
- c) - representantes dos trabalhadores de saúde: Tatiane Ventura da Silva e Alvina Lúcia de Almeida Loz, como titulares, e, respectivamente, Maria Teresinha Tomio Pimentel e Angela de Oliveira, como suplentes;
- d) - representantes dos usuários: Maria Elizabeth Zunino Booz, Kamily Peixer Gatis, Kevin Duarte e Moacir Carlos Valle, como titulares, e, respectivamente, Everton dos Santos, Valquíria Puel, Marli Pera Mazera e Clauber Amorim, como suplentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 12 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido	
Prefeito Municipal	

### EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017

Publicação Nº 1457531

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA - ESTADO DE SANTA CATARINA

ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3812/2017 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 005/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER, entidade múnus pública, entidade sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado e com duração por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ 11.944.582/0001-80, com sede na Rodovia SC 408, KM 06, s/nº, Krecher, São João Batista, CEP 88240-000, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.” Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, podem ser realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Instituições sem fins lucrativos da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nessa ótica, a ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER desenvolve há mais de 7 (sete) anos, atividades voltadas à defesa e garantias de direitos, prevenção, orientações, prestações de serviços, atendimento e apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa e à construção de uma sociedade justa e solidária, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, faz-se necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER, de acordo com o disposto na Lei Federal 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto, esta Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, constituída pelo Decreto Municipal 3.118/2017, recebeu toda a documentação juntada pela ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER, e considerou atendido ao preceitos do art. 30 inciso VI da Lei Federal 13.019/2014, e suas alterações, de forma que encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

São João Batista (SC), 14 de dezembro de 2017.

Comissão Permanente de Licitação

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

São João Batista (SC), 14 de dezembro de 2017.

Jeyson Puel

Procurador

OAB/SC 20.243

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausentes qualquer impugnação, tomem-se as providências para o Termo de Fomento.

São João Batista (SC), 14 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Candido

Prefeito Municipal

Publicada o presente extrato da Dispensa do Chamamento Público 005/2017, aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 080/PMSJB/2017**

Publicação Nº 1457165

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 080/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista – SC – CNPJ nº 82.925.652/0001-00; Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal CIGA – CNPJ nº 09.427.503/0001-12; Processo Licitatório 055/PMSJB/2017 – Dispensa nº 003/PMSJB/2017; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado de 19/10/2017 a 18/10/2018; Os valores contratados serão reajustados pelo índice IPCA (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses no percentual de 2.53%, totalizando R\$ 61.835,76 (sessenta e um mil oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos), parcelados em 12 meses de R\$ 5.152,98 (cinco mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos); Dotação orçamentária: A despesa resultante desta prorrogação correrá por conta de da seguinte dotação orçamentária: (61) 3.3.90.39.05.00.00.00.00.00 – Manutenção da Secretaria de Educação; (13) 3.3.90.39.05.00.00.00.00.00 – Manutenção da Secretaria de Administração; Data da assinatura: 19/10/2017

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 081/PMSJB/2017**

Publicação Nº 1457167

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 081/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista – SC – CNPJ nº 82.925.652/0001-00; Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal CIGA – CNPJ nº 09.427.503/0001-12; Processo Licitatório 055/PMSJB/2017 – Dispensa nº 003/PMSJB/2017; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado de 31/12/2017 a 09/09/2018; Data da assinatura: 13/12/2017

### **PROCESSO LICITATÓRIO 175/PMSJB/2017 - TOMADA DE PREÇOS 016/2017**

Publicação Nº 1457382

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/PMSJB/2017 - TOMADA DE PREÇOS 016/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Giovano de Souza, Secretário de Infraestrutura, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/PMSJB/2017 – Tomada de Preços 016/PMSJB/2017, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA JOÃO LEONOR CECCATO, CARMELO, COM APROXIMADAMENTE 732,82 METROS DE EXTENSÃO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 30/01/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 30/01/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 14 de dezembro de 2017. Giovano de Souza – Secretário de Infraestrutura

**REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 171/PMSJB/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/PMSJB/2017**

Publicação Nº 1457549

PREFEITURA MUNICIPAL DE são joão batista

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 171/PMSJB/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/PMSJB/2017

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 171/PMSJB/2017 – Pregão Presencial 127/PMSJB/2017 foi REVOGADO, conforme o disposto no art. 49, da Lei 8.666/93, conforme parecer jurídico anexo ao processo. São João Batista, 14 de dezembro de 2017. Rosane Sartori Rosa – Secretária de Administração designada pelo decreto funcional 580/2017

**DECRETO Nº 3299/17**

Publicação Nº 1457317

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3299/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003775/17 de 12 de Dezembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito Especial no valor de R\$ 52.000,00, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

**05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA****05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

15.452.0006.1.152 - Construção de gavetário no Cemitério Municipal

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 52.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) despesa(s) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA****05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

15.452.0006.2.073 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 52.000,00

**Art. 3º -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**São João Batista, 13 de Dezembro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado no Mural da Prefeitura Municipal em 13/12/2017

---

**Assessoria de Comunicação**



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO 07/2017

Publicação Nº 1458193

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO 07/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materias de Cosntrução- LTDA- EPP.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 01/2017

OBJETO: "Aditivo de valor ao contrato de fornecimento de todo o material e Mão de Obra, em regime de empreitada global, para efetuar melhorias e reformas no edifício sede da Câmara de Vereadores do Município de São João do Oeste conforme lei 8.666/93."

VALOR ADITADO: R\$ 581,70

VALOR TOTAL: 19.226,95

PRAZO: 13.12.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 13.12.2017

Egídio Simon- Presidente

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 199/2017

Publicação Nº 1458191

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 199/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materias de Cosntrução- LTDA- EPP.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 09/2017

OBJETO: "Contratação em regime de empreitada global de empresa especializada para edificação de casa para abrigo de conjunto de filtração e cloração destinado ao tratamento de água na saída do reservatório de Cristo Rei."

VALOR: R\$ 4.123,36

PRAZO: 13.12.2017 até 13.01.2017

São João do Oeste – 13 de Dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 222/2017

Publicação Nº 1458197

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 222/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Neri Paulo Rasch- LTDA- ME

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 44/2017

OBJETO: "Aquisição de peças para o veículo Gol de placa MFM-1574, e para a saveiro MHD-2907."

VALOR: R\$ 2.604,00

PRAZO: 14/12/2017 até 22/12/2017

São João do Oeste – 14 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 41/2017

Publicação Nº 1458200

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 41/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Vida Emergência Médica- Eireli- Me

ORIGEM: Dispensa Nº 13/2017

OBJETO: "Contratação de prestação de serviço de locação de veículo ambulância para atendimento de urgência/emergência da data da emissão da autorização de fornecimento até 31 de dezembro de 2017."

VALOR: R\$ 7.900,00

PRAZO: 14.12.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 14 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

# São João do Sul

## PREFEITURA

### PUBLICAÇÃO PROCESSO 63-2017

Publicação Nº 1458324

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa para futura e eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum filtrada, óleo diesel comum, óleo diesel s10 e agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio-arla), para os veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, em especial as constantes no Termo de Referência - Anexo I.

Entrega dos envelopes até às 13h30min do dia 29 do mês de dezembro do ano de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 13h45min do dia 29 de dezembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro de São João do Sul/SC. No Horário das 13h00min às 19h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3539-0113.

São João do Sul-SC, 14 de dezembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

### PUBLICAÇÃO PROCESSO 64-2017

Publicação Nº 1458328

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos advocatícios, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições e preços máximos constantes no Termo de Referência (Anexo I).

Entrega dos envelopes até às 14h15min do dia 29 do mês de dezembro do ano de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 14h30min do dia 29 de dezembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro de São João do Sul/SC. No Horário das 13h00min às 19h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3539-0113.

São João do Sul-SC, 14 de dezembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

## São José

## PREFEITURA

## CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1458383

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

## CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Edital 004/2015 – Concurso Público para o Magistério Municipal, torna pública a CONVOCAÇÃO para a escolha de vagas para provimento efetivo no Quadro do Magistério Municipal, conforme Local e Cronograma das disciplinas a seguir:

Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, (Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José) Praia Comprida – 1º Andar – Auditório Norte.

Auxiliar de Ensino [EDUCAÇÃO INFANTIL]	
DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA	
HORÁRIO: 13h30min	
Classificação	Nome
46	RITA DE CASSIA MACHADO HOFFMANN
47	HILNAR FERREIRA

Professor [EDUCAÇÃO INFANTIL]	
DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA	
HORÁRIO: 13h30min	
Classificação	Nome
159	JOSY PATRICIA SOMMER
160	JAQUELINE SILVA
161	ALINE JOSE FOLSTER
162	AMANDA DA SILVA VIEIRA
163	MARLENE DA SILVA JUTTEL
164	SINARA REGINA CABRAL
165	ARIANA ISABELA DE MELLO FERREIRA
166	LETENEIA MARIA NUNES
167	ROSILENY MARIA WEBER
168	PATRICIA MACHADO
169	ELISANDRA PORTO
170	MARISTELA KROETZ BOUFLEUR
171	JACQUELINE BIGOLIN

Supervisor Escolar	
DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA	
HORÁRIO: 14h00min	
Classificação	Nome
13	JOCELY KLERING
14	BRUNA PATRICIA MACHADO
15	TEREZINHA FIRMINA FLORES DOS SANTOS

Professor [PORTUGUÊS]	
-----------------------	--

DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA

HORÁRIO: 14h30min

Classificação	Nome
14	FABIANA DE FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA
15	EMANUELA FERREIRA
16	DANIELA APARECIDA CAMOLESI

Professor [EDUCAÇÃO ESPECIAL (Atendimento Educacional Especializado)]

DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA

HORÁRIO: 14h30min

Classificação	Nome
13	TARSILA BATISTA BRAGA
14	ELISA CASTRO CORREA
15	ELAINE CRISTINA PIERRI
16	ELOISA HELENA DE OLIVEIRA EZEQUIEL GIACOMOZZI
17	ANA PAULA FERREIRA DE ARAUJO

Professor [ANOS INICIAIS]

DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA

HORÁRIO: 15h00min

Classificação	Nome
22	CRISTINA STEINER CORREA
23	KATIA REGINA CORREA CLARINDA
24	MARIA DO CARMO MICHELS
25	VERA LUCIA PIRES MOURA
26	ROSANA APARECIDA HAITMANN
27	MARA GONCALVES MARTINS

Auxiliar de Ensino [ENSINO FUNDAMENTAL]

DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA

HORÁRIO: 15h00min

Classificação	Nome
23	JOSIANE DANIELA ZOTTI
24	SIMONE MUNIZ KUWER
25	LEILA ALVES ESPINDOLA
26	ELIZABETE ASSUNCAO PRADO PELISER
27	ELIZANDRA BERNARDO DA ROSA

Professor [MATEMÁTICA]

DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA

HORÁRIO: 15h30min

Classificação	Nome
11	DAVID KOSOSKI
12	ANDRE DIAS RODRIGUES ALVES

Orientador Educacional

DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA

HORÁRIO: 15h30min

Classificação	Nome
8	LISANDRA BANHUK DE CAMPOS
9	KATIA DE CARVALHO LOPES

Professor [ARTES]

DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA

HORÁRIO: 16h00min	
Classificação	Nome
13	ANDRESSA MANFIOLETI VITALI
14	ANGELO RAFAEL PEREIRA ARAUJO
15	BIANCA CANARIN BARRETO
16	CAROLINA RAMOS NUNES

Professor [LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS]	
DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA	
HORÁRIO: 16h00min	
Classificação	Nome
5	ANDERSON BARCELOS DOS SANTOS

Professor [EDUCAÇÃO FÍSICA - ENSINO FUNDAMENTAL]	
DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA	
HORÁRIO: 16h15min	
Classificação	Nome
6	LUIZ ALBERTO RODRIGUES

Professor [EDUCAÇÃO FÍSICA - EDUCAÇÃO INFANTIL]	
DATA: 24/01/2018 - QUARTA FEIRA	
HORÁRIO: 16h30min	
Classificação	Nome
4	JOSELAINE DE MOURA BITENCOURT SIQUEIRA

São José (SC), 14 de dezembro de 2017.

LÍLIAN SANDIN BOEING  
Secretária de Educação

## DECRETO Nº 8865/2017

Publicação Nº 1458385

DECRETO Nº 8865/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 29 e 31 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 571.850,00 (quinhentos e setenta e um mil e oitocentos e cinquenta reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

926 – 3.1.90.11.00.00.0337 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos PSF – FMS – MS ..... R\$ 83.850,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 83.850,00  
Total do Órgão ..... R\$ 83.850,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

875 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 80.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 80.000,00

**30.01.28.843.0105.2.269 – Administração da Dívida Interna**

888 – 4.6.90.71.00.00.0080 – Principal da Dívida Contratual Resgatada,  
Recursos Próprios ..... R\$ 314.000,00  
886 – 3.2.91.21.00.00.0080 – Juros Sobre a Dívida por Contrato,  
Recursos Próprios ..... R\$ 94.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 408.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 488.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 571.850,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 571.850,00 (quinhentos e setenta e um mil e oitocentos e cinquenta reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS**

933 – 3.1.90.92.00.00.0337 – Despesas de Exercícios Anteriores,  
Recursos PSF – FMS – MS ..... R\$ 83.850,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 83.850,00  
Total do Órgão ..... R\$ 83.850,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

**30.01.04.123.0105.2.266 – Ressarcimentos, Devoluções e Indenizações**

867 – 3.1.90.96.00.00.0080 – Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado,  
Recursos Próprios ..... R\$ 320.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 320.000,00

**30.01.09.271.0105.2.075 – Encargos Previdenciários**

880 – 3.1.91.13.00.00.0080 – Obrigações Patronais,  
Recursos Próprios ..... R\$ 168.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 168.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 488.000,00  
Total da Anulação ..... R\$ 571.850,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 8963/2017**

Publicação Nº 1458394

DECRETO Nº 8963/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 29 e 31 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

**30.01.28.846.0105.2.078 – Sentenças Judiciais,**



890 – 3.3.90.91.00.00.0080 – Sentenças Judiciais,  
Recursos Próprios ..... R\$ 115.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 115.000,00

30.01.28.846.0102.2.079 – Contribuição ao PASEP

892 – 3.3.90.47.00.00.0080 – Obrigações Tributárias e Contributivas,  
Recursos Próprios ..... R\$ 315.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 315.000,00

30.01.28.843.0105.2.269 – Administração da Dívida Interna

887 – 3.2.91.21.00.00.0080 – Juros Sobre a Dívida por Contrato,  
Recursos Próprios ..... R\$ 60.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 60.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 490.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 490.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.272.0105.2.310 – Inativos, Pensionistas e Salário Família

881 – 3.1.90.01.00.00.0080 – Aposentadorias e Reformas,  
Recursos Próprios ..... R\$ 490.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 490.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 490.000,00  
Total da Anulação ..... R\$ 490.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2017.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**EDITAL 003/2017/SMR**

Publicação Nº 1454754

**EDITAL 003/2017/SMR**

Edital de Lançamento do IPTU e Taxas Adjetas à Propriedade relativas ao Exercício de 2018.

O Secretário Municipal da Receita, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 66 da Lei Orgânica do Município (Lei nº 2.132, de 04/04/90), combinado com os artigos 48, 240 e 244, inciso I, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 21, de 20/12/05), torna público o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) – incidente sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município – e a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), relativos ao exercício de 2018, atualizados com o índice de 2,70% correspondente ao IPCA acumulado do período de novembro/2016 a outubro/2017. A NOTIFICAÇÃO direta se dará pelo recebimento da notificação de lançamento do IPTU 2018, contendo a identificação do imóvel com suas características e dados cadastrais, a identificação e qualificação do sujeito passivo, a determinação da base de cálculo e da alíquota aplicável, o valor do imposto apurado e sua fundamentação legal juntamente com o documento de arrecadação para pagamento em cota única com desconto, em duas parcelas com desconto e as duas primeiras das onze parcelas. Os contribuintes que não estiverem com seus dados cadastrais atualizados, não receberão as guias para pagamento, devendo comparecer ao CAC para atualização cadastral. A entrega será efetuada pelos Correios, a partir de 02/01/2018, pela Prefeitura na sua sede Administrativa ou em postos de entrega nos bairros onde houver a inexistência dos serviços do Correio ou ainda pelo site: [www.saojose.sc.gov.br](http://www.saojose.sc.gov.br). Não recebendo a NOTIFICAÇÃO até a data limite de 29/01/2018, o contribuinte deverá requerê-la junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão localizado na Sede da Prefeitura Municipal. DO PAGAMENTO – Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos: (a) integralmente em cota única com vencimento em 12/02/2018 ou em duas parcelas, com

a primeira em 12/02/2018 e a segunda em 12/03/2018, com desconto de 20%, e mais o desconto de 5% sobre o saldo remanescente para os contribuintes que se encontrarem

adimplentes até a data de publicação deste edital (15/12/2017), conforme Decreto nº 8939/2017. O contribuinte que optar pelo pagamento em duas parcelas com desconto e não o fizer estritamente nas respectivas datas de vencimento perderá o direito aos referidos descontos, sendo que o pagamento efetuado será deduzido do total devido; (b) em 11 (onze) parcelas mensais e consecutivas, sem desconto, vencendo-se a primeira em 12/02/2018 e a última em 12/12/2018. O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado, após o pagamento da primeira e segunda, receberá em seu domicílio as demais parcelas impressas. DO ATRASO NO PAGAMENTO – O não pagamento do IPTU e da TCRS nas datas previstas neste Edital sujeita o contribuinte, na forma da Lei, à atualização monetária, multa, juros de mora, antecipação das parcelas vincendas e inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial. DA RECLAMAÇÃO – O contribuinte poderá, até o vencimento da quota única ou primeira parcela, apresentar Reclamação para contestar os dados e/ou valores que serviram de base para o cálculo do IPTU e da TCRS lançados, junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão localizado na Sede da Prefeitura Municipal sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, Praia Comprida (Av. Beira Mar), CEP: 88103-790, São José/SC, ou solicitar abertura de processo administrativo pelo endereço [www.saojose.sc.gov.br](http://www.saojose.sc.gov.br), aba “cidadão”, opção “serviços CAC”. A Reclamação somente suspende a exigibilidade do crédito tributário, na parte questionada. A suspensão se extingue com a decisão administrativa. Em face do disposto neste edital, ficam os contribuintes formalmente notificados do lançamento do IPTU e/ou Taxa de Coleta de resíduos Sólidos do exercício de 2018.

São José (SC), 15 de dezembro de 2017

## **EDITAL Nº 02/2017/COMDIM/SJ**

Publicação Nº 1458382

EDITAL Nº 02/2017/COMDIM/SJ

DISPÕE SOBRE A 2ª CHAMADA PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIANA DAL PONT, Prefeita de São José, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e com fulcro na Lei no 2.338, de 18 de novembro de 1991 e suas alterações, convoca a 2ª chamada para eleição das cadeiras não preenchidas no Edital 01/2017/COMDIM/SJ publicado no DOM/SC no 2285 de 29/06/2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São José - COMDIM/SJ referente ao pleito 2017/2019.

### **Disposições Preliminares**

Art. 1º - A Eleição do COMDIM/SJ será realizada e regida com base neste Edital, no Regimento Eleitoral, formalizado pela Resolução nº 01, de 11 de abril de 2017, na Lei no 2.338, de 18 de novembro de 1991 e suas alterações, e no Cronograma, parte integrante deste Edital.

### **Da Comissão e Coordenação dos Trabalhos**

Art. 2º - O Plenário do COMDIM/SJ, com base na Lei no 2.338, de 18 de novembro de 1991 e suas alterações, em Sessão Ordinária datada de 11 de abril de 2017, instituiu a Comissão Eleitoral responsável pela realização do Pleito, publicada em DOM/SC, edição no 2232 de 13 de abril de 2017.

Parágrafo Único - A Comissão tem por competência dar publicidade ao Edital de acordo com os princípios da Administração Pública, bem como, coordenar os trabalhos da referida eleição.

### **Do Processo Eleitoral**

Art. 3º - Torna público que a Eleição ocorrerá em Fórum Eletivo realizado no dia 28 de fevereiro de 2018 às 10 horas na Casa dos Conselhos, localizada à rua Coronel Américo, 25, Barreiros, São José.

Art. 4º - O processo seletivo será composto por duas etapas: 1ª Etapa: de habilitação das entidades para a formação do Fórum Eletivo e, 2ª Etapa: seleção por votos das entidades consideradas habilitadas.

Art. 5º - São pré-requisitos para as entidades habilitarem-se à referida seleção:

- As entidades da sociedade civil devem estar organizadas em instituições, ONGs, institutos e/ou associações legalmente constituídas e/ou articulações de mulheres;
- Devem compartilhar dos princípios da Política Nacional para as Mulheres, de acordo com o Plano Nacional de Políticas para este segmento;
- Devem ter como parte integrante de suas propostas a defesa dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres; o enfrentamento das questões relacionadas ao racismo, sexismo, lesbofobia, bifobia e transfobia (LBTfobia); o enfrentamento ao preconceito e à discriminação baseada na liberdade sexual e identidade de gênero; a promoção da melhoria das condições de vida e de saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital; o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres; a defesa do caráter laico do Estado; a defesa da participação das mulheres na política e seu acesso aos espaços de poder e decisão e a defesa do empoderamento social e econômico das mulheres;
- Devem atuar na mobilização, organização, promoção, defesa e/ou garantia dos direitos das mulheres há, pelo menos, 02 (dois) anos no município de São José.

Art. 6º - A Eleição tem como finalidade a formação do novo Conselho para gestão 2018/2020, sendo que terá direito a representatividade o segmento de representantes da Sociedade Civil.

Art. 7º - Serão elegíveis, para o preenchimento das vagas faltantes:

- (uma) representante da OAB Mulher na esfera regional;
- (duas) representantes de Grupos ou Associações Comunitárias do Município;

01 (uma) representante do Movimento de Etnias e Raças; e suas respectivas suplentes.

§ 1º - As entidades enquadradas em uma das vagas acima mencionadas deverão, obrigatoriamente, representar as mulheres em todas as suas diversidades ou um segmento específico (mulheres urbanas, rurais, das águas, negras, quilombolas, indígenas, jovens, lésbicas, idosas, com deficiência, dentre outras).

§ 2º - Deverão atuar em uma ou mais áreas de incidência das deliberações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM e referendar todas as demais constantes nos capítulos: 01- Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; 02 - Educação para igualdade e cidadania; 03 - Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 04 - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; 05 - Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; 06 - Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; 07 - Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; 08 - Cultura, esporte, comunicação e mídia; 09 - Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; 10 - Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

Art. 8º - Através do Edital 001/2017/CEDIM/SJ de 29/06/2017 foram preenchidas as seguintes vagas: 01 (uma) representante do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras; (uma) representante do Fórum Municipal Permanente em Defesa dos Direitos das Mulheres de São José; e 01 (uma) representante de Associação ou Núcleo de Estudos de Gênero atuante com a temática "mulher" no âmbito do Município de São José.

#### Das Vagas

Art. 9º - Conforme dispõe a Lei no 2.338, de 18 de novembro de 1991 e suas alterações, o COMDIM/SJ será composto por catorze conselheiras representantes da Sociedade Civil e obedecerá aos seguintes critérios para sua composição:

I – Serão 07 (sete) vagas da Sociedade Civil Organizada e 07 (sete) vagas para as respectivas suplentes, faltando o preenchimento de 04 (quatro) vagas.

#### Das Inscrições

Art. 10 - As inscrições deverão ser feitas previamente, pelas entidades interessadas, enquadradas nas categorias acima, nas datas de 18 a 22 de dezembro de 2017 e 01 a 16 de fevereiro de 2018, na Casa dos Conselhos, sito à Rua Coronel Américo, 25, Barreiros, São José (ao lado da Cantina Zabotti), no horário compreendido das 08 às 14 horas ou através do email [comdim.sj.sc@gmail.com](mailto:comdim.sj.sc@gmail.com), aos cuidados da Secretaria Executiva do COMDIM/SJ.

Art. 11 – O cronograma consta das seguintes datas, horários e itens:

- de 18 a 22 de dezembro de 2017 e de 01 a 16 de fevereiro de 2018 das 08 às 14 horas: inscrições;
- 19 de fevereiro de 2018, a partir das 10 horas: divulgação das entidades habilitadas;
- Até 23 de fevereiro de 2018 das 08 às 14 horas: recebimento dos recursos;
- Até 26 de fevereiro de 2018, a partir das 10 horas: divulgação final dos resultados dos recursos;
- 28 de fevereiro de 2018 às 10 horas: Fórum eletivo;
- 06 de março de 2018 às 10 horas: Posse.
- 13 de março de 2018, às 8 horas: Sessão Plenária.

Art. 12 - As inscrições para representantes da Sociedade Civil somente serão aceitas com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia da ata registrada que elegeu a atual diretoria ou documento similar;
- b) Cópia do estatuto ou documento similar que comprove o tempo de instituição;
- c) Cópia do CNPJ e comprovante de regularidade cadastral da entidade, no caso de associação;
- d) Relatório resumido de atividades desempenhadas no exercício fiscal anterior ao requerimento, destacando informações sobre o público atendido e recursos utilizados;
- e) Requerimento expressando a vontade de participar da eleição, indicando o Delegado ou Delegada votante;
- f) Termo de compromisso de compartilhamento dos princípios aprovados em Conferência Nacional dos Direitos da Mulher, e conforme Artigo 5º deste Edital;
- g) Anexos 1, 2, 3, 4 e 5 preenchidos corretamente.

§ 1º - Poderão se candidatar a uma vaga as redes e articulações de caráter feminista e de defesa dos direitos da mulher.

§ 2º - No ato da inscrição deverão ser apresentados os documentos exigidos.

§ 3º - As Entidades, só serão consideradas inscritas após ato de homologação da Comissão Eleitoral e publicação no Quadro de Avisos na Casa dos Conselhos, na Prefeitura Municipal de São José e nos sítios da PMSJ – Prefeitura Municipal de São José, no endereço: <http://www.pmsj.sc.gov.br>.

#### Da Eleição e Posse das Conselheiras

Art. 13 - O Fórum Eletivo será formado pelas mulheres que foram indicadas pelas entidades habilitadas pela Comissão Eleitoral e elegerá, por meio de votação, as entidades da sociedade civil que integrarão o COMDIM/SJ para o mandato 2018-2020.

§ 1º - Formado o Fórum Eletivo, a Comissão Eleitoral funcionará apenas como apoio ao desenvolvimento de suas atividades.

§ 2º - Finalizada a fase de habilitação das instituições, o Fórum Eletivo torna-se a instância máxima responsável pela eleição das representantes da sociedade civil que integrarão o COMDIM/SJ. O resultado da eleição será publicado no Diário Oficial do Município.

§ 3º - É vedado que representantes da Sociedade Civil exerçam função em órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal por caracterizar conflito de interesse e, conseqüentemente, dupla representação, conforme Artigo 33, Parágrafo 1º do Regimento Interno do COMDIM/SJ.

Art. 14 - As entidades da Sociedade Civil, com representantes no COMDIM/SJ, não poderão manter contratos ou convênios ativos com o governo municipal, estadual e federal, que envolvam repasse ou pagamento de recursos financeiros por serviços prestados, podendo estas

candidatar-se como representantes do Governo, conforme Artigo 33, Parágrafo 2º do Regimento Interno.

Art. 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, que dará por concluso seus trabalhos com a entrega do Processo Eleitoral na Sessão Plenária de Posse.

Art. 16 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São José, 08 de dezembro de 2017.

Maria Antônia Werlang

Presidenta da Comissão Eleitoral do COMDM/SJ

**ANEXO 1**  
**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE**

Ofício nº. \_\_\_\_/201... São José, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201...  
AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE SÃO JOSÉ, SC

A ORGANIZAÇÃO \_\_\_\_\_, por meio do(a) representante legal, abaixo assinado(a), vem respeitosamente requerer sua inscrição na eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM/SJ) para o biênio 2017-2019, na qualidade de candidata a uma vaga na categoria:

( ) representante da OAB Mulher na esfera regional;

( ) representantes de Grupos ou Associações Comunitárias do Município;

( ) representante do Movimento de Etnias e Raças;

Atuamos diretamente, apoiamos e reafirmamos o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Atuamos no(s) município(s) de \_\_\_\_\_ por \_\_\_\_\_ anos, no endereço \_\_\_\_\_.

Indicamos para participar do Fórum Eletivo como representante e Conselheira Titular e para Conselheira Suplente, conforme os dados que seguem:

Nome da Representante e Conselheira Titular: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_. CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: Rua \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Celular: ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Nome da Conselheira Suplente:

Identidade: \_\_\_\_\_. CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: Rua \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Celular: ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Encaminhamos em anexo os documentos (conforme Artigo 11 deste Edital) listados a seguir:

1) CARTA DE PRINCÍPIOS ( ) OU ESTATUTO ( )

2) CNPJ ( ) OU CARTA DE APRESENTAÇÃO ( )

3) DOCUMENTO DESCRITIVO DAS ATIVIDADES ( )

4) CARTA DE COMPROMETIMENTO ( )

5) CÓPIA DO RG, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DAS REPRESENTANTES ( )

6) OUTROS:

Atenciosamente, \_\_\_\_\_ (Assinatura)

Nome Completo, Cargo na Organização

CPF \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

**ANEXO 2**  
**TERMO DE COMPROMETIMENTO DA ENTIDADE**

A entidade \_\_\_\_\_,

declara que se compromete a:

I – Participar das atividades realizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM/SJ) enviando representantes e contribuindo, sempre que possível, para a execução dos eventos;

II – Certificar-se de que ao menos uma de suas representantes no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM/SJ), titular ou suplente, participará regularmente das assembleias e das atividades do Conselho.

São José, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 201...

\_\_\_\_\_ (Assinatura)

Nome Completo

Cargo na Organização

CPF \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

## ANEXO 3

## TERMO DE COMPROMETIMENTO DA CONSELHEIRA TITULAR

Eu, \_\_\_\_\_, portadora do CPF \_\_\_\_\_ e do RG \_\_\_\_\_ expedido na data de \_\_\_\_\_, indicada pela entidade \_\_\_\_\_ para representá-la como conselheira titular no Conselho Municipal dos Direitos da

Mulher (COMDIM/SJ), comprometo-me a:

I – Participar das assembleias ordinárias e extraordinárias, das reuniões, das comissões e dos eventos realizados por essa instituição;

II – Quando não puder comparecer à assembleia, informarei à Secretaria Executiva do COMDIM/SJ e a conselheira suplente para que esta possa comparecer.

São José, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201...

\_\_\_\_\_ (Assinatura)

## ANEXO 4

## TERMO DE COMPROMETIMENTO DA CONSELHEIRA SUPLENTE

Eu, \_\_\_\_\_, portadora do CPF \_\_\_\_\_ e do RG \_\_\_\_\_ expedido na data de \_\_\_\_\_, indicada pela entidade \_\_\_\_\_ para representá-la como conselheira suplente no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM/

SJ), comprometo-me a participar das assembleias ordinárias e extraordinárias, das reuniões, das comissões e dos eventos realizados por essa instituição, na ausência da conselheira titular e quando for necessário.

São José, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201...

\_\_\_\_\_ (Assinatura)

## ANEXO 5

## DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS

Declaramos, para os fins eleitorais de representação no Conselho dos Direitos da Mulher – COMDIM/SJ, e de acordo com o seu Regimento Interno, Artigo 33, Parágrafo 2º, que a Entidade \_\_\_\_\_

Não possui contratos ou convênios ativos com o governo municipal, estadual e federal, que envolvam repasse ou pagamento de recursos financeiros por serviços prestados.

São José, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201...

\_\_\_\_\_ (Assinatura)

Nome Completo

Cargo na Organização

CPF \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

**MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 017/2017**

Publicação Nº 1458384

## MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 017/2017

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-se o autuado em local incerto e não sabido, em Processo Administrativo nº 21199/2011, instaurado para apuração de infração ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº, loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE o autuado MARCELO ALEXANDRE MAGALHÃES, inscrita no CNPJ sob o nº 03.568.644/0001-55, para que tome conhecimento da Decisão Administrativa prolatada no referido Processo Administrativo Ambiental, qual seja:

“ante o exposto, sugiro a manutenção do Auto de infração nº 22545, com a aplicação da penalidade de multa simples no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), eis que aplicado em conformidade com a legislação ambiental (art. 3º II do Decreto Federal nº 6.514/2008).

Por fim, para garantir o resultado prático do processo administrativo e impedir a continuidade de atividade em desacordo com a legislação ambiental, aconselho seja aplicada a penalidade de Suspensão de Atividades, até obtenção de autorização/licença ambiental, conforme autoriza o art. 3º, IX do Decreto Federal 6.514/2008.”

Salienta-se que da referida decisão cabe defesa administrativa, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência desta, conforme preceitua o artigo 113, do Decreto Federal 6.514/228.

São José, 11 de dezembro de 2017

Fernanda Vieira Diniz Farias

Superintendente da FMADS/ SJ

Decreto Municipal nº 6214/2016



**PREGÃO PRESENCIAL 129/2017**

Publicação Nº 1458381

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 129/2017 – Processo nº 757/2017 – Proc. Adm. 10470/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS, COM INSTALAÇÃO E SERVIÇOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO “SISTEMA VITAL DE SEGURANÇA” DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 08/01/2018 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 08/01/2018 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL EDITAL 004/2017**

Publicação Nº 1458386

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
EDITAL 004/2017  
CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o item 12.5 do Edital 004/2017 – Processo Seletivo Público, torna pública a CONVOCAÇÃO para a 1ª chamada de escolha de vagas para admissão em caráter temporário, no Quadro do Magistério Municipal, conforme local e cronograma das disciplinas a seguir:

Local: CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL ANTÔNIO FRANCISCO MACHADO (FORQUILHÃO)

Rua: Pedro Paulo de Abreu - Forquilha - São José

DATA: 19/12/2017 (terça-feira)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
13h30min	Professor - Educação Infantil
13h30min	Professor - Artes e Atividades Complementares Artístico-Cultural na Educação Básica
13h30min	Professor – Português
13h30min	Professor – Matemática
14h45min	Professor – Filosofia
15h00min	Professor – Química
15h30min	Professor – Ciências/Biologia
16h00min	Professor – Sociologia
16h00min	Professor – Geografia

DATA: 20/12/2017 (quarta-feira)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
08h00min	Professor – Anos Iniciais, Prática de Leitura e Escrita (PLE), Escola em Tempo Integral e Alfabetização EJA
08h00min	Professor – Patchwork
08h00min	Professor Artesanato – Corte e Costura
08h00min	Professor Artesanato – Artes Aplicadas
08h45min	Professor Artesanato – Bordado à Máquina
09h15min	Professor Artesanato – Pintura em Madeira e Gesso
09h15min	Professor Artesanato – Corte e Cabelo
09h30min	Professor Artesanato – Corte e Costura - Lingerie
09h30min	Professor Artesanato – Pintura em Tecido
09h45min	Professor Artesanato – Pintura em Tela
10h00min	Professor Artesanato – Tricô e Crochê
10h15min	Professor – Física

DATA: 20/12/2017 (quarta-feira)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
13h30min	Auxiliar de Sala – Educação Infantil
13h30min	Auxiliar de Ensino – Ensino Fundamental/Escola Integral
13h30min	Professor – História
13h30min	Auxiliar de Ensino – Intérprete Educacional
14h45min	Professor - LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)
15h00min	Professor – Noções de Direito
15h00min	Professor – Inglês

DATA: 21/12/2016 (quinta - feira)



HORÁRIO	DISCIPLINAS
08h00min	Auxiliar de Ensino – Educação Especial (Educação Infantil e Ensino Fundamental)
08h00min	Professor – Educação Física – Ed. Infantil/ Ensino Fundamental e Atividades Complementares Esportivas na Educação Básica e Escola em Tempo Integral
08h00min	Auxiliar de Ensino – Educação Infantil
08h00min	Professor – Informática

Os candidatos classificados para as disciplinas de Ciências da Religião, Professor Educação Especial – AEE, Professor Espanhol, Revisor de Braille, Bordado à Mão, Manicure e Porcelana Fria serão convocados posteriormente para a escolha de vagas referente ao ano letivo de 2018, de acordo com a disponibilidade de vagas, obedecendo a ordem de classificação.

São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

LILIAN SANDIN BOEING  
Secretária Municipal de Educação  
São José - SC

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 270/2017

Publicação Nº 1458412

PORTARIA Nº 270/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, c/c o art. 74, II, 1 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Georges Iesus Fleury Camargo, matrícula 16, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, para exercer a Coordenação de Controle Interno, atribuindo-lhe função de confiança – Código FC1, a partir de 1º de dezembro de 2017.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 06 de dezembro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

### PORTARIA Nº 271/2017

Publicação Nº 1458416

PORTARIA Nº 271/2017

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar o servidor Adriano Luiz Kloeppel do cargo em comissão de Assessor Parlamentar – CCV-2, vinculado ao gabinete do vereador Jair Santilho Costa, a contar do dia 8 de dezembro de 2017.

Câmara Municipal de São José, SC, 8 de dezembro 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº 272/2017**

Publicação Nº 1458419

PORTARIA Nº 272/2017

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar a servidora Jessica Candomil Farias Rangel do cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete do vereador Jair Santilho Costa.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de dezembro 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº 273/2017**

Publicação Nº 1458422

PORTARIA Nº 273/2017

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear a servidora Jessica Candomil Farias Rangel para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – CCV-2, vinculado ao gabinete do vereador Jair Santilho Costa.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de dezembro 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 274/2017**

Publicação Nº 1458426

PORTARIA Nº 274/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, c/c o art. 74, II, 1 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Lotar a servidora Adriana Maciel Pereira, matrícula 1192, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, na Coordenação de Recursos Humanos.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de dezembro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 275/2017**

Publicação Nº 1458428

PORTARIA Nº 275/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os artigos 170 e 172 da Lei Municipal nº 2248/91,

RESOLVE:

Art. 1º - O prazo estabelecido para a conclusão da Sindicância instaurada pela Portaria 262/2017 fica prorrogado por 30 (trinta) dias a contar de 20 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único – O prazo que trata o caput fica suspenso no período de 22 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de dezembro 2017

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 678/2017

Publicação Nº 1457680

PORTARIA Nº 678/2017.

"SUSPENDE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES Nº 45 E Nº 46 POR PRAZO DETERMINADO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Suspender os processos administrativos disciplinares nº 45, insaturado em face de Idene Pauli, através da Portaria nº 493/2017, de 01 de setembro de 2017 e prorrogado através da Portaria nº 617/2017, de 02 de novembro de 2017, e nº 46, insaturado em face de Jair Postay, através da Portaria nº 521/2017, de 11 de setembro de 2017 e prorrogado através da Portaria nº 622/2017, de 10 de novembro de 2017, no período de 07 de dezembro de 2017 a 04 de fevereiro de 2018, em virtude do período de férias de alguns dos membros da comissão processante.

Art. 2º. A partir de 05 de fevereiro de 2018 a apuração das infrações administrativas será retomada normalmente pela comissão processante.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de dezembro de 2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

### PORTARIA Nº 679/2017

Publicação Nº 1458500

PORTARIA Nº 679/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX e XI do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a partir de 15 de dezembro de 2017, a servidora pública municipal Andressa Graf, Matrícula 3483, ocupante do cargo temporário de Professor não Habilitado, admitida através da Portaria nº 300/2017, prorrogada pela Portaria nº 319/2017, devido ao encerramento do ano letivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 15 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 15 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 680/2017**

Publicação Nº 1458502

PORTARIA Nº 680/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX e XI do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a partir de 15 de dezembro de 2017, a servidora pública municipal Viviane Smaniotto, Matrícula 3449, ocupante do cargo temporário de Segundo Professor Nível 2, admitida através da Portaria nº 119/2017, aletrada pela Portaria nº 322/2017, devido ao encerramento do ano letivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 15 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 15 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2017 - PR Nº 150/2017

Publicação Nº 1458650

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/12/2017, às 07h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO AS ÁREAS FINANCEIRA, CONTROLADORIA, CONTÁBIL E PATRIMONIAL DE CARÁTER EXCEPCIONAL E NÃO CONTINUADO, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EXPOSTAS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 15 de dezembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.809, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457999

DECRETO Nº 5.809, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Permite o uso gratuito do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015;

CONSIDERANDO que a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Sórór Angélica trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover e desenvolver a integração e cooperação entre família, escola e comunidade; atuar na defesa da cidadania e dos direitos da criança e do adolescente ao ensino público, gratuito e de qualidade; bem como difundir no ambiente escolar valores de ordem social, cultural e ambiental que condicionam e fomentam a dignidade humana, enquadrando-se na previsão constante nas alíneas "a", "b", "c" e "d", do inciso II, do art. 3º, da Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015;

CONSIDERANDO que o município de São Lourenço do Oeste é apoiador de eventos relativos à colação de grau e formatura de instituições de ensino instaladas no município, nos termos do art. 3º-A, do Decreto nº 5.677, de 31 de maio de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso gratuito do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização do evento "Formatura de ensino médio – cerimônia e colação de grau", pela Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Sórór Angélica, inscrita no CNPJ sob o nº 83.675.819/0001-86.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a entidade Permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de dezembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### ERRATA AO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 2.370, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458625

ERRATA AO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 2.370, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº



83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, São Lourenço do Oeste/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, TORNA PÚBLICO o seguinte:

Fica retificada a publicação da Lei nº 2.370, de 13 de dezembro de 2017, ocorrida em 14 de dezembro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, páginas 1331-1332, em virtude de equívoco técnico de numeração de artigo, de forma que o artigo 1º passa a constar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

§ 1º .....

§ 2º O Instituto Cultural de São Lourenço poderá utilizar, para as suas atividades, a área destinada a Arena de Eventos Albano Luiz Mene-gatti, bem como a área do pavimento térreo, desde que estas não estejam sendo utilizadas para outras atividades autorizadas pelo chefe do Poder Executivo.

§ 3º Ao Instituto Cultural de São Lourenço caberá a administração e a manutenção do Teatro Professor Arno Ignácio Etges”. (NR)

“Art. 7º .....

§ 1º Compete ao Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, na conformidade com a estrutura organizacional da Secretaria, designar a gerência ou a diretoria que prestará apoio logístico para o pleno funcionamento dos espaços do Centro de Eventos.

§ 2º A responsabilidade pela administração e funcionamento do Teatro Professor Arno Ignácio Etges será exercida pelo Instituto Cultural de São Lourenço”. (NR)

“Art.11 .....

XII - apresentar, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data do evento, na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, ou, na hipótese de uso exclusivo do Teatro Professor Arno Ignácio Etges e eventuais serviços inerentes, no Instituto Cultural de São Lourenço, cópia do documento de arrecadação, devidamente autenticado pela instituição bancária, referente ao valor pactuado pela utilização;

..... ”. (NR)

“Art. 13 .....

§ 1º Os requerimentos de que trata o caput deste artigo, acompanhados da documentação comprobatória, deverão, obrigatoriamente, ser analisados pelo Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, ou, pelo Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, a depender dos espaços pretendidos, que, mediante parecer fundamentado, poderão deferir a solicitação, submetendo-a ao Prefeito Municipal, que procederá à sua efetivação por meio de decreto de permissão de uso.

..... ”. (NR)

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2017, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017 - FMS.

Publicação Nº 1451560

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2017, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 015/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 013/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: I.BENATO DOS SANTOS LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA ME, CNPJ nº 10.229.034/0001-06.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 1 a 5, do Contrato nº 019/2017, de 02/05/2017, em 20 und., 20 und., 37 und., 90 und. e 100 und., respectivamente, a fim de suprir as necessidades de todos os itens no ano de 2018, bem como para que a Secretaria Municipal de Saúde não perca os recursos repassados pelo Fundo nacional de Saúde vinculados a produção de próteses dentárias, conforme e Comunicação Circular interna nº 220/2017, totalizando o montante aditivado de R\$ 46.942,78 (quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos); e prorrogar a vigência do Contrato nº 019/2017, de 02/05/2017, até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade da prestação de serviços de confecção e restauração de próteses dentárias para o próximo exercício.

Valor: R\$ 234.942,78 (duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos) para o exercício de 2018.

Recursos Financeiros:

As despesas decorrentes da execução do termo aditivo, correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017 e 2018.

Dotação Orçamentária: D - (06/2017) 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica Manutenção da Saúde Pública; e D - (10/2017) 13.01.10.301.4506.2.047.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Atenção Básica.

Data de Assinatura: 08/12/2017.

Vigência: de 08/12/2017 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e José Juvenil Pacheco dos Santos - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 258/2017, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1451670

EXTRATO DO CONTRATO Nº 258/2017, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato nº 247/2017.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescindir unilateralmente o Contrato nº 247/2017, de 29/11/2017, (cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, PARA INTERNAÇÃO DE PACIENTE CONFORME DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIAL Nº 090048-91.2017.8.24.0066), firmado com a empresa GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME, em virtude do óbito do paciente Alcione Rodrigues, na data de 04 de dezembro de 2017, às 14:47 horas, conforme Certidão de Óbito de matrícula nº 10525401552017400009080000421481, anexa ao termo aditivo.

Data de Assinatura: 08/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 259/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1452821

EXTRATO DO CONTRATO Nº 259/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 138/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 106/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Angelita Gomes Ferreira 03980733920, CNPJ nº 18.769.246/0001-98.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ASSINATURA DAS REVISTAS NOSSO AMIGUINHO, NOSSO AMIGUINHO JÚNIOR E VIDA E SAÚDE, DESTINADAS ÀS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 6.505,00 (seis mil, quinhentos e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 043/2017 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 11/12/2017.

Vigência: de 11/12/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Angelita Gomes Ferreira - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 260/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454770

EXTRATO DO CONTRATO Nº 260/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 175/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 132/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Marcia Vanessa Franceschini Eventos - ME, CNPJ nº 28.549.840/0001-27.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS, SEGURANÇA, TRIO ELÉTRICO, CAMINHÃO PALCO, DECORAÇÃO DA CASINHA DO PAPAÍ NOEL E DE FIGURANTE DE PAPAÍ NOEL, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO NATAL 2017 ORGANIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos e sessenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a prestação do serviço contratado por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 12/12/2017.

Vigência: de 12/12/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marcia Vanessa Franceschini - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 261/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454772

EXTRATO DO CONTRATO Nº 261/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 175/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 132/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Nereu Cesar Chiossi 02465236970, CNPJ nº 17.292.720/0001-70.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS, SEGURANÇA, TRIO ELÉTRICO, CAMINHÃO PALCO, DECORAÇÃO DA CASINHA DO PAPAÍ NOEL E DE FIGURANTE DE PAPAÍ NOEL, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO NATAL 2017 ORGANIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a prestação do serviço contratado por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 12/12/2017.

Vigência: de 12/12/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Nereu Cesar Chiossi - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 263/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454774

EXTRATO DO CONTRATO Nº 263/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 175/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 132/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Suzana dos Santos Festas ME, CNPJ nº 12.308.317/0001-79.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS, SEGURANÇA, TRIO ELÉTRICO, CAMINHÃO PALCO, DECORAÇÃO DA CASINHA DO PAPEI NOEL E DE FIGURANTE DE PAPEI NOEL, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO NATAL 2017 ORGANIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a prestação do serviço contratado por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 12/12/2017.

Vigência: de 12/12/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Wagner Furlanetto - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455904

EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 144/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 094/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Benetti & Ferrari Transportes Ltda. ME, CNPJ nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 007/2016, de 19/01/2016, (originário do Processo Licitatório nº 144/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 094/2015, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA CONCLUIR O ANO LETIVO DE 2015, E PARA A TOTALIDADE DO ANO LETIVO DE 2016), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo; Suprimir o itinerário do item 3, do Contrato nº 007/2016, de 19/01/2016, em 23,8 km/dia (vinte e três vírgula oito quilômetros por dia), perfazendo o supressivo de 4.426,0 km (quatro mil, quatrocentos e vinte e seis quilômetros) para o ano letivo de 2018, em razão da diminuição do número de alunos; suprimir o itinerário do item 4, do Contrato nº 007/2016, de 19/01/2016, em 14,3 km/dia (catorze vírgula três quilômetros por dia), perfazendo o supressivo de 2.641,5 km (dois mil, seiscentos e quarenta e um vírgula cinco quilômetros) para o ano letivo de 2018, em razão da diminuição do número de alunos; alterar a redação do item VIII.8, da Cláusula Oitava, do Contrato nº 007/2016, de 19/01/2016, para que o transporte de alunos seja feito com maior segurança e conforto; e alterar a redação da Cláusula Décima Segunda e incluir a Cláusula Décima Terceira no Contrato nº 007/2016, de 19/01/2016, para o fim específico de incluir o fiscal do contrato, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Valor Suprimido: R\$ 25.372,33 (vinte e cinco mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos), com efeitos a partir de 19/01/2018.

Valor para 2018: R\$ 83.907,27 (oitenta e três mil, novecentos e sete reais e vinte e sete centavos), com efeitos a partir de 19/01/2018.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2018.

Data de Assinatura: 13/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 265/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455905

EXTRATO DO CONTRATO Nº 265/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Benetti & Ferrari Transportes Ltda. ME, CNPJ nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 008/2016, de 19/01/2016, (originário do Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo; suprimir o itinerário dos itens 3 e 15, do Contrato nº 007/2016, de 19/01/2016, em 23,2 km/dia (vinte e três vírgula dois quilômetros por dia) e 11,0 km/dia (onze quilômetros por dia), respectivamente, perfazendo o supressivo de 4.448,0 km (quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito quilômetros) e 1.685,0 km (um mil, seiscentos e oitenta e cinco quilômetros), sucessivamente, para o ano letivo de 2018, em razão da diminuição do número de alunos; aditar o itinerário dos itens 12 e 14, do Contrato nº 007/2016, de 19/01/2016, em 2,3 km/dia (dois vírgula três quilômetros por dia) e 1,0 km/dia (um quilometro por dia), perfazendo o aditivo de 460 km (quatrocentos e sessenta quilômetros) e 200 km (duzentos quilômetros), respectivamente, para o ano letivo de 2018, a fim de atender os alunos Emanuely Esser Kolling, residente na Linha Santo Antonio e estudante da EBM Nossa Senhora de Lourdes; e a aluna Yasmin Ferreira Bender Riedi, residente na Linha Bender e estudante da EBM Nossa Senhora de Lourdes, sucessivamente; alterar a redação do item VIII.8, da Cláusula Oitava, do Contrato nº 007/2016, de 19/01/2016, para que o transporte de alunos seja feito com maior segurança e conforto; e alterar a redação da Cláusula Décima Segunda e incluir a Cláusula Décima Terceira no Contrato nº 007/2016, de 19/01/2016, para o fim específico de incluir o fiscal do contrato, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Valor Suprimido: R\$ 22.061,95 (vinte e dois mil, sessenta e um reais e noventa e cinco centavos), com efeitos a partir de 1º/01/2018.

Valor Aditado: R\$ 2.369,40 (dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), com efeitos a partir de 1º/01/2018.

Valor para 2018: R\$ 289.280,35 (duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos), com efeitos a partir de 1º/01/2018.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2018.

Data de Assinatura: 13/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 266/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455906

EXTRATO DO CONTRATO Nº 266/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Delmar Lanz ME, CNPJ nº 04.759.152/0001-23.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 009/2016, de 19/01/2016, (originário do Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo; alterar a redação do item VIII.8 da Cláusula Oitava, do Contrato nº 009/2016, de 19/01/2016, para que o transporte de alunos seja feito com maior segurança e conforto; alterar a redação da Cláusula Décima Segunda e incluir a Cláusula Décima Terceira no Contrato nº 009/2016, de 19/01/2016, para o fim específico de incluir o fiscal do contrato, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Valor: Para o exercício de 2018, o Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 74.152,40 (setenta e quatro mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2018.

Data de Assinatura: 13/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Delmar Lanz - pela Contratada.

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 267/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455907

EXTRATO DO CONTRATO Nº 267/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: R. A. Farina ME, CNPJ nº 21.346.501/0001-02.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 010/2016, de 19/01/2016, (originário do Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo; alterar a redação do item VIII.8 da Cláusula Oitava, do Contrato nº 010/2016, de 19/01/2016, para que o transporte de alunos seja feito com maior segurança e conforto; alterar a redação da Cláusula Décima Segunda e incluir a Cláusula Décima Terceira no Contrato nº 010/2016, de 19/01/2016, para o fim específico de incluir o fiscal do contrato, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Valor: Para o exercício de 2018, o Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 57.205,00 (cinquenta e sete mil, duzentos e cinco reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2018.

Data de Assinatura: 13/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rodrigo Antonio Farina - pela Contratada.



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 268/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455909

EXTRATO DO CONTRATO Nº 268/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Schvans Transportes Ltda. ME, CNPJ nº 10.460.261/0001-48.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 012/2016, de 19/01/2016, (originário do Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo; alterar a redação do item VIII.8 da Cláusula Oitava, do Contrato nº 012/2016, de 19/01/2016, para que o transporte de alunos seja feito com maior segurança e conforto; alterar a redação da Cláusula Décima Segunda e incluir a Cláusula Décima Terceira no Contrato nº 012/2016, de 19/01/2016, para o fim específico de incluir o fiscal do contrato, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Valor: Para o exercício de 2018, o Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 120.870,00 (cento e vinte mil, oitocentos e setenta reais). Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2018.

Data de Assinatura: 13/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Almir Schvans - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 269/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455911

EXTRATO DO CONTRATO Nº 269/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V. Berggozza ME, CNPJ nº 03.549.337/0001-40.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 013/2016, de 19/01/2016, (originário do Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo; suprimir o item 7 do Contrato nº 013/2016, de 19/01/2016, em 15.320 km (quinze mil e trezentos e vinte quilômetros), com efeitos a partir de 1º/01/2018, em virtude de o custo do km ser baixo, acarretando em mais gastos dos que em rendimentos para a Contratada, conforme a solicitação da empresa Contratada e a Comunicação Circular Interna nº 387/2017; suprimir o itinerário do item 10, do Contrato nº 013/2016, de 19/01/2016, em 9,4 km/dia (nove vírgula quatro quilômetros por dia), totalizando o presente termo supressivo em 1.489,0 km (um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais) para o ano letivo de 2018, em razão da diminuição do número de alunos; alterar a redação do item VIII.8, da Cláusula Oitava, do Contrato nº 013/2016, de 19/01/2016, para que o transporte de alunos seja feito com maior segurança e conforto; e alterar a redação da Cláusula Décima Segunda e incluir a Cláusula Décima Terceira no Contrato nº 013/2016, de 19/01/2016, para o fim específico de incluir o fiscal do contrato, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Valor Suprimido: R\$ 62.539,43 (sessenta e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos), com efeitos a partir de 1º/01/2018.

Valor para 2018: R\$ 128.751,37 (cento e vinte e oito mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos), com efeitos a partir de 1º/01/2018.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2018.

Data de Assinatura: 13/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdemar Berggozza - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 270/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455913

EXTRATO DO CONTRATO Nº 270/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V. Martins da Silva e CIA. Ltda., CNPJ nº 04.828.072/0001-82.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 014/2016, de 19/01/2016, (originário do Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo; suprimir o itinerário do item 5, do Contrato nº 014/2016, de 19/01/2016, em 10 km/dia (dez quilômetros por dia), totalizando o presente termo supressivo em 2.140,0 km (dois mil, cento e quarenta quilômetros) para o ano letivo de 2018, em razão da diminuição do número de alunos; alterar a redação do item VIII.8, da Cláusula Oitava, do Contrato nº 014/2016, de 19/01/2016, para que o transporte de alunos seja feito com maior segurança e conforto; e alterar a redação da Cláusula Décima Segunda e incluir a Cláusula Décima Terceira no Contrato nº 014/2016, de 19/01/2016, para o fim específico de incluir o fiscal do contrato, nos termos

do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Valor Suprimido: R\$ 7.639,80 (sete mil, seiscentos e trinta e nove reais e oitenta centavos), com efeitos a partir de 1º/01/2018.

Valor para 2018: R\$ 205.785,73 (duzentos e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos), com efeitos a partir de 1º/01/2018.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2018.

Data de Assinatura: 13/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdevino Martins da Silva - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 271/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455915

EXTRATO DO CONTRATO Nº 271/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V.Vial & Cia. Ltda. ME, CNPJ nº 14.744.731/0001-56.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 015/2016, de 19/01/2016, (originário do Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo; alterar a redação do item VIII.8 da Cláusula Oitava, do Contrato nº 015/2016, de 19/01/2016, para que o transporte de alunos seja feito com maior segurança e conforto; e alterar a redação da Cláusula Décima Segunda e incluir a Cláusula Décima Terceira no Contrato nº 015/2016, de 19/01/2016, para o fim específico de incluir o fiscal do contrato, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Valor: Para o exercício de 2018, o Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 88.004,00 (oitenta e oito mil e quatro reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2018.

Data de Assinatura: 13/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Vanderlei Vial - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 272/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457300

EXTRATO DO CONTRATO Nº 272/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 238/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 164/2017, Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 013/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Instituto Excelência Ltda. ME, CNPJ nº 21.963.926/0001-52.

Objeto: Prorrogar os prazos dos itens II.2 e II.3, da cláusula segunda, do Contrato nº 238/2017, de 21/11/2017, até as datas de 15/01/2018 e 31/01/2018, respectivamente, em de atraso, por parte da Contratada, quanto à elaboração da minuta do edital; bem como a fim de promover ajustes de datas do processo seletivo.

Data de Assinatura: 13/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/01/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Maria Lucia de Andrade Fernandes - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 273/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457505

EXTRATO DO CONTRATO Nº 273/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 198/2017, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 010/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Daniela Tartari Brusco - ME, CNPJ nº 14.023.350/0001-88.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA DUPLA "DIEGO GUERRO E ARTHUR BOSCATO", PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017, DURANTE A PROGRAMAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago mediante transferência bancária em conta de titularidade da Contratada descontando os encargos tributários e previdenciários de acordo com a legislação vigente, no primeiro dia útil após o evento, com a entrega do objeto e a devida emissão da nota fiscal cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: de 14/12/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Daniela Tartari Brusco - pela Contratada.



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 274/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457765

EXTRATO DO CONTRATO Nº 274/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 010/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. ME, CNPJ nº 07.814.016/0001-87.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 1 ao 11 do Contrato nº 020/2017, de 07/02/2017, em 25, pct., 25 pct., 50 pct., 25 und., 25 pct., 75 kg., 75 pct., 100 l., 100 und., 100 und., 25 kg., sucessivamente, em razão de que as quantidades inicialmente contratadas não foram suficientes para concluir os trabalhos realizado, eis que houve aumento da demanda.

Valor Aditado: R\$ 248,68 ao item 01, R\$ 247,92 ao item 02, R\$ 148,95 ao item 03, R\$ 246,77 ao item 04, R\$ 172,11 ao item 05, R\$ 372,74 ao item 06, R\$ 160,24 ao item 07, R\$ 210,59 ao item 08, R\$ 336,18 ao item 09, R\$ 305,54 ao item 10, R\$ 22,78 ao item 11, perfazendo o montante aditado de R\$ 2.472,50 (dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 106/2017 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: de 14/12/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Luiz de Almeida Lara (Procurador) - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 275/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457767

EXTRATO DO CONTRATO Nº 275/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 165/2017.

Origem: Art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Locador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locadora: Nair Roman, CPF nº 033.972.559-10.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 165/2017, de 18/08/2017 (cujo objeto consiste na LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL (CASA MISTA, COM TRÊS QUARTOS, SALA, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E GARAGEM) LOCALIZADO NA TRAVESSA ATÍLIO GALEAZZI, Nº 320, BAIRRO CRUZEIRO, NA CIDADE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, PARA ALOCAR FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RISCO DO TIPO ESCORREGAMENTO DE TALUE E RUÍNA DE EDIFICAÇÃO), pelo prazo de 60 (sessenta) dias, eis que a obra não foi concluída no prazo inicial proposto; bem como para que, posteriormente, o município possa realocar a família em sua moradia original.

Valor: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, totalizando o montante de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para o período de 18/12/2017 a 16/02/2018.

Recursos Financeiros: Para o exercício de 2017, as despesas decorrentes da execução deste termo aditivo, serão custeadas através de recursos próprios do Município. Para o exercício de 2018, as despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente em 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 116/2017 - 11.03.16.482.4509.2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Habitação.

Data de Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: de 18/12/2017 a 16/02/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Nair Roman - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458068

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 279/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 174/2015, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 006/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, CNPJ nº 09.427.503/0001-12.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 279/2015, de 28/12/2015, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, pelo prazo de 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018.

Valor: R\$ R\$ 13.530,00 (treze mil e quinhentos e trinta reais), para o exercício de 2018, divididas em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.127,50 (um mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA.

Recursos Financeiros: A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2018.

Data de Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gilsoni Lunardi Albino - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 277/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458071

EXTRATO DO CONTRATO Nº 277/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 113/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 047/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 040/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA. EPP, CNPJ nº 00.975.647/0001-39.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 113/2017, de 02/06/2017, (originário do Processo Licitatório nº 047/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 040/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO, PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE DO TRABALHO, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA VIGENTE, CONFORME ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO PROCESSO LICITATÓRIO, QUE É PARTE INTEGRANTE DO OBJETO PARA TODOS OS FINS E EFEITOS), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços de medicina e segurança no trabalho para o próximo exercício.

Valor: R\$ 68.176,00 (sessenta e oito mil e cento e setenta e seis reais) para o exercício de 2018.

Recursos Financeiros: s despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente neste exercício de 2018.

Data de Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Daniel Vinicius Resende - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458073

EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 002/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Empire Serviços de Internet EIRELI EPP, CNPJ nº 02.512.731/0001-41.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 015/2017, de 1º/02/2017, (originário do Processo Licitatório nº 002/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER UMA SOLUÇÃO DE SUPORTE A REDE DE FIBRA ÓPTICA DA PREFEITURA, LINKS, EQUIPAMENTOS, TORRES, ANTENAS E MANTER E ESTENDER O PROGRAMA "CIDADE DIGITAL" DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO OESTE E NAS COMUNIDADES DO INTERIOR DA CIDADE), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de dar continuidade na prestação dos serviços para o próximo exercício.

Valor: R\$ 6.011,67 (seis mil, onze reais e sessenta e sete centavos) mensais, totalizando o montante de R\$ 72.140,04 (setenta e dois mil, cento e quarenta reais e quatro centavos) para o exercício de 2018.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente neste exercício de 2018.

Data de Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: de 31/12/2017 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ivandro Tochetto - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458074

EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 002/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pedro Lazzarin Filho ME, CNPJ nº 21.242.734/0001-57.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 014/2017, de 1º/02/2017, (originário do Processo Licitatório nº 002/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER UMA SOLUÇÃO DE SUPORTE A REDE DE FIBRA ÓPTICA DA PREFEITURA, LINKS, EQUIPAMENTOS, TORRES, ANTENAS E MANTER E ESTENDER O PROGRAMA "CIDADE DIGITAL" DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO OESTE E NAS COMUNIDADES DO INTERIOR DA CIDADE), até a data de 31/12/2018, em razão da necessidade de dar continuidade na prestação dos serviços para o próximo exercício.

Valor: R\$ 4.666,67 (quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) mensais, totalizando o montante de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) para o exercício de 2018.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente neste exercício de 2018.

Data de Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: de 14/12/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Pedro Lazzarin Filho - pela Contratada.

**EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 017/2017, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1457193

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 017/2017, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015; Decreto nº 5.677, de 31 maio de 2017; e Decreto nº 5.805, de 08 de dezembro de 2017.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: LUANA MARIA PANDOLFI LIMA; CPF/MF nº 070.582.199-40.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste, em virtude da realização de evento que consiste no "4º Espetáculo de Dança do Studio de Dança Luana Lima", a ser promovido na data de 09 de dezembro de 2017, pela Permissionária.

Valor: R\$ 1.034,30 (um mil e trinta e quatro reais e trinta centavos), correspondendo a 9,35 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, conforme estabelecido no Decreto nº 5.805, de 08 de dezembro de 2017. Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento até o dia 30 de novembro de 2017.

Data de Assinatura: 08/12/2017.

Vigência: de 08 a 11 de dezembro de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Permitente e Luana Maria Pandolfi Lima - pela permissionária.

**PORTARIA Nº 1.310, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1451930

PORTARIA Nº 1.310, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e o art. 188, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogar o prazo de conclusão dos trabalhos que estão sendo realizados pela Comissão Processante, designada pela Portaria nº 1.052, de 11 de outubro de 2017, em razão da necessidade de proceder-se à realização de todas as diligências necessárias, referentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017, a fim de que a instrução probatória traga de forma evidente os elementos de que a Comissão Processante necessita para firmar sua convicção e confeccionar o relatório processual;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo de encerramento do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017, instaurado com a publicação da Portaria nº 1.052, de 11 de outubro de 2017, em conformidade com o previsto no art. 188, § 2º do da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º Prorrogar o prazo de afastamento preventivo da servidora pública municipal, Sra. Adriana dos Santos Lemos, ocupante do cargo de Professor de Português, matrícula nº 3273/01, previsto no art. 2º da Portaria nº 1.052, de 11 de outubro de 2017, sem prejuízo de sua remuneração, até o término do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela mesma Portaria.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Educação, em virtude do disposto no caput, tomar as providências necessárias, a fim de dar continuidade à disponibilização de profissional do magistério para substituição da servidora afastada até o término do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017, de forma a não prejudicar o regular andamento das aulas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1.311, 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458547

PORTARIA Nº 1.311, 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal MARIA LURDES SCHNEIDER ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula nº 429/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

## **PORTARIA Nº 1.312, 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458554

PORTARIA Nº 1.312, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal LUIZ ANTONIO MARTINS ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, matrícula nº 447/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

## **PORTARIA Nº 1.313, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458559

PORTARIA Nº 1.313, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública Municipal GISLAINE APARECIDA FLORENCIO DALLEMOLE, ocupante do cargo de PROFESSOR HABILITADO - ACT, matrícula nº 3193/05, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 10 a 14 de dezembro de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de dezembro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 253/2017**

Publicação Nº 1458005

PORTARIA n. 253, de 11 de dezembro de 2017.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando as atribuições do cargo de agente de comunicação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer horário diferenciado para o servidor ocupante do cargo de agente de comunicação, sendo das 07h30 às 13h30 no dia imediatamente a realização da sessão ordinária da Câmara Municipal, mantendo-se os demais dias o horário estabelecido pela Portaria n. 163/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de dezembro de 2017.

Vereador Agostinho Assis Menegatti  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 254/2017**

Publicação Nº 1458007

PORTARIA n. 254, de 12 de dezembro de 2017.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder adicional de gratificação AR-1, constante na Lei Complementar n. 206, de 16 de novembro de 2017, a servidora municipal Daniela Cristina Puerari Esser, ocupante do cargo de Assistente Administrativo e Legislativo, matrícula n. 40, lotada na Câmara de Vereadores, para desempenhar as funções de Coordenadora do Programa Parlamento Jovem, criado pelo Decreto Legislativo n. 641/2009.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correm por conta de dotação específica do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 12 de dezembro de 2017.

Vereador Agostinho Assis Menegatti  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 255/2017**

Publicação Nº 1458010

PORTARIA n. 255, de 12 de dezembro de 2017.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder adicional de gratificação AR-1, constante na Lei Complementar n. 206, de 16 de novembro de 2017, a servidora municipal Kelly Suzana Spenassato, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e Parlamentar, matrícula n. 910, lotada na Câmara de Vereadores, para responder pelo controle patrimonial da Câmara Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correm por conta de dotação específica do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 12 de dezembro de 2017.

Vereador Agostinho Assis Menegatti  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1458066

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 97/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO, IMPLANTAÇÃO DE TELE ATENDIMENTO, INVENTÁRIO COM IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, AMPLIAÇÕES E MODERNIZAÇÕES NO SISTEMA, PARA O PERÍODO DE 12 MESES  
CONTRATADO: QUARK ENGENHARIA LTDA  
VIGENCIA: Prorrogado até 31/12/2018.  
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: BERNARDO VARGAS DE SOUZA  
São Miguel do Oeste, SC., 14 de dezembro de 2017.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 28/2017

Publicação Nº 1457854

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2017 – PR 61/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 95/2017 – OBJETO: aquisição de medicamentos destinados aos pacientes atendidos na Unidade de Pronto Atendimento Leonardo Weissheimer - UPA 24hs e Unidades de Saúde, Ambulatório de IST do Município de São Miguel do Oeste - SC, de acordo com o anexo I do edital.  
Fornecedores:  
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA com os itens 01 e 02.  
Total da Licitação: R\$ 14.960,70.  
ASSINATURA: 14/12/2017.  
VIGÊNCIA: 2018

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 79/2017

Publicação Nº 1457849

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2017 – PR 187/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 279/2017 – OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra para corte de grama, roçada, poda de árvores com remoção de entulho ou lixo destinados para a manutenção e conservação no município de São Miguel do Oeste - SC, conforme as necessidades da Administração Municipal, de acordo com o anexo I do edital.  
Fornecedores:  
GM INSTALADORA LTDA – ME com os itens 01,02 e 03.  
Total da Licitação: R\$ 249.000,00  
ASSINATURA: 14/12/2017.  
VIGÊNCIA: 2018



**DECRETO 8.938 REGULAMENTA LEI FEDERAL QUE TRATA DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Publicação Nº 1457436

DECRETO N. 8.938/2017

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A LEI FEDERAL NO 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e tendo em vista o disposto na Lei Federal no 12.846, de 1º de agosto de 2013, e,

CONSIDERANDO a necessidade de simplificação, suficiência e especificidades municipais na disciplina da Lei Anticorrupção,

DECRETA:

**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal no 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela prática de atos contra a Administração Pública municipal.

**CAPÍTULO II****DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA****Seção I****Disposições gerais**

Art. 2º A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Art. 3º A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é do Secretário Municipal do órgão em face do qual foi praticada a irregularidade.

Parágrafo único. Em se tratando de entidades da administração indireta, a competência é do Secretário Municipal do órgão ao qual a entidade encontra-se vinculada.

**Seção II****Do Processo Administrativo de Responsabilização**

Art. 4º O processo administrativo de que trata o artigo 2º deste decreto respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, e observará o disposto no Capítulo IV da Lei Federal no 12.846, de 2013.

**Subseção I****Da instauração, tramitação e julgamento**

Art. 5º A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa dar-se-á mediante portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:

I - o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da comissão;

II - a indicação do membro que presidirá a comissão;

III - o número do processo administrativo onde estão narrados os fatos a serem apurados; e

IV - o prazo para conclusão do processo.

Art. 6º O PAR será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 7º O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por igual período.

Art. 8º Instaurado o PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.

Art. 9º As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.

Parágrafo único. Estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do caput, será feita nova intimação por meio de edital.

Art. 10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.

Art. 11. Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal no 12.846, de 2013, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.

Art. 12. Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.

§ 1º O relatório final do PAR será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.

§ 2º A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

§ 3º Na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.

Art. 13. Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.

Art. 14. Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município.

Art. 15. A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor recurso, deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

Parágrafo único. Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no caput, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.

**CAPÍTULO III****DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS****Seção I****Disposições gerais**

Art. 16. As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal no 12.846, de 2013: I - multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e II - publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

**Seção II****Da Multa**

Art. 17. A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 18. Para o cálculo da multa, devem ser considerados os elementos presentes no art. 7º da Lei Federal no 12.846, de 2013.

§1º A existência e quantificação dos elementos de dosimetria da multa devem estar evidenciadas no relatório final da comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.

§2º O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

Art. 19. O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

§2º Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três vezes) a vantagem pretendida ou auferida.

Art. 20. O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma do art. 15.

**Seção III****Da publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora**

Art. 21. A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meios de comunicação no município, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico, caso existente.

**CAPÍTULO IV****DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

Art. 22. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos

de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regimento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal 12.846, de 2013.

**CAPÍTULO V****DO ACORDO DE LENIÊNCIA**

Art. 23. O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal no 12.846, de 2013, e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal no 8.666, de 1993, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal no 12.846, de 2013.

Art. 24. Compete à autoridade máxima do órgão municipal responsável pelo controle interno celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo municipal, nos termos do Capítulo V da Lei Federal no 12.846, de 2013, sendo vedada a sua delegação.

Art. 25. O acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal no 12.846, de 2013.

§1º A proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal no 12.846, de 2013, e tramitará em autos apartados do PAR.

§ 2º A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.

§3º A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e deverá conter, no mínimo:

I - a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;

II - o resumo da prática supostamente ilícita; e

III - a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.

§4º Uma vez proposto o acordo de leniência, a autoridade competente nos termos do art. 24 deste Decreto poderá requisitar cópia dos autos de processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública municipal relacionados aos fatos objeto do acordo.

Art. 26. Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por dois servidores estáveis para a negociação do acordo.

Art. 27. Compete à comissão responsável pela condução da negociação:

I - esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;

II - avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem:

a) ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;

b) a admissão de sua participação na infração administrativa;

c) o compromisso de ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo; e

d) a efetividade da cooperação ofertada pela proponente às investigações e ao processo administrativo.

III - propor a assinatura de memorando de entendimentos;

IV - proceder à avaliação do programa de integridade, caso existente, nos termos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal;  
V - propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, reputem-se necessárias para assegurar:

- a) a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;
- b) o comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;
- c) a obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e
- d) o acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.

Parágrafo único. O relatório conclusivo acerca das negociações será submetido pela comissão à autoridade competente, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos pelo art. 31 deste Decreto.

Art. 28. Após manifestação de interesse da pessoa jurídica em colaborar com a investigação ou a apuração de ato lesivo previsto na Lei Federal no 12.846, de 2013, poderá ser firmado memorando de entendimentos com a autoridade competente para celebrar o acordo de leniência, a fim de formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo.

Art. 29. A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período, caso presentes circunstâncias que o exijam.

§ 1º A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social.

§ 2º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados em atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art. 30. A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação rejeitá-la.

§ 1º A desistência da proposta de acordo de leniência ou sua rejeição:

- I - não importará em confissão quanto à matéria de fato nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica; e
- II - implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a administração pública tiver conhecimento deles por outros meios.

§ 2º O não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente durante a etapa de negociação importará a desistência da proposta.

Art. 31. A celebração do acordo de leniência poderá:

I - isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 da Lei Federal no 12.846, de 2013;

II - reduzir em até 2/3 (dois terços), nos termos do acordo, o valor da multa aplicável, prevista no inciso I do art. 6º da Lei Federal no 12.846, de 2013; e

III - isentar ou atenuar, nos termos do acordo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal no 8.666, de 1993, ou em outras normas de licitações e contratos cabíveis.

§ 1º Os benefícios previstos no caput ficam condicionados ao cumprimento do acordo.

§ 2º Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

Art. 32. No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I - a pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;

II - o PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III - será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

Parágrafo único. O descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, administrado pelo Poder Executivo federal.

Art. 33. Concluído o acompanhamento do acordo de leniência, este será considerado definitivamente cumprido com a declaração da isenção ou cumprimento das respectivas sanções.

## CAPÍTULO VI

### DOS CADASTROS

Art. 34. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública municipal, entre as quais:

I - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso III do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666, de 1993;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666, de 1993;

III - impedimento de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 47 da Lei Federal no 12.462, de 4 de agosto de 2011;

V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 33 da Lei Federal no 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso V do caput do art. 33 da Lei Federal no 12.527, de 2011.

Art. 35. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP informações referentes:

I - às sanções impostas com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013; e

II - ao descumprimento de acordo de leniência celebrado com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, nos termos do parágrafo

único do art. 32 deste Decreto.

Parágrafo único. As informações sobre os acordos de leniência celebrados com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, serão registradas no CNEP após a celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo.

#### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 12 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nélio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

### **DECRETO 8.939 CRIA CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

Publicação Nº 1457451

DECRETO N. 8.939/2017

CRIA NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL A CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais no que lhe confere o inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e com base na Lei 7.451 de 27 de outubro de 2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Consea Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III- apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V – participar do fórum bipartite, bem com do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com a Câmara Estadual Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições.

VII - assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do CONSEA Municipal pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;

VIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno em consonância com a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 e os Decretos nº 6272 e nº 6273, ambos de novembro de 2001 e o Decreto nº 7272 de 25 de agosto de 2010.

Art. 2º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersetorialmente pela Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das deliberações das Conferências

Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 1º O Plano Municipal de SAN deverá:

I - conter análise da situação nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

III - dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto nº 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo CONSEA e pela Conferência Municipal de SAN;

IV - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;

V - incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI - definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

VII - ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do CONSEA e no monitoramento da sua execução.

Art. 3º A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 4º A Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser integrada pelas seguintes representações, sendo um membro titular e um suplente:

I - Representante da Secretária Municipal de Assistência Social;

II - Representante da Secretária Municipal de Educação;

III - Representante da Secretária Municipal de Saúde;

IV - Representante da Secretária Municipal da Agricultura, Pecuária e Piscicultura;

V - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Parágrafo único. A CAISAN será presidida pelo representante titular da Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 5º A Secretaria-Executiva da câmara ou instância governamental de gestão intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário-Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do chefe do executivo.

Art. 6º A Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 12 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial



**DECRETO 8.940 NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS NO CAMPO DO BAIRRO ANDREATTA**

Publicação Nº 1457454

DECRETO N. 8.940/2017

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA, CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E VESTIÁRIOS E ILUMINAÇÃO NO CAMPO DO BAIRRO ANDREATTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 259/2017, Tomada de Preço nº 33/2017 que tem por objeto a contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para as obras de implantação e modernização de infraestrutura esportiva, construção de banheiros e vestiários e iluminação no campo do bairro Andreatta.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial para acompanhamento da execução das obras de implantação e modernização de infraestrutura esportiva, construção de banheiros e vestiários e iluminação no campo do bairro Andreatta, composta pelos seguintes membros:

I – Leocir Nardi, servidor Municipal, matrícula funcional nº 22001201;

II – José Antônio Karling, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Andreatta;

III – Luci Lene Furlan, Diretora da Escola Tranquilo José Rigoni do bairro Andreatta;

IV – Nadir Antônio Falcade, Presidente do Esporte Clube Expressinho Cantarera do bairro Andreatta;

V – Sedinei Zampin, membro do Conselho da Comunidade Católica do Bairro Andreatta.

Art. 2º O trabalho realizado pelos integrantes da Comissão será gratuito e constituirá serviço público relevante e de interesse social.

Art. 3º A nomeação de que trata o artigo primeiro perdurará até o término e entrega da obra.

Art. 4º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em, 14 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretária de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

**PRORROGA EDITAL 004-2017 FAMÍLIA ACOLHEDORA**

Publicação Nº 1457458

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE INSCRIÇÃO PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA n. 004/2017 - SMAS

O Município de São Miguel do Oeste, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Miguel do Oeste/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei 7.411 de 12 de Junho de 2017 do município de São Miguel do Oeste/SC, vem TORNAR PÚBLICO o processo de inscrição e seleção de famílias para formação de cadastro reserva, para implantação do serviço de acolhimento, modalidade Família Acolhedora, e:

Considerando que há necessidade de efetuar a prorrogação do prazo de inscrições de famílias interessadas em integrar o Serviço de Família Acolhedora, resolve:

Ficam prorrogadas a data das inscrições para as famílias interessadas até o período de 15/01/2018.

Ficam em vigor as demais cláusulas do Edital n. 004/2017



São Miguel do Oeste, Doze de Dezembro 2017.  
Wilson Trevisan Andréia Rebelato  
Prefeito Municipal Secretária de Assistência Social  
em exercício

## TERMO DE DOAÇÃO BENS 11º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DA FRONTEIRA

Publicação Nº 1457462

### TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento público de doação, a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC, doravante denominada Município, situada à Rua Marcílio Dias, nº 1199, inscrita no CNPJ sob n. 82.821.174/0001-80, representada neste ato pelo Prefeito Municipal senhor Wilson Trevisan, portador do CPF n. 345.998.869-04, nos termos da Lei Municipal n. 7.449 de 17 de outubro de 2017, doa e entrega ao Estado de Santa Catarina – Polícia Militar de Santa Catarina, especificamente ao 11º Batalhão de Polícia Militar da Fronteira, situado à Rua 21 de Abril, nº 1687, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Comandante, Tenente Coronel Alexandre dos Santos Cabral, portador do CPF n. 691.435.609-20, adquiridos com recursos do Convênio de Trânsito, os bens móveis constantes do anexo da Lei 7.449 de 17 de outubro de 2017.

Esta doação é feita em caráter definitivo, passando os referidos bens, a partir da presente data, a ser de uso exclusivo da 11º Batalhão de Polícia Militar da Fronteira, sediada no Município de São Miguel do Oeste.

E por ser verdade, na presença de duas testemunhas, firmamos o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor.

Município de São Miguel do Oeste – SC, 11 de dezembro de 2017.

Wilson Trevisan	Alexandre dos Santos Cabral
Prefeito Municipal	Tenente Coronel Cmt do 11º/BPM/FRON
Cleumar Liebert	Anapaula Negri dos Santos
Chefe de Gabinete	Soldado PM
CPF n. 850.149.319-87	CPF n. 048.154.579-48

## TERMO DE DOAÇÃO DE VEÍCULO ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Publicação Nº 1457467

### TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento público de doação, a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, doravante denominada Município, situada à Rua Marcílio Dias, nº 1199, inscrita no CNPJ sob n. 82.821.174/0001-80, representada neste ato pelo Prefeito Municipal senhor Wilson Trevisan, portador do CPF n. 345.998.869-04, nos termos da Lei Municipal n. 7.476 de 06 de dezembro de 2017, doa e entrega a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede na Rua Marcílio Dias, n. 3200, bairro Jardim Peperi, no Município de São Miguel do Oeste - SC, inscrita no CNPJ n. 83.691.055/0001-12, neste ato representada pela sua Presidente senhora Ivani Maria Costacurta, portadora do CPF n. 627.176.269-72, com finalidades específicas, o seguinte bem móvel:

I – veículo PAS/MICROONIBUS, FIAT/DUCATO MARTICAR, placa QIT8467, chassi 93W245H3RH2163805, código renavam nº 1129738954, ano de fabricação 2016, modelo 2017, cor branca.

Esta doação é feita em caráter definitivo, passando os referidos bens, a partir da presente data, a ser de uso exclusivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, sediada no Município de São Miguel do Oeste – SC.

E por ser verdade, na presença de duas testemunhas, firmamos o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor.

Município de São Miguel do Oeste – SC, 11 de dezembro de 2017.

Wilson Trevisan	Ivani Maria Costacurta
Prefeito Municipal	Presidente
Cleumar Liebert	Silvia de Pizzol Barroso
Chefe de Gabinete	Diretora APAE
CPF n. 850.149.319-87	CPF n. 681.811.759-72

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### ADITIVO II - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

Publicação Nº 1457457

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 –  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### ADITIVO II - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

1. CONSIDERANDO o Edital do Processo Seletivo 01/2017, ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e atendendo orientação do Conselho Regional de Educação Física os professores de Educação Física para o cargos 27 (Resolução nº 1 e 02/2002/CNE e 2/2015/CNE) ou (Resolução nº 03/87/CFE) e para o cargo 39 (Resolução nº 03/87/CFE, (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução 4/CNE, de 6 de abril de 2009) do referido edital deverão estar inscritos no Órgão Fiscalizador da Profissão.

2. Os demais itens permanecerem inalterados.

ERNEI JOSE STAHELIN  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 53.2017

Publicação Nº 1457609

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 53.2017- MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição de Móveis para a Assistência Social, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 08/01/2018 às 09h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07h às 13h. São Pedro de Alcântara, 14/12/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

### CONTRATO 28.2017

Publicação Nº 1457294

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro  
CEP: 88125-000  
Contato: (48) 32770122 – R. 203  
www.pmspa.sc.gov.br –

#### CONTRATO nº 28.2017

Contrato que entre si celebram de um lado O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa RICARDO ALEXANDRE GABRIEL EIRELI (SANEBAN), com sede na Rua São Leopoldo, nº32 – Barra do Aririu, Palhoça/SC CEP: 88.135-104; inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.278.438/0002-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do trâmite de Dispensa de Licitação nº 59/2017, homologado em 14 de dezembro de 2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e a Lei 10.520/02 e as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1 - O objeto do presente contrato refere-se à Dispensa de Licitação nº 59/2017, tem como objetivo a para a locação de Sanitário Químico não cotado no pregão 57.2017, para o encontro e exposição de carros antigos que acontecerá no dia 17 de dezembro de 2017 neste Município.

1.2- A CONTRATADA declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste contrato dentre das normas técnicas com qualidade e segurança.

1.3- O objeto deste contrato será fornecido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, pelo regime de Menor Preço, conforme disposto no processo de Dispensa de Licitação nº 59/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o processo de Dispensa de Licitação nº 59/2017, o termo de homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

3.1- O preço é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no processo

de Dispensa de Licitação nº 59/2017, ou seja, R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais)

3.2- O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias após a locação do objeto deste contrato.

3.3- A CONTRATADA emitirá nota fiscal no valor declarado na autorização de fornecimento, para apresentação e cobrança.

3.4- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a CONTRATANTE, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- O termo final deste contrato é o dia 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E RECURSOS:

6.1- As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previstos para o exercício vigente, 06.01.2.044.3.3.90.00.00.00.00.01.000 (54).

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.

7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e apresentadas em conformidade com o processo de Dispensa de Licitação nº 59/2017.

7.3- Obriga-se também a CONTRATADA, quando do cumprimento do objeto deste contrato, de que é de sua obrigação a relação de trabalho havida com seus prepostos, mesmo aos que diretamente ligados a efetivação do objeto deste contrato, não se constituindo, assim, qualquer vínculo com a contratante, seja de ordem trabalhista, cível, administrativa, tributária e/ou penal.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto ou, após seu início, paralisação imotivada, inferior a 30 (trinta) dias, de multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto ou, após seu início, paralisação imotivada, superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindir-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes:

10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindindo:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da CONTRATANTE, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a CONTRATANTE, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

11.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

11.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 11.1.4.1 à 11.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José (SC) para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no processo de Dispensa de Licitação nº 59/2017.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente

com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara (SC), 14 de dezembro de 2017.

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	RICARDO ALEXANDRE GABRIEL EIRELI (SANEBAN) CNPJ - 09.278.438/0002-91
--	---

Testemunhas:

# Schroeder

## PREFEITURA

### CANCELAMENTO DE PREÇO REGISTRADO ITEM 03 DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2017 – FAS

Publicação Nº 1457208

#### CANCELAMENTO DE PREÇO REGISTRADO

Ata de registro de Preços nº. 04/2017–FAS

Processo de licitação nº. 27/2017 - FAS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº. 05/2017 – FAS

Pelo presente Termo de Cancelamento de preço registrado na Ata de registro de Preços de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.621.552/0001-50, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor RENATO HORNBURG, ficam ajustados o cancelamento do preço registrado de acordo com o Parecer 126/2017-PROJUR, conforme a seguir:

#### CLÁUSULA 1.ª – DO CANCELAMENTO DE PREÇO REGISTRADO:

Pelo presente Cancelamento de preço registrado para o item 03 vencido pela empresa, FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.621.552/0001-50, referente a Ata de Registro de Preços nº. 04/2017, Processo de licitação nº. 27/2017 – FAS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 05/2017 – FAS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de alimentos para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistente Social que são atendidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, realizada em 05 de dezembro de 2017, conforme Parecer da Procuradoria nº 126/2017-PROJUR.

#### CLÁUSULA 2.ª – DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira da respectiva ata de registro de preços, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de Cancelamento de preço registrado na Ata de registro de Preços em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 14 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

#### TESTEMUNHAS:

Daniela Samulescki

CPF Nº. 053.350.739-18

Testemunha 01

Ivandra de Souza

CPF Nº. 047.563.299-00

Testemunha 02

### DECRETO Nº 4.338/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458589

DECRETO Nº 4.338/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 15.000,00



**05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER****05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil - "Creches"

3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS****03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO**

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 9.500,00

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 5.500,00

**05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER****05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil - "Creches"

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 1.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de Dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 – SMS/PMS**

Publicação Nº 1455925

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 – SMS/PMS**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA A ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER, SC.

O Exmo. OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Schroeder, consubstanciado na Lei Municipal nº. 2.217/2016– Lei de Diretrizes Orçamentárias, divulga a realização do processo seletivo destinado ao provimento de cargos na Secretaria Municipal de Saúde, mediante as condições estabelecidas neste edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

- 1.1. O Processo Seletivo, objeto deste edital, destina-se ao provimento de vagas para os cargos de atuação na área da Saúde com a finalidade de contratação temporária.
- 1.2. Os candidatos trabalharão em regime de substituição (Admissão Caráter Temporário – ACT) e por prazo determinado, conforme Lei Municipal Nº 1.690, de 28.10.2008 e pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.
- 1.3. O contrato poderá ser de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.
- 1.4. O processo seletivo será regido por este edital e executado pela Secretaria Municipal de Saúde, sob a supervisão da Comissão de Processo Seletivo instituída pela Portaria n.º 7.267/2017 do Município de Schroeder

**2. DAS VAGAS**

- 2.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas para o cargo de:
  - 2.1.1. Técnico em Enfermagem - ESF
  - 2.1.2. Enfermeiro - ESF
  - 2.1.3. Fisioterapeuta - NASF
  - 2.1.4. Médico - ESF
  - 2.1.5. Odontólogo - ESF
- 2.2. O processo Seletivo de que trata este edital compreenderá em Prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

**3. DOS CARGOS:****3. 1. Atribuições Comuns a todos os cargos:**

Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades. Manter atualizado o cadastramento das famílias e dos indivíduos no sistema de informação indicado pelo gestor municipal e utilizar, de forma sistemática, os dados para a análise da situação de saúde considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local. Realizar o cuidado da saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, e quando necessário no domicílio e nos demais

espaços comunitários (escolas, associações, entre outros). Realizar ações de atenção a saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local. Garantir da atenção a saúde buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância à saúde. Participar do acolhimento dos usuários realizando a escuta qualificada das necessidades de saúde, procedendo a primeira avaliação (classificação de risco, avaliação de vulnerabilidade, coleta de informações e sinais clínicos) e identificação das necessidades de intervenções de cuidado, proporcionando atendimento humanizado, se responsabilizando pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo. Realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local. Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde. Praticar cuidado familiar e dirigido a coletividades e grupos sociais que visa propor intervenções que influenciem os processos de saúde doença dos indivíduos, das famílias, coletividades e da própria comunidade. Realizar reuniões de equipes a fim de discutir em conjunto o planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis. Acompanhar e avaliar sistematicamente as ações implementadas, visando à readequação do processo de trabalho. Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação na Atenção Básica. Realizar trabalhos interdisciplinar e em equipe, integrando áreas técnicas e profissionais de diferentes formações. Realizar ações de educação em saúde a população adscrita, conforme planejamento da equipe. Participar das atividades de educação permanente. Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social. Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica e dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

### 3.2. Atribuições específicas a cada profissional

#### 3.2.1. Técnico em Enfermagem – ESF:

Participar das atividades de atenção realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.). Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea. Realizar ações de educação em saúde a população adscrita, conforme planejamento da equipe. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS. Contribuir, participar e realizar atividades de educação permanente.

### 3.3. Atribuições Específicas para os Cargos de Nível Superior

#### 3.3.1. Enfermeiro - ESF:

Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade. Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, atividades em grupo e conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, solicitar exames complementares, prescrever medicações e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea. Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS em conjunto com os outros membros da equipe. Contribuir, participar, e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe. E, participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade Básica de Saúde.

#### 3.3.2. Fisioterapeuta - NASF

Desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vistas ao autocuidado. Desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento. Realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos. Acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF. Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos. Realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos. Capacitar, orientar e dar suporte às ações dos ACS. Realizar, em conjunto com as ESF, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares. Desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e ACS sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente às características específicas de cada indivíduo. Acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um de seus componentes. Acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário. Realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde. Realizar ações que facilitem a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.

#### 3.3.3. Médico - ESF:

Realizar atenção a saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade. Realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.). Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea. Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário. Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário. Contribuir, realizar e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe. E, participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

#### 3.3.4. Odontólogo - ESF

Desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vistas ao autocuidado. Desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento. Realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos. Acolher os usuários que requeiram

cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF. Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos. Realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos. Capacitar, orientar e dar suporte às ações dos ACS. Realizar, em conjunto com as ESF, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares. Desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e ACS sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente às características específicas de cada indivíduo. Acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um de seus componentes. Acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário;

XIII - realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde. Realizar ações que facilitem a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.

### 3.4. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

#### 3.4.1. Nível Médio

##### a) Técnico em Enfermagem - ESF

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL/REQUISITOS	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS
Portador do Diploma ou Certificado do curso técnico respectivo, expedido de acordo com a Legislação e registrado pelo órgão fiscalizador do exercício profissional, bem como registro do profissional no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	40h/semanais	R\$ 1.952,11	01

#### 3.4.2. Nível Superior

##### a) Enfermeiro - ESF

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL/REQUISITOS	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS
Portador de certificado de conclusão do curso superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	40hs/semanais	R\$ 4.438,40	01

##### b) Fisioterapeuta - NASF

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL/REQUISITOS	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS
Portador de certificado de conclusão do curso superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	30hs/semanais	R\$ 2.397,46	01

##### c) Médico - ESF

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL/REQUISITOS	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS
Portador de certificado de conclusão do curso superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	40hs/semanais	R\$ 14.460,19	01

##### d) Odontólogo - ESF

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL/REQUISITOS	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS
Portador de certificado de conclusão do curso superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	40hs/semanais	R\$ 5.712,21	01

3.5. O Regime Jurídico das contratações oriundas deste Processo Seletivo é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, tendo como base na Lei Complementar nº 060/2008 e suas alterações.

3.6. Para o cargo de Médico ESF a remuneração é acompanhada de gratificação conforme o Decreto nº 3.803/2016, de até R\$ 2.000,00.

3.7. A jornada de trabalho poderá ocorrer em qualquer unidade de Estratégia de Saúde da Família, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Schroeder.

3.8. A remuneração referente aos cargos deste edital, será acrescida de Auxílio Alimentação no valor total de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) por mês, frente à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo pago proporcionalmente à carga horária inferior.

### 4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

4.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, para contratação, aos seguintes requisitos:

- A nacionalidade brasileira;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

- 4.1.1. O Setor de Recursos Humanos do Município de Schroeder poderá solicitar demais documentos de acordo com o cargo pretendido.
- 4.2 Todos os requisitos especificados no item 3 deste Edital, deverão ser comprovados por meio da apresentação de documento original ou declaração, juntamente com fotocópia, sendo eliminado do Processo Seletivo aquele que não os apresentar, assim como aquele que for considerado inapto na inspeção médica oficial.

## 5. DAS INSCRIÇÕES:

- 5.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital, sendo isento de taxa de inscrição.
- 5.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Estas informações encontram-se disponíveis na página do Município de Schroeder, no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).
- 5.3. As inscrições serão realizadas de forma presencial na Secretaria Municipal de Saúde na Rua Paulo Janh nº 147, Centro – Schroeder, SC, entre os dias úteis de 22/01/2018 a 26/01/2018 no horário das 09h00min às 11h00min e 14h00min às 16h00min.
- 5.3.1 Em caso de ausência do candidato, a inscrição será feita somente mediante procuração.
- 5.4. No momento da inscrição, o candidato, munido de CPF e RG, receberá a Ficha de Inscrição, onde deverá preencher todos os campos com letra legível, onde após a conferência dos dados e efetivação da mesma, receberá o protocolo da Inscrição, que deverá ser apresentado no dia da realização da prova, juntamente com documento de identidade com foto.
- 5.5. Não serão aceitas inscrições por outros meios como: via fax, via correio eletrônico, SMS ou fora do período descrito neste edital.
- 5.6. Ao preencher a Ficha de Inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente, indicar nos campos apropriados, sendo vedadas alterações posteriores, sob pena de não ter a sua inscrição aceita no Processo Seletivo, o cargo para o qual deseja concorrer à vaga com base no item 2 deste Edital.
- 5.6.1. Não preenchimento de todos os campos da Ficha de inscrição, acarretará em indeferimento da mesma.
- 5.7. Não serão admitidas, em nenhuma hipótese, duas ou mais inscrições do mesmo candidato às vagas ofertadas neste Processo Seletivo.
- 5.7.1. Fichas de Inscrição com rasuras, letras e números ilegíveis, não preenchimento do cargo pretendido, ou campos em branco não serão aceitas no ato da inscrição.
- 5.7.2. Até três dias úteis após o encerramento das inscrições, será publicada no endereço eletrônico: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br), a relação nominal dos candidatos deferidos e indeferidos.
- 5.8. O candidato, ao efetivar sua inscrição, assume inteira responsabilidade pelas informações constantes na Ficha de Inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento.

## 6. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

- 6.1. As inscrições efetuadas de acordo com o disposto no item 5 deste edital serão homologadas pela Comissão Responsável pelo Processo Seletivo do Município de Schroeder, significando tal ato que o candidato está habilitado para participar do Processo Seletivo.
- 6.2. A relação dos candidatos com a inscrição homologada será divulgada na página do Processo Seletivo no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br), juntamente com a divulgação na página do Diário Oficial dos Municípios [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).
- 6.3. As informações referentes à data, horário de fechamento dos portões, tempo de duração da prova, assim como as orientações para realização da mesma, estarão disponíveis neste edital.
- 6.3.1. A divulgação do local de realização das provas será publicada no endereço eletrônico do Município de Schroeder, conforme o cronograma deste edital.
- 6.4. É obrigatória a apresentação, no dia de realização da prova, do protocolo da inscrição deste processo seletivo, acompanhado de documento de identificação original com fotografia, sendo vetada a realização da prova sem o protocolo.
- 6.5. É de responsabilidade do candidato a obtenção de informações referentes a todas as etapas do Processo Seletivo.
- 6.6. O candidato não poderá alegar desconhecimento do local da prova e do horário de início da mesma como justificativa de sua ausência.

## 7. DA PROVA OBJETIVA:

- 7.1. A prova objetiva será composta de questões do tipo múltipla escolha, onde cada questão conterà 5 (cinco) opções de resposta, sendo somente uma correta.
- 7.2. Serão automaticamente eliminados do certame os candidatos que não obtiverem o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento na prova objetiva, considerado o somatório de todas as disciplinas.
- 7.3. A quantidade de questões por disciplina, o valor de cada questão por disciplina e o total de pontos estão descritos no Anexo I deste Edital.
- 7.4. Os conteúdos programáticos estão disponíveis no Anexo II deste Edital.

## 8. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

- 8.1. A prova objetiva será realizada no dia 18/02/2018, no Município de Schroeder, SC, em local a ser divulgado de acordo com o cronograma deste Edital, sendo este disponível no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)
- 8.2. As provas iniciarão às 8h30min, com fechamento dos portões às 08h20min (horário de Brasília) e com duração de 3 horas;
- 8.2.1. Não haverá tolerância no horário de fechamento dos portões e início das provas.
- 8.2.2. O Município de Schroeder poderá utilizar sala(s) extra(s) nos locais de aplicação das provas, alocando ou remanejando candidatos para esta(s) conforme as necessidades.
- 8.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar as provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para o fechamento dos portões e início das mesmas, munido de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta e de documento oficial e original de identidade com foto juntamente com o Protocolo de Inscrição, devendo este ser apresentado ao fiscal de sala, conferido pelo mesmo e imediatamente devolvido ao candidato.
- 8.3.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; e carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).



8.3.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade.

8.3.3. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticados.

8.4. Os documentos deverão estar em boas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato e de sua assinatura.

8.4.1. O candidato será submetido à identificação especial caso seu documento oficial de identidade apresente dúvidas quanto à fisionomia ou assinatura.

8.4.2. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto e o protocolo de inscrição para que o candidato possa realizar a prova. Caso contrário, será desclassificado do Processo Seletivo.

8.4.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento oficial de identidade, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que comprove o registro do fato em órgão policial, expedido no máximo há 30 (trinta) dias, sendo o candidato submetido à identificação especial.

8.5. É vedado ao candidato prestar as provas fora do local, data e horário pré-determinados pela organização do Processo Seletivo.

8.6. Não será admitido o ingresso de candidatos no local de realização das provas após o fechamento dos portões, que ocorrerá às 08h20min (horário de Brasília) no período matutino, do dia 11/02/2018.

8.7. Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive consulta a livros, a legislação simples e comentada ou anotada, a súmulas, a livros doutrinários e a manuais.

8.8. Não será permitido, durante a realização da prova, o uso de celulares, Pager, calculadoras, smartphones, bem como quaisquer equipamentos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados e informações. Caso o candidato leve consigo esses tipos de aparelhos no dia da realização do certame, os mesmos deverão ser desligados e somente poderão ser religados após o candidato estar fora do prédio em que estão sendo aplicadas as provas, sob pena de ser desclassificado do processo seletivo, caso tente usar algum equipamento durante o período da prova.

8.9. Não será permitido ao candidato fumar durante o período de realização de sua prova.

8.10. Não haverá segunda chamada para as provas, independentemente do motivo alegado.

8.11. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento do candidato da sala onde estão sendo aplicadas as provas.

8.12. No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação destas.

8.13. Em caso de mulheres que estão amamentando, a mesma dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários, não tendo a candidata, no momento da amamentação, a companhia do acompanhante; além de não ser dado qualquer tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado com a amamentação. A não presença de um acompanhante para permanecer com o bebê durante a realização da prova, impossibilitará a candidata de realizá-la. O bebê não ficará com o acompanhante na mesma sala que a candidata realizará a prova.

8.14. Da prova objetiva:

8.14.1. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da folha de respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de questões. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

8.14.1.2 É de inteira responsabilidade do candidato a leitura das instruções contidas no caderno de questões.

8.14.2. Será atribuída pontuação zero à questão da prova objetiva que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.

8.15. Por motivo de segurança, os procedimentos a seguir serão adotados:

a) Após ser identificado, nenhum candidato poderá retirar-se da sala ou local de prova sem autorização e acompanhamento da fiscalização;  
b) O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas após 30 (trinta) minutos do início da mesma;  
c) Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o caderno de questões e a folha de respostas devidamente assinada;

d) O candidato poderá realizar a marcação de suas respostas no verso do Protocolo de Inscrição;

e) Se o candidato desejar interpor recurso contra alguma das questões, deverá dirigir-se a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Schroeder conforme cronograma deste edital, ficando à disposição, apenas para consulta do candidato, uma via (em branco) do caderno de provas, referente ao cargo pretendido;

f) Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova, e somente poderão sair juntos do recinto, após assinatura da ata de finalização de aplicação de prova;

8.16. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova:

a) Usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;  
b) For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova;  
c) Utilizar-se de máquinas de calcular ou equipamentos similares, livros, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, telefone celular, gravador, receptor, Pager, tablet e qualquer outro equipamento eletrônico ou que se comunicar com outro candidato;  
d) Faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, as autoridades presentes ou candidatos;  
e) Afastar-se da sala ou do local de prova, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;  
f) Ausentar-se da sala da prova, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou caderno de questões, celulares ou quaisquer equipamentos eletrônicos;  
g) Descumprir as instruções contidas no caderno de prova;  
h) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

## 9. DOS RECURSOS:

9.1. No caso do recurso contra a não homologação da inscrição admitir-se-á um único recurso, para cada candidato, desde que devidamente fundamentado.

9.2. No caso do recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva admitir-se-á, para cada candidato, um único recurso por questão, relativamente ao gabarito, à formulação ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado.

9.2.1. Após a análise e julgamento dos recursos interpostos, a Comissão Organizadora poderá efetuar alterações ou anular questões do

gabarito preliminar.

9.2.2. Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não obtiveram os pontos na correção inicial.

9.2.3. Após o julgamento dos recursos, na hipótese de alteração do gabarito de alguma questão, a Prova Objetiva será recorrigida com o novo gabarito da questão.

9.3. Os recursos poderão ser apresentados na Secretaria Municipal de Saúde no horário das 9h as 11h e das 14h as 16h, por meio de requerimento, em período informado no cronograma existente no Edital.

9.4. Não será analisado o pedido de recurso apresentado fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada neste Edital.

9.5. O resultado dos recursos, assim como as alterações de gabaritos das provas objetivas e as alterações das notas preliminares das provas objetivas, que vierem a ocorrer após julgamento dos recursos, estarão à disposição dos candidatos na página do Processo Seletivo no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) em período informado no cronograma existente no Edital.

9.5.1. As notas obtidas por intermédio do julgamento do recurso impetrado contra o resultado preliminar das provas objetivas poderão permanecer inalteradas, sofrer acréscimos ou até mesmo reduções, em relação à nota divulgada preliminarmente.

9.6. A decisão final da Comissão Organizadora será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

#### 10. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO:

10.1. A nota final do candidato será a soma simples da pontuação dos Conhecimentos Específicos e Conhecimentos Gerais.

10.2. Os candidatos considerados classificados serão ordenados e classificados por cargo, conforme a opção escolhida, segundo a ordem decrescente da nota final.

10.3. Em caso de empate na nota final do Processo Seletivo terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

b) Obter a maior nota na prova de conhecimentos Específicos;

c) Obter maior nota na prova de conhecimentos Gerais;

10.3.1. Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

#### 11. DA CHAMADA DOS CANDIDATOS E EXERCÍCIO:

11.1. O resultado final do Processo Seletivo e a homologação do mesmo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no endereço eletrônico do Município de Schroeder [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

11.2. Os candidatos serão convocados em observância a ordem da classificação.

11.3. O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinados, perderá o direito de preenchimento da vaga.

11.4. O candidato convocado para contratação deverá se apresentar perante o Setor de Recursos Humanos do Município de Schroeder, no prazo máximo de dois dias úteis, sob a pena da perda do direito ao preenchimento da vaga.

11.5. O candidato que não comparecer na data agendada pela Administração Pública para a realização do exame médico admissional, decairá do direito ao preenchimento da vaga.

11.6. O candidato considerado inapto na inspeção médica oficial estará impedido de ser contratado.

11.7. Quando da apresentação da documentação, todos os pré-requisitos deverão estar atendidos, conforme estabelecido nos itens 3 e 4 deste Edital.

#### 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. A contratação dos candidatos classificados dar-se-á frente às necessidades de contratação mediante substituição, durante a vigência do referido Processo Seletivo.

12.2. O candidato poderá obter informações e orientações sobre o Processo Seletivo tais como editais, processo de inscrição, local de prova, gabaritos, resultados das provas, resultados dos recursos, cronograma, convocações, resultados das etapas e resultado final na página do processo seletivo no endereço eletrônico: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

12.3. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

12.4. Será considerada a legislação atualizada até a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos até esta data na avaliação da prova objetiva.

12.5. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final.

12.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo designada pela Portaria n.º 7.267/2017 do Município de Schroeder.

12.7. Após a contratação, o servidor ficará lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº. 060/2008 e alterações posteriores.

12.8. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente edital e das instruções específicas para cada cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

Schroeder (SC), 15 de dezembro de 2017

Orlando Tecilla  
Secretário Municipal da Saúde

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ANEXO I – QUADRO DE PROVAS



## ATIVIDADES DO NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

PROVA OBJETIVA			
Área		Quantidade de Questões	Valor Por Questão
Conhecimentos Específicos	Questões específicas para a área de atuação	10	0,6
Conhecimentos Gerais	Português	3	0,4
	Matemática	3	0,4
	Conhecimentos Regionais e Atualidades	4	0,4

## Importante:

Os candidatos deverão obter no mínimo 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento no somatório total da prova objetiva.

## ANEXO II – CONTEUDOS PROGRAMÁTICOS

## 1. LÍNGUA PORTUGUESA

1.1 – Para os cargos do ensino médio e superior: Interpretação de textos. Ortografia oficial. Divisão silábica. Acentuação gráfica e crase. Flexão do substantivo e adjetivo (gênero e número). Emprego das classes de palavras. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Sintaxe da oração e do período. Redação de correspondências oficiais.

## 2. MATEMÁTICA

2.1 – Para os cargos do ensino médio e superior: Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Conjuntos. Sistema legal de unidades de medida no Brasil. Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas. Regra de três simples e composta. Porcentagem e juros simples. Equação de 1º e 2º graus. Sistema de equações. Relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo.

## 3. CONHECIMENTOS REGIONAIS E ATUALIDADES

3.1 Para os cargos do ensino médio e superior: Brasil contemporâneo. História de Santa Catarina. História de Schroeder. Organização política e atualidades de Schroeder, de Santa Catarina, do Brasil e do mundo. Aspectos geográficos de Schroeder: hidrografia, relevo, população, clima, vegetação, limites geográficos, economia, e símbolos municipais. Questões atuais discutidos em veículos de comunicação: televisão, rádio e jornal.

## 4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

## 4.1 Técnico em Enfermagem - ESF

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como do local de trabalho; conhecer Ética e legislação em enfermagem. Regulamentação do exercício profissional. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Técnicas básicas de enfermagem. Noções de rotinas administrativas ambulatoriais. Biossegurança. Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração). Enfermagem médico-cirúrgica: Limpeza, desinfecção e esterilização de material. Assistência de urgência e emergência ambulatorial. Enfermagem materno-infantil, enfermagem em Saúde Pública, vigilância epidemiológica. e Sanitária. Enfermagem do adolescente, do adulto, e do idoso. Noções de administração aplicada ao Técnico de enfermagem. Imunizações. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo. Noções de saúde pública, Política Nacional da Atenção Básica 2017.

## 4.2 Enfermeiro – ESF

Regulamentação da profissão e Código de Ética. Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde. Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família. Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação □ rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas. Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva. Administração de medicação. Esterilização de material. Consulta de enfermagem. Procedimentos de enfermagem. Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas. Assistência integral à Saúde do Adolescente. Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino. Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônicas Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso. Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias. Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental. Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia. Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis □ DST. AIDS. Epidemiologia: Indicadores de saúde. Legislação. Patologias. Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação. Educação em Saúde. Legislação do SUS e saúde em geral. Política Nacional da Atenção Básica 2017.

## 4.3 Fisioterapeuta - NASF

Desenvolvimento motor normal e patológico até o 2º Ano de vida da criança. Revisão anatômica e fisiológica do Sistema Nervoso Central, Sistema respiratório, sistema ósseo e sistema muscular. Tratamento fisioterápico nas deficiências acima comentadas. Biomecânica Básica dos sistemas acima citados. Fisioterapia aplicada à geriatria. Fisioterapia Traumatológica-Ortopédica e Desportiva (lesões mais comuns nos esportes e tratamento). Fisioterapia do Exercício. Saúde do Trabalhador. Saúde do Idoso. Processo Saúde-Doença. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Legislação do SUS e saúde em geral. Política Nacional da Atenção Básica 2017. Diretrizes operacionais do pacto pela

## Saúde. Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família.

## 4.4 Médico - ESF

Política Nacional da Atenção Básica 2017. Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial sistêmica, doença coronariana, insuficiência cardíaca, arritmias cardíacas, doenças venosas e arteriais periféricas; Doenças pulmonares: asma brônquica, pneumonias; tuberculose, doenças pulmonares crônicas de natureza obstrutiva e restritiva; Doenças gastroenterológicas: esofagite, gastrite, duodenite, úlcera péptica, síndromes diarreicas, hepatite, pancreatite, litíase biliar, parasitoses intestinais; Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, síndrome nefrótica, síndrome nefrítica aguda, infecção urinária, nefrolitíase; Doenças endócrinas: diabetes melito, doenças da tireóide, insuficiência adrenal, dislipidemias, obesidade, síndrome metabólica; Doenças do sistema nervoso: infarto e hematoma cerebral, meningites e meningoencefalites, neurocisticercose, epilepsia, cefaléia, coma, vertigem; Doenças psiquiátricas: transtornos do humor, transtornos de pânico e agorafobia, transtorno obsessivo-compulsivo, esquizofrenia; Doenças da pele: infecções cutâneas, eczemas, micoses superficiais, dermatovirose, dermatozoonoses, dermatoses pré-cancerosas e neoplasias malignas; Doenças do sangue: anemias, plaquetopenias, trombocitose, leucemias, leucopenia e agranulocitose, anticoagulação; Doenças infecciosas: doenças sexualmente transmissíveis, toxoplasmose, leptospirose, tétano, dengue, equinostomose mansônica, malária; Doenças reumatológicas: artrites infecciosas, artrite gotosa, artrite reumatóide, doenças do tecido conjuntivo, fibromialgia, osteoporose; Alergia e imunologia: rinite, urticária, alergias alimentares, dermatite atópica, anafilaxia.

## 4.6 Odontólogo - ESF

Conhecimentos específicos - Odontologia Social e Preventiva: Educação em saúde bucal. Epidemiologia aplicada à odontologia. Níveis de prevenção. Métodos preventivos (Flúor, Selantes). Prevenção das doenças bucais. Anatomia: Anatomia dental e análise funcional. Anatomia e aplicação clínica. Sistema dental. Anestesia: Farmacologia dos anestésicos locais. Anestésicos locais e controle da dor. Complicações das anestésias locais. Técnicas anestésicas em odontologia. Substância anestésica. Toxicologia. Cirurgia: Princípios da cirurgia. Técnica exodônticas. Acidentes e complicações exodônticas. Técnicas cirúrgicas. Instrumental. Medicação pré e pós-operatório. Dentística restauradora: Cárie dentária. Princípios de preparo cavitário. Materiais protetores do complexo dentina polpa. Restaurações de resina em dentes anteriores e posteriores. Adesivos. Amálgama. Cimento ionômero de vidro. Tratamento Restaurador Atraumático (ART). Tratamentos preventivos. Técnicas restauradoras minimamente invasivas. Isolamento absoluto. Radiologia oral. Endodontia: Considerações iniciais. Topografia da cavidade pulpar. Alterações patológicas no periápice. Tratamento conservador da polpa dental. Abertura coronária. Obturação do canal radicular. Apeificação. Reabsorção dentária. Farmacologia e Terapêutica Aplicada à Odontologia: Antibióticos. Analgésicos. Atipiréticos. Antiinflamatórios. Hemostáticos. Drogas Ansiolíticas. Relaxantes musculares de ação central. Vitaminas. Tratamento de paciente grávidas, diabéticos. Problemas cardiovasculares, doenças gastrointestinais e doenças do sangue. Endocardite bacteriana. Odontopediatria: Procedimentos preventivos e restauradores. Prevenção da cárie dentária na criança e no adolescente. Traumatismo na dentição decídua. Tratamento pulpar em dentes decíduos. Restaurações em dentes decíduos. Anatomia dos dentes decíduos. Fluorose dental. Selantes. Técnicas anestésicas em crianças. Técnicas de RX em crianças. Farmacologia para crianças. Patologia Bucal: Distúrbios do desenvolvimento e do crescimento. Doenças de origem microbiana. Distúrbios do metabolismo. Doenças do sistema específico. Anomalias dentárias. Patologia das glândulas salivares. Tumores de tecidos moles. Periodontia: Anatomia periodontal. Classificação das doenças periodontais. Placa e cálculo dental. Doença periodontal necrosante. Raspagem e alisamento radicular. Gingivite. Periodontite. Doenças infecciosas. Materiais dentários: Materiais de moldagem, gessos, ligas para amálgama. Composição das resinas. Ética odontológica: Código de ética odontológica. Processo Saúde-Doença; Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Legislação do SUS e saúde em geral. Política Nacional da Atenção Básica 2017. Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde; Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família.

## ANEXO III – CRONOGRAMA

ETAPA	DATAS
Publicação do Edital	15/12/2017
Período de inscrição para todos os candidatos	22/01/2018 a 26/01/2018
Publicação da relação das inscrições homologadas e divulgação dos locais para realização das provas objetivas.	31/01/2018
Prazo para recurso quanto à homologação das inscrições	05/02/2018
Prova Objetiva	11/02/2018
Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva	12/02/2018
Recebimento de recurso contra gabarito preliminar	14/02/2018
Publicação do gabarito oficial e Homologação do Resultado Final	21/02/2018

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017 – SMS/PMS**

Publicação Nº 1455926

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017 – SMS/PMS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER, SC.

O Exmo. OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Schroeder, consubstanciada na Lei Municipal nº. 2.217/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, divulga a realização do processo seletivo destinado ao provimento de cargos na Secretaria Municipal de Saúde, mediante as condições estabelecidas neste edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

- 1.1. O Processo Seletivo, objeto deste edital, destina-se ao provimento de vagas para os cargos de atuação na área da Saúde com a finalidade de contratação temporária.
- 1.2. Os candidatos trabalharão em regime de substituição (Admissão Caráter Temporário – ACT) e por prazo determinado, conforme Lei Municipal Nº 1.690, de 28.10.2008 e pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.
- 1.3. O contrato poderá ser de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.
- 1.4. O processo seletivo será regido por este edital e executado pela Secretaria Municipal de Saúde, sob a supervisão da Comissão de Processo Seletivo instituída pela Portaria n.º 7.267/2017 do Município de Schroeder.

**2. DAS VAGAS**

- 2.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas para o cargo de:
  - 2.1.1. Auxiliar de Serviços gerais
  - 2.1.2. Assistente Social
  - 2.1.3. Fonoaudiólogo
  - 2.1.4. Técnico em Enfermagem
- 2.2. O processo Seletivo de que trata este edital compreenderá em Prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

**3. DOS CARGOS:****3.1. Atribuições Específicas para o cargo de Nível Fundamental:****3.1.1. Auxiliar de Serviços Gerais I:**

Executar tarefas em diversas dependências da municipalidade, realizando limpeza, higienização e conservação de áreas públicas em geral, em ambientes externos e internos, bem como em bens móveis e imóveis, comunicando ao superior imediato quanto às manutenções necessárias. Atender imediatamente solicitação de seu superior e/ou outros profissionais; Utilizar materiais de limpeza de forma apropriada, otimizando-os. Realizar a conferência, controle de material de consumo e alimentos, e realizar pedidos conforme a necessidade. Executar serviços de copa/cozinha, desde o processo de recebimento até a distribuição de alimentos nos diversos setores da municipalidade. Participar de reuniões/eventos quando solicitado. Executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo e/ou determinadas. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

**3.2 Atribuições Específicas para o cargo de Nível Médio****3.2.1. Técnico em Enfermagem:**

Realizar curativos, verificar sinais vitais e avaliação antropométrica; Administrar medicamentos conforme prescrição médica, observando horários e posologia; Realizar exame de eletrocardiograma conforme orientação médica ou do enfermeiro (a); Auxiliar o médico e o enfermeiro (a) no atendimento de urgência e emergência; Realizar o acolhimento dos pacientes e direcioná-los dentro da unidade conforme sua necessidade; Auxiliar em procedimentos médicos ou de enfermagem; Auxiliar nas campanhas de vacinas conforme orientação do enfermeiro (a) ou vacinadores; Deverá auxiliar na sala de vacinas na presença do vacinador ou do enfermeiro (a) responsável pela unidade; Quando for capacitado para vacinar o mesmo deverá assumir a sala de vacinas conforme a necessidade da unidade; Substituir colegas de trabalho conforme necessário, mesmo sendo em outra unidade de saúde; Preparar pacientes para consultas médicas e exames; Participar das reuniões e treinamentos necessários para desenvolvimento técnico-científico da Unidade; Acompanhar o paciente em transferência de ambulância conforme orientação do enfermeiro (a) ou médico; Esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos; Zelar e manter a ordem, limpeza e cuidado com os materiais da instituição, bem como o estoque necessário para o bom funcionamento deste e dos procedimentos de enfermagem; Realizar solicitação de materiais e equipamentos à Secretaria de Saúde, através do(a) Enfermeiro(a); Obedecer ao Código de Ética de Enfermagem e Normas Institucionais; Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

**3.3 Atribuições Específicas para os Cargos de Nível Superior****3.3.1 Assistente Social**

Prestar serviços pertinentes às Políticas Públicas, na busca de garantia de direitos aos usuários, assim como: Acolhida, atendimento, escuta qualificada, acompanhamento e oferta de informações, orientações, busca ativa, encaminhamentos, plano de acompanhamento individual e/ou familiar, visitas domiciliares, mediação de grupos, desenvolvimento de atividades socioeducativas, registro de informações das ações realizadas, trabalhar em equipe interdisciplinar e multidisciplinar, efetuar atividades de planejamento, participar de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos; Utilização de instrumentos e técnicas próprias do serviço social; Participar de Conselhos de Direitos e/ou Políticas Públicas quando solicitado; Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

**3.3.2. Fonoaudiólogo:**

Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Tratar de pacientes; efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis; desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; exercer atividades administrativas, de ensino e pesquisa; administrar recursos humanos, materiais e financeiros.

**3.4. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.****3.4.1. Nível Fundamental**

## a) Auxiliar de Serviços Gerais

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL/REQUISITOS	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS
Ensino Fundamental incompleto, com no mínimo 5º ano concluído (antiga 4ª série)	40 h/semanais	R\$ 1.106,26	01

## 3.4.2. Nível Médio

## a) Técnico em Enfermagem

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL/REQUISITOS	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS
Ensino Médio, com Formação Técnica em Enfermagem; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira nacional de habilitação na categoria B ou superior.	40 h/semanais	R\$ 1.952,11	01

## 3.4.3. Nível Superior

## a) Assistente Social

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL/REQUISITOS	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS
Curso Superior em Serviço Social; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.	30 h/semanais	R\$ 3.071,03	01

## b) Fonoaudiólogo

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL/REQUISITOS	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS
Curso Superior em Fonoaudiologia; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.	30 h/semanais	R\$ 3.198,78	01

3.5. O Regime Jurídico das contratações oriundas deste Processo Seletivo é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, tendo como base na Lei Complementar nº 04/1998 e suas alterações.

3.6. A jornada de trabalho poderá ocorrer em qualquer unidade de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Schroeder.

3.7. A remuneração referente aos cargos deste edital, será acrescida de Auxílio Alimentação no valor total de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) por mês, frente à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo pago proporcionalmente à carga horária inferior.

## 4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

4.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, para contratação, aos seguintes requisitos:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido;
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

4.1.1. O Setor de Recursos Humanos do Município de Schroeder poderá solicitar demais documentos de acordo com o cargo pretendido.

4.2 Todos os requisitos especificados no item 3 deste Edital, deverão ser comprovados por meio da apresentação de documento original ou declaração, juntamente com fotocópia, sendo eliminado do Processo Seletivo aquele que não os apresentar, assim como aquele que for considerado inapto na inspeção médica oficial.

## 5. DAS INSCRIÇÕES:

5.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital, sendo isento de taxa de inscrição.

5.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Estas informações encontram-se disponíveis na página do Município de Schroeder, no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

5.3. As inscrições serão realizadas de forma presencial na Secretaria Municipal de Saúde na Rua Paulo Janh nº 147, Centro – Schroeder, SC, entre os dias úteis de 22/01/2017 a 26/01/2017 no horário das 09h às 11h e 14h às 16h.

5.3.1 Em caso de ausência do candidato, a inscrição será feita somente mediante procuração.

5.4. No momento da inscrição, o candidato, munido de CPF e RG, receberá a Ficha de Inscrição, onde deverá preencher todos os campos com letra legível, onde após a conferência dos dados e efetivação da mesma, receberá o protocolo da Inscrição, que deverá ser apresentado no dia da realização da prova, juntamente com documento de identidade com foto.

5.5. Não serão aceitas inscrições por outros meios como: via fax, via correio eletrônico, SMS ou fora do período descrito neste edital.



5.6. Ao preencher a Ficha de Inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente, indicar nos campos apropriados, sendo vedadas alterações posteriores, sob pena de não ter a sua inscrição aceita no Processo Seletivo, o cargo para o qual deseja concorrer à vaga com base no item 2 deste Edital.

5.6.1. Não preenchimento de todos os campos da Ficha de inscrição, acarretará em indeferimento da mesma.

5.7. Não serão admitidas, em nenhuma hipótese, duas ou mais inscrições do mesmo candidato às vagas ofertadas neste Processo Seletivo.

5.7.1. Fichas de Inscrição com rasuras, letras e números ilegíveis, não preenchimento do cargo pretendido, ou campos em branco não serão aceitas no ato da inscrição.

5.7.2. Até três dias úteis após o encerramento das inscrições, será publicada no endereço eletrônico: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br), a relação nominal dos candidatos deferidos e indeferidos.

5.8. O candidato, ao efetivar sua inscrição, assume inteira responsabilidade pelas informações constantes na Ficha de Inscrição, sob as penas da Lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento.

#### 6. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

6.1. As inscrições efetuadas de acordo com o disposto no item 5 deste edital serão homologadas pela Comissão Responsável pelo Processo Seletivo do Município de Schroeder, significando tal ato que o candidato está habilitado para participar do Processo Seletivo.

6.2. A relação dos candidatos com a inscrição homologada será divulgada na página do Processo Seletivo no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br), juntamente com a divulgação na página do Diário Oficial dos Municípios: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

6.3. As informações referentes a data, horário de fechamento dos portões, tempo de duração da prova, assim como as orientações para realização da mesma, estarão disponíveis neste edital.

6.3.1 A divulgação do local de realização das provas será publicada no endereço eletrônico do Município de Schroeder, conforme o cronograma deste edital.

6.4. É obrigatória a apresentação, no dia de realização da prova, do protocolo da inscrição deste processo seletivo, acompanhado de documento de identificação original com fotografia, sendo vetada a realização da prova sem o protocolo.

6.5. É de responsabilidade do candidato a obtenção de informações referente a todas as etapas do Processo Seletivo.

6.6. O candidato não poderá alegar desconhecimento do local da prova e do horário de início da mesma como justificativa de sua ausência.

#### 7. DA PROVA OBJETIVA:

7.1. A prova objetiva será composta de questões do tipo múltipla escolha, onde cada questão conterá 5 (cinco) opções de resposta, sendo somente uma correta.

7.2. Serão automaticamente eliminados do certame os candidatos que não obtiverem o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento na prova objetiva, considerado o somatório de todas as disciplinas.

7.3. A quantidade de questões por disciplina, o valor de cada questão por disciplina e o total de pontos estão descritos no Anexo I deste Edital.

7.4. Os conteúdos programáticos estão disponíveis no Anexo II deste Edital.

#### 8. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

8.1. A prova objetiva será realizada no dia 18/02/2018, no Município de Schroeder, SC, em local a ser divulgado de acordo com o cronograma deste Edital, sendo este disponível no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

8.2. As provas iniciarão às 8h30min, com fechamento dos portões às 08h20min (horário de Brasília) e com duração de 3 horas.

8.2.1. Não haverá tolerância no horário de fechamento dos portões e início das provas.

8.2.2. O Município de Schroeder poderá utilizar sala(s) extra(s) nos locais de aplicação das provas, alocando ou remanejando candidatos para esta(s) conforme as necessidades.

8.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar as provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para o fechamento dos portões e início das mesmas, munido de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta e de documento oficial e original de identidade com foto juntamente com o Protocolo de Inscrição, devendo este ser apresentado ao fiscal de sala, conferido pelo mesmo e imediatamente devolvido ao candidato.

8.3.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; e carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

8.3.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade.

8.3.3. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticados.

8.4. Os documentos deverão estar em boas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato e de sua assinatura.

8.4.1. O candidato será submetido à identificação especial caso seu documento oficial de identidade apresente dúvidas quanto à fisionomia ou assinatura.

8.4.2. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto e o protocolo de inscrição para que o candidato possa realizar a prova. Caso contrário, será desclassificado do Processo Seletivo.

8.4.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento oficial de identidade, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que comprove o registro do fato em órgão policial, expedido no máximo há 30 (trinta) dias, sendo o candidato submetido à identificação especial.

8.5. É vedado ao candidato prestar as provas fora do local, data e horário pré-determinados pela organização do Processo Seletivo.

8.6. Não será admitido o ingresso de candidatos no local de realização das provas após o fechamento dos portões, que ocorrerá às 08h20min (horário de Brasília) no período matutino, do dia 18/02/2018.

8.7. Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive consulta a livros, a legislação simples e comentada ou anotada, a súmulas, a livros doutrinários e a manuais.

8.8. Não será permitido, durante a realização da prova, o uso de celulares, Pager, calculadoras, smartphones, bem como quaisquer equipamentos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados e informações. Caso o candidato leve consigo esses tipos de aparelhos no dia da realização do certame, os mesmos deverão ser desligados e somente poderão ser religados após o candidato estar fora do prédio em que estão sendo aplicadas as provas, sob pena de ser desclassificado do processo seletivo, caso tente usar algum equipamento durante o período da prova.

8.9. Não será permitido ao candidato fumar durante o período de realização de sua prova.

8.10. Não haverá segunda chamada para as provas, independentemente do motivo alegado.

8.11. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento do candidato da sala onde estão sendo aplicadas as provas.

8.12. No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação destas.

8.13. Em caso de mulheres que estão amamentando, a mesma dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários, não tendo a candidata, no momento da amamentação, a companhia do acompanhante; além de não ser dado qualquer tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado com a amamentação. A não presença de um acompanhante para permanecer com o bebê durante a realização da prova, impossibilitará a candidata de realiza-la. O bebê não ficará com o acompanhante na mesma sala que a candidata realizará a prova.

8.14. Da prova objetiva:

8.14.1. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da folha de respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de questões. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

8.14.1.2 É de inteira responsabilidade do candidato a leitura das instruções contidas no caderno de questões.

8.14.2. Será atribuída pontuação zero à questão da prova objetiva que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.

8.15. Por motivo de segurança, os procedimentos a seguir serão adotados:

a) Após ser identificado, nenhum candidato poderá retirar-se da sala ou local de prova sem autorização e acompanhamento da fiscalização;

b) O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas após 30 (trinta) minutos do início da mesma;

c) Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o caderno de questões e a folha de respostas devidamente assinada;

d) O candidato poderá realizar a marcação de suas respostas no verso do Protocolo de Inscrição;

e) Se o candidato desejar interpor recurso contra alguma das questões, deverá dirigir-se a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Schroeder conforme cronograma deste edital, ficando à disposição, apenas para consulta do candidato, uma via (em branco) do caderno de provas, referente ao cargo pretendido;

f) Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova, e somente poderão sair juntos do recinto, após assinatura da ata de finalização de aplicação de prova;

8.16. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova:

a) Usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;

b) For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova;

c) Utilizar-se de máquinas de calcular ou equipamentos similares, livros, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, telefone celular, gravador, receptor, Pager, tablet e qualquer outro equipamento eletrônico ou que se comunicar com outro candidato;

d) Faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, as autoridades presentes ou candidatos;

e) Afastar-se da sala ou do local de prova, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

f) Ausentar-se da sala da prova, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou caderno de questões, celulares ou quaisquer equipamentos eletrônicos;

g) Descumprir as instruções contidas no caderno de prova;

h) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

## 9. DOS RECURSOS:

9.1. No caso do recurso contra a não homologação da inscrição admitir-se-á um único recurso, para cada candidato, desde que devidamente fundamentado.

9.2. No caso do recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva admitir-se-á, para cada candidato, um único recurso por questão, relativamente ao gabarito, à formulação ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado.

9.2.1. Após a análise e julgamento dos recursos interpostos, a Comissão Organizadora poderá efetuar alterações ou anular questões do gabarito preliminar.

9.2.2. Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não obtiveram os pontos na correção inicial.

9.2.3. Após o julgamento dos recursos, na hipótese de alteração do gabarito de alguma questão, a Prova Objetiva será recorrigida com o novo gabarito da questão.

9.3. Os recursos poderão ser apresentados na Secretaria Municipal de Saúde no horário das 9h as 11h e das 14h as 16h, por meio de requerimento, em período informado no cronograma existente no Edital.

9.4. Não será analisado o pedido de recurso apresentado fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada neste Edital.

9.5. O resultado dos recursos, assim como as alterações de gabaritos das provas objetivas e as alterações das notas preliminares das provas objetivas, que vierem a ocorrer após julgamento dos recursos, estarão à disposição dos candidatos na página do Processo Seletivo no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) em período informado no cronograma existente no Edital.

9.5.1. As notas obtidas por intermédio do julgamento do recurso impetrado contra o resultado preliminar das provas objetivas poderão permanecer inalteradas, sofrer acréscimos ou até mesmo reduções, em relação à nota divulgada preliminarmente.

9.6. A decisão final da Comissão Organizadora será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 10. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO:

10.1. A nota final do candidato será a soma simples da pontuação dos Conhecimentos Específicos e Conhecimentos Gerais.



10.2. Os candidatos considerados classificados serão ordenados e classificados por cargo, conforme a opção escolhida, segundo a ordem decrescente da nota final.

10.3. Em caso de empate na nota final do Processo Seletivo terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

b) Obter a maior nota na prova de conhecimentos Específicos;

c) Obter a maior nota na prova de conhecimentos Gerais;

10.3.1. Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

#### 11. DA CHAMADA DOS CANDIDATOS E EXERCÍCIO:

11.1. O resultado final do Processo Seletivo e a homologação do mesmo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no endereço eletrônico do Município de Schroeder [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

11.2. Os candidatos serão convocados em observância a ordem da classificação.

11.3. O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinados, perderá o direito de preenchimento da vaga.

11.4. O candidato convocado para contratação deverá se apresentar perante o Setor de Recursos Humanos do Município de Schroeder, no prazo máximo de dois dias úteis, sob a pena da perda do direito ao preenchimento da vaga.

11.5. O candidato que não comparecer na data agendada pela Administração Pública para a realização do exame médico admissional, decairá do direito ao preenchimento da vaga.

11.6. O candidato considerado inapto na inspeção médica oficial estará impedido de ser contratado.

11.7. Quando da apresentação da documentação, todos os pré-requisitos deverão estar atendidos, conforme estabelecido nos itens 3 e 4 deste Edital.

#### 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. A contratação dos candidatos classificados dar-se-á frente às necessidades de contratação mediante substituição, durante a vigência do referido Processo Seletivo.

12.2. O candidato poderá obter informações e orientações sobre o Processo Seletivo tais como: editais, processo de inscrição, local de prova, gabaritos, resultados das provas, resultados dos recursos, cronograma, convocações, resultados das etapas e resultado final na página do processo seletivo no endereço eletrônico: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

12.3. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

12.4. Será considerada a legislação atualizada até a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos até esta data na avaliação na prova objetiva.

12.5. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final.

12.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo designada pela Portaria n.º 7.267/2017 do Município de Schroeder.

12.7. Após a contratação, o servidor ficará lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº. 004/1998 e alterações posteriores.

12.8. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente edital e das instruções específicas para cada cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

Schroeder (SC), 15 de Dezembro de 2017

Orlando Tecilla  
Secretário Municipal da Saúde

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
ANEXO I – QUADRO DE PROVAS

#### ATIVIDADES DO NÍVEL FUNDAMENTAL

PROVA OBJETIVA			
Área		Quantidade de Questões	Valor Por Questão
Conhecimentos Gerais	Português	7	0,5
	Matemática	7	0,5
	Conhecimentos Regionais e Atualidades	6	0,5

#### ATIVIDADES DO NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

PROVA OBJETIVA			
Área		Quantidade de Questões	Valor Por Questão
Conhecimentos Específicos	Questões específicas para a área de atuação	10	0,6

Conhecimentos Gerais	Português	3	0,4
	Matemática	3	0,4
	Conhecimentos Regionais e Atualidades	4	0,4

**Importante:**

Os candidatos deverão obter no mínimo 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento no somatório total da prova objetiva.

**ANEXO II – CONTEUDOS PROGRAMÁTICOS****1. LÍNGUA PORTUGUESA**

1.1 – Para os cargos do ensino Fundamental, Médio e Superior: Interpretação de textos. Ortografia oficial. Divisão silábica. Acentuação gráfica e crase. Flexão do substantivo e adjetivo (gênero e número). Emprego das classes de palavras. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Sintaxe da oração e do período. Redação de correspondências oficiais.

**2. MATEMÁTICA**

2.1 – Para os cargos do ensino Fundamental, Médio e Superior: Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Conjuntos. Sistema legal de unidades de medida no Brasil. Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas. Regra de três simples e composta. Porcentagem e juros simples. Equação de 1º e 2º graus. Sistema de equações. Relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo.

**3. CONHECIMENTOS REGIONAIS E ATUALIDADES**

3.1 Para os cargos do ensino Fundamental, Médio e Superior: Brasil contemporâneo. História de Santa Catarina. História de Schroeder. Organização política e atualidades de Schroeder, de Santa Catarina, do Brasil e do mundo. Aspectos geográficos de Schroeder: hidrografia, relevo, população, clima, vegetação, limites geográficos, economia, e símbolos municipais. Questões atuais discutidos em veículos de comunicação: televisão, rádio e jornal.

**4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO****4.1. Técnico em Enfermagem**

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como do local de trabalho. Conhecer ética e legislação em enfermagem. Regulamentação do exercício profissional. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Técnicas básicas de enfermagem. Noções de rotinas administrativas ambulatoriais. Biossegurança. Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração). Enfermagem médico-cirúrgica: Limpeza, desinfecção e esterilização de material. Assistência de urgência e emergência ambulatorial. Enfermagem materno-infantil, enfermagem em Saúde Pública, vigilância epidemiológica e Sanitária. Enfermagem do adolescente, do adulto, e do idoso. Noções de administração aplicada ao Técnico de enfermagem. Imunizações. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo. Noções de saúde pública, Política Nacional da Atenção Básica 2017.

**4.2 Assistente Social**

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS 2012) Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109. Ética e Cidadania. Políticas Sociais Públicas no Brasil. Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. O processo de trabalho no Serviço Social. Interdisciplinaridade. Fundamentos Legais: Sistema Único de Saúde. A dimensão técnico operativa do trabalho do Assistente Social com indivíduos, famílias, grupos e populações. Lei Federal nº 8. 662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Lei Orgânica da Assistência Social, Código de Ética do Assistente Social, Política nacional do idoso, Política nacional da criança e do adolescente, Política nacional da pessoa com deficiência.

**4.2 Fonoaudiólogo**

Disartria e dislalia. Disfonia. Conceito e tratamento: apraxia da fala, afasia. Fonoaudiologia escolar. Campo de atuação. Prevenção e reabilitação. Audiologia clínica. Determinação dos limiares tonais por via aérea e via óssea Logodimetria e imitancimetria Métodos eletrofisiológicos de avaliação da audição: BERA e emissões otoacústicas. Aquisição e retardo de linguagem. Motricidade oral Desenvolvimento das funções estomagnáticas Princípios aplicados ao diagnóstico e tratamento miofuncional Classificação, conceito, etiologia e reabilitação vocal Fissuras labiopalatinas e insuficiência faríngeas. Classificação de fissuras. Incompetência e insuficiência velo-faríngea. Distúrbios da voz e problemas associados. Leitura, escrita e dislexia. Definições, causas e atuação fonoaudiológica. Disfluência e gagueira. Atuação interdisciplinar. Fonoaudiologia e Saúde pública. Outros assuntos relacionados à sua área de atuação profissional e ética no trabalho.

**ANEXO III – CRONOGRAMA**

ETAPA	DATAS
Publicação do Edital	15/12/2017
Período de inscrição para todos os candidatos	22/01/2018 a 26/01/2018
Publicação da relação das inscrições homologadas e divulgação dos locais para realização das provas objetivas.	31/01/2018
Prazo para recurso quanto à homologação das inscrições	05/02/2018
Prova Objetiva	11/02/2018
Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva	12/02/2018
Recebimento de recurso contra gabarito preliminar	14/02/2018
Publicação do gabarito oficial e Homologação do Resultado Final	21/02/2018

**TERMO ADITIVO Nº. A75/2017 – PMS**

Publicação Nº 1457714

TERMO ADITIVO Nº. A75/2017 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 123/2017-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: TELEJED TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.225.894/0001-70, estabelecida na Rua Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº. 320, salas 17 e 18, centro na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-700, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Antonio Adolfo Beloli, inscrito no CPF sob o nº. 485.834.729-04.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 123/2017-PMS, celebrado em 27 de setembro de 2017, proveniente do Processo de licitação nº. 180/2017 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 93/2017 – PMS, para a contratação de empresa especialização para locação de centrais telefônicas pabx para atender as necessidades das Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças para prorrogação da vigência do contrato de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, e aditivo nas quantidades para 12 meses.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57 II, c/c 65 I, B da Lei Federal nº 8.666/93, c/c e seus dispositivos e alterações, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivado as quantidades abaixo descritas, no valor total de R\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	TOTAL QTDE. DE CENTRAIS X MESES	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	LOCAÇÃO MENSAL CENTRAL TELEFÔNICA PREFEITURA REQUISITOS MÍNIMOS: Entrada de 1E1 (30) canais Entrada de 08 linhas chip de celulares QuadBand Entrada de 02 troncos analógicos Mínimo de 12 canais VOIP para ligações a ramais IP e ligações para outras centrais interligadas 80 ramais analógicos 08 Ramais e Telefones IP com visor LCD para identificação da chamada recebida Estrutura para Rack 19” 02 Terminal Inteligente para Telefonista com 2 linhas de visor e mínimo de 10 teclas de programação, com modulo adicional de mínimo 15 teclas Software de mesa virtual para Telefonista	1	Meses	12	1.188,50	14.262,00
02	LOCAÇÃO MENSAL CENTRAL TELEFÔNICA SECRETARIA DE SAÚDE REQUISITOS MÍNIMOS: Entrada de 1E1 (30) canais Entrada de 08 linhas de celulares QuadBand Mínimo de 30 Canais para comunicação VOIP para ligações a ramais IP e ligações para outras centrais interligadas 40 ramais analógicos Estrutura para Rack 19” 02 Terminal Inteligente para Telefonista com 2 linhas de visor e mínimo de 10 teclas de programação, com modulo adicional de mínimo 15 teclas	1	Meses	12	1.088,60	13.063,20

03	LOCAÇÃO MENSAL CENTRAL TELEFÔNICA DIVERSAS UNIDADES REQUISITOS MÍNIMOS: 08 ramais analógicos 02 troncos analógicos 04 canais para troncos IPs 04 conexões de entrada ou saída simultâneas usando um mesmo tronco IP; Registro de até 06 troncos IPs; Acrescenta Licença para 9 Ramal IP na CENTRAL TELEFÔNICA SECRETARIA DE SAÚDE Acrescenta Licença para 9 Ramal IP na CENTRAL TELEFÔNICA PREFEITURA LOCAIS CENTRAL TELEFÔNICA SECRETARIA DE SAÚDE: ESF RIO HERN, ESF SCHROEDER1, ESF SCHROEDER III - 1 Ramal IP cada, CREAS - 4 Ramal IP, NASF - 2 Ramal IP CENTRAL TELEFÔNICA PREFEITURA: PROCON - 2 Ramal IP, TRIBUTAÇÃO - 6 Ramal IP, CONSELHO TUTELAR - 1 Ramal IP	8	Meses	96	149,80	14.380,00
04	LOCAÇÃO MENSAL CENTRAL TELEFÔNICA CRAS REQUISITOS MÍNIMOS: 16 ramais analógicos 02 troncos analógicos 04 canais para troncos IPs 04 conexões de entrada ou saída simultâneas usando um mesmo tronco IP Registro de até 09 troncos IPs Acrescenta Licença para 9 Ramal IP na CENTRAL TELEFÔNICA SECRETARIA DE SAÚDE	1	Meses	12	179,80	2.157,60
05	LOCAÇÃO MENSAL CENTRAL TELEFÔNICA ESF SOSSEGO E CENTRO NORTE REQUISITOS MÍNIMOS: 16 ramais analógicos 04 troncos analógicos 04 canais para troncos IPs 04 conexões de entrada ou saída simultâneas usando um mesmo tronco IP Registro de até 06 troncos IPs Acrescenta Licença para 2 Ramal IP na CENTRAL TELEFÔNICA SECRETARIA DE SAÚDE	1	Meses	12	169,70	2.036,40
TOTAL R\$						45.900,00

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais), alterando o valor total do contrato para R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais).

Cláusula 3ª – Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1 prorrogando a vigência do contrato de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 123/2017-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 14 de dezembro de 2017.

CONTRATADA:

TELEJED TELECOMUNICAÇÃO LTDA

Antonio Adolfo Beloli

CPF nº. 485.834.729-04

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 109/2017 - PMS**

Publicação Nº 1457960

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

Contrato nº. 109/2017 - PMS

Processo de licitação nº. 144/2017 - PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2017 - PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.312.387/0001-99, estabelecida na Rua Dom Pedro nº 969, Bairro Rio Hern, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Adriana Laura Kuskowski Wilpert, inscrita no CPF sob o nº. 005.163.059-13, ficam ajustados à rescisão contratual UNILATERAL de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, I cumulado com o artigo 78, I, e conforme a seguir:

**CLÁUSULA 1.ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

Pelo presente Termo de Rescisão Unilateral, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 109/2017-PMS, celebrado no dia 11 de setembro de 2017, visando a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma do pórtico de acesso ao centro de eventos do Município de Schroeder/SC compreendendo uma área a construir de 112,53m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, conforme Parecer da Procuradoria nº 128/2017-PROJUR.

**CLÁUSULA 2.ª – DO FORO:**

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 14 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**T E S T E M U N H A S:**

Daniela Samulescki

CPF Nº. 053.350.739-18

Testemunha 01

Ivandra de Souza

CPF Nº. 047.563.299-00

Testemunha 02

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 05/2017-FAS CANCELAMENTO ITEM 03

Publicação Nº 1457227

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2017

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 05/12/2017 Válido até: 05/12/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Açúcar refinado especial, branco, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	ALTO ALEGRE	0	3,2500	1
7	Aroz parboizado polido, longo fino, tipo 1, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	ITAJARA	0	2,9500	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2017		Data do Registro: 05/12/2017		Válido até: 05/12/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Óleo de soja refinado, rico em vitamina E, não contém gorduras trans, sem colesterol. Embalagem de Transporte: Pet - 20 x 900 ml (18 L), validade 360 dias	UN	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)	LEVE	0	3,7500	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2017

Número do Registro de Preços: 4/2017		Data do Registro: 05/12/2017		Válido até: 05/12/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2017  
PROCESSO Nº 27/2017

(13249) - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Schroeder, 5 de Dezembro de 2017.

**REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 99/2017-PMS**

Publicação Nº 1457264

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 99/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 190/2017  
Data do Processo: 14/09/2017

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de relógios pontos de aproximação e digital, com comunicação TCP/IP, bobinas de papel, fonte de energia e instalação para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Procon do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 11 / 2017**

**Motivo:** Revogação do Processo licitatório conforme Parecer 127/2017-PROJUR, com base no artigo 49 da lei 8666/93 diante do interesse público envolvido decorrente de fato superveniente.

Schroeder, 14 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

# Serra Alta

## PREFEITURA

### CONTRATO DE RATEIO 059/2017 - MANUTENÇÃO CIS/AMOSC

Publicação Nº 1457427

CONTRATO DE RATEIO Nº 59/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 021.563.329-67, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, com sede na Av. Dom Pedro II, 830 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). DARCI CERIZOLLI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 430.332.889-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO:

- a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados;
- b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio;
- c) Despesas com investimentos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

2.1 O MUNICÍPIO repassará anualmente ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 15.999,96 (Quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), compreendendo o somatório dos valores extraídos das tabelas A e B do Anexo único do presente contrato de rateio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente contrato terá vigência a partir de 02 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

3.1.71.70.01 R\$ 11.199,97

3.3.71.70.01 R\$ 4.799,99

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

5.1 Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação da Secretaria Municipal de Saúde de cada Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O valor devido ao MUNICÍPIO será pago em 12 (doze) parcelas até o dia 30 de cada mês, mediante débito bancário na conta FPM, implicando na imediata suspensão dos serviços em caso de inadimplência por parte do MUNICÍPIO.

6.2 As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos constantes na Lei Orçamentária – dotação 3.1.71 e 3.3.71.

6.3 Será excluído do Consórcio Público o ente consorciado que não consignar em sua Lei Orçamentária ou em créditos adicionais as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

7.1 São obrigações do CONSÓRCIO:

- a) Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- b) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços credenciados;
- c) Colocar a disposição do MUNICÍPIO sistema informatizado para agendamento de consultas/exames/ procedimentos;
- d) Orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- e) Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- f) Entregar, após processamento, guia de consultas, exames e procedimentos de usuários ao MUNICÍPIO, estas deverão ser retiradas mediante protocolo de entrega pelos motoristas da saúde.
- g) Enviar relatório analítico dos procedimentos após o término da conferência da produção mensal por via eletrônica.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) acompanhar os encaminhamentos de pacientes usuários dos serviços oferecidos pelo CONSORCIO;
- b) auxiliar o CONSÓRCIO a ampliar o número de profissionais credenciados na região da AMOSC;

- c) definir conjuntamente com o CONSÓRCIO a necessidade de novos serviços;  
d) autorizar o débito do valor na conta do FPM.

#### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 As penalidades aplicáveis ao MUNICÍPIO são aquelas estabelecidas no Estatuto Social e no Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.2 Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Chapecó, SC, 15 de dezembro de 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito de Nova Itaberaba

Presidente do CIS-AMOSC

DARCI CERIZOLLI

Prefeito do Município de SERRA ALTA/SCANEXO ÚNICO CRITÉRIO RATEIO POR FAIXA DE POPULAÇÃO

TABELA A

POPULAÇÃO DE:	FATOR	% RATEIO	VALOR UNITÁRIO MES
< 1.500	1	0,75%	1.176,47
1.501 - 3.500	2	0,85%	1.333,33
3.501 - 6.000	3	0,95%	1.490,20
6.001 - 8.000	4	1,00%	1.568,63
8.001 - 10.000	5	1,10%	1.725,49
10.001 - 15.000	6	1,20%	1.882,35
15.001 - 20.000	7	1,30%	2.039,22

TABELA B

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	FATOR	CONTRIBUIÇÃO MES	CONTRIBUICAO ANUAL
Santiago do Sul	1.341	1	1.176,47	14.117,64
Lajeado Grande	1.461	1	1.176,47	14.117,64
Águas Frias	2.397	2	1.333,33	15.999,96
Arvoredo	2.266	2	1.333,33	15.999,96
Formosa do Sul	2.562	2	1.333,33	15.999,96
Irati	2.004	2	1.333,33	15.999,96
Jardinópolis	1.649	2	1.333,33	15.999,96
Planalto Alegre	2.823	2	1.333,33	15.999,96
Serra Alta	3.307	2	1.333,33	15.999,96
Sul Brasil	2.587	2	1.333,33	15.999,96
União do Oeste	2.650	2	1.333,33	15.999,96
Coronel Martins	2.541	2	1.333,33	15.999,96
Galvão	3.137	2	1.333,33	15.999,96
Jupia	2.134	2	1.333,33	15.999,96
Novo Horizonte	2.569	2	1.333,33	15.999,96
São Bernadino	2.496	2	1.333,33	15.999,96
Bom Jesus	2.870	2	1.333,33	15.999,96
Entre Rios	3.167	2	1.333,33	15.999,96
Marema	1.952	2	1.333,33	15.999,96
Ouro Verde	2.254	2	1.333,33	15.999,96
Alto Bela Vista	1.977	2	1.333,33	15.999,96
Paial	1.607	2	1.333,33	15.999,96
Peritiba	2.880	2	1.333,33	15.999,96
Caxambu do Sul	3.939	3	1.490,20	17.882,40
Cordilheira Alta	4.253	3	1.490,20	17.882,40

Nova Itaberaba	4.339	3	1.490,20	17.882,40
Passos Maia	4.279	3	1.490,20	17.882,40
Vargeão	3.590	3	1.490,20	17.882,40
Arabutã	4.278	3	1.490,20	17.882,40
Xavantina	4.039	3	1.490,20	17.882,40
Guatambu	4.736	3	1.490,20	17.882,40
Nova Erechim	4.804	3	1.490,20	17.882,40
Águas de Chapecó	6.412	4	1.568,63	18.823,56
Ipuaçu	7.331	4	1.568,63	18.823,56
Ipumirim	7.530	4	1.568,63	18.823,56
Itá	6.311	4	1.568,63	18.823,56
Campo Erê	8.890	5	1.725,49	20.705,88
São Domingos	9.509	5	1.725,49	20.705,88
Coronel Freitas	10.165	6	1.882,35	22.588,20
Quilombo	10.096	6	1.882,35	22.588,20
São Carlos	11.038	6	1.882,35	22.588,20
Faxinal dos Guedes	10.758	6	1.882,35	22.588,20
Ponte Serrada	11.499	6	1.882,35	22.588,20
Irani	10.202	6	1.882,35	22.588,20
Pinhalzinho	19.105	7	2.039,22	24.470,64
Abelardo Luz	17.782	7	2.039,22	24.470,64
Seara	17.483	7	2.039,22	24.470,64
São Lourenço do Oeste	23.473	8	2.196,08	24.470,64
Xaxim	27.921	8	2.196,08	24.470,64
Chapecó	209.553	9	2.352,94	24.470,64
Xanxerê	49.057	9	2.352,94	24.470,64
			80.000,00	960.000,00

## CONTRATO DE RATEIO Nº 110/2017 - SERVIÇOS CIS/AMOSC

Publicação Nº 1457432

### CONTRATO DE RATEIO Nº 110/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 021.563.329-67, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 110/2017, com sede na Av. Dom Pedro II, 830 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr.(a) DARCI CERIZOLLI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 430.332.889-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor anual estimado de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais).

2.2 O valor correspondente aos serviços efetivamente utilizados no mês de referência serão debitados na conta do FPM, no dia 30 de cada mês, sob pena de suspensão dos serviços e do bloqueio do sistema de agendamentos.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

I - 3.3.93.36.30 R\$ 31.000,00 – Pessoa Física

II - 3.3.93.39.50 R\$ 279.000,00 – Pessoa Jurídica

3.2 O valor das despesas decorrentes do presente contrato serão pagos com recursos do SUS, até o limite da tabela SIGTAP, e com recursos próprios o valor que exceder a tabela, nos termos consignados na lei orçamentária do MUNICÍPIO.

### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços referenciados na Cláusula Primeira serão contratados pelo CONSÓRCIO, via sistema de Credenciamento, e disponibilizados no site [www.cisamosc.sc.gov.br](http://www.cisamosc.sc.gov.br).

### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA



5.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 02 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

6.1 A fiscalização dos serviços prestados pelos profissionais, e empresas credenciados pelo CONSÓRCIO será feita pela Secretaria Municipal de Saúde do Município e pelo CONSÓRCIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

7.1 São obrigações do CONSÓRCIO:

- a) elaborar relatório acerca do acompanhamento e da qualidade técnica dos serviços prestados pelos credenciados;
- b) colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços credenciados;
- c) colocar a disposição do MUNICÍPIO o sistema informatizado para agendamento de consultas/exames/procedimentos;
- d) orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- e) fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- f) entregar, mediante protocolo, após o processamento do mês, as guias de consultas, de exames e procedimentos de usuários ao MUNICÍPIO;
- g) enviar relatório analítico dos procedimentos após o término da conferência da produção mensal por via eletrônica;
- h) encaminhar mensalmente ao MUNICÍPIO relatório de prestação de contas, contendo as informações necessárias a respeito das despesas realizadas e dos recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) acompanhar os encaminhamentos de pacientes usuários dos serviços oferecidos pelo CONSÓRCIO;
- b) acompanhar diariamente saldo orçamentário;
- c) auxiliar o CONSÓRCIO a ampliar o número de profissionais credenciados na região do CIS-AMOSC;
- d) definir conjuntamente com o CONSÓRCIO a necessidade de novos serviços.
- e) avisar os prestadores de serviços, em tempo hábil, o não comparecimento dos pacientes ao atendimento previamente agendado, sob pena de ser obrigado a efetuar o pagamento do procedimento sempre que exigido pelo prestador;
- f) preencher corretamente o cadastro dos pacientes e as guias de autorizações de serviços;
- g) manter atualizados cadastros de telefones, e-mails bem como o nome do respectivo secretário municipal de saúde.

#### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 As penalidades aplicáveis ao MUNICÍPIO são aquelas estabelecidas no Estatuto Social e no Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.2 Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Chapecó, SC, 15 de dezembro de 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal de Nova Itaberaba

Presidente do CIS-AMOSC

DARCI CERIZOLLI

Prefeito do Município de SERRA ALTA/SC

### DECRETO 203/2017

Publicação Nº 1457414

DECRETO Nº 203/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO PERÍODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARINA RITA CHAGAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991; art. 40 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado o período de férias de 20/12/2017 a 11/01/2018 (23 dias), referente ao exercício de 2017, da Servidora Pública

Municipal MARINA RITA CHAGAS, constante no Decreto nº 177/2017, de 16 de outubro de 2017, considerando a necessidade de excepcional interesse público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

## **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2017-FMS**

Publicação Nº 1455868

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2017.

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE PINHALZINHO NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA através do Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº 525, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor DARCI CERIZOLLI portador do CPF nº 430.332.889-87 e RG nº 12C 1.233.665 SSP/SC.

CONTRATADA: Empresa ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE PINHALZINHO, com sede na Rua Belo Horizonte nº 2200, centro, Município de Pinhalzinho/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 83.297.739/0001-34, neste ato representada por seu representante legal Diretor Administrativo Senhor Silvio Mocelin, portador do CPF nº 065.226.619-34 e RG 1.274.615 SSP/SC.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 004/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017-FMS, homologado em 01/03/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1. Alterar o item 3.1 da Cláusula Terceira – Do Prazo e Recebimento, oriundo do contrato nº 006/2017-FMS, com fundamentação legal no artigo 57 inciso II, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

### **3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO**

“3.1. O prazo de execução da prestação dos serviços do presente contrato fica aditivado tendo o acréscimo de 12 meses, ficando com a vigência de (31/12/2017 a 31/12/2018), contados a partir da assinatura deste aditivo, condicionada sua eficácia a publicação do extrato do contrato no órgão oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo, limitada a 60 meses, desde que seja acordado entre as partes, nos termos do art. 57, inciso II, e Consoante Prejulgado nº 1151 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, dada a natureza continuada dos serviços de atendimentos médicos.”

### **CLÁUSULA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO**

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.2. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 006/2017, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

Serra Alta - SC, 15 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

SILVIO MOCELIN  
DIRETOR ADMINISTRATIVO  
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE PINHALZINHO  
CONTRATADA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	JEFERSON MARTINI
CPF: 029.867.439-43	CPF: 044.414.139-12
Sec. de Administração	Sec. de Saúde

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2017

Publicação Nº 1455856

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2017

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E A SRA. ORDETE SELIG NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A Sra. ORDETE SELIG, com sede na(o) Avenida Sul Brasil, Apto. 304, centro, Município de Maravilha/SC, portadora do CPF Nº 008.693.759-62 e RG Nº 50.217.981-8.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 012/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº012/2017, homologado em 30/03/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/20017, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1. Alterar o item 3.1 da Cláusula Terceira – Do Prazo e Recebimento, oriundo do contrato nº 025/2017, com fundamentação legal no artigo 57 inciso II, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

### “3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO”

3.1. O prazo de execução da prestação dos serviços do presente contrato fica aditivado tendo o acréscimo de 12 meses, ficando com a vigência de (30/12/2017 a 30/12/2018), contados a partir da assinatura deste aditivo, condicionada sua eficácia a publicação do extrato do contrato no órgão oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo, limitada a 60 meses, desde que seja acordado entre as partes, nos termos do art. 57, inciso II.

### CLÁUSULA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.2. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 025/2017, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

Serra Alta - SC, 15 de dezembro de 2017.  
DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO DE SERRA ALTA  
CONTRATANTE

ORDETE SELIG  
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI  
CPF: 029.867.439-43  
Sec. de Administração

REGINA CELINA V. LINDEMANN  
CPF: 790.103.939-68  
Sec. de Educação

## **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2017**

Publicação Nº 1455859

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2017

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA ACADEMIA IMPACTUS EIRELI ME NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A Empresa ACADEMIA IMPACTUS EIRELI ME, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 743, centro, Município de Serra Alta, inscrita no CGC/MF sob o nº 23.605.268/0001-52, neste ato representada por sua representante legal Sra. Kassieli Cerizolli Cesco, portadora do CPF Nº 006.547.579-84 e RG Nº 4.453.368, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 012/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº012/2017, homologado em 30/03/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/20017, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1. Alterar o item 3.1 da Cláusula Terceira – Do Prazo e Recebimento, oriundo do contrato nº 026/2017, com fundamentação legal no artigo 57 inciso II, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

### **“3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO”**

3.1. O prazo de execução da prestação dos serviços do presente contrato fica aditivado tendo o acréscimo de 12 meses, ficando com a vigência de (30/12/2017 a 30/12/2018), contados a partir da assinatura deste aditivo, condicionada sua eficácia a publicação do extrato do contrato no órgão oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo, limitada a 60 meses, desde que seja acordado entre as partes, nos termos do art. 57, inciso II.

### **CLÁUSULA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO**

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.2. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 026/2017, elaborado em

três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

Serra Alta - SC, 15 de dezembro de 2017.  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal  
Contratante

ACADEMIA IMPACTUS EIRELI ME  
KASSIELI CERIZOLLI CESCO  
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI REGINA CELINA V. LINDEMANN	
CPF: 029.867.439-43	CPF: 790.103.939-68
Sec. de Administração	Sec. de Educação

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2017

Publicação Nº 1455861

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A SRA. VERA LÚCIA STRAPAZZON NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A Sra. VERA LÚCIA STRAPAZZON, com sede na(o) Rua Leopoldo Stadtlober, nº 165, centro, Município Serra Alta/SC, portadora do CPF Nº 049.487.899-17 e RG Nº 4.453.369.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 012/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017, homologado em 30/03/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/20017, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1. Alterar o item 3.1 da Cláusula Terceira – Do Prazo e Recebimento, oriundo do contrato nº 027/2017, com fundamentação legal no artigo 57 inciso II, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

### “3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO”

“3.1. O prazo de execução da prestação dos serviços do presente contrato fica aditivado tendo o acréscimo de 12 meses, ficando com a vigência de (30/12/2017 a 30/12/2018), contados a partir da assinatura deste aditivo, condicionada sua eficácia a publicação do extrato do contrato no órgão oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo, limitada a 60 meses, desde que seja acordado entre as partes, nos termos do art. 57, inciso II.”

### CLÁUSULA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.2. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 027/2017, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

Serra Alta - SC, 15 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Contratante

VERA LÚCIA STRAPAZZON

CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI REGINA CELINA V. LINDEMANN

CPF: 029.867.439-43

CPF: 790.103.939-68

Sec. de Administração

Sec. de Educação

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2017

Publicação Nº 1455862

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2017

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA RONALDO LUIZ LUNEDO MEI NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A Empresa RONALDO LUIZ LUNEDO MEI, com sede na(o) Estrada Linha Janeiro,s/n, interior, Município de Quilombo/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 23.587.582/0001-50 neste ato representada por seu representante legal Sr. Ronaldo Luiz Lunedo, portador do CPF Nº 089.967.879-30 e RG Nº 5.583.826, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 012/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº012/2017, homologado em 30/03/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/20017, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1. Alterar o item 3.1 da Cláusula Terceira – Do Prazo e Recebimento, oriundo do contrato nº 028/2017, com fundamentação legal no artigo 57 inciso II, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

#### “3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO”

“3.1. O prazo de execução da prestação dos serviços do presente contrato fica aditivado tendo o acréscimo de 12 meses, ficando com a vigência de (30/12/2017 a 30/12/2018), contados a partir da assinatura deste aditivo, condicionada sua eficácia a publicação do extrato do contrato no órgão oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo, limitada a 60 meses, desde que seja acordado entre as partes, nos termos do art. 57, inciso II.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam



um único efeito de direito.

3.2. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 028/2017, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

Serra Alta - SC, 15 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Contratante

RONALDO LUIZ LUNEDO MEI

RONALDO LUIZ LUNEDO

CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI REGINA CELINA V. LINDEMANN

CPF: 029.867.439-43

CPF: 790.103.939-68

Sec. de Administração

Sec. de Educação

## **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2017**

Publicação Nº 1455863

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2017**

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA JOSÉ SÉRGIO FARIAS MEI NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A Empresa JOSÉ SÉRGIO FARIAS MEI, com sede na(o) Rua Presidente Juscelino, nº 140, centro, Município de Quilombo/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 27.175.993/0001-99 neste ato representada por seu representante legal Sr. José Sérgio Farias, portador do CPF Nº 690.796.099-00 e RG Nº 2.438.477, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 012/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017, homologado em 30/03/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/20017, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1. Alterar o item 3.1 da Cláusula Terceira – Do Prazo e Recebimento, oriundo do contrato nº 029/2017, com fundamentação legal no artigo 57 inciso II, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

#### **“3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO”**

“3.1. O prazo de execução da prestação dos serviços do presente contrato fica aditivado tendo o acréscimo de 12 meses, ficando com a vigência de (30/12/2017 a 30/12/2018), contados a partir da assinatura deste aditivo, condicionada sua eficácia a publicação do extrato do contrato no órgão oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo, limitada a 60 meses, desde que seja acordado entre as partes, nos termos do art. 57, inciso II”.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO**

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.2. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 029/2017, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

Serra Alta - SC, 15 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal  
Contratante

JOSÉ SÉRGIO FARIAS MEI  
JOSÉ SÉRGIO FARIAS  
Representante Legal  
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI REGINA CELINA V. LINDEMANN	
CPF: 029.867.439-43	CPF: 790.103.939-68
Sec. de Administração	Sec. de Educação

## **RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2017**

Publicação Nº 1457368

PROCESSO Nº 011/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2017

DARCI CERIZOLLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, RATIFICA

RATIFICO a dispensa de licitação para a Contratação direta do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS AMOSC, com CNPJ nº: 01.336.261/0001-40, para a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Serra Alta integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência, com fundamento no Parecer Jurídico e da Comissão de Licitação, tendo como base o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa para o exercício de 2018, no valor total de R\$ 325.999,96 (Trezentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) oriundos dos CONTRATOS DE RATEIO (manutenção) nº 59/2017 no valor de R\$ 15.999,96 (Quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) e CONTRATO DE RATEIO (serviços) nº 110/2017 no valor de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), em favor da Empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS AMOSC, cujo pagamento far-se-á em doze parcelas mensais de janeiro até dezembro/2018) com recursos próprios do orçamento vigente para o ano de 2018 no Projeto Atividade: 06.01.2.600 – Atenção à Saúde Preventiva – 3.3.9.3.00 DR 0002/ 3.1.7.0.00/ 3.3.7.1.00 DR 0002.

Serra Alta, 14 de Dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

## **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2017-FMS**

Publicação Nº 1455866

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017

SEGUNDO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA MENDES ARISA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA através do Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº 525, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor DARCI CERIZOLLI portador do CPF nº 430.332.889-87 e RG nº 12C 1.233.665 SSP/SC.

CONTRATADA: Empresa MENDES ARISA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, com sede na(o) Avenida São Paulo, nº 1.531, Apto 301, centro do Município de Pinhalzinho/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 28.058.481/0001-05, neste ato representada por seu representante legal Senhor Alessandro Mendes Arisa, médico, CRM 9784/SC, portador do RG sob o nº 6.015.030-3 e CPF nº 020.592.069-10.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 010/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017-FMS, homologado em 31/07/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1. Alterar o item 3.1 da Cláusula Terceira – Do Prazo e Recebimento, oriundo do contrato nº 008/2017-FMS, com fundamentação legal no artigo 57 inciso II, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

#### 3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO

“3.1. O prazo de execução da prestação dos serviços do presente contrato fica aditivado tendo o acréscimo de 12 meses, ficando com a vigência de (31/12/2017 a 31/12/2018), contados a partir da assinatura deste aditivo, condicionada sua eficácia a publicação do extrato do contrato no órgão oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo, limitada a 60 meses, desde que seja acordado entre as partes, nos termos do art. 57, inciso II.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.2. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 008/2017, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

Serra Alta - SC, 15 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

MENDES ARISA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
ALESSANDRO MENDES ARISA  
REPRESENTANTE LEGAL  
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI JEFERSON MARTINI  
CPF: 029.867.439-43                      CPF: 044.414.139-12  
Sec. de Administração                      Sec. de Saúde

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 011/2017**

Publicação Nº 1457420

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 11/2017 - DL</b>
CNPJ: 11.583.359/0001-55 RUA ALMIRANTE BARROSO, 525 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 11/2017 Processo de Licitação: 11/2017 Data do Processo: 14/12/2017
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 11/2017  
b ) Licitação Nr.: 11/2017-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 14/12/2017  
e ) Data da Adjudicação: 14/12/2017 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC- CIS AMOSC, assegurando dessa forma a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de média e alta complexidade a nível ambulatorial p/ a população Serraltense em conformidade com as diretrizes do SUS, p/o ano de 2018.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 000475 - CIS/AMOSC CONSÓRCIO SAÚDE	2	0,0000	325.999,96
	2		325.999,96

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 14 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
EDERSON CEREZOLLI  
Presidente da Comissão de Licitação

\_\_\_\_\_  
DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO N 0252/2017

Publicação Nº 1457769

DECRETO Nº 0252/2017 DE 14/12/2017

"FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.113 de 22 de dezembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.150/2017 de 14 de dezembro de 2017.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 128.380,00 (Cento e vinte e mim trezentos e oitenta reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

#### 04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (48)	0.1.00.001018	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 8.980,00

#### 04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (65)	0.1.00.001001	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 25.900,00

#### 04.01.0012.0361.0006.2.013- Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (190)	0.1.00.003001	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (3001)	R\$ 19.000,00

#### 04.01.0012.0365.0006.2.015- Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (73)	0.1.00.001018	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 25.000,00

#### 05.02.0008.0244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (101)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 15.000,00
3.1.90.000 (230)	0.1.00.003152	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (3.152)	R\$ 4.500,00
3.1.90.000 (102)	0.1.00.001152	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.152)	R\$ 4.000,00

#### 05.02.0008.0244.0009.2.053- Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (109)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 19.000,00

#### 06.02.0017.0544.0012.2.037- Manutenção do sistema municipal de distribuição de água

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (192)	0.1.00.003000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (3.000)	R\$ 7.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto serão utilizados os recursos de R\$ 128.380,00 (Cento e vinte e mim trezentos e oitenta reais), nos seguintes Projetos/Atividades:

#### 04.01.0012.0365.0006.2.015- Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (76)	0.1.00.001018	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 8.980,00

#### 04.01.0012.0306.0006.2.014- Alimentação Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (38)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 25.900,00
3.3.90.000 (204)	0.1.00.003000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (3.000)	R\$ 19.000,00

#### 04.01.0012.0365.0006.2.015- Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (74)	0.1.00.001019	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.019)	R\$ 25.000,00

#### 05.02.0008.0244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (103)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 15.000,00
3.3.90.000 (194)	0.1.00.003152	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (3.152)	R\$ 4.500,00
3.3.90.000 (104)	0.1.00.001152	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.152)	R\$ 4.000,00

**06.02.0017.0512.0011.1.015- Manutenção e Amp. de Rede de captação e esgoto sanitário**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (144)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 4.000,00

**06.01.0020.0606.0010.2.049- Assistência Técnica**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (116)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 4.000,00

**03.01.0004.0122.0003.2.006- Manutenção geral do Patrimônio Público municipal**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (13)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 6.000,00

**05.02.0008.0244.0009.2.031- Assistência Comunitária**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (99)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 5.000,00

**06.04.0020.0608.0010.2.051- Incentivo a hora máq. para empreendimentos agropecuários**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (196)	0.1.00.003000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (3.000)	R\$ 7.000,00

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e está vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 14 de dezembro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO

Secretário de Administração e Fazenda

**LEI Nº 1.150-2017 SUPLEMENTAÇÃO**

Publicação Nº 1457768

LEI MUNICIPAL Nº 1.150/2017 de 14/12/2017

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 128.380,00 (Cento e vinte e mim trezentos e oitenta reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

**04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (48)	0.1.00.001018	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 8.980,00

**04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (65)	0.1.00.001001	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 25.900,00

**04.01.0012.0361.0006.2.013- Transporte Escolar**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
-----------	----	---------------	-------



3.3.90.000 (190)	0.1.00.003001	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (3001)	R\$ 19.000,00
------------------	---------------	--	---------------

## 04.01.0012.0365.0006.2.015- Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (73)	0.1.00.001018	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 25.000,00

## 05.02.0008.0244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (101)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 15.000,00
3.1.90.000 (230)	0.1.00.003152	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (3.152)	R\$ 4.500,00
3.1.90.000 (102)	0.1.00.001152	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.152)	R\$ 4.000,00

## 05.02.0008.0244.0009.2.053- Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (109)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 19.000,00

## 06.02.0017.0544.0012.2.037- Manutenção do sistema municipal de distribuição de água

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (192)	0.1.00.003000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (3.000)	R\$ 7.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto serão utilizados os recursos de R\$ 128.380,00 (Cento e vinte e oito mil e oitenta reais), nos seguintes Projetos/Atividades:

## 04.01.0012.0365.0006.2.015- Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (76)	0.1.00.001018	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 8.980,00

## 04.01.0012.0306.0006.2.014- Alimentação Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (38)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 25.900,00
3.3.90.000 (204)	0.1.00.003000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (3.000)	R\$ 19.000,00

## 04.01.0012.0365.0006.2.015- Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (74)	0.1.00.001019	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.019)	R\$ 25.000,00

## 05.02.0008.0244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (103)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 15.000,00
3.3.90.000 (194)	0.1.00.003152	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (3.152)	R\$ 4.500,00
3.3.90.000 (104)	0.1.00.001152	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.152)	R\$ 4.000,00

## 06.02.0017.0512.0011.1.015- Manutenção e Amp. de Rede de captação e esgoto sanitário

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (144)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 4.000,00

## 06.01.0020.0606.0010.2.049- Assistência Técnica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (116)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 4.000,00

## 03.01.0004.0122.0003.2.006- Manutenção geral do Patrimônio Público municipal

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (13)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 6.000,00

## 05.02.0008.0244.0009.2.031- Assistência Comunitária

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (99)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 5.000,00

## 06.04.0020.0608.0010.2.051- Incentivo a hora máq. para empreendimentos agropecuários

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (196)	0.1.00.003000	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (3.000)	R\$ 7.000,00

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e está vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 14 de dezembro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal  
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Secretário de Administração e Fazenda

**PORTARIA 0104/2017**

Publicação Nº 1457250

PORTARIA Nº 014, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal LUCIANO BODANESE, ocupante do cargo de Medico Veterinário, com lotação na Secretaria de Agricultura, Obras e Transportes, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.06.2015 a 31.05.2016, a serem gozadas no período de 16.01.2017 a 25.01.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
12 de janeiro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

**REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:**

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA 0105/2017**

Publicação Nº 1457286

PORTARIA Nº 0105, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO LUIS MARTINS E REVOGA A PORTARIA Nº 0100/2017.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal JOÃO LUIS MARTINS ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com lotação no Secretaria de Agricultura, Obras e Transportes de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15.06.2015 a 14.06.2016 e 15.06.2016 a 4.06.2017 a serem gozadas no período de 18.12.2017 a 06.01.2018.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no Dom Lei 1.027/2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria 0100/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
14 de dezembro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

**REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:**

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

# Tangará

## PREFEITURA

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO 170/2017 CREDENCIAMENTO 003/2017

Publicação Nº 1457524

#### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO 170/2017 CREDENCIAMENTO 003/2017

Aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, reuniram-se os membros da Comissão Organizadora de Eventos Municipais, designada pela Portaria nº 510/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade CREDENCIAMENTO Nº 003/2017, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ, O QUAL TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE RÁDIO AM E/OU FM, COM ABRANGÊNCIA LOCAL E REGIONAL, PARA A PRODUÇÃO, EXECUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PUBLICITÁRIA DA 5ª FECAUVA-TANGARÁ 70 ANOS, Participam deste certame as seguintes empresas:

1. RÁDIO CAÇANJURÊ LTDA EPP (CAÇANJURÊ AM);
2. RÁDIO VIDEIRA LTDA (TRANSAMÉRICA VIDEIRA);
3. RÁDIO VIDEIRA LTDA (VIDEIRA AM);
4. RÁDIO CAÇADOR LTDA (92 FM);
5. RÁDIO CAÇANJURÊ LTDA LTDA FILIAL (TANGARÁ AM);
6. RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA (BARRIGA VERDE AM);
7. RÁDIO TROPICAL FM LTDA ME;
8. RÁDIO VALE DO CONTESTADO LTDA (VITÓRIA AM).

Iniciado a conferência, passou-se para a abertura dos envelopes das documentações de habilitação, constatou-se que as empresas participantes estavam de acordo com as exigências do edital, onde todas as empresas participantes encontram-se credenciadas e aptas para realizar os serviços solicitados. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 14/12/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 14 de Dezembro de 2017.

ALAN PAULO DOS SANTOS

JURANDIR PEDRO CHERUBINI

ROBERTO BOHNENBERGER

MARIANGELA CHIESA FONTANA

MARLENE VALESAN

HELINTON RODRIGO PAIVA DE SÁ

ANDRÉ LUIS SIMIONI

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017

Publicação Nº 1457468

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017

Aos quatorze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 106/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO DE FEIRAS MULTISÉTORIAIS OU SETORIAIS, OBJETIVANDO A COMERCIALIZAÇÃO DE ESPAÇOS EXPOSITIVOS DA 5ª FECAUVA. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) ODETE ANA LOPES DE LIMA ME (TROP EVENTOS), representada neste ato por Fernando Lopes de Lima;

Iniciado o certame, uma única empresa se credenciou, passa a vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontra-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação, após sagrou-se vencedor a empresa ODETE ANA LOPES DE LIMA ME (TROP EVENTOS) com o valor de R\$ 5.505,00 (cinco mil quinhentos e cinco reais). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Não teve manifestação de intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 14/12/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 14 de Dezembro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

ODETE ANA LOPES DE LIMA ME (TROP EVENTOS)

**CÂMARA MUNICIPAL****ADITAMENTOS Nº 001/2017**

Publicação Nº 1458295

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO – 1º ADITAMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017  
CONTRATO Nº 001/2017

Objeto: Contratação de serviços de Rádio para publicação e divulgação dos trabalhos e notícias do Poder Legislativo, com sinal e abrangência em todo o território do município e parcialmente regional.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Tangará

Contratado: Rádio Caçanjurê Ltda.

Valor: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais.

Tangará – SC, 12 de dezembro de 2017.

NILVO ANTONIO DALLA COSTA

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO – 1º ADITAMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017  
CONTRATO Nº 003/2017

Objeto: Contratação de Prestador de Serviços de Internet Via Fibra Óptica à Câmara Municipal de Vereadores de Tangará

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Tangará

Contratado: Formato Net Ltda - EPP

Valor: R\$ 139,90 (cento e trinta e nove reais e noventa centavos) mensais.

Tangará – SC, 12 de dezembro de 2017.

NILVO ANTONIO DALLA COSTA

Presidente

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 128/17

Publicação Nº 1457628

DECRETO Nº 128/17, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 22 de dezembro de 2017, preservando os serviços essenciais na forma plantão.

Art. 2º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação no DOM/SC.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tigrinhos/SC, em 14 de dezembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

### DECRETO Nº 129 /17

Publicação Nº 1457634

DECRETO Nº 129/17, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE TURNO ÚNICO NO SETOR DA EDUCAÇÃO ENTRE OS DIAS 18 A 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

Considerando as férias escolares,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado o horário de expediente para o atendimento no setor da educação entre os dias 18 a 22 de dezembro de 2017

Turno único: das 07:00hs às 13:00hs.

Art. 2º. Esse Decreto tem vigência na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tigrinhos/SC, em 14 de dezembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 059-2017

Publicação Nº 1457668

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 059/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº. 038/2017

Sistema de Registro de Preços

Licitação Exclusiva ME ou EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Aquisição de Equipamentos e Materiais para Manutenção/Funcionamento do Poço Tubular Profundo, localizado no interior do Município de Tigrinhos, Seção Barra Suja (Linha Trindade), em área de propriedade do Município de Tigrinhos/SC, sob o Sistema de Registro de Preços. O recebimento dos envelopes

de propostas e habilitação será até às 08h30min do dia 29/12/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 08h40min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site: [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br). Tigrinhos, 14 de Dezembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 036/2017

Publicação Nº 1457329

PORTARIA 036/2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA SRA. SOLANGE SIMARA RUSCHEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVENIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente do Poder Legislativo do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para tratamento de saúde à Servidora Pública Municipal Efetiva Sra. SOLANGE SIMARA RUSCHEL, CONTROLE INTERNO, 20 horas semanais, cadastrada sob matrícula nº 041, a partir de 12 de dezembro de 2017, retornando em 16 de dezembro de 2017, nos termos do art. 100 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Complementar Municipal 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES,  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS SC, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

SILVENIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente do Legislativo

### PORTARIA Nº 037/2017

Publicação Nº 1457386

PORTARIA 037/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVENIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente do Poder Legislativo do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença por motivo de doença em pessoa da família à Servidora Pública Municipal Efetiva DELNIA LIEBERT, Diretora Geral de Expediente, 40 horas semanais, cadastrada sob matrícula nº 031, a partir de 12 de dezembro de 2017, retornando em 16 de dezembro de 2017, nos termos do art. 100 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme atestado médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 100 Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai, da mãe e do filho, mediante comprovação médica.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo;

[...]

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE TIGRINHOS, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

SILVENIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente do Legislativo



# Tijucas

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO 178/PMT/17 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 138/PMT/17**

Publicação Nº 1458357

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 178/PMT/2017 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 138/PMT/2017

Objeto: Locação de Tendas e Palco para ações da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP

foi vencedora do lote: 01, no valor de R\$ 327.300,00 (Trezentos e vinte e sete mil e trezentos reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 023/FMS/2017**

Publicação Nº 1457944

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 023/FMS/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/FMS/17 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/FMS/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
CONTRATADA: JBG CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR AS EQUIPES DO PROGRAMA ESTRATÉGICA DA SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE BUCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC.

PRAZO PRORROGADO: A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2018 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018

TIJUCAS/SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 004/FME/17 - PROCESSO LICITATÓRIO 004/FME/17 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FME/17**

Publicação Nº 1457260

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 004/FME/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FME/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FME/17

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADA: HYATAN HYURY FAGUNDES - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO DE PALCO E SOM DE VEÍCULO MÓVEL PARA OS EVENTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR ADITIVADO: R\$ 488,06 (QUATROCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS)

TIJUCAS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 031/SAMAE/17 - PROCESSO 020/SAMAE/17 -PREGÃO PRESENCIAL 015/SAMAE/17**

Publicação Nº 1457537

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 031/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/SAMAE/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/SAMAE/17

CONTRATANTE: SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: AGENTSERV SERVIÇOS GERAIS E ADM. EIRELI ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO, FORMA CONTINUADA, DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, NOTURNA, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE DO SAMAE - SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

ALTERAÇÕES: DA ALTERAÇÃO DO PRAZO – CLÁUSULA 29ª; FICA RENOVADO O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/SAMAE/2017 POR MAIS UM PERÍODO DE 12 MESES, INICIANDO-SE EM 01/01/2018, COM TÉRMINO EM 31/12/2018.

TIJUCAS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

#### **EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 037/SAMAE/14 - PROCESSO 037/SAMAE/14 - CONVITE 037/SAMAE/14**

Publicação Nº 1457525

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 037/SAMAE/14 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/SAMAE/14 – CONVITE Nº 037/SAMAE/14

CONTRATANTE: SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: ACQUASERVICE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO COMPLETA DE GESTÃO NO SAMAE DE TIJUCAS/SC, INCLUINDO A CONSERVAÇÃO DOS DADOS EXISTENTES, SUPORTE E MANUTENÇÃO PARA GARANTIR O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS, ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS E TAMBÉM O FORNECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA, ENVOLVENDO AS ÁREAS DE GERENCIAMENTO PERTINENTES AO MESMO, NAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONFORME ANEXO I E TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

ALTERAÇÕES: DA ALTERAÇÃO DO PRAZO – CLÁUSULA 5ª: FICA RENOVADO O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/SAMAE/2014 POR MAIS UM PERÍODO DE 12 MESES, INICIANDO-SE EM 01/01/2018, COM TÉRMINO EM 31/12/2018.

TIJUCAS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

#### **EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/FME/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 028/FME/2017**

Publicação Nº 1457675

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 030/FME/2017 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/FME/2017

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviço de segurança não armada para eventos a serem realizados pela Fundação Municipal de Esportes, do Município de Tijucas/SC, para o ano de 2018.  
Empresa Vencedora do Processo: VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$. 18.600,00 (Dezoito mil, seiscentos reais).  
Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

#### **EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/PMT/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 134/PMT/2017**

Publicação Nº 1457658

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 174/PMT/2017 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 134/PMT/2017

Objeto: Locação de sanitários químicos, sanitários PNE e sanitários trailers para ações da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: RICARDO ALEXANDRE GABRIEL EIRELI, foi vencedora do lote: 01, no valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

### **EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 009/SAMAE/17 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/SAMAE/17 - PREGÃO PRESENCIAL - 004/SAMAE/17**

Publicação Nº 1457532

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/SAMAE/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/SAMAE/17

CONTRATANTE: SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE, DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

ALTERAÇÕES: DA ALTERAÇÃO DO PRAZO – CLÁUSULA 21ª: FICA RENOVADO O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/SAMAE/2017 POR MAIS UM PERÍODO DE 12 MESES, INICIANDO-SE EM 01/01/2018, COM TÉRMINO EM 31/12/2018.  
TIJUCAS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

### **EXTRATO SEXTO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 003/FMS/2017**

Publicação Nº 1458063

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 003/FMS/2013 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/FMS/13 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/FMS/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: SERGIO IDELFONSO PEREIRA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

PRAZO PRORROGADO: A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2018 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018

TIJUCAS/SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

### **EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 134/PMT/16 DO PROCESSO LICITATÓRIO 035/PMT/16 - PREGÃO PRESENCIAL 035/PMT/16**

Publicação Nº 1458303

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 134/PMT/16 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/PMT/16 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/PMT/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, CHEFIA DO GABINETE, SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

CONTRATADA: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE REPRODUÇÃO XEROGRÁFICA PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC

PRAZO PRORROGADO: Fica renovado o Contrato Administrativo nº 134/PMT/2016 por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2018, com término em 31/12/2018.

TIJUCAS/SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 150/PMT/15 DO PROCESSO LICITATÓRIO 112/PMT/15 - PREGÃO PRESENCIAL 112/PMT/15**

Publicação Nº 1458096

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 150/PMT/15 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/PMT/15 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/PMT/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, CHEFIA DO GABINETE, SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

PRAZO PRORROGADO: Fica renovado o Contrato Administrativo nº 150/PMT/2015 por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2018, com término em 31/12/2018.

TIJUCAS/SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 023/FMS/2016**

Publicação Nº 1457385

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 023/FMS/2016 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/FMS/16 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/FMS/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE TRANSMISSÃO DE DADOS E CONECTIVIDADE DE INTERNET VIA RÁDIO BANDA LARGA 24 HORAS POR DIA, VELOCIDADE 5MBPS, SENDO 5MBPS DE DOWNLOAD E 1MBPS DE UPLOAD PARA AS UNIDADES DE SAÚDE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

PRAZO PRORROGADO: A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2018 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018

TIJUCAS/SC, 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

**EXTRATO TERCEIRO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 022/FMS/2016**

Publicação Nº 1457544

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 022/FMS/2016 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/FMS/16 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/FMS/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: SOL SEGURANÇA ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ALARME PARA AS UNIDADES DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

PRAZO PRORROGADO: A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2018 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018

TIJUCAS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO 171/PMT/17 - PROCESSO LICITATÓRIO 185/PMT/17 - DISPENSA 039/PMT/17**

Publicação Nº 1457655

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 171/PMT/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/PMT/2017 – DISPENSA Nº 039/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – CORPO DE BOMBEIROS

CONTRATADA: OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ALUGUEL DE UM KIT OCR MÓVEL (BLITZ ELETRÔNICA) PARA O DITRAN, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC.

VALOR: R\$ 7.176,00 (SETE MIL, CENTO E SETENTA E SEIS REAIS).

TIJUCAS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

**SUSPENSÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 141/PMT/2017**

Publicação Nº 1457312

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL nº. 141/PMT/2017 – REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Pregão Presencial Registro de Preço nº. 141/PMT/2017, para ajustes na qualificação técnica do referido edital.

# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01-2018 PMT - AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 1457058

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018 - PMT

O Município de Timbó/SC torna público que se encontra aberta a CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, durante o período de janeiro a dezembro de 2018, para o fornecimento de banana branca, banana caturra, couve-flor, vagem, repolho, alface crespa verde, maçã, suco de maracujá integral, doce de fruta, leite, iogurte, peixe de água doce (filé de tilápia), cenoura, laranja, pepino japonês, brócolis ramoso, conforme calendário de entrega fornecido pela Secretaria Municipal de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e Projeto de Venda até as 11h00min do dia 15 de janeiro de 2018. ABERTURA: dia 15 de janeiro de 2018 as 11h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó, 13 de dezembro de 2017  
ALFROH POSTAI  
Secretário Municipal de Educação

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 20 2017 FMS

Publicação Nº 1458468

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017 – FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal das licitantes ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ n.º 00.802.002/0001-02; METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ n.º 83.157.032/0001-22; PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 03.505.263/0001-40; AABA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, CNPJ n.º 80.392.566/0001-45; PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ n.º 85.247.385/0001-49 e BMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP, CNPJ n.º 27.300.682/0001-04 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 22/12/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 14 de dezembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 169.2017 FCT

Publicação Nº 1458470

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2017 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ n.º. 05.913.862/0001-29, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 22/12/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 14 de dezembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações



**DECISÃO ARQUIVAMENTO PREGÃO PRESENCIAL N.º 54 2017 - RCA**

Publicação Nº 1458473

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017 PMT  
DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a responsabilidade da empresa R.C.A. LIMPEZA E JARDINAGEM LTDA, pela prática de infração administrativa decorrente do descumprimento de obrigação prevista no Edital de Pregão Presencial SRP nº 54/2017 PMT, cujo objetivo é a “contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem, limpeza de pátio e calçadas, corte de grama e roçada para atender as necessidades da administração direta e indireta”, especialmente no que tange a solicitação de cancelamento da Ata de Registro de Preços de fls. 0423/0429.

Conforme consta dos autos, a empresa classificada sagrou-se vencedora do referido certame em relação ao item 01 constante da descrição do Anexo I do Edital de Pregão Presencial SRP nº 54/2017 PMT, de acordo com as especificações estipuladas no mesmo, sob pena de sanções previstas em lei e no próprio Edital de Pregão Presencial SRP nº 54/2017 PMT.

Ocorre que a Contratada informou não ter mais condições de cumprir com a obrigação editalícia, haja vista a situação em que a mesma se encontra, abrindo processo de falência, e por força disso, solicitou o cancelamento da Ata de Registro de Preços de fls. 0423/0429, contudo, sem a apresentação de qualquer documentação comprobatória do alegado.

Diante deste fato, fora instaurado o presente procedimento administrativo, notificando a empresa para que, no prazo legal, apresentasse justificativas plausíveis acerca da desistência pleiteada, demonstrando motivo justo decorrente de fato superveniente e juntando provas a fim de alicerçar e justificar a alegada impossibilidade da execução do item 01 licitado no Edital de Pregão Presencial SRP nº 54/2017 PMT, sob pena de efetiva aplicação das penalidades cabíveis ao caso concreto.

Após a instauração do presente Processo Administrativo e da Notificação da empresa, a mesma apresentou suas razões e justificativas, trazendo à tona Declaração de sua contabilidade de que a mesma teria iniciado o processo de extinção da pessoa jurídica, protocolado sob nº 176538470, perante a JUCESC, o qual se encontra em análise.

Sendo este, em suma, o relatório, passamos a fundamentar nossa Decisão.

Vistos e examinados os autos do procedimento instaurado, constata-se que a Notificada apresentou suas justificativas. Após a abertura deste processo administrativo, da Notificação da empresa e da resposta da mesma, pôde-se verificar que ficou inexequível para a Contratada continuar fornecendo seus serviços.

Assim, conclui-se que tão logo instaurado o procedimento administrativo, a empresa apresentou e comprovou suas justificativas, comprovando sua impossibilidade de cumprir com suas obrigações.

O item 16 do Edital de Pregão Presencial SRP nº 54/2017 PMT possibilita o cancelamento do registro da Contratada em sua respectiva Ata, vejamos:

16.1 - O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

16.1.1 - A pedido, quando:

a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

DECISÃO.

Diante do exposto, considerando que tão logo instaurado o presente Processo Administrativo, a Contratada apresentou suas justificativas; considerando a comprovação do alegado; considerando a impossibilidade de a mesma continuar prestando seus serviços; e, buscando pelo cumprimento correto das obrigações previstas no Edital de Pregão Presencial SRP nº 54/2017 PMT, outra não pode ser a decisão desta municipalidade senão de:

a) A Rescisão da Ata de Registro de Preços de fls. 0423/0429 da empresa desistente R.C.A. LIMPEZA E JARDINAGEM LTDA;

b) A convocação da empresa segunda colocada no item 01, para que manifeste interesse no fornecimento do referido item ao preço proposto pela empresa desistente;

c) O “Arquivamento do Processo Administrativo”, em virtude da comprovação de impossibilidade de continuar com seus serviços da empresa R.C.A. LIMPEZA E JARDINAGEM LTDA para com o MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 12 de dezembro de 2017.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**EXTRATO CONTRATO 162.2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1458475

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 162/2017

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae.

CONTRATADA: Propulsão Serviços Especializados em Medição, Corte, Religação de energia elétrica, água e gás Ltda.

OBJETO: Serviços de leitura de hidrômetros e impressão simultânea de faturas abrangendo todos os imóveis atendidos pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº 23/2017.

VALOR: R\$ 117.708,00 (cento e dezessete mil, setecentos e oito reais)

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2017.

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente do SAMAE

**EXTRATO CONTRATO 163.2017 PMT**

Publicação Nº 1458477

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 163/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Paviplan Pavimentação Ltda.

OBJETO: Serviços de pavimentação asfáltica de 4.973,93 m², da Rua Caçador e Trecho da Rua Criciúma, de acordo com as especificações contidas no Processo de Inexigibilidade n.º 79/2017 e Edital de Credenciamento n.º 05/2017.

VALOR: R\$ 439.944,11 (quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e onze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**LEI COMPLEMENTAR Nº 494, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457677

LEI COMPLEMENTAR Nº 494, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a doação de 02 (dois) veículos do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de Timbó/SC ao Estado de Santa Catarina - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (CNPJ nº 14.186.135/0001-06).

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (CNPJ nº 14.186.135/0001-06), os seguintes veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de Timbó/SC

I –Mitsubishi L200 4x4 GL, combustível Diesel, ano/modelo 2010/2010, cor vermelha, chassi 93xgnk740ACA65898, placas MHW-5534, cedido através do termo de cessão de uso nº 22.330/2010 e termo aditivo.

II –Ford Transit, combustível Diesel, ano/modelo 2010/2010 cor vermelha, chassi WF0XXXTAFBTR52103, placa MJB-2171, cedido através de Contrato Administrativo nº 2013/01.

§ 1º - Os referidos bens móveis mencionados no art. 1º desta Lei deverão ser baixados e desafetados do Patrimônio Público Municipal, permanecendo sob a responsabilidade única e exclusiva do Estado de Santa Catarina - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (CNPJ nº 14.186.135/0001-06), inclusive no que tange manutenção e quaisquer obrigações, sejam de que natureza forem.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**LEI Nº 2934, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457669

LEI Nº 2934, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Cria o Fundo de Honorários de Sucumbência e dá outras providências.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS, destinado exclusivamente ao recebimento e distribuição de honorários advocatícios fixados por arbitramento, acordo ou sucumbência devidos nas negociações extrajudiciais e nas ações judiciais de qualquer natureza em que a Administração Direta ou Indireta do Município de Timbó for parte, nos termos da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994 e do art. 85, § 19 da Lei 13.105/2015.

§ 1º O disposto no caput tem validade para todas as ações ajuizadas, que estejam em andamento ou não.

§ 2º Os honorários constituem verba variável e observará o teto remuneratório constitucional e a incidência de imposto de renda.

§ 3º Os honorários previstos no caput deste artigo são verbas de natureza privada, extraorçamentária - que não fazem parte do orçamento público - não constituindo encargos ao Tesouro Municipal, sendo pagos exclusivamente pela parte sucumbente ou devedora.

Art. 2º Os recursos do FHS serão distribuídos de forma equânime e em sua totalidade entre os servidores ativos ocupantes dos cargos de

Procurador Geral do Município, Advogado, Assessor Institucional da Procuradoria e Assessor Jurídico, constantes da Lei Complementar n. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Lei Complementar n. 212, de 21 de dezembro de 2001 e suas alterações, observados os critérios de cálculo abaixo:

I - Apuração das cotas individuais através da divisão do saldo existente na conta do fundo no dia 10 (dez) de cada mês pela quantidade dos beneficiários que, na mesma data, preencham os requisitos do caput deste artigo, através da folha de pagamento, descontadas eventuais acumulações individuais de que trata o § 3º;

II - Repasse, até o último dia de cada mês, da cota individual ao respectivo titular do direito, observado o limite do teto remuneratório Constitucional.

§ 1º A Secretaria da Fazenda e Administração deverá encaminhar mensalmente ao Procurador Geral do Município cópia dos extratos de movimentação dos recursos depositados na conta bancária vinculada ao Fundo de Honorários Sucumbenciais.

§ 2º Caberá ao Procurador Geral, mensalmente, encaminhar ao Setor de Recursos Humanos relação contendo o nome e o valor que deverá ser repassado a cada um dos servidores beneficiados por esta Lei.

§ 3º Os recursos não repassados ao beneficiário do direito pela aplicação do teto remuneratório Constitucional previsto no inciso II, serão acumulados individualmente para repasse nos meses subsequentes.

§ 4º A Secretaria da Fazenda e Administração, através do Setor de Recursos Humanos, consignará os valores dos honorários na folha de pagamento dos beneficiários, sob a rubrica "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS".

Art. 3º O profissional do Município atuante no processo deverá requerer que os honorários advocatícios sejam objeto de alvará apartado/específico, bem como que sejam creditados na conta bancária específica do Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS.

Parágrafo Único. Nos processos em que o alvará for expedido de forma automatizada na conta do Município de Timbó, assim como nos casos em que houver pagamento administrativo, a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração deverá proceder a imediata transferência dos valores relativos aos honorários advocatícios para a conta bancária específica do Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS.

Art. 4º Constituirão receitas do Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS:

I - os valores pagos a título de honorários advocatícios, oriundos do pagamento de quaisquer débitos devidamente constituídos em dívida ativa;

II - os valores advindos do levantamento de alvarás judiciais referentes a honorários advocatícios em processos nos quais a Administração Direta e Indireta do Município de Timbó seja parte;

III - os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo de Honorários Sucumbenciais;

IV - alvará expedido de forma automatizada na conta do Município de Timbó e nos casos de pagamento administrativo.

Parágrafo único. As receitas do Fundo de Honorários Sucumbenciais não poderão ser revertidas, a qualquer título, ao Tesouro Municipal.

Art. 5º O Fundo de Honorários Sucumbenciais será fiscalizado pelo Procurador do Município, responsável pela movimentação e prestação de contas dos recursos do fundo.

§1º. Compete ainda ao Procurador do Município a expedição de eventuais atos necessários ao cumprimento desta Lei.

§2º. As atribuições contidas caput e §1º e demais lhe afetas poderão ser objeto de delegação.

Art. 6º Fica autorizada a aplicação financeira dos recursos do Fundo em conta especial, com a denominação de Fundo de Honorários Sucumbenciais-FHS, em estabelecimento bancário oficial.

Art. 7º Considera-se em efetivo exercício para os fins de recebimento de honorários, o servidor que estiver afastado de suas funções em virtude de:

I - férias e licença-prêmio;

II - casamento, até cinco dias consecutivos;

III - luto pelo falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até sete dias consecutivos;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - licença-paternidade;

VI - licença-gestante;

VII - licença para tratamento de saúde decorrente de acidente de serviço ou de doença profissional;

VIII - missão ou estudo do interesse da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 8º Será suspensa a distribuição de honorários ao servidor, em qualquer das seguintes condições:

I - em licença para tratamento de interesses particulares;

II - em licença para campanha eleitoral;

III - em licença para acompanhar cônjuge servidor público mandado servir em outro ponto do Estado, ou do território nacional, ou no estrangeiro;

IV - no exercício de mandato eletivo;

V - preventivamente, quando afastado para averiguação de faltas cometidas no exercício do cargo;

VI - em cumprimento de penalidades;

VII - em licença do cargo efetivo para exercício de cargo em comissão incompatível com a advocacia.

Art. 9º Será excluído da distribuição de honorários o servidor que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento ou pela posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação indevida ou ainda o servidor aposentado.

Parágrafo Único. O servidor que pedir exoneração ou se aposentar não terá direito aos valores porventura existentes na conta para rateio, seja decorrente de saldo do mês anterior, seja porque o rateio ainda não foi realizado.

Art. 10 É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que de alguma forma retire, dificulte ou obste, no todo ou em parte, dos beneficiários o direito à percepção e distribuição dos honorários advocatícios de que trata esta lei.

Art. 11 Os valores recebidos e rateados a título de sucumbência não integrarão a remuneração do servidor a qualquer título ou efeito.

Parágrafo único. Não incide contribuição previdenciária sobre os valores distribuídos na forma dessa lei.

Art. 12 As despesas decorrentes da presente lei ordinária correrão à conta das dotações próprias, ficando desde já autorizada a abertura de crédito adicional suplementar ou especial necessário ao seu cumprimento.

Art. 13 Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER

Prefeito de Timbó/SC

**CÂMARA MUNICIPAL****Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 80/2017**

Publicação Nº 1458609

## COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei n.º 80/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, e fornecimento de merenda escolar na forma que dispõe.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Fabricio Dalcastagné

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de auxílio financeiro à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, autorizando, ainda, o fornecimento de merenda escolar. Respetivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente.

O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente a esta Comissão no dia 14 de dezembro corrente após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação opinar pela legalidade e constitucionalidade do mesmo, cujo parecer foi publicado na forma regimental.

No mesmo dia a presente Comissão teve como pauta a proposição em sua reunião e exarou seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

A importância dos trabalhos da APAE de Timbó é de notório conhecimento propiciando condições dignas para pessoas com deficiências.

O objetivo principal da entidade é o atendimento às referidas pessoas, buscando integrá-los e socializá-los à comunidade, o que demanda muitos recursos, tendo em vista a necessidade de profissionais devidamente capacitados, materiais e mantimentos diversos.

A matéria é de indiscutível importância à entidade, seus alunos e à população do município.

É dever constitucional do Poder Público adotar posturas no sentido de garantir a inclusão social das pessoas já referidas.

Com o objetivo de auxiliar tal inclusão, o Município de Timbó tem concedido apoio financeiro e operacional à entidade supramencionada, para viabilizar sua manutenção.

A iniciativa é digna de louvor, manifestando o zelo da Administração Pública para com a inclusão social, possibilitando aos integrantes que convivem na instituição em destaque os cuidados especiais para sua subsistência, saúde e bem-estar.

Deste modo, é imperativo que esta Comissão se manifeste favoravelmente ao projeto.

**III) CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017.

Guilherme Voigt Júnior

Presidente

Adilson Mesch  
Membro

Fabricio Dalcastagné  
Relator

**Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 82/2017**

Publicação Nº 1458615

## COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei n.º 82/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades culturais por entidades deste município.

Iniciativa do Projeto - Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator do Parecer – Vereador Guilherme Voigt Júnior

## I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de auxílio financeiro para a manutenção de atividades culturais por parte do Município de Timbó.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto a esta Comissão no dia 15 de dezembro para sua apreciação, após a manifestação pela legalidade e constitucionalidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer foi publicado na forma regimental.

No mesmo esta Comissão teve como pauta o projeto em sua reunião quando exarou parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

## II) FUNDAMENTAÇÃO

### A) Das Emendas pelas Comissões e pelos Vereadores

Foi apresentada a Emenda Modificativa n.º 1 pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, visando alterar a redação do nome do beneficiário contido no inciso V do art. 1.º da proposição, uma vez que o nome correto da mesma é "Banda Musical Acordes Celestes", e não "Banda Municipal Acordes Celestes". Assim, efetivamente se faz necessária a alteração pretendida através da presente Emenda, razão pela qual essa Comissão se manifesta de maneira favorável à sua aprovação.

### B) Do mérito

A proposição em tela busca fomentar a cultura e difundir a história do Município, através de auxílio financeiro para a manutenção de grupos na aquisição de instrumentos musicais, vestimentas, dentre outros.

É de praxe a protocolização do presente projeto nesta Casa, uma vez que se pretende com este amenizar as dificuldades econômicas enfrentadas pelos componentes dos grupos aqui beneficiados, pois seus integrantes dedicam tempo e esforço em ensaios e apresentações, necessitando serem motivados a continuar nesta jornada.

A pertinência da aprovação do presente Projeto é destacada quando se verifica a participação da comunidade ao prestigiar os eventos realizados pelas entidades supracitadas.

Ressalta-se que é de salutar importância que os componentes das entidades ora beneficiadas honrem com seus compromissos perante a sociedade, dando continuidade nos trabalhos que vêm prestando, cumprindo fielmente com suas obrigações.

## III) CONCLUSÃO

### VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2017

Guilherme Voigt Júnior

Presidente/Relator

Adilson Mesch

Membro

Fabricio Dalcastagné

Membro

## **Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 83/2017**

Publicação Nº 1458620

### COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei n.º 83/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger.

Relator: Vereador Adilson Mesch

## I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende autorizar a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro, corrente. O Presidente da Mesa Diretora despachou o

presente projeto a esta Comissão no dia 14 de dezembro após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação se manifestar pela constitucionalidade e legalidade do mesmo, cujo parecer foi publicado na forma regimental.

No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

## II) FUNDAMENTAÇÃO

O Município de Timbó atua nas mais diversas áreas da educação, atendendo às necessidades dos ensinos infantil e fundamental. Estes são essenciais para o ensino médio, sendo peças que integralizam a educação básica nacional que tem como finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Sendo assim, diante da análise das finalidades da educação básica nacional, de nada adianta atuar prioritariamente nos citados ensinos e não incentivar à formação acadêmica universitária, pois a finalidade daquela é o fornecimento de meios para o progresso em estudos posteriores.

O incentivo ao ensino superior diplomará estudantes em diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção no meio profissional e para a participação no desenvolvimento da comunidade timboense.

Por esta afirmação, entende-se ser de extrema importância a concessão do auxílio pretendido, uma vez que contribui para com o acesso dos timboenses ao ensino superior.

## III) CONCLUSÃO

### VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017

Guilherme Voigt Júnior

Presidente

Adilson Mesch

Relator

Fabricio Dalcastagné

Membro

## **Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 84/2017**

Publicação Nº 1458627

### COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei n.º 84/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Fabricio Dalcastagné

## I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais.

Tal projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. No dia 14 de dezembro o Presidente da Mesa Diretora o encaminhou a esta Comissão para análise, após manifestação pela legalidade e constitucionalidade do projeto, por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final cujo parecer fora publicado na forma regimental.

No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

## II) FUNDAMENTAÇÃO

A Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais, entidade de caráter filantrópico, há muito tempo presta seus relevantes trabalhos para a comunidade timboense, auxiliando o Poder Público Municipal naquilo que diz respeito a proteção e controle



populacional dos animais em situação de abandono.

Importante e fundamental primar pelo aperfeiçoamento e expansão dos trabalhos realizados por esta entidade, contribuindo para a manutenção de seus serviços já que com os valores oriundos do erário é que a associação consegue realizar o pagamento dos procedimentos de castração dos animais abandonados.

Vislumbrando ser de expressiva importância a atuação da entidade ora em apreço, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação da matéria.

### III) CONCLUSÃO

#### VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017.

Guilherme Voigt Júnior

Presidente

Adilson Mesch

Membro

Fabricio Dalcastagné

Relator

## **Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 85/2017**

Publicação Nº 1458630

### COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei n.º 85/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Guilherme Voigt Júnior

#### I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente a esta Comissão no dia 14 de dezembro após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação opinar pela sua legalidade e constitucionalidade, cujo parecer foi publicado na forma regimental.

No mesmo dia a presente Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### II) FUNDAMENTAÇÃO

A Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó, entidade de caráter filantrópico, há muito tempo presta seus relevantes trabalhos para a comunidade timboense, preponderantemente para as mulheres, realizando exames preventivos, distribuindo material ambulatorial e educativo, ministrando palestras preventivas, dentre outras ações.

Importante e fundamental primar pelo aperfeiçoamento e expansão dos trabalhos realizados por esta entidade, contribuindo para a manutenção de seu espaço físico e dos materiais utilizados para exames, já que todo trabalho é realizado por voluntárias da sociedade civil organizada.

Notório é o grande número de mulheres atendidas pela entidade e que tiveram a oportunidade de cura por fazerem os exames preventivos, proporcionados a tempo pela Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Vislumbrando ser de expressiva importância a atuação da entidade ora em apreço, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação da matéria.

### III) CONCLUSÃO

#### VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Adilson Mesch  
Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017.  
Guilherme Voigt Júnior  
Presidente/Relator

Adilson Mesch	Fabricio Dalcastagné
Membro	Membro

**Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 86/2017**

Publicação Nº 1458635

**COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL**

Projeto de Lei n.º 86/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades da ACIMVI deste município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger  
Relator: Vereador Adilson Mesch

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação Empresarial do Médio Vale do Itajaí - ACIMVI deste município.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de dezembro. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 14 de dezembro, após manifestação por sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação. No mesmo dia essa Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

Segundo a exposição de motivos, a ACIMVI presta diversos serviços às empresas e população, tais como autenticação de livros empresariais, registro de processos, aberturas de empresas, alterações, constituições, atas entre outros. Serviços estes indispensáveis para o bom funcionamento das empresas instaladas em Timbó e na região. Também auxilia no empreendedorismo de nossa região, oferecendo treinamentos, cursos, palestras, entre outras atividades, sempre tendo como principal objetivo o desenvolvimento municipal e regional. Visando sempre atingir o maior número possível de participantes nos eventos promovidos pelas entidades.

É de indubitável importância para a comunidade timboense que a ACIMVI possua plenas condições para desenvolver suas atividades. E com o objetivo de auxiliar esta importante entidade, o Município de Timbó pretende, através do projeto em análise, lhe conceder apoio financeiro e operacional para viabilizar sua manutenção.

A iniciativa é digna de louvor, manifestando o zelo da Administração Pública para com a economia e empreendedorismo de nossa cidade possibilitando, com o auxílio referido, que a ACIMVI continue prestando seus valiosos serviços à comunidade timboense.

Deste modo, é imperativo que esta Comissão se manifeste favoravelmente ao projeto.

**III) CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.  
Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Guilherme Voigt Júnior  
Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017  
Guilherme Voigt Júnior  
Presidente

Adilson Mesch  
Relator

Fabricio Dalcastagné  
Membro

### **Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 87/2017**

Publicação Nº 1458637

#### COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei n.º87/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de modalidades esportivas às entidades deste município.

Iniciativa do Projeto - Prefeito Jorge Augusto Krüger  
Relator do Parecer - Vereador Fabricio Dalcastagné

#### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza o Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes a conceder auxílio financeiro para manutenção de modalidades esportivas a entidades deste Município.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 14 de dezembro para sua apreciação após a manifestação pela legalidade e constitucionalidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o projeto em sua reunião quando exarou seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê o desporto como sendo direito individual de cada um, cabendo ao Estado, seja este qualquer ente federativo, diante da titularidade de autonomia assegurada pelo princípio federativo, fomentar práticas desportivas através de suas políticas públicas. É o que busca o presente projeto. Sua aprovação assegurará a prática desportiva àquele que demonstrar interesse, cumprindo o Município o preceito constitucional previsto no art. 217 da respectiva Constituição Federal.

#### III - CONCLUSÃO

##### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator dessa Comissão se manifesta pela aprovação da matéria.

Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior  
Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017  
Guilherme Voigt Júnior  
Presidente

Adilson Mesch  
Membro

Fabricio Dalcastagné  
Relator

### **Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei Complementar nº 13/2017**

Publicação Nº 1458530

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei Complementar n.º 13/2017 – Altera a Lei Complementar nº. 389, de 21 de setembro de 2010, a qual regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME), às empresas de pequeno porte (EPP) e aos microempresários individuais (MEI) de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger  
Relator: Vereador Adilson Mesch

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende alterar a Lei Complementar n.º 389/2010, que regulamenta o tratamento diferenciado dado às micro e pequenas empresas de acordo.

Respectivo projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa no dia 8 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa despachou-o a esta Comissão no dia 14 de dezembro, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer fora publicado na forma regimental.

No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária exarando seu parecer que ora segue.

Este é o relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que as alterações ora pretendidas decorrem de exigência legal federal, que inclusive, alterando a legislação acerca o ISS, impôs que a alíquota mínima para o pagamento do tributo é de 2%, o que impossibilita a existência do arbitramento de um valor fixo, nos moldes como vinha sendo feito até hoje com relação as micro e pequenas empresas individuais. Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

## III - CONCLUSÃO

### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 13/2017.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Kruger

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017

Carlos Adriano Krüger

Presidente

Adilson Mesch

Relator

John Adriano Schwartz

Membro

## **Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 70/2017**

Publicação Nº 1458534

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei n.º 70/2017 – Projeto de Lei Ordinária n.º 70/2017. Acresce o art. 2º F à Lei n.º 1940 de 21 de maio de 1997, que disciplina a pavimentação de ruas sob o regime de mutirão.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Adilson Mesch

## I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende alterar a Lei n.º 1.940, de 21 de maio de 1997, que disciplina a pavimentação das ruas sob o regime de mutirão, instituindo cláusula de incentivo econômico de modo a permitir o Poder Executivo a auxiliar nas pavimentações das vias que compõe a área industrial da cidade.

Respectivo projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa no dia 27 de novembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa despachou-o a esta Comissão no dia 11 de dezembro, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final cujo parecer foi publicado na forma regimental.

No dia 14 de dezembro esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária exarando seu parecer que ora segue.

Este é o relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que se observa do projeto em questão, o incentivo a ser concedido pelo Poder Executivo não trará gastos que já não venham sendo suportados pelo erário e previstos em dotações orçamentárias específicas. Sendo assim, limitando-se a presente Comissão em sua competência estipulada no art. 56 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a respeito do conteúdo do Projeto em análise, a matéria apresentada-se corretamente proposta por atender os requisitos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

## III - CONCLUSÃO

**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei n.º 70/2017.  
Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017  
Carlos Adriano Krüger  
Presidente

Adilson Mesch	John Adriano Schwartz
Relator	Membro

**Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 79/2017**

Publicação Nº 1458535

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS**

Projeto de Lei n.º 79/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Jordânia.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger  
Relator: Vereador Carlos Adriano Krüger

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Jordânia.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 12 de dezembro corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 14 de dezembro após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto. Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação nas vias supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 79/2017.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Adilson Mesch  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017.  
Carlos Adriano Krüger  
Presidente/Relator

Adilson Mesch  
Membro

John Adriano Schwartz  
Membro

## **Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 80/2017**

Publicação Nº 1458536

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei n.º 80/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, e fornecimento de merenda escolar na forma que dispõe.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger  
Relator: Vereador Carlos Adriano Krüger

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de subvenção à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, bem como o fornecimento de merenda escolar.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa o despachou a esta Comissão no 14 de dezembro, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No dia 14 de dezembro esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

O art. 127 da Lei Orgânica de Timbó estabelece que o Município auxiliará em programas de assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente.

Entretanto, visando à lisura e a transparência das subvenções concedidas pela municipalidade a entidades beneficentes, é de extrema importância o respeito à legislação que regulamenta a concessão de tais subvenções, sob pena de se caracterizarem infrações não toleradas pelas autoridades, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

A Lei Orgânica do Município de Timbó estabelece competir à Câmara Municipal a autorização de concessão de auxílio ou subvenções (inciso VI do art. 15), o que, entretanto, não dispensa o cumprimento de demais requisitos legais.

A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos encontra amparo na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Estadual nº 5.867/81. Ademais, a Constituição Federal, no inciso VIII do art. 167, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), dispõem que a destinação de recursos a entidades privadas dependerá também do atendimento às condições estabelecidas nas Leis Orçamentárias do Município ou através de créditos adicionais (artigo 26 da LRF).

As despesas em relação à execução da Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2018, segundo constam nos §§ 1.º e 2.º do artigo 1º desta iniciativa legal, respeitando-se assim, a previsão contida no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

No que diz respeito à prestação de contas, segundo §2.º do art. 2.º e § 3.º do art. 3.º do projeto, a APAE deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei, inclusive quantificando os benefícios recebidos em seus balancetes mensais e anuais.

#### III - CONCLUSÃO

##### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 80/2017.

Esse é o voto.

##### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Adilson Mesch  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017  
Carlos Adriano Krüger  
Presidente/Relator

Adilson Mesch  
Membro

John Adriano Schwartz  
Membro



**Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 82/2017**

Publicação Nº 1458538

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei n.º 82/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades culturais por entidades deste município.

Iniciativa do Projeto - Prefeito Jorge Augusto Krüger.

Relator do Parecer - Vereador Adilson Mesch

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de auxílio financeiro para a manutenção de atividades culturais por parte do Município de Timbó.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto a esta Comissão no dia 15 de dezembro para sua apreciação, após a manifestação pela legalidade e constitucionalidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o projeto em sua reunião quando exarou parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO****a) Das Emendas pelas Comissões e pelos Vereadores.**

Foi apresentada a Emenda Modificativa n.º 1 pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, visando alterar a redação do nome do beneficiário contido no inciso V do art. 1.º da proposição, uma vez que o nome correto da mesma é "Banda Musical Acordes Celestes", e não "Banda Municipal Acordes Celestes". Assim, efetivamente se faz necessária a alteração pretendida através da presente Emenda, razão pela qual essa Comissão se manifesta de maneira favorável à sua aprovação.

**b) Do mérito**

Limitando-se a presente Comissão em sua competência estipulada no art. 69 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a respeito do conteúdo do Projeto em análise, a matéria apresenta-se corretamente proposta por atender os requisitos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

**III - CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 82/2017.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2017

Carlos Adriano Krüger

Presidente

Adilson Mesch

Relator

John Adriano Schwartz

Membro

**Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 83/2017**

Publicação Nº 1458543

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei n.º 83/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Carlos Adriano Krüger

**I) RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende autorizar a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 14 de dezembro após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação se manifestar pela constitucionalidade e legalidade do mesmo.

No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II) FUNDAMENTAÇÃO**

A proposição visa auxiliar financeiramente o Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI, com a quantia de R\$ 73.600,00 destinado ao custeio parcial de suas atividades.

As subvenções sociais se prestam a suplementar financeiramente entidades sem finalidades lucrativas de assistência social, médica ou educacional, que somente poderão receber recursos públicos quando suas atividades puderem ser enquadradas no conceito de assistência social, saúde ou educação.

As despesas em relação à execução do presente Projeto de Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2018, da Secretaria da Articulação Política e Institucional, tendo previsão para atender a esta despesa, sendo parte integrante do planejamento municipal.

Por fim, deve-se consignar que a entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos postos à sua disposição, conforme preceitua o §4.º do artigo 1º, do projeto em análise.

**III) CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à tramitação da matéria.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017.

Carlos Adriano Krüger

Presidente/Relator

Adilson Mesch  
Membro

John Adriano Schwartz  
Membro

**Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 84/2017**

Publicação Nº 1458581

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS**

Projeto de Lei n.º 84/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Carlos Adriano Krüger

**I) RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza auxílio financeiro a Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 27 de março corrente ano. O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 13 de abril após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação opinar pela sua legalidade e constitucionalidade.

No dia 13 de abril a presente Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, tendo sido solicitada reunião com a entidade beneficiária para apresentação de seu trabalho, tendo esta sido realizada em 27 de abril.

No dia 04 de maio o projeto foi novamente debatido em reunião pela Comissão, tendo sido elaborado parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II) FUNDAMENTAÇÃO**

As subvenções sociais se prestam a suplementar financeiramente entidades sem finalidades lucrativas de assistência social, médica ou educacional, que somente poderão receber recursos públicos quando suas atividades puderem ser enquadradas no conceito de assistência social, saúde ou educação.

As despesas em relação à execução do presente Projeto de Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2018, do Fundo Municipal de Saúde, tendo previsão para atender a esta despesa, sendo parte integrante do planejamento municipal.

Por fim, deve-se consignar que a entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos postos à sua disposição, conforme preceitua os §3º e §4.º, do artigo 1º, da proposição em análise.

**III) CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei n.º 84/2017. Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017.

Carlos Adriano Krüger

Presidente/Relator

Adilson Mesch

Membro

John Adriano Schwartz

Membro

**Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 85/2017**

Publicação Nº 1458583

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS**

Projeto de Lei nº 85/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador John Adriano Schwartz

**I) RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer. Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de dezembro corrente ano. O Presidente da Mesa Diretora despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 14 de dezembro após a Comissão de Legislação, Justiça e Redação opinar pela sua legalidade e constitucionalidade.

No mesmo dia a presente Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II) FUNDAMENTAÇÃO**

A proposição visa auxiliar financeiramente a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó, com a quantia de R\$ 38.900,00, destinada à manutenção de suas atividades no exercício de 2018.

As subvenções sociais se prestam a suplementar financeiramente entidades sem finalidades lucrativas de assistência social, médica ou educacional, que somente poderão receber recursos públicos quando suas atividades puderem ser enquadradas no conceito de assistência social, saúde ou educação.

As despesas em relação à execução do presente Projeto de Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2018, do Fundo Municipal de Saúde, tendo previsão para atender a esta despesa, sendo parte integrante do planejamento municipal.

Por fim, deve-se consignar que a entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos postos à sua disposição, conforme preceitua o §4.º, do artigo 1º, da proposição em análise.

**III) CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei n.º 85/2017.  
Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Carlos Adriano Krüger  
Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017.  
Carlos Adriano Krüger  
Presidente

Adilson Mesch	John Adriano Schwartz
Membro	Relator

### **Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 86/2017**

Publicação Nº 1458593

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei n.º 86/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades da ACIMVI deste município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger  
Relator: Vereador Adilson Mesch

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação Comercial e Industrial do Médio Vale do Itajaí - ACIMVI deste município.  
Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de dezembro. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 14 de dezembro, após manifestação por sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação. No mesmo dia essa Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.  
Esse é o relatório.

#### II- FUNDAMENTAÇÃO

Limitando-se a presente Comissão em sua competência estipulada no art. 56 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a respeito do conteúdo do Projeto em análise, verifica-se a existência de previsão orçamentária para o ora pretendido, estando o projeto corretamente proposto por atender os requisitos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 86/2017.  
Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Carlos Adriano Krüger  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017.  
Carlos Adriano Krüger  
Presidente

Adilson Mesch	John Adriano Schwartz
Relator	Membro

**Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 87/2017**

Publicação Nº 1458597

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei n.º 87/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de modalidades esportivas às entidades deste município.

Iniciativa do Projeto - Prefeito Jorge Augusto Krüger.

Relator - Vereador Adilson Mesch

## I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza o Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes a conceder auxílio financeiro para manutenção de modalidades esportivas a entidades deste Município.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto a esta Comissão no dia 14 de abril para sua apreciação, após a manifestação pela legalidade e constitucionalidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer foi publicado na forma regimental.

No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o projeto em sua reunião quando exarou parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Limitando-se a presente Comissão em sua competência estipulada no art. 56 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a respeito do conteúdo do Projeto em análise, a matéria apresenta-se corretamente proposta por atender os requisitos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

## III - CONCLUSÃO

## VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 87/2017.

Este é o voto.

## DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2017

Carlos Adriano Krüger

Presidente

Adilson Mesch

Relator

John Adriano Schwartz

Membro

**QUARTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 08/2014**

Publicação Nº 1457536

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2014.

Tomada de Preços nº 01/2014.

## Cláusula Primeira – Das Partes

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão independente da Administração Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), neste ato representado pelo seu Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, residente e domiciliado neste município, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado, SAL PROPAGANDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.343.928/0001-10, com sede na Rua Fritz Lorenz, 1.129, Bairro Fritz Lorenz, Timbó (SC), neste ato representa por seu sócio administrador senhor LEANDRO BONK SABINO, inscrito no CPF sob o nº 060.505.699-40, e portador da CI nº 4.835.857 SSP/SC, doravante denominada de CONTRATADA, fundamentado no art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993, resolvem aditar o Contrato nº 08/2014.

## Cláusula Segunda – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto alterar a estimativa de despesas inicialmente previstas em R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) pelo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2014 para R\$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais) o que representa um acréscimo de 2% sobre o valor inicialmente previsto, ficando no limite estabelecido no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993.

## Cláusula Terceira – Da Dotação Orçamentária

A despesa de que trata este aditivo, correrão à conta da seguinte dotação:

01.031.0001.2002-33.90.39.88.00.00 – Serviços de Publicidade e Propaganda  
001.031.0001.2002 – Manutenção Secretaria Legislativa  
3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica  
3.3.90.39.88.010000 – Serviços de Publicidade e Propaganda

Cláusula Quarta – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato prorrogado por este Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – Da Publicação

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Timbó, 14 de dezembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

SAL PROPAGANDA LTDA

Leandro Bonk Sabino

Sócio



# Timbó Grande

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE 2/2017

Publicação Nº 1457571

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017  
MODALIDADE Inexigibilidade de Licitação N 02/2017

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Inexigibilidade de Licitação, com objetivo de adquirir produtos e contratar serviços necessários para instalação e manutenção de antigranizo no município. A empresa contratada é a AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA – ME, CNPJ 03.910.392/0001-14, no valor de R\$ 51.020,41 (Cinquenta e um mil, vinte reais, quarenta e um centavos). Maiores informações será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278. Nos dias úteis das 14:00 às 16:30 horas.

Timbó Grande, 13 de dezembro 2017.

ARI JOSÉ GALESKI

Prefeito Municipal

### PREGÃO 11 FMS

Publicação Nº 1457972

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017  
MODALIDADE Pregão Presencial N 11/2017

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir veículo automóvel. Acesso pública terá inicio às 09 horas, do dia 28 de dezembro de 2017, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail; licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, horário entre as 14h00 e as 16h00h.

Timbó Grande, 14 de dezembro de 2017.

Prefeito Municipal

Ari José Galeski

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2341

Publicação Nº 1457145

DECRETO N.º 2.341/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

DEFINE O VALOR DE REFERÊNCIA FISCAL – VRF DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade com o Art. 409, § 1º da Lei Complementar n.º 80/2014, que instituiu o Código Tributário do Município de Treze Tílias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o VRF - VALOR DE REFERÊNCIA FISCAL do município de Treze Tílias, conforme prevê o artigo 409 § 1º do Código Tributário Municipal, estipulado em R\$ 844,47 (oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos).

Art. 2º. O Valor de Referência Fiscal – VRF que se refere o artigo 1º, servirá de base de cálculo para o ISS - Imposto Sobre Serviços e das Taxas Municipais, no decorrer do exercício de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
12 de dezembro de 2017.  
MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI COMPLEMENTAR 109

Publicação Nº 1457362

LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2017

De 07 de Dezembro de 2017

Dispõe sobre alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Treze Tílias – LC 39/2011, cria VAGAS, estabelece padrões de vencimentos e CARGA HORÁRIA e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE TREZE TÍLIAS Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criados, para integrar o quadro de funcionários do Município de Treze Tílias/SC, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 39/2011, os seguintes cargos:

- I – Médico Pediatra – carga horária de 10 horas semanais;
- II – Auxiliar de Serviços Gerais – carga horária de 10 horas semanais;
- III – Auxiliar de Serviços Gerais – carga horária de 20 horas semanais;

Art. 2º. O cargo de Atendente de Farmácia passa a compor o Grupo ocupacional de Apoio à Saúde, com nível de vencimento III, conforme Tabela II do Anexo I da presente Lei.

Art. 3º. O nível de vencimento do cargo de Operador de Máquinas e Veículos Pesados é o constante na Tabela III, do Anexo I da presente Lei, retificando-se inconsistência de leis anteriores.

Art. 4º. O quesito “Experiência” contido no Item “3. Requisitos para provimento” referente cargo de Motorista de Veículos Leves – Grupo Ocupacional – Transportes, parte integrante do Anexo V da LC nº 039/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

1. Cargo: MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES [...]

3. Requisitos para provimento:

Instrução - [...]

Experiência – possuir mínimo de 02 (dois) anos de Carteira Nacional de Habilitação na modalidade definitiva. [...]

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei serão suportadas por dotação orçamentária própria.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
em 07 de dezembro de 2017.

MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

#### ANEXO I

#### TABELA I – Cargos e Classes de Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal

Grupo Ocupacional	Cargo	Classes dos Cargos	Nível de Vencimento	Carga Horária Semanal	Quantitativo por áreas de atuação/ especialização/ formação
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	IX	40h	22
		II	X	40h	06
		III	XI	40h	03
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I A	IX A	20h	02
		II A	X A	20h	02
		III A	XI A	20h	02
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I A	IX A	20h	01
		II A	X A	20h	01
		III A	XI A	20h	01
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I A	IX A	20h	01
		II A	X A	20h	01
		III A	XI A	20h	01
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	IX	20h	03
		II	X	20h	01
		III	XI	20h	01
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	VII 1	10h	
		II	VIII 1	10h	
		III	IX 1	10h	

Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Fiscalização	I	X	40h	04	Fiscalização de Receitas Tributárias Fiscalização de Obras e Posturas
		II	XI	40h	02	
		III	XII	40h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Controladoria Interna	I	X	40h	01	Ciências Contábeis
		II	XI	40h	01	
		III	XII	40h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Saúde	I	XIII	40h	04	Odontologia
		II	XIV	40h	01	
		III	XV	40h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Saúde	I	XIII	20h	03	Medicina
		II	XIV	20h	01	
		III	XV	20h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Medicina da Família		XV	40h	05	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Medicina com Especialização em Pediatria/ Obstetrícia	I	X	10h	01	
		II	XI	10h	01	
		III	XII	10h	01	

TABELA II – Cargos e Classes de Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal

Grupo Ocupacional	Cargo	Classes dos Cargos	Nível de Vencimento	Carga Horária Semanal	Quantitativo por áreas de atuação/ especialização/ formação	
Nível Técnico	Técnico Municipal de Nível Médio	I	VI	40h	14	Administração Agropecuária Contabilidade
		II	VII	40h	05	Enfermagem Finanças Higiene Dental Informática
		III	VIII	40h	02	Segurança do Trabalho Vigilância Sanitária
Apoio Administrativo Contábil-Financeiro	Agente Administrativo	I	III	40h	10	Administrativo/Contábil/ Financeiro
		II	IV	40h	02	
		III	V	40h	01	

Apoio à Saúde	Agente de Combate às Endemias		III	40h	03	
	Auxiliar de Consultório Dentário		III	40h	04	
	Atendente de Farmácia		III	40h	02	
Apoio à Educação, Cultura e Ação Social	Instrutor de Artes e Ofícios		IV	40h	10	
			IV A	30h	05	
			IV B	20h	05	
			IV C	10h	05	
	Treinador de Modalidades Esportivas		IV	20h	05	
	Orientador Social		IV	40h	01	
Serviços Gerais	Auxiliar de Serviços Gerais		III	40h	40	
	Cozinheiro		III	40h	10	

TABELA III – Cargos e Classes de Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal

Grupo Ocupacional	Cargo	Classes dos Cargos	Nível de Vencimento	Carga Horária Semanal	Quantitativo	Áreas de atuação/especialização/ áreas de formação
Obras, Serviços Públicos e Transportes	Artífice de Obras e Serviços Públicos		VI 1	40h	06	
	Auxiliar de Obras e Serviços Públicos		III	40h	20	
	Motorista de Veículos Leves		IV	40h	10	
	Operador de Máquinas e Veículos Pesados		VII	40h	30	

## ANEXO II

## GRUPO OCUPACIONAL - NÍVEL MÉDIO OU TÉCNICO

## 1. Cargo: ATENDENTE DE FARMÁCIA 2. Descrição sintética:

Compreende o cargo que tem como atribuição auxiliar o profissional farmacêutico. 3. Requisito para provimento:

Instrução: Ensino médio completo, acrescido de curso de Atendente e/ou Auxiliar de Farmácia com carga mínima de 150hs, ou ensino médio completo e que esteja cursando pelo menos 70hs do curso de Atendente e/ou Auxiliar de Farmácia.

\* Caso esteja cursando o curso de Atendente e/ou Auxiliar de Farmácia o candidato tem o prazo de 10 (dez) meses após a data de admissão para comprovar mediante Certificado/Diploma a sua conclusão. 4. Recrutamento:

Externo: no mercado de trabalho, mediante concurso público.

5. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão – para o padrão de vencimento imediatamente superior no cargo que ocupa.

**6. Atribuições típicas:**

- Orientar pacientes sobre o correto uso de medicamentos;
- Ler e compreender receitas médicas;
- Verificar a falta de produtos, gerenciar e organizar o estoque da farmácia;
- Atuar profissionalmente como Balconista de Farmácia.
- Deve possuir: Noções da legislação farmacêutica e sanitária - Ética profissional e responsabilidade social - Políticas, Sistemas e Promoção em Saúde - Fórmulas, receitas médicas e bulas - Medicamentos genéricos, fitoterápicos e homeopáticos - Classificação dos medicamentos segundo suas tarjas - Técnicas de lavagem e esterilização de materiais - Noções de microbiologia - Biossegurança - Anatomia e fisiologia humana - Microbiologia - Parasitologia - Higiene e segurança no trabalho - Dispensação de produtos farmacêuticos - Organização e funcionamento de farmácia - Administração farmacêutica - Relações interpessoais - Técnicas de vendas e marketing - Relações Interpessoais - Psicologia Aplicada a Farmácia - Administração Financeira.

**LEI ORDINARIA 1956**

Publicação Nº 1457324

LEI MUNICIPAL Nº 1.956/2017

De 20 de Outubro de 2017

**ALTERA A DENOMINAÇÃO DA SERVIDÃO GERMÂNICA PARA "RUA GERMÂNICA" DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito de Treze Tílias, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a denominação da Servidão Germânica para "RUA GERMÂNICA" - a Servidão Municipal com fim, que faz entroncamento com a Rua dos Pioneiros, conforme croqui parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 1.886/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
20 de outubro de 2017.

MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI ORDINARIA 1965**

Publicação Nº 1457326

LEI MUNICIPAL Nº 1.965/2017

De 14 de Dezembro de 2017

**EXTINGUE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Faço saber, nos uso das atribuições legais conferida pela Lei Orgânica, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica extinta a Fundação Cultural do Município de Treze Tílias/SC, criada pela Lei Municipal nº. 1488 de 05 de novembro de 2003.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a desafetação, bem como a reversão do imóvel denominado "Centro de Eventos Maria Thaler Moser", com área de 843,60 m², matriculado sob o nº. 10.618 no 2º Ofício de Imóveis da Comarca de Joaçaba/SC para o patrimônio do Município.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a nomear, mediante decreto, caso necessário, comissão especial para deliberar sobre a extinção, apurando eventuais haveres ou obrigações.

Art. 4º. Ficam revogadas as Leis Municipais nº. 1488/2003, 1768/2013 e 1777/2013.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
14 de dezembro de 2017.  
MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 153/17

Publicação Nº 1458461

DECRETO 153/17 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 113.850,00 (cento e treze mil, oitocentos e cinquenta reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

**04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE**

04.04 – Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 40.000,00

04.07 – Centro de Educação Infantil Cinderela

04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

04.16 – Centro de Educação Básica Alberto Balduino Barchfeld

04.16.12.361.0004.2.058-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 23.000,00

04.04 – Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

04.16 – Centro de Educação Básica Alberto Balduino Barchfeld

04.16.12.361.0004.2.058-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

04.07 – Centro de Educação Infantil Cinderela

04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

**08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

08.02 – Departamento de Proteção Básica

08.02.08.244.0012.2.047-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 850,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

**04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE**

04.04 – Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 40.000,00

04.16 – Centro de Educação Básica Alberto Balduino Barchfeld

04.16.12.361.0004.2.058-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 23.000,00

04.07 – Centro de Educação Infantil Cinderela

04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

04.16 – Centro de Educação Básica Alberto Balduino Barchfeld

04.16.12.361.0004.2.058-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

04.07 – Centro de Educação Infantil Cinderela

04.07.12.365.0004.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

04.04 – Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

**08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

08.02 – Departamento de Proteção Básica

08.02.08.244.0012.2.047-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 850,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

**DECRETO 154/17**

Publicação Nº 1458462

DECRETO 154/17 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.301.0005.2.050-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 65.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentaria:

Excesso de Arrecadação R\$ 65.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

**DECRETO 155/17**

Publicação Nº 1458463

DECRETO 155/17 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.302.0005.2.051-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentaria:

Excesso de Arrecadação R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

**DECRETO 156/17**

Publicação Nº 1458464

DECRETO 156/17 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.50.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

**PORTARIA 459/17**

Publicação Nº 1458460

PORTARIA 459/17 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado junto ao Departamento de Pessoal na data de 13 de dezembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. ELIANE RAIMUNDI VAN DEN BOOM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

**PREGÃO PRESENCIAL 72/2017 PMTC**

Publicação Nº 1458346

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 72/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Srª. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 72/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, REGIME DE EXECUÇÃO GLOBAL, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO

DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE PROJETOS COM ACOMPANHAMENTO NA UTILIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS, MONTAGENS DE PROJETOS E DE INFRAESTRUTURA E TREINAMENTO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h, do dia 29 de dezembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:30 às 17:00 horas, ou ainda pelo endereço eletrônico: [www.trombudo-central.sc.gov.br](http://www.trombudo-central.sc.gov.br).

Trombudo Central, 15 de dezembro de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL 73/2017 PMTC**

Publicação Nº 1458391

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 73/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr<sup>a</sup>. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 73/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, REGIME DE EXECUÇÃO GLOBAL, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TROMBUDO CENTRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 11:00h, do dia 29 de dezembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:30 às 17:00 horas, ou ainda pelo endereço eletrônico: [www.trombudo-central.sc.gov.br](http://www.trombudo-central.sc.gov.br).

Trombudo Central, 15 de dezembro de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 136/2017

Publicação Nº 1458348

#### CONTRATO nº 136/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 231/2017 e Pregão Presencial nº 146/2017.

CONTRATADO: A empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.303.600/0001-80, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, 662, Centro, no Município Maravilha/SC, considerada doravante CONTRATADA.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto aquisição de EQUIPAMENTOS PERMANENTES E DEMAIS MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO DAS OFICINAS DO CRAS, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato

1	1	UNID	Batedeira planetária, 4 litros, 8 velocidades, batedores metal, 220 v, potência 300 w. marca philco/4 litros metal, 220 v, potência 300 w.	383,00	383,00
2	1	UNID	Liquidificador 600w, 2 litros, 5 velocidades, com filtro, capacidade total 2 litros, lamina removíveis. 220 v. walita 2litros	219,00	219,00
3	1	UNID	Forno elétrico 46l, potência 1500w, material metal prata, dimensões aproximado 37x55x44cm. beste/46 litros	430,00	430,00
7	36	UN	Tatame dupla face em eva de 1x1m, com 28mm de espessura. cor vermelho e azul. haiti/28mm	74,88	2.695,68
			TOTAL GERAL		3.727,68

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de RS 3.727,68(três mil setecentos e vinte sete reais e sessenta e oito centavos) será realizado 8(oito) dias após o recebimento dos equipamentos permanentes e demais materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do licitante vencedor.

2.2 O pagamento somente será liberado após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.5 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições



pactuadas.

2.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os EQUIPAMENTOS PERMANENTES E DEMAIS MATERIAIS deverão ser entregues em até 8(oito) dias após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.2 Os EQUIPAMENTOS PERMANENTES E DEMAIS MATERIAIS deverão ser entregues, no CRAS, estabelecido na Rua Santa Cruz, Centro, deste Município com

prévio agendamento, com a Assistente do CRAS, a Sra. Cleonice Yess, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

4.3 A CONTRATADA deverá atentar para a qualidade do objeto a ser entregue, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pela Equipe Técnica do centro administrativo.

4.4 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.6 – O Município de Tunápolis terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os objetos deste contrato com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 231/2017 e deste contrato e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos e demais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir os itens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (131,132,133,181,195) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 15 de fevereiro de 2018, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 11 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

Telecopy Equipamentos Ltda EPP  
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Cleonice D.Yess  
Fiscal do contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

## CONTRATO N ° 33/2017

Publicação N° 1458249

CONTRATO N ° 33/2017

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo Gestora Sra. CLARICE WEIS STAUB, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis- SC, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado a CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA, devidamente estabelecido na Rua Marechal Floriano Peixoto, 430-0, Centro no Município de Chapecó/SC, devidamente inscrita no CNPJ: 09.427.099/000268 doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de exames para a população do Município de Tunápolis - SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 007/2017 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto o credenciamento para prestação de serviços de exames (Ressonância Magnética, Contraste de para exame de Ressonância magnética) de acordo com a tabela do SUS E CIS AMEOSC para a população do Município de Tunápolis - SC., a saber:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Exame de Ressonância Magnética	unid	20	268,75	5.375,00
2	Contraste de para exame de Ressonância magnética	unid	10	70,00	700,00
	TOTAL GERAL			6.075,00	

### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da Requisição do Exame, documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou

documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência a empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará pelos serviços prestados de acordo com os valores constantes na cláusula primeira, que são baseados Tabela de Referência do SUS E AMEOSC. O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela de Referência do SUS, na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (90) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do ano de 2017.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS**

A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os exames para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso

XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO**

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo

de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2017 podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC, 12 de dezembro de 2017.

CLARICE WEIS STAUB CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA  
CONTRATADA CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 09/2017**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 250/2017**

Publicação Nº 1457584

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 250/2017  
Concorrência Pública nº 09/2017

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC, representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA A CESSÃO DE DIREITO REAL DE TRANSFORMADORES (TRAFOS DE DIVERSAS POTÊNCIAS), CABOS DE REDE E POSTES ATRAVÉS DO PROGRAMA "ENERGIA EXCELENTE, PRODUÇÃO EFICIENTE", VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EMPRESAS/INDÚSTRIAS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS nos termos da LEI Nº 1315/2017 de 14 de Junho de 2017, observadas as regras de licitação estabelecidas pela Lei 8.666/93, sendo que os envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta poderão ser entregues até 15 minutos antes do início da Sessão de Julgamento que ocorrerá dia 16 de janeiro de 2018, às 09 horas, na Sede da Prefeitura Municipal de Tunápolis, na Rua João Castilho, 111.

Entrega das propostas até às 9h do dia 16 de janeiro de 2018.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 15 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 4682/2017**

Publicação Nº 1458231

PORTARIA N.º 4.682/2017 de 13 de Dezembro de 2017.  
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga por 30 (trinta dias) o Inquérito Administrativo, da Comissão nomeada pelos seguintes servidores: Bruno Lengert, Joel Flach e Ricardo Ott, todos servidores público municipais, efetivos, sob a presidência do primeiro, com a incumbência de apurar possível ressarcimento por dano material com relação a acidente de trânsito que teria sido provocado pelo Servidor Público Municipal, Sr. Domingo Casanova, com a Motoniveladora Caterpillar, de propriedade da Prefeitura Municipal de Tunápolis, no dia 05/02/2016, por volta das 09:00 horas, envolvendo-se com o veículo VW/FOX, placa QHP-6823, de propriedade do Sr. Gilson José Mees, conforme registro do Boletim de Ocorrência em anexo, onde a princípio, demonstra transgressões disciplinares tipificada no artigos 85 e 88, da Lei Complementar Municipal

nº. 13/2006, sem prejuízo de outra tipificação que no curso da apuração seja constatada.

Art. 2º No processo de apuração serão observados os procedimentos constantes na Lei Complementar nº. 13/2006, nos artigos 106 a 110.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Tunápolis, aos 13 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 252/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 157/2017 DATA EMISSÃO: 14/12/2017**

Publicação Nº 1457940

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 252/2017

Pregão Presencial nº: 157/2017

Data Emissão: 14/12/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por tarifa

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por tarifa, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 9h30min do dia 29/12/2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PROCEDER A ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, FORA DO DOMICILIO BANCÁRIO DO MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS como a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	2.000,00	UND	1,50	RECEBIMENTO DE BOLETOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS (ISS, ALVARÁ, IPTU, ÁGUA, TAXAS DIVERSAS)

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até 9h30min do dia 29/12/2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 15/2017**

Publicação Nº 1458072

PORTARIA Nº 15/2017  
EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ARNO MÜLLER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conferir a concessão de homenagem e Certificado de Participação e Reconhecimento para os três cidadãos com maior número de comparecimentos as Sessões durante o ano de 2017, conforme disposto no Decreto nº 06/2017 que institui o prêmio "Participação Cidadã".

Art. 2º o Ato de entrega da honraria será realizado na Sessão Ordinária do dia dezoito de dezembro para as três pessoas com maior participação apurada pelas assinaturas nas listas de presenças de 2017, sendo as seguintes:

Sra. Maria Helena Kirschner com trinta e cinco comparecimentos.

Srta. Suelen Dapper com nove comparecimentos.

Sra. Sheila Inês Bieger com seis comparecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tunápolis/SC

Em 12 de dezembro de 2017

ARNO MÜLLER

Presidente



# Turvo

## PREFEITURA

### CTR FMS 20/2017

Publicação Nº 1457857

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 14/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017  
CONTRATO N.º 20/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: GOLD COMPUTADORES LTDA  
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE E NA SECRETARIA DE SAÚDE DE TURVO/SC. (ITENS: 1, 2, 5, 6 E 7)".  
VIGÊNCIA: 11/12/17 A 11/12/18  
VALOR: R\$ 35.524,00

### CTR FMS 21/2017

Publicação Nº 1457862

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 14/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017  
CONTRATO N.º 21/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP  
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE E NA SECRETARIA DE SAÚDE DE TURVO/SC. (ITEM: 3)".  
VIGÊNCIA: 11/12/17 A 11/12/18  
VALOR: R\$ 10.540,00

### CTR FMS 22/2017

Publicação Nº 1457865

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 14/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017  
CONTRATO N.º 22/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: VMLX ELETRONICOS EIRELI ME  
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE E NA SECRETARIA DE SAÚDE DE TURVO/SC. (ITEM: 4)".  
VIGÊNCIA: 11/12/17 A 11/12/18  
VALOR: R\$ 12.600,00

### PORTARIA 282/2017

Publicação Nº 1457203

PORTARIA Nº 282/17, de 07 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA DOS SERVIDORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no artigo 29 da Lei nº 1.154/95, de 11 de dezembro de 1995,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder remoção por permuta entre a servidora MARLENE DA SILVA FERREIRA, CPF nº 743.438.909-53, matrícula nº 1057, lotada 20 (vinte) horas semanais na Creche São Luiz para o Pré Cidade Alta e a servidora MARIA LUZIA FLORIANO, CPF nº 022.353.139-14, matrícula nº 1137, lotada 20 (vinte) horas semanais na Pré Cidade Alta para a Creche São Luiz, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 07 de dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 283/2017**

Publicação Nº 1457205

PORTARIA Nº 283/17, de 07 de Dezembro de 2017.

CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA DOS SERVIDORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no artigo 29 da Lei nº 1.154/95, de 11 de dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder remoção por permuta entre a servidora VERONICE GABRIEL DA SILVA, CPF nº 982.032.669-91, matrícula nº 0751, lotada 20 (vinte) horas semanais na Creche São Cristóvão para o Pré Escolar José Roberto Trichês e a servidora MARIA INEZ ROSSO DA ROCHA, CPF nº 253.159.783-20, matrícula nº 0744, lotada 20 (vinte) horas semanais no Pré Escolar José Roberto Trichês para a Creche São Cristóvão, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 07 de dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 284/2017**

Publicação Nº 1457207

PORTARIA Nº 284/17, de 07 de Dezembro de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, NOMEADA EM CARATER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações,

Considerando que a servidora se encontra em Auxílio Doença,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 06 de Março de 2018 a contratação da servidora VANESSA FRANCISCO CAETANO RIBEIRO CPF nº 039.964.439-35, matrícula nº 3777, nomeada através do Processo Seletivo 004-2016-SME, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 07 de dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 285/2017**

Publicação Nº 1457212

PORTARIA Nº 285/17, de 07 de Dezembro de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 05 de Junho de 2018 a contratação do servidor abaixo relacionado, nomeado através do Processo Seletivo nº 004/2016-SME, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	NOME	CPF
3837	Daiane Gonzaga Gava Zilli	071.363.419-73

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 07 de dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 286/2017**

Publicação N° 1457214

PORTARIA N° 286/17, de 07 de Dezembro de 2017.

CONCEDE REMOÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no artigo 29 da Lei nº 1.154/95, de 11 de dezembro de 1995,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder remoção a pedido a servidora JOSIANE ACORDI FERNANDES, CPF nº 072.709.389-46, matrícula nº 1875, lotada 30 (trinta) horas semanais na Creche São Luiz para a Creche São Cristóvão, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Conceder remoção a pedido a servidora JANAÍNA DA CRUZ COSTA, CPF nº 048.163.859-83, matrícula nº 1871, lotada 30 (trinta) horas semanais na Creche São Luiz para a Creche São Cristóvão, conforme requerimento em anexo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 07 de dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 287/2017**

Publicação N° 1457218

PORTARIA N° 287/17, de 12 de Dezembro de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, NOMEADA EM CARATER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações,

Considerando que a servidora se encontra em Auxílio Doença,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 01 de Fevereiro de 2018 a contratação da servidora GRAZIELA LOCK PINHEIRO CPF nº 064.069.329-60, matrícula nº 3802, nomeada através do Processo Seletivo 004-2016-SME, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 288/2017**

Publicação Nº 1457221

PORTARIA Nº 288/17, de 13 de Dezembro de 2017.

NOMEIA TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2017 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Técnico de Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
José Amilcar Castro Soares	000.250.250-07

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 14 de Dezembro de 2017 e encerrará em 28 de Setembro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 289/2017**

Publicação Nº 1457223

PORTARIA Nº 289/17, de 13 de Dezembro de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 16 de Março de 2018 a contratação do servidor abaixo relacionado, nomeado através do Processo Seletivo nº 004/2016-SME, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	NOME	CPF
3860	Sirlene Gomes Pereira	068.130.486-35

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 290/2017**

Publicação Nº 1457228

PORTARIA Nº 290/17, de 13 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora JAMILE DE BONA CPF nº. 828.366.809-97, matrícula nº. 1977, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Agente Administrativo, no período de 14.12.2017 a 31.12.2017, referente ao período aquisitivo de 01.12.2008 a 31.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## União do Oeste

## PREFEITURA

## DECRETO N. 3605/2017

Publicação Nº 1458046

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.605/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

"O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1053/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2017 no valor de R\$ 4.865,20 (quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos) oriundos do superávit do exercício anterior (2016), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fontes de recursos específicas:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 367 Educação Especial

Projeto Atividade: 2.037 - Manutenção da Educação Especial

158 - Transf. A Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000 ..... 4.865,20

TOTAL SUPLEMENTADO ..... 4.865,20

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, originados das seguintes fontes de recursos:

ORIGEM DOS RECURSOS

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Código do Recurso	Código -Detalhamento	Descrição dos Recursos	Saldo Utilizado - Superávit (R\$)
00.03.0000	00 Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Recursos Ordinários	4.865,20
TOTAL DE RECURSOS			4.865,20

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CELSON MATIELLO





Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado cfe. Lei Municipal N. 1010/2014.

## DECRETO N. 3628/2017

Publicação Nº 1458049

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.628, de 13 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

### DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, ANELI BORTOLOTTO TESSARO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.  
CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

## DECRETO N. 3629/2017

Publicação Nº 1458051

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.629, de 13 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

### DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, CAMILA NOVELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.  
CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3630/2017**

Publicação Nº 1458053

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.630, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, CRISTIANA ASSIS CORREIA DAL SANTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3631/2017**

Publicação Nº 1458076

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.631, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MARIA CAROLINE MEIRA SAGAS DOS SANTOS PICININ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3632/2017**

Publicação N° 1458077

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.632, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, ROSANE LUIZA GIOVANONI PILATTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2016 à 31/05/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

**DECRETO N. 3633/2017**

Publicação N° 1458078

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.633, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, LORENI MEIRA SAGAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

**DECRETO N. 3634/2017**

Publicação N° 1458081

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.634, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MARLENE NEIVA POGORZELSKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 04/07/2016 à 03/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

**DECRETO N. 3635/2017**

Publicação N° 1458088

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.635, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SUELEM DAL SANTO TESSARO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2016 à 31/05/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

**DECRETO N. 3636/2017**

Publicação Nº 1458090

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.636, de 13 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, ADRIANA SERAFINI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 10/01/2017 à 09/01/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3637/2017**

Publicação Nº 1458091

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.637, de 13 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, CLECI MOTERLE TESSARO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 19/04/2016 à 18/04/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3638/2017**

Publicação Nº 1458092

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.638, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, LORIDANE APARECIDA FERRARINI CASSARO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 16/04/2016 à 15/04/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3639/2017**

Publicação Nº 1458094

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.639, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MARIVANDA DALA RIVA SOLETTI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2016 à 14/04/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.



**DECRETO N. 3640/2017**

Publicação Nº 1458102

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.640, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SEDIANI APARECIDA DORNELES SIQUEIRA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3641/2017**

Publicação Nº 1458107

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.641, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SUSANA SANTACATARINA GIACHINI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 02/09/2016 à 01/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3642/2017**

Publicação Nº 1458109

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.642, de 13 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, TERESINHA ENDERLE, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2016 à 14/04/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3643/2017**

Publicação Nº 1458111

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.643, de 14 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SILVENIO KRINDGES, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Agricultura, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 19/01/2016 à 18/01/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3645/2017**

Publicação Nº 1458112

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.645, de 14 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, BEATRIS NOVELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3646/2017**

Publicação Nº 1458115

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.646, de 14 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, BEATRIS GUBERT BIAZI, ocupante do cargo de Psicólogo, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 17/10/2016 à 16/10/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3647/2017**

Publicação Nº 1458116

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.647, de 14 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, CARLOS ALBERTO DALA RIVA, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 02/02/2016 à 01/02/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3648/2017**

Publicação Nº 1458118

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.648, de 14 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, EDICIANE CRISTINA CRISTIANO BELLÉ, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo da Saúde, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 16/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2016 à 31/08/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3649/2017**

Publicação Nº 1458122

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.649, de 14 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, KALINE TASCA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 16/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 07/05/2016 à 06/05/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3650/2017**

Publicação Nº 1458121

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.650, de 14 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, LIDIA SALETE SMANIOTTO, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 16/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 22/04/2016 à 21/04/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3651/2017**

Publicação N° 1458127

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.651, de 14 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, LUCIANA BEAL, ocupante do cargo de Odontólogo, 20 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 13/01/2016 à 12/01/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

**DECRETO N. 3652/2017**

Publicação N° 1458129

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.652, de 14 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, LUCIVANE MATIELLO, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 08/01/2018 a 06/02/2018, relativas ao período aquisitivo de 18/02/2015 à 17/02/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.



**DECRETO N. 3653/2017**

Publicação Nº 1458130

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.653, de 14 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, VALDETE GUARAGNI POLLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 07/07/2016 à 06/07/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3655/2017**

Publicação Nº 1458132

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.655, de 14 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SOLANIA VEDANA MATTIA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2016 à 31/05/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3657/2017**

Publicação Nº 1458135

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.657, de 14 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, VALDEMIR ROSARIO, ocupante do cargo de Borracheiro, Lubrificado e Lavador, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 17/05/2016 à 16/05/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3658/2017**

Publicação Nº 1458136

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.658, de 14 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, NILSON PAVAN, ocupante do cargo de Borracheiro, Lubrificado e Lavador, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Agricultura, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 04/05/2016 à 03/05/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3659/2017**

Publicação Nº 1458137

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.659, de 14 de dezembro 2017.

Institui a Sala de Situação Municipal para Controle do Aedes Aegypti, mosquito transmissor da dengue, febre Chikungunya e febre do Zika vírus, no município de União do Oeste/SC e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Termo de Compromisso firmado com a Diretoria de Vigilância Epidemiológica do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída a Sala de Situação Municipal para Controle das doenças transmitidas pelo Aedes Aegypti, definida como instância interinstitucional permanente, de caráter avaliativo e deliberativo.

Art. 2º São objetivos da Sala de Situação Municipal para Controle do Aedes Aegypti:

- I – analisar informações entomo-epidemiológicas com vistas a obtenção de um diagnóstico dinâmico e permanente da situação;
- II – definir diretrizes, em âmbito municipal, para as ações de controle do Aedes Aegypti;
- III – assessorar, acompanhar, apolar, organizar, qualificar e avaliar as ações de controle do Aedes Aegypti realizadas em âmbito estadual; e
- IV – articular ações de mobilização e controle do Aedes Aegypti com a sociedade civil organizada.

Art. 3º A Sala de Situação Municipal para Controle será coordenada pela Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde do Município de União do Oeste/SC.

Art. 4º A Sala de Situação Municipal para Controle do Aedes Aegypti será composta por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:

- I – Secretaria de Administração
  - a) Prefeito Municipal
  - b) Chefe de Gabinete
- II - Secretaria Municipal de Saúde
  - a) Secretário Municipal de Saúde
  - b) Vigilância Epidemiológica
  - c) Vigilância Sanitária
  - d) Agente de endemias
  - e) Representante dos Agentes Comunitários de Saúde
  - f) Representante do Conselho Municipal de Saúde
- III – Secretaria Municipal de Educação
  - a) Secretária Municipal de Educação
  - b) Diretor de Escola Municipal
- IV – Representante Escola de Educação Básica São Luiz
- V – Representante da EPAGRI
- VI – Representante da Defesa Civil
- VII – Poder legislativo
- VIII – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
- VIV – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

§1º Poderão ser convidados para integrar a Sala Municipal de Coordenação e Controle representantes de outros órgãos municipais e de organizações da sociedade civil.

§2º Os representantes de que trata este artigo serão indicados pelos titulares dos órgãos que os representam e deverão ser portadores de potencial decisório ou ter acesso direto ao gestor da instituição ou órgão ao qual estão vinculados.

Art. 5º A Sala Municipal de Coordenação e Controle se reunirá por convocação do seu coordenador.

Paragrafo único. Os representantes dos órgãos de que trata o art. 4º deste Decreto serão convocados para participar das reuniões, de acordo com a temática a ser discutida.

Art. 6º Os representantes dos órgãos de que trata o art. 4º deste Decreto não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

## DECRETO N. 3660/2017

Publicação Nº 1458139

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.660/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			
		O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1053/2016;			

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste, para o Exercício de 2017 no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

ADICIONAR DOTAÇÕES					
ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE					
Órgão: 04 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento da Indústria, Comércio e Serviços					
FUNÇÃO: 22 Indústria - SUBFUNÇÃO: 661 Promoção Industrial					
Projeto Atividade: 1.012 - Promoção da Indústria e Comércio					
14 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....					1.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....					1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

SUBTRAIR DOTAÇÕES					
ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE					
Órgão: 04 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento da Indústria, Comércio e Serviços					
FUNÇÃO: 22 Indústria - SUBFUNÇÃO: 661 Promoção Industrial					
Projeto Atividade: 1.012 - Promoção da Indústria e Comércio					

15 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	1.000,00
TOTAL ANULADO .....	1.000,00
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.	
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.	
CELSO MATIELLO	
Prefeito Municipal	
Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014	

**DECRETO N. 6354/2017**

Publicação Nº 1458131

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.654, de 14 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MARIVONE MARIA DALA RIVA GONÇALVES, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 18/09/2016 à 17/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.  
CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 6656/2017**

Publicação Nº 1458133

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.656, de 14 de dezembro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, ALEX COPPI, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 09/01/2016 à 08/01/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

## EXTRATO CONTRATO N. 59/2017

Publicação N° 1458141

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 59/2017

Contratante.: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Contratada...: SUPERMERCADO WILLIAN LTDA - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÍMULO A EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS E DE VALORIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º1.090/2017 E DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO N.º 3.553/2017

Valor: R\$ 6.031,27 (Seis mil, trinta e um reais e vinte sete centavos).

Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 31/12/2017.

Licitação ..... : Pregão Presencial N.º 77/2017.

União do Oeste, 14 de dezembro de 2017.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATO N. 60/2017

Publicação N° 1458143

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 60/2017

Contratante.: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Contratada...: ESQUADRIAS METÁLICAS RAVANELLO LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CALHAS METÁLICAS E ACESSÓRIOS PARA COLETA DE ÁGUAS PLUVIAS DO PRÉDIO DA ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL ANGELO SOLETTI.

Valor: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).

Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 31/01/2018.

Licitação ..... : Pregão Presencial N.º 78/2017.

União do Oeste, 14 de dezembro de 2017.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL



# Urubici

## PREFEITURA

### LEI Nº 1976/2017

Publicação Nº 1458097

LEI Nº 1976/2017

AUTORIZA O EXECUTIVO A CONCEDER VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antônio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Será concedido vale alimentação ao servidor ocupante de cargo efetivo que esteja na ativa.

Parágrafo único - Ao servidor que for admitido com data posterior ao dia 1º de cada mês será concedido o benefício proporcional a data de admissão.

Art. 2º O vale alimentação será no valor de:

I - R\$ 300,00 ao servidor que perceba vencimento base até R\$ 1.600,00;

II - R\$ 220,00 ao servidor que perceba vencimento base entre R\$ 1.600,01 a R\$ 2.500,00;

III - R\$ 150,00 ao servidor que perceba vencimento base acima de R\$ 2.500,01.

Parágrafo único - O vale alimentação, nos valores fixados neste artigo, a título de indenização, não se incorpora ao vencimento, provento, aposentadoria ou para qualquer outro efeito.

Art. 3º Perderá integralmente o benefício do vale alimentação no mês seguinte o servidor que ultrapassar 02 (duas) faltas mensais independente do motivo.

Art. 4º Excluem-se da concessão do vale alimentação:

I – O servidor ocupante de cargo em comissão, exceto quando tratar-se de servidor efetivo ativo nomeado para cargo em comissão;

II – Os profissionais admitidos em caráter temporário (ACT);

III – Servidor em efetivo exercício que estiver em gozo de qualquer tipo de licença prevista no estatuto dos servidores públicos municipais;

IV – Servidor que estiver gozando férias no respectivo mês.

Art. 5º O servidor à disposição de outro órgão, fará jus ao vale alimentação, desde que comprove o não recebimento deste benefício no órgão onde atua.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 13 de Dezembro de 2017.

Antônio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 13 de dezembro de 2017. JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 053/2017

O presente Projeto de Lei tem por finalidade demonstrar a importância e o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos servidores municipais, o que se reflete no atendimento das necessidades e anseios da população. O auxílio significará um aumento nas possibilidades de alimentação e da qualidade de vida da família do servidor.

O vale não será concedido para funcionários que estejam afastados, aposentados, em licença, em gozo de férias ou aos que estejam em licença-prêmio.

Essa é uma tendência que vem ganhando força nos últimos anos junto aos Municípios conforme se observa abaixo:

É esta a razão que leva o Poder Executivo a enviar o referido Projeto de Lei à apreciação desta respeitável Câmara Legislativa, esperando a devida aprovação.

No aguardo de seus encaminhamentos.

Antônio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 658/2017**

Publicação Nº 1458095

## PORTARIA Nº 658/2017

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, conforme Lei Complementar nº 016/2013,

## RESOLVE:

Art. 1º - Reduzir a carga horária da Servidora Efetiva Fabiana Padilha do Nascimento, cargo de Agente Comunitário de Saúde, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, por um período de 12 meses, sem prejuízo de remuneração, em virtude da deficiência comprovada por atestado médico de sua filha, conforme art. 72-A da Lei Complementar nº 016/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 14 de Dezembro de 2017.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### PROCESSO 066/2017 PR 051/2017

Publicação Nº 1458335

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017

Objeto: aquisição, de forma parcelada, de Combustíveis para a Frota de veículos e máquinas do Município de Vargem Bonita, para consumo durante o Exercício de 2018, nos termos do edital que rege o certame.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: dia 28 de Dezembro 2018 às 9:30 horas.

Recursos: Orçamento Municipal e Recursos oriundos de repasse dos órgãos e entidades dos governos Estadual e Federal.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de segunda a sexta feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço Eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 14 de Dezembro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI  
PREFEITA MUNICIPAL

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 101/2017

Publicação Nº 1457898

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 101/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 101/2017

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

Com relação à razão de escolha de determinado fornecedor, por processo de dispensa de licitação justifica-se em flagrante interesse público, uma vez que o imóvel que se pretende locar fica localizado na área central do Município de Vidal Ramos, na qual atende as necessidades da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, e também por não existir outro imóvel disponível que se enquadre nas condições estabelecidas pelo Município. Com salas para reuniões de diversos fundos municipais, encontros Terceira Idade, Reuniões Conselho da Comunidade, OLEV e outras atividades que se achar oportuno.

Assim, a contratação do respectivo particular resultou em uma avaliação da necessidade pública, da identidade e das condições propostas pelo particular, sendo realizado segundo os critérios da razoabilidade.

Atente-se a Comissão de Licitações, a adoção das medidas descritas no caput artigo 26 da Lei 8.666/93, como condição para eficácia do ato da contratação dos serviços e a consulta da regularidade da empresa contratada (filiais) perante a previdência social (CND Federal/Inss) e o fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS), Municipal, Trabalhista, Estatuto da empresa ou Contrato Social, Ata de Eleição.

Em anexo segue minuta de contrato, para ser encaminhada à aprovação da assessoria jurídica deste Município.

É o que justifica a contratação.

Tais fatos é que levaram a escolha de tais grupos.

Vidal Ramos, 14 de dezembro de 2017.

ALMIR SCHMITZ  
Presidente da C.E.L.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 101/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 101/2017

Reconheço a Dispensa de Licitação para locação de um imóvel localizado em Vidal Ramos, Rua Gerônimo Back - Centro, concede ao Contratante o direito de uso mediante pagamento de taxa mensal de aluguel, bem como mediante responsabilidade pelo zelo do seguinte objeto de TRÊS SALAS, SANITÁRIOS, ÁREA DE CIRCULAÇÃO, COZINHA, CORREDORES E PÁTIO DE ESTACIONAMENTO - de propriedade da COMUNIDADE KOLPING DE VIDAL RAMOS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.389.718/0009-04, conforme especificações do objeto abaixo: Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, SITO NO PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO PARA USO DE ENCONTROS DA TERCEIRA IDADE, REUNIÕES CONSELHO DA COMUNIDADE, PROGRAMAS DA SAÚDE, JOGOS (OLEV) E OUTROS EVENTOS QUE SERÃO PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO ANO DE 2018.

Justificativa: a presente aquisição por processo de dispensa de licitação justifica-se em flagrante interesse público, uma vez que o imóvel que se pretende locar fica localizado na área central do Município de Vidal Ramos, na qual atende as necessidades Da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, e também por não existir outro imóvel disponível que se enquadre nas condições estabelecidas pelo Município.

O preço está compatível com o praticado no mercado imobiliário ao preço de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais Total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). A administração poderá explorar o espaço durante o exercício de 2018.

#### DA FUNDAMENTAÇÃO

Tal contratação tem como base legal o art. 24, inciso X, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, que reza:

Art.24 – É dispensável a licitação:

X – para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionarem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Sobre o assunto Marçal Justen Filho, que ressalta:

“As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que Administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível à competição entre os particulares.”

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo exposto, propomos a locação do imóvel da COMUNIDADE KOLPING DE VIDAL RAMOS, titular do CNPJ: Nº 83.389.718/0009-04, estando de acordo com o interesse público, tanto no que se refere às atividades precípuas, quanto à compatibilidade do preço exigido pelo mercado, dessa forma, se reconhecida à dispensa para a locação do imóvel, seja submetida à autoridade superior, para a devida ratificação.

Vidal Ramos-SC, 14 de dezembro de 2017.

ALMIR SCHMITZ

Presidente da C.E.L.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 101/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 101/2017

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

A validade da contratação depende da verificação da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública. A regra não se vincula precipuamente à contratação direta, afinal, não se admite, em hipótese alguma, que a Administração Pública efetive contratação por valor desarrazoado.

A questão adquire outros contornos em contratações diretas, em virtude da ausência de oportunidade para fiscalização mais efetiva por parte da comunidade e dos próprios interessados.

A razoabilidade do preço deverá ser verificada em função da atividade anterior e futura do próprio contratado. Portanto, o contrato com a Administração deverá ser praticado em condições econômicas similares com as adotadas pelo contratado, não sendo admissível que o particular, prevalecendo-se da necessidade pública e da ausência de outros competidores, eleve os valores contratuais.

No caso em análise, o contrato firmado com o Município está bem dentro da razoabilidade, não vislumbrando desta forma o superfaturamento.

É óbvio, portanto, que a razoabilidade do preço depende da equivalência das condições contratuais, que no presente caso foi atendido. O preço está compatível com o praticado no mercado imobiliário ao preço de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais Total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). A administração poderá explorar o espaço durante o exercício de 2018.

Este é o parecer, relativo à justificativa de preço, salvo melhor juízo.

Vidal Ramos, 14 de dezembro de 2017

ALMIR SCHMITZ

Presidente da C.E.L.

**PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 100/2017**

Publicação Nº 1457850

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 100/2017

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 100/2017**

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS A SER ENTREGUE PELO LICITANTE VENCEDOR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAM. Entrega fragmentada, mediante autorização de fornecimento.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 100/2017, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA:** Dia 29/12/2017, às 09:00 hrs.

**LOCAL:** Prefeitura Municipal de Vidal Ramos à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos, 14 de dezembro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal



# Videira

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 116/17

Publicação Nº 1457492

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 116/17

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. DANIELA MEDEIROS DOS SANTOS STEDILE	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	14.655/17, DE 05/12/2017

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 12 de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 117/17

Publicação Nº 1457494

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 117/17 PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADOS	CARGO
1. EVERALDO FILIPINI	ENFERMEIRO
2. ANA CLAUDIA SCHAITEL PITTOL	ENFERMEIRO

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 13 de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

## EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 205 A 221/2017

Publicação Nº 1458290

ATA Nº ..... : 205/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: COPAVIDI - COOP. DE PEQ. AGRIC. DE VDA E IOMERÊ

Valor ..... : 1.056.459,50

Vigência ..... : Início: 08/12/2017 Término: 08/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 121/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS) E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DE ACORDO COM O ART. 14 DA LEI 11.947/09, PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE VIDEIRA

ATA Nº ..... : 206/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Valor ..... : 63.331,95

Vigência ..... : Início: 06/12/2017 Término: 06/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 105/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXAS E ARLA 32 PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICIPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, GABINETE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, E CONSELHO TUTELAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 207/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Valor ..... : 3.005,60

Vigência ..... : Início: 06/12/2017 Término: 06/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 105/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXAS E ARLA 32 PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICIPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, GABINETE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, E CONSELHO TUTELAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 208/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA

Valor ..... : 72.792,95

Vigência ..... : Início: 06/12/2017 Término: 06/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 105/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXAS E ARLA 32 PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, GABINETE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, E CONSELHO TUTELAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 209/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada...: AGRICOPEL COM.DERIV.DE PETRÓLEO LTDA

Valor ..... : 10.743,00

Vigência ..... : Início: 06/12/2017 Término: 06/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 105/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXAS E ARLA 32 PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, GABINETE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, E CONSELHO TUTELAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 210/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada...: LUBRE MAIS COMERCIO E SERVICOS DE LUBRIFICANTES LTDA.

Valor ..... : 51.181,20

Vigência ..... : Início: 06/12/2017 Término: 06/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 105/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXAS E ARLA 32 PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, GABINETE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, E CONSELHO TUTELAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 211/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Contratada...: PRONTOLAB EQUIP.PROD.CIENT.LT.

Valor ..... : 60.700,00 (sessenta mil setecentos reais)

Vigência ..... : Início: 11/12/2017 Término: 11/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2017 - FMS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.

ATA Nº ..... : 212/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Contratada...: J.R. EHLKE & CIA LTDA

Valor ..... : 144.767,00 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e sessenta e sete reais)

Vigência ..... : Início: 11/12/2017 Término: 11/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2017 - FMS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.

ATA Nº ..... : 213/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Contratada...: A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO

Valor ..... : 66.170,00 (sessenta e seis mil cento e setenta reais)

Vigência ..... : Início: 11/12/2017 Término: 11/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2017 - FMS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.

ATA Nº ..... : 214/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada...: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A

Valor ..... : 11.339,50 (onze mil trezentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 13/12/2017 Término: 13/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 131/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE LIVROS PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS PELOS DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

ATA Nº ..... : 215/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME

Valor ..... : 100.907,00

Vigência ..... : Início: 13/12/2017 Término: 13/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 216/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: ANDRE LUIZ MUSSKOPF EIRELI - ME

Valor ..... : 86.935,80

Vigência ..... : Início: 13/12/2017 Término: 13/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDOMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 217/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME

Valor ..... : 12.770,00

Vigência ..... : Início: 13/12/2017 Término: 13/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 218/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: JOINMIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : 23.540,50

Vigência ..... : Início: 13/12/2017 Término: 13/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 219/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: SARA COMERCIO EIRELI - ME

Valor ..... : 111.717,45

Vigência ..... : Início: 13/12/2017 Término: 13/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 220/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: PERFORMANCE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME

Valor ..... : 280,70

Vigência ..... : Início: 13/12/2017 Término: 13/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA Nº ..... : 221/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)

Valor ..... : 56.830,15

Vigência ..... : Início: 13/12/2017 Término: 13/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

## **EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DA TP Nº 01/2017- FMS**

Publicação Nº 1457979

ESTADO DE SANTA CATARINA

município DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017-FMS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação e julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E ADEQUAÇÃO DAS FUTURAS INSTALAÇÕES DO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO (PAME), LOCALIZADO NA RUA ANTÔNIO FERLIN, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 253,19M², CONFORME PROJETO BÁSICO, restando HABILITADAS as empresas P&B Comunicação Visual Ltda – ME, Abreu e Abreu Serviços Eirelli ME, Felipe Bruschi Engenharia Ltda –ME, Construções Herval Ltda EPP, Mitra Construtora Ltda ME, Femaks Construtora e Incorporadora Ltda, Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda EPP e Martini e Franciscatto Engenharia Ltda. Diante da desistência expressa do prazo recursal do julgamento da habilitação de todas as empresas participantes, passou-se para a abertura e análise das propostas, restando vencedora a empresa Abreu e Abreu Serviços Eirelli ME por apresentar o menor preço de R\$ 117.836,19 (Cento e dezessete mil, oitocentos e trinta e seis reais, e dezenove centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 12 de Dezembro de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## **EXTRATOS CONTRATOS 133 A 138/2017**

Publicação Nº 1458264

Contrato nº.: CT 133/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: RESTAURANTE E LANCHONETE GIREH LTDA – ME.

Valor ..... : 13.440,00 (treze mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 30/11/2017 Término: 31/01/2018

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2017 - PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DO RESTAURANTE E LANCHONETE GIREH LTDA ME, PARA FORNECIMENTO DE 840 REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTA), PARA A POLICIA MILITAR DE VIDEIRA.

Contrato nº.: CT 134/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: GPS - AGRIMENSORA - EIRELI - EPP

Valor ..... : 74.900,00 (setenta e quatro mil e novecentos reais)

Vigência ..... : Início: 04/12/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 125/2017 - PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO GNSS L1/L2 - RTK (EM TEMPO REAL) PARA USO NOS LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES INERENTES À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

Contrato nº.: CT 135/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor ..... : 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

Vigência ..... : Início: 04/12/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 128/2017

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA CONserto DA CAIXA DE MARCHAS, DIFERENCIAL E BOMBA HIDRÁULICA DO TRATOR DE PNEUS VALMET 4X4, MODELO 785, ANO 2007, DA FROTA Nº 143 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Contrato nº.: CT 136/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Contratada...: MOVEIS LAZZARI - ME

Valor ..... : 8.493,00 (oito mil quatrocentos e noventa e três reais)

Vigência ..... : Início: 05/12/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA INCLUINDO ENTREGA E INSTALAÇÃO QUE SERÃO MONTADOS NO ESF DO BAIRRO DE CARLI, PELA SECRETARIA DE SAUDE.

Contrato nº.: CT 137/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Contratada...: LETICIA LOPES DA SILVA 06157228903

Valor ..... : 7.330,00 (sete mil trezentos e trinta reais)

Vigência ..... : Início: 05/12/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA INCLUINDO ENTREGA E INSTALAÇÃO QUE SERÃO MONTADOS NO ESF DO BAIRRO DE CARLI, PELA SECRETARIA DE SAUDE.

Contrato nº.: CT 138/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Contratada...: ELISEU FLECK

Valor ..... : 9.380,00 (nove mil trezentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 05/12/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA INCLUINDO ENTREGA E INSTALAÇÃO QUE SERÃO MONTADOS NO ESF DO BAIRRO DE CARLI, PELA SECRETARIA DE SAUDE.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2017 - PMV**

Publicação Nº 1457226

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 138/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MUDAS DE FLORES DO TIPO HORTENSIA (HYDRANGEA MACROPHYLLA) PARA O PLANTIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 16/01/2018. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 14 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2017 - PMV**

Publicação Nº 1457838

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 139/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE FARDAMENTO PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 17/01/2018. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 14 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal



**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 05/2017- PMV**

Publicação Nº 1458018

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.E.B.M. FIDÉLIS ANTONIO FANTIN, LOCALIZADA NA RUA CASTELO BRANCO, S/N, BAIRRO CIBRAZEM, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 419,27M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando INABILITADA a empresa Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda EPP por descumprir exigências editalícias e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas P & B Comunicação Visual Ltda – ME, Abreu e Abreu Serviços Eirelli ME, Felipe Bruschi Engenharia Ltda –ME, Femaks Construtora e Incorporadora Ltda, J. O. Camargo Empreiteira de Mão de Obra Ltda ME. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato. Videira, 14 de dezembro de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**TERMO ADITIVO 206/2017 - PMV**

Publicação Nº 1457265

Termo Aditivo nº 206/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 197/2016

Processo: DL nº 10/2016- PMV

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de prestação de serviço nº 197/2016, com efeitos a partir de 01/01/2018 até 30/06/2018.

Data: 14/12/2017.

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 062/2017

Publicação Nº 1457715

Processo de Licitação 062/2017  
Modalidade: Concorrência Pública 003/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES  
Modalidade: Concorrência Pública

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Concorrência Pública, objetivando a CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 14h00min horas, do dia 17 de janeiro de 2017, em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Integra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 15 de dezembro de 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 265/2017

Publicação Nº 1457177

PORTARIANº 265/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ANGELICA DA SILVA  
Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 050/2014, de 19 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### PORTARIA Nº 266/2017

Publicação Nº 1457243

PORTARIANº 266/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: BEATRIZ WAYSCZYK

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 059/2014, de 24 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## **PORTARIA Nº 267/2017**

Publicação Nº 1457252

PORTARIANº 267/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CLAUDINEIA WATRAS

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 056/2014, de 24 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## **PORTARIA Nº 268/2017**

Publicação Nº 1457256

PORTARIANº 268/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ISOLDE TOZZI DE FRANÇA

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 060/2014, de 25 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## **PORTARIA Nº 269/2017**

Publicação Nº 1457262

PORTARIANº 269/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JOEL ANTONIO STALOGH

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratado pela Portaria nº 072/2016, de 05 de abril de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## **PORTARIA Nº 270/2017**

Publicação Nº 1457267

PORTARIANº 270/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JUDITE MAZZOTI POLLI

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 052/2014, de 20 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 271/2017**

Publicação Nº 1457270

PORTARIANº 271/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARGARETE DE FÁTIMA FLORIANO  
Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 050/2016, de 09 de março de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 272/2017**

Publicação Nº 1457271

PORTARIANº 272/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: REGIANE RAQUEL METZGER DALTOÉ  
Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 049/2014, de 19 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 273/2017**

Publicação Nº 1457278

PORTARIANº 273/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**EXONERAR:**

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SILVANA FAUSTO

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 051/2014, de 19 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.



# Xanxerê

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0089/2017

Publicação Nº 1457666

#### CONVOCAÇÃO

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0142/2017

EDITAL nº 0089/2017

Modalidade: "PREGÃO PRESENCIAL, Registro de Preços"

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Pães de cachorro quente de 60 gramas e Leite Integral longa vida (Tetra Park), destinados ao programa "Leite Pão Amigo" Programa da Secretaria de Assistência Social (Lei AM 3915/2017), destinados às Crianças e Adolescentes de 0 a 15 anos provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), na quantidade estimada constante do ANEXO I.

Prezado Senhores:

Em virtude de fato superveniente (documentos anexo ao processo), no qual impediu a realização da sessão de lances que estava marcado as 09:00 horas na data de hoje, convocamos novamente as empresas: Supermercado Amadeu Eireli, ME, Pão D'Ora Indústria e Comércio de Alimentos Ltda ME e N.N Comércio de Produtos Ltda ME, para participarem da etapa de Lances verbais, que se dará as 11:00 horas do dia 19 de dezembro de 2017, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê, sita a Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455, Centro, Xanxerê-SC.

O não comparecimento será entendido como desistência de lances, prevalecendo os valores das propostas.

Xanxerê-SC, 14 de dezembro de 2017.

Jucimar Bortoncello

Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Xanxerê

### PORTARIA Nº RH-AM 542/2017

Publicação Nº 1457681

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 542/2017

RETIFICAR PORTARIA RH-AM 533/2017 DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

Retificar a portaria RH-AM 533/2017 que concede a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 05.12.2017 a 03.01.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. IRACI PERONDI HEIMBURG, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.352.978 e CPF n.º 024.933.429-17, nomeada conforme Decreto nº BLB 071/09 no Cargo de COZINHEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0004981/2017 datado de 05.12.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

02.03.2012 a 01.03.2015 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 05.12.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 08 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº RH-AM 543/2017**

Publicação Nº 1457676

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 543/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 02.01.2018 a 31.01.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. HELENA BALDISSERA VARELA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 1113585721 e CPF n.º 778.542.840-91, nomeada conforme Decreto nº BLB 115/2012 no Cargo de COZINHEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0005085/2017 datado de 12.12.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

01.08.2012 a 31.07.2015 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 02.01.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 12 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº RH-AM 544/2017**

Publicação Nº 1457679

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 544/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 66 (sessenta e seis) dias a partir de 02.01.2018 a 08.03.2018 a Servidora Pública Municipal, Srª. MARIA TERESINHA SUTIL brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 17/R-1.784.642, CPF n.º 632.786.699-91, nomeada conforme Decreto n.º JB 386/94 no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0005097/2017 datado de 12.12.2017.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

06.07.1999 a 05.07.2004 = 30 dias.

06.07.2004 a 23.07.2006 = 36 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 12 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### LEI ORDINÁRIA Nº 3979/2017

Publicação Nº 1457735

LEI Nº 3979 / 2017

(Origem Projeto de Lei Nº 26/2017 - Legislativo)

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE AVIAÇÃO DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Aviação de Xanxerê, sociedade civil sem fins lucrativos e constituído por tempo indeterminado, com Jurisdição no Município de Xanxerê-SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.625.031/0001-77, localizado no Hangar do Clube de Aviação de Xanxerê, no Aeroporto Municipal – Bairro João Winckler - Xanxerê – SC.

Parágrafo Único – O estatuto da entidade está devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica deste município, conforme Termo nº 3645 de 28.06.2010.

Art. 2º - O Clube de Aviação de Xanxerê tem como finalidade: o ensino e a prática da Aviação Civil, de Turismo e Esportiva, em todas as suas modalidades, seja de categoria de Aviação Homologada, Ultraleve e Experimental, podendo cumprir missões de emergência ou de notório interesse da coletividade, além de organizar, promover e dirigir competições, encontros e atividades aéreas, e realizar simpósios, cursos e palestras, visando à formação e aperfeiçoamento na área de pilotagem, segurança, regulamentação de tráfego aéreo e construção aeronáutica experimental.

§ 1º - Para consecução de suas atividades meio e fim, o Clube de Aviação de Xanxerê poderá explorar economicamente, direta ou indiretamente, o seu patrimônio, podendo consorciar-se, firmar parceria e subcontratar.

§ 2º - Todo e qualquer provento econômico ou financeiro obtido pelo Clube de Aviação de Xanxerê será aplicado integralmente nas suas finalidades estatutárias.

Art. 3º - O Clube de Aviação de Xanxerê aplica suas receitas, rendas, rendimentos e eventual resultado operacional, integralmente, no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos operacionais.

§1º - Não haverá distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma, salvo em caso de dissolução conforme

art. 59º do Estatuto Social da entidade.

§2º - Não recebem seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções, ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
11 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 3980/2017**

Publicação Nº 1457758

LEI Nº 3980 / 2017

( Origem Projeto de Lei Nº 28/2017 – Legislativo )

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE IZAIA BUZZELLO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de Izaia Buzzello, o logradouro "Rua B", do Loteamento Sol Poente II, na cidade de Xanxerê, SC, matriculado no CRI sob nº 30.399.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

11 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 3981/2017**

Publicação Nº 1457760

LEI Nº 3981 / 2017

( Origem Projeto de Lei Nº 29/2017 – Legislativo )

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE NAPOLEÃO TOURINHO INDIO RIOGRANDENSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de Napoleão Tourinho Indio Riograndense, o logradouro "Rua C", do Loteamento Sol Poente II, na cidade de Xanxerê, SC, matriculado no CRI sob nº 30.399

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

11 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 138/2017

Publicação Nº 1457899

DECRETO Nº 138, DE 44 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para o exercício financeiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 816, de 31 de dezembro de 2002, que institui a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM em substituição à Unidade Fiscal de Referência, e

Considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 816/2016 que determina: “A Unidade Fiscal de Referência Municipal será obrigatoriamente corrigida, por ato do Poder Executivo, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar no exercício seguinte”;

Considerando que o § 1º do art. 2º da Lei nº 816/2016, determina que a UFRM são “reajustados com base na variação do IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, ocorrida nos últimos doze meses”, ou seja, de dezembro de 2016 à novembro de 2017;

Considerando que a variação do IGP-M = FGV, ocorrida no período de dezembro de 2016 à novembro de 2017, apresenta uma variação negativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica mantido para o exercício financeiro de 2018 o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM em R\$ 2,34 (dois reais e trinta e quatro centavos), fixado pelo Decreto Municipal nº 112, de 05 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a UFRM para o exercício de 2017 e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Xavantina/SC, 14 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### EDITAL DE CANCELAMENTO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2017

Publicação Nº 1458251

EDITAL DE CANCELAMENTO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e,

Considerando a necessidade de possibilitar a inscrição de pessoas com deficiência cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme art. 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989;

Considerando a necessidade de alteração da escolaridade dos cargos de Fiscal Municipal e Fiscal Sanitarista.

DETERMINA:

1. O cancelamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO que seria realizado com fundamento no Edital nº 003/2017 de 13 de Dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), Edição nº 2408, página 1647 de 14 de Dezembro de 2017, relativo à contratação de pessoal destinado a cadastro de reserva para preenchimento de cargos em caráter temporário para atuação na Administração Pública Municipal.

Xavantina/SC, em 14 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

### LEI 1.639/2017

Publicação Nº 1457874

LEI Nº 1.639, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera dispositivos da Lei nº 1495, de 13 de janeiro de 2016, que institui nova Tabela de Valores para Cobrança de Serviços Particulares e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica alterado os art. 1º, 2º, 3º e 5º; acrescenta os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 1º e parágrafo único do art. 5º da Lei nº 1495, de 13

de janeiro de 2016, que institui nova Tabela de Valores para Cobrança de Serviços Particulares e dá outras providências que passam a ter as seguintes redações:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prestar serviços particulares no âmbito do Município de Xavantina com máquinas, veículos e equipamentos de propriedade do Município ou terceirizados na forma da legislação específica.

§ 1º Fica instituída a nova Tabela de Valores para cobrança na prestação de serviços particulares no âmbito do Município de Xavantina, prestados por máquinas, veículos e equipamentos de propriedade do Município e os terceirizados na forma da legislação específica, conforme Anexo Único que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

§ 2º Em situação de anormalidade, caracterizada com emergência ou calamidade ou em caso de imperiosas necessidades socioeconômicas que possam trazer prejuízos iminentes a bens e pessoas e de interesse público a prestação de serviços estabelecido no caput do presente Art. poderá ser interrompida com a devida justificativa.

§ 3º A caracterização do estabelecido no § 2º deste artigo caracteriza a excepcionalidade, não podendo ser tornada com habitualidade para fins de interromper a prestação de serviço.

§ 4º Caracterizada a situação prevista no § 2º do presente artigo, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, justificará a situação de anormalidade, os motivos devidamente identificados, assim como estabelecerá o prazo da interrupção da prestação do serviço.

Art. 2º Nos valores da Tabela de Valores prevista no § 1º do art. 1º da presente Lei incluem-se os das máquinas, veículos e equipamentos juntamente com os respectivos operadores e/ou condutores, sejam os de propriedade do Município ou os terceirizados contratados para a prestação dos serviços.

Art. 3º Os serviços de que tratam esta lei poderão ser de qualquer máquina, veículos ou equipamentos estabelecidos no seu Anexo Único e dependerão da disponibilidade e condições do Município.

Art. 5º Os valores estabelecidos na Tabela prevista no § 1º do art. 1º da presente Lei poderão serem revistos pela variação do Índice de Preços de Mercado – IGP–M–FGV ocorrido de janeiro à dezembro do ano imediatamente anterior.

Parágrafo único. A revisão dos valores da Tabela prevista no caput deste artigo em índices superiores ao estabelecido no mesmo artigo deverão ser objeto de Lei específica.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 14 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

#### ANEXO ÚNICO

#### TABELA DE VALORES SERVIÇOS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS.

(Art. 1º da Lei nº 1495, de 13 de janeiro de 2016)

Ordem	Tipo de Máquina, Equipamento ou Veículos	Unidade	Valor por Unidade (R\$)
01	Escavadeira Hidráulica	Hora	130,00
02	Trator de esteira D 50	Hora	97,50
03	Trator de Esteira D 41	Hora	108,50
04	Pá-Carregadeira	Hora	70,00
05	Retroescavadeira	Hora	81,00
06	Motoniveladora	Hora	92,50
07	Rolo Vibratório	Hora	55,00
08	Caminhão Basculante Capacidade 5m³	Hora	55,00
09	Caminhão Basculante Capacidade 10m³	Hora	75,00
10	Caminhão Tanque 10.000 L	Hora	65,00
11	Caminhão Tanque 7.000 L	Hora	55,00
12	Trator 4X4 sobre Pneus com Distribuidor com capacidade até 4.000 litros	Hora	60,00



13	Trator 4X4 sobre Pneus com Distribuidor com capacidade superior a 4.000 litros	Hora	62,50
14	Trator 4X4 sobre Pneus com Ensiladeira Estacionária	Hora	57,50
15	Trator 4X4 sobre Pneus com Ensiladeira 1 Linha	Hora	65,00
16	Trator 4X4 sobre Pneus com Ensiladeira 2 Linha	Hora	85,00
17	Trator 4X4 com distribuidor de Adubo seco/Calcário	Hora	60,00
18	Trator 4X4 Sobre Pneus com Enleirador/Pé de Pato	Hora	60,00

**LEI COMPLEMENTAR Nº 072/2017**

Publicação Nº 1457818

**LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO****SUMÁRIO****CAPÍTULO I**

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (Art. 1º e Art. 2º)

**CAPÍTULO II**

DO USO DO SOLO URBANO

**SEÇÃO I**

DA DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS USOS (Art. 3º ao Art. 10)

**SEÇÃO II**

DO ZONEAMENTO URBANO (Art. 11 ao Art. 20)

**CAPÍTULO III**

DA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

**SEÇÃO I**

DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS (Art. 21)

**SEÇÃO II**

DA ÁREA MÍNIMA DO LOTE (Art. 22)

**SEÇÃO III**

DO COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (Art. 23 e Art. 24)

**SEÇÃO IV**

DO RECUO MÍNIMO (Art. 25 ao Art. 32)

**SEÇÃO V**

DA TAXA DE OCUPAÇÃO (Art. 33)

**SEÇÃO VI**

DA ALTURA MÁXIMA E NÚMERO DE PAVIMENTOS (Art. 34)

**SEÇÃO VII**

DA TAXA DE PERMEABILIDADE (Art. 35)

**SEÇÃO VIII**

DA TESTADA MÍNIMA DO LOTE (Art. 36)

**CAPÍTULO IV**

DA APROVAÇÃO (Art. 37)

**CAPÍTULO V**

DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES (Art. 38 ao Art. 46)

**CAPÍTULO VI**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 47 ao Art. 52)

ANEXO I – Mapas de Zoneamento Urbano da Sede Municipal

ANEXO II – Mapas de Zoneamento Urbano do Distrito Linha das Palmeiras

ANEXOS III a VII – Tabelas de Uso e Ocupação do Solo

ANEXO VIII – Tabela das Vagas para Estacionamento

ANEXO IX – Classificação dos Usos e Atividades Urbanas - Atividades Comerciais e de Prestação de Serviços com Risco Ambiental

ANEXO X – Classificação dos Usos e Atividades Industriais - Índices de Risco Ambiental de Fontes Potenciais de Poluição

ANEXO XI – Glossário

LEI COMPLEMENTAR Nº 072, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo – Zoneamento - e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo harmonizar a implantação de atividades e usos diferenciados entre si, mas complementares em todo território municipal e sua necessária compatibilização com a qualidade das estruturas ambientais urbanas e naturais, bem como do equilíbrio das relações sociais de vizinhança.

Parágrafo único. A Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo está amparada nas Leis Federais 6.766/79 – Parcelamento do Solo e suas atualizações, 9.785, 10.932, 10.257 – Estatuto da Cidade, 11.445 – Saneamento Básico, Código Florestal e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), legislações, normatizações regulamentações municipais e estaduais pertinentes, em conformidade com o artigo 182 da Constituição Federal.

Art. 1º A organização do espaço urbano municipal é definida por esta Lei através de zonas, cada qual com parâmetros urbanísticos específicos, em especial para o uso do solo e para a ocupação construtiva dos imóveis em atividades funcionais sobre o território.

Parágrafo único. São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Mapa de Zoneamento Urbano da Sede Municipal;
- b) ANEXO II - Mapa de Zoneamento Urbano do Distrito Linha das Palmeiras;
- c) ANEXOS III a VII - Tabelas de Uso e Ocupação do Solo (fixa usos permitidos, permissíveis e proibidos, os índices urbanísticos e os recuos obrigatórios por zona);
- d) ANEXO VIII - Tabela – Vagas para Estacionamento - fixa áreas para estacionamento nos estabelecimentos;
- e) ANEXO IX - Classificação dos Usos e Atividades Urbanas - Atividades Comerciais e de Prestação de Serviços com Risco Ambiental;
- f) ANEXO X - Classificação dos Usos e Atividades Industriais - Índices de Risco Ambiental de Fontes Potenciais de Poluição;
- g) ANEXO XI - Glossário.

## CAPÍTULO II

### DO USO DO SOLO URBANO

#### SEÇÃO I

##### da DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS USOS

Art. 2º Para efeitos desta Lei ficam definidos os seguintes usos:

I - USO HABITACIONAL - resultado da utilização da edificação para fim habitacional permanente ou transitório subclassificando-se em:

- a) H1 - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR - edificação isolada destinada a servir de moradia a uma só família;
- b) H2 - HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR - edificação que comporta mais de 2 (duas) unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público;
- c) H3 - HABITAÇÕES UNIFAMILIARES EM SÉRIE - mais de uma unidade autônoma de residências unifamiliares agrupadas horizontalmente, paralelas ou transversais ao alinhamento predial;
- d) H4 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - aquela destinada à implantação de Programas Habitacionais por Entidades Promotoras, empresas sobre controle acionário do Poder Público, as cooperativas habitacionais, por entidades consideradas de interesse social nos termos da legislação Federal;
- e) H5 - HABITAÇÃO TRANSITÓRIA - edificação com unidades habitacionais destinadas ao uso transitório, onde se recebem hóspedes mediante remuneração (Apart hotel, Pensão, Hotel e Motel).

II - USO SOCIAL e COMUNITÁRIO - espaços, estabelecimentos ou instalações destinados à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos, com parâmetros de ocupação específicos, subclassificando-se em:

- a) E1 - COMUNITÁRIO 1 - atividades de atendimento direto, funcional ou especial ao uso residencial, tais como: ambulatório, assistência social, berçário, creche, hotel para bebês, biblioteca, ensino maternal, pré-escolar, jardim de infância, escola especial e atividades similares;
- b) E2 - COMUNITÁRIO 2 - atividades potencialmente incômodas que impliquem em concentração de pessoas ou veículos e padrões viários especiais, tais como: auditório, boliche, casa de espetáculos artísticos, campo de futebol, centro de recreação, centro de convenções, centro de exposições, cinema, colônias de férias, museu, piscina pública, ringue de patinação, sede cultural, teatro, estabelecimentos de ensino fundamental e médio, hospital, maternidade, pronto socorro, sanatório, casa de culto, templo religioso e atividades similares;
- c) E3 - COMUNITÁRIO 3 - atividades incômodas, que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, sujeitas ao controle específico, exigindo ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, tais como: autódromo, kartódromo, centro de equitação, hipódromo, estádio, pista de treinamento, penitenciária, rodeio, campus universitário, estabelecimento de ensino de nível superior e atividades similares.

III - USO COMERCIAL e de SERVIÇOS - resultado da utilização da edificação para desempenho de atividade econômica caracterizada por uma relação de compra, venda ou troca, visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividades pelas quais fica caracterizado o préstimo de mão de obra ou assistência de ordem intelectual ou espiritual, subclassificando-se em:

- a) CS1 - COMÉRCIO e SERVIÇO VICINAL - é caracterizado por abrigar atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços diversificados, de necessidades imediatas e cotidianas da população local, cuja natureza dessas atividades é não-incômoda, não-nociva e não-perigosa, nos termos do artigo 4º, desta Lei, tais como: açougue, armazéns, casa lotérica, drogaria, farmácia, floricultura, flores ornamentais, mercearia, hortifrutigranjeiros, papelaria, revistaria, bar, cafeteria, cantina, casa de chá, confeitaria, comércio de refeições embaladas, lanchonete, leiteria, livraria, panificadora, pastelaria, posto de venda de gás liquefeito, relojoaria, sorveteria, profissionais autônomos, atelier de profissionais autônomos, serviços de digitação, manicuro e montagem de bijuterias, agência de serviços postais, bilhar, snooker, pebolim, consultórios, escritório de comércio varejista, instituto de beleza, salão de beleza e atividades similares;
- b) CS2 - COMÉRCIO e SERVIÇO de CENTRALIDADE - atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços destinadas ao atendimento de maior abrangência, impliquem em concentração de pessoas ou veículos, tais como: academias, agência bancária, banco, borracharia, choperia, churrascaria, petiscaria, pizzeria, comércio de material de construção, comércio de veículos e acessórios, escritórios administrativos, estabelecimentos de ensino de cursos livres, estacionamento comercial, joalheria, laboratórios de análises clínicas, radiológicos e fotográficos, lavanderia, oficina mecânica de veículos, restaurante, rotisseria, buffet com salão de festas, centros comerciais, clínicas, edifícios de escritórios, entidades financeiras, escritório de comércio atacadista, imobiliárias, lojas de departamentos, sede de empresas, serv-car, serviços de lavagem de veículos, serviços públicos, super e hipermercados e atividades similares;
- c) CS3 - COMÉRCIO e SERVIÇO REGIONAL - atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços destinadas a atender à população em geral, que por seu porte ou natureza, gerem tráfego de caminhões e carros de passeio, necessitando de análise individual da atividade pelo Poder Executivo Municipal e Conselho de Desenvolvimento (CDM) a ser exercida no local, tais como: agenciamento de cargas, canil, marmorarias, comércio atacadista, comércio varejista de grandes equipamentos, depósitos, armazéns gerais, entrepostos, cooperativas, silos, grandes oficinas, hospital veterinário, hotel para animais, impressoras, editoras, grandes oficinas de lataria e pintura, serviços de coleta de lixo e transportadora;
- d) CS4 - COMÉRCIO e SERVIÇO ESPECÍFICO - atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial, exigindo ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, tais como: centro de controle de vôo, comércio varejista de combustíveis, comércio varejista de derivados de petróleo, posto de abastecimento de aeronaves, posto de gasolina, serviços de bombas de combustível para abastecimento de veículos da empresa, capela mortuária, cemitério, ossário, casa de detenção, estações de controle e depósito de gás,

aeroporto, subestação reguladoras de energia elétrica, de telecomunicações e torre de telecomunicação; usina de incineração; depósito e/ou usina de tratamento de resíduos e comércio de sucatas.

IV - INDUSTRIAL - resultado da utilização da edificação para desempenho de atividade econômica caracterizada pela transformação de matéria prima em bens de consumo de qualquer natureza ou extração de matéria prima, subclassificando-se em:

a) I1- INDÚSTRIA CASEIRA - caracteriza-se pela micro indústria artesanal não incômoda, não nociva e não perigosa para as atividades de seu entorno;

b) I2 – INDÚSTRIA INCÔMODA - caracteriza-se pela indústria potencialmente incômoda, não nociva e não perigosa tais como a fabricação de: - peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso; Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos; estruturas de madeira e artigos de carpintaria; de artefatos e móveis de madeira torneada; de artigos de madeira para usos doméstico, industrial e comercial; de artefatos e móveis de bambu, vime, junco, ou palha trançada - exclusive móveis e chapéus; de artefatos diversos de couros e peles - exclusive calçados, artigos de vestuário e selaria; de produtos de perfumaria e velas; de artigos de material plástico para embalagem e acondicionamento, impressos ou não; de artigos diversos de material plástico, fitas, flâmulas, dísticos, brindes, objetos de adornos, artigos de escritórios; de estopa, de materiais para estofos e recuperação de resíduos têxteis; malharia e fabricação de tecidos elásticos; de artigos de passamanaria, fitas, filós, rendas e bordados; confecções de roupas e artefatos de tecido; Industrialização de produtos de origem animal; Industrialização de produtos de origem vegetal; fabricação e engarrafamento de bebidas; todas as atividades da indústria editorial e gráfica;

c) I3 – INDÚSTRIA NOCIVA - caracteriza-se pela indústria de atividades incômodas e potencialmente nocivas e potencialmente perigosas tais como a fabricação de: Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras; Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido - exclusive de cerâmica; de peças, ornatos e estruturas de amianto; e elaboração de vidro e cristal; e elaboração de produtos diversos de minerais não metálicos; produção de laminados de aço; de acabamento de superfícies (jateamento); fabricação de artigos de metal, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação; de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição; de material elétrico; de materiais de alumínio; de máquinas, aparelhos e equipamentos para comunicação e informática; Desdobramento de madeiras - excluindo serrarias; de artefatos de papel não associada à produção de papel; de artefatos de papelão, cartolina e cartão, impressos ou não simples ou plastificados, não associada à produção de papelão, cartolina e cartão; Beneficiamento de borracha natural; Fabricação e acondicionamento de pneumáticos e câmaras-de-ar e fabricação de material para acondicionamento de pneumáticos; fabricação de artefatos de borracha (peças e acessórios para veículos, máquinas e aparelhos, correias, canos, tubos, artigos para uso doméstico, galochas e botas) - exceto artigos de vestuário; de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos; de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos - inclusive mescla; de sabão, detergentes e glicerina; produção de óleos, gorduras e ceras vegetais e animais, em bruto, de óleos de essências vegetais e outros produtos de destilação da madeira - excluindo refinação de produtos alimentares; de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; todas as atividades industriais dedicadas à fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis vegetais e de origem animal artificiais e sintéticas; fabricação de tecidos especiais; lavagem e amaciamento; acabamento de fios e tecidos, não processado em fiações e tecelagens; Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares; Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais, produção de manteiga de cacau e gorduras de origem animal destinadas a alimentação; Fabricação de vinagre; Resfriamento e distribuição de leite; fabricação de fermentos e leveduras; Preparação de fumo, fabricação de cigarros, charutos e cigarrilhas e outras atividades de elaboração do tabaco, não especificadas ou não classificadas; usinas de produção de concreto;

d) I4 – INDÚSTRIA PERIGOSA - caracteriza-se pela indústria de atividades incômodas, nocivas e perigosas, estando sujeitas à aprovação de órgãos estaduais competentes para sua implantação no município, tais como: beneficiamento de minerais com flotação; Fabricação de material cerâmico; Fabricação de cimento; Beneficiamento e preparação de carvão mineral, não associado à extração; Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios - inclusive ferro-gusa; Produção de ferro e aço e suas ligas em qualquer forma, sem redução de minério, com fusão Metalurgia dos metais e ligas não ferrosos em formas primárias - inclusive metais preciosos; Fabricação de artigos de metal, não especificados ou não classificados, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação; Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores; Fabricação de papel e/ou celulose; Curtimento e outras preparações de couros e peles; Produção de elementos químicos e produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organoinorgânicos - excluindo produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão mineral e de madeira; Fabricação de adubos, fertilizantes e corretivos de solo; Fabricação de corantes e pigmentos; Recuperação e refino de óleos minerais, vegetais e animais; Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes e inseticidas, germicidas e fungicidas; Fabricação de artefatos têxteis, com estamparia e/ou tintura; Tingimento, estamparia e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e artefatos diversos de tecidos; Refino do petróleo e destilação de álcool por processamento de cana de açúcar, mandioca, madeira e outros vegetais; Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, preparação de conservas de carnes e produção de banha de porco e de outras gorduras domésticas de origem animal; Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado; preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios; Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais - inclusive farinhas de carne, sangue, osso, peixe e pena; Usinas de produção de concreto asfáltico; Fabricação de carvão vegetal, ativado e cardiff.

Parágrafo único. Nas alíneas "a" e "b" do inciso IV, será permitida a atividade de comércio dos produtos industrializados.

Art. 3º Os usos comerciais, de serviços e industriais ficam caracterizados por sua natureza em:

V - Incômodos - as atividades que possam produzir ruídos, trepidações, conturbações no tráfego e que venham a incomodar a vizinhança;

VI - Nocivos - atividades que se caracterizam pela possibilidade de poluir o solo, o ar e as águas, por produzirem gases, poeiras, odores e detritos, e por implicarem na manipulação de ingredientes e matéria prima que possam trazer riscos a saúde;

VII - Perigosos - aquelas atividades que possam riscos de explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, exalações de detritos danosos à saúde ou que, eventualmente, possam pôr em perigo pessoas ou propriedades do entorno.

§1º Com relação ao risco ambiental, as atividades são consideradas de grande, médio e baixo risco.

e) As atividades que apresentam risco ambiental alto são classificadas com índice de 2,5 a 3,0 (dois vírgula cinco a três) e caracterizam-se por: Periculosidade de grau médio, provocando grandes efeitos não minimizáveis, mesmo depois da aplicação dos métodos adequados de controle e tratamento de efluentes; Nocividade de grau elevado pela vibração e/ou ruídos fora dos limites da indústria;

f) As atividades que apresentam risco ambiental moderado são classificadas com índice 2,0 (dois) e caracterizam-se por: Periculosidade de grau baixo, produzindo efeitos minimizáveis pela aplicação de métodos adequados de controle e tratamento de efluentes; Nocividade de grau médio, em razão da exalação de odores e/ou material particulado; Incomodidade de grau elevado decorrente do intenso tráfego e ruídos em níveis incômodos fora dos limites da indústria;

g) As atividades que apresentam risco ambiental baixo são classificadas com índice de 1,0 a 1,5 (um a um vírgula cinco) e caracterizam-se pela: Nocividade de grau baixo, em razão dos efluentes hídricos e atmosféricos; Incomodidade de grau médio a baixo, apresentando movimentação tolerável de pessoal e tráfego, bem como níveis toleráveis de efluentes e/ou ruídos;

h) As atividades sem risco ambiental são classificadas com índice 0,5 (zero vírgula cinco) e caracterizam-se pela incomodidade de grau baixo, com efeitos inócuos, independentemente do porte, compatíveis com outros usos urbanos.

§1st Os Anexos IX e X contêm a relação de atividades industriais e seus respectivos índices de risco ambiental.

§2nd O risco ambiental também poderá ser graduado em função da duração e reversibilidade dos efeitos provocados pelos efluentes e possibilidade de prevenir seus efeitos adversos, mediante o uso de dispositivos instaláveis e verificáveis, considerando-se ainda a natureza e a quantidade de substâncias tóxicas, inflamáveis e/ou explosivas, quer como matéria prima, quer como produto acabado.

a) O índice de risco ambiental atribuído à determinada atividade, de acordo com os Anexos IX e X desta Lei, poderá ser minimizado quando se verificar que as condições específicas da atividade a ser licenciada, tais como porte e controle efetivo de risco ambiental, assim o permitirem;

b) A alteração do valor de Índice de Risco Ambiental ocorrerá por análise criteriosa de cada caso e mediante parecer técnico de equipe multidisciplinar, retornando o mesmo ao seu valor inicial quando as características do empreendimento não mais justificarem tal alteração;

c) O índice de risco ambiental de atividades industriais ou de prestação de serviços, não previstas nos índices de riscos ambientais que compõe os Anexos IX e X parte integrante desta Lei, será determinado mediante parecer técnico formulado por equipe multidisciplinar.

Art. 4º Unidades Básicas de Saúde, escolas de ensino fundamental e médio, órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, deverão ser localizados preferencialmente em terrenos lindeiros a vias coletoras e arteriais, ou com acesso principal às mesmas.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal não concederá alvará de funcionamento para qualquer uso, em qualquer das zonas instituídas por esta Lei, quando o ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) for de conclusão desfavorável ou impedido por outros instrumentos da legislação ambiental pertinente.

Art. 6º Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental pelo órgão estadual e federal, somente terão aprovação ou ampliação do projeto pelos órgãos da administração municipal após a liberação da anuência, sob pena de responsabilização administrativa e nulidade dos seus atos.

Parágrafo único. A resolução do CONAMA nº. 237/97 trata dos projetos e empreendimentos que poderão ser licenciados pela Prefeitura Municipal.

Art. 7º A permissão para localização de qualquer atividade considerada como incômoda, nociva ou perigosa dependerá de aprovação do projeto completo, com detalhes finais das instalações para depuração e tratamento de resíduo, além das exigências específicas de cada caso.

Art. 8º Os usos não relacionados deverão ser analisados pelo órgão competente de planejamento do Executivo e Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) e a decisão deverá sempre buscar pela semelhança ou similaridade com os usos previstos e que melhor se enquadra na definição dos usos, em não sendo possível tal procedimento, o órgão competente de planejamento elaborará projeto de lei a ser encaminhado, pelo Executivo à Câmara, para aprovação.

Art. 10. Os diferentes usos, nas zonas estabelecidas por esta Lei, ficam classificados em:

I - usos permitidos;

II - usos permissíveis;

III - usos proibidos.

§1st Usos permitidos são os considerados adequados à zona em que se situa, sem restrições.

§2nd Usos permissíveis é o uso passível de ser admitido nas zonas, a critério do órgão responsável do Município e do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM).

§3rd Usos proibidos são usos inadequados às zonas e serão vetados.

§4th As atividades sujeitas à análise poderão ter suas atividades permitidas, desde que efetuados os ajustes e adotadas as medidas necessárias para a eliminação do conflito potencial eminente, ou forem adaptadas aos parâmetros estabelecidos na legislação, com vistas à conservação ambiental e à manutenção da qualidade de vida da população do entorno.

## SEÇÃO II

### DO ZONEAMENTO Urbano

Art. 11. A área do Perímetro Urbano da Sede do Município e do Distrito Linha das Palmeiras, conforme o Mapa de Zoneamento, Anexos I e II, parte integrante desta Lei, fica subdividido em Zonas que, classificam-se em:

I - Zona Residencial (ZR);

II - Zona de Comércio e Serviços (ZCS);

III - Zona Industrial (ZI);

IV - Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);

V - Zona Especial de Interesse Institucional (ZEII);

VI - Zona de Controle Ambiental (ZCA);

VII - Zona de Expansão Urbana (ZEU).

Art. 12. Zona Residencial (ZR) - são áreas com a preferência do uso residencial qualificado, integrado ao ambiente natural local, permitindo ainda a instalação de atividades econômicas complementares, sem que haja o comprometimento da qualificação ambiental e da qualidade de vida dos moradores.

Art. 13. Zona de Comércio e Serviços (ZCS) - são áreas com a finalidade de atender as atividades de produção econômica de pequeno e médio impacto ambiental e que não representam em sobrecarga no tráfego.

Art. 14. Zona Industrial (ZI) - são áreas direcionadas preferencialmente à implantação de atividades de produção econômica potencialmente incômodas, nocivas e perigosas e geradoras de sobrecarga no tráfego à área urbanizada.

Art. 15. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) - são aquelas áreas identificadas no Mapa de Zoneamento (Anexo I), reservadas para fins específicos e sujeitas às normas próprias, nas quais toda e qualquer obra deverá ser objeto de estudo por parte do poder Público Municipal e do Conselho de Desenvolvimento (CDM), sendo destinadas a criar novos núcleos habitacionais de interesse social, promover a regularização fundiária e fazer cumprir a função social da propriedade.

Art. 16. Zona Especial de Interesse Institucional (ZEII) - compreende áreas de interesse público, identificadas no mapa de zoneamento, com a finalidade de prover à população áreas verdes, de esportes, lazer, recreação e outros estabelecimentos de utilidade pública.

Art. 17. Zona de Controle Ambiental (ZCA) - compreende as áreas do atual Cemitério Municipal com a finalidade de sua preservação e controle ambiental sobre a área.



Art. 18. Zona de Expansão Urbana (ZEU) – a Zona de Expansão Urbana caracteriza-se pelas áreas contíguas ao perímetro urbano, identificadas como passíveis de urbanização futura, em respeito ao art. 3º, da Lei Federal nº. 6766 de 1979 e suas atualizações, segundo a qual somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definida por lei municipal, bem como em áreas que não sejam: terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) e nunca superior a 55% (cinquenta e cinco por cento), conforme estabelece a Lei de Parcelamento do Solo; terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; área de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

Art. 19. O uso habitacional multifamiliar vertical somente será permitido nas zonas ZR, ZCS, ZI, ZEIS e ZEII desde que sejam atendidas as condições mínimas de infraestrutura e será necessária, para sua aprovação, a apresentação dos projetos complementares.

Parágrafo único. A infraestrutura mínima a ser atendida é a existência no local de sistema de coleta e tratamento de esgoto, pavimentação, drenagem das águas pluviais e abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública.

Art. 20. Atividades que não estão permitidas em determinadas zonas, e que pela tecnologia aplicada no processo de transformação e tratamento dos resíduos não representem risco ambiental, risco à população ou conflitos, o proprietário/responsável poderá recorrer a um pedido de análise a ser efetuada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM).

Parágrafo único. Em caso de parecer favorável à permissão da atividade, o proprietário deverá celebrar com o órgão municipal responsável o termo de conduta de valor jurídico, em que o responsável pela empresa deverá assumir danos ou conflitos causados à população e ao meio ambiente natural.

### CAPÍTULO III

#### DA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

##### SEÇÃO I

##### DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS

Art. 21. Os índices urbanísticos referentes à ocupação do solo em cada zona urbana serão aqueles expressos nos Anexos III a VII, onde são estabelecidos:

I - Área Mínima do Lote;

II - Coeficiente de Aproveitamento;

III - Recuo Mínimo;

IV - Taxa de Ocupação;

V - Altura Máxima e Número de Pavimentos;

VI - Taxa de Permeabilidade;

VII - Testada Mínima do Lote;

##### SEÇÃO II

##### DA ÁREA MÍNIMA DO LOTE

Art. 22. Área mínima do lote é o índice que define a dimensão da frente do lote, definida pela distância entre suas divisas e laterais, medida no alinhamento predial, normalmente estabelecida segundo a zona de localização, conforme parâmetro definido nos Anexos III a VII desta Lei.

##### SEÇÃO III

##### DO COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO

Art. 23. Coeficiente de Aproveitamento (CA) é o índice urbanístico que define o potencial construtivo do lote sendo calculado mediante a multiplicação da área total do terreno pelo CA, da zona em que se situa, não sendo computáveis:

I – subsolo destinado à garagem e ao uso comum da edificação, e um pavimento de garagem localizado acima do térreo;

II - sobreloja, quando integrada ao pavimento térreo (mezanino), desde que não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) da área deste pavimento;

III - parque infantil e outros equipamentos de lazer ao ar livre, implantados ao nível natural do terreno ou no terraço da edificação;

IV - áreas de estacionamento de veículos, quando descobertas;

V - casa de máquinas e de bombas, reservatórios e centrais de condicionadores de ar, quando instaladas na cobertura da edificação;

VI - sacadas privativas, desde que não vinculadas à áreas de serviço e com área inferior a 5% da área do pavimento onde estiver situada;

VII - ático ou andar de cobertura, de uso comum, desde que a área coberta não ultrapasse 1/3 (um terço) da superfície do último pavimento da edificação;

VIII - projeções de cobertura e alpendres, ambos em balanço, com no máximo 6,00m (seis metros) de balanço e 60,00m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) de área, limitados em seu fechamento em apenas uma lateral, independentemente de seu uso ou de sua base pavimentada.

Parágrafo único. No cálculo dos coeficientes de aproveitamento adotam-se duas casas decimais, sem arredondamentos, e para o cálculo do número de pavimentos deve-se adotar apenas a parte inteira desprezando-se os decimais.

Art. 24. O Coeficiente de Aproveitamento divide-se em:

I - Coeficiente de Aproveitamento mínimo - (CA mín.) refere-se ao parâmetro mínimo de ocupação do solo, para fins de caracterizar a subutilização do imóvel na aplicação dos instrumentos de cumprimento da função social da propriedade;

II - O Coeficiente de Aproveitamento máximo - (CA máx.) refere-se ao índice construtivo permitido para a zona.

Parágrafo Único. As edificações em solo urbano poderão se utilizar do coeficiente de aproveitamento máximo mediante a outorga onerosa do direito de construir, quando exigido.

##### SEÇÃO IV

##### DO RECUO MÍNIMO

Art. 25. Recuo Mínimo - é a distância entre limite extremo a área ocupada por edificação e a divisa do lote.

Art. 26. Os terrenos de esquina deverão ser respeitados 100% (cem por cento) do recuo frontal (quando houver) estipulado para sua zona na rua considerada como principal e, 50% (cinquenta por cento) do recuo estipulado para sua zona na rua considerada secundária.

Art. 27. Entre duas construções no mesmo terreno deverá ser observado o dobro dos afastamentos laterais ou de fundo a que estiverem sujeitas as edificações, quando houver aberturas, face às disposições previstas nessa Lei.

Parágrafo único. Em casos onde uma das construções se caracterizar como complementar ou de apoio à outra, como em edículas, depósitos e similares, o afastamento mínimo entre as construções será igual ao afastamento lateral ou de fundo a que estiverem sujeitos as edificações.

Art. 28. Em edificações de até 2 (dois) pavimentos, quando não houver aberturas para ventilação e iluminação voltadas às divisas laterais ou de fundo do terreno, são dispensados os recuos das laterais e do fundo.

Art. 29. Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I - muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;

II - central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

III - poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

IV - sacadas desde que não vinculadas à área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da (s) divisa (s);

V - nas divisas de lotes, não são permitidos o uso de elementos vazados para fins de ventilação e iluminação;

VI - lojas e sobrelojas/mezaninos contarão como um único pavimento desde que, a área construída da sobreloja/mezanino possua no máximo 50% (cinquenta por cento) da área da loja.

Art. 30. Em edificações para fins comerciais e de serviços ou edificações mistas (comercial e residencial), localizadas nas zonas ZR e ZCS é dispensável o recuo frontal para o pavimento térreo e 1º e 2º pavimentos, inclusive da parte residencial superior, respeitadas as demais normas de edificação estabelecidas para as zonas ZR e ZCS.

Art. 31. Em caso de poços de iluminação e ventilação a menor dimensão do poço será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) ou h/8, onde "h" representa a altura do edifício, prevalecendo a dimensão que for maior.

Art. 32. Em terrenos com frente para duas ou mais vias que se caracterizam por zonas de uso e ocupação diferentes, prevalecem os critérios da zona de menor coeficiente de aproveitamento, salvo os terrenos de esquinas, onde prevalece o coeficiente de aproveitamento da testada principal.

#### SEÇÃO V

##### DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Art. 33. Taxa de Ocupação (TO) corresponde ao índice urbanístico que limita a máxima projeção ortogonal possível da área construída sobre o lote em questão, onde não serão computados no seu cálculo os seguintes elementos da construção:

I - piscinas, parque infantil, jardins e outros espaços de lazer ao ar livre, implantados ao nível natural do terreno;

II - pérgulas;

III - marquises;

IV - beirais de até 1,20m (um metro e vinte centímetros);

V - sacadas e balcões com até 1,20m (um metro e vinte centímetros) de profundidade, engastados em até 2 (dois) lados da edificação e com área inferior a 5% (cinco por cento) da área do pavimento onde estiverem situados;

VI - estacionamentos descobertos;

VII - projeções de cobertura e alpendres, ambos em balanço, com no máximo 6,00m (seis metros) de balanço e 60,00m² (sessenta metros quadrados) de área, limitados em seu fechamento em apenas uma lateral, independentemente de seu uso ou de sua base pavimentada.

#### SEÇÃO VI

##### DA Altura Máxima e número de pavimentos

Art. 34. A altura máxima e o número máximo de pavimentos das edificações, qualquer que seja sua natureza, são estabelecidos por zona e obedecerão ao disposto nos Anexos III a VII desta Lei.

I - a altura máxima inclui todos os elementos construtivos da edificação situados acima do nível do meio-fio do logradouro e será medida a partir do ponto médio da testada do lote, com exceção do disposto §1º;

II - os pavimentos destinados a garagem em subsolo, não serão computados para efeito do número máximo de pavimentos;

III - o primeiro pavimento em subsolo poderá ser apenas semienterrado, desde que o piso do pavimento imediatamente superior não fique acima da cota de + 1,25m (mais um metro e vinte e cinco centímetros) em relação ao ponto mais baixo do meio-fio do logradouro, correspondente à testada do lote;

IV - nos terrenos em declive, o cálculo da altura das edificações inclui todos os pavimentos, inclusive os situados abaixo do nível do meio-fio, e será contada a partir do piso do pavimento mais baixo da edificação.

§1st Do cálculo da altura máxima das edificações ficam excluídas as caixas d'água, caixas de escada e compartimentos destinados a equipamentos mecânicos.

§2nd Em lotes de esquinas ou lotes onde existem duas ou mais testadas, o proprietário poderá a seu critério optar pela testada a qual será aplicada as normas deste artigo.

§3rd Os casos não previstos serão objeto de análise especial por parte do órgão municipal responsável pelo planejamento urbano e aprovação de projetos.

#### SEÇÃO VII

##### DA TAXA DE PERMEABILIDADE

Art. 35. Considera-se taxa de permeabilização a área descoberta e permeável do terreno, em relação a sua área total, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e propicie alívio para o sistema público de drenagem urbana, conforme parâmetro definido nos Anexos desta Lei.

#### SEÇÃO VIII

##### DA testada mínima do lote

Art. 36. A testada mínima do lote é o índice que define a largura do terreno (incluindo os muros laterais, se existirem), sendo o comprimento da linha que separa o logradouro público da propriedade particular e que coincide com o alinhamento existente ou projetado pelo Município, normalmente estabelecido segundo a zona de localização, conforme definido nos Anexos III a VII.

#### CAPÍTULO IV

##### DA APROVAÇÃO

Art. 37. A aprovação de projetos, a concessão de alvará para construir, reformar edificações com acréscimo ou decréscimo de área, bem como a concessão de alvarás de licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço somente poderão ocorrer em estreita observância às normas previstas nessa Lei.

§ 1º Nos terrenos com declividade superior a 30% (trinta por cento) até 55% (sessenta e cinco por cento) poderão ser autorizadas



construções, desde que atendidas às condições do Parágrafo Único do artigo 7º da Lei de Parcelamento do Solo.

§ 2º Os alvarás de funcionamento para o exercício de atividades já consolidadas de fato à época da publicação desta lei, mesmo que contrariem as disposições aqui estabelecidas, serão respeitados e renovados, salvo se ocorrer alteração na natureza da atividade desenvolvida no local.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 38. Em todo edifício de uso residencial multifamiliar ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades de habitação será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

I - área de 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) por unidade de moradia;

II - localização em área contínua, preferencialmente no térreo, devidamente isolada das vias de tráfego, locais de acesso e de estacionamento;

III - não ocupar a área destinada ao recuo de frente do terreno.

Art. 39. Em todos os edifícios para uso residencial multifamiliar, comercial e prestador de serviços será obrigatória a construção de áreas de estacionamento para veículos em conformidade com o Anexo VIII da presente Lei.

Art. 40. Em terrenos situados na direção dos feixes de micro-ondas dos sistemas de telecomunicações, o gabarito da edificação será definido pela presente Lei e ou exigido pela concessionária do serviço, prevalecendo o de menor altura.

Art. 41. O remembramento de terrenos que se situam em zonas de uso e ocupação solo diferentes, somente poderá ser aprovado se houver parecer técnico favorável expedido pelo órgão competente de planejamento do Poder Executivo Municipal e aprovação do Conselho de Desenvolvimento (CDM).

Art. 42. A construção de edifício para uso residencial multifamiliar, vertical ou horizontal, em terrenos com área igual ou superior a 10.000,00m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), deve obedecer às seguintes condições:

I - existência de rede de coleta de esgotos, rede de abastecimento de água potável e rede de energia elétrica;

II - quando exigido pela Prefeitura, deve ser criada via pública, com dimensão conforme à hierarquia do tipo de via definida pela Lei Municipal do Sistema Viário, contornando todo ou parte do perímetro do terreno, para dar continuidade ao sistema viário existente ou de previsão futura;

III - sejam construídas as vias previstas no Sistema Viário Básico do Município.

Art. 43. Na área urbana do Distrito ou Sede do Município, para a aprovação de edificação ou conjunto de edificações com área construída superior a 5000,00m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), será obrigatório apresentar ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, elaborado pelo órgão competente de planejamento do Poder Executivo Municipal e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento (CDM), sem prejuízo das demais exigências desta Lei.

Art. 44. Só serão permitidas edificações com 4 (quatro) ou mais pavimentos nos terrenos que satisfaçam as seguintes condições:

I - façam frente para a via pública regular, pavimentada, provida de calçadas, guias e sarjetas e rede de galerias de águas pluviais;

II - sejam atendidas por rede de energia elétrica, rede de coleta de esgotos sanitários e rede de água potável.

Art. 45. As obras ou edificações de iniciativa do Poder Público, cuja localização dependa essencialmente da proximidade de fatores ligados ao meio ambiente, à densidade demográfica, de aproveitamento da infraestrutura urbana, entre outros, poderão situar-se nas mais diversas zonas de uso, a critério do órgão competente do Poder Executivo Municipal, observadas as medidas de segurança, resguardo e sossego da população da circunvizinhança.

Art. 46. O potencial construtivo situado entre o coeficiente de aproveitamento básico e o coeficiente de aproveitamento máximo será adquirido ao Poder Executivo Municipal e/ou terceiros em acordo com o previsto na Lei do Plano Diretor Municipal.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. Sem prejuízo de outras penalidades, o Poder Executivo Municipal embargará e tomará as medidas judiciais cabíveis para a demolição das construções iniciadas em desacordo com esta Lei.

Art. 48. Quando necessário o Poder Executivo Municipal poderá determinar áreas não edificáveis para fins de passagem de redes de água, esgotos e águas pluviais bem como instalação de outros equipamentos urbanos.

Art. 49. As delimitações das zonas e as alterações de uso e ocupação do solo urbano poderão ser revistas e atualizadas mediante projeto de lei, após parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento (CDM).

Art. 50. Os ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA serão elaborados nos termos que requer a Lei do Plano Diretor Municipal.

Art. 51. Os casos omissos e as dúvidas de interpretação decorrentes da aplicação desta Lei serão apreciados pelo órgão municipal de planejamento, ouvido o Conselho de Desenvolvimento (CDM).

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina/SC, 14 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO I - MAPA DE ZONEAMENTO URBANO DA SEDE MUNICIPAL

ANEXO II - MAPA DE ZONEAMENTO URBANO DO DISTRITO  
LINHA DAS PALMEIRAS

Anexo III - Tabela de Uso e Ocupação do Solo (ZR)

ZONA RESIDENCIAL			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2 H3 H4	H5	-
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1	E2	E3
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1 CS2	CS3 CS4	-
INDUSTRIAL	I1	I2	I3 I4
OCUPAÇÃO			
Área Mínima do Lote de Meio de Quadra (m²)			300
Área Mínima do Lote de Esquina (m²)			360
Taxa de Ocupação máxima (%)			60
Coeficiente de Aproveitamento			1
Número de Pavimentos			3
Altura Máxima (m)			11
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			25
Recuo Frontal Mínimo			2,0
Afastamentos Mínimos	Lateral		1,5
	Fundo		1,5
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra		10
	Esquina		12

## Notas:

1 - H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa;

1 - Para regularização na área já consolidada fica permitida a subdivisão nas construções geminadas já existentes com frente mínima de 6,00m (seis metros) e área mínima de terrenos de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);

2 - Fica permitida a regularização das subdivisões existentes, quando a área mínima for de 180,00m² (cento e oitenta metros quadrados) e testada mínima de 7,00m (sete metros), ou a testada mínima de acesso à área for de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), com área mínima de 200,00m² (duzentos metros quadrados).

3 - Regularização das construções existentes: vide artigo 35, § 3º do Código de Obras

## Anexo IV – Tabela de Uso e Ocupação do Solo (ZCS)

ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2 H5	H3	H4
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1 E2	E3	-
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1 CS2	CS3 CS4	-
INDUSTRIAL	I1	-	I2 I3 I4
OCUPAÇÃO			
Área Mínima do Lote de Meio de Quadra (m²)			300
Área Mínima do Lote de Esquina (m²)			360
Taxa de Ocupação máxima (%)			70
Coeficiente de Aproveitamento			2,5
Número de Pavimentos			4
Altura Máxima (m)			13
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			20
Recuo Frontal Mínimo			0,00

Afastamentos Mínimos	Lateral	1,5
	Fundo	1,5
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra	10
	Esquina	12

## Notas:

1 - H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa;

2 - É dispensado o recuo frontal até o 2º pavimento nas edificações desta zona (ZCS) destinadas para fins comerciais e de prestação de serviços;

3 - Para regularização na área já consolidada fica permitida a subdivisão nas construções geminadas já existentes com frente mínima de 6,00m (seis metros) e área mínima de terrenos de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);

4 - Fica permitida a regularização das subdivisões existentes, quando a área mínima for de 180,00m² (cento e oitenta metros quadrados) e testada mínima de 7,00m (sete metros), ou a testada mínima de acesso à área for de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), com área mínima de 200,00m² (duzentos metros quadrados).

5 - Regularização das construções existentes: vide artigo 35, § 3º do Código de Obras.

## Anexo V – Tabela de Uso e Ocupação do Solo (ZI)

ZONA INDUSTRIAL			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2	H3	H4 H5
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1 E2	-	E3
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1 CS2	CS3 CS4	-
INDUSTRIAL	I1	I2	I3 I4
OCUPAÇÃO			
Área Mínima do Lote de Meio de Quadra (m²)			450
Área Mínima do Lote de Esquina (m²)			550
Taxa de Ocupação máxima (%)			70
Coeficiente de Aproveitamento			2
Número de Pavimentos			3
Altura Máxima (m)			11
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			20
Recuo Frontal Mínimo			3,0
Afastamentos Mínimos	Lateral	1,5	
	Fundo	1,5	
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra	15	
	Esquina	20	

## Notas:

1 - H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa;

## Anexo VI – Tabela de Uso e ocupação do solo (ZEIS)

ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2 H3 H4	-	H5
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1	E2	E3

COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1	CS2	CS3 CS4
INDUSTRIAL	-	-	I1 I2 I3 I4
OCUPAÇÃO			
Área Mínima do Lote de Meio de Quadra (m²)			200
Área Mínima do Lote de Esquina (m²)			250
Taxa de Ocupação máxima (%)			60
Coefficiente de Aproveitamento			1
Número de Pavimentos			2
Altura Máxima (m)			7
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			20
Recuo Frontal Mínimo			1,5
Afastamentos Mínimos	Lateral		1,5
	Fundo		1,5
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra		10
	Esquina		10

## Notas:

1 - H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa;

2 - Para regularização na área já consolidada fica permitida a subdivisão nas construções geminadas já existentes com frente mínima de 6,00m (seis metros) e área mínima de terrenos de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);

3 - Fica permitida a regularização das subdivisões existentes, quando a área mínima for de 180,00m² (cento e oitenta metros quadrados) e testada mínima de 7,00m (sete metros), ou a testada mínima de acesso à área for de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), com área mínima de 200,00m² (duzentos metros quadrados).

4 - Regularização das construções existentes: vide artigo 35, § 3º do Código de Obras.

## Anexo VII – Tabela de Uso e Ocupação do Solo (ZEII)

ZONA ESPECIAL DE INTERESSE INSTITUCIONAL			
USO			
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
HABITACIONAL	-	-	H1 H2 H3 H4 H5
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1 E2	E3	
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1	CS2	CS3 CS4
INDUSTRIAL	-	I1 I2	I3 I4
OCUPAÇÃO			
Área Mínima do Lote de Meio de Quadra (m²)			500
Taxa de Ocupação máxima (%)			50
Coefficiente de Aproveitamento			1
Número de Pavimentos			3
Altura Máxima (m)			11
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			35
Recuo Frontal Mínimo			3,0
Afastamentos Mínimos	Lateral		1,5
	Fundo		1,5
Testada Mínima do Lote (m)			15

## Notas:

1 - H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa.

**Notas Gerais:**

- 1 - Em edificações de até 2 (dois) pavimentos, quando não houver aberturas para ventilação e iluminação voltadas para as divisas laterais e fundos do terreno, são dispensados os recuos de uma das laterais e de fundos, e quando se referir ao lote de esquina o recuo lateral obrigatório deverá estar voltado para a via, sendo permitida a construção de abrigo desmontável na área de recuo lateral;
- 2 - Em edificações para fins comerciais e serviços é dispensável o recuo frontal para o pavimento térreo e 1º e 2º pavimentos, quando localizadas na ZCS, incluindo as áreas residenciais dos pavimentos.
- 3 - Entre duas construções no mesmo terreno, quando da existência de abertura destinada à iluminação e ventilação, deverá ser observado o dobro do afastamento lateral ou de fundo a que estiver sujeitas às edificações, face das disposições previstas nessa Lei;
- 4 - Em casos onde uma das construções se caracterizar como complementar ou de apoio à outra, como em edículas, depósitos e similares, o afastamento mínimo entre as construções será igual ao afastamento lateral ou de fundo a que estiverem sujeitas as edificações, face das disposições desta Lei;
- 5 - Em caso de poços de iluminação e ventilação a menor dimensão do poço será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), com área mínima de 4,50m<sup>2</sup> (quatro metros e cinquenta centímetros), ou H/8, onde "H" representa a altura do edifício, prevalecendo a dimensão que for maior;
- 6 - Em casos de edifícios de mais de dois pavimentos os recuos mínimos de lateral e fundos será H/8, onde "H" representa a altura do edifício, com o mínimo de recuo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

**Anexo VIII - Tabela DE Vagas para Estacionamento**

TIPOLOGIA	NÚMERO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO	OBSERVAÇÕES
Residência Unifamiliar1	1 vaga para unidade	x
Residência Geminada	1 vaga para cada unidade residencial	x
Residência em Série ou Habitação Coletiva	1 vaga para cada 120m <sup>2</sup> de área construída ou 1 vaga por unidade residencial	x
Comércio e Prestação de Serviços	1 vaga para cada 150m <sup>2</sup> de área ou fração de área adicionada	Dispensado para edificações térreas de até 120m <sup>2</sup>
Supermercado e Similares	1 vaga para cada 50m <sup>2</sup> de área de comercialização	Independente da área de estacionamento para serviço
Comércio Atacadista e Empresa de Transporte	1 vaga a cada 200m <sup>2</sup> de área construída ou fração de área adicionada	Independente da área reservada para descarga
Estabelecimentos Hospitalares até 50 leitos	1 vaga para cada 3 leitos	Independente da área de estacionamento para serviço
Estabelecimentos Hospitalares acima de 50 leitos	1 vaga para cada 6 leitos	Independente da área de estacionamento para serviço
Edificações reservadas para Teatros, Cultos e Cinemas	1 vaga para cada 75m <sup>2</sup> que exceder 200m <sup>2</sup> de área construída	x
Estabelecimentos de Ensino e Congêneres	1 vaga para cada 150m <sup>2</sup> construídos	x
Hotéis e demais meios de Hospedagem	1 vaga para cada 3 unidades de alojamento	Dispensado para edificações de até 200m <sup>2</sup>
Instituições Bancárias	1 vaga para cada 100m <sup>2</sup> de área construída	x
Oficina Mecânica e Funilaria	1 vaga para cada 150m <sup>2</sup> de área construída	x
Clube Recreativo, Esportivo e Associações	1 vaga para cada 75m <sup>2</sup> de área construída	x

**NOTAS**

- 1 - Para unidades habitacionais unifamiliares populares/ZEIS não será exigido vaga de estacionamento.

**Anexo IX - Classificação dos Usos e Atividades Urbanas - Comerciais e Prestação de Serviços - Índices de Risco Ambiental e Fontes Potenciais de Poluição**

**Anexo X - Classificação dos Usos e Atividades Urbanas - Industriais - Índices de Risco Ambiental e Fontes Potenciais de Poluição**

**Anexo XI – Glossário**

**ACRÉSCIMO** – aumento de área construída de uma edificação, quer no sentido horizontal ou vertical.

**ALINHAMENTO** - linha projetada e locada ou indicada pela Prefeitura para marcar o limite entre o lote do terreno e o logradouro público.

**ALTURA DA EDIFICAÇÃO** - é a distância medida entre o nível do piso do pavimento térreo até o teto do último pavimento.

**ÁREA CONSTRUÍDA OU ÁREA DE CONSTRUÇÃO** – é área total de todos os pavimentos de um edifício, incluídos os espaços ocupados pelas paredes.

**ÁREA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO** - é o limite de área de construção que pode ser edificada em um terreno urbano.

**ÁREA MÍNIMA DE TERRENO POR UNIDADE HABITACIONAL** – é a fração de área de terreno necessária a cada unidade habitacional.

**ÁREA URBANA** - é aquela contida dentro do perímetro urbano.

**ÁREA ÚTIL** - é a superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes.

**BALANÇO** - é o avanço da edificação sobre o alinhamento do pavimento térreo e acima deste, ou qualquer elemento que, tendo seu apoio no alinhamento das paredes externas, se projete além delas.

**COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO** - é o número que multiplicado pela área do terreno define o direito de construir do proprietário.

**COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO** - é o número que multiplicado pela área do terreno estabelece a área máxima edificável na propriedade e só atingida mediante a aquisição de direito de construir do Poder Executivo Municipal e/ou de terceiros.

**EIV** - Estudo de Impacto de Vizinhança.

**FACHADA** - elevação das partes externas de uma construção.

**FRENTE MÍNIMA NORMAL** - é a dimensão mínima da testada de um terreno não caracterizado como esquina.

**GABARITO DA EDIFICAÇÃO** - é a altura máxima das edificações definida através da altura da edificação e do número máximo de pavimentos.

**LOTE** - parcela do terreno contida em uma quadra, resultante de um loteamento, desmembramento ou remembramento, com pelo menos uma divisa lindeira a logradouro público, e descrita por documento legal.

**OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO** - é a maneira pela qual a edificação pode ocupar o terreno urbano, em função dos índices urbanísticos incidentes sobre o mesmo.

**PAVIMENTOS** - cada um dos planos horizontais de um edifício destinados a uma utilização efetiva.

**PÉ-DIREITO** - é a distância vertical entre o piso e o teto de um compartimento.

**PLATIBANDA** - é o prolongamento das paredes externas, acima do último teto de uma edificação.

**RECUO FRONTAL** – a menor distância entre o plano da fachada da edificação a testada do terreno.

**RECUO LATERAL** - a menor distância entre o plano da fachada da construção às divisas laterais do terreno.

**RECUO DE FUNDO** - a menor distância entre o plano da fachada da edificação às divisas de fundos do terreno.

**SUBSOLO** - área da edificação cuja altura de sua laje superior estiver, no máximo, a 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) acima da cota mínima do terreno, sendo esta, a menor cota do passeio público em relação ao terreno.

**TAXA DE OCUPAÇÃO** - valor expresso em porcentagem e que define a porção da área do terreno que pode ser ocupada pela projeção, em planta, da totalidade das edificações sobre o terreno.

**TERRAÇO** - é a cobertura de uma edificação ou parte da mesma, utilizada como piso.

**TESTADA DE LOTE** - comprimento da linha que separa o logradouro público da propriedade particular e que coincide com o alinhamento existente ou projetado pelo município.

**USO DO SOLO URBANO** - é o tipo de atividade desenvolvida no imóvel urbano.

**ZONAS** - cada uma das unidades territoriais que compõe o zoneamento e para as quais são definidos os usos e as normas para se edificar no terreno urbano.

**VEGETAÇÃO NATIVA** - floresta ou outra formação florística com espécies predominantemente autóctones, em clímax ou em processos de sucessão ecológica natural.

**ZONEAMENTO** - é a divisão da área urbana em zonas de uso e ocupação do solo.



**LEI COMPLEMENTAR Nº 073/2017**

Publicação Nº 1457820

Lei do parcelamento do solo

**SUMÁRIO****CAPÍTULO I****DAS CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES (Art. 1º ao Art. 7º)****CAPÍTULO II****DO PARCELAMENTO DO SOLO POR LOTEAMENTO****SEÇÃO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 8º ao Art. 9º)****SEÇÃO II****DAS DIRETRIZES GERAIS PARA O LOTEAMENTO (Art. 10 ao Art. 12)****SEÇÃO III****DO PROJETO DE LOTEAMENTO (Art. 13)****SEÇÃO IV****DA APROVAÇÃO E DO REGISTRO DE LOTEAMENTO (Art. 14 ao Art. 22)****SEÇÃO V****DO LOTEAMENTO FECHADO (Art. 23 ao Art. 33)****SEÇÃO VI****DO LOTEAMENTO EM ÁREA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA (Art. 34 ao Art. 35)****CAPÍTULO III****DO PARCELAMENTO DO SOLO POR DESMEMBRAMENTO OU DESDOBRO (Art. 36 ao Art. 38)****CAPÍTULO IV****DO REMEMBRAMENTO (Art. 39 ao Art. 40)****CAPÍTULO V****DAS DISPOSIÇÕES PENAIAS (Art. 41 ao Art. 42)****CAPÍTULO VI****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 43 ao Art. 51)**

LEI COMPLEMENTAR Nº 073, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

**CAPÍTULO I****DAS CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES**

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade disciplinar o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos, sendo elaborada na observância da Lei Federal nº. 6.766/79, modificada pela Lei Federal nº. 9.785/99, Lei Federal nº. 10.932/04, Código Florestal, Resolução nº. 369 do CONAMA, Lei nº. 11.483/07, Lei do Plano Diretor Municipal e demais normas federais e estaduais relativas à matéria e visando assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Art. 1º Considera-se parcelamento do solo, para fins urbanos, toda subdivisão de gleba ou lote em dois ou mais lotes destinados à edificação, chácaras ou sítios de recreio, sendo realizado através de loteamento, desmembramento.

Art. 2º O disposto na presente Lei obriga não só os loteamentos, desmembramentos, desdobros e remembramentos realizados para a venda, o melhor aproveitamento dos imóveis, como também os efetivados em inventários, por decisão amigável ou judicial, para a extinção de comunhão de bens ou a qualquer outro título.

Art. 3º Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

II - ÁREA OU ZONA URBANA - É a área de terra contida dentro do perímetro urbano, definida em lei específica complementar ao Plano Diretor Municipal;

III - ZONA DE EXPANSÃO URBANA - É a área de terra contígua ao perímetro urbano e não parcelada para fins urbanos;

IV - ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA - É a área de terra, delimitada na Lei de Uso e Ocupação do Solo ou por lei específica, destinada para fins urbanos específicos: chácaras de lazer ou recreio, vila rural, lotes industriais ou outros; localizada dentro ou fora do perímetro urbano;

V - ÁREAS PÚBLICAS - São as áreas de terras a serem doadas ao Município para fins de uso público em atividades culturais, cívicas, esportivas, de saúde, educação, administração, recreação, praças e jardins;

VI - ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - É a área de terra a ser doada ao Município a fim de proteger o meio ambiente natural, compreendendo, entre outras, a critério do Poder Executivo Municipal, os fundos de vales e as reservas florestais;

VII - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) - É a área definida nos artigos 2º e 3º do da Lei Federal nº. 12.651/2012 - Código Florestal;

VIII - ÁREA DE LAZER - É a área de terra a ser doada ao Município destinada às praças, parques, jardins e outros espaços destinados à recreação da população;

IX - ARRUAMENTO - Considera-se como tal a abertura de qualquer via ou logradouro destinado à utilização pública para circulação de pedestres ou veículos;

X - ÁREA NON AEDIFICANDI - É área de terra onde é vedada a edificação de qualquer natureza;

XI - CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

XII - CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo;

XIII - DESMEMBRAMENTO OU DESDOBRO - É o parcelamento do solo urbano efetuado pela subdivisão de um lote em mais lotes, destinados

à edificação, com o aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias ou logradouros públicos nem no prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes;

XIV - EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, esportes e lazer;

XV - EQUIPAMENTOS URBANOS - São os equipamentos públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, fornecimento domiciliar e público de energia elétrica, coleta e destinação de águas pluviais, arborização e pavimentação de vias urbanas;

XVI - GLEBA - Área de terra que não foi ainda objeto de parcelamento do solo para fins urbanos;

XVII - LOTE - Área de terra resultante de parcelamento do solo para fins urbanos;

XVIII - LOTEAMENTO - É o parcelamento do solo urbano efetuado pela subdivisão de gleba em lotes destinados edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

XIX - LOTEAMENTO FECHADO - É o parcelamento do solo efetuado pela subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes, com fechamento de seu perímetro e controle de acesso de não moradores;

XX - PERÍMETRO URBANO - É a linha de contorno que define a área ou a zona urbana, de expansão urbana e de urbanização específica;

XXI - PROJETO DE LOTEAMENTO - É o conjunto de documentos e projetos que indica a forma pela qual será realizado o parcelamento do solo por loteamento;

XXII - QUADRA - É a área de terra, subdividida em lotes, resultante do traçado do arruamento;

XXIII - REFERÊNCIA DE NÍVEL - É a cota de altitude tomada como oficial pelo Município;

XXIV - REMEMBRAMENTO - É a unificação de lotes urbanos com aproveitamento do sistema viário existente.

Art. 4º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos quando o imóvel a ser parcelado localizar-se na Zona Urbana do Município ou em Zona de Urbanização Específica assim definida em lei.

Art. 5º O uso, o aproveitamento, as áreas e as dimensões mínimas e máximas dos lotes são regulados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, cujas normas deverão ser observadas em todo parcelamento e remembramento do solo.

Art. 6º Não será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos, conforme Lei Federal nº. 6766/1979, Lei nº. 10.932/2004 Código Florestal e Resolução do CONAMA:

- em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações;

I - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública;

II - em terrenos com declividade igual ou superior a trinta por cento, salvo se atendidas as exigências previstas no parágrafo único;

III - em terrenos onde as condições geológicas não são aconselháveis à edificação;

IV - em áreas de Preservação Ambiental, assim definidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

V - em áreas de riscos, assim definidas em lei municipal;

VI - nas proximidades de nascentes, águas correntes e dormentes sejam qual for a sua situação topográfica;

VII - em terrenos situados em fundos de vales, essenciais para o escoamento natural das águas;

VIII - em faixa de 15m (quinze metros) para cada lado das faixas de domínio ou segurança de redes de alta tensão, ferrovias, rodovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais competentes;

IX - em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias adequadas à vida humana;

Parágrafo Único. No casos previstos no Inciso III deste artigo, fica autorizado o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) e nunca superior a 55% (cinquenta e cinco por cento) se atendidas as seguintes exigências exclusivamente sobre estas áreas:

I - Para garantia de prevenção de erosão o Poder Público exigirá dos proprietários das residências a serem edificadas:

a) Projetos que se adaptem à topografia natural do terreno, onde a modificação do relevo somente será permitida em pequena escala, devidamente representada no projeto e acompanhada de anotação de responsabilidade técnica;

b) Projetos complementares de drenagem superficial que contemplem captação de água pluvial incidente sobre o lote edificado, bem como águas provenientes dos telhados, etc, utilizando cisternas de retenção.

II - Se não utilizados muros de arrimo, os taludes resultantes de movimentos de terra deverão obedecer os seguintes requisitos mínimos:

a) Declividade ideal, determinada para cada tipo de solo para taludes em aterro;

b) Revestimento apropriado para retenção do solo, preferivelmente formado por vegetação;

c) Canaletas de drenagem na crista, na saia e nas bernas, para taludes com altura superior a 3,00m (três metros).

III - As áreas com declividade entre 30% (trinta por cento) e 55% (cinquenta e cinco por cento) devem ter suas abrangências assinaladas na planta do projeto de loteamento com a expressão: "área edificável somente se atendidas condições estabelecidas nesta legislação específica".

IV - Nas áreas com declividade superior a 55% (cinquenta e cinco por cento) não se permite parcelamento e edificação, devendo sua abrangência ser assinalada na planta do projeto de loteamento com a expressão "area non aedificandi".

## CAPÍTULO II

### DO PARCELAMENTO DO SOLO POR LOTEAMENTO

#### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Os loteamentos serão divididos em três categorias:

I. Loteamentos convencionais;

II. Loteamentos Populares;

III. Loteamentos de Interesse Social.

§ 1º Loteamentos Convencionais são aqueles em que se exige a implantação de infraestrutura completa, sendo os mesmos realizados por particulares.

§ 2º Loteamentos Populares são aqueles em que são feitas exigências menores no tamanho dos lotes, visando o barateamento do custo da terra para classes menos favorecidas, devendo ter a participação do Poder Público, através dos Instrumentos de Consórcio Imobiliário e da Operação de Interesse Social e Operações Urbanas Consorciadas, conforme estabelecido na Lei do Plano Diretor, Capítulos VIII e IX, podendo ser vendido somente para pessoas de baixa renda e que não possuam outra propriedade, devendo para tanto ter anuência do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 3º Loteamentos de Interesse Social são aqueles executados pelo Poder Público ou com promoção a ele vinculada, que deverá providenciar

a implantação da infraestrutura, com o fim de resolver problemas de assentamento de populações de baixa renda.

§ 4º Os Loteamentos de Interesse Social e os Loteamentos Populares só poderão ser realizados nas Zonas Especiais de Interesse Social.

§ 5º Lei Municipal específica tratará da concessão de incentivos fiscais ao empreendedor que prover o Loteamento Popular com infraestrutura mínima.

Art. 8º O loteamento deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- as áreas a serem doadas ao Município, a título de Áreas Públicas, serão formadas, no mínimo, por:

a) área para equipamentos comunitários ou urbanos;

b) área de preservação ambiental, quando houver;

c) área de lazer;

d) área de arruamento;

e) área non aedificandi, quando houver, inclusive das rodovias e estradas municipais, nos termos das Leis Federais nºs. 6.766/1979; 10.932/04 e 11.483/2007.

I - as áreas públicas não serão inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da área total a ser parcelada e, em cada caso específico, serão fixadas pelo órgão competente de planejamento do Poder Executivo Municipal;

II - as áreas de terras destinadas à preservação ambiental não será inferior a 10% (dez por cento) da área total a ser parcelada;

III - as áreas de terra destinadas à implantação de equipamentos comunitários e de lazer não será inferior a 10% (dez por cento) da área total a ser parcelada;

IV - as áreas de terra destinadas ao arruamento não será inferior a 15% (quinze por cento) da área total a ser parcelada;

V - o arruamento deverá observar as determinações da Lei Municipal do Sistema Viário, devendo articular-se com as vias adjacentes, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com o relevo do local;

VI - na zona urbana, salvo outra disposição do Plano Diretor Municipal ou em decorrência de estudos específicos sobre o lençol freático, as áreas de preservação ambiental ao longo dos cursos d'água e fundos de vales serão de, no mínimo, 15m (quinze metros) para cada lado das margens e, ao longo das nascentes de água, no mínimo, 50m (cinquenta metros), salvo os casos previstos na Resolução 369 do CONAMA, sendo o somatório dessas áreas computado como área pública a ser doada ao Município, observando-se uma redução de 50% (cinquenta por cento) no seu total;

VII - os cursos d'água não poderão ser modificados ou canalizados sem o consentimento do órgão competente do Poder Executivo Municipal e Estadual;

VIII - todos os loteamentos deverão ser dotados, pelo loteador, no mínimo, de guias e sarjetas, rede de galerias de águas pluviais e obras complementares necessárias à contenção da erosão, pavimentação (asfáltica, pedras regulares, concreto armado ou elementos de concreto, etc., exceto revestimento primário, como o cascalho) das vias que respeite as normas da ABNT, rede de abastecimento de água atendendo os dois lados da via, rede de coleta de esgoto ou sistema individual de tratamento de efluentes (fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro), de fornecimento de energia elétrica e de iluminação pública e a marcação das quadras e lotes;

IX - o comprimento da quadra não poderá ser superior a 250m (duzentos e cinquenta metros), exceto nos loteamentos para fins industriais, chácaras e sítios de recreio, quando a extensão da quadra poderá ser definida pela Prefeitura, atendendo as necessidades do sistema viário;

X - as áreas de terras localizadas sob linha de transmissão de energia elétrica serão computadas como área de servidão, conforme disposto na Lei do Sistema Viário.

§1º No parcelamento em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) o prazo para a implantação das obras de infraestrutura poderá ser ampliado conforme Lei Federal nº. 11.445/2007, assim como poderá ser exigida somente a infraestrutura mínima, conforme previsto no Art. 6º da Lei Federal nº. 9.785/99:

a) vias de circulação;

b) escoamento das águas pluviais;

c) rede de abastecimento de água potável;

d) soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

§2º Quando necessário, a Prefeitura, com base em fundamentado e circunstanciado laudo técnico, determinará as obras e serviços a serem executados pelo interessado, previamente à aprovação do projeto de parcelamento do solo.

§3º Na execução de obras de terraplenagem, deverão ser implantados pelo empreendedor, os sistemas de drenagem necessários para preservar as linhas naturais de escoamento das águas superficiais, prevenindo a erosão, o assoreamento e as enchentes, conforme diretrizes expedidas pelo órgão municipal competente.

§1st No caso de loteamento industrial, poderá o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), permitir que, parte da área institucional a ser reservada ao uso público, seja doada ao Município fora dos limites do loteamento, em lugar aceito pelo Conselho, em lote vazio ou edificado e em valores equivalentes.

§2nd As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamentos urbano e comunitário, em espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e coeficientes máximos de aproveitamento, conforme definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§3rd Após a aprovação do loteamento, fica o loteador obrigado a transferir para a Prefeitura Municipal, quando do registro do loteamento, sem ônus para o Município, as áreas destinadas ao uso público.

## SEÇÃO II

### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA O LOTEAMENTO

Art. 10. Para efetuar a proposta de parcelamento do solo, mediante loteamento, o proprietário do imóvel deverá solicitar ao órgão competente do Poder Executivo Municipal, sob o título de DIRETRIZES GERAIS, que defina as condições para o parcelamento do solo, apresentando para este fim, acompanhado de requerimento próprio, os seguintes elementos:

I - título de propriedade do imóvel;

II - certidão negativa da Fazenda Municipal, relativa ao imóvel;

III - certidão de ônus reais relativos ao imóvel;

IV - certidão negativa de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de 10 (dez) anos;

V - sondagem e percolação de solo, apontando o nível do lençol freático;

VI - esquema preliminar do loteamento pretendido, indicando as vias de circulação, dimensões dos lotes e quadras e áreas públicas;

VII - planta planialtimétrica do imóvel a ser loteado, na escala de 1:500 (um para quinhentos) até 1:2000 (um para dois mil), dependendo do tamanho da área, sendo uma cópia em mídia digital e duas cópias apresentadas em papel, sem rasuras ou emendas, e assinadas pelo

proprietário do imóvel e pelo profissional responsável pelos serviços de levantamento topográfico, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) divisas do imóvel, perfeitamente definidas e traçadas;
- b) localização dos cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques e árvores frondosas, pedreiras, linhas de transmissão de energia elétrica, dutos, construções existentes e rodovias;
- c) levantamento topográfico com curvas de nível, de metro em metro, que deverá abranger a totalidade do imóvel, mesmo que o requerente se disponha a parcelar apenas parte do mesmo;
- d) orientação magnética ou verdadeira do norte;
- e) mês e ano do levantamento topográfico;
- f) referência de nível;
- g) arruamento contíguo a todo perímetro da gleba, com localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, em um raio de 500,00m (quinhentos metros), bem como suas respectivas distâncias ao imóvel que se pretende parcelar;
- h) pontos onde foram realizados os testes de percolação do solo.

VIII - o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

IX - planta de situação da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), com indicação do norte magnético ou verdadeiro, da área total e dimensões do terreno e seus principais pontos de referência.

X - outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Sempre que necessário, o órgão competente do Poder Executivo Municipal poderá exigir a extensão do levantamento topográfico ao longo de uma ou mais divisas da gleba a ser loteada até o talvegue ou espigão mais próximo.

Art. 11. O órgão competente do Poder Executivo Municipal, em conformidade com as Instituições Legais Federal, Estadual e Municipal existentes, expedirá as DIRETRIZES GERAIS de loteamento, as quais fixarão:

X - o imóvel é passível de ser parcelado ou arruado, em todo ou em partes;

XI - as características gerais do loteamento em relação ao uso e ocupação do solo;

XII - as vias de circulação existentes ou previstas que compõem o sistema viário da cidade e do município, que devem ser respeitadas pelo loteamento pretendido;

XIII - as áreas públicas a serem doadas ao município;

XIV - os coletores principais de águas pluviais e esgotos, quando eles existirem ou estiverem previstos;

XV - áreas non aedificandi, se houver;

XVI - o traçado e as respectivas dimensões do sistema viário principal do loteamento;

XVII - as áreas de preservação ambiental de rios e nascentes, as linhas de alta tensão e telefônicas, as faixas de domínio de rodovias;

XVIII - licença ambiental prévia ou protocolo de instalação da FATMA;

XIX - as obras de infraestruturas que deverão ser executadas pelo interessado e os respectivos prazos para execução.

Parágrafo único. O prazo máximo para o fornecimento das Diretrizes Gerais é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do protocolo de entrega de todos os documentos exigidos pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. As Diretrizes Gerais expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia de sua expedição, após o que estarão automaticamente prescritas e o processo iniciado arquivado.

### SEÇÃO III

#### DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 12. Expedidas as diretrizes gerais, o proprietário do imóvel, caso deseje dar prosseguimento ao loteamento, deverá apresentar requerimento solicitando análise do PROJETO DE LOTEAMENTO para a gleba, anexando para esse fim:

XIX - Requerimento solicitando aprovação do projeto do loteamento;

XX - Título de propriedade do imóvel (Certidão de Inteiro Teor Atualizada);

XXI - ARTs ou RRTs dos Responsáveis Técnicos;

XXII - Laudo geotécnico do loteamento, quando exigido pela Municipalidade;

XXIII - Licença Ambiental fornecida pelo órgão ambiental;

XXIV - Cronograma físico e financeiro das obras de infraestrutura do loteamento e respectivos orçamentos;

XXV - LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO – apresentado em coordenadas UTM em SIRGAS 2000;

XXVI - PLANTA DE SITUAÇÃO – planta de situação da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), com as seguintes informações:

i) indicação do norte magnético ou verdadeiro;

j) área total e dimensões do terreno;

k) equipamentos públicos e comunitários existentes num raio de 500m (quinhentos metros);

l) indicação do zoneamento conforme previsto na Lei de Uso e Ocupação do Solo;

XXVII - PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO GEORREFERENCIADO - apresentado através de desenhos na escala 1:1000 (um para mil), em 2 (duas) vias de cópias em papel, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) divisas do imóvel, perfeitamente definidas e traçadas;

b) arruamento contíguo a todo perímetro da gleba, com localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, em um raio de 500,00m (quinhentos metros), bem como suas respectivas distâncias ao imóvel que se pretende parcelar;

c) vias de circulação, existentes e projetadas, com as respectivas larguras, cotas, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais;

d) perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, nas seguintes escalas:

· Longitudinal – escala horizontal de 1:1000 (um para mil), escala vertical de 1:100 (um para cem).

· Transversal - escala de 1:100 (um para cem).

e) localização dos cursos d'água, lagoas e represas, canalizações especiais existentes e projetadas, áreas sujeitas a inundações, bosques e árvores frondosas, pedreiras, linhas de transmissão de energia elétrica, dutos, construções existentes e rodovias e respectivas faixas de domínio, se houver;

f) curvas de nível, atuais e projetadas, com equidistância de 1,00m (um metro);

g) orientação magnética ou verdadeira do norte;

h) mês e ano do levantamento topográfico;



- i) referência de nível;
- j) indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;
- k) subdivisão das quadras em lotes georreferenciados, com as respectivas numerações, áreas, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais;
- l) indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato do registro do loteamento com as respectivas áreas, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais;
- m) faixas non aedificandi, se houver;
- n) outras informações necessárias a critério da Municipalidade.

XXVIII - QUADRO ESTATÍSTICO DE ÁREAS, em metros quadrados e percentuais, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) área total do imóvel a ser loteado;
- b) área total dos lotes e quadras;
- c) área total das áreas públicas;
- d) área total do arruamento;
- e) áreas destinadas a equipamentos comunitários;
- f) áreas de preservação ambiental;

XXIX - PROJETOS COMPLEMENTARES - apresentados em duas cópias impressas em papel, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) projeto de pavimentação das vias, com a pavimentação exigida no Art. 8º, Inciso IX e meio fio;
- b) projeto de rede de escoamento das águas pluviais e superficiais, canalização em galerias ou canal aberto, com indicação das obras de sustentação, muros de arrimo, pontilhões e demais obras necessárias a conservação dos logradouros públicos, dimensionadas, conforme cálculo de vazão do trecho ou bacia contribuinte, obedecendo os critérios mínimos:

- precipitação pluviométrica mínima de 100mm/h (cem milímetros por hora);
- rede principal com diâmetro mínimo de 40cm (quarenta centímetros);
- rede secundária com diâmetro mínimo de 40cm (quarenta centímetros);
- rede transversal com diâmetro mínimo de 30cm (trinta centímetros);
- caimento mínimo da tubulação igual à 1% (um por cento) e profundidade de recobrimento igual ao diâmetro do tubo correspondente;
- quando o caimento for igual ou superior a 15% (quinze por cento) deverão ser previstas caixas de quebra de pressão;
- localização da bocas de lobo e da canalização receptora, com respectivo diâmetro;
- destino das águas pluviais;
- outras informações à critério da Municipalidade.

- c) projeto de rede de abastecimento de água potável, aprovado pelo órgão competente;
- d) projeto de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública das vias, aprovado pelo órgão competente;
- e) projeto do sistema de coleta e sistema de tratamento de esgotos domiciliares ou sistema individual de tratamento de efluentes (fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro);
- f) carta de Consulta Prévia de Viabilidade Técnica de Atendimento do loteamento, fornecida pelas concessionárias de energia elétrica e de abastecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários quando existir rede de esgotamento sanitário;
- g) Projetos de outras infraestruturas que o Município julgue necessárias.

XXX - MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTEAMENTO - em duas vias impressas em papel, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a denominação do loteamento;
- b) a descrição sucinta do loteamento contendo suas características;
- c) as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas futuras edificações, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
- d) quadro de estatística contendo todas as áreas e percentuais;
- e) área total do terreno e indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do Município no ato de registro do loteamento;
- f) a fixação da zona de uso predominante;
- g) a descrição dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos já existentes e que serão implantados no loteamento e adjacências;
- h) memorial descritivo de cada lote, das vias urbanas projetadas e áreas públicas propostas, indicando a área total, as confrontações e os limites descritos em relação ao Norte verdadeiro.

XXXI - MODELO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA - especificando, entre outras, as seguintes condições:

- a) os compromissos do loteador quanto à execução do PROJETO DE LOTEAMENTO, bem como os prazos previstos para sua execução;
- b) indicação da condição de que os lotes só poderão receber edificações após o Poder Executivo Municipal declarar aceite as obras de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, drenagem e rede de esgoto quando exigida;
- c) a possibilidade de suspensão, pelo adquirente, do pagamento das prestações uma vez não executadas as obras previstas no PROJETO DE LOTEAMENTO;
- d) o uso do solo previsto para o lote, segundo previsto na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

§ 1º. Todos os projetos, memoriais de cálculo e especificações técnicas para realização dos PROJETOS COMPLEMENTARES e do PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO devem obedecer às normas da ABNT e dos órgãos competentes de aprovação e estar assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico, devendo este apresentar atestado de regularidade junto ao CREA/CAU.

§ 2º. A Municipalidade poderá exigir ainda, além dos documentos mencionados nesta seção, a apresentação de outras plantas, desenhos, cálculos, documentos ou detalhes que julgar necessários ao esclarecimento e bom andamento do processo.

§ 3º. Na hipótese de parcelamento do solo que exigir a utilização da faixa de domínio, o licenciamento ou a expedição de alvará somente será concedida pela Prefeitura Municipal mediante a apresentação de expressa anuência ou manifestação positiva do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA.

§ 4º. Quando a canalização pública for insuficiente ou não existir na rua onde o loteamento desaguar suas águas pluviais, a solução do problema será indicada pela Municipalidade e executada pelo loteador.

§ 5º. Onde não existir rede de abastecimento de água, o loteador deverá com aprovação do órgão competente, executar o projeto de abastecimento a partir da captação em manancial existente na área ou a partir de poços artesianos ou profundos.

§ 6º. A descrição do imóvel no Memorial Descritivo e no projeto deverá, necessariamente, coincidir com aquela constante do registro do imóvel.

#### SEÇÃO IV

##### DA APROVAÇÃO E DO REGISTRO DE LOTEAMENTO

Art. 13. Recebidos todos os elementos do PROJETO DEFINITIVO DO LOTEAMENTO e de acordo com as exigências desta Lei, considerando que o projeto não prejudique o interesse público (Decreto Federal nº 3.079 de 15/09/38) e Lei Federal nº 6.766/79, com alterações inseridas pela Lei nº 9.785/99, ouvidas as autoridades competentes, o órgão competente do Poder Executivo Municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, procederá ao exame das peças e elementos apresentados, manifestando sua avaliação técnica.

§ 1º Havendo incorreções nos projetos técnicos apresentados, o responsável técnico e o proprietário do loteamento serão notificados a promover as mudanças necessárias.

§ 2º O prazo máximo para apresentação das correções é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da notificação, após o que, não atendido, o processo iniciado será arquivado.

Art. 14. Aprovado pela Prefeitura Municipal o PROJETO DEFINITIVO DO LOTEAMENTO e deferido o processo, em conformidade com as exigências técnicas e legais, o proprietário loteador deverá apresentar 3 (três) cópias em papel e uma em mídia digital do referido PROJETO e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU dos profissionais responsáveis pelo Projeto de Loteamento, Projetos Complementares e a Licença Ambiental Prévia e Licença Ambiental de Instalação, ambas expedidas pela FATMA.

Art. 15. Uma vez cumpridas as exigências contidas nos artigos anteriores, será assinado, entre o proprietário e o Poder Executivo Municipal, um TERMO DE COMPROMISSO onde o proprietário se obriga a, no mínimo:

XXXI - transferir, sem qualquer ônus para o Município, a propriedade das Áreas Públicas e a propriedade do conjunto de obras realizadas de pavimentação das vias, rede de abastecimento de água, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, rede de energia elétrica e da rede de esgoto quando exigida;

XXXII - facilitar a fiscalização permanente do Município durante a execução das obras e serviços;

XXXIII - executar as obras de infraestrutura (PROJETOS COMPLEMENTARES), no prazo máximo de 3 (três) anos, em conformidade com o disposto no Cronograma Físico Financeiro aprovado;

XXXIV - caucionar, mediante Escritura Pública, como garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigida para o loteamento (PROJETOS COMPLEMENTARES), a quantidade de lotes necessários, cujo valor, a juízo do Poder Executivo Municipal, corresponda, à época da análise do processo a pelo menos uma vez e meia o custo dos serviços e obras a serem executadas;

XXXV - não transacionar, por qualquer instrumento, lotes caucionados;

XXXVI - utilizar modelo de contrato de compra e venda, conforme exigência dessa Lei;

XXXVII - não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras de infraestrutura (PROJETOS COMPLEMENTARES) e de cumpridas as demais obrigações exigidas por esta Lei ou assumidas no Termo de Compromisso.

§3rd A avaliação dos imóveis caucionados será realizada por comissão de peritos, especialmente designados pelo Prefeito Municipal, sob a análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM).

§4th A área objeto da caução deverá situar-se dentro do território do Município.

§5th O valor dos lotes será calculado, para efeito deste artigo, pelo preço da área sem considerar benfeitorias.

Art. 16. Assinado o Termo de Compromisso, será aprovado o PROJETO DO LOTEAMENTO, por meio da publicação do decreto de aprovação do Projeto Definitivo de Loteamento, expedido o respectivo Alvará de Loteamento e publicado também o decreto de nomeação do responsável técnico do poder executivo municipal para a fiscalização dos serviços e obras.

§5th No decreto de aprovação deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado, as obras e serviços a serem realizados e o prazo de execução, a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do município no ato de registro do loteamento. No decreto de nomeação deverá ser apresentado o responsável técnico do Poder Executivo Municipal designado para a fiscalização dos serviços e obras.

§6th O responsável técnico pela fiscalização emitirá, trimestralmente um Relatório de Acompanhamento das Obras e Serviços indicando, no mínimo, sua evolução gradual, a observância dos projetos técnicos, as modificações introduzidas nos Projetos Complementares e a observância das normas de segurança, podendo em qualquer caso, o órgão municipal, solicitar a fiscalização da Defesa Civil.

Art. 17. Concluídas todas as obras e serviços e estando em perfeito estado de execução e funcionamento, o proprietário ou seu representante legal solicitará ao Poder Executivo Municipal a vistoria final do loteamento e a liberação da caução.

Art. 18. Mediante laudo de vistoria favorável, elaborado pelo responsável técnico pela fiscalização, e atestado de pleno funcionamento das redes e serviços, fornecidos pelos órgãos concessionários de serviços e órgãos públicos responsáveis pela política de meio ambiente, o Executivo Municipal publicará o decreto de recebimento do loteamento e liberará as áreas caucionadas.

§6th Caso tenha havido necessidade de modificações na execução dos projetos complementares, o laudo de vistoria deverá ser acompanhado de desenhos e cálculos retificadores indicando as alterações realizadas.

§7th A liberação das áreas caucionadas poderá ser proporcional ao conjunto de obras e serviços realizados e em funcionamento.

Art. 19. Findo o prazo estipulado no cronograma físico financeiro para a realização das obras e serviços, caso as mesmas não tenham sido executadas, o Poder Executivo Municipal executará os serviços, promovendo a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio as áreas caucionadas correspondentes.

Art. 20. A aprovação do projeto de arruamento, loteamento ou desmembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte do Município, quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação à área arruada, loteada ou desmembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedecem aos arruamentos de plantas limitrofes mais antigas ou as disposições legais aplicáveis.

Art. 21. Após a aprovação do Projeto Definitivo do Loteamento, o loteador deverá submeter o loteamento ao Ofício do Registro de Imóveis, apresentando os documentos constantes no Art. 18º da Lei 6.766/79.

#### SEÇÃO V

##### DO LOTEAMENTO FECHADO

Art. 22. Aplicam-se ao loteamento fechado os requisitos e procedimentos prescritos no Capítulo I, II, V e VI desta Lei, os índices urbanísticos definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e o disposto no Código de Obras e na Lei do Sistema Viário do Município.

Art. 23. A Prefeitura poderá limitar a área contínua total do loteamento fechado bem como a distância mínima entre loteamentos fechados com a finalidade de garantir a continuidade do sistema viário.

Art. 24. As áreas públicas de terras destinadas ao arruamento não serão inferiores a 15% (quinze por cento); as áreas públicas de terras



destinadas à preservação ambiental não serão inferiores a 10% (dez por cento); e as áreas de terras destinadas e à implantação de equipamentos comunitários não serão inferiores a 10% (dez por cento) da área total a ser parcelada.

Parágrafo único. A totalidade da área destinada à preservação ambiental e 50% (cinquenta por cento) da área de equipamento comunitário deverá localizar-se externamente à área fechada do loteamento, contíguas a este e com frente para via pública.

Art. 25. A implantação do loteamento fechado não poderá interromper linhas de alta tensão, fundos de vale e prolongamentos das vias públicas, em especial àquelas classificadas na Lei do Sistema Viário como de estruturação municipal, arteriais, coletoras ou marginais.

Parágrafo único. O Loteamento fechado deverá ser contornado, em todo o seu perímetro, por via pública em dimensão adequada a sua hierarquia, conforme Lei do Sistema Viário do Município.

Art. 26. As dimensões de passeio e faixa carroçável das vias internas ao loteamento fechado devem obedecer aos parâmetros estipulados na Lei de Sistema Viário, integrante do Plano Diretor Municipal.

Art. 27. A implantação do loteamento fechado deve prever vias públicas internas para circulação de pedestres quando a distância entre as vias circundantes exceder 150m (cento e cinquenta metros), e para circulação de veículos e pedestres quando a distância exceder 300m (trezentos metros).

§24th As vias para pedestres devem apresentar, no mínimo:

e) seção transversal de 5m (cinco metros) com 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) pavimentados;

f) acessibilidade conforme NBR 9050;

g) elementos que impeçam entrada de veículos motorizados.

§25th As vias para circulação de veículos e pedestres devem obedecer aos parâmetros de via local estipulados na Lei de Sistema Viário, se não houver diretriz superior, conforme a hierarquia viária.

Art. 28. As Áreas Públicas (ruas, praças, áreas institucionais e áreas de preservação) poderão ser objeto de concessão de direito real de uso, mediante outorga a uma entidade jurídica organizada na forma de condomínio de proprietários moradores.

§25th Sob pena de nulidade, no prazo de 90 (noventa) dias, a concessão de direito real de uso deverá constar do Registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis.

§26th A Área de Preservação Ambiental e 50% (cinquenta por cento) da área de Equipamento Comunitária situada fora da área fechada do loteamento não poderão, a qualquer pretexto, ser objeto de concessão de direito real de uso.

Art. 29. O instrumento de concessão de direito real de uso deverá constar todos os encargos do condomínio de proprietários moradores relativos aos bens públicos em causa, devendo estas ser, no mínimo, a manutenção e conservação de:

XXXVII - arborização de vias;

XXXVIII - vias de circulação, calçamento e sinalização de trânsito;

XXXIX - coleta e remoção de lixo domiciliar e limpeza de vias, os quais deverão ser depositados em local próprio junto à portaria do loteamento;

XL - prevenção de sinistros;

XLI - iluminação de vias pública;

XLII - drenagem de águas pluviais.

Art. 30. A concessão do direito real de uso poderá ser rescindida unilateralmente pelo Poder Executivo Municipal nos casos:

XLII - de dissolução da entidade beneficiária;

XLIII - de alteração, sem permissão do Poder concedente, da finalidade das Áreas Públicas;

XLIV - quando o condomínio de proprietários moradores se omitir dos serviços de conservação e manutenção;

XLV - quando do descumprimento de quaisquer outras condições estatuídas no instrumento de concessão e nessa Lei.

§26th Quando da rescisão da concessão, as Áreas Públicas bem como as benfeitorias nelas existentes, situadas dentro do perímetro do loteamento fechado, serão reincorporadas ao patrimônio público, independentemente de qualquer pagamento ou indenização.

§27th A perda da concessão do direito real de uso implicará na perda do caráter de loteamento fechado e determina a demolição dos muros que envolvem a periferia do loteamento e a eliminação de todo e qualquer sistema de controle de acesso de não moradores.

Art. 31. Todo loteamento fechado deverá ser circundado por cerca ou muro de alvenaria, com altura máxima de 3m (três metros).

§27th O loteamento fechado em 25% (vinte e cinco por cento) de seu perímetro, quando exigido pela Prefeitura, será dotado de lotes diretamente voltados para via pública externa ao loteamento e de uso coletivo, com profundidade, no mínimo, de 25m (vinte e cinco metros).

§28th Nos locais onde o fechamento do loteamento estiver diretamente voltado para via pública de uso coletivo, o muro ou cerca deverá estar recuado 3m (três metros) do meio-fio da via pública, sendo estes 3m (três metros) destinados a passeio público.

Art. 32. As obras, serviços e reparos das Áreas Públicas situadas dentro do perímetro do loteamento fechado somente poderão ocorrer mediante prévia aprovação e fiscalização de um profissional habilitado indicado pelo Poder Executivo Municipal.

## SEÇÃO VI

### DO LOTEAMENTO EM área DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA

Art. 33. O loteamento destinado a Urbanização Específica, em condomínio ou não, fechado ou aberto, só será aprovado quando atender ao disposto nos Capítulos I, II, V e VI desta Lei.

Art. 34. Os lotes resultantes de loteamento em Área de Urbanização Específica não poderão ser subdivididos.

Parágrafo único. O instrumento de concessão de uso ou a escritura de propriedade deverão constar, em destaque, cláusula da impossibilidade de desdobro dos lotes previstos no caput deste artigo.

## CAPÍTULO III

### DO PARCELAMENTO DO SOLO POR DESMEMBRAMENTO OU DESDOBRO

Art. 35. O DESMEMBRAMENTO ou DESDOBRO só poderá ser aprovado quando:

XLV - os lotes desmembrados ou desdobrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

XLVI - a parte remanescente da gleba ou lote, ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões e áreas mínimas previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

§28th Excetuam-se os lotes ou glebas com dimensões e áreas inferiores ao previsto no caput desse artigo quando as partes resultantes sejam, em ato contínuo, objetos de remembramento ao lote vizinho.

§29th Em casos de terrenos edificados anteriormente à data de publicação dessa Lei, o desdobro somente poderá ser aprovado quando observar, cumulativamente, os seguintes requisitos:

h) as partes resultantes da subdivisão do imóvel constituir em construções independentes umas das outras;

i) cada um dos lotes resultantes do desdobro estiver reconhecido no cadastro imobiliário.

Art. 36. Para obter o parcelamento do solo, o proprietário do imóvel deverá requerer a aprovação do projeto de desmembramento ou desdobro respectivo, anexando em seu requerimento, os seguintes documentos:

XLVI - título de propriedade do imóvel, sem cláusula restritiva quanto à sua possível alienação, comprovada através de Certidão do Registro de Imóveis;

XLVII - certidão negativa da Fazenda Municipal referente ao Imóvel;

XLVIII - quatro cópias do projeto apresentadas em papel e uma cópia em meio digital, na escala indicada pelo órgão competente do Executivo Municipal, assinadas pelo proprietário e pelo profissional responsável, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

j) as divisas dos imóveis perfeitamente definidas e traçadas;

k) localização de cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques, construções existentes;

l) orientação do norte verdadeiro ou magnético;

m) dia, mês e ano do levantamento topográfico planialtimétrico realizado;

n) arruamento vizinho a todo imóvel, com suas respectivas distâncias;

o) planta de situação anterior e posterior ao parcelamento do solo que pretende efetuar, contendo as identificações dos lotes, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência, ângulo central, rumos e outras indicações necessárias para análise do projeto;

p) quadro estatístico de áreas;

q) outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do Poder Executivo municipal;

XLIX - ART perante o CREA ou RRT perante o CAU;

L - memoriais descritivos de cada lote.

Parágrafo Único. Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos terão a (s) assinatura (s) do (s) responsável (veis) e deverão estar dentro das especificações das normas da ABNT.

Art. 37. Após examinada e aceita a documentação, será expedido o Alvará de Licença para Desmembramento e Desdobro para averbação junto ao Ofício do Registro de Imóveis.

Parágrafo Único. Somente após a averbação dos novos lotes no Ofício do Registro de Imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação dos mesmos.

#### CAPÍTULO IV

##### DO REMEMBRAMENTO

Art. 38. Nos casos de remembramento, o proprietário do(s) imóvel(is) deverá requerer a aprovação do respectivo projeto de remembramento, devendo para tal fim anexar, em seu requerimento, os seguintes documentos:

L - título de propriedade do(s) imóvel(is), sem cláusula restritiva quanto à sua possível alienação, comprovada através de Certidões do Registro de Imóveis;

LI - certidão negativa da Fazenda Municipal referente ao(s) Imóvel(is);

LII - quatro cópias do projeto de remembramento apresentadas em papel e uma cópia em meio digital, sem rasuras, na escala indicada pelo órgão competente do Executivo Municipal, constando a assinatura do proprietário e do profissional responsável pelo projeto, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) as divisas do(s) imóvel(is), perfeitamente definidas e traçadas;

b) localização de cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques, construções existentes;

c) orientação do norte verdadeiro ou magnético;

d) dia, mês e ano do levantamento topográfico planialtimétrico realizado;

e) arruamento vizinho a todo imóvel, com suas respectivas distâncias;

f) planta de situação anterior e posterior do remembramento que pretende efetuar, contendo as identificações dos lotes, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência, ângulo central, rumos e outras indicações necessárias para análise do projeto;

g) quadro estatístico de áreas;

h) outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do Poder Executivo municipal;

LIII - ART perante o CREA ou RRT perante o CAU;

LIV - memoriais descritivos de cada lote.

Parágrafo Único. Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos terão a (s) assinatura (s) do (s) responsável (veis) e deverão estar dentro das especificações das normas da ABNT.

Art. 39. Após examinada e aceita a documentação, será expedido o Alvará de Licença para Desmembramento e Desdobro para averbação junto ao Ofício do Registro de Imóveis.

Parágrafo Único. Somente após a averbação dos novos lotes no Ofício do Registro de Imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação dos mesmos.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 40. Fica sujeito à cassação de alvará, embargo administrativo de obras e serviços e à aplicação de multa pecuniária todo aquele que, a qualquer tempo e modo, der início, efetuar loteamento, desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do Executivo Municipal ou em desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda, das normas de âmbito federal e estadual pertinentes.

§29th A multa a que se refere este artigo será arbitrada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, de acordo com a gravidade da infração, e seu valor corresponderá ao intervalo entre 50 e 1200 (cinquenta e um mil e duzentas) vezes a Unidade Fiscal do Município (UFRM).

§30th O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais cominações legais, nem sana a infração, ficando o infrator na obrigação de cumprimento no disposto nessa Lei.

§31st A reincidência específica da infração acarretará ao proprietário, multa em dobro do valor da inicial, além da suspensão de sua licença para o exercício do parcelamento ou remembramento do solo.

Art. 41. São passíveis de punição, a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para sejam concedidas licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. O Poder Executivo Municipal poderá baixar, por decreto, normas ou especificações técnicas adicionais referentes à apresentação de peças gráficas e às obras ou serviços de infraestruturas exigidas por esta Lei.

Art. 43. Os conjuntos habitacionais promovidos pela iniciativa privada ou pública estão sujeitos à aplicação integral desta Lei.

Parágrafo único. Para aprovação de qualquer alteração ou cancelamento de parcelamento do solo para fins urbanos registrado em cartório, deverão ser atendidas as disposições contidas nesta Lei, na Lei Federal nº. 6766/79 ou outra que a substitua.

Art. 44. Não será concedido alvará para edificação, reforma, ampliação ou demolição, em lotes resultantes de parcelamento do solo ou remembramento não regularmente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, em conformidade com esta Lei.

Art. 45. A aprovação de projeto de loteamento, desmembramento, desdobro ou remembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte do Poder Executivo Municipal, quanto a eventuais divergências referentes às dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação à área loteada, desmembrada, desdobrada ou remembrada.

Art. 46. O prazo máximo para a aprovação ou rejeição do PROJETO DE REMEMBRAMENTO, DESMEMBRAMENTO ou DESDOBRAMENTO será de 60 (sessenta) dias após o proprietário ter cumprido todas as exigências do órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Ocorrendo solicitação de alterações pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, o prazo de análise mencionado no caput ficará suspenso enquanto não adotadas as providências exigidas, reabrindo-se tão logo o interessado apresente as adequações, passando a fluir pelo tempo restante.

Art. 47. A partir da abertura da matrícula dos imóveis resultantes no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Seara/SC, será lançado o correspondente Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 48. Os casos omissos e as dúvidas de interpretações decorrentes da aplicação desta Lei serão apreciados pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) e órgão competente do Poder Executivo Municipal, ao qual fica atribuída também a competência para estudar e definir elementos técnicos necessários a toda atividade normativa decorrente da presente Lei.

Art. 49. Os projetos de parcelamento do solo já protocolizados em data anterior à publicação desta lei, e em processo de análise junto ao Poder Público, serão disciplinados pela lei anterior.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, notadamente as Leis Municipais nº 266/1982 e 1.448/2015 e as respectivas alterações.

Xavantina/SC, 14 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI COMPLEMENTAR Nº 074/2017

Publicação Nº 1457823

### LEI DO PERÍMETRO URBANO

#### SUMÁRIO

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### DO PERÍMETRO URBANO (Art. 1º a Art. 3º)

ANEXO I – Mapa do Perímetro Urbano da Sede Municipal

ANEXO II – Mapa do Perímetro Urbano do Distrito de Linha das Palmeiras

ANEXO III – Descrição da Área da Sede Municipal

ANEXO IV – Descrição da Área do Distrito de Linha das Palmeiras

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 074, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre os Perímetros Urbanos do Município Xavantina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

#### LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º O território municipal é dividido em zona urbana e zona rural, para fins urbanísticos e tributários.

§1st A zona urbana no Município, para efeito desta Lei, será a constante dos Anexos I, II, III e IV desta Lei ou outras definidas em leis próprias.

§1st A zona rural é constituída pelo restante do território do Município.

Art. 1º A representação dos perímetros da zona urbana constam dos seguintes Anexos, partes integrantes da presente Lei:

I - Anexo I - Mapa do Perímetro Urbano da Sede Municipal;

II - Anexo II - Mapa do Perímetro Urbano do Distrito Linha das Palmeiras;

III - Anexo III – Descrição de Área da Sede Municipal;

IV - Anexo IV – Descrição de Área do Distrito Linha das Palmeiras.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, notadamente as Leis Municipais nº

298/1983, 742/2000, 877/2004 e 1.049/2008.

Xavantina/SC, 14 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

Anexo I – Mapa do Perímetro Urbano Sede Municipal

Anexo II – Mapa do Perímetro Urbano Distrito Linha das Palmeiras

### ANEXO III – DESCRIÇÃO DE ÁREA DA SEDE MUNICIPAL

Fica considerado PERÍMETRO URBANO da Sede do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, os trechos compreendidos no Memorial Descritivo que segue:

Inicia-se a descrição deste perímetro partindo do marco 0 (Zero) no ponto comum aos lotes rurais nº 24 e 41 e a chácara 11 tomando a direção leste, pela divisa dos lotes rurais nº 24, 23, 22, 21 com as chácaras 11, 12, 19, 20, 21, 25 até o marco 1 num ponto comum aos lotes rurais nº 20 e 21 e a chácara 25; com as chácaras 25, 24, 23 até o marco 2 no eixo do rio Ariranha; partindo deste, descendo o referido rio pelo seu eixo até a convergência do arroio Tiradentes e subindo este, também pelo seu eixo, até o marco 3 na divisa entre o lote rural nº 11 e a chácara 37; partindo deste, tomando a direção Sul pela divisa do lote rural nº 11 com as chácaras 37, 38, 48, 47 até o marco 4, na divisa com o lote rural nº 4; partindo deste, tomando a direção oeste pela divisa dos lotes rurais nºs 4, 5, 6 com as chácaras 47, 46, 49, 50, 51, 52, 53 até o marco 5 na divisa com o lote rural nº 15; partindo deste, tomando a direção norte pela divisa do lote rural nº 15 com as chácaras 53, 54 até o marco 6 no eixo do rio Ariranha; partindo deste, descendo novamente o rio pelo seu eixo até o marco 7, na divisa entre a chácara 6 e o lote rural nº 49; partindo deste, tomando a direção norte pela divisa do lote rural nº 49; com a chácara 6 até o marco 8 na margem Sul da Rua Prefeito Rebelatto partindo deste, tomando a direção noroeste margeando referida rua até o marco 9 no interior do lote rural nº 49; partindo deste, tomando a direção nordeste pelo limite noroeste do loteamento "Aparecida" até o marco 10 na margem nordeste da rua "A" do mesmo loteamento ainda no interior do lote rural nº 49; partindo deste, tomando a direção sudeste margeando a rua "k" até o marco 11, na divisa entre a chácara 10 e o lote rural nº 49; partindo deste, tomando a direção norte pela divisa das chácaras 10, 13, 11 com os lotes rurais nºs. 49, 41 até o marco 0 (Zero) fechando o perímetro.

### Anexo IV – Descrição de Área do Distrito Linha das Palmeiras

Fica considerado PERÍMETRO URBANO do Distrito de Linha das Palmeiras do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, os trechos compreendidos no Memorial Descritivo que segue:

Inicia-se a descrição deste perímetro partindo do ponto 01, que coincide com o marco de divisa dos Lotes Rurais nº 90, 91, 98 e 99, segue por 105,00 metros, pela linha divisória dos lotes rurais 90 e 98, na direção noroeste, divisando com o lote rural 90, até encontrar o ponto 02, localizado à margem direita da estrada Linha das Palmeiras - Pinhal Preto; deste segue pela margem da estrada na direção leste por 122,80 metros, divisando com o lote rural 98, até encontrar o ponto 03; deste, segue por 90,00 metros, pela linha divisória dos lotes rurais 98 e 99, na direção nordeste, divisando com o lote rural 98, até encontrar o ponto 04; deste, segue na direção norte, numa distância de 304,32 m divisando com o lote rural 98 até o novo ponto denominado 04-A; partindo deste na direção nordeste, numa distância de 258,00 m, divisando com o lote rural 99 até o ponto 04-B; partindo deste na direção sul, numa distância de 88,68 m, divisando com lote rural 100 até o ponto 04-C; partindo deste na direção sudeste numa distância de 273,64 m divisando com lote rural 100 até o ponto 04-D, partindo deste na direção sudoeste numa distância de 50,20 m divisando com lote rural 101 até o ponto 04-E, partindo deste na direção sudeste numa distância de 133,15 m divisando com o lote rural 101 até o ponto 04-F; partindo deste ainda na direção sul numa distância de 45,03 m divisando com lote rural 101 até o ponto 04-G, que fica as margens da Estrada que vai a Ipumirim; partindo deste na direção sudeste, numa distância de 50,84 m, até o ponto 12; deste na direção sul por 123,20 metros, até encontrar o ponto 13, localizado à margem esquerda da estrada Linha das Palmeiras - Ipumirim, divisando com os lotes rurais 101 e 109, seguindo pela margem esquerda da estrada por 277,40 metros e divisando com os lotes rurais 109 e 110, até encontrar o ponto 14; deste, na extensão de 475,00 metros, na direção sudoeste e divisando com o lote rural 110, até encontrar o ponto 15; deste por 36,00 metros, na direção sudeste divisando com o lote rural 110 até o ponto 16; deste segue na direção nordeste, em distancias quebradas contínuas de 212,91 m, 105,02 m, 159,22 m e 118,65 m, passando pelos pontos 16-A, 16-B, 16-C e 16-D, respectivamente, divisando com o lote rural 111; partindo do ponto 16-D segue na direção oeste, numa distância de 188,93 m, até a margem da SC 155 para Xavantina, divisando com lotes rurais 111 e 110 até o ponto 16-E; partindo deste na direção nordeste, margeando a SC 155 e divisando com os lotes rurais 110 e 111 em distâncias contínuas de 246,98 m e 57,95 m, passando pelo ponto 16-F até o ponto 16-G, respectivamente; partindo deste na direção noroeste margeando a SC 155 numa distância de 63,82 m divisando com o lote rural 111 até o ponto 16-H; partindo deste na direção oeste numa distância de 47,50 m divisando com o lote rural 111 e 110 até o ponto 19; deste por 200,00 metros, na direção noroeste, divisando com o lote rural 110, até o ponto 20; deste por 286,00 metros na direção norte divisando com os lotes rurais 109 e 110 até o ponto 21; deste por 74,00 metros, na direção noroeste divisando com o lote rural 109 até encontrar o ponto 22; deste, por 55,00 metros, na direção norte e divisando com o lote rural 109, até o ponto 23; deste por 152,00 metros, na direção nordeste, divisando com o lote 109 dando origem ao ponto 24; deste, na extensão de 46,00 metros e direção noroeste divisando com o lote rural 109, até o ponto 25; deste por 128,10 metros na direção oeste, divisando com o lote rural 109 até encontrar o ponto 26; deste, segue na direção norte numa distância de 131,70 m, divisando com lote rural 92 até o ponto 26-A; partindo deste na direção oeste numa distância de 95,08 m divisando com lote rural 92 até o ponto 26-B; partindo deste na direção noroeste numa distância de 48,49 m divisando com o lote rural 100 até o ponto 26-C; partindo deste na direção nordeste numa distância de 70,22 m divisando com o lote rural 100 até o ponto 26-D; partindo deste na direção noroeste numa distância de 54,00 m até o ponto



32; deste na extensão de 5,50 metros na direção norte divisando com o lote rural 100 até o ponto 33; deste por 70,00 metros na direção noroeste e divisando com o lote rural 100 encontrando o ponto 34; deste por 56,00 metros na direção noroeste, até encontrar o ponto 35, localizado à margem esquerda da estrada Linha das Palmeiras - Estivalet Pires, divisando com os lotes rurais 99 e 100, seguindo pela margem esquerda da estrada por 72,10 metros e na direção sudoeste divisando com o lote rural 99, até o ponto 36; deste na direção sudoeste numa distância de 30,12 metros confrontando com parte do lote rural 91 até o ponto 36A; deste na direção noroeste numa distância de 108,79 metros confrontando com parte do lote rural 91 até o ponto de partida denominado 01 o qual fica na divisa de parte dos lotes rurais 90 e 91, fechando o perímetro.

## LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2017

Publicação Nº 1457825

### LEI DO SISTEMA VIÁRIO

#### SUMÁRIO

##### Capítulo I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (Art. 1º ao Art. 5º)

###### Seção I

##### DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES (Art. 6º)

###### Seção II

##### DAS DEFINIÇÕES (Art. 7º)

##### Capítulo II

##### DO SISTEMA VIÁRIO (Art. 8º)

###### Seção I

##### DA HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO (Art. 9º)

###### Seção II

##### DO DIMENSIONAMENTO (Art. 10 ao Art. 21)

###### Seção III

##### DAS FAIXAS NON AEDIFICANDI E FAIXAS DE DOMÍNIO (Art. 22 ao Art. 23)

###### Seção IV

##### DA CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA (Art. 24 ao Art. 26)

###### Seção IV

##### DOS PASSEIOS E ARBORIZAÇÃO (Art. 27 ao Art. 29)

##### Capítulo III

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 30 ao Art. 34)

ANEXO I - Mapa do Sistema Viário Municipal

ANEXO II - Mapa do Sistema Viário Urbano da Sede Municipal

ANEXO III - Mapa do Sistema Viário Urbano do Distrito Linha das Palmeiras

ANEXOS IV - Perfis das Vias

### LEI COMPLEMENTAR Nº 075, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o sistema viário do Município de Xavantina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

#### LEI COMPLEMENTAR:

##### CAPÍTULO I

##### Das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Malha Viária é o conjunto de vias do Município, classificadas e hierarquizadas segundo critérios funcionais e estruturais, observados os padrões urbanísticos estabelecidos nesta Lei.

§1st A função da via é determinada pelo seu desempenho de mobilidade, considerados os aspectos da infraestrutura, do uso e ocupação do solo, dos modais de transporte e do tráfego veicular.

§1st Aplica-se à malha viária a Legislação Federal e Estadual, obedecendo ao que prescreve o Código de Trânsito Brasileiro e Legislação complementar.

Art. 1º Integram a malha viária do Município o Sistema Viário Municipal e o Sistema Viário Urbano, descritos e representados nos Anexos I, II, III e IV da presente Lei.

Art. 2º É considerado Sistema Viário Municipal, para fins desta Lei, as rodovias e estradas existentes no Município definidas no Mapa do Sistema Viário Municipal, Anexo I da presente Lei, bem como conteúdo do Anexo IV – Perfis das Vias.

Art. 3º É considerado Sistema Viário Urbano, para fins desta Lei, o conjunto de vias e logradouros públicos definidos no Mapa do Sistema Viário Urbano, Anexos II e III, bem como o conteúdo do Anexo IV - Perfis das Vias - da presente Lei.

Art. 4º São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos:

I - ANEXO I – Mapa do Sistema Viário Municipal;

II - ANEXO II – Mapa do Sistema Viário Urbano da Sede Municipal;

III - ANEXO III – Mapa do Sistema Viário Urbano do Distrito Linha das Palmeiras;

IV - ANEXO IV – Perfis das Vias.

##### SEÇÃO I

##### DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 5º Esta Lei dispõe sobre a regulação do sistema viário do Município de Xavantina, visando os seguintes objetivos:

- induzir o desenvolvimento pleno das áreas urbanas do Município, através de uma compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face da forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano;

I - adaptar a malha viária existente urbana e rural às melhorias das condições de circulação;

II - hierarquizar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a assegurar segurança e conforto;

III - eliminar pontos críticos de circulação, principalmente em locais de maiores ocorrências de acidentes;

IV - adequar os locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas com deficiência.

Parágrafo único. Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária urbana ou rural, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental, e estarão sujeitos a análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) e órgãos estaduais competentes.

## SEÇÃO II

### DAS DEFINIÇÕES

Art. 6º Para efeito de aplicação desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - ACESSO - é o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre:

a) logradouro público e propriedade privada;

b) propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio;

c) logradouro público e espaço de uso comum em condomínio.

II - ACOSTAMENTO - é a parcela da área adjacente à faixa de rolamento, objetivando:

a) emitir que veículos em início de processo de desgovorno retomem a direção correta;

b) proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos;

c) permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego.

III - ALINHAMENTO - é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;

IV - CALÇADA ou PASSEIO - é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres e de bicicletas quando este for dotado de ciclovia, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;

V - CANTEIRO CENTRAL - é o espaço compreendido entre os bordos internos das faixas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;

VI - CICLOVIA - é a via destinada, única e exclusivamente, à circulação de biclos ou seus equivalentes, não motorizados;

VII - CRUZAMENTOS - destinam-se a articular o sistema viário nas suas diversas vias, e se classificam em dois tipos:

a) cruzamento simples: são os cruzamentos em nível com, no máximo, duas vias que se interceptam, de preferência, ortogonalmente;

b) cruzamento rotulado: são cruzamentos de duas ou mais vias, feitos em nível com controle de fluxo sinalizado (Placas: PARE/VIA PREFE-RENCIAL), ou semáforos, conforme estudos de volume de fluxo.

VIII - ESTACIONAMENTO - é o espaço público ou privado destinado à guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;

IX - FAIXA DE DOMÍNIO de VIAS - é a porção do solo ao longo da pista de utilização pública, em ambos os lados da via;

X - FAIXA NON AEDIFICANDI - É área de terra onde é vedada a edificação de qualquer natureza;

XI - GREIDE - é a linha reguladora de uma via, composta de uma sequência de retas com declividades permitidas, traçadas sobre o perfil longitudinal do terreno;

XII - LARGURA de uma VIA - é a distância entre os alinhamentos da via;

XIII - LOGRADOURO PÚBLICO - é o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo e outros);

XIV - MEIO-FIO - é a linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;

XV - FAIXA DE ROLAMENTO ou FAIXA CARROÇÁVEL - é o espaço organizado para a circulação de veículos motorizados, ou seja, é a faixa da via destinada à circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento.

## CAPÍTULO II

### DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 7º Considera-se sistema viário do município de Xavantina o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas, sendo consubstanciado nos Anexos I, II, III e IV desta Lei.

## SEÇÃO I

### DA HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 8º As vias do Sistema Viário são classificadas, segundo a natureza da sua circulação e do zoneamento do uso do solo, como segue:

- RODOVIAS DE LIGAÇÃO REGIONAL - compreendendo aquelas de responsabilidade da União ou do Estado, com a função de interligação com os municípios ou estados vizinhos;

I - VIAS DE ESTRUTURAÇÃO MUNICIPAL - são as que, no interior do Município, estruturam o sistema de orientação dos principais fluxos de carga com a função de interligação das diversas partes do território, bem como a comunidades rurais e a outros municípios;

II - VIAS ARTERIAIS - são vias que têm a finalidade de canalizar o tráfego de um ponto a outro dentro da área urbana, e se constituem como vias estruturantes da área urbana. Tais vias alimentam e coletam o tráfego das vias Coletoras e Locais;

III - VIAS COLETORAS - são as que coletam o tráfego das vias locais e encaminham-no às de maior fluxo (Arteriais);

IV - VIAS LOCAIS - caracterizadas pelo baixo volume de tráfego e pela função prioritária de acesso às propriedades e aos lotes;

V - VIAS MARGINAIS - são vias auxiliares de uma via arterial, adjacentes, geralmente paralelas, que margeiam e permitem acesso aos lotes lindeiros, possibilitando a limitação de acesso à via principal.

Parágrafo Único. A identificação das vias e dos logradouros públicos, antes de sua denominação oficial, poderá ser feita por meio de letras.

## SEÇÃO II

### DO DIMENSIONAMENTO

Art. 10. As vias públicas deverão ser dimensionadas tendo como parâmetros os seguintes elementos (ver Anexos I, II, III e IV):

I - faixa de rolamento para veículos;



II - faixa de estacionamento/acostamento para veículos;

III - passeio para pedestre.

Art. 11. As Vias de Estruturação Municipal deverão comportar, no mínimo, 8,00m (oito metros), contendo (ver Anexos I e IV):

III - 2 (duas) faixas de rolamento para veículos de carga de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;

IV - faixa non aedificandi de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) a partir da margem, nos dois lados da via, podendo o produtor utilizar esta área especificamente para o plantio de culturas anuais, bianuais e semiperenes.

Art. 12. As Vias Arteriais deverão comportar, no mínimo, 15m (quinze metros), contendo (ver Anexos II, III e IV):

IV - 2 (duas) faixas de rolamento para veículos de, no mínimo, 3,00m (três metros) cada;

V - 2 (duas) faixas para estacionamento de veículos de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;

VI - 2 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) cada;

VII - canteiro central de, no mínimo, 1,00m (um metro) de largura.

Art. 13. As Vias Coletoras deverão comportar no mínimo 11,00m (onze metros), contendo (ver Anexos II, III e IV):

VII - 2 (duas) faixas de rolamento para veículos de, no mínimo, 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros) cada;

VIII - 1 (uma) faixa de estacionamento para veículos de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;

IX - 2 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) cada.

Art. 14. As Vias Locais deverão possuir, no mínimo, 10,00m (dez metros), contendo (ver Anexos II, III e IV):

IX - 2 (duas) faixas de rolamento para veículos de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;

X - 1 (uma) faixa de estacionamento para veículos de, no mínimo, 2,00m (dois metros);

XI - 2 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) cada.

Art. 15. As Vias Marginais deverão possuir, no mínimo, 5,00m (cinco metros), contendo (ver Anexos II, III e IV):

XI - 1 (uma) faixa de rolamento para veículos de, no mínimo 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

XII - 1 (um) passeio para pedestres de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 16. As caixas de ruas dos novos loteamentos deverão observar as diretrizes viárias e continuidade das vias existentes, devendo ter dimensionamento adequado às funções a que se destinam (ver Anexos II, III e IV).

Art. 17. As caixas de ruas dos prolongamentos das vias de estruturação municipal, arteriais, coletoras e locais poderão ser maiores que as existentes, a critério do Executivo Municipal.

Art. 18. As vias de circulação só poderão terminar nas divisas da gleba a lotear, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária desta lei, ou quando a juízo da Municipalidade interessar ao desenvolvimento urbano do Município.

Parágrafo Único. Quando não houver previsão de continuidade da estrutura viária por esta lei, esta deverá terminar em praça de retorno.

Art. 19. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de praça de retorno com raio igual ou superior a largura da caixa da rua.

Art. 20. Todas as vias de circulação a serem projetadas e construídas devem atender os seguintes requisitos:

I - A declividade longitudinal máxima permitida será de 20% (vinte por cento) e a mínima não poderá ser inferior a 1% (um por cento);

II - A declividade transversal máxima permitida será de 4% (quatro por cento) e a mínima de 2% (dois por cento), e está poderá ser do centro da caixa da rua para as extremidades, ou de uma extremidade da caixa para outra.

Art. 21. Os loteamentos com testada para a Rodovia Estadual deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo órgão competente, sob pena de serem indeferidos.

### SEÇÃO III

#### DAS FAIXAS NON AEDIFICANDI E FAIXA DE DOMÍNIO

Art. 22. Entende-se por áreas non aedificandi, aquelas reservadas dentro de terrenos de propriedade privada, que ficam sujeitas à restrição ao direito de construir, por razões de interesse urbanístico. Para efeitos desta lei, considera-se como faixas non aedificandi o que segue:

I - A faixa paralela a faixa de domínio das rodovias estaduais com 15,00m (quinze metros) de cada lado, contando a partir do final da faixa de domínio, estabelecida pela Lei Federal nº 6.766/79, ratificada pela Lei Estadual nº 6.063/1982, aplicada somente nos imóveis situados na Zona Rural;

II - Faixa reservada nos loteamentos destinadas à implantação de equipamentos urbanos;

III - Faixas de drenagem dos cursos d'água, rios, córregos, sangas;

IV - Faixas sanitárias destinadas à manutenção de canalizações de água e esgoto;

Parágrafo Único. As faixas non aedificandi são de posse do proprietário do terreno, podendo este utilizá-la desde que não com edificação. Ainda na faixa non edificandi é permitida apenas ocupação de caráter reversível e provisório.

Art. 23. Entende-se por Faixa de Domínio a área contígua marginal às vias de tráfego intermunicipal, e paralelas às redes de energia de alta tensão, sendo vedada a construção.

a) Faixa de Domínio das Rodovias Estaduais (SC) - corresponde a uma faixa de 40,00m (quarenta metros) de largura ao longo da mesma, considerando o eixo da pista como divisor.

b) Faixa de Servidão das Linhas de Transmissão da CELESC - corresponde a uma faixa com largura variável de acordo com o tipo de rede, ao longo da linha de transmissão.

Parágrafo Único. Para a execução de obras de construção novas e parcelamento do solo urbano (loteamentos, desmembramentos e remembramentos) na qual utilizem a faixa de domínio, o licenciamento e a expedição de alvará somente será concedida pela Prefeitura Municipal mediante a apresentação de expressa anuência ou manifestação positiva, ou autorização (licença) do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA.

### SEÇÃO IV

#### DA CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Art. 24. A determinação das vias preferenciais, no sentido dos fluxos da organização e das limitações de tráfego, deverá obedecer às diretrizes estabelecidas na presente Lei, consubstanciadas em seus Anexos I, II e III, cabendo ao Executivo Municipal a elaboração do PLANO/ PROJETO DE SINALIZAÇÃO URBANA, bem como projetos definindo as diretrizes viárias e as readequações geométricas necessárias

Art. 25. Caberá ao Poder Público Municipal o disciplinamento do uso das vias de circulação no que concerne:

XII - ao estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos para carga e descarga e estacionamento de veículos;

XIII - ao estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga e de produtos perigosos;

XIV - a adequação dos passeios para pedestres onde estão localizados os serviços públicos como escolas, terminal rodoviário, casa da cultura e outros, de acordo com as normas de acessibilidade universal, em especial as diretrizes formuladas pelo Decreto Federal nº. 5.296/04,

que regulamenta as leis federais de acessibilidade nº. 10.048 e nº. 10.098/00.

Parágrafo único. A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no caput do artigo poderão ser realizadas em conjunto com órgãos de outras esferas governamentais.

Art. 26. O desenho geométrico das vias de circulação deverá obedecer as Normas Técnicas específicas pela ABNT.

#### SEÇÃO IV

##### DOS PASSEIOS E ARBORIZAÇÃO

Art. 27. Os passeios devem ser contínuos e não possuir degraus, rebaixamentos, buracos ou obstáculos que prejudiquem a circulação de pedestres.

Parágrafo único. A manutenção dos passeios será de responsabilidade dos proprietários dos lotes, cabendo ao Executivo Municipal efetuar a fiscalização de acordo com o Código de Obras.

Art. 28. Nas esquinas, após o ponto de tangência da curvatura, deverá ser executada rampa para pessoas com deficiência, conforme as normas especificadas pela NBR-9050 da ABNT.

Art. 29. A arborização urbana seguirá lei específica municipal e/ou Plano de Arborização do Município.

Parágrafo Único. Quando uma árvore necessitar ser arrancada, deverá ser requerida autorização do órgão ambiental estadual.

#### CAPÍTULO III

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática, o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

Art. 31. A presente Lei, que regulamenta o aspecto físico do sistema viário, será complementada com o Plano de Sinalização Urbana e com o Plano de Arborização Urbana, e de acordo com as disposições dos artigos anteriores e Anexos desta Lei.

Art. 32. As modificações que por ventura vierem a ser efetuadas no sistema viário deverão considerar o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente na área ou zona, podendo ser efetuadas pelo Executivo Municipal, conforme prévio parecer técnico do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM).

Art. 33. Os casos omissos da presente Lei serão dirimidos pelo Conselho de Desenvolvimento (CDM).

Art. 34. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, notadamente a Lei Municipal nº 1.145/2010 e alterações.

Xavantina/SC, 14 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

#### ANEXO I - MAPA SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

#### ANEXO II - MAPA SISTEMA VIÁRIO URBANO DA SEDE MUNICIPAL

Anexo III - Mapa Sistema Viário Urbano do Distrito  
DE Linha das Palmeiras

Anexo IV – Perfis das Vias

Vias de Estruturação Municipal

Vias Arteriais

Vias Coletoras

Vias Locais

Vias Marginais

### LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2017

Publicação Nº 1457826

#### LEI DO CÓDIGO DE OBRAS

##### SUMÁRIO

##### CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (Art. 1º ao Art. 7º)

##### CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

##### SEÇÃO I

DO MUNICÍPIO (Art. 8º ao Art. 11)  
SEÇÃO II  
DO PROPRIETÁRIO (Art. 12 ao Art. 13)  
SEÇÃO III  
DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (Art. 14 ao Art. 18)  
CAPÍTULO III  
DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS (Art. 19)  
SEÇÃO I  
DA CONSULTA PRÉVIA (Art. 20)  
SEÇÃO II  
DO ANTEPROJETO (Art. 21 e Art. 22)  
SEÇÃO III  
DO PROJETO DEFINITIVO (Art. 23)  
SEÇÃO IV  
DOS PROJETOS COMPLEMENTARES (Art. 24)  
SEÇÃO V  
DAS NORMAS TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO (Art. 25)  
SEÇÃO VI  
DAS MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS (Art. 26)  
SEÇÃO VII  
DO ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO (Art. 27 ao Art. 32)  
SEÇÃO VIII  
DA DEMOLIÇÃO VOLUNTÁRIA (Art. 33)  
SEÇÃO ix  
DO CERTIFICADO DE ALTERAÇÃO DE USO (Art. 34)  
SEÇÃO x  
DO CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA OU HABITE-SE (Art. 35 ao Art. 39)  
SEÇÃO xi  
DAS VISTORIA (Art. 40 ao Art. 42)  
CAPÍTULO IV  
DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS  
SEÇÃO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 43 ao Art. 45)  
SEÇÃO II  
DO CANTEIRO DE OBRAS (Art. 46 ao Art. 47)  
SEÇÃO III  
DOS TAPUMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (Art. 48 ao Art. 54)  
CAPÍTULO V  
DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL  
SEÇÃO I  
DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES (Art. 55 ao Art. 59)  
SEÇÃO II  
DAS ESCAVAÇÕES E ATERROS (Art. 60 ao Art. 63)  
SEÇÃO III  
DO TERRENO E DAS FUNDAÇÕES (Art. 64 ao Art. 66)  
SEÇÃO IV  
DAS ESTRUTURAS, DAS PAREDES E DOS PISOS (Art. 67 ao Art. 73)  
SEÇÃO V  
DAS COBERTURAS (Art. 74 ao Art. 75)  
SEÇÃO VI  
DAS PORTAS, PASSAGENS OU CORREDORES (Art. 76)  
SEÇÃO VII  
DAS CIRCULAÇÕES EM UM MESMO NÍVEL (Art. 77 ao Art. 78)  
SEÇÃO VIII  
DAS ESCADAS E RAMPAS (Art. 79 ao Art. 85)  
SEÇÃO IX  
DAS MARQUISES E SALIÊNCIAS (Art. 86 ao Art. 89)  
SEÇÃO X  
DOS RECUOS (Art. 90)  
SEÇÃO XI  
DOS COMPARTIMENTOS (Art. 91 ao Art. 94)  
subSEÇÃO I  
DOS REQUISITOS MÍNIMOS (Art. 95 ao Art. 98)  
SEÇÃO XII  
DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS (Art. 99 ao Art. 112)  
SEÇÃO XIII  
DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO (Art. 113)  
SEÇÃO XIV  
DAS PISCINAS (Art. 114)

SEÇÃO XV  
DA VEDAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS (Art. 115 ao Art.117)

SEÇÃO XVI  
DOS MEIO FIO, CALÇADAS E PASSEIOS (Art. 118 ao Art.119)

SEÇÃO XVII  
DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO (Art. 120 ao Art. 129)

CAPÍTULO VI  
DAS INSTALAÇÕES EM GERAL (Art. 130)

SEÇÃO I  
DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS (Art. 131 ao Art. 137)

SEÇÃO II  
DA IMPLANTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS (Art. 138 ao Art. 140)

SEÇÃO III  
DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS (Art. 141 ao Art. 152)

SEÇÃO IV  
DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS (Art. 153 ao Art. 155)

SEÇÃO V  
DAS INSTALAÇÕES DE GÁS (Art. 156 ao Art. 157)

SEÇÃO VI  
DAS INSTALAÇÕES PARA ANTENAS (Art. 158 ao Art. 160)

SEÇÃO VII  
DAS INSTALAÇÕES DE PARA-RAIOS (Art. 161 ao Art. 162)

SEÇÃO VIII  
DAS INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO (Art. 163 ao Art. 166)

SEÇÃO IX  
DAS INSTALAÇÕES DE ELEVADORES (Art. 167 ao Art. 168)

SEÇÃO X  
DOS MEZANINOS (Art. 169)

SEÇÃO XI  
DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO (Art. 170 ao Art. 172)

SEÇÃO XII  
DO CONDICIONAMENTO AMBIENTAL (Art. 173 ao Art. 174)

CAPÍTULO VII  
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS (Art. 175 ao Art. 178)

SEÇÃO I  
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES (Art. 179)

SEÇÃO II  
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS GEMINADAS (Art. 180 ao Art. 181)

SEÇÃO III  
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS EM SÉRIE, PARALELAS AO ALINHAMENTO PREDIAL (Art. 182 ao Art. 183)

SEÇÃO IV  
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS EM SÉRIE, TRANSVERSAIS AO ALINHAMENTO PREDIAL (Art. 184 ao Art. 186)

SEÇÃO V  
DAS RESIDÊNCIAS EM CONDOMÍNIO HORIZONTAL (Art. 187 ao Art. 190)

SEÇÃO VI  
DAS RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES (Art. 191 ao Art. 200)

SEÇÃO VII  
DAS EDIFICAÇÕES DE MADEIRA (Art. 201 ao Art. 204)

CAPÍTULO VIII  
DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

SEÇÃO I  
DO COMÉRCIO E SERVIÇO EM GERAL (Art. 205 ao Art. 214)

SEÇÃO II  
DOS RESTAURANTES, BARES, CAFÉS, CONFEITARIAS, LANCHONETES E CONGÊNERES (Art. 215 ao Art. 220)

SEÇÃO III  
DAS OFICINAS MECÂNICAS (Art. 221 ao Art. 222)

CAPÍTULO IX  
DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS (Art. 223 ao Art. 229)

CAPÍTULO X  
DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS

SEÇÃO I  
DAS EDIFICAÇÕES PARA USO DE SAÚDE (Art. 230 ao Art. 238)

SEÇÃO II  
DOS ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS (Art. 239 ao Art. 241)

SUBSEÇÃO I  
DAS SALAS DE AULA, SALAS AMBIENTE E AUDITÓRIOS (Art. 242 ao Art. 248)

SUBSEÇÃO II  
DAS CONDIÇÕES E CIRCULAÇÃO (Art. 249)

SUBSEÇÃO III

DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (Art. 250)

SEÇÃO III

DOS LOCAIS DE ESPORTE E LAZER (Art. 251 ao Art. 252)

SEÇÃO IV

DAS HABITAÇÕES TRANSITÓRIAS (Art. 253 ao Art. 254)

SEÇÃO V

DOS LOCAIS DE REUNIÃO E SALAS DE ESPETÁCULOS (Art. 255 ao Art. 256)

SUBSEÇÃO I

DOS ESTÁDIOS, AUDITÓRIOS, GINÁSIOS ESPORTIVOS, CENTROS DE CONVENÇÕES, SALÕES DE EXPOSIÇÕES, TEMPLOS RELIGIOSOS, CINEMAS E TEATROS (Art. 257 ao Art. 264)

SUBSEÇÃO II

DOS PARQUES DE DIVERSÃO (Art. 265 ao Art. 266)

SUBSEÇÃO III

DOS CIRCOS E DAS FEIRAS DE EXPOSIÇÃO (Art. 267)

SEÇÃO VI

DOS CEMITÉRIOS (Art. 268)

SEÇÃO VII

DOS ABATEDOUROS (Art. 269 ao Art. 274)

SEÇÃO VIII

DOS ESTABELECIMENTOS DESTINADOS AO COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SERVIÇOS CORRELATOS (Art. 275 ao Art. 282)

SEÇÃO IX

DOS DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS, MUNIÇÕES E INFLAMÁVEIS (Art. 283 ao Art. 285)

SEÇÃO X

DOS DEPÓSITOS DE GÁS (GLP) (Art. 286 ao Art. 287)

SEÇÃO XI

DAS EDIFICAÇÕES DE ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO, TELEVISÃO, TELEFONIA E ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA (Art. 288)

CAPÍTULO XI

DAS EDIFICAÇÕES MISTAS (Art. 289 ao Art. 290)

CAPÍTULO XII

DAS OBRAS PÚBLICAS (Art. 291 ao Art. 295)

CAPÍTULO XIII

DAS OBRAS COMPLEMENTARES DAS EDIFICAÇÕES (Art. 296 ao Art. 301)

CAPÍTULO XIV

DA ACESSIBILIDADE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (Art. 302 ao Art. 305)

CAPÍTULO XV

DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

SEÇÃO I

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 306)

SEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES (Art. 307)

SUBSEÇÃO I

DO AUTO DE INFRAÇÃO (Art. 308 ao Art. 310)

SUBSEÇÃO II

DA DEFESA DO AUTUADO (Art. 311 ao Art. 312)

SEÇÃO III

DAS SANÇÕES (Art. 313)

SUBSEÇÃO I

DAS MULTAS (Art. 314 ao Art. 318)

SUBSEÇÃO II

DO EMBARGO DA OBRA (Art. 319 ao Art. 322)

SUBSEÇÃO III

DA INTERDIÇÃO (Art. 323)

SEÇÃO IV

DA DEMOLIÇÃO (Art. 324 ao Art. 328)

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 329 ao Art. 334)

ANEXO I - Vagas para Estacionamento

ANEXO II - Edificações Residenciais

ANEXO III – Edifícios Residenciais - Áreas Comuns de Edificações Multifamiliares

ANEXO IV - Edifícios Comércio/Serviço

ANEXO V – Definições de Expressões Adotados

LEI COMPLEMENTAR Nº 076, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Xavantina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:



**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei, denominada Código de Obras do Município de Xavantina, estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.

Parágrafo único. Todos os projetos de obras e instalações deverão estar de acordo com esta Lei, com a legislação vigente sobre Uso e Ocupação do Solo e sobre Parcelamento do Solo, bem como com os princípios previstos na Lei do Plano Diretor do Município, em conformidade com o §1º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 1º As obras realizadas no Município serão identificadas de acordo com a seguinte classificação:

I - construção: obra de edificação nova, autônoma, sem vínculo funcional com outras edificações porventura existentes no lote;

II - reforma sem modificação de área construída: obra de substituição parcial dos elementos construtivos e/ou estruturais de uma edificação, não modificando sua área, forma ou altura;

III - reforma com modificação de área construída: obra de substituição parcial dos elementos construtivos e/ou estruturais de uma edificação, que altere sua área, forma ou altura, quer por acréscimo ou decréscimo.

§ 1º As obras de construção, reforma sem modificação de área construída e reforma com modificação de área construída deverão atender às disposições deste código e da legislação mencionada no artigo anterior.

§ 2º Para a regularização de obras já concluídas sob a égide das leis anteriores, o que deverá ser provado mediante documentos hábeis, serão observadas as normas vigentes à época das conclusões, aplicando-se o novo regramento, tão somente, às reformas com modificação de área construída.

Art. 2º As obras de construção, reforma sem modificação de área construída ou reforma com modificação de área construída, de iniciativa pública ou privada, somente poderão ser executadas após concessão do alvará pelo órgão competente do Município, de acordo com as exigências contidas nesta Lei e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado.

§ 1º A Prefeitura poderá fornecer projeto de edificação de interesse social, com até 70m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados), unifamiliar, construída em lote cujo proprietário não possua outro imóvel no Município, dentro de padrões previamente estabelecidos, com responsabilidade técnica de profissional da Prefeitura ou por ela designado ou através de convênios firmados.

§ 2º As obras a serem realizadas em construções integrantes do patrimônio histórico municipal, estadual ou federal, deverão atender às normas próprias estabelecidas pelo órgão de proteção competente.

Art. 3º Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência.

Parágrafo único. A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a NBR 9050 da ABNT, 2015.

Art. 4º Para construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, impactos ao meio ambiente, será exigida a critério do Município, licença prévia ambiental dos órgãos estadual e/ou municipal de controle ambiental, quando da aprovação do projeto, de acordo com o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo único. Consideram-se impactos ao meio ambiente natural e construído as interferências negativas nas condições de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, de insolação, ventilação e acústica das edificações e das áreas urbanas e de uso do espaço urbano.

Art. 5º Os empreendimentos causadores de impacto de aumento da vazão máxima de águas pluviais para jusante deverão prever medidas de controle.

Parágrafo único. Os dispositivos utilizados para manutenção dessa vazão máxima devem ser verificados para o tempo de retorno definido conforme normas municipais.

Art. 6º Para efeito da presente Lei, são adotadas as definições constantes nos Anexos integrantes desta Lei.

**CAPÍTULO II****DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES****SEÇÃO I****DO MUNICÍPIO**

Art. 7º Cabe ao Município a aprovação do projeto de arquitetura, observando as disposições desta Lei, bem como os padrões urbanísticos definidos pela legislação municipal vigente.

Art. 8º O Município licenciará e fiscalizará a execução e a utilização das edificações.

Art. 10. Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Prefeitura poderá exigir que lhe seja exibido as plantas, os cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 11. O Município deverá assegurar, através do respectivo órgão competente, o acesso dos munícipes a todas as informações contidas na legislação relativa ao Plano Diretor Municipal, Código de Posturas, Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, de Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário, pertinente ao imóvel a ser construído.

**SEÇÃO II****DO PROPRIETÁRIO**

Art. 12. O proprietário responderá pela veracidade dos documentos apresentados, não implicando sua aceitação, por parte do Município, em reconhecimento do direito de propriedade.

Art. 13. O proprietário do imóvel, ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, bem como pela observância das disposições desta Lei e das leis municipais pertinentes.

**SEÇÃO III****DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Art. 14. O responsável técnico pela obra assume perante o Município e terceiros que serão seguidas todas as condições previstas no projeto de arquitetura aprovado de acordo com esta Lei.

Parágrafo Único. A responsabilidade pelos projetos cabe exclusivamente aos profissionais que os assinarem como autores e a execução das obras os que tiverem assinado como seus responsáveis, não assumindo a Municipalidade, em consequência da aprovação qualquer tipo de responsabilidade.

Art. 15. É obrigação do responsável técnico a colocação de placa da obra, cujo teor será estabelecido em regulamento.

Art. 16. Para efeito desta Lei somente profissionais habilitados poderão projetar, fiscalizar, orientar, administrar e executar qualquer obra



no Município.

Art. 17. Só poderão ser inscritos na Prefeitura os profissionais devidamente registrados no CREA de Santa Catarina e/ou CAU.

Art. 18. Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa da responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá apresentar comunicação escrita à Prefeitura, a qual só será concedida após vistoria procedida pelo órgão competente, acompanhada da anuência do interessado na obra e se nenhuma infração for verificada.

§ 1º O proprietário deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, novo responsável técnico, o qual deverá enviar ao órgão competente do Município comunicação a respeito juntamente com a nova ART ou RRT de substituição, sob pena de não se poder prosseguir a execução da obra.

§ 2º Os dois responsáveis técnicos, o que se afasta da responsabilidade pela obra e o que a assume, poderão fazer uma só comunicação que contenha a assinatura de ambos e do proprietário.

§ 3º A alteração da responsabilidade técnica deverá ser anotada no Alvará de Construção.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS

Art. 19. A execução de quaisquer obras, citadas no Artigo 2º deste Código, com exceção de demolição, será precedida dos seguintes Atos Administrativos:

I - consulta prévia para construção;

II - análise do projeto;

III - aprovação do anteprojeto - não obrigatório;

IV - aprovação de projeto definitivo;

V - liberação do alvará de licença para construção - licenciamento da obra.

Parágrafo único. O inciso V deste Artigo poderá ser solicitado junto com o inciso IV ou em separado, sendo que, no segundo caso, o interessado apresentará um requerimento assinado e a cópia do projeto definitivo aprovado.

#### Seção I

##### Da Consulta Prévia

Art. 20. Antes de solicitar a aprovação do Projeto, o requerente deverá efetivar a Consulta Prévia através do preenchimento da "Consulta Prévia Para Requerer Alvará de Construção".

§ 1º Ao requerente cabe as indicações:

a) título de propriedade do imóvel;

b) nome e endereço do proprietário;

c) endereço da obra (lote, quadra, logradouro e bairro);

d) finalidade da obra (residencial, comercial, industrial, etc.);

e) natureza da obra (alvenaria, madeira, mista, etc.);

f) croqui de localização do lote (com suas medidas, ângulos, distância da esquina mais próxima, nome dos logradouros de acesso e orientação);

§ 2º A Prefeitura, mediante requerimento, fornecerá uma Ficha Técnica contendo:

f) informações sobre os parâmetros de uso e ocupação do solo, zoneamento, dados cadastrais disponíveis, alinhamento e, em caso de logradouro já pavimentado ou com o greide definido, o nivelamento da testada do terreno, além de ressalvas quando o greide de via pública estiver sujeito a modificações futuras;

g) as formas de apresentação bem como seus prazos de validade serão previstos em regulamento.

§ 3º A Consulta Prévia deverá ser respondida em um prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 4º A Consulta Prévia terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada por mais 120 (cento e vinte) dias a pedido, por escrito, da parte interessada, observando sempre a legislação vigente na data da solicitação.

#### Seção II

##### Do Anteprojeto

Art. 21. A partir das informações prestadas pela Prefeitura na Consulta Prévia, o requerente poderá solicitar a aprovação do Anteprojeto mediante requerimento, plantas e demais documentos exigidos para a aprovação do Projeto Definitivo, conforme disposto na Seção III deste Capítulo.

Art. 22. As Plantas para a aprovação do Anteprojeto serão entregues em 3 (três) vias uma das quais ficará com a Prefeitura para comparar ao Projeto Definitivo.

#### Seção iii

##### Do Projeto Definitivo

Art. 23. Após a consulta Prévia e/ou após a aprovação do Anteprojeto (se houver), o requerente apresentará o projeto definitivo composto e acompanhado de:

V - requerimento dirigido à Secretaria competente, solicitando a aprovação do projeto definitivo assinado pelo proprietário ou representante legal, podendo o interessado solicitar concomitantemente a liberação do Alvará de Construção;

VI - consulta prévia para requerer alvará de construção preenchida;

VII - planta de situação e/ou localização na escala mínima de 1:500 (um para quinhentos) e máxima de 1:1000 (um para mil) conforme modelo definido pelo órgão municipal competente;

VIII - plantas baixas, cortes e fachadas deverão ser apresentadas na escala 1:50 (um para cinquenta), contendo:

h) área total do pavimento;

i) as dimensões e áreas dos espaços internos e externos;

j) dimensões dos vãos de iluminação e ventilação;

k) a finalidade de cada compartimento;

l) especificação dos materiais de revestimento utilizados;

m) indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra;

n) os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais.

IX - cortes transversais e longitudinais na mesma escala da planta baixa, com a indicação de:

a) pés direitos;

b) altura das janelas, portas e peitoris;

- c) perfis do telhado;
- d) especificação dos materiais de revestimento utilizados;
- e) a finalidade de cada compartimento;
- X - planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala 1:50 (um para cinquenta) ou 1:100 (um para cem);
- XI - planta de locação na escala 1:100 (um para cem) ou 1:200 (um para duzentos) contendo:
  - a) projeção da edificação ou das edificações dentro do lote, localizando rios, canais e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais;
  - b) demarcação planialtimétrica do lote e quadra a que pertence, com o correspondente percentual de declividade;
  - c) as dimensões do lote e os afastamentos da edificação em relação às divisas;
  - d) orientação do Norte - verdadeiro ou magnético;
  - e) indicação do lote na quadra em relação aos lotes confrontantes e da distância do lote à esquina mais próxima;
  - f) solução de esgotamento sanitário e localização da caixa de gordura;
  - g) posição do meio fio, largura do passeio, postes, tirantes, árvores no passeio, hidrantes e bocas de lobo;
  - h) localização das árvores existentes no lote;
  - i) indicação dos acessos.

XII - elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

XIII - a Prefeitura poderá ainda exigir, caso julgue necessário, a apresentação de projetos complementares e dos cálculos estruturais dos diversos elementos construtivos, assim como desenhos dos respectivos detalhes, conforme disposto no Artigo 24º, Parágrafo Único;

XIV - ART ou RRT de projeto e execução;

XV - Registro (Matrícula) de Imóveis atualizado, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias antes da requisição da Licença para Construção e Demolição ou contrato de compra e venda devidamente registrado, e se for o caso, também autorização para construção firmada pelo proprietário e usufrutuário quando houver;

XVI - certidão negativa de débitos municipais;

XVII - termo de responsabilidade do responsável técnico ou do proprietário ou seu representante de obediência às normas legais para edificação ou demolição.

XVIII - as edificações, excluídas as residenciais unifamiliares, deverão apresentar uma cópia autenticada do Atestado de Aprovação do Projeto Preventivo Contra Incêndio (PPCI), expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

XIX - Memorial descritivo da obra e dos projetos complementares quando houver.

§ 1º As plantas para apreciação prévia do Projeto Arquitetônico e Complementares serão entregues em uma via.

§ 2º Nos casos de projetos para construção de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, contudo, ser consultado previamente o órgão competente da Prefeitura Municipal e serem legíveis para análise e aprovação.

§ 3º As instalações prediais deverão ser aprovadas pelas repartições competentes estaduais ou municipais, ou pelas concessionárias de serviço público quando for o caso.

§ 4º Todas as folhas relacionadas nos incisos anteriores deverão ser apresentadas em 3 (três) vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Prefeitura e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação e as rubricas dos funcionários encarregados;

§ 5º O prazo máximo para aprovação do projeto é de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data de entrada do projeto definitivo corrigido pelo órgão municipal competente.

#### Seção IV

##### DOS PROJETOS COMPLEMENTARES

Art. 24. Os Projetos Complementares citados no Inciso IX do Art. 23º para atendimento deste código são os Projetos Hidrossanitário, Estrutural, Elétrico, Preventivo Contra Incêndio, etc.

I - o Projeto Hidrossanitário será exigido para toda a edificação servida de água e deverá:

- a) ser apresentado em conformidade com as Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT;
- b) atender ao que dispõe o regulamento de Serviços de Água e Esgoto Sanitário da Concessionária - CASAN.

II - o Projeto Elétrico será exigido para toda edificação servida de rede de energia elétrica e deverá:

- a) ser apresentado em conformidade com as Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT;
- b) atender ao que dispõe o regulamento de Serviços de Energia Elétrica da Concessionária - CELESC.

III - quanto ao Projeto Estrutural será exigido somente as Plantas de Fôrmas do Pavimento Baldrame e demais pavimentos que se sucederem.

Parágrafo Único. Os Projetos Complementares descritos neste artigo deverão serem apresentados para projetos de construção com área superior à 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados).

#### SEÇÃO V

##### DAS NORMAS TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 25. Os projetos para efeito de aprovação e outorga do Alvará de Construção, somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as normas de desenho arquitetônico, estabelecidas pela ABNT.

§ 1º As folhas do projeto deverão seguir as normas da NBR 10.068 da ABNT, quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, tamanho A4 da ABNT.

§ 2º No canto inferior direito da(s) folha(s) de projeto será delimitado um quadro legenda com 17cm (dezessete centímetros) de largura e 27cm (vinte e sete centímetros) de altura, tamanho A4, reduzidas às margens, onde constarão:

XIX - representação gráfica - ocupando o extremo inferior do quadro legenda, com altura máxima de 9cm (nove centímetros) e largura de 17cm (dezessete centímetros) especificando:

- a) a natureza e o destino da obra;
- b) referência da folha - conteúdo: plantas, cortes, elevações, etc.;
- c) tipo de projeto - arquitetônico, estrutural, hidrossanitário e elétrico;
- d) espaço reservado para nome e assinatura do requerente, do autor do projeto e do responsável técnico pela execução da obra, sendo estes últimos com indicação dos números dos Registros no CREA/CAU;
- e) no caso de vários desenhos de um projeto que não caibam em uma única folha, será necessário numerá-las em ordem crescente;
- f) data;
- g) escala.

XX - espaço reservado para a colocação da área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente e da nova construção ou reforma com modificação de área, discriminadas por pavimento ou edículas e índices urbanísticos, como taxa de ocupação, índice de aproveitamento e taxa de permeabilidade;

XXI - espaço reservado para a declaração: "Declaramos que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse do lote";

XXII - espaço reservado à Municipalidade e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações, com altura de 6cm (seis centímetros).

§ 3º Nos projetos de reforma com modificação de área deverá ser indicado o que será demolido, construído ou conservado. As peças gráficas serão apresentadas:

I - obrigatório:

- a) traço cheio, as partes conservadas (existentes);
- b) em hachurado, as partes a construir ou renovar;
- c) tracejado, as partes a demolir ou retirar.

II - complementar facultativa:

- a) traço cheio (azul ou preto), as partes conservadas (existentes);
- b) em hachurado (vermelho), as partes a construir ou renovar;
- c) tracejado (verde), as partes a demolir ou retirar.

Seção VI

Das Modificações dos Projetos Aprovados

Art. 26. Para modificações em projeto aprovado, assim como para alteração do destino de qualquer compartimento constante do mesmo, será necessária a aprovação de projeto modificado.

Parágrafo Único. O requerimento solicitando aprovação do projeto modificado deverá ser acompanhado de cópia do projeto anteriormente aprovado e quando já expedido, também do respectivo Alvará de Construção, bem como os documentos constantes no Art. 23º.

SEÇÃO VII

DO ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO

Art. 27. Dependendo, obrigatoriamente, de Alvará de Construção as seguintes obras:

XXII - construção de novas edificações;

XXIII - reformas que determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, ou que afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções;

XXIV - construção de muro frontal;

XXV - implantação de canteiro de obras em imóvel distinto daquele em que se desenvolve a obra;

XXVI - avanço do tapume sobre parte da calçada pública.

Parágrafo único. A licença para implantação de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra terá caráter provisório.

Art. 28. Estão isentas de Alvará de Construção as seguintes obras:

XXVI - limpeza ou pintura interna e externa de edifícios, que não exija a instalação de tapumes, andaimes ou telas de proteção;

XXVII - conserto nos passeios dos logradouros públicos em geral;

XXVIII - construção de muros divisórios laterais e de fundos com até 2,00m (dois metros) de altura;

XXIX - construção de abrigos provisórios para operários ou depósitos de materiais, no decurso de obras definidas já licenciadas;

XXX - reformas que não determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, sem alteração de uso, e que não afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.

Art. 29. O Alvará de Construção será concedido mediante requerimento dirigido ao órgão municipal competente, juntamente com o projeto Arquitetônico e Projetos Complementares a serem aprovados.

Parágrafo único. A concessão do Alvará de Construção para imóveis que apresentem área de preservação permanente será condicionada à celebração de Termo de Compromisso de Preservação, o qual determinará a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário em caso de descumprimento.

Art. 30. No ato da aprovação do projeto será outorgado o Alvará de Construção, que terá prazo de validade igual a 1 (um) ano, contado da data de sua expedição, podendo ser revalidado pelo mesmo prazo mediante solicitação do interessado, desde que a obra tenha sido iniciada.

§ 1º Decorrido o prazo definido no caput sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogado o alvará, bem como a aprovação do projeto.

§ 2º Para efeitos do presente artigo uma obra será considerada iniciada quando suas fundações e baldrames estiverem concluídos.

§ 3º A revalidação do alvará mencionada no caput deste artigo só será concedida caso os trabalhos de fundação e baldrames estejam concluídos.

§ 4º Se o prazo inicial de validade do alvará se encerrar durante a construção, esta só terá prosseguimento se o profissional responsável ou o proprietário enviar solicitação de prorrogação por escrito, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao prazo de vigência do alvará.

§ 5º O Município poderá conceder prazos superiores ao estabelecido no caput deste artigo, considerando as características da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade através de cronogramas devidamente avaliados pelo órgão municipal competente.

Art. 31. Em caso de paralisação da obra o responsável deverá informar o Município.

§ 1º Para o caso descrito no caput deste artigo, mantém-se o prazo inicial de validade do Alvará de Construção.

§ 2º A revalidação do Alvará de Construção poderá ser concedida, desde que a obra seja reiniciada pelo menos 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência do alvará e estejam concluídos os trabalhos de fundação e baldrames.

§ 3º A obra paralisada, cujo prazo do Alvará de Construção tenha expirado sem que esta tenha sido reiniciada, dependerá de nova aprovação de projeto.

Art. 32. Os documentos previstos em regulamento deverão ser mantidos na obra durante sua construção, permitindo-se o fácil acesso à fiscalização do órgão municipal competente.

SEÇÃO VIII

DA DEMOLIÇÃO VOLUNTÁRIA

Art. 33. A demolição de qualquer edificação, excetuados apenas os muros de fechamento de até 3,00m (três metros) de altura, somente

poderá ser efetuada mediante comunicação prévia ao órgão competente do Município, que expedirá, após vistoria, o Alvará para Demolição.

§ 1º Quando se tratar de demolição de edificação de mais de 8,00m (oito metros) de altura, edificação construída no alinhamento predial ou a juízo da Prefeitura Municipal, após vistoria, deverá o proprietário apresentar profissional legalmente habilitado, responsável pela execução dos serviços, que assinará o requerimento juntamente com o proprietário.

§ 2º No caso de edificação no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento será exigida a responsabilidade de profissional habilitado.

§ 3º Qualquer edificação que esteja, a juízo do departamento competente da Prefeitura, ameaçada de desabamento deverá ser demolida no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias do recebimento da notificação pelo proprietário e, este se recusando a fazê-la, a Prefeitura providenciará a execução da demolição, cobrando do mesmo as despesas correspondentes, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, acrescido da taxa de 20% (vinte por cento) de administração.

§ 4º A Municipalidade poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser executada.

§ 5º No pedido de licença para a demolição deverá constar o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado atendendo solicitação justificada do interessado e a juízo da Municipalidade, salvo os casos fortuitos e de força maior, quando o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo do evento.

§ 6º O Alvará para Demolição será expedido juntamente com o Alvará de Construção, quando for o caso.

#### SEÇÃO IX

##### DO CERTIFICADO DE ALTERAÇÃO DE USO

Art. 34. Será objeto de pedido de certificado de alteração de uso qualquer alteração quanto à utilização de uma edificação que não implique alteração física do imóvel, desde que verificada a sua conformidade com a legislação referente ao Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo único. Deverão ser anexados à solicitação de certificado de alteração de uso os documentos previstos nesta Lei, notadamente aqueles previstos no artigo 26 e parágrafo único.

#### SEÇÃO X

##### DO CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA OU HABITE-SE

Art. 35. Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade ou ocupação. Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria da Municipalidade e expedido o respectivo Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra ou Habite-se.

§ 1º É considerada em condições de habitabilidade ou ocupação a edificação que:

- a) garantir segurança aos seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;
- b) possuir todas as instalações previstas em projeto aprovado, em condições de uso, funcionamento e/ou habitabilidade;
- c) for capaz de garantir aos seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;
- d) não estiver em desacordo com as disposições desta Lei;
- e) atender às exigências do Corpo de Bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico;
- f) tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado.

§ 2º Quando se tratar de edificações de interesse social, na forma prevista no §1º do artigo 3º desta Lei, será considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

- f) garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;
- g) estiver de acordo com os parâmetros específicos para a zona onde estiver inserida, definida na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 3º Fica o Executivo autorizado a regularizar as construções existentes até a data desta Lei, executadas dentro das normas anteriormente adotadas, desde que não fira os princípios urbanísticos da cidade, a segurança dos usuários e da população, o direito de vizinhança e os padrões mínimos de habitabilidade.

Art. 36. Concluída a obra de construção ou reforma com modificação de área, o proprietário e o responsável técnico deverão solicitar ao Município o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra ou Habite-se, em documento assinado por ambos, que deverá ser precedido da vistoria efetuada pelo órgão competente, atendendo às exigências previstas em regulamento.

§ 1º. O Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra ou Habite-se só será expedido quando a edificação apresentar condições de habitabilidade, estando em funcionamento as instalações hidrossanitárias e possuindo o Atestado de Habite-se, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, este, com exceção das edificações residenciais unifamiliares.

§ 2º. A Municipalidade só fornecerá o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra ou Habite-se para as obras regularizadas através de aprovação de projeto e respectivo Alvará de Construção.

Art. 37. Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ou reformada com modificação de área em desacordo com o projeto aprovado, o responsável técnico será notificado, de acordo com as disposições desta Lei, e obrigado a regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, deverá efetuar as modificações necessárias para regularizar a situação da obra, ou caso contrário deverá ser precedida a demolição.

Art. 38. A vistoria deverá ser efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do seu requerimento, e o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra ou Habite-se, concedido ou recusado dentro de outros 15 (quinze) dias.

Art. 39. Será concedido o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra ou Habite-se parcial de uma edificação, ou seja, a autorização para utilização das partes concluídas de uma obra em andamento nos seguintes casos:

- XXX - prédio composto de parte comercial e parte residencial e houver utilização de forma independente destas partes;
- XXXI - programas habitacionais de reassentamentos com caráter emergencial, desenvolvidos e executados pelo Poder Público ou pelas comunidades beneficiadas, em regime de "mutirão";
- XXXII - quando se tratar de unidade habitacional parte de um conjunto habitacional, deverá toda a infraestrutura comum estar concluída;
- XXXIII - que não haja perigo para o público ou para os habitantes da edificação;
- XXXIV - quando estiverem concluídas a estrutura, a alvenaria os fechamentos, os revestimentos externos, instalações elétricas e hidrossanitárias comuns a todas as unidades e que permitam, o uso da unidade objeto do Habite-se Parcial;
- XXXV - quando um elevador esteja funcionando em se tratando de unidade acima da quarta laje contando a do pavimento de acesso;
- XXXVI - quando se tratar de mais de um prédio licenciados por um só alvará e construídos no interior de um mesmo lote, devendo as obras necessárias para o perfeito acesso e infraestrutura comuns estarem concluídos;
- XXXVII - quando expedido o Atestado de Habite-se Parcial, pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, exceto para edificações residenciais unifamiliares.



§ 3º O Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra parcial não substitui o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra que deve ser concedido no final da obra.

§ 4º Para a concessão do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra parcial, fica a Prefeitura Municipal sujeita aos prazos e condições estabelecidas no artigo 38 desta Lei.

## SEÇÃO XI

### DAS VISTORIAS

Art. 40. A Municipalidade fiscalizará as diversas obras requeridas, a fim de que as mesmas estejam de acordo com disposições deste Código, demais leis pertinentes e de acordo com os projetos aprovados.

§ 1º Os fiscais do Município de Xavantina terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de prova de identidade, independentemente de qualquer outra formalidade.

§ 2º Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

Art. 41. Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Municipalidade poderá exigir que lhe sejam exibidos as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 42. Se, por ocasião da vistoria, for constatado que a edificação não foi construída, ou reformada (com acréscimo ou decréscimo de área) em conformidade com o projeto aprovado, o responsável técnico e o proprietário serão notificados, de acordo com as disposições deste Código e intimados a legalizar as obras, caso as alterações possam ser executadas ou a fazer a demolição ou as modificações necessárias para regularizar a situação da obra, de acordo com o projeto.

Parágrafo Único. A vistoria para expedição da Certidão de Vistoria Sanitária deverá ser solicitada pelo proprietário junto ao Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, enquanto os elementos que compõem o quadro sanitário estejam a descoberto e possibilitem perfeita identificação das soluções propostas no projeto.

## CAPÍTULO IV

### DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS

#### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. Os materiais de construção, seu emprego e técnica de utilização deverão satisfazer as especificações e normas oficiais da ABNT.

Art. 44. Para efeito deste Código consideram-se "Materiais Incombustíveis" o concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pelas especificações da ABNT.

Art. 45. A execução das obras somente poderá ser iniciada depois de concedido o Alvará de Construção.

Parágrafo único. São atividades que caracterizam o início de uma construção:

XXXVII - o preparo do terreno;

XXXVIII - a abertura de cavas para fundações;

XXXIX - o início de execução de fundações superficiais.

#### SEÇÃO II

##### DO CANTEIRO DE OBRAS

Art. 46. A implantação do canteiro de obras fora do lote em que se realiza a obra, somente terá sua licença concedida pelo órgão competente do Município, mediante exame das condições locais de circulação criadas no horário de trabalho e dos inconvenientes ou prejuízos que venham causar ao trânsito de veículos e pedestres, bem como aos imóveis vizinhos e desde que, após o término da obra, seja restituída a cobertura vegetal pré-existente à instalação do canteiro de obras.

Art. 47. É proibida a permanência de qualquer material de construção na via ou logradouro público, bem como sua utilização como canteiro de obras ou depósito de entulhos.

Parágrafo único. A não retirada dos materiais ou do entulho autoriza a Prefeitura Municipal a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-lhe o destino conveniente, e a cobrar dos executores da obra a despesa da remoção, aplicando-lhe as sanções cabíveis.

#### SEÇÃO III

##### DOS TAPUMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Art. 48. Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas, observando o disposto nesta Seção I e na Seção II deste Capítulo.

Art. 49. Nenhuma construção, reforma ou demolição poderão ser executados no alinhamento predial sem que estejam obrigatoriamente protegidos por tapumes, salvo quando se tratar de execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres.

Parágrafo único. Os tapumes somente poderão ser colocados após a expedição, pelo órgão competente do Município, do Alvará de Construção ou Demolição.

Art. 50. Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio sendo que, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) serão mantidos livres para o fluxo de pedestres e deverão ter, no mínimo, 2,00m (dois metros) de altura.

Parágrafo único. O Município, através do órgão competente, poderá autorizar a utilização do espaço aéreo do passeio desde que seja respeitado um pé direito mínimo de 2,10m (dois metros e dez centímetros) e desde que seja tecnicamente comprovada sua necessidade e adotadas medidas de proteção para circulação de pedestres.

Art. 51. Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

Art. 52. Durante a execução da obra será obrigatória a colocação de andaime de proteção do tipo bandeja salvavidas, para edifícios de três pavimentos ou mais, observando também os dispositivos estabelecidos na norma NR-18 do Ministério do Trabalho.

Art. 53. No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos, estes deverão ser dotados de guarda corpo com altura de 1,20m (um metro e vinte centímetros) em todos os lados livres.

Art. 54. Após o término das obras ou no caso de paralisação por prazo superior a 4 (quatro) meses, os tapumes deverão ser recuados e os andaimes retirados.

## CAPÍTULO V

**DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL****SEÇÃO I****DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES**

Art. 55. Para fins deste Código, uma construção é caracterizada pela existência do conjunto de elementos construtivos contínuos em suas 3 (três) dimensões, com um ou vários acessos às circulações ao nível do pavimento de acesso.

Art. 56. Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada isolada das divisas quando a área livre, em torno do volume edificado é contínua em qualquer que seja o nível do piso considerado.

Art. 57. Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada contígua a uma ou mais divisas, quando a área deixar de contornar, continuamente, o volume edificado no nível de qualquer piso.

Art. 58. Quando em um lote houver duas edificações, formar-se-á o "Grupamento de Edificações", que, conforme suas utilizações, poderá ser residencial ou não residencial.

Art. 59. Conforme a utilização a que se destina, as edificações classificam-se:

I - residenciais;

II - não residenciais;

III - mistas.

**SEÇÃO II****DAS ESCAVAÇÕES E ATERROS**

Art. 60. Nas escavações e aterros deverão ser adotadas medidas de segurança para evitar o deslocamento de terra nas divisas do lote em construção ou eventuais danos às edificações vizinhas.

Art. 61. No caso de escavações e aterros de caráter permanente que modifiquem o perfil do lote, o responsável legal é obrigado a proteger as edificações lindeiras e o logradouro público com obras de proteção contra o deslocamento de terra.

§ 1º As alterações no perfil do lote deverão constar no projeto arquitetônico.

§ 2º Os proprietários de terrenos ficam obrigados a fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras ou de terceiros se colocadas em risco, por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamento de terras, escoamento de materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas e canalizações, pública ou particular e logradouros públicos.

§ 3º A responsabilidade das obras efetuadas por máquinas de terraplenagem é exclusiva do proprietário do imóvel.

Art. 62. A execução de movimento de terra deverá ser precedida de autorização da Prefeitura Municipal nas seguintes situações:

XXXIX - movimentação de terra com mais de 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de material;

XL - movimentação de terra com mais de 100m<sup>3</sup> (cem metros cúbicos) de material nos terrenos localizados nas zonas onde a Lei de Uso e Ocupação do Solo estabelece essa atividade como permissível;

XLI - movimentação de terra com qualquer volume em áreas lindeiras a cursos d'água, áreas de várzea e de solos hidromórficos ou alagadiços;

XLII - movimentação de terra de qualquer volume em áreas sujeita à erosão;

XLIII - alteração de topografia natural do terreno que atinja superfície maior que 1000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados).

Art. 63. O requerimento para solicitar a autorização referida no artigo anterior deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

XLIII - registro (matrícula) do imóvel atualizado, com data de emissão de no máximo 30 dias;

XLIV - levantamento topográfico do terreno em escala, destacando cursos d'água, árvores, edificações existentes e demais elementos significativos;

XLV - memorial descritivo informando: descrição da tipologia do solo; volume do corte e/ou aterro; volume do empréstimo ou retirada;

XLVI - medidas a serem tomadas para proteção superficial do terreno;

XLVII - projetos contendo todos os elementos geométricos que caracterizem a situação do terreno antes e depois da obra, inclusive sistema de drenagem e contenção;

XLVIII - Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs ou RRTs) da obra e de toda e qualquer movimentação de terra (escavações, aterros, etc.).

**SEÇÃO III****DO TERRENO E DAS FUNDAÇÕES**

Art. 64. O projeto e execução de uma fundação, assim como as respectivas sondagens, o exame de laboratório, provas de carga e outras que se fizerem necessárias, serão efetuadas de acordo com as normas adotadas ou recomendadas pela ABNT e por profissionais devidamente habilitados.

Art. 65. Nenhuma edificação poderá ser construída sobre terreno úmido, pantanoso, instável ou contaminado por substâncias orgânicas ou tóxicas sem o saneamento prévio do lote.

Parágrafo único. Os trabalhos de saneamento do terreno deverão estar comprovados através de laudos técnicos que certifiquem a realização das medidas corretivas, assegurando as condições sanitárias, ambientais e de segurança para sua ocupação.

Art. 66. As fundações deverão ser executadas dentro dos limites do terreno, de modo a não prejudicar os imóveis vizinhos e não invadir o leito da via pública.

**SEÇÃO IV****DAS ESTRUTURAS, DAS PAREDES E DOS PISOS**

Art. 67. O projeto e execução de uma estrutura obedecerá às normas da ABNT.

Art. 68. A movimentação dos materiais e equipamentos necessários a execução de uma estrutura deverá ser sempre efetuada dentro do espaço aéreo delimitado pelas divisas do lote, ou em lotes de terceiros quando por eles autorizados.

Art. 69. Os elementos estruturais, paredes divisórias e pisos devem garantir:

I - impermeabilidade;

II - estabilidade da construção;

III - bom desempenho térmico e acústico das unidades;

IV - acessibilidade das edificações comerciais e públicas.

Art. 70. Quando se tratar de paredes de alvenaria que constituírem divisões entre habitações distintas ou se construídas na divisa do lote, deverão ter espessura de 15cm (quinze centímetros).

Art. 71. As paredes quando executadas em alvenaria com tijolos furados deverão respeitar as espessuras mínimas da ABNT.

Art. 72. Quando forem empregadas paredes autoportantes em uma edificação, serão obedecidas as respectivas normas da ANBT, para



diferentes tipos de material utilizado.

Art. 73. Todas as paredes das edificações serão revestidas internamente de emboço e reboco.

Parágrafo Único. O revestimento será dispensado:

- I – quando a alvenaria for convenientemente rejuntada e receber cuidadosamente acabamento;
- II – em se tratando de parede de concreto que haja recebido tratamento de impermeabilização;
- III – quando convenientemente justificado no projeto;
- IV – quando for empregado tijolo à vista tratado;
- V – quando se tratar de outro material adequado para divisórias.

#### SEÇÃO V

##### DAS COBERTURAS

Art. 73. Nas coberturas deverão ser empregados materiais impermeáveis, incombustíveis e resistentes à ação dos agentes atmosféricos.

Art. 74. As águas pluviais provenientes das cobertura serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre os lotes vizinhos ou sobre o passeio.

#### SEÇÃO VI

##### DAS PORTAS, PASSAGENS OU CORREDORES

Art. 75. As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, devem ter largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que dão acesso.

§ 1º Para atividades específicas são detalhadas exigências no próprio corpo desta Lei, respeitando-se:

h) Quando de uso privativo a largura mínima será de 80cm (oitenta centímetros);

i) Quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder a 1cm (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando no mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

§ 2º As portas de acesso a gabinetes sanitários e banheiros terão largura mínima de 70cm (setenta centímetros).

§ 3º A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, (2015) ou norma superveniente do órgão regulador.

#### SEÇÃO VII

##### DAS CIRCULAÇÕES EM UM MESMO NÍVEL

Art. 76. As circulações em um mesmo nível, de utilização privativa em uma unidade residencial ou comercial, terão largura mínima de 0,90m (zero vírgula noventa metros) para uma extensão de até 6,00m (seis metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (zero vírgula zero cinco metros) na largura, para cada metro ou fração de excesso.

Art. 77. Os corredores de utilização coletiva terão as seguintes dimensões mínimas:

I - uso residencial - largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10,00m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (zero vírgula zero cinco metros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;

II - uso comercial - largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10,00m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,10m (zero vírgula dez metros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;

III - o acesso aos locais de reunião, deverá obedecer a largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para os locais cuja área destinada à assentos seja igual ou inferior a 500,00m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área, haverá um acréscimo de 0,05m (zero vírgula zero cinco metros) na largura para cada metro quadrado de excesso;

IV - nos hotéis e motéis, a largura mínima será de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) para uma extensão máxima de 15,00m (quinze metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,10m (zero vírgula dez metros) na largura para cada metro ou fração;

V - as galerias de lojas comerciais terão a largura mínima de 3,00m (três metros) para cada extensão de no máximo 15,00m (quinze metros), para cada 5,00m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada de 10% (dez por cento).

#### SEÇÃO VIII

##### DAS ESCADAS E RAMPAS

Art. 78. Os elementos de circulação que estabelecem a ligação de dois ou mais níveis consecutivos são:

I – escadas;

II – rampas;

III – escadas rolantes;

IV – elevadores.

Art. 79. As escadas podem ser privativas quando adotadas para acesso interno das residências e de uso exclusivo de uma unidade autônoma ou coletiva quando adotadas para acesso às diversas unidades autônomas e acessos internos de uso comum.

Art. 80. As escadas de uso privativo, dentro de uma unidade familiar, bem como as de uso nitidamente secundário e eventual, como as de adega, pequenos depósitos e casas de máquinas, poderão ter sua largura reduzida para um mínimo de 0,70m (zero vírgula setenta metros).

Art. 81. As escadas de uso comum ou coletivo deverão ter largura suficiente para proporcionar o escoamento do número de pessoas que dela dependem, sendo:

XLVIII - a largura mínima das escadas de uso comum ou coletivo será de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

XLIX - as escadas de uso privativo ou restrito do compartimento, ambiente ou local, poderão ter largura mínima de 0,70m (zero vírgula setenta metros);

L - as escadas deverão oferecer passagem com altura mínima nunca inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros);

LI - só serão permitidas escadas em leque, caracol e do tipo marinheiro quando interligar dois compartimentos de uma mesma habitação;

LII - nas escadas em leque, a largura mínima do degrau será de 10cm (dez centímetros), devendo a 50cm (cinquenta centímetros) do bordo interno, o degrau deverá apresentar a largura mínima do piso de 28cm (vinte e oito centímetros);

LIII - as escadas deverão ser de material incombustível, quando atenderem a mais de 02 (dois) pavimentos, excetuando-se habitação unifamiliar;

LIV - ter um patamar intermediário de pelo menos 1,00m (um metro) de profundidade, quando o desnível vencido for maior que 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de altura ou 15 (quinze) degraus;

LV - os degraus das escadas deverão apresentar espelho "e" e piso "p", que satisfaçam à relação 60cm (sessenta centímetros) ≤ 2 e + p ≤ 65cm (sessenta e cinco), admitindo-se:

j) quando de uso privativo: altura máxima 19cm (dezenove centímetros) e largura mínima 25cm (vinte e cinco centímetros);

k) quando de uso coletivo: altura máxima 18cm (dezoito centímetros) e largura mínima 27cm (vinte e sete centímetros).

Art. 82. As escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente corrimão (mesmo entre paredes) de ambos os lados, obedecendo aos seguintes requisitos:

I - manter-se-ão a uma altura constante, situada entre 0,80m (zero vírgula oitenta metros) e 0,90m (zero vírgula noventa metros), acima da borda do piso dos degraus;

II - somente serão fixados pela sua face inferior;

III - terão largura mínima de 0,06m (zero vírgula zero seis metros);

IV - estarão afastados das paredes, no mínimo 0,04m (zero vírgula zero quatro metros).

Art. 83. No caso de emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as mesmas exigências relativas ao dimensionamento fixadas para as escadas.

§ 1º As rampas poderão apresentar inclinação máxima de 30% (trinta por cento) para uso de veículos e de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) para uso de pedestres.

§ 2º Se a inclinação da rampa exceder a 6% (seis por cento) o piso deverá ser revestido com material antiderrapante e o corrimão prolongado em 0,30m (zero vírgula trinta metros) no final da rampa.

§ 3º As rampas para uso coletivo deverão possuir largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta) e possuir corrimão nos dois lados.

§ 4º As saídas e entradas das rampas de uso coletivo deverão ter patamar livre com diâmetro de 1,50m (um metro e cinquenta) para acesso a pessoas com deficiência.

§ 5º Nenhuma porta poderá abrir de forma à obstruir o movimento nos patamares intermediários iniciais ou finais de uma rampa.

§ 6º A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, 2015, ou norma superveniente do órgão regulador.

§ 7º As escadas e rampas deverão observar todas as exigências da legislação pertinente do Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação.

Art. 84. As escadas rolantes estarão sujeitas às normas técnicas da ABNT e não serão computadas no cálculo do escoamento de pessoas da edificação, nem no cálculo da largura mínima das escadas fixas.

#### SEÇÃO IX

##### DAS MARQUISES E SALIÊNCIAS

Art. 85. A construção de marquises, na fachada das edificações obedecerá às seguintes condições:

LV - serão sempre em balanço;

LVI - terão a altura mínima de 2,80m (dois metros e oitenta metros) acima do nível do passeio, podendo a Municipalidade indicar a cota adequada, em função das marquises existentes na mesma face de quadra;

LVII - a projeção da face externa do balanço deverá ser de no máximo 1,00m (um metro) para as edificações situadas no alinhamento;

LVIII - permitir o escoamento das águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites do lote através de condutores, e encaminhados à sarjeta sob passeio;

LIX - não prejudicar a arborização e iluminação pública, assim como não ocultar placas de nomenclatura ou numeração;

Parágrafo Único. Entende-se por marquise somente o avanço da laje que cobre parte do passeio e não do avanço do corpo da edificação (podendo sobre as mesmas serem colocadas floreiras).

Art. 86. As fachadas dos edifícios, quando construídos no alinhamento predial, poderão ter sacadas, floreiras, caixas para ar condicionado e brises, se:

I - estiverem acima da marquise;

II - o escoamento das águas pluviais for exclusivamente para dentro dos limites do lote através de condutores embutidos e encaminhados à sarjeta sob passeio;

§ 1º Os elementos mencionados no caput deste artigo poderão projetar-se sobre o recuo frontal a uma distância máxima de 1,00m (um metro) ou recuos laterais e de fundos a uma distância máxima de 60cm (sessenta centímetros).

§ 2º Os beirais com até 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura não serão considerados como área construída, desde que não tenham utilização na parte superior.

§ 3º O comprimento máximo de beiral deverá ser de 70cm (setenta centímetros) quando usado no recuo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) – lateral e de fundo.

Art. 87. Nos pavimentos térreos construídos no alinhamento será permitido o uso de toldos protetores localizados nas extremidades das marquises, desde que abaixo de sua extremidade inferior deixe espaço livre com altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros).

Art. 88. Deverão ser obedecidas normas estabelecidas pela concessionária local de energia.

#### SEÇÃO X

##### DOS RECUOS

Art. 89. Os recuos das edificações construídas no perímetro urbano do Município deverão estar de acordo com o disposto na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo.

#### SEÇÃO Xi

##### DOS COMPARTIMENTOS

Art. 90. Para efeito do presente Código, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela denominação em planta, mas também pela sua finalidade lógica decorrente da sua disposição no projeto.

Art. 91. Os compartimentos das edificações, conforme a sua utilização pelos seres humanos, são classificados em:

I - habitáveis;

II - não habitáveis;

Art. 92. Os compartimentos habitáveis são:

I - dormitórios;

II - salas;

III- salas de aula, laboratórios didáticos, bibliotecas;

IV - laboratórios, enfermarias, ambulatórios e consultórios;

V - lojas e sobrelojas;  
VI - salas destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais;  
VII - locais de reunião.

Art. 93. Os compartimentos não habitáveis são:

I - salas de espera em geral;  
II - cozinhas e copas;  
III - banheiros e sanitários;  
IV - circulação em geral;  
V - garagens;  
VI - frigoríficos e depósitos para armazenagem;  
VII - vestiários de utilização coletiva;  
VIII - câmaras escuras;  
IX - casa de máquinas;  
X - locais para depósito de lixo;  
XI - área de serviço coberta;  
XII - subsolo;

#### SUBSEÇÃO I

#### DOS REQUISITOS MÍNIMOS

Art. 94. Os compartimentos obedecerão aos limites mínimos para os seguintes elementos da construção:

I - área de piso;  
II - dimensão mínima;  
III - altura;  
IV - vãos de iluminação e ventilação;  
V - vão de acesso;

Parágrafo Único. As características mínimas dos compartimentos das edificações residenciais e comerciais estarão definidas nos Anexos II, III e IV, partes integrantes e complementares desta Lei.

Art. 95. A dimensão estabelecida como altura mínima de um compartimento, quando houver rebaixamento de forro, ou forro inclinado, será aquela tomada pela média da altura máxima e mínima.

Art. 96. A subdivisão do compartimento, com paredes que cheguem até o teto será permitida quando os compartimentos resultantes atenderem, total e simultaneamente, a todas as normas deste Código no que lhes forem aplicáveis.

Art. 97. Os locais de reunião classificam-se como compartimentos habitáveis, apresentam características especiais de iluminação e ventilação, sendo os valores mínimos de suas áreas, alturas, diâmetros e vãos de acesso, definidos em função de normas específicas estipuladas por este Código.

#### SEÇÃO XII

#### DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

Art. 98. Os espaços destinados a estacionamentos ou garagens de veículos podem ser:

LIX - privativos - quando se destinarem a um só usuário, família, estabelecimento ou condomínio, constituindo dependências para uso exclusivo da edificação;

LX - coletivos - quando se destinarem à exploração comercial.

Art. 99. É obrigatória a reserva de espaços destinados a estacionamento ou garagem de veículos vinculados às atividades das edificações, com área e respectivo número de vagas calculadas de acordo com o tipo de ocupação do imóvel, à exceção de outras determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo, conforme o disposto no Anexo I desta Lei.

§ 1º Para cada vaga será estimada uma área de 25m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados), destinada à guarda do veículo, circulação e manobra.

§ 2º As vagas para estacionamento poderão ser cobertas ou descobertas.

§ 3º Deverão ser reservadas vagas de estacionamento para pessoas com deficiência, identificadas para este fim, próximas da entrada da edificação nos edifícios de uso público, com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e acrescida de espaço de circulação de 1,20m (um metro e vinte centímetros), demarcada com linha contínua, atendendo o estabelecido pela Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, 2015, na seguinte proporção:

§ 4º As atividades novas, desenvolvidas em edificações já existentes com uso diferente do pretendido, também estarão sujeitas ao disposto neste artigo.

§ 5º Quando no mesmo terreno coexistirem usos e atividades diferentes, o número de vagas exigidas será igual a soma das vagas necessárias para cada uso e atividade.

Art. 100. Na área mínima exigida para estacionamento, conforme o disposto no artigo anterior deverá ser comprovado o número de vagas, atendidos os seguintes padrões:

LX - cada vaga deverá ter as dimensões mínimas de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) de largura e 5,00m (cinco metros) de comprimento, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo;

LXI - os corredores de circulação deverão ter as seguintes larguras mínimas, de acordo com o ângulo formado em relação às vagas:

l) em paralelo igual a 3m (três metros);

m) ângulo até 30° (trinta graus) igual a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

n) ângulo entre 31° (trinta e um graus) e 45° (quarenta e cinco graus) igual a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

o) ângulos entre 46° (quarenta e seis graus) e 90° (noventa graus) igual a 5,00m (cinco metros).

Parágrafo único. Nos estacionamentos com vagas em paralelo ou inclinadas com corredores de circulação bloqueados, uma área de manobra para retorno dos veículos deverá ser prevista e demarcada.

Art. 101. Os acessos aos estacionamentos com 10 (dez) ou mais vagas de garagem deverão atender às seguintes exigências:

LXI - circulação independente para veículos e pedestres;

LXII - largura mínima de 3,00m (três metros) para acessos em mão única e 5,00m (cinco metros) em mão dupla até o máximo de 7,00m (sete metros) de largura e o rebaixamento ao longo do meio fio para a entrada e saída de veículos poderá ter o comprimento do acesso

mais 25% (vinte e cinco por cento) até o máximo de 7,00m (sete metros);

LXIII - para testada com mais de um acesso, o intervalo entre guias rebaixadas não poderá ser menor que 5,00m (cinco metros);

LXIV - ter uma distância mínima de 10,00m (dez metros) do encontro dos alinhamentos prediais na esquina, exceto quando se tratar de garagem ou estacionamento com área superior a 2000,00m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), quando esta distância mínima passa a ser de 25,00m (vinte e cinco metros).

Art. 102. Garagem ou estacionamento com capacidade superior a 30 (trinta) vagas deverá ter acesso e saída independentes ou em mão dupla, exceto quando destinado exclusivamente ao uso residencial.

Art. 103. Os acessos a garagens ou estacionamentos coletivos e a edifícios garagem deverão dispor de uma área de acumulação - canaleta de espera junto à sua entrada e ao nível do logradouro, calculada de acordo com a tabela abaixo:

§ 1º A largura mínima da área de acumulação - canaleta de espera deverá ser de 3,00m (três metros) para acessos com mão única e de 5,00m (cinco metros) para os de mão dupla.

§ 2º A guarita de controle deverá localizar-se ao final da canaleta de espera.

§ 3º A área de acumulação dos veículos não será computada como área de estacionamento.

§ 4º Os acessos de veículos deverão ter sinalização de advertência para transeuntes.

Art. 104. Para análise do espaço destinado ao estacionamento ou garagem deverá ser apresentada planta da área ou pavimento com a demarcação das guias rebaixadas, acessos, corredores de circulação, espaços de manobra, arborização e vagas individualizadas, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 105. Nos casos em que o piso do estacionamento descoberto receber revestimento impermeável deverá ser adotado um sistema de drenagem, acumulação e descarga.

Art. 106. As dependências destinadas a estacionamento de veículos deverão atender às seguintes exigências, além das relacionadas anteriormente:

LXIV - ter pé-direito mínimo de 2,20m (dois metros e vinte centímetros);

LXV - ter sistema de ventilação permanente, representando 1/8 (um oitavo) da área do piso (neste item poderá ser incluído as portas de acesso).

LXVI - ter vagas para estacionamento para cada veículo locadas e numeradas em planta;

LXVII - ter demarcada área de manobra, em planta;

LXVIII - não possuírem abertura para as divisas laterais e de fundos quando ocuparem as referidas divisas;

LXIX - os pisos serão antiderrapantes e dotados de sistema que permita um perfeito escoamento da água da superfície;

LXX - as paredes que as delimitarem serão incombustíveis;

LXXI - as vagas serão do tipo livre, sendo que só poderão ser bloqueadas quando pertencerem a mesma unidade residencial;

LXXII - quando houver mais de um pavimento garagem, será obrigatória uma interligação para pedestres isolada dos veículos;

Parágrafo Único - Na hipótese de não ser possível viabilizar o estacionamento no lote do edifício, a parte interessada poderá indicar área distante até 100,00m (cem metros) atendendo as exigências para estacionamento, inclusive com autorização do proprietário daquele imóvel e registro de tal condição junto ao cartório imobiliário competente.

Art. 107. Os espaços destinados a garagens ou estacionamentos não poderão sofrer modificações de uso.

Parágrafo Único. Nos casos de desobediência a este artigo será aplicada multa entre 20,00 e 40,00 UFRMs.

Art. 108. Nos casos de acréscimos em edificações existentes o cálculo da reserva de estacionamento ou guarda de veículos considerará a área de acréscimo quando este aumento representar unidades residenciais e comerciais.

Art. 109. Não serão computadas para o cálculo do índice de aproveitamento máximo as áreas ocupadas pelas garagens, conforme disposto na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 110. O portão de acesso às garagens para as edificações deverão ter afastamento mínimo de 1,00m do alinhamento do logradouro (final do passeio).

Art. 111. As áreas de estacionamento descoberto deverão obedecer aos mesmos critérios definidos para as áreas cobertas.

Parágrafo Único. Será permitido que as vagas de estacionamento ocupem a faixa correspondente ao afastamento obrigatório do alinhamento frontal, podendo ocupar as faixas de afastamento das divisas laterais e de fundos, desde que estas vagas não sejam computadas nas vagas do edifício e não sendo privativas da edificação.

### SEÇÃO XIII

#### DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO

Art. 112. As áreas de recreação em edificações construídas no Município deverão obedecer aos seguintes requisitos:

LXXII - em todas as edificações com mais de 4 (quatro) unidades residenciais será exigida uma área de recreação coletiva, equipada, aberta ou coberta, com pelo menos 9,00m<sup>2</sup> (nove metros quadrados) por unidade habitacional ou 10% (dez por cento) da área total do terreno, localizada em área de preferência isolada, com acesso independente ao de veículos, sobre os terraços ou no térreo;

LXXIII - no dimensionamento da área de recreação, 50% (cinquenta por cento), no mínimo, terá que constituir área contínua, não podendo ser calculada a partir da adição de áreas isoladas;

LXXIV - não será computada como área de recreação coletiva a faixa correspondente ao recuo obrigatório do alinhamento predial, porém poderá ocupar os recuos laterais e de fundos, desde que sejam no térreo ou sobre a laje da garagem e obedeça a um círculo inscrito mínimo de 3,00m (três metros) de diâmetro.

### SEÇÃO XIV

#### DAS piscinas

Art. 113. As piscinas deverão ter:

I - estrutura adequada para resistir às pressões da água incidentes sobre as suas paredes e fundo, quando enterradas sobre o terreno circundante;

II - paredes e fundo revestidas, com material impermeável e de superfície lisa;

III - equipamento para tratamento e renovação de água.

Parágrafo Único. Aplicam-se às piscinas no que couber as disposições determinadas pelo Código de Posturas.

### SEÇÃO XV

da vedação de terrenos no alinhamento dos logradouros públicos



Art. 114. São considerados vedações no alinhamento predial dos logradouros públicos, os muros, muretas, gradis, floreiras, cercas vivas, ou qualquer outro elemento que defina o alinhamento predial do imóvel.

§ 1º O muro, elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, executado com material que vede a visão, terá altura máxima 2,00m (dois metros) em relação ao nível do passeio, à exceção do muro de arrimo, que poderá ter altura necessária para sustentar desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e o terreno a ser edificado.

§ 2º Os gradis poderão ter altura superior a 2,00m (dois metros).

§ 3º A vedação acima do muro de arrimo terá altura máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), quando em material que vede a visão, podendo ter altura superior quando for gradil.

§ 4º A mureta, muro baixo, com altura de 0,30m (zero vírgula trinta metros), construído em geral para anteparo ou proteção.

Art. 115. Em terrenos com edificações de uso residencial é facultativo a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos e nas divisas laterais, na faixa do recuo frontal, podendo o recuo ser ajardinado.

Art. 116. Em terrenos sem vedação, as divisas e o alinhamento do logradouro público deverão ser demarcados com elementos que permitam a identificação de todos os seus limites.

## SEÇÃO XVI

### DOS MEIO FIOS, CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 117. Os proprietários de imóveis, que tenham frente para ruas pavimentadas ou com meio-fio e sarjetas, são obrigados a implantar passeios de acordo com o projeto estabelecido para a rua pela Prefeitura, bem como conservar os passeios em toda a extensão da testada de seu lote.

§ 1º Os passeios terão a declividade transversal máxima de 2% (dois por cento) para escoamento das águas superficiais.

§ 2º Nos passeios não poderá ter degraus ou rampas de acesso a edificações.

§ 3º No caso de não cumprimento do disposto no caput deste artigo ou quando os passeios se acharem em mau estado, a Prefeitura intimará o proprietário para que providencie a execução dos serviços necessários conforme o caso e, não o fazendo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a Prefeitura poderá fazer, cobrando do proprietário as despesas totais, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, acrescido do valor da correspondente multa.

§ 4º Os passeios deverão serem revestidos com material antiderrapante.

Art. 118. Fica limitada a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros), por setor rebaixado, a extensão do rebaixamento do meio fio para acessos e saídas de veículos.

§ 1º O rebaixamento do meio-fio só acontecerá nas áreas de acesso de veículos aos lotes e nas faixas de travessia de pedestres.

§ 2º O meio-fio das calçadas deverá ser rebaixado com rampa ligada a faixa de travessia de pedestres, visando propiciar às pessoas com deficiência melhores condições de circulação urbana.

## SEÇÃO XVII

### DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 119. Todos os compartimentos de qualquer local habitável, para os efeitos de insolação, ventilação e iluminação terão abertura em qualquer plano, abrindo diretamente para o logradouro público ou espaço livre e aberto do próprio imóvel. Todos os compartimentos deverão ter comunicação com o exterior, podendo ser:

I - direta - onde a ventilação e a iluminação acontecem diretamente com o exterior, através de prisma de iluminação e ventilação externo ou não;

II - indireta - onde a ventilação ou a iluminação acontecem através de um outro compartimento, duto mecânico ou prisma de iluminação e ventilação interno.

§ 1º As edificações deverão atender os parâmetros de recuo dispostos na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º As distâncias mínimas serão calculadas perpendicularmente à abertura, da parede à extremidade mais próxima da divisa.

Art. 120. A área necessária para a insolação, ventilação e iluminação dos compartimentos está indicada nos Anexos II, III e IV, parte integrante desta Lei.

Art. 121. Os compartimentos habitáveis definidos nesta seção, deverão possuir vãos de iluminação de forma direta.

Art. 122. Os compartimentos não habitáveis poderão receber ventilação e iluminação de forma indireta.

Parágrafo Único. As cozinhas poderão receber iluminação e ventilação de forma indireta através de uma área de serviço.

Art. 123. Somente poderão comunicar-se com o exterior com dutos de ventilação, os seguintes compartimentos:

I - habitáveis:

- a) auditórios e centros de convenção;
- b) cinemas;
- c) teatros;
- d) salas de exposições;
- e) boates e salões de danças;
- f) bancos e lojas comerciais.

II - não habitáveis:

- a) circulações;
- b) banheiros, lavatórios e instalações sanitárias;
- c) salas de espera em geral;
- d) subsolos.

Parágrafo Único. Os locais de reunião mencionados neste artigo deverão prever equipamentos mecânicos de renovação ou condicionamento de ar, quando se comunicarem com o exterior através de dutos horizontais ou verticais.

Art. 124. Os vãos de iluminação e ventilação quando vedados, deverão ser providos de dispositivos que permitam a ventilação permanente dos compartimentos.

Art. 125. Os compartimentos destinados a lavabos, antessalas, corredores e "kit", poderão ser ventilados indiretamente por meio de forro falso (duto horizontal) através de compartimento contínuo com a observância das seguintes condições:

LXXIV - largura mínima equivalente a do compartimento a ser ventilado;

LXXV - altura mínima livre de 20cm (vinte centímetros);

LXXVI - comprimento máximo de 6,00m (seis metros), exceto no caso de serem abertos nas duas extremidades, quando não haverá limitação àquela medida;

LXXVII - comunicação direta com espaços livres;

LXXVIII - a boca voltada para o exterior deverá ter tela metálica e proteção contra água da chuva.

Art. 126. Os compartimentos de lavabos, antessalas, corredores e "kit" poderão ter ventilação forçada, feita por chaminé de tiragem, observadas as seguintes condições:

LXXVIII - serem visitáveis na base;

LXXIX - permitirem a inspeção de um círculo de 50cm (cinquenta centímetros) de diâmetro;

LXXX - terem revestimento interno liso.

Art. 127. Os compartimentos sanitários, vestíbulos, corredores, sótãos, lavanderias e depósitos poderão ter iluminação e ventilação zenital.

Art. 128. Quando os compartimentos tiverem aberturas para insolação, ventilação e iluminação sob alpendre, terraço ou qualquer cobertura a área do vão para iluminação natural deverá ser acrescida de mais 25% (vinte e cinco por cento), além do mínimo exigido nos Anexos II, III e IV, parte integrante desta Lei.

## CAPÍTULO VI

### DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

Art. 129. As instalações e equipamentos abrangem os conjuntos de serviços complementares executados durante a construção de um edifício, os quais deverão ser projetados, calculados e executados visando a segurança, a higiene e o conforto dos usuários, de acordo com as normas e especificações da ABNT, salvo os casos previstos nas Seções deste Capítulo, onde prevalecerá o determinado por este Código.

#### SEÇÃO I

##### DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 130. Consideram-se águas pluviais as que procedem imediatamente das chuvas (artigo 102 do Decreto nº. 24.643/1934, de 10/07/1934 - Código de Águas).

§ 1º As águas pluviais pertencem ao dono do imóvel onde caírem diretamente, podendo o mesmo dispor delas à vontade, salvo existindo norma legal em contrário.

§ 2º Ao dono do imóvel, porém, não é permitido:

p) desperdiçar essas águas em prejuízo de outros proprietários que delas se possam aproveitar, sob pena de indenização aos proprietários; q) desviar essas águas de seu curso natural para lhes dar outro, sem consentimento expresso dos donos dos prédios que irão recebê-las.

Art. 131. O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob o passeio.

§ 1º Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas às galerias de águas pluviais, essas águas poderão ser conduzidas para outro local adequado, após a aprovação desta Municipalidade.

§ 2º As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais (quando existirem) correrão integralmente por conta do interessado.

§ 3º A ligação será concedida a título precário, cancelável a qualquer momento pela Municipalidade, caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.

§ 4º Os lotes devidamente registrados no Ofício do Registro de Imóveis e cujas vias de circulação são patrimônio do município, as despesas com escoamento pluvial da referida via de circulação correrão por conta da Municipalidade.

Art. 132. Em qualquer caso é proibido:

I - o escoamento da água dos beirais ou goteiras diretamente para a via pública ou sobre o imóvel vizinho, salvo quando para a via pública não for possível a ligação sob a calçada poderá ser feito através de dutos fechados e com o lançamento para a calçada em altura não superior a 20cm (vinte centímetros) do pavimento;

II - introduzir nas redes públicas de drenagem:

r) matérias explosivas ou inflamáveis;

s) matérias radioativas em concentrações consideradas inaceitáveis pelas entidades competentes que pela sua natureza química ou micro-biológica constituam um elevado risco para a saúde pública ou para a conservação do sistema;

t) entulhos, plásticos, areias, lamas ou cimento;

u) lamas extraídas de fossas sépticas e gorduras ou óleos de câmaras retentoras ou dispositivos similares, que resultem de operações de manutenção;

v) quaisquer outras substâncias que, de uma maneira geral, possam obstruir e/ou danificar as canalizações e seus acessórios, ou causar danos, retardando ou paralisando o fluxo natural das águas;

w) óleos minerais e vegetais;

x) águas com características anormalmente diferentes das águas pluviais urbanas.

§ 1º Nas edificações construídas no alinhamento, as águas pluviais provenientes de telhados, balcões e marquises deverão ser captadas por meio de calhas e condutores.

§ 2º Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do nível do passeio.

Art. 133. A construção das redes de drenagem são de responsabilidade:

II - do Município em áreas já loteadas cuja obrigação da construção da rede não seja mais de responsabilidade do loteador;

III - do loteador ou proprietário nos novos loteamentos ou arruamentos.

Parágrafo único. A construção do sistema de drenagem deve obedecer as determinação e especificações dos órgãos técnicos da Prefeitura.

Art. 134. O proprietário do imóvel deverá manter área descoberta e permeável do terreno (taxa de permeabilização), em relação a sua área total, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e propicie alívio para o sistema público de drenagem urbana, conforme parâmetro definido na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 135. Não é permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos.

Art. 136. As águas provenientes das coberturas e dos aparelhos de ar condicionado serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre lotes lindeiros ou no passeio da via de circulação.

#### SEÇÃO II

##### DA IMPLANTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS

Art. 137. O controle de cheias e alagamentos consistirá em acumular o máximo possível os excedentes hídricos a montante, possibilitando assim o retardamento do pico das enchentes para as chuvas de curta duração e maior intensidade.

Art. 138. Para aplicação do referido controle, os mecanismos de contenção de cheias ficam assim definidos:

III - BACIAS OU RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO - são dispositivos capazes de reter e acumular parte das águas pluviais de chuvas intensas



de modo a retardar o pico de cheias, aliviando assim os canais ou galerias de jusante responsáveis pela macro drenagem;

IV - CISTERNAS OU RESERVATÓRIOS DE ACUMULAÇÃO - são dispositivos com objetivo de reter os excedentes hídricos localizados, resultantes da microdrenagem, podendo se constituir de sumidouros com dispositivos que permitam a infiltração para o aquífero ou impermeáveis de modo a acumular as águas pluviais e possibilitar o seu aproveitamento para fins de irrigação, limpeza e outros fins que não constituam abastecimento para o uso na alimentação e higiene.

Art. 139. Será obrigatória a implantação de cisternas ou reservatórios de acumulação ou retenção:

IV - nos novos empreendimentos e/ou reformas com acréscimo de área superior a 1000,00m<sup>2</sup> (mil metros quadrados) situados em Zona de Comércio e Serviços ou Industrial;

V - nos novos empreendimentos e/ou reformas com acréscimo, independente do uso e localização com mais de 6 (seis) pavimentos;

VI - nos novos empreendimentos e/ou reformas com acréscimo, independente do uso e localização que impermeabilizem área superior a 5000m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados);

VII - nos novos empreendimentos e/ou reformas com acréscimo destinados ao uso comunitário, comercial, de prestação de serviços e industrial que possuam área construída igual ou superior a 5000,00m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados).

Parágrafo único. O dimensionamento da cisterna ou reservatório de retenção será regulamentado pelo setor competente de Obras e Urbanismo.

### SEÇÃO III

#### DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS

Art. 140. Todas as edificações em lotes com testada para logradouros públicos que possuam redes de água potável e de esgoto deverão, obrigatoriamente, servir-se dessas redes e suas instalações.

§ 1º Deverão ser observadas as exigências da concessionária local quanto à alimentação pelo sistema de abastecimento de água e quanto ao ponto de lançamento para o sistema de esgoto sanitário.

§ 2º As instalações nas edificações deverão obedecer às exigências dos órgãos competentes e estar de acordo com as prescrições da ABNT.

Art. 141. Quando não existir rede de abastecimento de água na via pública, a edificação deverá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas servidas.

Art. 142. Quando não existir rede de esgotamento sanitário na via pública, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica e filtro, cujo efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro), conforme normas da ABNT, ou outra forma de tratamento mais adequado, levando-se em consideração a capacidade de absorção do solo, bem como o nível do lençol freático existente.

Art. 143. Será exigida fossa séptica e para tal, o efluente poderá ser tratado através de:

I - sumidouro;

II - vala de infiltração;

III - vala de filtração;

IV - filtro anaeróbio;

V - alternativa tecnicamente aceita e de conhecimento científico quanto ao rendimento e confecção.

Art. 144. Toda unidade residencial deverá possuir no mínimo um reservatório com o mínimo de 500 litros, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório e uma pia de cozinha, que deverão ser ligados à rede de esgoto ou à fossa séptica.

§ 1º Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza.

§ 2º As pias de cozinha deverão, antes de ligadas à rede pública ou à fossa séptica, passar por caixa de gordura localizada internamente ao lote.

Art. 145. O reservatório de água deverá possuir:

VII - cobertura que não permita a poluição da água;

VIII - torneira de boia que regule, automaticamente, a entrada de água do reservatório;

IX - extravasor - ladrão, com diâmetro superior ao do tubo alimentar, com descarga em ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira de boia;

X - canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório;

XI - volume de reserva compatível com o tipo de ocupação e uso de acordo com as prescrições da Norma Brasileira - NBR 5626 da ABNT ou norma superveniente do órgão regulador.

Art. 146. A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 3% (três por cento).

Art. 147. Não será permitida a ligação de canalização de esgoto ou de águas servidas às sarjetas ou galerias de águas pluviais.

Art. 148. Toda tubulação de esgoto em contato com o solo deverá ser feita com PVC, manilhas cerâmicas ou material equivalente.

Art. 149. Em edificações com mais de um pavimento os ramais de esgoto serão ligados à rede principal por canalização vertical (tubo de queda).

Art. 150. Todas as instalações hidráulico sanitárias deverão ser executadas conforme especificações da ABNT.

Art. 151. A concessão de Certificado de Vistoria de Conclusão da Obra (Habite-se) deverá ser antecedida de vistoria da execução do sistema de tratamento de esgotamento sanitário, deixado a descoberto afim de comprovação da solução exigida pela Municipalidade.

### SEÇÃO IV

#### DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 152. As entradas aéreas e subterrâneas de luz e força de edifícios deverão obedecer às normas técnicas exigidas pela concessionária local.

Art. 153. Os diâmetros dos condutores de distribuição interna serão calculados de conformidade com a carga máxima dos circuitos e voltagem de rede.

Art. 154. O diâmetro dos eletrodutos será calculado em função do número e diâmetro dos condutores, conforme as especificações da ABNT.

### SEÇÃO V

#### DAS INSTALAÇÕES DE GÁS

Art. 155. As instalações de gás nas edificações deverão ser executadas de acordo com as prescrições das normas da ABNT.

§ 1º É obrigatória a instalação de chaminés para descarga dos gases de combustão dos aquecedores a gás.

§ 2º Nos edifícios sem instalação de central de gás, os compartimentos que possuírem botijões de gás destinados a fogões e aquecedores deverão ter ventilação natural.

Art. 156. Nas edificações com obrigatoriedade de instalação de Central de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - tipo de instalação em que os recipientes são situados num ponto centralizado e o gás é distribuído através de tubulações, medidores, posição (construção) de instalação,

recuos, ventilação, sinalização e demais equipamentos de segurança necessários, deverão atender as normas de segurança contra incêndio do Corpo de Bombeiros.

#### SEÇÃO VI

##### DAS INSTALAÇÕES para antenas

Art. 157. A instalação de equipamentos da rede telefônica estará sujeita às normas da concessionária local de telefonia.

Art. 158. Salvo nas edificações residenciais unifamiliares, nas quais é facultativo, em todas as demais é obrigatória a instalação de tubulações e caixas para serviços telefônicos.

Art. 159. Nos edifícios comerciais e habitacionais é obrigatória a instalação de tubulação para antena de televisão em cada unidade autônoma.

Parágrafo único. Nos casos de instalações de antenas coletivas para rádio e televisão deverão ser atendidas as exigências legais.

#### SEÇÃO VII

##### DAS INSTALAÇÕES DE Para-raios

Art. 160. Será obrigatória a instalação de para-raios, conforme as normas estabelecidas pela ABNT e pelo Corpo de Bombeiros, nas edificações com 4 (quatro) ou mais pavimentos ou área construída superior a 750,00m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados), além das seguintes:

I - aquelas que reúnam grande número de pessoas;

II - fábrica ou depósitos de explosivos ou inflamáveis;

III - torres e chaminés elevados em edificações isoladas e expostas.

Parágrafo Único. O sistema de para-raios, deve ser parte integrante do projeto das instalações elétricas, contendo sua especificação, localização, área de atuação e aterramento.

Art. 161. A fiscalização da correta execução da instalação de para-raios será feita pelo Corpo de Bombeiros.

#### SEÇÃO VIII

##### DAS INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO contra incêndio

Art. 162. As edificações construídas ou reformadas, quando for o caso, deverão ser providas de instalações e equipamentos de proteção contra incêndio, de acordo com as prescrições das normas da ABNT e da legislação específica do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 163. Independente do número de pavimentos ou área construída todas as edificações deverão ter sistema de segurança contra incêndios de acordo com as disposições técnicas e normas do Corpo de Bombeiros, exceto as edificações residenciais.

Art. 164. Em qualquer caso, deverão ser atendidos os detalhes construtivos e colocação de peças especiais do Sistema Preventivo de Incêndio de acordo com as normas e padrões fornecidos pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 165. Independente das exigências deste Código, em relação às instalações preventivas de incêndio os edifícios existentes destinados à utilização coletiva, tais como escolas, hospitais, hotéis, motéis, casas de diversão, fábricas, grandes estabelecimentos comerciais e outros, ficam sujeitos a adotar em benefício da segurança do público, as medidas que forem julgadas convenientes pelo Corpo de Bombeiros ou pela Municipalidade.

#### SEÇÃO IX

##### DAS INSTALAÇÕES DE ELEVADORES

Art. 166. Será obrigatória a instalação de, no mínimo, 1 (um) elevador nas edificações com mais de 4 (quatro) pavimentos; e 2 (dois) elevadores nas edificações de mais de 8 (oito) pavimentos, dimensionados conforme cálculo de tráfego.

§ 1º O número de elevadores de cada prédio e sua capacidade deverá estar de acordo com as normas da ABNT em vigor na ocasião da aprovação do projeto pela Municipalidade, seja em relação ao seu dimensionamento, instalação ou utilização, cálculo, tráfego e intervalo de tráfego comprovados através de laudo emitido pelo responsável técnico da obra.

§ 2º O térreo conta como um pavimento, bem como cada pavimento abaixo do nível do meio-fio.

§ 3º No caso de existência da sobreloja, a mesma contará como um pavimento.

§ 4º Se o pé-direito do pavimento térreo for igual ou superior a 6,00m (seis metros) contará como 2 (dois) pavimentos.

§ 5º Sempre que o pé direito por pavimento ultrapassar a 2,70m (dois metros e setenta centímetros) será contado como novo pavimento.

§ 6º Os espaços de acesso ou circulação às portas dos elevadores deverão ter dimensão não inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), medida perpendicularmente às portas dos elevadores.

§ 7º Os elevadores não poderão ser os únicos modos de acesso aos pavimentos superiores de qualquer edificação.

§ 8º O sistema mecânico de circulação vertical (número de elevadores, cálculo de tráfego e demais características) está sujeito às normas técnicas da ABNT, sempre que for instalado, e deve ter um responsável legalmente habilitado.

§ 9º Não será considerado para efeito da aplicação deste artigo o último pavimento, quando este for de uso exclusivo do penúltimo ou destinado a servir de moradia do zelador.

§ 10º As unidades situadas no último pavimento poderão deixar de ser servidas por elevador desde que o pavimento imediatamente inferior seja servido por, pelo menos, 1 (um) ou 2 (dois) elevadores, tendo aquelas unidades acesso direto aos mesmos elevadores.

§ 11º Nas edificações a serem construídas ou reformadas (com acréscimo de área) com previsão de subsolo, é obrigatório o assentamento de elevadores nos seguintes casos:

I - mais de 4 (quatro) pavimentos acima do nível do logradouro;

II - mais de 3 (três) pavimentos abaixo do nível do logradouro.

§ 12º Nos edifícios hospitalares, asilos e hotéis com mais de 2 (dois) pavimentos, será obrigatória a instalação de elevadores.

§ 13º Em unidades multifamiliares, a partir do terceiro pavimento, será exigido espaço para elevador no projeto.

Art. 167. Excluem-se do cálculo da altura para instalação do elevador:

I - as partes sobrelevadas destinadas à casa de máquinas, caixas de água, casa do zelador e áreas de lazer ou recreação;

II - o último pavimento quando de uso exclusivo do penúltimo ou ático.

#### SEÇÃO X

##### DOS MEZANINOS

Art. 168. A construção de mezaninos ou jiraus só será permitida, quando satisfazer as seguintes condições:

- I - não prejudicar as condições de iluminação e ventilação do compartimento onde for construído;
- II - ter sua área adicionada para efeito de cálculo dos vãos de iluminação e ventilação à área do pavimento inferior (considerando-se o mezanino como compartimento habitável);
- III - ocupar área de no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento a que serve;
- IV - ter altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) e deixar com essa mesma altura o espaço que ficar sob sua projeção no piso do compartimento onde for construído;
- V - ter escada fixa de acesso e parapeito.

#### SEÇÃO XI

##### DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO

Art. 169. Toda edificação, independente de sua destinação deverá ter local apropriado, desimpedido e de fácil acesso com capacidade adequada e suficiente para acomodar os diferentes componentes dos resíduos sólidos urbanos, obedecendo as normas estabelecidas pela autoridade competente.

Parágrafo Único. Este artigo deverá ser regulamentado por Decreto.

Art. 170. Toda edificação destinada à instalação de indústria poluente ficará obrigada à implantação de medidas para eliminar ou reduzir a níveis toleráveis o grau de poluição com o reaproveitamento de resíduos e subprodutos, obedecida a regulamentação pertinente.

Art. 171. Nos locais onde não houver coleta de lixo pela Municipalidade cada residência deverá apresentar uma solução individual para o lixo, sempre considerando a distância mínima recomendável de poços de abastecimentos de água da própria residência, como também de outras unidades, no que se refere ao isolamento dos resíduos e contaminação das águas subterrâneas.

#### SEÇÃO XII

##### CONDICIONAMENTO AMBIENTAL

Art. 172. A instalação do equipamento de condicionamento de ar está sujeito às normas técnicas oficiais.

Art. 173. É obrigatória a canalização dos fluidos condensados nos aparelhos de ar condicionado e similares, quando voltados para as vias ou logradouros públicos.

Parágrafo Único. A canalização deverá ser compatível com a potência do equipamento, podendo ser aparente, conectada por tubos de queda ou às galerias de águas pluviais ou ainda lançadas nas sarjetas, por sob o passeio.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 174. Segundo o tipo de utilização, as edificações residenciais subdividem-se em:

I - edificações residenciais unifamiliares;

II - edificações residenciais multifamiliares.

Parágrafo Único. Toda unidade residencial será constituída de no mínimo 1 (um) compartimento habitável, desde que tenha área não inferior a 20,00m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados), com instalações sanitárias e uma cozinha.

Art. 175. Para cada compartimento das edificações residenciais são definidos, de acordo com o Anexo II:

Parágrafo único. As edificações residenciais multifamiliares - edifícios de apartamentos - deverão observar, além de todas as exigências cabíveis especificadas nesta Lei, as exigências do Anexo III, no que couber, para as áreas comuns.

Art. 176. As residências poderão ter 2 (dois) compartimentos conjugados, desde que o compartimento resultante tenha, no mínimo, a soma das dimensões mínimas exigidas para cada um deles.

Art. 177. Os compartimentos das residências poderão ser ventilados e iluminados através de aberturas para pátios internos, cujo diâmetro do círculo inscrito deve atender à soma dos recuos mínimos exigidos por lei.

#### SEÇÃO I

##### DAS EDIFICAÇÕES RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES

Art. 178. Uma edificação é considerada unifamiliar quando nela existir uma única unidade residencial, podendo ser isolada.

Parágrafo Único. Uma residência é considerada isolada quando sozinha ocupar o interior de um lote.

#### SEÇÃO II

##### DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS GEMINADAS

Art. 179. Consideram-se residências geminadas duas unidades de moradias contíguas que possuam uma parede comum, com testada mínima de 5,00m (cinco metros) para cada unidade.

Parágrafo único. O lote das residências geminadas só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver as dimensões mínimas do lote estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo e quando as moradias, isoladamente, estejam de acordo com esta Lei.

Art. 180. A Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento são índices urbanísticos definidos pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem.

#### SEÇÃO III

##### DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS EM SÉRIE,

##### PARALELAS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 181. Consideram-se as residências em série, paralelas ao Alinhamento Predial, as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 10 (dez) unidades de moradia.

Art. 182. As residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

XI - a testada da área do lote de uso exclusivo de cada unidade terá, no mínimo 5,00m (cinco metros);

XII - a área mínima do terreno de uso privativo da unidade de moradia não será inferior a 125,00m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados);

XIII - o afastamento da divisa de fundo terá, no mínimo 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. A taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os definidos pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área de terreno privativo de cada unidade de moradia.

#### SEÇÃO IV

##### DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS EM SÉRIE,

**TRANSVERSAIS AO ALINHAMENTO PREDIAL**

Art. 183. Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de faixa de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades.

Art. 184. As residências em série, transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

XIII - até 4 (quatro) unidades, o acesso se fará por uma faixa com a largura de no mínimo 4,00m (quatro metros), sendo no mínimo 1,00m (um metro) de passeio;

XIV - com mais de 4 (quatro) unidades, o acesso se fará por uma faixa com a largura de no mínimo:

y) 8,00m (oito metros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado da faixa de acesso, sendo no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio;

z) ou 10,00m (dez metros), quando as edificações estiverem dispostas em ambos os lados da faixa de acesso, sendo no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado.

XV - quando houver mais de 4 (quatro) moradias no mesmo alinhamento, deverá ser prevista e demarcada uma área de manobra para retorno dos veículos;

XVI - possuirá cada unidade de moradia uma área de terreno de uso exclusivo, com no mínimo 5,00m (cinco metros) de testada e área de uso privativo de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do lote mínimo da zona onde estiver situado e nunca inferior a 125,00m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados);

XVII - a Taxa de Ocupação, Coeficiente de Aproveitamento e Recuos são definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área de terreno privativo de cada unidade de moradia.

Art. 185. As residências em série transversais ao alinhamento predial, somente poderão ser implantadas em lotes que tenham frente e acesso para as vias oficiais de circulação com largura igual ou superior a 12m (doze metros).

**SEÇÃO V****DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS EM CONDOMÍNIO HORIZONTAL**

Art. 186. Consideram-se residências em condomínio horizontal aquelas cuja disposição exija a abertura de via(s) interna(s) de acesso, não podendo ser superior a 30 (trinta) o número de unidades.

Art. 187. As residências em condomínio horizontal deverão obedecer às seguintes condições:

XVII - as vias internas de acesso deverão ter no mínimo 8,00m (oito metros) de largura e 4,00m (quatro metros) de passeio;

XVIII - a área de passeio deverá ter uma faixa pavimentada de no máximo 2,00m (dois metros);

XIX - cada unidade de moradia possuirá uma área de terreno de uso exclusivo com no mínimo, 12,00m (doze metros) de testada e área de uso privativo de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do lote mínimo da zona onde estiver situado e nunca inferior a 250,00m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados);

XX - a Taxa de Ocupação, o Coeficiente de Aproveitamento e os Recuos são definidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área de terreno privativo de cada unidade de moradia;

XXI - as unidades deverão ter afastamento mínimo das laterais de 2,00m (dois metros) e de 4,00m (quatro metros) do fundo do lote;

XXII - deverá ser mantida uma taxa de permeabilidade de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) do lote.

Art. 188. O condomínio horizontal somente poderá ter vedações, nas faces voltadas às vias públicas, por meio de gradil com altura máxima de 3,50m (três metros e meio) e com recuo de 50cm (cinquenta centímetros) do alinhamento predial, devendo ser previsto paisagismo nesta área.

Art. 189. As residências em condomínio horizontal somente poderão ser implantadas em lotes que tenham frente e acesso para as vias oficiais de circulação com largura igual ou superior a 12,00m (doze metros).

**SEÇÃO VI****Das EDIFICAÇÕES Residenciais Multifamiliares**

Art. 190. Serão considerados para efeito deste artigo as edificações multifamiliares quando existirem na mesma edificação duas ou mais unidades residenciais, sem prejuízo das exigências das Leis Municipais de Parcelamento e de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 191. Todos os apartamentos deverão observar as disposições contidas nos artigos referentes a dimensionamento dos cômodos, bem como as posturas relativas à iluminação e ventilação.

Art. 192. Os edifícios de 4 (quatro) ou mais pavimentos, incluindo o térreo e/ou 9 (nove) ou mais apartamentos possuirão, no hall de entrada, local destinado à portaria, caixa receptora de correspondência.

Parágrafo único. Quando o edifício dispuser de menos de 4 (quatro) pavimentos, e/ou menos de 9 (nove) apartamentos, será obrigatória apenas a instalação de caixa coletora de correspondência por apartamento em local visível do pavimento térreo.

Art. 193. A residência do zelador, quando houver, deverá satisfazer as mesmas condições de unidade residencial unifamiliar, previstas neste código.

Art. 194. As edificações para apartamentos, com número igual ou inferior a 12 (doze) apartamentos deverão ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo e independente da eventual residência para o zelador, pelo menos os seguintes compartimentos de uso dos encarregados dos serviços da edificação:

XXII - instalação sanitária com área mínima de 1,50m<sup>2</sup> (um metro e cinquenta centímetros quadrados);

XXIII - depósito de material de limpeza com área mínima de 4,00m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados).

Parágrafo único. Nas edificações para apartamentos com mais de 12 (doze) apartamentos deverá ser previsto vestiários com 4m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), além das exigências constantes deste artigo.

Art. 195. Em edifícios de 4 (quatro) ou mais pavimentos, é obrigatória a instalação de elevadores na forma disposta neste código.

Art. 196. Para edifícios com 3 (três) ou mais pavimentos deverá ser instalado interfone.

Art. 197. Nos prédios de apartamentos não será permitido depositar materiais ou exercer atividades que, pela sua natureza, representem perigo, ou seja, prejudiciais à saúde e ao bem-estar dos moradores e vizinhos.

Art. 198. As garagens dos edifícios residenciais devem atender ao disposto no Anexo I - Vagas para Estacionamento.

Art. 199. Os edifícios com área total de construção superior a 750m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) terão, obrigatoriamente, espaço descoberto para recreação infantil, que atenda às seguintes exigências:

XXIII - poderá estar situada, na área reservada para a permeabilidade do terreno, desde que, o piso não seja impermeável;

XXIV - conter no plano de piso, um círculo de diâmetro mínimo de 3,00m (três metros);

XXV - situar-se junto a espaços livres externos ou internos;

XXVI - estar separado de local de circulação ou estacionamento de veículos e de instalação de coletor ou depósito de lixo e permitir acesso



direto à circulação vertical;

XXVII - conter equipamentos para recreação de criança;

XXVIII - ser dotado se estiver em piso acima do solo, de fecho de altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros), para proteção contra queda.

#### SEÇÃO VI

Das edificações de Madeira

Art. 200. As edificações que possuírem estrutura e vedação em madeira deverão garantir padrão e desempenho quanto ao isolamento térmico, resistência ao fogo, isolamento e condicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade nos termos das normas específicas (ABNT).

Art. 201. Os componentes da edificação, quando próximos a fontes geradoras de fogo ou calor, deverão ser revestidos de material incombustível.

Art. 202. As edificações de madeira ficarão condicionadas aos seguintes parâmetros:

XXVIII - máximo de 2 (dois) andares;

XXIX - altura máxima de 8,00m (oito metros);

XXX - afastamento mínimo de 2,00m (dois metros) de qualquer ponto das divisas ou de outra edificação;

XXXI - afastamento mínimo de 4,00m (quatro metros) de outra edificação de madeira;

XXXII - as paredes deverão ter embasamento de alvenaria, concreto ou material similar, com altura mínima de 50cm (cinquenta centímetros) acima do solo circundante;

XXXIII - quando a madeira for convenientemente tratada contra a ação da umidade, conforme atestado comprobatório fornecido por laboratório de comprovada idoneidade, a altura fixada no inciso anterior poderá ser reduzida para 20cm (vinte centímetros);

XXXIV - tenha pé-direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

XXXV - tenha os compartimentos de acordo com a disposição deste Código;

XXXVI - tenha a instalação sanitária com área mínima de 2m<sup>2</sup> (dois metros quadrados);

Art. 203. Não serão permitidas novas edificações de madeira ou outro material similar, quando destinadas a fins industriais.

Será permitida a construção de barracões de madeira ou material similar, em canteiros de obras, desde que obedecidos os recuos mínimos de 3,00m (três metros) das divisas laterais e de fundos do terreno. Esses barracões serão destinados exclusivamente para operações de venda do imóvel em seu todo ou em unidades isoladas, administração local da obra, depósito de materiais de construção e acomodações de operários.

§ 1º Os barracões referidos no parágrafo anterior não poderão ser usados para habitação.

#### CAPÍTULO VIII

#### DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

##### SEÇÃO I

##### DO COMÉRCIO E SERVIÇO EM GERAL

Art. 204. As unidades destinadas ao comércio em geral, negócios e atividades profissionais são as lojas e escritórios, sendo que:

I – entende-se por loja o espaço destinado a comercialização de produtos;

II – entende-se por sala ou escritório o espaço destinado à prestação de serviço;

Art. 205. As edificações destinadas ao comércio em geral deverão observar os seguintes requisitos quanto ao pé direito mínimo:

I - 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), quando a área de compartimento não exceder a 100,00m<sup>2</sup> (cem metros quadrados);

II – 3,00m (três metros) quando a área do compartimento estiver acima de 100,00m<sup>2</sup> (cem metros quadrados).

Art. 206. O hall das edificações comerciais observará:

I - quando houver só um elevador, terá no mínimo 10,00m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) e dimensão mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros);

II - a área do hall será aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;

III - quando os elevadores se situarem no mesmo lado do hall este poderá ter diâmetro mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 207. Todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitários que contenham cada um, no mínimo, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório, que deverão ser ligados à rede de esgoto ou à fossa séptica, observando que:

I – acima de 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) de área útil é obrigatória a construção de sanitários separados para os dois sexos, na proporção de um conjunto de sanitários a cada 200,00m<sup>2</sup> de área acrescida;

II – quando se tratar de um conjunto de lojas ou salas em um mesmo pavimento, poderá ser feito um agrupamento de instalações sanitárias, observado o Inciso I deste artigo, devendo ser acrescido sanitário para pessoas com deficiência, em quantidade proporcional a área construída, conforme legislação vigente.

Art. 208. As edificações destinadas a comércio, serviços ou atividades profissionais deverão ter dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações desta Lei e do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 209. As galerias comerciais, além das disposições da presente Lei que lhes forem aplicáveis, deverão:

XXXVI - ter pé-direito mínimo de 3,00m (três metros);

XXXVII - ter largura mínima igual a 3,00m (três metros) para a extensão de no máximo 15,00m (quinze metros) e para cada 5,00m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada em 10% (dez por cento);

XXXVIII - o hall de elevadores que se ligar as galerias não deverá interferir na circulação das mesmas.

Art. 210. Nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviamento de receitas, curativos e aplicações de injeção, os pisos e as paredes deverão ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo Único. As Farmácias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 211. Os açougues e peixarias deverão ter:

I – pisos e paredes em material resistente, durável e impermeável;

II – balcões com tampos impermeabilizados com material liso e resistente, providos de anteparos para evitar o contato do consumidor com a mercadoria;

III – instalações sanitárias compostas de vaso sanitário e lavatório.

Parágrafo Único. Os açougues e peixarias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 212. Nos supermercados, mercados e estabelecimentos do gênero, além das normas municipais pertinentes, o acondicionamento, a

exposição e venda dos gêneros alimentícios estarão sujeitos a normas de proteção à higiene e à saúde, dos órgãos estaduais e federais.

Art. 213. Será permitida a construção de jiraus ou mezaninos, obedecidas as seguintes condições:

XXXVIII - não deverão prejudicar as condições de ventilação e iluminação dos compartimentos;

XXXIX - sua área não deverá exceder a 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento inferior;

XL - o pé-direito deverá ser, tanto na parte superior quando na parte inferior, igual ao estabelecido no artigo 169, inciso IV, desta Lei.

## SEÇÃO II

### DOS RESTAURANTES, BARES, CAFÉS, CONFEITARIAS, LANCHONETES E CONGÊNERES

Art. 214. As edificações deverão observar às disposições desta Lei, em especial àquelas contidas na Seção I deste Capítulo, que trata do Comércio e Serviço em Geral.

Art. 215. Nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os pisos e as paredes até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável.

Art. 216. O forro deverá ser de material adequado, podendo ser dispensado em caso de cobertura que ofereça proteção suficiente.

Art. 217. As cozinhas, copas, despensas e locais de consumação não poderão ter ligação direta com compartimentos sanitários, destinados à habitação e com locais insalubres ou perigosos.

Art. 218. A ventilação e iluminação deverão estar de acordo com as normas fixadas no presente código.

Art. 219. Nos estabelecimentos com área acima de 40m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), e nos restaurantes, independente da área construída, serão necessários compartimentos sanitários públicos distintos para cada sexo, deverão estar adequados às normas de acessibilidade e obedecerem às seguintes condições:

XL - para o sexo feminino, no mínimo, 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório para cada 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área útil;

XLI - para o sexo masculino, no mínimo 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório para cada 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área útil.

Parágrafo único. Para cada área adicional de 100,00m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) deverão acrescer-se o disposto nos Incisos I e II deste artigo.

## SEÇÃO III

### DAS OFICINAS MECÂNICAS

Art. 220. As edificações destinadas a oficinas mecânicas deverão obedecer as seguintes condições:

I - ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo;

II - ter pé direito mínimo de 3,00m (três metros), inclusive nas partes inferiores dos mezaninos;

III - ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações do artigo 208 deste Código;

IV - ter acessos e saídas devidamente sinalizados e sem barreiras visuais;

V - equipamentos prevenção de incêndio;

VI - local para depósito do lixo no interior do lote;

VII - áreas laterais fechadas com muros;

VIII - tratamento especial para resíduos, óleos e graxas, conforme legislação específica.

Art. 221. Nas edificações onde houver produção de ruídos intensos, estes deverão ser tecnicamente isolados não podendo haver propagação de ruídos para o exterior, sendo respeitadas as determinações do Código de Posturas, Capítulo II - Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública.

## CAPÍTULO IX

### DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS

Art. 222. As edificações destinadas à indústria em geral, fábricas e oficinas, além das disposições constantes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão:

XLI - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;

XLII - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

XLIII - os seus compartimentos, quando tiverem área superior a 150,00m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados), deverão ter pé-direito mínimo de 3,20m (três metros e vinte centímetros);

XLIV - quando os compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com normas específicas relativas à segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes e, em especial, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

XLV - ter 2 (dois) sanitários quando possuírem área superior a 150,00m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados).

Art. 223. Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou qualquer outro aparelho onde se produza ou concentre calor deverão ser dotados de isolamento térmico e também obedecer às normas técnicas vigentes e disposições do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, admitindo-se:

XLV - uma distância mínima de 1,00m (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), pelo menos, quando houver pavimento superposto;

XLVI - uma distância mínima de 1,00m (um metro) das paredes da própria edificação e das divisas com lotes vizinhos.

Art. 224. As edificações destinadas ao uso industrial, terão tratamento especial para os efluentes líquidos e gasosos, quando apresentarem características físico-químicas, biológicas ou bacteriológicas agressivas, obrigando-se as indústrias a esgotarem seus efluentes líquidos e/ou gasosos dentro dos padrões exigidos pela legislação Municipal, Estadual e Federal vigente.

§ 1º O tratamento de efluentes industriais mencionado neste artigo deverá estar instalado antes das indústrias novas começarem a operar e poderá ser comum a mais de uma indústria.

§ 2º O sistema de tratamento proposto, bem como memorial descritivo, planta e relatório de eficiência deverão ser apresentados ao órgão Estadual ou Federal competentes para análise e aprovação, e posteriormente à aprovação da Municipalidade.

§ 3º A Municipalidade poderá negar aprovação se entender que o sistema será inoperante ou aprovar em caráter temporário.

§ 4º Os despejos deverão ser emitidos em regime de vazão constante, principalmente durante o período de funcionamento da indústria.

§ 5º Os resíduos sólidos serão transportados para local designado pelo órgão de limpeza pública do Município, as expensas do proprietário



da indústria.

§ 6º Nas indústrias a serem instaladas e nas indústrias existentes que passem a possuir lançamento de efluentes industriais, este deverá ser feito à montante de captação de água da própria indústria quando ambos se derem em cursos d'água.

Art. 225. Toda a indústria já instalada em que for constatado o lançamento de efluente líquido, sólido e/ou gasoso com carga considerada poluente, deverá apresentar dentro do prazo estipulado pela Municipalidade, sendo no máximo de 180 (cento e oitenta dias) podendo ser prorrogado por igual período e órgãos competentes, uma solução que satisfaça a condição infringida.

Art. 226. As edificações de que se tratam esta seção nunca poderão ser construídas nos limites laterais. Deverão sempre estar recuadas pelo menos 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das extremidades.

Art. 227. A construção de residência em lotes industriais não altera o seu uso que é preferencialmente industrial, cabendo ao morador da residência total adaptação ao uso industrial preferencial.

Parágrafo Único. Só será permitida a construção de uma unidade de moradia para segurança.

Art. 228. A construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial, somente será permitida em área previamente aprovada pela Municipalidade.

## CAPÍTULO XI

### DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS

#### SEÇÃO I

##### DAS EDIFICAÇÕES PARA USO DE SAÚDE

Art. 229. As edificações destinadas a estabelecimentos para uso de saúde deverão obedecer além das normas deste Código, as condições estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes a matéria.

Art. 230. Consideram-se edificações para uso de saúde as destinadas à prestação de assistência médico-cirúrgica e social, com ou sem internamento de pacientes, podendo ser:

I – hospitais;

II - maternidades;

III - clínicas, laboratórios de análises clínicas e pronto-socorros;

IV – unidades básicas de saúde (UBS).

Art. 231. A edificação para Unidade Básica de Saúde (UBS) - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população pertencente a um pequeno núcleo - deverá ter no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I – espera;

II – guarda de material e medicamentos;

III – atendimento e imunização;

IV – curativos e esterilização;

V – material de limpeza;

VI – sanitário público e de funcionários;

VII – acesso e estacionamento de veículos.

Art. 232. A edificação para centro de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população determinada, tendo como característica o atendimento permanente por clínicos gerais - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I – espera;

II - sanitário público e funcionários;

III – registro e arquivo médico;

IV – administração e material;

V – consultório médico;

VI – atendimento e imunização;

VII – preparo de pacientes;

VIII – curativos e reidratação;

IX- laboratório;

X – dispensa para medicamentos;

XI – esterilização e roupa limpa;

XII – utilidade e despejo;

XIII – serviços;

XIV – acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Art. 233. A edificação para clínica sem internamento - aquela destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com dois ou mais consultórios sem internamento - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - recepção, espera e atendimento;

II - acesso e circulação de pessoas;

III - instalações sanitárias;

IV - serviços;

V - acesso e estacionamento de veículos;

VI - administração;

VII - material.

Art. 234. A edificação para clínica com internamento - destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com internamento e dois ou mais consultórios - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - recepção, espera e atendimento;

II - acesso e circulação de pessoas;

III - instalações sanitárias;

IV - serviços;

V - acesso e estacionamento de veículos;

VI - administração;

VII - quartos ou enfermarias para pacientes;

VIII - serviços médico-cirúrgicos;  
IX - material.

Art. 235. Os laboratórios de análises clínicas, edificações nas quais se fazem exames de tecidos ou líquidos do organismo humano, deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - recepção, espera e atendimento;  
II - acesso e circulação de pessoas;  
III - instalações sanitárias;  
IV - coleta de material;  
V - laboratório propriamente dito;  
VI - administração;  
VII - serviços;  
VIII - acesso e estacionamento de veículos;  
IX - administração;  
X - quartos ou enfermarias para pacientes;  
XI - serviços médico-cirúrgicos;  
XII - material.

Art. 236. A edificação destinada à fabricação ou manipulação de produtos farmacêuticos deverá ter, no mínimo, compartimentos para:

I - manipulação e fabricação;  
II - acondicionamento;  
III - laboratório de controle;  
IV - embalagem de produto acabado;  
V - armazenamento de produtos acabados e de material de embalagem;  
VI - depósito de matéria prima;  
VII - instalações sanitárias;  
VIII - serviços;  
IX - acesso e estacionamento de veículos;  
X - armazenamento de resíduos.

Art. 237. A edificação para hospital - estabelecimento de saúde, de atendimento de nível terciário, de prestação de assistência médica em regime de internação e emergência nas diferentes especialidades médicas - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - recepção, espera e atendimento;  
II - acesso e circulação;  
III - instalações sanitárias;  
IV - serviços;  
V - quartos ou enfermarias para pacientes;  
VI - administração;  
VII - serviços médico-cirúrgicos e serviços de análise ou tratamento;  
VIII - ambulatório;  
IX - acesso e estacionamento de veículos;  
X - disposição adequada de resíduos hospitalares.

## SEÇÃO II

### DOS ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS

Art. 238. Os estabelecimentos educacionais, além das disposições da legislação Municipal cabível, obedecerão às condições estabelecidas pela legislação educacional.

Art. 239. Todo profissional responsável pela construção e ou reforma de edificações destinadas ao ensino no que diz respeito à orientação da construção, deverá fazê-la preferencialmente de forma que as salas de aula, de leitura, salas ambiente, biblioteca e similares não tenham suas aberturas externas voltadas para o sul, e situadas na face da edificação que faça ângulo menor que 45º (quarenta e cinco graus) com a direção leste - oeste.

Art. 240. Todo estabelecimento de ensino deverá ter seus equipamentos, revestimentos interno e externo, instalações e mobiliários de material inócuo, a fim de garantir a segurança de seus usuários.

#### SUBSEÇÃO I

##### DAS SALAS DE AULA, SALAS AMBIENTE E AUDITÓRIOS

Art. 241. Todo ambiente de ensino deverá proporcionar volume de ar equivalente a 4,00m<sup>3</sup> (quatro metros cúbicos) por aluno.

Parágrafo único. Quando o volume de ar por aluno for abaixo deste valor deverão ser adotadas soluções de ventilação cruzada.

Art. 242. As edificações destinadas a estabelecimentos escolares de qualquer natureza, deverão dispor de salas destinadas às aulas, correspondendo a cada aluno área não inferior a 1,30m<sup>2</sup> (um metro e trinta centímetros quadrados), excluídos os corredores, áreas de circulação interna e áreas destinadas a professores e equipamentos didáticos.

Art. 243. Na existência de salas destinadas à aula prática, especialmente de química, física e biologia, deverão as mesmas possuir dispositivos apropriados para refrigeração, circulação, renovação e filtração de ar.

Art. 244. As salas ambientes, quando existirem, deverão seguir as normas da ABNT, de acordo com os cursos a que se destinarem.

Art. 245. O pé direito mínimo das salas de aula em geral, nunca poderá ser inferior a 3,00m (três metros), com o mínimo, em qualquer ponto de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), incluindo vigas ou luminárias, devendo ser aumentado sempre que as condições de iluminação natural assim exigirem.

Art. 246. A iluminação das salas de aula em geral, será sempre natural, predominando a unilateral esquerda, não se dispensando a iluminação artificial para as condições climatológicas peculiares e para aulas noturnas.

§ 1º Quando houver necessidade de iluminação zenital, esta deverá corresponder a 25% (vinte e cinco por cento) de área do piso, devendo ser previstos elementos que evitem o ofuscamento.

§ 2º As aberturas nas paredes para iluminação natural, devem corresponder a uma área total mínima que atinja 30% (trinta por cento) da área do ambiente.

Art. 247. Os auditórios dos estabelecimentos de ensino terão área útil não inferior a 0,80m<sup>2</sup> (oitenta centímetros quadrados) por pessoa, observando-se ventilação adequada e perfeita visibilidade da mesa, quadros ou telas de projeção, para todos os espectadores.

#### SUBSEÇÃO II

##### DAS CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO

Art. 248. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a área de circulação geral:

I - quanto aos corredores:

- a) largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para corredores e passagens de uso coletivo;
- b) nas áreas de circulação que servem às salas de aula deverá haver um acréscimo na largura de 0,20m (vinte centímetros) por sala, até o máximo de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);
- c) acréscimo de 0,50m (cinquenta centímetros) por lado utilizado, caso seja instalado armário ou vestiário.

II - quanto às portas:

- a) as portas de comunicação dos ambientes com as circulações deverão ter largura mínima de 0,90m (zero vírgula noventa metros);
- b) as portas de salas - ambientes deverão ser duplas com a largura total não inferior a 1,40m (um metro e quarenta centímetros);
- c) as aberturas de entrada e saída do estabelecimento deverão ter largura mínima de 3,00m (três metros).

III - quanto às escadas:

- a) terão passagem livre com altura não inferior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros).
- b) terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- c) o dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula:  $2E + P = 0,631964$  onde "E" é altura ou espelho do degrau e "P" é a profundidade do piso, obedecendo aos seguintes limites: altura máxima de 0,18m (dezoito centímetros) e profundidade mínima de 0,27m (vinte e sete centímetros);
- d) terão o piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
- e) terão corrimão com altura de 0,85m (zero vírgula oitenta e cinco metros);
- f) terão seus lances retos números de degraus não superior a 10 (dez);
- g) terão patamares planos entre os andares, quando necessário, de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- h) terão corrimão intermediário para escadas com largura superior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), não ultrapassando as subdivisões de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de largura;
- i) terão iluminação natural, direta ou indireta;
- j) não apresentarão trechos em leques.

IV - quanto às rampas:

- a) serão construídas de material resistente e incombustível;
- b) terão passagens livres com altura não inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros);
- c) terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- d) terão declividade de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) do seu comprimento;
- e) terão piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
- f) terão balaustre ou corrimão com altura de 0,85m (zero vírgula oitenta e cinco metros);

Parágrafo Único. O acesso nos estabelecimentos de ensino deverá ser facilitado para pessoas com deficiência, mediante rampas ou planos inclinados de materiais especiais, conforme o estabelecido pela ABNT.

#### SUBSEÇÃO III

##### DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Art. 249. Toda pessoa para construir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas ao ensino de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às seguintes condições em relação às instalações sanitárias:

I - serão separadas por sexo, com acessos independentes;

II - serão dotada de bacias sanitárias em número correspondente, a no mínimo 1 (um) para cada 20 (vinte) alunos e 1 (um) lavatório para cada 40 (quarenta) alunos;

III - os mictórios terão forma de cuba ou calha, na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) alunos, separados uns dos outros, por uma distância de 0,60m (zero vírgula sessenta centímetros);

IV - ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente até a altura de 2,00m (dois metros);

V - ter condições de ventilação permanente;

VI - ter pisos impermeáveis e resistentes;

VII - ter chuveiros na proporção de 1 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;

VIII - ter banheiros para pessoas com deficiência, conforme legislação vigente;

IX - os "box" sanitários deverão ter largura mínima de 0,90m (zero vírgula noventa metros) por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) ou o equivalente em área para larguras maiores, com portas de largura não inferior a 0,60m (zero vírgula sessenta metros) e suspensa dos pisos deixando vãos livres de 0,15m (zero vírgula quinze metros) de altura na parte inferior e 0,30m (zero vírgula trinta metros), no mínimo, na parte superior.

#### SEÇÃO III

##### DOS LOCAIS DE ESPORTE E LAZER

Art. 250. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a locais de recreio, esporte, parques infantis e congêneres:

I - ter área coberta para educação física e festividades com dimensões mínimas de 10,00m (dez metros) de largura e 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de altura;

II - ter área descoberta para recreio e esporte com 3,00m<sup>2</sup> (três metros quadrados) a 5,00m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados) por aluno e/ou quadra cimentada de 20,00m (vinte metros) por 30,00m (trinta metros);

III - ter zonas sombreadas e ensolaradas e protegidas de ventos frios;

IV - ter quadras orientadas para norte/sul.

Parágrafo Único. As escolas ao ar livre, parques infantis e congêneres obedecerão às exigências deste código no que lhes forem aplicáveis, obedecendo às especificações contidas no regulamento referente a locais de lazer.

Art. 251. Nos estabelecimentos de ensino escolar é obrigatória a existência de local coberto para recreio, com área mínima de 1/3 da soma das áreas das salas de aula.

#### SEÇÃO IV

##### DAS HABITAÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 252. Entende-se por habitações transitórias, as edificações destinadas a hotéis, motéis, apart-hotéis e congêneres, sendo que existirão sempre, com parte comuns obrigatórias e deverão obedecer às seguintes disposições:

I - hall de recepção com serviço de portaria e comunicação, e no caso dos hotéis, sala de estar ou visitas;

II - entrada de serviço independente da entrada de hóspedes;

III - compartimento próprio para administração;

IV - compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza em cada pavimento;

V - acesso e condições de utilização especial de pelo menos uma unidade de dormitório para usuários de cadeiras de rodas;

VI - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio, de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

VII - instalações sanitárias;

VIII - ter piso e paredes de copas, cozinhas, dispensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), revestidos com material lavável e impermeável;

IX - ter vestiários e instalações sanitárias privativos para pessoal de serviço;

X - todas as demais exigências contidas na legislação sanitária estadual;

XI - local fechado e interno à edificação para depósito de lixo;

XII - obedecer as demais exigências previstas nesta Lei.

§ 1º Nos hotéis as instalações sanitárias deverão ser na proporção mínima de 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) chuveiro e 1 (um) lavatório para cada apartamento.

§ 2º Nos motéis, edificações com características horizontais, cada unidade de hospedagem dever ser constituída de, no mínimo, quarto e instalação sanitária, podendo dispor de uma garagem abrigo ou vaga para estacionamento.

Art. 253. Deverá ser previsto o local para embarque e desembarque de usuários, bem como estacionamento de veículos, conforme disposto no Capítulo V, Seção XII - Das Áreas de Estacionamento de Veículos.

#### SEÇÃO V

##### DOS LOCAIS DE REUNIÃO E SALAS DE ESPETÁCULOS

Art. 254. São considerados locais de reunião:

I - estádios;

II - auditórios, ginásios esportivos, centros de convenção e salões de exposição;

III - templos religiosos;

IV - cinemas;

V - teatros;

VI - parques temáticos;

VII - circos;

VIII - feiras livres;

IX - feiras de exposição permanentes;

X - piscinas públicas;

XI - boates e salões de dança.

Art. 255. As novas edificações destinadas a locais de reunião e salas de espetáculos, deverão atender às seguintes disposições:

XLVI - ter instalações sanitárias separadas para cada sexo, com as seguintes proporções mínimas:

a) para o sanitário masculino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório para cada 100 (cem) lugares;

b) para o sanitário feminino, 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório para cada 100 (cem) lugares.

XLVII - para efeito de cálculo do número de pessoas será considerada, quando não houver lugares fixos, a proporção de 1m<sup>2</sup> (um metro quadrado) por pessoa, referente à área efetivamente destinada às mesmas;

XLVIII - as portas deverão ter a mesma largura dos corredores sendo que as de saída das edificações deverão ter a largura correspondente a 1 cm (um centímetro) por lugar, não podendo ser inferior a 2,00m (dois metros) e deverão abrir de dentro para fora;

XLIX - os corredores de acesso e escoamentos, cobertos ou descobertos, terão largura mínima de 2,00m (dois metros), o qual terá um acréscimo de 1cm (um centímetro) a cada grupo de 10 (dez) pessoas excedentes à lotação de 150 (cento e cinquenta) lugares;

L - as circulações internas à sala de espetáculos terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 1cm (um centímetro) por lugar excedente a 100 (cem) lugares;

LI - quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo, será necessário elevador ou uma rampa de acesso para pessoas com deficiência com no máximo 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) de declividade, e 2 (duas) escadas que deverão obedecer as seguintes condições:

a) ter largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

b) sempre que a altura a vencer for superior a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

c) as escadas não poderão ser desenvolvidas em leque ou caracol.

LII - as escadas e rampas deverão cumprir, no que couber, o estabelecido na Seção VIII - Escadas e Rampas, do Capítulo V, desta Lei;

LIII - ter os dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

LIV - com a finalidade de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT, 2015 ou norma superveniente de órgão regulador;

LV - apresentar condições de perfeita visibilidade;

LVI - espaçamento entre filas e séries de assentos;

LVII - locais de espera;

LVIII - lotação máxima fixada;

#### SUBSEÇÃO I

DOS ESTÁDIOS, AUDITÓRIOS, GINÁSIOS ESPORTIVOS, CENTROS DE CONVENÇÕES, SALÕES DE EXPOSIÇÕES, TEMPLOS RELIGIOSOS, CINEMAS E TEATROS

Art. 256. Será assegurada, de cada assento ou lugar, perfeita visibilidade do espetáculo, o que ficará demonstrado através de curva de visibilidade.

Art. 257. O espaço entre duas filas consecutivas de assentos não será inferior a 0,90m (zero vírgula noventa metros) de encosto a encosto.

Art. 258. Os espaçamentos entre as séries, bem como, o número máximo de assentos por fila, obedecerá ao seguinte:

I - número máximo de 15 (quinze) assentos por fila;

II - espaçamento mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros) entre as séries.

Parágrafo Único. Não serão permitidas séries de assentos que terminem junto às paredes.

Art. 259. Deverá ser previsto local para parada de cadeira de rodas conforme determinado pela norma para eliminação de barreiras arquitetônicas para pessoas com deficiência, editada pela ABNT.

Art. 260. Os estádios, além das demais condições estabelecidas por este código, obedecerão, ainda, às seguintes:

I - as entradas e saídas só poderão ser feitas através de rampas. Essas rampas, terão a soma de suas larguras calculadas na base de 1,40m (um metro e quarenta centímetros) para cada 1.000 (um mil) espectadores, não podendo ser inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

II - para o cálculo da capacidade das arquibancadas gerais serão admitidas para cada metro quadrado, 2 (duas) pessoas sentadas ou 3 (três) em pé.

Art. 261. Os auditórios, cinemas, ginásios esportivos, salas de convenções e salões de exposições, obedecerão às seguintes condições:

§ 1º Quanto aos assentos:

I - atenderão a todas as condições estabelecidas nos artigos 259 a 261;

II - o piso das localidades elevadas se desenvolverá em degraus, com altura máxima de 0,20m (zero vírgula vinte metros) e profundidade mínima de 0,50m (zero vírgula cinquenta metros).

§ 2º Quanto às circulações e portas de acesso:

I - haverá sempre mais de uma porta de saída e cada uma delas não poderá ter largura inferior a 2,00m (dois metros);

II - A soma das larguras de todas as portas de saídas equivalerá uma largura total correspondente 0,01m (zero vírgula um metro) por espectador;

III - o dimensionamento das portas de saídas independe daquele considerado para as portas de entrada;

IV - as portas de saída terão a inscrição Saída, sempre luminosa, e deverão abrir sempre para o exterior do recinto;

V - os corredores de acesso aos locais de reunião, deverão obedecer a largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para os locais cuja área destinada a assentos seja igual ou inferior a 500,00 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área haverá um acréscimo de 0,05 m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;

VI - as circulações internas à sala de espetáculos de até 100 (cem) lugares, terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 0,10m (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares.

§ 3º Quanto às circulações de níveis diferentes:

I - quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo serão necessárias duas escadas no mínimo, que deverão obedecer às seguintes condições:

a) as escadas deverão ter largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), para salas de até 100 (cem) lugares, e ser acrescidas de 0,10 (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares excedentes;

b) sempre que a altura a vencer for superior a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

c) as escadas não poderão ser desenvolvidas em caracol ou degraus em leque.

§ 4º Quanto às localidades elevadas:

I - o guarda corpo das localidades elevadas terá altura mínima de 1,10m (um metro e dez centímetros);

II - as escadas poderão ser substituídas por rampas com no máximo 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) de declividade, observadas entretanto, as demais exigências para escadas e rampas estabelecidas neste código.

§ 5º Quanto aos locais de espera:

I - os locais de espera para o público serão independentes das circulações com área equivalente, no mínimo, a 1,00m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 10 (dez) espectadores no caso de cinemas e para cada 5 (cinco) espectadores, no caso de teatros, auditórios, centros de convenção e salões de exposição, considerando a lotação máxima.

§ 6º Quanto aos sanitários:

I - as instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo, com as seguintes proporções mínimas:

a) para o sanitário masculino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório para cada 50 (cinquenta) lugares;

b) para o sanitário feminino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) lugares;

c) sanitários para pessoas com deficiência, conforme legislação vigente;

d) para efeito de cálculo de número de pessoas serão consideradas, quando não houverem lugares fixos, a proporção de 1,00m<sup>2</sup> (um metro quadrado) por pessoa, referente à área efetivamente destinada às mesmas.



§ 7º Quanto a renovação e condicionamento do ar:

I - os auditórios com capacidade superior a 300 (trezentas) pessoas, possuirão obrigatoriamente, equipamentos de condicionamento de ar;  
II - quando a lotação for inferior a 300 (trezentas) pessoas, bastará a existência de sistema de renovação de ar.

Art. 262. As paredes externas deverão possuir tratamento acústico de acordo com as normas da ABNT.

Art. 263. Os camarins dos teatros serão providos de instalações sanitárias privativas.

#### SUBSEÇÃO II

##### DOS PARQUES DE DIVERSÃO

Art. 264. A armação e montagem dos parques de diversões atenderão as seguintes condições:

I - o material dos equipamentos será incombustível;

II - haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;

III - a soma total da largura destes vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 500 (quinhentas) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 3,00m (três metros) cada um;

IV - a capacidade máxima de público permitida no interior dos parques de diversões, será proporcional a uma pessoa para cada metro quadrado de área livre reservada a circulação;

V - os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;

VI - nenhum equipamento ou instalação de qualquer ordem poderá colocar em perigo os funcionários e o público;

VII - ter compartimentos sanitários.

Art. 265. Os interessados deverão apresentar ART da estrutura metálica quando houver, da parte elétrica, de montagem e de prevenção de incêndios para evitar riscos à população.

Parágrafo Único. Os parques de diversões somente serão liberados para funcionamento após vistoria pelo Órgão Sanitário Municipal competente, demais órgãos municipais envolvidos e fiscais do Corpo de Bombeiros e se for o caso, da Polícia Civil e Militar.

#### SUBSEÇÃO III

##### DOS CIRCOS E DAS FEIRAS DE EXPOSIÇÕES

Art. 266. A armação e montagem de circos e feiras de exposições atenderão as seguintes condições:

I - haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;

II - a largura dos vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas não podendo, todavia, ser inferior a 3,00m (três metros) cada vão;

III - a largura das passagens de circulação será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 2,00m (dois metros);

IV - a capacidade máxima de espectadores permitida será proporcional a 2 (duas) pessoas sentadas, por metro quadrado de espaço destinado a espectadores;

V - a segurança de seus funcionários, artistas e do público, far-se-á conforme os incisos V e VI do Artigo 265 deste Código;

VI - deverá ser cumprido também o Artigo 266 deste Código;

VII - ter compartimentos sanitários;

VIII - os circos somente serão liberados para funcionamento após vistoria;

IX - apresentar ART do responsável técnico pela instalação e montagem da estrutura.

#### SEÇÃO VI

##### DOS CEMITÉRIOS

Art. 267. Os cemitérios, deverão ser construídos em áreas elevadas, na contravertente das águas que possam alimentar poços e outras fontes de abastecimento.

§ 1º Os projetos para implantação de cemitérios deverão ser dotados de drenagem de águas superficiais, bem como de um sistema independente para a coleta e tratamento do necrochorume.

§ 2º Os projetos para implantação de cemitérios, deverão atender ainda as exigências da legislação federal, estadual e municipal.

#### SEÇÃO VII

##### DOS ABATEDOUROS

Art. 268. A área edificada do abatedouro deverá corresponder a área livre e ser proporcional a quantidade de animais abatidos.

Art. 269. O piso e as paredes deverão ter revestimento que atenda as seguintes características: liso, lavável, resistente e impermeável.

Art. 270. Toda a carga e descarga de animais, bem como, a manutenção dos mesmos deverá acontecer dentro dos limites do lote.

Art. 271. As edificações destinadas a abatedouros deverão enquadrar-se também nas disposições do Código de Posturas, e atender as exigências de legislações específicas.

Art. 272. Os abatedouros deverão ser providos de local específico destinado a pré-lavação dos caminhões utilizados em suas atividades.

Art. 273. Serão exigidos sanitários e vestiários na proporção estabelecida pelo Artigo 208, deste Código.

#### SEÇÃO VIII

##### DOS ESTABELECIMENTOS DESTINADOS AO COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SERVIÇOS CORRELATOS

Art. 274. São estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis e serviços correlatos:

I - postos de abastecimento;

II - postos de serviços;

III - postos de garagem;

§ 1º Posto de abastecimento é o estabelecimento que se destina à venda, no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes. São permitidas as seguintes atividades:

I - abastecimento de combustíveis;



II- troca de óleos lubrificantes, em área apropriada e com equipamento adequado;

III - comércio de:

- a) acessórios e peças de pequeno porte e fácil reposição;
- b) utilidades relacionadas com higiene e segurança dos veículos;
- c) pneus, câmara de ar e prestação de serviços de borracharia;
- d) jornais, revistas, mapas, roteiros turísticos e souvenirs;
- e) lanchonete, sorveteria e restaurante.

§ 2º Posto de serviço é o estabelecimento que além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, serão permitidos os seguintes:

- I - lavagem e lubrificação de veículos;
- II - serviço de troca de óleo;
- III - outros serviços correlatos.

§ 3º Posto garagem é o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para posto de abastecimento, oferece também as seguintes atividades:

- I - guarda de veículos;
- II - lojas para exposição.

Art. 275. Será permitida a instalação de postos de abastecimento, serviços de lavagem, lubrificação e mecânica de veículos nos locais definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município, observado o que dispõe a legislação Federal e Estadual e a legislação sobre inflamáveis.

Art. 276. A autorização para construção de postos de abastecimento de veículos e serviços será concedida com observância das seguintes condições:

LVIII - para a obtenção dos Alvarás de Construção ou de Localização e Funcionamento dos postos de abastecimento junto à Prefeitura Municipal será necessária a análise de projetos e apresentação de respectivas licenças do órgão ambiental estadual;

LIX - deverão ser instalados em terrenos com área igual ou superior a 900m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados) e testada mínima de 25,00m (vinte e cinco metros);

LX - somente poderão ser construídos se distar no mínimo 200,00m (duzentos metros) de: escolas, creches, asilos, igrejas, clubes, hospitais e locais de grandes concentrações de pessoas;

LXI - só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para este fim;

LXII - serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de abastecimento de combustíveis e serviço, somente quando localizadas no mesmo nível dos logradouros de uso público, com acesso direto e independente;

LXIII - as instalações de abastecimento, bem como as bombas de combustíveis deverão distar, no mínimo, 8,00m (oito metros) do alinhamento do logradouro público e 5,00m (cinco metros) de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos do lote;

LXIV - no alinhamento do lote deverá haver um jardim, mureta ou obstáculo para evitar a passagem de veículo sobre os passeios;

LXV - a entrada e saída de veículos serão feitas com largura mínima de 4,00m (quatro metros) e máxima de 8,00m (oito metros), devendo ainda guardar distância mínima de 2,00m (dois metros) das laterais do terreno. Não poderá ser rebaixado o meio fio no trecho correspondente à curva da concordância das ruas, e no mínimo a 5,00m (cinco metros) do encontro dos alinhamentos prediais;

LXVI - para testadas com mais de 1 (um) acesso, a distância mínima entre eles é de 5,00m (cinco metros);

LXVII - a projeção horizontal da cobertura da área de abastecimento não será considerada para aplicação da Taxa de Ocupação da Zona, estabelecida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, não podendo avançar sobre o recuo do alinhamento predial;

LXVIII - se o pátio for coberto, as colunas de suporte da cobertura não poderão ficar a menos de 4,00m (quatro metros) de distância do alinhamento da rua;

LXIX - quando o recinto de serviços não for fechado, o alinhamento dos logradouros deverá ser aviado por uma mureta com altura de 30cm (trinta centímetros), com exceção das partes reservadas ao acesso e saída dos veículos, os quais deverão ficar inteiramente livres;

LXX - os depósitos de combustíveis dos postos de serviço e abastecimento deverão obedecer às normas da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e serão subterrâneos, metálicos, hermeticamente fechados, devendo ainda distar no mínimo 2,00m (dois metros) de qualquer parede da edificação e 5,00m (cinco metros) da via pública e divisas laterais.

LXXI - deverão ainda atender as exigências legais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, da ANP e demais leis pertinentes;

LXXII - a construção de postos que já possuam Alvará de Construção, emitido antes da aprovação desta Lei, deverá ser iniciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta Lei, devendo ser concluída no prazo máximo de 1 (um) ano, sob pena de multa correspondente a 50 (cinquenta) UFRMs;

LXXIII - para a obtenção do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras, será necessária a vistoria das edificações quando da sua conclusão, com a emissão do correspondente laudo de aprovação pelo órgão municipal competente;

LXXIV - todos os tanques subterrâneos e suas tubulações deverão ser testados quanto a sua estanqueidade, segundo as normas da ABNT e da ANP, e aprovado pelo órgão ambiental competente;

LXXV - para todos os postos de abastecimento e serviços existentes ou a serem construídos, será obrigatória a instalação de pelo menos 3 (três) poços de monitoramento de qualidade da água do lençol freático;

LXXVI - deverão serem realizadas análises de amostras de água coletadas dos poços de monitoramento, da saída do sistema de retenção de óleos e graxas e do sistema de tratamento de águas residuais existentes nos postos de abastecimento e congêneres, segundo parâmetros a serem determinados pelo órgão municipal competente;

LXXVII - nos postos localizados nas avenidas perimetrais de contorno da cidade ou saída para outros municípios, a construção deverá estar a, pelo menos, 25m (vinte e cinco metros) entre o eixo da pista e a construção.

§ 1º Para fins de liberação do Alvará de Construção de postos de serviço e abastecimento de combustível, a preferência será dada ao processo com número de protocolo mais antigo.

§ 2º As medidas de proteção ambiental para armazenagem de combustíveis estabelecidas nesta Lei aplicam-se a todas as atividades que possuam estocagem subterrânea de combustíveis.

§ 3º As bombas de combustíveis não poderão ser instaladas nos passeios e logradouros públicos.

Art. 277. As edificações destinadas a abrigar postos de abastecimento e prestação de serviços de lavagem, lubrificação e mecânica de veículos deverão obedecer as seguintes condições:

LXXVII - serem instaladas em edificações destinadas exclusivamente para este fim;

LXXVIII - ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo ou manutenção;

LXXIX - ter pé-direito mínimo de 3,00m (três metros), inclusive nas partes inferiores e superiores dos jiraus ou mezaninos ou de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) quando houver elevador para veículo;

LXXX - ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações desta Lei;

LXXXI - ter os pisos revestidos de material impermeável e resistente a frequentes lavagens, com sistema de drenagem independente do sistema de drenagem pluvial e ou de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas da ABNT e observadas às exigências dos órgãos estadual e municipal responsável pelo licenciamento ambiental;

LXXXII - a área a ser pavimentada, atendendo a taxa de permeabilidade definida na Lei de Uso e Ocupação do Solo, deverá ter declividade máxima de 3% (três por cento), com drenagem que evite o escoamento das águas de lavagem para os logradouros públicos.

Art. 278. As instalações para lavagem de veículos e lava rápidos deverão:

LXXXII - estar localizadas em compartimentos cobertos e fechados em 2 (dois) de seus lados, no mínimo, com paredes fechadas em toda a altura ou ter caixilhos fixos sem aberturas;

LXXXIII - ter as partes internas das paredes revestidas de material impermeável, liso e resistente a frequentes lavagens até a altura de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), no mínimo;

LXXXIV - ter as aberturas de acesso distantes 8,00m (oito metros) no mínimo do alinhamento predial e 5,00m (cinco metros) das divisas laterais e de fundos do lote;

LXXXV - ter os pisos revestidos de material impermeabilizante e resistente a frequentes lavagens, com sistema de drenagem independente do da drenagem pluvial e ou de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas da ABNT e observadas às exigências dos órgãos estadual e municipal responsável pelo licenciamento ambiental.

Art. 279. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral e serviços correlatos obedecerão às prescrições fixadas pela ABNT, e mais as seguintes:

I - os tanques serão de fibra de vidro e instalados subterraneamente com afastamento mínimo de 5,00m (cinco metros) do alinhamento da via pública e das divisas dos vizinhos;

II - os tanques terão capacidade unitária máxima de 30.000 (trinta mil) litros e mínima de 10.000 (dez mil) litros;

III - a capacidade máxima instalada não poderá ultrapassar 120.000 (cento e vinte mil) litros;

IV - o tanque metálico subterrâneo destinado exclusivamente a armazenar óleo lubrificante usado, não computado no cálculo de armazenagem máxima, poderá ter capacidade unitária inferior a 10.000 (dez mil) litros respeitadas as demais condições deste artigo;

V - ter um filtro de areia destinado a reter óleos e graxas provenientes da lavagem de veículos, localizada antes do lançamento no coletor de esgoto, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 280. Os estabelecimentos de comércio varejista de combustível, álcool etílico hidratado e serviços correlatos, são obrigados a manter:

I - suprimento de ar e água;

II - em local visível, o certificado de aferição fornecido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO;

III - extintores e demais equipamentos de incêndio, observadas as prescrições dos órgãos competentes;

IV - espaço para instalação de telefone público;

V - perfeitas condições de funcionamento, higiene e limpeza do estabelecimento, atendendo convenientemente o público usuário consumidor;

VI - em lugar visível do estabelecimento, mapas e informações turísticas do Município;

VII - sistema de iluminação dirigida, foco de luz voltado exclusivamente para baixo e com luminárias protegidas lateralmente para evitar o ofuscamento dos motoristas e não perturbar os moradores das adjacências;

VIII - a área não edificada dos postos será pavimentada em concreto, asfalto, paralelepípedo ou similar, não tendo escoamento das águas de áreas de lavagem para os logradouros públicos;

IX - área coberta, com pé direito superior a 5,00m (cinco metros) na área de abastecimento, cuja cobertura se prolongará até as instalações administrativas;

X - área para estacionamento de veículos segundo este Código.

Art. 281. O requerimento para instalação de estabelecimento de comércio de combustível deverá ser acompanhado de planta de localização dos aparelhos, devidamente cotados.

## SEÇÃO IX

### DOS DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS, MUNIÇÕES E INFLAMÁVEIS

Art. 282. As edificações para depósito de explosivos e munições obedecerão as normas estabelecidas em regulamentação própria do Ministério do Exército, e para inflamáveis, as normas dos órgãos Federais e Estaduais competentes.

§ 1º Os locais para armazenagem de inflamáveis ou explosivos deverão estar protegidos com para-raios de construção adequada, a juízo da autoridade competente.

§ 2º Os depósitos de explosivos e inflamáveis deverão ter afastamento mínimo de 200,00m (duzentos metros) de escolas, asilos, creches, hospitais e residências, o qual será medido entre o ponto de instalação do depósito e o terreno dos citados.

§ 3º As edificações citadas neste artigo deverão ainda atender as exigências do Corpo de Bombeiros.

Art. 283. As edificações de que trata esta seção, só poderão ser construídas em zonas para esse fim destinadas, fora das zonas urbanizadas, a não ser, em casos especiais, em instalações militares.

Art. 284. O pedido de aprovação do projeto deverá ser instruído com a especificação da instalação, mencionando o tipo do produto, a natureza e capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como todo aparelho ou maquinário a ser empregado na instalação.

§ 1º São considerados como inflamáveis, para efeito da presente lei, os líquidos que tenham seu ponto de inflamabilidade acima de 93°C (noventa e três graus centígrados), entendendo-se como tal a temperatura em que o líquido emite vapores em quantidade em que possam inflamar-se em contato da chama.

§ 2º Para efeito desta lei, não são considerados depósitos de inflamáveis os reservatórios das colunas de abastecimento de combustível, os reservatórios e autoclaves empregados na fusão de materiais gordurosos, fábrica de velas, sabões, limpeza a seco, bem como tanques de gasolina, essência ou álcool, que façam parte integrante de motores de explosão ou combustão interna, em qualquer parte em que estejam instalados.

#### SEÇÃO X

##### DOS DEPÓSITOS DE GÁS (GLP)

Art. 285. Em todas as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de GLP, deverão ser observadas as condições de segurança da norma de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros e condições a seguir:

I - situar-se ao nível do solo, podendo dispor de plataforma para carga e descarga de viaturas e serem cobertas ou não;

II - quando coberta, a cobertura terá, no mínimo 3,00m (três metros) de altura e deverá ser sustentada por colunas de concreto armado ou metálicas ou paredes de alvenaria, construídas em lados opostos e dispondo de passagem ou portão, sendo que os demais lados poderão ser delimitados por tela de arame ou material similar;

III - toda a fiação elétrica existente a menos de 3,00m (três metros) do limite externo da área deverá estar embutida em eletrodutos e ter os interruptores do tipo blindado;

IV - todo o espaço existente a uma distância de 3,00m (três metros) do limite externo da área deverá estar livre de obstáculos naturais ou artificiais;

V - distar, pelo menos, 6,00m (seis metros) do alinhamento da via pública;

VI - distar, pelo menos, 10,00m (dez metros) de equipamentos e/ou aparelhos produtores de faísca, de chama ou de calor, assim como materiais diversos;

VII - distar, pelo menos, 12,00m (doze metros) de edificações circunvizinhas e/ou limite de terrenos contíguos;

VIII - distar, pelo menos, 20,00m (vinte metros) de locais de grande aglomeração de pessoas;

IX - possuir o piso plano, revestido com material que não apresente frestas, canaletas, rebaixos ou similares que possibilitem o acúmulo de GLP em caso de eventual vazamento;

X - não possuir qualquer pavimento acima ou abaixo do nível da área.

Art. 286. Toda a área do depósito deverá ser delimitada por cerca de arame, muro ou similar.

#### SEÇÃO XI

##### DAS EDIFICAÇÕES DE ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO,

##### TELEVISÃO, TELEFONIA E ANTENAS DE TRANSMISSÃO DE RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA

Art. 287. A edificação de antenas de transmissão de rádio, televisão, telefonia e antenas de transmissão eletromagnética deverão atender às exigências das leis específicas.

#### CAPÍTULO XI

##### DAS EDIFICAÇÕES MISTAS

Art. 288. As edificações mistas são aquelas destinadas a abrigar as atividades de diferentes usos.

Art. 289. Nas edificações mistas onde houver uso residencial, serão obedecidas as seguintes normas:

I - no pavimento de acesso e ao nível de cada piso, os halls, as circulações, horizontais e verticais, relativas a cada uso, serão obrigatoriamente independentes entre si;

II - os pavimentos destinados ao uso residencial serão agrupados continuamente horizontal ou verticalmente na mesma prumada;

III - as vagas de estacionamento serão separadas, sendo que no caso de uso misto com garagens ou estacionamentos com finalidade comercial, as vagas serão independentes e diferenciadas.

Parágrafo Único. Será permitido o uso de um único acesso e uma única circulação vertical, quando não exceder a 4 (quatro) pavimentos, e as unidades residenciais estiverem localizadas nos últimos pavimentos, os quais deverão ter uso exclusivamente residencial.

#### CAPÍTULO XII

##### DAS OBRAS PÚBLICAS

Art. 290. Não poderão ser executadas, sem licença do Departamento responsável pela aprovação dos projetos e do Departamento de Obras, devendo obedecer às determinações do presente Código e Leis Municipais pertinentes ao Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e Código Ambiental, ficando, entretanto, isentas de pagamento de emolumentos, as seguintes obras:

LXXXV - construção de edifícios públicos e obras de infraestrutura pública;

LXXXVI - obras de qualquer natureza em propriedade da União ou Estado;

LXXXVII - obras a serem realizadas por instituições oficiais ou paraestatais quando para a sua sede própria.

Art. 291. O pedido de licença será feito por meio de ofício dirigido ao Prefeito Municipal pelo órgão interessado, devendo este ofício ser acompanhado do projeto completo da obra a ser executada nos termos do exigido neste código, sendo que este processo terá preferência sobre quaisquer outros processos.

Art. 292. Os projetos deverão ser assinados por profissionais legalmente habilitados:

LXXXVIII - sendo funcionário público municipal, sua assinatura seguida de identificação do cargo, que deve, por força do mesmo, fiscalizar a obra;

LXXXIX - não sendo funcionário público municipal, o profissional responsável deverá satisfazer as disposições do presente Código.

Art. 293. Os contratados ou executantes das obras públicas estão sujeitos aos pagamentos das licenças relativas ao exercício da respectiva profissão, salvo se for funcionário público municipal, que deva executar as obras em função do seu cargo.

Art. 294. As obras municipais ficam sujeitas na sua execução, às disposições deste Código, quer sejam executadas por órgãos públicos municipais, quer estejam sob a sua responsabilidade.

#### CAPÍTULO XIII

##### DAS OBRAS COMPLEMENTARES DAS EDIFICAÇÕES

Art. 295. As obras complementares executadas, em regra, como decorrência ou parte da edificação compreendem, entre outras similares,

as seguintes:

LXXXVIII - abrigos desmontáveis e cabines;

LXXXIX - portarias, bilheterias e guaritas;

XC - piscinas e caixas d'água;

XCI - lareiras;

XCII - chaminés e torres;

XCIII - coberturas para tanques, pequenos telheiros, churrasqueiras e canis;

XCIV - pérgulas;

XCV - passagens cobertas;

XCVI - vitrines;

XCVII - depósitos de gás - normas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

§ 1º As obras das quais trata o presente artigo, deverão obedecer às disposições deste Capítulo, ainda que, nos casos devidamente justificáveis, se apresentem isoladamente, sem constituir complemento de uma edificação.

§ 2º As obras complementares relacionadas neste artigo não serão consideradas para efeito de cálculo de taxa de ocupação.

§ 3º As obras complementares relacionadas neste artigo são isentas da apresentação de projeto.

Art. 296. Serão permitidos abrigos desmontáveis e garagens em residências unifamiliares, desde que satisfeitas as seguintes condições:

XCVII - terão pé-direito mínimo de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) e máximo de 3,00m (três metros);

XCVIII - o comprimento máximo será de 6,00m (seis metros);

XCIX - as aberturas de compartimentos voltadas para a área de garagem deverão atender ao previsto neste Código, quanto à iluminação e ventilação.

Art. 297. Os projetos de construção de piscinas deverão indicar sua posição dentro do lote, dimensões e canalização, respeitando o recuo mínimo das divisas laterais e de fundos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), quando se tratar de piscina de uso coletivo.

§ 1º Deverá ser de material liso e impermeável o revestimento interno da piscina.

§ 2º Em nenhum caso a água proveniente da limpeza da piscina deverá ser canalizada para a rede de coleta de esgotos sanitários, devendo ser ligados diretamente à galeria de água pluvial ou ao meio-fio, sob a calçada.

Art. 298. As chaminés de lareiras ou de churrasqueiras observarão o seguinte:

XCIX - deverão se elevar, pelo menos, 1,00m (um metro) acima da cobertura da parte da edificação onde estiverem situadas, para que a fumaça, a fuligem ou resíduos que possam expelir, não incomodem a vizinhança;

C - os seus trechos, compreendidos entre o forro e o telhado da edificação, bem como os que atravessarem ou ficarem justapostos a paredes, forros, e outros elementos de estuque, gesso, madeiras, aglomerados ou similares, serão separados ou executados de material isolante térmico, observada as normas técnicas oficiais;

CI - as lareiras, churrasqueiras e suas chaminés ainda que situadas nas faixas de recuos mínimos obrigatórios, deverão guardar o afastamento mínimo de 1,00m (um metro) das divisas do lote ou poderão ser encostadas desde que sejam executadas de material isolante térmico, observada as normas técnicas, impedindo a dissipação de calor à parede limítrofe.

Art. 299. Serão permitidas coberturas para tanques ou pequenos telheiros do tipo desmontáveis com área máxima de 4,00m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) e dimensões máximas de 2,00m (dois metros).

Art. 300. As pérgulas poderão ser executadas sobre a faixa de recuo obrigatório desde que: a parte vazada, uniformemente distribuída por metro quadrado, corresponda a 50% (cinquenta por cento) no mínimo da área de sua projeção horizontal, os elementos das pérgulas não terão altura superior a 40cm (quarenta centímetros) e largura não superior a 15cm (quinze centímetros), não podendo receber qualquer tipo de cobertura.

#### CAPÍTULO XIV

##### DA ACESSIBILIDADE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Art. 301. Em qualquer edificação, a exceção das habitações unifamiliares, deverá ser garantido o acesso as pessoas com deficiência, observadas as disposições da ABNT, que dispõe sobre a adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa com deficiência.

Parágrafo Único. Nas edificações não residenciais já existentes, a que se refere este artigo, o acesso ao deficiente físico deverá ser garantido pelo menos até o pavimento térreo. Se houver necessidade de rampa, essa deverá ser executada conforme o estabelecido pela ABNT.

Art. 302. Quando existir desnível entre o piso e o passeio, ou quando houverem desníveis internos, será obrigatória a utilização de rampas de acesso e locomoção as pessoas com deficiência.

Parágrafo Único. Quando não houverem rampas, o acesso as pessoas com deficiência a outros pavimentos deverá ser feito através de elevador ou plataforma elevatória.

Art. 303. Nas edificações citadas neste Capítulo deverá haver pelo menos uma instalação sanitária para Pessoas com Deficiência.

Art. 304. Os cinemas, auditórios, templos, teatros, estádios, ginásios esportivos e congêneres deverão existir espaços para espectadores pessoas com deficiência, ao longo dos corredores, na proporção de 1% (um por cento) da lotação do estabelecimento.

#### CAPÍTULO XV

##### DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

###### SEÇÃO I

###### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 305. A fiscalização das obras será exercida pelo Município através de servidores autorizados.

Parágrafo único. O servidor responsável pela fiscalização, antes de iniciar qualquer procedimento, deverá identificar-se perante o proprietário da obra, responsável técnico ou seus prepostos.

###### SEÇÃO II

###### DAS INFRAÇÕES

Art. 306. Constitui infração toda ação ou omissão que contrariar as disposições desta Lei ou de outras leis ou atos baixados pelo município no exercício regular de seu poder de polícia.

§ 1º Dará motivo à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste código que for levada a conhecimento de qualquer autoridade municipal, por qualquer servidor ou pessoa física que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

§ 2º A comunicação mencionada no parágrafo anterior deverá ser feita por escrito, devidamente assinada e contendo o nome, a profissão



e o endereço de seu autor.

§ 3º Recebida a representação, a autoridade competente providenciará as diligências para verificar a veracidade da infração e poderá, conforme couber, notificar preliminarmente o infrator, autuá-lo ou arquivar a comunicação.

#### SUBSEÇÃO I

##### DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 307. Auto de infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição da ocorrência que, por sua natureza, características e demais aspectos peculiares, denote ter a pessoa física ou jurídica contra a qual é lavrado o auto, infringido os dispositivos desta Lei. O Auto de Infração deverá conter:

I - a indicação do dia e local em que ocorreu a infração, ou em que esta foi constatada pelo autuante;

II - o fato ou ato que constitui a infração, indicando o dispositivo legal infringido;

III - o nome e assinatura do infrator, ou na sua falta, denominação que o identifique e endereço;

IV - o nome e assinatura do autuante, bem como sua função ou cargo;

V - o nome, assinatura e endereço das testemunhas, se for o caso.

Art. 308. O Auto de infração lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter as informações previstas no Artigo 308.

Parágrafo único. As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão sua nulidade quando constarem do processo elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Art. 309. A notificação deverá ser feita pessoalmente, podendo também ser por via postal, com aviso de recebimento, ou por edital.

§ 1º O auto de infração será expedido em 4 (quatro) vias, deverá ser assinado pelo funcionário que tiver constatado a existência da irregularidade e também, sempre que possível, pelo próprio autuado; na sua ausência, poderá ser colhida a assinatura de representante, proposto, ou de quem lhe fizer às vezes.

§ 2º A assinatura do infrator no auto não implica confissão, nem, tampouco, a aceitação de seus termos.

§ 3º A recusa da assinatura no Auto de Infração, por parte do infrator, não agravará a pena, nem, tampouco, impedirá a tramitação normal do processo, logo, será anotada pelo autuante perante duas testemunhas, considerando-se neste caso, normalizada a autuação.

#### SUBSEÇÃO II

##### DA DEFESA DO AUTUADO

Art. 310. Lavrado o Auto de Infração, o autuado poderá apresentar defesa contra autuação dirigida a autoridade municipal competente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar de seu recebimento, findo o qual será o auto encaminhado para a imposição da multa e cobrança.

§ 1º A defesa far-se-á por petição, instruída com a documentação necessária.

§ 3º A apresentação de defesa no prazo legal suspende a exigibilidade da multa até decisão de autoridade administrativa.

Art. 311. Na ausência de defesa ou sendo esta julgada improcedente serão impostas as penalidades pelo órgão competente do Município.

#### SEÇÃO III

##### DAS SANÇÕES

Art. 312. As infrações aos dispositivos desta Lei serão aplicadas as seguintes sanções:

CI - embargo da obra;

CII - multas;

CIII - interdição da edificação ou dependências;

CIV - demolição.

§ 1º A imposição das sanções não está sujeita à ordem em que estão relacionadas neste artigo.

§ 2º A aplicação de uma das sanções previstas neste artigo não prejudica a aplicação de outra, se cabível.

§ 3º A aplicação de sanção de qualquer natureza não exonera o infrator do cumprimento da obrigação a que esteja sujeito, nos termos desta Lei.

#### SUBSEÇÃO I

##### DAS MULTAS

Art. 313. Imposta a multa, o infrator será notificado para que proceda ao pagamento no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º A aplicação da multa será imposta pela autoridade municipal competente, à vista do Auto de Infração lavrado pelo funcionário habilitado, que apenas registrará a falta ou infração verificada, indicando o dispositivo infringido.

§ 2º Decorrido o prazo estipulado neste artigo, a multa não paga será encaminhada ao setor competente para inscrição em dívida ativa e cobrança, sem prejuízo de outras penalidades.

§ 3º Os infratores que estiverem em débito relativo a multas no Município, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de licitações, celebrarem contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração municipal.

§ 4º As reincidências terão valor da multa multiplicada progressivamente de acordo com o número de vezes em que for verificada a infração.

Art. 314. O valor das multas de que trata esta seção será de no mínimo 1 (uma) e no máximo 2000 (duas mil) UFRMs.

Parágrafo único. Os valores de que trata a presente seção serão regulamentados pelo Poder Executivo através de Decreto.

Art. 315. Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:

CIV - a maior ou menor gravidade da infração;

CV - as suas circunstâncias;

CVI - os antecedentes do infrator;

CVII - as condições econômicas do infrator.

Art. 316. Terá andamento susinado o processo de aprovação de projeto ou licenciamento de construção cujo responsável técnico, ou empresa construtora, esteja em débito com a Municipalidade.

Art. 317. O pagamento da multa não isenta o requerente da regularização da infração, que deverá ser atendida de acordo com o que dispõe este Código.

#### SUBSEÇÃO II

##### DO EMBARGO DA OBRA

Art. 318. As obras em andamento, sejam elas construções ou reformas com acréscimo ou decréscimo de área, serão embargadas, nas situações abaixo descritas, ou em outras ocorrências, em que essa medida se fizer necessária, sem prejuízo das multas, quando:

CVII - estiver sendo executada sem o alvará, quando este for necessário;

CVIII - for construída ou reformada em desobediência ao projeto aprovado e em desacordo com os termos do alvará;

CIX - não for respeitado o alinhamento predial ou afastamento mínimo;

CX - estiver em risco a sua estabilidade, com perigo para o público ou para o pessoal que a constrói ou para as pessoas de edificações vizinhas;

CXI - estiver sendo executada sem a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e inscrito na Municipalidade, quando indispensável;

CXII - o construtor ou responsável técnico isentar-se de responsabilidade, devidamente justificada e comunicada à Municipalidade;

CXIII - for constatada ser fictícia a assunção de responsabilidade profissional do seu projeto ou execução;

CXIV - o profissional responsável tiver sofrido suspensão ou cassação pelo CREA e/ou CAU;

CXV - obra já autuada, não tenha sido regularizada no tempo previsto.

§ 1º A verificação da infração será feita mediante vistoria realizada pelo órgão competente do Município, que emitirá notificação ao responsável pela obra e fixará o prazo para sua regularização, sob pena de embargo.

§ 2º Feito o embargo e lavrado o respectivo auto, o responsável pela obra poderá apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, e só após o processo será julgado pela autoridade competente para aplicação das penalidades correspondentes.

§ 3º O embargo só será suspenso quando forem suspensas as causas que o determinaram.

Art. 319. Se o infrator desobedecer ao embargo, ser-lhe-á aplicada multa, conforme disposto na Subseção I desta Seção.

Parágrafo único. Será cobrado o valor da multa a cada reincidência das infrações cometidas previstas nos artigos anteriores, sem prejuízo a outras penalidades legais cabíveis.

Art. 320. Se o embargo for procedente seguir-se-á à demolição total ou parcial da obra.

Parágrafo único. Se, após a vistoria administrativa, constatar-se que a obra, embora licenciada, oferece risco, esta será embargada.

Art. 321. O embargo só será levantado depois de cumpridas as exigências constantes dos autos.

### SUBSEÇÃO III

#### DA INTERDIÇÃO

Art. 322. Uma obra concluída, seja ela de reforma ou construção, deverá ser interditada mediante intimação quando:

CXV - a edificação for ocupada sem o Certificado de Conclusão e Vistoria da obra;

CXVI - utilização da edificação para fim diverso do declarado no projeto de arquitetura;

CXVII - constituírem danos causados à coletividade ou ao interesse público provocados por má conservação de fachada, marquises ou corpos em balanço.

§ 1º Tratando-se de edificação habitada ou com qualquer outro uso, o órgão competente do Município deverá notificar a irregularidade aos ocupantes e, se necessário, interditará sua utilização, através do auto de interdição.

§ 2º O Município deverá promover a desocupação compulsória da edificação, se houver insegurança manifesta, com risco de vida ou de saúde para os usuários.

§ 3º A interdição só será suspensa quando forem eliminadas as causas que a determinaram.

### SEÇÃO IV

#### DA DEMOLIÇÃO

Art. 323. A demolição parcial ou total das construções será imposta pela Prefeitura, mediante intimação quando:

CXVII - clandestina, ou seja, a que for feita sem a prévia aprovação do projeto ou sem Alvará de Construção e não houver condições de regularização nos termos da legislação pertinente;

CXVIII - construção for executada sem observância do alinhamento ou nivelamento fornecido pela Municipalidade ou sem as respectivas cotas ou com desrespeito ao projeto aprovado, nos seus elementos essenciais, não havendo possibilidade para ajustá-la à legislação pertinente;

CXIX - obra julgada em risco quando o proprietário se recusar a tomar as providências determinadas pela Municipalidade para sua segurança;

CXX - construção que ameace ruir e que o proprietário não queira demolir ou não possa reparar, por falta de recursos, ou disposição regulamentar.

Parágrafo único. A demolição será imediata se for julgado risco iminente de caráter público.

Art. 324. A demolição será precedida de vistoria por uma comissão composta por 03 (três) engenheiros ou arquitetos, designados pelo Chefe do Poder Executivo, pertencentes ou não ao quadro de servidores da Municipalidade.

Parágrafo Único. A comissão designada procederá da seguinte forma:

I - determinará dia e hora para vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir a mesma; não sendo o mesmo encontrado, far-se-á intimação por edital com prazo de 10 (dez) dias;

II - não comparecendo o proprietário ou seu representante, a comissão fará exame da construção, e, se verificar que a vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova intimação ao proprietário;

III - não podendo fazer adiamento, ou se o proprietário não atender a segunda intimação, a comissão fará os exames que julgar necessários, concluídos os tais dará seu laudo dentro de 3 (três) dias, devendo constar no mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo para isso julgado conveniente, salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias e nem superior a 90 (noventa) dias;

IV - do laudo se dará cópia para o proprietário e aos moradores do prédio, se for alugado, acompanhado aquele da intimação para o cumprimento das decisões nela contidas;

V - a cópia do laudo e intimação do proprietário serão entregues mediante comprovante de recebimento, e se não for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local, e afixados no mural de publicações ou boletim oficial;

VI - no caso de ruína eminente, a vistoria será feita logo, dispensando-se a presença do proprietário se não puder ser encontrado, levando-se ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo as conclusões do laudo, para que ordene a demolição.

Art. 325. A demolição, no todo ou em parte, será feita pelo proprietário.

Art. 326. Dado ciência ao proprietário do resultado da vistoria e efetuada a intimação, seguir-se-ão as providências administrativas.

Art. 327. Se não forem cumpridas as decisões do laudo nos termos do artigo anterior serão adotadas as medidas judiciais cabíveis.

### CAPÍTULO XIV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Art. 328. Os casos omissos, bem como as edificações que contrariam as disposições desta Lei, serão avaliados pela Prefeitura Municipal em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento (CDM).

Art. 329. As exigências contidas nesta Lei deverão ser acrescidas das imposições específicas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Vigilância Sanitária e agências reguladoras federais, bem como das normas da ABNT no que diz respeito ao atendimento das pessoas com deficiências.

Art. 330. Não serão autorizadas reformas em barracões agrícolas localizados em zona residencial.

Art. 331. São partes integrantes desta Lei os seguintes Anexos:

CXX - ANEXO I - Vagas para Estacionamento;

CXXI - ANEXO II - Edificações Residenciais;

CXXII - ANEXO III - Edifícios Residenciais - Áreas Comuns de Edificações Multifamiliares;

CXXIII - ANEXO IV - Edifícios Comércio/Serviço;

CXXIV - ANEXO V - Definições de Expressões Adotadas.

Art. 332. O Poder Executivo expedirá os atos administrativos que se fizerem necessários à fiel observância desta Lei.

Art. 333. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, notadamente as Leis Municipais nº 281/1982 e nº 1.173/2011.

Xavantina/SC, 14 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

#### Anexo I – Vagas para Estacionamento

TIPOLOGIA	NÚMERO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO	OBSERVAÇÕES
Residência Unifamiliar <sup>1</sup>	1 vaga para unidade	x
Residência Geminada	1 vaga para cada unidade residencial	x
Residência em Série ou Habitação Coletiva	1 vaga para cada 120m <sup>2</sup> de área construída ou 1 vaga por unidade residencial	x
Comércio e Prestação de Serviços	1 vaga para cada 150m <sup>2</sup> de área ou fração de área adicionada	Dispensado para edificações térreas de até 120m <sup>2</sup>
Supermercado e Similares	1 vaga para cada 50m <sup>2</sup> de área de comercialização	Independente da área de estacionamento para serviço
Comércio Atacadista e Empresa de Transporte	1 vaga a cada 200m <sup>2</sup> de área construída ou fração de área adicionada	Independente da área reservada para descarga
Estabelecimentos Hospitalares até 50 leitos	1 vaga para cada 3 leitos	Independente da área de estacionamento para serviço
Estabelecimentos Hospitalares acima de 50 leitos	1 vaga para cada 6 leitos	Independente da área de estacionamento para serviço
Edificações reservadas para Teatros, Cultos e Cinemas	1 vaga para cada 75m <sup>2</sup> que exceder 200m <sup>2</sup> de área construída	x
Estabelecimentos de Ensino e Congêneres	1 vaga para cada 150m <sup>2</sup> construídos	x
Hotéis e demais meios de Hospedagem	1 vaga para cada 3 unidades de alojamento	Dispensado para edificações de até 200m <sup>2</sup>
Instituições Bancárias	1 vaga para cada 100m <sup>2</sup> de área construída	x
Oficina Mecânica e Funilaria	1 vaga para cada 150m <sup>2</sup> de área construída	x
Clube Recreativo, Esportivo e Associações	1 vaga para cada 75m <sup>2</sup> de área construída	x

#### NOTAS

1 - Para unidades habitacionais unifamiliares populares/ZEIS não será exigido vaga de estacionamento.

#### ANEXO II– EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

CÔMODO	CÍRCULO INSCRITO – DIÂMETRO	ÁREA MÍNIMA	ILUMINAÇÃO MÍNIMA	VENTILAÇÃO MÍNIMA	PÉ DIREITO MÍNIMO	REVESTIMENTO PAREDE	REVESTIMENTO PISO
Salas	2,40	8,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Quarto Principal (pelo menos um na edificação)	2,40	9,00	1/6	1/12	2,40	x	x

Demais Quartos	2,40	7,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Closet	1,30	x	x	x	2,40	x	x
Copa	2,00	4,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Cozinha	1,50	3,00	1/6	1/12	2,20	Impermeável até 1,50m	Impermeável
Banheiro	1,00	1,80	1/7	1/14	2,20	Impermeável até 1,50m	Impermeável
Lavabo	0,80	1,20	1/7	1/14	2,20	Impermeável até 1,50m	Impermeável
Lavanderia	1,20	2,00	1/6	1/12	2,20	Impermeável até 1,50m	Impermeável
Depósito	1,00	1,80	1/5	1/30	2,20	x	x
Quarto de Empregada	2,00	6,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Corredor	0,90	x	x	x	2,40	x	x
Atelier	2,00	6,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Sótão	2,00	6,00	1/10	1/20	2,00	x	x
Porão	1,50	4,00	1/10	1/20	2,00	x	x
Adega	1,00	x	x	1/30	1,80	x	x
Escada	0,90	x	x	x	Altura livre mínima 2,10m	x	X
Garagem	2,40	12,00	1/8	1/20	2,20	x	X

## NOTAS:

1 - Na copa e na cozinha é tolerada iluminação zenital concorrendo com 50% (cinquenta por cento) no máximo da iluminação natural exigida.

1 - Nos banheiros são toleradas iluminação e ventilação zenital, bem como chaminés de ventilação e dutos horizontais. Os banheiros não podem se comunicar diretamente com cozinhas, copas e despensas destinadas à guarda de gêneros alimentícios.

2 - Nas lavanderias e depósitos são tolerados: iluminação zenital, ventilação zenital, chaminés de ventilação e dutos horizontais.

3 - Na garagem poderá ser computada como área de ventilação a área da porta.

4 - No corredor são toleradas iluminação e ventilação zenital; toleradas chaminés de ventilação e dutos horizontais.

5 - Para corredores com mais de 3,00m (três metros) de comprimento a largura mínima é de 1,00m (um metro). Para corredores com mais de 10,00m (dez metros) de comprimento é obrigatória a ventilação e a sua largura igual ou maior que 1/10 (um décimo) do comprimento.

6 - No sótão ou ático é permitida a iluminação e ventilação zenital.

7 - Os sótãos, áticos e porões devem obedecer às condições exigidas para a finalidade a que se destina.

8 - Nas escadas em leque, a largura mínima do piso do degrau é de 50cm (cinquenta centímetros) do bordo interno, deverá ser de 28cm (vinte e oito centímetros). Sempre que o número de degraus exceder de 15 (quinze), ou o desnível vencido for maior que 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), deve ser intercalado um patamar com profundidade mínima de 1,00m (um metro).

9 - Dimensões mínimas para habitação de interesse social: Quarto: tolerada área mínima = 6m<sup>2</sup> (seis metros quadrados); Sala e cozinha agregadas: tolerada área total mínima de 8m<sup>2</sup> (oito metros quadrados).

10 - As linhas de iluminação e ventilação mínima referem-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.

11 - Todas as dimensões dos anexos são expressas em metros

## Anexo III – Edifícios Residenciais - Áreas Comuns de Edificações Multifamiliares

TIPO	HALL PRÉDIO	HALL PAVIMENTO	CORREDOR PRINCIPAL	ESCADA	RAMPAS
Círculo Inscrito Diâmetro Mínimo	2,20	1,50	1,20	1,20	1,20
Área Mínima	6,00	3,00	x	x	x
Ventilação Mínima	1/20	1/20	x	x	x
Pé Direito Mínimo	2,50	2,50	2,50	2,20	2,20
Notas	1 e 2	2, 3, 4 e 5	6, 7, 8 e 9	10, 11, 12 e 13	14, 15 e 16

## NOTAS:

1 - A área mínima de 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) é exigida quando houver um só elevador; quando houver mais de um elevador, a área deverá ser acrescida em 30% (trinta por cento) por elevador existente.

2 - Quando não houver elevadores, admite-se círculo inscrito – diâmetro mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

3 - Tolerada a ventilação por meio de chaminés de ventilação e dutos horizontais.

4 - Deverá haver ligação entre o hall e a caixa de escada.

5 - Tolerada ventilação pela caixa de escada.

6 - Consideram-se corredores principais os que dão acesso às diversas unidades dos edifícios de habitação coletiva.

7 - Quando a área for superior a 10m (dez metros), deverão ser ventilados na relação 1/24 (um vinte e quatro avos) da área do piso.

8 - Quando o comprimento for superior a 10m (dez metros), deverá ser alargado de 10cm (dez centímetros) por 5,00m (cinco metros) ou fração.

9 - Quando não houver ligação direta com o exterior será tolerada ventilação por meio de chaminés de ventilação ou pela caixa de escada.

10 - Deverá ser de material incombustível ou tratado para tal.

11 - Sempre que o número de degraus excederem de 15 (quinze) deverá ser intercalado com um patamar com comprimento mínimo de

1,00m (um metro).

12 - A altura máxima do degrau será de 18cm (dezoito centímetros).

13 - A largura mínima do degrau será de 25cm (vinte e cinco centímetros).

14 - Deverá ser de material incombustível ou tratado para tal.

15 - O piso deverá ser antiderrapante para as rampas com inclinação superior a 6% (seis por cento).

16 - A inclinação máxima será de 30% (trinta por cento) ou de 10° (dez graus) quando para uso de veículos, e 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) para uso de pedestres.

#### Anexo IV – Edifícios Comerciais/Serviços

TIPO	CÍRCULO INSCRITO DIÂMETRO MÍNIMO	ÁREA MÍNIMA	ILUMINAÇÃO MÍNIMA	VENTILAÇÃO MÍNIMA	PÉ DIREITO MÍNIMO	REVESTIMENTO PAREDE	REVESTIMENTO PISO
Hall Prédio	3,00	12,00	x	x	2,60	x	Impermeável
Hall Pavimento	2,00	8,00	x	1/12	2,40	x	x
Corredor Principal	1,30	x	x	x	2,40	x	Impermeável
Corredor Secundário	1,20	x	x	x	2,20	x	Impermeável
Escadas Comuns/ Coletivas	1,20	x	x	x	Altura livre mínima 2,10m	Impermeável até 1,50m	Incombustível
Ante-Salas	1,80	4,00	x	1/12	2,40	x	x
Salas	2,40	6,00	1/6	1/12	2,40	x	x
Sanitários	0,90	1,50	x	1/12	2,20	Impermeável até 1,50m	Impermeável
Kit	0,90	1,50	x	1,12	2,20	Impermeável até 1,50m	Impermeável
Lojas	3,00	x	1/8	1/16	3,00	x	x
Sobreloja	3,00	x	1/10	1/16	2,40	x	x
Salão de Festas	x	x	1/10	1/16	3,00	x	x
Galpão/ Depósito	x	x	1/20	1/16	3,00	x	x

#### NOTAS:

1 - Quando não houver elevadores, admite-se círculo inscrito - diâmetro mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

2 - Tolerada a ventilação por meio de chaminés de ventilação e dutos horizontais.

3 - Deverá haver ligação entre o hall e a caixa de escada.

4 - Tolerada ventilação pela caixa de escada.

5 - Consideram-se corredores principais os que dão acesso às diversas unidades dos edifícios.

6 - Quando a área for superior a 10,00m (dez metros), deverão ser ventilados na relação 1/24 (um vinte e quatro avos) da área do piso.

7 - Quando o comprimento for superior a 10,00m (dez metros), deverá ser alargado de 10cm (dez centímetros) a cada 5,00m (cinco metros) ou fração.

8 - Quando não houver ligação direta com o exterior será tolerada ventilação por meio de chaminés de ventilação ou pela caixa de escada.

9 - Deverá ser de material incombustível ou tratado para tal.

10 - Sempre que o número de degraus excederem de 15 (quinze) deverá ser intercalado com um patamar com comprimento mínimo de 1,00m (um metro).

11 - A altura máxima do degrau será de 18cm (dezoito centímetros), e a largura mínima do degrau será de 25cm (vinte e cinco centímetros).

12 - Tolerada a ventilação zenital.

13 - A ventilação mínima refere-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.

14 - No caso de galeria com pequeno número de lojas considerar-se-á como hall do pavimento.

#### Anexo VI – Definições de Expressões Adotadas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ACLIVE – diferença altimétrica entre dois pontos, em que o segundo ponto está acima do ponto de referência.

AFASTAMENTO – distância entre o limite externo de projeção horizontal da edificação e a divisa do lote, não considerada a projeção dos beirais, podendo ser:

- Frontal;
- Lateral;
- Fundos;

ALINHAMENTO - Linha divisória legal entre o lote e logradouro público.

ALPENDRE - Área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por coluna, pilares, consolos ou área em balanço.

**ALTURA DA EDIFICAÇÃO** - Distância vertical da parede mais alta da edificação, medida no ponto onde ela se situa, em relação ao nível do terreno neste ponto.

**ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO** - Documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização.

**ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** - Documento expedido pela Prefeitura que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço.

**ALVARÁ DE OBRA** – Ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra.

**ALVARÁ SANITÁRIO** – Documento fornecido pela autoridade de Saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém construído ou reformado e/ou funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, com vistoria prévia das condições físico-sanitárias.

**AMPLIAÇÃO** - Alteração no sentido de tornar maior a área edificada.

**ANDAIME** - Obra provisória destinada a sustentação de operários e materiais durante a execução da obra.

**ANTESSALA** - Compartimento que antecede uma sala, sala de espera.

**APARTAMENTO** - Unidade autônoma de moradia em edificação multifamiliar.

**APROVAÇÃO DO PROJETO** – Ato administrativo que precede o licenciamento das obras.

**APROVAÇÃO DA OBRA (HABITE-SE)** – Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação.

**ÁREA COMPUTÁVEL** - Área a ser considerada no cálculo do coeficiente de aproveitamento do terreno, correspondendo a área do térreo e demais pavimentos; atinge com área superior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento; porção com área superior a 1/3 (um terço) do pavimento superior.

**ÁREA DE PROJEÇÃO** - Área da superfície correspondente à maior projeção horizontal da edificação no plano do perfil do terreno.

**ÁREA DE RECUO** - Espaço livre e desembaraçado e toda a altura da edificação.

**ÁREA RURAL** – Toda a área do Município, excluída a zona urban.

**ÁREA SOB PILOTIS** – Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.

**ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA** – Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares.

**ÁREA ÚTIL** - Superfície utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.

**ART** – Anotação de Responsabilidade Técnica: emitida por profissional com registro junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.

**ÁTICO/SÓTÃO** - Compartimento situado entre o telhado e a última laje de uma edificação, ocupando área igual ou inferior a 1/3 (um terço) da área do pavimento imediatamente inferior. O ático ou sótão serão computados como área construída.

**ÁTRIO** - Pátio interno de acesso a uma edificação.

**AUTORIZAÇÃO** – Ato administrativo discriminatório e precário.

**BALANÇO** - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.

**BALCÃO** - Varanda ou sacada guarnecida de grade ou peitoril.

**BALDRAME** - Viga que contorna, em concreto ou madeira que corre sobre fundações e une as mesmas, serve de apoio para o piso.

**BEIRAL** - Prolongamento do telhado, além da prumada das paredes, até uma largura de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

**BOCA DE LOBO** – caixa sifonada, cuja finalidade é a captação de águas pluviais.

**BRISE** - Conjunto de placas ou chapas de material variável, colocado nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação.

**CAIXA DE ESCADA** - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

**CAIXILHO** - A parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.

**CALÇADA** – É a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de

pedestres e quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros.

**CANTEIRO** – Área destinada a ajardinamento junto ou não com o passeio público.

**CARAMANCHÃO** - Construção de ripas, canos e estacas com objetivo de sustentar vegetação.

**CASAS GEMINADAS** – Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única.

**CAU** – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

**CENTRO COMERCIAL** – Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte.

**CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA** - Documento expedido pela Prefeitura, que autoriza a ocupação de uma edificação (Habite-se).

**CÍRCULO INSCRITO** - É o círculo mínimo que pode ser traçado dentro de um compartimento.

**CISTERNA** – Reservatório de água inferior.

**COMPARTIMENTO** - Cada uma das divisões de uma edificação.

**CONJUNTO RESIDENCIAL E CONDOMÍNIO HORIZONTAL** - Consideram-se conjuntos residenciais e condomínios horizontais os que tenham mais de 10 (dez) unidades de moradia.

**CONSERVAÇÃO** – Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.

**CONSTRUÇÃO** - É de modo geral, a realização de qualquer obra nova.

**CONSTRUÇÃO CLANDESTINA** – Obra efetuada sem a prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença.

**CONSULTA DE VIABILIDADE** – Documento indispensável, prioritário de encaminhamento à Municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona.

**CORRIMÃO** - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada ou rampa, e que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe ou desce.

**CREA** – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

**CROQUI** - Esboço preliminar de um projeto.

**CUMEEIRA** – A parte mais alta de uma edificação.

**DECLIVIDADE** – Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência.

**DECIBEL (Db)** – Unidade de intensidade física relativa ao som.

**DEGRADAÇÃO AMBIENTAL** – É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente:

- a) Prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) Ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

**DEJETOS** – Resíduos, excrementos, restos.

**DEMOLIÇÃO** - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

**DEPENDÊNCIAS DE USO COMUM** - Conjunto de dependências da Edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades autônomas de moradia.

**DEPENDÊNCIAS DE USO PRIVATIVO** - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

**DUTO DE VENTILAÇÃO** – Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 0,70m (zero vírgula setenta metros), destinado a ventilar somente compartimentos não habitáveis.

**EDÍCULA** - Denominação genérica para compartimento, acessório de habitação, separado da edificação principal.

**EDIFÍCIO GARAGEM** – Construção destinada ao estacionamento de veículos.

**ELEVADOR** - Equipamento que executa o transporte em altura, de pessoas e mercadorias.

**EMBARGO** - Ato Administrativo que determina a paralisação de uma obra.

**EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS** – São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

**EQUIPAMENTOS URBANOS** - São os equipamentos públicos, como por exemplo, os de abastecimento de água e esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado.

**ESCALA** - Relação constante entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.

**ESPECIFICAÇÕES** – Discriminação dos materiais e serviços empregados em uma construção.

**ESTABELECIMENTO** – Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.

**ESTACIONAMENTO** – Espaço reservado para um ou mais veículos.

**FACHADA** - Elevação das paredes externas de uma edificação.

**FAIXA DE DOMÍNIO** - É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e seus acessórios.

**FAIXA NON AEDIFICANDI** - Área do terreno onde não é permitida a construção.

**FATMA** – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina.

**FEIRA LIVRE** - Local ao ar livre que funciona, mediante prévia autorização da Municipalidade, com objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.

**FESTEJOS PÚBLICOS** - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.

**FIANÇA** - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor caso este não cumpra a obrigação.

**FILTRO ANAERÓBIO** - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbias, cujo meio filtrante mantém-se afogado.

**FOSSA SÉPTICA** - Unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal, destinada ao tratamento de esgotos.

**FUNDAÇÕES** - Parte da construção destinada a distribuir as cargas da edificação sobre o terreno.

**GABARITO** – É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.

**GALERIA** - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, comércio.

**GALERIA COMERCIAL** - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas.

**GALPÃO** - Construção constituída por uma cobertura fechada total ou parcialmente pelo menos em três de suas faces, por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial.

**GARAGEM BLOQUEADA** – Garagem ligada à circulação de veículos através de outra garagem.

**GARAGEM LIVRE** - Garagem ligada diretamente à circulação interna de veículos.

**GÊNEROS ALIMENTÍCIOS** - Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento.

**GREIDE** – Alinhamento (nível) definido.

**GUARDA CORPO** – É a vedação de proteção contra quedas.

**HABITAÇÃO** - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.

**HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR** - Edificação para habitação coletiva.



**HABITE-SE** - Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação.

**HACHURA** - Rajado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio-tom.

**HALL** - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.

**ÍNDICE DE APROVEITAMENTO** - É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área desse mesmo terreno.

**INFRAÇÃO** - Violação da lei.

**INFRATOR** - Todo aquele que cometer, mandar ou auxiliar a praticar infração.

**JIRAU** - Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até 1/4 (um quarto) da área do compartimento.

**KIT** - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada compartimento nas edificações comerciais.

**LADRÃO** - Tubo de descarga colocado nos reservatórios de água, banheiras, pias, etc., para escoamento automático do excesso de água.

**LAVABO** - Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário.

**LAVATÓRIO** - Bacia ou cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto pluvial.

**LICENÇA** - É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.

**LICENCIAMENTO DA OBRA** - Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.

**LINDEIRO** - Limítrofe.

**LOGRADOURO PÚBLICO** - Toda parcela de território de domínio/propriedade pública e de uso comum da população.

**LOJA** - Espaço reservado a comercialização de produtos.

**LOTE** - Porção de terreno, com testada para logradouro público.

**LOTEAMENTO** - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.

**MARQUISE** - Cobertura em balanço sobre o logradouro.

**MATERIAIS INCOMBUSTÍVEIS** - Consideram-se para efeito desta Lei, concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pela ABNT.

**MEIO-FIO** - Peça de pedra ou de concreto ou similar, que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.

**MEMORIAL DESCRITIVO** - Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo.

**MEZANINO** - Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido e com área até 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento inferior. O mezanino será computado como área construída.

**MOBILIÁRIO URBANO** - São equipamentos de uso comercial de serviços, localizados em logradouro público.

**N.D.A** - Nível de Degradação Ambiental.

**NÍVEL DO TERRENO** - Nível médio no alinhamento.

**PARAPEITO** - Resguardo de madeira, ferro ou alvenaria de pequena altura colocada nas bordas das sacadas, terraços e pontes, considerada a vedação de proteção destes elementos construtivos.

**PARA-RAIOS** - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

**PAREDE-CEGA** - Parede sem abertura.

**PASSEIO** - É a parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres.

**PATAMAR** - Superfície intermediária entre dois lances de escada.

**PAVIMENTO** - Conjunto de compartimentos de uma edificação situados no mesmo nível, entre piso de uma edificação, ou com uma diferença

de nível não superior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), até um pé-direito máximo de 5,60m (cinco metros e sessenta centímetros), desconsiderando os mezaninos ou sobre lojas.

**PAVIMENTO TÉRREO** - Pavimento cujo piso está compreendido até a cota 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros), em relação ao nível do meio fio. Para terrenos inclinados, considera-se cota do meio fio a média aritmética das cotas de meio fio das divisas.

**PÉ-DIREITO** - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

**PENALIDADE** - Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei.

**PERÍMETRO URBANO** - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural.

**PISCINA** - Reservatório de água para uso de lazer. A área da piscina será considerada como área construída, mas não será computada no cálculo da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento. A piscina não poderá ser construída na área destinada aos recuos frontais e laterais.

**PLANO DIRETOR** - Conjunto de leis, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações.

**PLAYGROUND** - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

**POÇO DE ILUMINAÇÃO** - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos.

**POLUIÇÃO AMBIENTAL** - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.

**PORÃO** - Parte de uma edificação que fica entre o solo e o piso do pavimento térreo, desde que ocupe uma área igual ou inferior a 1/3 (um terço) da área do pavimento térreo.

**PROFUNDIDADE DE UM COMPARTIMENTO** - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.

**RECUO** - Distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e a divisa do lote.

**REFORMA** - Fazer obra que altera a edificação em parte essencial por suspensão, acréscimo ou modificação.

**REINCIDENTE** - É quem violar os preceitos das leis, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.

**RESIDÊNCIA PARALELA AO ALINHAMENTO PREDIAL** - Consideram-se residências em série, paralelas ao Alinhamento Predial aquelas situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 10 (dez) unidades de moradia.

**RESIDÊNCIA TRANSVERSAL AO ALINHAMENTO PREDIAL** - Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades.

**RRT** – Registro de Responsabilidade Técnica.

**RUÍDO** - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

**SACADA** - Construção que avança da fachada de uma parede.

**SALA COMERCIAL** - Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços.

**SARJETA** - Escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas de chuva.

**SOBRELOJA** - Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente.

**SUBSOLO** - Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior ao pavimento térreo, onde o piso do pavimento imediatamente superior (térreo) não fica acima da cota mais 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) em relação ao nível médio do meio fio. A área do subsolo é considerada computável, com exceção dos casos previstos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

**SÓTÃO** - Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45º (quarenta e cinco graus).

**SUMIDOURO** - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar sua infiltração.

**TAPUME** - Vedação provisória executada em tábuas ou material similar, usada durante a construção para proteção da obra.

TAXA DE OCUPAÇÃO - A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno.

TAXA DE PERMEABILIDADE - Percentual do lote que deverá permanecer permeável.

TELHEIRO - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

TERRENO BALDIO - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido

TERRAÇO - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento deste.

TESTADA - É a linha divisória que separa a via pública/logradouro público do lote.

UNIDADE DE MORADIA - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamento.

USO PERMITIDO - Forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza.

USO PROIBIDO – Usos incompatíveis com o zoneamento.

USO PERMISSÍVEL - Permitido somente se atendido as exigências da legislação aplicável ao caso.

UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

VALAS DE FILTRAÇÃO - Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de tubulação e leito filtrante.

VALAS DE INFILTRAÇÃO - Valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno.

VARANDA - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta da edificação.

VESTÍBULO - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.

VIA PÚBLICA DE CIRCULAÇÃO - Área destinada ao sistema de circulação de veículos e pedestres, existentes ou projetadas.

VISTORIA - Diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições de obras.

VERGA - É a estrutura colocada sobre vãos ou é o espaço compreendido entre vãos e o teto.

VIGA - É a estrutura horizontal usada para a distribuição de carga aos pilares.

ZONEAMENTO - Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região utilização mais adequada em função do sistema viário; recursos naturais, topografia e a infraestrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 077/2017**

Publicação Nº 1457827

### **LEI DO CÓDIGO DE POSTURAS**

#### **SUMÁRIO**

#### **TÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 1º ao Art. 2º)**

#### **TÍTULO II**

#### **DAS POSTURAS MUNICIPAIS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA HIGIENE PÚBLICA (Art. 3º ao Art. 4º)**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (Art. 5º ao Art. 10)**

#### **SEÇÃO II**

#### **DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES E TERRENOS (Art. 11 ao Art. 14)**

#### **SEÇÃO III**

#### **DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS (Art. 15 ao Art. 18)**

#### **SEÇÃO IV**

#### **DA HIGIENE DAS CARNES E PEIXARIAS (Art. 19 ao Art. 23)**

#### **SEÇÃO V**

#### **DA HIGIENE DAS PISCINAS DE NATAÇÃO (Art. 24 ao Art. 30)**

#### **SEÇÃO VI**

#### **DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO (Art. 31 ao Art. 41)**

#### **CAPÍTULO II**

DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

SEÇÃO I

DOS COSTUMES, DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO (Art. 42 ao Art. 45)

SEÇÃO II

DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS (Art. 46 ao Art. 52)

SEÇÃO III

DO TRÂNSITO PÚBLICO (Art. 53 ao Art. 61)

SEÇÃO IV

DAS OBSTRUÇÕES DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (Art. 62 ao Art. 70)

SEÇÃO V

DOS MUROS, CERCAS, PASSEIOS E NUMERAÇÃO DE EDIFICAÇÕES (Art. 71 ao Art. 75)

SEÇÃO VI

DAS CONSTRUÇÕES ABANDONADAS EM IMÓVEIS URBANOS (Art. 76 ao Art. 82)

SEÇÃO VII

DAS ESTRADAS MUNICIPAIS (Art. 83 ao Art. 85)

SEÇÃO VIII

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS (Art. 86 ao Art. 88)

CAPÍTULO III

DA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (Art. 89 ao Art. 97)

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO DE ANIMAIS INSETOS NOCIVOS (Art. 98 ao Art. 100)

TÍTULO III

DOS ATOS NORMATIVOS

CAPÍTULO I

DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA

SEÇÃO I

DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO (Art. 101 ao Art. 105)

SEÇÃO II

DO COMÉRCIO AMBULANTE (Art. 106 ao Art. 113)

SEÇÃO III

DAS FEIRAS LIVRES E DO PRODUTOR RURAL (Art. 114)

SEÇÃO IV

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (Art. 115 ao Art. 118)

CAPÍTULO II

DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES E USOS ESPECIAIS

SEÇÃO I

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, OLARIAS, DEPÓSITOS DE AREIA, SAIBRO E CASCALHO (Art. 119 ao Art. 125)

SEÇÃO II

DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS (Art. 126 ao Art. 135)

SEÇÃO III

DA PROPAGANDA EM GERAL (Art. 136 ao Art. 140)

SEÇÃO IV

DOS CEMITÉRIOS (Art. 141 ao Art. 150)

SEÇÃO V

DO FUNCIONAMENTO DOS LOCAIS DE CULTO (Art. 151 ao Art. 152)

SEÇÃO VI

DAS QUEIMADAS E CORTES DE ÁRVORES E PASTAGENS (Art. 153 ao Art. 158)

TÍTULO IV

DOS AUTOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I

DAS NOTIFICAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES (Art. 159 ao Art. 162)

SEÇÃO I

DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR (Art. 163 ao Art. 165)

SEÇÃO II

DOS AUTOS DE INFRAÇÃO (Art. 166 ao Art. 170)

SEÇÃO III

DOS AUTOS DE APREENSÃO (Art. 171 ao Art. 174)

SEÇÃO IV

DAS MULTAS (Art. 175 ao Art. 180)

SEÇÃO V

DO PRAZO DE RECURSO (Art. 181 ao Art. 182)

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 183 ao Art. 184)

LEI COMPLEMENTAR Nº 077, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe Sobre o Código de Posturas do Município de Xavantina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Código contém as medidas de polícia administrativa, a cargo do Município de Xavantina em matéria de higiene pública, do bem-estar público, costumes, segurança, ordem pública, proteção e conservação do meio ambiente, numeração de edificações, funcionamento e localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, estatuidos as necessárias relações entre o poder público local e os municípios.

§1st O disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas em edificações e estabelecimentos, no que couber.

§1st Ao Prefeito e, em geral, aos servidores públicos municipais competem zelar pela observância dos preceitos deste Código.

§2nd Toda Pessoa Física ou Jurídica, sujeita às prescrições deste Código, fica obrigada a facilitar, por todos os meios, a fiscalização municipal no desempenho de suas funções legais.

Art. 1º As disposições sobre a utilização das áreas contidas neste Código e complementares às Leis Municipais de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras, visam:

I - assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste município;

II - garantir o respeito às relações sociais e culturais;

III - estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;

IV - promover a segurança e harmonia dentro os municípios.

**TÍTULO II****DAS POSTURAS MUNICIPAIS****CAPÍTULO I****DA HIGIENE PÚBLICA**

Art. 2º A Fiscalização Sanitária abrange especialmente a limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, dos estábulos, cocheiras, pocilgas, pontos de venda nas feiras de qualquer espécie, bem como de todos aqueles que prestem serviços a terceiros.

Art. 3º Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, o funcionário competente apresentará um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo único. A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades competentes, federais ou estaduais, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

**SEÇÃO I****DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

Art. 4º O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 5º Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiros a sua propriedade ou estabelecimento.

§2nd A lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§3rd É proibido varrer lixo, detritos sólidos de qualquer natureza, para os coletores ou "bocas de lobo" dos logradouros públicos.

§4th É proibido fazer a varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para via pública, bem como despejar ou atirar lixo e detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Art. 6º A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art. 7º A coleta e o transporte do lixo serão feitos em veículos contendo dispositivos que impeçam, durante o trajeto, a queda de partículas nas vias públicas.

Art. 8º Para preservar de maneira geral a higiene pública, fica proibido:

- consentir o escoamento de águas servidas das residências e dos estabelecimentos comerciais e industriais ou outros para as ruas;

I - consentir, sem as precauções devidas, a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das mesmas;

II - queimar ou incinerar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

III - o assoreamento de fundo de vale através da colocação de lixo, entulhos e outros materiais;

IV - a colocação de cartazes e anúncios, bem como a fixação de cabos nos elementos da arborização pública, sem a autorização da Prefeitura Municipal.

Art. 10. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

**SEÇÃO II****DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES E TERRENOS**

Art. 11. Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações.

§4th Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.

§5th As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem ao respectivo proprietário.

Art. 12. As chaminés, de qualquer espécie, de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 13. Nenhum prédio situado em via pública, dotado de rede de água e esgoto sanitário ou sistema de tratamento individual composto por fossa séptica e sumidouro, poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades.

Art. 14. Serão vistoriadas pelo órgão competente da Prefeitura as habitações suspeitas de insalubridade a fim de se verificar:

IV - aquelas cuja insalubridade possa ser removida com relativa facilidade, caso em que serão intimados os respectivos proprietários ou inquilinos a efetuarem prontamente os reparos devidos, podendo fazê-lo sem desabitá-los;

V - as que, por suas condições de higiene, estado de conservação ou defeito de construção não puder servir de habitação, sem grave prejuízo para a segurança e a saúde pública.

§5th Nesta última hipótese, o proprietário ou inquilino será intimado a fechar o prédio dentro do prazo que venha a ser estabelecido pela Prefeitura, não podendo reabri-lo antes de executados os melhoramentos exigidos.



§6th Quando não for possível a remoção da insalubridade do prédio, devido à natureza do terreno em que estiver construído ou outra causa equivalente e no caso de iminente ruína, com o risco para a segurança, será o prédio interditado e definitivamente condenado.

§7th O prédio condenado não poderá ser utilizado para qualquer finalidade.

### SEÇÃO III

#### DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 15. Os hotéis, pensões e demais meios de hospedagem, restaurantes, bares, cafés, lanchonetes e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

V - a lavagem de louça e talheres deverá ser feita em água corrente, não sendo permitida, sob qualquer hipótese, a sua execução em baldes, tonéis, tanques ou vasilhames;

VI - a higienização da louça, talheres e outros utensílios de uso pessoal direto deverão ser feitos em água fervente;

VII - os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

VIII - os açucareiros, à exceção dos utilizados nos hotéis de primeira categoria, serão do tipo que permita a retirada de açúcar sem o levantamento da tampa;

IX - a louça e os talheres não poderão ficar expostos à poeira e aos insetos.

Art. 16. Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter seus empregados convenientemente trajados, de preferência uniformizados e limpos.

Art. 17. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, calistas e assemelhados, todos os aparelhos, ferramentas, utensílios, toalhas e golas deverão ser esterilizados antes e após cada aplicação.

Art. 18. Nos hospitais, casa de saúde, maternidade e estabelecimentos assemelhados, além das disposições gerais deste Código que lhes forem aplicáveis dever-se-á cumprir as normas do Código Sanitário do Estado e do Ministério da Saúde.

### SEÇÃO IV

#### Da Higiene das Casas de Carnes e Peixarias

Art. 19. As casas de carnes e peixarias deverão atender as seguintes condições:

IX - serem instaladas em prédios de alvenaria;

X - serem dotados de torneiras e pias apropriadas;

XI - terem balcões com tampa de aço inoxidável, granito ou outro revestimento lavável, liso e impermeável;

XII - terem câmaras frigoríficas ou refrigerador com capacidade suficiente;

XIII - utilizar utensílios de manipulações, ferramentas e instrumentos de corte feitos de material apropriado conservado em rigoroso estado de limpeza;

XIV - não será permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial.

XV - o piso deverá ser em material resistente ao tráfego, lavável e impermeável;

XVI - as paredes deverão ser revestidas com azulejo até a altura de 2m (dois metros), no mínimo;

XVII - deverão ter ralos sifonados ligando o local a rede de esgotos ou fossa absorvente;

XVIII - possuir portas gradeadas e ventiladas;

XIX - possuir instalações sanitárias adequadas.

XX - possuir funcionários exclusivos para o manuseio das carnes, que não tenha contato simultâneo com dinheiro, resíduos de limpeza ou qualquer outro material.

Art. 20. Nas casas de carne e congêneres só poderão entrar carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionadas e carimbadas pelo serviço de inspeção competente e, quando conduzidas, em veículo apropriado.

Parágrafo único. As aves abatidas deverão ser expostas à venda completamente limpas, livre tanto de plumagem como das vísceras e partes não comestíveis.

Art. 21. Nas casas de carnes e estabelecimentos congêneres é vedado o uso de cepo e machado.

Art. 22. Nas casas de carnes e peixarias, não serão permitidos móveis de madeira sem revestimento impermeável.

Art. 23. Nos estabelecimentos tratados nesta seção é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:

XX - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza;

XXI - o uso de aventais e gorros brancos;

XXII - manter coletores de lixo e resíduos com tampa removível por pedal, à prova de moscas e roedores.

### Seção V

#### Da Higiene das Piscinas de Nataçao

Art. 24. As piscinas de nataçao deverão obedecer às seguintes prescrições:

XXII - todo frequentador de piscina é obrigado a banho prévio de chuveiro;

XXIII - nos pontos de acesso haverá tanque lava pés, contendo em solução um desinfetante ou fungicida para assegurar esterilização dos pés dos banhistas;

XXIV - A limpidez da água deve ser de tal forma que, possa ser visto com nitidez o fundo das piscinas;

XXV - O equipamento especial da piscina deverá assegurar perfeita e uniforme circulação, filtração e esterilização da água.

Art. 25. A água das piscinas deverá ser tratada com cloro ou preparos de composição similar ou com outro sistema de tratamento comprovadamente eficiente.

§7th Quando o cloro e seus componentes forem usados com amônia, o teor do cloro residual na água, quando a piscina estiver em uso, não deve ser inferior a 0,6 partes de um milhão.

§8th As piscinas que receberem continuamente água considerada de boa qualidade e cuja renovação total se realiza em tempo inferior a 12 (doze) horas poderão ser dispensadas das exigências deste artigo.

Art. 26. Em todas as piscinas é obrigatório o registro diário das operações de tratamento e controle.

Art. 27. Os frequentadores das piscinas de clubes desportivos deverão ser submetidos a exames médicos.

Art. 28. Para uso dos banhistas, deverão existir vestiários para ambos os sexos, com chuveiro e instalações sanitárias adequadas.

Art. 29. Nenhuma piscina poderá ser usada quando suas águas forem julgadas poluídas pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. É permitida a emissão de transbordo ou total esgotamento das piscinas na rede de esgotos pluviais desde que suas águas não estejam poluídas.

Art. 30. Das exigências desta Seção, excetuado o disposto no artigo anterior, ficam excluídas as piscinas das residências particulares, quando para uso exclusivo de seus proprietários e pessoas de suas relações.



**SEÇÃO VI****DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO**

Art. 31. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinada a ser ingerida pelo homem, excetuando-se os medicamentos.

Art. 32. Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios vencidos, deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para o local destinado à inutilização dos mesmos.

§8th A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possa sofrer em virtude da infração.

§9th A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou estabelecimento comercial.

§10th Serão igualmente apreendidos e encaminhados à autoridade sanitária competente mediante lavratura de termo próprio, os produtos alimentícios industrializados, sujeitos ao registro em órgão público especializado e que não tenham a respectiva comprovação.

Art. 33. Nas quitandas, mercearias, frutarias, sacolões e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

XXV - o estabelecimento terá para depósito de verduras que devam ser consumidas sem cocção recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e quaisquer contaminações;

XXVI - as frutas expostas à venda serão colocadas sobre mesas ou estantes, ou caixas apropriadas, rigorosamente limpas e afastadas 1m (um metro), no mínimo, das portas externas;

Parágrafo único. É proibido utilizar-se para outro qualquer fim, dos depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 34. É proibido ter em depósito ou exposto à venda:

XXVI - aves doentes;

XXVII - carnes e peixes deteriorados;

XXVIII - legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 35. Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser isenta de impurezas e ser examinada periodicamente para se certificar de sua potabilidade.

Art. 36. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 37. Nos locais de fabricação, preparação, beneficiamento, acondicionamento ou depósito de alimentos, não será permitida a guarda ou venda de substâncias que possam corrompê-los, adulterá-los ou avariá-los.

Art. 38. Sob pena de apreensão e inutilização sumária, os alimentos destinados ao consumo imediato que tenham ou não sofridos processo de cocção, só poderão ser expostos à venda devidamente protegidos.

Art. 39. A venda de produtos de origem animal comestíveis não industrializados só poderá ser feita através de açougues, casas de carnes e supermercados regularmente instalados.

Art. 40. Não é permitido dar ao consumo ou colocar a venda carne fresca de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e outros animais de açougue que não tenham sido abatidos nos matadouros ou frigoríficos sujeitos a fiscalização, sob pena de apreensão do produto.

Art. 41. Terão prioridades para o exercício e comércio nas feiras livres e nos mercados municipais destinados ao abastecimento de gêneros alimentícios para consumo doméstico os agricultores e produtores do Município.

§10th A Prefeitura regulamentará o comércio nas feiras livres, mercados municipais e feira do produtor.

§11th Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais com facilidades de contaminação dos produtos expostos à venda.

**CAPÍTULO II****DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA****SEÇÃO I****DOS COSTUMES, DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO**

Art. 42. É proibido fumar em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, que produza fumaça e o uso de cigarro eletrônico.

§11th Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§12th Para os fins previstos no caput, a expressão recintos de uso coletivo compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§13th Deverão ser afixados avisos indicativos da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.

§14th Em depósito de inflamáveis, postos de combustíveis, garagens e estacionamentos e depósitos de material de fácil combustão, nos cartazes ou avisos, deverão constar os seguintes dizeres: "MATERIAL INFLAMÁVEL".

§15th Fica proibido, também, fumar em veículos que estejam transportando crianças e/ou gestantes.

§16th Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer à infração.

Art. 43. Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas e similares serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Parágrafo único. As desordens, algazarra, barulho e atentado ao pudor, verificados nos referidos estabelecimentos comerciais ou sociais, sujeitarão os proprietários ou responsáveis à multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências.

Art. 44. É proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos evitáveis, tais como:

XXVIII - os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;

XXIX - os de buzinas clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos de som;

XXX - a propaganda realizada com alto-falantes, sem prévia autorização da Prefeitura;

XXXI - os produzidos por arma de fogo;

XXXII - os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos, exceto em dias de comemorações públicas civis ou religiosas;

XXXIII - os de apitos ou silvos de sirene de fábrica, cinemas e outros estabelecimentos, por mais de 30 (trinta) segundos ou depois das 22 (vinte e duas) horas;

XXXIV - batuques, congados e outros divertimentos congêneres sem licença das autoridades.

XXXV - som automotivo, estando o veículo parado em áreas públicas ou privadas ou em movimento pelas vias públicas;

XXXVI - som eletrônico, batuques e outros divertimentos congêneres em residências, bares, lanchonetes e estabelecimentos congêneres.

Parágrafo único. Excetua-se das proibições deste artigo:

XXXVI - tímpanos, sinetas e sirenes dos veículos de assistência, corpo de bombeiros, carros oficiais e polícia, quando em serviço de justificativa emergência;

XXXVII - apitos de rondas ou guardas policiais;

XXXVIII - as vozes ou aparelhos usados em propaganda eleitoral, de acordo com a lei;

XXXIX - as fanfarras ou bandas de música em procissões, cortejos ou desfiles públicos;

XL - as máquinas ou aparelhos utilizados em construção ou obras em geral, licenciados previamente pela Prefeitura no horário de 7 a 18 (sete a dezoito) horas;

XLI - as manifestações, nos divertimentos públicos, nas reuniões ou prédios desportivos, com horários previamente licenciados;

Art. 45. É proibida a execução de serviços após as 22 (vinte e duas) horas e antes das 7 (sete) horas nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e edificações residenciais.

Parágrafo único. Excetua-se da proibição deste artigo a execução de serviços públicos de emergência.

## SEÇÃO II

### DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 46. São considerados divertimentos públicos aqueles que se realizarem nas vias públicas ou em recintos fechados, mas com livre acesso ao público.

Art. 47. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras e por outras normas e regulamentos:

XLI - tanto a salas de entrada como as de espetáculo serão mantidas higienicamente limpas;

XLII - as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livres de móveis, grades ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência, tudo de acordo com as Instruções Normativas expedidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

XLIII - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala, tudo de acordo com as Instruções Normativas expedidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

XLIV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

XLV - deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

XLVI - durante os espetáculos deverá as portas conservar-se abertas, vedadas apenas por cortinas;

XLVII - haverá instalações sanitárias independentes para homens e mulheres, dotadas de aparelhos exaustores;

XLVIII - serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória à adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso, tudo de acordo com as Instruções Normativas expedidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 48. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

§16th Em caso de modificação do programa ou de horário o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.

§17th As disposições deste artigo aplicam-se, inclusive, as competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.

Art. 49. A armação de circos de panos ou lonas, parques de diversões ou de palcos para shows e comícios só será permitida em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura, tudo de acordo com as Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Prefeitura só autorizará a armação e funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo se os requerentes apresentarem a(s) respectiva(s) ART (s) / RRT (s) do(s) profissional(is) pelo projeto estrutural, elétrico e demais projetos necessários, conforme a legislação do CREA/CAU.

Art. 50. A autorização de funcionamento de teatros, cinemas, circos, salas de espetáculos e ginásios de esportes não poderá ser por prazo superior a 1 (um) ano.

Art. 51. Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 52. Ao conceder a autorização poderá a Prefeitura estabelecer outras restrições que julgar necessárias no sentido de garantir a segurança, a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

## SEÇÃO III

### DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 53. O trânsito, de acordo com a Lei do Sistema Viário, é livre, e tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 54. É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestre ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas, eventos autorizados pela prefeitura ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo único. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito deverá ser colocada sinalização claramente visível de dia e luminosa à noite, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 55. Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral e o estacionamento de veículos sobre os passeios e calçadas.

§17th Tratando-se de materiais que não possam ser depositados diretamente no interior dos prédios ou terrenos, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo de trânsito por tempo estritamente necessário à sua remoção, não superior a 3 (três) horas.

§18th No caso previsto no parágrafo anterior os responsáveis pelos materiais deverão advertir os veículos a distância conveniente, dos prejuízos causados no livre trânsito.

§19th Os infratores deste artigo estarão sujeitos a terem os respectivos veículos ou materiais apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura os quais para serem retirados dependerão do pagamento da multa e das despesas de remoção e guarda da coisa apreendida.

Art. 56. É proibido nas vias e logradouros públicos urbanos:

XLVIII - conduzir animais e veículos em velocidade excessiva;

XLIX - conduzir animais bravos, sem a necessária precaução;

L - atirar à via ou logradouro público substância ou detritos que possam embarçar e incomodar os transeuntes.

Art. 57. É proibido danificar ou retirar sinais e placas colocadas nas vias, estradas ou praças públicas, para a orientação e advertência de perigo ou impedimento do trânsito.

Art. 58. Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública ou colocar em risco a segurança da população, bem como inspecionar os veículos de transporte público e escolar.

Art. 59. É proibido embarçar o trânsito ou molestar os pedestres pelos meios de:

L - conduzir volumes de grande porte pelos passeios;

LI - conduzir bicicletas e motocicletas pelos passeios;

LII - patinar e praticar, a não ser nos logradouros para esses fins destinados;

LIII - amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;

LIV - conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou logradouros públicos.

Parágrafo único. Excetuam-se ao disposto neste artigo os carrinhos de crianças, cadeiras de rodas e as bicicletas nos locais indicados como ciclovias.

Art. 60. É de exclusiva competência do Executivo Municipal a criação, remanejamento e extinção de ponto de aluguel, tanto no que se refere a táxi, veículos de cargas, carroças ou outros similares.

Art. 61. A fixação de pontos e itinerários dos ônibus urbanos é de competência da Prefeitura, conforme plano viário estabelecido.

#### SEÇÃO IV

##### DAS OBSTRUÇÕES DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 62. Poderão ser armados palanques, coretos e barracas provisórias nas vias e nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou populares, desde que previamente autorizadas pela Prefeitura, observadas as seguintes condições:

LIV - serem aprovadas quanto à sua localização;

LV - não perturbarem o trânsito público;

LVI - não prejudicarem calçamento ou pavimentação, nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelos eventos os estragos por acaso verificados;

LVII - serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos eventos.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do palanque, coreto ou barraca, cobrando do responsável às despesas de remoção e dando ao material recolhido o destino que entender.

Art. 63. Nas construções e demolições, não serão permitidas, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

Art. 64. A colocação de ondulações (quebra-molas) transversais às vias públicas se submeterá à avaliação da Comissão de Trânsito Municipal, contra a qual os pedidos deverão ser direcionados.

§19th As ondulações transversais às vias públicas serão regulamentadas pela Comissão de Trânsito Municipal.

§20th A colocação dessas ondulações nas vias públicas somente será admitida após a devida sinalização vertical e horizontal.

Art. 65. É expressamente proibida a utilização dos passeios e da via pública para a realização de consertos de veículos, bicicletas, borracharia e demais serviços efetuados por oficinas e prestadores de serviços similares.

Art. 66. A instalação de postes e linhas telegráficas, telefônicas, de força e luz e a colocação de caixas postais e de hidrantes para serviços de combate a incêndios, nas vias e logradouros públicos, dependem da aprovação da Prefeitura.

Art. 67. As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos logradouros públicos desde que satisfaçam as seguintes condições:

LVII - terem sua localização e dimensões aprovadas pela Prefeitura.

LVIII - apresentarem bom aspecto quanto à construção;

LIX - não perturbarem o trânsito público;

LX - serem de fácil remoção.

Art. 68. Os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços não poderão ocupar o passeio em toda a sua largura, correspondente à testada do edifício para a exposição de mercadorias, tabelas, placas ou outros obstáculos.

Parágrafo único. Dependerá de licença especial a colocação de mesas e cadeiras, no passeio para servirem a bares, restaurantes e lanchonetes.

Art. 68. As colunas ou suportes de anúncios, as caixas para lixo, os bancos ou os abrigos de logradouros públicos, somente poderão ser instalados mediante licença prévia da Prefeitura.

Art. 69. Os relógios, estátuas e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor artístico ou cívico, mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura.

Parágrafo único. Dependerá, ainda, de aprovação o local escolhido para a fixação ou edificação dos monumentos.

#### SEÇÃO V

##### DOS MUROS, CERCAS, PASSEIOS E NUMERAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

Art. 70. Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação.

Parágrafo único. Os muros com altura superior a dois metros deverão ter a aprovação da Prefeitura, que poderá autorizar desde que não venha a prejudicar os imóveis confinantes.

Art. 71. Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meio-fios são obrigados a pavimentar os passeios de acordo com a padronização estabelecida por Decreto do Executivo Municipal.

§20th Nos terrenos vazios é obrigatória a pavimentação do passeio de acordo com a padronização estabelecida pelo Executivo ou dispositivo fixado em lei.

§21st O Executivo poderá exigir a construção de passeio ecológico e com acessibilidade universal na forma fixada em lei ou regulamento.

§22nd Os proprietários mencionados no caput ficarão dispensados da pavimentação dos passeios caso a Prefeitura Municipal promova a obra com recursos públicos, cabendo a esta a cobrança da contribuição de melhoria pela valorização do imóvel.

Art. 72. Os terrenos situados nas zonas urbanas:

LX - poderão ser fechados com muros, grades de ferro, madeira ou materiais similares;

LXI - não poderão conter elementos pontiagudos quando se situarem na divisa da frente ou em altura inferior a um metro e cinquenta centímetros.

§ 1º Os terrenos situados nas zonas rurais poderão ser fechados com:

a) cercas de arame farpado ou liso, com três fios no mínimo;

b) telas de fios metálicos;

c) cercas vivas, de espécies vegetais adequadas.

§ 2º Correrão por conta exclusivas dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cercas especiais.

Art. 73. É proibido:

LXI - eletrificar cercas em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;

LXII - fazer cercas, muros e passeios em desacordo com o disposto neste Capítulo;

LXIII - danificar, por quaisquer meios, muros e cercas e passeios existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil que no caso couber.

Art. 74. Somente a Prefeitura poderá indicar ou substituir a numeração de edificações, cabendo ao proprietário colocar a identificação e conservá-la.

Parágrafo único. É proibida a colocação de placa com número diverso do que tenha sido oficialmente determinado.

## SEÇÃO VI

### DAS CONSTRUÇÕES ABANDONADAS EM IMÓVEIS URBANOS

Art. 75. É proibido manter construções em imóveis urbanos em estado de abandono.

Art. 76. Considera-se em estado de abandono:

LXIII - construções iniciadas, independente da porcentagem de edificação, e interrompidas por mais de 1 (um) ano, sem cerca de proteção;

LXIV - construções que não abrigam moradores há mais de 1 (um) ano, em evidente estado de danificação.

Parágrafo único. Considera-se em evidente estado de danificação as construções edificadas para fins comerciais ou residenciais que, desabitadas, apresentam-se com as portas ou janelas parcialmente demolidas.

Art. 77. Constatado o abandono da construção, a Prefeitura notificará o proprietário para em 15 (quinze) dias:

LXIV - apresentar justificativa e efetuar reparos, quando em imóveis já construídos;

LXV - apresentar justificativa e dar prosseguimento às obras.

Art. 78. Não sendo localizado o proprietário, a notificação será feita por edital, publicado uma vez no Órgão de Divulgação Oficial do Município.

Art. 79. Descumprida a notificação, a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza e lançará o débito ao proprietário, obedecidos os seguintes critérios:

LXV - construções com até 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), multa no valor correspondente a 200 (duzentas) UFRMs;

LXVI - construções com mais de 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), multa no valor correspondente a 300 (trezentas) UFRMs.

Art. 80. Após a emissão de Laudo de Avaliação da situação do imóvel, e constatada a necessidade de construção de cerca de proteção, a Prefeitura Municipal:

LXVI - fará tomada de preços em, no mínimo, 3 (três) empresas que comercializam materiais de construção optando pela menor, para fins de aquisição de material;

LXVII - executará a construção da cerca e lançará, ao proprietário, o débito acrescido da mão de obra.

Parágrafo único. O proprietário será notificado para pagamento no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 81. Não efetuado o recolhimento no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo anterior, a cobrança será feita com os acréscimos legais, juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o débito será inscrito em dívida ativa quando o pagamento não se efetuar no respectivo exercício financeiro.

## SEÇÃO VII

### DAS ESTRADAS MUNICIPAIS

Art. 82. As estradas de que trata a presente seção são as que integram o sistema viário municipal e que servem de livre trânsito dentro do Município.

Art. 83. A mudança ou deslocamento de estradas municipais dentro dos limites das propriedades rurais deverá ser requisitado pelo respectivo proprietário, à Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Neste caso, quando não haja prejuízo das normas técnicas e os trabalhos de mudança ou deslocamento se mostrarem por demais onerosos, a Prefeitura poderá exigir que os proprietários concorram, no todo ou em parte, com as despesas.

Art. 84. É proibido:

LXVII - fechar, mudar ou de qualquer modo dificultar a servidão pública das estradas e caminhos sem prévia licença da Prefeitura;

LXVIII - colocar tranqueiras, porteiras e palanques nas estradas ou para seu leito arrastar paus e madeiras;

LXIX - arrancar ou danificar marcos quilométricos e outros sinais alusivos ao trânsito;

LXX - atirar nas estradas pregos, arames, pedras, paus, pedaços de metal, vidros, louças e outros objetos prejudiciais aos veículos e às pessoas que nelas transitam;

LXXI - arborizar as faixas laterais de domínio das estradas, exceto quando o proprietário estiver previamente autorizado pela Prefeitura;

LXXII - destruir, obstruir ou danificar pontes, bueiros, esgotos, galerias pluviais, mata burros e as valetas ou logradouros de proteção das estradas;

LXXIII - fazer cisternas, valetas, buracos ou escavações de qualquer natureza no leito das estradas e caminhos e nas áreas constituídas pelos primeiros 1,5m (um vírgula cinco metros) internos da faixa lateral de domínio;

LXXIV - impedir, por qualquer meio, o escoamento de águas pluviais das estradas para os terrenos marginais;

LXXV - encaminhar águas servidas ou pluviais para o leito das estradas ou fazer barragens que levem as águas a se aproximarem do leito das mesmas, a uma distância mínima de 10m (dez metros);

LXXVI - danificar de qualquer modo as estradas.

## SEÇÃO VIII

### DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 85. É proibida a permanência de animais nas vias e logradouros públicos.



Art. 86. É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 87. É proibida a criação de qualquer animal que prejudique ou coloque em risco a vizinhança, observadas as legislações pertinentes.

### CAPÍTULO III

#### DA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 88. Para o exercício do seu poder de polícia quanto ao meio ambiente, a Prefeitura Municipal respeitará a competência da legislação e autoridade da União e do Estado.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas, que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população e, ainda, possa comprometer a flora e a fauna ou a utilização das águas para fins agrícolas, comerciais, industriais e recreativos.

Art. 89. No interesse do controle da poluição do ar e da água a Prefeitura exigirá parecer do FATMA sempre que lhe for solicitada autorização de instalação e funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 90. É proibido:

LXXVI - deixar no solo qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive dejetos e lixos sem permissão da autoridade sanitária, quer se trate de propriedade pública ou particular;

LXXVII - o lançamento de resíduos em rios, lagos, córregos, poços e chafarizes;

LXXVIII - desviar o leito das correntes de água, bem como obstruir de qualquer forma o seu curso;

LXXIX - é proibido fazer barragens sem prévia licença da Prefeitura;

LXXX - o plantio e conservação de plantas que possam constituir foco de insetos nocivos à saúde;

LXXXI - atear fogo em roçada, palhadas ou matos.

Art. 91. As florestas existentes no território municipal e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente a Lei Federal nº. 12.651, de 25/05/2012, denominada Código Florestal, estabelecem.

Parágrafo único. Consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

d) ao longo dos rios, ou de outros quaisquer cursos d'água, em faixa marginal, prescritas no Código Florestal;

e) ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais;

f) no topo de morros, montes montanhas e serras;

g) nos campos naturais ou artificiais as florestas nativas e as vegetações campestres.

Art. 92. Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

LXXXI - a atenuar a erosão das terras;

LXXXII - a formar faixas de proteção aos cursos d'água;

LXXXIII - a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

LXXXIV - assegurar condições de bem-estar público.

Art. 93. O Município, dentro de suas possibilidades, deverá criar:

LXXXIV - unidades de Conservação, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais e científicos, dentre outras, observado o disposto na Lei Federal nº. 9.985/2000;

LXXXV - florestas, Bosques e Hortos Municipais, com fins técnicos, sociais e pedagógicos.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques, Florestas, Bosques e Hortos Municipais.

Art. 94. A derrubada de mata dependerá de licença da Fatma e do Consórcio Lambari, observadas as restrições do Código Florestal Brasileiro.

Art. 95. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 96. É expressamente proibida, dentro dos limites da cidade e distritos, a instalação de atividades que, pela emanção de fumaça, poeira, odores e ruídos incômodos, ou que por quaisquer outros motivos possam comprometer a salubridade das habitações vizinhas, à saúde pública e o bem-estar social.

§22nd A Prefeitura fará projeto de manejo, recuperação e arborização das vias e logradouros públicos.

§23rd O particular interessado poderá substituir, às suas expensas, a árvore em seu passeio, desde que devidamente autorizado pela Prefeitura quanto ao local e espécie.

### Capítulo IV

#### Da Extinção de Animais e Insetos Nocivos

Art. 97. Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir formigas, cupins, baratas, ratos, caramujos e outros insetos e animais nocivos existentes dentro da sua propriedade.

Art. 98. Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de formigas, cupins, baratas, ratos, caramujos ou outros insetos e animais nocivos, será feita intimação ao proprietário do terreno onde o mesmo estiver localizado, marcando-se o prazo de 10 (dez) dias para se proceder ao seu extermínio.

Art. 99. Se, no prazo fixado, não for extinto os insetos ou animais nocivos encontrados, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 30% (trinta por cento) pelo trabalho de administração.

### TÍTULO III

#### DOS ATOS NORMATIVOS

##### CAPÍTULO I

#### DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA

##### SEÇÃO I

#### DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 100. Nenhum estabelecimento comercial de prestação de serviço e industrial poderá funcionar no município sem a prévia autorização da Prefeitura, concedida na forma de Alvará a requerimento dos interessados através do Sistema de Registro Integrado da Junta Comercial de Santa Catarina (REGIN) e mediante o pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo Único. Para concessão do Alvará de Localização e Funcionamento o Município deverá obrigatoriamente observar o que dispõe, além da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, a legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes, notadamente as disposições

ambientais e de segurança pública.

Art. 101. Para ser concedida licença de funcionamento pela Prefeitura, o prédio e as instalações de todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços deverão ser previamente vistoriados pelos órgãos competentes, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade a que se destina.

Parágrafo único. O alvará de licença só poderá ser concedido após informações, pelos órgãos competentes da Prefeitura, de que o estabelecimento atende as exigências estabelecidas neste Código.

Art. 102. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o Alvará de Localização e Funcionamento em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 103. Para mudança de local do estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 104. O alvará de localização e funcionamento poderá ser cassado:

LXXXV - quando se tratar de negócio diferente do requerido;

LXXXVI - como medida preventiva a bem da higiene, da moral e do sossego e segurança pública;

LXXXVII - por solicitação da autoridade competente, comprovados motivos que fundamentarem a solicitação.

§23rd Cassado o Alvará, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§24th Poderá ser igualmente fechado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária autorização, expedida em conformidade com o que preceitua esta Seção.

## SEÇÃO II

### DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 105. Considera-se Comércio Ambulante a atividade temporária de venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos, por profissional autônomo ou pessoa jurídica.

Art. 106. O exercício do comércio ambulante dependerá de autorização da Prefeitura, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo único. A autorização é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado, e somente será expedida a favor de pessoas que demonstrem a necessidade de seu exercício.

Art. 107. Da autorização deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

LXXXVII - número de inscrição;

LXXXVIII - nome e endereço residencial do responsável;

LXXXIX - local e horário para funcionamento do ponto;

XC - indicação clara do objeto da autorização.

Art. 108. A autorização será renovada anualmente, por solicitação do interessado.

Parágrafo único. O vendedor ambulante não licenciado para o comércio ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 109. Quando se tratar de produtos perecíveis deverão, os mesmos, ser conservados em balcões frigoríficos.

Art. 110. É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa e de cassação da autorização:

XC - estacionar nas vias públicas e em outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

XCI - impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou em outros logradouros;

XCII - transitar pelos passeios conduzindo carrinhos, cestos ou outros volumes grandes;

XCIII - deixar de atender as prescrições de higiene e asseio para a atividade exercida;

XCIV - colocar à venda produtos contrabandeados ou de procedência duvidosa;

XCV - expor os produtos à venda colocando diretamente sobre o solo.

Art. 111. Os quiosques, barracas, trailers, carrinhos e outros veículos utilizados no comércio ambulante deverão ser aprovados pela Prefeitura.

Art. 112. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste Código deverão observar ainda as seguintes:

XCV - terem carrinhos apropriados, aprovados pela vigilância sanitária municipal;

XCVI - velarem para que os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados, nem contaminados e se apresentem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias que serão inutilizadas;

XCVII - terem os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;

XCVIII - usarem vestuários adequados e limpos;

XCIX - manterem-se rigorosamente asseados;

C - usarem recipientes apropriados para colocação do lixo.

## SEÇÃO III

### DAS FEIRAS LIVRES E DO PRODUTOR RURAL

Art. 113. As feiras destinam-se a venda a varejo de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade por preços acessíveis, evitando-se quanto possível os intermediários.

§24th As feiras serão fiscalizadas pela Prefeitura.

§25th São obrigações comuns a todos os que exercem atividades nas feiras livres:

h) manter a higiene do seu local de comércio e colaborar para a limpeza da feira e suas imediações;

i) somente colocar a venda gêneros em perfeitas condições para consumo;

j) observar na utilização das balanças e na aferição de pesos e medidas, o que determinar as normas competentes.

§26th Aplica-se, no que couber, aos feirantes, às normas fixadas para o comércio ambulante.

## SEÇÃO IV

### DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 114. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços obedecerão aos preceitos da Legislação Federal que regula o contrato de duração e condições de trabalho.

Parágrafo único. Nos domingos e feriados os estabelecimentos comerciais poderão abrir, desde que contenham autorização específica no alvará de funcionamento.

Art. 115. Ao Prefeito Municipal poderá, através de Decreto, regulamentar o horário de funcionamento em geral ou em atividades específicas, ou, ainda, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Art. 116. As farmácias e drogarias poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.



Parágrafo único. Quando fechadas, as farmácias deverão afixar à porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

Art. 117. Os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que necessitarem funcionar em horário especial deverão ter a aprovação da Prefeitura.

Parágrafo único. Durante o mês de dezembro de cada ano e nas vésperas de data comemorativas "Dia das Mães", "Dia dos Namorados", "Dia dos Pais" e "Dia das Crianças", os estabelecimentos comerciais, as seções de venda dos estabelecimentos industriais, depósitos e demais atividades que tenham fins comerciais, poderão funcionar, em horário especial de segunda à sexta-feira até às 22 (vinte e duas) horas e aos sábados até às 18 (dezoito) horas, independentemente de Licença Especial e de pagamento de taxas.

## CAPÍTULO II

### DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES E USOS ESPECIAIS

#### SEÇÃO I

##### DA EXPLORAÇÃO DE Pedreiras, OLARIAS, DEPÓSITOS DE AREIA,

##### Saibro E CASCALHO

Art. 118. A exploração de pedreiras, olarias, depósitos de areia, saibro e cascalho dependem de concessão de Alvará de Localização e Funcionamento pela Prefeitura, precedida da manifestação dos órgãos públicos Estaduais e Federais competentes.

Art. 119. As licenças para exploração deverão determinar o prazo.

Art. 120. Ao conceder os Alvarás a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar conveniente.

Art. 121. Os pedidos de prorrogação de autorização para a continuação da exploração serão feitos mediante requerimento e instruídos com o documento de autorização anteriormente concedido.

Art. 122. A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração e escavação de barro ou depósitos de areia e saibro com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de água.

Art. 123. É proibida a extração de areia nos cursos de água do Município, quando:

C - à jusante do local de recebimento de contribuições de esgotos;

CI - modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

CII - causem por qualquer forma a estagnação das águas;

CIII - de algum modo possa oferecer perigos a ponte, muralhas, ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios;

CIV - a juízo dos órgãos Federais ou Estaduais de controle do meio ambiente, se for considerado inadequado.

Art. 124. A instalação de olarias deve obedecer, além das exigências da legislação Estadual e Federal pertinentes, as seguintes prescrições:

CIV - as chaminés serão construídas de modo que não incomodem os moradores vizinhos, pela fumaça ou emanações nocivas;

CV - quando as escavações facilitarem a formação de depósito de água, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar a cavidade a medida que for retirado o barro.

#### SEÇÃO II

##### DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 125. No interesse público a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o transporte, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos observando o que dispõe a Legislação Estadual e Federal pertinente.

Art. 126. São considerados inflamáveis:

CV - o fósforo e os materiais fosforados;

CVI - a gasolina e demais derivados de petróleo;

CVII - os éteres, álcool, a aguardente e destilados e os óleos em geral;

CVIII - os carboretos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;

CIX - toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 135°C (cento e trinta e cinco graus celsius).

Art. 127. Consideram-se explosivos:

CIX - os fogos de artifícios;

CX - a nitroglicerina e seus compostos e derivados;

CXI - a pólvora e o algodão pólvora;

CXII - as espoletas e os estopins;

CXIII - os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;

CXIV - os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 128. É absolutamente proibido:

CXIV - fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;

CXV - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção, localização e segurança;

CXVI - depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

Art. 129. Somente será permitido o comércio de fogos de artifícios, bombas, rojões e similares, através de estabelecimento comercial localizado, que satisfaça plenamente os requisitos de segurança.

Art. 130. Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados pela Prefeitura.

Art. 131. A construção dos depósitos seguirá as normas do Corpo de Bombeiros.

Art. 132. Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as devidas precauções.

§26th Não poderão ser transportados simultaneamente no mesmo veículo explosivos e inflamáveis.

§27th Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão estacionar nas vias públicas, exceto para carga e descarga.

Art. 133. É proibido:

I - soltar balões de gases rarefeitos produzidos a partir da queima de oxigênio;

II - fazer fogueiras nos logradouros públicos sem a autorização da Prefeitura;

III - utilizar armas de fogo dentro do perímetro urbano do Município, exceto os casos previstos em lei.

Parágrafo único. As proibições de que tratam os incisos I e III poderão ser suspensas mediante autorização da Prefeitura e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 134. A utilização e manuseio de produtos tóxicos são regulamentados por Legislação Federal e Estadual pertinentes.

#### SEÇÃO III

##### DA PROPAGANDA EM GERAL

Art. 135. A exploração dos meios de publicidades nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo respectivo quando previsto a cobrança.

§27th Incluem-se ainda na obrigatoriedade do presente artigo os anúncios que, embora apostos em propriedades particulares sejam visíveis de lugares públicos.

§28th Estão isentos de tributos as placas nas obras com indicação do responsável técnico pela sua execução.

Art. 136. Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

CXVI - pela sua natureza provoquem aglomeração prejudicial ao trânsito público;

CXVII - de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;

CXVIII - que em sua mensagem firam a moral e os bons costumes da comunidade.

Art. 137. Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou conservados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

Art. 138. A propaganda falada em lugares públicos por meio de amplificadores de som, alto falante e propagandistas, está igualmente sujeita a prévia licença e ao pagamento do tributo ou preço respectivo, quando previsto.

Art. 139. Não será permitida a colocação de faixas de pano, inscrição de anúncios ou cartazes, exceto quando houver autorização do proprietário ou do órgão responsável:

CXVIII - quando pintados ou colocados diretamente sobre os monumentos, postes, arborização, nas vias e logradouros públicos;

CXIX - nas calçadas, meio-fios, leito das ruas e áreas de circulação das praças públicas;

CXX - nos edifícios públicos municipais;

CXXI - nas igrejas, templos e casas de oração;

CXXII - dependurados nos postes de iluminação pública e nas árvores existentes nas vias e áreas públicas.

#### SEÇÃO IV

#### DOS CEMITÉRIOS

Art. 140. Compete à Municipalidade a fundação, polícia e administração dos cemitérios, observada a Legislação Federal e Estadual pertinente.

§28th Os cemitérios, por sua natureza, são locais respeitáveis e devem ser conservados limpos e tratados com zelo, suas áreas arruadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com as plantas aprovadas e cercados de muros.

§29th É lícito às Irmandades, sociedades de caráter religioso ou empresas privadas, respeitadas as leis e regulamentos que regem a matéria, estabelecer ou manter cemitérios, desde que devidamente autorizados pela Municipalidade, ficando sujeitos permanentemente à sua fiscalização.

§30th Os cemitérios administrados ou mantidos exclusivamente pelo Município estão livres a todos os cultos religiosos e à prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis vigentes;

§31st Os sepultamentos serão feitos sem indagação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política do falecido.

Art. 141. É defeso fazer sepultamento antes de decorridos o prazo de 12 (doze) horas, contando o momento do falecimento, salvo:

CXXII - quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;

CXXIII - quando o cadáver tiver inequívocos sinais de putrefação.

§31st Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, nos cemitérios, por mais de 36 (trinta e seis) horas, contados do momento em que verificar o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado ou se houver ordem expressa da autoridade judicial, policial ou da saúde pública.

§32nd Não se fará sepultamento algum sem a certidão de óbito fornecida pelo oficial do Registro Civil do local do falecimento.

§33rd Na impossibilidade da obtenção de Certidão de Óbito, o sepultamento poderá ser feito mediante autorização da autoridade médica, policial ou judicial, condicionado a apresentação da certidão de óbito posteriormente ao órgão público competente.

Art. 142. Os sepultamentos serão feitos em jazigos com revestimentos (carneiras).

Parágrafo Único. Considera-se como carneira a cova com as paredes revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente, no mínimo, 3,00m (três metros) de comprimento por 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de largura.

Art. 143. Os proprietários de terrenos ou seus representantes são responsáveis pelos serviços de limpeza e conservação no que tiverem construído e que forem necessários à estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

Art. 144. Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de 3 (três) anos, contados da data de sepultamento, salvo em virtude de requisição por escrito, da autoridade policial ou judicial, ou mediante parecer do órgão de Saúde Pública.

Art. 145. Nos cemitérios é proibido:

CXXIII - praticar atos de depredação de qualquer espécie nos jazigos ou outras dependências;

CXXIV - arrancar plantas ou colher flores;

CXXV - pregar cartazes ou fazer anúncios nos muros ou portões;

CXXVI - efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou civil;

CXXVII - praticar comércio;

CXXVIII - a circulação de qualquer tipo de veículo motorizado estranho aos fins e serviços atinentes ao cemitério.

Art. 146. É permitido dar sepultura em um só lugar a duas ou mais pessoas da mesma família que falecem no mesmo dia.

Art. 147. Todos os cemitérios devem manter em rigorosa ordem os controles seguintes:

CXXVIII - sepultamento de corpos ou partes;

CXXIX - exumações;

XXX - sepultamento de ossos;

CXXI - indicações sobre os jazigos sobre os quais já constituírem direitos, com nome, qualificação, endereço do seu titular e as transferências e alterações ocorridas.

Parágrafo único. Esses registros deverão indicar:

k) hora, dia, mês e ano do sepultamento;

l) nome da pessoa a que pertenceram os restos mortais;

m) no caso de sepultamento, além do nome, deverá ser indicada a filiação, idade, sexo do morto e certidão.

Art. 148. Os cemitérios devem adotar sistema seguro de controle no qual, de maneira resumida, serão transcritas as anotações lançadas nos registros de sepultamento, exumação, ossários, com indicações do número do livro e folhas, ou número da ficha onde se encontram os históricos integrais dessas ocorrências. Esse sistema deve ser escriturado por ordem de números dos jazigos e por ordem alfabética dos nomes.

Art. 149. Além das disposições acima, os cemitérios estarão sujeitos ao que for estabelecido em regulamento próprio, a critério da Prefeitura Municipal, indispensável o atendimento às normas Federais e Estaduais pertinentes, inclusive quanto ao Licenciamento Ambiental. Parágrafo único. No caso da construção de crematórios, deverá ser estabelecido regulamento específico à matéria.

#### SEÇÃO V

##### DO FUNCIONAMENTO DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 150. As igrejas, os templos e as casas de culto são locais tidos e havidos por sagrados e como tal devem ser respeitadas.

Art. 151. Nas igrejas, templos ou casas de cultos os locais frequentados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Parágrafo único. No que couber, aplicam-se aos templos e locais de culto todas as disposições deste Código.

#### Seção VI

##### Das Queimadas e Cortes de Árvores e Pastagens

Art. 152. A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art. 153. Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas as medidas preventivas e necessárias.

Art. 154. A ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas ou mato que limitem com terras de outrem, inclusive nas margens de estradas ou rodovias, sem tomar as seguintes precauções:

CXXXI - preparar aceiras de no mínimo, sete metros de largura;

CXXXII - mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 155. A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Parágrafo único. Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos de criação em comum.

Art. 156. A derrubada de bosque ou mata dependerá de licença dos órgãos estaduais ou federais competentes.

Art. 157. Fica proibida a formação de pastagens na zona urbana do Município.

#### TÍTULO IV

##### DOS AUTOS ADMINISTRATIVOS

##### CAPÍTULO I

##### DAS NOTIFICAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 158. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 159. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 160. Não são diretamente aplicáveis as sanções definidas neste Código aos:

CXXXII - incapazes na forma da lei;

CXXXIII - que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 161. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior à sanção recairá:

CXXXIII - sobre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;

CXXXIV - sobre o curador ou pessoa cuja guarda estiver o incapaz;

CXXXV - sobre aquele que der causa à infração forçada.

#### SEÇÃO I

##### DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art. 162. Todo o infrator que cometer pela primeira vez uma ação ou omissão contrária às disposições deste Código sofrerá uma advertência sob a forma de notificação preliminar, obrigando a interromper e a reparar, se for o caso, a ação infringente, salvo nos casos:

CXXXV - em que a ação danosa seja irreversível;

CXXXVI - em que haja desacato ou desobediência à autoridade do Poder Municipal.

Art. 163. No caso de reincidência ou em que permaneça a ação ou estado infringente, será lavrado um Auto de Infração e aplicadas demais sanções previstas em lei.

Art. 164. A notificação preliminar será passada pela autoridade competente, dada a conhecer ao infrator, nela devendo constar:

CXXXVI - dia, mês, ano, hora e lugar onde foi constatada a infração;

CXXXVII - nome e sobrenome do infrator, sua profissão e residência;

CXXXVIII - natureza da Infração e a norma infringida;

CXXXIX - prazo para regularizar, reparar e/ou suspender a ação infringente;

CXL - identificação de testemunhas quando o infrator se recusar a assinar o conhecimento da notificação ou na ausência e impedimento deste;

CXLI - nome e assinatura de quem o lavrou;

CXLII - data de emissão.

#### SEÇÃO II

##### DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Art. 165. Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação de disposições deste e dos demais Códigos, Leis, Decretos e Regulamentos do Município.

Art. 166. Dará motivo à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito, ou dos Chefes de serviço, por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo único. Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 167. É autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas o Prefeito ou seu substituto legal, este quando em exercício, ou responsável por ele delegado.

Art. 168. Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente:

CXLII - o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

CXLIII - o nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuantes e de agravantes à ação;

CXLIV - o nome de infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;

CXLV - a disposição infringida;

CXLVI - a assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

Art. 169. Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

### SEÇÃO III

#### DOS AUTOS DE APREENSÃO

Art. 170. Nos casos de apreensão, o material apreendido será recolhido ao depósito da Prefeitura e quando isto não for possível ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositado em mãos de terceiros, observadas as formalidades legais.

Art. 171. Os autos de apreensão obedecerão a modelos especiais e conterão, obrigatoriamente:

CXLVI - o dia, mês, ano, hora e lugar em que o bem foi apreendido;

CXLVII - o nome de infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;

CXLVIII - o nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o estado e as condições em que se encontra o bem apreendido;

Art. 172. A devolução do material apreendido só se fará depois de pagar as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 173. No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 30 (trinta) dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que se trata o artigo anterior e entregue o saldo ao proprietário mediante requerimento devidamente instruído e processado.

### SEÇÃO IV

#### DAS MULTAS

Art. 174. A sanção, além de impor a obrigação de fazer e desfazer será pecuniária através de cobrança de multa.

Art. 175. O pagamento da multa não exime o infrator de reparar os danos causados ou de cumprir outras penalidades previstas.

Art. 176. Independente de outras sanções previstas na legislação em geral, e pelo presente Código, serão aplicadas multas através do Auto de Infração e nos seguintes valores:

CXLVIII - de 5 (cinco) a 500 (quinhentas) vezes a UFRM nas infrações do disposto no Capítulo III do Título II e do Capítulo II do Título III deste Código;

CXLIX - de 1 (um) a 100 (cem) vezes a UFRM nos demais casos.

Parágrafo único. Na imposição da multa e para graduá-la ter-se-á em vista:

n) a maior ou menor gravidade da infração;

o) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

p) os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste código.

Art. 177. A penalidade pecuniária será judicialmente executada e imposta de forma regular e pelos meios hábeis se o infrator recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§33rd A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§34th Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos a que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência pública, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título com a Administração Municipal.

Art. 178. As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Art. 179. Nas reincidências as multas serão contadas em dobro.

### SEÇÃO V

#### DO PRAZO DE RECURSO

Art. 180. O infrator terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento.

Art. 181. Julgada improcedente ou não sendo apresentada a defesa no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 10 (dez) dias.

### TÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 182. Esta Lei ou parte dela poderá ser regulamentada por decreto.

Art. 183. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, notadamente a Lei Municipal n. 273/1982

Xavantina/SC, 14 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 447

Publicação Nº 1458269

DECRETO Nº. 447/2017.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 08 de dezembro de 2017, a servidora municipal ODIANE SIMONI, ocupante do cargo comissionado de DIRETORA DE PROJETOS E ENGENHARIA, portadora da matrícula 8104, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, n Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de dezembro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

### DECRETO 449 - PRORROGA CONTRATOS TEMPORÁRIOS - LEI 96/2012

Publicação Nº 1458344

DECRETO Nº 449/2017

PRORROGA OS CONTRATOS TEMPORÁRIOS FIRMADOS POR MEIO DO PROCESSO SELETIVO 006/2016 SMEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a proximidade de encerramento dos contratos temporários firmados em face do Processo Seletivo 006/2016 SMEC, os quais se perfectibilizarão em data de 31/12/2017;

Considerando a solicitação encaminhada pelo Sr. Secretário Municipal da Educação e Cultura, datada de 13/12/2017, anexa ao presente, o qual especifica a necessidade de prorrogação dos contratos de Professores ACT's listadas no referido documento, em razão do trabalho a ser realizado pelos mesmos em período de plantão nos CEIM's;

Considerando a previsão legal de prorrogação constante no art. 4º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 96/2012, a qual rege as contratações por tempo determinado nos termos do art. 37 da CF.

Considerando a necessidade de manutenção dos serviços públicos essenciais baseados na supremacia do interesse público;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade dos contratos temporários firmados por meio do processo seletivo 006/2016 SMEC, para os Professores ACT's da Secretaria Municipal de Educação e Cultura constantes na listagem anexa, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 31 de dezembro de 2017 até 31 de janeiro de 2018, nos termos da Lei Municipal nº 96/2012.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 11 de dezembro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal



**LEI 4305/2017 - ALTERA A LEI 4007/2014**

Publicação Nº 1458345

Lei nº 4305/2017, de 04 de dezembro de 2017.

ALTERA A LEI 4007/2014 QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO NO MUNICÍPIO DE XAXIM – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 8º da Lei Ordinária nº 4007/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º. As vagas exclusivas de operação de carga e descarga serão devidamente identificadas e ser-lhe-ão aplicadas tarifa com redução de 50% do valor das demais vagas, quando solicitadas por pessoas jurídicas de direito privado.

Parágrafo único – Serão isentas de tarifas as vagas para operação de carga e descarga e vagas para as caçambas de entulho, quando de interesse público, credenciadas e autorizadas pelo poder público municipal.

Art. 2º. O artigo 9º da Lei Ordinária nº 4007/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. As caçambas de entulho que ocuparem vaga de veículo no Estacionamento Rotativo, serão isentas de cobrança nos 05 (cinco) primeiros dias de utilização da vaga ocupada, no período restante à ocupação da vaga, será cobrada tarifa integral.

§ 1º. O descumprimento da tolerância implica em infração de trânsito, conforme art. 181, inciso XVII, do Código de Trânsito Brasileiro.

§ 2º. O poder Executivo fica autorizado a regularizar o credenciamento das caçambas de entulho e a forma de operacionalização, descrita no caput, por meio de decreto.

Art. 3º. O artigo 12 da Lei Ordinária nº 4007/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. As tarifas do sistema rotativo não incidirão sobre motocicletas, motonetas, ciclomotores e bicicletas, quando corretamente estacionadas nas vagas exclusivas para estas espécies de veículos.

Art. 4º. Altera o inciso "III" e inclui o inciso "V" ao artigo 15 da Lei Ordinária nº 4007/2017, os quais passarão a ter a seguinte redação:

Art. 15. [...]

[...]

III – Veículos particulares em serviços de utilidade pública, interesse da justiça ou afins, quando credenciados e autorizados pelo poder público municipal e devidamente identificados;

[...]

V – Veículos destinados à venda e entrega de lanches food truck ou bazar, quando autorizados pelo poder público concedente, em local previamente determinado em ato específico.

Art. 5º. Inclui o "parágrafo único" ao artigo 26 da Lei Ordinária nº 4007/2017, que terá a seguinte redação:

Parágrafo único - O governo municipal poderá anuir a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária, desde que atendidas as exigências previstas em leis, decretos e no contrato da concessão.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município

**LEI 4306/2017 - ALTERA DISPOSITIVO DA LEI 3805/2013**

Publicação Nº 1458372

Lei nº 4.306/2017, de 12 de dezembro de 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.805/2013 QUE INSTITUI PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À AGRICULTURA, COM FINALIDADE DE SUBSIDIAR PARTE DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS DE TERCEIROS PARA FINS SILAGEM DE MILHO EM PROPRIEDADES RURAIS.

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos I e VI, do art. 2º da Lei 3.085/2013 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. [...]

I – O beneficiado terá direito a receber a título de subsídio o equivalente 53,02% do custo da hora máquina, equivalente à R\$ 79,00 (setenta e nove reais) limitando à 18 horas por propriedade. Os agricultores que possuem trator e ensiladeira não será concedido o benefício.

[...]

VI – A Secretaria de Agricultura, juntamente com o conselho da agricultura fixará o valor máximo de R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais) da hora/máquina para cada exercício, servindo como base para a aplicação do subsídio de 53,02%, a ser pago pela Administração, e 46,98% a serem pagos pelo Produtor.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Lei 4.156/15 e a Lei 4251/2016

Gabinete do Prefeito, em 14 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº451**

Publicação Nº 1458358

**DECRETO Nº 000451/17 de 11 de Dezembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de XAXIM e autorização contida na Lei Municipal nº 004246/16 de 9 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 5.256,53 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Administração

04.02 - Fundo Mun. de Melhoria da Polícia Militar

04.02 - 06.181.0601 - 2.039 - 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

5.256,53

Art 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

Excesso de arrecadação

5.256,53

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 11 de Dezembro de 2017

**LIRIO DAGORT**  
**Prefeito Municipal**

# Zortéa

## PREFEITURA

### **LEI Nº 0578/2017 - AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA ESCOLA JOVENS ESTUDANTES - CEJEL, DE ÁGUA DOCE, PARA CRIAÇÃO DE VAGAS NO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE NA ÁREA DE AGROPECUÁRIA**

Publicação Nº 1457663

LEI Nº 0578 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA ESCOLA JOVENS ESTUDANTES - CEJEL, DE ÁGUA DOCE, PARA CRIAÇÃO DE VAGAS NO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE NA ÁREA DE AGROPECUÁRIA.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Zortéa à firmar convênio com a Cooperativa Escola Jovens Estudantes – CEJEL, de Água Doce, para criação de vagas no ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária, para os Municípios de Zortéa, nos moldes do Termo de Convênio em anexo, que é parte integrante desta Lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aprovação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa SC., em 13 de dezembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 13 de dezembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

# Associações

## AMAUC

### RESOLUÇÃO Nº 001/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457364

RESOLUÇÃO Nº 001/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

KLEBER MERCIO NORA, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, no uso das atribuições que lhe confere o art.27, X, do Estatuto Social, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral da Associação, no dia 1º de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar o Funcionário ROBERTO KURTZ PEREIRA, no cargo de Secretário Executivo, o qual ocupa desde 08 de janeiro de 1993, para exercer as atribuições estabelecidas nos artigos 28, 29 e 30 do Estatuto Social.

Art. 2º Delegar ao Secretário Executivo:

I - a representação dos interesses da Associação junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, e instituições privadas, podendo, para tanto, praticar os atos necessários à consecução dos objetivos;

II – a movimentação dos recursos financeiros da Associação, requisição de talonários e assinatura de cheques, transferências bancárias para a mesma titularidade e para titularidades diferentes, pagamentos e movimentações por meio eletrônico, abertura, consultas e encerramento de contas correntes, autorizar cobranças, solicitar saldos e extratos, retirar documentos e cheques, endossar cheques, efetuar resgate e aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, emitir comprovantes, efetuar transferências e demais atos necessários, em conjunto com o Presidente, nos termos do Estatuto Social.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 14 de dezembro de 2017.

KLEBER MÉRCIO NORA

Presidente

Publicada no mural da Associação e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 14 de dezembro de 2017.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene

Secretária Administrativa

### RESOLUÇÃO Nº 002/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457365

RESOLUÇÃO Nº 002/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

KLEBER MERCIO NORA, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, no uso das atribuições que lhe confere o art.27, X, do Estatuto Social, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral da Associação, no dia 1º de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar ao Funcionário ROBERTO KURTZ PEREIRA, Secretário Executivo da AMAUC, a delegação das atribuições do cargo de Diretor Executivo do Consórcio Lambari, cargo que responde deste a criação do Consórcio.

Art. 2º Manter a título de gratificação mensal pelo exercício do cargo, o valor de R\$ 2.958,25 (dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Parágrafo Único: a gratificação de que trata o caput deste artigo será reajustada anualmente no mesmo índice e data do reajuste dos funcionários da Amauc.

Art. 3º O valor da gratificação e os encargos decorrentes serão reembolsados pelo CONSÓRCIO LAMBARI, na forma prevista no Estatuto Social.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 14 de dezembro de 2017.  
KLEBER MERCIO NORA  
Presidente

Publicada no mural da Associação e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 14 de dezembro de 2017.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene  
Secretária Administrativa

## **RESOLUÇÃO Nº 003/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457367

RESOLUÇÃO Nº 003/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

KLEBER MERCIO NORA, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, no uso das atribuições que lhe confere o art.27, X, do Estatuto Social, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral da Associação, no dia 1º de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar à Funcionária IVANETE TEREZINHA PEREIRA GRENDENE, Secretária Administrativa da AMAUC, a delegação das atribuições do cargo de Diretor Administrativo do CIS AMAUC.

Art. 2º Manter a título de gratificação mensal pelo exercício do cargo, o valor de R\$ 398,72 (trezentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos).

Parágrafo Único: a gratificação de que trata o caput deste artigo será reajustada anualmente no mesmo índice e data do reajuste dos funcionários da Amauc.

Art. 3º O valor da gratificação e os encargos decorrentes serão reembolsados pelo CIS AMAUC, na forma prevista no Estatuto Social.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 14 de dezembro de 2017.  
KLEBER MERCIO NORA  
Presidente

Publicada no mural da Associação e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 14 de dezembro de 2017.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene  
Secretária Administrativa

## **TERMO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2018**

Publicação Nº 1457412

TERMO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2018

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – AMAUC, neste ato representado pelo Presidente senhor KLEBER MERCIO NORA – Prefeito do Município de Jaborá e o os Municípios que integram a AMAUC, ao final assinados, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo nº 1 do Contrato de Rateio nº 01/2018, com base no item 2.4 da cláusula segunda e cláusula sétima do citado Contrato, para execução pela AMAUC do seguinte serviço:

CLAUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a contratação de Serviços Profissionais para ASSESSORAMENTO TÉCNICO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO PARA O COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA AMAUC, de acordo com a decisão colegiada dos Secretários Municipais de Educação, em reunião realizada no dia 5 de dezembro de 2017, conforme ata e lista de presenças anexas. A contratação abrange:

I – Contratação de profissional técnico especializado na área de educação para assessorar o Colegiado de Secretários Municipais de Educação da AMAUC nos seguintes trabalhos:

a) Coordenar as reuniões mensais do colegiado, de forma presencial na sede da AMAUC, incluindo na pauta todos os assuntos e atualizações pertinentes à legislação, programas e projetos do âmbito da Educação Nacional;

- b) Repassar aos Secretários todas as informações e orientações oriundas da UNDIME Nacional e UNDIME-SC, FECAM, MEC e demais órgãos institucionais;
- c) Promover a integração das Secretarias Municipais de Educação, a formação continuada dos professores das respectivas redes;
- d) Organizar grupos de estudos e implantar propostas pedagógicas para região da AMAUC, Seminários Regionais de Educação, fortalecendo a parceria entre os municípios para fins de propiciar economia de recursos e acesso a todos os municípios associados, do menor ao maior município;
- e) Fortalecer o Colegiado de Educação da AMAUC, levando mensalmente as reuniões palestras na temática da gestão, financiamento da educação, organização das redes de ensino, qualidade, orçamento, Sistema Municipal de Ensino, neurociência, práticas inovadoras de ensino aprendizagem, novas tecnologias, dentre outros.

#### II – Custear despesas relativas:

- a) transporte coletivo para viagens de estudo e participação seminários UNDIME e outras formações aos Secretários(as) de Educação;
- b) Estudo e assessoria na elaboração de formação continuada, propostas pedagógicas e grupos de trabalho no âmbito da Secretaria de Educação;
- c) Custear despesas com contratação de terceiros, seminários, cursos e formação continuada de forma coletiva entre os municípios;
- d) Representar os municípios associados junto às instituições de cunho educacional como MEC – UNDIME – FECAM – Fórum Estadual de Educação;
- e) Auxílio na elaboração e execução de conferências, fóruns e atividades pontuais que sejam exigências para manutenção do Sistema Municipal de Ensino. Acompanhamento dos trabalhos de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

##### É de responsabilidade dos Municípios:

- I – repassar os recursos necessários para a consecução dos objetivos deste Termo Aditivo;
- II – liberar os Secretários Municipais de Educação e equipe de trabalho para participar das reuniões do Colegiado e eventos relativos à área de Educação;
- III – analisar as propostas de trabalho e ações propostas pelo Colegiado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA AMAUC

##### É de responsabilidade da AMAUC:

- I – contratar a assessoria técnica;
- II – receber, controlar e prestar contas dos recursos repassados pelos Municípios;
- III – efetuar o pagamento dos serviços da assessoria técnica;
- IV – efetuar a contratação e pagamento de despesas relacionadas aos objetivos deste Termo Aditivo.

#### CLAUSULA QUARTA DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para fazer frente às despesas relativas ao presente Termo Aditivo, os Municípios repassarão à AMAUC, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) cada, preferencialmente dos recursos do Salário Educação, em cota única.

#### CLAUSULA QUINTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A AMAUC manterá os registros contábeis e os documentos fiscais em conformidade ao que dispõe as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e demais normas estabelecidas no Estatuto Social da Associação.

#### CLAUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas de comum acordo entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 11 de dezembro de 2017.

KLEBER MERCIO NORA  
Prefeito de Jaborá  
Presidente da AMAUC

CÁTIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista	LEANI KAPP SCHMITT Prefeita Municipal de Arabutã
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal de Concórdia	EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipira
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT Prefeito Municipal de Ipumirim	SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES Prefeito Municipal de Irani
JAIRO LUIZ SARTORETTO Prefeito Municipal de Itá	GENIR LOLI Prefeito Municipal de Lindóia do Sul
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	OLMIR PAULINHO BENJAMINI Prefeito Municipal de Piratuba
ADEMIR DOMINGOS MIOTTO Prefeito de Pres. Castello Branco	EDEMILSON CANALE Prefeito Municipal de Seara
ENOIR FAZOLO Prefeito Municipal de Xavantina	

ROBERTO KURTZ PEREIRA VANDERLEI ROBERTO PICININI  
OAB/SC 22.519 Contador CRC/SC 023.918



# Consórcios

## CIGA

### ACORDO DE COOPERAÇÃO - PACTO PELA INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Publicação Nº 1458613

#### ACORDO DE COOPERAÇÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL (SDS), O CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DE SANTA CATARINA (CIASC), A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FAPESC), A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA (CELESC), A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC), O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SANTA CATARINA (IFSC), O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI), O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE/SC), O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC/SC), A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA (FIESC), O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI/SC), O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI), O INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA (IEL/SC), A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA (ACATE), A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS (ACAFE), ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE MARKETING E VENDAS DE SANTA CATARINA (ADVB/SC), A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E ÁREAS DE INOVAÇÃO (IASP), A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC), A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA (FACISC), O CONSELHO ESTADUAL DE JOVENS EMPREENDEDORES (CEJESC), A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS (FECAM), O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), A FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS (FUNDAÇÃO CERTI), O VIA ESTAÇÃO CONHECIMENTO/UFSC, O NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA AGRICULTURA FAMILIAR (NITA), ASSOCIAÇÃO POLO TECNOLÓGICO DO OESTE CATARINENSE (DEATEC), INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (IBQP), A REDE CATARINENSE DE INOVAÇÃO (RECEPETI), COM O OBJETIVO DE CONSTITUIR O PACTO PELA INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Rodovia SC 401, Km 5, nº 4.600, Centro Administrativo do Governo, Bairro Saco Grande, cidade de Florianópolis/SC, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOÃO RAIMUNDO COLOMBO, portador do CPF nº 295.684.209-91, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, doravante denominada SDS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.255.568/0001-00, situada na Rodovia José Carlos Daux, SC 401, km 5, nº 4756, Ed. Office Park, bl. 2, 2º andar, Saco Grande II, Florianópolis/SC, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado, CARLOS ALBERTO CHIODINI, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 1.589.015 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 005.031.909-42, residente e domiciliado na Rua Amaro Antônio Vieira, nº 1940, Edifício Ilha Bela, apto 702, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88.034-100, o CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, doravante denominado CIASC, empresa pública do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n. 83.043.745.0001-65, com sede na Rua Murilo Andriani, 327 - Bairro Itacorubi, Florianópolis - SC, neste ato representado por seu Presidente IVAN CÉSAR RANZOLIN, a FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, doravante denominada FAPESC, criada pela Lei nº 10.355, de 09 de janeiro de 1997 e renomeada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011, entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.682.869/0001-26, com sede na Rodovia SC 401, Km 01, ParqTec Alfa, Módulo 12 A, 5º andar, Bairro João Paulo, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente, SERGIO LUIZ GARGIONI, a CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., inscrita no C.N.P.J sob o número 08.336.783/0001-90, com sede na Av. Itamarati 160, Bairro Itacorubi, Florianópolis - SC, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, CLEVERSON SIEWERT, designado CELESC, a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, doravante simplesmente denominada UDESC, Fundação pública, instituída e mantida pelo Estado de Santa Catarina, com base no artigo 39, do Ato das Disposições constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 1989, e, na Lei nº. 8.092, de 01 de outubro de 1990, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.891.283/0001-36, com sede e foro na cidade de Florianópolis, e jurisdição em todo o território catarinense, situada à Avenida Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, neste ato representada na forma do artigo 28, inciso II, de seu Estatuto, por seu Magnífico Reitor Professor MARCUS TOMASI, o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, doravante denominado IFSC, CNPJ nº 11.402.887/0001-60, Rua 14 de Julho, 150 – Enseada dos Marinheiros – Coqueiros, Florianópolis/SC – CEP: 88.075-010, neste ato representado pela sua Reitora, Sra. MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER, o INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, doravante denominado INPI, Autarquia Federal, criada pela Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.521.088/0001-37, com sede à Praça Mauá nº 07, Centro, cidade e Estado do Rio de Janeiro, representado, neste ato, pelo seu Presidente, LUIZ OTÁVIO PIMENTEL, o SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, doravante denominado SEBRAE/SC, serviço social autônomo constituído na forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 82.515.859/0001-06, com sede na Rodovia SC 401, KM 01, lote 02, Parque Tecnológico Alfa, João Paulo, Florianópolis/SC, neste ato representado, na forma do Estatuto Social, por seu Diretor Superintendente, CARLOS GUILHERME ZIGELLI, e por seu Diretor, SERGIO FERNANDES CARDOSO, o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, doravante denominado SENAC/SC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado por Decreto Lei n.8.621, de 10 de Janeiro de 1946, com sua Administração Regional em Santa Catarina, sediada na Rua Felipe Schmidt, n.785, Centro, Florianópolis, inscrito no CNPJ sob o n. 03.603.739/0001-86, neste ato representado por seu Diretor Regional, Sr. RUDNEY RAULINO, a FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, doravante denominada FIESC, inscrita no C.N.P.J sob o número 83.873.877/0001-14, com sede à Rodovia Admar Gonzaga, 2.765, Itacorubi, Florianópolis - SC, neste ato representada por GLAUCO JOSÉ CÔRTE, SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, doravante denominado SENAI/SC, entidade de interesse privado sem fins lucrativos, criada nos termos do Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, inscrita no CNPJ nº 03.774.688/0001-55, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, 2765, Bairro Itacorubi, Florianópolis-SC, neste ato representado por JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES, o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, doravante denominado SESI/SC, entidade de interesse privado sem fins lucrativos, criada nos termos do Decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946, inscrita no CNPJ nº 03.774.341/0001-66, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, 2765, Bairro Itacorubi, Florianópolis-SC, neste ato representado por FABRIZIO MACHADO PEREIRA, o INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA, doravante denominado IEL/SC, inscrito no CNPJ sob o

nº 83.843.912/0001-52, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, Bairro Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034-001, neste ato representado por seu Superintendente, NATALINO UGGIONI, a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA, doravante denominada ACATE, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 79.307.138/0001-98, com sede estabelecida na Rodovia SC 401, km 04, CIA – Centro de Inovação ACATE Primavera, CEP 88032-005, Bairro Saco Grande, Florianópolis/SC, neste ato representada, na forma do Estatuto Social, por seu Presidente, DANIEL DOS SANTOS LEIPNITZ, a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS, doravante denominada ACAFE, com sede na Rua Presidente Coutinho, 311, Centro Comercial Saint James, 1º e 2º andares, Centro, Florianópolis/SC, CNPJ/MF nº 82.892.472/0001-60, representada neste ato por seu presidente SEBASTIÃO SALÉSIO HERDT, a ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE MARKETING E VENDAS DE SANTA CATARINA, doravante denominada ADVB/SC, inscrita no C.N.P.J. sob o número 78.531.969/0001-86, com sede na Rua Presidente Nereu Ramos, 19 Ed. Comercial Irmãos Daux - 2º andar - Centro Florianópolis - SC, neste ato representada por DANIEL DE OLIVEIRA SILVA, a ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E ÁREAS DE INOVAÇÃO doravante denominada IASP, associação sem fins lucrativos, com sede na rua Marie Curie, 35, (PTA) - 29590 - Campanillas – Málaga – Espanha, representada neste ato por seu Presidente JOSEP MIQUEL PIQUÉ, a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMIENTOS INOVADORES, doravante denominada ANPROTEC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.636.750/0001-42, com sede na sala 209, Edifício Brasília Trade Center, Bloco C, SCN, Quadra 1, Brasília/DF, representada neste ato por seu presidente JORGE LUIS NICOLAS AUDY, a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA, doravante denominada FACISC, entidade sem fins econômicos, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei 16.733/2015, inscrita no C.N.P.J sob o número 78.354.636/0001-29, com sede na Rua Crispim Mira, 319 - Centro - 88.020-540 - Florianópolis - SC, neste ato representada por JONNY ZULAUF, o CONSELHO JOVEM EMPRESÁRIOS DE SANTA CATARINA, doravante denominada CEJESC, entidade sem fins econômicos, inscrito no C.N.P.J sob o número 78.354.636/0001-29, com sede na Rua Crispim Mira, 319 - Centro - 88.020-540 – Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente ANTÔNIO CARLOS GUIMARÃES NETO, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador do RG 5883495-5 CPF 046.507249-61, Rua Alvaro Catão 108 – Imbituba/SC, a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS, doravante denominada FECAM, inscrita no C.N.P.J sob o número 75.303.982/0001-90, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1.885, Centro Executivo Imperatriz, Canto – Florianópolis/SC. CEP 88070-800, neste ato representada por RODRIGO GIÁCOMO GUESSER, brasileiro, diretor executivo, portador do RG 3.094.164-4 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 928.684.289/91, residente e domiciliado à Rua General Liberato Bittencourt, 1.885, Centro Executivo Imperatriz, Canto – Florianópolis/SC. CEP 88070-800, CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, doravante denominado CIGA, inscrita no C.N.P.J sob o número 09.427.503/0001-12, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885 – Sala 1307, Bairro Canto, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Saco Grande II, Florianópolis - SC, neste ato representada por DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, brasileiro, casado, prefeito de Lebon Régis, portador do RG 2.669.087 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 811.996.609-06, residente e domiciliado à Rua Tiradentes, 264 Centro - Lebon Regis - SC – Cep:89515-000, na FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS, doravante denominada CERTI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.626.363/0001-24, sediada no Campus Universitário da UFSC, setor C, acesso Pantanal, Florianópolis (SC), CEP 88.040-970, neste ato representada pelo seu Superintendente Geral, Sr. JOSÉ EDUARDO AZEVEDO FIATES e pelo seu Superintendente de Negócios, Sr. LAERCIO ANICETO SILVA, o VIA ESTAÇÃO CONHECIMENTO doravante denominado VIA/UFSC, Grupo de Pesquisa em Empreendedorismo e Habitats de Inovação da Universidade Federal de Santa Catarina, sem personalidade jurídica, localizado na Av. Luiz Boiteux Piazza, 1302, Canasvieiras, Florianópolis/SC, neste ato representado por CLARISSA STEFANI TEIXEIRA, o NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGRICULTURA FAMILIAR, doravante chamado de NITA, arranjo de entidades colaborativas sem personalidade jurídica, com sede na Secretaria Executiva do SC Rural com sede à Rodovia Admar Gonzaga, nº 1486, Itacorubi, Florianópolis/SC, neste ato representado pelo Sr. JULIO CEZAR BODANESE, a ASSOCIACAO POLO TECNOLÓGICO DO OESTE CATARINENSE, doravante denominada DEATEC, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.715.582/0001-31, com sede na Av. Getulio Dorneles Vargas – 1748 N, sala 05 - Espaço de Coworking - Cidade Chapecó/SC, neste ato representada, na forma do Estatuto Social, por seu Presidente Sr. ANDRE JOÃO TELÖCKEN, o INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE, doravante denominado IBQP, associação privada, com sede na Rua Dr. Correa Coelho 741, Jardim Botânico, Curitiba/PR - CEP: 80.2010-350, CNPJ:00.417.093/0001-54, neste ato representado pelo seus Diretores ANTONIO TULIO LIMA SEVERO JR, e AUGUSTO MURATORI, a REDE CATARINENSE DE INOVAÇÃO, doravante denominada RECEPETI, associação civil sem fins econômicos, com personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, de caráter educacional, técnico-científico, administrativa, de assistência social e tecnológica, inscrita no CNPJ 05.377.815/0001-08, com sede na Rodovia SC 401 – Parque Tec Alfa, n. 600 – Edifício Celta – Andar térreo - Bairro João Paulo, Florianópolis/SC, CEP 88.030-000, neste ato representada pelo seu Presidente RUI LUIZ GONÇALVES, signatárias essas denominadas PACTUADAS, resolvem celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, que será em tudo regido pelos preceitos e princípios de Direito Público e, no que couber, à Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, à Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ao Decreto nº 1.196, de 21 de junho de 2017, ao Decreto nº 127, de 30 de março de 2011 e às demais normas correlatas, devendo ser executado com estrita observância das cláusulas e condições seguintes, e:

Considerando a necessidade do Estado investir e desenvolver o ecossistema de inovação catarinense;

Considerando a missão de unir Governo, universidades, instituições de apoio, empresas e canais de comunicação em um PACTO para alavancar Santa Catarina como uma economia do conhecimento e da inovação;

Considerando a visão de transformar o perfil da economia catarinense até 2030 por meio da inserção de tecnologia e inovação em todos os seus setores estratégicos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este ACORDO DE COOPERAÇÃO visa a composição de um movimento de entidades catarinenses, nacionais e internacionais que atuam no campo de ciência, tecnologia, inovação, empreendedorismo e educação denominado de PACTO PELA INOVAÇÃO cujo propósito é acelerar o desenvolvimento do ecossistema catarinense de inovação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO FIRMADO

As PACTUADAS se comprometem a:

- Utilizar a logo do PACTO PELA INOVAÇÃO de Santa Catarina em seus eventos relacionados à ciência, tecnologia, inovação, empreendedorismo e educação (para o caso das entidades com atuação dentro de Santa Catarina), quando da execução de projetos em parceria com entidades signatárias do presente acordo, conforme permitir seus estatutos, regras internas e de seus órgãos controladores e fiscalizadores;
- Disponibilizar, dentro das suas possibilidades e sempre com prévio agendamento, suas respectivas infraestruturas para eventos, treinamentos, workshops e reuniões das entidades pactuadas do PACTO PELA INOVAÇÃO, quando da execução de projetos em parceria com entidades signatárias do presente acordo, conforme permitir seus estatutos, regras internas e de seus órgãos controladores e fiscalizadores;
- Disponibilizar pessoas, dentro das suas possibilidades e sempre com prévio agendamento, para palestras, workshops e treinamentos nos temas relacionados aos eixos DO PACTO PELA INOVAÇÃO;
- Difundir o movimento do PACTO PELA INOVAÇÃO;
- Colaborar com o crescimento do movimento e com a conquista de seus objetivos gerais.

Nos anexos deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, constarão as ações específicas de cada PACTUADA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CRITÉRIOS DAS AÇÕES PACTUADAS

As ações pactuadas:

- Correspondem a um comprometimento espontâneo da entidade com o objetivo compartilhado por todas as signatárias de acelerar o desenvolvimento do ecossistema catarinense de inovação;
- Relacionam-se com os temas de ciência, tecnologia, inovação, empreendedorismo e educação;
- Podem ser pactuadas por uma entidade individualmente ou em conjunto com outras;
- Contribuem com um dos seguintes eixos do PACTO PELA INOVAÇÃO: (1) Conhecimento e Talentos, (2) Acesso a Capital e Atração de Investimentos, (3) Infraestrutura, (4) Redes e Colaboração;
- São concretas e possuem valor quantificável;
- Podem ser em forma de projetos ou programas, campanhas, recursos financeiros, pessoas, horas de consultoria, treinamento, mentoria ou capacitações, bolsas de estudos e trabalho, eventos, plataformas, sistemas, abertura de dados, espaço físico, custeio de diárias, passagens, alimentação de palestrantes, prestação de serviços com foco no apoio ao ecossistema estadual.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Este ACORDO DE COOPERAÇÃO não envolve transferência de recurso entre as partes e as eventuais despesas para a consecução dos objetivos deste instrumento correrão à conta de cada PACTUADA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Este ACORDO DE COOPERAÇÃO será válido até o dia 30/11/2018, prazo este que poderá ser prorrogado por acordo mútuo entre as PACTUADAS, com 30 (trinta) dias de antecedência ao seu vencimento, na forma de um termo aditivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO

Este ACORDO DE COOPERAÇÃO poderá ser alterado por acordo mútuo, ou rescindido por meio de comunicado escrito enviado por qualquer uma das PACTUADAS, respeitado o prazo de 30 (trinta) dias de antecedência.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

A publicação do extrato do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO na imprensa oficial do Estado de Santa Catarina é condição indispensável para sua eficácia, devendo ser providenciada pela SDS.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Possíveis dúvidas e conflitos oriundos deste instrumento serão resolvidos de forma consensual e compartilhada entre seus partícipes, de modo que eventuais descumprimentos das ações pactuadas não importarão em qualquer sanção administrativa ou legal.

Estando assim justos e acordados, as PACTUADAS assinam este ACORDO DE COOPERAÇÃO, na data de 30 de Outubro de 2017, em vinte e sete vias redigidas de igual teor e forma.

#### DOS ANEXOS

- ANEXO 1 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS);
- ANEXO 2 – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);

ANEXO 3 – Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE);  
ANEXO 4 – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (FAPESC);  
ANEXO 5 – Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI);  
ANEXO 6 – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);  
ANEXO 7 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC);  
ANEXO 8 – Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC);  
ANEXO 9 – Centro de Informática e Automação de Santa Catarina (CIASC);  
ANEXO 10 – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC);  
ANEXO 11 – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);  
ANEXO 12 – Serviço Social da Indústria (SESI);  
ANEXO 13 – Instituto Euvaldo Lodi – (IEL);  
ANEXO 14 – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);  
ANEXO 15 – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE);  
ANEXO 16 – Associação Catarinense das Empresas de Tecnologia (ACATE) / DEATEC – Pólo Tecnológico do Oeste Catarinense;  
ANEXO 17 – Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Fundação CERTI);  
ANEXO 18 – Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar (NITA);  
ANEXO 19 – Associação Internacional de Parques Tecnológicos e Áreas de Inovação (IASP);  
ANEXO 20 – Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC);  
ANEXO 21 – Federação Catarinense de Municípios (FECAM);  
ANEXO 22 – Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA);  
ANEXO 23 – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) / Conselho Estadual de Jovens Empreendedores de Santa Catarina (CEJESC);  
ANEXO 24 – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing (ADVB);  
ANEXO 25 – Rede Catarinense de Inovação (RECEPETi);  
ANEXO 26 – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP);  
ANEXO 27 – Grupo de Pesquisa em Empreendedorismo e Habitats de Inovação Via Estação Conhecimento / Universidade Federal de Santa Catarina (VIA/UFSC).

## ANEXO 1

ENTIDADE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS

## AÇÕES PACTUADAS

- Disponibilização do Coworking do Pacto pela Inovação;
- Projeto Rede de Centros – Disponibilização de Infraestrutura e serviços compartilhados da Rede de Centros de Inovação;
- Novo Programa Treinamento Mão de Obra TI + oficinas intensivas para transformação de ideias em planos de negócio prontos para serem implementados;
- Curso de Formação de Gestores de Centros e Habitats de Inovação;
- Programa de Escalonamento de Empresas.

REPRESENTANTES indicados para responder pela PACTUADA no âmbito das ações do PACTO PELA INOVAÇÃO:

Jean Carlo Vogel – Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Iuana Réus Abella – Gerente de Ciência, Tecnologia e Inovação

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO Governador do Estado ESTADO DE SANTA CATARINA	CARLOS ALBERTO CHIODINI Secretário de Estado SDS
---	--

## ANEXO 2

ENTIDADE: Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

## AÇÕES PACTUADAS

- Mapeamento do Ecossistema Estadual de inovação, incluindo instituições, empresas, infraestrutura e capital intelectual.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Marco Antônio Seifriz – Coordenador de Projetos e Inovação  
Cintia T. Rosa do Herval – Técnica Universitária  
Dalva Magro – Técnica Universitária

MARCUS TOMASI  
Reitor  
UDESC



JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

## ANEXO 3

ENTIDADE: Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

## AÇÕES PACTUADAS

- Estruturação de Programas de Formação em Educação Empreendedora e Inovação para docentes das IES da ACAFE;
- Expansão da metodologia TCC startup para as IES da ACAFE;
- Assumir nos Centros de Inovação das respectivas regiões, o papel de protagonista no que diz respeito ao desenvolvimento de PD&I, na perspectiva da tríplice hélice. Para isso, assume o compromisso de articular e participar dos comitês de Implantação dos Centros de Inovação;
- Aproximar os Programas de Pós-Graduação stricto Sensu dos Centros de Inovação, promovendo a formação de pesquisadores com foco em inovação.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Sebastião Salésio Herdt – Presidente

Paulo Ivo Koehntopp - Secretario Executivo

Paulo Boff – Coordenador da Câmara de Inovação da ACAFE

## SEBASTIÃO SALÉSIO HERDT

Presidente

ACAFE

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

## ANEXO 4:

ENTIDADE: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação – FAPESC

## AÇÕES PACTUADAS

- Pró Eventos - Fomento à eventos no âmbito do Pacto pela Inovação;
- Programa Inova Talentos;
- Programa Sinapse da Inovação;
- Prêmio Stemmer Inovação.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Sergio Luiz Gargioni – Presidente

## SERGIO LUIZ GARGIONI

Presidente

FAPESC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

## ANEXO 5

ENTIDADE: Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI

## AÇÕES PACTUADAS

- Programa Estadual de Propriedade Intelectual;
- Capacitação de profissionais para assessoria em assuntos relacionados à proteção da Propriedade Intelectual (PI);
- Disseminação do tema(3 modalidades de formação em propriedade intelectual conforme previsto em Acordo de Cooperação Técnica – 2018/2023 em tratativa entre SDS e INPI).

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Luiz Otávio Pimentel - Presidente

Araken Alves de Lima - Chefe da Seção de Difusão Regional - SEDIR/SC

LUIZ OTÁVIO PIMENTEL  
Presidente  
INPI

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

#### ANEXO 6

ENTIDADE: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

#### AÇÕES PACTUADAS

- Laboratório de referência em transferência tecnológica.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Prof. Gertrudes Aparecida Dandolini – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

ALACOQUE ERDMANN  
Reitora  
UFSC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

#### ANEXO 7

ENTIDADE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC

#### AÇÕES PACTUADAS

- Fomento a projetos de pesquisa aplicada do IFSC para atendimento de demandas por soluções técnica ou tecnológicas de empresas do estado de SC;
- Oferta de tecnologias desenvolvidas no IFSC (licenciamento de patentes) para as empresas por meio de chamada pública;
- Estruturação de uma rede de laboratórios do IFSC para a prestação de serviços técnicos e tecnológicos para as empresas de SC;
- Execução de um programa de empreendedorismo do IFSC para fomentar o surgimento de startups de base tecnológica;
- Estruturação de uma unidade EMBRAPII/Polos de Inovação IFSC na área de Sistemas Inteligentes de Energia.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Maria Clara Kaschny Schneider - Reitora  
Luiz Henrique Castelan Carlson – Chefe do Departamento de Inovação

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER  
Reitora  
IFSC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

#### ANEXO 8

ENTIDADE: Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC

#### AÇÕES PACTUADAS

- Realização de um Hackaton na área de Energia;
- Abertura de dados da Celesc para o Ecossistema (Sociedade) (aqueles que podem ser disponibilizados);
- Aumento da interação de projetos de P&D com universidades do Estado de SC;
- Apoio em eventos, palestras, workshops, seminários de Inovação na área de Energia no âmbito do Pacto pela Inovação.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Cleverson Siewert– Diretor Presidente



CLEVERSON SIEWERT  
Diretor Presidente  
CELESC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

#### ANEXO 9

ENTIDADE: Centro de Automação e Informática de Santa Catarina – CIASC

##### AÇÕES PACTUADAS

- Promoção de Hackathons;
- Desenvolvimento de plataforma de dados abertos para inteligência artificial e IOT;
- Fornecimento de infraestrutura para realização de treinamentos, workshop e reuniões em prol do Pacto pela Inovação (1 auditório com capacidade para 80 pessoas e duas salas de treinamento para 30 pessoas, cada sala), agendamento mediante consulta de agenda prévia.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Ivan César Ranzolin - Presidente

IVAN CÉSAR RANZOLIN  
Presidente  
CIASC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

#### ANEXO 10

ENTIDADE: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)

##### AÇÕES PACTUADAS

- Observatório de Inovação - disponibilização do Observatório da Indústria Catarinense como um local de acompanhamento permanente e sistemático de informações estratégicas do Ecossistema de Inovação do Estado de Santa Catarina;
- Apoio ao projeto Rede de Centros de Inovação de Santa Catarina (SDS) – apoio consultivo no fornecimento de informações estratégicas do setor produtivo industrial para uso na especialização inteligente na Rede de Centros de Inovação com base nas rotas estratégicas setoriais do Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense (PDIC).

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Carlos Henrique Ramos Fonseca – Diretor de Desenvolvimento Institucional e Industrial da FIESC  
Sidnei Manoel Rodrigues – Coordenador do Observatório da Indústria Catarinense da FIESC  
Juliano Anderson Pacheco – Analista de Inteligência do Observatório da Indústria Catarinense da FIESC

GLAUCO JOSÉ CORTE  
Presidente  
FIESC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

#### ANEXO 11

ENTIDADE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/SC

##### AÇÕES PACTUADAS

- Edital de Inovação para a Indústria: SENAI já atendeu, desde 2004, 323 indústrias totalizando 68 milhões de reais em projetos de inovação. A meta de atendimento para 2018 é de 20 projetos em execução, inclusive alguns em parceria com o SEBRAE no atendimento à micro e pequenas empresas;
- Laboratório aberto SENAI - Joinville. O Laboratório Aberto é considerado um espaço de cocriação e é aberto a todos os interessados que

tenham ideias voltadas ao desenvolvimento industrial, onde podem ser criados moldes de protótipos para a indústria, além de projeção, impressão em 3D e moldagem com o auxílio de máquinas;

- O Instituto da Indústria em Florianópolis, no Sapiens Parque, será inaugurado em breve e contará com parcerias que estarão compartilhando o espaço tais como o Instituto SENAI de Inovação em Sistemas Embarcados, Fundação CERTI, o Centro de Inovação SESI em Tecnologias para a Saúde e o Laboratório Aberto SENAI;
- O Despertar 4.0 acontece em várias cidades de Santa Catarina com o objetivo de disseminar informações e preparar empresas e profissionais para as tecnologias da nova indústria. Desde 2016, o evento contou com um público de mais de 3.000 pessoas. Divulgação do Pacto pela Inovação em próximos eventos;
- MBI em Indústria Avançada: é uma experiência imersiva que conduz os líderes e tomadores de decisão em rotas de conhecimentos para a inserção das indústrias na quarta revolução industrial, favorecendo a geração de novos negócios, produtos e serviços, a eficiência dos processos, bem como a conexão de cadeias produtivas. Está em execução a primeira turma atendendo 35 gestores de empresas. Meta abrir nova turma em 2018;
- Programa Estratégico para Indústria Avançada: curso para capacitar gestores públicos com as bases da Indústria Avançada, subsidiando-os no processo de desenvolvimento de políticas públicas estratégicas para as necessidades atuais do desenvolvimento da Manufatura Avançada. A primeira turma contou com 30 participantes das instituições MCTIC, CNPq, BNDES, CNI, FINEP e SEBRAE;
- Ensino Médio SENAI CONECTE - Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, oferece ao estudante as duas formações em tempo similar ao do ensino médio tradicional (3.200h). No contraturno da matriz curricular oferece ainda Clubes de Atividades para estímulo ao empreendedorismo (Clube Empreender), fluência em inglês (Clube Inglês), atividades artístico-culturais (Clube Criative-se), preparação para o ingresso em universidades (Clube ENEM) e desenvolvimento de seu projeto de vida (Clube Vida e Carreira). Novas turmas continuarão a ser ofertadas.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Jefferson de Oliveira Gomes – Diretor Regional do SENAI/SC

Maurício Capra Pauletti – Diretor Técnico do SENAI/SC

JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES

Diretor Regional  
SENAI/SC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO Governador do Estado ESTADO DE SANTA CATARINA	CARLOS ALBERTO CHIODINI Secretário de Estado SDS
---	--

## ANEXO 12

ENTIDADE: Serviço Social da Indústria – SESI/SC

### AÇÕES PACTUADAS

- Espaços de Educação Maker:

Os Espaços de Educação Maker são espaços pedagogicamente planejados para desenvolver competências linguísticas, matemáticas, científicas e tecnológicas, além das habilidades socioemocionais e cognitivas, de crianças e jovens. Nesses espaços são disponibilizados diferentes recursos, dos mais simples aos mais sofisticados, para que os estudantes desenvolvam projetos que mobilizem as demandas sociais do mundo contemporâneo;

- Disponibilização, dentro das possibilidades e com prévio agendamento, de infraestruturas para eventos, treinamentos, workshops e reuniões das entidades pactuadas do Pacto pela Inovação;

- Centro de Inovação SESI em Tecnologias para Saúde:

Unidade no Sapiens Parque (Florianópolis) voltada para o atendimento de Indústrias com projetos de inovação voltados para inovação tecnológica para prevenção de doenças e acidentes de trabalho. Desde 2015, captou mais de 7 milhões de Reais para projetos avançados em saúde, contando com parcerias estratégicas de Stanford University, UFSC e Fundação CERTI;

- Edital de Inovação para a Indústria: Com apoio da Confederação Nacional da Indústria e o Departamento Nacional do SESI, o Centro SESI envolve o desenvolvimento de ações setoriais para os setores industriais com maiores necessidades em ações de prevenção, além de promover o empreendedorismo com fomento a projetos de inovação em parceria com startups, promovidas em parceria com a Vertical de Saúde da ACATE;

- Disponibilização, dentro das possibilidades e com prévio agendamento, de infraestruturas para eventos, treinamentos, workshops e reuniões das entidades pactuadas do Pacto pela Inovação.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Fabrizio Machado Pereira – Superintendente do SESI/SC

FABRIZIO MACHADO PEREIRA

Superintendente  
SESI/SC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

**ANEXO 13**

ENTIDADE: Instituto Evaldo Lodi – IEL

**AÇÕES PACTUADAS**

- Ações (Visitas Técnicas, Reuniões, Palestras, Workshops e outros) de sensibilização e conscientização das empresas de modo a tornarem a inovação parte da rotina das mesmas;
- Orientação sobre fontes e possibilidades de fomento para ideias e projetos inovadores;
- Articular e realizar eventos de interação que promovam a aproximação entre o mundo da ciência e do conhecimento com as demandas do setor empresarial;
- Oportunizar a inserção de profissionais especializados no mercado para a implementação dos projetos de inovação nas empresas.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:  
Natalino Uggioni - Superintendente

NATALINO UGGIONI  
Superintendente  
IEL/SC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

**ANEXO 14**

ENTIDADE: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

**AÇÕES PACTUADAS**

- Fomentar inovação nos trabalhos de conclusão de cursos dos alunos do Senac;
- Fomentar o processo de inovação com os empresários do comércio de bens, serviços e turismo;
- Disponibilizar a equipe de colaboradores do Senac para participarem do Ecossistema de Inovação de Santa Catarina.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Rudney Raulino- Diretor Regional do Senac em Santa Catarina

RUDNEY RAULINO  
Diretor Regional  
SENAC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

**ANEXO 15**

ENTIDADE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/SC

**AÇÕES PACTUADAS**

Eixo I – Conhecimento e Talentos

- Projeto: Desenvolvimento do Polo de Tecnologia da Informação da Grande Florianópolis: Elevar a competitividade e a sustentabilidade de 40 pequenos negócios da cadeia de valor da Economia Digital da região da Grande Florianópolis, posicionando o território como referência internacional no setor.

Tem como foco estratégico: O desenvolvimento empresarial; o acesso a mercados; o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento do ecossistema de inovação.

- Executando: um plano de comunicação; um programa de plano de capacitação e consultoria empresarial; disponibilizando horas de consultorias com foco em inovação e sustentabilidade; e um programa de alavancagem comercial.

- Projeto Economia Criativa – Foz do Itajaí: Promover o aumento da competitividade e sustentabilidade de 108 pequenos negócios da cadeia

de valor da rede criativa na região da Foz do Itajaí, contribuindo para a diversificação da matriz econômica regional.

Tem como foco estratégico: O desenvolvimento empresarial; a inovação e tecnologia aplicada; o fomento e a atuação em cadeias de valor; o direcionamento e a integração da cadeia produtiva e da governança; e a elevação da qualidade e agregação de valor aos serviços e produtos da cadeia de valor.

Executando: consultorias de avaliação da competitividade empresarial com foco em inovação e sustentabilidade; em processo de fabricação e controles de qualidade; em procedimentos operacionais; e em métodos de análise.

- Projeto Startup SC: Desenvolver e fortalecer os negócios digitais a partir do fomento ao empreendedorismo e da profissionalização da gestão de 880 empreendimentos por meio de ações de capacitação, inovação e mercado.

Tem como foco estratégico: o desenvolvimento do empreendedor; o fortalecimento do ecossistema de inovação; o estímulo à geração de novos modelos de negócios; o fortalecimento de plataforma de inteligência de mercado; a potencialização de conexões com o mercado; e o fortalecimento da governança e do ambiente legal

Executando: o desenvolvimento do empreendedor (pré-aceleração), a missão Startup SC (realizar capacitações, consultorias, mentorias e outras ações de desenvolvimento do empreendedor por meio de metodologias aplicadas às startups); o Startup SC Start (realizar eventos do tipo: Startup Weekend e Hackathon).

- Projeto Sebrae/SC – Edital para Projetos de Inovação: Apoiar projetos de inovação tecnológica de micro e pequenas empresas, contribuindo para aumentar a competitividade e a produtividade dos pequenos negócios com potencial de alto impacto. Todos os projetos apresentados por empresas finalistas do programa Inovativa, incubadas, graduadas, aceleradas ou instaladas em parques tecnológicos recebem uma pontuação extra de 10% no processo de classificação.

- Projeto Programa de Consultoria Tecnológica SEBRAEtec: tem por objetivo garantir para as MPES, aos produtores rurais e aos pescadores o acesso subsidiado a serviços tecnológicos e de inovação, visando à melhoria de processos, produtos e serviços ou à introdução de inovações nas empresas e mercados, utilizando-se de pessoas jurídicas de direito público ou privado com e sem fins lucrativos, de ensino, pesquisa, desenvolvimento ou extensão, via: Orientação: serviços de baixa complexidade tecnológica para orientar a empresa na melhoria de seu processo produtivo ou no ajustamento deste a exigências legais; e de Adequação: serviços de média e alta complexidades tecnológicas para adequar a empresa às demandas legais e/ou do mercado, ou ainda alterar, de forma significativa, os seus produtos/serviços ou processo produtivo.

Para o Eixo III: + Infraestrutura

- Projeto Edital de Incubadoras de Empresas CERNE: Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos por meio da implantação da Metodologia Cerne nas incubadoras de SC, selecionadas segundo edital.

- Projeto Midi Tecnológico: Apoio técnico e financeiro para a ACATE, objetivando a operacionalização e gerenciamento da incubadora Midi Tecnológico

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Carlos Guilherme Zigelli - Presidente

Sergio Fernandes Cardoso – Diretor de Administração e Finanças

Mario Cesar Guesser - Gerente da Unidade de Gestão Estratégica

CARLOS GUILHERME ZIGELLI

Diretor Superintendente

SEBRAE

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO Governador do Estado ESTADO DE SANTA CATARINA	CARLOS ALBERTO CHIODINI Secretário de Estado SDS
---	--

ANEXO 16

ENTIDADE: Associação Catarinense das Empresas de Tecnologia (ACATE) / DEATEC – Pólo Tecnológico do Oeste Catarinense

AÇÕES PACTUADAS

- ACATE Tech Report 2018 + Portal de Consulta (dados setoriais de todo o estado, incluindo dados sobre recursos humanos do setor de inovação e tecnologia);
- Atração de Investidores e Fundos de Capital de Risco;
- Criação de 2 novos núcleos da Rede de Investidores Anjo no Estado (RIA SC ACATE);
- Apoio e Incentivo à Criação de Leis Municipais de Inovação;
- Centro de Inovação Acate Sapiens Parque;
- Nova unidade Link Lab;
- Apoio para desenvolvimento de programas de incubação e inovação aberta nos Centros de Inovação do Estado de SC.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Daniel dos Santos Liepnitz – Presidente

Gabriel Sant'ana Palma Santos – Secretário Executivo

DANIEL DOS SANTOS LEIPNITZ Presidente ACATE	ANDRÉ JOÃO TELÖCKEN Presidente DEATEC
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO Governador do Estado ESTADO DE SANTA CATARINA	CARLOS ALBERTO CHIODINI Secretário de Estado SDS

## ANEXO 17

ENTIDADE: Fundação Centro de Referência de Tecnologias Inovadoras – Fundação CERTI

## AÇÕES PACTUADAS

- Plugar o Sinapse ao Ecossistema Catarinense de Inovação;
- Capacitação de incubadoras e aceleradoras do Ecossistema e Centros de Inovação – Metodologia CERNE (40h);
- Organização e realização do evento Demo Day – Venture Capital;
- Organização e realização do evento Workshop Inovação 4.0 para Grandes Empresas.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

- José Eduardo Azevedo Fiates - Superintendente Geral
- Laercio Aniceto Silva - Superintendente de Negócios

JOSÉ EDUARDO AZZEVEDO FIATES  
Superintendente Geral  
FUNDAÇÃO CERTI

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO Governador do Estado ESTADO DE SANTA CATARINA	CARLOS ALBERTO CHIODINI Secretário de Estado SDS
---	--

## ANEXO 18

ENTIDADE: Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar - NITA

## AÇÕES PACTUADAS

- Disponibilização de Plataforma de inventário (mapeamento) de empresas (Startups e PMES) e tecnologias para agricultura familiar;
- Realização de missões técnicas para aproximação de startups e PME a agricultura familiar.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Julio Cezar Bodanese - Secretário Executivo do SC Rural e NITA  
Ditmar Alfonso Zimath – Diretor Executivo NITA

JULIO CEZAR BODANESE  
Secretário Executivo do SC Rural  
NITA

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO Governador do Estado ESTADO DE SANTA CATARINA	CARLOS ALBERTO CHIODINI Secretário de Estado SDS
---	--

## ANEXO 19

ENTIDADE: Associação Internacional de Parques Tecnológicos e Áreas de Inovação - IASP

## AÇÕES PACTUADAS

- Conexão dos Ecossistemas de inovação de Santa Catarina com os 400 Ecossistemas no mundo;
- Compartilhamento de experiências internacionais em Ciência, Tecnologia, Inovação, Empreendedorismo e Educação;
- Participação nos Fóruns Regionais e Mundiais da IASP para dar visibilidade e destaque aos Centros de Inovação, e potencial realização de eventos da IASP em Santa Catarina;
- Apoio ao desenvolvimento de missões internacionais catarinenses nos 74 países com membros da IASP;
- Canalização dos objetivos das empresas de Santa Catarina para busca de soluções inovadoras provenientes dos 400 Parques (POINT y Open InnovationCalls);
- Landing Internacional de Startups catarinenses no programa Eurolodging;
- Acesso aos conteúdos sobre ecossistemas inovadores desenvolvidos pela IASP;

- Promoção de estágios de gestores, professores e alunos de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado nos Parques da IASP;
- Construção de Programas de Formação conjunta destinados aos gestores de ecossistemas de inovação.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Josep Miquel Piqué – Presidente

JOSEP MIQUEL PIQUÉ  
Presidente  
IASP

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

#### ANEXO 20

ENTIDADE: Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC)

##### AÇÕES PACTUADAS

- Desenvolver ações com acesso aos estudos, pesquisas e conhecimento da Anprotec a todos os membros do pacto;
- Desenvolver atividades conjuntas;
- Atividades de capacitação e formação conjunta;
- Participar das missões internacionais da Anprotec;
- Ministrar cursos de formação em Santa Catarina.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Jorge Luis Nicolas Audy – Presidente

JORGE LUIS NICOLAS AUDY  
Presidente  
ANPROTEC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

#### ANEXO 21

ENTIDADE: Federação Catarinense de Municípios – FECAM

##### AÇÕES PACTUADAS

- Apoio à definição da Estratégia de Especialização Inteligente - Estudo, definição e pactuação coletiva das áreas de especialização econômica e setores emergentes que cada região vai priorizar;
- Apoio ao Sistema de Indicadores de CT&I - Desenvolvimento de metodologia e ferramenta para monitoramento de indicadores de CT&I e Transferência Tecnológica em Santa Catarina.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Rodrigo Giacomini Guesser - Diretor Executivo

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita de São José e  
Presidente da FECAM

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

#### ANEXO 22

ENTIDADE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

##### AÇÕES PACTUADAS



- O CIGA atuará com sua rede fortalecendo organizações microregionais (associações de municípios e consórcios regionais), especialmente focado em fazer que a prática da inovação esteja ao alcance de cidades com menos de 100 mil habitantes;
- O CIGA pretende ainda criar o laboratório de inovação tecnológica municipal em parceria com entidades que façam parte do pacto, servindo para pensar novos modelos e práticas para os consorciados;
- Trabalhar uma plataforma de dados municipais, para fomentar os ecossistemas de utilização e criação de projetos de TI baseado nas informações municipais.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Gilsoni Lunardi Albino – Diretor Executivo do CIGA

Emerson Adriano Moraes Catarina- Gerente de Tecnologia do CIGA

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito de Lebon Régis e Presidente  
CIGA

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO Governador do Estado ESTADO DE SANTA CATARINA	CARLOS ALBERTO CHIODINI Secretário de Estado SDS
---	--

#### ANEXO 23

ENTIDADE: Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC / Conselho Estadual de Jovens Empreendedores de Santa Catarina – CEJESC

##### AÇÕES PACTUADAS

- Promover Circuito de Palestras sobre Desenvolvimento de Ecossistemas de Inovação dentro dos Núcleos de Jovens Empreendedores dos municípios;
- Organização de um circuito de palestras no âmbito do Pacto pela Inovação promovendo o tema de Desenvolvimento do Ecossistema de Inovação das regiões, levando o tema para debate e desenvolvimento de um plano de ação, através da integração de representantes da trílice-hélice nas regiões;
- Representar o Pacto pela Inovação de Santa Catarina e as entidades pactuadas em eventos internacionais sobre empreendedorismo jovem, através do G20 Young Entrepreneurs Alliance, trocando informações sobre o desenvolvimento de ecossistemas regionais de inovação com entidades de fomento ao empreendedorismo das 20 maiores economias do mundo (G20).

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

FACISC: Efetivo: Daniel Correia Luz - Vice Presidente para Assuntos de Inovação e Tecnologia/Suplente: Alaor Francisco Tissot - Conselho Superior

CEJESC: Efetivo: Antonio Carlos Guimarães Neto, Presidente Do CEJESC/Suplente: Eduardo Schnaider Pedrini, Diretor de Assuntos Políticos do CEJESC

JONNY ZULAUF Presidente FACISC	ANTÔNIO CARLOS GUIMARÃES NETO Presidente CEJESC
--------------------------------------	--

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO Governador do Estado ESTADO DE SANTA CATARINA	CARLOS ALBERTO CHIODINI Secretário de Estado SDS
---	--

#### ANEXO 24

ENTIDADE: Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing- ADVB

##### AÇÕES PACTUADAS

- Criação de um comitê de Inovação, Marketing e Vendas;
- Capacitação nas áreas de Marketing e Vendas voltada ao mercado de startups;
- Campanha de valorização das Marcas catarinenses.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Daniel De Oliveira Silva– Presidente ADVB/SC

Claiton Pacheco Galdino - Vice-presidente regional Sul ADVB/SC

DANIEL DE OLIVEIRA SILVA  
Presidente Executivo  
ADVB/SC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

## ANEXO 25

ENTIDADE: Rede Catarinense de Inovação – RECEPETI

## AÇÕES PACTUADAS

- Estruturação da Rede Catarinense de Incubadoras.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

- Rui Luiz Gonçalves - Presidente

RUI LUIZ GONÇALVES  
Presidente  
RECEPETI

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

## ANEXO 26

ENTIDADE: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP)

## AÇÕES PACTUADAS

- Criação do Índice Pacto Pela Inovação Catarinense - IPPIC - monitorar os principais indicadores da efetividade das ações comprometidas no pacto pela inovação;
- Certificar Gestão dos Espaços de Inovação - Modelar e Certificar a Gestão dos Espaços de Inovação;
- Cidades Inteligentes - Acesso Exclusivo ao Programa para os 13 Gestores Municipais, das cidades polo dos Centros de Inovação de SC, ao maior encontro de Cidades Inteligentes do Brasil - Smart City Expo Curitiba 2018.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

Antonio Tulio Lima Severo Jr - Diretor  
Augusto Muratori - Diretor

ANTONIO TULIO LIMA SEVERO JR  
Diretor  
IBQP

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

## ANEXO 27

ENTIDADE: Grupo de Pesquisa em Empreendedorismo e Habitats de Inovação Via Estação Conhecimento/Universidade Federal de Santa Catarina (VIA/UFSC)

## AÇÕES PACTUADAS

- Capacitação do Ecossistema em metodologia de trabalhar desafios urbanos -já está sendo aplicada no distrito criativo no centro da cidade de Florianópolis e será replicada para outras regiões do Estado no âmbito do Pacto pela Inovação;
- Observatório de habitats de inovação de SC;
- Circulação Bimestral da Revista "Ciclo Via" com temas relacionados à Ecossistemas e Habitats de Inovação e Cidades Inteligentes.

REPRESENTANTES indicados para responder pela entidade no âmbito das ações do Pacto pela Inovação:

- Clarissa Stefani Teixeira – Coordenadora VIA/UFSC

CLARISSA STEFANI TEIXEIRA  
Coordenadora

VIA/UFSC

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CARLOS ALBERTO CHIODINI  
Secretário de Estado  
SDS

**Extrato de Contrato n. 413 - Prefeitura Municipal de Biguaçu**

Publicação Nº 1457922

EXTRATO DE CONTRATO Nº 413/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Biguaçu  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Biguaçu  
CNPJ: 82.892.308/0001-53  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 44.985,00 (quarenta e quatro mil e novecentos e oitenta e cinco reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2017.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 414 - Prefeitura Municipal de Timbé do Sul**

Publicação Nº 1457926

EXTRATO DE CONTRATO Nº 414/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Timbé do Sul  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul  
CNPJ: 82.915.232/0001-34  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 108/2017  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.130,00 (cinco mil e cento e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 415 - Prefeitura Municipal de Bom Retiro**

Publicação Nº 1457930

EXTRATO DE CONTRATO Nº 415/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Bom Retiro

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

CNPJ: 82.777.343/0001-21

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 222/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.035,00 (sete mil e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 416 - Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes**

Publicação Nº 1457941

EXTRATO DE CONTRATO Nº 416/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

CNPJ: 83.009.910/0001-62

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.780,00 (nove mil e setecentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 417 - Prefeitura Municipal de Mafra**

Publicação Nº 1457946

EXTRATO DE CONTRATO Nº 417/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Mafra

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mafra

CNPJ: 83.102.509/0001-72

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 25.095,00 (vinte e cinco mil e noventa e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 418 - Prefeitura Municipal de Palmitos**

Publicação Nº 1457948

EXTRATO DE CONTRATO Nº 418/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Palmitos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palmitos

CNPJ: 85.361.863/0001-47

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 72/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 11.340,00 (onze mil e trezentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 419 - Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú**

Publicação Nº 1457953

EXTRATO DE CONTRATO Nº 419/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú

CNPJ: 95.954.442/0001-83

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.610,00 (dois mil e seiscentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 420 - Prefeitura Municipal de Ibirama**

Publicação Nº 1457954

EXTRATO DE CONTRATO Nº 420/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ibirama

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ibirama

CNPJ: 83.102.418/0001-37

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 104/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12



OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 11.610,00 (onze mil e seiscentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 421 - Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto**

Publicação Nº 1457955

EXTRATO DE CONTRATO Nº 421/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto

CNPJ: 82.827.148/0001-69

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 84/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.230,00 (sete mil e duzentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 422 - Prefeitura Municipal de Mirim Doce**

Publicação Nº 1457959

EXTRATO DE CONTRATO Nº 422/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Mirim Doce  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mirim Doce  
CNPJ: 95.952.248/0001-69  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos e sessenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2017.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 423 - Câmara Municipal de Irati**

Publicação Nº 1457963

EXTRATO DE CONTRATO Nº 423/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Irati  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Irati  
CNPJ: 20.216.183/0001-94  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2017.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 424 - Câmara Municipal de Caxambu do Sul**

Publicação Nº 1457969

EXTRATO DE CONTRATO Nº 424/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Caxambu do Sul  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Caxambu do Sul

CNPJ: 03.527.861/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 11 de novembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 425 - Câmara Municipal de Abdon Batista**

Publicação Nº 1457973

EXTRATO DE CONTRATO Nº 425/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Abdon Batista

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Abdon Batista

CNPJ: 05.632.918/0001-77

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 426 - Câmara Municipal de Joaçaba**

Publicação Nº 1457981

EXTRATO DE CONTRATO Nº 426/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Joaçaba

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Joaçaba

CNPJ: 78.491.230/0001-98

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 28 de novembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 423/2015 - 1DOC**

Publicação Nº 1458016

TERMO ADITIVO N.º 03/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 423/2015, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a empresa 1DOC TECNOLOGIA LTDA - ME, para a prestação continuada de serviços, qual seja, sistema informatizado integrado oficial de Comunicação Interna e Externa, notadamente, uma plataforma WEB para gestão da comunicação, documentação, atendimento e gerenciamento de atividades, integrada à realidade do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com os módulos Memorandos, Ofícios, Tarefas, Envio de Boletos, Integração IMAP/E-mail, Atas de reunião, Controle de contrato físico, Assinatura Eletrônica, Mala direta, incluindo desenvolvimento, implantação, parametrização, consultoria, licenciamento / direito de uso do software, assinatura digital, SMS, boleto, suporte técnico, conforme as disposições do Edital de Pregão Presencial n.º 01/2015/CIGA e seus anexos.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e a empresa 1DOC TECNOLOGIA LTDA. – ME, situada à Avenida Desembargador Vitor Lima, n.º 260, Sala 908, Bairro Trindade, CEP 88040-400, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.625.833/0001-76, neste ato representada pelo Senhor Jéferson Damiano de Castilhos, brasileiro, divorciado, Diretor Operacional, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.098.018, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 423/2015, celebrado em 03 de agosto de 2015, originário do Processo Licitatório n.º 14/2015, Pregão Presencial n.º 01/2015, o que fazem com fundamento na Cláusula Décima (Das Alterações Contratuais) e Décima Nona (Da Vigência), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA**

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo n.º 423/2015, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passa a vigor na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 423/2015.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis/SC, 13 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
CONTRATANTE

JÉFERSON DAMIÃO DE CASTILHOS  
1Doc Tecnologia Ltda. - ME  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI  
Gerente Administrativa do CIGA

**CIMCATARINA****2 - ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA 14122017 CIMCATARINA**

Publicação Nº 1457796

ATA DA REUNIÃO DA CONTAGEM DE VOTOS DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 0002/2017 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, PARA ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE) DO CIMCATARINA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, em primeiro turno, no 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos 761, Sala 01, 1º Andar, no Município de Fraiburgo, SC, reuniram-se o Sr. Lucimar Antônio Salmória, Prefeito de Abdon Batista, o Sr. Elói Rönnau Diretor Executivo, o Sr. Luiz Fernando Raldi, Diretor Financeiro, o Sr. Luis Felipe Braga Kronbauer, Diretor Jurídico, o Sr. Luiz Gustavo Pavelski, Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional, a Sra. Nádia de Lorenzi, Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional, o Sr. Mauro Marcelo Cizeski, Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional, o Sr. Claudinei Marcio Morsoletto, Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional e o Sr. Guilherme Mueller, Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional, cuja identificação e assinatura estarão ao final desta ata, para realização de reunião para contagem dos votos da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL, que foi realizada de forma virtual, com o uso de métodos que garantiram a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos com a devida convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, Edição 2390, de 21 de novembro de 2017, obedecidas as disposições do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, objetivando: Eleição da Presidência (Presidente e Vice-Presidente) do CIMCATARINA para o exercício de 2018. Os trabalhos foram presididos pelo Diretor Executivo, Sr. Elói Rönnau, devidamente designado pelo Edital de Convocação nº 0002/2017 da Assembleia Geral Ordinária Virtual, a quem escolheu a mim, Luiz Fernando Raldi, Diretor Financeiro, para auxiliá-lo. Com a palavra o Diretor Executivo Elói Rönnau, cumprimentando a todos, deu as boas vindas, traçou comentários e explicações acerca desta reunião que de acordo com a pauta da assembleia e a forma prevista, ocorreu a eleição; informou que conforme prazo previsto no item “a” recebeu tão somente uma indicação para a Presidência do CIMCATARINA para o exercício de 2018; que a manifestação de interesse foi efetuada por e-mail no dia 6 de dezembro de 2017, sendo os nomes indicados para Presidente: Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista e Vice-Presidente: Moises Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna; que após encerramento do prazo não havendo outras indicações, no dia 07 de dezembro foi formada a “Chapa 1”, contendo o nome dos prefeitos para compor a presidência. No dia sete, conforme forma prevista no Edital de Convocação nº 0002/2017 foi dado sequência para cumprimento do item “b”, foi criada uma cédula para a “Chapa 1” e nela foram identificados os candidatos: Presidente: Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista e Vice-Presidente: Moises Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna; uma cédula para voto em branco; e uma cédula para voto nulo. Estas cédulas foram enviadas para o e-mail de cada prefeito apto a votar. No período de votação (07 à 13 de dezembro de 2017) os prefeitos aptos a votar escolheram apenas uma cédula e enviaram para o CIMCATARINA no prazo estabelecido; foram recebidos por e-mail 33 (trinta e três) votos com documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, garantindo a autenticidade da participação. Conforme item “b” inciso III a assinatura digital na cédula escolhida conta como 1 (um) voto. Nesta reunião iniciou-se a contagem dos votos dos prefeitos participantes sendo considerados votos válidos: do Prefeito Lucimar Antonio Salmoria do município de Abdon Batista; do Prefeito Antonio José Bissani do município de Água Doce; do Prefeito Claudio Spicigo do município de Arroio Trinta; do prefeito Ademil Antonio da Rosa do município de Brunópolis; do Prefeito Saulo Sperotto do município de Caçador; do Prefeito Pedro Spautz Netto do município de Calmon; do Prefeito José Antonio Guidi do município de Curitiba; do Prefeito Walter Kleber Kucher Junior do município de Erval Velho; da Prefeita Claudete Gheller Mathias do município de Fraiburgo; do Prefeito Jair da Silva Ribeiro do município de Frei Rogério; do Prefeito Américo Lorini do município de Herval d'Oeste; do Prefeito Ivanir Zanin do município de Ibiá; do Prefeito Gianfranco Volpato do município de Ibicaré; do Prefeito Luciano Paganini do município de Iomerê; do Prefeito Sívio Antonio Lemos Das Neves do município de Irani; do Prefeito Jairo Luiz Sartoretto do município de Itá; do Prefeito Sérgio Luiz Calegari do município de Lacerdópolis; do Prefeito Gilberto Marchi do município de Laurentino; do Prefeito Douglas Fernando De Mello do município de Lebon Régis; do Prefeito Moises Diersmann do município de Luzerna; do Prefeito Raul Ribas Neto do município de Matos Costa; do Prefeito Pedro Rabuske do município de Pinheiro Preto; do Prefeito Olmir Paulinho Benjamini do município de Piratuba; do Prefeito Alceu Alberto Wrubel do município de Ponte Serrada; do Prefeito Ronaldo Domingos Loss do município de Rio das Antas; da Prefeita Ana Rosa Zanela do município de Salto Veloso; do Prefeito Renato Gama Lobo do município de São Francisco do Sul; do Prefeito Nadir Baú Da Silva do município de Tangará; do Prefeito Ari Jose Galeski do município de Timbó Grande; do Prefeito Volmir Felipe do município de Vargem; da Prefeita Milena Andersen Lopes Becher do município de Vargem; da Prefeita Melânia Aparecida Roman Meneghini do município de Vargem Bonita; do Prefeito Dorival Carlos Borga do município de Videira totalizando 33 votos. Foi considerado como abstenção do voto do Prefeito Marlon Roberto Neuber do município de Itapoá; do Prefeito Kleber Mercio Nora do município de Jaborá; do Prefeito Dioclesio Ragnini do município de Joaçaba; do Prefeito Zelir Cidadin do município de Macieira; da Prefeita Sonia Salete Vedovatto do município de Monte Carlo; do Prefeito Julio Ronconi do município de Rio Negrinho; do Prefeito Rafael Caleffi do município de São Lourenço do Oeste; do Prefeito Helio Roberto Cesa do município de Siderópolis; do Prefeito Mauro Dresch do município de Treze Tílias; do Prefeito Lirio Dagort do município de Xaxim; totalizando 10 votos. Após verificou-se que, em primeiro turno, foi recebido o número necessário de votos válidos para ocorrer a eleição da presidência; assim procedeu-se a apuração na qual a “Chapa 1” recebeu a totalidade dos votos. O resultado da contagem dos votos foi: Chapa 1 = 33 votos; Nulo = 0 voto; Branco = 0 voto; Abstenção = 10 votos; Terminada a contagem a “Chapa 1” alcançou mais de 2/3 dos votos dos prefeitos participantes, ficando assim constituída a Presidência: Presidente: Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista e Vice-Presidente: Moises Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna, eleitos para o mandato de 01/01/2018 a 31/12/2018. Dada a palavra ao Presidente eleito Sr. Lucimar Antonio Salmória, nos termos do Contrato de Consórcio Público, confirmou a Diretoria já nomeada, sendo aceito e ratificado pelos presentes nesta reunião, a manutenção do Diretor Executivo Sr. Elói Rönnau, do Diretor Financeiro Sr. Luiz Fernando Raldi, do Diretor Jurídico o Sr. Luis Felipe Braga Kronbauer, do Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional, o Sr. Luiz Gustavo Pavelski, da Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional, Sra. Nádia de Lorenzi, do Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional o Sr. Mauro Marcelo Cizeski, do Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional o Sr. Claudinei Marcio Morsoletto, do Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional Sr. Guilherme Mueller. Por fim o Presidente eleito deixou livre a palavra para quem quisesse se manifestar, e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos, determinou a expedição dos atos competentes para dar cumprimento a todas as deliberações decorrentes da Assembleia, passou a palavra ao Sr. Elói que deu por encerrada a sessão, determinando a mim, Luiz



Fernando Raldi, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no órgão de publicação oficial do Consórcio Público, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, Luiz Fernando Raldi e pelos demais presentes, como sinal de sua aprovação. Fraiburgo, 14 de dezembro de 2017. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada as folhas 118 a 120, do livro ata eletrônico n. 01.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA Prefeito de Abdon Batista	ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo do CIMCATARINA
LUIZ FERNANDO RALDI Diretor Financeiro do CIMCATARINA	LUIZ GUSTAVO PAVELSKI Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
MAURO MARCELO CIZESKI Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA	CLAUDINEI MORSOLETO Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
GUILHERME MUELLER Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA	NÁDIA DE LORENZI Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
LUIS FELIPE BRAGA KRONBAUER Diretor Jurídico do CIMCATARINA	

## CIS NORDESTE

### RESOLUÇÃO Nº 29/2017

Publicação Nº 1458170

Resolução nº 29/2016

Dispõe sobre a destinação dos valores das multas aplicadas a Fornecedores ao CISNORDESTE/SC.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito Municipal de São João do Itaperiú, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, e, conforme deliberado na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 14/11/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Destinar exclusivamente ao CISNORDESTE/SC, os valores oriundos da aplicação de multa(s) a fornecedor(es).

Art. 2º - Deverá também ser destinado ao CISNORDESTE/SC os valores das multas aplicadas, decorrentes dos Pregões de compra compartilhada gerenciados pelo CISNORDESTE/SC.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Joinville, 17 de novembro de 2017.

Clézio José Fortunato

Prefeito de São João do Itaperiú

Presidente do CISNORDESTE/SC

### RESOLUÇÃO Nº 30/2017

Publicação Nº 1458178

Resolução nº 30/2017.

Nomeia e disciplina sobre a Comissão de Licitações para o período de 01/01/2018 a 31/12/2018.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito Municipal de São João de Itaperiú, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, e, conforme deliberado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 13/12/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para constituírem a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, para o período de 01/01/2018 a 31/12/2018, nas respectivas funções:

I - Marcia Regina Ebert, Coordenadora Administrativa/Financeira, como Presidente da Comissão de Licitação;



II - Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler, Gerente Financeira, como Membro da Comissão de Licitação;

III - Bianca Menssaline de Souza – Contadora do CISNORDESTE/SC, como Membro da Comissão de Licitação.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º/01/2018.

Joinville, 13 de dezembro de 2017.

Clézio José Fortunato

Presidente do CISNORDESTE/SC

## RESOLUÇÃO Nº 31/2017

Publicação Nº 1458181

Resolução nº 31/2017.

Nomeia o Pregoeiro e equipe de apoio do CISNORDESTE/SC para o período de 01/01/2018 a 31/12/2018.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito Municipal de São João de Itaperiú, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, e, conforme deliberado na 4ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 13/12/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Pregoeiro e equipe de apoio para o período de 01/01/2018 a 31/12/2018, nas respectivas funções:

I - Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler – Gerente Financeira do CISNORDESTE/SC, como Pregoeira;

II - Bianca Menssaline de Souza – Contadora do CISNORDESTE/SC, como equipe de apoio.

III – Marcia Regina Ebert – Coordenadora Administrativa/Financeira do CISNORDESTE/SC, como equipe de apoio;

IV – Guilherme Krieger – Assessor Jurídico do CISNORDESTE/SC, como equipe de apoio.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º/01/2018.

Joinville, 13 de dezembro de 2017.

Clézio José Fortunato

Presidente do CISNORDESTE/SC

## RESOLUÇÃO Nº 33/2017

Publicação Nº 1458198

RESOLUÇÃO Nº 33/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a estimativa de Receitas e a Fixação das Despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, para o exercício de 2018.

A Assembleia Geral de Prefeitos do CISNORDESTE/SC, no uso das atribuições que lhe confere os art. 20, inciso VI letras “a” e “b” do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC realizada em 13 de dezembro de 2017.

RESOLVE.

Art. 1º Aprovar o orçamento anual do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC para o exercício de 2018, com Receitas e Despesas estimadas na ordem de R\$ 9.903.359,00 (nove milhões, novecentos e três mil, trezentos e cinquenta e nove reais).

Art. 2º A Receita efetivar-se-á dentro das categorias econômicas e fonte de recursos, com o seguinte desdobramento:

Fonte de Recurso: 102 Recursos Municípios Consorciados	
Código / Descrição	Valor
4.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas	R\$ 9.903.359,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	R\$ 9.903.359,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00 Receita Patrimonial	140.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 Receitas de Valores Mobiliários	140.000,00
4.1.3.2.9.00.00.00.00.00 Outras Receitas de Valores Mobiliários	140.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 Transferências Correntes	R\$9.763.359,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais	R\$9.763.359,00
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00 Transferências dos Municípios	R\$9.763.359,00

4.1.7.2.3.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$9.763.359,00
4.1.7.2.3.37.00.01.00.00 Prefeitura Municipal de Araquari	R\$ 423.216,00
4.1.7.2.3.37.00.01.01.00 Prefeitura Municipal de Araquari – Saúde	R\$ 380.894,40
4.1.7.2.3.37.00.01.02.00 Prefeitura Municipal de Araquari - Administração	R\$ 42.321,60
4.1.7.2.3.37.00.02.00.00 Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	R\$ 148.564,80
4.1.7.2.3.37.00.02.01.00 Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul - Saúde	R\$ 133.708,32
4.1.7.2.3.37.00.02.02.00 Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul - Administração	R\$ 14.856,48
4.1.7.2.3.37.00.03.00.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha	R\$ 666.744,00
4.1.7.2.3.37.00.03.01.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha – Saúde	R\$ 600.069,60
4.1.7.2.3.37.00.03.02.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha - Administração	R\$ 66.674,40
4.1.7.2.3.37.00.04.00.00 Prefeitura Municipal de Campo Alegre	R\$ 144.144,00
4.1.7.2.3.37.00.04.01.00 Prefeitura Municipal de Campo Alegre - Saúde	R\$ 129.729,60
4.1.7.2.3.37.00.04.02.00 Prefeitura Municipal de Campo Alegre - Administração	R\$ 14.414,40
4.1.7.2.3.37.00.05.00.00 Prefeitura Municipal de Corupá	R\$ 186.492,00
4.1.7.2.3.37.00.05.01.00 Prefeitura Municipal de Corupá - Saúde	R\$ 167.842,80
4.1.7.2.3.37.00.05.02.00 Prefeitura Municipal de Corupá - Administração	R\$ 18.649,20
4.1.7.2.3.37.00.06.00.00 Prefeitura Municipal de Garuva	R\$ 629.244,00
4.1.7.2.3.37.00.06.01.00 Prefeitura Municipal de Garuva – Saúde	R\$ 566.319,60
4.1.7.2.3.37.00.06.02.00 Prefeitura Municipal de Garuva - Administração	R\$ 62.924,40
4.1.7.2.3.37.00.07.00.00 Prefeitura Municipal de Guaramirim	R\$ 488.740,80
4.1.7.2.3.37.00.07.01.00 Prefeitura Municipal de Guaramirim - Saúde	R\$ 439.866,72
4.1.7.2.3.37.00.07.02.00 Prefeitura Municipal de Guaramirim - Administração	R\$ 48.874,08
4.1.7.2.3.37.00.08.00.00 Prefeitura Municipal de Itapoá	R\$ 696.780,00
4.1.7.2.3.37.00.08.01.00 Prefeitura Municipal de Itapoá - Saúde	R\$ 627.102,00
4.1.7.2.3.37.00.08.02.00 Prefeitura Municipal de Itapoá - Administração	R\$ 69.678,00
4.1.7.2.3.37.00.09.00.00 Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul	R\$ 1.004.509,80
4.1.7.2.3.37.00.09.01.00 Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul - Saúde	R\$ 904.058,82
4.1.7.2.3.37.00.09.02.00 Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul - Administração	R\$ 100.450,98
4.1.7.2.3.37.00.10.00.00 Prefeitura Municipal de Joinville	R\$ 3.462.462,00
4.1.7.2.3.37.00.10.01.00 Prefeitura Municipal de Joinville - Saúde	R\$ 3.116.215,80
4.1.7.2.3.37.00.10.02.00 Prefeitura Municipal de Joinville - Administração	R\$ 346.246,20
4.1.7.2.3.37.00.11.00.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba	R\$ 296.190,00
4.1.7.2.3.37.00.11.01.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba - Saúde	R\$ 266.571,00
4.1.7.2.3.37.00.11.02.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba - Administração	R\$ 29.619,00
4.1.7.2.3.37.00.12.00.00 Prefeitura Municipal de Piên	R\$ 74.730,00
4.1.7.2.3.37.00.12.01.00 Prefeitura Municipal de Piên - Saúde	R\$ 67.257,00
4.1.7.2.3.37.00.12.02.00 Prefeitura Municipal de Piên - Administração	R\$ 7.473,00
4.1.7.2.3.37.00.13.00.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho	R\$ 252.174,00
4.1.7.2.3.37.00.13.01.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - Saúde	R\$ 226.956,60
4.1.7.2.3.37.00.13.02.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - Administração	R\$ 25.217,40
4.1.7.2.3.37.00.14.00.00 Prefeitura Municipal de São Bento do Sul	R\$ 497.052,00
4.1.7.2.3.37.00.14.01.00 Prefeitura Municipal de São Bento do Sul - Saúde	R\$ 447.346,80
4.1.7.2.3.37.00.14.02.00 Prefeitura Municipal de São Bento do Sul- Administração	R\$ 49.705,20
4.1.7.2.3.37.00.15.00.00 Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul	R\$ 486.729,60
4.1.7.2.3.37.00.15.01.00 Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul - Saúde	R\$ 438.056,64
4.1.7.2.3.37.00.15.02.00 Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul - Administração	R\$ 48.672,96
4.1.7.2.3.37.00.16.00.00 Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú	R\$ 88.560,00
4.1.7.2.3.37.00.16.01.00 Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú - Saúde	R\$ 79.704,00
4.1.7.2.3.37.00.16.02.00 Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú - Administração	R\$ 8.856,00
4.1.7.2.3.37.00.17.00.00 Prefeitura Municipal de Schroeder	R\$ 217.026,00
4.1.7.2.3.37.00.17.01.00 Prefeitura Municipal de Schroeder - Saúde	R\$ 195.323,40
4.1.7.2.3.37.00.17.02.00 Prefeitura Municipal de Schroeder - Administração	R\$ 21.702,60
Total da fonte de recursos:	R\$ 9.763.359,00
TOTAL DE RECEITAS	R\$9.763.359,00

Art. 3º A Despesa será realizada conforme a classificação funcional programática, categorias econômicas e fontes de recursos abaixo discriminadas:

Órgão: 01 CISNORDESTE/SC			
Unidade: 01 COORDENAÇÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA			
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO			
SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Programa: 0001 ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Atividade:	CD	FONTE	FIXADO R\$
2.1 CISNORDESTE/SC, Manutenção das Atividades do Consórcio	3.3.1.9.0	102	R\$ 762.251,92
	3.3.3.9.0	102	R\$ 254.083,98
	3.4.4.9.0	102	R\$ 100.000,00
Total da Atividade			R\$ 1.116.335,90
Função: 10 SAÚDE			
SubFunção: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
Programa: 000 SERVIÇOS DE SAÚDE			
Atividade:	CD	FONTE	FIXADO R\$
2.2 Manutenção do Município de Araquari	3.3.3.9.0	102	R\$ 380.894,40
2.3 Manutenção do Município de Barra do Sul	3.3.3.9.0	102	R\$ 133.708,32
2.4 Manutenção do Município de Barra Velha	3.3.3.9.0	102	R\$ 600.069,60
2.5 Manutenção do Município de Campo Alegre	3.3.3.9.0	102	R\$ 129.729,60
2.6 Manutenção do Município de Corupá	3.3.3.9.0	102	R\$ 167.842,80
2.7 Manutenção do Município de Garuva	3.3.3.9.0	102	R\$ 566.319,60
2.8 Manutenção do Município de Guarimir	3.3.3.9.0	102	R\$ 439.866,72
2.9 Manutenção do Município de Itapoá	3.3.3.9.0	102	R\$ 627.102,00
2.10 Manutenção do Município de Jaraguá do Sul	3.3.3.9.0	102	R\$ 904.058,82
2.11 Manutenção do Município de Joinville	3.3.3.9.0	102	R\$ 3.116.215,80
2.12 Manutenção do Município de Massaranduba	3.3.3.9.0	102	R\$ 266.571,00
2.13 Manutenção do Município de Piên	3.3.3.9.0	102	R\$ 67.257,00
2.14 Manutenção do Município de Rio Negrinho	3.3.3.9.0	102	R\$ 226.956,60
2.15 Manutenção do Município de São Bento do Sul	3.3.3.9.0	102	R\$ 447.346,80
2.16 Manutenção do Município de São Francisco do Sul	3.3.3.9.0	102	R\$ 438.056,64
2.17 Manutenção do Município de São João do Itaperiú	3.3.3.9.0	102	R\$ 79.704,00
2.18 Manutenção do Município de Schroeder	3.3.3.9.0	102	R\$ 195.323,40
Total da Atividade			R\$ 8.787.023,10
TOTAL DE DESPESAS			R\$ 8.787.023,10

Art. 4º O Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por conta do excesso de arrecadação, superávit financeiro, aumento de per capta, contratos ou convênios firmados com entidades públicas ou privados, levando posteriormente para a assembleia geral de prefeitos para a aprovação ad referendum.

Art. 5º O Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC fica autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro da mesma categoria de programação, levando posteriormente para a assembleia geral de prefeitos para a aprovação ad referendum.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Joinville/SC, 13 de dezembro de 2017.

Clézio José Fortunato

Prefeito Municipal de São João do Itaperiú

Presidente do CISNORDESTE/SC

**CIS/AMMVI****AVISO DE CONVOCAÇÃO - 2º COLOCADOS - PE 016/2017**

Publicação Nº 1457629

**AVISO DE CONVOCAÇÃO DOS SEGUNDOS COLOCADOS  
PREGÃO ELETRÔNICO 016/2017**

Registro de Preços para futura e eventual contratação, de forma parcelada, de medicamentos, para uso dos municípios consorciados do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI

Considerando que os lances vencedores correspondentes aos itens abaixo relacionados restaram cancelados em virtude dos pedidos de desistência formulados pelos primeiros colocados, CONVOCAM-SE os segundos colocados para que encaminhem a documentação pertinente aos itens respectivos, no prazo de 3 (três) dias contados da publicação deste instrumento, para a sede do CISAMVI, sito na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, CEP 89036-200, Blumenau/SC.

Destaca-se que tais itens encontram-se abertos junto à plataforma do certame para negociação até o dia 15 de dezembro de 2017.

Item	Empresa
38	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
87	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Blumenau (SC), 14 de dezembro de 2017.

LÍGIA HOEPFNER  
PREGOEIRA

**AVISO DE CONVOCAÇÃO - 2º COLOCADOS - PE 016/2017**

Publicação Nº 1457627

**AVISO DE CONVOCAÇÃO DOS SEGUNDOS COLOCADOS  
PREGÃO ELETRÔNICO 016/2017**

Registro de Preços para futura e eventual contratação, de forma parcelada, de medicamentos, para uso dos municípios consorciados do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI

Considerando que os lances vencedores correspondentes aos itens abaixo relacionados restaram cancelados em virtude dos pedidos de desistência formulados pelos primeiros colocados, CONVOCAM-SE os segundos colocados para que encaminhem a documentação pertinente aos itens respectivos, no prazo de 3 (três) dias contados da publicação deste instrumento, para a sede do CISAMVI, sito na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, CEP 89036-200, Blumenau/SC.

Destaca-se que tais itens encontram-se abertos junto à plataforma do certame para negociação até o dia 15 de dezembro de 2017.

Item	Empresa
17	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
38	PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
57	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
70	AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. EPP
230	ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
272	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
273	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
322	ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Blumenau (SC), 12 de dezembro de 2017.

LÍGIA HOEPFNER  
PREGOEIRA

## CIS/AMURES

## DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS NOVEMBRO 2017 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1457801

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Novembro  
Página 1 de 3

**SANTA CATARINA - CONSORCIO**  
**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**  
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
01.01.10	01.10 Saúde		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
01.01.10.122	01.10.122 Administração Geral		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
10.122.0001.1.001	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES		1.457.643,44	15.000,00	15.000,00	1.457.643,44	137.075,41	1.215.468,94
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	906.984,48	0,00	0,00	906.984,48	83.801,68	723.927,29
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0080		0,00	0,00		67.983,58	549.830,54
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0080		0,00	0,00		45.827,91	505.698,79
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0080		0,00	0,00		22.155,67	44.131,75
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0080		0,00	0,00		15.818,10	174.096,75
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0080		0,00	0,00		3.603,65	41.003,32
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080		0,00	0,00		12.214,45	133.093,43
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0080		0,00	0,00		52.214,73	485.002,65
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0080		0,00	0,00		200,00	11.800,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080		0,00	0,00		200,00	11.800,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0080		0,00	0,00		5.273,92	39.715,47
3.3.90.30.04.00.00.00	Gas Engarrafado	0080		0,00	0,00		390,45	3.067,48
3.3.90.30.07.00.00.00	Generos de Alimentação	0080		0,00	0,00		398,40	3.164,82
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	0080		0,00	0,00		230,00	230,00
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	0080		0,00	0,00		28,28	28,28
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	0080		0,00	0,00		200,00	1.150,00
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0080		0,00	0,00		813,90	4.189,02
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0080		0,00	0,00		0,00	946,00
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copia e Colagem	0080		0,00	0,00		0,00	108,00
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0080		0,00	0,00		0,00	4.545,83
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Acessórios	0080		0,00	0,00		828,00	828,00
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0080		0,00	0,00		2.624,51	2.624,51
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0080		0,00	0,00		2.060,00	2.060,00
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0080		0,00	0,00		1.079,66	2.159,32
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	0080		0,00	0,00		239,40	239,40
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	0080		0,00	0,00		1.593,51	10.994,81
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	0080		0,00	0,00		0,00	2.560,00
3.3.90.30.47.00.00.00	Aquisição de Softwares de Base	0080		0,00	0,00		0,00	440,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0080		0,00	0,00		0,00	1.428,45
3.3.90.32.02.00.00.00	Material de Manutenção	0080		0,00	0,00		0,00	1.428,45
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0080		0,00	0,00		0,00	158,20
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0080		0,00	0,00		0,00	158,20
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0080		0,00	0,00		535,00	5.850,00
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	0080		0,00	0,00		535,00	5.850,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0080		0,00	0,00		1.420,00	5.120,00
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0080		0,00	0,00		0,00	2.500,00
3.3.90.36.18.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equipamentos	0080		0,00	0,00		220,00	220,00
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0080		0,00	0,00		1.200,00	2.400,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	0080		0,00	0,00		5.203,55	43.495,19
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	0080		0,00	0,00		5.203,55	43.495,19
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080		0,00	0,00		39.582,26	376.781,13
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	0080		0,00	0,00		0,00	647,00

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Novembro  
Página 3 de 3

**SANTA CATARINA - CONSORCIO**  
**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**  
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
01.01.10	Saude		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
01.01.10.122	Administração Geral		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES		4.943.285,16	0,00	0,00	4.943.285,16	498.801,47	4.276.613,95
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					1.125,00	2.500,00
		Total por Entidade :	6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89
		Total Geral :	6.401.928,60	15.000,00	15.000,00	6.401.928,60	635.876,88	5.492.082,89

LAGES , 13/12/2017

Vania Maria de Lima  
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Fernanda de Souza Cordova  
Presidente

Nailu Teresinha Julio  
Coordenadora

**DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS NOVEMBRO 2017 - CIS/AMURES**

Publicação Nº 1457799

**SANTA CATARINA - CONSORCIO**

Betha Sistemas

**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Exercício de 2017

Novembro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Recurso</b>	<b>491.296,26</b>	<b>6.083.836,19</b>
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	491.296,26	5.498.771,19
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.021,81	43.864,81
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.021,81	43.864,81
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.021,81	43.864,81
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc Rec Vinculados	6,31	5.418,80
1.3.2.5.01.04.00.00.00	Aplicação Financeira Rec Vinculados	0101 6,31	5.418,80
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc Rec Não Vinculados	1.015,50	38.446,01
1.3.2.5.02.03.00.00.00	Aplicação Financeira Rec Não Vinculados	0080 1.015,50	38.446,01
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	360.244,40	3.650.696,64
1.6.0.0.05.00.00.00.00	Serviços de Saúde	360.244,40	3.650.696,64
1.6.0.0.05.99.00.00.00	Outros Serviços de Saúde	360.244,40	3.650.696,64
1.6.0.0.05.99.01.00.00	SERVIÇOS - ANITA GARIBALDI	0080 20.148,50	230.454,26
1.6.0.0.05.99.02.00.00	SERVIÇOS - BOCAINA DO SUL	0080 11.292,09	93.800,93
1.6.0.0.05.99.03.00.00	SERVIÇOS - BOM JARDIM DA SERRA	0080 17.399,51	180.110,48
1.6.0.0.05.99.04.00.00	SERVIÇOS - BOM RETIRO	0080 20.340,49	178.776,53
1.6.0.0.05.99.05.00.00	SERVIÇOS - CAMPO BELO DO SUL	0080 26.807,17	169.549,30
1.6.0.0.05.99.06.00.00	SERVIÇOS - CAPÃO ALTO	0080 9.243,04	112.533,08
1.6.0.0.05.99.07.00.00	SERVIÇOS - CELSO RAMOS	0080 7.197,02	107.630,45
1.6.0.0.05.99.08.00.00	SERVIÇOS - CERRO NEGRO	0080 2.415,84	95.404,98
1.6.0.0.05.99.09.00.00	SERVIÇOS - CORREIA PINTO	0080 27.581,34	205.363,94
1.6.0.0.05.99.10.00.00	SERVIÇOS - LAGES	0080 0,00	146.536,96
1.6.0.0.05.99.11.00.00	SERVIÇOS - OTACILIO COSTA	0080 31.399,50	257.868,40
1.6.0.0.05.99.12.00.00	SERVIÇOS - PAINEL	0080 5.883,29	142.920,29
1.6.0.0.05.99.13.00.00	SERVIÇOS - PALMEIRA	0080 15.087,07	146.352,74
1.6.0.0.05.99.14.00.00	SERVIÇOS - PONTE ALTA	0080 27.742,07	217.218,13
1.6.0.0.05.99.15.00.00	SERVIÇOS - PONTE ALTA DO NORTE	0080 11.060,64	132.927,27
1.6.0.0.05.99.16.00.00	SERVIÇOS - RIO RUFINO	0080 9.500,00	110.178,95
1.6.0.0.05.99.17.00.00	SERVIÇOS - SÃO JOAQUIM	0080 42.301,10	447.061,77
1.6.0.0.05.99.18.00.00	SERVIÇOS - SÃO JOSÉ DO CERRITO	0080 12.442,09	138.200,49
1.6.0.0.05.99.19.00.00	SERVIÇOS - SANTA CECILIA	0080 6.755,82	62.496,34
1.6.0.0.05.99.20.00.00	SERVIÇOS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	0080 9.670,58	128.784,55
1.6.0.0.05.99.21.00.00	SERVIÇOS - URUBICI	0080 16.027,05	121.482,13
1.6.0.0.05.99.22.00.00	SERVIÇOS - URUPEMA	0080 11.737,78	113.365,77
1.6.0.0.05.99.23.00.00	SERVIÇOS - FREI ROGERIO	0080 5.618,05	57.147,83
1.6.0.0.05.99.24.00.00	SERVIÇOS - MONTE CARLO	0080 6.966,08	39.764,96
1.6.0.0.05.99.25.00.00	SERVIÇOS - VARGEM	0080 5.628,28	14.766,11
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	129.966,69	1.803.236,98
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	129.966,69	1.803.236,98
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	129.966,69	1.803.236,98
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	129.966,69	1.803.236,98
1.7.2.3.37.01.00.00.00	ANITA GARIBALDI	6.077,68	60.776,80
1.7.2.3.37.01.01.00.00	ANITA GARIBALDI - PESSOAL	0081 3.779,10	37.791,00
1.7.2.3.37.01.02.00.00	ANITA GARIBALDI - CONSUMO	0082 2.290,68	22.906,80
1.7.2.3.37.01.03.00.00	ANITA GARIBALDI - INVESTIMENTO	0083 7,90	79,00
1.7.2.3.37.02.00.00.00	BOCAINA DO SUL	4.181,44	41.814,40
1.7.2.3.37.02.01.00.00	BOCAINA DO SUL - PESSOAL	0081 2.600,02	26.000,20
1.7.2.3.37.02.02.00.00	BOCAINA DO SUL - CONSUMO	0082 1.575,98	15.759,80
1.7.2.3.37.02.03.00.00	BOCAINA DO SUL - INVESTIMENTO	0083 5,44	54,40
1.7.2.3.37.03.00.00.00	BOM JARDIM DA SERRA	6.661,14	71.508,25
1.7.2.3.37.03.01.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - PESSOAL	0081 4.141,90	44.463,85
1.7.2.3.37.03.02.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - CONSUMO	0082 2.510,58	26.951,43
1.7.2.3.37.03.03.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - INVESTIMENTO	0083 8,66	92,97
1.7.2.3.37.04.00.00.00	BOM RETIRO	6.588,21	72.689,10
1.7.2.3.37.04.01.00.00	BOM RETIRO - PESSOAL	0081 4.096,55	45.198,09
1.7.2.3.37.04.02.00.00	BOM RETIRO - CONSUMO	0082 2.483,10	27.396,56
1.7.2.3.37.04.03.00.00	BOM RETIRO - INVESTIMENTO	0083 8,56	94,45
1.7.2.3.37.05.00.00.00	CAMPO BELO DO SUL	6.746,23	67.462,30
1.7.2.3.37.05.01.00.00	CAMPO BELO DO SUL - PESSOAL	0081 4.194,81	41.948,10
1.7.2.3.37.05.02.00.00	CAMPO BELO DO SUL - CONSUMO	0082 2.542,65	25.426,50
1.7.2.3.37.05.03.00.00	CAMPO BELO DO SUL - INVESTIMENTO	0083 8,77	87,70
1.7.2.3.37.06.00.00.00	CAPÃO ALTO	13.200,72	142.865,98
1.7.2.3.37.06.01.00.00	CAPÃO ALTO - PESSOAL	0081 8.208,21	88.834,09
1.7.2.3.37.06.02.00.00	CAPÃO ALTO - CONSUMO	0082 4.975,35	53.846,17
1.7.2.3.37.06.03.00.00	CAPÃO ALTO - INVESTIMENTO	0083 17,16	185,72
1.7.2.3.37.07.00.00.00	CELSO RAMOS	3.646,61	38.677,22
1.7.2.3.37.07.01.00.00	CELSO RAMOS - PESSOAL	0081 2.267,46	24.049,48
1.7.2.3.37.07.02.00.00	CELSO RAMOS - CONSUMO	0082 1.374,41	14.577,47
1.7.2.3.37.07.03.00.00	CELSO RAMOS - INVESTIMENTO	0083 4,74	50,27

**SANTA CATARINA - CONSORCIO**

Betha Sistemas

**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Exercício de 2017

Novembro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Recurso</b>	<b>491.296,26      6.083.836,19</b>
1.7.2.3.37.08.00.00.00 CERRO NEGRO		2.941,60      32.402,75
1.7.2.3.37.08.01.00.00 CERRO NEGRO - PESSOAL	0081	1.829,09      20.148,06
1.7.2.3.37.08.02.00.00 CERRO NEGRO - CONSUMO	0082	1.108,69      12.212,61
1.7.2.3.37.08.03.00.00 CERRO NEGRO - INVESTIMENTO	0083	3,82      42,08
1.7.2.3.37.09.00.00.00 CORREIA PINTO		5.202,49      52.024,90
1.7.2.3.37.09.01.00.00 CORREIA PINTO - PESSOAL	0081	3.234,91      32.349,10
1.7.2.3.37.09.02.00.00 CORREIA PINTO - CONSUMO	0082	1.960,82      19.608,20
1.7.2.3.37.09.03.00.00 CORREIA PINTO - INVESTIMENTO	0083	6,76      67,60
1.7.2.3.37.10.00.00.00 LAGES		10.599,48      10.599,48
1.7.2.3.37.10.01.00.00 LAGES - PESSOAL	0081	6.590,76      6.590,76
1.7.2.3.37.10.02.00.00 LAGES - CONSUMO	0082	3.994,94      3.994,94
1.7.2.3.37.10.03.00.00 LAGES - INVESTIMENTO	0083	13,78      13,78
1.7.2.3.37.11.00.00.00 OTACILIO COSTA		10.526,54      112.940,64
1.7.2.3.37.11.01.00.00 OTACILIO COSTA - PESSOAL	0081	6.545,41      70.226,56
1.7.2.3.37.11.02.00.00 OTACILIO COSTA - CONSUMO	0082	3.967,45      42.567,30
1.7.2.3.37.11.03.00.00 OTACILIO COSTA - INVESTIMENTO	0083	13,68      146,78
1.7.2.3.37.12.00.00.00 PAINEL		6.345,10      66.761,89
1.7.2.3.37.12.01.00.00 PAINEL - PESSOAL	0081	3.945,38      41.512,52
1.7.2.3.37.12.02.00.00 PAINEL - CONSUMO	0082	2.391,47      25.162,57
1.7.2.3.37.12.03.00.00 PAINEL - INVESTIMENTO	0083	8,25      86,80
1.7.2.3.37.13.00.00.00 PALMEIRA		4.935,08      53.171,06
1.7.2.3.37.13.01.00.00 PALMEIRA - PESSOAL	0081	3.068,63      33.061,73
1.7.2.3.37.13.02.00.00 PALMEIRA - CONSUMO	0082	1.860,03      20.040,16
1.7.2.3.37.13.03.00.00 PALMEIRA - INVESTIMENTO	0083	6,42      69,17
1.7.2.3.37.14.00.00.00 PONTE ALTA		4.339,46      45.606,88
1.7.2.3.37.14.01.00.00 PONTE ALTA - PESSOAL	0081	2.698,28      28.358,39
1.7.2.3.37.14.02.00.00 PONTE ALTA - CONSUMO	0082	1.635,54      17.189,21
1.7.2.3.37.14.03.00.00 PONTE ALTA - INVESTIMENTO	0083	5,64      59,28
1.7.2.3.37.15.00.00.00 PONTE ALTA DO NORTE		2.212,28      19.910,52
1.7.2.3.37.15.01.00.00 PONTE ALTA DO NORTE - PESSOAL	0081	1.375,59      12.380,31
1.7.2.3.37.15.02.00.00 PONTE ALTA DO NORTE - CONSUMO	0082	833,81      7.504,29
1.7.2.3.37.15.03.00.00 PONTE ALTA DO NORTE - INVESTIMENTO	0083	2,88      25,92
1.7.2.3.37.16.00.00.00 RIO RUFINO		2.187,97      24.646,50
1.7.2.3.37.16.01.00.00 RIO RUFINO - PESSOAL	0081	1.360,48      15.325,20
1.7.2.3.37.16.02.00.00 RIO RUFINO - CONSUMO	0082	824,65      9.289,30
1.7.2.3.37.16.03.00.00 RIO RUFINO - INVESTIMENTO	0083	2,84      32,00
1.7.2.3.37.17.00.00.00 SÃO JOAQUIM		12.400,00      124.000,00
1.7.2.3.37.17.01.00.00 SÃO JOAQUIM - PESSOAL	0081	7.710,32      77.103,20
1.7.2.3.37.17.02.00.00 SÃO JOAQUIM - CONSUMO	0082	4.673,56      46.735,60
1.7.2.3.37.17.03.00.00 SÃO JOAQUIM - INVESTIMENTO	0083	16,12      161,20
1.7.2.3.37.18.00.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO		6.223,55      56.011,95
1.7.2.3.37.18.01.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO - PESSOAL	0081	3.869,80      34.828,20
1.7.2.3.37.18.02.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO - CONSUMO	0082	2.345,66      21.110,94
1.7.2.3.37.18.03.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO - INVESTIMENTO	0083	8,09      72,81
1.7.2.3.37.19.00.00.00 SANTA CECILIA		2.200,12      23.645,07
1.7.2.3.37.19.01.00.00 SANTA CECILIA - PESSOAL	0081	1.368,03      14.702,46
1.7.2.3.37.19.02.00.00 SANTA CECILIA - CONSUMO	0082	829,23      8.911,87
1.7.2.3.37.19.03.00.00 SANTA CECILIA - INVESTIMENTO	0083	2,86      30,74
1.7.2.3.37.20.00.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL		4.461,02      46.300,37
1.7.2.3.37.20.01.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL - PESSOAL	0081	2.773,86      28.789,54
1.7.2.3.37.20.02.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL - CONSUMO	0082	1.681,36      17.450,63
1.7.2.3.37.20.03.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL - INVESTIMENTO	0083	5,80      60,20
1.7.2.3.37.21.00.00.00 URUBICI		401,13      7.866,29
1.7.2.3.37.21.01.00.00 URUBICI - PESSOAL	0081	249,42      4.891,23
1.7.2.3.37.21.02.00.00 URUBICI - CONSUMO	0082	151,19      2.964,85
1.7.2.3.37.21.03.00.00 URUBICI - INVESTIMENTO	0083	0,52      10,21
1.7.2.3.37.22.00.00.00 URUPEMA		4.886,46      51.365,13
1.7.2.3.37.22.01.00.00 URUPEMA - PESSOAL	0081	3.038,40      31.938,83
1.7.2.3.37.22.02.00.00 URUPEMA - CONSUMO	0082	1.841,71      19.359,55
1.7.2.3.37.22.03.00.00 URUPEMA - INVESTIMENTO	0083	6,35      66,75
1.7.2.3.37.23.00.00.00 FREI ROGERIO		1.555,89      16.797,59
1.7.2.3.37.23.01.00.00 FREI ROGERIO - PESSOAL	0081	967,46      10.444,82
1.7.2.3.37.23.02.00.00 FREI ROGERIO - CONSUMO	0082	586,41      6.330,96
1.7.2.3.37.23.03.00.00 FREI ROGERIO - INVESTIMENTO	0083	2,02      21,81
1.7.2.3.37.24.00.00.00 MONTE CARLO		1.045,36      16.079,80
1.7.2.3.37.24.01.00.00 MONTE CARLO - PESSOAL	0081	650,00      9.998,39
1.7.2.3.37.24.02.00.00 MONTE CARLO - CONSUMO	0082	394,00      6.060,50
1.7.2.3.37.24.03.00.00 MONTE CARLO - INVESTIMENTO	0083	1,36      20,91
1.7.2.3.37.25.00.00.00 VARGEM		401,13      2.453,09

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Novembro

**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Recurso</b>	<b>491.296,26 6.083.836,19</b>
1.7.2.3.37.25.01.00.00 VARGEM - PESSOAL	0081	249,42 1.525,32
1.7.2.3.37.25.02.00.00 VARGEM - CONSUMO	0082	151,19 924,59
1.7.2.3.37.25.03.00.00 VARGEM - INVESTIMENTO	0083	0,52 3,18
1.7.2.3.37.99.00.00.00 OUTRAS TRANF. DO SUS		0,00 544.859,02
1.7.2.3.37.99.01.00.00 SUS - ANITA GARIBALDI	0080	0,00 26.785,37
1.7.2.3.37.99.02.00.00 SUS - BOCAINA DO SUL	0080	0,00 14.878,11
1.7.2.3.37.99.03.00.00 SUS - BOM JARDIM DA SERRA	0080	0,00 32.095,16
1.7.2.3.37.99.04.00.00 SUS - BOM RETIRO	0080	0,00 31.031,21
1.7.2.3.37.99.05.00.00 SUS - CAMPO BELO DO SUL	0080	0,00 30.301,62
1.7.2.3.37.99.06.00.00 SUS - CAPÃO ALTO	0080	0,00 32.510,91
1.7.2.3.37.99.07.00.00 SUS - CELSO RAMOS	0080	0,00 15.156,67
1.7.2.3.37.99.08.00.00 SUS - CERRO NEGRO	0080	0,00 17.170,47
1.7.2.3.37.99.09.00.00 SUS - CORREIA PINTO	0080	0,00 28.159,93
1.7.2.3.37.99.11.00.00 SUS - OTACILIO COSTA	0080	0,00 41.480,25
1.7.2.3.37.99.12.00.00 SUS - PAINEL	0080	0,00 21.630,91
1.7.2.3.37.99.13.00.00 SUS - PALMEIRA	0080	0,00 22.787,69
1.7.2.3.37.99.14.00.00 SUS - PONTE ALTA	0080	0,00 28.395,00
1.7.2.3.37.99.15.00.00 SUS - PONTE ALTA DO NORTE	0080	0,00 15.356,69
1.7.2.3.37.99.16.00.00 SUS - RIO RUFINO	0080	0,00 14.567,51
1.7.2.3.37.99.17.00.00 SUS - SÃO JOAQUIM	0080	0,00 62.716,82
1.7.2.3.37.99.18.00.00 SUS - SÃO JOSÉ DO CERRITO	0080	0,00 31.371,66
1.7.2.3.37.99.19.00.00 SUS - SANTA CECILIA	0080	0,00 8.130,93
1.7.2.3.37.99.20.00.00 SUS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	0080	0,00 16.588,31
1.7.2.3.37.99.21.00.00 SUS - URUBICI	0080	0,00 15.619,32
1.7.2.3.37.99.22.00.00 SUS - URUPEMA	0080	0,00 23.392,41
1.7.2.3.37.99.23.00.00 SUS - FREI ROGERIO	0080	0,00 7.896,35
1.7.2.3.37.99.24.00.00 SUS - MONTE CARLO	0080	0,00 6.450,93
1.7.2.3.37.99.25.00.00 SUS - VARGEM	0080	0,00 384,79
1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		63,36 972,76
1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS		63,36 972,76
1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	0080	63,36 972,76
2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL		0,00 585.065,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00 585.065,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		0,00 585.065,00
2.4.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União		0,00 585.065,00
2.4.2.1.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos		0,00 585.065,00
2.4.2.1.37.01.00.00.00 Transf. do Ministério da Saúde - Equipamentos	0101	0,00 585.065,00
<b>Receita Extra Orçamentária</b>	<b>Recurso</b>	<b>0,00 0,00</b>
<b>Total Geral :</b>		<b>491.296,26 6.083.836,19</b>

**CIASS****RESOLUCAO 19/2017**

Publicação Nº 1457822

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 019/17, de 14 de Dezembro de 2017.

NOMEIA SERVIDOR ACT DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

TIAGO ZILLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em caracter emergencial Servidora ACT abaixo relacionada:

SERVIDOR CPF CARGO

Marilene Santos Coelho 072.719.529-85 Cuidadora Social Diurno

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 14 de Dezembro de 2017 até 09 de Março de 2018.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de Dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Presidente da CIASS DE TURVO

**RESOLUCAO 20/2017**

Publicação Nº 1457824

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 020/17, de 14 de Dezembro de 2017.

NOMEIA SERVIDOR ACT DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

TIAGO ZILLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear conforme Processo Seletivo 001/2017 a Servidora ACTs abaixo relacionada:

SERVIDOR CPF CARGO

Luana Aguiar Sartor 045.630.749-42 Assistente Social

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 14 de Dezembro de 2017 até 31 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de Dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Presidente da CIASS DE TURVO